

ISSN: 1519-8782

XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Promovido pelo Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Realizado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
22 a 26 de agosto de 2011

(http://www.filologia.org.br/xv_cnlf)



CADERNOS DO CNLF, VOL. XV, Nº 05, T. 1

ANAIS DO XV CNLF

**Rio de Janeiro, 2011
CiFEFIL**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretora da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretora da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Maria Cristina Cardoso Ribas

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20551-030 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21)2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDA SECRETÁRIA

Regina Celi Alves da Silva

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coelho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

José Mário Botelho

DIRETOR CULTURAL

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA CULTURAL

Adriano de Sousa Dias

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Elias Lima Freitas

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Eduardo Tuffani Monteiro

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias Simon

**XV CONGRESSO NACIONAL
DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
de 22 a 26 de agosto de 2011**

COORDENAÇÃO GERAL

José Pereira da Silva

Cristina Alves de Brito

Marilene Meira da Costa

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

Amós Coelho da Silva

Regina Celi Alves da Silva

Antônio Elias Lima Freitas

José Mário Botelho

Eduardo Tuffani Monteiro

Ilma Nogueira Motta

Maria Lúcia Mexias Simon

Antônio Elias Lima Freitas

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

Adriano de Sousa Dias

Ilma Nogueira Motta

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Marilene Meira da Costa

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0. Apresentação
José Pereira da Silva014
1. A alternância do indicativo com o subjuntivo a partir da análise do
Primeiro Livro das Controvérsias de Sêneca, o Rétor
Débora Aparecida Nunes Maciel / Luís Carlos Lima Carpinetti 015
2. A cidade de São Paulo em *Memórias Sentimentais de João Miramar*
Monica Gomes da Silva024
3. A cidade do Salvador no século XVII: edição e análise discursiva
dos homens-bons
Gilberto Nazareno Telles Sobral036
4. A complexa relação entre gênero/sexo e a variação no uso de pro-
nomes em função de sujeito
Viviane Maia dos Santos044
5. A compreensão unamuniana de autobiografia
Cristiane Agnes Stolet Correia064
6. A concepção de sujeito da psicanálise à análise do discurso
Carmen Elena das Chagas073
7. A escritura barthesiana e a narrativa de Machado de Assis
Regina Céli Alves da Silva084
8. A importância da literatura infantil na formação de leitores
Adreana Peruzzo095
9. A importância de Camões na literatura portuguesa: uma intertextua-
lidade contemporânea com os signos “*Portugal, mar, amor*”
Roberta Andréa dos Santos Colombo105

10.	A influência da leitura na escrita por meio dos encapsulamentos anafóricos <i>Dayhane Alves Escobar Ribeiro</i>	116
11.	A leitura na era da WEB 2.0 <i>Solimar P. Silva</i>	135
12.	A linguagem audiovisual nos desenhos animados infantis: o caso do Peixonauta <i>Welerson R. Morais, Maria Inês Gariglio e Carolina Guimarães Aguiar</i>	140
13.	A linguagem cômica em <i>nuvens</i> , de Aristófanes: uma crítica à educação sofisticada <i>Tharlles Lopes Gervasio</i>	156
14.	A linguagem no discurso de <i>Macunaíma</i> <i>Mônica Saad Madeira / Simony Ricci Coelho</i>	174
15.	A música e seus argumentos <i>Vagner Aparecido de Moura / Cleide Aparecida Moura</i>	184
16.	A presença de unidades fraseológicas no <i>Atlas Linguístico do Ceará</i> (ALECE, 2010) <i>Vicente Martins</i>	198
17.	A progressão referencial em depoimentos de orkut <i>Lorena Santana Gonçalves e Maria da Penha Pereira Lins</i>	213
18.	A representação de Clódio Pulcro nos discursos do pós-exílio de Cícero <i>Lara Barreto Corrêa / Luís Carlos Lima Carpinetti</i>	221
19.	A retextualização do gênero fábula e a mediação pedagógica <i>José Ricardo Carvalho</i>	228
20.	A retórica em <i>Dom Casmurro</i> <i>Patrícia Jerônimo Sobrinho</i>	236

21. A sociolinguística como atividade no currículo escolar do ensino fundamental
Lucia Furtado de Mendonça Cyranka / Lívia Nascimento Arcanjo / Simone Rodrigues Peron / Patrícia / Rafaela Otoni Ribeiro / Mariana do Valle Modesto Paixão247
22. Análise de obra lexicográfica
Rosana Ferreira Alves / Rosângela F. F. Cardoso253
23. Análise do código bibliográfico nas edições do conto “Verba Testamentária” no século XIX
Fabiana da Costa Ferraz Patueli261
24. Análise do discurso, arquivo fato delituoso e memória de tráfico de drogas
Lucas do Nascimento268
25. Análise sócio-histórica do conceito de espaço público através das leituras das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda
Renato da Silva284
26. *Annos ou anos*: estudo das variações grafemáticas em documentos manuscritos do acervo de Monsenhor Galvão
Daianna Quelle da Silva Santos da Silva / Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz298
27. Aprender a Nada-r, de Nivalda Costa: uma proposta de estudo do processo de construção
Débora de Souza e Rosa Borges dos Santos309
28. Arbitrariedade e convencionalidade do signo gráfico
Maria Lucia Mexias-Simon318
29. Aspectos etnolinguísticos no romance *Cassacos*, de Cordeiro de Andrade
Vitória Ramos324
30. Cê qui sabi: um caso de variação linguística
Clézio Roberto Gonçalves341

31. Cenas, obscenas, encenações de literatura & cinema em Pedro Almodóvar
Rodrigo da Costa Araújo356
32. Como lidar com tabuísmos em sala de aula
Vicente Martins373
33. Contribuições da semântica da enunciação para análises discursivas
Priscila Lopes Viana395
34. Da competência comunicativa à apreensão do sentido em leitura
Carmen Elena das Chagas406
35. Desvendando o segredo do discurso textual de Clarice Lispector no conto “amor”
Simony Ricci Coelho / Mônica Saad Madeira417
36. “Diplomata et Chartae”: uma abordagem fonética no latim bárbaro
Miguel Eugenio Almeida427
37. Discurso em guerra de morte e sorte na guerra contra o terror
Silvio Luís da Silva433
38. Do paraíso à modernidade? Construções sociodiscursivas de pernambuco em anúncios e folders turísticos
Carolina Leal Pires447
39. Documentos jurídicos: a filologia como ferramenta para a edição e o estudo do discurso em autos de defloração
Ivanete Martins de Jesus / Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz ..460
40. Documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX: história e fonte de pesquisa
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz473
41. Documentos manuscritos de Feira de Santana: edição semidiplomática e análise do discurso de dois autos de defloração
Jacilene Marques Salomão / Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz 485

42.	Edição crítica em perspectiva genética: modelo editorial aplicado à obra <i>Poemas do Mar</i> de Arthur de Salles <i>Rosa Borges dos Santos</i>	500
43.	Edição semidiplomática e estudo lexicológico de dois autos de partilha dos séculos XIX e XX <i>Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto / Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	514
44.	Em busca do termo preciso <i>Edina Regina Pugas Panichi</i>	528
45.	Escola e gosto pela leitura: o que dizem as narrativas de futuros mediadores da leitura <i>Adalgisa Félix dos Santos / Solimar Patriota Silva</i>	540
46.	Estilística: aspectos históricos e análise da música “Sambista Perfeito” <i>Juliana dos Santos Barbosa</i>	549
47.	Estratégias argumentativas no gênero do discurso notícia <i>Tatiana Jardim Gonçalves</i>	561
48.	Estudo das características discursivas dos ofícios e das portarias da 561Confederação do Equador <i>Katharine Silva de Oliveira Soares / Emília Maria Peixoto Farias</i>	571
49.	“Ferreira Gullar”: entre a genuinidade e a transcrição dos textos em livros didáticos de língua portuguesa <i>Virgínia Maria Ferreira Silveira Baldow e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	582
50.	Frequência das variantes no romance <i>O Seminarista</i> , de Bernardo Guimarães <i>Luana Batista de Souza</i>	588
51.	Gêneros textuais e sua contribuição no ensino de línguas algumas considerações <i>Carine Camara Bizerra</i>	602

52. Gramaticalidade de pé no chão
Maria Suzett Biembengut Santade609
53. Ideias antiliberais resgatadas no periódico baiano O Correio Mercantil
Alaine Priscila de Matos Espínola / Ana Carolina Nascimento de Jesus / Maria da Conceição Reis Teixeira618
54. Influências terminológicas da cultura iorubá na língua portuguesa
José Geraldo da Rocha / Cleonice Puggian627
55. Internet, hipertexto e gêneros digitais: novas possibilidades de interação
Elaine Vasquez Ferreira de Araujo633
56. Letramento em contexto digital: diferentes práticas de leitura e escrita
Elaine Vasquez Ferreira de Araujo640
57. Machado de Assis: retórica e estilística em crônica do século XIX
Marcia A G. Molina647
58. Mar, mata, pôr do sol, montanha: o Rio de Janeiro em cores: articulação da mensagem verbal e visual no discurso da publicidade
Rosane S. M. Monnerat656
59. Memória Colonial do Ceará, um projeto ambicioso de ecdótica
José Pereira da Silva665
60. Michael K e o abismo intransponível entre o *eu* e o *mundo*
Ilma da Silva Rebello700
61. Novas perspectivas da prática docente com o gênero documentário
Vagner Aparecido de Moura / Cleide Aparecida Moura712
62. O autor e a cidade: a história e a literatura em Carlos Drummond de Andrade
Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima729

63. O comportamento derivacional das desinências de segunda pessoa do singular
Viviane Maia dos Santos737
64. O compositor de mpb no período da ditadura militar: a subjetividade enunciativa a serviço da construção do ethos discursivo
Maria Aparecida Rocha Gouvêa747
65. O dialogismo e a tradição no forró
Morgana Ribeiro dos Santos759
66. O discurso historiográfico de Suetênio
Jorge Henrique Nunes Pinto771
67. O estudo da passiva em gêneros jornalísticos
Lorena Santana Gonçalves / Letícia Mazzelli Lourenço Rodrigues 792
68. O jovem do mundo contemporâneo e as redes sociais
Renata Barcellos801
69. O léxico da Comunidade de Panorâmica, Montes Claros – Norte de Minas
Carla Bianca Durazzo Costa / Maria do Socorro Vieira Coelho 809
70. O primeiro livro das *Noites Áticas*, de Aulo Gélío
Ana Luíza Silva de Freitas / Luís Carlos Lima Carpinetti817
71. O processo de escritura do romance *Nhô Guimarães* de Aleilton Fonseca
Adna Evangelista Couto dos Santos e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz823
72. O projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NOR-POFOR
Aluíza Alves de Araújo835
73. O trabalho da filologia textual: descortinando alguns aspectos do movimento abolicionista na Bahia
Maria da Conceição Reis Teixeira846

74.	O uso da forma você no norte de Minas Gerais <i>Maria do Socorro Vieira Coelho</i>	854
75.	O uso de terminologias em língua inglesa em educação a distância <i>Márcio Luiz Corrêa Vilaça</i>	862
76.	Os aspectos estilísticos no uso das conjunções <i>Charleston Chaves</i>	869
77.	Poder e supremacia: a venda do ensino de língua inglesa como língua estrangeira no Brasil <i>Bruna Damiana</i>	877
78.	Polifonia e implícito como recursos argumentativos em textos midiáticos <i>Solange Silveira Souza</i>	887
79.	Pontuação: orientação de uso pela ótica dos gramáticos ao longo do tempo <i>Tania Maria Nunes de Lima Camara</i>	897
80.	Por uma abordagem semântico-argumentativa das conjunções <i>pois</i> e <i>porque</i> <i>Ânderson Rodrigues Marins</i>	918
81.	Práticas de letramento: uma proposta de trabalho para o ensino de gramática <i>Bianca Corrêa Lessa Manoel</i>	931
82.	Presença judaica na toponímia brasileira: Brasil, origem e mistérios <i>Jane Bichmacher de Glasman</i>	940
83.	Procedimentos discursivos em <i>Mártires da Glória</i> , de Roberto Pompeu de Toledo <i>Lilian Manes de Oliveira</i>	953
84.	Representações femininas na MPB: de Amélia a Messalina <i>Angélica Moriconi / Márcia A G Molina</i>	963

85. Retórica e argumentação: um estudo da Tríade
João Antônio de Santana Neto974
86. Táticas de indeterminação do sujeito: traduzindo a alteridade
Janivam da Silva Assunção / Norma Lucia Fernandes de Almeida 982
87. Trânsitos estéticos na ficção sá-carneiriana *Orpheu*, da poesia à
prosa e vice-versa
Rafael Santana Gomes993
88. Um estudo das ocorrências de orações relativas em textos latinos
Renata Pereira Bastos / Luís Carlos Lima Carpinetti1001
89. Variação linguística e ensino: uma abordagem sobre os livros didá-
ticos de português
Alexandra Soares dos Santos / Carla Luzia Carneiro Borges .1006
90. WEB 2.0 e materiais didáticos de línguas: reflexões necessárias
Márcio Luiz Corrêa Vilaça1017

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 04 do volume XV dos *Cadernos do CNLF*, com os seis textos completos dos trabalhos que serão apresentados como minicursos no XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia no dia 22 de agosto de 2011.

Assim, como é possível que algum congressista tenha tido o desejo de participar de mais de um minicurso e isto se tornou inviável pelo fato de todos ocorrerem no mesmo horário, todos terão todos os textos, assim como o contato com os professores, através do e-mail, de modo que poderão tirar algumas dúvidas posteriormente, caso precisem.

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, estamos editando, simultaneamente, este *Livro das Oficinas* em três suportes, para conforto e segurança dos congressistas: em suporte virtual, na página http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/oficinas.html; em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2011* (cd-rom) e em suporte impresso, neste número 3 dos *Cadernos do CNLF*.

Todos os congressistas inscritos em qualquer oficina receberão um exemplar deste *Livro das Oficinas* em suporte impresso, sendo que a versão digital será opcional para quem apresentar trabalho, porque poderá escolher o *Livro de Resumos* em suporte impresso ou o *Almanaque CiFEFiL 2011*, em que está disponível também este livro.

Assim como a *Programação*, o *Livro dos Minicursos* também vai publicado em caderno impresso separado, para se tornar mais facilmente consultável durante o evento, assim como o *Livro de Resumos*.

Desejo-lhe uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, agosto de 2011.

José Pereira da Silva

**A ALTERNÂNCIA DO INDICATIVO COM O SUBJUNTIVO
A PARTIR DA ANÁLISE DO PRIMEIRO LIVRO
DAS CONTROVÉRSIAS DE SÊNECA, O RÉTOR**

Débora Aparecida Nunes Maciel (UFJF)
deboramacieljf@hotmail.com

Luís Carlos Lima Carpinetti. (UFJF)
lulicarpinetti@oi.com.br

1. Introdução

Neste trabalho, é abordada a alternância do uso do indicativo e do subjuntivo no período composto por subordinação e, particularmente, o que se pôde observar na leitura do primeiro livro das *Controvérsias* de Sêneca, o Rétor, e levantar como exemplos desta alternância, que nos parece curiosa pela forma como determina a classificação das orações e constroem um modelo teórico absolutamente assimétrico e irregular, sem que se possa sistematizar de outro modo a apresentação dos tipos de oração subordinada.

Neste sentido, nosso esforço foi observar como o texto de Sêneca, o Rétor, nos mostra a alternância e apresentar, neste artigo, o que aprendemos nesse exercício. É sempre necessário reiterar que a lição da gramática é um solo duro e que o exercício da leitura dos textos é que nos ensina a realidade da língua escrita.

2. Indicativo e subjuntivo nas orações principais

A ocorrência do indicativo aponta normalmente para um fato real ou habitual, e contrapõe-se ao uso do subjuntivo o qual representa os aspectos potencial e irreal.

Quando nos deparamos com um verbo no modo indicativo, em geral, corresponde ao mesmo modo em português. Porém se o verbo da oração principal estiver no subjuntivo, a correspondência em português será o futuro do pretérito simples ou composto, indicando o modo potencial e o modo irreal. Tal fato nos leva a detectar a ausência desses tempos separadamente do subjuntivo, como ocorre em português, quando vemos que há os dois tempos citados, além do subjuntivo.

Misericors sum: non mutassem patrem, si naturam mutare potuissem
(WINTERBOTTOM, M., p. 30)¹.

[Sou misericordioso: eu não teria mudado o pai, se eu não tivesse podido mudar a natureza.]

O uso do subjuntivo na oração principal corresponde ao futuro do pretérito (simples ou composto). No caso acima, trata-se de um mais que perfeito do subjuntivo o qual corresponde ao futuro do pretérito composto e expressa o modo irreal, que implica que a ação não é mais possível (ou não era).

A correspondência entre os tempos do futuro do pretérito simples e composto do português e os quatro tempos do subjuntivo latino não é unívoca. Esperamos encontrar, ao longo do tempo, evidências sobre o uso desses tempos, e das respectivas correspondências.

3. *A alternância do indicativo com o subjuntivo nas orações subordinadas*

Verificaremos a alternância dos referidos modos no título deste item, utilizando a metodologia de exposição dos conteúdos das orações subordinadas conforme o faz as gramáticas de língua latina, a exemplo da *Gramática Superior da Língua Latina*, de Ernesto Faria.

3.1. *As orações interrogativas indiretas*

Pelo estudo do texto *Controvérsias* de Sêneca, o Rétor detectamos o uso concomitante da oração interrogativa direta e da oração interrogativa indireta de acordo com o uso do estilo direto e do estilo indireto. No momento em que o autor apresenta a discussão acerca da retórica em termos amplos, o autor se serve do estilo indireto e da interrogativa indireta. Quando o mesmo passa a considerar os casos em narrativa direta e simples, ele passa ao estilo direto e à oração interrogativa direta, que faz uso do modo indicativo.

Uterque me amavit, uterque pro me uota fecit; quantum est, si dixero: /
“uterque me aluit”? (p. 32-34)

¹ Todas as citações da obra deste autor serão feitas sem a menção do nome do autor, apenas citando a página da sua edição, a qual se acha referenciada na bibliografia.

[Um e outro me amou, um e outro fez promessas em meu favor; quanto há, se eu tiver dito: “um e outro me sustentou”?]

A oração interrogativa “*uterque me aluit*” é complemento do verbo *dixero* e o seu complemento não sofre as modificações sintáticas que transformariam a oração interrogativa direta em interrogativa indireta.

Ao que parece, a citação, conforme é praticada hoje, literariamente como citação de diálogos, ou falas de personagens, já existia de modo semelhante em latim. O que se observa também é que o texto elaborado prefere a oração interrogativa indireta, enquanto um texto mais livre, ou narrativo prefere uma citação literal.

Exigitis rem magis iucundam mihi quam facilem; / iubetis enim quid de his declamatoribus sentiam,(...) (p. 2)

[O que vós estais me pedindo é algo que eu acho mais agradável do que fácil; vós me ordenais, pois, a dar opinião sobre o que eu pense sobre estes declamadores, (...)]

A oração *quid de his declamatoribus sentiam* é complemento do verbo *iubetis* que quer dizer “vós ordenais” e representa uma oração interrogativa indireta. Como essa frase abre o primeiro livro das *Controvérsias* de Sêneca, o uso do pronome vós refere-se ao público em geral, interessado em aprender os segredos da retórica. Ao autor é requerida a sua opinião sobre os declamadores, de um modo geral. A opinião do autor é pedida em uma pergunta indireta e aparece como complemento do verbo *iubetis*. Para ser complemento do verbo *iubetis*, a pergunta do público tem que se transformar sintaticamente. Se fosse direta, usaria o indicativo. Como complemento de um verbo como *iubetis*, o verbo da oração interrogativa passa ao subjuntivo, tal como aparece no exemplo citado.

3.2. As orações integrantes ou completivas

Também para a oração integrante ou completiva vale a mesma regra que para a oração interrogativa, quando o estilo direto ou indireto determina o uso do modo indicativo ou subjuntivo nas orações integrantes ou completivas. Por oração integrante, entendemos aquela que venha a perfazer o que requerem os argumentos da predicação verbal do verbo dito da oração principal, e que se ache incompleto nesta oração principal, e que a oração integrante venha completar de modo satisfatório e definitivo.

Na análise do primeiro livro das *Controvérsias* de Sêneca, o Rétor, observamos que, nas narrativas dos casos de controvérsia, em que

predomina o estilo direto, as orações ditas integrantes são construídas com indicativo e são complementos de verbos de predicação incompleta. Nesses casos, assim o percebemos, pois, seria impossível desvinculá-los em suas construções.

Cum dico: “uim passa es”, “occidi” inquit; cum dico: “hominem occidisti”, “inferebat” inquit “uim mihi” (p. 74)

[Quando digo: “sofrete uma violência”, “matei”, ela diz; quando digo: “mataste uma pessoa”, ela diz “ele me causava uma violência”]

As falas citadas estão colocadas entres aspas e são complementos de verba *dicendi* como *dico*, *inquit*. Em outros casos, os complementos de verba *dicendi* sofrem mutação sintática e passam a constituir orações completivas infinitivas, tal como é recorrente em todo o texto. Mas, o que observamos na oração infinitiva é que ela é mais formal e menos colloquial. A seguir, assinalaremos a oração infinitiva:

Hanc aliquando adeo in me floruisse, ut non tantum ad usum sufficeret sed in miraculum usque procederet, non nego: (p. 2-4) (grifo acrescentado)

[Não nego que minha própria memória era, em um só tempo, tão poderosa a ponto de ser positivamente prodigiosa, bastante distanciada de sua eficiência no uso comum.]

Há casos de oração integrante em que as partículas introdutórias *ut*, *ne*, *quin*, *quominus* e *quod* não aparecem, aparecendo apenas a oração com o verbo no subjuntivo. A seguir, um exemplo:

(...) necesse est enim per omnia studia mea errem et passim quidquid obuenerit adprehendam. (p. 4)

[Necessário é, pois, que eu ande sem destino por todos os meus esforços e apreenda a cada passo tudo o que tenha sobrevivendo.]

3.3. A oração comparativa ou modal

Em geral, as gramáticas apresentam as orações comparativas juntamente com as orações modais, fato que não nos parece estar de acordo com as diferenças que as mesmas guardam entre si, não sendo a alternativa “ou” sinônimo de semelhança ou igualdade. Poder-se-ia mesmo questionar o porquê desta reunião de classificação, quando não existe identidade semântica entre a comparação, e o modo ou conformação. Por isto trataremos de um e de outro caso separadamente.

3.3.1. A oração comparativa

Na oração comparativa, ocorrem os comparativos de superioridade e os advérbios em grau comparativo, seguido de uma oração introduzida pela partícula *quam*:

Captum me piratae nihil amplius quam alligauerunt. (p. 156)

[Uma vez capturado, os piratas nada mais fizeram do que acorrentar-me.]

O uso do acusativo (*me+captum*) é complemento de *alligauerunt* e faz pensar no uso do ablativo absoluto, embora se trate de acusativo composto de pronome e particípio que completam o sentido de um verbo transitivo. No caso do ablativo absoluto, há uma independência semântica com relação à ação do verbo da frase, no caso em pauta existe uma topicalização do complemento verbal, com relação ao verbo que, por sua vez, por meio da construção de uma comparação, é apresentado numa estrutura de enfoque narrativo, quando qualquer outra ação estaria excluída.

No exemplo a seguir temos uma oração comparativa com o verbo no subjuntivo:

Sic uenisse populum Romanum ad Scipionem Aemilianum, cum maius bellum Numantinum apparuisset, quam quod sustinere alii duces possent (...) (p. 188)

[Assim ter vindo o povo romano até Cipião Emiliano, quando havia aparecido a maior guerra de Numância do que o que pudessem sustentar outros generais (...)]

3.3.2. A oração modal

A oração modal, via de regra, se constrói com indicativo, e o uso do subjuntivo, sendo raro aqui, traduz o aspecto potencial.

Hoc prorsus fabulis, repleto sceleribus nostro saeculo, deerat, ut narretur aliquis solutus a piratis, adligatus a patre. (p. 158)

[Isto é o que foi necessário para completar as lendas de uma idade repleta com os crimes em nosso século, como deveria ser contado que alguém, solto por piratas, seria acorrentado pelo pai.]

3.4. A oração causal

Na oração causal, ocorre oscilação do uso do indicativo e do subjuntivo, mas pela nossa prática, vemos que essa oscilação está atrelada ao uso do conectivo e que, portanto, não expressa necessariamente aspectos potencial e irreal. Apresentaremos, aqui, dois exemplos, de conectivos e de modos diferentes.

Placebat autem LATRONI potius ratione retinere patrem quam affectu, cum in ratione habeat aliquem locum et affectus. (p. 188)

[Agradava, porém, a Latro reter antes pela razão o pai do que pelo afeto, quando na razão tenha alguém lugar e afetos.]

*Quia probavi ista, damnastis.*²

[Visto que provei esses fatos, vós condenastes.]

4. A oração concessiva

O uso do indicativo e do subjuntivo, na expressão da concessão, está condicionado a cada tipo de conjunção que venha introduzir a oração concessiva. As conjunções que demandam o indicativo são: *etsi*, *tametsi* e *quamquam*. Quanto àquelas que demandam o subjuntivo, lembremos de: *licet*, *cum*, *ut/ne*, *quamvis* e *etiamsi*. Vejamos um exemplo:

Scis tuto te facere: etiamsi abdicaueris, alam. (p. 28)

[Tu sabes que tu fazes com segurança, ainda que tenhas rejeitado, eu sustentarei.]

5. As orações final e consecutiva

Ambas as orações requerem o verbo no subjuntivo, sendo que o indicativo não aparece jamais. A oração final tem como conjunções *ut*, *quo* para as afirmativas, e *ne* para as negativas. A oração consecutiva utiliza *ut* para a afirmativa e *ut non* para negativa, além de *quin*, *quae non*, *quod non* e *quominus*. A oração consecutiva também é desencadeada pelo uso de alguns advérbios na oração principal: *sic*, *ita*, *adeo*, *eo*, *tam*, *tantum*.

Exemplo de oração final:

² A edição que utilizamos como referência não traz esse trecho selecionado do primeiro livro, que o site www.thelatinlibrary.com traz.

Ita domi custodita est, ut rapi posset (...) (p. 66)

[Assim ficou protegida em casa, para que pudesse ser raptada.]

Exemplo de oração consecutiva:

(...) lenocinatur, inquam, gloriae meae, ut uidear patrem etiam prohibitum aluisse. (p. 48)

[(...) ele está tentando, eu disse para mim mesmo, ajudar a minha glória ao longo do tempo, de tal modo que eu pareça, mesmo tendo sido proibido, ter sustentado meu pai.]

6. A oração temporal

A oração temporal está marcada pela presença de inúmeras noções que a ideia de tempo comporta. Particularmente, a conjunção *cum* agrupa uma série de categorias de tempo que as gramáticas apresentam como *cum temporale*, *cum inuersum*, *cum narratiuum* e *cum historicum*, segundo o uso do indicativo e do subjuntivo.

Entre o *cum narratiuum* e o *cum temporale*, podemos detectar a seguinte diferença: o *cum temporale* marca um simples relação de tempo, sem maior preocupação com uma ordenação de narração, e pode utilizar o indicativo em qualquer tempo. Já o *cum narratiuum* implica a noção de encadeamento, e um exemplo típico de seu uso são as narrações das arengas judiciárias de Cícero, nas quais este orador romano se preocupa com a racionalidade da apresentação dos fatos em seus discursos.

No *cum inuersum*, o que se observa é que o foco de importância se desloca, da oração principal, para a oração temporal. O *cum historicum* relata circunstâncias sobre as quais não se tem mais influência alguma, uma vez que são fatos passados e irrevogáveis; tanto o *cum narratiuum* quanto o *cum historicum* lançam mão do verbo no subjuntivo.

As seguintes conjunções demandam uso do indicativo: *dum*, *donec*, *quoad*, *quando*, *quamdiu*, *ubi*, *postquam*, *simul et*, *ut*, *quotienscumque*. Para tais conjunções, são expressas diversas categorias de tempo, a saber: para *dum*, é a duração do tempo; para *donec*, a duração até o término do tempo; para *quoad*, duração do tempo até o limite; *quando* marca um ponto no tempo; *quamdiu* marca a duração concluída; *ubi* marca um ponto no tempo; *postquam* indica tempo posterior a outro já concluído; *ut* indica início no tempo; *simul et* (ou *simul ac* ou *simul atque*) indica simultaneidade de ações; *quotienscumque* indica recorrência no tempo.

As seguintes conjunções introduzem orações com o verbo no subjuntivo: *antequam*, *priusquam*. Essas conjunções marcam noções de tempo diferenciadas daquelas que demandam indicativo. *Antequam* marca anterioridade no tempo, e o verbo no subjuntivo aponta para o aspecto irreal, da ação colocada como posterior. *Priusquam* indica a anterioridade por preferência a outra ação que lhe seja posterior.

A oração temporal citada abaixo aparece com indicativo, mas há situações em que o uso da conjunção temporal *cum* requeira o subjuntivo. Trata-se, aqui, do uso do *cum temporale*. Pergunta-se por que a gramática não atribui tipos sintáticos diferenciados para a oração temporal, quando o faz para a oração relativa. A sequência que destacamos do texto é apenas um exemplo, já que, anteriormente, apareceram vários exemplos de oração temporal com verbo no indicativo. No caso, na oração temporal, o *cum temporale*, *cum narrativum*, *cum inversum* e o *cum historicum* constituem subcategorias de uso da oração temporal, mas não tipos, como as orações relativas próprias e impróprias:

Itaque solebat et ipse, cum se assidua et numquam intermissa contentione fregerat, sentire ingenii lassitudinem, quae non minor est quam corporis sed occultior. (p. 14-16)

[E assim ele próprio também costumava sentir a lassidão de seu talento, quando ele havia se fragmentado com perseverante e nunca desocupado esforço.]

7. As orações condicionais

As conjunções condicionais mais frequentes são: *si* (afirmativo); *nisi* (ou *ni* – negativo); *siue... siue* (se ou *se* – alternativo); *dum*; *dummodo* (contanto que). As orações condicionais apresentam grande liberdade de construção, uma vez que é possível combinar diversos tempos de verbo, entre a oração condicional e a oração principal. É grande a variedade de tipos de orações dentre as chamadas orações condicionais: existem as que expressam uma condição real e fazem uso do indicativo; há aquelas que expressam uma condição possível e fazem uso do presente e imperfeito do subjuntivo; há também as que expressam uma hipótese irreal e lançam mão do pretérito perfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo:

Uterque me amavit, uterque pro me uota fecit: quantum est, si dixerit: "uterque me aluit" (p. 32)

[Um e outro me amou, um e outro fez para mim promessas: quanto é, se eu disser: "um e outro me sustentou".]

Cum uetaret me pater, aiebat: "ipse mihi, si egerem, alimenta non daret." (p. 26)

[Visto que meu pai me vetava, ele dizia, "se eu estivesse passando necessidade, eu próprio não daria alimentos para mim".]

Misericors sum: non mutassem patrem, si naturam mutare potuissem. (p. 30)

[Sou misericordioso: eu não teria mudado o pai, se eu não tivesse podido mudar a natureza.]

8. *As orações relativas próprias e impróprias*

Essas orações constituem tipos específicos de classificação, porque a relativa própria só usa o indicativo, e a imprópria, o subjuntivo, e não há modificação nessa ordem. As relativas impróprias têm uma grande variedade de nuances semânticas que não abordaremos aqui por falta de espaço.

9. *Conclusão*

Com este trabalho, procuramos demonstrar que o tópico gramatical sintaxe do período composto, tal como é apresentado pela maioria das gramáticas latinas (das quais tomamos, como exemplo, a de Ernesto Faria) não apresentam uma exposição sistemática, uma vez que os critérios que norteiam a definição de cada tipo de oração não são simétricos entre si, e talvez o que impeça essa simetria seja a questão semântica que é particular a cada tipo de oração, e obriga o gramático a uma exposição casuística. Os exemplos colhidos e apresentados neste artigo é fruto de levantamento da obra *Controvérsias* de Sêneca, o Rétor e, por isso, também não se propõe como exaustiva já que a obra não reproduz todos os tipos de conjunção possíveis que uma gramática latina possa apresentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

SÊNeca, o Rétor. *Declamations*, v. 1. Translated by M. Winterbottom. Harvard: Harvard University Press, 1999.

URL: <http://www.thelatinlibrary.com/seneca.contr1.html>

**A CIDADE DE SÃO PAULO
EM MEMÓRIAS SENTIMENTAIS DE JOÃO MIRAMAR**

Monica Gomes da Silva (UFF)
monicagomessilva@yahoo.com.br

1. Introdução

O antigo pouso de tropeiros de ruas estreitas e tortas é abalado pela explosão da produção cafeeira e, em 1900, já se tornara a capital do chamado “ouro verde”. Despertada de seu sono provinciano, São Paulo passa por um processo similar ao do Rio de Janeiro, sob a égide de Pereira Passos. Antonio Prado (1898-1908) é o primeiro intendente a realizar um amplo projeto de urbanização, visando domesticar a natureza pernicioso do burgo paulista.

As várzeas insalubres são aterradas, constroem-se pontes, viadutos; a iluminação pública abandona as antigas lâmpadas a óleo pelo gás e, depois, a luz elétrica iluminará o espaço urbano, organiza-se o serviço de bondes, brigadas higienistas combatem as doenças que até aquele momento dizimavam a população.

Desenvolve-se uma vida elegante, cujo coração é o centro comercial, chamado de Triângulo, de lojas afrancesadas, onde se encontrava as últimas modas da Europa. Surgem grandes bairros residenciais, com as vilas e mansões da aristocracia cafeeira e industrial. Por outro lado, uma imensa massa trabalhadora, da indústria e do comércio, começa a compartilhar o mesmo espaço urbano, nem sempre de forma pacífica. Essa população habitará os arrabaldes, as antigas chácaras convertem-se em bairros operários, com suas casas geminadas e cortiços.

Os imigrantes, sobretudo italianos, serão a mão-de-obra do primeiro “boom” do café e constituirão a massa populacional responsável pelo funcionamento das primeiras indústrias. Em um censo de 1897, havia, na cidade, mais italianos do que brasileiros, em uma proporção de dois para um.

Enquanto o Rio de Janeiro, capital federal, prolongava uma tardia Belle Époque, cuja literatura de maior expressão e aceitação era denominada “sorriso da sociedade”, ornamental e vazia, São Paulo abandona o antigo aspecto colonial e emerge como um centro cosmopolita, embora seja possível reconhecer a permanência, nas artes, de traços decadentis-

tas/parnasianos. Em contrapartida, a Semana de Arte Moderna de 1922 causou escândalo e também lançou as bases de uma modernidade em literatura que pudesse acompanhar a modernidade que já se processava no âmbito social.

A modernidade pode ser compreendida como “concepção iluminista do desenvolvimento humano e social, e modernização tecnológica, uma das formas em que esta adquire com maior força, seu vigor.” (PIZARRO, 2006, p. 60). Na América Latina, ainda segundo Pizarro, ocorre a “modernidade periférica”, caracterizada da seguinte forma:

Na América Latina, a modernidade adquire seu perfil periférico na complexidade de fluxos culturais que se cruzam, se encobrem, permanecem, muitas vezes isolados, desenvolvem-se em termos desiguais, adquirem caráter residual ou emergente, desintegram-se ou perduram, misturam-se. Tais fluxos provêm de pontos diferentes da região, possíveis talvez de organizar, para sua compreensão, em torno de núcleos de funcionamento que recebem, irradiam ou, pelo menos adquirem densidade em sua geografia cultural. Estes núcleos aglutinantes são as cidades que polarizam a atividade cultural pela força do movimento que as faz sobressair em meio às demais, que apresentam um perfil mais discreto, ou dormitam na languidez provinciana. (*idem*).

A cidade é, portanto, o grande palco do processo modernizante ao receber os fluxos culturais e migratórios e funcionar como o centro difusor das novas tendências artísticas e tecnológicas. Em São Paulo, adquire uma dinamicidade peculiar ao contrapor o frenético surto de crescimento econômico, industrial e urbanístico às estruturas arcaicas, representadas pelo patriarcalismo e pela produção latifundiária baseada em condições próximas à da escravidão.

Atores de uma “modernidade periférica”, os vanguardistas veem nessa cidade os sinais da grande mudança, capaz de elidir uma estrutura arcaica e ineficiente. No princípio, prevalece a postura combativa/demolidora em arte, como eram demolidoras as reformas urbanas. Os artistas são movidos pela utopia de que essa modernização fosse a chave para resolver os impasses da cultura brasileira expressos pelos binômios campo X cidade, nacionalismo X cosmopolitismo.

2. *Uma nova forma de ver o mundo*

Oswald de Andrade é observador e participante ativo das mudanças que se avultaram em São Paulo. Por meio do radicalismo linguístico e da devoração crítica das vanguardas artísticas, cria uma estética que concilia a cultura brasileira e a europeia. Em 1924, publica o *Manifesto*

da *Poesia Pau-Brasil* e o livro *Memórias Sentimentais de João Miramar*, e, tanto no manifesto, quanto no romance, prevalece um novo modo de encarar os dualismos e tensões da sociedade brasileira, que encontrarão sua resposta mais contundente no *Manifesto Antropofágico*.

No *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, são reivindicadas a liberdade linguística, proposta como a aproximação entre fala e escrita, e liberdade temática: “A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafraão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos.” (ANDRADE, 1990, p. 257), além de uma rejeição ao “passadismo” literário: “Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres.” (*idem*, p. 260).

É proposta uma conciliação entre a floresta e escola, cultura nativa + atitude intelectualizada: “Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de dorme-nenê que o bicho vem pegá e de equações.” (*idem*). A valorização da cultura coletiva e mergulho nas fontes primitivas e a convivência com o “lado doutor”, é a conciliação otimista e utópica para resolver o impasse da cultura brasileira e de sua situação periférica, como é propalado no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*.

Deste modo, Oswald, nas primeiras obras de sua fase combativa, realiza um “trabalho ciclópico” em “acertar o relógio império da literatura nacional” (ANDRADE, 1990: 260). *Memórias sentimentais de João Miramar*, como já analisou Haroldo de Campos, é o primeiro “cadinho” de prosa modernista em literatura brasileira. A fim de abarcar a densidade de uma nova ordem social e moral, o poeta recorre a uma

ruptura como processo do discurso e, nela, a cidade com seu urbanismo desenfreado, cosmopolita, sonho de modernidade se inscreve como linguagem poética privilegiada, em múltiplas estratégias: propostas simultaneístas, rupturas cronológicas, descrição analítica cubista, a fragmentação que reorganiza a linguagem, buscando diferentes virtualidades de expressão tempo-espaciais, para dar conta desta relação do sujeito com o meio urbano. (PIZARRO, 2006, p. 67)

Esta passagem da crítica chilena se refere à poesia de Olivério Girondo, autor do livro *Veinte poemas para leer en el tranvía* (1922) que faz uma revolução em literatura similar a do grupo de modernistas. Ainda que Ana Pizarro destaque essas características como pertencentes à obra do poeta argentino, poderíamos fazer uma comparação com a prosa-poética oswaldiana. *Memórias Sentimentais de João Miramar* é construí-

do pelas rupturas apontadas pela autora, no qual o cosmopolitismo se faz presente através da linguagem inovadora, transgressora e tradutora da cidade de crescimento vertiginoso, no qual a percepção do sujeito é confundida e a realidade é vista fragmentariamente. A alteração tempo-espacial, o simultaneísmo, as descrições analíticas cubistas e a ruptura cronológica são possíveis de se perceber, por exemplo, no capítulo 132 “Objeto Direto”:

Ao longo do Viaduto bandos de bondes iam para as bandas da Avenida.

O poente secava nuvens no céu mal lavado.

No Triângulo começado de luz bulhenta antes da perdida ocasião de ir para casa entramos numa casa de jóias. (ANDRADE, 1978, p. 75).

Somando-se a essas características, a ruptura também se faz por meio de paródias, linguagem telegráfica, além da estrutura cinematográfica muito próxima aos conceitos e técnicas de Eisenstein. Oswald, através de seu personagem itinerante, procura “*kodakar* a vida imperturbavelmente, por meio duma linguagem sintética e fulgurante cheia de soldas arrojadas, de uma concisão lapidar.” (CAMPOS, 1964, p. 27). O cinema é um dado importante, tanto para a construção do romance, quanto para a construção do enredo, pois João Miramar torna-se sócio de uma produtora de filmes e tem um caso extraconjugal com uma atriz com pretensões à diva *hollywoodiana*, realizando uma crítica e autocrítica jocosa.

Por meio destas técnicas, frases entrecortadas, enxutas, sintéticas e objetivas, instaura-se no texto o antiilusionismo. Oswald fará recortes da realidade seguindo leis próprias, assim como o diretor de um filme. O dadaísmo contribuirá para a presença de humor, irreverência e ironia presentes nos poemas de Oswald, ao retirar a aura de sagrado da obra de arte, tornando-a objeto de escândalo.

A obra literária passa a ser objetiva, primando pela síntese e atualidade própria da linguagem jornalística: “Brasil país milagres acrescentaria Márquez ignorando grande literatura nossa época é reportagem” (ANDRADE, 1983, p. 40). Seus textos são reduzidos ao mínimo necessário para serem compreendidos, as frases são justapostas e os elos do discurso são omitidos a fim de despertar o leitor, chamando-o a interagir, saindo da posição passiva de emoções conhecidas figurando o estranhamento, que torna o comum, em incomum.

O trabalho narrativo é feito através de uma série de referências que visam pôr pelo avesso a forma de rememoração empreendida pelo

personagem. A paródia começa com um pseudoprefácio, em que as memórias do protagonista são “resenhadas” por um pernóstico intelectual chamado Machado Penumbra. Paradoxalmente, uma forma decadentista apresenta elementos “futuristas”: as guerras, os automóveis, as cidades bombardeadas, frisando a “volta ao material”, aos estados puros.

Também adverte, consoante à citação que antecede o prefácio, que os espíritos provincianos não entenderão o alcance do “mordaz ensaio satírico”. É interessante notar a consciência crítica do autor que, por meio de uma personagem ficcional, prevê a recepção de sua obra, ao mesmo tempo em que analisa a linguagem empregada, que segundo Andrade/ Penumbra é uma das grandes contribuições do romance para a literatura brasileira:

O fato é que o trabalho de plasma de uma língua modernista nascida da mistura do português com as contribuições das outras línguas imigradas entre nós e, contudo, tendendo paradoxalmente para uma construção de simplicidade latina, não deixa de ser interessante e original. (ANDRADE, 1978, p. 10).

As memórias sentimentais dialogam, também, com as histórias românticas, numa mescla de romance de formação e de aventuras. A volta à infância é realizada através da linguagem infantil fundindo ao estilo telegráfico vanguardista. Miramar / criança consegue trazer os acontecimentos com uma liberdade expressiva duplicada. Conhecemos os reveses da vida do menino, com mãe religiosa, que ao perder o pai fazendeiro, sai de um confortável *status* e passa a viver com parentes. O lirismo perpassa nas descrições das traquinagens, nas quais é tênue o limite entre a imaginação alimentada por livros de história e gravuras e a realidade dos adultos.

Outro exemplo dessa corrosão, por meio da linguagem, se dá quando o jovem Miramar, de inúmeras pretensões poéticas, embarca em uma grande viagem pela Europa, custeada pelas últimas economias da mãe. O estilo do diário de bordo também é entrevisto e desconstruído. A paisagem, o céu e o oceano, aparecem como repetitivos. A natureza recebe o olhar cidadão de quem vê que “O sol afogado queimava arranhacéus de nuvens.” (ANDRADE, 1978, p. 26). O interesse se volta para os demais passageiros, as músicas e as danças. Como um turista apressado e superficial, recebemos cartões-postais irreverentes com as visões preconcebidas sobre as diferentes cidades europeias.

O “contrato indissolúvel de casamento”, os parentes, as tentativas de negócios frustrados e as tendências literárias aparecem, depois, em uma apropriação de gêneros, estilos e discursos que alcança um ritmo

crecente, conforme o protagonista se torna adulto. São relatórios, cartas, contratos, discursos históricos e literários que corroem a superficialidade e volubilidade daqueles que são os maiores promotores ou beneficiados do processo de modernização de São Paulo.

3. *Capital em moto-contínuo*

A linguagem desestabilizadora constrói um panorama “crítico-satírico” da sociedade paulista nas primeiras décadas do século XX. A realidade urbana se modifica incessantemente, mas a vida cultural paulista ainda pagava tributos a um passado canônico, cujo prolongamento e prestígio são os alvos de piada em *Memórias sentimentais*.

A representação abandona o bucolismo ou ideia romântica de espaço enigmático, cuja noite revelava uma face sombria e marginal, como até então se representava a colonial cidade de São Paulo. A partir da década de 1910, a feição citadina muda e passa a ser um lugar onde convivem tensões e conflitos de cunho pessoal e social, em que a noite é apenas mais um domínio dos negociantes festivos em meio a lucros extraordinários e de *soirées* das estrelas de cinema que começavam a fulgurar na sociedade. Como analisa Sarlo:

La ciudad moderna es un espacio privilegiado donde las formas concretas y simbólicas de una cultura en proceso de cambio se organizan en la mala densa de una sociedad estratificada. (SARLO, 1990, p. 40).

A cidade complexa é vista em pequenos *flashes*, aliados à escrita teográfica, consubstanciando a estética analista cubista, ao mesmo tempo de forte poder imagético e linguístico. A partir dessa “*kodack*” itinerante, uma vez que o deslocamento também é outro dado importante do livro, percebemos uma São Paulo como espaço do desejo de ascensão social de um setor *nouveau riche*, de uma pequena burguesia que “galga” posições sofrivelmente, cujos maiores expoentes produzem uma ciência de gabinete e se congregam nos clubes “*ping-pong*”. O patriotismo mais se presta a patriotadas de pequenos coretos e acanhados grêmios cívicos.

Ao expressar estes novos posicionamentos, Oswald de Andrade propõe a convivência de diferentes registros que atuam sempre em nível paródico: a fala do João Miramar-criança, os estudantes de conhecimento precário em de busca de uma sinecura governamental, o deslumbramento kitsch das mocinhas que vão pela primeira vez à Europa, o discurso de Machado Penumbra, a afetação de Dr. Pilatos e o pedantismo confuso de

Minão da Silva. Discursos que se opõem, mas em conjunto, satirizam a mutação social paulista.

Como observamos, Miramar, quando criança possui uma liberdade discursiva, devido ao lirismo que acompanha a rememoração do personagem, numa mescla de linguagens vanguardista e infantil. Isso permite que temas polêmicos sejam retratados sem o sarcasmo que se desenvolverá nos demais capítulos. Miramar descreve, deste modo, Maria da Glória, agregada responsável por cuidar do filho do patrão, sobrevivente aos tempos senhoriais que, não teve a vida alterada após a Abolição: “Preta pequenina do peso das cadeias. Cabelos brancos e um guarda-chuva”. (ANDRADE, 1978, p. 15). As cadeias que a esmagaram, também a tornaram um autômato, acostumado a obedecer. Deste modo, num entrecruzamento entre a realidade urbana e seus maquinismos, a ex-escrava é dota de um “mecanismo das pernas sob a saia centenária desenrolava-se da casa lenta à escola” (*idem*).

Também os estudantes povoam a cidade vista e descrita por João Miramar. Em relação à população estudantil, São Paulo foi uma das primeiras cidades a sediar uma Faculdade no Brasil, ainda nos tempos imperiais. O antigo pólo estudantil, composto primordialmente pela Academia de Direito, considerado, hoje, como a primeira lufada de cosmopolitismo em São Paulo contrapunha-se à sociedade provinciana. Com o crescente progresso, o pólo é integrado à nova estrutura social. A estética e a melancolia românticas características daquele tempo são alvo de crítica satírica em *Memórias Sentimentais de João Miramar*.

Os amigos de juventude de João Miramar compõem uma plêiade empobrecida, moradores de mansardas, destoantes dos antigos ricos filhos de fazendeiros, que buscavam o título de bacharel: “Ruas quartos a chave bar desertos vibrações revoltas adultérios ênfases.” (ANDRADE, 1978, p. 22). Em comum, somente a boêmia, o discurso inflamado e as idas aos teatros, com ingressos em humildes galerias para presenciar as apresentações de cantoras estrangeiras: “O pano escuro enquadrava a boca do céu por onde lá embaixo Gisella Doni cantaria a Princesa dos Dollars e os *habitués* do galinheiro sentavam-se ao nosso lado.” (*idem*, p. 21).

Os estudantes byronianos, de intensos desejos poéticos, convertem-se em cidadãos extremamente comuns que circulam pelo Triângulo e apenas procuram uma forma de conseguir uma sinecura: “O João Jordão que não era artista nem nada aparecia magro e uma tarde arranjou o sub-

sídio governamental para estudar pintura em Paris”. (*idem*, p. 22).

Como representante da mutação sofrida pela família tradicional paulistana, aparece Pantico, um estouvado estudante. A partir da língua estrangeira mal aprendida pelo personagem, ocorre a derrisão do hábito aristocrático de enviar os filhos para o exterior a fim de se formarem como bacharéis e aprenderem uma língua estrangeira de forma fluente.

Numa mescla de francês e inglês macarrônicos, presentes nas cartas do personagem, Oswald de Andrade, também, reponta a forma expressiva predileta para os poemas de humor negro de alguns estudantes românticos da São Paulo do século XIX. A forma expressiva presente nos bestialógicos, era uma quebra da lógica linear, inaugurando uma nova instância discursiva que ganhará seu ponto alto com os dadaístas. No caso de Pantico, era a expressão do precário verniz cultural adquirido na Europa e nos EUA: “Já sei escrever a língua francesa como a portuguesa e a inglesa. Os Estados Unidos é cotuba. All right. Knock Out! I and my sisters espeak french. Moi et ma soer nos savons palette bien le Français. Eu e minha erman sabemos falal o francês.” (*idem*, p. 43).

Também demonstrando um conhecimento superficial, viaja pela Europa a família de Pantico: a mãe, seduzida por um conde de origem nobiliárquica duvidosa, e as irmãs, que não dominam os códigos de elegância europeia, ainda que, a força, recebam a instrução esperada das moças de família aristocrática, aprender francês e tocar piano. A linguagem presente na carta é simples, revelando os desajustes, os deslumbres e as gafes dessas personagens: “Mamãe ficou muito assustada com medo de nós cairmos nas ruas que são de água e nós ficamos aflitas, pensando que nem podíamos sair do hotel e só olhar da janela que dava para os fundos mambembes. Foi a criado do hotel que nos ensinou que tem ruas por detrás” (*idem*, p. 64-65).

Através de Pantico e dos amigos estudantes de João Miramar, Oswald consegue visitar e questionar a aura romântica em torno da Academia de Direito. Os personagens de Machado Penumbra e Dr. Pilatos permitem que a artilharia seja voltada para o alicerce a ser demolido pelos modernistas: o parnasianismo retórico. Os discursos pronunciados pelos personagens plasmam a linguagem parnasiana, justamente nos seus traços que provocaram o enfraquecimento da escola literária: a adjetivação abundante e vazia, as interpolações sintáticas tortuosas, as alusões a personagens e mitos greco-romanos e uma visão conservadora da História. Sistemática e impiedosamente, é exposta a utilização dessa retórica

para fins comezinhos, como, por exemplo, bajular os “dotes literários” de João Miramar: “– Seu marido, minha senhora, parece Telêmaco segundo o Fénelon na tradução portuguesa em que era de admirar tanta facúndia em tão verdes anos.” (*idem*, p. 45).

A face contrária destes discursos são as cartas de Minão da Silva, empregado da fazenda. Ao saber que se dirige a um letrado, Minão procura utilizar a mesma linguagem, gerando uma série de erros e confusões, pois tem apenas uma ideia difusa da língua considerada culta. Minão espelha a face de um Brasil com educação precária. No entanto, poder-se-ia ir um pouco mais além e apontar, na carta, o artifício pedir favorecimentos àqueles que se ligam de alguma forma com o poder, no caso da ausência de conhecimentos e instrução. Minão utiliza as mesmas estratégias dos demais “amigos” de João Miramar: o discurso empolado que cita grandes escritores, dileta filosoficamente e faz elogios ao destinatário. O personagem visa à intervenção do fazendeiro junto ao Exército.

Ainda que ocorram grandes mudanças urbanísticas, São Paulo possui uma forte ligação com o campo. Existe um *continuum* rural-urbano com limites muito tênues e ao discutir esta frágil fronteira, Oswald de Andrade cria um contratempo no ritmo narrativo. A paisagem rural e os deslocamentos para a fazenda aparecem como a parte mais fraca, oposta ao ritmo vertiginoso da cidade: “A vida ia lenta como poentes e queimadas.” (*idem*, p. 39).

O contratempo também se estabelece por meio da comparação com o ritmo das negociatas e transações mercantis, ao ritmo colonial, lento, das relações de trabalho na fazenda, com os antigos libertos e os imigrantes italianos. A denúncia dos desmandos políticos dos coronéis – que seguem comandando a vida política nacional –, principalmente os donos de fazendas de café, apontadas como as que conseguiram impor uma forte modernização ao esquema produtivo.

Contraposto a este dado, o personagem arrivista torna-se dono de uma grande propriedade, onde aponta a persistência de traços escravocratas naquelas que eram consideradas as melhores estâncias produtivas. Para isso, traz o registro desses trabalhadores para a voz do narrador: “Sias donas e lentidões de negros. / Italianos de pé no chon e santuários empedrados e milagrosos.” (ANDRADE, 1978, p. 49).

A louvação das riquezas naturais, na prosa oswaldiana, é simetricamente oposta à ideia romântica de natureza retumbante. A persistência

é parodiada em inúmeras passagens, a grandiosidade e o fausto são revestidos de prosaísmo, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, considerado “aborrecido e paisajal.” (*idem*, p. 43).

No capítulo 64 “Melosos Lunáticos”, a vista do cafezal, em uma noite de luar, povoada de estrelas, é apresentada como se os símbolos românticos da contemplação da sublimidade descessem à terra e coroassem os cafezais, contudo, sem abandonar a transcendência concedida por tais imagens. Além disso, satiriza o par amoroso, tão caro aos românticos:

Noitava o terraço de vista vasta para carregadores dos cafezais em esquadrão e pastos cercados com estrelas. Porteiros batiam pás! Longínquos por todo Brasil. E havia desconjuntamentos de trollys nacionais chegando de caminhos vermelhos por mato perfumado. [...] Eu e Célia fugíamos corpos voluptuosos com catadupa retida de sentimento para a sala de jantar fazendeira. (ANDRADE, 1978, p. 41).

Oswald de Andrade corrói irreverentemente o acelerado crescimento mostrando-o do avesso. Sim, existem automóveis, a energia elétrica chegou, mas São Paulo não deixou seu aspecto de várzea insalubre e próximo às ruas urbanizadas, ainda se percebe que:

o gru-gru dos grilos grelam gaitas/ E os sapos sapeiam sapas sopas / No alfa-beto escuro dos brejos/ Vogais / Lampiões lamparinas / E tu surges através de uma *fox-trot* errado e da lenda” (ANDRADE, 1978, p. 47).

A música moderna compete com o cricrilar dos grilos e o coaxar dos sapos; São Paulo moderna e primitiva. A paisagem não é totalmente urbana, mas também não encontramos o encanto que a persistência da natureza em plena cidade poderia sugerir.

O texto de Oswald de Andrade é uma reportagem investigativa, rápida, irônica, paródica, da mudança dessa cidade moderna com uma população estratificada, que recebe fluxos imigrantes, cuja economia se expande em meio a uma nova paisagem urbana, novos meios de comunicação. O desejo de nova ordem social é contrabalançado com a crítica ao convencionalismo que vicejava nas relações e nos comportamentos. Era a modernidade que chegava e pedia passagem.

4. Considerações finais

Em *Memórias sentimentais de João Miramar*, Oswald de Andrade o crescimento em moto-contínuo da capital paulista. Ainda que estas mudanças vertiginosas convivesses com resquícios de uma ordem colo-

nial já combalida, gera uma tensão que, no fundo, reflete os conflitos da sociedade brasileira em meio de um processo que, pela primeira vez na história, ocorre o predomínio da cidade pelo campo.

Os vanguardistas veem como solução para o impasse o combate ao provincianismo tacanho, por meio da valorização da cultura brasileira, mas sem deixar de lado as inovações artísticas e tecnológicas que aconteciam no início do conturbado século XX.

Oswald de Andrade reivindica autonomia e promove rupturas que visam elidir os últimos arcaísmos artísticos e sociais que emperrassem o processo modernizante. São Paulo, o gérmen de uma nova sociedade brasileira, espaço de desejos progressistas e utópicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: BELLUZ-ZO, Ana Maria de Moraes (Org.). *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial-Unesp, 1990, p. 257-261.

_____. *Memórias sentimentais de João Miramar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 1-94.

_____. Ouverture. In: MACHADO, Antonio de Alcântara. *Pathé-Baby. Obras*. vol. 2. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

CAMPOS, Haroldo de. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 9-44.

_____. Uma poética da radicalidade. In: ANDRADE, OSWALD. *Obras completas VII. Poesias reunidas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 7-72.

PIMENTA DA CUNHA, Alexandre Eulálio. Metrôpole do café. In: *Nosso século: 1900/1910*. vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 24-53.

PIZARRO, Ana. América Latina: vanguarda e modernidade periférica. In: _____. *O sul e os trópicos: ensaios de cultural latino-americana*. [Trad. Irene Kallina, Liege Rinaldi]. Niterói: EdUFF, 2006, p. 59-69.

SARLO, Beatriz. Modernidad y mezcla cultural. El caso de Buenos Ai-

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

res. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. (Org.). *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial-Unesp, 1990, p. 31-43.

SCHWARTZ, Jorge. (Ed.) *Vanguardas latino-americanas*. São Paulo, Iluminuras-EdUSP-FAPESP, 1995.

**A CIDADE DO SALVADOR NO SÉCULO XVII:
EDIÇÃO E ANÁLISE DISCURSIVA DOS HOMENS-BONS**

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)
gsobral@uneb.br

1. Introdução

A filologia, enquanto campo do saber que tem, entre os seus princípios, uma preocupação com o resgate de acervos documentais, inclusive os manuscritos, tem sido fundamental na conservação e na transmissão de documentos que materializam a cultura de um povo.

Segundo Priego (1997, p. 9),

Desde La perspectiva científica que em rigor postula La investigación literaria, resulta imprescindible y necesariamente previa a cualquiera de sus planteamientos La contribución de la filología, entendida ésta em su más estricto sentido, esto es, como ciencia que se ocupa de La conservación, restauración y preservación editorial de los textos.

Infelizmente, no Brasil, a carência de políticas públicas voltadas para a preservação desta memória tem sido responsável pelo desaparecimento destes importantes testemunhos. A partir da edição de um documento, vários estudos podem ser realizados.

Para Le Goff (2003, p. 537-538),

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento, (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...)

Assim, objetivou-se, neste trabalho, editar um documento manuscrito produzido pelos camaristas da cidade do Salvador no século XVII e compreender alguns processos de significação destes sujeitos discursivos, a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (doravante AD) filiada a Michel Pêcheux.

2. *Um pouco de história*

Em 1530, chega ao Brasil, comandada por Martin Afonso de Sousa, a primeira expedição colonizadora de Portugal, que tinha, além do objetivo de povoamento, a tarefa de explorar economicamente as terras brasileiras. Cabia à colônia fornecer a baixo custo, entre outras coisas, matéria-prima não produzida pela metrópole e o consumo de produtos manufaturados, a preços elevados, vindos de Portugal. Assim as colônias eram uma forma de manutenção do poder das metrópoles. Consequentemente, todos os problemas da metrópole, de alguma maneira, refletiam nas condições de sobrevivência dos países colonizados.

A primeira metade do século XVII, por exemplo, foi um período de dificuldades para a colônia brasileira, em especial a Cidade do Salvador, em virtude de grandes conflitos no continente europeu. Em 1624, ocorreu a primeira tentativa de conquista holandesa no Brasil, cujo alvo era exatamente Salvador, por ser a capital da colônia. Ressalta-se que de 1580 até o ano de 1640, o rei da Espanha também era o rei de Portugal, período conhecido como União Ibérica. Com a chamada Guerra da Restauração, em 1 de dezembro de 1640, instaura-se a casa de Bragança, na qual D. João IV é aclamado rei de Portugal. Até a restauração portuguesa, o Brasil enfrentou muitas crises que afetaram gravemente a vida do seu povo. Após a restauração, as câmaras municipais, que sempre desfrutaram de prestígio e domínio na administração das cidades brasileiras, vivenciaram a diminuição de seus poderes. Com a criação do Conselho Ultramarino, em 1640, Portugal buscou retomar, a partir de uma política centralizadora, a administração da colônia. Em consequência das severas medidas, os membros das câmaras municipais brigavam pela manutenção de seu poder. Era frequente, por exemplo, o envio de cartas à Coroa Portuguesa denunciando o precário estado das cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que solicitavam solução para os problemas locais. Estas breves considerações históricas objetivam contextualizar o documento aqui estudado, que é uma carta enviada a Portugal em 30 de abril de 1641 em resposta à enviada por D. João IV, em 04 de março de 1641.

3. *A câmara municipal de Salvador e o Arquivo Histórico*

A câmara municipal de Salvador é estruturada em 1540 com a fundação da cidade. Tornou-se uma das mais importantes pelo fato de Salvador ser a primeira capital da colônia brasileira. Durante o período

colonial, era um órgão de poder legislativo, executivo e judiciário, que atuava como representante dos interesses de toda a população.

Segundo Ruy (1996, p. 30),

a organização municipal, como em todo período colonial, não era nessa época o produto de uma necessidade societária, indicando tipo de governo próprio, maneira de administração, necessidade de conjunto, mas sim a projeção do Governo da metrópole.

Apesar do dever de obediência à Coroa Portuguesa, mantinha uma autonomia municipal em relação à autoridade dos administradores da Metrópole, visto que, na prática, o poder estava nas mãos dos aristocratas – os chamados homens-bons –, que controlavam as câmaras municipais, o que resultava em conflitos com outras autoridades.

Enquanto órgão administrativo, muitos foram os documentos envolvidos em seu funcionamento: alvarás e posturas régias, requerimentos da população, além daqueles produzidos pela câmara, tais como atas e cartas encaminhadas a Portugal, as quais eram o principal meio no estabelecimento da relação colônia-metrópole. A vasta documentação da câmara de Salvador encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal, inaugurado em 10 de abril de 1932.

A pesquisa, da qual este trabalho apresenta um dos resultados, consiste na preservação e divulgação de parte do acervo do referido arquivo, através de edições de cartas encaminhadas a Portugal entre os séculos XVI e XVIII.

4. *O corpus*

O *corpus* deste trabalho é um documento composto pelos fôlios 15 e 16 recto e verso do *Livro de Registro de Cartas a Sua Magestade*, tomo nº 28.6. Os manuscritos encontram relativamente danificados pela ação do tempo. Todos os fôlios, no recto, são rubricados à margem superior direita.

Em relação à estrutura do documento, é composto de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicam o destinatário da carta, Sua Magestade, e o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto. Por fim, há o escatocolo, composto, geralmente, por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da câmara.

4.1. Critérios adotados na transcrição

Objetivando a preservação das características linguísticas e ortográficas do testemunho, realizou-se uma edição semidiplomática, a partir dos seguintes critérios:

- Indicou-se do número do fôlio à margem direita;
- reproduziu-se fiel do manuscrito (grafia, pontuação, acentuação etc.);
- mantiveram-se as formas grafadas unidas ou separadas;
- desenvolveram-se as abreviaturas com o auxílio de parênteses;
- numerou-se o texto, linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fôlio, reiniciando a numeração no fôlio seguinte.

4.2. A transcrição dos manuscritos

	F. 15r
	[rubrica]
Copia da Carta que os Officiaes da Camara desta Cidade que servem o anno presente mandaraõ a Sua Magestade feita entrinta deAbril de digo de Abril em Resposta da queti= veraõ deSua Magestade de quatro de Março do d[it]o anno//	5
Senhor= Foi Vossa Magesta= de Servido mandar nos declarar por carta de quatro de Março oque dispunha no Governo deste Estado em que Vossa Magestade fica obede= cido edesde odia eque chegou oprimeiro avizo deVossa Ma= gestade estar restituído ejura= do neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor que sejafele= cissimos annos como Vossa Magestade averá entendido dos Avizos que partiraõ, em que Representamos as demos= trações e affectos dálma com que estes Vassallos receberaõ	10 15 20 25

F. 15v

eaclamaraõ seu Nome com- grande esperança devermos no nosso Reino huma Monar= quia digna do Imperio de Vos= sa Magestade por ordem de Vos=	5
sa Magestade mandaram os= Governadores levantar os tribu= tos que estavaõ de novo postos nesta terra oferta natural da- Grandeza ePiedade de Vossa Ma= gestade pois adezesete annos	10
que com as perdas einquieta= ções cauzadas detaõ uzadas, penas estaõ em miseravel= estado em que ultimamen= te nos pozeraõ o Inimigo quei= mando vinte esete Engenhos de trezentos que haviaõ nes= ta Capitania pelo que pedi= mos a Vossa Magestade lan= çados em seus Reaes Pez man= de acudir neste Estado esoc= correr nesta Praça para que aneccesidade dos Soldados naõ cauze nos moradores vexa=	15
	20
	25

F. 16r

[rubrica]

vexaçoens como costuma ser fal= tando-lhe sustento sendo nos ne= cessario tellos contentes pois cõ- o inimigo taõ vizinho podem refrescar	5
quando chegou este segundo avizo que trouxe o Padre Fran= cisco deVilhena estavamos con= tinuando as festas, que esta Ci= dade fez em demonstraçoõ de- alegria de termos aVossa Ma= gestade restituído nestes Reimos que duraraõ dez dias com as- solenidades aque assolenida= des aque nosso estado pode chegar sendo muito menos do que o desejo nolo pedia e- merecia esta occazião aven= do que do principio com asPro= cissoens que sefizeraõ em aço=	10
	15
	20

ens de Graça por esta Mercê
 enos fáz pedindo-lhes nos con=
 serve mais largos annos com=
 mais felices sucessos a Catoli=
 ca e Real Pessoa de Vossa Ma= 25

F. 16 v

Magestade como a Christandade
 eseus Vassalos havemos mister Ba=
 hia detodos os Santos trinta de
 Abril de mil eseis centos qua[ren]=
 ta e hum annos o qual trasla= 5
 do lancei aqui para que atodo
 o tempo conste// Sebastião da Ro=
 cha Pitta// Escrivão da Cama=
 ra o escrevy, Sebastião da Ro=
 cha Pitta// Foi assignada esta 10
 Carta pelos Officiaes daCamara
 Marcos Pinheiro Juis// Salva=
 dor Rabelo Vereador// Gaspar
 Pacheco deCastro vereador//
 Pedro de Oliveira// P[rocurador] do Cons[elho]// 15

5. O sujeito discursivo e os efeitos de sentido

O objeto de estudo da AD é o discurso, isto é, efeito de sentidos entre locutores. Em AD, não se busca a apreensão de sentido, indicando-o como único, mas a sua forma de produção. A AD de linha francesa coloca no centro de suas questões teóricas a noção de sujeito. O indivíduo, sendo interpelado pela ideologia, torna-se sujeito do discurso, o qual se inscreve em uma determinada formação discursiva (FD) pela forma-sujeito.

Segundo Pêcheux (1997, p. 160),

chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Ressalta-se que, para a AD, o sujeito não enuncia na sua individualidade, mas, por ser um sujeito inscrito na história, afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Na materialidade analisada, o dizer dos camaristas, a partir de uma FD político-administrativa, inscrevem-se em uma posição-sujeito que abrigava os saberes dos administradores da Cidade do Salvador, que reconheciam D. João IV como rei de Portugal e a ele devi-

am obediência. Observa-se o funcionamento do interdiscurso, visto que as declarações dos camaristas remetem a um discurso-outro, a outros já-ditos, como é possível verificar na sequência discursiva seguinte:

Foi Vossa Magestade Servido mandar nos declarar por carta de quatro de Março oque dispunha no Governo deste Estado em que Vossa Magestade fica obedecido edesde odia êque chegou oprimeiro avizo deVossa Magestade estar restituído ejurado neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor...

Ao enunciar “chegou oprimeiro avizo deVossa Magestade estar restituído ejurado neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor”, produz-se o efeito de sentido de existência anterior de um rei que não era reconhecido com tal, o que reforça o sentimento de fidelidade à coroa portuguesa.

Apesar de se declararem *vassalos* e, nesta condição, reafirmarem uma posição de obediência, nas sequências discursivas seguintes, o sujeito aí constituído indica um posicionamento discursivo a partir do lugar de representante dos anseios do povo soteropolitano, produzindo o seu discurso alicerçado na esperança das providências que esperavam do rei. Destaca-se que esta relação entre vassalos e rei estabelecia-se numa relação de troca, na qual o rei estava comprometido com o bem comum, o que incluía os interesses próprios dos fiéis vassalos.

Estes Vassalos receberão eaclamaraõ seu Nome com grande esperança devermos no nosso Reino huma Monarquia digna do Imperio deVossa Magestade por ordem de Vossa Magestade mandaram os Governadores levantar os tributos que estavaõ de novo postos nesta terra oferta natural da Grandeza ePiedade de Vossa Magestade pedimos a Vossa Magestade lançados em seus Reaes Pez mande acudir neste Estado esocorrer nesta Praça para que anecessidade dos Soldados não cauze nos moradores vexaçõens como costuma ser faltando-lhe sustento

É importante destacar que, por trás da aparente relação de obediência e de comemoração declarada na carta pela restituição do poder a Portugal, como pode ser verificado na sequência discursiva seguinte, a expressão do não poder, porém desejar uma comemoração maior, produz o efeito de sentido de denúncia da difícil situação econômica da cidade.

estavamos continuando as festas, que esta Cidade fez em demonstração de alegria de termos aVossa Magestade restituído nestes Reinos que duraraõ dez dias com assolenidades aque assolenidades aque nosso estado pode chegar sendo muito menos do que o desejo nolo pedia emerecia esta occazião avendo que do principio com asProcissoens que sefizeraõ em açõens de Graça por esta Mercê...

Finalizando a carta, os membros da câmara inserem-se numa FD religiosa ao manifestarem os seus sentimentos em relação à pessoa do

rei, como pode ser visto na seguinte sequência discursiva. Além das questões religiosas, faz-se necessário destacar a necessidade de uma boa relação com a Igreja, já que esta tinha uma forte influência também em questões políticas.

com as Prociissoens que sefizeraô em açoens de Graça por esta Mercê enos faz pedindo-lhes nos conserve mais largos annos com mais felices sucessos a Catolica e Real Pessoa de Vossa Magestade como a Christandade.

6. Conclusão

Inicialmente, comprova-se o valor do trabalho no campo filológico, tendo em vista o resgate e a divulgação de mais um importante testemunho, o qual registra um momento decisivo da história político-administrativa brasileira. A partir da análise discursiva, observa-se que os sentidos construídos representam um saber que se constitui a partir do lugar de autoridade assumido pelo sujeito do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. *Estudos da Língua(gem)*. N. 1. Vitória da Conquista: UESB, 2005.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira et al. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Tradução Eni Orlandi et alli. Campinas: UNICAMP, 1997.

PRIEGO, Miguel Ángel Pérez. *La edición de textos*. Madrid: Editorial Síntesis S.S, 1997.

RUY, Afonso. *Historia política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.

RUY, Afonso. *História da câmara municipal da cidade de Salvador*. 2. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador. 1996.

**A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE GÊNERO/SEXO
E A VARIAÇÃO NO USO DE PRONOMES
EM FUNÇÃO DE SUJEITO³**

Viviane Maia dos Santos
vivianemaiasantos@ig.com.br

1. Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma proposta de interpretação para “Princípio I” proposto por Labov (1990): “as mulheres tendem a empregar mais formas padrão que os homens da mesma classe social”. Entendemos que para discutir a questão temos de problematizar alguns conceitos, como o que entendemos por sexo e gênero, quais são os nossos critérios para categorizar as variantes e como esses elementos se relacionam para determinar as diferenças linguísticas observadas entre homens e mulheres. Para categorizar os indivíduos, levou-se em consideração o comportamento social e cultural de homens e mulheres, o gênero, e a sua relação com seu sexo biológico. Considerar-se-á o gênero do falante, tentando mostrar que a ligação cultural que existe entre o sexo e aspectos da experiência humana é determinante para o comportamento linguístico adotado pelos indivíduos. Quando utilizarmos as palavras homem e mulher, feminino e masculino, entre outros, estaremos nos referindo ao sexo biológico relacionando-o ao comportamento social e cultural dos indivíduos. Para a categorização das variantes, considerar-se-á a influência que as gramáticas tradicionais têm sobre os falantes mais escolarizados, o que não contradiz a definição proposta por Labov: “a variante será padrão se for a mais empregada pelos falantes mais cultos em seus estilos de fala formal”. O fenômeno linguístico que servirá de exemplo será a variação dos pronomes em função de sujeito.

Estudos realizados em diversas regiões do Brasil sobre a variação dos pronomes-sujeito de segunda pessoa do singular parecem confirmar o princípio laboviano. Os homens, mesmo os mais escolarizados, tendem a adotar com mais frequência em situações de informalidade um determinado tipo de variante, que não o uso não padrão do pronome *tu* (*tu* + verbo na terceira do singular). Nosso objetivo é apresentar algumas hipóteses para a predileção dos falantes masculinos por formas, teoricamente,

³ Trabalho apresentado à professora Christina Abreu Gomes, na disciplina Sociolinguística: Teoria de Descrição, no primeiro semestre de 2010.

estigmatizadas socialmente. Entendemos que a forma *tu* empregada sem a marca de concordância constitui um uso não padrão, porque infringe as regras postuladas pelas gramáticas tradicionais, conferindo estigma social ao uso, já que as classes mais cultas tendem a obedecer às regras contidas nos compêndios gramaticais.

Para a discussão, primeiramente, apresentaremos as evoluções porque passou a categoria social sexo. Em seguida, discutir-se-ão os conceitos de padrão e não padrão propostos pelo pesquisador para em seguida estabelecer a relação entre o princípio laboviano e o fenômeno linguístico em questão.

Nossa hipótese é que, historicamente, características biológicas determinaram os papéis sociais desempenhados por falantes do gênero masculino, o que acabou construindo uma maneira de interpretar e se colocar diante do mundo. O comportamento linguístico masculino, a atitude dos falantes desse gênero em relação às formas padrão, seria um reflexo desse repertório de experiências humanas a que estiveram submetidos.

2. *Categorias sociais: gênero e sexo*

Categorizar indivíduos em homens e mulheres tem sido prática comum nas ciências sociais. Houve uma mudança na noção da categoria social sexo que foi impulsionada pelo impacto do feminismo e das teorias feministas. Até a década de 70, as pesquisas variacionistas concebiam sexo da mesma forma que as ciências sociais. As pesquisas que relacionam gênero e variação na linguagem acompanharam a evolução do pensamento feminista. Reconheceu-se que as categorias sociais, inclusive o sexo, eram muito mais complexas do se imaginava. Os indivíduos deixaram de ser categorizados apenas segundo seu sexo biológico, visão do paradigma essencialista, passando a ser reconhecidas as dimensões sociais e psicológicas para categorização dos indivíduos. Atualmente, "sexo" tem sido, frequentemente, utilizado para se referir à distinção fisiológica entre fêmeas e machos, com o "gênero" referindo-se à elaboração social e cultural da diferença sexual – um processo que restringe nossos papéis sociais, oportunidades e expectativas. Essas são as ideias que influenciam as recentes pesquisas variacionistas. Na prática, existe uma ligação cultural entre o sexo e as experiências humanas. A relação entre gênero e variação linguística que, segundo pesquisadores, só será elucidada se analisarmos o uso cotidiano da linguagem por homens e mulheres nas comunidades locais onde a construção da identidade de gênero ocorre. Essa é a

perspectiva que será empregada para tentar elaborar uma nova interpretação para o princípio I laboviano.

Atualmente, acredita-se que o gênero é termo mais adequado a ser utilizado para a categoria de sexo, porque dá conta da relação entre sexo e fatores sociais ao estabelecer a diferença entre os indivíduos. É preciso reconhecer, entretanto, que na prática, nossa vida social é organizada em torno da dicotomia fisiológica de tal forma que uma ligação cultural foi forjada entre sexo e praticamente todos os outros aspectos da experiência humana. Talvez isso explique o fato de os falantes, categorizados em função de seu sexo biológico, apresentarem comportamento linguístico semelhante.

3. *O significado de variante padrão e não padrão*

O trabalho realizado por Paredes Silva (2003) parece referendar o princípio I laboviano:

Assim deve-se destacar a variável gênero/sexo, sempre a primeira selecionada pelo programa VARBRUL quando se opõem as variantes *você* e *tu*. A influência do sexo do falante nos processos de mudança linguística precisa ser contrabalçada por outras questões. No caso em pauta, a forma inovadora – *tu* + verbo na 3ª pessoa – é contrária ao padrão e provoca forte estigma social, pela falta de concordância verbal que acarreta. Na perspectiva dos estudos sociolinguísticos, os homens têm-se mostrado na dianteira quando se trata de uma mudança na direção de formas não padrão. (SILVA, 2003).

Labov (1990) postula que variantes-padrão seriam as formas linguísticas empregadas com mais frequência por falantes de classe mais elevada na hierarquia social em seus estilos de fala mais formal. Essa definição parece não estar em desacordo com o que a autora propõe, já que os falantes cultos em situações de mais formalidade tendem a empregar as formas prescritas pelas gramáticas normativas. Com relação à variável pronomes-sujeito a que se refere a autora, o fato de a forma *tu*, pronome pessoal de segunda do singular, estabelecer concordância com o verbo na terceira pessoa do singular vai de encontro com o que as gramáticas tradicionais prescrevem. Isso faz com esse uso seja evitado por falantes de classe mais elevada, já que, teoricamente, são os indivíduos com maior grau de educação formal. Portanto, podemos aqui adotar o mesmo conceito de variante padrão e não padrão empregado pelo pesquisador, considerando, pois, a forma *tu* + verbo na terceira pessoa do singular, uma variante não padrão. É preciso considerar, entretanto, que do ponto de vista linguístico, todas as variantes são iguais. A diferença entre elas é

apenas do ponto de vista social. As formas linguísticas tendem a gozar do prestígio social dos seus usuários. Sendo assim, as variantes adotadas pelos falantes menos cultos são estigmatizadas da mesma forma que seus usuários.

4. *A diferenciação linguística entre homens e mulheres: o princípio I*

Após 30 anos de estudos sociolinguísticos, *ibid* (1990) resumiu o resultado da diferenciação linguística entre homens e mulheres em três princípios básicos:

Princípio I na estratificação sociolinguística estável, os homens usam uma frequência maior de formas fora do padrão do que as mulheres; **Princípio Ia**, na mudança de cima, as mulheres são a favor das formas de entrada mais prestígio do que os homens e **Princípio II** A mudança a partir de baixo, as mulheres são mais frequentemente as inovadoras. (LABOV, 1999)

Vários pesquisadores⁴ têm elaborado explicações para o fato de as mulheres empregarem as formas padrão mais que os homens. Os trabalhos têm em comum o fato de pensar o comportamento social e cultural de homens e mulheres e não apenas classificá-los em função de seu sexo biológico, visão essencialista que foi substituída por uma perspectiva construcionista. Reconheceu-se o significado cultural de gênero, que é considerado uma elaboração social e cultural que determina os papéis sociais, as oportunidades e a expectativa dos indivíduos. Embora se reconheça que gênero e sexo não sejam categorias binárias, temos de considerar que na prática, nossa vida social é organizada em torno da dicotomia fisiológica de tal forma que uma ligação cultural foi forjada entre sexo e praticamente todos os outros aspectos da experiência humana. É a partir dessa observação que desenvolveremos nossa análise.

Historicamente, homens sempre realizaram tarefas que envolviam risco de vida: caça, guerras, construções etc. Os homens, por desempenharem tarefas em que há risco de morte para si e para seus parceiros, precisam estabelecer relações de maior confiança e intimidade com seus colegas de trabalho. Em uma guerra, por exemplo, o companheiro é forçosamente alçado à posição de amigo, porque é a vida de ambos que está em jogo. Situações desse tipo impõem uma objetividade que talvez neutralize a presença de determinados valores sociais. Por exemplo, no universo masculino, um profissional é julgado em função da presença de características necessárias à realização de determinada tarefa. Um engen-

⁴ Ver Fasold (1990); Gordon (1997); Deuchar (1988); Trudgill (1972) *et alii*

nheiro, por exemplo, será considerado um profissional competente se dominar os conhecimentos necessários para a realização da tarefa para a qual foi contratado. O domínio das variantes-padrão parece não ser um requisito relevante para a execução desse tipo de tarefa. Em uma guerra, um general precisará mais do que exibir as variantes padrão para usufruir do respeito dos seus subordinados, ou seja, a concretização de determinadas tarefas parece ser indiscutivelmente mais relevante que a exibição do domínio de determinados conhecimentos.

Não só o risco de vida impõe objetividade a esse grupo social. Temos ainda de pensar no papel social até recentemente desempenhado quase que exclusivamente pelos homens, o chefe de família. Cabia ao homem o sustento de sua família. Os homens se reconheciam e se reconhecem como os responsáveis pela manutenção financeira de seus filhos e esposas. Também fazem parte da memória coletiva certas conquistas que são atreladas a esse gênero, como as descobertas da ciência, a conquista do espaço, a expansão marítima. Esses fatos históricos fazem com que as profissões tipicamente masculinas gozem naturalmente de prestígio social. As mulheres, por outro lado, ainda têm de ser buscar respeito e reconhecimento social, mesmo que exerçam as profissões masculinas, o que talvez possa ser feito a partir da apropriação da credibilidade social de que gozam as variantes-padrão. Não é a profissão que apresenta prestígio, mas sim o gênero. Segundo Trudgill (1972), as mulheres adquirem status social vicariamente, enquanto os homens podem adquirir através do seu estatuto profissional. As mulheres sinalizam seu status social através da sua utilização da norma, abertamente variantes de prestígio. A entrada feminina no mercado de trabalho é um fato relativamente recente. A necessidade de reconhecimento profissional e social é ainda uma prioridade feminina. Os homens, por outro lado, já conquistaram os espaços públicos, o respeito e reconhecimento sociais necessários, o que sinaliza uma diferença de prioridade entre os grupos. Enquanto mulheres ainda têm de ser buscar respeito social, os homens podem contar com a memória coletiva e gozar do reconhecimento de que gozam os falantes desse gênero, se pensarmos que as descobertas das ciências, a conquista do espaço, a expansão marítima etc. são conquistas atreladas historicamente a esse grupo social. Outro aspecto interessante diz respeito ao repertório de experiências intergênero. Os homens, de maneira geral, são criados por mulheres até a adolescência e depois passam a conviver em ambientes masculinos, às vezes, pelo fato de exercerem profissões que exigem certas características físicas, como a força, agilidade etc. que acabam determinando que somente os homens podem exercê-las. As mulheres, por

outro lado, são em geral educadas por outras mulheres e exercem profissões femininas, o que faz com que o gênero feminino tenha um repertório de experiências intergênero menos vasto que os falantes de gênero masculino. Ao entrar em contato com o universo profissional masculino e até mesmo durante a vida, em que há certas atividades tipicamente masculinas, os homens constroem suas identidades de gênero masculino em que estão inseridos certos valores e ideologias. É provável que as formas linguísticas eleitas pelos gêneros tenham estreita relação com as necessidades de cada grupo. Exibir as variantes de prestígio, talvez, não seja tão importante para os falantes do gênero masculino como para os falantes do gênero feminino.

5. *Análise dos dados*

Os dados analisados são do *corpus* que foi constituído a partir de gravações espontâneas realizadas nas ruas do Centro do Rio de Janeiro entre 2006 e 2008. As entrevistas foram realizadas em situação de extrema informalidade por dois motivos: o objetivo da pesquisadora era criar uma situação de informalidade e intimidade, já que as pesquisas sobre o tema mostravam um favorecimento da forma *tu* nessas situações; os entrevistados não sabiam que estavam sendo gravados, o que talvez tenha favorecido a exibição do vernáculo. Foram entrevistados dez informantes distribuídos pelos dois gêneros e por três faixas etárias. A pesquisadora se aproximava dos informantes, supostos 'advogados', com um pen drive, como se estivesse ouvindo música. Fazia perguntas do tipo: 'Como eu faço para chegar à rua x?'. Esse tipo de pergunta foi bastante eficaz para a coleta das formas pronominais de tratamento. Para aumentar a quantidade de dados, durante as gravações, a pesquisadora dizia que havia entrado com um processo contra uma suposta empresa onde teria trabalho. Esse assunto foi introduzido para confirmar as impressões sobre a profissão do entrevistado. Todos os entrevistados sabiam que o que a pesquisadora procurava não era o Fórum, mas sim, a Justiça do Trabalho, o que talvez confirme o fato de eles serem advogados.

Na atual sincronia, os falantes cariocas dispõem de três estratégias pronominais de tratamento, a saber: *tu*, *você* e *o zero* com algumas especificidades de uso. Nosso intuito neste trabalho é, entretanto, analisar somente a variação entre as formas *tu~você*. Estudos recentes, em outras regiões do Brasil, mostram que a forma *tu* + verbo na terceira do singu-

lar, uso não padrão, é mais produtiva entre homens jovens em relações mais solidárias:

Trabalhos como os de Modesto (2006), no litoral santista; Lucca (2005), em Brasília; Amaral (2004), em Pelotas/RS; Paredes Silva (2000), no Rio de Janeiro, entre tantos outros, têm demonstrado o favorecimento de *tu* em situações mais solidárias e íntimas, principalmente, na fala de jovens do sexo masculino com menor escolaridade. Sem contar com as distinções tipicamente geográficas, sociolinguísticas e pragmáticas, os estudos convergem em alguns pontos, evidenciando a maior neutralidade da forma *você*, o seu caráter "menos invasivo" e emprego mais produtivo na fala de mulheres. (LOPES, 2008).

Esses resultados parecem confirmar o princípio I laboviano. Não só homens não escolarizados, mas também os que apresentam maior grau de escolaridade, exibem comportamento linguístico semelhante. Os 'advogados' entrevistados apresentaram o mesmo comportamento linguístico, empregaram mais o uso não padrão do pronome-sujeito *tu*. As 'advogadas', por outro lado, empregaram mais o pronome *você*, embora não de forma categórica. O pronome *tu* + verbo na terceira do singular é um uso considerado não padrão, porque infringe as regras prescritas pelas gramáticas normativas. Geralmente, as formas que não obedecem às regras estabelecidas pelos compêndios gramaticais são evitadas por falantes de classes mais altas, conferindo às formas estigma social. Os 'advogados' do gênero masculino apresentaram uma quantidade de uso não padrão da forma *tu* muito maior que as 'advogadas'. Para verificar as formas pronominais de tratamento empregada pelos falantes em situação de informalidade, a pesquisadora fazia perguntas do tipo 'Como eu faço para chegar à rua x?'

O domínio do espaço público foi por muito tempo exclusividade masculina. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, esse conhecimento passou a ser compartilhado com esse grupo. Durante as entrevistas, era interessante observar que, para dar credibilidade à informação, as mulheres empregavam a forma *você*, mais formal, mais 'correta', como estratégia de referência ao interlocutor e elaboravam muito mais as respostas. Podia-se perceber que havia a intenção de mostrar ao interlocutor o domínio do conhecimento das ruas do Centro. Os homens, por outro lado, foram mais objetivos em suas respostas e não se percebeu, em suas respostas, preocupação em detalhar as formas de se chegar ao local perguntado. Essa diferença de postura talvez possa ser explicada pelo fato de os homens não terem a necessidade de mostrar ao seu interlocutor que conhecem as ruas do Centro. O fato de os homens apresentarem um maior domínio do espaço público é reconhecido socialmente. Segundo a

pesquisadora, muitas vezes as mulheres não sabiam como chegar ao local em questão. Os homens, por outro lado, conheciam, inclusive, as ruas mais distantes das ruas principais: Avenida Rio Branco e Presidente Vargas. Abaixo, as transcrições de algumas entrevistas realizadas:

[1] (Gravação secreta realizada no centro da cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de 2008. Foi entrevistado um advogado idoso). F1.: pesquisadora e F2.: entrevistado(a)

F1.: Senhor boa tarde como eu faço para ir daqui ao Fórum?

F2.: Não o Fórum é para cá

F1.: (...)

F2.: É justiça comum né?

F1.: É porque eu entrei com um processo contra a empresa onde eu trabalhava

F2.: Ah então não é o Fórum é Justiça do Trabalho

F1.: Ah:: é porque eu achava que tudo era a mesma coisa

F2.: Não o Fórum cível é lá (...) vai caminhar toda vida aqui

F1.: ah ah

F2.: Aqui não dá para **você** ver lá no finalzinho já vai ser um três dois (...) um prédio de vidro para a esquerda

F1.: Para a esquerda lá né?

F2.: porque aqui não dá para **você** ver o prédio tá **tu** vai direto toda vida quando chegar lá no final **tu** entra à esquerda número um três dois um três dois

F1.: Um três oito?

F2.: Um três dois

F1.: Um três dois (risos)

F2.: **Você** vai ver um prédio todo de vidro ele

F1.: Todo de vidro atrás desse aqui da Petrobrás

F2.: É daqui não dá para ver porque o outro está tampando ele é bonito todo de vidro

F1.: Ah então é fácil

F2.: É vai caminhando (...)

F1.: Obrigada.

Nessa entrevista, pode-se perceber a objetividade do entrevistado. Ao ser perguntado sobre como se faz para chegar a determinado local, o entrevistado responde objetivamente: '*tu vai direto toda vida quando chegar lá no final tu entra à esquerda número um três dois um três dois*'. O entrevistado não cita nomes das ruas pelas quais a pesquisadora terá de passar para chegar ao local. Limita-se a apenas a orientá-la a procurar um prédio bonito todo de vidro. Outra questão interessante é que a entrevistadora pergunta onde é o Fórum, explicando que não havia ocorrido nenhuma audiência. O interlocutor a corrige, dizendo que o que ela procura não é o Fórum, mas sim, a Justiça do Trabalho. Pode-se perceber que a correção feita não é valorizada pelo entrevistado, que rapidamente dá prosseguimento à explicação, pedindo a pesquisadora que vá caminhando à procura do prédio de vidro. O falante não se dedica a criar uma imagem social de credibilidade, embora disponha de elementos, como a informação do local perguntado e o conhecimento de que o que a pesquisadora procura não é o Fórum, mas sim, a Justiça do Trabalho, que permitiriam a ele criar essa imagem. É preciso, entretanto, destacar o fato de o entrevistado pertencer à faixa três. Teoricamente, as pessoas mais velhas sofrem menos pressão social, já que estão no mercado de trabalho há mais tempo. O comportamento linguístico dos falantes da faixa três é menos influenciado pela norma-culta padrão. Cabe também destacar que, como os dados analisados são de 'fala espontânea', é possível que a fala de homens e mulheres do *corpus* estejam mais próximas ao vernáculo.

Com relação à objetividade, as mulheres entrevistadas apresentaram comportamento oposto. As mulheres elaboraram mais suas respostas, o que se traduziu em uma maior quantidade de pronomes-sujeito por elas empregados. Abaixo, a transcrição da entrevista de uma informante do sexo feminino:

[2] (Gravação secreta realizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de 2008. Foi entrevistada uma 'advogada' de aproximadamente 30 anos muitíssimo bem vestida).

F1.: pesquisadora e F2.: entrevistado(a)

F1.: Oi senhora dá licença boa tarde eu vim ali do::: prédio da Justiça do Trabalho só que me disseram que não é para lá::: você sabe conhece um outro prédio aqui no Centro que seja da Justiça do Trabalho?

F2.: Justiça do Trabalho? Tem dois um que na Santa Luzia e um que é aqui grandão que é onde você deve ter ido.

F1.: Só que me disseram que não é ali

F2.: Não é mais ali?

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

F1.: Não porque o que eu quero não é lá porque é para audiência

F2.: É uma vara?

F1.: É

F2.: Pô porque olha só porque vai ficar um pouco longe para **você** ir andando

F1.: Ah é?

F2.: É mas de qualquer forma **você** faz um seguinte se **você** se **você** atravessar toda essa rua aqui **você** pega um ônibus ali na frente (...) da Santa Luzia

F1.: Santa Luzia?

F2.: É agora se **você** quiser ir por aqui também dá

F1.: Por aqui?

F2.: Não dá porque se **você** for para lá **você** vai pegar o início da rua se **você** for por aqui **você** pega mais perto

F1.: pego mais

F2.: **Você** vai ter que seguir aqui onde aquele táxi está indo

F1.: hum sei

F2.: Aí **você** vai seguindo e vai atravessar para o lado de lá aí **você** vai pegar informação é mais ou menos em frente ao Detran

F1.: Tá (...)

F2.: **Você** vai pegar mesmo o finalzinho da da Justiça do Trabalho que é onde tem um prédio que não tem nem elevador tem que subir andando

F1.: Caramba! Agora se eu quiser ir de ônibus como é que eu que ônibus que eu pego?

F2.: Não eu acho que por aqui vai ser mais perto

F1.: Mais perto?

F2.: (...) pensando bem **você** vai pegar o final da rua já se **você** seguir isso aqui e ir seguindo reto é porque **você** vai não vai pegando uma rua direto aqui **você** vai ter que seguir direto e ir cortando caminho se **você** seguir essa rua aqui direto e atravessar e seguir a outra rua que dá mão ali

F1.: já sai mais perto

F2.: **você** vai ficar na porta entre a::: Justiça do Trabalho e a::: o::: Detran

F1.: O Detran?

F2.: É pergunta (...)

F1.: Santa Luzia Detran?

F2.: É ta bom?

F1.: Tá bom obrigada

O *you* foi a forma pronominal tratamental mais empregada pelas mulheres, o que corrobora o que Lopes (2008) já havia apontado: "a forma *you* é a estratégia pronominal de tratamento mais produtiva na fala feminina". A tabela abaixo mostra um panorama dos pronomes-sujeitos adotados pelos falantes do *corpus*.

	Informantes de gênero /sexo feminino (3)	Informantes de gênero /sexo masculino (7)
Pronomes-sujeito <i>tu</i>	8	11
Pronomes-sujeito <i>you</i>	49	32
Total de ocorrências	57	43
% de pronomes-sujeito <i>tu</i>	14%	26%

Tabela 1: Total de ocorrências de pronomes-sujeito

As mulheres, embora em menor número, apenas três contra sete informantes do gênero/sexo masculino, apresentaram um número maior de uso de pronomes-sujeito (57 ocorrências). A forma *you* foi a mais empregada por elas, contabilizando 86% dos pronomes-sujeitos empregados. A maior quantidade de formas pronominais de tratamento na fala das mulheres confirma em parte a hipótese de que elas foram mais cuidadosas em suas explicações sobre como se fazia para chegar ao local perguntado. Para explicar como se faz para chegar ao local, o falante deveria adotar alguma forma pronominal de tratamento. Algumas informantes de gênero/sexo feminino, como a 'advogada' da transcrição 2, exibiram uso categórico da forma *you*. Outra diferença relevante entre homens e mulheres é que se pode perceber uma preocupação em mostrar que se conhece até mesmo mais de uma forma de se chegar ao local perguntado: "f2.: Não dá porque se *you* for para lá *you* vai pegar o início da rua se *you* for por aqui *you* pega mais perto". Nesse fragmento, pode-se perceber que a entrevistada mostra conhecer duas possibilidades de se chegar ao local. É também interessante notar que, quando a pesquisadora abordava uma falante do sexo feminino, as entrevistadas demonstravam estar orgulhosas por terem sido escolhidas para dar tal informação. É como se a pesquisadora estivesse, ao escolher a pessoa para dar a informação, reconhecendo o informante como pertencente ao grupo social que detém esse tipo de conhecimento. Os homens é que são socialmente reconhecidos como dominadores do espaço público. É curioso observar que ao ser perguntada sobre onde era o Fórum a 'advogada' da transcrição 3 responde 'sei', talvez, como forma de confirmar, para a pesquisadora, o seu pertencimento ao grupo social identificado como conhecedor dos espaços públicos.

[3] (Gravação secreta realizada no centro do Rio de Janeiro em maio de 2008. Foram entrevistados dois advogados, uma advogada jovem e um advogado adulto.)

F1.: pesquisadora; F2.: entrevistada e F3.: entrevistado

F1.: Oi boa tarde sabe onde é o Fórum aqui no Centro?

F2.: Sei é para lá **você** vai segue essa rua aqui

F1.: hum hum

F2.: Tá vendo os ônibus lá?

F1.: Ah

F2.: **Você** vai seguir

F1.: Acho que é a Primeiro de Março não é isso?

F2.: Isso aquela lá é a Primeiro de Março **você** vai seguir para lá

F1.: Subindo?

F2.: Subindo **tu** vai ver logo o Fórum a sua esquerda em frente ao Menezes Cortês

F1.: É porque é Justiça do Trabalho

F2.: Ah não não

F1.: Aí eu não sei se

F2.: É Justiça do Trabalho é o que?

F3.: É Lavradio

F2.: É Lavradio ou é segunda instância? Primeira instância ou segunda instância?

F1.: O que significa instância (risos)?

F2.: Está no Tribunal ou está na vara de origem?

F1.: É para ver o resultado de uma:: de um processo que eu movi contra a empresa para ver como é que está o andamento

F2.: Não teve nada ainda

F1.: Não não teve nada

F2.: Então é no Lavradio

F1.: É no Lavradio?

F2.: **Você** já entrou com a ação?

F1.: Isso

F2.: Só?

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

F1.: Só mas ainda não aconteceu a audiência não

F2.: Isso então é lá no Lavradio mesmo

F1.: É no Lavradio?

F2.: Porque aqui seria::: se já tivesse tido recurso

F1.: Ah por isso que a segunda instância é isso né?

F2.: É

F1.: Tá

F2.: (...) o Lavradio é o seguinte **você** vai até o Largo da Carioca sabe onde é o Largo da Carioca?

F1.: Mais ou menos

F2.: **Você** vai seguir aqui não tem a Rio Branco aqui?

F1.: hum hum

F2.: **Tu** vai para lá

F1.: hum hum

F2.: que nós estamos aqui tipo estação Uruguaiana aí **tu** vai para Carioca **tu** vai seguir já atravessa a rua tá

F1.: hum hum

F2.: **Você** vai seguir a Rio Branco até o Largo da Carioca chegando no Largo da Carioca **você** pergunta aqui é o Largo da Carioca? Aí vão falar que é

F1.: hum hum

F2.: Quando **você** chegar no Largo da Carioca **você** vai é::: seguir a Almirante Barroso

F1.: Ah::: tá ótimo

F2.: Chegando no Largo da Carioca **você** vai virar a sua direita por isso que eu tô falando para **você** ir por outro lado porque:: é para lá assim

F1.: Ah então é só ir subindo aqui direto que eu vou sair lá

F2.: É para lá

F1.: hum hum

F2.: Quando chegar no Largo da Carioca é na esquerda é isso mas atravessa para **você** já ficar do outro lado da calçada

F1.: Tá beleza

F3.: Vai pegar na Senador Dantas vai ver o Banco do Brasil GRANDÃO pega aquela rua direto vai sair no Lavradio

F1.: Ah::: beleza

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

F2.: Que Senador Dantas meu Deus do céu!!!

F3.: É claro que é

F2.: É Almirante Barroso aquela

F3.: Almirante Barroso ela vai ver o prédio da Senador Dantas depois vai na Almirante Barroso vai na Almirante Barroso direto

F1.: Então eu tenho que atravessar aqui e procurar a Senador a Almirante Barroso

F3.: A Almirante Barroso

F1.: No caso

F3.: É uma principal

F2.: É uma não é uma igual a essa aqui corta a Rio Branco

F1.: Ah::: beleza

F2.: É uma é uma transversal

F1.: Hum hum

F2.: Entendeu?

F1.: O negócio que é para lá (...) só atravessar e ir para a esquerda

F2.: Não você segue aqui segue aqui

F1.: hum

F2.: Aí **você** vai lendo as placas como está Sete de Setembro vai ter uma outra que vai ser Almirante Barroso

F3.: Sete de Setembro a outra ::: é tem a Sete de Setembro

F2.: A Almirante Barroso é transversal a Sete de Setembro é essa daqui aí **você** mais uma transversal aqui mais uma transversal eu não sei exatamente

F1.: Quantas transversais até lá?

F2.: Isso aí ao invés de não tem Sete de Setembro para cá ?

F1.: ah

F2.: Não tem Sete de Setembro para cá?

F1.: Para lá também

F2.: Então porque a Rio Branco corta a Almirante Barroso é a mesma coisa vai ter para cá e vai ter para lá você vai para lá

F1.: Ah então beleza eu acho que eu acho que eu sei onde é sim

F3.: É uma principal com duas mãos uma vindo uma (...) é a única

F1.: É perto daquele prédio da Petrobrás?

F3.: É é:::

F2.: Isso exatamente

F3.: É aquela rua

F1.: Ah é aquilo ali então eu sei

F3.: Aquela principal **você** vai direto

Essa gravação apresenta alguns aspectos interessantes. O primeiro é que a informante feminina é a que mais se preocupa em explicar a forma de se chegar ao local perguntado. A pesquisadora que fez a gravação acredita que os dois entrevistados eram namorados. O 'advogado' deixa que sua 'namorada' explique o que foi perguntado. Mas, como a pesquisadora insiste em se mostrar perdida, estratégia que foi adotada em todas as gravações para fazer com os entrevistados produzissem uma grande quantidade de formas pronominais de tratamento e para forçar uma intimidade entre ambos, há um momento em que o 'advogado' intervém. Essa intervenção cria um conflito entre ambos:

F3.: Vai pegar na Senador Dantas vai ver o Banco do Brasil GRANDÃO pega aquela rua direto vai sair no Lavradio (fala do 'advogado')

F1.: Ah::: beleza (pesquisadora)

F2.: Que Senador Dantas meu Deus do céu!!! (fala da 'advogada')

F3.: É claro que é (fala do 'advogado')

A partir desse momento, a 'advogada' abandona o uso da forma *tu*, que foi adotada por ela momentos após o início da gravação:

"F1.: Oi boa tarde sabe onde é o Fórum aqui no Centro?"

*F2.: Sei é para lá **você** vai segue essa rua aqui*

F1.: hum hum

F2.: Tá vendo os ônibus lá?

F1.: Ah

*F2.: **Você** vai seguir*

F1.: Acho que é a Primeiro de Março não é isso?

*F2.: Isso aquela lá é a Primeiro de Março **você** vai seguir para lá*

F1.: Subindo?

*F2.: Subindo **tu** vai ver logo o Fórum a sua esquerda em frente ao Menezes Cortês"*

A mudança de uso da forma pronominal de tratamento talvez tenha ocorrido porque, ao intervir na explicação, o 'namorado' talvez tenha posto em dúvida as estratégias empregadas pela informante para explicar à pesquisadora como se faz para chegar ao local perguntado. Ao ter a sua credibilidade posta em dúvida, a informante talvez tenha recorrido às variantes-padrão para reconquistar a credibilidade ameaçada. A forma *você*, variante padrão com valor pragmático-discursivo 'mais neutro' e 'menos invasivo', participa da construção de uma imagem social de maior credibilidade que a entrevistada mostra ter a necessidade de exibir. Ao observar o comportamento linguístico masculino, é possível perceber confirmar a impressão de que esse grupo social foi mais objetivo por motivos já citados. Abaixo a transcrição de uma gravação em que dois homens foram entrevistados:

[4] (Gravação secreta realizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de 2008. Foram entrevistados dois advogados, um jovem e outro adulto).

F1.: pesquisadora; F2.: entrevistado jovem e F3.: entrevistado adulto

F1.: Com licença boa tarde onde é o fórum aqui no Centro?

F2.: Ali na Primeiro de Março

F1.: (...)

F2.: Depois subindo à direita

F1.: Justiça do Trabalho?

F2.: Ah justiça do trabalho **você** está longe

F3.: Tem que saber qual é a vara

F1.: Está longe é porque eu quero ver um resultado

F2.: (...)

F1.: É tudo lá (...)

F3.: Lá no Lavradio

F1.: Lá no Lavradio daqui como eu faço para chegar

F2.: Pega lá onde está passando um ônibus na Rio Branco

F1.: ah ah

F2.: Pega aquela lá (...) desce direto

F3.: É mais fácil **você** fazer o seguinte **você** conhece a Cinelândia?

F1.: Daqui (...) estou totalmente perdida eu sei que ali é a Rio Branco onde passam os ônibus é isso mesmo? Aí eu sigo em frente passo a Rio Branco...

F3.: Sabe onde é a estação do metrô ali da Carioca na frente?

F1.: Tá

F3.: então **tu** vai passar a estação do metrô e vai continuar reto subindo

F1.: hum hum

F3.: **tu** vai passar do lado do prédio do BNDES vai ter uma::: um viaduto quando **você** atravessar o viaduto **tu** já vai ver o prédio da Justiça do Trabalho do outro lado da rua

F1.: Como é que é o prédio?

F2.: É igual ao Piranhão

F1.: É como o Piranhão na Prefeitura?

F2.: (...)

F1.: Tá ótimo então obrigada.

Essa gravação mostra que os homens são realmente mais objetivos em suas explicações e usam mais frequentemente a forma *tu* + verbo na terceira do singular (26% de ocorrências na fala masculina), uso considerado não padrão no dialeto carioca. Embora a pesquisadora tenha mostrado que não sabia como chegar ao local desejado, os informantes masculinos não demonstraram tanto empenho em fazê-la entender como chegar ao local. A credibilidade da informação é outro aspecto importante. Em nenhum momento, mesmo mostrando não entender o que estava sendo explicado, houve dúvida, por parte dos homens, com relação à informação que estava sendo prestada. O 'advogado jovem, f2' não interrompeu a explicação do outro 'advogado', limitou-se a apenas acrescentar alguma informação que pudesse ser relevante. A forma *tu* foi amplamente empregada, mesmo nos momentos em que a pesquisadora mostrou-se mais perdida. Isso talvez indique que os motivos que condicionam a variação entre *tu* e *você* na fala masculina são diferentes dos motivos que condicionam a variação na fala feminina. As mulheres tenderam a empregar a forma *você* nos momentos em que sua credibilidade estava sendo ameaçada. Os homens, por outro lado, variaram de uma forma para outra por outros motivos.

A linguagem adotada pelos falantes tem cada vez mais a função de construir uma imagem social. Ao ser abordado nas ruas, é difícil para os transeuntes categorizar seus interlocutores, já que a forma como as

pessoas se vestem, os símbolos de 'status social' como um celular mais moderno, uma bolsa de grife, por exemplo, já não são exclusividade da elite econômica. Como então categorizar socialmente nosso interlocutor? Como decidir que forma pronominal empregar em uma situação desse tipo? Nesse sentido, talvez os usos linguísticos adotados pelos interlocutores em uma situação comunicativa é que vão sinalizar determinados aspectos sociais. O conhecimento e a influência da norma-padrão são privilégio de uma elite cultural que deixou de ser a única a ter acesso a determinados bens materiais.

Pode-se perceber, a partir da análise das transcrições das gravações, que as mulheres começam a se apropriar dos conhecimentos atrelados ao sexo masculino, e domínio do espaço público é um dos conhecimentos atribuídos a esse gênero. A forma *você*, por ser uma variante-padrão, participa da criação de uma imagem social de maior credibilidade, já que ao exibir as variantes-padrão, o informante mostra que teve acesso à educação formal, o que o torna uma autoridade cultural. Se o que está em jogo é o conhecimento, os falantes poderão usufruir do prestígio social de que gozam as variantes-padrão para criarem o próprio. O reconhecimento social do domínio do espaço público é uma necessidade muito mais feminina do que masculina, já que o fato de os homens estarem no mercado de trabalho há mais tempo torna inquestionável e previsível que eles detenham esse tipo conhecimento. No caso das mulheres, esse reconhecimento social não é tão óbvio. Apenas uma informante utilizou categoricamente a forma *você* e o pronome nulo como estratégia de referência ao interlocutor. Os demais falantes variaram entre *tu-você*. Essa variação parece estável, já que não houve mudança na distribuição das variantes por faixa etária. Os motivos que condicionam a variação entre as formas pronominais é que parecem mudar de um gênero/sexo para outro. É preciso considerar que os falantes das faixas um e dois são os que mais sofrem a pressão da norma-padrão, já que estão no mercado de trabalho há menos tempo. Cabe destacar, entretanto, que a situação comunicativa das gravações talvez tenha contribuído para que o comportamento linguístico dos falantes nas entrevistadas fosse o mais natural possível.

6. Conclusão

O fato de as mulheres empregarem mais formas padrão do que os homens talvez possa ser explicado historicamente. Os homens, às vezes

em função de características fisiológicas, exerceram profissões em que o risco de vida fez com que eles estabeleçam relações mais solidárias com seus companheiros. Esse aspecto fez com que desenvolvessem uma objetividade que se espelha na sua forma de julgamento. Para eles, um profissional competente é aquele que é capaz de realizar a tarefa para a qual foi contratado. Determinados conhecimentos formais não são exigidos pelo grupo. A expansão marítima, a conquista do espaço, as descobertas da ciência são alguns exemplos de conquistas que conferem aos homens reconhecimento profissional inquestionável. As mulheres, por outro lado, ainda precisam provar sua competência, já que sua entrada no mercado de trabalho é algo ainda recente. O domínio das formas padrão talvez seja a forma que as mulheres têm de construir uma imagem social de credibilidade, já que, em geral, os falantes que dominam as formas padrão tiveram acesso à educação formal, e, teoricamente, um profissional competente precisa de uma formação cultural consistente. Nesse sentido, exibir as variantes-padrão é uma maneira de sinalizar determinados aspectos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHESHIRE, J. *Sex and gender in varionist research*. Chambers, J. K. Peter Trudgill, Natalie Schilling-Estes, 2004.

LOPES, C. R. S. *et alii*. Quem está do outro lado do túnel? *Tu* ou *você* na cena urbana carioca. *I Congresso Internacional Processos Urbanos*, 2008.

PAREDES SILVA, Vera L. A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX. *II Congresso Nacional da Abralín* (CD-rom), 2000.

_____. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 160-169.

_____; SANTOS, Gilda Moreira dos; RIBEIRO, Tatiana de Oliveira. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. *Gragoatá*, n. 9. Niterói, p.115-123, 2000.

SANTOS MAIA, Viviane dos. *As formas pronominais de tratamento no século XXI. Congreso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de América Latina, 2008.*

A COMPREENSÃO UNAMUNIANA DE AUTOBIOGRAFIA

Cristiane Agnes Stolet Correia (UFRJ)
cristianeagnesc@gmail.com

Para incitar a reflexão sobre o que é autobiografia para o pensador espanhol Miguel de Unamuno, vale iniciar com a transcrição de duas passagens de *Cómo se hace una novela*:

Sí, toda novela, toda obra de ficción, todo poema, cuando es vivo, es autobiográfico. Todo ser de ficción, todo personaje poético que crea un autor hace parte del autor mismo. (...) [N]osotros, los autores, los poetas, nos ponemos, nos creamos en todos los personajes poéticos que creamos. (UNAMUNO, 2009, p. 136).

[Sim, todo romance, toda obra de ficção, todo poema, quando é vivo, é autobiográfico. Todo ser de ficção, todo personagem poético que cria um autor faz parte do autor mesmo. (...) Nós, os autores, os poetas, colocamo-nos, criamo-nos em todos os personagens poéticos que criamos.]

Una ficción de mecanismo, mecánica, no es ni puede ser novela. Una novela, para ser viva, para ser vida, tiene que ser, como la vida misma, organismo y no mecanismo. Y no sirve levantar la tapa del reló. Ante todo porque una verdadera novela, una novela viva, no tiene tapa, y luego porque no es maquinaria lo que hay que mostrar, sino entrañas palpitantes de vida, calientes de sangre.⁵ (UNAMUNO, 2009, p. 184-185).

[Uma ficção de mecanismo, mecânica, não é nem pode ser romance. Um romance, para ser vivo, para ser vida, tem que ser, como a vida mesma, organismo e não mecanismo. E não serve levantar a tampa do relógio. Acima de tudo porque um verdadeiro romance, um romance vivo, não tem tampa, e depois porque não é maquinaria o que há que mostrar, senão entranhas palpitantes de vida, quentes de sangue.]

Primeiro, convém destacar a equivalência dada pelo autor entre romance vivo / poema vivo e autobiografia. Segundo, o pré-requisito para o romance ser vivo: seu caráter de organismo. E, por fim, a afirmação de que os autores / poetas estão sendo criados continuamente com os personagens que são partes de si, seus filhos.

⁵ A menção à ficção de mecanismo aparece como comentário de uma resenha escrita por Azorín sobre o texto intitulado *Aparte*, de Jacques de Lacretelle. Neste texto, o autor explica como compôs seu romance *Cólera*. Azorín elogia a iniciativa e acrescenta a seguinte declaração: "Todo novelista, con motivo de una novela suya, podría escribir otro libro – novel a veraz, auténtica – para dar a conocer el mecanismo de su ficción." (UNAMUNO, 2009, p. 184) [Todo romancista, com motivo de um romance seu, poderia escrever outro livro – romance veraz, autêntico – para dar a conhecer o mecanismo de sua ficção.]

Ao igualar o romance ao poema, o autor ao poeta, Unamuno já ressalta o caráter dinâmico vital de uma obra, seja esta manifestada como texto escrito ou como homem (já que Unamuno declara tantas vezes fazer de si mesmo obra e convoca aos seus leitores a fazerem o mesmo)⁶. Como organismo que também somos, só resta o acatamento a esta organicidade, recusando a condição de mecanismo, de máquina, que tantas vezes querem nos impor.

É, pois, sendo organismo, sendo romance vivo, que a obra se faz autobiográfica. Averiguemos, no entanto, a palavra *autobiografía* mais de perto. Vejamos o cerne, o centro, a sustentação do vocábulo, que se dá pelo radical grego *bio*. Não basta traduzir *bio* por *vida*, visto que em grego há duas palavras para vida (*bíos* e *zoé*), cada uma trazendo consigo certa especificidade.

O significado de *zoé* é vida em geral, sem caracterização ulterior. Quando a palavra *bíos* é pronunciada, outra coisa ressoa; ela toca os contornos, por assim dizer, os traços característicos de uma vida específica, as linhas de fronteira que distinguem um vivente de outro. Ela tange a ressonância de “vida caracterizada”. Consoante com isso, *bíos* é o termo grego original para “biografia”. (KERÉNYI, 2002, p. XVIII).

Esta vida sem caracterização, sem limites, é a vida infinita, que nunca cessa. Eis a *zoé*. A *bíos*, por sua vez, que faz a ponte entre o *auto* e a *grafia*, é a vida finita, limitada por seus contornos característicos. Então quer dizer que a escrita (*grafia*) do próprio (*auto*) encontra seu lugar somente em uma vida específica? Mas como se falar em *bíos* isoladamente, sem fazer menção a *zoé*? Seria possível abortar a *zoé* do processo de escrita?

Não, não há como anular *zoé*, *zoé* não é passível de aniquilação, tanto “que faz com *thánatos* um contraste exclusivo”. (KERÉNYI, 2002, p. XIX). Se a “soma de experiências (...) constitui o *bíos*, o conteúdo da biografia (escrita ou não escrita) de cada homem” (KERÉNYI, 2002, p. XXI), “*zoé* vem a ser, entre todas, a primeira experiência”. (KERÉNYI, 2002, p. XXII).

Da experiência originária, portanto, advêm todas as outras (afinal, sem *zoé* não há *bíos*). Então, por que Miguel de Unamuno (sendo tão inventivo e profundo conhecedor da língua grega) apenas repetiu o termo já consolidado para autobiografia ao invés de instaurar uma nova nomen-

⁶ “Mi obra soy yo mismo que me estoy haciendo día a día y siglo a siglo, como tu obra eres tú mismo, lector.” (UNAMUNO, 2009, p. 20) [Minha obra sou eu mesmo que me estou fazendo dia a dia e século a século, como sua obra é você mesmo, leitor.]

clatura que abarcasse mais explicitamente *zoé*? Que *bíos* advém de *zoé* os gregos já o sabiam. Mas Unamuno, com seu “sentimento trágico da vida”, parece que não queria aceitá-lo. No seu insistente querer-se imortal, queria de sua *bíos* fazer *zoé*, queria⁷ colocar sua *bíos* no centro, para dela emergir a *zoé* (e não o contrário). A passagem abaixo reafirma esta busca desejante:

¿[N]o son acaso autobiografías todas las novelas que se eternizan y duran eternizando y haciendo durar a sus autores y a sus antagonistas? (...) ¿[N]o son, en rigor, todas las novelas que nacen vivas, autobiográficas y no es por esto por lo que se eternizan? (UNAMUNO, 2009, p. 135).

[Não são acaso autobiografias todos os romances que se eternizam e duram eternizando e fazendo durar a seus autores e a seus antagonistas? (...) Não são, em rigor, todos os romances que nascem vivos, autobiográficos e não é por isto pelo que se eternizam?]

A pergunta inicial pressupõe que a partir da condição de nascimento dos romances vivos, ou seja, autobiográficos, estes sejam eternizados, isto é, nunca morram (o que é reforçado na segunda pergunta). Na segunda parte da primeira pergunta, estende-se a eternização aos autores e aos antagonistas. O querer de Unamuno ganha força com seus constantes questionamentos. A luta unamuniana interna e externa em fazer-se perdurar não encontra garantias que o levem a afirmar e terminar a questão com um ponto final. A tentativa do autor reside justamente em deixar a abertura do questionar reger e impossibilitar o término da sua obra, já que isto implicaria seu fim. “¿Es que se puede terminar algo, aunque sólo sea una novela, de cómo se hace una novela?”⁸ (UNAMUNO, 2009, p. 183).

As perguntas sem respostas conferem autenticidade à epígrafe de Santo Agostinho que precede o prólogo: “Estoy hecho un enigma.”⁹ Ao enigma não cabe desvendá-lo, mas aceitar sua ambiguidade insolúvel. À não compreensão integral de si mesmo funde-se a vontade de que sua autobiografia (sempre a escrever-se, a fazer-se) o eternize, tanto enquanto escritor como enquanto cada um de seus personagens.

Ao escrever que “todos os romances que se eternizam e duram eternizando e fazendo durar a seus autores e a seus antagonistas”, Miguel

⁷ Repito insistentemente o verbo *querer* de modo proposital, com o intuito de reforçar a convicção unamuniana de que o mais importante em um homem é o que ele quer ser, daí sua grande admiração pelo personagem Dom Quixote, que gera tantos escritos.

⁸ É que se pode terminar algo, ainda que seja só um romance, de como se faz um romance?

⁹ Estou como um enigma.

de Unamuno (como autor que é) coloca-se no papel de protagonista. Afinal, “as personagens *antagonistas* são as personagens (...) em oposição ou em conflito.” (PAVIS, 1999, p. 15). Em oposição, é claro, aos protagonistas.

Eis a busca unamuniana na autobiografia: na escrita (*grafia*) em direção a si mesmo (*auto*), fazer despontar sua própria vida (*bíos*) como *zoé*. Acreditando que na vigência eternamente viva de sua autobiografia, ele (Unamuno) com todos os seus “eus” enigmáticos, também vigorará eterno.

Se Unamuno declara que sua vida e sua verdade são seu papel (“es que mi vida y mi verdad son mi papel”) (UNAMUNO, 2009, p. 157), os papéis de protagonistas e antagonistas que duelam em seu interior são o caminho para a verdade e para a vida eterna.

Convicção unamuniana que se aproxima e se distancia simultaneamente do cristianismo. Aproxima-se por trazer as noções de caminho, verdade e vida. Entretanto, distancia-se por não enxergar os três em outro, em Cristo, em Deus, mas por vê-los no papel que desempenha, no ser que cria ao criar personagens oriundos de si mesmo, ao ir-se fazendo enquanto faz autobiografia.

Os fragmentos que compõem a obra *Diario Íntimo* (publicada postumamente) foram encontrados em cinco cadernos pertencentes a Miguel de Unamuno. Em um destes fragmentos, emerge um reconhecimento irônico antecipador: “Estos mismos cuadernillos ¿no son una vanidad? ¿para qué los escribo? ¿he sabido acaso tenerlos ocultos como fue mi primer propósito?”¹⁰ (UNAMUNO, 2008, p. 131-132).

A não ocultação proposital de seus cadernos de anotações reside no saber da possibilidade de sua publicação¹¹, desejando a concretização desta possibilidade. O que Unamuno chama neste trecho de vaidade se aproxima, como sempre, de seu sentimento trágico, de sua busca pela imortalidade.

Infelizmente, muitos críticos buscam rotular a obra unamuniana e, conseqüentemente, o próprio autor. Com relação à obra em questão, mui-

¹⁰ Estes meus caderninhos não são uma vaidade? Para que os escrevo? Soube acaso tê-los ocultos como foi meu primeiro propósito?

¹¹ Este desejo unamuniano revelado pelo próprio autor lembra muito o procedimento de um de seus personagens: Joaquín (de *Abel Sánchez: una historia de pasión*), que, em seu mais íntimo, torce para que seus escritos (onde narra seus conflitos) sejam publicados postumamente. Assim, ele se imortalizaria.

to foi dito acerca da conversão de Unamuno, principalmente no âmbito dos estudos católicos, querendo aproximá-lo, de certa maneira, a Santo Agostinho com suas *Confissões*.

Em muitos trechos, pode-se até ter esta ideia, quando se lê alguns aforismos de caráter religioso e até mesmo uma espécie de ensaio de narrativa de formação, onde o Unamuno do momento da escrita coloca-se em um patamar superior ao Unamuno do passado. Entretanto, esta não é a tônica dominante no diário. Vejamos uma passagem de vital importância para a compreensão da obra como um todo:

Hay que ir por la práctica a la teoría; este es el camino derecho. Queriendo arrancar de la teoría se queda en la impotencia.

Hay que ir por las obras a la fe para que la fe vivifique y justifique a las obras.

Obra como si creyeras y acabarás creyendo para obrar. (UNAMUNO, 2008, p. 147-148).

[É necessário ir pela prática à teoria; este é o caminho reto.

Querendo arrancar da teoria permanece-se na impotência.

É necessário ir pelas obras à fé para que a fé vivifique e justifique as obras. Obre como se acreditasse e acabará acreditando para obrar.]

Esse trecho nos ajuda a dar um certo pontapé inicial para adentrar a tão estranha obra *Diário Íntimo*. A escrita de Unamuno consiste em um trabalho de convencer a si mesmo de sua fé. Como homem conflitante, trágico que é, não consegue aderir-se às certezas, mas busca-as com a esperança de ter a convicção de sua eternidade. Pela escrita, pela prática, pela poesia, quer sair da impotência rumo à potência. Na obra, na escrita poética criando a fé, acredita torná-la sentida, vivida, de “carne e osso”.

Mas a afirmação desta fé só pode ganhar força profanando a religião (ou religiões) que a predica (m). Averiguemos o sentido de profanar no lindo estudo de Selvino Assmann na apresentação da obra *Profanações*: “Profanar – conceito originalmente romano – significa tirar do templo (*fanum*) onde algo foi posto, ou retirado inicialmente do uso e da propriedade dos seres humanos.” (AGAMBEN, 2007, p. 10). Portanto, nesta perspectiva (que será a que adotaremos), profanar pressupõe devolver à comunidade aquilo que lhe foi retirado. Neste sentido, a profanação unamuniana recai sobre a oração cristã *Pai Nosso*. Vejamos.

Unamuno escreve: “*Padre Nuestro*. Padre; he aquí la idea viva del cristianismo. Dios es padre, es amor. Y es Padre nuestro, no mío. « ¡Ay, Dios mío! »¹²” (UNAMUNO, 2008, p. 18). Fica explícita neste trecho a deturpação realizada com o princípio (não só como sinônimo de começo, mas também como fundamento) da oração ensinada por Jesus Cristo (conforme relato bíblico) a todos, para que todos se reunissem como irmãos. O que Unamuno percebeu foi justamente o abandono desta noção unificadora, produzida pelo chamamento *Padre Nuestro*, em detrimento de um egoísmo marcado pelo extremo individualismo.

O ápice da crítica unamuniana culmina, como não poderia deixar de ser, em perguntas: “*Perdonanos nuestras deudas, así como nosotros perdonamos a nuestros deudores. ¿Nuestros deudores? ¿Qué nos deben? (...) ¿Es mío lo que me deben?*”¹³ (UNAMUNO, 2008, p. 19). O possessivo *nuestras* só dá ilusão de um uso comum, já que se trata de dívida. Assim, Unamuno questiona o próprio caráter cristão da oração dita cristã. Se todos são irmãos, se todos são iguais perante Deus (conforme tantas vezes se declara na Bíblia e se prega na doutrina cristã), por que dividir os homens entre os que devem e os que não devem? Entre devedores e agiotas? O imperativo é profanar. Daí os sinais textuais não verbais.

Cada caderno tem em seu início uma cruz centralizada, mas uma cruz inclinada para a direita, torcida, pendente. A cruz, como marca da morte de Cristo na tradição cristã, como símbolo, portanto, do cristianismo, ainda que se coloque no centro (como força centralizadora de nossa cultura ocidental), tomba, parece não conseguir mais manter-se erguida. A este dado visual Unamuno acrescenta outro: uma linha centralizada para separar um fragmento do outro (desde a primeira página dos seus apontamentos até a última).

O fato de tanto as diversas cruces como as múltiplas linhas estejam centralizadas é significativo. Do centro, vigora a tradição cristã que tenta resistir, ainda que não se mantenha inteiramente de pé (o que é representado pelas cruces “caindo”) nem consiga se estabelecer de uma ponta a outra (o que é representado pela centralização das linhas divisórias).

Portanto, parece que a profanação é o mote de *Diario íntimo*, tendo seu lugar de atuação no cerne de nossa cultura ocidental hierarquizante.

¹² *Pai Nosso*. Pai; eis aqui a ideia viva do cristianismo. Deus é pai, é amor. E é Pai nosso, não meu. Ai, meu Deus!

¹³ *Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos a nossos devedores*. Nossos devedores? O que nos devem? É meu o que me devem?

te (apreendida não só pelas palavras, mas também pelos outros elementos visuais), através dos espaços deixados em branco à direita e à esquerda, através da desconstrução do maior símbolo cristão. O que está em jogo é o dismantelamento de uma hierarquização, de uma ordem soberana, em prol da confissão de uma dor comum.

Se, para Unamuno, o autor é o herói (como se pode constatar em seu texto *Y va de cuento*, de seu livro *El espejo de la muerte*) e o herói não é “otra cosa que el alma colectiva individualizada, el que por sentir más al unísono con el pueblo, siente de un modo más personal”¹⁴ (UNAMUNO, 1945, p. 75), o heroísmo unamuniano de *Diario íntimo* reside justamente na profanação.

Várias vozes são trazidas quando o autor opta por transcrever diversos textos de outros autores. Na suposta apropriação do alheio, desfaz-se a noção de propriedade e instaura-se a comunidade. Da imposição centralizadora externa, quer-se desvencilhar rumo ao mar comum, desfrutado por todos:

Costra.

El hombre exterior, el de la costra, es social. Ah! si un medio común se difundiese, medio en que se derritieran las costras, quedando sólo nadando en él los hombres interiores! Un ambiente de unción, un mar común en que flotarían nivelados todos, que al despojarlos de sus costras los uniera en verdadera comunión. (UNAMUNO, 2008, p. 178-179).

[Crosta.

O homem exterior, o da crosta, é social. Ah! se um meio comum se difundisse, meio em que se derretessem as crostas, permanecendo somente nadando nele os homens interiores! Um ambiente de unção, um mar comum em que boiassem nivelados todos, que ao despojá-los de suas crostas os unisse em verdadeira comunhão.]

Que o projeto unamuniano não fique só no diário escrito, mas que seja experimentado na vida diária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

¹⁴ Outra coisa que a alma coletiva individualizada, o que por sentir mais ao unísono com o povo, sente de um modo mais pessoal.

_____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *Profanações*. Trad. e apresentação de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro EdUERJ, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática brasileira*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Moderna, 2008.

KERÉNYI, Carl. *Dioniso: imagem arquetípica da vida indestrutível*. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2002.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. (Org.). *Os pensadores originários: Anaximandro, Parmênides, Heráclito*. Introdução Emmanuel Carneiro Leão. Trad. Emmanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Aprendendo a pensar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, v. 1.

MORA, José Ferrater. *Unamuno. Bosquejo de una filosofía*. Madrid: Alianza, 1985.

_____. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. Trad. Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Trad. J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.

UNAMUNO, Miguel de. *Abel Sánchez: una historia de pasión*. 4. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1947.

_____. *Alrededor del estilo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998.

_____. *Antología poética*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946.

_____. *Cómo se hace una novela*. 1. ed. Madrid: Cátedra Letras Hispánicas, 2009.

- _____. *Diario íntimo*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- _____. *Do sentimento trágico da vida*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *El Caballero de la triste figura*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1945.
- _____. *El espejo de la muerte*. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.
- _____. *Névoa*. Trad. José Antônio Ceschin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- _____. *Niebla*. Introducción de Ana Suárez Miramón. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- _____. *Monodialogos*. Madrid: Espasa-Calpe, 1972. (Colección Austral).
- _____. *Recuerdos de niñez y de mocedad*. Madrid: Alianza, 2006.
- _____. *San Manuel Bueno, mártir*. Madrid: Espasa Calpe, 1942.
- ZAMBRANO, María. *Unamuno*. Barcelona: Fundación María Zambrano, 2004.

A CONCEPÇÃO DE SUJEITO DA PSICANÁLISE À ANÁLISE DO DISCURSO

Carmen Elena das Chagas (IF Muzambinho e UFF)
carmenelena@bol.com.br

1. *Considerações iniciais*

A linguística apresentou a situação da identidade de forma bem pacífica, tanto no caso da identidade de uma língua como no caso da identidade do falante de uma língua. Assim, a linguística mostra-se como uma investigação racional à medida que torna a autoconsciência possível e o linguista, simplesmente linguista, é qualitativamente diferente do linguista falante nativo comum.

Os linguistas como as demais pessoas geralmente se referem a falantes de uma língua como se não existisse nenhum problema para decidir. Quem pertence ou quem não pertence ao grupo que se pretende identificar e discriminar. Já dizia Chomsky “Os homens e mulheres reais que caminham sobre a face da terra estão muito distantes daquele ideal” (CHOMSKY, 1965, p. 03)

Para Bloomfield, “o papel do linguista é observar” (BLOOMFIELD, 1944, p. 49), pois para ele não se deve confundir os níveis, o do nativo de quem se deseja o fornecimento de dados e a do investigador que tem a capacidade de fazer a análise científica.

Já para Bakhtin, o estruturalismo não tem por objeto a língua real, porque a língua real é o que falam homens e mulheres reais e socializados. Assim, a linguística estuda uma língua viva como se fosse morta e uma nativa como se não fosse materna e sim estrangeira.

O objeto da linguística apresenta uma divisão discursiva, formando uma lacuna: o da manipulação de significações estabilizadas e cristalizadas por uma alienação do pensamento e o das transformações do sentido na busca de variadas interpretações.

É um homem que fala no mundo, que fala com outro e é a linguagem que ensina a própria definição desse homem, pois o outro aparece por meio dela. É na linguagem e por meio dela que o homem se constrói como sujeito, pois só a linguagem fundamenta a sua realidade: a do ser.

Através do conceito falante-nativo na linguística foi apresentado o termo indivíduo. O indivíduo foi, a partir desse momento, um “eu” constituído de forma única, cuja realização passou a ser a autoconsciência.

Para que serve o contexto de situação se não for para mostrar a identidade do usuário de uma língua – sua espontaneidade – em modos mais realistas? Pois o contexto não possui limites. Tudo que se possa falar sobre o contexto é rapidamente incorporado ao próprio contexto, não permitindo que haja uma saturação no ato de fala real.

Desta forma, as identidades da língua e do indivíduo apresentam implicações várias. Isso significa que as identidades estão sempre em um estado de fluxo, pois falar de identidade, seja ela do indivíduo falante, seja da língua isolada, é recorrer a uma forma conveniente com danos para a fundamentação teórica da linguística.

2. *Objetivo*

Este artigo objetiva apresentar uma análise superficial do conceito de Sujeito de acordo com as concepções de alguns autores como Freud, Lacan, Foucault, Pêcheux e outros, visando a construir um paralelo entre as ideias apresentadas pelos autores citados acima, tendo como fundamentação teórica a contribuição da análise do discurso.

3. *Língua, linguagem e discurso.*

3.1. *Língua*

A língua, *lato sensu*, é um sistema gramatical que pertence a um grupo de indivíduos. É a expressão da consciência de uma coletividade. Sua função social é a criação da sociedade, pois não pode ser imutável, pelo contrário, precisa viver em eterna evolução para a construção da cultura de um povo.

A ação individual de apropriação de uma língua introduz o indivíduo que fala. Isso significa um dado constitutivo de uma enunciação. A presença de quem fala na enunciação faz com que cada parte do discurso constitua um centro de referência interno, cuja função é de colocar o falante em relação constante com sua enunciação. Depois da enunciação, a língua que foi emanada por um falante atinge outro falante, suscitando outra enunciação de retorno.

Partindo da posição de Saussure, a língua é um todo autocontido e um princípio de classificação. O todo autocontido é a fala que para autor se chama *langage* e, aquilo que se afirma ser de modo delineado, chama-se de língua.

Já para Chomsky língua apresenta-se como um substantivo abstrato não pluralizável, cuja preocupação está em restringir a linguística apenas à busca de universais e da definição de propriedades apenas. Assim:

... uma pessoa que conhece uma língua domina um sistema de regras que, de um modo definido, atribui som e significado a uma classe infinita de frases ... naturalmente, a pessoa que conhece a língua não tem consciência de ter dominado essas regras ou de estar fazendo uso delas, nem há razão alguma para supor que o conhecimento das regras possa supor que o conhecimento das regras possa tornar-se consciente. (CHOMSKY, 1972, p. 103-104)

Observa-se que Chomsky, defensor de uma gramática genuinamente científica, procura especificar o que o falante realmente conhece e não aquilo que ele possa contar sobre seu conhecimento.

Todo enunciado e toda sequência de enunciados que compõem a língua é, pois, linguisticamente descritível como vários pontos possíveis de interpretação. É nesse estado que objetiva trabalhar a análise do discurso.

Essa visão, que apresenta concretamente formas de se trabalhar sobre as materialidades discursivas, pode implicar em discursos ideológicos, filosóficos, políticos e culturais que emanam das relações com o cotidiano e com a ordem normal do sentido, construindo o real da língua.

3.2. Linguagem

A linguagem é uma condição *sine qua non* de constituição do sujeito. O que regula a estrutura imaginária se faz através do registro simbólico. É o olhar de outro que permite a constituição de uma imagem unitária, assim o sujeito se vê como é visto por seus semelhantes.

A linguagem é instrumento de comunicação e isso se deve a duas razões:

1-consistiria em que a linguagem se encontra de fato empregada como instrumento, porque os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se;

2-Poderia também pensar em responder que a linguagem apresenta disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento e se presta a transmitir o que lhe confia ou que provoca no interlocutor um comportamento cada vez adequado.

Na verdade a comparação da linguagem com um instrumento deve encher de desconfiança como toda noção simplista a respeito da linguagem.

Interligar linguagem e identidade implica em mostrar a importância da cultura na questão da estrutura. Tanto a linguagem quanto a identidade passam a se inserir em culturas diversas, o que leva a psicanálise a se interrogar sobre diferentes formas de constituição do inconsciente.

A linguagem só é possível porque cada falante se apresenta como sujeito, retornando a ele mesmo como eu no seu discurso, tornando-o, assim, o seu eco. A partir disso a linguagem é marcada intensamente pela expressão da subjetividade que está no exercício da língua, permitindo a cada falante apropriar-se da língua toda, designando-se como “eu”.

3.3. Discurso

A significância de um discurso depende dos atos reais ou possíveis nele contidos. Uma dependência que pode ser avaliada somente com base no nosso conhecimento ou crença sobre os fatos atuais ou possíveis em algum universo ou situação, pois os fatos denotados como estados de coisas, ações ou eventos têm organização espacial, condicional ou temporal. Entender um discurso pressupõe entender o mundo real ou idealizado, já que em cada parte do discurso deve existir uma nova informação que seja ligada à informação antiga.

Acredita-se que existe nas sociedades uma espécie de desnível entre os discursos. Os que ao correr dos dias e das relações discursivas se esquecem no próprio ato que lhes deu origem ou nos discursos que estão na origem de alguns novos atos e fala. Atos que retomam os discursos, que os transformam ou que falam deles, isto é, os discursos que são ditos, foram ditos e estão ainda por dizer.

São as aproximações implícitas que permitem relacionar a expressão ativada e isolada do enunciado à temática global de um discurso, estabelecendo um elo entre seus diferentes segmentos. Isso explica por que, muitas vezes, o emprego de construções processadas coincide com a pas-

sagem e um segmento a outro, ou seja, marca uma mudança ou um deslocamento do sujeito.

O discurso direciona para a não correspondência entre as palavras e as coisas. Os objetos não ocorrem de acordo com as propriedades intrínsecas do mundo, mas são construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo e desenvolvidos como um fluxo contínuo de estímulos.

O discurso está na ordem das leis, onde sempre se observa o seu aparecimento, o lugar que se concede e que o honra, mas que, ao mesmo tempo, o desarma. Se o discurso apresenta algum poder, provém do falante, pois é nele que está a significação do pensamento.

Assim, o discurso nada mais é do que o reflexo de uma verdade que está sempre a nascer diante dos seus olhos e quando por fim tudo pode tomar a forma do discurso. Isto é, quando tudo se pode dizer e o discurso se pode dizer a propósito de tudo, porque todas as coisas que manifestaram e ofereceram o seu sentido podem reentrar na interioridade silenciosa da consciência de si.

4. O sujeito.

4.1. O sujeito para Freud

A descoberta do inconsciente já modificara a ideia de sujeito a mostrar que a consciência é a parte mínima da vida psíquica. E de acordo com Freud, somos muitos, pois o Ego é definido como um conjunto de identificações que cada sujeito vai utilizando no decorrer de sua vida, já que somos portadores de várias identificações, isto é, somos o resultado de uma produção em massa.

Freud apresenta uma etapa primitiva da linguagem em que sons idênticos designavam objetos do mundo do trabalho e do mundo erótico. Com isso os conceitos originaram na comparação com seu oposto – o outro –, pois o homem só pode obter seus conceitos mais antigos e mais simples por oposição a seus opostos.

Desta forma, Freud utilizou o termo identificação para definir processos estruturantes que ocorrem no “Eu” (Ego) por meio dos quais o sujeito internaliza relações com o mundo circundante, dando lugar a matrizes identificatórias e com a descoberta do inconsciente, a subjetividade

deixou de ser pertencente a processos de individuação e sim a um modelo social de cultura.

4.2. O sujeito para Lacan

Lacan propõe que a constituição de um sujeito psíquico se dá por meio de outro. Existe um “eu” que é sujeito do enunciado e um “Eu” que é sujeito da enunciação. Para o autor é fundamental a distinção entre a vertente do enunciado do discurso e o ato de enunciação que elabora este enunciado. Isso especifica a relação que o sujeito falante tem com o inconsciente e com o desejo.

Lacan mostra que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, ou seja, como uma cadeia de significantes. É a construção de uma pessoa em sua realidade, inclusive, com seu corpo e sua organização psíquica. Na verdade, é a visão da própria pessoa de alguém em contraponto com a figura de outras pessoas ou objetos situados fora desse alguém. Assim, o sujeito para Lacan é um significante que remete a outro significante, ou seja, o sujeito se dá a partir da linguagem. Ele postula que o significante atua separadamente de sua significação e contra o sujeito, pois o significante é o suporte para o discurso, já que significante e significado são duas teias que não se encobrem.

Desta forma, Lacan procurou reduzir a psicanálise a uma análise linguística, pois se referiu a vários autores como Saussure, Jakobson e Freud, mostrando uma concepção do inconsciente como estruturado, uma linguagem e uma visão do sujeito como um ser da própria linguagem ou ser falante. Ele afirma que procura seu objeto onde há uma lacuna. Somente quando se pode levar em conta o registro do Real que se entende de que forma a letra e significante são construídos pelo autor. O significante não pode ser capturado pela linguagem, mas, no entanto, pode ser articulada em uma estrutura simbólica e formar uma cadeia de significantes.

4.3. O sujeito para Foucault.

É notável que se vê, em uma sociedade como a nossa, a existência de procedimentos de exclusão. O mais natural é o interdito. O ser humano sabe que tem consciência de que não tem direito de dizer tudo o que se deseja, que não pode falar do que quer que seja. Para Foucault, todo o seu trabalho foi desenvolvido em uma arqueologia do saber filosófico, da

experiência literária e da análise do discurso, havendo uma relação de poder e uma prática de subjetivação.

Em sua época há uma popularidade do estruturalismo que logo se integra aos autores e filósofos Derrida e Barthes.

Para Foucault, o discurso verdadeiro separado do desejo e liberto do poder pela necessidade da sua forma não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa e a vontade de verdade que, desde há muito, nos foi imposto. Há a necessidade de que o autor revele o sentido escondido que o atravessa, pois é ele que dá à inquietante linguagem da ficção, as suas unidades na medida em que as escolhe coerentemente na inserção do real. O indivíduo que começa a escrever um texto retoma a sua função de autor. Aquele que escreve que seleciona as palavras do dia a dia com ele a concebe de sua época e por sua natureza as modifica.

O princípio do autor afirma com o jogo de identidade que tem a forma da individualidade e do eu. Não é um sentido que deve ser redescoberto, nem está suposto que é uma identidade que deve ser repetida, antes está suposto aquilo que é necessário para a construção de novos enunciados.

A doutrina de Foucault liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes interdita todos os outros, porém em reciprocidade serve-se de tipos de enunciação para unir indivíduos entre si e, dessa forma, diferenciá-los de todos os outros. Ele efetua uma dupla sujeição, sendo a dos sujeitos falantes ao discurso e dos discursos ao grupo dos indivíduos falantes. Afinal de contas um sistema é uma qualificação e uma fixação dos papéis falantes, constituindo um grupo doutrinário que se apropria do discurso com os seus poderes e os seus saberes. É na realidade uma ritualização da fala.

Desta forma, ser um sujeito para Foucault é ocupar uma posição enquanto enunciador, pois os sujeitos são enunciados ligados à linguagem e ao signo.

4.4. O sujeito para Pêcheux

Para Pêcheux, a língua é um objeto montado pelo linguista e deve ser reconhecida pelo seu funcionamento e não porque tem funções. O objeto da análise do discurso para ele cruza a via do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação da análise do discurso.

O sujeito para Pêcheux se constitui pelo Esquecimento daquilo que o determina. Pode precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação com a formação discursiva que o domina. É uma unidade imaginária do sujeito, pois se apoia no fato de que os elementos dos interdiscursos constituem discurso do sujeito e os traços daquilo que o determinam, já que os enunciados são sempre repetidos pelo sujeito.

Nesses traços discursivos imagina-se que todo sujeito falante sabe do que é falado, pois todo enunciado produzido reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, de forma transparente, em uma descrição adequada do universo, já que esse universo é tomado discursivamente nesses traços determinantes.

A questão teórica posta em contexto é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência estável, suscetíveis de resposta unívoca e formulações equivocadas.

Pêcheux não deixa de levar em conta a presença da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história, mesmo percorrendo agora o espaço das múltiplas urgências do cotidiano.

De acordo com a materialidade do discurso e do sentido, diz-se que os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes, isto é, em sujeitos dos seus discursos e dessas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que são coerentes.

Pêcheux se colocou entre o que se pode chamar de sujeito da linguagem e sujeito da ideologia, formando uma mediação entre esses sujeitos.

5. Considerações finais

Segundo Lacan, o sujeito advém pela linguagem, mas se perde nela, por estar aí apenas representado. A verdade do sujeito só advém na articulação da linguagem em sua enunciação. O sujeito do desejo deve ser situado ao nível do sujeito da enunciação.

O sujeito pragmático –, isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que

vão da gestão cotidiana da existência até as “grandes decisões” da vida social e afetiva, passando por todo o contexto sociotécnico dos “aparelhos domésticos”.

Podemos resumir o que precede dizendo sob a evidência de que “eu sou realmente eu”. Há o processo da interpelação-identificação (é alguém chamado a ocupar o lugar, um espaço = identificação discursiva) que produz o sujeito no lugar deixado vazio. É a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que se chama o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (ideológico / discursivo / classe social).

O EGO, isto é, o imaginário do sujeito não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia. Está-se retomando a designação que Lacan e Althusser deram do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior e isso pela determinação do real (exterior) e especificamente – acrescenta-se – do interdiscurso como real (exterior).

Diz-se que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos etc., e as noções de asserção e de enunciação estão aí para designar, no domínio da “linguagem”, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante. (171)

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito: porque só a linguagem se fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser – o conceito de “ego”.

A língua, enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição de intersubjetividade, é a única que torna possível a comunicação linguística. (293)

A linguagem não é entendida como uma origem ou como algo que encobre uma verdade existente, mas sim como exterior a qualquer falante e que define a posição de todo sujeito possível.

Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar. Nada se torna um sujeito, mas aquele que é chamado é sempre já-sujeito. Todo sujeito humano – social – só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito.

Os sujeitos de Lacan, Foucault ou Derrida são ligados ao signo, diferentes de Pêcheux. Este introduz outra linguística formal que não justapõe a enunciação, constituindo uma filosofia das ideologias: de Lacan e de Althusser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. NOVAK e NERI. São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1998.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHNAIDERMAN, Mirian. Linguagem(ns) – identidade(s) – movimento(s): uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. MARIANI, Bethânia S. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. ORLANDI, Eni Puccinelli. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: UNICAMP, 1988.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês.

Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

**A ESCRITURA BARTHESIANA
E A NARRATIVA DE MACHADO DE ASSIS**

Regina Céli Alves da Silva (UniverCidade e UERJ)
reginaceli2011@gmail.com

1. Introdução

Em 1980, Roland Barthes deixou a cena do mundo. No entanto, a vasta obra que produziu permite, às gerações posteriores, acompanhar suas reflexões. E, pela maneira singular com que as efetuou, continua, sem dúvida, fomentando um diálogo vigoroso e atual com as mais recentes correntes teóricas e críticas, tanto no campo da investigação literária, em particular, quanto no campo dos estudos de linguagem, em geral.

Por isso mesmo, a obra de Barthes tem ocupado lugar central em nossos estudos, sendo objeto de pesquisa em nível de pós-doutoramento. O texto que aqui apresentamos constitui parte de nosso projeto que, num primeiro momento, contempla três produções barthesianas: *O grau zero da escritura*, *Roland Barthes por Roland Barthes* e *Aula*.

Neste trabalho, nosso objetivo é sinalizar algumas ponderações do autor, inscritas em seu primeiro livro publicado, em 1953, *O grau zero da escritura*, para, nele, observarmos o que compreendeu como escritura, conceito que iria acompanhá-lo ao longo de toda a sua trajetória acadêmica. Tais sinalizações serão cotejadas com o romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis. O intuito da relação tecida entre os dois é expor, na prática literária, o que, em Barthes, vem arrolado teoricamente, identificando a obra do autor brasileiro como etapa fundamental numa história da escritura.

Ressaltamos, por fim, que esta exposição seguirá a seguinte ordem: primeiro, acolheremos momentos fundamentais de *O grau zero da escritura*, especificamente aqueles que dizem respeito ao que é a escritura; a seguir, voltamo-nos ao texto de Machado de Assis, de forma a coletarmos nele os expedientes necessários à relação que queremos demonstrar.

2. *O grau zero da escritura: da escrita clássica ao neutro*

Barthes declara, na Introdução de *O grau zero da escritura*, os objetivos que o norteiam para escrever tal texto. São eles: esboçar a ligação

existente entre o dilaceramento da consciência burguesa e a o surgimento da escritura; afirmar que existe uma realidade da forma (a escritura) que é independente da língua e do estilo; tentar mostrar que aquela também conecta o escritor à sociedade; “fazer sentir, enfim, que não existe Literatura sem uma Moral da linguagem.” (BARTHES, 1986, p. 120). Concluindo a exposição dos objetivos, ele diz que “se trata apenas de uma Introdução ao que poderia ser uma História da escritura” (BARTHES, 1986, p. 120). Isto é: trata-se, para Barthes, da História dos signos da literatura, dos seus modos de significar, daquilo que ela assinala e que, por isso mesmo, exhibe sua relação com a sociedade e a caracteriza como um fazer literário.

Dividido em duas partes, o texto traz, na primeira, uma interrogação a respeito da escritura e uma explanação sobre duas de suas formas: a política e a romanesca; na segunda, faz uma breve história da escritura, partindo do nascimento de uma moral da linguagem, só possível a partir da formação dos Estados Nacionais, com consequente estabelecimento de uma língua nacional, e tendo como ponto de chegada a escritura de grau zero, neutra. Dessas duas etapas da obra, acolheremos da inicial, as explanações acerca do que é a escritura, seguidas de esclarecimentos sobre a forma do romance; a seguir, sinalizaremos momentos dessa Introdução à sua história.

Quando da indagação sobre o que é a escritura, Barthes, a princípio, divisa a língua e o estilo. Sobre aquela, afirma estar aquém da literatura, e este, quase além. Acompanhemos o autor:

O horizonte da língua e a verticalidade do estilo desenham, portanto, para o escritor, uma natureza, pois ele não escolhe nenhum dos dois. A língua funciona como uma negatividade, o limite inicial do possível; o estilo é como uma Necessidade que vincula o humor do escritor à sua linguagem. Naquela, ele encontra a familiaridade da História; neste, a de seu próprio passado. [...] entre a língua e o estilo, há lugar para outra realidade formal: a escritura. [Esta] é um ato de solidariedade histórica. [...] é a linguagem literária transformada por sua destinação social, é a forma apreendida na sua intenção humana e ligada assim às grandes crises da História. (BARTHES, 1986, p. 123-4)

Sendo um compromisso “entre uma liberdade e uma lembrança” (BARTHES, 1986, p. 125), a escritura é escolha (momento) e duração. Isto é:

A linguagem de um escritor é algo que ele herda, e seu estilo é uma estrutura pessoal, talvez subconsciente, de hábitos e obsessões verbais; mas sua forma de escrever, ou *écriture*, é algo que ele escolhe, a partir das possibilidades historicamente disponíveis. Trata-se de “uma forma de conceber a literatura”, “um uso social da forma literária” (CULLER, 1988, p. 28)

Sobre a escritura do romance, o autor enfatiza dois aspectos que lhes são fundamentais: o uso do passado simples e da terceira pessoa do discurso. A seguir, registramos, em sequência, trechos nos quais Barthes a eles se refere:

[...] o passado simples, pedra angular da Narrativa, assinala sempre uma arte, faz parte de um ritual das Belas-Letras. Seu papel é reduzir a realidade a um ponto, e abstrair da multiplicidade dos tempos vividos e superpostos, um ato verbal puro, desembaraçado das raízes da existência e orientado para uma ligação lógica com outras ações, outros processos, um movimento geral do mundo: ele visa a manter a hierarquia no império dos fatos. (BARTHES, 1986, p. 133)

[...] é o tempo fictício das cosmogonias, dos mitos, das Histórias e dos Romances. Supõe um mundo construído, elaborado, destacado, reduzido a linhas significativas, e não um mundo jogado, exibido, oferecido. (BARTHES, 1986, p. 134)

O passado simples faz parte de um sistema de segurança das Belas-Letras. Imagem de uma ordem, constitui um desses numerosos pactos formais estabelecidos entre o escritor e a sociedade, para a justificação daquele e a serenidade desta. O passado simples significa uma criação: ou seja, ele a assinala e a impõe. (BARTHES, 1986, p. 134-5)

Essa função ambígua do passado simples encontra-se também em outro fato da escritura: a terceira pessoa do Romance. [...] O “ele” manifesta formalmente o mito; ora, no Ocidente pelo menos, [...], não há arte que não aponte sua máscara com o dedo. A terceira pessoa, assim como o passado simples, presta, pois, esse serviço à arte romanesca e fornece aos consumidores a segurança de uma fabulação crível, mas, por outro lado, permanentemente manifestada como falsa. (BARTHES, 1986, p. 136)

As citações, por si só, não carecem de maiores explicações, uma vez que deixam entrever, no próprio discurso de Barthes, percepções sobre a escrita do romance que, por um lado, conecta o leitor com a realidade que lhe é conhecida, ofertando-se como uma forma verossímil, crível, por outro, ao ser concebido segundo uma consciência que o tem como uma problemática da língua, não deixa de exibir também a máscara, o artifício.

No segundo momento do estudo apresentado em *O grau zero da escritura*, Barthes propõe que o aparecimento da escritura está atrelado à constituição de uma língua nacional, que se torna “uma espécie de negatividade, um horizonte que separa o que é proibido do que é permitido, sem se interrogar mais acerca das origens ou das justificações desse tabu” (BARTHES, 1986, p. 148). Ou seja: a escritura só se torna possível a partir do ponto em que os Estados Nacionais começam a se formar e, por isso mesmo, faz-se necessária uma língua nacional, aquela que carregará

os valores de tal nação constituída. Uma moral da linguagem é o que se delinea a partir de então. Questão claramente de cunho sociopolítico.

Assim, a escritura clássica francesa, consolidada depois da nacionalização da língua, de cunho universalizante, voltada para a tradição, “não provocava nunca repulsa por sua hereditariedade, sendo apenas um cenário feliz sobre o qual se elevava o ato do pensamento” (BARTHES, 1986, p. 148). Por volta de 1850, esse panorama começa a mudar devido mesmo às interferências históricas, que provocaram o nascimento de um “Trágico da literatura” (BARTHES, 1986, p. 150).

[...] a unidade ideológica da burguesia produziu uma escritura única e [...], nos tempos burgueses (isto é, clássicos e românticos), a forma não podia ser dilacerada, já que a consciência não o era; [...] pelo contrário, desde o momento em que o escritor deixou de ser uma testemunha do universal para tornar-se uma consciência infeliz (por volta de 1850), seu primeiro gesto foi escolher o engajamento da forma, seja assumindo, seja recusando a escritura de seu passado. A escritura clássica explodiu então e toda a Literatura, de Flaubert até hoje, tornou-se uma problemática da linguagem. (BARTHES, 1986, p. 118)

Barthes situa, no período compreendido por volta de 1650 até 1850, os tempos clássicos e românticos, observando que, a despeito da multiplicidade de formas literárias, neles predominava uma consciência do universal. Afinal, o escritor escrevia a partir de uma visão unívoca, sem divisões de classe. Destarte, uma preocupação com a forma não se constituía, ainda, como um apelo necessário. “A autoridade política, o dogmatismo do Espírito e a unidade da linguagem clássica são, portanto, as figuras de um mesmo movimento histórico” (BARTHES, 1986, p. 149). Desenvolvia-se a prática de uma escritura burguesa, sem divisões ideológicas.

Apenas quando, por volta de 1850, novos fatos históricos entram cena, esse panorama sofrerá radicais transformações. A ascensão do pensamento socialista, acarretando a modificação da democracia europeia; o avanço tecnológico, com intensificação do trabalho operário, substituição da indústria têxtil pela metalúrgica, organização de “conglomerados” econômicos e a divisão da sociedade francesa em classes antagônicas são aspectos que, em seu conjunto, irão lançar a burguesia em nova situação histórica.

O escritor, agora, está conectado a outras possibilidades ideológicas que, conseqüentemente, o afastam da ideia do universal. A literatura passa a ser considerada como um objeto e isso faz com que ela provoque sentimentos “que estão ligados ao fundo de qualquer objeto: sentido do

insólito, familiaridade, repugnância, complacência, uso, assassínio” (BARTHES, 1986, p. 118). Então:

[...] as escrituras começam a multiplicar-se. Doravante, cada uma delas, a trabalhada, a populista, a neutra, a falada, quer ser o ato inicial pelo qual o escritor assume ou renega sua condição burguesa. Cada uma é uma tentativa de resposta a essa problemática órfica da Forma moderna: escritores sem Literatura. [...] Cada vez que o escritor traça um complexo de palavras, é a própria existência da Literatura que se põe em questão; o que a modernidade permite ler, na pluralidade de suas escrituras, é o impasse de sua própria História. (BARTHES, 1986, p. 151).

A escritura se torna uma problemática da linguagem, que já não se dá apenas como “testemunha dos fatos burgueses” (BARTHES, 1986, p. 150). Não é mais um “cenário feliz” (BARTHES, 1986, p. 148), sem preocupação com sua hereditariedade, com um pensamento de classe. A multiplicidade de suas formas, enquanto triunfou a ideologia burguesa, era de cunho “instrumental e ornamental” (BARTHES, 1986, p. 148). Como instrumento, estava a serviço de um fundo; como ornamento, era decorada com “acidentes exteriores à sua função, tomados sem escrúpulo à Tradição” (BARTHES, 1986, p. 148). Preocupava-se com a retórica, com a persuasão. Ao ser confrontada, no entanto, com uma nova dinâmica social, política e econômica, na qual o escritor está consciente de ser parte de uma sociedade agora dividida, a linguagem literária, obrigatoriamente, é posta em questão, passando, daí por diante, a ser um problema, ou: a ser problematizada. Dessa forma, de Flaubert a Camus, a escritura literária se volta sobre si mesma e, ao “valor de uso” (BARTHES, 1986, p. 152), instrumental, portanto, característico durante a vigência da escritura burguesa triunfante, irá substituir o “valor-trabalho”, (BARTHES, 1986, p. 152) do escritor-artesão.

3. *Esau e Jacó: um momento na história da escritura*

Publicado em 1904, o romance do mestre Machado de Assis, ao ser analisado à luz das considerações barthesianas acerca da escritura, permite-nos observá-las exemplarmente. Comparecem em *Esau e Jacó* (bem como em toda a obra machadiana), os itens assinalados por Barthes.

Quanto à língua, limite do possível, “corpo de prescrições e hábitos” (BARTHES, 1986, p. 121), guardião da história e da tradição, das quais o escritor, por mais que o deseje, não consegue escapar, torna-se, no caso da literatura brasileira, um aspecto complexo e profundo a se es-

cavar, mormente quando se trata de refletir sobre o elo que existe entre ela e a formação dos Estados Nacionais. Mas, apesar da consciência de tal relação, não a abordaremos nesta oportunidade, deixando apenas registrada sua relevância, já indicada por oportunas anotações machadianas:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito, a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. (MACHADO DE ASSIS, 1992, p. 808-9)

Percebemos, na inscrição, o conhecimento que o escritor tem do fato linguístico mencionado, de sua complexidade, bem como sua preocupação com este, principalmente naquilo que tange às produções literárias brasileiras, sobre as quais trata no texto, cuja conclusão revela:

Viva imaginação, delicadeza e força de sentimentos, graças de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro. (MACHADO DE ASSIS, 1992, p. 809)

É imbuído de tal reflexão, registrada em um texto de crítica, que o escritor elabora seus constructos literários. E lá está a língua, em *Esau e Jacó*, como “um horizonte humano que instala ao longe uma certa familiaridade” (BARTHES, 1986, p. 121), como uma necessidade, da qual não se pode fugir; impondo limites e mantendo a História e a Tradição, “dos usos e costumes” referidos por Machado.

E, certamente, no romance em destaque, esses usos e costumes, a história, a tradição estão expostos, talvez como em nenhum outro texto do escritor, enfaticamente.

O enredo é simples, como em geral se verifica nas obras de Machado. Trata-se da narrativa de um período da vida de dois irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, que, junto com a personagem Flora, formam um triângulo amoroso construído ao longo da história. Assim, vamos encontrar nas páginas iniciais da trama, Natividade e Perpétua, mãe e tia, respectivamente, de Pedro e Paulo, subindo o Morro do Castelo para consultar uma cartomante, Bárbara, quando eles eram apenas recém-nascidos.

Os anseios dela em relação ao futuro dos filhos fazem com que, mesmo não querendo se expor à opinião pública, caso seja flagrada subindo àquele lugar, se arrisque na empreitada. Pertencente à classe abastada, Natividade não deseja comprometer, com comentários maliciosos, a confortável posição social que seu marido, Agostinho dos Santos, um banqueiro muito bem-sucedido, lhe proporciona. Portanto, cercado-se de muitos cuidados para não ser vista, a mulher vai ter com a adivinha e lá, após ser questionada sobre a gravidez, sobre o comportamento das crianças quando estas ainda se encontravam em sua barriga, sente-se obrigada a revelar que os dois pareciam, às vezes, brigar dentro do útero. Nenhum comentário faz a mulher nesse sentido, apenas garante à aflita progenitora que os filhos serão grandes. Feliz com a revelação, ainda que não a tenha entendido plenamente, a mãe retorna à casa, precavendo-se com os mesmos cuidados da ida.

A partir dessas linhas iniciais, flagramos a cidade do Rio de Janeiro, no período que precedeu a Proclamação da República, os eventos ocorridos durante a consolidação desse fato histórico e os momentos posteriores a este. Em decorrência, é apresentada a movimentação político-econômico-social dessa época, na qual se inserem as experiências existenciais dos dois rapazes, da jovem Flora e de suas famílias. A corte imperial, vivendo seus últimos momentos, cedendo, à força, seu espaço para a República. Nesse contexto, as vidas de Pedro e Paulo representam, por seu antagonismo anunciado desde o ventre materno, as duas pontas principais da política: a agonizante, e posteriormente extinta, monarquia, e a insurreta República. Pedro, partidário daquela e Paulo, desta, crescem num ambiente familiar alimentado pelos valores monarquistas e tudo quanto estes representavam.

Ao apreciarmos as personagens, constatamos, já na leitura de seus nomes, a inscrição de um discurso religioso, bíblico, cristão. Pedro e Paulo, os irmãos gêmeos, tiveram seus nomes escolhidos pela tia.

Um dia, estando Perpétua à missa, rezou o credo, advertiu nas palavras: “...os santos apóstolos São Pedro e São Paulo...” e mal pode acabar a oração. Tinha descoberto os nomes, eram simples e gêmeos. Os pais concordaram com ela. (MACHADO DE ASSIS, 1992, p. 25)

Além disso, o próprio título do romance, *Esau e Jacó*, reduplica essa inferência bíblica na obra, uma vez que remete aos, também gêmeos, filhos de Isaac e Rebeca (personagens bíblicas) que, assim como Pedro e Paulo (os gêmeos do romance e os apóstolos), brigavam e rivalizavam.

A seguir, o nome da mãe, Natividade, de origem hebraica, fazendo alusão ao nascimento de Jesus, filho de Maria, e à própria Maria; em Agostinho dos Santos, o pai, aparece a referência a um dos maiores representantes da Igreja, Santo Agostinho, tendo também no sobrenome a reafirmação do vínculo religioso; quanto à família de Flora, ainda que os nomes sejam laicos, o sobrenome, Batista, designa ainda uma vez o campo em que nos encontramos; Bárbara, a cabocla do morro do Castelo, embora mantenha com seus clientes uma prática religiosa vinculada ao espiritualismo, seu nome remete a uma das santas católicas e, além disso, em sua casa, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição adorna a parede da sala onde recebe os consulentes. O conselheiro Aires também não fica de fora dessa lista, pois carrega o José no meio do nome, como ficamos conhecendo ao ler o Memorial de Aires.

Além dos nomes das personagens citadas, em torno das quais se constrói a trama do romance, todo o texto é perpassado por um discurso religioso, que tanto faz referência ao contexto católico quanto ao espírito (como no caso do Plácido, amigo e mestre do Santos, no que concerne ao assunto), como também às devoções místico-espiritualistas da cabocla e às superstições e credences populares.

Ao lado da inscrição religiosa, flagramos o panorama histórico-político da época. Os gêmeos nascem 19 anos antes da proclamação da República, no dia quatro de abril de 1870. Quando crescem, Paulo demonstra explícita tendência republicana, enquanto Pedro, monárquica. Ao longo desse período de vida dos dois, múltiplos fatos importantes ocorridos no país se farão presentes no texto, que os aborda como ocorrências essenciais sobre as quais ele discute.

Para a história do Brasil, em particular, esse período é fundamental, sendo o ano de 1870 um marco, pois foi nessa data, no mês de dezembro, que se formou Partido Republicano, lançando um manifesto que ficou registrado nos anais da história como “Manifesto Republicano”. E, nas páginas que narram o desenvolvimento dos irmãos, desde a infância até a idade adulta, podemos acompanhar, através das ações e palavras das personagens (Natividade e santos, Dona Cláudia e Batista, Conselheiro Aires), os vários eventos que vão culminar na Proclamação da República. Os pais de Flora, extremamente envolvidos com a política, as inclinações exibidas por Pedro e Paulo e a importância auferida ao título nobiliárquico pelos pais dos dois rapazes conferem à narrativa o relevo do discurso político dentro da obra.

Desse modo, todo um saber, uma época, sua história, suas nuances são expostas nas linhas machadianas, num estilo que lhe é característico, e sobre o qual não vamos aqui nos alongar, uma vez já ter sido tão discutido por tantos teóricos e críticos. Vale, contudo, relembrar a imensa ironia que transpassa os textos, o famoso ceticismo, os jogos de linguagem que alvitra, verticalizando na língua sua “mitologia pessoal e secreta” (BARTHES, 1986, p. 122).

Finalmente, quanto à escritura de Machado, sua maneira de pensar a literatura, escolha e responsabilidade, “compromisso entre uma liberdade e uma lembrança” (BARTHES, 1986, p. 125), conferimos, em *Essai e Jacó*, algumas passagens:

Um bom autor, que inventasse a sua história, ou prezasse a lógica aparente dos acontecimentos, levaria o casal Santos a pé ou em caleça de praça ou de aluguel; mas eu, amigo, eu sei como as cousas se passaram, e refiro-as tais quais. Quando muito, explico-as, com a condição de que tal costume não pegue. Explicações comem tempo e papel, demoram a ação e acabam por enfadar. (MACHADO DE ASSIS, 1984, p. 19)

Ora, aí está justamente a epígrafe do livro, se eu lhe quisesse por alguma, e não me ocorresse outra. Não é somente um meio de completar as pessoas da narração com as ideias que deixarem, mas ainda um par de lunetas para que o leitor do livro penetre o que for menos claro ou totalmente escuro. (MACHADO DE ASSIS, 1984, p. 35)

Eis aqui entra uma reflexão da leitora: “mas se duas velhas gravuras os levam a murro e sangue, contentar-se-ão eles com a sua esposa? Não quererão a mesma e única mulher? [...]”

Francamente, eu não gosto de gente que venha adivinhando e compondo um livro que está sendo escrito com método. A insistência da leitora em falar de uma só mulher chega a ser impertinente. Suponha que eles deveras gostem de uma só pessoa; não parecerá que eu conto o que a leitora me lembrou, quando a verdade que eu apenas escrevo o que sucedeu e pode ser confirmado por dezenas de testemunhas? (MACHADO DE ASSIS, 1984, p. 58-9)

Todas as histórias, se as cortam em fatias, acabam com um capítulo último e outro penúltimo, mas nenhum autor os confessa tais; todos preferem dar-lhes um título próprio. Eu adoto o método oposto; escrevo no alto de cada um dos capítulos seguintes os seus nomes de remate, e, sem dizer a matéria particular de nenhum, indico o quilômetro em que estamos na linha. (MACHADO DE ASSIS, 1984, p. 217)

Nos trechos apresentados, ainda que desvinculados dos contextos em que estão inseridos, podemos perceber que, ao lançar mão de vários expedientes narrativos, Machado compôs o romance, segundo nos afirma Barthes, apontando com o dedo a máscara, ao mesmo tempo em que o torna verossímil, crível. A escritura se faz justamente por essa consciên-

cia do escritor de ser a narrativa uma problemática de linguagem, com a qual ele se encontra envolvido. Os fragmentos assinalados o comprovam, pois neles constata-se observações do narrador que chamam o leitor ao verossímil da página, mas, também, dão a ver um processo produtivo metodicamente engendrado.

Machado, confrontando-se com a sociedade em que viveu, com a história e a tradição das quais a língua não pode se apartar, carrega para as laudas ficcionais esse contato, produzindo uma escrita “de classe”, conforme indicou Barthes. Contudo, a sua escolha, seu momento de liberdade, ressoa no romance. E este se faz sentir nas estratégias de construção e em pequenas sutilezas adotadas pelo autor. É o caso, por exemplo, do adjetivo “inexplicável”, que o Conselheiro Aires aplica à Flora, personagem feminina, outra ponta do triângulo formado com os gêmeos Pedro e Paulo.

Ela, do início à conclusão da narrativa, inexplicável permanece. Muitos são os críticos das obras de Machado que, com diferentes olhares a analisam e, com diferentes percepções a descrevem. Porém, a personagem continua gerando indagações a respeito de seu comportamento e de suas sutis ações. É possível mesmo correr o risco e dizer que o autor concentra em Flora a fuga do texto em direção à liberdade de escolha, prolongando-a para além das forças da história e da tradição, que acorrentam a língua, irremediavelmente, aos seus elos.

4. Conclusão

A leitura dos apontamentos deixados por Roland Barthes, no vasto material teórico-crítico que nos legou, continua sendo um estímulo para nossas indagações. No primeiro trabalho publicado em livro, em 1953, a noção de escritura é trazida, mais do que como um saber, mas como um sabor (como ele também gostava de dizer dos textos), que nos aguça o paladar em relação aos estudos de linguagem, em geral, e de literatura, em particular.

A escritura, como produção de um indivíduo que, por reviravoltas históricas, foi lançado dentro de uma consciência de classe, dividida então, não podendo mais acomodar-se ao “conforto” de um pensamento universal, expõe a percepção da língua/linguagem como uma problemática, da qual o escritor não pode mais se retirar.

E, embora as conclusões de Barthes tenham sido efetuadas com base na leitura, principalmente, dos escritores franceses, Machado de Assis, o mestre brasileiro, não indiferente aos mesmos apelos históricos citados pelo mestre francês, não poderia deixar de constar numa história da escritura.

Nosso texto, portanto, teve como objetivo inscrever o aclamado escritor brasileiro nessa história, exibindo, primeiramente, as constatações barthesianas e, a seguir, conjugando-as com um dos escritos de Machado, o romance *Esau e Jacó*. Nessa amostragem, conferimos, na prática literária machadiana, as observações de Roland Barthes acerca da escritura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- CULLER, J. *As ideias de Barthes*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Esau e Jacó*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. V. III.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Adreana Peruzzo (UNIGRANRIO)
drinis91@hotmail.com

1. Introdução

Propõe-se, neste trabalho, discutir o papel que a literatura infantil exerce sobre a aprendizagem da criança. Para tanto, será discutido o papel da escola no incentivo à leitura, o apoio da família para o crescimento da criança no mundo da literatura, como também, o leitor em sua fase inicial e os estágios para se chegar ao nível de leitor crítico.

O acesso ao ensino da língua materna não tem garantido a competência dos alunos para utilizarem adequadamente a escrita, pois uma parte considerável de pessoas que aprenderem a ler e a escrever na escola não conseguem fazer uso da linguagem em situação de leitura e escrita, porque não são capazes de compreender/interpretar o que leem. Decodificar os signos não é o suficiente para ter-se familiaridade ou convívio permanente com a leitura.

Para Teodoro (1995, p. 23), o cidadão é como uma planta que, desde a forma de semente, precisa ser cuidada para que cresça forte e bonita. Assim é a leitura. Para se fazer leitores é necessário cultivar os atos de ler e entender. Desde o trabalhador que precisa ler manuais relativos as suas atividades até o advogado que necessita de decifrar os textos legais, passando pelo estudante nos exames, pelo cidadão diante das urnas, pela dona de casa que enfrenta a educação da família e pelo executivo que trabalha com sua papelada, a leitura se faz importante.

Esses livros (feitos para criança pequenas, mas que podem encantar aos De qualquer idade) são sobretudo experiências de olhar... (...) E é tão bom saborear e detectar tanta coisa que nos cerca usando este instrumento nosso tão primeiro, tão denotador de tudo: a visão. Talvez seja um jeito de não formar míopes mentais. (ABRAMOVIC, 1995, p. 10)

Todos os membros de uma sociedade, com maior ou menor grau de civilização, precisam dominar a escrita e utilizar várias formas de leitura e interpretação de livros, jornais, revistas, relatórios, documentos, textos, resumos, tabelas, formulários, cartas e uma imensidão de outros escritos, mas esses são leitores por obrigação ou por necessidade.

De acordo com Cagliari (1994) a leitura é uma atividade essencialmente ligada à escrita, e como há vários de escrita, assim também haverá os correspondentes tipos de leitura. Já para Freire (1998) a leitura não tem fronteiras, compreendendo todo processo de aprendizagem, e que o princípio inicia-se no instante do nosso nascimento.

O hábito da leitura não está, necessariamente, ligado ao poder aquisitivo do cidadão, mas sim, como as pessoas tratam a leitura, individualmente, ou nas famílias, e também como ela é oferecida nas escolas. Muitas vezes, as famílias são “rodeadas” de livros, mas não acham necessidade, não possuem curiosidade e não têm iniciativa e estímulo para conhecê-los.

A escola é um espaço bastante amplo ao incentivo à leitura. Apesar do baixo prestígio à leitura, principalmente da escola pública, pela pouca disponibilidade de meios e recursos, ela ainda continua sendo um dos principais meios de formar leitores críticos, contando, atualmente, em muitas localidades, com o apoio solidário de colaboradores individuais e da comunidade.

A literatura infantil desemboca o exercício de compreensão, sendo um ponto de partida para outros textos, pois com o passar do tempo, as crianças sentem necessidade de variar os temas de leitura uma vez que, a leitura é a forma mais sistematizada de elaboração da fantasia, passando a ter um nível mais elevado de cultura, estimulando a escolha e a crítica de certos textos. Para chegar à situação de um constante desenvolvimento de uma cultura da leitura, é necessária uma conscientização da sua importância para a vida e para formação de um povo, porque não há nação desenvolvida que não seja uma nação de leitores, como nos diz Monteiro Lobato.

A aquisição do hábito de ler não é algo simples para todos. Há àqueles que apresentam resistência até atingir o desenvolvimento pleno como conscientes e verdadeiros leitores. A leitura deve ser vista como instrumento que leva à transformação da cultura alienante e instrumento à serviço da cidadania. Podemos verificar em Silva, 1995, que ... o ato de ler é uma necessidade concreta para aquisição de significados e consequentemente, de experiências nas sociedades onde a escrita se faz presente.

A leitura crítica e não mecanizada leva o leitor à verdadeira ação cultural. Essa leitura é feita por meio de um conjunto de exigências com o qual o leitor se defronta, trata-se de uma determinada complexidade de atos da consciência que são acionados durante o encontro do leitor com

uma mensagem escrita, quando está presente com e na mensagem, a partir daí, o leitor toma consciência de que o exercício referente a escrita não visa apenas reter ou memorizar, mas compreender e criticar.

O leitor produz seu próprio texto a partir da leitura crítica, uma vez que, (...) esta se constitui na principal dieta nutricional para o crescimento criativo de um indivíduo (SILVA, 1995, p. 78), assim sendo, a crítica leva o desvelamento do ser leitor. É sabido lembrar que para se chegar ao nível de construir um texto de outro texto o leitor passa por fases onde o único pré-requisito é a capacidade de questionar sobre as coisas do mundo. O saber não se confunde com o saber codificar, pois o acesso ao código não garante o entendimento do significado do texto e nem o desenvolvimento da capacidade de ver além do que é visível aos olhos. A leitura é uma atividade para os olhos e não para os ouvidos. Só a leitura entendida como uma atividade social e reflexiva pode propiciar uma relação criativa, crítica e libertadora com a escrita, mostrando-se com um desafio para qualquer processo de democratização e mudança coletiva.

Para que uma estória realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar sua curiosidade. Mas para enriquecer sua vida, deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras as emoções; estar harmonizada com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e, ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que a perturbam. (BETELHEIM, 1980, p. 13)

É na infância que acontece, para a maioria das crianças, os primeiros contatos com os livros e com a leitura. Nessa fase, o incentivo a leitura deve-se fundamentar-se em contextos significativos à criança e não em contextos isolados e descontextualizados. Porém, tal ensino deve partir das concepções iniciais que a criança constrói nas situações sociais de leitura fora da escola, e que lhe permitam pensar e perceber que a escrita lhe traz percepções significativas. Isso não significa que o leitor iniciante que está em processo de socialização e de racionalização da realidade, bem como o leitor em processo que representa o interesse pelo conhecimento das coisas, passando pelo leitor fluente, fase da consolidação da leitura e da compreensão, e do leitor crítico que é a fase total do domínio da leitura, mereça menos atenção.

A infância é o período mais adequado para haver maior concentração e preocupação no desenvolvimento da leitura, pois é necessário que se mostre à criança o que precisa ser construído por ela no âmbito do aprendizado da leitura, no qual o adulto leitor experiente tem a função de

tornar possível a aprendizagem desta atividade. Para facilitar a entrada da criança no mundo da leitura e da escrita, o adulto deve ler para ela.

Abramovich (1997, p. 23) nos diz que o escutar pode ser o início da aprendizagem para se tornar leitor. Ouvir muitas e muitas histórias é importante para se integrar num mundo de descobertas e de compreensão do mundo. Ouvindo histórias pode-se também sentir emoções importantes, como a raiva, a tristeza, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade. Enfim, ouvir narrativas é uma provocação para mergulhar profundamente em sentimentos, memórias e imaginações. As histórias podem fazer a criança ver o que antes não via, sentir o que não sentia e criar o que antes não criava. O mundo pode se tornar outro, como mais significados e mais compreensões.

É de responsabilidade do leitor adulto, mostrar à criança como os escritos que circulam no cotidiano podem ser utilizados a fim de que a mesma compreenda seus sentidos. A criança só é capaz de compartilhar deste mundo quando compreende o seu significado. Esse descobrimento faz ela descobrir a diferença entre a fala e a escrita, ambos necessários a aprendizagem inicial da leitura.

Diante de toda a complexidade do desenvolvimento da leitura e da escrita, algumas estratégias de incentivo devem ser adotadas pela sociedade em prol da evolução da aprendizagem das nossas crianças, e além de ser um problema governamental no quesito de investimento de fundos para educação e valorização dos educadores, e também de um alto incentivo familiar, a escola ainda continua a ser o melhor local para se formar leitores.

É importante observar se a escola tem mesmo incentivado as crianças à leitura e à escrita, de forma correta e prazerosa, ou tem vivenciado essas habilidades ainda como forma de punição às diversas situações comportamentais ocorridas em sala de aula, ou ainda, simplesmente usam a leitura e escrita para cumprir com conteúdos já propostos, sem dar aberturas para que as crianças conheçam situações significativas nas quais possam se aperfeiçoarem e sentirem prazer em ler e escrever. Como diz Moraes, (1991, p. 98), É nesse sentido que o espaço concretiza a história do grupo na medida em que ele agiliza muitas formas de conhecimento refletido.

Ler sempre representou uma das ligações mais significativas do ser humano com o mundo. Lendo reflete-se e presentifica-se na história. O homem, permanentemente, realizou uma leitura do mundo. Em paredes de cavernas ou em aparelhos de computação, lá está ele reproduzindo seu “estar-no-mundo” e

reconhecendo-se capaz de representação. Certamente, ler é engajamento existencial. Quando dizemos ler, nos referimos a todas as formas de leitura. Lendo, nos tornamos mais humanos e sensíveis. (CAVALCANTI, 2002, p. 13)

Para que a escola venha contribuir na formação de pessoas ativas, faz-se necessário que seja aplicada uma pedagogia que valorize a formação humana, propondo às crianças situações de aprendizagem nas quais elas possam se envolver de forma dinâmica e prazerosa. O educador deve procurar estratégias para promover uma aprendizagem que se encontre intimamente à tomada de consciência da situação atual real vivida pelo educando, proporcionando-lhes momentos de sistematização e associação, fazendo com que os recursos utilizados pelos alunos sejam próprios de suas vivências, dessa forma, a leitura e a escrita, que anteriormente, não lhes faziam sentido, passam a ter significado. Freire (1983), nos diz que é fundamental partir de que o homem é um ser de relações e não só de contatos, que está com o mundo e não apenas no mundo.

Dizer que a literatura é catarse, ou elemento de purificação apenas, é reduzi-la a conceitos demais limitados. A literatura é uma grande metáfora da vida do homem. Sendo assim, é sempre surpreendentemente, uma maneira nova de se apreender a existência e instituir novos universos. (CAVALCANTI, 2002, p. 12)

Aprender e ensinar novos universos, eis o desafio ao educador. Para atender às novas exigências da sociedade, é necessário pensar em uma nova postura profissional para que o acesso à leitura e escrita tornem-se algo efetivo e eficaz, pois mesmo com a presença maciça e diversificada de leitura e escrita nas atividades que se realizam nas escolas, vivemos às voltas com altos índices de analfabetismo funcional, evasão e repetência escolar.

Freire (1979, p. 58) nos lembra que para ocorrer uma mudança de postura é necessário que haja compromisso em querer mudar. Não se pode permitir que a neutralidade continue permeando diante às situações que são impostas, perpetuando comportamentos manipuláveis pelo sistema educacional que castra qualquer possibilidade de desenvolvimento reflexivo, sendo o homem sujeito de sua educação e não objeto dela.

A criança está imersa, desde o nascimento, em um contexto social que a identifica enquanto ser histórico e que pode por esta ser modificado é importante superar as teses biológicas e etológicas da brincadeira que idealizam a criança e suas possibilidades educacionais. (WAJSKOP, 1995, p. 25)

Toda a aprendizagem e o processo sistemático da aquisição da aprendizagem do ser humano se dá socialmente, com as interações que estabelece com o outro e os significados que isso lhe faz sentir. Portanto,

a recuperação ou o nascimento do ato da leitura nas escolas será possível se o educador demonstra boa relação com os textos. Se o educador não for um bom leitor e o aluno não perceber o prazer na leitura por parte desse adulto, serão grandes as chances de ele ser um mau professor, refletindo nos pequenos leitores. Como diz WAJSKOP, 1995, que a criança se desenvolve com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado.

Lobato, 1981, nos mostra que por meio da literatura fixam-se aspectos da alma de um povo, ou pelo menos instantes da vida desse povo. Segundo esse pensamento é imprescindível que o poder público, além de equipar as bibliotecas com bons materiais a leitura, se volta ao reconhecimento do trabalho do docente brasileiro de modo que esse profissional da educação tenha condições, pelo menos satisfatórias, para ler e se atualizar, efetivando a aprendizagem da leitura como mudança social.

É preciso ler, é preciso ler...
E se, em vez de exigir a leitura, o professor
decidisse partilhar sua própria felicidade de ler?
A felicidade de ler? O que é isso, felicidade de ler?

(PENNAC, 1998, p. 21)

Outro ponto a ser valorizado na escola é a forma como a literatura é apresentada à criança. É importante que a escola dinamize e explore a literatura infantil. Quando o professor demonstra prazer em determinadas atividades, desperta também esse sentimento em seus alunos que o observam o tempo todo. O movimentar-se do professor é tão importante e valoroso no sentido de exemplo quanto as palavras que dirige aos ouvintes do grupo de crianças que se inclinam para ouvi-lo. Silva (1995, p. 53) nos mostra que a promoção da leitura nas escolas é de responsabilidade de todo corpo docente e não apenas de alguns professores específicos que receberam a responsabilidade de incentivar a leitura. O escritor enfatiza que não se supera uma dificuldade com ações isoladas.

O querer construir uma sociedade de leitores, vai além do sentimento do desejo, vai à atitude. Essa atitude deve ser planejada nas ações das atividades pedagógicas da escola, juntamente com todo o corpo docente, desde atividades simples, como uma conotação de histórias à tarefas que exijam planejamentos mais elaborados. A forma que cada profissional da educação se engajar validará o sucesso dos objetivos propostos na formação de leitores.

Abramovich (2004, p. 61), nos traz uma realidade intrigante, provocando uma séria reflexão individual:

Como falar mais de encantamento da história, das emoções sentidas e vividas pelos personagens, das sofrências e alegrias, dos sufocos e deslumbrâncias, se eu deixei passar batido tudo isso em mim ?? Como fazer a criança ou o jovem lerem se eu leio tão pouco?...

Quando o adulto mostra prazer em determinadas atividades, a tendência infantil é de solicitar que lhe deixe espaço para também executar tal tarefa juntamente com a presença do adulto. É nesse sentido que o profissional da educação, demonstrando que ler é “gostoso”, transfere esse sentimento à criança, que por ser sabido que a leitura é um hábito adquirido dentro de um processo sistemático, o ato de ler funde-se com o cotidiano escolar e extra-escolar da criança, levando-a a construir-se com o hábito da leitura.

É certo as diversas atividades didáticas às crianças, mas é importante que a escola priorize a importância da literatura para que ocorra o hábito do ato ler, despertando na sempre criança a imaginação e consequentemente criar nela a curiosidade de buscar e querer ler, passando então, a ser um leitor desde a infância e ser capaz de encontrar na leitura liberdade para muitas prisões sociais colocadas pelo grupo social dominante e explorador, libertar-se da “fábrica de ideologia”, como coloca Renato Ortiz (1994).

Entendemos que o texto literário é constituído por uma grande metáfora, porque nos parece que o sentido metafórico é aquele que remete sempre ao sentido anterior, portanto ao significante, então, apreendemos a escritura como algo que gera possibilidades; assim um texto é sempre outro texto e o sujeito que lê torna-se capaz de viver uma vida simbólica mais rica, fazendo da realidade concreta um palco para vivências significantes. (CAVALCANTI, 2002, p. 25)

Constata-se que o ato de ler é um instrumento de grande valia de conscientização e libertação, indispensável à emancipação do homem. Porém, em geral, a leitura não faz parte do cotidiano da grande maioria das pessoas e que não é uma tarefa, nem menos um hábito presente na vida dos cidadãos, infelizmente, desde o gari ao profissional da educação. Os estudantes, por sua vez, leem por obrigação das tarefas escolares obrigatórias, obtendo-se um número muito restrito dos que leem por prazer ou hábito.

A maioria das pessoas não vê e nem considera a leitura um instrumento de afirmação e de defesa da liberdade individual, de participação na sociedade, de inserção em determinados grupos e de ver e perceber as diversas formas e as intencionalidades que os fatos sociopolíticos são apresentados nas diversas mídias. É possível que o conscientizar-se só ocorra ou pode ocorrer num processo mais veloz com o contato que é feito com a literatura. É possível conscientizar-se e adquirir novas formas de comportamentos através da leitura, como pode-se verificar na citação abaixo:

Para educarmos um ser humano, convém saber o que queremos que ele se torne. É necessário indagar para que vivem os homens, ou seja, qual é a finalidade da vida e como ela deve ser. Nós, pais e educadores, devemos estar atentos às mudanças sociais questionando sobre a natureza do mundo e os limites fixados “para o quê” e “para que” *saber e fazer*. (ROSSINI, 2008, p. 8)

Verdadeiros leitores não são apenas decodificadores de signos, reconhecedores de códigos, mas muito além disso, são entendedores do significado dos signos e dos códigos registrados nos livros e nas mais diversas mídias. O leitor consegue procurar na leitura as respostas àquilo que deseja, como por exemplo, desde satisfação e prazer às respostas de inquietações cotidianas.

Para materializar a formação de leitores é necessária motivação, tendo como uma das bases o constante ouvir histórias literárias e, posteriormente, associado ao ato do ler. Outro fator indispensável é a convivência com livros diversos, contendo diversificadas informações, despertando os mais variados interesses dos futuros leitores. Os livros devem ser materiais comuns na vida da criança, onde a literatura é familiarizada como os tantos outros hábitos adquiridos desde a mais tenra idade.

Rossini (2008, p. 73-84) nos faz ver que é importante respeitar a faixa etária do leitor e propor temas adequados a idade e aos seus interesses. Também o ambiente da sala de aula influencia para estimular o interesse sobre o tema por meio da utilização de materiais diversos, como fotos, painéis, objetos e amostras. Os materiais concretos são importantes à criança pequena, pois esta ainda está estabelecendo a construção do concreto para o abstrato, despertando no aluno o interesse de conhecer o mundo, tornando-o participativo, libertando-o de alienações, emergindo do egocentrismo infantil e imergindo no altruísmo jovem.

No entanto, essa impregnação está longe de ser um condicionamento. Trata-se sobretudo de uma confrontação da qual a criança conserva determinadas significações, eliminando outras para substituí-las por novas significações. A aprendizagem é ativa no sentido de que não se submete às imagens, mas

aprende a manipulá-las, transformá-las, e até mesmo, praticamente, a negá-las. (BROUGÈRE, 1995 p. 48)

Os interesses pelas leituras vão modificando-se conforme o desenvolvimento do leitor e de suas novas experiências, tanto de leitura quanto de vivência cotidiana. O que importa aqui é o ato de procurar na literatura o que está em seu desejo de aprender e conhecer. A própria leitura traz diversas possibilidades de interessar-se por novos conhecimentos, que antes, eram desconhecidos ou sem relevância.

Assim, a tarefa de fazer ver a dimensão das várias possibilidades que a leitura é capaz de trazer a qualquer um de nós é da escola e da família, utilizando-se do instrumento primordial que é o ato de ler além da decodificação de signos. A família é a extensão da escola, é um instrumento importante contra a formação de leitores por obrigação. Se família e escola dialogarem havendo comprometimento e apoio de ambas as partes, certamente se formarão leitores competentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fani. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1995.

BETELHEIM, BRUNO. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez. 1995.

CAVALCANTI, Joana. *Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação*. São Paulo: Paulus, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 1986.

CUNHA, Maria Antonieta A. *Literatura infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Educação e conscientização: extencionismo rural*. Cuernavaca (México): CIDOC/Cuaderno 25, 1968.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1979

_____. *Sem ódio nem violência: a perspectiva da liberdade segundo*

Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1979.

LOBATO, Monteiro. *Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1981.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORAIS, Regis de. *Sala de aula, que espaço é esse?* São Paulo: Papirus, 1991.

PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. *Aprender tem que ser gostoso*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *A produção da literatura na escola: Pesquisas x propostas*. São Paulo: Ática, 1995.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da (Orgs.). *Leitura: Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1991.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003.

WAJSKOP, Gisela. *Brincar na pré-escola*. São Paulo: Cortez, 1995.

**A IMPORTÂNCIA DE CAMÕES
NA LITERATURA PORTUGUESA:
UMA INTERTEXTUALIDADE CONTEMPORÂNEA
COM OS SIGNOS “PORTUGAL, MAR, AMOR”**

Roberta Andréa dos Santos Colombo (CODESP/COJEP)
robertas.colombo@hotmail.com

Luís Vaz de Camões (1524/25(?)-1580) é considerado o maior poeta renascentista português e uma das mais expressivas vozes de nossa língua. O movimento renascentista em Portugal inicia-se em 1527, e uma das formas poéticas renascentistas são as formas fixas, como os sonetos, que são compostos por dois quartetos e dois tercetos. O estudo camoniano é de suma importância para a compreensão da língua portuguesa, pois Camões é considerado o divisor entre a época arcaica e moderna. Seus textos, sua “engenhosidade e arte” são indiscutíveis. Sua melhor produção clássica foi, para a maioria dos críticos, *Os Lusíadas*, obra de destaque na literatura portuguesa pela expressividade, importância histórica de Portugal, complexidade estrutural, erudição mitológica e fluência retórico poética. Nesta obra, o Poeta Quinhentista não só utilizou os moldes do Movimento Renascentista, como também aprimorou a forma, e fez d’*Os Lusíadas* um Cânone.

O cânone literário é o corpo de obra e seu autor considerados “grandes”, “geniais”, por isso, dignos de serem estudados e transmitidos de geração em geração, e consequentemente, temos *Os Lusíadas*, um culminar de toda uma cultura.

Camões é considerado um poeta à frente de seu tempo, pois sua modernidade é visível, como em toda a sua obra, tanto no estilo épico, como no estilo lírico. Poucos escritores de língua portuguesa podem ser comparados a Luís Vaz de Camões, entretanto, aqui analisaremos a intertextualidade dos autores contemporâneos Fernando Pessoa, Sophia de Mello Breyner Andresen e Manuel Alegre com a grandiosa obra épica de Camões. Signos literários como “*Portugal, mar, amor*”, e expressões que configuram ideologias camonianas são marcas incontestes nas obras desses renomados autores contemporâneos. Concomitante a essa relevância, afirmamos a compreensão sobre o conceito de cânone com a citação de Harold Bloom: “Não pode haver literatura forte, canônica, sem o processo de influência literária”. (BLOOM, 2001, p. 17). Peter de Bolla, em seu livro *Towards Historical Rhetorics (Para uma retórica histórica)*, ex-

pressa sua observância sobre a influência literária a partir ponto de vista de Bloom:

Para Bloom, “influência” é ao mesmo tempo uma categoria topológica, uma figura que determina a tradição poética e um complexo de relações psíquicas, históricas e imagísticas... a influência descreve as relações entre textos, é um fenômeno intertextual...tanto a defesa psíquica interna – a experiência de ansiedade do poeta – quanto as relações históricas de textos uns com os outros são elas mesmas *resultado* de leituras erradas, ou apreensão poética errada, e não a sua causa. (BLOOM, 2001, p. 17)

O conceito de intertextualidade foi reutilizado por Julia Kristeva em 1969 para explicar o que Mikhail Bakhtin, na década de 20, entendia por dialogismo, ou seja, são duas variações de termos para um mesmo significado.

A linguagem poética aparece como um diálogo de textos: toda sequência se faz em relação a uma outra proveniente de um outro *corpus*, de maneira que toda sequência está duplamente orientada: para o ato de reminiscência (evocação de uma outra escrita) e para o ato de intimação (a transformação dessa escritura). (KRISTEVA, 1978, p. 120-1).

Para Bakhtin, a noção de que um texto não subsiste sem o outro, quer como uma forma de atração ou de rejeição, permite que ocorra um diálogo entre duas ou mais vozes, entre dois ou mais discursos. Logo, concluímos que mesmo se a referência intertextual for negada pelo autor cujo texto escreveu, ainda assim terá ocorrido um diálogo, uma intertextualidade entre os textos, pois ao negar, também retomou à referência anterior.

Surgido no meio literário, o fenômeno dialógico ou intertextual pode ser aplicado a outras mídias como as artes plásticas, o cinema e a publicidade. Esses fenômenos literários decorrem a um diálogo com diversas vozes (discursos), sendo perfeitamente reconhecidas, retrabalhadas e apresentando-se com desempenhos diferenciados de suas antecessoras. Assim, o dialogismo bakhtiniano designa a escritura, ao mesmo tempo, como subjetividade e comunicabilidade.

A ocorrência intertextual dá-se por meio de três processos, o da *citação*, o da *alusão* e o da *estilização*. A primeira parte do artigo designa-se pela citação, uma vez que a *citação* firma-se por mostrar a relação discursiva explicitamente e todo o discurso citado é, basicamente, um elemento dentro de outro já existente. Concomitantemente, a segunda parte designa-se pela alusão, que por sua vez não se faz como uma citação explícita, mas sim, como uma construção que reproduz a ideia central de algo já discursado. Por fim, a *estilização* é uma forma de reprodu-

zir os elementos de um discurso já existente, como uma reprodução estilística do conteúdo formal ou textual, com o intuito de reestilizá-lo.

Sem dúvida, a literatura portuguesa não seria um modelo ocidental se não existisse Camões e sua grande epopeia *Os Lusíadas*, e é através de indícios textuais que se encontram na sua poesia, e a que podemos chamar a modernidade do Poeta ou estilo camoniano, que se verificam transgressões, tanto em relação aos modelos clássicos greco-latinos da época como em relação à ordem religiosa e política do poder no tempo de Camões.

Os Lusíadas são um poema épico de gênero poético narrativo grandiloquente, em que se destacam temas como o nacionalismo, cristianismo, humanismo, amor, desconcerto do mundo, referências biográficas e mitologia.

As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis, que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando;
E aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram:
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta. (L, I, 1-3)

A epopeia é um gênero narrativo em verso, em estilo mais elevado, que visa celebrar feitos grandiosos de heróis reais ou lendários. Tem, pois, sempre um fundo histórico, e a história revelada na epopeia estudada, narra as navegações, mais explicitamente, a descoberta do caminho marítimo para a Índia, feita por Vasco da Gama, o qual, por sua vez, é o

grande protagonista do épico camoniano, embora toda a glória dessa peregrina narrativa esteja sobre o povo português.

Os Grandes Feitos dos Portugueses

Ouvi, que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas,
Que excedem as sonhadas, fabulosas;
Que excedem Rodamonte, e o vão Rugeiro,
E Orlando, inda que fora verdadeiro,

Os Heróis Portugueses

Por estes vos darei um Nuno fero,
Que fez ao Rei o ao Reino tal serviço,
Um Egas, e um D. Fuas, que de Homero
A cítara para eles só cobiço.
Pois pelos doze Pares dar-vos quero
Os doze de Inglaterra, e o seu Magriço;
Dou-vos também aquele ilustre Gama,
Que para si de Eneias toma a fama.

Por se a troco de Carlos, Rei de França,
Ou de César, quereis igual memória,
Vede o primeiro Afonso, cuja lança
Escura faz qualquer estranha glória;
E aquele que a seu Reino a segurança
Deixou com a grande e próspera vitória;
Outro Joane, invicto cavaleiro,
O quarto e quinto Afonsos, e o terceiro.

Nem deixarão meus versos esquecidos
Aqueles que nos Reinos lá da Aurora
Fizeram, só por armas tão subidos,
Vossa bandeira sempre vencedora:
Um Pacheco fortíssimo, e os temidos
Almeidas, por quem sempre o Tejo chora;
Albuquerque terrível, Castro forte,
E outros em quem poder não teve a morte. (L, I, 11-14)

O conceituado cânone ocidental, *Os Lusíadas*, foi escrito durante toda a viagem de Camões para as Índias. É organizado por partes, e um Canto não depende de outro para ser compreendido, pois pode ser lido por estâncias.

O velho do Restelo

Mas um velho de aspeito venerando,
Que ficava nas praias, entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça, descontente,
A voz pesada um pouco alevantando,
Que nós no mar ouvimos claramente,
Cum saber só de experiências feito,
Tais palavras tirou do experto peito:

"Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
Desta vaidade, a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
C'uma aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas! (L, IV, 95-96)

As ideologias propostas por Camões mantêm-se na literatura portuguesa sendo inscritas por elementos intertextuais nas obras de Fernando Pessoa, Sophia de Mello Breyner Andresen e Manuel Alegre.

Fernando António Nogueira Pessoa (Lisboa, 13 de junho de 1888 – Lisboa, 30 de novembro de 1935), mais conhecido como Fernando Pessoa, foi um poeta e escritor português. Pessoa é considerado um dos maiores poetas da língua portuguesa, e o seu valor é comparado ao de Luís Vaz de Camões. E se o gênio de Camões é comparável ao de Públio Virgílio, ao de Dante, Cervantes e William Shakespeare, Pessoa também é comparável. O crítico literário Harold Bloom considerou-o, ao lado do poeta chileno Pablo Neruda, o mais representativo poeta do século XX.

Embora tenha participado intensamente das publicações do Modernismo português, seu único livro publicado em vida foi *Mensagem*, obra em versos, ao mesmo tempo lírica e épica. Nela, Pessoa recria a História de Portugal, a partir de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões.

Sophia de Mello Breyner Andresen (Porto, 6 de novembro de 1919 – Lisboa, 2 de Julho de 2004) foi uma das mais importantes poetisas portuguesas do século XX. Foi a primeira mulher portuguesa a receber o Prêmio Camões, em 1999. O Mar é um dos signos mais presentes na criação literária de Sophia. Outro tópico acentuado com frequência na obra de Sophia é o tempo: o dividido e o absoluto que se opõem. Além de poetiza, Sophia também era tradutora, e traduziu do português para o francês, renomados autores portugueses, incluindo o grande gênio Camões.

Manuel Alegre de Melo Duarte (Águeda, 12 de maio de 1936), escritor e político português, iniciou sua vida profissional como político. Sua vida literária começa a partir do livro *Praça da Canção* (1965). Era o nome mais conhecido de uma geração coimbrã (1963-1965) constituída em torno da coleção *Cancioneiro Vértice* e que publicou volumes coletivos de poesia intitulados *Poemas Livres*.

Além da atividade política, salienta-se o seu labor literário, quer como poeta, quer como ficcionista. Pelo conjunto da sua obra recebeu, entre outros, o Prêmio Pessoa (1999), e assim como escritor, é sócio correspondente da classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, eleito em 2005. Com vasta experiência política, Alegre é candidato à Presidência de 2011 em Portugal.

No diálogo intertextual que Fernando Pessoa estabelece com *Os Lusíadas* para escrever *Mensagem*, percebemos que Pessoa busca reafirmar o destino e a grandiosidade da terra e do povo português, conquistada na época de Camões.

Observaremos como a influência do Poeta Quinhentista está presente em nossa literatura contemporânea. Podemos observar essa ideologia no poema “Mar Português”, de Fernando Pessoa, em que o poema apresenta os dois lados do descobrimento: A posse do mar para o caminho a ser descoberto, e as lágrimas de Portugal.

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu. (M, II, X)

Como vimos, há “um estreito parentesco que une *Mensagem* a *Os Lusíadas*: o *signum* que encontramos à entrada de *Mensagem* já vinha do primeiro verso d’*Os Lusíadas*: As armas e os barões assinalados, ambos glorificam a grandeza de Portugal, ambos celebram o domínio do mar; a voz do Velho do Restelo ecoa nas estrofes” (BERARDINELLI, p. 331).

O poema “Mar Português” de Fernando Pessoa, dialoga com o épico camoniano, uma vez que a voz do Velho do Restelo, discursa contra as intenções dos portugueses de realizar a viagem em ambos poemas.

Incontestes também são os signos “mar, Portugal” que Pessoa utiliza em seu poema, os quais confirmam a contemporaneidade do Poeta Quinhentista.

Além dos aspectos temáticos presentes nas obras literárias de Sophia de Mello Breyner Andresen, que fazem a intertextualidade com os textos camonianos, há também nas obras da autora, influências literárias de Fernando Pessoa. No poema *Camões e a tença*, Sophia dialoga com o soneto «Erros meus, má fortuna, amor ardente» de Camões, conceituando assim, a contemporaneidade do Poeta Quinhentista em nossa literatura:

Camões e a tença

Irás ao paço. Irás pedir que a tença
Seja paga na data combinada.
Este país te mata lentamente
País que tu chamaste e não responde
País que tu nomeias e não nasce.

Em tua perdição se conjuraram
Calúnias desamor inveja ardente
E sempre os inimigos sobejaram
A quem ousou ser mais que a outra gente.

E aqueles que invoscaste não te viram
Porque estavam curvados e dobrados
Pela paciência cuja mão de cinza
Tinha apagado os olhos no seu rosto.

Irás ao paço irás pacientemente
Pois não te pedem canto mas paciência.
Este país te mata lentamente. (S. O. P., III, p.162)

No poema *Camões e a Tença* (*Obra poética III*, p. 162), Sophia estabelece a relação de Camões com a pátria que não lhe deu o devido valor. Camões, um gênio da literatura portuguesa, prestou um serviço incomensurável à pátria, ao escrever *Os Lusíadas*. Também para ele, o país esteve de costas voltadas, deixando-o morrer paupérrimo. Camões é invocado como símbolo de um povo agonizante, que nada tem a celebrar com o canto, porque há um país que o mata lentamente.

Não encontramos aqui, símbolos intertextuais, mas sim um diálogo das obras de Sophia com Camões.

Marinheiro sem mar

Longe o marinheiro tem
Uma serena praia de mãos puras
Mas perdido caminha nas obscuras
Ruas da cidade sem piedade

Todas as cidades são navios
Carregados de cães uivando à lua
Carregados de anões e mortos frios

E ele vai baloiçando como um mastro
Aos seus ombros apoiam-se as esquinas
Vai sem aves nem ondas repentinas
Somente sombras nadam no seu rastro.

Nas confusas redes de seu pensamento
Prendem-se obscuras medusas
Morta cai a noite com o vento

E sobe por escadas escondidas
E vira por ruas sem nome
Pela própria escuridão conduzido
Com pupilas transparentes e de vidro

Vai nos contínuos corredores
Onde os polvos da sombra o estrangulam
E as luzes como peixes voadores
O alucinam.

Porque ele tem um navio, mas sem mastros
Porque o mar secou
Porque o destino apagou
O seu nome dos astros
Porque o seu caminho foi perdido
O seu triunfo vendido
Aquela clara madrugada que
viu lágrimas correrem no teu rosto
e alegre se fez triste como se
chovesse de repente em pleno agosto.

Ela só viu meus dedos nos teus dedos
meu nome no teu nome. E demorados
viu nossos olhos juntos nos segredos
que em silêncio dissemos separados.

A clara madrugada em que parti.
Só ela viu teu rosto olhando a estrada
por onde um automóvel se afastava.

E viu que a pátria estava toda em ti.
E ouviu dizer-me adeus: essa palavra
que fez tão triste a clara madrugada.

Amor Soment

Em cada amor presente o amor ausente
(amor como tu querias não havia)
que para ti bastava amor somente
e sempre em dor amor se consumia.

Talvez em ti amor fosse um repente
um ver amor no amor que te não via
ou talvez um buscar o verso ardente
em que sempre o amor se convertia.

Tinhas que arder arder de puro ardor
arder de fogo frio amor do amor
amor já só ideia ou só palavra. (C. A., p. 199)

E ele tem as mãos pesadas de desastres

E é em vão que ele se ergue entre os sinais
Buscando pela luz da madrugada pura
Chamando pelo vento que há no cais

Nenhum navio lavará o nojo do seu rosto
As imagens são eternas e precisas
Em vão chamará pelo vento
Que a direito corre pelas praias lisas

Ele morrerá sem mar e sem navios
Sem rumo distante e sem mastros esguios
Morrerá entre paredes cinzentas
Pedaços de braços e restos de cabeças
Boiarão na penumbra das madrugadas lentas (...) (M. P., 91)

No poema *Marinheiro sem Mar*, o mar surge como símbolo de intertextualidade, e simboliza as navegações, os descobrimentos. Tudo vem dele e tudo a ele regressa. É o espaço da vida, das transformações e da morte.

Já nas obras do poeta Manuel Alegre, percebemos a contemporaneidade literária de Camões em seus livros, *O Canto e as Armas*, e *Com que Pena– Vinte Poemas para Camões*:

E alegre se fez triste

Contextualizamos, portanto, que a contemporaneidade de Camões e de suas obras está presente em nossa literatura, uma vez que renomados autores contemporâneos buscam, signos literários, em Luís Vaz de Camões.

A partir do que referimo-nos no começo do presente artigo, confirmamos o conceito de Cânone Ocidental à Camões, visto que é o modelo de demais autores, e suas obras são consideradas, excepcionalmente *Os Lusíadas*, uma obra grandiloquente. Camões foi o escritor renascentista de vasta importância literária, e seus estudos, são imprescindíveis.

De fato, a literatura portuguesa seria outra, se não existisse o nosso grande Poeta Camões, com toda a sua ideologia e engenhosidade literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRESEN, Sophia de Mello. *Navegações*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

_____. *Obra poética* III. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

ALEGRE, Manuel. *Com que pena – Vinte poemas para Camões*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*– 8. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp/Hucite, 1988.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos camonianos*. Lisboa: MEC– Departamento de Assuntos Culturais, 1973.

CAMÕES, Luís Vaz de: *Os Lusíadas*. Organizado por Emanuel Paulo Ramos. 2. ed. Lisboa: Porto, 1952.

CIDADE, Hernani. *Luís de Camões: o épico*. 5. ed. Lisboa: Bertrand, 1968.

KRISTEVA, Julia. *Semeiotike: recherches pour une sémanalyse*. Paris: Éditions du Seuil, 1978. Coleção Points-Essai.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MOISÉS, Massaud. *Presença da literatura portuguesa*. Sob a direção de Antônio Soares Amora. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

PESSOA, Fernando: *Mensagem*. Lisboa: Editorial Império, 1934.

SENA, Jorge: *Estudos de literatura portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1980.

<http://www.manuelalegre.com>

<http://br.oocities.com/poesiaeterna/poetas/portugal/manuelalegre>

<http://www.maricell.com.br/sophiandresen/sophia12.htm>

**A INFLUÊNCIA DA LEITURA NA ESCRITA
POR MEIO DOS ENCAPSULAMENTOS ANAFÓRICOS**

Dayhane Alves Escobar Ribeiro (UERJ)
dayhanepvs@yahoo.com.br

Muito se discute acerca da influência da leitura na escrita: “será que quanto mais leio melhor escrevo?”. A rigor, falar de “influência” já permitiria a existência das visões positiva e negativa, uma vez que a leitura pode influenciar no que vai escrever, mas não como vai escrever. Neste caso, o estudo que aqui se apresenta visa a encarar o mito em torno da ideia de que ler muito ajuda a escrever bem. Sendo assim, na trajetória que segue, será possível perceber como a produção textual extrapola o limite entre a leitura e a escrita, já que são habilidades distintas, e vislumbra-se por esta relação o encapsulamento anafórico como recurso linguístico para demonstrar as “marcas” das leituras nas produções textuais.

Sob este prisma, apresentaremos como *corpus* para essa análise três redações de estudantes que concluíram a Educação Básica, constituída pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Nessa nova etapa de suas vidas, preparam-se para ingressar no ensino superior por meio do curso preparatório Pré-Vestibular Alternativo, mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Sintuperj. Por fazer parte do corpo docente desse curso, foi possível realizar a análise desses textos produzidos nas aulas de Língua Portuguesa, usando-os como *corpus* deste trabalho acadêmico, com vistas a unir escola e sociedade sobre a produção textual.

Partindo da proposta de analisar redações de pré-vestibulandos, buscaram-se no aporte teórico específico as possibilidades que podem fazer relação entre a demanda da sala de aula e a necessidade de propiciar estratégias que auxiliem os alunos a produzirem melhor seus textos. Por esse motivo, a escolha do tema concentrou-se no modo como as produções textuais são propostas aos alunos, observando além do resultado final (a escrita), mas também as etapas de produção como: a leitura da coletânea, a identificação do tema, a elaboração da tese e a escrita da redação. Além disso, se propõe fazer uma relação do tipo de texto – texto argumentativo – com as regularidades linguísticas presentes nas produções textuais, que fazem referências aos textos da coletânea, o que garante uma perspectiva da influência da leitura na escrita.

Assim, a experiência com as redações em sala de aula motivou a abordagem desse tema por possibilitar o alcance dos objetivos em questão: contribuir para o ensino da leitura e da escrita, efetivando os pressupostos teóricos da pesquisa à observação do fenômeno encapsulador presente nos textos produzidos pelos alunos. Nesse sentido, ao focalizar as referências à coletânea, pretende-se, portanto, salientar a importância desse estudo para a produção de textos nas aulas de língua portuguesa, uma vez que, o espaço da redação nas escolas e nos cursos de pré-vestibular é destinado, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “para garantir o uso ético e estético da linguagem verbal.” (MEC/PCN, 2000).

Entretanto, o que se nota, frequentemente, é que a prática pedagógica não tem alcançado os resultados mais satisfatórios no que tange à competência comunicativa para a produção de textos, mesmo com a existência dos subsídios oferecidos pelos PCNs para que o ensino de língua portuguesa permita um uso mais eficaz da leitura e da escrita. Isso faz com que o cidadão não se aproprie, de fato, de sua língua, prejudicando o domínio dessas habilidades. Todavia, cabe esclarecer que, no âmbito escolar, o ensino deve-se embasar tanto quanto possível em situações reais que contextualizem a leitura e a escrita.

Neste sentido, ao querer ensinar os estudantes a atribuírem sentido aos textos que leem e a escreverem textos compreensíveis, que atendam às suas finalidades específicas, deve-se considerar a cultura que os alunos já trazem de fora da escola - as práticas sociais da leitura e da escrita e os comportamentos sociais de leitor e escritor -, ou seja, conhecer os problemas reais que um leitor e um escritor enfrentam no dia a dia: o que e como escrever, como usar os diferentes textos, como oscilar nos movimentos que animam os textos. Muito mais do que uma técnica, o que se quer ensinar aos alunos é uma atitude social.

Desta forma, a escolha para esta pesquisa acerca da análise do *corpus* que compõe este trabalho cuidará da referência aos textos da coletânea por meio dos encapsulamentos anafóricos. Esse é um recurso largamente utilizado nas redações escolares e que, muitas vezes, é estereotipado e tratado como “repetição viciosa” pelas escolas. Por esse motivo, reconhecendo a polêmica do tema tratado e a diversidade que envolve os dados analisados, podem-se destacar dois objetivos principais neste estudo. O primeiro deles é investigar os textos do ponto de vista de sua processualidade, enfocando como a referenciação é explorada no fluxo da construção textual. O outro é refletir de que modo os encapsulamentos

anáforicos podem contribuir com a argumentação. Logo, esses dois objetivos inserem-se na proposta maior de possibilitar que a produção de conhecimento sobre a referenciação possa contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais amplas para o ensino da produção de texto.

1. A leitura da coletânea na proposta de produção textual.

Esse capítulo tem como objetivo demonstrar a singular relação entre a leitura e a escrita, enfatizando que a instituição Escola deve consolidar a prática de condução de leitura em suas múltiplas dimensões. Não se há de considerar apenas que “informação é poder” – o que é uma verdade – mas, mais do que isso, é preciso considerar que a pessoa deve estar instrumentalizada, preparada, para selecionar e processar informações. Isso porque a partir da leitura da coletânea, os alunos adquirem conhecimento sobre o que abordar com o tema da redação, mas só ter esse tipo de informação não é suficiente para fazer um bom texto, é preciso que o aluno saiba escolher estratégias, consolidadas em uma logística, que objetivem decisões mais certas em âmbito particular e geral no discurso da vida.

Dessa forma, não cabe mais usar o texto como pretexto, ou solicitar cópia de fragmentos da coletânea como argumentos para a defesa de uma opinião. É necessário que se apresente o objetivo de demonstrar a singular relação entre a leitura e a escrita, isto é, consolidar a prática de condução de leitura em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, o fazer didático da coletânea, na proposta de redação, deve ser consolidado pela construção de uma prática de condução da leitura. Há a necessidade de que os textos sejam “processados” na leitura, ou seja, que o aluno se torne um co-autor do texto, que ele seja capacitado para reconstituir os momentos de produção desse texto pelo autor, identificando as intenções, os propósitos de sentido de cada estruturação que, ao interagirem, concretizam a progressão textual demarcadora do texto.

Isso é tornar o aluno proficiente em leitura, porque estará sendo capacitado a fazer parte de uma interlocução de forma mais íntima, dialógica, e, com o passar do tempo, cada vez mais naturalmente. Assim, as informações da coletânea que serão utilizadas na produção textual deverão fazer parte de um projeto global do texto, pois se forem dados soltos acabarão prejudicando a coerência e a coesão textual. Desse modo, interagir com o discurso do texto é o princípio gerador da escrita de novos textos, que poderão se realizar pela concordância com o que foi depreendido de determinado discurso/texto; ou pela discordância, ou ainda pela

contribuição, para esse discurso, com o acréscimo de outras perspectivas, outros dados selecionados ou outros exemplos retirados de fontes de informação distintas.

Nessa perspectiva, para que haja a seleção correta de dados retirados dos textos lidos é preciso que se planeje o que irá escrever e qual será a relevância daquele trecho citado ou parafraseado para o que se está escrevendo. A leitura fornece muitas informações, quanto mais lemos mais sabemos sobre o que iremos escrever, mas isso não é determinante para escrever bem, pois é preciso que os dados sejam inseridos no texto com coesão e com coerência, isto é, bem articulados e com um propósito comunicativo definido.

Neste sentido, o desafio do ensino de língua portuguesa continua sendo tornar o estudante competente para que possa ler e entender os mais variados textos, nas diferentes situações de comunicação e nas diferentes tarefas de interlocução em que os cidadãos estão inseridos. Muito mais do que uma técnica, o que se quer ensinar aos alunos é uma atitude social. Afinal, ensinar a ler e a produzir um texto não é somente ensinar a decifrar um monte de palavras, mas tornar o aluno capaz de entender as diferentes situações de comunicação, conforme já afirma Guedes (2004) em seus estudos:

Deve-se propiciar aos alunos condições para que eles possam, de forma permanente e autônoma, localizar a nova informação, pela leitura do mundo, e expressá-la, escrevendo para o mundo.

Assim, nota-se que ensinar as técnicas de leitura e produção de texto é uma atividade árdua, pois a língua escrita deve ser apresentada na escola, lugar por excelência de aprendizado dessa modalidade, da mesma forma que é organizada na vida cotidiana, ou seja, por gêneros discursivos, pois esta é a forma pela qual nos comunicamos. Por esse motivo, as atuais propostas de produção textual em provas de vestibulares estão utilizando juntamente com as normas para as redações, coletâneas de textos que auxiliam na compreensão do tema. Como o *corpus* é constituído de redações de alunos que se preparam para estas provas, foi possível observar o uso dessa mesma estratégia.

Desse modo, podem se perceber nas redações selecionadas marcas textuais que contribuem para a observação da influência da leitura na escrita, veiculando os argumentos distintos. Por paráfrase ou literalmente copiados dos textos, esses argumentos podem gerar uma progressão temática ou uma incoerência textual a partir da imparcialidade. Essa manu-

tenção dos dados no texto pode enriquecer a argumentação, quando se observa um projeto global do texto, pois é possível perceber que o aluno faz uso de expressões da coletânea para defender a tese em seu texto. Todavia, quando não há uma tese definida, o que se observa é que as ideias da coletânea são repetidas sem se assumir um posicionamento, assim, o uso do que foi lido acaba prejudicando a coesão e a coerência textual, pois as referências soltas influenciam de forma negativa e prejudicam a compreensão do texto produzido.

Com tudo isso, segue-se a observação da coletânea em questão:

Tema: Células-tronco embrionárias: princípio ou fim da vida?

Coletânea:

Este ano, a obra *A origem das espécies* (1859), do naturalista inglês Charles Darwin, completa 150 anos. Os conceitos darwinianos mudaram o mundo e são definidores de muitas questões das ciências humanas e da cultura contemporânea. Atualmente, as pesquisas científicas com células-tronco embrionárias, conforme mostram os textos a seguir, causam bastante polêmica, assim como aconteceu à época com as ideias de Darwin.

Com essa transcrição, nosso propósito é pontificar que:

a. mostrar na íntegra a fonte dos argumentos utilizados nos textos que se revelam por meio dos encapsulamentos anafóricos;

b. revelar a leitura feita para se produzir o texto sobre o tema proposto, revelando o diálogo entre a leitura e a escrita, que aparecem nas redações.

Com esses dados, podem-se explicar dois processos de referência envolvidos nesta análise: a anáfora e o encapsulamento. Esses processos são marcantes em texto dissertativo-argumentativo por reunirem características importantes. A anáfora garante a manutenção temática e o encapsulamento revela o posicionamento do autor no texto por meio de suas escolhas semânticas. Nota-se que esses mecanismos de referência são fundamentais para comprovarmos como o encapsulamento anafórico contribui para a progressão referencial por meio dos recursos linguísticos que o aluno utiliza e para a identificação de como esses recursos são oriundos da leitura dos textos da coletânea.

CÉLULAS-TRONCO	A QUESTÃO JURÍDICA	A QUESTÃO CIENTÍFICA
<p>As células-tronco podem ser adultas ou embrionárias. As adultas podem ser obtidas da medula óssea, por exemplo.</p> <p>As embrionárias proveem de embriões, isto é, óvulos fecundados em fase inicial de desenvolvimento (em torno de 7 dias). Todos os seres humanos um dia foram embriões e, portanto, um conjunto de células-tronco embrionárias.</p> <p>Diferentemente das células adultas, as embrionárias podem tornar-se qualquer tipo de tecido, enquanto as adultas são menos versáteis.</p>	<p>Já que a vida começa na concepção, não se justifica que seres humanos, como se fez nos campos de concentração de Hitler, sejam objeto de manipulação embrionária. Portanto, a lei aprovada, do ponto de vista jurídico, é inconstitucional.</p> <p>(Células-tronco e ética cristã In: <i>Jornal Missão Jovem</i>)</p> <p>VISÃO ÉTICA</p> <p>Eticamente falando, o uso das células-tronco adultas não representa problemas. Trata-se de um procedimento equiparável ao de transplante de tecido no próprio corpo. Retiram-se as células-tronco da própria pessoa e injetam-se no lugar onde o tecido está danificado.</p> <p>Diferente é o caso das células-tronco embrionárias. Elas só podem ser obtidas mediante manipulação de embriões, que são, portanto, princípios de existência humana. Esses embriões são obtidos mediante a fecundação <i>in vitro</i> e destinados à implantação com vistas à gestação. Como nem todos são implantados, prevê-se o seu congelamento, mas não sua destruição. Agora se pretende utilizá-los, após três anos, para pesquisa.</p>	<p>CIENTISTAS DE TODO PAÍS MANIFESTAM OPINIÃO FAVORÁVEL AO USO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS EM PESQUISA.</p> <p>O principal impeditivo para o uso de tais células, na opinião dos cientistas contrários a estas pesquisas, é o julgamento ético.</p> <p>A pergunta “É moralmente aceitável a destruição do embrião humano para sua utilização em pesquisas?” chegou ao STF* e mobiliza a opinião pública. Para os cientistas favoráveis, não se trata de ética: “não é um debate sobre ética, mas sim sobre o direito dos pais sobre um material biológico por eles gerado.</p> <p>Qualquer casal deve ter o direito de decidir se os embriões restantes do processo de fecundação assistida serão destruídos (uma vez que após três anos de criopreservação não poderão mais ser implantados) ou doados para fins de pesquisa.</p> <p>Do mesmo modo que células sanguíneas são doadas para transfusão, que células de medula óssea são doadas para transplante ou que espermatozóides e óvulos são doados para reprodução assistida, os casais devem poder optar pela doação de embriões em excesso gerados no processo de fertilização <i>in vitro</i>”, afirma Ricardo Ribeiro dos Santos, presidente da Associação Brasileira de Terapia Celular e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz.</p>
		(Karla Bernardo Montenegro)

Por esse motivo, há necessidade de que se criem “redes” de informações processadas que, efetivamente, façam sentido no conjunto de saberes do educando, ou seja, que possibilitem ao mesmo, por sua vez, dar sentido ao que está sendo exposto nas produções textuais. Dessa forma, proporciona-se a prática da inferência a partir das propostas de redações que têm coletânea de textos sobre o tema, podendo ser elas formadas por fragmentos de textos teóricos, trechos de leis, letras de música, poemas, charges e fotografias. Enfim, uma coletânea de ideias e informações para ajudar o aluno a construir seu texto.

Dessa maneira, o ato de redigir propriamente dito é antecedido de um ato de leitura. A rigor, é com o material fornecido pela proposta de produção textual que o aluno saberá orientar sua redação sem se perder nos inúmeros caminhos que lhe ocorrem ao ler o tema. Ao mesmo tempo, ele deverá exercer – e demonstrar – sua capacidade de absorver o conteúdo apresentado, adaptando-o ao seu projeto de texto, como que em uma atividade de reciclagem criativa. Com esse entendimento, poderia relacionar as idéias – todas ou apenas as convenientes – no sentido de elaborar um projeto de redação.

Com frequência, porém, os alunos confundem uso com cópia ou citação literal. A esse respeito, cumpre lembrar que os fragmentos fornecidos precisam ser interpretados para que se aproveite deles apenas o essencial. Com essa comparação, o aluno passa a associar as informações e ideias apresentadas, somando-as às suas. Só assim, ele terá utilizado de forma inteligente e ativa a coletânea. Mais uma vez, portanto, não existe uso fácil; por outro lado, para quem não tem medo de pensar, eis uma excelente oportunidade de enriquecer a redação.

Para fazer uma utilização inteligente dos textos da coletânea, é preciso ter uma postura ativa no momento da leitura. Sublinhar palavras ou frases, reler o fragmento várias vezes, sintetizar a ideia central, estabelecer relações com outras ideias e refletir sobre o texto são algumas das tarefas a serem cumpridas.

2. *As produções textuais com os encapsulamentos anafóricos*

A análise do *corpus* cuidará da referenciação por meio dos encapsulamentos anafóricos como uma ferramenta que contribui para a progressão referencial no texto, veiculando as informações textuais através da retomada e da continuidade. Desta forma, a análise dos textos cuidará

de apresentar o assunto proposto para as redações. Não só isso, após cada texto segue o apontamento do tipo de encapsulamento e seu conceito, para, em seguida, apresentar os fragmentos das redações em que ocorre a influência da leitura da coletânea proposta, explicando-a. Assim, serão analisadas as formas construídas de referenciação à partes dos textos lidos por meio dos encapsuladores utilizados.

Neste sentido, o que se propõe a seguir é verificar como esses elementos, que compõem as cadeias de referenciação, são usados nessa primeira análise. Tendo em vista que, com a finalidade de obter uma categorização que se considera mais precisa para os rótulos, Francis (2003) considera uma excessiva abrangência por parte desses encapsuladores, pois apresentam uma semântica imprecisa, tal como: *área, aspecto, caso* e outros. Entretanto, apesar do caráter impreciso que apresentam, a escolha de um rótulo é única, pois são palavras altamente dependentes do contexto e já conhecidas pelos alunos devido à leitura da coletânea que faz parte da proposta de redação.

Desta forma, serão apresentadas três redações do *corpus*, por uma questão de pertinência, para que sejam observados os encapsulamentos anafóricos e a forma como eles contribuem para a argumentação dos textos dissertativos. Apesar do possível risco que uma proposta como essa pode correr ao enveredar tal caminho, dada a dificuldade de estabelecer classificações semânticas, foi possível perceber as influências da leitura na escrita através desses encapsulamentos nas redações.

Sob este prisma, cabe esclarecer que o referente se encontra na construção da cadeia de referenciação, ele é o termo retomado, que serve de ponto de vista para a introdução de uma nova proposição, ou seja, para a inserção de novos argumentos retirados dos textos lidos. Ressalta-se, ainda, que existem referentes que podem ser abordados de forma genérica, sem muitas especificações com hiperônimos ou nomes neutros, porque foram apresentados, anteriormente. Em contrapartida, esses referentes podem, também, demandar mais detalhes, em certo momento do texto, exigindo termos mais específicos, para que auxiliem na compreensão da mensagem pelo leitor. Por esses motivos, foi que já apresentamos todos os textos da coletânea.

Será possível observar, assim, nas redações¹⁵ a exemplificação dessas influências pelos encapsulamentos, permitindo perceber como elas podem ser positivas ou negativas no texto. Entretanto, destaca-se que a finalidade da cadeia de referenciação não é meramente especificar ou não, ela deve cumprir sua função de fazer progredir a referência no texto com o acréscimo de novas informações e direcionar a abordagem argumentativa do produtor do texto em relação ao tema, mas, às vezes, o acúmulo de informações pode tornar o texto desconexo como será possível perceber a seguir.

Nas redações que seguem o tema proposto é “*Células-Tronco embrionárias: princípio ou fim da vida?*”, com base na coletânea discutida em aula, o aluno irá assumir um posicionamento acerca do tema (a favor ou contra) e deverá justificar por meio dos argumentos desenvolvidos a sua tese. Por esse motivo, torna-se necessário observar como o emprego do encapsulamento anafórico contribui para que o leitor possa construir uma cadeia coesiva no processamento da redação, entretanto, é notório que a preocupação só com o conteúdo irá, em alguns momentos, prejudicar a forma do texto.

2.1. Redação nº01

Células-Tronco o verdadeiro tesouro

As células tronco e uns dos temas mais discutidos entre os cientistas e políticos essas células podem trazer a esperança a muitas pessoas deficientes. Elas são de diversos tipos e um verdadeiro tesouro, pois podem originar outros tipos de células. A célula tronco promove a cura de várias doenças como o mal de Alzheimer e cardiopatias. O mau e se elas podem ou não ser utilizada legalmente.

O ubigo-bilical traz a cura de muitas doenças mas será que trará problemas futuramente, mas sabe-se que o aborto é ilegal e é um tema muito analisado, será que é correto o aborto ser ilegal, se fossemos vítimas de uma violência sexual não poderíamos abortar? Além do ubigo-bilical são utilizados também órgãos e tecidos doados para repor aqueles que estão doentes.

Infelizmente, o número de pessoas que necessitam de um transporte excede muito o número de órgãos disponíveis. Em alguns países não são permitidos o uso dessas células e em outros países o uso das células-tronco é legal, na África do sul permite a pesquisa com embriões e a clonagem terapêutica. É o único país africano com legislação a respeito.

¹⁵ As redações não serão consideradas como exemplos, mas contextos e cotextos de onde se originaram os exemplos utilizados na análise. Portanto, não haverá apontamentos de exemplos antes da apresentação das redações.

No Brasil permite a utilização de células-tronco para pesquisas e terapias, desde que sejam embriões inviáveis, a célula-tronco seria a solução para muitos problemas, e para muitos deficientes e doentes; no entanto não são bem utilizados e aproveitados. Porque não ser legal a utilização das células-tronco se elas nos traz bens fundamentais e cura que é o problema de muitas pessoas no mundo.

No entanto não é legal assim como aborto não é legal o mais importante é lembrar que o que é bom tem ser consumido adequadamente então solução seria legalizar o uso das células-tronco e dar o gosto da felicidade que talvez muitos não possam ter, duas coisas intercaladas e sem uma próxima legalização, porque legalizar e colocar restrição é a solução.

Nesta redação, o aluno parte da explicação que a coletânea dá para a questão das células-tronco embrionárias, o que se pode perceber pelo próprio título “*um verdadeiro tesouro*”, esse título já é explicado na introdução do texto, quando o aluno justifica-se com base na coletânea ao apontar o argumento “*originar outros tipos de células*”, que no texto de apoio aparece como “*as embrionárias podem tornar-se qualquer tipo de tecido*”. Dessa forma, identifica-se de onde o aluno tirou essa informação e como ele a utiliza em seu texto para sustentar seu encapsulador “*verdadeiro tesouro*” que tem como referentes “*as células tronco / essas células / elas*”. Daí se observa a progressão temática que vai sendo conduzida à medida que o aluno vai definindo seu posicionamento em relação ao tema, sua tese.

Ainda no parágrafo inicial, o redator sugere a visão de que há um problema com este tesouro no que tange a legalidade de utilizá-lo para a pesquisa. Com uma anáfora pronominal “*ela*”, o aluno recupera o tópico “*célula-tronco embrionária*”, apresentando um novo argumento apoiado no texto ‘A questão jurídica’, da coletânea. É importante observar como a leitura desses textos faz com que o aluno desenvolva sua argumentação, apoiando-se em ideias distintas, mas coerentes. Dessa forma, é possível notar que a leitura influencia positivamente para enriquecer os argumentos nas redações, ideias novas, sem ficar “enchendo linguiça”, isto é, sem ficar falando somente do mesmo tópico. Assim, serão apresentados argumentos distintos, garantindo uma progressão textual.

O aluno ainda indica seu ponto de vista acerca do uso desse tipo de célula, rotulando-o como “*o aborto*”. Percebe-se, assim, que esse sintagma nominal funciona como uma anáfora em relação ao argumento quanto à legalização do uso da célula para pesquisas. Desse modo, o aluno utiliza seu ponto de vista em relação ao argumento da coletânea e atua na retomada da informação dada. Esse encapsulamento torna-se uma paráfrase resumitiva do período final do primeiro parágrafo, pois essa cons-

trução sintagmática significa tudo que foi dito anteriormente. Entretanto, mais do que retomar e resumir, nota-se a presença do rótulo, uma vez que, outros sintagmas nominais poderiam ser utilizados para fazer essa referência, tais como, *esse processo / isso / a utilização* e outros. Neste sentido, vemos a atuação do encapsulamento anafórico, quando o autor opta por utilizar o nome com teor axiológico *aborto*, que demonstra o ponto de vista do autor acerca do assunto apresentado.

Além disso, a continuidade da redação mostra que a ênfase dada à dimensão social das células-tronco embrionárias irá gerar muita polêmica, todavia, o aluno não deixa claro seu posicionamento, tendo em vista o paradoxo entre os encapsuladores “*tesouro*” e “*aborto*”, no início da redação. Posteriormente, na tentativa de uma imparcialidade será possível perceber outros encapsulamentos anafóricos como “*a utilização das células-tronco / o uso das células-tronco*”. Subentende-se, assim, que a tese do aluno acerca do tema se perde, pois não há um planejamento textual que possa orientar a direção argumentativa que a dissertação irá tomar. Dessa forma, a coletânea colabora para o aluno ter o que dizer, mas não como dizer. E o encapsulamento anafórico, que integra as partes do texto, não é suficiente para garantir a coesão entre os argumentos, tendo em vista a incoerência localizada na seleção dos rótulos retirados da coletânea.

Fica evidente, portanto, que nessa redação há a progressão referencial pela diversidade de argumentos que são inseridos no texto, mas a construção das cadeias de referenciação fica contraditória, pois com o excesso de informação o aluno não consegue definir sua argumentação em relação à célula-tronco embrionária, ora tratada de forma mais positiva quando a define “*essa célula – verdadeiro tesouro – outros tipos de células*”, na introdução do referente no texto, como uma informação nova; ora tratada de forma não negativa quando trata do seu uso “*o mau – aborto – utilização ilegal*”, durante o desenvolvimento. Essas referenciações garantem a categorização e a recategorização do mesmo referente na apresentação das cadeias.

Na redação nº2, a seguir, que aborda o mesmo tema, é possível perceber uma preocupação do aluno em informar a questão ética em relação às células-tronco embrionárias para em seguida se posicionar.

2.2. Redação nº02

Cientistas apostam na capacidade das células-tronco embrionárias

A medicina vem se desenvolvendo dia após dia, fazendo descobertas inovadoras, dentre outras, embora o Brasil não dê o apoio merecido dos pesquisadores, que na maior parte das vezes têm vendido seus projetos por não verem a possibilidade de ir avante, com as condições oferecidas pelo governo.

Uma das maiores descobertas científicas nos últimos tempos foi a capacidade que as células-tronco embrionárias têm de se transformar em qualquer outro tipo de célula, embora, apresentem esta importante capacidade. As pesquisas com este tipo de célula encontra-se em fase de teste.

Especialistas acreditam que no futuro essas células possam ser usadas na cura de diversas doenças, em que só eram estacionadas com o tratamento, através da clonagem terapêutica, como: mal de Alzheimer, mal de Parkinson e até mesmo diabetes, dentre outros tipos de doenças crônicas.

Com tantos benefícios que essa descoberta traz, é possível encontrar algum tipo de polêmica? Sim, é possível, para que centenas de pessoas venham ser curadas, uma vida tende a se sacrificar. É notório que as células-tronco embrionárias são células extraídas do ser humano em fase embrionária, nessa fase considera que já foi formado uma vida, eis a questão, até que ponto vale uma vida? Até que ponto vale curar centenas de vidas?

Fica evidente, portanto, que essa descoberta ao ser aplicada irá gerar muitos questionamentos aos que contra estão, mas trará uma nova vida aos doentes que serão curados.

Observa-se, nessa produção textual, que a tese do aluno é tratar da “*capacidade das células-tronco embrionárias*” como o referente temático, presente desde o título da redação. Para tanto, o aluno irá utilizar vários encapsulamentos anafóricos para recuperar esse referente e acrescentar ao mesmo um juízo de valor que torna explícita sua opinião sobre o tema, como: “*descobertas inovadoras / uma das maiores descobertas científicas / esta importante capacidade*”. Nesse contexto, observamos que o aluno utiliza esses encapsuladores para tratar de uma informação obtida na coletânea que funcionará como argumento principal para a defesa de seu ponto de vista “*a capacidade que as células-tronco embrionárias têm de se transformar em qualquer outro tipo de célula*”. Esse referente foi apresentado e introduzido na memória e, em seguida, acrescentam-se informações novas, que revelam o ponto de vista do aluno acerca do tema: a favor dessas células.

Neste sentido, esses encapsuladores supracitados passam a constituir o suporte para novos dados como “*benefícios, cura e nova vida*”. Essas informações irão direcionar a abordagem argumentativa da dissertação, chegando à conclusão que ratifica a tese: “*doentes que serão cura-*

dos” a partir dessa capacidade das células embrionárias de se tornarem qualquer tipo de tecido, assim, atuando no tratamento de diversas doenças. Todavia, a argumentação do aluno não está presa somente a esse ponto, com base na leitura da coletânea, o aluno traz mais um argumento para o seu texto com o propósito de desfazer a polêmica em torno do tema. Assim, o aluno, que é a favor das células, passa a desconstruir o argumento que é contra, presente no texto ‘A questão ética’ da coletânea. Então, para introduzir esse ponto o aluno assume a existência da polêmica e apresenta o argumento contra ao uso das células através da metáfora “*uma vida tende a se sacrificar*”, já que o embrião, conforme afirma a coletânea, é “*o princípio de existência humana*” e, dessa forma, o aluno irá retomar essa leitura com os seguintes encapsuladores: “*fase embrionária / nessa fase*”.

Assim, o texto, que começou tratando do tema, totalmente, a favor, evolui discursivamente por meio dos encapsulamentos, proporcionando a progressão referencial. Nota-se, ainda, a forma como o redator vai criando um clímax na sua dissertação. Isso comprova como seu posicionamento será revelado na medida em que seleciona as palavras que constituirão os recursos de referenciação. Toda a estrutura da cadeia de referenciação é detalhadamente construída, o uso dos rótulos para se referir ao tema é relevante para que se observe como ocorre a progressão referencial nessa redação.

Desse modo, o aluno revela por meio de suas escolhas lexicais o seu ponto de vista. Quando chega a esse determinado ponto do seu texto, ele utiliza o encapsulador “*a questão*”, aparentemente, neutro para definir seu posicionamento ao retomar o argumento contra com o sintagma “*uma vida*” e reforçar seu posicionamento com a estrutura sintagmática “*curar centenas de vidas*”. Nessa comparação, os determinantes “*centenas*” e “*uma*” são decisivos para a identificação da tese do aluno. Assim, ao longo da argumentação é possível notar que, com o apoio da coletânea da proposta de redação, o produtor do texto é capaz de trazer novos dados para a redação e se posicionar acerca do tema por meio dos rótulos:

Coletânea (leitura) → Redação (escrita)
“princípio da existência humana” → “já foi formada uma vida”
“tornar-se qualquer tipo de tecido” → “esta importante capacidade”

Esses dois referentes garantem a manutenção temática, sem prejudicar a coerência e a coesão, pois é notório que existe um projeto de texto. Dessa forma, o objeto de discurso *células-tronco embrionárias* vai sendo construído de duas formas diferentes no texto. Nesses fragmentos

retirados da redação 2, percebe-se como o referente vai sendo retomado para explicar a polêmica que envolve os prós e os contras. As células podem curar vários “tipos de doenças crônicas”, por isso o redator focaliza sua argumentação na defesa dessas células. Desta forma, torna-se evidente como o encapsulamento anafórico tem como importante finalidade textual fazer progredir a referenciação no texto. Marcuschi (1999) acrescenta que um texto progride topicamente, ao passar de um assunto a outro, e as formas de referenciação contribuem para essa progressão. Por esse motivo, para defender seu ponto de vista no texto, o produtor seleciona da coletânea lida as ideias que irá utilizar e atribui a elas os rótulos que funcionam como orientadores argumentativos para sustentar sua tese acerca do tema.

Sob este prisma, segue a análise da redação nº3, que trata do tema com uma reflexão acerca da finalidade dessas células: a pesquisa. Com base nos textos da coletânea, o aluno constrói sua argumentação sobre o mesmo tema com um posicionamento bastante diferente dos demais.

2.3. Redação nº03

Células troncos: Vida e imortalidade

As células tronco podem salvar vidas, mas ao mesmo tempo causa conflitos religiosos, que transgridem normas e éticas de existência do ser humano.

Não devemos aprofundar-nos muito sobre imortalidade humana somente direcionar-mos a salvar vidas, que é mais importante.

Esses cientistas querem mudar totalmente o destino da nossa sobrevivência que é: nascer, crescer e morrer.

A humanidade não aguentaria esse processo de prolongamento da maturidade, mesmo sabendo da existência de pesquisas que estão cada vez mais chegando perto da descoberta desse milagre.

Sendo assim, devemos esperar que, esses pesquisadores tenham sim consciência de que não tem poder de mudar o destino de nossas vidas e muito menos fazer o corpo se regenerar pelo desgaste do envelhecimento natural do tempo.

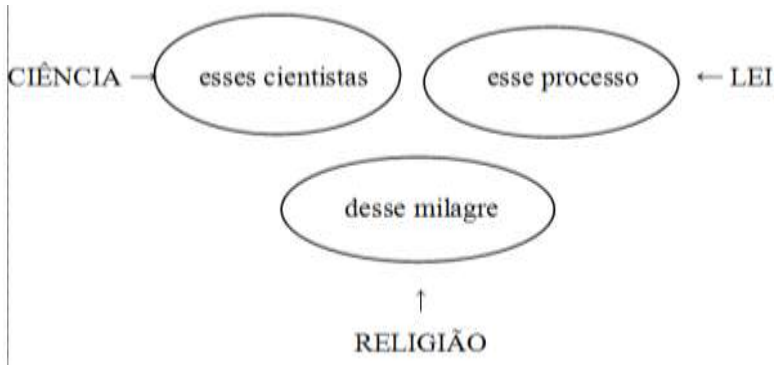
Nessa redação, nota-se como o referente temático ‘os efeitos das células-tronco’ é retomado ao longo do texto por novos referentes lexicais, como “*salvar vidas / causa conflitos religiosos / transgridem normas e éticas de existência do ser humano / muda totalmente o destino de nossa sobrevivência / prolonga a maturidade / muda o destino de nossas vidas / faz o corpo se regenerar*”. Essa cadeia construída no texto gera

um impacto textual por meio das formas nominais referenciais na construção e na reconstrução do objeto de discurso. Esses referentes são introduzidos no texto, retomando um posicionamento em relação ao título “Células tronco: vida e imortalidade”, trazendo novas informações / argumentos para o texto sem uma definição clara da argumentação. O aluno produz o texto como se fosse uma coletânea de ideias, sem um projeto de dizer, ou seja, ele leu os textos que tratam da questão ética, jurídica, religiosa e científica, mas não soube interpretar, definir um posicionamento em relação ao leu. Portanto, pode-se entender que o aluno conhece o tema, tem dados para o que deve dizer, mas não sabe como escrever / organizar isso tudo no papel, isto é, o aluno tem dificuldade de dar ‘tecitura’ a essas informações.

Além disso, cabe comentar como o encapsulamento anafórico ocorre nessa redação, isto é, como as porções textuais precedentes são encapsuladas por sintagmas nominais que definem o ponto de vista do aluno acerca do que acabou de ler. O rótulo escolhido “*esses pesquisadores*” para definir os envolvidos nessa polêmica é intertextual, pois o que norteia a discussão nessa proposta de redação são as pesquisas com células-tronco embrionárias que envolvem a ética, a lei e a ciência. Dessa forma, encapsular todo esse conteúdo precedente com o rótulo “*esses pesquisadores*” é mostrar que a vida é um pano de fundo para saber se devem ou não continuar com as pesquisas.

Percebe-se, também, que outros encapsuladores anafóricos são utilizados na redação, tais como: “*esses cientistas, esse processo e desse milagre*”. Por isso, é possível notar que a função desses nomes gerais no discurso concentra-se no fato de que eles têm referência estendida e pode ser muito semelhante à referência estendida de demonstrativos neutros¹⁶. Nesses casos, os grupos nominais são usados para conectar e organizar o discurso escrito, possibilitando a coesão lexical como rotulação de campos semânticos distintos.

¹⁶ Os constituintes sintagmáticos e os fatores favorecem o demonstrativo nos rótulos.



Para fins de análise dessas redações, ressalta-se que, para este tema de redação, recolheu-se três produções textuais, atentando às diferentes cadeias formadas acerca de um mesmo assunto, conforme se pôde conferir. Por causa disso, comprovou-se a existência de cadeias de referência e, tendo em vista a diversidade de textos sobre o mesmo assunto, pode-se observar como os alunos tratavam os temas, se posicionando por meio de encapsuladores, que denunciavam o ponto de vista de cada um, nas redações. Isso possibilitou percorrer por um leque maior de possibilidades de referências sobre determinado assunto, o que permite dizer que as cadeias sobre o mesmo tema eram diferentes, pois não ocorriam em um só texto. O mesmo referente em redações distintas é retomado de formas diferentes, que conduzem à argumentação de cada redação. Os rótulos utilizados fazem referências de acordo com os pontos de vistas de cada aluno, isso pode ser observado, nos seguintes exemplos de cadeias de referência:

<i>Células tronco embrionárias</i>	Red. 1	Verdadeiro tesouro
	Red. 2	A cura
	Red. 3	A vida

De fato, a partir da estrutura e da semântica dos encapsuladores anafóricos, identificou-se as influências da leitura na escrita de redações de alunos pré-vestibulandos, observando as funções que os encapsulamentos desempenharam dentro do *corpus* em análise. Assim, a intenção de se analisar os textos produzidos por alunos, a partir de uma perspectiva ainda pouco explorada pôde proporcionar uma ferramenta a mais para auxiliar no processo educacional. Portanto, foi abordado esse objeto à luz dos pressupostos teóricos, que analisaram, principalmente, os aspectos semânticos, tais como, o direcionamento, o papel avaliativo, o papel dis-

cursivo-organizacional e a relação do emprego dos rótulos com a coletânea de textos proposta para essas produções textuais em estudo.

3. Conclusão

O ponto de vista adotado, neste trabalho, procurou abranger a referenciação, priorizando os estudos acerca da influência da leitura na escrita para se referir a algum elemento mencionado anteriormente no texto a partir de rótulos já disponíveis na coletânea que acompanha a proposta de redação. Neste sentido, foi possível notar como a análise dos recursos coesivos utilizados pelos alunos, quando tratada na perspectiva textual e pragmática, pode demonstrar o quanto reproduzem modelos já institucionalizados, ao mesmo tempo em que “lutam” em prol de uma palavra própria. Logo, a reflexão proposta vê a língua como uma forma de sociointeração e, a partir dessa visão, entende-se o texto como uma manifestação verbal que se constitui da seleção e da ordenação desses elementos linguísticos utilizados pelos falantes nesse processo de interação, de acordo com seus objetivos e práticas socioculturais. (cf. KOCH, 1997).

Em busca de aprofundamento, este trabalho observou a análise do uso das cadeias de referenciação, que podem assumir a função de conectar, sumarizar e organizar as partes do texto (FRANCIS, 2003), ligando o que foi lido ao que será escrito, contribuindo, assim, para a produção textual. Além disso, por meio das cadeias de referenciação, notou-se que o encapsulamento anafórico pode contribuir, também, para a avaliação dos segmentos textuais em que está inserido, quando há um projeto de dizer definido para a produção do texto. Assim, esse estudo insere-se em uma perspectiva teórica em que o ato de referir é entendido como uma atividade do discurso, ou seja, segundo Koch (2003:79) “resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade”.

Nesta perspectiva, destaca-se a proeminente necessidade de formação de indivíduos com competência textual para que, efetivamente, participem das diversas situações comunicativas da vida. De certo modo, se deve desenvolver nos alunos de Língua Portuguesa, nas escolas, condições de produção para a articulação das ideias. E, no momento da materialização do discurso, através da coesão textual, oferecer aos mesmos as ferramentas linguísticas necessárias para que “fujam” da escrita volta-da meramente para a classificação gramatical. Dessa forma, pode-se co-

locar em foco o ensino da coesão como um meio de produzir, junto ao aluno, um saber sobre a língua, a fim de que ele se torne capaz de lidar com as diferentes tarefas cognitivas.

Pode-se concluir que a análise do encapsulamento anafórico nessas redações possibilitou a abordagem do texto a partir de uma perspectiva dos processamentos cognitivos, revelando como os elementos vão sendo construídos nas redações a partir da leitura de textos que contextualizam o tema e através dos componentes culturais dos alunos. A análise proposta nesta pesquisa, portanto, permite-nos afirmar que a progressão referencial nas estruturas discursivas por meio dos encapsulamentos anafóricos evidencia que o texto possui uma estrutura referencial que vai sendo erigida, passo a passo, à medida que ele vai sendo processado. A leitura sobre o tema auxilia na progressão de referentes e na diversidade de argumentos, mas se não houver um projeto claro do texto o excesso de informações pode acabar com a coerência e coesão nesse processamento do texto.

Dessa forma, pode-se entender que as redações exploraram com sucesso o encapsulamento anafórico. Esse recurso linguístico funcionou nos textos como marca da leitura prévia dos alunos, atuando como pista de contextualização para a construção de cadeias referenciais bem delimitadas. Portanto, espera-se, de alguma forma, que este trabalho tenha contribuído para os estudos da referenciação e de sua relação com o ensino da leitura e da escrita, ao descrever e ao analisar a constituição e o funcionamento dos encapsulamentos anafóricos nas produções textuais de pré-vestibulandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção: a escritura do texto*. São Paulo: Moderna, 2001.

COSTA VAL, M. da Graça. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática. 2000.

GUEDES, P. C.; SOUZA, J. M. Leitura e escrita são tarefas da escola e não só do professor de Português. In: NEVES, I. C. B. *et alii*. (Org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

KOCH. I.G.V., TRAVAGLIA, Luís Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto. 1990

KOCK, Ingedore G. V. *Argumentação e Linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto. 1996.

MARCUSCHI, L.A. (1983). *Lingüística de texto: Como é e como se faz*. Série Debates 1. Recife: UFP.

A LEITURA NA ERA DA WEB 2.0

Solimar P. Silva (UNIGRANRIO)
solimar.silva@unigranrio.com.br

As novas tecnologias da comunicação e da informação (NTICs) têm proporcionado novas formas de nos relacionar, agir e viver. Tudo é mais rápido e disponível a um simples clique de dentro de nossas casas. Conhecemos pessoas, compramos, estudamos, nos entretemos e mais uma infinidade de coisas que nos são possíveis com o advento tecnológico, especificamente da internet, à nossa inteira disposição. Tão fácil que podemos, muitas vezes, não nos dá conta dos milhões de pessoas que sequer têm acesso a um computador, tampouco internet, ainda que discada e, portanto, mais lenta.

Na realidade, nesse contingente vamos encontrar muitos professores que estarão à parte das inúmeras possibilidades que a Web 2.0 descortina para que o ensino da leitura e da escrita acompanhe o ritmo do mundo virtual, de forma multi e hipertextual e midiático. Por isso, o objetivo deste artigo é trazer à tona algumas reflexões acerca de que maneira a leitura sofre mudanças em ambientes digitais, a fim de que estejamos mais bem preparados para ensinar nossos alunos a transitarem no ambiente online com mais facilidade.

Chartier (2002, p. 21) diz que “o mundo da comunicação eletrônica é um mundo da superabundância textual, cuja oferta ultrapassa a capacidade de apropriação dos leitores”. Uma rápida consulta no Google, sobre qualquer tema, nos dá uma ideia disso. Só em língua portuguesa, muitas vezes nos deparamos com milhares, senão milhões, de páginas sobre determinado assunto. Se levarmos em consideração que o número de páginas em língua portuguesa na internet é ainda bastante tímido, pois nossa participação na web é de cerca de 1 a 4% de todo o conteúdo disponível (ALMEIDA, 2008, p. 96-97), percebemos o grande oceano de informações no qual se pode afogar se não se souber como ler nesse novo ambiente.

Essa grande oferta é ainda maior, visto que os textos se interrelacionam através do hipertexto, o qual se caracteriza justamente, entre outros pontos, pela não linearidade. Em um texto impresso, normalmente temos uma sequência que será lida do começo ao fim. Embora a noção de não linearidade não seja peculiar ao texto digital, pois o impresso tam-

bém pode permitir esse tipo de leitura, concordamos com Costa (2008, p. 40) quando diz que

[o] hipertexto é um conjunto de dados textuais, que tem um suporte eletrônico, e que podem ser lidos de diversas maneiras, por diversos caminhos (...) O texto propõe ao leitor um percurso fixo. Já o hipertexto permite ao leitor constituir progressivamente um conjunto fugaz de elementos textuais, sempre que o desejar.

Percebemos que “em virtude da tecnologia recente, a leitura também está aparecendo em contextos nos quais a palavra escrita era escassa” (FISCHER, 2006, p. 292). O autor exemplifica esse ponto ao citar as salas de bate-papo, que são baseadas na leitura, e aponta que os grupos e reuniões sociais passaram à tela do computador, além das mensagens de texto estarem se tornando cada vez mais populares, fazendo com que a comunicação pela leitura se sobreponha à comunicação oral.

Só essas características são suficientes para percebermos que a leitura feita na tela é diferente daquela feita através de um texto impresso. Desta forma, o acesso à leitura não pode se dar apenas com a introdução de equipamentos eletrônicos nas escolas. Não é suficiente apenas investir em *hardware* ou *software*. É preciso maior investimento e tecnologia de ponta em *peopleware*, ou seja, professores, mediadores de leitura, bibliotecários, etc. que saibam utilizar as ferramentas da Web 2.0 para auxiliar os alunos em seu letramento digital. Não pode ser uma relação de “um cego guiando outro”.

A esse respeito, Silva toca na ferida do sistema educacional brasileiro, ao nos alertar que

caso se imitem as mesmas políticas utilizadas até agora na esfera da aquisição e distribuição de materiais impressos às escolas brasileiras, é mais do que certa a morte (súbita ou lenta) da chamada “inclusão digital”, fazendo com que os computadores rapidamente enferrujem, semelhantemente ao que ocorreu e ainda ocorre com muitos outros equipamentos distribuídos pelo MEC, às escolas. Quer dizer: *sem preparo e adequação da escola*, sem que organização escolar esteja objetivamente preparada para receber as novas tecnologias, os investimentos até poderão contentar os fabricantes de computadores e de softwares, tal qual vem contando os editores de livros, mas *em nada afetarão as rotinas de se produzir o ensino nas escolas*. (SILVA, 2008, p. 119 – grifos nossos).

Muitos professores sequer tem um endereço eletrônico. Portanto, é necessário que eles, pelo menos, estejam digitalmente letrados, a fim de que consigam melhor aproveitar os recursos disponíveis. Afinal, agora o leitor tem uma relação mais ativa com o texto, podendo “consultar os do-

cumentos (arquivos, imagens, palavras, música) que são os objetos ou instrumentos de sua pesquisa” (CHARTIER, 2002, p. 108)

Além disso, o leitor exerce também autoria, posto que ele pode editar o texto – deslocando blocos, acrescentando informações, retirando partes, etc. (CHARTIER, 2008; LÉVY, 2009). Acrescente-se que, além de um enfoque mais ativo do papel do leitor-autor, o suporte digital descortina diante de nós a possibilidade da leitura e da escrita colaborativa, interativa, coletiva, em que os textos serão conectados “uns aos outros por meio de ligações hipertextuais”. (LÉVY, 2009, p. 33). A leitura eletrônica permite leituras coletivas e, ainda, propicia a oportunidade de criação de maior interferência no texto, através das ligações hipertextuais. Afinal, “toda leitura em computador é uma edição, uma montagem singular” e a “hipertextualização multiplica as ocasiões de produção de sentido e permite enriquecer consideravelmente a leitura (LÉVY, 2009, p. 31 e 33).

Esse mesmo autor diz que, no mínimo, o leitor da era tecnológica participa da edição do texto que ele lê, determinando sua organização final e, ao abordar a questão do leitor-autor que assim se torna através da estruturação de um hipertexto, Lévy afirma que “os leitores não apenas [modificam] as ligações”, mas também podem

acrescentar ou modificar (textos, imagens etc.), conectar um hiperdocumento a outro e fazer assim de dois hipertextos separados um único documento, ou traçar ligações hipertextuais entre uma série de documentos. (LÉVY, 2009, p. 35-36)

Assim, ainda segundo esse autor, temos uma troca de papéis entre a escrita e a leitura, pois todo aquele que participa da estruturação do hipertexto é um leitor e, a partir do hipertexto, toda leitura se tornou um ato de escrita. Afinal, como afirma Snyder (1996, *apud* LAJOLO & ZILBERMAN, 2009, p. 37), “um hipertexto é construído em parte pelos escritores, que criam os links, e em parte pelos leitores, que decidem que cadeia seguir”.

Os nativos digitais, ou seja, aqueles que nasceram a partir de 1995, período em que os avanços tecnológicos já estavam consolidados, geralmente têm acesso a computador e internet em seu cotidiano, seja em casa, como amigos ou através das LAN houses. É uma geração cuja característica principal é a facilidade com que consegue realizar múltiplas tarefas simultaneamente. Por exemplo, ao estarem conectados à internet, podem conversar com vários colegas ao mesmo tempo através do *Skype* ou *MSN*, enquanto ouvem música, fazem *download* de algum filme, pos-

tam comentários em *blogs* ou nas redes sociais como *Facebook*, *Orkut* ou *Twitter*, jogam com outras pessoas algum jogo *online* e ainda fazem aquela pesquisa para a escola.

O exemplo acima é apenas uma mostra das alterações mais evidentes que a leitura na era digital está provocando, ainda que haja críticas a essa leitura considerada superficial e fragmentada. Chartier (2002, p. 31) diz que essa leitura, na tela, a torna desorientada ou inadequada diante de textos que pedem leitura contínua, atenta, com familiaridade com a obra.

Por outro lado, todas as mudanças ocorridas no mundo digital levam-nos a perceber a necessidade de se repensar o que entendemos realmente por leitura e apreensão de significados. É preciso modificar nossos conceitos e expectativas. A informação existe em abundância. Assim, o que o leitor da era da *web 2.0* necessita é da habilidade de transformar toda essa informação em conhecimento, exercendo sua criticidade ao se deparar com o texto escrito, a fim de selecionar “o joio do trigo” ao buscar informações na internet. Até porque, conforme nos lembra Lévy (2009, p. 39-40):

Se ler consiste em hierarquizar, selecionar, esquematizar, construir uma rede semântica e integrar ideias adquiridas a uma memória, então as técnicas digitais de hipertextualização e de navegação constituem de fato uma espécie de virtualização técnica ou de exteriorização dos processos de leitura.

Vislumbrando o futuro da leitura com a chegada da era eletrônica, Fischer (2006, p. 293) afirma que os adolescentes que acessam o “texto” virtual em todas as suas variações logo serão adultos com habilidades e tecnologias muito mais sofisticadas. São eles que determinarão o futuro próximo da leitura, o qual, ao que tudo indica, exigirá uma quantidade muito maior de leitura do que em qualquer outro período.

Lajolo e Zilberman (2009, p. 20-21) nos lembram que

É apenas por ocasião do ato de ler, isto, quando a linguagem confiada a letras, espaços e sinais de pontuação volta à vida através do olhar humano, que escrita e fala evidenciam o pacto que as entrelaça. Quando surgem novas escritas, parece que essa trama se torna mais misteriosa e, por isso, mais instigante. Mudando de pele, a escrita desafia o leitor, a quem cabe – por meio do gesto interpretativo da leitura – refazer o elo e retomar a parceria.

Desta maneira, devemos aproveitar o potencial da *web 2.0* para que a formação de leitores dessa nova era se dê de forma mais dinâmica e interativa, em redes intrincadas e complexas, que permitem não apenas a coconstrução do conhecimento, mas a construção do conhecimento atra-

vés da colaboração não apenas de um para muitos, isto é da transmissão dos saberes do professor par aos alunos, mas de muitos para muitos, em que todos os sujeitos da leitura se tornem, em algum momento, autores também, colaborando, construindo, trocando experiências. Só assim sairemos do singular e teremos o pluralismo de leituras necessário para que se dê conta dos significados múltiplos que não são ou estão, mas que surgem de acordo a interação entre as várias leituras e seus leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rubens Queiroz de. O leitor navegador (II). In: SILVA, Ezequiel Theodoro da *et al.* *A leitura nos oceanos da internet*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. Leitura e escrita de hipertextos: implicações didático-pedagógicas e curriculares. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; COSTA, Sérgio Roberto. *Leitura e escrita de adolescentes na internet e na escola*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura em seus discursos*. São Paulo: Ática, 2009.

MARCURSHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos. *Hipertexto e gêneros textuais: novas formas de construção de sentido*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Formação do leitor virtual pela escola brasileira: uma navegação por mares bravios. In SILVA, Ezequiel Theodoro da *et al.* *A leitura nos oceanos da internet*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**A LINGUAGEM AUDIOVISUAL
NOS DESENHOS ANIMADOS INFANTIS:
O CASO DO PEIXONAUTA**

Welerson R. Morais (CEFET-MG)
welerson.rm@gmail.com

Maria Inês Gariglio (CEFET-MG)
gariglio@des.cefetmg.br

Carolina Guimarães Aguiar (CEFET-MG)
lorac_49@yahoo.com.br

1. Introdução

Por estarmos inseridos numa sociedade que avança cada vez mais em termos de tecnologia e meios de comunicação, sua influência em nosso conhecimento acaba sendo imperceptível. Ao assistir a um jornal, a um filme, a desenhos animados e, até mesmo, jogos de entretenimento, adquirimos, com maior rapidez, uma gama de conhecimentos. Nessa convergência de linguagens e tecnologias, verifica-se a presença marcante das imagens visuais, sejam elas estáticas ou dinâmicas.

Por serem utilizadas para comunicação e informações, as imagens visuais são um tipo de linguagem que vem ganhando espaço cada vez maior nos meios de comunicação. Com isso, é possível perceber a utilização de grande quantidade de material comunicacional e educativo voltado para o público infantil na forma de imagens estáticas, em materiais instrucionais impressos, como livros e revistas, e em mídias eletrônicas e digitais como cinema, TV e internet.

Há anos, os desenhos animados vem encantando o público infantil como forma de entretenimento. Com o avanço das tecnologias e da linguagem audiovisual, vários foram os produtores que passaram a produzir desenhos animados com função educativa. Muitos dos direcionados a crianças, utilizam-se de um tipo de linguagem textual e imagética de fácil compreensão.

E, para melhor percepção dessa influência das imagens audiovisuais sobre o ser humano, sobretudo crianças de 3 a 7 anos, foi proposta uma pesquisa, que pretende testar a teoria da Gestalt e as abordagens teóricas de Aumont (1993) sobre as imagens, estudar e, quem sabe, propor uma metodologia que possibilite desvendar a recepção das crianças dessa faixa etária sobre as imagens em movimento e as informações textuais presentes nos desenhos animados. Para isso, foi escolhida a série infantil

do desenho animado Peixonauta, que se utiliza de linguagens imagéticas e textuais de fácil compreensão.

A primeira etapa da pesquisa, que buscou testar a teoria da Gestalt e as abordagens teóricas de Aumont (1993) foi concluída e será apresentada nesse artigo. A etapa seguinte, que constará da proposta de uma metodologia de pesquisa com crianças em fase de alfabetização, que busque entender a sua relação com os desenhos animados educativos e o que elas apreendem das informações fornecidas pelo desenho animado, baseada na pesquisa fenomenológica, ainda está sendo desenvolvida.

2. *Materiais e métodos*

O objetivo desta pesquisa é analisar a importância e a influência da linguagem audiovisual na educação e propor uma metodologia de pesquisa com crianças no início da alfabetização para entender o que elas apreendem das informações fornecidas pelo desenho animado.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi estudado, sucintamente, a teoria da Gestalt, de Gomes Filho (2004) e as abordagens teóricas de Aumont (1993) sobre as imagens visuais. Além das de autores que discutem a relação entre imagens e educação como Martins e Gouveia (2003) e Pfromm Neto (2001).

Segundo Gomes Filho (2004) , a “Gestalt significa uma integração de partes em oposição à soma do todo; estrutura, figura forma; boa forma. (...) Não vemos partes isoladas, mas relações. Isto é, uma parte na dependência de outra parte” (p. 18-19). Para a Gestalt, quando vemos uma imagem, observamos, primeiramente, o todo para depois desmembrá-lo nas partes, ou unidades, que formam esse todo. A questão da unidade abordada pela Teoria da Gestalt será aplicada na análise das imagens observadas no desenho animado do Peixonauta para verificar como se dá a relação entre as partes e o todo, tanto na construção do personagem quanto nos cenários. Além disso, serão analisadas outras características das imagens abordadas pela Gestalt como a boa continuação, o fechamento e o contraste.

Segundo Martins e Gouveia (2003), uma questão importante sobre os estudos das imagens é a relação entre os códigos verbal e visual. Para esses autores, o código verbal não se desenvolve sem imagens. Assim, o texto imagético e/ou oral supera o texto escrito como meio de comunicação. Isso acontece porque técnicas diferenciadas de apresentar textos

imagéticas foram desenvolvidas, que se difundem no tempo e no espaço com muita facilidade. No desenho animado em questão, esses dois códigos se complementam o tempo todo. Por ser uma série animada, que aborda temas ecológicos, é possível perceber essa relação entre as imagens animadas e os diálogos entre os personagens, como será apontado adiante na discussão.

Foi feita, paralelamente ao levantamento bibliográfico, uma pesquisa exploratória que é, normalmente, o passo inicial “no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas”. (CERVO; BERVIAN, 2004, p. 63). Foi seu objetivo, buscar mais informações sobre o assunto de estudo para que o pesquisador se familiarizasse mais com o fenômeno, obtendo uma nova percepção ou descobrindo novas ideias.

Essa pesquisa foi feita basicamente na internet, em que foram identificados alguns sites sobre a série de animação em discussão. Dentre eles destacam-se o da TV Pinguim, produtora paulistana do desenho; da Discovery Kids, canal que veicula o Peixonauta e da Redibra, empresa de licenciamento de marketing, além do próprio portal do desenho animado.

Através destes "locais", foi possível perceber o quanto a série de animação cresceu nestes dois anos de existência (2010 e 2011) Através de reportagens divulgadas na *Folha de São Paulo* e nos próprios sítios acima mencionados, foi mostrado o desenvolvimento do desenho, 100% nacional, que passou a ser transmitido em outros países e em outras línguas.

Assim como os outros desenhos animados da Discovery Kids, o Peixonauta utiliza o estilo clássico de narrativa, oriunda da literatura do século XVIII e que influenciou muito a narrativa do cinema do século XX (MACHADO, 1993). Trata-se da seguinte estrutura:

- apresentação do problema;
- busca pela solução do problema;
- solução do problema.

O desenho animado conta com longas-metragens de 11 minutos de duração, suficientes para a apresentação do problema, que é sempre relacionado a questões de sustentabilidade; para a busca de sua solução, em que o Peixonauta conta com a ajuda de seus amigos do Parque das

Árvores Felizes e da bola POP e, posteriormente, para a apresentação da solução do problema propriamente dita.

3. *Discussão*

O Peixonauta é exibido no canal de TV pago Discovery Kids Brasil e apresenta temas ligados à preservação do meio ambiente. Tem-se, portanto, as imagens visuais que utilizam como suporte principal a mídia eletrônica, no caso, a TV. Considerou-se esta como suporte principal, pois os episódios da série animada estão também disponíveis na Internet, pelo canal Youtube.



FIG 1: Os personagens principais: Peixonauta, Marina e Zico e a bola POP.

Na primeira etapa da pesquisa exploratória, foi possível conhecer melhor a história do Peixonauta e a dos outros personagens que fazem parte dessa série animada: A série, para TV, tem 52 episódios de 11 minutos e conta a história de um peixinho, Peixonauta, que trabalha para a OSTRÁ (Organização Secreta para Total Recuperação Ambiental), que desvenda mistérios relacionados à proteção do meio ambiente. Ele conta com a ajuda de uma roupa especial, Bublex, parecida com a de um astronauta. Ela contém água em seu capacete, possibilitando a saída de Peixonauta em terra firme. Ele tem a ajuda de sete amigos: Marina, Zico, Pedro e Juca, Dr. Jardim, Rosa e Chumbo Feliz. Importante observar, também, a participação da bola POP, que mostra as dicas do próximo misté-

rio a ser solucionado e que precisa de uma senha para ser aberta. Esta senha é uma sequência rítmica que deve ser imitada pelos personagens e pelas crianças telespectadoras também.

Como pôde ser observado, a série tem como objetivo mostrar para as crianças como é importante a preservação do meio ambiente.

Nessa série há uma "hierarquia" de personagens:

-personagens principais: Agente Peixonauta, Marina e Zico (com a ajuda da bola POP);

-personagens secundários: Dr. Jardim, Juca e Pedro, Agente Rosa e Chumbo Feliz;

-personagens factuais: os animais que vivem no parque e os humanos que o visitam.



FIG 2: Peixonauta

Peixonauta:

Peixe pequeno que trabalha para a OSTRÁ (Organização Secreta para Total Recuperação Ambiental). Com sua incrível roupa especial Bublex, o herói pode sair da água para explorar o mundo em terra firme e desvendar casos – relacionados ao meio ambiente- com a ajuda de seus amigos, Marina e Zico, e da bola POP



FIG 3: Marina

Marina:

Menina de 8 anos e melhor amiga de Peixonauta; é especialista em animais e muito inteligente e curiosa sobre o mundo ao seu redor. Adora solucionar os misteriosos casos junto com Peixonauta e Zico. É a conexão com os telespectadores.



FIG 4: Zico

Zico:

É um macaco que está entrando na adolescência; é o mais engraçado da turma por ter as hipóteses mais mirabolantes para desvendar as pistas. É parceiro nas missões com Peixonauta e Marina.



FIG 5: Dr. Jardim

Dr. Jardim:

É o veterinário do parque; é avô de Marina, Juca e Pedro; ama a natureza e faz tudo para protegê-la. É a ele que Marina pede conselhos para ajudar nas missões.



FIG 6: Juca e Pedro

Juca e Pedro:

Irmãos gêmeos; muitas vezes estão por trás dos mistérios a serem desvendados - mas não são mal intencionados, querem apenas se divertir. Juca, o mais velho por dois minutos, é o mais extrovertido e mais falante, enquanto Pedro é o “cérebro” da dupla.



FIG 7: Agente Rosa

Agente Rosa:

E também uma agente da OSTRÁ e é de importante ajuda para Peixonauta em suas missões. Adora redecorar o Lago do Sossego; tem um ótimo gosto para cores.

No decorrer dessa pesquisa, tem sido possível identificar as ideias e conceitos moldados pelas leis da *Gestalt*, segundo Gomes Filho (2004), e das Imagens Visuais, de Aumont (2001). De acordo com a análise, ainda em desenvolvimento, o desenho animado “*Peixonauta*”, foi criado para crianças entre 3 e 7 anos e, por este motivo, possui uma linguagem visual e científica bastante simples de ser compreendida. No entanto, por mais que a linguagem seja simples, para melhor compreensão das crianças, é importante destacar que a quantidade de traços e detalhes, a seleção de cores, juntamente com a linguagem verbal utilizada são a conclusão de um planejamento prévio detalhado.

Porém, mesmo sendo pequena e simplificada, a quantidade de informações absorvidas pelas crianças telespectadoras acaba sendo de grande relevância para o seu aprendizado, já que o desenho aborda temas ambientais, mostrando a importância da preservação do meio ambiente; o impacto que as ações dos seres humanos causam neste meio e, também, mostra a diversificada fauna e flora brasileira.

Para os gestaltistas, vemos as imagens através da percepção visual da forma. Não enxergamos os objetos que estão em nosso campo visual como partes isoladas, mas sim como uma relação entre elas: “uma parte depende da outra” (GOMES FILHO, 2004, p. 19). A nossa percepção é resultado de uma sensação global, na qual as partes são inseparáveis do todo e são outra coisa que não elas mesmas, fora desse todo. Para a *Gestalt*, nosso cérebro tende a organizar as formas que percebemos dos objetos do mundo exterior, em todos unificados, formando uma unidade. É possível relacionar essa teoria da *Gestalt* com o desenho animado *Peixonauta*. Como as crianças possuem um desenvolvimento cognitivo inicial, os personagens são desenhados com formas simples que ajudam na organização desse todo, que será mais facilmente entendido pelas crianças.

Por isso, os personagens são construídos com formas (geométricas?) básicas como círculos e formas ovais, retângulos, triângulos e quadrados.



FIG 8: Personagens desenhados com formas básicas e de fácil leitura, ideal para crianças.

Complementando esse raciocínio, Aumont (2000) destaca o que ele chama de “borda visual”: designa a diferença entre superfícies de *luminâncias* diferentes e que depende do ponto de vista do espectador. O nosso sistema visual possui instrumentos capazes de perceber a *borda visual e sua orientação*, “uma fenda, uma linha, um ângulo, um segmento; esses preceptos são como as unidades elementares da nossa percepção dos objetos no espaço” (AUMONT, 2000, p. 27). Na animação do Peixonauta, essa “borda visual” são os contornos dos personagens e dos cenários. Nesse caso, os contornos somam-se às diferenças de *luminâncias* para melhor representação. No mundo concreto não existem contornos, mas o homem tratou de criá-los para melhor identificar a borda visual.



FIG 9: A borda visual é representada tanto pelos contornos dos personagens quanto pela diferença de luminância entre os elementos que os constituem. É possível ver as diferenças de luminância também nos cenários e nos elementos de cena

Os contornos também contribuem para o que a *Gestalt* considera como sendo a *boa continuação*, que se caracteriza como um fator de organização em que toda unidade linear tende psicologicamente a se prolongar na mesma direção e com o mesmo movimento. Seja numa linha reta ou curva, elas seguem seu rumo natural (GOMES FILHO, 2004). As formas percebidas representadas por linhas e contornos do desenho se prolongam de modo que temos sempre a impressão de que as partes sucessivas se seguirão umas às outras. Outra característica abordada pela Gestalt e que contribui com a boa continuidade é o *Fechamento*: para a Gestalt, as forças de organização se dirigem espontaneamente para uma ordem especial que tende para a unidade em todos fechados. Todos os desenhos de personagens e de cenários têm seus contornos fechados o que facilita a leitura e compreensão das imagens. Importante para a formação de unidades, o fechamento e a boa continuação contribuem para a organização de duas ou mais figuras. Isto é importante para o desenho animado do Peixonauta, já que as cenas são repletas de formas, desde as personagens às dos cenários e as dos elementos de cena.



FIG 10: Personagens, cenários e elementos de cena tem seus contornos fechados, que dão a sensação de que as partes sucessivas seguirão umas das outras. Percebe-se o princípio da boa continuação e do fechamento na organização dos vários elementos da cena.

Outra questão colocada por Aumont (1993) é a que vemos as imagens por meio de um processo chamado de “busca visual”: consiste no encadeamento de diversas fixações sobre uma mesma imagem visual com o objetivo de explorar todos os seus detalhes. Esse processo está intimamente ligado à atenção e à informação, uma vez que a fixação seguinte dependerá, ao mesmo tempo, do objeto da busca, da natureza da fixação atual e da variação do campo visual. Em uma imagem olhada sem uma intenção particular, cada fixação dura alguns décimos de segundo, e se limitam às partes da imagem mais providas de informação, “o que se pode definir com bastante rigor como as partes que, memorizadas, permitem reconhecer a imagem no momento de uma segunda apresentação.” (AUMONT, 1993, p. 60).

No caso do desenho animado, as informações visuais estão nos cenários e nos personagens. Os personagens estão sempre em primeiro plano em relação aos cenários e possuem maior informação visual, pelo maior contraste entre as cores e as formas. Mas duas outras características contribuem para que a busca visual se concentre nos personagens: uma delas é que os personagens são animados e as imagens animadas atraem mais a atenção do que as imagens estáticas (MACHADO, 2006); a outra é que, além de animados, os personagens tem voz e se comunicam por meio de diálogos. Somadas essas duas características, tem-se o equilíbrio do que Martins e Gouveia (2003) chamam de *código verbal* (falas e diálogos dos personagens) e do *código visual* (imagens visuais).

Assim, têm-se duas linguagens contribuindo para a fixação da atenção do telespectador (PFRONT NETO, 2001).



FIG 11: Os personagens tem mais informação visual que os cenários, além de serem animados e terem voz, o que contribui para uma fixação maior do olhar durante a busca visual.

Um dos princípios do design ou da Gestalt, que trata da proximidade, utiliza a união espacial de elementos gráficos semelhantes, em peças gráficas impressas, eletrônicas ou digitais, como forma de atrair a atenção do espectador. E, da mesma forma, um trabalho de design também tem por objetivo ser de fácil leitura e de fácil lembrança. Se por um lado, as fixações se dão de maneira natural para a região com mais informação, as imagens produzidas pelo homem, com determinadas finalidades, podem direcionar as fixações.

Cada personagem é construído com formas básicas que, colocadas próximas umas das outras, formam uma figura que nos lembra e de um ser humano, um peixe, um macaco. O Peixonauta, por exemplo, tem um formato oval tanto no seu corpo quanto na sua roupa de astronauta, seus olhos são redondos, o que possibilita uma busca visual mais fácil e uma

unificação das suas unidades. Tem suas barbatanas em um formato mais parecido com triângulos, que não atrapalham a unidade do desenho e, ainda, ajudam a identificar quais partes dele estão dentro ou fora da roupa Bublex. Os cenários são construídos basicamente por árvores com formatos ovais ou arredondados que, pelo princípio da proximidade, contribuem para a representação de matas e florestas.



FIG 12: Na proximidade, elementos semelhantes tendem a ser vistos juntos, o que colabora para a formação da unidade. O Peixonauta é constituído de formas ovais assim como a cabeça e rosto da Marina, formando unidades equilibradas. Ao fundo, percebe-se a união de várias árvores, com copas também em formato oval que, juntas, formam uma unidade que nos lembra matas e florestas.

Aumont (1993) atribui às imagens a função de estabelecer uma relação do ser humano com o mundo. Para ele, há três pontos principais nessa relação:

- *Modo simbólico*, inicialmente era relacionado aos símbolos religiosos, mas, com o passar do tempo, passaram a veicular novos valores como a política, a democracia, a liberdade e o progresso;
- *Modo epistêmico*, em que as imagens trazem as informações visuais do mundo, função de *conhecimento*;
- *Modo estético*, a imagem tem a função de agradar o espectador e de oferecer-lhe sensações específicas.

Os desenhos da série animada em questão buscam representar o mundo utilizando-se, sobretudo, de formas básicas. Numa relação entre os produtores e os destinatários do desenho animado, pode-se observar a presença desses três modos com os quais o ser humano se relaciona com

o mundo. No *modo simbólico* vê-se que a construção dos cenários e personagens contribuem para a noção de que a série trata de assuntos ligados a temas ecológicos. Os elementos ligados à natureza como árvores, plantas, animais, rios e mar simbolizam a vida na terra, o que podemos ligar a outro modo da imagem, que é o modo *epistêmico*. Nesse modo, verifica-se que tanto os *códigos visuais* quanto os *códigos verbais* trazem as informações do mundo e, também, o conhecimento de temas ecológicos como a fauna e a flora brasileira, cuidados com o meio ambiente e respeito ao próximo. Como último modo, o *estético* está em todas as imagens, por oferecer ao espectador sensações específicas, seja de agrado em relação às imagens dos personagens, na maioria animais, ou de preocupação quando se trata de assuntos desagradáveis como desmatamento ou poluição.



FIG 13: Cenário e personagens remetem a temas ligados ao meio ambiente, o que se enquadra no *modo simbólico* por se tratar de questões ecológicas, em constante debate na atualidade. Também suscitam o *modo epistêmico* por tratarem de temas ligados à ciência.



FIG 14: Os cenários e personagens, além de remeterem aos modos simbólico e epistêmico, suscitam também o *modo estético*, possível de ser visto em todas as cenas da série animada, provocando sempre sensações que agradam crianças e adultos.

Com essas análises sobre o desenho animado Peixonauta, que se enquadram em algumas leis da Gestalt e em algumas colocações firmadas por Aumont (1993), pretende-se seguir os estudos na busca por uma abordagem de metodologia de pesquisa que possa verificar o que as crianças apreendem desse desenho Animado.

4. Considerações finais

Na primeira etapa da pesquisa foi Possível testar alguns princípios da Gestalt sobre as imagens percebidas e entender um pouco mais como os personagens, cenários e objetos de cena foram construídos.

Por meio dessas análises pôde-se verificar que os elementos gráficos foram organizados de forma a possibilitar uma leitura mais rápida e fácil das imagens contidas no desenho animado Peixonauta. A proximidade de elementos gráficos semelhantes formando um todo, a utilização de formas geométricas básicas e a utilização de contornos possibilitando a boa continuidade dos desenhos dos personagens e cenário são aplicadas também em projetos de design gráfico, arquitetura e artes plásticas com o intuito de facilitar a leitura das imagens e sua interpretação. Foi Possível

verificar essas características no desenho Peixonauta, o leva a crer que seu sucesso tenha sido, em parte, por causa da organização de seus elementos gráficos.

Também, seguindo a Abordagem de Aumont (1993), verifica-se a destruição de elementos gráficos de forma a permitir uma busca visual mais rápida e, portanto, mais legível. Assim como as diferenças de luminâncias e as linhas que constroem as bordas visuais e possibilitam um melhor entendimento dos desenhos. Além de se enquadrarem nos TRÊS modos distintos apontados pelo autor como senso modos de representação gráfica que possibilitam demonstrar a relação do homem com o mundo.

Além disso, a série animada, mantém uma estrutura narrativa clássica, que permite uma melhor entendimento da história.

Esses resultados demonstram que é Possível continuar com essa pesquisa e propor uma metodologia de pesquisa com crianças em fase de alfabetização, que busque entender a sua relação com os desenhos animados educativos e o que elas apreendem das informações fornecidas pelo desenho animado, nesse caso o Peixonauta. Por isso foi escolhida a Fenomenologia para este estudo que buscará, por meio de pesquisa qualitativa, entender, “o quê” realmente as crianças aprendem com o Peixonauta.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. 6. ed. Campinas: Papirus, 1993
- CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.
- GOMES FILHO, João. *Gestalt do objeto*: Sistema de leitura visual da forma. 6. ed. São Paulo: Escrituras, 2004.
- MARTINS, Isabel. GOUVÊA, Guaracira. Práticas de leituras de imagens de livros de ciências. In: CONGRESSO INTERNACIONAL AS REDES DE CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA: IMAGEM E CIDADANIA. II. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ/AMPED/GT Currículo, 2003.
- MACHADO, Arlindo. O vídeo e sua linguagem. *Revista USP*, São Paulo, n. 16, p. 6-17, 1993.

MORAIS, Welerson R. *Imagens tridimensionais virtuais no ensino de ciências: O modelo analógico do olho humano*. Belo Horizonte, 2009.

PEIXONAUTA. Disponível em:

<<http://www.peixonauta.com.br/sobre.html>>. Acesso em: 13-12-2010.

PFROMM NETO, Samuel. *Telas que ensinam – Mídia e aprendizagem: do cinema ao computador*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.

REDIBRA. Disponível em: <http://www.redibra.com.br/site_ebis/>. Acesso em: 21-03-2011.

TVPINGUIM. Disponível em:

<<http://www.peixonauta.com.br/personagens.html>>. Acesso em 13-12-2010.

A LINGUAGEM CÔMICA EM *NUVENS*, DE ARISTÓFANES:
UMA CRÍTICA À EDUCAÇÃO SOFÍSTICA*

Tharlles Lopes Gervasio (UERJ e UFF)
ttallenglish@hotmail.com

1. Introdução

Sabe-se que a comédia antiga ateniense, cujo principal representante foi o comediógrafo Aristófanes (447-385 a.C.), apresenta relação direta com a realidade contemporânea da Atenas do V século a.C., uma vez que privilegia, para os seus temas, o cotidiano objetivo e imediato da *pólis*, do qual transfigurou os problemas e as crises. Todavia, o texto cômico não tem por obrigação ser cópia fiel da realidade, já que a ele se associam a fantasia e a utopia, que transformam as questões reais em projetos utópicos e asseguram, de modo geral, a cada peça cômica um “final feliz”.

Nosso trabalho, entretanto, não visa a estudar um determinado tema em toda a produção teatral de Aristófanes, mas detém-se na comédia *Nuvens*, representada em 423 a.C., durante o festival das Grandes Dionísias (Διονύσια μεγάλα)¹⁷. A maior parte de sua produção literária foi elaborada num período em que a sociedade ateniense se encontrava em situação caótica, motivada pela decadência do sistema democrático posto em prática pelo *stratēgós* Péricles, em virtude da extensa Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), que opôs as duas maiores potências da Grécia, Atenas e Esparta, e das deficiências internas decorrentes dessa guerra fratricida.

Assim, por ser essencialmente política, ou seja, por estar em harmonia com a vida da *pólis*, a comédia aristofânica trouxe à cena não somente situações do cotidiano cívico, mas também temas outros, como a religião, a literatura, a educação, pertencentes todos ao universo da cidade.

* Este trabalho faz parte da pesquisa *Crítica à Educação Sofística na Comédia Nuvens, de Aristófanes*, realizada com o fomento da FAPERJ e orientada pela Prof^a Dr^a Glória Braga Onelley (UFF).

¹⁷ As Grandes Dionísias, realizadas na cidade de Atenas, opõem-se às Dionísias Rurais (ta_kat'argou&j Dionu&sia) ou Pequenas Dionísias (mikra_Dionu&sia), festejadas nos distritos rurais no mês de dezembro.

Um dos alvos de crítica mordaz do comediógrafo foi o novo modelo de educação que vinha sendo implementado na *pólis* pelos sofistas, em substituição ao modelo tradicional, que não mais se adequava à formação do *polítes*.

Do currículo enciclopédico por eles posto em prática, duas disciplinas se destacaram no plano educativo: a dialética e a retórica, cujos métodos e cujas práticas visavam à transformação do homem em um cidadão preparado para atuar de modo eficaz na vida pública.

A crítica a esse novo modelo educativo se vislumbra na comédia *Nuvens*, na qual se apresenta a caricatura de uma escola sofística, que tem na figura do popular Sócrates, identificado com os sofistas, o seu principal representante. Na peça, esse filósofo é caricaturado como um homem que se utiliza de seu bom conhecimento de oratória para trapacear, inverter valores, isto é, fazer com que o argumento justo se torne injusto e vice-versa, conduzindo seus discípulos pelo mesmo caminho.

Buscamos, pois, com esse trabalho, mostrar, por meio da distorção e do exagero dos episódios encenados, a visão do comediógrafo Aristófanes sobre a educação sofística e apresentar como a realidade ficcional, cuja base é o cotidiano transfigurado pela lente deformadora do comediógrafo, pode aludir à realidade objetiva. Com efeito, essa realidade de dialoga frequentes vezes com a ficcional.

Quanto à nossa tradução, cumpre ressaltar que abreviamos os nomes próprios dos personagens e a referência aos discípulos de Sócrates da forma seguinte: Estrepsiades (Estrep.), Fidípides (Fidíp.), Sócrates (Sócr.) e discípulo(s) (Discíp.).

2. Considerações sobre a comédia *nuvens*

Levada à cena em 423 a.C., a representação no festival das Grandes Dionísias pelo comediógrafo Aristófanes, a peça *Nuvens*¹⁸ aborda as peripécias de Estrepsiades, velho camponês de costumes rústicos, e de seu filho Fidípides, jovem amante de cavalos. Esse rapaz é fruto da união de um homem sem quaisquer aspirações culturais, rude, portanto, com

¹⁸ A peça obteve o terceiro e último lugar, o que levou o comediógrafo, algum tempo depois, a fazer algumas alterações na peça. Entretanto, como assevera a crítica moderna, não se tem conhecimento nem da data desta refundição nem das passagens alteradas e, tampouco, se a nova versão foi representada.

uma mulher de hábitos da aristocracia cidadina ateniense, que não se preocupava com gastos. Desse modo, ainda que Estrepsiades desejasse educar o filho segundo os princípios da educação tradicional, Fidípides, herdeiro dos hábitos advindos de sua mãe, era amigo dos cavaleiros de classe elevada e nem por um momento se mostrava comedido ao fazer gastos demasiados pela loucura que tinha por cavalos, tornando, com isso, seu pai vítima fácil dos credores.

O tal incômodo de que sofre Estrepsiades é apresentado, então, no momento do prólogo, que, segundo Luís Gil Fernández, ao comentar o que postula Aristóteles em sua Poética, afirma com propriedade que:

Para el prólogo vale la definición del prólogo trágico propuesta por Aristóteles como la parte de la obra que precede a la entrada del coro en la orquesta. Sirve para poner al espectador en contacto con el héroe cómico y con el tema cómico. El próprio protagonista hace en monólogo, o en diálogo con un compañero la exposición del problema (FERNÁNDEZ, 1996, p. 23).

O prólogo é, portanto, uma parte da obra precedente ao momento da apresentação do coro na orquestra, na qual o personagem principal objetiva cativar a simpatia dos espectadores e chamar-lhes a atenção para o assunto da peça. Em *Nuvens*, quem nele aparece é o velho endividado Estrepsiades – figura que, por fazer parte do *hall* das *personae* cômicas de nome motivado, traz na semântica de seu nome a raiz do verbo στρέφω, que significa, entre muitas outras acepções, “virar-se, dar voltas no mesmo lugar, agitar-se, preocupar-se, enrolar-se”. Com efeito, apresentar-se insone, dando voltas de um lado para o outro na cama, atormentado pelas dívidas e, em contrapartida, descrever-nos a tranquilidade do filho que sonha com cavalos constituem a tônica dos versos 1-10:

ΣΤΡΕΨΙΑΔΗΣ

Ἰού ἰού·
ὦ Ζεῦ βασιλεῦ, τὸ χρῆμα τῶν νυκτῶν ὅσον·
ἀπέραντον. Οὐδέ ποθ' ἡμέρα γενήσεται;
Καί μὴν πάλα γ' ἀλεκτρυόνος ἤκουσ' ἐγὼ.
Οἱ δ' οἰκέται ῥέγκουσιν. Ἀλλ' οὐκ ἄς πρὸ τοῦ.
Ἄπόλοιο δῆτ', ὦ πόλεμε, πολλῶν οὔνεκα,
ὅτ' οὐδε κολάσ' ἐξεστί μοι τοὺς οἰκέτας.
Ἄλλ' οὐδ' ὁ χρηστὸς οὔτοσ' νεανίας
ἐγείρεται τῆς νυκτός, ἀλλὰ πέρδεται
ἐν πέντε σισύραις ἐγκεκοδυλημένος.

ESTREPSÍADES:

Oh! Oh!!!
Ó soberano Zeus, como é longa esta noite!
Infundável!!! Nunca amanhecerá o dia?
E faz pouco tempo que ouvi (cantar) o galo.
E os escravos estão roncando... Mas antes não roncariam...
Que possas acabar, ó guerra, por mil razões, porque
não posso nem castigar os escravos
Mas esse honesto jovem aí não acorda durante
a noite, mas fica soltando traques,
enrolado em cinco cobertores.

(*Nuvens*, vv. 1 – 10)

É essa primeira apresentação de acontecimentos, no início da peça que norteia a sucessão dos demais fatos. Assim, vitimado pela insônia por conta dos juros cobrados pelos credores, e impossibilitado de saldar as dívidas causadas pelo vício de seu filho, o velho Estrepsíades, mesmo com toda sua falta de instrução, dá-se conta de que, próximo à sua casa, há um lugar chamado φροντιστήριον¹⁹, lugar onde se pensa”; donde “Pensatório”, frequentado por homens de pele amarelada, isto é, de palidez excessiva advinda da reclusão com finalidade intelectual – como são descritos os sofistas no verso 103 da peça em pauta – e de hábitos curiosos, distorcidos pela ótica do rústico personagem como capazes de livrá-lo de suas dívidas:

τοὺς ὠχρῖῶτας, τοὺς ἀνυποδήτους λέγεις [...].

Estás falando desses amarementos, desses descalços [...].

O equívoco do personagem em relação à atuação dos sofistas contribuiu, de modo jocoso, para que a peça do comediógrafo Aristófanes se tornasse um documento literário de primeiro nível para avaliarmos o que havia de novo na educação do período. Como bem sustenta Maria de Fátima de Souza e Silva (2008, p. 72), por meio da figura de Estrepsíades, como representante de uma tradição, Aristófanes faz também uma crítica mordaz aos demais pensadores do período de apresentação da peça, os quais traziam à baila questionamentos acerca dos deuses, ou seja, das crenças, dos modos de vida e, até mesmo, dos princípios do homem grego ateniense, em virtude de o ceticismo e o ateísmo terem derrubado as crenças tradicionais até então aceitas como incontestáveis.

¹⁹ Frontisth&ron é uma palavra grega composta do radical do verbo fronti&zein, “pensar”, e do sufixo de lugar (onde) –th&ron, daí ser *Phrontistérion* o lugar onde se pensa, Pensatório.

Faz-se mister ressaltar, ainda, que o tom pálido da pele de Sócrates e de seus discípulos descrito por Aristófanes aponta para um fator de diferenciação dos gêneros na Grécia antiga, visto que, normalmente, por ficarem reclusas nos afazeres domésticos, as mulheres possuíam essa palidez em oposição ao tom de pele masculino, já que os homens, por terem suas atividades voltadas para o exterior da casa, tinham maior exposição ao sol e, portanto, uma coloração mais saudável.

A esse fato podemos acrescentar a ideia de que Aristófanes, quando descreveu como pálidos todos os confinados do Pensatório, poderia não só querer aludir a uma extrema reclusão para dedicação intelectual, mas também desejava imprimir certo traço de feminilidade a todo esse grupo de pálidos (GRIPP, 2009, p. 32).

Sentindo-se velho e desmemoriado demais para o aprendizado dos artificios do saber, Estrepsíades, então, pensa em enviar seu jovem e saudável filho para o Pensatório, onde, ouvira dizer, que se formavam discípulos nas sutilezas da oratória. Todavia, ao tomar conhecimento da ideia de seu pai, o rapaz hesita, por conhecer como verdadeiros charlatães aqueles que lá habitavam e por não querer perder sua aparência saudável de cavaleiro de vivência aristocrática para adquirir a cor amarelada que, segundo pai e filho, os sofistas possuíam. Isso já demonstra certo remoque ao novo modelo de ensino como algo que diferenciava, de certa forma, os alunos do Pensatório do que era “moda” entre os jovens cavaleiros, dando aos primeiros uma aparência estranha, como fica bem claro nos versos seguintes:

Στ. Δεῦρό νυν ἀπόβλεπε.
Ὅρᾳς τὸ θύριον τοῦτο καὶ τοῖκίδιον;

Estrep. Olha aqui então!
Estás vendo aquela portinha e aquela casinha?

Φε. Ὅρῶ. Τί οὖν τοῦτ' ἐστὶν ἐτεόν, ᾧ πάτερ;
Fidíp. Estou vendo. Pai, na verdade, o que é aquilo?

Στ. Ψυχῶν σοφῶν τοῦτ' ἐστὶ φροντιστήριον.
Ἐνταῦθ' ἐνοικοῦσ' ἄνδρες οἱ τὸν οὐρανὸν
λέγοντες ἀναπέιθουσιν ὡς ἐστὶν πνιγεύς,
κάστιν περὶ ἡμᾶς οὗτος, ἡμεῖς δ' ἄνθρακες.
Οὔτοι διδάσκουσ', ἀργύριον ἢ τις διδῶ,
λέγοντα νικᾶν καὶ δίκαια κάδικα.

Estrep. Aquilo é o Pensatório das almas sábias.
Ali habitam homens que quando falam do céu,
convencem de que é um forno e que ele está

à nossa volta e nós somos os carvões.
Eles ensinam, se alguém lhes dá dinheiro,
a vencer com discursos nas causas justas e injustas.

Φε. Εἶσιν δὲ τίνες;

Fidíp. Quem são eles?

Στ. Οὐκ οἶδ' ἀκριβῶς τοῦνομα.
Μεριμοφροντισταὶ καλοὶ τε κάγαθοί.

Estrep. Eu não sei o nome exatamente.
São medítabundos honrados e respeitados.

Φε. Αἰβῶί, πονηροί γ', οἶδα. Τοὺς ἀλαζόνας,
τοὺς ἄχρῖωντας, τοὺς ἀνυποδήτους λέγεις,
ὧν ὁ κακοδαίμων Σωκράτης καὶ Χαίρεφῶν.

Fidíp. – Ah, uns infelizes, eu sei! Estás falando desses charlatães,
desses amarelentos, desses descalços, entre os quais
estão o miserável Sócrates e Querefonte.

(*Nuvens*, vv. 94-108)

Pelo diálogo estabelecido entre pai e filho, no momento de sugestão para a entrada deste último no Pensatório, percebemos a surpresa de Estrepsíades, ao descrever os sofistas como possuidores de “almas sábias” e anunciantes de saberes científicos que tomavam por base técnicas inovadoras, capazes de explicar, por exemplo, o incrível ciclo das águas das chuvas ou modificar toda uma tradição mitológica ou, ainda, fazer prevalecer, por mais complexas que fossem as posições jurídicas, a tese mais fraca (ou injusta) sobre a mais forte (ou justa).

Sabe-se que, até o século em que a peça fora encenada, a educação tradicional se compunha de três disciplinas nas quais os educadores se distribuíam entre as seguintes áreas: o *grammatistés* cuja função era ensinar toda a designação gráfica de alguma coisa, isto é, a leitura, a escrita e os cálculos. É importante ressaltar a unanimidade de alguns helenistas quanto à aplicação de textos de poetas do passado para a instrução de crianças, com vista à memorização. Já o *paidotribes* ensinava exercícios corporais às crianças, com a finalidade de formar cidadãos aptos a defender a pátria. Quanto ao *chitaristés*, instruía os aprendizes música²⁰.

²⁰ Cf. ROCHA PEREIRA, 2006, p. 452; R. PFEIFFER, 1968, p. 52.

Como já se referiu, os sofistas do Pensatório possuíam um saber enciclopédico e pragmático e estavam voltados para uma filosofia de vida “prática”, que lhes proporcionava alguma remuneração (*Nuvenis*, vv. 101 – 102). Logo, pode-se inferir que a educação remunerada surgiu no século V a.C. com os sofistas, os quais trouxeram para a realidade ateniense disciplinas que, atualmente diríamos, pertencem à área universitária e eram consideradas essenciais para constituir, segundo eles, a formação do indivíduo.

Já que o personagem Fidípides demonstra aversão e desaprovação pelo aspecto físico dos discípulos do Pensatório e pela educação sofisticada, o desesperado Estrepsiades toma para si próprio o desafio de ingressar na escola sofisticada que, nas falas já citadas das personagens apresentadas, é encabeçada pelo filósofo Sócrates, como se ele fosse a “máscara” do grupo dos sofistas, o “sábio dos sábios”²¹ Estrepsiades, como qualquer herói cômico, toma a decisão de frequentar o Pensatório por acreditar cegamente em seus objetivos, cruzando, portanto, o horizonte que o permite sair do âmbito discursivo e encarar a prática. Isso porque o herói cômico tem, em geral, como característica ser resiliente até mesmo em seus discursos e atitudes. Esse tipo de herói sempre age como elemento libertador da vida pública, dos problemas decorrentes de qualquer ordem, é livre para se aventurar segundo seu ideal, sendo até mesmo portador de um ideal de liderança que passa segurança para o seu grupo ou denunciador de uma realidade conflituosa, instável, como acontece com o rústico e endividado herói de *Nuvenis* (NAVARRO, 1978, p. 147).

Ao chegar ao lugar habitado pelas “almas sábias”, o velhaco Estrepsiades, desejando provar aos credores, por meio do domínio da técnica persuasiva, não ser devedor do que de fato devia, é recebido por um dos discípulos dos mestres do saber que rapidamente reprime o velho por dar murros e pontapés na porta para ser atendido:

Μα. Ἀμαθῆς γε νῆ Δί', ὅστις οὐτῶσι σφόδρα
ἀπεριμερίμῳως τὴν θύραν λελάκτικας
καὶ φροντίδ' ἐξημβλωκας ἐξηρημένην.

Discíp. Ignorante, por Zeus, por que tu
chutaste assim tão estupidamente a porta?
Fizeste abortar uma ideia já encontrada.

²¹ Com efeito, na interpretação de Kenneth Dover (*apud* Bruno Salviano Gripp, 2009, p. 23), a crítica feita por Aristófanes em *Nuvenis* não se volta a um filósofo “ou a um pensamento em particular, mas a um *ge&noj* i.e. um tipo, uma *ldée* de pensador, e, como Sócrates era o mais famoso de seu tempo, ele consequentemente seria o seu alvo preferido”.

Com base no passo citado, sobretudo no verso em que o discípulo diz ao velho camponês que ele acaba de provocar o “aborto” de uma ideia, verifica-se uma alusão à técnica da maiêutica, em que Sócrates conduzia seus interlocutores ao “parto das ideias”, por meio de questionamentos. Com efeito, Sócrates era filho da parteira Fenárete, de quem se dizia herdeiro na arte de assistir ao nascimento de novas ideias, conforme atestam passagens do diálogo platônico *Teeteto* VI, 149a e VII, 150 c, respectivamente:

Sócrates: E nunca ouviste falar, meu gracejador, que eu sou filho de uma parteira famosa e imponente, Fenárete?

Teeteto: Sim, já ouvi.

Sócrates: Então, já te contaram também que eu exerço a mesma arte?

Sócrates: A minha arte obstétrica tem atribuições iguais às das Parteiras, com a diferença de eu não partejar mulher, Porém homens, e de acompanhar as almas, não os corpos, Em seu trabalho de parto (...).

(Tradução de Carlos Alberto Nunes.
In: PLATÃO, *Diálogos. Teeteto-Crátilo*)

3. *Crítica à educação sofisticada*

Tendo já admitido que a comédia ateniense antiga tinha, além de entreter o público, de desempenhar uma função didática, isto é, possuir valor propedêutico, por meio da peça em análise, somos incitados a concluir que, em sua encenação, se objetivava, antes de qualquer coisa, como valor instrutivo, fornecer ao público possíveis elementos – mesmo que transfigurados – para que ele tivesse uma visão crítica acerca dos temas nela abordados pelo comediógrafo. Na verdade, a comédia, para cumprir esse papel didático, encarava a invectiva pessoal como um manancial de ensinamentos e conselhos, a que qualquer educador do povo podia recorrer. Como bem observaram Maria de Fátima Sousa e Silva e Custódio Mangueijo (2006, p. 9), o comediógrafo tinha ciência de que a função didática de sua arte podia gerar descontentamento a quem a crítica se destinava.

Ratificam-no os versos 500 e seq. da comédia mais antiga do comediógrafo que nos chegou na íntegra, *Acarnenses*, encenada em 425 a.C.:

O que é justo é também do conhecimento da comédia
Ora, o que vou dizer pode ser cáustico, mas justo é.

No caso de *Nuvens*, esses elementos fornecidos ao público não se detêm simplesmente nas mazelas do contexto da *pólis* ou em acontecimentos da vida política – como muito comum até mesmo em outras peças do próprio Aristófanes, como em *As Vespas* ou *Lisístrata* –, mas muito além disso: traz ao seu público invectivas diretas a um dos mais importantes filósofos do mundo grego, o grande estudioso Sócrates.

O fato de o comediógrafo pôr Sócrates em cena não significava sua aversão por ele. O Sócrates de *Nuvens*, como já comentado, não apenas integra o grupo de sofistas ao qual o filósofo se opunha, mas também traz em si uma “capa” a qual proporciona aos espectadores motivos cabais para uma possível ojeriza pela figura do filósofo, visto que o Sócrates apresentado aqui – e não somente o grupo de sofistas – é alguém sem escrúpulos por encabeçar aqueles que adotam o modo de educação em que o discurso é o centro de tudo, é capaz de promover sucesso em todos os campos de seu uso, sobretudo para fins iníquos. Cabe ressaltar, entretanto, que as *Nuvens* são uma comédia dirigida contra os sofistas e não contra Sócrates que talvez tenha sido escolhido como o principal representante do Pensatório, não por reproduzir a imagem do genuíno modelo da sofística, mas por ser o filósofo mais conhecido e popular da Atenas de então.

Aristófanes parece não economizar invectivas quando seu humor ácido é dirigido ao pensador Sócrates, uma vez que, em diversos passos da peça, somos convidados a rir das zombarias a ele feitas. Exemplo significativo, entre outros, são os versos em que um dos discípulos relata ao velho Estrepsiades que o Sócrates de *Nuvens*, ao investigar os astros, é surpreendido por uma lagartixa que, ao defecar do alto, faz com que suas fezes caiam na boca do filósofo:

Στ. Τίνα τρόπον; Κάτειπέ μοι.

Estrep. De que modo? Fala-me!

Μα. Ζητούντος αὐτοῦ τῆς σελήνης τὰς ὁδοὺς
Καὶ τὰς περιφορὰς, εἶτ' ἄνω κεχηνότος
ἀπὸ τῆς ὀροφῆς ζύκτωε γαλεώτης κατέχεσεν

Discíp. Enquanto ele buscava os caminhos da lua e suas evoluções, e, por estar de boca aberta, olhando para o alto, uma lagartixa malhada cagou lá de cima do teto.

Στ.¹ Ἡσθην γαλεώτη καταχέσαντι Σωκράτους.

Estrep. Fiquei feliz com uma lagartixa malhada cagando em Sócrates.

(*Nuvens*, vv. 170 – 4)

Por meio desses versos, percebemos que o Sócrates retratado pelo comediógrafo Aristófanes parecia estar vorazmente dedicado a fazer elucubrações quase mesmo absurdas para o período, tirando do filósofo, desse modo, o status de grande pensador que buscava resposta para assuntos que, de fato, trariam algum valor ou engrandecimento pessoal ou social para o seu discipulado. Além disso, vemos no último verso do fragmento apresentado o gozo escarnecedor expresso pelo velhaco personagem ao saber que a lagartixa defecara na boca do mestre do Pensatório.

Influenciado por uma ação dionisíaca, segundo A. M. Bowie (1993, p. 16), o autor cômico, além de fazer uso da vulgaridade e obscenidade, traz à tona, em suas peças, elementos ou pessoas reprimidas de certa maneira pelo social ou ainda emoções que não ganhavam espaço no cotidiano cidadão. E embora seja bastante comum que as sátiras inseridas nas comédias tragam em si evidências dos desejos mais suprimidos do homem, já que essa representação tem como regente o espírito dionisíaco, é latente que a verdade do Sócrates, vista em *Nuvens*, é extremamente destoante de sua identidade real, podendo ser retratado na comédia como alguém possuidor de hábitos atinentes, até mesmo, a um larápio, *ipsis litteris*, por ser capaz de “surripiar” algo para conseguir alimento:

Μα. Ἐχθές δε γ' ἡμῖν δεῖπνον οὐκ ἐσπέρας.

Discíp. Ontem mesmo, nós não tínhamos o que jantar à noite.

Στ. Εἶέν. Τί οὖν πρὸς τ᾽ἀλφίτ' ἔπαλαμήσατο;

Estrep. Pois bem! O que ele arranjou para comer?

Μα. Κατὰ τῆς τραπέζης καταπάσας λεπτήν τέφραν,
κάμψας ὀβελίσκον, εἶτα διαβήτην λαβών,
ἐκ τῆς παλαίστρας θοιμάτιον ὑφέιλετο.

Discíp. Tendo espalhado sobre a mesa uma cinza fina, dobrado um espeto e depois tendo-o usado como um compasso, ele roubou o manto da palestra.²²

²² Maria de Fátima Sousa e Silva e Custódio Mangueijo (2006, p. 342, nota 72), em nota à tradução feita aos versos citados, dizem que “a explicação do discípulo escapa-nos em boa parte. Estou [*sic*] em crer que se trataria dum episódio jocoso, recente e bem conhecido do público. Ou então tratar-

A visão de Sócrates proposta pelo comentário feito por um de seus discípulos na comédia como sendo alguém que beira ou senão se encontra propriamente em estado de miséria acaba por contradizer o próprio Aristófanes, visto que, ao incluir o sábio e denominá-lo cabeça do grupo dos sofistas, tornou inconcebível o fato de alguém que realmente cobrasse caro por seus ensinamentos, como os sofistas, não tivesse uma vida próspera ou, ao menos, digna para a época. Vale ainda ressaltar que o Sócrates retratado nas obras de Platão (428 – 347 a.C.) e Xenofonte (428 – 355 a.C.), embora não cobrasse por seus ensinamentos, poderia não ser rico, todavia também não era demasiadamente pobre para ser assolado pela fome ou por um aspecto miserável.

Como se não bastasse, o filósofo, além de retratado como mero especulador de coisas banais ou ladrão, é descrito como alguém que tem aversão a sapatos e que carrega sobre si uma palidez bastante peculiar, como já referido, advinda da vida reclusa no cativo intelectual por ele presidido (v. 103), sem vida esportiva, sem experimentos ao ar livre ou sem higiene pessoal, como se infere do passo em que o herói cômico Estrepsíades, ao falar com seu filho Fidípides, nos deixa escapar que Sócrates e sua equipe de sofistas parecem não simpatizar nem com o banho, nem com o untar dos corpos e nem com os cortes de cabelo:

Στ. Εὐστόμει
καὶ μηδὲν εἶπης φλαῦρον ἄνδρας δεξιούς
καὶ νοῦν ἔχοντας, ὧν ὑπὸ τῆς φειδωλίας
ἀπεκείρατ' οὐδέεις πώποτ' οὐδ' ἠλείψατο
οὐδ' εἰς βαλανεῖον ἦλθε λουσόμενος· σὺ δὲ
ὡσπερ τεθνεώτος καταλόει μου τὸν βίον.
Ἄλλ' ὡς τάχιστ' ἔλθων ὑπὲρ ἐμοῦ μάνθανε.²³

Estrep. Pronuncia palavras de bom augúrio!
Não fale mal de homens corretos
e ajuizados, entre os quais, por economia,
nenhum corta o cabelo, nem se unta
e nem vai ao balneário para lavar-se; mas tu,

se-ia dum truque de diversão usado pelos larápios, e aproveitado por Sócrates; ou então, com longas demonstrações de geometria, o tempo ia passando.”

²³ Segundo Gripp (2009, p. 30), podemos compreender a invectiva feita pelo comediógrafo com relação à abstinência de banho do mestre do pensatório e de seus discípulos com base na “descrição de um Sócrates extremamente frugal, uma vez que no século V a.C. o hábito de frequentar os banhos públicos era considerado uma característica de extremo luxo”.

como se eu tivesse morrido, desperdiça a minha vida.
Pois bem, vai o mais rápido possível e aprende em meu lugar!

(*Nuvens*, vv. 835 – 9)

Segundo Fernando Delibes (1996, p. 341), embora a palidez não fosse um traço exclusivo de Sócrates na peça *Nuvens*, mas de todos os que se encontravam no Pensatório, diferentemente de como o sábio é apresentado por Aristófanes, o retrato do filósofo proposto pelo discípulo Platão e pelo historiador Xenofonte é de alguém que fazia experimentos ao ar livre e que visitava seus amigos, chegando, ainda, a defender a prática desportiva. Essa palidez traduz, sobretudo, uma debilidade física de que não dispunha o filósofo, pois destoa veementemente da força que o sábio possuía até mesmo para fazer seus experimentos na peça – como se içar num cesto –, e ainda torna inconcebível que alguém nessas condições de vida pudesse manter-se vivo durante todo esse tempo.

Analogamente, Gripp (2009, p. 30) alega que não foi ao acaso que Aristófanes caracterizou Sócrates como alguém desleixado, pois o próprio filósofo apresentava vestimentas demasiadamente simplórias e que isso pode ser atestado pela existência de “quase um *locus communis*, especialmente na obra de Platão” no qual se pode encontrar uma descrição do mestre “como uma figura de aparência rude ou desagradável”. Todavia, Gripp esclarece que a descrição de Sócrates feita por seu discípulo pode ser destoante devido, entre outros fatores, “às filiações aristocráticas de Platão”.

Com tantas inquietudes intelectuais, o Sócrates de *Nuvens* cai numa espécie de ateísmo sem medidas, não só por negar a existência – incluindo neste caso o soberano Zeus – e desautorizar os atos das divindades do Panteão grego, mas também por incluir nele novas divindades, tais como as *Nuvens*, as quais seriam responsáveis, segundo o Sócrates de Aristófanes, pelo fenômeno das chuvas. E para invectivar o sábio como não sendo piedoso para com os deuses, o comediógrafo, ao fazer especificar o filósofo como sendo de um determinado demo, o retrata como sendo de outro demo e não Atenas que é o seu próprio, isto é, ele o referencia como sendo pertencente ao demo de Melos, em alusão ao filósofo Diágoras de Melos que fora acusado de ateísmo:

Στ. Ὀμοσας νυνὶ Δία.

Estrep. Agora mesmo tu juraste por Zeus.

Φε. Ἐγωγ’.

Fidíp. Sim!

Στ. Ὀρῶς οὖν ὡς ἀγαθὸν τὸ μαυθάνειν;
Οὐκ ἔστιν, ὦ Φειδιπίδη, Ζεὺς.

Estrep. Então, estás vendo como o aprender é bom?
Fidípides, Zeus não existe!

Φε. Ἀλλὰ τίς;

Fidíp. Mas quem é...?

Στ. Δίνος βασιλεύει τὸν Δί' ἐξεληλακῶς.

Estrep. Depois de ter expulsado Zeus, Turbilhão reina.

Φε. Αἰβῶί· τί ληρεῖς;

Fidíp. Ai de mim! Por que falas asneiras?

Στ. Ἰσθι τοῦθ' οὕτως ἔχον.

Estrep. Fica sabendo que é mesmo assim.

Φε. Τίς φησι ταῦτα;

Fidíp. Quem diz essas coisas?

Στ. Σωκράτης ὁ Μήλιος
καὶ Χαίρεφῶν, ὅς οἶδε τὰ ψυλλῶν ἴχνη.

Estrep. Sócrates de Melos e Querefonte,
que sabe sobre as pegadas das pulgas.

Φε. Σὺ δ' εἰς τοσοῦτον τῶν μανιῶν ἐλήλυθας
ὥστ' ἀνδράσιν πείθει χολῶσιν;

Fidíp. Mas tu chegaste a tal estado de loucura
que acreditas num homem maluco?

(*Nuvens*, vv. 826-831)

Por meio de seu herói cômico Estrepsíades, que após ter apanhado de seu filho e reconhecer que a educação, de extrema inversão de valores, oferecida ao jovem no Pensatório o deixara pervertido e extremamente hábil na arte discursiva, o comediógrafo dá um desfecho inesperado à peça: o velho camponês, mostrando-se indignado, incendeia o cativoiro dos mestres do saber, algo que sugere mais uma invectiva de Aristófanes à figura de Sócrates:

ΜΑΘΗΤΗΣ Α. Ἰοὺ ἰού.

Discíp. Ai, Ai!

Στ. Σὸν ἔργον, ὦ δῶς, ἶέναι πολλὴν φλόγα.

Estrep. Tua tarefa, ó tocha, é trazer intensa chama.

Μα. Ἄνθρωπε, τί ποεῖς;

Discíp. Homem, que estás fazendo?

Στ. Ὁ τι ποιῶ; Τί δ' ἄλλο γ' ἢ
Διαλεπτολογούμαι ταῖς δοκοῖς τῆς οἰκίας;

Estrep. O que eu estou fazendo? O que mais há de ser senão trocar as traves da casa?

ΜΑΘΗΤΗΣ· Τίς ἡμῶν πυρπολεῖ τὴν οἰκίαν;

Discíp. Quem está incendiando a nossa casa?

Στ. Ἐκεῖνος οὐ̄περ θοιμάτιον εἰλήφατε.

Estrep. Aquele de quem nós roubaste o manto.

Μα. Ἀπολεῖς, ἀπολεῖς.

Discíp. Vais matar(-nos), matar(-nos)!

Στ. Τοῦτ' αὐτὸ γὰρ καὶ βούλομαι,
ἢν ἢ σμινύη μοι μὴ προδῶ τὰς ἐλπίδας
ἢ γῶ πρότερόν πως ἐτραχηλισθῶ πεσών.

Estrep. Pois é isso mesmo que eu quero, a menos que a tocha traia as minhas esperanças ou se antes eu caia e quebre o pescoço.

Σω. Οὗτος, τί ποιεῖς ἔτεόν, οὐ̄πὶ τοῦ τέγους;

Σócr. Ei tu aí, o que estás fazendo, aí em cima do telhado?

Στ. Ἀεροβατῶ καὶ περιφρονῶ τὸν ἥλιον.

Estrep. Ando pelos ares e olho o sol aqui de cima.

Σω. Οἶμοι τάλας δείλαιος, ἀποπνιγήσομαι.

Σócr. Ai de mim, desgraçado, vou morrer sufocado!

Μα. Ἐγὼ δὲ κακοδαίμων γε κατακαυθήσομαι.

Discíp. E eu, miserável, vou morrer queimado!

ΣΤ. Τί γάρ μαθόντες τοὺς θεοὺς ὑβρίζετε
καὶ τῆς σελήνης ἔσκοπέισθε τὴν ἔδραν;
Δίωκε, πάει, βάλλε, πολλῶν οὐνεκα,
μάλιστα δ' εἰδῶς τοὺς θεοὺς ὡς ἠδίκουν.

Estrep. Com que sabedoria vós insultais os deuses
e investigais o assento da Lua?
Persegue, atira, bata por muitas razões,
e principalmente porque tu sabes que lhes ofendiam os deuses.

(*Nuvens*, vv. 1493-1509)

Em síntese, ao final da peça, a escola sofística merece, segundo parece ser a concepção de seu autor, ser destruída, a fim de que ninguém do período de apresentação da peça e nem mesmo os jovens da posteridade pudessem ser corrompidos pelo modelo de educação ali propagado. Esse fim inesperado para a escola cujo mestre era Sócrates deve-se ao fato de que o autor Aristófanes se utiliza do personagem que ele mesmo transfigurou, de uma forma mordaz, para representar a condenação do grupo de sofistas. Na verdade, Estrepsíades incendeia o Pensatório punindo seus moradores como atitude que demonstra refreamento e recusa à educação lá propugnada, pois queimando o local onde poderiam ser feitas descobertas científicas, ele estaria, então, repondo o tradicionalismo, bem como devolvendo aos deuses a qualidade de seres superiores e importantes para a formação do povo grego.

4. Considerações finais

Como nosso maior objetivo era traçar, por meio da realidade transfigurada pelo autor cômico, o modelo escolar que vigorava na Atenas no final do século V a.C, podemos dizer que Aristófanes demonstra com a peça em pauta ser forte elemento representante dos antigos costumes, sendo defensor de uma antiga Atenas onde os sofistas não deveriam ter espaço.

Mesmo com todo o olhar de degradação cômica fornecido por Aristófanes, somos obrigados a reconhecer que a educação sofística, a qual ele tanto invectivara, trouxera numerosos ganhos para a sociedade em geral e que não podem ser refutados. Isso porque, sem a implementação educativa dos sofistas, talvez hoje não existissem os estudos universitários ou o grande interesse de busca pelo conhecimento.

Sentimo-nos, em outro momento, inclinados a concordar com Marc-Jean Alfonsi (In: ARISTOPHANE, *Théâtre Complet I*, 2002, p. 148) em cujo comentário à edição francesa da obra postula existirem duas peças em *Nuvens*. Uma primeira, na qual vemos o velhaco Estrepsíades inserir-se no Pensatório, o que confere maior comicidade à peça, e uma segunda, em que presenciamos a inserção de Fidípides, seu filho *playboy* – embora não queiramos ser anacrônicos –, no mesmo *locus* educativo. Nessa segunda parte, por meio de cenas cômicas justapostas sempre associadas a uma principal, estão balizadas as críticas mais contundentes feitas por Aristófanes à educação sofisticada e a outros aspectos e personalidades pertencentes à sociedade da época. Esses elementos, alvos das críticas mordazes do comediógrafo, eram de conhecimento do público em geral, pois, sem sombra de dúvidas, era preciso ter conhecimento da situação para poder rir.

Com base em nossas análises, sem dúvida, por meio da peça *Nuvens*, temos uma visão ampla – ainda que por meio de um estilo exacerbado de mordacidade – do que se passava em muitas mentes do século V a.C., quando ocorreu a instituição da educação sofisticada na *pólis* ateniense.

Assim, com base representação caricatural de um homem rude e de um filósofo, presenciamos na obra em pauta o contraste entre uma educação tradicional, defendida por Estrepsíades, e uma educação moderna, encabeçada por Sócrates.

A ironia, as invectivas, as substituições de nomes ou termos os quais dão suporte à sátira fizeram-nos perceber quão grande foi a capacidade de sintetização de Aristófanes, a qual gerou em nós, sobretudo, uma necessidade maior de entendimento da realidade dos sujeitos inseridos em cada espaço dessa peça. Em termos conclusivos, vemos em *Nuvens* uma mistura de elementos estruturais os quais, numa leitura anacrônica, poderiam ser entendidos como surreais – e, por vezes, até o são, como no caso de uma lagartixa “cagar” na boca de Sócrates –, mas que no contexto de apresentação da peça adquiriram encadeamento na ideia do público, pois como já se sabe, este era conhecedor da realidade invectivada naquela grandiosa e inigualável apresentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓFANES. *Comédias I*. Introdução, tradução do grego e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva e Custódio Manguelijo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

ARISTÓFANES. *Nuvens*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1968.

ARISTHOPHANE. *Théâtre complet I. Les Acharniens – Les Cavaliers – Les Nuées – Les Guêpes – La Paix*. Traduction, introduction, notices et notes par Marc-Jean Alfonsi. Paris: Garnier Frères, 2002.

BAILLY, Anatole. *Dictionnaire grec-français*. 48. ed. Paris: Hachette, 1996.

BOWIE, A. M. *Aristophanes: Myth, Ritual and Comedy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DELIBES, Fernando Souto. La figura de Sócrates en la comedia atenien- se. In: EIRE, Antonio Lopéz (Ed.). *Sociedad, Política y Literatura: Co- media Grega Antiga, Actas del I Congreso Internacional*. Salamanca: Logo, 1996, p. 339-345.

FERNÁNDEZ, Luis Gil. *Aristófanes*. Madrid: Gredos, 1996.

LESKY, Albin. *História da literatura grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. 9 rev. ad. ed. New York: Oxford Clarendon Press, 1996.

FINLEY, Moses I. *Os gregos antigos*. São Paulo: Edições 70, 1977.

GRIPP, Bruno Salviano. *Além das nuvens: crítica à filosofia nos frag- mentos da comédia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

GUTHRIE, W. K. C. *Os sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.

JAEGER, Werner. *Paideia – A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

JÚNIOR, Manuel Alexandre. A retórica: um saber interdisciplinar. *Anais do Congresso Internacional sobre Interdisciplinaridades*. Lisboa: Uni- versidade Nova de Lisboa, 2004, p. 1-16.

NAVARRO GONZÁLEZ, J.L. La estructura interna del héroe cómico. *Cuadernos de Filología Clásica XV*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1978, p. 133-166.

PFEIFFER, R. *History of classical scholarship. From the beginnings to the end of the Hellenistic age*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

PLATÃO. *Diálogos. Teeteto-Crátilo*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2001.

PLATÃO. *Mênon ou Da virtude* – Cadernos culturais. Tradução, prefácio e notas de A. Lobo Vilela. 2. ed. Lisboa: Inquérito, [s./d.].

RIBEIRO FERREIRA, José. *A Grécia antiga: sociedade e política*. Lisboa: Edições 70, 1992.

ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de história da cultura clássica*. V. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SOUSA E SILVA, Maria de Fátima. As *nuvens* de Aristófanes: um texto fundador do teatro científico europeu. *Biblos*, n.s. VI. Coimbra, 2008, p. 57-72.

A LINGUAGEM NO DISCURSO DE MACUNAÍMA

Mônica Saad Madeira (UNIGRANRIO)

monica.saad@bol.com.br

Simony Ricci Coelho (UNIGRANRIO)

simonyricci@hotmail.com

1. Introdução

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos. (Mikhail Bakhtin)

A palavra é a ferramenta de trabalho do escritor, manipulando-a, dá forma e vida ao seu pensamento. Assim, a literatura se materializa através da linguagem.

Macunaíma não é uma leitura fácil. Trata-se de um livro “todo ele de segunda intenção”, no dizer de seu autor.

Possui características próprias, com absoluta liberdade de criação, Mário de Andrade construiu uma narrativa complexa, apoiada em vasta erudição folclórica, que, sob a aparência despretensiosa do registro linguístico predominantemente coloquial, articula um enorme volume de referências culturais, históricas, geográficas, antropológicas, musicais, literárias etc.

Mesmo predominando o foco na 3ª pessoa, o autor inova utilizando a técnica cinematográfica de cortes bruscos no discurso do narrador, interrompendo-o para dar vez à fala dos personagens, principalmente Macunaíma. Esta técnica imprime velocidade, simultaneidade e continuidade à narrativa de Mário de Andrade.

Macunaíma nos remete ao erudito e popular, vanguardista e primitivo, cubista e folclórico, heroico e picaresco; rapsódia, romance, novela de cavalaria carnavalizada, romance de aprendizagem e fábula mítica; desmistificação do herói, mitificação do anti-herói; cômico e trágico, delirante e realista, nacionalista e crítico: todos esses elementos visam

compor a síntese de um presumido modo de ser brasileiro – polimorfo, plurirracial, multicultural, desconstroem e reconstroem nossa identidade étnica e cultural na busca do caráter nacional brasileiro.

2. Caracterização do herói

Muitas pessoas dizem que o discurso não pode ser determinado socialmente, porque expressa suas ideias de maneira diferente. A nossa sociedade cultua a originalidade de expressão e chega a sancionar a pura e simples cópia de algo que alguém já escreveu, pintou etc. (José Luiz Fiorin)

Macunaíma, designado no subtítulo do livro como “o herói sem nenhum caráter”, é denominado “herói de nossa gente” logo no início da narrativa. E esse herói da gente brasileira – um herói sem caráter algum, ou seja, sem um traço que o defina de forma completa e permanente – é preto retinto, apesar de ser um índio.

Preguiçoso, “dandava pra ganhar vintém” quando via dinheiro. Feio, transformava-se num belo príncipe para “brincar” com a cunhada Sofará. Louco para botar a mão na “graça” das mulheres, sabia comportar-se bem quando visava interesse maior. Seu comportamento, mais do que imoral, é amoral, pois age como alguém que visa à própria satisfação sem sentimentos de culpa algum. Uma espécie de herdeiro de todas as culturas e ideologias dos diversos povos que colaboram para a formação do Brasil, transforma-se na personalização do caos de valores e comportamentos que o Brasil acabou se tornando.

Um dos grandes estudiosos dessa obra, Cavalcanti Proença, afirma que Macunaíma é um “herói excepcional da literatura popular, aquele herói que não tem preconceitos, não se cinge à moral de uma época e concentra em si próprio as virtudes e defeitos que nunca se encontram reunidos em um único indivíduo”. Um herói “cujas dimensões excedem a realidade: tanto está fora do bem e do mal como transcendendo o espaço e o tempo.”

Para criar um herói assim, Mário de Andrade valeu-se de farto material retirado da mitologia indígena e do folclore brasileiro. A essa história básica, Mário de Andrade acrescentou livremente diversas outras que conheceu durante seus trabalhos de pesquisa do folclore brasileiro. É

por isso que Macunaíma assume ao longo do livro diversas identidades, sem que isso pareça inverossímil: nas narrativas míticas e folclóricas, a mudança de identidade e até da forma física de herói é absolutamente comum.

3. *A narrativa*

São tantas as lendas e mitos entrelaçados no livro, que qualquer tentativa de resumir seu enredo acaba falhando. Macunaíma e seus irmãos, após a morte da mãe, abandonam a tribo. Macunaíma casa-se com Ci, líder das guerreiras icamiabas, e tem um filho com ela, mas mãe e criança acabam morrendo. Triste, parte com seus irmãos para São Paulo, onde vivia o gigante Piamã, que também era o comerciante peruano Venceslau Pietro Pietra, nas mãos de quem se encontrava a muiraquitã, um amuleto em forma de sapo com que Ci havia presenteado o herói antes de morrer.

Depois de inúmeras peripécias – nas quais se mostram satiricamente muitos aspectos de vida paulistana, Macunaíma recupera a muiraquitã e mata o gigante Piamã. Outro nó narrativo decorre do fato de Vei, a deusa-sol, ter oferecido a mão de uma de suas filhas a Macunaíma. Ele aceita a oferta, mas acaba envolvendo-se antes com uma vendedora de peixes portuguesa, perdendo a oportunidade de casar-se com a filha de Vei, que passa a preparar-lhe uma vingança. Macunaíma e seus irmãos percorrem o Brasil todo. Em decadência, o herói começa a viagem de retorno às margens do rio Uraricoera, onde nascera. Lá chegando, cai numa armadilha de Vei, que o faz atirar-se na água atrás de uma linda mulher – na verdade uma iara que o mutila, fazendo-o perder definitivamente a virilidade e a muiraquitã.

4. *A linguagem*

Ao tecer sua história com o material retirado do mundo mitológico e folclórico, Mario de Andrade procurou construir uma forma de língua coerente com tal conteúdo, combinando termos de origem indígena, africana, regionalismo, modismos de linguagem – criando assim uma linguagem que é, segundo ele mesmo, uma espécie de esperanto brasileiro”, uma reunião de formas populares recolhidas em todo o país. Em suma, uma língua com força poética baseada na exploração dos recursos da fala popular brasileira, uma língua extremamente revolucionária para a

época – segundo Manuel Bandeira, “foi preciso que aparecesse um homem corajoso, apaixonado, sacrificado e da força de Mário de Andrade, para acabar com as meias medidas e empreender literatura a adoção integral da boa fala brasileira”.

Basta reler o trecho analisado para perceber o sabor dessa linguagem literária, montada como um verdadeiro mosaico de frases (“Ai! Que preguiça!...”), provérbios (“espinhos que pinica, de pequeno já traz ponta”).

O Mário-colecionador é também o Mário-intérprete. Aquele que se vê como capaz de descobrir o Brasil através de cada um de seus retalhos, encontrando neles *indícios* ou *sinais*, no sentido forte atribuído a esses termos por Carlos Ginzburg (1989) e cumprindo assim o destino que Angel Rama atribuiu à *Cidade Letrada* latino-americana de todos os tempos. “Ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças à essa leitura, reconstruir a ordem.”²⁴

No caso concreto da *Enciclopédia Brasileira*, anteprojeto elaborado em 1939, quando era chefe do Instituto Nacional do Livro e a pedido do ministro Capanema, a *Enciclopédia* deveria também levar, da multiplicidade dos verbetes sobre os mais variados temas brasileiros ao caráter unívoco da “coisa brasileira” (ANDRADE, 1993, p. 26), conduzindo assim ao descobrimento do Brasil o público amplo que de antemão define: “os lares operários” assim com “o homem culto” (*Idem, ibidem*, p. 6 e 22). Por isso a *Enciclopédia* seria “monumento”, caracterizada pela “multivalência” e “um cometimento de enorme utilidade e patriotismo verdadeiro” (*Idem, ibidem*, p. 6, 37 e 63) e Mário o grande descobridor.

Já em *Macunaima*, livro-síntese de seus descobrimentos e de seu modernismo, o “herói sem nenhum caráter” empreende uma viagem redonda do “Uiraricoera” a São Paulo, “cidade macota esparramada a beira-rio do igarapé Tietê” (ANDRADE, 1997, p. 31) e da “boa São Paulo, a maior do universo, no dizer de seus prolixos habitantes” (*Idem, ibidem*, p. 59), de volta ao “fundo do mato virgem” (*Idem, ibidem*, p. 9), “qual se tornara imperador ao gerar um filho com Ci, mãe do mato. A epopeia gira em torno da busca da muiiraquitã, já que “por causa dela tudo ficava fácil” (*Idem, ibidem*, p. 107) e era a única lembrança que lhe deixara Ci, a “companheira para sempre inesquecível” (*Idem, ibidem*, p.

²⁴ ANGEL RAMA. *A cidade das Letras*. Op. cit., p. 53.

23), ao morrer e transformar-se na estrela Beta de Centauro. Na viagem, o herói descobre e decodifica para as icamiabas a cidade grande, São Paulo, “maloca ilustre”, e o Rio de Janeiro, “maloca sublime”, e percorre o Brasil inteiro em viagens.

Ao escrever o que para muitos críticos é seu livro máximo e para o Mário dos últimos anos de vida “é uma obra prima que falhou” (ANDRADE, 1984, p. 30), Mário, entre outras coisas, antecipa seu projeto de enciclopedista: expõe suas coleções de lendas, de quadrinhas cantadas, mitos e tradições brasileiras, fazendo obra de “rapsodo” (ANDRADE, 1984, p. 434), que é como se chamavam os que, com outro método, faziam trabalho análogo ao dos enciclopedistas, como “os cantadores nortestinos, (...) que se servem dos mesmos processos dos cantadores da mais histórica Antiguidade, da Índia, do Egito, da Palestina, da Grécia, transportam integral e primariamente tudo o que escutam e leem pros seus poemas, se limitando a escolher entre o lido e o escutado e a dar ritmo ao que escolhem pra que caiba nas cantorias. (...) Isso é Macunaíma e isso sou eu” (*Idem, ibidem*) E faz do Brasil descoberto uma síntese que supõe um caminho que se inicia “nos matos do Norte” (ANDRADE, 1997, p. 31) e dilui toda a especialidade convencional. Por isso afirma em carta a Câmara Cascudo antes mesmo da publicação do livro:

Minha intenção foi esta: aproveitar no máximo possível lendas tradições costumes frases feitas etc. brasileiros. E tudo debaixo de um caráter sempre lendário, porém como uma lenda de índio e de negro. O livro quase não tem nenhum caso inventado por mim, tudo são lendas que relato (...). Um dos meus cuidados foi tirar a geografia do livro. Misturei completamente o Brasil inteiro como tem sido minha preocupação desde que intentei me abrasilizar e trabalhar material brasileiro. Tenho muito medo de ficar regionalista e me exotizar pro resto do Brasil. (...) Enfim é um livro bem tendenciosamente brasileiro.²⁵

Coleção ficcionalizada de fragmentos, *Macunaíma*, livro que nasceu como seu herói num “*momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uiraricoera*” (ANDRADE, 1997, p. 9) partejado pelas mãos do Mário-rapsodo no retiro de Araraquara, já tornava realidade, ao ser publicado em 1928, o sonho da *Enciclopédia*, demarcando rotas e sinalizando o que fora descoberto.

²⁵ ANDRADE, Mário de. Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo. *Op. cit.*, p. 75 (carta de 01/03/1927).

Buscar uma tradição brasileira supunha para Mário, por um lado, a afirmação do europeísmo como “nosso primeiro, derradeiro e único mal”²⁶ e, por outro, o desejo de “tradicionalizar o Brasil”²⁷

5. “*Vou reentrar no meu povo*”²⁸

No “Epílogo” de *Macunaíma*, o narrador, até este ponto oculto, se faz presente revelando, quase numa parábola, muito de si mesmo, do modernismo e do Brasil por ele descoberto. Novamente a sombra autoral se projetando, agora à beira-rio do Uiraricoera: “Não havia mais ninguém lá. Dera tangolomângolo”²⁹ na tribo Tapanhumas e os filhos dela se acabaram de um em um. Não havia mais ninguém lá. (...) ...Um silêncio imenso dormia à beira-rio do Uiraricoera”.

Só o papagaio conservava no silêncio as frases e feitos do herói. Tudo ele contou pro homem e depois abriu asa rumo de Lisboa. E o homem sou eu, minha gente, e eu fiquei pra vos contar a história. Por isso que vim aqui. Me acoorei em riba dessas folhas, catei meus carrapatos, ponteei na violinha e em toque rasgado botei a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, herói de nossa gente.

Tem mais não. (ANDRADE, 1997, p. 134 e 135.)

“O homem sou eu, minha gente.” Na palavra do autor finalmente a síntese buscada. Foi ele, o Mário-viajante, o homem que saiu da “taba grande paulistana” (*Idem, ibidem*, p. 109) e foi “aos matos do Norte” (*Idem, ibidem*, p. 31) para, no silêncio imenso, na dor e no susto, ouvir do papagaio a fala mansa que era boa e revelava coisa muito nova, muito!

Foi ele, o Mário-colecionista, o homem que se acompanheirou com o último dos papagaios do “bando de araras vermelhas e jandaia, todos esses faladores” (*Idem, ibidem*, p. 108) que havia feito parte do “cortejo sarapintado de Macunaíma imperador” (*Idem, ibidem*, p. 108.). Foi ele, o Mário-escritor o homem que botou a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, herói de nossa gente.

²⁶ ANDRADE, Mário de. Táxi e crônicas no Diário Nacional. *Op. cit.*, p. 429. (crônica de 13/09/1931).

²⁷ ANDRADE, Mário de. Entrevista concedida ao jornal *A Noite*. Rio de Janeiro, 12/12/1925. In: KOIFMAN, Georgina (Org.): *Op. cit.*, p. 145 a 150.

²⁸ ANDRADE, Mário de. O carro da miséria. In: *Poesias Completas*. *Op. cit.*, p. 292.

²⁹ Tangolomângalo, tangolomango, tangoromângaro, tangromangro é feitiço ou urucubaca, doença que supostamente se origina de feitiço, coisa-feita, trama, magia. Por extensão de sentido, qualquer mazela, má sorte ou caiporismo.

Foi ele, o Mário-memória, o homem que ouviu a jandaia que conservava no silêncio as frases e feitos do herói, preservando do esquecimento os casos e a fala desaparecida.

Foi ele, o Mário-descobridor, o homem que encontrou na ramaria um papagaio verde de bico dourado espiando pra ele, e falou. Sem ele, ninguém jamais podia saber tanta história bonita e a história da tribo acabada. “O homem sou eu, minha gente!” E nesse “Ecce Homo” moderno ecoavam todos os roteiros e todos os descobrimentos do homem que, no caso deste livro, se vangloriara do gesto autoral ao escrever “meu nome está na capa do Macunaíma e ninguém o poderá tirar”³⁰: a busca de uma língua brasileira, das tradições brasileiras, da diluição das diferenças regionais na síntese de um todo, de uma arte-ação, do Brasil no povo brasileiro.

Por ter escrito *Macunaíma*, Mário não apenas pode repetir o que já dissera em 1924, “estou escrevendo em brasileiro”³¹ mas também ficcionaliza, através do herói, o drama da dualidade linguística no Brasil que ele pensara solucionar e considerara, quase sempre, missão primordial dos modernos:

porque o Brasil é uma nação possuidora de uma língua só. Essa língua não lhe é imposta. É uma língua firmada gradativa e inconscientemente no homem nacional. É a língua de que todos os socialmente brasileiros têm que se servir, se quiserem ser compreendidos pela nação inteira. É a língua que representa intelectualmente o Brasil na comunhão universal³².

Depois de ser batizado na religião Caraimonhaga que estava fazendo furor no sertão da Bahia, Macunaíma, enquanto aguarda que Veneslau Pietro Pietra – o gigante Piaimã – muito doente com a sova e todo envolvido em rama de algodão se levantasse da rede onde estava deitado por cima do caramujo onde guardara a muraquitã, “aproveita a espera se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito.” (ANDRADE, 1997, p. 69)

A carta pras icamiabas é um texto central, física e criticamente, do livro. Nela Mário dirá em 1931 ter posto “frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, dos cronistas portugueses coloniais” e devastado “a tão

³⁰ ANDRADE, Mário de. Táxi e crônicas no Diário Nacional. *Op. cit.*, p. 434. (crônica de 20/09/1931).

³¹ ANDRADE, Mário de. Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo. *Op. cit.*, p. 33. (carta de 26/09/1924).

³² ANDRADE, Mário de. Táxi e crônicas no Diário Nacional. *Op. cit.*, p. 111. (crônica de 25/05/1929).

preciosa quão solene língua dos colaboradores da *Revista de Língua Portuguesa*” uma vez que “Isso era inevitável pois que o meu ... isto é, o herói de Koch Grünberg, estava com pretensões de escrever um português de lei.”³³ Nela, faz Macunaíma deixar de lado sua preguiça ancestral e escrever uma longa missiva em português escorrito na que afirma “ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa que falam numa língua e escrevem noutra.

Em Macunaíma, as lendas indígenas e de todas as cores do Brasil estão presentes. Nele o herói de nossa gente nasce “preto retinto” (ANDRADE, 1997, p. 66) e ainda que seja “filho do medo da noite” foi parido por uma “índia tapanhumas” (*Idem, ibidem*, p. 59) e, depois de lavar-se na água encantada de uma cova que na verdade era a marca do pezão do Sumé, do tempo que andava pregando o Evangelho de Jesus pra índiada, vira “branco louro e de olhos azuizinhos.”

Na carta a Carlos Drummond de Andrade, também datada de 1925, assinala com veemência que “*não estou fazendo regionalismo*” (*Idem, ibidem*, p. 9) e a Prudente de Moraes Neto esclarece:

Este meu nacionalismo não pensem que é chauvinismo e muito menos regionalismo. É amor humano e único meio de nós brasileiros nos universalizarmos. Porque a maneira com que um povo se universaliza é quando concorre com seu contingente particular e inconfundível pra enriquecer essa coisa sublime, uniforme, mas múltipla, que é a humanidade (*Idem, ibidem*, p. 9)

Por isso, quando em 1931 escreve uma crônica-carta na que pretende responder a algumas críticas de Raimundo de Moraes, toma “a desesperada ousadia de lhe confessar o que é o meu Macunaíma” (*Idem, ibidem*, p. 30) e confere um valor heurístico à cópia, afirmando categórico “eu copiei o Brasil”.

Em *Macunaíma*, Mário se aproxima do que chamava de “arte-ação”. O conceito de arte-ação, e do neologismo dele derivado no verbo “artefazer”, conceito delimitado teoricamente em “O artista e o artesão” e que parece permitir a Mário conviver com o impasse que sempre via presente na obra de arte: o de harmonizar o primado do belo e a função social do artista, impasse que o fizera escrever, no fim de sua vida, a um jovem escritor que o artista é “o homem que participa da vida e funciona nela por intermédio do valor estético que é a beleza”.

³³ ANDRADE, Mário de. Táxi e crônicas no Diário Nacional. *Op. cit.*, p. 433. (crônica de 20/09/1931).

...Que a arte na realidade não se aprende. Existe, é certo, dentro da arte, um elemento, o material, que é necessário por em ação, mover, para que a obra de arte se faça. O som em suas múltiplas maneiras de se manifestar, a cor, a pedra, o lápis, o papel, a tela, a espátula, são o material de arte que o ensinamento facilita muito a por em ação. Mas nos processos de movimentar o material, a arte se confunde quase inteiramente com o artesanato. Pelo menos naquilo que se aprende. Afirmemos (...) que todo o artista tem que ser ao mesmo tempo artesão. Isso me parece incontestável e, na realidade, (...) encontramos sempre, por detrás do artista, o artesão. (ANDRADE, 1997, p. 103)

Segundo Autran Dourado, (GUIMARÃES *apud* DOURADO, 2004, p. 53), “quando num discurso se encontram palavras repetidas e que, ao tentar corrigi-las, elas parecem tão apropriadas que o discurso sem elas estragaria, é preciso deixá-las.”

Mário distingue a arte-ação, por um lado da arte-individualis-ta ou arte erudita, esteticamente livre, que longe de sintetizar “os processos de poetar do povo” revela unicamente a marca personalíssima do talento de seu autor.

6. *Conclusão*

Macunaíma é uma das obras pilares da cultura brasileira, podendo dizer que através dela “nasce” a linguística com suas adaptações brasileiras, a introdução “do jeito como se fala”, os mitos folclóricos e também o surrealismo que permite os personagens “navegar” sem fronteiras. Surge, a partir de *Macunaíma*, uma linguagem nova com todas características naturais da brasilidade, rompendo assim com o sistema cultural vigente.

Neste período observa-se o aspecto social, na relação homem/máquina. É o início da industrialização, que confunde *Macunaíma*. Mais uma vez o elemento surreal se apresenta no momento em que o herói transforma tudo em máquina. No aspecto linguístico, a introdução de novas palavras: “maquinando”; “satisfã”. A obra *Macunaíma* apresenta um novo aspecto linguístico dentro da literatura brasileira, onde a língua portuguesa utilizada sofre alterações que caracterizam o “brasileirismo”, o português do Brasil e não de Portugal. Em alguns trechos da obra, observa-se a denúncia social e os costumes da sociedade brasileira.

Paralelo a isso, é introduzido na obra traços do folclore brasileiro, permitindo tornar mais evidente os traços modernos da obra. Existe também a preocupação de evidenciar e valorizar a natureza do Brasil, com todas as suas riquezas.

Macunaíma faz uma sátira em relação aos parnasianos, criticando a forma “exagerada” da escrita. Por esse motivo, na carta redigida por Macunaíma ele utiliza uma linguagem mais formal, diferente daquela utilizada em sua fala.

No desenrolar do romance, Mário de Andrade mostra a questão da língua, onde ocorre o português “abrasileirado” que está se formando, como, por exemplo, neste trecho: “... quem conta história de dia cria rabo de cutia...”, sendo este um dito popular que se relaciona diretamente com a cultura brasileira.

Ao longo do romance, Macunaíma não se mostra diferente, pois ao mesmo tempo que é marginal ele é um herói em seu mundo surreal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. *A imagem de Mário*. Rio de Janeiro: Livroarte, 1984.

_____. *Macunaíma*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vila Rica, 1997.

_____. *Enciclopédia brasileira*. São Paulo: Loyola/EDUSP, 1993.

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro. Rocco, 1989.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GINZBURG Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos. Emblemas. Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. da Letras, 1989.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

A MÚSICA E SEUS ARGUMENTOS

Vagner Aparecido de Moura (PUC-SP)

moura_vagner@ig.com.br

Cleide Aparecida Moura (UCS)

cleidemouramar@hotmail.com

1. Considerações preliminares

Em todo texto falado, podemos ouvir sons e ritmos articulados de uma forma que há uma perfeita harmonia, porém cada palavra representa simplesmente uma ideia definida e concreta. Agora a música de acordo com Marius Schenider (*apud* JEANDOT, 1999, p. 12),

Nunca expressa uma ideia intelectual definida, nem um sentimento determinado, mas somente aspectos psicológicos absolutamente gerais, abstratos. No entanto, essa generalidade não é entanto uma abstração vazia, mas uma espécie de expressão e de determinação diferentes das que correspondem ao pensamento conceitual.

Por conseguinte pode-se dizer que a música pode ser compreendida, interpretada e executada de maneiras divergentes, já que procura argumentar a expressão de um raciocínio com a finalidade de elevar um auditório a adotar uma determinada conclusão a qual não aderiria, utilizando uma linguagem universal, que envolve a forma de tocar, cantar e organizar os sons. Com a finalidade de levar um auditório a aderir a uma determinada conclusão, estabelecer simplesmente uma relação de pertinência entre raciocínio e conclusão.

Na verdade, quando argumentamos fazemos relação entre um raciocínio e uma conclusão, resultando uma ligação de pertinência entre ambos, a qual se estrutura nas representações do mundo que a comunidade partilha, isto é, quando argumentamos, objetivamos tomar decisões ou simplesmente transformar uma representação do mundo.

Partindo dessa premissa, abordaremos o discurso argumentativo englobando a intenção e dimensão argumentativa, o papel do ethos na argumentação, modalização, juntamente com o estilo *funk* sua origem e características, tendo como pressupostos teóricos: Damblon (2005), Perelman (1993), Toulmin (1958/2001), Amossy (2006), Maingueneau (2006), Herschmann (2005), Kerbrat-Orecchioni (1980/1997).

2. Argumentação

De acordo com Damblom (2005) a argumentação nada mais é que uma função da linguagem, já que é uma ação complexa, a qual pressupõe o domínio do raciocínio, o do auditório e da conclusão.

Perelman (1993, p. 33) assevera que

O fim de uma argumentação não é deduzir consequências de certas premissas, mas provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, ela não se desenvolve nunca no vazio. Pressupõe um contato de espíritos entre o orador e o seu auditório: é preciso que um discurso seja escutado, que um livro seja lido, pois sem isso, a sua ação seria nula.

Já de acordo com Toulmin (1958/2001) argumentar é uma forma de propor pretensões e obter um respaldo por meio das razões e de forma consciente criticá-las ou refutá-las. A Retórica Clássica Grega consagrou-se por meio de Aristóteles, o qual destacava no discurso: aquele que fala o argumento em torno do qual ele fala e a pessoa a quem se fala e o ouvinte determina o discurso.

Segundo Aristóteles, para que orador realmente tenha credibilidade é necessário que possua uma retórica emocional baseada na sabedoria, virtude e benevolência, constituindo assim, o caráter do orador, quer dizer, seu *ethos*. Além disso, deve possuir a capacidade de suscitar paixão no ouvinte, ou *pathos*. O discurso do orador é uma forma de persuadir, onde essa ação orientadora envolve o caráter do orador, do ouvinte e o que o discurso demonstra.

No início do século XX, houve um redescobrimento da retórica relacionado ao discurso e efeitos de sentido, sendo uma retórica ligada à pragmática, à interação do enunciador e ao enunciado, revigorando a noção de *ethos*. De acordo com Amossy (2006), o discurso argumentativo não se resume a operações lógicas e processos de pensamento, constrói-se partindo dos meios lexicais ofertados pela língua.

Na verdade, está direcionado ao auditório, por meio de uma relação de interlocução. A argumentação e articulação devem estar inteiradas para produzir o efeito almejado Agora, numa abordagem dialógica e interacional os discursos argumentativos agem sobre o auditório. Há uma troca entre parceiros, há uma intervenção no espaço do discurso já saturado, onde há uma reação do que é dito, pois ocorre um confronto.

O ethos constitui a mais importante prova do discurso; logos, ethos e *pathos*, o orador que mostra no discurso um caráter honesto que parece ser digno diante do auditório. Para Aristóteles, os temas e estilos devem ser apropriados (*oikeia*) ao ethos do orador, a saber, à sua *héxis*, ao seu *habitus* ou tipo social. Então marca presença na realidade problemática de todo discurso humano.

Domenique Maingueneau (1993, p. 138) salienta que não é dito explicitamente, porém mostrado:

O orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra por sua maneira de se exprimir. O ethos está, dessa maneira, veiculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo real, (aprendido) independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui.

O lugar onde aparece o ethos é o discurso demonstrando toda a forma de se expressar, resultado de escolhas linguísticas e estilísticas. Conforme Maingueneau (1993, p. 138), essas escolhas dizem respeito, sobretudo à sua maneira de se exprimir, portanto, ao plano da expressão, que inclui a *elocutio* e a *actio* ou *pronunciatio* termos fundamentais na passagem em que Aristóteles enumera três qualidades que inspiram confiança...

Os oradores inspiram confiança por três razões que são, de fato, as que, além das demonstrações (*apódeixis*), determinam nossa convicção: a prudência/sabedoria prática (*phrónesis*), virtude (*arete*) e benevolência (*eunoia*). Os oradores enganam (...) por todas essas razões ou por uma delas: sem prudência, se sua opinião não é a correta ou, se pensando corretamente, não dizem – por causa de sua maldade – o que pensam; ou, prudentes e honestos (*epieikés*), não são benevolentes; razão pela qual se pode, conhecendo-se a melhor solução, não a aconselhar. Não há outros casos.

3. *Estilo Funk*

O termo *funk* ou *funky* surgiu na virada da década de 60 para 70, deixando de lado a conotação negativa para tornar-se símbolo de alegria, de orgulho negro. No mercado o soul marca presença, então, alguns músicos da época começaram ver o *funky* apenas como uma vertente da música negra, capaz de elaborar uma música revolucionária, direcionada pa-

ra a minoria étnica, uma vez que, nos guetos de Nova York, aparecia um tipo de som com a intenção de transformar o cenário da música negra.

O *funky* projetou-se internacionalmente a partir de 1975, abrindo caminho para o modismo e tomou conta da música negra– americana por anos. A origem do *funk* carioca foi no início dos anos 1970, com os Bailes da pesada promovidos por Big Boy e Ademir Lemos. A equipe Soul Grand Prix iniciou a nova fase dos ritmos *funky* no Rio de Janeiro. O rapper Nelson, na década de 1980, trouxe o ritmo para a Praça da Sé em São Paulo e iniciou embasado na música negra norte-americana, que faziam referência às políticas raciais e culturais, as quais eram incompreendidas pelos *funkeiros* nacionais.

Então foi se nacionalizando e distanciando-se do hip– hop, porém parte de juventude negra que era mais politizada continuou a fidelidade. Agora, no Rio, o conteúdo, o ritmo, foi traduzido em forma de música dançante, alegre e não tanto politizada. Em São Paulo, o hip– hop foi firmado pelo discurso político que fazia reivindicações do movimento negro.

Na década de 1990, o *funk* e o *hip-hop* se popularizavam e nacionalizavam em São Paulo e no Rio, onde *funkeiros* e *b-boys* distanciavam-se, surgindo uma dicotomia entre alienados e engajados, não porque o *funk* produzia uma música alegre, romântica e bem-humorada, possuía uma visão apolítica – por isso os *funkeiros* deixaram de ser bem-vindos nos demais bailes. Na verdade, o *funk* e o hip– hop não se iniciaram com os arrastões, mas isso pode ter causado a popularização.

Verificando o contexto sociopolítico geral dos anos 1990, percebe-se o clima de pânico que aterrorizou as principais cidades brasileiras, onde ocorreram arrastões, ou seja, ação conjunto de jovens, objetivando pegar o que podiam e a mídia acentuou essa sensação de medo. Existe certo interesse dos jovens pobres pelo linguajar que apresenta (expressão artística), mas também como forma de protesto, de afirmações de valores, significados e etnicidades. Na primeira metade dos anos 1990 ocorreram inúmeros noticiários, que chocaram a opinião pública como o assassinato de menores na Candelária, chacina de Vigário Geral, arrastões militares no Rio de Janeiro, massacre de Carandiru (SP), as invasões e os massacres dos sem-terra em várias localidades...

Nesse contexto, percebemos a violência, na sociedade brasileira, e indício de uma desordem urbana, na realidade é uma maneira de expor a insatisfação pela estrutura autoritária e celetista, que gera a exclusão so-

cial, uma vez que a punição só ocorre para as camadas menos favorecidas da população, portanto a violência é uma forma de romper a ordem social. À medida que o *funk* foi se destacando na mídia, foi se identificando como atividade criminosa, uma atividade de gangue, que teve nos arrastões e na “biografia suspeita” dos que a integram a “contraprova” que acabam confirmando essa acusação.

Não é apenas a mídia que constituiu arena para o surgimento de discursos e sentidos divergentes. Segundo Mikhail Bakhtin (1987), cada discurso comporta uma polissemia que não é controlada totalmente pelo sujeito. Sendo assim, o discurso nem sempre é traduzido num projeto ideológico do produtor. Observa-se que o discurso que demoniza o *funk* é o mesmo que assenta a sua estrutura para o glamour. O *funk* parecia seduzir os jovens carentes e da classe média, encontrando o caminho para o sucesso, dando uma perfeita visão de expectativa e frustrações, desenvolvendo assim, seus próprios veículos de divulgação.

A mídia com objetivo de ter imagens normalizadoras possui limitações, mas também há frestas, brechas, onde surgem o “outro”, constituindo um lugar para se perceber as diferenças, denunciando condições e reivindicar a cidadania. Os *funkeiros* constroem seus estilos nas ruas, desenvolvendo trajetórias e elaborando sentidos e territórios. Atualmente, o *funk* está muito apelativo, visto que o empresário opta por uma dançarina seminua rebolando.

Anteriormente dança-se, faziam-se coreografias criativas, no entanto hoje, nos bailes há trenzinhos, pulando de um lado para o outro, os jovens em fila indiana, trazendo a mão sobre o ombro do companheiro da frente, como marca de solidariedade, segurança, proteção e recolhimento. Há uma exibição grupal demonstrando competição e rivalidade entre os mesmos, o baile possui uma dimensão erótica, onde ocorrem movimentos corporais que simulam atos sexuais. Na verdade, esse ambiente produzido pelo *funk* é visivelmente masculino, mas é claro que a presença feminina é fundamental para descontrair o baile, objetivando criar competição entre os rapazes.

As coreografias dos homens são mais expansivas, com movimentos largos e jogo de pernas e braços metrificadas, já as mulheres apresentam movimentos sinuosos, porém não deixam de uma base mais mecânica, produzindo movimentos retos. Enquanto os homens dançam sozinhos ou em grupo, os passos são sincronizados.

As mulheres geralmente dançam em duplas ou em grupos pequenos com movimentos iguais opostos. No ritual de violência, os grupos não objetivam eliminar o inimigo, mas sim, almejam reconhecimento de um lugar, um território, nesse jogo, provam que há a participação, a inclusão, dessa forma, ameniza o seu cotidiano, arraigado de rejeição e de exclusão. Esses grupos, oriundos de segmentos populares, transitam na mídia numa espécie de jogo de espelhos, que ora os associa a imagens de delinquência, ora os apresenta como uma expressão da cultura popular dos anos 1990.

Observa-se que o *funk* tem impressionado muito pela força que possui, e a capacidade de permanecer presente, de se disseminar pelas localidades. Ele é considerado perigoso porque traduz uma conduta inconsequente, que glorifica a delinquência.

O estilo de vida desses jovens, ou seja, os produtos culturais, gostos, opções de entretenimento, dança, roupas tem como princípio estético “pegue e misture”. Em outras palavras é uma maneira de chantagear as estruturas de dominação, por isso, elaboram valores, sentidos, identidade e afirmam localismos, e ainda se integram cada vez mais no mundo globalizado.

Deve-se salientar que os *funkeiros* não sabem explicar ao certo como as coreografias se consagraram, já que é um processo de criação natural, espontâneo. Algumas músicas são elaboradas a partir de uma dança, já outras vezes, a letra da música sugere construção de passos de dança e novas brincadeiras. Quando estão distantes de seu território de origem (favelas e bairros pobres) sentem-se mais frágeis, porém mais engajados em lutar por um lugar, um reconhecimento. É claro que isso não ocorre somente pela dança e certas práticas sociais, visto que a música está presente nos momentos de lazer, formando assim o lócus público, onde podemos corroborar e intervir de forma crítica no espaço público, mostrando um discurso próprio das favelas e subúrbios para toda a cidade.

4. Apresentação e análise do texto (música)

É créu é creu neles é créu nelas.
Bora que vamos, bora que vamos.
Pra dançar créu tem que ter disposição
Pra dançar créu tem que ter habilidade
Pois essa dança ela não é mole não
Eu venho te lembrar são cinco velocidade

A primeira é devagarzinho,
É só aprendido hein
É assim o...
Creeeuuu, creeeuuu, creeeuuu.
Se ligou..... de novo...
Creeeuuu, creeeuuu, creeeuuu

Número dois:
Creuuu, creuuu, creuuu, creuuu, creuuu,
creuuu, continua...
Fácil né...de novo
Creuuu, creuuu, creuuu,
creuuu, creuuu,
creuuu

Número três:
Creuu, creuu, creuuu, creuuu, creuuu, creuuu,
creuuu, creuuu, creuuu,
creuu, creuuu, creuuu, tá ficando difícil hein...
creuuu, creuuu
, creuuu, creuuu, creuuu, creuuu, creuuu, creuuu
creuuu, creuuu, creuuu...

Agora eu quero ver na quatro hein
Creu, tá aumentando mané
Créu, créu, créu, créu
Créu, créu, créu, creu, créu, créu, créu, créu
Créu, créu ...

Segura, dj vou confessar a vocês
Que eu não consigo a número cinco hein, dj
Número cinco hein, dj
velocidade cinco na dança do creuuu...
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu,
créu, créu, créu,
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu,
créu créu créu,
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu,
créu, créu, créu,
créu, creu, créu, créu, créu, créu, créu, créu
créu, créu, créu,
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu,
créu, créu, créu,

créu...
hahahahaha...
créu, créu, créu, créu, creu, créu, créu, créu,
créu, créu, créu,
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu,
créu, créu, créu,
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu

créu créu créu
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu
créu, créu, créu
créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu, créu
créu, créu, créu
créu...

Vejamos à análise:

É créu é creu neles é créu nelas.
Bora que vamos, bora que vamos.
Pra dançar créu tem que ter disposição
Pra dançar créu tem que ter habilidade
Pois essa dança ela não é mole não
Eu venho te lembrar são cinco velocidade

O orador inicia o enunciado direcionando ao auditório, que de acordo com, Perelman (1993, p. 33) “auditório é o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação”, afirmando que é “creu”, este léxico créu, cujo significado contextual obtém possivelmente a seguinte definição: onomatopeia de conotação sexual, que supostamente corresponde ao som ou ruído no momento da conjunção carnal, que simula um movimento. Partindo disso, o orador utiliza o argumento de causa/efeito, que para Perelman (1993), a causa explícita é a dança creu, a qual justifica que para executá-la é necessário ter “habilidade” e “disposição”. Salientando que de acordo com (MAINGUENEAU, 2004, p. 19)

...o enunciado é portador de um sentido estável, a saber, aquele que lhe foi conferido pelo locutor. Esse mesmo sentido seria decifrado por um receptor que dispõe do mesmo código, que fala a mesma língua. Nessa concepção da atividade linguística, o sentido estaria, de alguma forma, inscrito no enunciado, e sua compreensão dependeria essencialmente de um conhecimento do léxico e da gramática da língua; o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambiguidades dos enunciados.

Na sequência do enunciado o orador diz que “são cinco velocidades: a primeira é devagarzinho, pois é só aprendizado”; “a número dois é fácil”; e “a número três tá ficando difícil.

Já “na número quatro tá aumentando o créu”. Podemos perceber que os argumentos que conduzem aos atos do orador, possui um certo prestígio diante do auditório, sendo assim, o seu convencimento é facilitado, demonstrando assim, um argumento de autoridade.

Partindo dessa premissa, enfatiza Mangueneau (1997, p. 86) “o valor de autoridade ligado a toda enunciação (“é verdade, porque eu digo”) é geralmente insuficiente e cada formação discursiva deve apelar à

autoridade pertinente, considerando sua posição”. Na verdade, o orador compartilha com o auditório toda essa emoção propiciada pela dança, já que possui conhecimento dos valores e teses do auditório, pois caminha junto com as verdades baseadas em presunções que acredita serem verídicas. Mediante isso afirma Perelman (1993, p. 41) “a adesão só ocorre pelo estabelecimento de uma solidariedade entre as premissas e as teses que se esforçam por fazer admitir.”

Por isso, a plateia espontaneamente compreendeu que o orador tinha o objetivo de salientar o erotismo, porque o *funk* assume a condição de invenção e potencializa essa tradição do pique e mistura. Herchmann (2005, p. 214) esclarece que

O estilo de vida e as práticas sociais dos grupos revelam um tipo de consumo e de produção que os desterritorializa e reterritorializa. A partir do *funk* esses jovens elaboram valores, sentidos, identidades e afirmam localismos, ao mesmo tempo em que se integram em um mundo cada vez mais globalizado. Ao construir seu mundo a partir do improvisado, da montagem de elementos provenientes também de uma cultura transnacionalizada, em cima daquilo que está em evidência naquele momento, esses jovens, se não ressitua sua comunidade, amigos e a si mesmos no mundo, pelo menos denunciam a condição de excluídos da estrutura social.

Além do mais, percebemos que há um elo entre o orador e seu auditório, que colabora para que o discurso seja refletido e executado. Constatamos que há uma tese elaborada pelo orador, que possui o *topos*, logo utiliza alguns argumentos para enaltecer o ânimo do auditório, partindo da premissa que precisa ter “disposição” e “habilidade”, pois “não é mole não”, pois de acordo com Perelman (1993) são argumentos que se fundam na estrutura do real. E ocorre uma adesão por parte do auditório, pois conseguem concluir a ideia do orador pelo reconhecimento das premissas e teses que são admitidas. (PERELMAN, 1993).

Partindo desses fatos, reiteramos essa ligação do orador com o auditório, uma vez que os mesmos se identificam na tese abordada, no caso a dança crêu. Existe uma ligação simbólica, pois há certo interesse dos jovens pobres pelo linguajar que apresenta (expressão artística), mas também como forma de protesto, de afirmações de valores, significados e etnicidades. Lembrando que o *funk* possui um ritmo sincopado, que é levado por guitarras, um baixo denso, a presença marcada por metais e percussão, além disso, possui uma rítmica forte devido às batidas mais vigorosa e dançante, por conseguinte é acompanhado por modernas melodias.

Há uma exibição grupal demonstrando competição e rivalidade entre os mesmos, o baile possui uma dimensão erótica, onde ocorrem movimentos corporais que simulam atos sexuais. Esse ambiente produzido pelo *funk* é visivelmente masculino, mas é claro que a presença feminina é fundamental para descontrair o baile, objetivando criar competição entre os rapazes.

Na sequência musical quando diz que:

A primeira é devagarzinho,
É só aprendizado hein
É assim o...
Creeeuuu, creeuuu, creeeuuu.
Se ligou..... de novo...
Creeeuuu, creeeuuu, creeeuuu
Número dois:
Creeuu, creeuu, creeuu, creeuu, creeuu,
creeuu, continua...
Fácil né...de novo
Creeuu, creeuu, creeuu,
creeuu, creeuu,
creeuu

Número três:
Creuu, creuu, creeuu, creuu, creeuu, creeuu,
creeuu, creeuu, creeuu,
creuu, creeuu, creeuu, tá ficando difícil hein...
creeuu, creeuu
, creeuu, creeuu, creeuu, creeuu, creeuu, creeuu
creeuu, creeuu, creeuu...

Agora eu quero ver na quatro hein
Creu, tá aumentando mané
Créu, créu, créu, créu
Créu, créu, créu, creu, créu, créu, créu, créu
Créu, créu ...

O argumento utilizado pelo orador funda-se na estrutura do real, uma vez que exemplifica, quer dizer, advém do orador a maneira de dançar, já que exemplifica objetivando que o auditório compreenda e então executem de forma generalizada, porque a mesma não foi contestada pelo auditório, que de acordo com Perelman (1993) é a técnica da pluralização.

Nota-se o ethos constitui uma valiosíssima prova do discurso, pois o orador (cantor) inspira confiança, uma vez que seus argumentos e conselhos são sábios, pois age de uma forma honesta e sincera e tornam-se amável e solidário com seus ouvintes, pois a *phrónesis* (que faz parte do

logos) e a *areté* (que é a virtude do *ethos*) demonstram *habitus* positivos, e a *eunóia* pertence ao *pathos*, uma vez que envolve afeto, o qual mostra ao ouvinte que o orador possui boas intenções para com ele. De acordo com a Ret. I, 1356^a 4 (*apud* AMOSSY, 2006, p. 36)

Persuadimos pelo *ethos*, se o discurso é tal que torna o orador digno de crédito, pois as pessoas honestas (*epieikès*) nos convencem mais e mais rapidamente sobre todas as questões em geral (...). Não é preciso admitir (...) que a *epieikeia* do orador não contribui em nada para a persuasão; muito ao contrário, o *ethos* constitui praticamente a mais importante das provas.

O orador argumenta com o auditório que para dançar creu tem que ter: "habilidade", "disposição", ela "não é mole não"; demonstra certa integridade discursiva e retórica, porque se apresenta altamente competente, razoável, sincero e solidário, pois inspira toda a confiança do auditório (plateia). O enunciador utiliza as escolhas lexicais que coincidem com os valores e visão de mundo, as quais aderem ao grupo dos *funkeiros*, os quais são jovens que formam a base da sociedade, uma vez que almejam diversão e reconhecimento, já que vivem numa sociedade que acham injusta e a grande massa humana vive em condições miseráveis, em morros e favelas, pois a política é essencialmente concentrada na renda, sendo que a topografia e a cronografia dessa cenografia é um baile, num centro urbano, cujo estilo de vida desses jovens é similar, já que conota uma forma de autoexpressão, envolvendo o corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, englobando a produção cultural do grupo, formando assim, o *ethos* dos *funkeiros*.

Reiterando a noção de *ethos* Mangueneau (1993) diz que o *ethos* nada mais é que uma noção discursiva, já que se constrói por meio do discurso, na verdade não é uma imagem do locutor exterior à fala. Na verdade é um processo interativo de influência sobre o outro, visto que enfatiza uma noção híbrida (sociodiscursiva), pois é um comportamento avaliado socialmente, não podendo ser apreendido distante de uma situação de comunicação definida, integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada.

Os *funkeiros* constroem seu estilo nas ruas, em especial nas de terra batida, nas praias e principalmente nos bailes, desenvolvem trajetórias, elaboram-se sentidos e territórios. É *funk...*, que segundo Hermano Vianna 1997 (*apud* HERSCHMANN, 2005, p. 21) ressalta que. "tudo podia ser *funky*: uma roupa, um bairro da cidade, o jeito de andar e uma forma de tocar música que ficou conhecida como *funk*".

Por intermédio da modalização³⁴ podemos perceber, no transcorrer do enunciado musical, que o locutor adere de forma marcante, num tom bem expressivo a dança creu, enumerando-a em cinco velocidades, utilizando formas linguísticas para explicitar de forma marcante sua adesão ao discurso, que acaba tornando-se uma estratégia para liderar, atrair e convencer a plateia, ou seja, os interlocutores, quando diz na primeira estrofe, no último verso:

“Eu venho te lembrar que são cinco velocidades”

Seguindo veremos na terceira estrofe, terceiro e quarto versos que diz o seguinte:

“Eu venho te lembrar que não é mole não.”

“Eu venho te lembrar que são cinco velocidades.”

Devemos também nos ater na sétima estrofe, no primeiro verso que diz:

“Agora eu quero ver na quarta hein...”

Retomando na oitava estrofe, no primeiro verso expõe:

“Segura *dj*, vou confessar a vocês, que eu não consigo a...”

Nesses versos aparece o pronome eu (significante), o qual nos remete ao sujeito da enunciação, pois o locutor procura deixar nítidos os passos para a plateia aprender para colocá-la em prática, para que vibre e adira à dança, incitando a plateia a executar a número cinco, a qual declara explicitamente que não consegue executar. Nota-se que, neste estádio, atinge-se o ápice da velocidade, deixando implicitamente transparecer o pressuposto que aquele que conseguir atingir a velocidade gestual proposta, obtém a satisfação plena, já que tem que se fazer ininterruptamente cento e treze vezes o movimento creu.

Conforme afirma Toulmin (1958; 2001) um argumento pode-se distinguir em elementos que se interagem, conforme veremos a situação na sequência musical:

A pretensão: dançar a creu almejando realizar a número cinco.

As razões: ter disposição e habilidade.

³⁴ Kerbrat-Orecchioni (1980/1997) a modalização é um processo enunciativo que advém primeiramente do locutor, sendo esse quem está na fonte do julgamento modalizador.

A garantia: (implícita) realização plena, satisfação, êxtase.

5. Considerações finais

Conforme percebemos os argumentos apresentam-se como uma ligação, que permite transferir para a conclusão a adesão que se dá às premissas mediante uma dissociação, que objetiva separar elementos que a própria linguagem, ou simplesmente, uma tradição reconhecida que estavam ligadas anteriormente entre em si.

Ao utilizar-se da argumentação, o ethos visa proporcionar uma boa impressão diante do auditório, mediante a forma como constrói o discurso, objetivando obter uma imagem que seja capaz de convencer o *pathos* pela confiança, a qual é conquistada pela autoridade que é conferida ao orador (cantor) pelo bom senso, virtude e benevolência. Na verdade, o ethos não integra o discurso, mas simplesmente caminha ao lado dele dando-lhe o suporte necessário para mobilizar o auditório, suscitando toda a sua afetividade e emoção que pode ser atingida pelo ápice da dança.

Observamos que a música possui uma vocalidade específica, à qual relacionamos o enunciador ao fiador (auditório), onde o seu tom, simplesmente atesta o que é dito, como resposta a isso, esse fiador na posição de intérprete apropria-se ao ethos, incorporando assim, a maneira específica de relacionar-se com o mundo, pois aderem ao mesmo discurso. E também constatamos que há certo interesse dos jovens pobres pelo linguajar que apresenta (expressão artística), mas também como forma de protesto, de afirmações de valores, significados e etnicidades. Deste modo, pode-se depreender que os rituais, nos bailes *funks*, almejam reconhecimento de um lugar, um território, nesse jogo, provam que há participação, inclusão compensando seu cotidiano onde são rejeitados e excluídos.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J-M. *Les textes types et prototypes*. Paris: Armand Colin, 2001.
- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2006
- DAMBLON, E. *La fonction persuasive*. Paris: Armand Colin, 2005

DUCROT, O. *A noção de pressuposição*. Princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977.

HERSCHMANN, M. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

JEANDOT, N. *Explorando o universo da música*. São Paulo: Seccione, 1999.

MAINGUENEAU, D. Problemas de ethos. In: _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006, p. 52-71

PERELMAN, C. *O império retórico: retórica e argumentação*. Coleção Argumentos. Porto: Asa, 1993.

PLANTIN, C. *L' Argumentation*. Paris: Seuil, 1997.

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**A PRESENÇA DE UNIDADES FRASEOLÓGICAS
NO ATLAS LINGUÍSTICO DO CEARÁ (ALECE, 2010)**

Vicente Martins (UVA e UFC)
vicente.martins@uol.com.br

Este trabalho, sob a orientação da Professora Dra. Rosemeire Monteiro-Plantin (UFC), insere-se na linha de pesquisa Aquisição, Desenvolvimento e Processamento da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir de aportes da dialetologia, etnolinguística, sociolinguística, lexicologia e psicologia cognitiva, procedemos com um levantamento de unidades fraseológicas (locuções e compostos nominais), registradas pelo Atlas Linguístico do Ceará, doravante ALECE (2010), decorrentes do universo vocabular dos informantes escolarizados e dos informantes analfabetos.

As unidades fraseológicas analisadas, em nosso trabalho, são frases feitas, combinatórias sintagmáticas, locuções, compostos ou expressões cristalizadas na memória declarativa de longo prazo dos informantes, cujo sentido, geralmente, não é literal e se caracterizam por sua fixação, não-composicionalidade, idiomaticidade e metaforicidade. Para esta pesquisa, consideramos, assim, para maior ênfase na discussão, as seguintes abordagens para a descrição das unidades fraseológicas no ALECE (2010): (a) a *etnolinguística*, avaliando os procedimentos dialetológicos adotados pela pesquisa, através das técnicas de pré-questionário e questionário, para a coleta e a análise dos dados linguísticos e extralinguísticos; b) a *cognitiva*, as estratégias psicolinguísticas, utilizadas pelos documentadores, para a recuperação de itens lexicais armazenados, nas memórias declarativas de longo prazo (semântica e episódica) de seus entrevistados.

As definições fraseológicas dos dicionários de linguística mais antigos, como as de Camara Junior (1981, p. 142) e Dubois et alii (1993, p. 93 e p. 330), definem-nas como frases cristalizadas numa língua cuja combinação ou sintagma tem um caráter *estabilizado*. Para nós, contrastando, brevemente, com as acepções mais “estáveis” e reproduzidas em grande parte pelos dicionaristas, postulamos que, por apresentarem uma gama de variações léxicas e fonéticas, as unidades fraseológicas são uma *enunciação* do ponto de vista linguístico, o que equivale a dizer serem

eventos de fala, em que se ressalta o papel dos falantes num dado contexto comunicativo.

A questão da composição das unidades fraseológicas, especialmente as locuções e compostos nominais, é um dos temas centrais da linguística cognitiva. A linguista Nicole Delbecque (2008) afirma que, na estrutura interna dos compostos nominais, por exemplo, há uma estreita dependência do significado de base das diferentes classes de palavras que se combinam. Unidades fraseológicas do tipo “chuva forte”, chuva grande, “chuva grossa”, “chuvas torrenciais” e “chuva-tempestade”, evocadas, no ALECE (2010), por informantes analfabetos para o conceito de *temporal*, denotariam algo de caráter estável, por oposição, numa frase como “fazer finca-pé”, que nos sugere “manter-se firme em resolução, em opinião; fincar-se, obstinar-se, teimar”, que evocaria coisa menos estável. (MARTINS, 2010)

Com base ainda nas postulações cognitivistas de Nicole Delbecque, diríamos que no grupo de unidades fraseológicas, entre os quais podemos encontrar muitos exemplos no ALECE (2010), como nos lemas “alco-celeste”, “alquiceleste”, “arca-da-aliança”, produzidos por informantes escolarizados, ou “acso-irpe” e “arco-ili”, relacionados ao lema *arco-íris*, sugere-nos, por força do princípio de pluriverbalidade, toda uma espécie de relações semânticas entre os dois componentes do frasma, indicando, também, o princípio de iconicidade observado no estabelecimento de “certa semelhança entre a forma do enunciado e aquilo que ele representa” (DELBECQUE, 2008, p. 26). Esse princípio de iconicidade se manifesta, ainda, do ponto de vista cognitivo, através de outros princípios de estruturação da linguagem, encontrados nas unidades fraseológicas, selecionadas em nossa pesquisa, como o *princípio da ordem linear*, onde observamos, a disposição linear dos componentes no interior do vocábulo, como no caso de “galão-d’água”, podendo ser assim segmentado em seus três componentes: galão + de + água.

Os procedimentos onomasiológicos e semasiológicos utilizados no ALECE (2010), com prevalência daqueles sobre estes, como nos indica Bessa (1982), levam-nos a considerar as unidades fraseológicas, presentes no ALECE (2010) como enunciados fraseológicos, diríamos, sociolinguística e psicolinguisticamente, em que verificamos, a partir das respostas dadas pelos informantes aos inquiridores, formas *memorizadas* resultantes de meio social e de experiências já vividas. E, como tais, não podem ser vistas apenas e, formalmente, como “frases feitas”, definitivamente acabadas, isto é, *frames* estocados em nossa mente, mas, subs-

tancialmente são expressões que “metaforizam” e, portanto, “corporificam” nossas experiências e vivências pessoais.

1. *Objetivos e metodologia do ALECE (2010)*

Do ponto de vista metodológico, o *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* fundamentou-se em premissas e pressupostos de diversos modelos, entre os quais a teoria da variação ou sociolinguística quantitativa, a etnolinguística, a geolinguística e a dialetologia diatópica. Para este trabalho, interessou-nos, em particular, verificar, entre os aspectos supracitados, os de viés sociolinguístico indicados na pesquisa dialetológica, por evidenciar, de forma nítida, a relação (ou correlação) entre formas de dizer e os níveis de escolaridade dos falantes. O viés psicolinguístico decorre da recuperação das unidades fraseológicas serem recuperadas diante das perguntas de natureza onomasiológica do Questionário do ALECE (2010) como, por exemplo, o documentador faz a pergunta ”Se são dois dias antes de hoje, a gente chama” com o objetivo de obter a resposta ou decisão lexical “*anteontem*”.

O ALECE (2010) teve por objetivo apurar a realidade linguística do Ceará, de modo a possibilitar uma descrição dos traços linguísticos dos falantes cearenses, nomeadamente fonológicos, gramaticais e lexicais. Entre os objetivos específicos do ALECE, os linguistas assinalam os seguintes: (a) proporcionar, aos sistemas estadual e municipal de ensino, informações linguísticas para a adequação do ensino de língua materna na educação básica, a partir de suas peculiaridades regionais; (b) detecção dos traços linguísticos da cultura cearense; (c) possibilidade, com base nos dados do ALECE, de um exame crítico do material pedagógico adotado pela rede de ensino no Estado Ceará; (d) contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos métodos de dialetologia diatópica ou regional; e (e) formação e aperfeiçoamento de pesquisadores na área dialetológica.

Em substância, os pesquisadores do ALECE (2010) presumem que a visibilidade ou alcance social e cultural do ALECE (2010) é dependente do cumprimento de metas socioeducacionais: (a) detecção dos problemas sociolinguísticos e político-educacionais das comunidades; (b) realização de uma análise (socio)linguística e educacional dos problemas diagnósticos; e (c) apresentação de propostas linguístico-educacionais e metodológicas alternativas (BESSA, 2010, p. 67)

Acreditamos que, para a repercussão do ALECE nos sistemas de ensino, inicialmente, os governos, estadual e municipais deem um tratamento pedagógico aos dados pesquisa dialetológica, disseminando as informações linguísticas sobre o falar cearense ou falares cearenses, ali contidas, junto aos gestores educacionais e docentes, especialmente os pedagogos que, a partir de uma discussão sobre o que pode ser contemplado nas suas propostas pedagógicas, considerem ou reconsiderem, para o cumprimento dos objetivos educacionais, previstos na legislação educacional, as novas habilidades e competências curriculares requeridas da educação básica, com base nos resultados do Atlas Linguístico.

2. Perfil social da amostra do ALECE (2010)

No perfil social da amostra do ALECE (2010) foram descritas as variáveis escolaridade, idade, sexo e localização geográfica. Para nosso estudo, levamos em conta, apenas, para o levantamento de unidades fraseológicas, a variável escolaridade que nos permitiu pôr em evidência premissas sociolinguísticas relacionadas às relações entre língua e sociedade, com ênfase ao comportamento linguístico dos membros da comunidade cearense e de como as variações linguísticas são determinadas pelas relações sociais, culturais e econômicas existentes. A escolaridade para efeito cartográfico ou lexicográfico foi codificada em informante escolarizado (ou alfabetizado) e informante analfabeto. No caso do informante escolarizado, foi considerado o indivíduo que, tendo ou não concluído o 1º ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano) ou outro nível de ensino, sabe ler e escrever. Já o analfabeto, foi assim considerado quando o informante não frequentou a escola ou o que, tendo-a frequentado, não sabe ler nem escrever. (BESSA, 2010, p. 70).

Outras variáveis, em um trabalho futuro, poderão ser consideradas tais como idade, sexo e localização geográfica. Em termos quantitativos, o perfil de informantes, por nível de escolaridade, em ALECE (2010), indica o seguinte: a) *quanto aos informantes escolarizados*: dos 133 informantes do sexo masculino, 67 eram escolarizados, sendo a maioria com o ensino fundamental incompleto; das 132 informantes do sexo feminino, 66 eram escolarizadas, sendo a maioria, também, com ensino fundamental incompleto e b) *quanto aos informantes analfabetos*: 66 entrevistados do sexo masculino; 66 do sexo feminino. Em substância, com relação aos participantes do inquérito dialetológico, os pesquisadores aplicaram o questionário a 265 falantes, sendo que 133 eram escolariza-

dos, o equivalente a 50,2% e a 132 analfabetos, o equivalente, em termos percentuais, a 49,8% dos informantes.

3. *Categorias linguísticas e onomasiológicas*

Para a definição das categorias e conceitos operatórios de nossa investigação de modo a favorecer uma melhor sistematização das unidades fraseológicas no ALECE (2010), tomamos como base os aportes dialetológicos de Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes (1984a) e os fraseológicos, de Glória Corpas Pastor (1997) e Mário García-Page Sánchez (2008), assim descritos:

Atlas: representação gráfica de cartas ou mapas de uma dada região que mostra a distribuição geográfica das variedades dialetais mais representativas dos falares ali existentes, e também das isoglossas que os separam. No âmbito da geografia linguística e dialetologia, o Atlas destina-se, primordialmente, a recensear e a localizar os falantes de uma região e a estudar suas variedades, variações e evoluções linguísticas, através de um questionário que trata da expressão dos falantes, de certos campos conceituais (natureza, partes do corpo etc.), e da interpretação de certos enunciados (perguntas). Como trabalho coletivo, o atlas destina-se, fundamentalmente, a um levantamento paradigmático-sintagmático do léxico de determinada língua, que compreende, ainda, a análise da língua falada por pessoas de nível de escolaridade (alfabetizado e analfabeto), de modo a se obter uma descrição, a mais completa possível, da língua falada de uma comunidade de falantes. (NEVEU, 2008; ARAGÃO e MENEZES, 1984a)

a) *Fraseologia*: no âmbito da lexicografia, trata-se de uma disciplina linguística que estuda unidades fraseológicas. Fraseologia, em sentido restrito, diz respeito ao estudo das combinações dos lexemas e a identificação de características específicas das construções próprias de determinado indivíduo, grupo ou língua. Como fazemos, aqui, um levantamento dessas unidades fraseológicas se constitui, também, fraseologia um conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas e comparações fixadas, modismos, existentes em uma língua, no ensino individual ou regional (CORPAS-PASTOR, 1997, p. 17)

b) *Colocações*: no âmbito da disciplina Fraseologia, as colocações são um dos tipos de unidades fraseológicas mais recorrentes no ALECE (2010). Referem-se a uma combinação pré-fabricada na norma,

isto é, no sentido coseriano de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais, e não no sentido saussuriano de sistema, ou seja, de redes de relações pelas quais uma língua se organiza e se estrutura. As colocações apresentam restrições combinatórias no campo da linguagem. (CORPAS PASTOR, p. 1997, p. 53 e 87)

c) *Compostos*: assim como as locuções, os compostos, no ALECE (2010), apontam uma regularidade na estrutura sintagmática de sua formação lexical. Os compostos selecionados para nossa pesquisa apresentam características próprias de unidades fraseológicas: (1) *pluriverbalidade*, isto é, uma combinação de duas ou mais palavras; (2) *Fixação*, resultado de um processo histórico-diacrônico, evolutivo, da conversão de uma construção livre em uma construção fixa ou estável, sendo considerados, dentro de uma perspectiva psicolinguística, fórmulas memorizáveis, facilmente recuperáveis pelos falantes de uma língua. (3) *Idiomatidade*, caracterizada pela não composicionalidade, isto é, seu significado não resulta da soma do significado normal de seus componentes e (4) *institucionalização*, entendida como processo pela qual uma comunidade linguística adota uma expressão fixa, a sanciona como algo próprio e passa a ser um componente de seu acervo linguístico-cultural, de seu código idiomático. (SÁNCHEZ, 2008, p. 25-35).

Para o levantamento das unidades fraseológicas, recorreremos aos campos semânticos já estabelecidos pelo ALECE (2010), a saber: (a) *natureza* (ventania, neblina, temporal, redemoinho, orvalho, arco-íris); (b) *tempo* (anteontem, trasanteontem); c) *parentesco* (órfão, tio) e d) *partes do corpo* (tornozelo, estômago, nádegas). No âmbito dos campos conceituais, o ALECE recorreu, para a coleta de dados, a premissas onomasiológicas, as designações, as noções ou os conceitos para determinar as formas linguísticas a eles correspondentes. A seguir, vamos comentar alguns dos lexemas que nos ofereceram uma maior produtividade fraseológica no ALECE (2010).

Para o lexema *anteontem*, advérbio datado por Houaiss (2009) de 1575, traz acepção de “no dia que precedeu o de ontem” ou “antes de ontem”, tendo sua primeira forma histórica registrada como “ant’ontem”. Para capturar este lexema do léxico mental dos informantes, os pesquisadores fizeram a seguinte pergunta: “Se são dois dias antes de hoje, a gente chama”(=anteontem). Obtiveram os seguintes dados linguísticos, ortográfica e fraseologicamente assim expressos: a) *informantes escolarizados*: andeontes, ante de ontem, ante de ontem, anteontem, anteontem, antes de ontem, antes de ontem, antontem, ontem-ontem, ontem-ontem, ontem-ontem,

ontontem, ontonte e b) *informantes analfabetos*: ante de ontem, anteonte, anteontem, antes de ontem, antonte, antonte de ontem, numero um, onte de onte, onte de ontem, ontem-onte, ontem-ontem, onte-onte, onteontem, ontontem, ontreonte, ternanteontem, tentanteontem, ternanteonte, ternanteonte e ternanteontem. (ALECE, 2010)

No campo conceitual relacionado ao *tempo*, registramos muitas unidades fraseológicas relacionadas ao substantivo *ventania*. Datado por Houaiss (2009) de 1553, uma das acepções para ventania é a de “vento forte, que sopra com ímpeto e continuamente”, também chamada “ventaneira” cuja etimologia pode ser assim segmentada: vento + -ana + -ia. Houaiss traz uma rica sinonímia para ventania a partir do lexema vento: guieira, harmatão, lés-nordeste, lés-sudeste, lés-sueste, lestada, leste. (HOUAISS, 2009). Os pesquisadores do Atlas ao fizeram pergunta “Vento muito forte”, obtiveram os seguintes dados linguísticos, especialmente unidades fraseológicas do tipo colocação, com nítida influência de conhecimentos prévios dos entrevistados: a) *informantes escolarizados*: geral forte, vento brabo, vento forte, vento geral e vento leste e b) *informantes analfabetos*: vento brabo, vento da serra grande, vento forte, vento grande e vento guaxo (ALECE, 2010).

Também, no campo conceitual relacionado ao *tempo*, *neblina* é um dos lexemas também com alto registro de unidades fraseológicas. Trata-se de uma palavra datada de 1660 com a acepção, segundo Houaiss (2009), de “névoa baixa e fechada”, “nevoeiro”, com registro regionalista no nordeste brasileiro e significado de “chuva miúda, chuveiro”. No Piauí, tem a acepção regional de “pancada de chuva forte e rápida” e “aguaceiro”. Sua etimologia indica que é uma palavra de origem espanhola “neblina” (1220-1250) decorrente da forma latina “nebula,ae”, que quer dizer, “névoa, nevoeiro”. Segundo Houaiss (2009), as formas leblina, lebrina, liblina, librina, nebrina ocorrem por dissimilação consonântica e/ou assimilação vocálica. A respeito da dissimilação, vale recorrer, ainda Houaiss (2009), quando diz que este fenômeno fonético se refere ao “processo de mudança linguística em que um ou mais traços fonéticos de um fonema, que ele tinha em comum com outro fonema vizinho (contíguo ou não), são trocados, tornando os dois fonemas diferentes”. Essa tendência seria atribuída, segundo Houaiss(2009), à necessidade de mais contraste entre os elementos fônicos da língua, para maior clareza. A sinonímia de neblina é leblina, lebrina, liblina, librina, lubrina, nebrina, nebrinha. (HOUAISS, 2009)

Importante observar que há uma aproximação de neblina ao lexema *bruma* como podemos atestar a seguir: cacimba, cerração, corrubiana, corrupiana, neblina, nebrina, nébula, névoa, nevoeiro, ruço, senceno. Tal comportamento linguístico ainda é mais estreito quando nos deparamos com a sinonímia de *chuva*: aguaceiro, apaga-pó, carga-d'água, chuva-criadeira, chuvada, chuva-de-caju, chuva-de-carço, chuva-de-rama, chuva-de-santa-luzia, chuva-dos-cajueiros, chuva-dos-imbus, chuvão, chuvarada, chuveirão, chuveiro, chuvinha, chuvisco, chuvisqueiro, cinzeiro, corda-d'água, dilúvio, garoa, garua, lebreia, librina, manga-d'água, maria-das-pernas-compridas, molhe-molhe, molinha, molinheira, moinheiro, morrinha, neblina, neblinas, nimbo, ondeirada, orvalheira, orvalho, pancada, parajá, patameira, pé-d'água, peneira, troz-troz, xixixi, zerbada. Finalmente, neblina pode ser associada, semanticamente, a *chuvisco* a partir do seguinte registro de sinonímia deste: apaga-pó, arenga-demulher, borraceiro, borriço, bulceira, chivilho, chuvinha, chuvisqueiro, cruviana, curviana, garoa, garua, jereré, lebreia, librina, meruja, merujo, mijaceiro, molhe-molhe, molinha, molinheira, moinheiro, morrinha, neblina, orvalho, peneira, xereré, xererém, xixi, xixixi, zimbro (HOUAISS, 2009). Os pesquisadores do ALECE ao fazerem a pergunta “Chuva miúda e fina”, registram dados linguísticos indicadores da visão de mundo dos informantes, o que confirma a hipótese psicolinguística de influência da memória semântica na produção das unidades fraseológicas: a) *Informantes escolarizados*: chuva fina, chuvas finas, chuvas forte, chuvas pesada, chuvas torrenciais, chuva torrenciais, chuva torrencial, chuva velha, (es)tá só neblinando, tempo neblinado e b) *informantes analfabetos*: chuva finíssima, chuva manerinha, chuvinha fina, peneirazinha de chuva (ALECE, 2010).

O lexema *transanteontem*, segundo Houaiss (2009), é datada de 1789. Trata-se de um advérbio com a acepção de “o dia que precedeu ao de anteontem”. Sua etimologia indica a seguinte segmentação de seus componentes: tras- + anteontem (este, resultante de ante- + ontem). Sua forma histórica é trasantehontem. Uma variante para transanteontem é trasantontem, mais antiga, datada de 1721, com o registro da seguinte forma histórica: *trazantontem*. Para obter o lexema transanteontem, no ALECE, os pesquisadores fizeram a seguinte pergunta “Se são três dias antes de hoje, a gente chama”. Foram obtidos os seguintes dados fraseológicos: a) *informantes escolarizados*: anteontem, antes de anteontem, antes de antes de ontem, antes de ontem, antes de ontem-ontem antevéspera, fazem três dias, quarto dia, ternanteontem, ternanteonte, ternanteontem, ternantontem, ternontonte, ternontontem, tesnanteontem, tesnaonte-

ontem, transeontem, trasanteontem, transonteontem, treanteonte, tremnanteontem, trernantonte, tesanteonte, tresanteontem, tresantonte, tresenteontem, tresnanteontem, tresnantonte e b) *informantes analfabetos*: ante de onteontem, antes de anteonte, antes de anteontem, antes de ontonte, antonte, atrás de anteontem, onte de antonte, antes de antonte, ontes de ontem, ontonte, ternantes de ontem, ternantonte, ternantontem, ternonteonte, ternonteontem, ternontonte, tirontonte, tredantonte, tremnanteonte, tremnanteontem, tremnionte-onte, tresanteontem, tresantonte, três de antonte, três de ontonte, três dias atrás, tresnanteonte (ALECE, 2010).

O lexema *arco-íris* é dos mais frequentes lexemas nos atlas linguísticos brasileiros. Datado de 1712, o composto arco-íris é definido, segundo Houaiss (2009), como “arco luminoso que se origina em fenômenos físicos e meteorológicos e é produzido quando a luz solar é refratada, dispersa e internamente refletida por gotículas de água provenientes da chuva e suspensas na atmosfera” Acrescenta o dicionário que arco-íris é “visível como um conjunto de bandas coloridas adjacentes na forma de arcos de circunferência (mais raramente como anéis) com as cores do espectro solar” Entre suas formas históricas, são registradas, em 1712, “iris”, e, em 1789, o composto, sem hífen, “arco Iris”. Os sinônimos de arco-íris são arco-celeste, arco-da-aliança, arco-da-chuva, arco-da-velha, arco-de-deus, olho-de-boi, sinônimos de arco-íris (HOUAISS, 2009) e sofrem variações léxicas e fonéticas no registro fraseológico do ALECE (2010). Para obter a variação diatópica de *arco-íris*, os pesquisadores fizeram, no Atlas, a seguinte pergunta: “Barras coloridas que aparecem no céu depois de uma chuva”. As respostas à pergunta dos pesquisadores se aproximam muito das restrições combinatórias do lexema arco-íris, assim distribuídas por informantes: a) *informantes escolarizados*: alço-celeste, alquiceleste, arca-da-aliança, arco-celeste, arco-da-velha, arca-da-aliança, arco-celeste, arco-da-velha, arco-ílis, arco-íris, arco-íris, arcoíro, arquiceleste, as barras, os torreame e b) *informantes analfabetos*: arco-celeste, acso-irpe, aico-celeste, alço-celeste, aliança-do-céu, arco-celeste, arco-celesto, arcoí, arcoil, arco-ili, arcoílo, arco-íri, arcoírio, arco-íris, arcoíro, arcori, arquiceleste, as nuve escura, asto-celeste, barra do vento, barra do dia, escama-de-peixe, (es) ta barreando o tempo, oio-de-boi, os aico, sinal da nuve, torre de capelo, torre de chuva, torre de chuva, uma torre, é. (ALECE, 2010).

Situado no campo conceitual da *natureza, redemoinho*, diz respeito a uma palavra, segundo Houaiss (2009), datada de 1105, com as seguintes acepções: a) “movimento de rotação em espiral”; b) “turbilhão de

água que se forma no mar ou no rio, devido a cruzamento de correntes contrárias de águas; voragem, sorvedouro” e c) “mudança brusca de direção do vento ao encontrar um obstáculo”, ainda “rajada, tufão, pé-de-vento”. Sua etimologia indica que se trata de palavra derivada regressivamente de remoinhar. Suas formas históricas são: em 1105, remoino; no século XIV, rremuno; sXIV rremuño e em 1632, remuinho. Seus sinônimos são: redomoinho, redemunho. A palavra redemoinho se relaciona com a palavra rebojo, que tem acepções regionais de: a) “movimento de rotação em espiral causado por queda de cachoeira”; b) “remoinho de água que se forma no mar ou no rio e leva coisas para o fundo”; c) “sorvedouro, turbilhão, voragem” e d) “remoinho de vento, quando muda repentinamente de direção ao encontrar obstáculo”. Os sinônimos de rebojo são, por sua vez: peganho, redemoinho, remoinho, rodamento, rodamoinho, rodomoinho, rolo, sorvedouro, torvelim, torvelinho, torvelino, turbilhão, voragem, vórtice; ver tb. sinonímia de vento. O lexema *redemoinho* foi onomasiologicamente alcançado através da seguinte pergunta: “Água que roda no rio, assim – gesto”. Os pesquisadores do Atlas, quanto a esta pergunta, obtiveram, além das lexias simples, as seguintes unidades fraseológicas: a) *informantes escolarizados*: onda da água, queda-d’água e redemunho d’água e b) *informantes analfabetos*: correnteza forte e galão-d’água.

O lexema *tornozelo* é, segundo Houaiss (2009), datado de 1543, relacionado com anatomia ou parte do corpo, definido como “segmento ou saliência óssea que, em cada um dos membros inferiores, se situa entre a perna e o pé”. Os pesquisadores, para evocação do lexema, utilizaram uma pista elicitativa representada por desenho ou indicação. Em termos de dados coletados, além das lexias simples, foram registradas as seguintes unidades fraseológicas: a) *informantes escolarizados*: junta-do-pé, maria-joaquina, ossim-da-risada, osso-da-maria-joaquina, osso-do-cacanã e osso-do-vintém e b) *informantes analfabetos*: junta-do-pé, maria-joaquia, maria-joaquina, ossim-do-vintém, osso da canela, osso-da-joaquina, osso-da-madrugada, osso-da-maria-joaquina, osso-da-risada, osso-do-pé e osso-de-vintém.

Estômago é um dos lexemas examinados no ALECE (2010). Datado do século XV, Houaiss (2009) informa que se trata de um “órgão oco do tubo digestivo, de estrutura musculomembranosa, situado abaixo do diafragma, entre o esôfago e o duodeno, onde os alimentos são depositados, pré-digeridos e esterilizados antes de serem enviados ao intestino, para ali serem absorvidos”. Sua etimologia grega “stómakhos” sugere

“orifício, abertura”, daí, 'boca, esôfago, o orifício do estômago, estômago'. Para recolher dados lexicais sobre estômago, os pesquisadores do ALECE não utilizaram pista elicitativa no Q-ALECE, obtendo, além das lexias simples, os seguintes resultados: a) *informante escolarizado*: boca do estômago e b) *informante analfabeto*: boca do estombo. Curioso comparar os dados dos informantes analfabetos com as seguintes formas históricas de estômago, repletas de metaplasmos de supressão: no século XIV, estamago; XV, estamaguo; XV stamago; XV stomago e XVI, estomago.

Os pesquisadores do ALECE (2010) fizeram a pergunta “Aquele que não tem pai nem mãe” para o conceito de *órfão*. Além da obtenção de lexias simples, os dados fraseológicos granjeados pelos falantes cearenses foram assim classificados: a) *Informantes escolarizados*: criança abandonada, desgarrado do mundo, filho adotivo, filho enjeitado, filho sem dono, filho sem pai sem mãe, filho único e num tem arrimo e b) *Informantes analfabetos*: fi bandonado, fi desvalido, filho adotivo, filho sem pai sem mãe, filho unco, filho único, fi sem pai, pessoa desvalida e sem parte.

Datado do século XIV, o lexema **orvalho**, em Houaiss (2009), tem as seguintes acepções aplicadas ao Questionário do ALECE (2010): a) “condensação do vapor da água da atmosfera que se deposita em gotículas sobre superfícies horizontais e resfriadas (terra, telhados, folhagens etc.), pela manhã e à noite” e b) “espécie de chuva fina, leve, miúda” e “chuvisco”. Entre seus sinônimos de maior interesse para uma comparação entre a forma lexicalizada do Houaiss (2009) e a forma registrada na variação diatópica do ALECE (2010) podemos citar: aljôfar, aljofre, brandura, cacimba, caruja, carujeira, carujeiro, irroração, lentura, mangra, molúria, orvalhada, orvalheira, relento, rociada, rocio, rol, rorejo. (HOUAISS, 2009).

O lexema *orvalho* foi obtido pelos pesquisadores do ALECE (2010) por meio da seguinte pergunta: “O que faz com que as plantas amanheçam molhadas sem ter chovido à noite”. Foram registradas, do ponto de vista fraseológico, as seguintes respostas dos falantes cearenses: a) *informantes escolarizados*: (es)tá orvalhado, gelo da noite, orvalho da noite, orvalho da noite fria e tempo frio e b) *informantes analfabetos*: frieza da noite, librina da noite, orvalho da noite, penera de chuva, sereno da noite, serenezim da noite e vaim da noite.

Datado do XIII, o lexema *temporal* traz, entre suas acepções do Houaiss (2009), o de “chuva forte com vento; tempestade, estado de violenta agitação atmosférica que, segundo sua intensidade, se caracteriza por ventos cuja velocidade pode atingir de 62 km a 102 km por hora, na escala de Beaufort”. O conceito de *temporal* aproxima-se ao de chuva e este avizinha-se à sinonímia de *quantidade* como acúmulo e enxurrada. Na pesquisa, o conceito *temporal* foi obtido pelos pesquisadores do ALECE (2010) através da seguinte pergunta: “Chuva muito grossa e demorada”. Além das *lexias* simples, as respostas dos falantes cearenses foram assim, do ponto de vista de dados fraseológicos, classificadas: a) *Informantes escolarizados*: caiu um toró de chuva, chuva agitada, chuva boa, chuva de peda, chuva de pedra, chuva extênsia, chuva forte, chuva grande, chuva grossa, chuva mais forte, chuva pesada, chuvas de muita água, enchente grande, (es)tá chovendo forte, né, sistema de diluve, *temporal* forte, *temporal* forte demais, tromba-d’água, trombas-d’água e b) *informantes analfabetos*: a chuva (es) tá pesada, chovendo grosso, chuva aturada, chuva demorada, chuva de peda, chuva de tempestade, chuva forte, chuva grande, chuva grossa, chuva rendosa, chuvas pesada, chuvas pesadas, chuvas torrenciais, chuva-tempestade, chuvona grande, (es)tá chovendo muito grosso, passou o dia chovendo, pau-d’água, rolo-d’água e tempestade de chuva e tromba d’água.

Datado do século XIV, o lexema *nádega* é definido por Houaiss (2010) como “cada uma das duas partes musculo adiposas da região traseira da pelve humana, formada por cada lado dos glúteos “Sua etimologia indica que a palavra vem do latim vulgar “natica” e do latim clássico “nates,ium” (singular natis,is, mais raro) com significado de “nádegas; rabadilha, uropígio”. Suas formas históricas são: no século XIV, *nadegas*; XIV *nadigas*, XV, *madeguas*, tendo ainda o sinônimo *nalga*.

Nádegas é, no âmbito do tabuísmo, uma das interdições linguísticas para ânus. Se tomarmos como referência Houaiss (2009), podemos constituir um corpus de tabus linguísticos (*lexia* simples) relacionados com o ânus: *alvado*, *anilha*, *apito*, *berba*, *boga*, *bogueiro*, *cagueiro*, *cesta*, *cu*, *diferencial*, *feofó*, *finfa*, *fiofó*, *fiota*, *fite*, *fito*, *foba*, *frasco*, *fueiro*, *furico*, *loto*, *oritimbó*, *panela*, *pêssego*, *pevide*, *quiosque*, *rosa*, *rosca*, *roscofe*, *sim-senhor*, *tutu*, *viegas*.

Os pesquisadores do ALECE (2010) ao fazerem pergunta “Quando não se toma injeção no músculo ou na veia, a parte do corpo mais indicada são as...”, cremos que induziu o falante a evocar, de forma *geltática*, a resposta *nádegas*, resposta-alvo dos pesquisadores, o que veio a

revelar, no nosso entendimento, um grave equívoco ou erro de procedimento dialetológico.

As respostas dadas pelos falantes cearenses registraram as seguintes unidades fraseológicas: a) *Informantes escolarizados*: popa-da-bunda e b) *Informantes analfabetos*: bochecha-da-bunda: popa-da-bunda, popados-quartos e poupa-da-bunda. Observamos que nas unidades fraseológicas, as palavras mais recorrentes, para a definição de nádegas, são *bochecha*, *bunda*, *quartos* e *popa*, lexemas que fazem parte da constelação de tabuísmos de ânus. Segundo Houaiss (2009), *bunda*, datada de 1836, é uma palavra de origem angolana com etimologia “*mbunda*”, que quer dizer, “quadris, nádegas”. Também em Houaiss (2009), *bunda* tem acepção de “nádegas de gente alcatreira”, ou seja, vale dizer, “nadeguda”, palavra reconhecida, em Portugal, entre os usuários atuais da língua, mas não é empregada, ao certo, por razões de tabuísmo. Já a associação do lexema nádegas ao lexema *bochechas*, como no caso de informantes analfabetos, é uma das marcas do regionalismo e jocosidade dos cearenses.

4. Considerações finais

Os resultados preliminares da análise do ALECE apontam para um significativo número de compostos e locuções nominais (adjetivas, adverbiais, substantivas e verbais) evocados pelos informantes escolarizados e analfabetos. Os informantes analfabetos, com 142 dados linguísticos, produziram maior número de unidades fraseológicas contra 96 ocorrências dos escolarizados. Os lexemas que mais apresentaram produtividade fraseológica foram os relacionados com a *natureza*, como *arco-íris*, com 29 ocorrências; *temporal*, com 21 ocorrências e relacionados com o *tempo* como *transanteontem*, com 26 ocorrências e *anteontem*, com 21 ocorrências. De modo geral, os lexemas selecionados na pesquisa as confirmaram características mais marcantes da fraseologia: (a) *pluriverbalidade*; (b) *fixação*; (c) *idiomaticidade* e (d) *institucionalização*, o que revelam a regularidade destas unidades na estrutura sintagmática e suas restrições combinatórias, sejam oriundas do léxico mental de informantes escolarizados ou analfabetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. *Atlas linguístico da Paraíba: cartas léxicas e fonéticas*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984a.

_____; _____. *Atlas linguístico da Paraíba: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984b.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BESSA, José Rogério Fontenele. (Coord.). *Atlas linguístico do Estado do Ceará*. Vol.1. Fortaleza, UFC, 2010a.

_____. (Coord.). *Atlas linguístico do Estado do Ceará*. Vol. 2. Fortaleza, UFC, 2010b.

_____ et ali. (Dir.). *Questionário do atlas linguístico do Estado do Ceará*. Fortaleza: UFC, 1982.

CAMARA JUNIOR, J. Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DELBECQUE, Nicole. *Linguística cognitiva: compreender como funciona a linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

DUBOIS, Jean et ali. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____; _____. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. [com a nova ortografia da língua portuguesa]

MARTINS, Vicente. *Tratamento lexicográfico dos compostos nominais antes e depois do acordo ortográfico (ao): O caso de unidades léxicas relacionadas com o lexema pé nas edições do dicionário Houaiss (2001–2009)*. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1670-1695.pdf Acesso em: 23/09/2010

NEVEU, Franck. *Dicionário de ciências da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SÁNCHEZ, Mario García-Page. *Introducción a la fraseología española: estudo de las locuciones*. Barcelona: Anthropos, 2008.

A PROGRESSÃO REFERENCIAL EM DEPOIMENTOS DE ORKUT

Lorena Santana Gonçalves (UFES)

ls.goncalves@hotmail.com

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

penhalins@terra.com.br

1. Apresentação

Inseridos numa perspectiva sociocognitivo interacional, concordamos com autores que defende que para entender como se dá o processamento/compreensão de textos é preciso compreender quais os saberes dos sujeitos são postos em ação, quais são as estratégias utilizadas para a sua construção de sentido. Sobre isso, Koch (1999) explica que

dentro do enfoque mencionado, têm sido a estrutura e o funcionamento da memória, bem como as formas de representação dos conhecimentos, seu acesso, utilização, recuperação e atualização, por ocasião do processamento de textos; as principais estratégias de ordem sociocognitiva, interacional e textual postas em ação durante o processo de produção/ intelecção; e, ainda, as estratégias de 'balanceamento' do implícito/explicito.

Nesse sentido, com relação ao funcionamento da memória, Roncarati (2010) explica que ao ativarmos e desativarmos as expressões referenciais no desenvolvimento do tópico discursivo estamos delimitando o foco da consciência imediata. Nas palavras da pesquisadora, “direcionamos nossa metaconsciência textual para o processamento de *downloads* informacionais no fluxo dos tópicos postos em cena” (RONCARATI, 2010, p. 93).

Dessa forma, duas questões tornam-se indispensáveis para os estudos sobre o texto: a progressão referencial e a progressão tópica. Para explicar ambos os processos, *grosso modo*, podemos utilizar as palavras de Koch e Marcuschi (1998, p. 170). Para eles

A sequencialidade, vista aqui como progressão referencial, diz respeito à introdução, preservação, continuidade, identificação, retomada, etc. de referentes textuais, tidas como estratégias de designação de referentes. Já a topicidade, vista aqui como progressão tópica, diz respeito ao(s) assunto(s) ou tópico(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto.

Por ora, nos detemos à progressão referencial, discutiremos a seguir alguns aspectos e, posteriormente, aplicaremos tais discussões no *corpus* selecionado que consiste em depoimentos de Orkut.

2. *Progressão referencial*

Para abordar a questão da progressão referencial, partimos pressuposto de que no entendimento da relação entre a linguagem e o mundo, a referenciação é uma atividade discursiva (cf. MONDADA, 2003; KOCH, 2004, 2006; MARCUSCHI, 2002, 2006).

Isso porque língua e linguagem são vistas como não-referenciais, ou seja, na relação entre palavras e coisas há uma instabilidade resultante da ação dos sujeitos em determinados contextos interacionais. Em outras palavras, as formas como os sujeitos categorizam o mundo estão relacionadas às suas formas de percepção e reação, nas palavras de Marcuschi (2007, p. 108):

Concebo a língua muito mais pela metáfora da “lâmpada” que do “espelho”, pois ela não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um retrato e sim um *trato* do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele.

Para Koch (2004) as categorias utilizadas na descrição do mundo alteram-se sincrônica e diacronicamente: “elas são plurais e mutáveis, antes de serem fixadas normativa ou historicamente” (KOCH, 2004, p. 54); sendo, portanto, necessário estudar a categorização como uma decisão dos atores sociais; o objetivo, então, seria descrever os procedimentos linguísticos e cognitivos por meio dos quais os atores sociais referenciam. No discurso, “aquilo que é habitualmente considerado um ponto estável de referência para as categorias pode ser descategorizado, tornando instável evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de visto” (KOCH, 2004, p. 56).

Assim, as categorias utilizadas para descrever o mundo não são cristalizadas, mas sim adaptadas de acordo com as necessidades comunicativas de determinada interação; portanto, a referência deve ser pensada a partir de um processo de categorização e recategorização por meios de expressões nominais, de objetos que são construídos pelo discurso e não algo extramental. Desse modo, durante as práticas e ações postas em curso nos enunciados, são criadas versões de mundo pelos falantes a partir de seus propósitos comunicativos.

Nesse sentido, em vez de referenciar uma realidade preexistente, nos textos são introduzidos objetos de discurso que são construídos interativamente e cognitivamente pelos sujeitos falantes por meio de estratégias de categorização e recategorização.

Os objetos de discurso são dinâmicos, isto é, uma vez introduzidos, vão sendo modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a construir-se ou reconstruir-se o sentido no curso da progressão textual (KOCH, 2008, p. 101)

Dessa maneira, o problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como o mundo é descrito, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo. Em outros termos, seguindo o pensamento de Mondada (2003, p. 20), “falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como à categorização, como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada”.

3. *Aprofundando a teoria*

Para análise, selecionamos depoimentos publicados no site de relacionamento Orkut. A escolha por esse gênero deveu-se à grande quantidade de participantes brasileiros presentes nessa rede social. De acordo com pesquisas feitas, 53,27% dos mais de 68 milhões de usuários cadastrados são brasileiros (cf. INGLEZ, 2009). Outro motivo relacionado à escolha do *corpus* foi o objetivo desse tipo de construção textual. Nesse gênero, a interação entre os participantes é feita a partir de um fator em comum: o dono do perfil. Esse é tomado como objeto de discurso dos depoentes e construído discursivamente de diferentes formas, delineando uma imagem pública do dono perfil.

O depoimento costuma ser localizado no espaço do Orkut chamado *Perfil*, logo abaixo do gênero *Quem sou eu*; Neste espaço, o dono do perfil pode escrever sobre si, pode textualmente construir impressões que gostaria que os leitores tivessem: se descrever como acredita (ou gostaria) de ser, falar de suas músicas, filmes, comidas, hobbies, etc., preferidos, além de “postar” fotos. Nesse sentido, “a informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar” (GOFFMAN, 1985, p. 11).

Nos depoimentos selecionados, observamos diferentes estratégias de referenciação, fundamental para a manutenção da progressão referencial e tópica.

3.1. Exemplo 1

Leonardo: Marina... senhorita sorriso! Fala sério, a moça mais bom-humor do mundo. É uma ótima companhia para os rocks, papos sérios ou sem noção, enfim. Está sendo um prazer conhecê-la melhor, que a nossa convivência seja sempre enriquecedora e divertida. Sucesso e felicidades, beijão Meméééééééééé!

No trecho acima, temos a *ativação* do objeto de discurso na memória do leitor pela estratégia de nomeação “Marina...”, segundo Koch (2008), não se trata de uma categorização, mas apenas a nomeação do objeto de discurso em questão,

Quando a introdução se faz por meio de um nome próprio, tem-se apenas a nomeação do objeto. Já no caso de se tratar de uma expressão nominal, opera-se uma primeira categorização do objeto-de-discurso, o qual, a cada retomada, pode ser mantido como tal ou, então, recategorizado por outras expressões nominais.” (KOCH, 2008, p. 101-102)

Nesse exemplo nos é possível observar que o escritor manteve a progressão referencial fazendo uso de expressões nominais para retomar o referente textual; então, Mariana é categorizada pela expressão nominal “senhorita sorriso”, e recategorizada com expressão nominal “a moça mais bem humorada do mundo”, oferecendo novas informações sobre o objeto de discurso em questão. Quanto a essas escolhas lexicais para construir o objeto de discurso, Koch (2006) explica que elas

caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades caracterizadoras de um referente – reais co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor -, daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para o propósito do locutor” (KOCH, 2006, p. 132)

Observamos que posteriormente a progressão referencial é mantida pela retomada por pronome elíptico, no entanto, a recategorização do objeto de discurso não deixa de ser feita, mas agora isso acontece por predicção, recategorizando o objeto de discurso como “uma ótima companhia para os rocks, papos sérios ou sem noção”.

3.2. Exemplo 2

Fernando Stockler Simões

Bom, não é muito difícil falar da Aninha.

Pessoinha muito especial na minha vida, que eu nunca consegui esquecer e axo que nunca esquecerei.

Amiga de todas as horas, linda e sincera. Ela é tudo de bom que se pode imaginar unida em uma pessoa só. Difícil de imaginar que uma pessoa tão pequena de tamanho consiga ter tantas qualidades, mas ela tem.

Aninha, vc é muito especial, continue sempre assim, se melhorar estraga...

Bjão de quem te adora muito

Nando

Nesse depoimento, o objeto de discurso também é ativado por nomeação, porém, nesse caso, ela é predicativa. Ele é reativado e categorizado pela expressão nominal “Pessoinha muito especial na minha vida, que eu nunca consegui esquecer e *axo* que nunca esquecerei”, e recategorizado pela expressão nominal referencial “Amiga de todas as horas, linda e sincera”. A progressão referencial, posteriormente, se dá pelo uso de pronome anafórico “ela”, e a recategorização por predicção: “tudo de bom que se pode imaginar unida em uma pessoa; “muito especial”.

3.3. Exemplo 3

José Marcos Ferreira

FLAVIA BERREDO:

Hoje ela é uma fotografia de 24 anos em 3D... Parece uma figura em movimento. Ou quem sabe algo que nos exprime uma profunda percepção dentro do que cada olhar curioso pode contemplar. Quero compartilhar com vcs que a Flavinha é praticamente o retrato do mais profundo sonho que alguém pode viver... Pois Caminhar com a amizade dela nos faz perceber que sim. A vida pode ser uma constante apresentação do melhor que a sua alma e Espírito podem exprimir em qualquer oportunidade.

Uau... FALVINHA! Ahaha... Gosto de dizer que ela é o tipo de pessoa em que pra ela o “MUNDO” para. Gente que por si só representa toda a sintonia necessária para que os seus dias sejam intensos ao ponto de influenciar a alegria de quem está com ela... Creio que por é sua vibrante energia de vida que ela estremece todos aqueles que insaciavelmente observam a nobreza de sua personalidade... Pode ser que alguém a traduza como ÚNICA... Ou apenas como muito, mas MUITO ESPECIAL.

Nesse depoimento, o depoente introduz por nomeação o objeto de discurso em questão: FLAVIA BARREDO. Ele a referencia com pronome de 3ª pessoa e a categoriza por pronominalização “uma fotografia de 24 anos em 3D, recategoriza como “uma figura em movimento”, “algo

que nos exprime uma profunda percepção dentro do que cada olhar curioso pode contemplar”. A progressão tópica do texto é mantida pelas retomadas por referenciação do objeto de discurso, por nomeação: Flávia, por pronome de 3ª pessoa “ela” e por recategorização: “gente”.

4. Considerações finais

A partir da observação desses depoimentos comprovamos o que fora dito por Koch (2006, p. 26):

O texto progride e o tópico vai se mantendo graças à construção/reconstrução progressiva do objeto introduzido, que se dá, em grande parte, por escolhas lexicais que vão dando pistas ao interlocutor sobre a interpretação desejada.

No caso do depoimento de Orkut pudemos perceber que na construção do objeto de discurso, além de (re)categorização por expressões referenciais, também há por predicação. A progressão dessas formas nominais no texto resultam na progressão tópica, que geralmente são relacionadas a um único quadro tópico ou dois quadros tópicos.

O supertópico no caso dos depoimentos é o objeto de discurso construindo: o dono do perfil. Ele é mantido por meio das estratégias de retomada e categorização, criando uma imagem positiva daquela pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Júlio César; BIASI-RODRIGUES, Bernardete (Orgs.). *Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CAVALCANTE, M. M. et al. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.) *Linguística de texto e análise da conversação: panoramas da pesquisa no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 225-261.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

INGLEZ, Karin Gutz. O fórum eletrônico no Orkut: uma análise discursiva do hipertexto. In: GIL, Beatriz Daruj et al. (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. In: KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. O tópico discursivo, 48 (1), Campinas: Unicamp, 2006, p. 33-42.

_____. et al. Organização tópica na conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. 1 ed. Campinas: Unicamp / FA-PESP, v. II, 1992, p. 357-440.

KOCH, Ingedore. O desenvolvimento da linguística textual no Brasil. *Delta*, vol. 15. Edição especial. São Paulo, 1999.

_____. Construção e reconstrução de objeto de discurso: manutenção tópica e progressão textual. In: KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. O tópico discursivo, 48 (1), Campinas: Unicamp, 2006, p. 23-32.

_____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. *Revista Investigações: linguística e teoria literária*. Recife. UFPE. V. 21, nº 2. julho, 2008.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. A. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 251-310.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto. 2006.

LINS, M. P. P. Organização tópica do discurso de seqüências de tiras de quadrinhos. In: KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. O tópico discursivo. 48 (1), Campinas: Unicamp, 2006, p. 125-134.

_____. *O tópico discursivo em textos de quadrinhos*. Vitória: EDUFES, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas: revista de estudos linguísticos*. V. 6, n. 1, jan./jun., 2002a, p. 42-62.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO *et all.* *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002b.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: *KARWOSKI et al. Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. In: KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. O tópico discursivo. 48 (1), Campinas: Unicamp, 2006b, p. 7-22.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

REZENDE, R. C. *Ethos e progressão textual: a construção linguístico-discursiva do ethos dos narradores de relações*, de Heleno Godoy. *Revista do curso de pós-graduação*. Campinas: UNICAMP, v. 11, 2006, p. 423-434.

SPERBER, Dan & WILSON, Deidre. *Relevance: communication & cognition*. Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

A REPRESENTAÇÃO DE CLÓDIO PULCRO NOS DISCURSOS DO PÓS-EXÍLIO DE CÍCERO

Lara Barreto Corrêa (UFJF e PUC-Minas)

lara_bc1@hotmail.com

Luís Carlos Lima Carpinetti (UFJF)

luelicarpinetti@oi.com.br

1. Introdução

Após o decreto das leis de Clódio Pulcro, Cícero se viu na contingência de partir para o exílio, diante da falta de apoio em Roma, por tudo que as leis de Clódio provocaram em sua pessoa civil e em seus bens materiais e políticos. O trabalho em questão visa analisar a representação da figura de Clódio, tal como os discursos de Cícero da época em que retornou do exílio no-lo apresentam e retratam. Nota-se que estes discursos fazem nos ver que Cícero recobra o seu lugar dentre os romanos, seja suas funções, seus bens, sua reputação, sua relações, enfim, contra todas as ações prejudiciais a sua pessoa feitas por Clódio.

Os três discursos que Cícero pronunciou logo quando de seu retorno do exílio apresentam um interesse histórico e jurídico pelo fato que ele aí discute as medidas que Clódio tomou contra ele: o *De domo sua*, o *Cum senatui gratias egit* e o *Cum populo gratias egit*.

O discurso *Pro P. Sestio* realiza a defesa de P. Séstio e se situa nas antípodas de outra personagem, que sempre causou danos e cuidados a Cícero: P. Clódio Pulcro. Como Séstio foi um colaborador bem próximo de Cícero, em quem Cícero depositava especial confiança, sua resposta carrega muitos aspectos da própria vida de Cícero em seus últimos anos e em muitos domínios de sua vida, já que a representação de seu colaborador e correligionário Séstio, tantas vezes fiel e solidário, impunha que ele colocasse diretamente em sua defesa o painel de sua carreira vivida até aquele momento.

O discurso *In Vatinius* é apresentado como um mau personagem, e o vitupério é sempre presente no texto. Suas relações com Clódio são o foco de nossa atenção e aí nos deteremos.

O discurso *De haruspicum responsis* é um painel da política romana depois do retorno de Cícero e uma importante reflexão sobre o papel da religião na vida política romana.

2. *De domo sua*

O discurso *De domo sua* (Sobre a sua casa) foi pronunciado diante do colégio dos Pontífices insiste bastante na questão do direito público, onde manifesta um conhecimento aprofundado das leis e sua aplicação às situações do tribunado de Clódio, descritas com muita minúcia, constituindo uma argumentação bastante detalhada de todos os atos de Clódio e de seus comparsas, a situação caótica em que a sociedade se transformou pela carestia dos víveres, e a insegurança generalizada na cidade, segundo o que Cícero retrata em seu discurso.

Domina o discurso um tom amargo de quem sofreu na pele quinze meses de exílio em Dirráquio, até que seus amigos vencessem a resistência de Clódio, e mobilizassem a opinião pública no sentido de restituir a Cícero os seus bens confiscados e seus direitos de cidadão romano. Fica patente a amargura com que atravessou o processo que vai da promulgação das leis de Clódio até o dito exílio, impropriamente chamado, pois Cícero não sofreu a condenação por um processo, mas teve que se exilar pelo efeito provocado pelas leis de Clódio e pela ação de Clódio que vetou que qualquer pessoa lhe concedesse apoio em Roma, ficando Cícero nessa conjuntura abandonado e fraco diante dessas circunstâncias. Assim, Cícero varia o tom, por vezes sentimental, patético, grandiloquente, indignado, irônico ou sarcástico. A todo momento, interpela seu adversário e suas testemunhas e entabula com os mesmos diálogos que impressionam pela verossimilhança dos depoimentos. São muitas as interrogações prementes e as exclamações impetuosas. As imagens saltam aos olhos e as injúrias pululam.

Cícero inicia sua fala lembrando a incumbência dos ancestrais de confiar aos cidadãos romanos a prática do culto aos deuses imortais, a fim de que os negócios do Estado e a vida dos cidadãos pudessem estar protegidas e guardadas em seus interesses mais eminentes, e também (e aí ele introduz o seu assunto principal) se livrasse de cidadãos perversos e criminosos, como foi a temporada do tribunado de Clódio, do qual tanto tem a se queixar e execrar com todas as suas forças.

Segue falando de sua vinda ao Senado, sempre invectivando contra a figura de Clódio, então certamente presente nessa ocasião, se dermos crédito ao realismo da linguagem e à virulência de seus ataques pessoais e carregados de rancor, ou então aludido frequentemente em todo o decorrer de sua fala, que não dá trégua e nem foge a esse tópico: os seus

prejuízos à sua pessoa pública e privada pelo tribuno da plebe, Clódio Pulcro.

Cícero se queixa de ter sofrido, depois de ter prestado excelentes serviços à República, a pena reservada aos condenados:

Eos igitur ego potissimum damnare debui quorum lege perfectum est ne ego, indemnatus atque optime de re publica meritis, damnatorum poenam sustinerem? (CÍCERO, 1952, p. 95)

Tradução: Eu devia, pois, especialmente eu, condenar os autores de uma lei que me havia impedido de me sujeitar, sem condenação e depois de ter prestado esplêndidos serviços à República, o castigo dos condenados?

Com frases como essas, Cícero questiona o aspecto jurídico de seu “exílio” (as aspas traduzem o sentimento de Cícero à impropriedade com que denominaram exílio a pena a que se sujeitou, já que não era um condenado). Os antecedentes desta história remontam ao *senatus-consultum ultimum*, pelo qual Cícero, hesitando e pouco à vontade, condenou Catilina e seus conjurados com as famosas peças judiciárias, as Catilinárias. O ato de Cícero, com aval do Senado, não teve a força política que a instituição tivera outrora, com a ascensão do partido democrático, liderado por Caio Júlio César e seu aliado secreto, Públio Clódio Pulcro.

Plutarco nos narra a cena pela qual se notabilizou na cena pública quando se introduziu numa cerimônia reservada a mulheres, na casa do pontífice César, quando então foi disfarçado de mulher e descoberto por uma escrava. Ganhou popularidade seu espírito desordeiro e agitador. Ele conquistava a plebe com seus comandos e congregava gladiadores para executar seus planos. Como pertencia à classe patricia, o intento de se eleger tribuno da plebe compreendeu a tarefa de sua passagem para a classe plebeia, mesmo com a oposição de Cícero a essa manobra, quando se fez adotar por Fonteio, que tinha vinte anos a menos, e a emancipação imediata de Clódio e a operação que não ultrapassou três horas.

Eleito tribuno da plebe, Clódio consegue neutralizar as amizades e apoios de Cícero. Pompeu, baluarte de Cícero, é neutralizado pelo assédio que lhe faz César. Clódio distancia Catão por duas missões que Cícero considera ilegais e tendenciosas – uma em Chipre para substituir o rei Ptolomeu pela administração romana, a outra em Bizâncio para lá repatriar cidadãos banidos. Clódio faz promessas de proconsulados lucrativos a pessoas ligadas a Cícero.

Mas foi a *Lex de capite civis romani* (lei de pena capital de um cidadão romano), seguida de uma segunda lei que especificava essa pri-

meira lei que determinou o “exílio” de Cícero. A essa lei se seguiu a confiscação de sua casa no monte Palatino, da quinta do Túsculo e da de Fórmias. A casa do Palatino foi demolida e Clódio ergueu um templo à deusa Liberdade e aí entronizou uma estatueta trazida de um sepulcro de uma cortesã, em Tânagra.

Cícero discute longamente os fundamentos jurídicos de seu “exílio”, sempre ressaltando as ações contraditórias e sem base na tradição jurídica do povo romano e distantes de levar em conta a salvação dos cidadãos romanos, nem prezar o bem da República. Tece longas considerações sobre o absurdo da adoção de Clódio, sua passagem para a plebe, seu tribunado. Fala de sua partida para o “exílio”, sua reconvocação, seu falso “exílio”, a consagração de sua casa por Clódio a outros fins que Cícero clama não seguirem a tradição religiosa romana, E encerra com a peroração.

Eis aqui um trecho que revela o tom inflamado de Cícero:

Hunc tu etiam, portentosa pestis, exulem appellare ausus es, cum tantis sceleribus esses et flagitiis notatus, ut omnem locum quo adisses exilii similimum redderes? (CÍCERO, 1952, p. 130)

Eis-me aqui, pois, aquele que, monstro execrável, tu mesmo ousaste chamar um exilado, tu que, ressecado por tantos crimes e opróbrios, não saberias te dirigir a nenhum lugar sem fazer dele um verdadeiro exílio?

3. *Pro P. Sestio*

O discurso *Pro P. Sestio* é resultante da defesa de Cícero em favor de um correligionário, P. Séstio, que foi alvo de um processo de informação aberto contra ele e é de se crer que Clódio esteja envolvido na acusação, embora não apareça o seu nome, mas tudo leva a crer que assim seja, pois Séstio militou na reconvocação de Cícero do exílio e que, para tal, tenha pugnado no partido rival ao de Clódio, que tudo fazia para causar perdas e danos a Cícero.

Ele é acusado primeiramente *de ambitu*, ou seja de práticas de intriga ou maquinações, por um certo Nério. Em segundo lugar, de ter usado de violência para aceder ao tribunado. Vejamos uma passagem em que se refere a Clódio neste discurso:

Res erat et causa nostra eo iam loci ut erigere oculos et vivere videretur. quisquis erat qui aliquam partem in meo luctu sceleris Clodiani attigisset, quocumque venerat, quod iudicium cumque subierat, damnabatur: invenieba-

tur nemo qui se suffragium de me tulisse confiteretur. (CÍCERO, 1995, p. 173)

Minha situação e minha causa pareciam então elevar o olhar e tomar vida. Todo homem que tivesse tido parte no crime de Clódio quando de meu infortúnio, onde quer que ele fosse, qualquer que fosse o tribunal que ele enfrentasse, estava condenado; não se encontrava ninguém que reconhecesse ter votado contra mim.

4. *In Vatinius*

O discurso contra Vatínio não segue uma estruturação retórica convencional, quando, em lugar dela, apresenta um interrogatório. Dentre os depoimentos de Vatínio ao interrogatório de Cícero, estão aqueles segundo os quais as contradições aparecem e que Vatínio parece estar na base da perseguição de Séstio. Fica patente o desprezo de Cícero por sua carreira lenta, e pouco produtiva em sua corrida aos cargos do estado. Dentre os elos de sua carreira com a pessoa de Clódio, podemos citar a seguinte passagem:

Ante te nemo, post continuo fecit idem in duobus prodigiis rei publicae Clodius; quo etiam maiore es malo mactandus, quod non solum factu tuo sed etiam exemplo rem publicam vulnerasti, neque tantum ipse es improbus sed etiam alios docere voluisti. (CÍCERO, 1995, p. 286)

Antes de ti, nunca, logo depois de ti, o mesmo procedimento foi seguido, a propósito de dois flagelos públicos, por Clódio. Tu mereces, pois, um castigo tanto mais rigoroso, que não é somente teu ato pessoal, mas o exemplo dado por ti, que desferiu um golpe na República; não te bastaste ser um improprio, mas quiseste dar lições aos outros.

5. *Post reditum ad Quirites e Post reditum in Senatu*

Nestes discursos, Cícero se rejubila diante do Senado e do Povo quanto ao seu retorno e a prometida restituição de seus bens e em função disso agradece ao povo e ao senado as inúmeras manobras necessárias para vencer a resistência de Clódio à pessoa de Cícero e o retorno enfim glorioso.

Ao decorrer dos discursos não se pronuncia o nome de Clódio, mas se faz menção a tudo que ocorreu com ele, tendo como cúmulo o exílio de quinze meses na Grécia.

6. *De haruspicum responsis*

Respondendo a uma acusação de Clódio, envolvendo predições dos arúspices, Cícero responde com o discurso no qual defende a instituição da adivinhação na religião romana, sua importância dentro da tradição romana e se volta para algumas predições apontadas por Clódio e que Cícero então apresenta a sua leitura das mesmas e traça um painel da política romana após o seu retorno e desqualifica inteiramente a figura de Clódio, como nesta passagem:

Atque paulo ante, patres conscripti, contionem habuit quae est ad me tota delata; cuius contionis primum universum argumentum sententiamque audite; cum riseritis impudentiam hominis, tum a me de tota contione audietis. De religionibus sacris et caerimoniis est contionatus, patres conscripti, Clodius: Publius, inquam, Clodius sacra et religiones neglegi violari pollui questus est! Non mirum si hoc vobis ridiculum videtur: etiam sua contio risit hominem, quo modo ipse gloriari solet, ducentis confixum senati consultis, quae sunt omnia contra illum pro religionibus facta, hominemque eum qui pulvinaribus Bonae deae stuprum intulerit, eaque sacra quae viri oculis ne imprudens quidem aspici fas est non solum aspectu virili sed flagitio stuproque violarit, in contione de religionibus neglectis conquiri. (CÍCERO, 1996, p. 37)

E pouco antes, pais conscritos, proferiu um discurso que me foi inteiramente delatado. Escutai deste primeiramente o assunto geral e a opinião; quando tiverdes rido do desaforo dos homens, então escutareis de mim o comentário integral de todo o discurso. Sobre as religiões, as coisas sagradas e as cerimônias, ó pais conscritos, discursou na assembleia Clódio! P., digo, Clódio queixou-se de que os sacrifícios e as práticas religiosas eram negligenciados, ultrajados, manchados. Não é espantoso se isto vos parece ridículo: também a sua assembleia riu deste homem, do modo como ele costuma vangloriar-se, transpassado por duzentos decretos do senado que foram todos feitos em defesa das práticas religiosas contra aquele e riu também daquele homem lamentar na assembleia da negligência às práticas religiosas, o qual teria trazido aos leitos sacros da Boa Deusa a desonra, e teria violado não só pelo olhar viril, mas também pelo escândalo e desonra os sacrifícios que nem sequer com os olhos de um homem imprudente convém olhar.

7. *Conclusão*

Estes discursos são de suma importância histórica, pois retratam um momento da história romana, repleto de repercussões para o futuro da república romana e tudo o que estaria por vir. Também é um importante marco na trajetória política de Cícero, pois enfrentou a mais impertinente perseguição jamais vista, pois houve até lei com endereço certo na pessoa de Cícero, manobras para minar os apoios políticos de Cícero, apropriação e destruição de seus bens e da sua imagem política. Neste caso, Cice-

ro restaura-se pela palavra em inúmeras ocasiões contra o flagelo que sofreu a partir da promulgação das Leis Clodianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) *Fontes impressas*

CÍCERO, M. T. *Discours*. Tome XIII: Au Sénat – Au Peuple – Sur sa maison. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier. Paris: Les Belles-Lettres, 1952.

_____. *Discours*. Tome XIII, 2: Sur la réponse des haruspices. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier. Paris: Les Belles-Lettres, 1966.

_____. *Discours*. Tome XIV: Pour Sestius, Contre Vatinius. Texte établi et traduit par Jean Cousin. Paris: Les Belles-Lettres, 1995.

_____. *Obras completas de Marco Tulio Cicerón*. Tomo XV: Vida y Discursos, Tomo V. Traducción de Díaz Tendero, Fernández Llera y Calvo. Madri: Librería de Hernando y Compañía, 1899.

b) *Fontes digitais*

De domo sua. Disponível em:

<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/domo.shtml>

Pro P. Sestio. Disponível em:

<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/sestio.shtml>

In Vatinium. Disponível em:

<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/vatin.shtml>

Post reditum ad Quirites. Disponível em:

<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/postreditum2.shtml>

Post reditum in Senatu. Disponível em:

<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/postreditum.shtml>

De haruspicum responsis. Disponível em:

<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/haruspicum.shtml>

A RETEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO FÁBULA E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

José Ricardo Carvalho (UFS)
ricardocarvalho.ufs@hotmail.com

1. Introdução

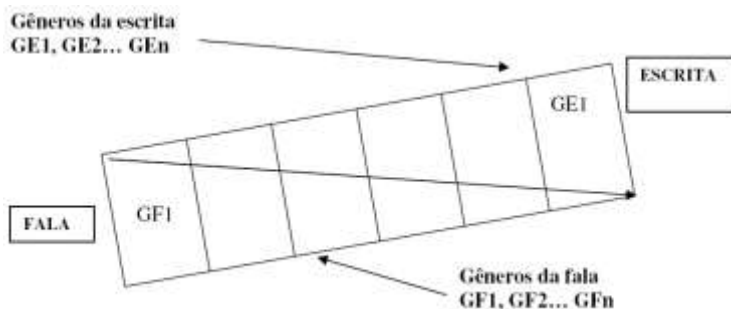
O ensino de produção textual muitas vezes é trabalhado de forma mecânica, impedindo que a criança estabeleça uma reflexão mais ampla sobre a relação oralidade e escrita. Tradicionalmente, quando se pensa em ensino de produção texto, vincula-se ao reconhecimento de tipos de textuais (narrativo, dissertativo, descritivo), tendo pouca reflexão sobre a relação entre a fala e a escrita. Neste caso, ocorre a valorização de estruturas e sequencias homogêneas de constituição da linguagem, como se todos os gêneros discursivos operassem da mesma forma. Sob este perspectiva, o trabalho com tipologias textuais se reduz a operações com estruturas abstratas que organizam a sequencia de um texto. Desta perspectiva, as mediações discursivas que atuam sobre o modo de significação dos textos no domínio social são pouco enfatizadas. Para contrapor a uma posição formalista, optamos por assumir o texto em uma abordagem discursiva que valoriza a noção de gênero textual, como aponta Dell' Iso-la (2007).

O texto é o observável, o fenômeno linguístico empírico que apresenta todos os elementos configuracionais que dão acesso aos demais aspectos da análise. Entre o discurso e o texto está o gênero que aqui é visto como prática social e prática textual-discursiva. O gênero opera como ponte entre o discurso, como atividade mais universal e o texto é tido como peça empírica particularizada e configurada numa determinada composição observável. (DELL'ISOLA, 2007, p. 22)

Para desenvolver uma proposta de produção textual em sala aula, consideramos, antes de tudo, o texto como material empírico resultante de uma atividade discursiva que se manifesta nas diferentes esferas sociais, com relativa regularidade, conforme indica Bakhtin (1992). Sendo assim, o texto é visto, antes de um tudo, como um gênero discursivo constituído de conteúdo, forma composicional e estilo que permitem a produção de enunciados que assumem uma forma relativamente estável, sendo configurado na esfera social em que se inscreve. Este fato gera a necessidade de pensar nos efeitos de sentidos que um enunciado pode gerar para cada situação de interação verbal, considerando, então, o tipo de

registro (formal e informal), a posição dos interlocutores no discurso e suporte que vincula o discurso.

Sobre o registro, nota-se que os gêneros primários, por se encontrarem em uma esfera mais íntima e privada, tendem a utilizar uma linguagem mais informal; enquanto os gêneros secundários, por serem difundidos em uma esfera pública, tendem a serem regulados por um registro mais formal. Contudo, é possível identificar um movimento híbrido na relação entre os diferentes gêneros textuais na medida em que tal ocorrência se realiza em um *continuum* tipológico de práticas sociais de produção de linguagem a ser configurado em intercâmbio com a modalidade oral e a modalidade escrita, como demonstra Marcuschi (2001, p. 38) no gráfico a seguir.



Como vemos, um dos procedimentos que nos dá pistas sobre a formulação heterogênea da linguagem é a compreensão dos vínculos que articulam a modalidade escrita e falada nos diferentes discursos, considerando aí os gêneros prototípicos. O entendimento deste fenômeno nos ajuda a identificar operações cognitivas que revelam o trabalho de formulação e reformulação linguística no plano textual para promover o empenho comunicativo. Nesta direção, a proposta de estudo da retextualização de Marcuschi (2005) oferece orientações para analisar o intercâmbio entre a oralidade e a escrita no processo de interlocução. Sendo assim, os procedimentos adotados na esfera comunicativa da oralidade passam a ser mais valorizados para a compreensão dos processos de apropriação de saberes vinculado à escrita.

Marcuschi (2007) afirma que as línguas são modeladas pelo uso. Sendo assim, oralidade e letramento são duas atividades complementares e não opostas, visto que compartilham de semelhanças e diferenças que

interagem entre si em processo dinâmico histórico-cultural. A compreensão dos processos de letramento não deve partir de regras que descrevem o funcionamento do código escrito em si, mas das práticas sócias discursivas em que a escrita e a fala estão inseridas. Desta maneira, a polarização entre fala e escrita não tem sentido no processo de ensino da língua materna. Por este motivo, Marcuschi (2001) chama atenção para procedimentos discursivos que ocorrem quando se realiza a passagem do discurso oral para o escrito. Tal mecanismo não corresponde a uma atividade mecânica de transcrição que transmuta do plano do oral para o escrito, visto que a atividade de transcrição impõe mudanças da forma e da substância da expressão.

Sendo assim, toda a estrutura no plano da forma/substância e no plano do conteúdo é afetada, devido aos diferentes recursos de significação utilizados pelas duas modalidades. A cada configuração, torna-se necessário organizar estratégias de adaptação para orientar o processo de retextualização. Para instituir tal adaptação é preciso, então, considerar como o texto funcionará em um novo contexto discursivo, avaliando: o propósito da reescrita, o tipo de relação a ser estabelecida entre os interlocutores na atividade discursiva e organização tipológica na passagem de um gênero para outro.

2. *O gênero fábula e sua abordagem na sala de aula*

O ato de narrar se configura como uma prática social milenar transmitida de geração para geração. Diferentes sociedades para compreender a sua existência registram suas experiências reais e fictícias vividas. Elas elaboram, por meio da linguagem verbal oral e escrita, narrações que promovem ensinamentos morais, divertindo e estimulando a imaginação. Uma das formas consagradas para divertir e passar ensinamentos são as histórias com animais que expressam de forma alegórica o comportamento social dos homens.

O gênero fábula se configura como aquele que apresenta um amplo interesse das crianças devido a seu formato curto e bem-humorado. Escolhemos, então, como atividade de produção de texto a reescrita e a retextualização de fábulas. Por meio de um discurso de fácil assimilação, a fábula é um gênero textual regulado por uma sequência de ações centrada em apenas uma célula dramática que expõe no início uma situação de equilíbrio entre os personagens. Em seguida, ocorre um conflito provocado por ação-reação dos personagens, tendo como desfecho a solução

de um problema. Uma boa descrição sobre o funcionamento discursivo do gênero fábula é apresentada por Portella (1983):

A cena se passa num abrir e fechar de olhos como quando a cortina do palco se levanta e logo se abaixa para dar ao espectador apenas uma curta visão. A brevidade da visão faz com que a ação dramática não seja mostrada por inteiro, acabada, fechada. *O que acontece antes da cena geralmente não se vê, e o que vem após, se não interessar à mensagem*, não tem importância alguma. Detalhes, descrições, caracterizações, localização da cena, nada disto tem relevância e, pelo contrário, pode até prejudicar a validade universal da mensagem. A noção de espaço, o lugar onde se desenrola a ação dramática, acompanham as características desta. A unidade de ação corresponde a unidade de espaço. Quando determinado, o espaço onde a ação se desenvolve no geral se restringe a uma sala, uma casa, um pomar, um rio, uma floresta, uma árvore etc. (PORTELLA, 1983, p. 128)

Portella (1983) elucida, ainda, que as fábulas não expõem o desenvolvimento do caráter dos personagens com nos contos, visto que o objetivo deste gênero é promover uma reflexão sobre os vícios e as qualidades humanas, ressaltando o contraste entre a maneira de agir e de pensar dos personagens em uma pequena ação dramática. Sua estrutura assume algumas características, como objetividade, brevidade, unidade de ação centrada em um único universo espaço-temporal. Além disso, o número de personagens é bastante reduzido, pois somente em raras situações há mais de dois personagens.

Fábula em que funcionem quatro personagens como aquela de "A VACA, A CABRA, A OVELHA E O LEAO" são raríssimas. Fica também entendido que fábula de uma personagem só não é possível. A segunda personagem sempre existe, mesmo que sua presença seja meramente passiva como são as uvas em relação à raposa ou a ânfora em presença da velha. Em consequência também das características deste gênero literário, as personagens tendem a ser estáticas ou planas: não crescem, não evoluem diante do espectador como as personagens de um romance. (PORTELLA, 1983, p.129)

Diante da caracterização da estrutura narrativa das fábulas e a compreensão de funcionamento discursivo do gênero abordado, propomos uma série de atividades de produção textual que alinhassem as práticas de contação de história de fábulas com atividades de escrita das mesmas. Nosso intuito foi promover a discussão entre a oralidade e escrita a partir da produção de textos orais e escritos com uma turma de alunos do quarto ano do ensino fundamental de uma escola da rede estadual, situada no município de Itabaiana/SE.

Encontramos, no primeiro momento da investigação, alunos com uma série de dificuldades para estabelecer diferenças entre as fábulas e outros gêneros que assumem a forma narrativa. A primeira atividade rea-

lizada com um grupo de 30 alunos consistiu na exposição de um grupo de textos orais com os quais podiam ser identificados como fábulas. Muitos não conseguiram promover uma reflexão sobre a linguagem para explicar os aspectos das fábulas, exigindo, então, o processo constante de diálogo do professor com os alunos.

Na sequência, realizamos atividades diagnósticas para identificar o domínio da linguagem escrita no âmbito do gênero fábulas. Lemos a fábula “O leão e o ratinho” e solicitamos que eles recontassem o episódio por escrito. Do ponto de vista composicional, alguns alunos, ao reescreverem a fábula, começavam e terminavam, em grande parte dos textos, com os segmentos do tipo “Era uma vez” e “...e foram felizes para sempre”, enunciados típicos dos contos de fadas. Este fato foi analisado com os alunos nas atividades de revisão coletiva, inspirando a leitura de outras fábulas com a finalidade de recontá-las sem a presença de enunciados prototípicos dos contos de fadas.

Elaboramos, então, uma terceira atividade voltada para a transformação do reconto oral “A lebre e a tartaruga” para a modalidade escrita. A escolha desta fábula se deveu a sua forma prototípica, que vem acompanhada de um diálogo entre dois animais de maneira objetiva e sintética. Além disso, a fábula seguia uma ordem canônica, possuindo no desfecho uma moral explícita em forma de provérbio.

TEXTO FONTE – A LEBRE E A TARTARUGA

Adaptação: Lúcia Tulchinski

A lebre vivia a se gabar de que era o mais veloz de todos os animais. Até o dia em que encontrou a tartaruga. – Eu tenho certeza de que, se apostarmos uma corrida, serei a vencedora – desafiou a tartaruga.

A lebre caiu na gargalhada. – Uma corrida? Eu e você? Essa é boa!

– Por acaso você está com medo de perder? – perguntou a tartaruga.

– É mais fácil um leão cacarejar do que eu perder uma corrida para você – respondeu a lebre.

No dia seguinte a raposa foi escolhida para ser a juíza da prova. Bastou dar o sinal da largada para a lebre disparar na frente a toda velocidade. A tartaruga não se abalou e continuou na disputa. A lebre estava tão certa da vitória que resolveu tirar uma soneca.

"Se aquela molenga passar na minha frente, é só correr um pouco que eu a ultrapasso" – pensou.

A lebre dormiu tanto que não percebeu quando a tartaruga, em sua marcha vagarosa e constante, passou. Quando acordou, continuou a correr com ares de vencedora. Mas, para sua surpresa, a tartaruga, que não descansara um só minuto, cruzou a linha de chegada em primeiro lugar.

Desse dia em diante, a lebre tornou-se o alvo das chacotas da floresta.

Quando dizia que era o animal mais veloz, todos lembravam-na de uma certa tartaruga...

Moral: Quem segue devagar e com constância sempre chega na frente.

Para realizarmos a reescrita da fábula de Esopo acima, foi contada a história, acompanhada de uma atividade de interpretação de texto. Esta tarefa possibilitou que os participantes tivessem maior intimidade com a narrativa e pudessem se apropriar de sua estrutura. Diante dessa formulação, pedimos que cinco alunos recontassem a fábula com gravação em vídeo. De posse das gravações, realizamos as transcrições e selecionamos uma delas para discutir os aspectos da oralidade que se encontrava na transcrição do reconto oral.

Na apresentação das transcrições, os alunos ao verem suas falas transcritas ficaram surpresos, pois nunca tinham entrado em contato com um texto transcrito com a fala deles. Explicamos que aquelas produções foram feitas em cima das falas deles, quando recontavam oralmente as fábulas. Pedimos que observassem as repetições e hesitações, as marcas de oralidade. Depois disto, pedimos que todos os alunos da turma reescrevessem uma das versões transcritas para uma nova versão com traços mais pertinentes a linguagem escrita, fazendo assim as modificações necessárias. Com esta atividade os alunos aprofundaram o entendimento do discurso oral e escrito como observamos na tarefa de retextualização a seguir de três alunos.

Observamos a presença recursos prosódicos na gravação que não se encontravam no discurso transcrito. Tal ausência representou um desafio que os alunos deveriam enfrentar para reescrever a nova versão. Além disto, apreciamos algumas marcas da oralidade permanecerem na versão transcrita, mas que precisavam de mudanças. Diante das discussões, propusemos aos alunos que reescrevessem o texto, reconfigurando de acordo com princípios da modalidade escrita. Apresentamos a seguir a produção de uma das alunas que participou da dinâmica de reescrita.

Transcrição do discurso oral

A lebre ficava se gabando dizendo que era a melhor de todas... a mais veloz... aí a tartaruga desafiou ela... ela disse que ganhava... e não queria... aí a tartaruga perguntou se ela estava com medo... aí as duas apostaram a corrida... e a raposa ...foi quem deu a largada ... dada a largada ...a lebre correu em disparada... veloz... e a tartaruga ficou lá atrás... aí a lebre disse... eu sou melhor de que ela... eu vou tirar um cochilinho... depois... quando ela passar na minha frente... soó correr mais um pouco... e eu ganho... ela dormiu tanto... que a lebre... que a tartaruga... passou na frente dela e ganhou... aí depois na floresta a lebre ficava... quando a lebre ficava dizendo que era a melhor de todas... a mais veloz... todo mundo se lembrava da tartaruga.

**Retextualização
do discurso oral para o escrito**

A lebre ficava se gabando dizendo, que era melhor que todos, a mais veloz. Então a tartaruga desafiou-a, mais ela não queria e disse que iria ganhar. A tartaruga estranhou e lhe perguntou se estava com medo.

Começou a corrida e a raposa deu a largada. A lebre saiu disparada e a tartaruga ficou lá trás. A lebre disse que era melhor do que a tartaruga e resolveu tirar um cochilinho.

Logo depois a tartaruga passou na frente da lebre e ganhou. Quando a lebre acordou saiu correndo e teve uma surpresa a tartaruga tinha ganhado.

Sempre que a lebre dizia que era melhor que todos os animais se lembravam de uma certa tartaruga

A atividade de retextualização desenvolvida suscitou um trabalho de revisão coletiva a partir de alguns textos produzidos pelos alunos. Muitos alunos organizaram seus registros, utilizando poucos recursos referentes à pontuação, mantendo alguns traços de oralidade no discurso escrito. Tal aspecto acabou por gerar imprecisão, ambiguidade diante da pouca explicitação do contexto enunciativo. As atividades de revisão ainda se constituem em uma dificuldade, visto que a discussão sobre o funcionamento da linguagem escrita e a participação dos alunos sobre análise dos aspectos linguísticos e discursivos do texto escrito, pois corresponde uma novidade em termos de atividade pedagógica.

Após a revisão coletiva da reescrita da fábula “A lebre e a tartaruga”, notamos que a turma possuía um grande conhecimento discursivo sobre o gênero fábula, mas ainda não fazia distinção das vozes presentes no discurso escrito. Tal questão precisa ser mais trabalhada sob o enfoque enunciativo. As condições de produção de texto a partir das atividades de retextualização demonstraram que a reflexão sobre a relação oralidade e escrita pode ser mais refletida, aproximando o usuário da língua por estratégias discursivas que explore a reflexão de forma mais intensa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Michail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. M./ VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa – 1ª a 4ª série*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DOLZ, B.; SCHNEWLY, D. *Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófono)*. Gêneros do oral e do escrito na escola. Trad. e org.de Rojo, R. e Cordeiro, G. L.. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e ensino, uma questão pouco 'falada'. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: processos de retextualização*. Cortez, 2001.

PORTELLA, Oswald O. *A fábula*. Revista de Letras. Curitiba, n.32, 1983.

A RETÓRICA EM DOM CASMURRO

Patrícia Jeronimo Sobrinho (Unigranrio)
professoremacao@gmail.com

1. *Introdução*

“Alma grega exilada em nossos lares”. Essa definição dada por Antônio Salles a Machado de Assis, em circunstâncias da morte do escritor – em 1908, já evidencia a relação que Machado de Assis tinha com a Grécia. Entretanto, a presença grega nas obras machadianas tem sido pouco estudada. Seria por que não haveria leitores capazes de sentir, pensar e imaginar como um grego da Antiguidade?

Através de um olhar acurado, o leitor poderá perceber vários pontos de intersecção da obra machadiana com a literatura grega. Em *Dom Casmurro*, a herança grega fica evidente no uso do discurso retórico, contando a história de amor e ciúme entre Bentinho e Capitu de forma a convencer o leitor (e ao próprio Bentinho) de que Capitu é a grande culpada na história, a começar pelo próprio narrador. Nesse sentido, o autor estrutura, pelos caminhos da retórica, a obra com o intuito de culpar Capitu de adultério e de fazer a defesa de Bentinho.

Tendo em vista isso, o presente estudo tem como propósito analisar a retórica utilizada por Bentinho em *Dom Casmurro*. Para isso, faz-se necessário – ao longo do estudo – buscar trechos extraídos da *Arte Retórica* de Aristóteles, a fim de ajudar a construir referências em torno dessa arte.

2. *A retórica de Bentinho*

A palavra retórica (originária do grego *rhetoriké*) tem sido entendida historicamente em acepções muito diversas, mas a concepção que servirá de base para esse estudo é a da tradição grega, na qual é entendida como a arte da persuasão. Considerada uma das disciplinas mais antigas do mundo ocidental, ela tem como objetivo convencer o ouvinte/leitor por meio de um jogo discursivo, da argumentação.

De acordo com Aristóteles, a retórica comporta três gêneros: deliberativo, demonstrativo e judiciário. Para fins desse estudo, será focado apenas o último. O gênero judiciário “comporta a acusação e a defesa:

necessariamente os que pleiteiam fazem uma destas coisas” (ARISTÓTELES, 1969, p.50). Nesse sentido, o fim do gênero judiciário é acusar ou defender alguém de um fato que ocorreu no passado. Em *Dom Casmurro* o que prevalece é a acusação em prol da defesa de Bentinho.

O narrador tem em mãos todo o discurso, o que lhe dá poder para situar a narrativa na visão de mundo dele, da classe dominante. Bentinho é filho de uma viúva vinculada ao sistema agrária do Império. Portanto, ele representa o conservadorismo, o sistema rígido familiar vigente na sociedade carioca durante o Segundo Reinado. E nesse sistema rígido, a mulher ocupa um lugar de inferioridade. Entretanto, Capitu se distancia desse comportamento feminino. Ela, ao contrário de Bentinho, é filha de pobres, porém independente, inteligente, segura de si e interesseira. Para Capitu, e para as demais mulheres da época, o casamento é sinônimo de propriedade. A esse respeito Bosi destaca:

(...) almejam a plena inserção na sociedade conservadora onde vivem; sociedade em que o capital se vale comodamente do trabalho escravo, e que, pelo ângulo das relações de dependência, poderá qualificar-se de paternalista (BOSI, 2007, p. 23).

O fato de Capitu pertencer a uma posição social inferior à de Bentinho, de certo modo, marginaliza a personagem e concede um peso maior ao relato do personagem masculino da trama, Bentinho. Por isso, Capitu – por fazer parte de uma classe inferior – é caracterizada como uma interesseira, capaz de tudo para alcançar prestígio e poder. Nesse sentido, percebe-se que o drama individual de Capitu leva-a ao drama social, buscando “firmemente a realização do seu projeto matrimonial e, por tabela, patrimonial” (BOSI, 2007, p.19), uma forma de ascender socialmente.

Na verdade, a fala do narrador-personagem é um grande exercício de retórica. Segundo Aristóteles, dentre todas as artes, a retórica é única “capaz de gerar a persuasão” (ARISTÓTELES, 1969, p.42). Para esse autor, cada arte possui um objeto que lhes é próprio e sobre o qual ela persuade. Cita como exemplos: a Medicina, que tem como objeto a saúde; a Geometria, as grandezas; a Aritmética, os números; etc. Entretanto, a única capaz de suscitar a persuasão, é a retórica. Esta arte não possui um objeto próprio e determinado, mas possui a capacidade de descobrir o que é necessário para persuadir. O que é fundamental, então, para se obter a persuasão?

Obtém-se a persuasão do ouvinte a partir de três meios. O primeiro é o caráter moral do orador, que utiliza um discurso digno de confiança. O segundo meio são as disposições que o discurso ocasionou no ou-

vinte, isto é, diz-se que a persuasão atinge o seu ápice quando o discurso leva o leitor a sentir uma paixão, seja uma aflição, uma alegria, um ódio ou uma amizade. O último meio de se obter a persuasão é através do próprio discurso, pelo que ele demonstra ser Verdade ou não.

Fazendo uma análise de *Dom Casmurro*, percebe-se que Bentinho faz uso desses três meios para se obter a persuasão, a começar pela sua própria caracterização. Logo no início do romance, Bentinho conta como recebeu o seu apelido, “*Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo” (*Dom Casmurro*, p.15); e o porquê de contar a sua história, “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência” (*Dom Casmurro*, p.17). Com esta última declaração, Bentinho já cria uma veracidade à história, afinal, o leitor pressupõe que lerá as suas memórias, pois a narrativa é a retrospectiva da vida do próprio narrador-personagem. Essas informações são importantes para a caracterização do personagem cujo intuito é de estabelecer o contraste com a personalidade de Capitu e, assim, ser digno de confiança.

Bentinho utiliza um discurso que leva o leitor a sentir diferentes sensações, “aflição ou alegria, amizade ou ódio” (ARISTÓTELES, 1969, p.42). A leitura do romance nos permite experimentar essas sensações. Em uma das passagens, Bentinho faz referência a uma peça que havia assistido, *Otelo*, a fim de usá-la como argumento para reafirmar a culpa de Capitu frente à diferença de Desdêmona.

Tendo conhecimento da situação dramática de *Otelo*, o leitor já caminha para um desfecho trágico. Ao assistir à peça *Otelo*, Bentinho se identifica com o mouro Otelo e aproxima Capitu, pelo contraste, de Desdêmona. Esta é uma esposa amorosa e cândida, vítima de uma injustiça. Capitu, ao contrário, é falsa, mentirosa e interesseira. Por isso, merece uma punição pior do que a aplicada pelo mouro para tirar a vida da esposa. O que aproxima Capitu de Desdêmona é a acusação de infidelidade feita a ambas. No caso de Capitu, a acusação é ainda mais complexa, pois o seu próprio filho é usado como prova de adultério.

No decorrer do romance, verifica-se que Bentinho não mata Capitu tampouco se suicida. Ainda que, de forma bem astuciosa, ele a destrua. No capítulo intitulado “A Xícara de Café”, Bentinho é levado por um impulso suicida com a intenção de acabar com toda a história de traição:

Já a casa estava em rumores; era tempo de acabar comigo. A mão tremeu-me ao abrir o papel em que trazia a droga embrulhada. Ainda assim tive o

ânimo de despejar a substância na xícara, e comecei a mexer o café, os olhos vagos, a memória em Desdêmona inocente; o espetáculo da véspera vinha intrrometer-se na realidade da manhã. Mas a fotografia de Escobar deu-me o ânimo que ia me faltando; lá estava ele, com as mãos nas costas da cadeira, a olhar ao longe...

– Acabemos com isto, pensei.

Quando ia beber, cogitei se não seria melhor esperar que Capitu e o filho saíssem para a missa (...). Ouvi a voz de Ezequiel no corredor, vi-o entrar e correr a mim brandando:

– Papai! Papai!

– Leitor, cério que aqui um gesto que eu não descrevo por havê-lo inteiramente esquecido, mas crê que foi belo e trágico. Efetivamente a figura do pequeno fez-me recuar até dar de costas na estante. (*Dom Casmurro*, p. 234)

Movido pelo sentimento de amor que, segundo ele, “havia esquecido”, Bentinho desiste de se matar, embora não abandone a ideia de livrar-se tanto de Capitu quanto de Ezequiel. Bentinho encontra outra solução para livrar-se de ambos: envia-os para a Europa. Dessa maneira, ele se defenderia e ainda manteria as aparências:

Ao cabo de alguns meses, Capitu começara a escrever-me cartas, a que respondi com brevidade e sequidão. As dela eram submissas, sem ódio, acaso afetuosas, e para o fim saudosas; pedia-me que a fosse ver. Embarquei um ano depois, mas não a procurei, e repeti a viagem com o mesmo resultado (*Dom Casmurro*, p. 240).

Ao ir para a Europa com o filho, Capitu de certa forma assume o adultério, mas não confessa para não perder a respeitabilidade pública. Vivendo na Europa e criando o filho como uma dama da alta sociedade, ela evitaria um escândalo na sociedade e não perderia o prestígio social. Segundo Bentinho, a separação deveria ser feita “por meias palavras ou em silêncio” (*Dom Casmurro*, p. 237) tendo em vista o que tal revelação poderia causar a sua pessoa pública. Assim, ele aceita a viagem e mantém as aparências viajando constantemente para a Europa, não para visitar Capitu, mas para enganar a opinião pública de que o casamento, mesmo a distância, ainda se mantinha.

Aristóteles ressalta que para se defender ou acusar é necessário ter provas. Somente elas podem dizer a Verdade ou não sobre os fatos. De acordo com Aristóteles, há provas dependentes e independentes da arte. Nestas, as provas são fornecidas por nós, elas pré-existem, por exemplo, testemunhos, confissões, convenções escritas etc. Naquelas, as provas são fornecidas pelo método e pelo meio, precisam ser encontradas.

Examinando cuidadosamente o discurso do narrador– personagem, percebe-se que não há provas sobre a traição de Capitu, há somente suposições. Crê-se que Ezequiel, filho de Capitu, seja a única prova concreta da traição. A semelhança física entre Ezequiel, filho de Bentinho, e Escobar instalam definitivamente a desconfiança do adultério cometido por Capitu, “Nem só os olhos, mas as restantes feições, a cara, o corpo, a pessoa inteira, iam-se apurando com o tempo” (*Dom Casmurro*, p. 227).

Bentinho despreza Ezequiel porque este possui as feições de Escobar. Com o passar dos dias, essa semelhança aumenta e faz com que Bentinho deseje a morte do seu próprio filho. Tal ideia pode ser percebida no capítulo, “Segundo Impulso”, em que Bentinho obriga Ezequiel a beber uma xícara de café, mas seu impulso foi contido. Quando deu por si, já estava beijando a cabeça do menino.

Sem usar o filho de Capitu para comprovar o adultério, o que resta são apenas provas baseadas em argumentos que podem ser facilmente revertidos, como por exemplo, a de que Capitu é mentirosa. No capítulo “Outra Voz Repentina”, Bentinho e Capitu estão a sós, quando o pai dela se aproxima e os pergunta se estão “jogando o siso”, Capitu responde por ambos, “Estávamos, sim senhor, mas Bentinho ri logo, não aguenta” (*Dom Casmurro*, p.40). Na verdade, Capitu estava escrevendo o nome dos dois no muro. Esse episódio enfatiza em Capitu a arte de mentir e desconversar um assunto. Entretanto, o comportamento de Bentinho não diferencia muito do de Capitu. No capítulo “A solução”, Bentinho destaca que não visitara a esposa uma única vez na Europa e que, ao perguntarem por ela, dava as notícias “como se acabasse de viver com ela; naturalmente as viagens eram feitas com o intuito de simular isto mesmo, e enganar a opinião” (*Dom Casmurro*, p.240). Esse trecho confirma que Bentinho, assim como Capitu, também conhecia a arte de mentir.

Embora a retórica utilizada pelo narrador-personagem tenha como objetivo convencer o leitor, de forma eficaz, sobre a má índole de Capitu, torna-se contraditória e insuficiente, como se pode observar nos trechos acima. Bentinho acusa Capitu de mentirosa e ele próprio também é um mentiroso. Além disso, pode-se perceber que, no decorrer do romance, ele se mostra uma pessoa com lapsos de memória, embarçando os fatos:

 Não, não, a minha memória não é boa. Ao contrário, é comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, sem guardar delas nem caras nem nomes, somente raras circunstâncias. A quem passe a vida na mesma casa de família, com os seus eternos móveis e costumes, pessoas e feições, é que se lhe grava tudo pela continuidade e repetição. Como eu invejo os que não esqueceram a cor das primeiras calças que vestiram! (*Dom Casmurro*, p. 118).

Além de ter lapsos de memória, Bentinho também possui uma fértil imaginação. No capítulo “Uma égua”, ele confessa esse dom, “Já conheci as minhas fantasias (...) A imaginação foi a companheira de toda a minha existência, viva, rápida, inquieta, alguma vez tímida e amiga de empacar (...)” (*Dom Casmurro*, p. 86).

Os lapsos de memória e a fértil imaginação dão ao leitor os elementos necessários para desconstruir a retórica elaborada por Bentinho, uma vez que sua memória fraca embarça os fatos, distorcendo-os, falseando-os e imaginando-os. Logo, o leitor desconfiará da Verdade dos fatos narrados por Bentinho e também de que Capitu seja a grande culpada na história, mas ele prossegue a sua narração com vistas a acusá-la.

A partir de inúmeros acontecimentos, ele tenta obter a adesão do leitor, de fazer com que este acredite no adultério cometido por Capitu. No início da narrativa, Capitu é acusada de desmiolada por José Dias, agregado que mora na casa dos pais de Bentinho. No capítulo “Olhos de Ressaca” a acusação persiste, José Dias usa a metáfora “olhos de cigana oblíqua e dissimulada” (*Dom Casmurro*, p.71) para caracterizar negativamente Capitu.

A acusação prossegue em outras metáforas, como por exemplo, quando Bentinho diz que Capitu tem “olhos de ressaca”:

Vá, de ressaca. É o que me dá a ideia daquela feição nova. Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. (*Dom Casmurro*, p.71)

Essa metáfora “olhos de ressaca” faz o leitor acreditar que Capitu possui uma má índole – seus olhos são traiçoeiros como o mar, atraem para destruir. O olhar da personagem é visto de forma pejorativa, confirmando a colocação de José Dias: “olhos de cigana oblíqua e dissimulada” (*Dom Casmurro*, p. 71).

Bentinho argumenta também que o modo como Capitu agia quando criança já prenunciava o seu comportamento adulto. Além de mentirosa, ele também a caracterizava como esperta, “Como vês, Capitu, aos quatorze anos, tinha já ideias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois” (*Dom Casmurro*, p. 47); e como “uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem. Se ainda não o disse, aí fica. Se disse, fica também. Há conceitos que se devem incutir na alma do leitor, à força de repetição” (*Dom Casmurro*, p. 68).

Capitu é o oposto da mãe de Bentinho, esta aceita ser marginalizada pelas “ações” de um homem, José Dias. Capitu é diferente das mulheres do século XIX – submissas ao homem, excluídas da sociedade. Ela não se sujeita a essa condição; não aceita ser silenciada pelos propósitos morais de “educação da mulher” presentes no século XIX. Ao contrário, Capitu luta contra a ida de Bentinho para o seminário e usa toda a sua esperteza para mudar a situação com o intuito de obter o que deseja, ou seja, a união entre ela e Bentinho.

No capítulo “Um plano”, fica evidente a esperteza de Capitu em relação a Bentinho. Ela usa táticas para fazer os outros realizarem o que deseja, ora lutando contra os fortes, ora coagindo os fracos. Em “Um plano”, Capitu manipula Bentinho a fim de impedi-lo de ir para o seminário. Ela ordena-o a falar para José Dias que ele, Bentinho, não tem vocação para o seminário. Ao fazer isso, José Dias falaria com a mãe de Bentinho e esta desistiria de enviá-lo para o seminário, pois a mãe de Bentinho faz tudo o que José Dias pede.

Ele gosta muito de você. Não lhe fale acanhado. Tudo é que você não tenha medo, mostre que há de vir a ser o dono da casa, mostre que quer e que pode (...) Ande, peça, mande. Olhe; diga-lhe que está pronto a ir estudar leis em São Paulo. (*Dom Casmurro*, p. 49)

Cabe aqui destacar que o nome “Capitu” é adequado para designar as qualidades da personagem. Derivado do substantivo capitólio, o nome Capitu em português é “utilizado principalmente em sentido figurado como substantivo comum cujo significado é triunfo, glória, eminência, esplendor, magnificência” (CALDWELL, 2002, p. 76). Por isso, Capitu é caracterizada por Bentinho como corajosa, persistente, segura, esperta e confiante em si mesma. Toda essa insistência na caracterização de Capitu tem como objetivo marcar o contraste com o comportamento passivo, emotivo e fraco de Bentinho, “com os braços atados e medrosos” (p. 45). Mas será que Bentinho não cometeu uma injustiça?

Ocasionar voluntariamente dano a alguém é cometer uma injustiça, seja violando uma lei particular ou comum. Entende-se por lei particular aquela que rege a cidade, a que está escrita. Já por lei comum, aquela que, embora não seja escrita, é reconhecida por todos. Entretanto, nem tudo o que se faz de modo voluntário é resultado de uma escolha premeditada. Quando se realiza algo de forma premeditada, tem-se conhecimento das causas dessa escolha premeditada. As principais causas que levam o indivíduo a cometer uma injustiça são: “acaso, natureza, co-

ação, hábito, reflexão, ira, desejo” (ARISTÓTELES, 1969, p. 85). Talvez o que leva Bentinho a cometer uma injustiça é a ira.

Movido pelo ciúme doentio entre Capitu e Escobar, ele decide se vingar, acusando Capitu de adultério. Aristóteles destaca que “o arrebatamento e a cólera são a causa dos atos de vingança” (ARISTÓTELES, 1969, p. 86). Ao contrário do castigo, que tem como finalidade o bem do paciente, a vingança tem como efeito a satisfação só de quem a pratica. Para livrar-se da culpa do seu fracasso existencial – nunca se encontrou, inseguro, sempre teve um temperamento duvidoso – Bentinho se vinga, acusando Capitu de traição. O desejo leva-o a executar ações que somente para ele são agradáveis. A vingança provoca em Bentinho um efeito de satisfação e em Capitu, de injustiça.

Sofer uma injustiça é ser lesado por uma pessoa que age voluntariamente (...), cometer injustiça é praticar um ato voluntário. Como a vítima sofre necessariamente um dano, e o sofre contrariada, claramente se vê, pelo que ficou dito, quais são as diferentes espécies de danos. (ARISTÓTELES, 1969, p. 100).

Além da ira, é a paixão que faz Bentinho perder o juízo e acusar Capitu de infidelidade. De acordo com Aristóteles, “as paixões são as causas que introduzem mudanças em nossos juízos, e que são seguidas de pena e de prazer” (ARISTÓTELES, 1969, p. 118). Bentinho ama Capitu e não aceita ter sido traído. Em contrapartida, movido pela paixão, culpa Capitu de adultério. Fazendo isso, ele se defende. Em outras palavras, tendo Bentinho alcançado o desejo de convencimento, ficará livre das “inquietas sombras” que o perseguem.

Aos olhos de Bentinho, a honra e a confiança de Capitu devem ser postas à prova. O episódio do velório de Escobar, no qual Capitu se debruça em lágrimas como se fosse a viúva, “Momento houve em que os olhos de Capitu fitaram o defunto, quais os da viúva, sem o pranto nem palavras desta, mas grandes e abertos, como a vaga do mar lá fora, como se quisesse tragar também o nadador da manhã” (*Dom Casmurro*, p. 217), instalam em Bentinho a inquietude que o levará, muitos anos depois, a escrever o romance. Essa inquietude não reside no fato da condenação de Capitu como infiel, mas na construção e propagação do seu próprio sentimento de dúvida.

Por um lado Capitu proporciona a Bentinho uma felicidade extasiante, por outro, dor e sofrimento. Tal ambiguidade pode ser percebida no capítulo “Capitu que entra”, em que Capitu escuta do marido as acusações de que ela e Escobar teriam um caso. Capitu, então, entra no escri-

tório, onde está Ezequiel e Bentinho. Este, ao se deparar com Capitu, é tomado por uma fúria violenta e, ao mesmo tempo, por um olhar aguçado sobre a personagem, “Não sei se era dos meus olhos, mas Capitu pareceu-me lívida” (*Dom Casmurro*, p. 236). Assim, Capitu é retratada como uma figura bivalente: frágil como uma boneca de porcelana, por isso a palidez da personagem; e fatal, como uma mulher que, simbolicamente, mata Bentinho (marido medíocre) para dar vida a Dom Casmurro (marido ciumento).

Após essa cena, Bentinho continua a sua acusação, dizendo que Capitu estava confusa, mas que a sua aparência não era de acusada. De acordo com Bosi (2007, p. 37), “Bento discerne melancolia no rosto de Capitu, que não se mostra rendida ao julgamento do marido, apenas tenta se defender: “Não Bentinho, ou conte o resto, para que eu me defenda, se você acha que tenho defesa, ou peço-lhe desde já a nossa separação: não posso mais!” (*Dom Casmurro*, p. 237). Nesse momento, Bentinho fala sobre a desconfiança de que ela e Escobar teriam um envolvimento e desse envolvimento teria nascido Ezequiel, fisicamente parecido com Escobar. Capitu encerra a conversa dizendo que seja feita a vontade de Deus, Este, como ninguém, explicará tudo. Dessa maneira, com desdém, finalizou o assunto sem dar a tal justificação que tanto Bentinho desejava: de que ela era culpada.

No último capítulo, o narrador constrói metaforicamente os pensamentos que foram pré-concebidos no início da narrativa, a fim de persuadir o leitor e a si mesmo da traição de Capitu, sem arrependimento ou sentimento de culpa:

E bem, qualquer que seja a solução, uma coisa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me (...) (*Dom Casmurro*, p. 250).

Leitores e críticos literários, até hoje, ressaltam a ambiguidade da personagem Capitu, caracterizada a partir da visão do marido. Em *Dom Casmurro*, sendo as memórias de Bentinho, encontra-se apenas a sua versão dos fatos e não os fatos em si. Só se conhece Capitu e os outros personagens por meio do relato do marido, que se diz traído. Dessa forma, além da ambiguidade gerada em torno de Capitu, tem-se também dúvida em relação ao que se conhece dos outros personagens e do que realmente eles são.

3. Conclusão

Entendida como a arte da boa argumentação, a retórica tem como função convencer, encantar o público por meio do discurso. Ela é tida como um instrumento de persuasão e de uso da linguagem cuja finalidade é influenciar aqueles a quem ela se dirige. Machado de Assis herda dos escritores da antiguidade os fundamentos da retórica, encontrada, por exemplo, em Aristóteles.

Toda a técnica argumentativa oriunda dos gregos é retomada por Machado de Assis em *Dom Casmurro*. Narrada em primeira pessoa, essa obra fornece a visão que Bentinho tem dos fatos. A voz solitária desse narrador, que rememora a história de sua vida, busca no passado vozes que já estão silenciadas, ou seja, Capitu e Escobar (acusados de traição) não têm o direito de defesa, pois já estão mortos, cabendo toda a responsabilidade narrativa ao narrador de primeira pessoa.

Por meio de um narrador-personagem, toda a narrativa é condicionada à própria visão que esse narrador-personagem tem dos acontecimentos. O leitor, então, cai em uma armadilha narrativa, pois ela é estruturada de modo que Capitu seja considerada a adúltera. Isso ocorre porque o discurso usado pelo narrador Bentinho, no início do livro, constrói de forma intencional a imagem da personagem Capitu, convencendo o leitor da traição e do adultério cometidos por ela. Nesse sentido, a fala de Bentinho atesta, de alguma forma, a legitimidade do que é dito. Entretanto, ao final do romance, o leitor não consegue provar a culpa ou inocência de Capitu, ficando na dúvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BOSI, Alfredo. *O enigma do olhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CALDWELL, Helen. *O Otelô Brasileiro de Machado de Assis*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika. *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PERELMAN, Chaïm. *Tratado de argumentação – A nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REGO, Enylton de Sá. *O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

**A SOCIOLINGUÍSTICA COMO ATIVIDADE
NO CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Lucia Furtado de Mendonça Cyranka (UFJF)

lucia.cyranka@uol.com.br

Lívia Nascimento Arcanjo (UFJF)

Simone Rodrigues Peron (UFJF)

Patrícia Rafaela Otoni Ribeiro (UFJF)

Marianna do Valle Modesto Paixão (UFJF)

1. Introdução

As relações entre língua e sociedade já estão sobejamente evidenciadas e intensamente discutidas desde a constituição da Sociolinguística como ciência oficial, na década de sessenta do século passado. William Bright lhe cunhou o nome em trabalho apresentado num congresso na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), em 1964. Esse fato nada mais representou do que o reconhecimento de constatações indiscutíveis nos estudos de linguagem, então realizados não apenas nos Estados Unidos. William Labov empreendeu decisivas investigações que viriam a confirmar o status dessa ciência da linguagem. Tais investigações repercutiram decisivamente no Brasil, onde se tem construído produções científicas importantíssimas nessa área.

Ainda no início deste novo século, uma vertente dos estudos de Sociolinguística emergiu sob inspiração de Bortoni-Ricardo (2004), aplicando-a à educação linguística na escola. Chamou-lhe sociolinguística educacional e propôs que a ela se dedicassem os cursos de formação de professores, não apenas os de língua portuguesa, mas os de todas as demais disciplinas, já que a linguagem perpassa todas elas. Sua proposta refletia os resultados das pesquisas que já vinha empreendendo em escolas, com a participação de professores de português. Além de Bortoni-Ricardo, muitos outros sociolinguistas brasileiros têm se engajado em investigações nesse setor. Especialmente Bagno (2001), Faraco (2008) e Silva (1996/2002) têm demonstrado os graves prejuízos decorrentes do não reconhecimento da heterogeneidade linguística como princípio, no tratamento da linguagem na escola. A consequência tem sido a construção, nos alunos, de crenças negativas sobre sua competência de usar a própria língua materna. Mais que isso, a desmotivação em empenhar-se para se tornarem proficientes no desempenho da variedade prestigiada, a chamada variedade culta da língua. Como resultado, vão se constituindo

gerações de jovens e adultos incapazes de participar das práticas letradas, necessárias para sua inscrição em segmentos vários da sociedade de que fazem parte.

Isso se constitui uma situação preocupante para a educação brasileira, tendo em vista que traz graves prejuízos para a sociedade, que precisam ser revertidos urgentemente. Parece que um caminho importante, para tal, é a realização de trabalhos acadêmicos no âmbito das escolas, em conjunto com professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de modo a implementar, junto aos a eles e a seus alunos, uma educação linguística com forte inserção na Sociolinguística Educacional. A concretização desses trabalhos poderá resultar na construção de um saber fazer que dê conta da formação de leitores e escritores proficientes na variedade culta da língua portuguesa, tarefa não mais adiável da educação escolar.

Trabalhando nessa direção, o grupo de pesquisa FALE, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, vem realizando, desde 2008, projetos de pesquisa em Sociolinguística Educacional, patrocinados pela FAPEMIG e pela UFJF, desenvolvidos numa escola pública de Juiz de Fora (MG), em turmas do ensino fundamental. O presente trabalho pretende apresentar a descrição de uma dessas ações empreendidas no projeto “Laboratório de Alfabetização: aprendizagem da leitura e da escrita na escola pública”, aprovado para o biênio 2009/2010. O que apresentaremos descreve o subprojeto intitulado “Os dialetos sociais na escola pública” e analisa os resultados obtidos.

2. Metodologia

Para a consecução de nossos objetivos, propusemos, como metodologia, a pesquisa-ação. Segundo Kemmis & Mc Taggart (1988), a pesquisa-ação se identifica por ser desenvolvida pelos próprios participantes envolvidos no processo, não por pesquisadores externos a ele; é colaborativa; propõe mudanças. Tem, portanto, um caráter eminentemente qualitativo, estando de acordo com a reflexão de Bortoni-Ricardo (2008, p. 42): “[...] é tarefa da pesquisa qualitativa de sala de aula construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva da vida em sala de aula, que é o contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos”.

Para a consecução de nosso objetivo, tendo obtido a aquiescência da direção da escola e das professoras, selecionamos, aleatoriamente,

uma turma de 5º e ano e duas de 6º ano, no início do ano letivo de 2009, com as quais passamos a ter um encontro semanal de uma hora aula. A participação de bolsistas de iniciação científica do curso de letras da UFJF possibilitou a divisão do trabalho, tendo eles também desenvolvido ações junto aos alunos e, muito importante, colaborado na elaboração de anotações de campo, que nos forneciam material para, posteriormente, em sessões na Faculdade de Educação da UFJF, serem objeto de análise e reflexão sistematizadas.

As ações se desenvolveram também ao longo do ano letivo de 2010, quando se encerrou o projeto.

3. *A pesquisa*

Conforme afirmamos acima, nosso objetivo foi verificar a possibilidade de se implementar, junto a professores de português do ensino fundamental e seus alunos, uma educação linguística com forte inserção na sociolinguística educacional.

Como fundamentação teórica principal, decidimos partir da proposta de Bortoni-Ricardo (2004). Para a compreensão da variação do português brasileiro, evitando-se o risco de se determinarem fronteiras muito rígidas entre as variedades linguísticas, a autora propõe três contínuos: o contínuo de urbanização, o de oralidade-letramento e o de monitoração estilística. Ela ilustra o primeiro contínuo da seguinte maneira:

Contínuo de urbanização

-----▶
*variedades rurais área urbana variedades rurbanas
isoladas padronizadas*

(BORTONI-RICARDO, *op. cit.*, p. 52)

A variedade *rurbana* se caracteriza como sendo a utilizada pelos falantes que migraram da zona rural para os centros urbanos, onde passaram a sofrer a pressão da mídia, da escola ou mesmo dos demais falantes urbanos, conservando, entretanto, muitos dos chamados traços descontínuos que caracterizam os falares rurais (ausência de concordância verbal e nominal quase sistemática, ausência da palatal [λ], redução do morfema flexional de terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo – mudar[ru] etc.). Seus descendentes conservam, em geral, esses mesmos traços, cabendo à escola o trabalho de conscientizá-los sobre essas diferenças, levando-os a adequar sua variedade linguística ao contexto de

produção, de modo a serem capazes de transitar pelo contínuo, com autonomia e seleção consciente das estruturas próprias de cada um dos diferentes pontos que o constituem. Isso, é claro, sem desvalorizar seu próprio dialeto, pelo contrário, possibilitando-os o reconhecimento, ao lado da sua legitimidade, do caráter de diferença que o distancia da variedade culta da língua, que a escola lhes pretende ensinar.

Em sala de aula, trabalhamos esse contínuo com os alunos, procurando, através de amostras de textos escritos nessas variedades e de observação de seu próprio uso no cotidiano familiar, de sua comunidade linguística e de sua rede social, fazer com que os discentes identificassem suas características tanto no nível fonético-fonológico, quanto no lexical e no morfossintático. Isso foi possível porque fazíamos, para essas observações, análises contrastivas. Solicitamos, por exemplo, certa vez, que retirassem do poema de Patativa do Assaré, “O Gavião e o sabiá”, que lhes havíamos oferecido, uma palavra como era usada na zona rural³⁵. Eles, facilmente, reconheceram o vocábulo [fiote]. Indagados sobre qual era a diferença, reconheceram a ausência da palatal [λ]. A seguir, foram capazes de, categoricamente reconhecer a inexistência desse fonema na variedade rural.

Do mesmo modo, em relação ao fenômeno da ausência quase sistemática da concordância verbal e da concordância nominal, os alunos se posicionavam com naturalidade à medida que iam percebendo a diferença entre a fala rural e a fala urbana.

Para o reconhecimento de sua própria variedade, que era, sem dúvida a *rurbana*, já que pertencem a comunidades linguísticas que a utilizam como seu vernáculo, houve também atividades planejadas. De início, premidos pelo preconceito que eles mesmos desenvolvem em relação a sua variedade desprestigiada, se calavam quando solicitados a se situarem no contínuo. Pouco a pouco, porém, as análises linguísticas lhes foram mostrando que as diferenças de estruturas linguísticas não representam deficiência porque são sistemáticas em cada uma das variedades. Para construir essa crença positiva em relação a seu vernáculo, os alunos eram levados a deduzirem as regras que presidem esses usos, comparando-as na variedade urbana, prestigiada, e nas variedades rural e *rurbana*, estigmatizadas. Nelas, por exemplo, a marca s de plural só aparece no

³⁵ Como sinônimo de *zona rural*, utilizávamos, a princípio, a palavra *roça*, mais conhecida pelos alunos, procurando, desse modo, dar-lhe um caráter mais nobre e procurando minimizar o preconceito que ela suscita.

primeiro elemento da frase.³⁶ Na variedade urbana culta da escola, o *s* aparece nas outras palavras.

Desse modo, íamos deduzindo e construindo juntos a gramática da variedade linguística que utilizavam, deixando sempre evidente a direção da seta apontando para o lado direito do contínuo, para que fossem, pouco a pouco, compreendendo o papel da escola de os levar a desenvolver competências no uso da variedade urbana comum (v. FARACO, 2008) e da variedade culta da língua portuguesa.

A partir de certo ponto, então, aqueles alunos já dispunham de um referencial teórico suficiente para deixá-los se reconhecer, de modo confortável e seguro, como falantes da variedade *rurbana*. Consideramos esse passo de fundamental importância no processo de educação linguística, isso porque o estudo da variedade culta da língua, tarefa a que a escola se dedica nas aulas da disciplina Português, passou a ter sentido. Não mais os efeitos de violência simbólica, de que nos fala Bourdieu (1930/2002), mas a construção consciente do conhecimento sobre a heterogeneidade, princípio inerente a todas as línguas, e as pressões sociais em relação ao uso da variedade linguística das classes dominantes, de existência inquestionável e inelutável.

Outro dos contínuos propostos por Bortoni-Ricardo, o de monitoração estilística, foi também muito trabalhado durante os dois anos da pesquisa-ação. Gêneros orais, como o debate regrado e a entrevista foram levados à sala de aula, oportunizando a construção de estratégias de autocontrole, de seleção lexical e de estruturas linguísticas próprias da variedade culta, de postura corporal adequada, etc, convidando os alunos a perceberem a importância do princípio da adequação, como fator de sucesso nos atos verbais produzidos nas diferenças circunstâncias da vida em sociedade.

Ao final do projeto, nosso repertório de atividades didáticas construídas para se efetivar, na escola, o processo de educação linguística a partir da pedagogia da variação, estava bastante enriquecido. Além disso, pudemos perceber que se havia constituído, tanto da parte dos alunos quanto das professoras, um conjunto de crenças positivas em relação ao sentido de se ensinar/aprender a disciplina língua portuguesa na escola.

³⁶ Essa era a metalinguagem que usávamos, evitando o peso do vocabulário técnico *artigo*, *pronomes*, *adjetivo*, *verbo*, *sujeito*, *predicado*, etc., que eles não dominavam.

4. Conclusão

Em tempos de linguística enunciativa não se justifica mais o fracasso escolar relativamente à formação de usuários competentes da variedade culta da língua portuguesa, seja na modalidade oral, seja na escrita. Promover a educação linguística de nossos alunos é o único sentido da existência da disciplina português nas escolas de ensino fundamental e médio. Para isso, a pedagogia da variação linguística (FARACO, 2008) é o caminho a ser trilhado. O que se faz necessário, por ora, é a construção das atividades didáticas que propiciem essa formação.

Eis aí uma tarefa importante para os grupos de pesquisa. Esse pequeno trabalho representa uma iniciativa que precisa ser continuada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1930/2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996/2002.

ANÁLISE DE OBRA LEXICOGRÁFICA

Rosana Ferreira Alves (UNICAMPR)

alzana70@yahoo.com.br

Rosângela F. F. Cardoso (UESB)

1. Considerações iniciais

Esse trabalho tem por objetivo analisar a obra lexicográfica *O Cancioneiro de Joan Zorro: aspectos linguísticos – texto crítico – glossário* (CUNHA, 1949), tendo em vista os critérios básicos explícitos em Mateus (1995), Cunha (1966) e Haensch (1982). Na oportunidade, pretende-se verificar, principalmente, os seguintes pontos:

- (i) A extensão e apresentação do glossário (se o autor especifica para quem é destinada à obra; se está claramente especificado o que o autor pretende executar);
- (ii) Se há explicitação dos critérios a serem adotados na preparação da obra;
- (iii) Caso os critérios estejam explícitos, é importante observar se os mesmos são coerentemente seguidos pelo autor.

2. Procedendo à análise

A obra em análise consta das seguintes partes: (a) elenco das publicações e das siglas usadas para os códices; (b) aspectos linguísticos; (c) texto crítico das cantigas; (d) elenco das cantigas; (e) glossário.

Em *aspectos linguísticos*, sob o título de *crítica filológica prévia*, o autor demonstra haver necessidade de se fazer, primeiramente, a caracterização genérica da antiga poesia lírica portuguesa e também da poesia medieval em sua primeira época. Segundo o autor, assim sendo, “poder-se-iam evidenciar os ápices criados ou recriados individualmente e examiná-los em todos os seus aspectos: o poeta dentro da tradição, o poeta contra a tradição e o poeta ampliando a tradição.” (p. 6).

Em seguida acrescenta-se que serão tratados, de forma resumida nos glossários e na lição crítica das cantigas, os fatos linguísticos correntes que desempenham função importante na interpretação textual.

Ao tratar da *natureza das vogais nasais*, demonstra-se, mediante vários exemplos, que são descabidas *‘as alterações que se fazem nas*

cantigas trovadorescas quando nelas ocorre vogal oral rimando com vogal nasal. (p. 20).

Demonstra-se também que a alta incidência de –e apenas em finais de versos não é um traço de arcaísmo, mas sim uma manifestação de paragoge de origem rítmica.

Ao abordar *os arcaísmos léxicos* a seguinte passagem se faz notória por traduzir muito em poucas palavras:

Para que reputemos castelhanismos e leonesismos os referidos vocábulos, é necessário, antes do mais, aceitarmos a hipótese improvável de que o gênero de cuja estrutura faziam parte não floresceu inicialmente em Galiza e Portugal, mas teve uma origem comum castelhano– ou leonês-galego-portuguesa. (CUNHA, 1949, p. 33).

Essas palavras fornecem, ao autor, subsídios para defender o seguinte posicionamento:

... em nosso glossário das poesias do *Zorro*, contrariando o ponto de vista de eruditos filólogos, consideramos arcaísmos tanto os obscuros *lez* e *treydes*, como os supostos castelhanismos *avelaneyra*, *el*, *elos*, *garceas*, *granadas*, *saldido* e *velida*. (CUNHA, 1949, p. 33)

No item denominado *Texto Crítico das Cantigas*, encontram-se informações básicas introdutórias aos textos. Na oportunidade o autor esclarece informações importantíssimas como:

Apenas dois manuscritos, o códice da Vaticana e o da Biblioteca Nacional de Lisboa, contêm poesias de Joan Zorro. O autor prossegue evidenciando as semelhanças e diferenças entre os dois documentos: “Conservara-se em ambas as mesmas composições (onze cantigas de refram) (...). Entretanto, pela divergência de numeração dos códices, ocupam os nº 751 a 761 no primeiro, e 1148 a 1158 no segundo. (p. 37).

O autor explicita também que, na presente edição, foram mantidas as lições do manuscrito, exceto quando as mesmas não satisfazem ao sentido e à forma das cantigas. Tendo em vista a viabilidade de interpretações razoáveis e a preservação de princípios elementares da poética trovadoresca as leituras foram mantidas. Evitando, com isso, propostas de recorrências a leituras ideais, sob o risco de não serem “*autorizadas pelas variantes dos apógrafos que chegaram até nós.*” (CUNHA 1949, p. 37).

Segundo o autor, foi muito proveitoso, para o trabalho presente, o confronto com edições anteriores, a saber: Monaci (1875), Bell (1920, 1925), Nunes (1928), etc.. Assim, após transcrever cada cantiga, Cunha atribui à classificação da natureza do *refram*, tipo de estrofe, rima etc.

Especifica o manuscrito (BARCAROLA, B 1153, V755) conforme se pode observar na p. 47. E, em seguida, trata das variantes dos manuscritos, demonstrando, na oportunidade, quando os Manuscritos do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (denominado B) e/ou os Manuscritos do Cancioneiro do Vaticano (denominado V) apresentam diferenças na escrita das palavras ou expressão. Exemplifica-se isso com a seguinte passagem, na p. (59):

Variantes dos Manuscritos: 1 e 7. Baylemus... (B e V) (...) 3... for... uelidas (B)... fior e relidas (V).

Conforme se pode observar, a obra em análise se caracteriza de muita importância, uma vez que pode muito contribuir para os estudos filológicos. Isso porque, além de desenvolver um trabalho de ‘glossariar’ os termos dos textos, procura verificar como cada termo foi tratado em edições anteriores. Assim, enquanto em Cunha (1949, p. 59), conforme se registra *Bailemos* em documentos da biblioteca Nacional de Lisboa e do Vaticano registram-se *Bailemus*.

Sob o argumento da falta de conhecimento exato da ortografia vigente na época trovadoresca e tendo em vista a diversidade que apresenta a ortografia do escriba do Cancioneiro da Ajuda, em relação à dos copistas italianos do Cancioneiro do Vaticano (V) e do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (B), Cunha explicita que adotou, no texto crítico das cantigas, um sistema conciliatório e uniforme, o qual se assemelha em muito com o utilizado em Nobiling na edição das *cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*. Em seguida, Cunha prossegue com a descrição dos procedimentos adotados.

Devido à natureza dessa análise crítica, não é conveniente, aqui, a citação de todos os procedimentos adotados pelo autor, exceto os que são relevantes para a fundamentação de oportunos e enriquecedores comentários. Assim, o autor traduz muito dos procedimentos adotados com a seguinte passagem: *2º Eliminamos todas as particularidades gráficas dos códices que não se relacionam com a pronúncia das palavras.*

Dessa forma, o autor evidencia que, tendo em vista a gramática e o sentido, foram isolados os vocábulos conglomerados e juntaram-se os elementos da mesma palavra quando os mesmos se encontravam separados. Conforme segue a demonstração.

Caracteriza-se muito elevado o nível de dificuldade, ao analisar o glossário da obra em foco. Isso porque o autor em momento algum, ex-

plicitou informações que seriam altamente necessárias para oportunizar ao leitor um melhor entendimento do glossário. Assim, *a obra em questão não apresenta as seguintes informações:*

- (a) Lista de abreviaturas utilizadas no glossário;
- (b) Ausência de explicitação de símbolos que aparecem no corpo de verbete;
- (c) Critérios utilizados para elaboração do glossário.

Dessa forma, a obra em análise não consta de informações, de como estão organizados os verbetes, fato que compromete, e muito, o entendimento do glossário. Conforme a explicitação acima em (b), o que de fato, significa o seguinte símbolo < (será que isso evidencia que o item anterior é proveniente do posterior ex.: *dade (<date)*). Ver o verbete *DAR* na p. 72.) Encontra-se ausente também uma especificação de para quem é indicada abra.

Em se tratando da extensão da obra, uma questão pertinente é: *os glossários deverão ser parciais ou exaustivos?* A respeito disso, Mateus (1995) evidencia que uma edição crítica deverá obter um glossário exaustivo, com exceção das edições críticas especiais, como por exemplo, edições escolares ou de divulgação. A exaustão se justifica devido à subjetividade implícita a qualquer seleção, fato que vem comprometer a utilização do glossário como instrumento de trabalho. A obra em análise traz um glossário exaustivo, conforme veremos mais adiante.

Outra questão importante é saber *quais as informações que cada artigo deverá integrar*. Em geral organizam-se os artigos por ordem alfabética e apresentam como ‘cabeça do lema’, forma destacada (negrito e/ou maiúsculo), os verbos na forma infinitiva, os nomes e adjetivos no masculino singular. Em seguida, encontram-se a classificação gramatical, a localização de cada forma no texto e o termo correspondente na língua atual (caso na entrada a mesma seja registrada na forma arcaica). Na sequência, registram-se as diferentes flexões inseridas em tantos contextos quantos forem julgados necessários e suficientes em quantidade e extensão para garantir uma compreensão mais completa possível dos diversos significados e sentidos assumidos no texto pela palavra e a compreensão das construções gramaticais. Especifica-se a localização de cada contexto exemplificado.

Tendo em vista a demonstração da informação que cada artigo deverá abordar, segue uma exemplificação da disposição do artigo na obra em análise, ou seja, conforme Cunha (1949, p. 73):

(1) *DEUS* – *S. m.* Ser supremo, Nosso Senhor: 100,103. || Quanto a *por Deus* (vv.115,121) e *se Deus vos perdon* (v.129), cf. Por e Se³⁷, respectivamente. || Do lat. *Dēus* (*REW* 2610). Esta palavra manteve nos primeiros tempos da língua o e aberto originário, pois não ocorre, nas cantigas trovadorescas em rimas com vocábulos cujo e provém de *ē* latino. (Cf. *Nobiling*, *Guilhade*, p. 7)

Conforme demonstração acima, a obra em análise apresenta os artigos dispostos da seguinte forma: “cabeça do lema” é destacada por letras maiúsculas e em negrito, separada por travessão. Atribui-se a classificação gramatical seguida dos possíveis significados, notificam-se as localizações, ou seja, linhas nas quais ocorrem no texto, antecedendo-as com os registros dos trechos nos quais as ocorrências são encontradas. Fornecem-se informações relacionadas à origem do termo, as quais poderão ser de âmbito morfológico, fonético, fonológico, semântico e/ou sintático. No caso do item exposto no exemplo acima, a informação histórica é de cunho fonético-fonológico. Evidencia-se também a bibliografia.

O autor fez o registro gráfico da ‘cabeça do lema’ conforme a forma escrita no texto e, em seguida, a caracterização gramatical, ele escreveu o vocábulo na forma atual.

Mateus (1995) evidencia que cabe ao editor julgar se deve indicar todas as ocorrências das palavras ou apenas aquelas que considera suficientes para não comprometer a compreensão dos possíveis significados e sentidos. A autora salienta que:

...esta última solução é satisfatória, tendo a vantagem de não tornar o glossário demasiado extenso – e ainda a sua credibilidade assente no conhecimento de que o editor tem do texto e na competência do seu critério para selecionar os contextos pertinentes. (p. 291).

No glossário em análise, apresenta-se a última postura, ou seja, não se apresentam todas as ocorrências de lexema, apenas as que são necessárias para, a partir de então, serem apresentadas as outras dentro dos verbetes. Pode-se demonstrar isso com o seguinte exemplo: na linha 4 registra-se a ocorrência *dizia*, na linha 130, registra-se *digades*, em 131 e 137, registram-se *disser*; nas linhas 11 e 20 registra-se o gerúndio *dizendo* e em 136 registra-se a forma infinitiva *dizer*. Contudo, apenas o infinitivo (*dizer*), ou seja, a forma não flexionada aparece na entrada, ou se-

³⁷ Esse pé de página é para registrar a forma tal como apareceu no artigo em análise. Certamente apareceu essa numeração para que ficasse clara a referência ao *se* (advérbio de modo).

ja, na ‘cabeça do lema’, (ver p.73). Mas, às vezes, pode aparecer como ‘cabeça de lema’, tanto o infinitivo do verbo quanto a forma flexionada, conforme se demonstra na p. 67 com a disposição dos lexemas *ADUGA* e *ADUZIR*.

Entretanto, quando a forma verbal flexionada ocorre com a letra inicial diferente da forma infinitiva, a mesma aparece registrada em outra ‘cabeça de lema’, a exemplo do que ocorreu na p.85 com *OUVE* e *OU-VESE*, onde apareceram apenas informações de natureza morfológica, tendo em vista que as outras informações já foram explícitas no lema que traz a forma verbal no infinitivo (cf. *AVER*, p. 69). Como é altamente notório, pode-se evidenciar com as demonstrações acima, que há uma grande ausência de sistematização no que se realmente fez no glossário, isso, porque às vezes adota-se uma postura, às vezes outra totalmente oposta.

A categoria gramatical no verbete apresenta-se, dependendo da classe gramatical, com um nível mais elevado de detalhamento. Ex.: Quando é pronome costuma-se especificar o tipo de pronome (pronome definido), mas quando é advérbio o mesmo não ocorre, uma vez que aparece apenas advérbio, ou seja, não se especifica se é de modo ou lugar ou tempo, etc.. Conforme se pode verificar na p.69, o lema *ANTE* traz como classificação apenas adv, enquanto o lema *AQUESTA* traz a classificação especificada de pronome demonstrativo. Ainda, quando se refere a uma mesma classe gramatical, ora aparece detalhadamente especificada, ora não. Conforme se demonstram nos lemas *ANTE* – Adv (ver p. 69) e *SE* – Adv. mod. (cf. p. 90).

Ainda no tocante à caracterização gramatical, quando um lexema que é de uma determinada classe gramatical, e desempenha no texto a função de outra classe, ele aparece registrado conforme a classe que é de origem e a função que ocupa no contexto. A exemplo da classificação do lexema *FREMOSA* que é registrado no glossário como um adjetivo substantivado, (Ver p. 77: Adj. subst.).

Em relação ao significado, o autor explicita da seguinte forma: explica o sentido mediante sinônimos, conforme o ex em p. 79. *IR* – deslocar-se; seguir; dirigir-se; caminhar, andar. No geral, para se explicitar a significação dos nomes, costuma-se entrar em detalhe, como, por exemplo, a explicação do significado do lema *LOADA*: Louvada (pela sua beleza) formosa. O mesmo que *velidada*, palavra com que alterna sinonimicamente nas cantigas paralelísticas. (ver p. 81).

Conforme se pode observar, não se registra o número de ocorrência de cada lexema. Mas, ao contrário, a localização das ocorrências é registrada levando em consideração as subclasses e/ou outras particularidades, sintáticas, morfológicas, fonéticas. Exemplifica-se isso na representação de lema *ME*, (p. 81), em que se ilustra da seguinte forma: Pron pos. obl.: 94; 97; 133. Antes da palavra inicial vocálica, sofre elisão tomando a forma *m'* 5,13; 21; 56,... funciona como obj. direto nos vv.5; 13, 21, 94, 97, e como obj. ind. nos vv 140 e 144, geralmente após a apresentação do(s) significado(s).

Com referência à abonação do vocábulo, o autor utiliza sempre exemplificação com fragmentos de outros textos, nesse caso, em seguida, identifica-se logo a localização do exemplo, com número de página e texto. Muitas vezes o autor atribui vários exemplos, tendo por base de vários autores e tece comentários importantes para que o significado da palavra seja entendido exaustivamente, assim os comentários dão espaço à informação do termo em muitos aspectos, tais como, morfológico, fonológico, sintático, semântico etc. Conforme segue a seguinte passagem na p. 71.

(2) *CABELO* – (...) *Mulier in capillo, filia in capillo, mancipia in capillosão* designativos da moça solteira frequentes em textos latinos medievais (...). Todas as formas encontram-se por exemplo na versão ducentista do ...

O autor explora, ao máximo, informações referentes à origem e à diacronia do vocábulo. Exemplificando com o verbete do lexema *DE*, (ver p. 72/73), percebe-se que o autor explica o termo desde a origem, perpassa pelo latim vulgar e depois explicita sobre os diversos significados que o termo assumiu nas línguas românicas. Na oportunidade o autor exemplifica, quase sempre, nas diversas fases. É realmente uma abordagem muito interessante e profunda, fato que justifica o tratamento monográfico que o autor dar ao glossário. Em muitos casos o autor não procede na mesma maneira, ou seja, não aborda o aspecto diacrônico de forma exaustiva. Conforme se comprova com o tratamento dado aos lemas *DE-POYS* e *DEUS* (p.73). Como o glossário não consta de introdução evidenciando os critérios adotados para a execução do glossário, o leitor fica sem saber o porquê de atribuir tratamento desigual aos lexemas.

3. Considerações finais

Em síntese, pode-se evidenciar que, o glossário em análise se caracteriza uma obra de grande contribuição filológica, principalmente ten-

do em vista a época na qual foi escrita, ou seja, há mais de meio século. Entretanto, se a mesma dispusesse de um texto introdutório evidenciando claramente os critérios, procedimentos adotados, e constando da explicitação de símbolos e abreviaturas utilizados, certamente seria melhor e mais compreensível ao leitor, fato que elevaria a sua excelência em qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Antonio Geraldo *et alii*. *Índice analítico do vocabulário de os lusíadas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. Vol. 1. (Dicionário da língua portuguesa: Textos e vocabulários, 8). p. XIII-XXXIII.

CUNHA, Celso. *O cancionero de Joan Zorro: aspectos linguísticos – texto crítico – glossário*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949. 97 p. [FALE 410 C972c 1949].

HAENSCH, Guinther *et alii*. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lingüística práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

MATEUS, Maria Helena Mira. Elaboração de glossários: problema, métodos e técnicas. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 289-298.

ANÁLISE DO CÓDIGO BIBLIOGRÁFICO NAS EDIÇÕES DO CONTO “VERBA TESTAMENTÁRIA” NO SÉCULO XIX

Fabiana da Costa Ferraz Patueli (UFF)
patueli@click21.com.br

1. Introdução

Essa análise é um dos resultados da pesquisa realizada para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Letras, “O Estudo do Código Bibliográfico nas Edições da Segunda Metade do Século XIX de *Papéis Avulsos* de Machado de Assis”, defendida na Universidade Federal Fluminense-UFF, em agosto de 2010, cuja Orientadora foi a Professora Doutora Ceila Maria Ferreira, e dos estudos realizados desde 2006 para o projeto “Edição Crítica *Papéis Avulsos*, de Machado de Assis” do Laboratório de Ecdótica-LABEC da Universidade Federal Fluminense-UFF.

A análise do código bibliográfico consiste na observância dos elementos materiais que compõe uma representação do texto, no momento de sua publicação. Entendendo, ainda, que os elementos materiais são os elementos visíveis integrantes à disposição e à composição do texto no suporte responsável pela sua comunicação.

O estudo do código bibliográfico, nesse contexto, coloca em pauta toda estrutura que acompanha e dá suporte ao texto do qual se pode desprender sentidos, concordando com Roger Chartier que:

[...] não considera mais o impresso como um suporte neutro, nem como uma unidade válida para ser colocada em série, mas como um objeto cujos elementos e estruturas remetem, de um lado, a um processo de fabricação cujas dificuldades eram grandes na época da composição manual e da impressão manual e, de outro, a um processo de leitura ajudado ou derrotado pelas próprias formas dos materiais que lhe é dado a ler [...] (CHARTIER, 2001, p. 96).

O estudo do código bibliográfico nos permite apontar a distribuição material dos contos que compõe *Papéis Avulsos* nos periódicos e na edição de 1882. Os demais elementos textuais inseridos pelo editor e, por vezes, solicitados pelo autor, como, por exemplo, as gravuras, os textos e os mais diversos comentários se misturam ao longo da leitura, que por sua vez possui variações imensuráveis. Assim, o escrito de Machado de Assis e os demais aparatos interligados a ele formam um conjunto de informações que, quanto à cientificação da memória coletiva de uma sociedade, “[...] facilita imensamente, [entre gerações às vezes muito afasta-

das,] essas transferências de pensamento que fazem, propriamente, a continuidade de uma civilização. [...]” (BLOCH, 2001, p. 64).

Outras variantes, que podemos apontar, que estão fora do texto autoral, mas a eles podem vincular-se, que pertencem a uma tradição veicular, no caso dos textos publicados nos jornais e revistas da época que seguiam determinados mecanismos de apresentação textual os quais salientavam diferentes assuntos relacionados à elite social e à prática cultural como, por exemplo, os periódicos diários apresentavam constantemente: artigos que divulgavam promoções e licenças de pessoal, óbitos, alforrias e os textos literários na seção denominada frequentemente de folhetim.

Desta forma, pretendemos realizar a análise da distribuição dos elementos materiais das publicações do conto “Verba Testamentária”, na *Gazeta de Notícias* (1882) e na publicação em livro, *Papéis Avulsos* (ASSIS, 1882).

2. A análise material do conto “Verba Testamentária”

O conto “Verba Testamentária” foi publicado pela primeira vez em periódico, na *Gazeta de Notícias* (com 56 cm x 44 cm de mancha tipográfica), em 8 de outubro de 1882, no oitavo ano de publicação, na 230ª edição do periódico, sob a seguinte intitulação “**VERBA TESTAMENTARIA/ CAÇO PATHOLOGICO DEDICADO Á ESCOLA DE MEDICINA**” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 out. 1882, p. 1), assinado pelo próprio autor.

A disposição do conto “Verba Testamentária” na seção em que foi publicado na *Gazeta de Notícias*, “**FOLHETIM**” (de 23,5 cm x 44 cm)³⁸, deu-se em 8 colunas, entre as quais, a primeira coluna possui 63 linhas, a oitava coluna possui 70 linhas e nas demais colunas contam 71 linhas textuais; essas colunas possuem 5,5 cm de mancha tipográfica.

Os textos dispostos na primeira página entre o cabeçalho e o “**FOLHETIM**” são os seguintes, também em oito colunas: na primeira coluna, “**Tiragem 24,000 exemp.**” (separado do texto por uma linha horizontal de 5,5 cm), “**EXPEDIENTE**” (“¶Aos Srs. assignantes que/quizerem continuar com as/ suas assignaturas pedimos/ que as reformem em tempo/ para não haver interrupção/ na remessa da folha./ —/

³⁸ Medidas aferidas através do exemplar da *Gazeta de Notícias* do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, no Rio de Janeiro.

ALMANAK DA GAZETA DE NOTÍCIAS/ PARA 1883/ TIRAGEM 20,000”), “TRABALHOS LEGISLATIVOS” (esclarecimentos dos esforços desempenhados pela imprensa para a reforma legislativa); na segunda coluna, nota sobre a necessidade de embargo de obras públicas e diminuição de ordenados, foi fornecido o título de Barão de Miranda ao Sr. Julio de Miranda e Silva, “EXERCITO” (nomeações e atividades); na terceira coluna, “**TELEGRAMMAS**” (separado do texto por uma linha horizontal de 5,5 cm), “**Serviço telegraphico**” (telegrama de Alexandria e Londres de 5 de outubro de 1882 e de 6 de outubro de 1882 por *J. do C.*), “CAMARA MUNICIPAL”(foram expostos os novos gastos relativos a obras pela Câmara); na quarta coluna, continuação da exposição de obras realizadas pela Câmara, PARLAMENTO” (transcrição da ordem do dia subsequente); na quinta coluna, “DIARIO DAS CAMARAS” (nota sobre a ausência de expediente no dia anterior da Câmara e do Senado), concessão de título de Imperial ao cabeleireiro Lourenço Baldraro, “S. Paulo” (notícias sobre a região), alterações na tabela de comissões por decreto; na sexta coluna, nota sobre a apresentação na praça da Aclamação da banda de música do Exército, nota sobre a extinção da 2ª Vara Cível, nota sobre a publicação do 12º fascículo da *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, “**MANUMISSÕES**” (relatos sobre a concessão de liberdade aos escravos por seus senhores), nota sobre a publicação do primeiro de três volumes sobre o território das Missões, relação de sorteados que comporão a 11ª sessão ordinária do corrente ano, no Tribunal do Júri; sétima coluna, continuação da relação dos sorteados para comporem o tribunal do júri, nota sobre a pacote nacional Pernambuco, notícias de prorrogações de pedidos de licenças, nota sobre nomeação do chefe na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, registros de movimentações de pacientes Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia, dos Hospícios de Pedro II, de Nossa Senhora da Saúde, de São João Baptista e de Nossa Senhora do Socorro no dia 6 de outubro de 1882, “**POLICLINICA GERAL**” (notícia sobre os donativos destinados à Policlínica); na oitava coluna, “RIO GRANDE DO SUL” (notícias sobre a região até 1º de outubro de 1882), relação de nomes sorteados para compor o tribunal do júri no dia subsequente.

Na segunda página, continuou a impressão da relação de nomes sorteados para compor o tribunal do júri no dia subsequente; nota sobre um menor agredido fisicamente; notas sobre nomeação, nota sobre a concessão de gratificação a professor; requerimentos despachados; nota sobre a abertura de subscrição a favor da liberdade de escravos; “**RECLAMAÇÕES**”; nota sobre a manutenção da rua do General Câmara por

ordem da Câmara Municipal; “HISPANO AMERICA” (notícias sobre Pacífico, República Argentina e o Uruguai); “CAÇADOR ARROJADO” (pequena história reproduzida do *Piracicabano* do dia 04/10/1882); reprodução do boletim de mortalidade para cidade do Rio de Janeiro; “OMNIBUS” (três pequenos diálogos); “OBITUARIO” (comunicação de falecimento no dia 3 de outubro de 1882); “PRISÃO IMPORTANTE” (nota sobre uma prisão); nota sobre eleição administrativa para 1883; “THEATROS E...” (pequenas notas sobre os espetáculos em teatros e clubes); “GAZETINHA” (pequenos anúncios sobre a loteria e títulos a venda pela tipografia); “VARIEDADE” (publicação do texto “**Abraão expulsando Agar/e Ismael**” de Pinheiro Chagas); “TRIBUNAES” (julgamentos realizados no dia 06 e 07 de outubro de 1882); “AVISOS” (pequenos anúncios de alfaiataria, loteria, clubes, correio, cirurgião dentista, escola normal, exposição de café, convite de reunião para médicos); “ALMANAK” (listagem de médicos, oculistas, parteira, advogado); “PUBLICAÇÕES A PEDIDO” (anúncios de teatros, de alfaiataria, de chapelaria, texto “**Poderá um cego ser tachi-grapho**” de Guilherme Garagnano, instrutor de meninos cegos).

Na terceira página, há a continuação das “**PUBLICAÇÕES A PEDIDO**” (texto sobre o magistério e sobre o Maranhão, notícias sobre a estrada de ferro “**Entre-Rios**”, propaganda de companhia de gás, de excursão ao interior, de alfaiataria, de água da juventude, nota de agradecimento, anúncio de festejos religiosos, anúncios de clubes, sociedades, companhia de alfafa e estrada de ferro e botânica, banco de crédito em São Paulo, anúncio de Culto Evangélico, anúncio comemorativo do centenário do Marquês de Pombal); na parte inferior o “**FOLHETIM/ A CRUZ DE SANGUE/ POR/ MATHEY**” (terceira parte da obra, capítulo XXVI, “Justiça!”).

Da quarta à sexta página, estão as propagandas e os anúncios diversos, como os que seguem: anúncio de festas, de noite dançante, convite para assembleia geral de associações, anúncio de clubes; de companhias marítimas de carga e pessoas, com serviço de mensagens; “**ANNUNCIOS**” de calistas, de dentista, de venda de cera, da companhia telefônica, de sabão, de álcool, xarope para tosse, elixir para diversas moléstias, papel pintado, venda de produtos indianos, anúncio de corrida no “Jockey Club”, restaurante, empréstimo de dinheiro, venda de tiras bordadas, de hotéis, de vinho, de leite condensado, de colégio, pedreira, ofertas de trabalhos domésticos.

Na página cinco, há a continuação dos “ANNUNCIOS” aluguéis e vendas de imóveis, de necessidade de serviços, nota de anúncios de vendas de chapéus, de fumos, de guarda-chuva, de babados, alfaiataria, documentos para casamentos, propagandas de hotéis, venda de pianos, “IMPRESSÕES” na Typographia da Gazeta de Noticias, de emplasto, elixir e xaropes, consultas gratuitas para doenças nos olhos, festejos religiosos, chapelaria, “BIBLIOTECA/ DA/ GAZETA DE NOTICIAS” (lista de títulos e preços); na parte inferior da página está distribuída a seção “PARTE COMMERCIAL”³⁹ (as transações financeiras referentes ao dia 9 de outubro de 1882) e as subseções dos “VAPORES ESPERADOS” e dos “VAPORES A SAHIR” com suas respectivas listagens.

Na sexta página, continuam os anúncios e propagandas em sete colunas, mais ou menos assim distribuídos: vendas de roupas para adultos e crianças, de cera de velas, de inseticida, papel pintado, de fósforo, de pão de centeio, de vinhos, de sabonetes, de cabeleiras, de lavadeiras; concertos em geral, restaurantes; notas de óbito, xarope, elixir e pastilhas para diversas moléstias e venenos de cobras, de atendimento médico e enfermeiro; anúncio da “SEGUNDA EXPOSIÇÃO DO CAFÉ DO BRAZIL”; vendas de terrenos e convite para festejos; anúncios dos seguintes teatros⁴⁰: o “THEATRO RECREIO DRAMATICO”, o “IMPERIAL THEATRO”, o “THEATRO S. LUIZ”, o “THEATRO PHENIX DRAMTICA”, o “THEATRO DAS NOVIDADES”, o “THEATRO PRINCIPE IMPERIAL”, e o “THEATRO SANT'ANNA”.

O texto do conto “Verba Testamentária” é o último do plano textual da primeira edição em livro e, coincidentemente, foi o último dos doze⁴¹ contos a ser publicado em periódico. Assim, esse conto recém-publicado veio ganhar um espaço em *Papéis Avulsos*⁴², livro que foi publicado menos de um mês depois, distribuído entre as páginas 273 e 290,

³⁹ Nesta seção do texto, a leitura se encontra comprometida por causa do péssimo estado de conservação do periódico que foi microfilmado.

⁴⁰ Estes anúncios estão dispostos em cinco colunas de texto.

⁴¹ O conto “Verba Testamentária” foi publicado em livro entre os contos: “A Chinela Turca”, “Uma Visita de Alcibiades”, “Na Arca”, “O Alienista”, “Teoria do Medalhão”, “D. Benedicta”, “O Segredo do Bonzo”, “O Anel de Polycrates”, “O Empréstimo”, “A Sereníssima República” e “O Espelho”.

⁴² Constam em *Papéis Avulsos* (ASSIS, 1882) 18 cadernos inteiros, cujo formato é um in-8º, com 16 páginas em cada caderno. Todavia, com a necessidade de abrir outro caderno para a impressão dos elementos pré-textuais, houve a abertura de mais um caderno.

sendo que, na primeira página e última, o texto foi distribuído por 19 e 7 linhas, respectivamente, contrário às demais páginas em que o texto se dispõe, em 25 linhas. A primeira página do conto “Verba Testamentária” inicia-se com o décimo sétimo caderno, como está anotado no rodapé que não finda antes da abertura de mais um caderno.

O autor Machado de Assis ao recolher os contos em um livro, modificou na segunda edição do conto a “Verba Testamentária” o nome do personagem, comerciante de caixões, “Crispim Soares” para “Joaquim Soares” em detrimento do conto “O Alienista” também integrante de *Papéis Avulsos* em que se conservou sobre o nome “Crispim Soares”, o boticário da Vila de Itaguaí. Com essa alteração do nome do personagem em “Verba Testamentária” que nos parece ter como origem o ato da reunião dos contos “Verba Testamentária” e “O Alienista” em uma mesma publicação em livro, encontramos outras alterações dentre as quais escolhemos as seguintes, para ilustrar algumas variantes no texto:

Edição na <i>Gazeta de Notícias</i> (08/10/1882)	Edição em <i>Papéis Avulsos</i> (1882)
p. 1, 1ª coluna, l. 16-19: [...] Crispim Soares fez o caixão/ em que foi mettido o corpo do pobre/ Nicoláu B. C. D.; fabricou-o elle/ mesmo, <i>con amore</i> ; [...]	p. 273 l. 11-13: [...] Joaquim Soares fez o caixão em que foi mettido o/ corpo do pobre Nicoláu B. de C.; fabricou-o elle/ mesmo, <i>con amore</i> ; [...]
p. 1, 1ª coluna, l. 46: ¶Não venho restaural-a. [...]	p. 274, l. 15: ¶Não venha restaural-a. [...]
p. 1, 4ª coluna, l. 67-71: [...] Teimou, seis ou oito vezes, em/ levantar os olhos, e da unica em que o/ consegui, fizeram-se-lhe tão vesgos, que/ não via ninguem, ou viu uma sombra/ um vulto, [...]	p. 281, l. 12-15: [...] Teimou, seis ou oito vezes,/ em levantar os olhos, e da unica em que o conseguiu,/ fizeram-se-lhe tão vesgos, que não via ninguem, ou só/ uma sombra, um vulto, [...]
p. 1, 5ª coluna, l. 26-32: [...] Nicoláu amava em geral/ as naturezas subalternas, como os doentes/ amam a droga que lhes restitue a saúde;/ acariciava-os paternalmente, dava-lhes o/ louvor abundante e cordial, emprestava-/ lhes dinheiro, distribuia-lhes mimos/ abria-lhes a alma...	p. 282, l. 11-15: Nicoláu amava em geral as naturezas subalternas,/ como os doentes amam a droga que lhes restitue a/ saúde; acariciva-as paternalmente, dava-lhes o louvor/ abundante e cordial, emprestava-lhes dinheiro, dis-/tribuiu-lhes mimos, abria-lhes a alma...
p. 1, 5ª coluna, l. 67-70: [...] Nicoláu, que padecera/ com os discursos delles, não menos pa-/deceu com o exilio, que era por assim/ dizer um certo relevo. [...]	p. 283, l. 16-18: [...] Nicoláu, que/ padecera com os discursos delles, não menos padeceu / com o exilio, posto lhes dêsse um certo relevo. [...]
p. 1, 6ª coluna, l. 23-31: [...] um jornal que vou/ mandar imprimir com o unico fim de/ lhe dizer as cousas mais agradaveis do/ mundo, e dizel-as nominalmente, recor-/dando os seus/ modestos, mas proficuos/ trabalhos da Constituinte, e attribuindo-/lhe, em folhetim semanal , muitas aven-	p. 284, l. 12-17: [...] um jornal que vou mandar imprimir com/ o unico fim de lhe dizer as cousas mais agradaveis do/ mundo, e dizel-as nominalmente, recordando os seus/ modestos, mas proficuos trabalhos da Constituinte, e attribuindo-lhe, muitas aventuras namoradas, agu-/dezas de espie-

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

/turas namoradas, agu-/dezas de espirito,/ rasgos de coragem, etc. [...]	rito, rasgos de coragem. [...]
p. 1, 7ª coluna, l. 16-23: [...]Esse homem, que/ inspirava entusiasmos e odios, cujo/ nome era repetido onde quer que o/ Nicoláo estivesse, na rua, no theatro,/ nas casas alheias, tornou-se uma verda-/deira perseguição morbida; d'ahi o fervor/ com que elle metteu a mão no movimento/ de 1831. [...]	p. 286, l. 10-14: Esse homem, que inspirava entusiasmos e odios,/ cujo nome era repetido onde quer que o Nicoláu / estivesse, na rua, no theatro, nas casas alheias, tor-/nou-se uma verdadeira perseguição morbida, d'ahi o/ fervor com elle metteu a mão no movimento de 1831.
p. 1, 8ª coluna, l. 24-26: [...] Realmente os pratos eram bons,/ alguns esplendidos , mas o elogio era um/ tanto emphatico, excessivo, [...]	p. 1, 8ª coluna, l. 24-26: [...] Realmente os pratos eram bons,/ alguns esplendidos , mas o elogio era um/ tanto emphatico, excessivo, [...]
p. 1, 8ª coluna, l. 70: MACHADO DE ASSIS.	p. 290, l. 7: FIM DA VERBA TESTAMENTARIA.

Tabela: Cotejo entre as edições de 1882 do conto “Verba Testamentária”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1882.

BAPTISTA, Abel Barros. *Autobiografias*. Campinas: UNICAMP, 2003.

BLOCH, Marc Lepold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff, apresentação à edição Brasileira Lilia M. Schwarcz, tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.). *Práticas da leitura*. Iniciativa de Alain Paire, tradução de Cristiane Nascimento, introdução Alcir Pécora. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 77-105.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 8 out. 1882.

ANÁLISE DO DISCURSO, ARQUIVO FATO DELITUOSO E MEMÓRIA DE TRÁFICO DE DROGAS

Lucas do Nascimento (USP/UFSCar)
lnascimento165@hotmail.com

Há sempre no conhecimento alguma coisa
que é da ordem do duelo e que faz com que
ele seja sempre singular

(Michel Foucault)

1. Introdução

Considerar o direito como discurso, a partir da afirmação de Orlandi (2002, p. 210-11) de que “não há ciência que não seja discurso”, responsabiliza o direito em uma ciência localizada no campo das sociais, “pois seu objeto alcança as condutas do homem”, que necessita do discurso (COELHO, 2001, p. 51). O discurso jurídico vem, de longa data, sendo *corpus* de trabalho de pesquisa de muitos estudiosos, entre outros, psicólogos, advogados, magistrados, jornalistas. Acredita-se que, pelo viés da análise do discurso de linha francesa, o artigo⁴³ que ora se realiza, tanto sobre a posição-sujeito do defensor público em processo de (des)construção discursiva de defesa na tentativa de absolvição penal, quanto da posição-sujeito do(s) réu(s) criminoso(s), possa contribuir para a análise das práticas sociais e judiciais.

Nesse contexto, examinar a posição-sujeito no discurso de defesa do advogado, na tentativa de absolvição dos réus envolvidos no crime de tráfico de drogas e na orientação dada a eles, como instrução criminal, implica analisar a construção de um processo discursivo⁴⁴ que visa à liberdade, fincado, muitas vezes, em dada filosofia, ideologia e práticas jurídicas. Assim, o *objetivo geral da pesquisa* é analisar os enunciados de um processo jurídico, tendo como hipótese que eles concorrem para uma prática de suavização do tráfico de drogas (visto como criminoso pela legislação), que se dá pelo discurso de vitimização do usuário, cada vez

⁴³ Resultado da pesquisa de Mestrado (UFSCar-SP, 2011) orientada pela Profa. Dra. Vanice Sargentini e financiada pela Capes. Referência: NASCIMENTO, Lucas do. *Análise do Discurso: Acontecimento e Memória de Tráfico*. Curitiba: Appris, 2011. Obra lançada no XV CNFL, na UERJ, 2011.

⁴⁴ Processo discursivo no sentido de produção de enunciados no decorrer do processo penal.

mais fortalecido pelos enunciados que circulam na sociedade (livros, filmes, reportagens, etc.). Dentre os elementos constitutivos do discurso, serão analisadas especialmente as *formas de representação do sujeito, a formação discursiva, o interdiscurso*. A análise será desenvolvida a partir da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história inscritas no *corpus de análise*, cuja composição é dada pela peça “acórdão” de um processo penal, concedida pelo Tribunal de Justiça de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo como *pressupostos teóricos* as formulações da análise do discurso de linha francesa, principalmente as teorizações de Michel Pêcheux e os postulados de Michel Foucault, e da teoria do direito, sob a perspectiva conflituosa do direito positivista e da Jurisprudência, esta pesquisa tem como *objetivos específicos*:

a) analisar *como* e *quais* efeitos de sentido entram em jogo no momento da produção e da circulação do discurso do defensor público, assim como dos denunciados, após a seção *Memoriais* e *Apelação do Acórdão*, no processo penal crime de tráfico de drogas;

b) verificar *como* se dão o apagamento e/ou o deslizamento do acontecimento do fato, das histórias e do vivido relatados pelos envolvidos no crime, com vistas a produzir uma inversão na construção de suas identidades, vitimizando-os, a partir da *Apelação, Preliminar e Pretensão à absolvição*;

Tais objetivos específicos são traçados a partir de *questões, como as seguintes, que nos inquietaram na leitura do processo em questão*: a) como funciona o discurso do defensor e qual a representatividade da sua argumentação no discurso a favor dos réus envolvidos no processo, considerando que no resultado final do julgamento dois réus foram condenados e um absolvido, sendo os três acusados clientes do mesmo defensor público?; b) pode-se considerar que o sujeito advogado busca uma ordem social ao defender como vítimas sujeitos denunciados de prática de tráfico de drogas?; e c) com isso, há possibilidades do Poder Judiciário e da Defensoria Pública lutarem ideologicamente por objetos “verdade” diferentes? Essas questões norteiam o dispositivo analítico deste trabalho.

2. *Análise do discurso e a perspectiva com a Nova História*

Por meio de alguns pontos teóricos centrados particularmente nas discussões dos franceses Pêcheux e Foucault, procurar-se-á encaminhar

em direção aos entornos da História e do acontecimento observados em enunciados do discurso jurídico. Para tratar do acontecimento e da memória no arquivo é preciso tratar, primeiramente, da espessura histórica do objeto *discurso*. Essa espessura inerente à análise da discursividade permite pensar pontos de contato do trabalho de historiadores, linguistas e analistas. Sargentini (2010), em seu artigo, apresenta o cerne de tal preocupação, demarcadamente a discussão sobre a relação discurso/história.

A partir de Régine Robin, da célebre obra *Histoire et Linguistique* (Paris, 1974), traduzida já em edição brasileira, Robin (cf. SARGENTINI, 2010) avalia a existência de recalamentos tanto do linguista quanto do historiador, em que este “recalca o significante, a materialidade da linguagem”, e aquele, “o sujeito e a história”. Aludir a esse ponto, consoante a autora, já é para analistas e historiadores um ponto de encontro para frutíferos avanços em trabalhos: situar história “no domínio do exterior linguístico, que, por sua vez, passa a estabelecer relação com o linguístico para o estudo do discurso” (SARGENTINI, 2010, p. 96).

M. Pêcheux (1983) apresenta essa articulação história e discurso também em comunicação no Colóquio *Marxism and the interpretation of culture: limits, frontiers, boundaries*, em julho de 1983. Assim, “os novos direcionamentos indicados por Courtine (1981) e as reflexões de Pêcheux (1983b) inscrevem a história no interior dos discursos e não mais na exterioridade linguística” (SARGENTINI, 2010, p. 98).

Com isso, a história comporta-se como “regularidade específica” de todo e qualquer discurso, legitimando-o, e, mais, possibilita a posição identitária dos sujeitos (FOUCAULT, 2008, p. 145). O ensinamento de Foucault [1969], enfim, exige, ao fazer científico, tratar – como método – o aparato histórico em toda análise, para, assim, ela ter identificação singular, original, autêntica, veraz na dispersão da materialidade discursiva.

Em outro artigo, Sargentini (2004, p. 84) aponta que Foucault “questiona na história o estudo dos longos períodos, os encadeamentos e seqüências necessárias entre os acontecimentos” e “opõe-se (...) a toda continuidade irrefletida”. Nesse estudo, destacam-se as reflexões de Foucault acerca da *descontinuidade* e a Escola dos *Annales*, com a sua importância.

A nova história, pelos seus postulados sobre o rompimento da cronologia e da sucessão temporal, por intermédio de termos como

‘momento’, ‘singularidade’, ‘acontecimento’ fortalecem sua renúncia com a história tradicional. Deu-se, também, com base na evolução da física, da matemática e da química quânticas, o rompimento da exatidão absoluta dos resultados quantitativos. Por exemplo, a teoria quântica demonstrou, nas ciências exatas, o fato da probabilidade e de aproximações de resultados sobrepor-se à tendência de determinar com exatidão os resultados quantitativos, inclusive ao lado de outros conceitos, como de velocidade, de espaço, de aceleração, de distância, etc. “A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso” (FOUCAULT, 2001, p. 414). Nesse contexto, a exatidão é superada pelas descontinuidades e pelas somas inexatas de aspectos, assim permitindo mudanças não só entre a totalidade e o relativo, o equilíbrio e a oscilação, a lembrança e o esquecimento, mas também entre a força do tempo e a força do espaço, ainda, entre a forma do homem e a forma do animal.

Para isso, os percursos teóricos e metodológicos para análise do processo serão estudados, a partir de Foucault (*apud* GREGOLIN, 2004), obedecendo à seguinte abordagem: a) o crime tráfico de drogas se produz em um emaranhado de descontinuidades históricas e em determinada duração; b) a memória (ir)rompe-se na História; e c) as (micro)relações de poder cristalizam sujeitos em determinados sujeitos (religiosos, midiáticos, jurídicos, civis, militares etc.). Os percursos estudados se darão em alianças entre corpo e olhar, escuta e voz no relato⁴⁵ do acontecimento de traficância em uma cidade “dos pampas”, atravessada pela jovialidade, em noite estrelada de novembro de 2003.

3. *Processo Penal: criminologia ou vitimologia?*

Ao tratar de processo penal crime tráfico de drogas, aponta-se uma questão instigante a ser feita, pela razão da especificidade desse campo do direito penal. Pelo funcionamento discursivo-jurídico da Defensoria Pública Brasileira hoje, os sujeitos envolvidos no crime das drogas, seja em tráfico ou em situação de uso, são eles vítimas ou criminosos? Usuários ou traficantes? Dependentes, consumidores, viciados ou comerciantes?

⁴⁵ Lembrar os relatos como orais e monumentalizados no documento processo-crime ou processo penal. Disso, sublima-se que cada sujeito fala de um lugar e posiciona-se de determinada *forma-sujeito*, rememorando termo de Pêcheux ([1975]1995).

Entre tratar a vitimologia ou a criminologia, a mudança no paradigma interpretativo é para dois aspectos centrais, a da norma e a da razão. Dois pontos principais para argumentos, defesas, acusações e sentenças. Ainda que se admita, por muitos profissionais do direito, não haver diferenças entre as espécies normativas, alguns, porém, afirmam a necessidade de envidar esforços para a aplicabilidade e a efetividade das normas, sem conflitá-las, razão relevante à delimitação dos critérios estabelecidos já em Códigos, Constituição etc., e a não contradição em práticas processuais.

Com isso, o tratamento interpretativo no processo jurídico envolve a avaliação. Avaliar pessoas, crianças, famílias, comércios, energia elétrica, utilidades públicas, saneamento básico, lugares como o morro, a casa, o “barraco”, as ruas e avenidas, as rodovias, a escola, etc. que estão presentes a prática de tráfico de drogas. Para leigos ou para especialistas, a situação é agravar a punição. É tirar cidadãos criminosos do meio social. Todavia, a legislação penal brasileira apresenta-se em seu quadro problemático. O que ainda não é percebido é a dimensão social exercida quando se concebe o tráfico como fonte de trabalho e de sobrevivência econômica. Tanto essa realidade é existente que duas constatações daí resultam: (i.) a defesa do denunciado de tráfico de drogas ser pautada no direito de liberdade, de sobrevivência, de responsabilidades civis; e (ii.) a inexistência de legislação severa frente a crime de tráfico de maconha. Por não se tratar de produto químico, causando menos danos ao indivíduo, segundo estudos das ciências da saúde, a acusação sofre dominação de argumentos de tal ordem, pela defesa, levando o enfraquecimento processual e punitivo, o que acarreta aumento substancial da prática de tráfico de drogas.

4. O fato delituoso e a construção discursiva

A seguir, far-se-ão análises de enunciados da memória construída do crime, descrevendo-os por sequências discursivas (sdr) materializadas pelo relator (escrivão). As sdr constroem a memória do acontecimento⁴⁶ tráfico de drogas em que três denunciados serão incitados aos depoimentos, momentos para a confissão, ou não, da prática criminosa. Levar-se-á em consideração, desde já, o flagrante dado nessa prática por policiais em serviço.

⁴⁶ Aqui, acontecimento será compreendido como um acontecimento inscrito na história do cotidiano, um fato, uma prática criminosa, um ato como tráfico.

O enunciado (1) insere-se no interior da sdr construída intradiscursivamente em contexto de formulação do *fato delituoso*, após relato dos réus presos em flagrantes e dos policiais autores da prisão, pelo escrivão. A formulação tem uma relação particular uma vez dada em situação de diálogo, de depoimento, momento em que sujeitos são interrogados pelo acontecido (podem ser os policiais, ou até mesmo os denunciados, que, geralmente, só serão depoentes posterior consulta/contato com o advogado⁴⁷). Os policiais e os sujeitos denunciados respondem as questões formuladas pelo Delegado de Polícia e o escrivão registra em forma escrita o oralizado, como demonstra (1), enunciado extraído do *corpus* ‘Fato Delituoso’:

(1) Em data não precisada, mas anterior a 18 de novembro de 2003, em cidade de tal/RS, os denunciados “X”, “Y” e “Z” *associaram-se para o fim de praticarem, reiteradamente*, o crime previsto no artigo 12 da Lei nº 6.368/76, *congregando esforços e vontades na obtenção e distribuição onerosa de ‘Cannabis sativa’ entre usuários e outros fornecedores* desta cidade, sendo que, no transporte das substâncias entorpecentes comercializadas, serviam-se, usualmente, de um veículo marca tal, com placas tal, *transitando com ele na calada da noite*, para não gerarem suspeitas. (grifos meus em negrito)

Nesse R1, tem-se a memória discursiva do(a) relator(a) (o sujeito escrivão) sobre o tráfico de drogas na cidade, cuja interferência se materializa na construção do texto – seção *Fato Delituoso* – do processo penal. Há um trajeto dado para a fabricação dos sentidos. O texto construído aponta direcionamentos discursivos. Nas formulações do enunciado (1), que se inserem nas sequências discursivas constituídas pelo texto/seção (rito/auto processual), tem-se uma situação de enunciação determinada: *combinação para a realização do tráfico*.

Em (1) as formulações abaixo localizam a *formação discursiva* (FD) dominante no processo discursivo na FD “tráfico”:

(1.1) *associaram-se para o fim de praticarem, reiteradamente...*

(1.2) *congregando esforços e vontades na obtenção e distribuição onerosa de ‘Cannabis sativa’ entre usuários e outros fornecedores*

(1.3) *transitando com ele na calada da noite*

⁴⁷ O contato/consulta é de direito de todo sujeito em situação de denunciado, preso, réu. É de opção do sujeito a escolha entre representante público (defensor público) ou particular (advogado/procurador).

Dessa situação, visualiza-se o efeito de memória do escritor sobre dois eixos do discurso: o eixo horizontal e o eixo vertical, segundo Courtine (2009). No primeiro, a relação do intradiscorso estabelece o trabalho da estrutura, do sistema, dos elementos léxico-sintáticos disponíveis paradigmaticamente (elementos de um estado de língua [classes gramaticais, sinonímia, etc.]), materializados em uma cadeia sintagmática. No segundo, a relação interdiscursiva está no eixo da história, do acontecimento, no lugar de possíveis atravessamentos (inter-)discursivos específicos, de mesmas ou distintas formações discursivas, na própria FD dominante. Dos dois eixos deriva o discurso como relação da língua com a história. Há, assim, para Pêcheux (2002), a ordem da língua (a estrutura) e a ordem do discurso (o acontecimento).

O efeito de memória é materializado na atualização do acontecimento. A cada efeito, resultado de um processo de formulações, evidenciam-se sentidos de memória que significam, representam-se como efeito no intradiscorso. O efeito resulta, ainda, de espaços discursivos que autorizam a circulação do dizer, que têm em comum alguns pontos relativamente estáveis (aqueles evidenciados por certa área, domínio de saber). Circulam os sentidos implicados desse “efeito”.

Em (2) (fragmento exposto a seguir), o efeito de memória está inscrito novamente na transição de verbo (cf. 1.1) para substantivo feminino no termo “a associação”, como os denunciados terem se organizado para ocorrer em tráfico, sendo-os um *grupo de traficantes*. Soa, assim, de tal forma o efeito que os sentidos de tráfico cristalizam-se na formulação (2.3) da sdr “*transportavam, para vender a terceiros [...]*”.

Se considerar, uma vez mais, os enunciados (1.1) e (2.1 – em destaque no recorte (2)), como a produção de um efeito de memória que atravessa a enunciação do escritor, percebe-se a formulação (1.1) *associaram-se para o fim de praticarem, reiteradamente...* reformulada em *Inspirados por tal associação* (2.1) como forma de repetição de enunciação determinada pelo sentido de tráfico:

(2) *Inspirados por tal associação* (2.1), no dia 18 de novembro de 2003, por volta da 01h10min, na BR-386, Km 366, em cidade tal/RS, os denunciados “X”, “Y” e “Z” (2.2), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, *transportavam, para vender a terceiros* (2.3), no interior do veículo marca tal, placas “tal” (RJ), de cor tal, 32 (trinta e dois) tijolos prensados e embalados em filme plástico, contendo, no total, 116,900Kg (cento e dezesseis quilos e novecentos gramas) de “Cannabis sativa”, vulgarmente conhecida como “maconha”, *substância entorpecente, que causa dependência física e psíquica*, por conter tetraidrocannabinol

(2.4), consoante laudo de constatação preliminar da fl. (grifos meus em negrito)

Na formulação (2.4) das sdr do enunciado (2), o contexto intradiscursivo demonstra o encaixamento de uma oração adjetiva que governa um pré-construído na oração principal. A formulação do pronome relativo [*que*] acompanhado de verbo e mais complementos [*causa* [+] *dependência física e psíquica*, por conter tetraidrocanabinol] registra a estrutura que indica o campo de saber circulado socialmente por informações de profissionais da saúde em que atesta determinada dependência ao sujeito ser humano. Os complementos nominais [*física*] e [*psíquica*] são pré-construídos da área da medicina, conclusão de interdiscurso da farmacologia [da substância tetraidrocanabinol] como discurso transversal, que regem uma FD em defesa de um discurso contra a legalização das drogas no Brasil na ordem discursiva do enunciado (2.4). Com essa defesa, a FD fortalece discursos da Promotoria Pública e do Poder Judiciário em situação de avaliar os denunciados como criminosos, portanto, réus. Além do mais, a rede discursiva está em emaranhado de formulações como a de que [32 (trinta e dois) tijolos prensados e embalados em filme plástico, contendo, no total, 116, 900 Kg (cento e dezesseis quilos e novecentos gramas) de “*Cannabis sativa*”, vulgarmente conhecida como “*maco-nha*”...]. Assim, os quilogramas são considerados pesados, demonstrando a quantidade como tráfico e não como para mero uso dos denunciados. Dessa forma, automaticamente o caráter de denunciados passa a exercer outro, o de réus.

5. *O Interrogatório e o Acontecimento Discursivo*

A partir das sequências discursivas no *Interrogatório*, verificar-se-á, primeiramente, pela sdr 1, que o réu “*Z*” *alegou que não praticou os delitos que lhe são imputados*, negando o acontecimento e até mesmo tracejando o sentido de anulação; os réus “*Y*” e “*X*” *também alegaram ser inocentes* – sdr 2, tendo a mesma posição frente ao acontecimento. De fato, essas sdr iniciais são declaradas no momento do *Recebimento da Denúncia*, isto é, antes da instrução criminal dada aos denunciados pelo Defensor Público.

Dessa maneira pode-se notar que, primeiramente, o discurso, pelas sequências discursivas dos réus “*X*”, “*Y*” e “*Z*”, orienta para a mesma estrutura léxico-sintática: *todos os réus serem não praticantes do delito ou inocentes*. Essa discursivização do acontecimento delitivo torna opaco

o acontecimento histórico criminal, tentando os réus trabalhar novos sentidos a partir dos sentidos produzidos no *Fato Delituoso* do processo penal, ou seja, tentando materializar o sentido de “não delito”. Assim é tecido um novo e outro sítio de significância, pelos acontecimentos discursivos (tendo em vista suas construções e o regime de seus funcionamentos), fazendo soar novos sentidos, como o de *não delito*, os quais fazem ressoar os sentidos já-postos: sujeitos *não delitivos* e, por isso, *inocentes*.

No entanto, em segundo momento, posterior a *Instrução Criminal*, conforme sdr 3, o réu “Y” foi interrogado, momento em que *alegou ser verdadeira em parte a imputação que estava sendo feita*, assim considerando em parte o ‘fato delituoso’. Na mesma oportunidade, foram interrogados os réus “X” e “Z”, conforme sdr 4, que afirmaram, mais uma vez, *não ser verdadeira a imputação que lhes estava sendo feita*. Diante do confronto de alegações, portanto, o réu “Y”, optou pela não repetibilidade da estrutura léxico-sintática – *alegou que não praticou os delitos que lhe são imputados*, enunciando *ser verdadeiro em parte* o delito

Com base nisso, verificar-se-á que no processo o réu “Y”, quando interrogado, primeiramente, alegou ser inocente. Em segundo momento, o mesmo alegou ser verdadeira em parte a imputação que lhe era feita, enquanto os demais réus mantiveram-se com seus discursos: “ser não praticante do delito ou inocente”. Esse segundo momento do réu “Y” já vem mostrar que há, no jogo enunciativo dos réus, efeitos de sentido distintos, assim efeitos de verdade também distintos, consequência das condições de produção serem diferentes. Condições, estas, em que afetam a repetibilidade ou a não-repetibilidade do dizer. Esse deslizamento de sentido do referido réu põe em encontro, de forma parcial, uma atualização da memória do crime ocorrido, isso pela sdr 3 ter trabalhado discursivamente atravessado por uma suposta transparência.

6. *O Relato como voz de estratégia*

Essas seqüências discursivas estão em consonância ao que disse o sujeito réu “Z”, no *Interrogatório*, o que vem beneficiar o resultante na absolvição, dada pelo Juiz.

Falar e proliferar os discursos põe o funcionamento enunciativo sob o regime de contar o acontecido. A tarefa de contar algo a alguém ou, ainda, declarar, narrar fatos está para a formulação de algumas proposições aparentemente verdadeiras. “Há um combate “pela verdade” ou, ao

menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não queremos dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar [...]”, mas ao distinguir o verdadeiro do falso se “atribuir efeitos específicos de poder” (Foucault, 2005, p. 13). Na situação criminal, o “aparentemente verdadeiro” deve distinguir-se efetivamente do falso, no sentido não de coisas a serem aceitas, mas de coisas oferecidas para experiências ou provas futuras. Para isso, efeitos de poder próprios do jogo enunciativo precisam entrar em jogo a fim de que o pensável, as estruturas, e o acontecimento possibilitem a interpretação pela “inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (Foucault, 2005, p. 5). Ao passo de perceber uma forma de história do fato tráfico de drogas possibilita identificar a constituição dos saberes e dos discursos sobre tal prática. Assim, é resultante a constituição do sujeito na trama histórica. Por exemplo, o sujeito réu ao enunciar o argumento da carona para resistir à acusação de crime de tráfico, à imputação de traficante, constitui-se em uma verdade que funciona o mecanismo de saber-poder valer a ideia “de carona”. Em torno dessa verdade, as técnicas e os procedimentos para sua produção é o que fazem formular o estatuto de verdadeiro. Esse estatuto é o responsável por “dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault, 2005, p. 12).

Entender que o conjunto de enunciados proferidos posterior a *sdr* – *Não, eu peguei carona, tava na praça, ali no chafariz [...]* – regula essa produção enunciativa como verdadeira, é entender que o que se torna regime de verdade, a partir do enunciado visto, são as formações de outros discursos povoados em filiações de saberes possíveis por ele mesmo. De modo também que pô-la para circular e funcionar como enunciado induz à reprodução de efeitos de poder.

O quadro reconstituído da História é memória de verdades. O tudo verdade, como efeito, lá onde aparecem as distinções de tempo, de modo e de pessoas colocam a verdade em questão relativizando o acontecimento de determinado ângulo. A tentativa é neutralizar a aparência do passado, do próprio fato como já um passado. Os sintagmas nominais e verbais tornam-se encarregados de apagar na estrutura léxico-sintática a não-verdade. Logo, tem-se, no processo penal, o réu ‘Z’ como apenas pegara *uma carona*.

No relato, o réu ‘Z’ continua

(...)

Saiu pra fora do carro e eles nos prenderam, foi isso que aconteceu.

...

Eu acho que sim, não sei, deve ter feito, eu não vi nada. Me prenderam e me trouxeram pra Lajeado. Só isso.

Não vi (indagado se viu os policiais fazerem uma revista no veículo).

No banco da frente (quanto ao banco em que estava sentado).

Não, não vi. Eu entrei no carro, no que já entrei, não deu nenhuma quadra e a Polícia já tava atrás (quando indagado se viu algum pacote dentro do carro).

Conheço ele, de vista e conheço ele assim também, ele trabalha num negócio de placa, ele trabalha junto com um primo do meu padraço (quanto a 'Y' [S]).

Tava conversando com ele, dei uma parada (quanto a 'X' [R.C.]). Conheço ele de vista. Várias vezes eu, de noite eu, de vez em quando eu dou uma caminhada. Não, caminhar, é costume já.

...

Eu queria uma carona, só queria uma carona, eu tava cansado já, e eu queria uma carona pra ponte seca, só isso.

...

Não (quando indagado se é dependente químico).

Não, eu bebo bastante, bebo bastante (quando indagado se costuma usar drogas).

Droga, às vezes eu fumo um baseado.

...

Duas portas (quanto ao Palio em que embarcou).

O 'X' [R.C.] ingressou atrás, e eu ingressei na frente do veículo.

...

Ninguém fugiu, nós paramos na hora em que foi parado, nós fomos presos. Ninguém fugiu..."

O relato de "Z" argumenta fortemente em direção a ser vítima do fato ocorrido, sustentado pela repetição da afirmação de *só queria uma carona*, aliás, observa-se que o Juiz seleciona essa mesma sdr no texto de *Insurgência*: "soou como mais verossímil sua alegação de que apenas pegara uma carona". O emprego dos advérbios *só* e *apenas* fortalecem, por sua vez, a argumentação de que não houve intenção premeditada de estar naquele carro ou naquela situação, muito menos intenção de *dolo*.

7. *Apelação como poder de defesa*

Pelos enunciados abaixo, o sujeito advogado ativa saberes locais, descontínuos, contra o saber dominado, a cristalização da ciência, do conhecimento verdadeiro, alegando a absolvição de “Z”. Assim, ele demonstra a sua relação com as FDs e a oposição contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico:

Recorte 1: [APELAÇÃO]

1. (...) argüi não haver nos autos qualquer elemento de provas para condenar o réu, requerendo a sua absolvição;
2. (...) postula pela revisão da pena imposta, no que diz respeito ao regime integralmente fechado, bem como pelo afastamento da majorante prevista no artigo 18, inciso III, da Lei nº 6.368/76.

Veja, a seguir, a *Insurgência do Ministério Público*, em caráter de absolvição ao réu “Z”, sobre a sua condenação pronunciada na *Sentença*:

Recorte 2: [INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO]

III) *provimento* da apelação interposta por DEFENSOR PÚBLICO [M.B.C.], modificando a sentença combatida no que a ele diz respeito, na medida em que resta absolvido com base no artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal, devendo ser posto imediatamente em liberdade se por al não estiver preso, com a retirada de seu nome do rol dos culpados, sem a incidência de custas;

Em (1) do R1, o sujeito Defensor requer a absolvição de seu cliente por declarar não haver provas para condenar o réu, e, em (2), requer a revisão da pena imposta em regime integralmente fechado e também requer o afastamento da majorante. A produção de (1) e (2) e a circulação de seus elementos significantes, ligados à formação de discursos, têm efeitos de poder pelas três especificações: (i.) não há provas; (ii.) pede-se para revisar a pena, e (iii.) para afastar a majorante. Essa produção e circulação apresentam a dominação dos meios de coação e a rejeição de atitudes impostas pela *Sentença*, entendidas como o efeito de um consentimento. Tal relação de poder é um modo de ação que age sobre essa própria ação enunciativa, exercendo, a liberdade de ação enunciativa, microrrelação de poder (FOUCAULT, 1995).

Nesse contexto, (1) e (2) são enunciados estratégicos para se chegar a um fim, a um objetivo: a absolvição. Esse fim é a ação de vantagem sobre o outro, podendo ser uma vitória. No caso do Defensor, as três especificações acima funcionam como mecanismos argumentativos, haja vista o efeito imperativo: *revisar a pena* e *afastar a majorante* por não

haver provas. Desse modo, vê-se que cabem, ao ritual jurídico, formas jurídicas em que haja estratégias de confronto, a ser encaminhada pelo Defensor, por exemplo, com o objetivo da não condenação do seu cliente, mais, a não reclusão carcerária.

8. *Considerações finais*

A construção para o sucesso de absolvição penal se dá pela materialidade da linguagem, pelo linguístico e pelo histórico, inseparáveis no campo do discurso, resultando em amostragem de sujeitos réus determinados por sentidos de inocência. O que determina um sentido e não outro, ou o que determina uma dada significância e não outra, nas relações discursivas de defensoria modernas, é o atenuante da *vitimologia*. Discursivizar o sujeito traficante como *vítima* da esfera social, de acentuada problemática brasileira pela intensificação do consumo de drogas, estabelece a existência de sujeitos *drogados*, *dependentes*, *usuários*, *consumidores*. Essa foi a forma de deslizar o SENTIDO DE TRAFICÂNCIA para o SENTIDO DE USUÁRIO, com a consequência de apagar a identidade de traficantes dos três sujeitos envolvidos no crime de tráfico de drogas. Do trabalho do sentido, o deslizamento e o apagamento da história e do crime vivido pelos envolvidos, soou como uma inversão na construção de suas identidades, vitimizand-os. Pelo emprego de atenuadores linguísticos como ‘apenas’, ‘só’, ‘em parte’ se deu essa prática de suavização. Ainda pela associação com uma memória discursiva que circula na sociedade atual sobre o usuário de drogas em oposição ao traficante. Tal fato coloca o usuário e o traficante em FDs de oposição.

A significação discursiva das novas formas do discurso jurídico (imparar revisões de pena, elaborar argumentos que fragilizam a objetividade e a razão, elaborar estratégias de confronto com efeito de verdade, construir sentidos sobredeterminando outras FDs) tem êxito pela enunciabilidade, formulada por conjunto de enunciados, de um sujeito Defensor estratégico. Emaranhado em diversas estratégias, ele atomiza a precisão de que as palavras já signifiquem para que elas façam sentidos. Diante do objeto simbólico, o sujeito Defensor é instado a dar sentido, a significar, não por se tratar simplesmente das regras pelas regras em mesmo ritual, mas por advir passos estratégicos, elucidar seu papel profissional que envolve o confronto das acusações, o desacordo com a sentença, o direito de apelação.

Elencam-se, em síntese, algumas das contribuições consideradas no decorrer do trabalho:

- 1) Em R1, o enunciado demonstrou os sentidos e o interdiscurso acionados pela memória discursiva do escrivão, influenciando à construção enunciativa do fato delitivo em tráfico de maconha;
- 2) As sdr dos réus confrontaram-se no segundo momento do *Interrogatório*, evidenciando os sentidos da *Instrução Criminal* dirigida pelo Defensor Público;
- 3) A sdr do réu “Z” formulou, ao menos, duas declarações que construíram o traçado de sentidos em prol da absolvição: a) pegara *apenas/só uma carona* até o local de acesso ao Alto do Parque, local em que o réu queria ir; e b) “verdadeira *em parte* a imputação que lhe estava sendo feita”, assim, a formulação funcionou como efeito de verdade;
- 4) A sdr na *Insurgência do Defensor Público* e na sua *Apelação* [R1] demonstrou a FD que levou à autorização da absolvição do réu “Z” [R2] e impediu discursos de culpabilidade e punição, elencados na determinação de condenação na *Sentença*;
- 5) A posição identitária de caroneiro de dois réus acionou sentidos relativos à representatividade de drogado, usuário, dependente, consumidor;
- 6) A Defensoria Pública Brasileira formulou discursos constituindo sentidos de vitimologia, dessa forma, enfraquecendo mecanismos de criminologia.

Por fim, destaca-se o movimento da noção de memória discursiva para mostrar a relação de interdiscursos presentes na materialidade linguística, registrando-os na estrutura sob a(s) (des)ordem(ns) discursiva(s). A enunciação da escrita do escrivão construiu o fato do crime de tráfico de maconha sob a ótica da significação da memória discursiva. Ela é constituída por imagens, argumentos, críticas, exemplos, discursos veiculados no cenário midiático e cultural. Sabe-se, sobretudo, do acionamento da memória para lembrar fatos e torná-los discursivizados. Diante disso, vê-se o funcionamento das sdr de acusação e de defesa em embate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COURTINE, J-J. Le discours communiste adressée aux chrétiens. *Langages*. Paris, n. 62, 1981. Tradução brasileira _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Para entender Kelsen*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. O sujeito e o poder. In.: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault, Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero e introdução traduzida por Antonio Carlos Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. Outros espaços, In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault. Ditos & escritos*. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GREGOLIN, M. R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.

PÊCHEUX, M. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Discourse: structure or event? Actes du Colloque Marxism and Interpretation of Culture: Limits, Frontiers, Boundaries. L'Université Urbana-Champaign, 8-12 juillet 1983. In.: PÊCHEUX, Michel. *L'inquietude du discours*. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990, p. 303-323.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

SARGENTINI, Vanice. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77-96.

_____. As relações entre a análise do discurso e a história. In: MILAN-EZ, N.; GASPAR, N. R. (Org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-102.

**ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA
DO CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO
ATRAVÉS DAS LEITURAS DAS OBRAS DE
GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**

Renato da Silva (UNIGRANRIO)
redslv333@gmail.com

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a configuração do espaço público no Brasil através de duas obras clássicas da historiografia nacional: *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e *Sobrados e Mucambos* (1936) de Gilberto Freyre. Analiso esses dois importantes trabalhos de forma não comparativa. Considero as idéias principais desses dois autores uma agenda específica de estudo sobre a formação da sociedade brasileira. Neste sentido, apresentarei separadamente os pontos principais destes dois livros, que nos ajudarão a compreender melhor o processo de construção de um espaço público no Brasil.

Como foi dito acima, a sustentação deste estudo são obras de Sérgio Buarque e de Freyre, que foram verdadeiros engenheiros, mestres de obras e até pedreiros desse edifício denominado Brasil. No entanto, conto também com acabamento estético dos trabalhos de Roberto DaMatta, George Avelino Filho e Robert Wegner. Na primeira parte do estudo, analiso um dos espaços intermediários entre público e o privado, que segundo Freyre representa ascensão de novo ator social: o bacharel mulato. Na segunda parte, enquadro o caro conceito de cordialidade de Sérgio Buarque. “O homem cordial em ação” no espaço público brasileiro.

2. “Meia raça”, “meio homem”: o mulato e os espaços intermediários

O Brasil começou a viver a urbanização de fato a partir do século XIX com chegada da família Real em 1808. Esse processo de urbanização atingiu primeiramente e intensamente a cidade do Rio de Janeiro, a cidade sede da corte portuguesa, depois do Império brasileiro e no final do século capital federal da República. Mas no Brasil, existiam outras cidades importantes como: São Paulo, Olinda e Recife. Essas duas últimas são laboratórios sociais preferidos de Gilberto Freyre. O autor recorda-se

da infância em Recife, onde viveu numa casa grande de engenho⁴⁸. A casa grande juntamente com a senzala seria os espaços privilegiados no primeiro trabalho do autor.

Casa Grande & Senzala de 1933, o primeiro livro de Freyre, segundo Roberto DaMatta (2003), teve três alvos explícitos. Primeiro, o rompimento com paradigma racista, corrente até então na historiografia nacional. Neste caso, Freyre opta pelo viés culturalista. Segundo, tratar de temas tabus como intimidades sexuais entre senhores e escravos, apresentando a mestiçagem como forma positiva de colonização. O terceiro alvo seria mostrar a contribuição civilizadora do negro para nossa sociedade.

Neste contexto, o espaço rural foi esmiuçado na análise de Freyre, o patriarcalismo brasileiro seria a forma dominante de organização da sociedade. Segundo o autor, a casa grande completada pela senzala, representou um modo admirável de acomodação e equilíbrio, que a incompatibilidade entre o sobrado e o mucambo veio dissolver. Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos* aborda justamente essa incompatibilidade ou antagonismo entre esses dois locais. O espaço, no entanto, é a área urbana que inicia sua ascensão no século XIX, mais precisamente no período do Brasil Império.

A urbanização do Império, a conseqüente diminuição de tanta casa-grande gorda, um sobrado magro, mas tarde até em chalé esquivo; a fragmentação de tanta senzala em mucambaria, não já de negro fugido, no meio do mato grosso ou no alto do morro agreste mas de negro ou pardo livre, dentro da cidade – fenômeno de 1830 brasileiro que se acentuou com a campanha da Abolição – tomou quase impossível o equilíbrio antigo, da época de ascendência quase absoluta dos senhores de escravos sobre todos os outros elementos da sociedade; sobre os próprios vice-reis e sobre os próprios bispos (...) (FREYRE, 2003, p. 712).

O engenho de açúcar entrou decadência no fim do período colonial e com ele segundo Freyre, a casa grande e a senzala. O patriarcalismo resiste por mais tempo, e consegue marcar de forma definitiva nossa constituição social. Para Freyre, a transferência da aristocracia rural para espaço urbano, além de modificar a organização do poder transforma também as relações de classe e raça. A complementaridade e a acomodação que existia na casa grande e na senzala não se transferiu para as cida-

⁴⁸ Em 1909 Gilberto Freyre então com nove anos de idade passou uma temporada no Engenho São Severino do Ramo, que era de seus parentes.

des. Os sobrados e os mucambos decoraram a área urbana e trouxeram a tona diferenças e os conflitos “adormecidos” na casa grande e na senzala.

Na interpretação de Freyre, a área urbana era um terreno fértil para explicação dos antagonismos abafados no espaço rural. É justamente nessa área de efervescência social, que segundo DaMatta (2003), surgiram espaços intermediários. O mulato seria a reapresentação de um desses espaços que era considerado ambíguo e marginal. Mas o mulato também foi segundo escritor pernambucano, uma força nova e triunfante dessa nova geografia: o espaço urbano. O bacharel mulato seria o primeiro ator do espaço público em formação. Ser híbrido, “meio-homem”, “meia raça”, o bacharel mulato transferiu involuntariamente essas qualificações para espaço público brasileiro.

A ascensão do bacharel ou doutor – mulato ou não – afrancesado trouxe muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e das inglesas e em oposição às portuguesas: revolta de filhos contra pais. Mas, por outro lado, afrancesados como Arruda Câmara é que deram o grito de alarme contra certos artificialismos que comprometiam a obra patriarcal de integração do Brasil, como aqueles exagerados sentimentos de nobreza encarnados por Antônio Carlos. (FREYRE, *op. cit.*, p. 720).

Esses bacharéis mulatos, produtos da miscigenação racial, foram educados na Europa. Segundo Freyre, Portugal, França e Inglaterra forneceram o diploma de “civildade” a esses filhos muitas vezes ilegítimos do patriarcalismo brasileiro. Em alguns casos foram financiados pelos pais trabalhadores urbanos como alfaiates e as doceiras que num grande esforço participavam desse rearranjo urbano. No entanto, o autor enfatiza o difícil retorno desses bacharéis mulatos e sua conflituosa adaptação à sociedade patriarcal. (...) “Adolescentes que se europeizaram de tal modo e se sofisticaram de tal maneira que meio brasileiro, sobretudo o rural – menos europeu, mais bruto – só lhes deu a princípio nojo, enjoo físico: aquela vontade de vomitar aos olhos de que fala o pregador”. (*Ibid.*, p. 715). Neste sentido, Gilberto Freyre, o bacharel mulato sentia-se incomodado com sua posição. Não eram homens brancos, nem negros, alcançaram a sensibilidade e a cultura iluminista através dos estudos, mas sentiam-se limitados pelo modo de vida da aristocracia rural que conduziam a sociedade escravocrata.

O romantismo literário no Brasil – vozes de homens gemendo e se lamuriando até parecerem às vezes vozes de mulher – nem sempre foi o mesmo que os outros romantismos: aquela “revolta do Indivíduo” contra Todo – sociedade, época, espécie – de que fala o crítico francês. Em alguns casos, parece ter sido menos expressão de indivíduos revoltados que de homens de meia-raça,

sentindo, como de meio-sexo, a distância social, e talvez psíquica, entre eles e a raça definitivamente branca ou pura; sexo definitivamente masculino e dominador. (*Ibid.*, p. 730).

O bacharel mulato sofreu, mas se readaptou aos trópicos. A sociedade patriarcal foi invadida por esse novo elemento social. A ascensão do mulato diplomado muitas vezes aconteceu pelo casamento com moça rica de família tradicional. Dessa forma, o bacharel mulato unido à família poderosa de engenho ou de fazenda, passa representar o “nervo político” desse novo tipo de organização privada. O bacharel representava um novo poder. O poder das cidades e seus homens. O bacharel mulato emprestou ao espaço público em construção suas qualidades e defeitos.

Na visão de Weber (1996) o espaço público deve ser regido pelas relações impessoais. Os ingredientes formadores da nossa esfera pública foram diferentes e conflitantes daqueles produzidos nos países protestantes. O que Freyre não vê como negativo, e sim, um produto genuinamente brasileiro. Nessa compreensão, nosso espaço público foi dominado pelos interesses pessoais, que produz relações autênticas. Um homem de “meia cor”, que pela educação também seria um “meio-homem” para tradição patriarcalista, atuou no espaço público sem uma identidade definida. O papel desempenhado pelo bacharel mulato no mundo público combinava a educação européia com aristocracia rural do senhores de escravos. Neste sentido, Gilberto Freyre fez uma análise detalhada do bacharel mulato e sua contribuição para formação do nosso espaço público.

As roupas, os sapatos, os chapéus e até os gostos dessa “nova força triunfante” seriam traços importantes para compreensão da dimensão das transformações depositadas no mundo público pelo bacharel mulato. O exemplo do “abraço e as tapinhas nas costas”, que para o autor, mesmo que esses gestos estejam relacionados indiretamente com o passado escravocrata do papel de submissão imposto ao negro, o mulato divulgou e o transformou num ato de amizade (“cordialidade”) entre os homens. Um gesto íntimo e sempre ambicioso no espaço público. Isto é, o esforço que os indivíduos fora do espaço privado fazem para diminuir a distância pessoal aplicada pelo mundo público. O abraço depois do aperto de mão seria um dos últimos estágios de encurtamento dessas distâncias determinadas pela esfera pública.

As ruas das cidades que representariam o espaço público não tiveram a princípio seus direitos respeitados. As casas invadiam essas ruas sem cerimônias, se apropriavam delas deixando marcas da intimidade da sociedade patriarcal. Segundo Freyre, “o privatismo patriarcal, ainda nos

domina”. Para o autor, o patriarcalismo mesmo em processo de desintegração lento com a urbanização foi capaz de transbordar para a rua, para o mundo público, as relações de intimidades que ordenavam a casa. O bacharel mulato estaria com um pé na rua e outro na casa, e assim, circularia a atuaria na esfera pública.

Mas mesmo desprestigiada pela rua e diminuída nas funções patriarcais (que manteve até o centro de algumas cidades); diminuída pela matriz, pela fábrica, pelo colégio, pelo hotel, pelo laboratório, pela botica – a casa do século XIX continuou a influir, como nenhuma dessas forças, sobre a formação social do brasileiro de cidade. O sobrado, mas europeu, formando um tipo, o mucambo, mas africano ou indígena, formando outro tipo social de homem. E a rua, a praça, a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval, todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças, foram atenuando os antagonismos de classe e de raça e formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo (...)

(...) O brasileiro pela sua profunda formação patriarcal e pela semi-patriarcal, que ainda continua a atuar sobre ele em várias regiões afastadas, é um tipo social em que a influência da casa se acusa ecológica e economicamente em traços de maior significação. Gosta da rua, mas a sombra da casa o acompanha. Gosta de mudar de casa, mas ao pobre nada preocupa mais que comprar seu mucambo; e o rico, logo que faz fortuna, levanta palacete bem à vista da rua (...). (*Ibid.*, p. 35-6)

Roberto DaMatta (1979) analisou o funcionamento da sociedade brasileira estruturada em dois sistemas: *indivíduo e pessoa*. O autor elaborou a diferenciação entre indivíduo e pessoa, a partir de uma expressão significativa no universo brasileiro: “Você sabe com quem está falando?”. Segundo DaMatta, a distinção entre pessoa e indivíduo na sociedade brasileira é concreta. A nossa vertente individualizante encontra-se na nossa legislação. Isto é, a orbe dos indivíduos é formado pelo plano de impessoalidade das leis. O Estado burocrático deve ser constituído por indivíduos. O espaço público seria o terreno de atuação desses indivíduos regidos por leis igualitárias e universalizantes. No entanto, o trabalho de DaMatta apontou que essa vertente individualizante não seria para todos no Brasil. O denominado povo estaria mais próximo da esfera impessoal do mundo público. O que segundo o autor, não garantiria igualdade e justiça para todos esse indivíduos. Por que os grandes beneficiados dessa estrutura seriam as *pessoas*.

As *pessoas* eram aquelas formadas na esfera privada, protegidas pela casa e a família. Na casa e na família, o individualismo é abolido, sendo do domínio da *pessoa* essas duas esferas. Segundo DaMatta, existiriam áreas de passagem de pessoas para indivíduos na rua, no espaço

público. O trabalho, uma repartição pública seria áreas de passagem, em que as classes altas e médias tentariam encurtar a experiência de serem *indivíduos*. Ou seja, no Brasil ser considerado indivíduo seria ser considerado inferior. Um indivíduo sem identidade, sem nome, sem vantagens. É justamente nessa experiência de individualização da pessoa que surgiram os mediadores desse espaço público. Aqueles que facilitariam a circularidade das pessoas na esfera pública, tirando vantagens, utilizando as leis para o sucesso pessoal. Esses mediadores de passagem da casa para rua seriam os “pistolões”, os “patrões”, as “entidades espirituais” e “santos”, mais principalmente os padrinhos presentes no estudo de Gilberto Freyre, quando analisou a ascensão do bacharel mulato nas cidades patrocinadas pela antiga aristocracia rural.

(...) A sugestão foi a de que o Brasil fica situado a meio caminho: entre a hierarquia e a igualdade; entre a individualização que governa o mundo igualitário dos mercados e dos capitais e o código das moralidades pessoais, sempre repleto de nuances, gradações, e mercado não pela padronização e pelas dicotomias secas do preto e do branco, de quem está dentro ou fora, do é ou não é, mas permitindo mais uma diferença e uma totalidade. De fato, a sugestão é de que, no Brasil, temos os dois sistemas operando numa relação de reflexividade de um em relação ao outro, de modo que sempre confundimos mudar com oscilar de um lado para outro. E, realmente, nada mais drástico do que a passagem de mundo das pessoas ao universo dos indivíduos. É como se fossem dois mundos diversos; mas é minha pretensão saber podendo sugerir que esses dois mundos se alimentam e, ao contrário do que pode supor nosso pensamento mais linear, eles se complementam de modo complexo. É isso, novamente, o que revela o estudo detalhado do “Você sabe com está falando?” (DAMATTA, 1979, p. 191-92).

Parece-me que o mulato, em particular o bacharel mulato, seria a ilustração mais autêntica da nossa esfera pública. Ele foi educado na Europa, no centro das idéias iluministas burgueses. Remodelado pelas leis universais de igualdade, liberdade e fraternidade. Para Freyre, no Brasil, os bacharéis mulatos associados à aristocracia rural pelo casamento ou patrocínio desempenharam um papel ambíguo no espaço público. Foram os defensores dos interesses pessoais das elites rurais, mas também participaram da edificação do aparato legal: o universo impessoal das leis. A campanha pela abolição e a proclamação da República seriam exemplos concretos da atuação dos bacharéis mulatos no espaço público. Os bacharéis mulatos de Freyre foram os “meios-indivíduos” e as “meias-pessoas” apontadas na análise de DaMatta.

3. “Coisas do coração”: o homem cordial

A síntese de pensamento brasileiro está reunida em três excelentes trabalhos: o primeiro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, de 1933, que focaliza o aspecto cultural da nossa sociedade inaugurando uma antropologia cultural. O segundo estudo é justamente aquele que palavra síntese cai melhor, *Raízes do Brasil*, pequeno em páginas para um livro que tem a pretensão de compreender o universo psicológico, material e social do nosso país. *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936, é uma análise diferente de outros estudos tradicionais que buscam a construção da nossa história. A qualidade literária e a forma que são utilizadas as fontes faz desse trabalho uma obra singular na nossa historiografia. Diferentes dos outros dois trabalhos, *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. de 1942, realizou uma análise econômica apoiada numa interpretação marxista da nossa sociedade.

O contexto que marcou esses nove anos de fertilidade reflexiva e riqueza literária seria um tempo de crença numa possível revolução social que transformasse as estruturas políticas e promovesse o desenvolvimento nacional. A produção científica a partir desses três intelectuais inaugurou um novo período nas ciências humanas. Muitos trabalhos ditos históricos, sociológicos ou antropológicos apesar de ter esforços reconhecidos, tornaram-se obras ilustrativas sem poder de discussões profundas. O que esses três pensadores das ciências humanas construíram e ainda constroem a partir do momento que abrimos suas obras é incomparável.

No primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “Fronteiras da Europa”, Sérgio Buarque analisou a diferença entre a Península Ibérica e o continente europeu. O autor sinalizou as principais características do iberismo em geral, destacando em particular o iberismo português. Dessa forma, o autor apontou os principais características da nossa herança colonial/cultural. Elementos que construíram nossa mentalidade. O culto à personalidade representa um traços mais significativos dessa herança. A valorização do indivíduo e o desprezo pelo coletivo. Neste sentido, o indivíduo era mais importante do que a sociedade. Segundo Sérgio Buarque, esses sentimentos pessoais também poderiam ser responsabilizados pela falta de ordem e frouxidão na estrutura social.

O autor defende a colonização portuguesa com seu espírito aventureiro e despojado frente a uma colonização metódica e racional que os holandeses tentaram implantar no nordeste brasileiro. Os lusitanos dife-

renciam-se também dos espanhóis quanto ao tratamento dispensado aos índios e aos escravos. Uma das singularidades da colonização não planejada portuguesa foi à tendência a fusão de raças. O autor afirma que a mistura de raças não era uma novidade para os portugueses. O próprio povo português era um povo misturado não existindo os famosos orgulhos raciais tão frequentes na Europa.

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça. Ao menos de orgulho obstinado e inimigo de compromissos, que caracteriza os povos do norte (...). (HOLANDA, 1995, p. 53).

Sérgio discutiu duas questões importantes sobre a herança ibérica na formação da identidade do brasileiro. Primeiro refere-se ao mundo do trabalho. A divisão entre o trabalho intelectual e manual, sendo mal vista esta segunda atividade. O preconceito pelas atividades físicas permanece até os dias atuais. A construção de uma inteligência ou de um espírito erudito estético, sem a capacidade de produção de um conhecimento criativo e especulativo. Enfim, um conhecimento enciclopédico.

A segunda questão importante trabalhada por Sérgio Buarque de Holanda diz respeito a configuração do nosso espaço público. Uma questão vital para compreendermos as relações sociais que imperam no Brasil. O autor analisou as estruturas sociais que se formaram no “espaço público brasileiro”. Isto é, a sociedade brasileira se formou baseada em laços pessoais ou relações sanguíneas e tendo uma certa identificação pelo afrouxamento das regras de sociabilidade. Enfim, a sociedade brasileira teve como base os princípios da intimidade. A família patriarcal é a expressão máxima dessas representações pessoais que imperam no espaço público brasileiro.

Na análise de Sérgio Buarque, a cordialidade do povo brasileiro foi constantemente interpretada erradamente pela historiografia. Para o autor, o homem cordial seria aquele que atua, principalmente no espaço público, pela emoção e sentimentos do coração. É errôneo pensar a cordialidade como bondade e passividade, a cordialidade pode apresentar uma agressividade camuflada pela sutileza dessa concepção. Os laços de sangue que marcam essa bondade são determinados pela continuidade do espaço privado. Quando temos esse homem brasileiro inserido no espaço público, ele realiza um esforço intenso de resgate das relações familiares ou privadas e quando não for possível estabelecê-las, sua atuação no espaço público é marcada pela indiferença e violência. A cordialidade não seria sempre sentimentos positivos, a raiva, o rancor como o amor sur-

gem no coração, enfim são “coisas do coração”. A cordialidade não significaria boas maneiras ou civilidade. Pelo contrário, o homem cordial brasileiro seria o indivíduo governado pela emoção e sentimentos. O homem cordial não teria desenvolvido o autocontrole tão importante no processo civilizador de Norbert Elias (1993).

George Avelino Filho (1990) considera o conceito de cordialidade como principal chave interpretativa do trabalho de Sérgio Buarque. O homem cordial segundo Avelino Filho, seria a síntese do processo de colonização realizado pelos portugueses no Brasil. O homem cordial é o homem das “coisas do coração”, é um homem doméstico. E esse ambiente doméstico o acompanha até na esfera pública. E quando Avelino Filho afirma que “o privado transborda para o público”. A dimensão desse transbordamento seria sentida até no mundo dos negócios. Um lugar determinado pelas relações impessoais, que no Brasil, o papel de cliente estaria entrelaçado com a posição de amigo. Segundo Sérgio Buarque, seria muito difícil estabelecer relações de qualquer natureza que não orientada por uma “ética de fundo emotivo”. O que criaria uma grande dificuldade para fundar uma empresa no país pelos estrangeiros não conhecedores dessa realidade singular.

Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo. (HOLANDA, *op. cit.*, p. 149).

Assim, o Estado Nacional no Brasil não seria reconhecido como um espaço de manifestações coletivas, e sim, uma continuidade da estrutura familiar, que fortalece um espírito pessoal egoísta frente a qualquer possibilidade de relações solidárias. O mundo público é ocupado por uma contagiosa intimidade que enfraquece o poder estatal. Neste sentido, a formação da burocracia estatal ganhou uma nova concepção no território brasileiro. A burocracia ligada às formas de atraso ou impedimento do funcionamento do trabalho público. O funcionalismo público e seu ficaram também condicionados pela gerência pessoal. Para Sérgio Buarque:

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrario, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi duvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (*Ibid.*, p. 146).

Segundo Avelino Filho, a instituição de um Estado burocrático esbarraria na incapacidade de abstração produzida pela socialização no âmbito familiar. Para existência de uma organização estatal baseada num modelo burocrático seria necessário adotar normas rígidas e impessoais. A legitimidade desse Estado burocrático dependeria da absorção de um princípio racional e abstrato acima de qualquer vontade pessoal. Neste sentido, para edificar este Estado, haveria de romper com a mentalidade familiar, núcleo da cordialidade como: o ruralismo, o horror as hierarquias, a força das relações familiares, já eram um produto dos colonizadores portugueses.

(...) A cordialidade é o resultado direto da materialização da "cultura da personalidade" na colônia; é somente com o processo de urbanização que a cordialidade, junto com a influência ibérica, começa a enfraquecer-se. Herança ibérica, ruralismo e cordialidade são coisas que andam juntas (...) (AVELINO FILHO, 1990, p. 8).

Avelino Filho, analisou também o conceito de civilidade contrapondo-o a concepção cordialidade. A civilidade seria estruturada pelas relações impessoais e racionais. Para Avelino Filho, Sérgio Buarque serviu-se da noção de civilidade de duas formas. A primeira nos padrões weberianos, onde o processo de racionalização e impessoalização das relações humanas conduziriam a civilidade. Neste sentido, a cordialidade estruturada nas relações humanas mais emotivas, intensas e menos abstratas seria o oposto. A outra forma de analisar a contraposição entre cordialidade e civilidade seria verificar a incompatibilidade entre democracia e cordialidade. A socialização dentro da família patriarcal criaria indivíduos constituíram uma visão de mundo através de princípios afetivos, não sendo capazes de abstrair as leis impessoais que regem o Estado burocrático.

Segundo Avelino Filho, a civilidade não seria apenas o produto da impessoalidade, mas fundamentalmente a qualidade de existência do político e de uma sociedade democrática. Para Sérgio Buarque, o processo de urbanização ocorrido no Brasil do século XIX, não transformou a nossa cultura patriarcalista. Segundo José Murilo de Carvalho (1990), essa sociedade extremamente desigual, ainda sob forte influência escravocrata, teria no Estado Republicano, uma porta à não exclusão ao mundo público. Nas palavras de Carvalho: "A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta de Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era a inserção que se chamaria com maior precisão de cidadania." (*Ibid.*, p. 29). Ou seja, as cidades representam a continuidade do poder exercido no campo, alguns homens utilizaram a máquina estatal

como instrumento de representação dos seus interesses privados. No Brasil, o espaço público seria identificado como estatal. Segundo Avelino Filho, Sérgio Buarque estaria até inclinado para uma alternativa autoritária com o objetivo de estruturar a sociedade brasileira nos moldes de civilidade.

Assim, Sérgio detecta a distância entre o “Brasil real” e o “Brasil legal”. Todavia, a sua postura não-ideológica traduz-se no caráter aberto do livro e, como venho tentando provar, na sua riqueza. Sérgio se abre inclusive para uma saída autoritária. O autoritarismo encarregar-se-ia de forjar um novo tipo de cultura mais afetivo à civilidade. Mas, ao considerar a desagregação da herança ibérica com a perda de espaços do ruralismo, ele prefere apostar no diverso, no movimento e na observação do desenrolar da crise que identificou. Além do mais, seria difícil concretizar este tipo de “autoritarismo iluminado”, cujos dirigentes não poderiam estar ligados à cultura cordial. (AVELINO FILHO, *op. cit.*, p. 12).

Para Sérgio Buarque, aversão do brasileiro ao ritualismo criou até na esfera religiosa uma relação de frouxidão e intimidade. No catolicismo, a intimidade chegaria ponto de tratar os santos de uma forma quase desrespeitosa. Ao utilizar os diminutivos da língua, criam-se relações domésticas com entidades religiosas. Santa Teresinha é um bom exemplo desse ambiente de intimidade na esfera religiosa, como também o culto ao Menino Jesus. A religião, principalmente a católica, esteve dentro da casa patriarcal. Em muitos casos, as capelas ou igrejinhas estavam inseridas nas casas grandes, os ritos religiosos eram estruturados também pelas relações afetivas. Segundo Sérgio Buarque, uma religiosidade de superfície, onde o culto religioso não impõe nenhum sacrifício, ou esforço de contenção das emoções.

Uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias de que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa. Religiosidade que se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem. Assim, nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e vontade. Não admira pois, que nossa República tenha sido feita pelos positivistas, ou agnósticos, e nossa Independência fosse obra de maçons. A estes se entregou com tanta publicidade nosso primeiro imperador, que de fato chegaria a alamar o próprio príncipe de Metternich, pelos perigosos exemplos que encerrava sua atitude. (HOLANDA, 1995, p. 150).

Em resumo, o primeiro eixo de argumentação de Raízes do Brasil diz respeito ao legado ibérico. Esta herança seria essencialmente a versão

católica para o mundo do trabalho profundamente marcado pela Contra-Reforma e o tradicionalismo. O segundo eixo, diz respeito à cordialidade que ofusca a intenção de construir um espaço público no Brasil. A cordialidade mesmo com o “fim do domínio patriarcal” não encontrou na cidade a civilidade e as relações impessoais. Dessa forma, a concepção de revolução para nós assume uma dinâmica lenta e segura mais próxima de uma reforma.

Para Robert Wegner (2000), esses dois eixos por serem paralelos não se encontram. A oposição desse modelo é sintetizada a partir de americanismo x iberismo / cordialidade x civilidade. Ou seja, do iberismo não pode surgir algo compatível com o americanismo, da cordialidade não surge à civilidade. Sobre o tradicionalismo brasileiro, Wegner assinala que Sérgio Buarque constrói um tipo ético que representa a racionalidade da cultura brasileira. Neste contexto, a importância do legado ibérico para construção da personalidade brasileira. Segundo Wegner interpretando Sérgio Buarque:

O fato de o Brasil recebido esse legado de uma nação ibérica – uma “zona fronteiriça”, “indecisa entre a Europa e África” – lhe dará um caráter peculiar, menos carregado de “europeísmo” ainda que este constitua um patrimônio seu. (*Ibid.*, p. 30).

O traço mais marcante dessa herança ibérica seria o desenvolvimento exacerbado da cultura da personalidade, a promoção da independência pessoal, onde cada indivíduo não precisa do próximo. Sérgio Buarque na sua construção da cultura brasileira destacou o espírito aventureiro do português que significava o “elemento orquestrador” da colonização do Brasil. Neste caso:

(...) Ao aventureiro interessa apenas o objetivo final de seus esforços, dispensando os processos intermediários para alcançá-lo. No dizer de Sérgio Buarque “seu ideal seria colher o fruto sem plantar a árvore. (*Ibid.*, p. 31)

Esse espírito aventureiro permite compreender a relação que o português estabelece com a terra. A adaptação dos portugueses à terra ocorreu de forma passiva, eles aceitavam “desígnios da natureza” não tendo a intenção de ordenar o espaço físico. “espírito de vontade e oposição à natureza”. Wegner resume o tradicionalismo brasileiro da seguinte forma:

(...) o tradicionalismo brasileiro está associado à aventura e à ausência de ordenamento do “self”, este permanecendo diretamente ligado aos impulsos do coração, sem intermediação de princípios gerais. De forma esquemática, essa situação corresponde, de um lado, à ausência de trabalho sistemático e ao

amor ao ócio antes que o negócio e, de outro, à dificuldade da formação de uma esfera pública e de ordenamento social por regras abstratas. (*Ibid.*, p. 38).

4. Considerações finais

Ao longo deste trabalho procurei apontar as raízes do espaço público no Brasil através de duas obras clássicas da historiografia brasileira. Gilberto Freyre com *Sobrados e Mucambos* e Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* sinalizavam importantes questões sobre a configuração do espaço público brasileiro. Gilberto Freyre através do estudo sobre o bacharel mulato ilustrou positivamente que o *meio processo* na verdade representa uma alternativa para rígida polaridade entre o privado e o público. Segundo Gilberto Freyre, não ficamos no meio caminho, e sim, criamos um novo itinerário localizado numa esfera tão pública como privada. O estudo de Freyre tem muitos flancos abertos para críticas e restrições, no entanto, considero que o pensamento deste autor fornece boa munção para uma reflexão mais otimista da nossa história.

Sérgio Buarque de Holanda apresentou o mundo do qual somos herdeiros. O mundo polarizado, o bem e o mal, o trabalhador e o doutor, o campo e a cidade, a esfera domestica invadindo o espaço público, o indivíduo superior ao coletivo. Esses e outros contrários formam nossa identidade singular e a nossa complexa cultura. *Raízes do Brasil* é uma obra que promove sempre novas discussões de diferentes intensidades. O homem cordial de Sérgio Buarque é homem dos sentimentos do coração. É tão amoroso como também pode ser vingativo, sentimentos como o amor e ódio são “coisas do coração”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 12, v. 5, fev. de 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada – Apresentação para sobrados e mucambos. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. I: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2 vols. 1954.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1996.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

**“ANNOS OU ANOS”:
ESTUDO DAS VARIAÇÕES GRAFEMÁTICAS
EM DOCUMENTOS MANUSCRITOS
DO ACERVO DE MONSENHOR GALVÃO⁴⁹**

Daianna Quelle da Silva Santos da Silva (UEFS)

daiannaquelle@hotmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

rcrqueiroz@uol.com.br

1. Introdução

O projeto “Documentação de Feira de Santana: um trabalho linguístico-filológico” tem como *corpus* os documentos manuscritos que pertencem ao Acervo de Monsenhor Galvão, localizado na Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, a qual está situada no Museu Casa do Sertão – órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A partir deste projeto desenvolveram-se vários trabalhos, dentre os quais se tem a publicação do livro: *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*, publicado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2007) e organizado pela Prof^a Dr^a Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Salienta-se que este livro foi um dos resultados do referido projeto de pesquisa em sua primeira etapa.

Durante o desenvolvimento do projeto, os pesquisadores editaram os documentos relativos ao período compreendido entre os séculos XIX e XX. No entanto, o objetivo do presente trabalho é apresentar a análise das variações grafemáticas encontradas em dois documentos já editados – uma Certidão de Doação de Bens e uma Declaração de Vendas. A partir do levantamento das lexias, a análise dos dados demonstrou diferentes ocorrências gráficas e, para melhor explaná-las, foram feitos alguns agrupamentos: Grupo 1: das vogais orais; Grupo 2: das vogais nasais; Grupo 3: das consoantes simples; Grupo 4: das consoantes geminadas; Grupo 5: das variações gráficas de uma mesma palavra; Grupo 6: dos grupos consonantais gregos e latinos.

⁴⁹ O desenvolvimento deste trabalho ocorreu a partir da atividade de bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq.

2. *A ortografia, a oralidade e as variações grafemáticas*

A língua, nas modalidades escrita e oral, desde os primórdios, apresenta uma fonte inestimável de memória, pois é através daquela que o homem registra suas ações, se comunica, entre outros feitos. Sabe-se que as línguas não são estáticas, sendo isso mais perceptível em sua modalidade oral, uma vez que na modalidade escrita respeita-se mais aquilo que foi padronizado como correto.

No *corpus* do trabalho, o registro dos escrivães – representantes neste caso da voz dos oficiais e dos solicitantes dos documentos notariais, verifica-se que quando aqueles escreviam, grafavam as palavras de acordo com as suas próprias noções de letramento, bem como de acordo com o que ouviam dos indivíduos envolvidos durante o registro dos fatos.

Levando-se em consideração o que foi dito anteriormente, analisa-se que a escrita está intimamente ligada à linguagem oral, uma vez que o sistema de escrita é formado a partir da união entre sons e significados que compõem o signo linguístico (SILVA, 2009, p. 18). Sabe-se que no campo da ortografia, faz-se necessário relacionar som (plano fônico) e grafia (plano escrito da representação da língua). (RODRIGUES, 2005, p. 1)

Sónia Rodrigues (2005), em se tratando dos planos fônico-co/fonético e gráfico da língua, destaca que:

No estudo da evolução fonética da língua, a partir de palavras em que ocorram processos de evolução fonética, intervêm noções como as de produção e classificação dos sons da fala, relações de proximidade e distância dos fonemas da língua e de processos fonológicos (inserção, supressão e alteração de segmentos, metátese). Quanto a relações lexicais, como a homofonia e a homografia, intervêm noções como a da relação escrita / som (a realização de alguns sons através de diferentes formas gráficas. Na compreensão dos recursos estilísticos de ordem fonética ou rítmica, como por exemplo a aliteração em [s], intervêm noções como relação escrita / som (a realização do som [s] através das grafias "s", "ss", "c" e "ç". No domínio da versificação, por exemplo, na rima, quando existem palavras com terminações gráficas idênticas mas que não rimam entre si, como "cego" e "sossego", intervêm noções como as diferenças entre som e escrita e instrumentos como a transcrição fonética. (RODRIGUES, 2005, p. 1)

Sendo assim, visualiza-se nos documentos as interferências do plano fônico/fonético e gráfico da língua, como se percebe em: “Certifico a todos que a *prezente* certidão [...]” (Certidão de Doação de Bens, f.1r,

linhas 17-18). Correlacionam-se ocorrências como esta registrada nos documentos notariais estudados ao fato de que:

A tradição histórica da ortografia portuguesa é marcada por três períodos: (1) o fonético, que se inicia com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI; (2) o pseudoetimológico, que se inicia no século XVI e vai até o ano de 1911, quando se inicia o terceiro e último período denominado de moderno ou reformado. (FARIAS *et al.*, 2010, p. 97)

Partindo dos pressupostos citados, comprova-se que os documentos denominados de: Certidão de Doação de Bens, datada de 26 de março de 1881; e Declaração de Venda, datada de 3 de setembro de 1928 marcam o encontro entre dois períodos: o pseudo-etimológico, referindo-se à Certidão, no exemplo contido no fragmento: “Certifico a todos que a *presente* certidão [...]” (f. 1r, linhas 17-18); e o moderno, referindo-se à Declaração, no seguinte trecho: “E para seu titulo lhe passa a *presente* escriptura que vae por mim e por elle comprador assignada” (f.1r, linhas 19-21). Salienta-se também, nos documentos estudados, a existência de variações quanto à acentuação das palavras, como se vê em “*Heroica* Cidade da Cachoeira” (f. 1r, linha 12) e “quatro mil *reis*” (f. 2r, linhas 2 e 3), constantes da Certidão de Doação de Bens; em contrapartida, vê-se um uso maior das palavras acentuadas na Declaração de Vendas, uma vez que uma das características principais do período moderno foi a introdução profunda de acentos, a exemplo tem-se: “cuicoenta mil *réis*” (f. 1r, linha 14). Portanto, através do estudo do *corpus*, são perceptíveis algumas ocorrências e variações gráficas, as quais seguem apresentadas em quadros, de acordo com os grupos estabelecidos e mencionados anteriormente na Introdução.

3. Categorização gramática do corpus

3.1. Grupo 1: das vogais orais

Certidão de Doação de Bens

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
Paraguay	f.1r – linha 10	Substituição do grafema <i> pelo grafema <y>, porque ambos representam o mesmo fonema /i/	“[...] com a Medalha da Campanha Geral do <i>Paraguay</i> [...]”
Ley	f.1r – linha 11		
Seo	f.1r – linha 12	Substituição do grafema <u> pelo grafema <o> indicando uma variação grafofonética.	“[...]Heroica Cidade da Cachoeira e <i>seo</i> termo; [...]”

Quaes Vae	f. 1r – linha 22 f. 2r – linha 22 f. 2r – linha 26 (Certidão de Doação de Bens) / f. 1r – linha 20 (Declaração de Vendas)	Substituição do grafema <i> pelo grafema <e> indicando uma variação grafofonética.	“[...] entre os <i>quaes</i> um acordam da relação do suplicante Emigdio Damasseno Passos [...]”
testimunha testimunho	f. 1v – linhas 17-18 f. 1v – linha 21	Substituição do grafema <e> pelo grafema <i> indicando uma variação grafo-fonética motivada pela interferência da oralidade.	“[...] Como <i>testimunha</i> Dionizio José de Cerqueira [...]”
couza	f. 2r – linha 18 f. 2r – linha 26	Substituição do grafema <i> pelo grafema <u> indicando uma variação grafofonética.	“[...] nem declarava outra alguma <i>couza</i> [...]”

Declaração de Venda

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
Jacuhype	f. 1r – linha 23	Substituição do grafema <i> pelo grafema <hy>, porque ambos representam o mesmo fonema /i/	“[...] Riachão do <i>Jacuhype</i> 3 de Setembro de 1928”
Chapéó	f. 1r – linha 7	Substituição do grafema <u> pelo grafema <o> indicando uma variação grafofonética.	“[...] antiga estrada do Morro do <i>Chapéó</i> [...]”

3.2. Grupo 2: das vogais nasais

Certidão de Doação de Bens

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
Achão	f. 1r – linha 19; f. 2r – linha 20	Uso do ditongo nasal <ão> no lugar de <am>, usado atualmente, representando a realidade oral	“[...] que no meu poder e cartório se <i>achão</i> diversos papéis[...]”

3.3. Grupo 3: das consoantes simples

Certidão de Doação de Bens / Declaração de Vendas

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
prezente freguezia	f. 1r – linha 18 f. 2r – linha 24 f. 1r – linha 32	Substituição do grafema <s> pelo grafema <z> em posição intervocálica e em posição final, porque ambos representam o fo-	“Certifico a todos que a <i>prezente</i> certidão [...]”

rezolvemos	f. 1r – linha 32	nema /z/. Tal variação se dava por conta da confusão estabelecida em relação às regras ortográficas, a este fenômeno denomina-se: exemplos de variação gráfica livre.	
valioza	f. 1r – linha 11		
couza	f. 2r – linha 17 f. 2r – linha 26		
mez	f. 2r – linha 31		
Jezus	f. 2r – linha 34		
Fasenda (Declaração de Vendas)	f. 1r – linha 4		
emfim	f. 1r – linha 8	Substituição do grafema <m> pelo grafema <n> porque ambos possuem o traço de nasalidade	“[...] <i>emfim</i> praticando todos os actos [...]”

3.4. Grupo 4: das consoantes geminadas

Certidão de Doação de Bens / Declaração de Vendas

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
Tabellião commercio anno accordam supplicante delle sello alluido (Declaração de Vendas)	f. 1r – linha 10 f. 1r – linha 11 f. 1r – linha 21 f. 1r – linha 22– 23 f. 1r – linha 23 f. 1r – linha 26 f. 2v – linha 2 f. 1r – linha 15	Presença de consoantes geminadas, por conta da influência pseudoetimologizante, fenômeno conhecido como variação etimologizante.	“[...] <i>Tabellião</i> publico, do judicial na ley[...]”

3.5. Grupo 5: das variações gráficas numa mesma palavra

Certidão de Doação de Bens / Declaração de Vendas

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
prezente	f. 1r – linha 18; f. 2r – linha 24 (Certidão de Doação de Bens)	Alternância entre os grafemas <z> e <s> porque ambos podem representar o mesmo fonema em posição intervocálica /z/, uma vez que as vogais sonorizam a consoante surda, além disso, a variação se dava por conta da confusão estabelecida em	“[...] a todos que a <i>prezente</i> certidão [...]”
presente	f. 1r – linha 20		

	(Declaração de Vendas)	relação às regras ortográficas.	
assignados (Certidão de Doação de Bens)	f. 1r – linha 19	Alternância entre os grafemas <[ss] e <s> em posição pré-tônica por conta da confusão estabelecida em relação às regras ortográficas	“Dizemos abaixo <i>assignados</i> marido e mulher [...]”
assignada (Certidão de Doação de Bens)	f. 2r – linha 27 f. 2v – linha 4		
assignada (Declaração de Vendas)	f. 1r – linha 21 f. 1r – linha 29		
Jacuípe (Certidão de Doação de Bens)	f. 1v – linha 14	Alternância entre os grafemas <i> e <hy> pois o grafema <i> podia ser representado pelos grafemas <i>, <y> ou <h> ainda no período fonético, e como no período pseudoetimológico retomou-se o aspecto etimológico das palavras, era comum encontrarem-se palavras grafadas com <y> e <h>. Salienta-se que a presente variação se dava por conta da confusão estabelecida em relação às regras ortográficas.	“[...] freguezia de <i>Jacuípe</i> , vinte seis de Março [...]”
Jacuhype (Declaração de Vendas)	f. 1r – linha 23		
testemunha / testimunho (Certidão de Doação de Bens)	f. 1v – linhas 17-18 f. 1v – linha 21	Alternância entre os grafemas <e> e <i> motivada pela interferência da oralidade.	“Como <i>testemunha</i> Dionizio José de Cerqueira [...]” “[...] em presença das <i>testemunhas</i> abaixo firmadas.”
testemunha (Declaração de Vendas)	f. 1r – linha 22		

3.6. Grupo 6: dos grupos consonantais gregos e latinos

Certidão de Doação de Bens / Declaração de Venda

Palavras	Ocorrências	Análises	Contexto
assignados (Certidão de Doação de Bens)	f. 1r – linha 2-19	Usam-se os grafemas <gn> no lugar de <n> por conta da influência do período pseudoetimológico, fenômeno conhecido como va-	“Dizemos abaixo <i>assignados</i> marido e mulher [...]”

assignada (Certidão de Doação de Bens)	f. 2v – linha 4 f. 2r – linha 27	riação etimologizante.	
assignada (Declaração de Vendas)	f. 1r – linha 21 f. 1r – linha 29		
signal (Certidão de Doação de Bens)	f. 1v – linha 22		
actos (Certidão de Doação de Bens)	f. 1r – linha 9	Usam-se os grafemas <ct> no lugar de <ct> por conta da influência do período pseudoetimológico, fenômeno conhecido como variação etimologizante.	“[...] praticando todos os <i>actos</i> de domínio [...]”
escripto (Certidão de Doação de Bens)	f. 2r – linha 19	Usam-se os grafemas <pt> no lugar de <pt> por conta da influência do período pseudoetimológico, fenômeno conhecido como variação etimologizante.	“[...] <i>escripto</i> de doação e conhecimento [...]”
subscripta (Certidão de Doação de Bens)	f. 2r – linha 27		
escriptura (Declaração de Bens)	f. 1r – linha 20		
Chisto (Certidão de Doação de Bens)	f. 2r. – linha 33	Usam-se os grafemas <ch> no lugar de <c> por conta da influência do período pseudoetimológico, fenômeno conhecido como variação etimologizante.	“[...] anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus <i>Chisto</i> [...]”

4. Estruturação dos documentos notariais

Os documentos manuscritos propiciam conhecer a língua em diversos períodos, trazendo à baila aspectos históricos, sociais, culturais, etc. A Certidão de Doação de Bens e Declaração de Vendas são documentos notariais que serviam como instrumento público de comercialização, uma vez que se registravam em cartório.

Nos documentos mencionados anteriormente, os tabeliães ou escrevães – oficiais públicos que redigiam os autos, termos de processo, atas, certidões e outros documentos públicos, registravam os dados solidados.

A partir da leitura da Certidão de Bens viu-se que o tabelião Francelino do Vale Cabral prescreve a certidão datada de 26 de março de 1881 a pedido de Emigdio Damasseno Passos. Nesse tipo de documento, geralmente se vê algumas marcas textuais que evidenciam o tipo de texto, designadas na Certidão de Doação de Bens como:

4.1. Nome do suplicante, nome do escrivão, as benfeitorias:

- a) *Certidão passada a pedido de Emegdio Damasseno Passos;*
- b) *Francelino do Valle Cabral Capitão honorario do Exercito, Cavalheiro de Ordem de Chisto, Condecorado com a Medalha da Campanha Geral do Paraguay, tabelião publico;*
- c) *fazenda denominada “Congo” situada nesta freguezia, rezolvemos por nossas vontades, a dar a metade dos terrenos a metade das benfeitorias;*

4.2. Data de emissão, lugar onde é lavrada e a existência de testemunhas:

- a) *do anno de mil oitocentos e oitenta e um;*
- b) *nesta Heroica Cidade da Cachoeira, aos onze dias do mez de fevereiro anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e oitenta e seis.*
- c) *Como testemunha Dionizio José de Cerqueira Couto. Francelino Ribeiro Machado;*

4.3. Observação quanto à forma de quitação e sobre o recolhimento do imposto:

- a) *Transmissão de propriedade, quatro mil reis. A folhas cento nove do livro da receita do imposto supra fica lançadas a quantia de quatro mil reis pagou Emigdio Damasseno Passos, proviniente do imposto de um décimo de um por cento, correspondentes a reis quatro contos;*

4.4. Fecho do tabelião e assinatura:

- a) *Eu Francelino do // Valle Cabral. Escrivão que subscrevi // [e as]signei Com [...] por [...] [...] // Espera por mercê [...] // Francelino do Valle Cabral Segefredo Ataliba Galvão // Pago 400 reis do sello de folha 2. Cachoeira, 11 de Fevereiro de 1886. Cabral. // Cachoeira, 11 de Fevereiro 1886 // Valle Cabral.*

Já no documento, Declaração de Venda, datado de 3 de setembro de 1828, vê-se que o escrivão Cosme Pereira faz o registro documental, no qual consta:

4.5. Nome do vendedor, nome do comprador, valor e descrição da comercialização:

- a) *Digo eu, Cosme Pereira da Mercês, abaixo assignado, que entre os mais bens possuo livre e desembargado de qualquer onus amigável ou judicial, bem assim uma posse de terra nos terrenos da Fazenda "Aguada Nova" deste Municipio, com centro e dez braças de largura com o comprimento que houver da antiga estrada do Morro do Chapéu para o Rio Saracajú; havidas por compra a Manoel Lino de Oliveira e por se achar livre e desembargada com[fo] acima fica ditoa referida posse de terra;*
- b) *Nesta data vendo-a como de facto vendida a tenho de hoje para sempre ao Senhor José Carneiro de Oliveira pelo preço de cuicoenta mil réis (50#000) que recebi pelo alludido comprador em moeda corrente;*

4.6. Data de emissão, lugar onde foi lavrado e a existência de testemunhas:

- a) *E para seu titulo lhe passa a presente escriptura que vae por mim e por elle comprador assignada, em presença das testemunhas abaixo firmadas. Riachão do Jacuhype 3 de Setembro de 1928*

4.7. Assinaturas do vendedor, comprador e testemunhas:

- a) *Cosme Pereira Mercês // José Carneiro de Oliveira // Como testemunha Joaquim Carneiro da Silva // Antonio Lopez de Souza*

4.8. Registro de Títulos e Documentos:

- a) *Apresentado para Registro e apontado sobre ¹⁶
nº de ordem 3522 no Protocolo A nº 2
Registrado sob nº 3218 no livroB-9 Registro Integral
Feira de Santana, 14 de janeiro de 19 56
O Oficial Edgard Erudilho Suzarte*

5. Considerações finais

Ressaltando-se que os documentos em estudo representam períodos distintos da ortografia portuguesa, verificam-se com extrema clareza as variações grafemáticas existentes entre os períodos em que foram lavrados os documentos. O estudo de tais documentos nos permite fazer conjecturas sobre a língua nas modalidades escrita e oral da época, bem como perceber a configuração textual de alguns documentos e as palavras que costumemente apareciam neles. Porém, o estudo não foi exaustivo, estudos etimológicos, lexicográficos podem ser feitos com o *corpus* a fim de se construir um melhor arcabouço acerca da ortografia da língua portuguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: UFSM, 1995.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1969.

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FARIAS, Emilia Maria Peixoto *et al.* A Escrita nos autos de querela do século XIX: do passado ao presente. *Cadernos do CNLF*, vol. XIV, n. 2, t. 1, p. 97-108, 2010. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/097-108.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2011.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Caminhos do português: a memória da escrita preservada nos documentos. *Fólio – Revista de Letras*, Vitória da Conquista: UESB, v. 1, n. 1, p. 82-94, nov. 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/viewFile/7/18>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *A escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro*: edição de suas memórias. Salvador: Quarteto, 2006.

RODRIGUES, Sónia Valente. Fonética e fonologia no ensino da língua materna: modos de operacionalização. *Encontro sobre Terminologia Linguística: das teorias às práticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 1-33, set. 2005. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/srodrigues/pdfs/term_ling_actas.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011.

**APRENDER A NADA-R, DE NIVALDA COSTA:
UMA PROPOSTA DE ESTUDO
DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO**

Débora de Souza (UEFS / UFBA)
deboras_23@yahoo.com.br
Rosa Borges dos Santos (UFBA)
borgesrosa6@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais

Desde a antiguidade, a filologia tem como principal função preservar e transmitir a memória cultural de um povo. Nessa perspectiva, o Grupo de Edição e Estudo de textos teatrais censurados na Bahia, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Borges (UFBA), tem como principal objetivo recuperar e interpretar, por meio de exercício filológico, o texto teatral produzido e censurado no período da Ditadura Militar (1964-1985), na Bahia.

O *corpus*⁵⁰ utilizado neste trabalho encontra-se no Acervo do Espaço Xisto Bahia, localizado à Biblioteca Pública do Estado da Bahia, em Salvador, e no Acervo da Divisão de Censura e Diversões Públicas, do Arquivo Nacional, em Brasília-DF. Esses documentos integram também o Arquivo Digital de Textos Teatrais Censurados, organizado pelo referido Grupo de Pesquisa.

Propõe-se, neste artigo, tecer algumas considerações sobre o processo de construção do texto teatral censurado *Aprender a Nada-r*, da dramaturga e diretora baiana Nivalda Costa, tomando, sobretudo, os pressupostos da crítica textual e da crítica de processo.

2. Crítica textual e crítica genética ou crítica de processo

A filologia é uma disciplina que tem como principais objetivos a recuperação e a interpretação de diferentes textos, antigos e modernos, tanto em termos físicos quanto de conteúdo, visando à preservação e à transmissão da memória cultural escrita de um povo.

⁵⁰ O texto aqui tomado como objeto de estudo faz parte do *corpus* utilizado por esta pesquisadora na pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia – (UFBA).

No trabalho filológico, portanto, busca-se investigar, interpretar e editar textos de forma minuciosa. Em diferentes contextos sócio-históricos e culturais, de acordo com o pensamento vigente em cada sociedade, verifica-se o desenvolvimento e aperfeiçoamento desse estudo.

A crítica textual é concebida como método crítico, histórico e cultural aplicada a textos modernos e contemporâneos, têm-se como objeto diferentes textos modernos e contemporâneos, dos quais se dispõe, muitas vezes, de materiais pré, para e pós- textuais. Interessa-se pelo produto, o texto final, autorizado, que é recuperado pela atividade de edição.

A crítica genética ou crítica de processo, portanto, preocupa-se com a construção da obra, deslocando-se o olhar do produto para o processo. Enfatiza-se, conforme Willemart (2009), que o foco da crítica genética não se encontra, necessariamente, no estudo dos manuscritos ou dos esboços, como, inicialmente, se verificou, mas em todo documento que apresenta os vestígios de uma gênese.

Segundo Grésillon (2009, p. 43),

A crítica genética escolheu estudar o conjunto de documentos escritos que carregam algum tipo de testemunho do processo escritural: anotações esparsas, notas de leitura como preparação para uma obra futura, projetos, cenários, rascunhos, cópias passadas a limpo, cópias impressas, provas corrigidas e, caso se faça necessário, as reescrituras que antecedem uma nova edição do texto.

Assim, “a crítica genética insiste no estudo dos processos de criação e pouco importa que seja com ou sem manuscritos” (WILLEMART, 2009, p. 53-54). Logo, sua distinção em relação às outras abordagens críticas acerca do texto literário, dar-se, sobretudo, por estudar o processo de criação, segundo o autor, poucas vezes considerado antes pela crítica.

Trata-se de compreender a obra através de seu devir e não apenas por seu resultado, revelando o ato de escrita e o sujeito atuante que joga com as palavras na busca de melhor expressividade, manipula os elementos linguísticos, poéticos, narrativos ou cênicos.

No estudo do texto literário, faz-se imprescindível o diálogo entre a crítica textual e a crítica de processo para que se possa interpretar e dar a ler o processo de criação e a obra, como produto. Contudo, deve-se repensar a forma de estabelecimento e apresentação desses estudos, de modo a torná-los cada vez mais legíveis.

O crítico, textual ou geneticista, na atualidade, mais que em outras épocas, deve atentar para as responsabilidades do fazer editorial, refletin-

do sobre sua prática. Sabe-se que o estudioso oferece ao leitor, comum e especialista, uma leitura, realizada em determinado momento, que supõe a tomada de uma série de decisões e escolhas.

Duarte (2007, p. 29), em *Tempo de Perguntar*, questiona o que e como fazemos para estudar, preservar, valorizar e disponibilizar os testemunhos, documentos, do patrimônio escrito que aumentam a cada dia, incitando uma reflexão sobre o trabalho, o papel e a responsabilidade do filólogo, crítico e / ou geneticista.

Nesse sentido, buscar-se-á tecer uma proposta de estudo do processo de construção do texto teatral censurado *Aprender a Nada-r*, de Nivalda Costa, tomando os pressupostos da crítica textual e da crítica de processo.

3. *A construção do texto teatral Aprender a Nada-r, de Nivalda Costa*

Nivalda Silva Costa, dramaturga, diretora, atriz e poetisa baiana, começou a fazer teatro no período ginasial, no Colégio Estadual Severino Vieira, e cursou a Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, no período da Ditadura Militar.

Durante aquele regime opressor, a intelectual, a partir de estudos e pesquisas, desenvolveu uma série de estudos cênicos sobre relações entre poder e espaço, que se constitui de seis textos: *Aprender a Nada-r*, *O pequeno príncipe ou ciropédia*, *Glub! Estória de um espanto*, *Casa de cães amestrados*, *Vegetal Vigiado*, *Anatomia das feras*.

Esses textos teatrais foram encenados, em sua maioria, pelo Grupo de Experiências Artísticas, Testa, de teatro amador, formado por estudantes. Desse modo, Nivalda Costa, juntamente com o Grupo Testa, utilizou-se do teatro, sua arma mais poderosa, para julgar e denunciar repressão, censura e violência vivenciadas naquele contexto sócio-histórico, político e cultural.

É verdade que as circunstâncias eram propícias para o desenvolvimento de um teatro político e engajado, contudo, como artista de seu tempo, a dramaturgia empreendida por Costa apresenta-se como reflexo de uma emancipação do espetacular, a partir de determinadas condições de produção.

O texto teatral *Aprender a Nada-r*, aqui selecionado, foi produzido e censurado em 1975, no período da Ditadura Militar, na Bahia. Trata-se de um roteiro, que se apresenta em dois testemunhos, a saber:

Documento pertencente ao Arquivo Particular de Nivalda Costa, em Salvador – BA, datiloscrito, possui 08 folhas e 302 linhas. Suporte medindo 295mm x 210mm. Papel ofício amarelado devido à ação tempo. Folhas com marcas de grampos e cliques, à margem esquerda. As folhas 02, 05, 06, 09 estão numeradas ao centro, à margem superior. Há manchas, às folhas 07 e 08, causadas pela umidade e rasgões que comprometem a leitura. Existem emendas manuscritas, em tinta azul e preta, às folhas 01, 05, 07, 08, 09 (APNC). Cf. **Figura 1**.

Documento pertencente ao Acervo da Divisão de Censura e Diversões Públicas, do Arquivo Nacional, em Brasília-DF, datiloscrito, 09 folhas e 296 linhas. Suporte medindo 320mm x 215mm. Folhas com marcas de grampos, à margem esquerda, estão numeradas ao centro, à margem superior. Carimbo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT, em formato circular, à primeira folha, com assinatura/rubrica, em seu interior. Há interrogações, à direita, à mão, em diferentes trechos, às folhas 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 (ANB). Cf. **Figura 2**.

A peça foi encenada entre os dias 19 e 22 de junho, no Teatro Vila Velha, às 21 horas, com autoria e direção, de Nivalda Costa; produção, do Grupo Testa; figurino, de Walber e Nivalda; som, de Djalma; coreografia e expressão corporal, de Arthur Moreira; cenário, de Solange Galeão e Bira Bonfim; contrarregra, Bira Bonfim.

O espetáculo apresenta-se como uma “comédia-enxerto-lírica”⁵¹, em dois atos, em que personagens figuram-se à procura de uma situação e seguem, de forma ordenada e aleatória, setas coloridas, prendendo-se, ao final, em uma rede de caçar borboletas. Posteriormente, os personagens buscam saídas para a realidade repressiva, movimentam-se, contorcem-se e apalpmam-se perdidos.

⁵¹ Nivalda Costa assim denomina o texto *Aprender a Nada-r* em diferentes entrevistas e matérias de jornais veiculados na Bahia.

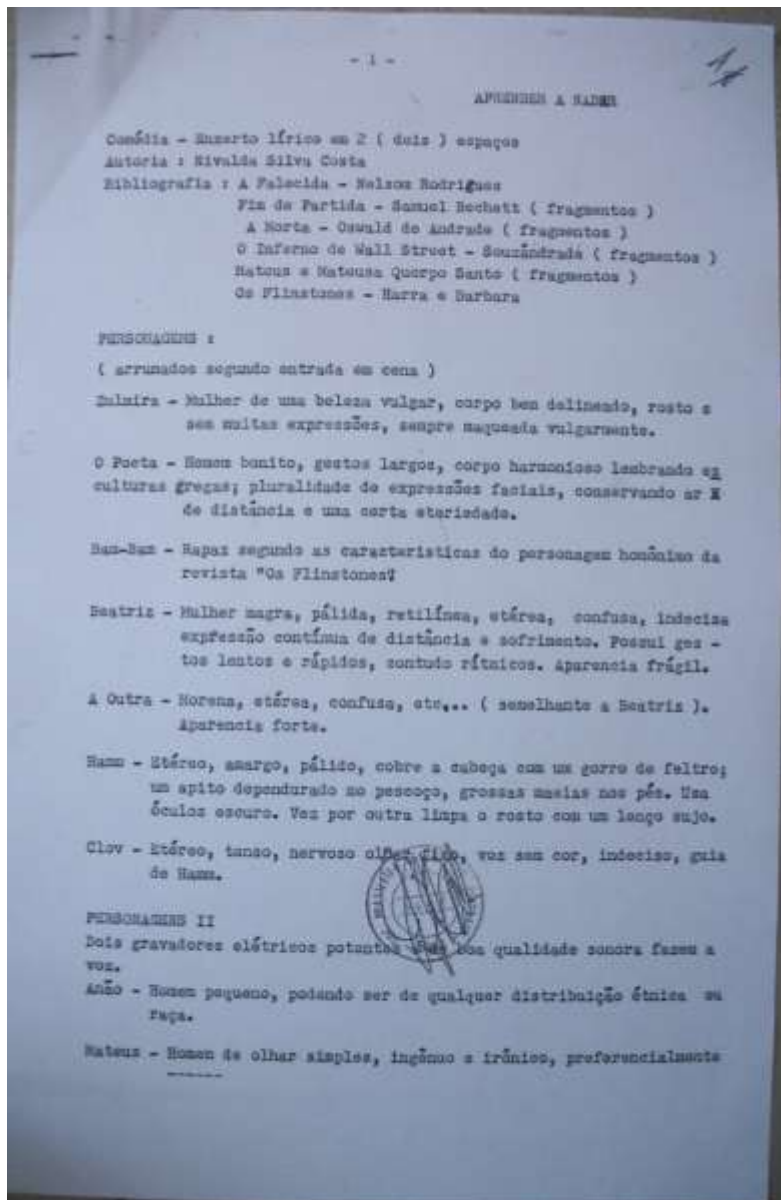


Figura 2 - Testemunho ANB (COSTA, 1975, f. 1).

Em entrevista a Sérgio Coelho Borges, Nivalda Costa afirma que

‘Aprender a nadar’ desmistifica o que se chama de processo de elaboração para um trabalho a ser apresentado. Exatamente por ser um enxerto (personagens e conceitos tomados emprestados de outros a[u]tores). O primeiro ato tem afirmações teatrais. Já o segundo desmente, nega, joga o texto no caos e sugere outros tipos de ações. (*A Tarde*, 17 jun 1975).

Para entender o processo de construção dos textos de Nivalda Costa, deve-se levar em conta, então, no âmbito dos estudos de processos de criação, de crítica genética, os

[...] documentos como a correspondência, os testemunhos de terceiros, os artigos de imprensa, as obras consultadas antes ou durante a redação, que o geneticista de qualquer modo inclui tacitamente em suas análises [...] (GRÉSILLON, 2007, p. 281).

Grésillon (2007) assevera que a armadilha a evitar, nestes casos, é a de cair em uma simples crítica de documento original ou de influências. É necessário, então, que esses documentos externos “assumam uma parte ativa no processo de imitação, de transformação e de produção de discurso. Vasto campo para estudos de uma intertextualidade ‘ao pé da letra’” (GRÉSILLON, 2007, p. 281).

Nessa perspectiva, o roteiro teatral *Aprender a Nada-r* foi construído a partir de estudos e pesquisas realizados pela dramaturga que se apropria de personagens de diferentes obras literárias e teatrais, utilizando-se ainda de fragmentos daquelas na construção de sua obra. À primeira folha, apresentam-se as obras escolhidas e selecionadas, a saber:

Bibliografia:

A Falecida – Nelson Rodrigues

Fim de Partida – Samuel Beckett

A Morte – Oswald de Andrade

O Inferno de Wall Street – Sousândrade

Mateus e Mateusa – Quorpo Santo (COSTA, 1978, f. 1).

Deve-se atentar ainda para o uso de personagens animados - Pedrita e Bambam, d’Os Flintstones, de Hanna e Barbera -, e de gravação de trechos da novela *O Direito de Nascer*, do *Manifesto Pau Brasil* e de uma gravação carnavalesca de *O Guarani*.

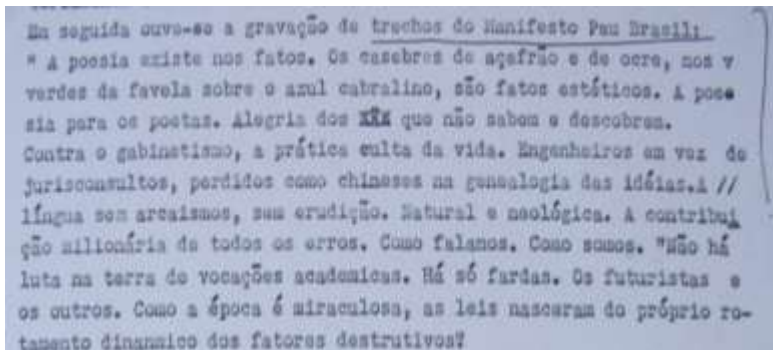


Figura 3 – Trechos do Manifesto Pau Brasil, testemunho ANB (COSTA, 1975, f. 3).

A escolha de determinados autores e textos, nesse caso, comunga com as posições estéticas e ideológicas da diretora Nivalda Costa, portanto, deve ser, minuciosamente, analisada, levando-se em conta o processo de produção do texto.

É importante ressaltar, como afirma Salles (2009, p. 21), que o estudioso não tem “o processo de criação em mãos mas apenas alguns índices desse processo. São vestígios vistos como testemunho material de uma criação em processo”.

Ao trabalhar com textos teatrais, contudo, é preciso considerar ainda os elementos cênicos, especialmente, por se tratar de roteiros. Segundo Grésillon (1995, p. 271), “[...] desde as primeiras fases da escritura teatral, o componente cênico é parte integrante do processo e lhe confere, assim, aspectos particulares.”

Desse modo, em consonância com Grésillon (2007) e Salles (2009), concebe-se, aqui, o roteiro como “testemunho material de uma criação em processo” (SALLES, 2009, p. 19), propondo-se, portanto, um estudo do processo de construção do texto teatral *Aprender a nadar*, de Nivalda Costa, e, posterior, realização de edição, considerando a individualidade e a historicidade de cada testemunho, de modo a dar a ler, a diferentes pesquisadores, esse documento, histórico e artístico.

4. Considerações finais

Os textos teatrais abordados são testemunhos de grande valor documental e literário para a história sócio-política e artística do país, sen-

do, por isso, importantes fontes no processo de transmissão da memória cultural do povo baiano.

Nesse sentido, evidenciam-se as diferentes e valiosas funções do rigoroso exercício filológico que visa, sobretudo, preservar e interpretar textos, manuscrito, datiloscrito e impresso, produzidos em determinada sociedade, desvelando memórias de diferentes períodos da história.

Os fundamentos da crítica textual e da crítica de processo permitem realizar uma leitura do texto teatral censurado, uma vez que esses lugares disciplinares, por meio dos métodos de crítica textual e de crítica genética, permitem decifrar, interpretar e elucidar o processo de criação e a obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Sérgio Coelho. Comédia lírica reúne personagens de Nelson Rodrigues e Qorpo Santo. *A Tarde*, Salvador, 17 jun 1975.

COSTA, Nivalda. *Aprender a nada-r*. Salvador. 1975. 8 f. Arquivo Privado de Nivalda Costa.

COSTA, Nivalda. *Aprender a nada-r*. Salvador. 1975. 9 f. Arquivo Nacional.

DUARTE, Luiz Fagundes. Tempo de perguntar. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto Alegre, v. 8, p. 11-29, 2007.

GRÉSILLON, Almuth. Crítica genética, prototexto, edição. Tradução Adriana Camargo. In: GRANDO, Ângela; CIRILLO, José (Orgs.). *Arqueologias da criação: ensaios sobre o processo de criação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. p. 41-51.

SALLES, Cecília Almeida. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. São Paulo: Annablume, 2009.

WILLEMART, Philippe. Crítica genética e crítica literária. In: GRANDO, Ângela; CIRILLO, José (Orgs.). *Arqueologias da criação: ensaios sobre o processo de criação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. p. 52-68.

**ARBITRARIEDADE E CONVENCIONALIDADE
DO SIGNO GRÁFICO**

Maria Lucia Mexias-Simon (USS)
mmexiassimon@yahoo.com.br

Ao se indagar sobre a origem da linguagem oral, citam-se teorias já conhecidas e mais ou menos prováveis: sistematização dos bradas espontâneos, imitação dos ruídos da natureza, (vento, chuva) das vozes de animais, dos sons mecânicos do uso de ferramentas, como fazem as crianças imitando o ruído dos automóveis, ao brincar com seus carrinhos de brinquedos. O mais certo é que todos esses sons tenham convergido a um sistema codificado, com perda gradual da motivação e aceito convencionalmente por toda uma comunidade, maior ou menor em número de falantes.

Com o surgimento das trocas entre as comunidades, ocorreram os chamados empréstimos que, de resto, continuam a ocorrer, contribuindo para um maior afastamento de uma possível motivação inicial e de sua arbitrariedade. Por milênios, não se sabe exatamente quantos, a linguagem permaneceu em estado oral, efêmera, limitada ao receptor próximo, no tempo e no espaço.

Por desejo de imobilizar a linguagem oral, transmiti-la a receptores futuros, para satisfação do próprio emissor, fixação de sua memória e aumento do número de receptores, recorreu, o homem primitivo, a procedimentos vários que, emudecendo a linguagem oral, fixou-a nas mais variadas formas.

Foi tão importante invenção, que divide os povos em duas fases: pré-história, sem escrita, e histórica, com documentos escritos sejam como forem. Não há história sem textos, mesmo em sua forma mais singela. Os códigos jurídicos e religiosos orais foram sendo substituídos por códigos grafados; a literatura registrada foi, gradativamente, competindo com a tradição oral, lendas, mitos, ampliando-os e divulgando-os. Os contratos orais necessitaram um registro visual que os sancionasse.

Novamente, quando se indaga do surgimento da escrita, citam-se os desenhos em paredes de caverna. É uma forma de expressão visando a fixar e reproduzir a linguagem falada, fazendo-a manifestar o pensamento e atravessar tempo e espaço. É natural que o homem deseje immortalizar momentos marcantes de sua vida, assim como registrar, de forma organi-

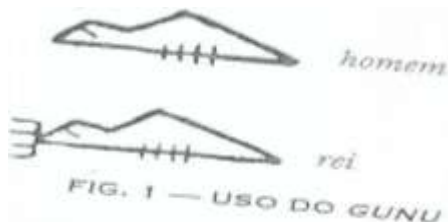
zada, suas relações entre si e com as forças divinas. Para os registros administrativos há várias formas como entalhes em árvores, cordas com nós, envio de objetos etc.

Antes dos signos visuais próximos, aparecem tentativas de sinais ao longe, visuais ou auditivos (tambores, fumaça, sinais com as mãos etc.).

Mas, até aí, não se pode falar em signos linguísticos, pois lhes falta a convencionalidade e a imutabilidade na representação. Seria preciso estabelecer um sentido prévio aos sinais, sistema aceito pela comunidade e que permitam grafar uma sentença, não apenas signos esparsos. Por outro lado, esses sinais tentavam representar a coisa e não o nome da coisa, já afastado de sua motivação inicial, se é que essa existiu. Sobrevivem na chamada escrita ideográfica, usada, por exemplo, pelos chineses. Esse sistema resulta da partição das sentenças em palavras, como as escritas silábicas e alfabéticas resultaram da partição das palavras em sons. Traduzir essas escritas, quando também não se conhece a linguagem oral do povo que a usou, é extremamente difícil, a não ser em caso de textos bilingües.

O sistema de escrita mais antigo conhecido em documentos é o sistema cuneiforme, em forma de cunha, assim chamado por seus traços angulares, gravados em blocos de argila, com instrumento de madeira. Esse sistema foi usado pelos sumérios, habitantes da Mesopotâmia, nos IV e III milênios AC. A linguagem oral desse povo é mal conhecida, sua origem é controversa. Essa imprecisão leva alguns cientistas a levantar a hipótese de que todas as escritas do mundo teriam a mesma origem, tendo sido, nos primórdios, escritas de palavras.

Do que se falou, observa-se que toda escrita necessita, evidentemente, de um sistema de linguagem oral anterior, um suporte e um instrumento para gravação ou pintura. A pedra, por sua resistência, foi um dos materiais mais adotados. Além desse, usavam-se blocos de argila, peles de animais, casca de árvore, conforme o oferecido pela natureza circundante.



Quando o suporte tomou a posição horizontal, dos blocos de argila, o desenho, o ideograma, tornou-se também horizontal, assim como a escrita, e da esquerda para a direita, facilitando a decifração. Por economia, passaram-se a usar traços reforçando uma ideia



Outro procedimento foi a justaposição de dois sinais para exprimir um terceiro, num jogo que hoje chamaríamos paradigma e sintagma (na escrita, já que, na fala, tal jogo é inerente).



FIG. 3 — DETERMINATIVO

A escrita dos sumérios foi adotada por outro povo mesopotâmico, os acádicos, o que trouxe uma dificuldade a mais já que sua língua era diversa, pertencente ao ramo semita. Os sinais sumerianos foram adotados por seu valor ideográfico e seu valor fônico. Nessa escrita, que chegou até o século I DC, foi vazado o famoso código de Hamurabi e chegou a se prestar à correspondência com egípcios e à adoção por outros povos.



FIG. 5 — HIERÓGLIFOS

Da mesma forma que a escrita sumério-acadiana, a escrita egípcia era uma escrita de palavras. Porém essas podiam ser divididas em seus elementos fônicos, a maneira das nossas cartas enigmáticas. Com já faziam os acádicos, um sinal podia representar uma coisa, ou o som do nome da coisa. Era registrada de maneira vertical ou horizontal, da esquerda para a direita, ou vice-versa. As figuras, geralmente, estão voltadas para a margem esquerda do suporte.

	m	coruja		r	assento
	n	água		z	pão
	r	boca		d	corda
	k	cercado		q	mão
					serpente

FIG. 7 — SINAIS EGÍPCIOS COM O VALOR DE CONSOANTES ISOLADAS

A escrita alfabética, ou apenas consonantal, portanto, aparece, em forma inicial, entre os egípcios, estendendo-se aos povos vizinhos, reduzindo-se em número de sinais, sendo aceito terem os fenícios, no segundo milênio AC, estabelecido seu alfabeto com cerca de 22 sinais. O cruzamento das civilizações dificulta um traçado exato da origem desse alfabeto, vendo alguns forte influência egípcia, outros, uma criação inédita, superado o esforço da notação fônica.

Tendo sido o alfabeto fenício a base do alfabeto grego e esse a base do alfabeto romano, mostramos alguns sinais já gregos, com o som de que se originaram nos sinais fenícios.

Letra Grega	Som norte-semítico	Interpretação
α	alef	Cabeça de boi
β	bet	casa
Δ	delt	porta
H	het	cerca
K	kaf	palma
M	mem	água
O	ain	olho
P	re	boca (?)

Transpondo aos nossos dias, apresentamos método de alfabetização usado, com espantoso sucesso, nos anos 70, na Escola Estadual Santa Rita, município de Vassouras.

As letras, iniciando-se pelas vogais são associadas a um objeto cujo nome inicia-se com a referida letra e, além disso, tem seu desenho, um tanto estilizado, associado ao desenho da letra, seu grande diferencial. Infelizmente, o uso de tal método foi banido e voltamos a alto índice de reprovação nas séries iniciais.

Apresentamos exemplos de símbolos, com suas associações:



Com essa observação, voltamos á indagação de que teriam todas as escritas uma origem motivada, mesmo não tendo uma consciência das outras, até por referências diversas de uma cultura a outra. Essa motivação terá se perdido de tal forma, que seus resquícios são tidos como fantasiosos, mero recurso mnemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KÖNIG, Werner. *Atlas zur deutschen Sprache*. Berlim: DTV, 1978.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *A fascinante história do livro*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1984-1995, 4 vol.

MEDEIROS, Maria Amália Montela. *Vassouras, história local e o Colégio Estadual Santa Rita: marcas de um tempo*. Vassouras: Edição do Autor, 2009.

ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS NO ROMANCE *CASSACOS*,
DE CORDEIRO DE ANDRADE

Vitória Ramos (SEDUC)
airotivsomar@hotmail.com

1. Introdução

Adentrar no universo da literatura brasileira é uma “aventura” que pode nos levar a grandes descobertas, pois a cada instante somos surpreendidos por pérolas linguísticas e literárias em meio à grande vastidão de obras que compõe a produção artístico-literária nacional.

As notícias sobre a biografia e autobiografia do autor de *Cassacos* ainda são escassas. Dos dados disponibilizadas na Wikipédia, colhemos informações de que Cordeiro de Andrade, poeta e jornalista, é o típico sobralense que sempre buscou envolver-se em assuntos de cunho social, através de suas investidas jornalísticas. Fundou, em Sobral, o jornal *O Debate* que lhe rendeu algumas polêmicas, fazendo com que o mesmo decidisse viajar (ou um forçoso exílio) para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no *Jornal O Globo* e participou como colaborador das revistas *Fon-Fon*, *A Vanguarda*, *A Pátria*, *Meio-dia* e *Dom Casmurro*. Além do romance *Cassacos*, publicado em 1934, também escreveu outros romances *Brejo* (1936), 1940 publica o romance *Tônio Borja* (1940), *Anjo negro e ainda as obras O Mundo sem luz* e *Os Dois Mestres*. O monsenhor F. Sadoc de Araújo, em 1985, publicou o livro *Cordeiro de Andrade, Jornalista Perdido na Ficção*, em que traz estudo sobre a vida e obra ficcional de Cordeiro de Andrade.

O livro *Cassacos* é uma dessas pérolas da literatura brasileira. Prosa de cunho literário regionalista, apresenta uma linguagem marcada pela oralidade regional e pelo engajamento em assuntos políticos e sociais. Tendo como mote a seca de 1919, o livro narra a saga dos retirantes que abandonavam suas terras e seus pertences partindo em busca tão simplesmente de preservar a sua própria vida. O cenário escolhido pelo autor é a cidade de Sobral, localizada na mesorregião noroeste do estado do Ceará, terra de destaque do nosso semiárido. Mesmo distante de sua terra, Cordeiro de Andrade ocupa-se em retratá-la, como o faz no romance *Cassacos*, seu principal livro em prosa, sobre o qual trata nosso estudo, tentando fazer um levantamento dos aspectos telúricos ou culturais, literários, linguísticos e ideológicos presentes na obra.

Nossa proposta contempla dois momentos de análise. Primeiro tratamos do regionalismo literário, mostrando as especificidades e as características em comum que o livro possui com as demais produções literárias regionalistas. Um segundo momento é dedicado a analisar a obra em si, através de um apanhado do léxico, das fraseologias, dos costumes e credences, bem como dos aspectos fitogeográficos da região.

2. *Regionalismo literário*

O regionalismo literário é marca recorrente na produção literária brasileira de 1930. Com uma total atenção voltada para a realidade brasileira local, a prosa literária possuía uma clara intenção de denúncia social e engajamento político, cujo cenário era marcado pela ditadura militar e pelas oligarquias estaduais, nomeadamente, as do Nordeste, ao mesmo tempo em que se disseminavam ideais comunistas como forma de atingir um nível de justiça social em nosso país.

Segundo Massaud Moisés, o romance, em virtude de suas características estruturais, pode facilmente se colocar a serviço de uma causa social, política ou ideológica. Quando isso acontece, enquadra-se como uma arte chamada de compromissada, engajada ou dirigida (2006, p. 168). No romance de 30, podemos, facilmente observar, o uso da literatura como forma de engajamento social e defesa de ideologias.

O romance *Cassacos* de Cordeiro de Andrade, marcado pelo tom regional, não fugiu a essa função social que a literatura é capaz de assumir: o engajamento em questões regionais. Com a construção de um personagem defensor do comunismo, ou através das muitas conversas dos retirantes acerca do “Doutô Comunismo”⁵², como assim o chamavam, o autor defende, como seu *alter ego*, a causa ideológica e social frente à questão das Secas, conforme podemos depreender do excerto abaixo:

Tomára que venha é um tal de doutô comunismo, que falam por aí, protetor de pobre, só de pobre, a ver si a gente tem trabalho, sem aturas as ingrisias dos brancos relaxados. É um doutô de fóra, que faz tudo que os pobres precisam, de fê que nem pai. Eu, como só me dou melhor com os viajantes, que chegam de fóra, tenho um bemquerer danado por este ente, que uma feita, até, sonhei com êle, no meio do povo, com pena da gente ... Eu sei que o vigário e os brancos, são mal com êle, mas não m'importo. Quero bem a êle e não négo,

⁵² Muitos retirantes, em virtude da ignorância acerca de assuntos políticos e sociais, achavam que Comunismo era uma pessoa e não uma corrente ideológica.

quéro, de coração. Santo Antônio tem um xenxén, no dia da chegada dêle. (p. 22/23)

Assim, encontramos a forte expressão do regionalismo literário a serviço da denúncia social, da luta de classe, através da representação do desejo de justiça por parte da população, percebidos na fala das personagens. Para os anos 30, do século passado, em pleno período getulesco, constituiu-se um avanço um autor cearense tratar de uma categoria como *luta de classes, recorrendo ao texto romanesco, apoiando-se, explicitamente, numa fala carregada de da doutrina marxista*, em que aflora, no enredo, conflito de interesses entre classes sociais, especialmente entre o proletariado, representado pelos retirantes, e a burguesia, representada pelas oligarquias.

2.1. O romance regional de 30

O romance de 30 retrata um Brasil multifacetado, com grande diversidade regional e cultural, mas que apresenta problemas semelhantes em quase todas as regiões nas quais se divide. Questões como a seca, a miséria, a ignorância, a opressão nas relações de trabalho marcam a literatura, com a produção de um romance de cunho ideológico, carregado de uma análise sociológica e psicológica das personagens.

Alfredo Bosi, ao se reportar ao romance de 30, fala acerca de uma “literatura social” que promove a mistura um relato pitoresco com a reivindicação política. Argumenta ainda o autor que a literatura da época, ultrapassa o viés da ficção e passa a assumir um grande valor documental (BOSI, 1993, p. 481). Esta assertiva nos leva a supor que o romance *Cas-sacos* pode, no âmbito da periodização literária, ser situado como um romance moderna, ainda com as feições pré-modernas ou mesmo naturalistas do início, como podemos atestar em romances como *Luzia-Homem*, do Domingos Olímpio, publicado, em 1903 e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, embora apenas este último seja canonizado pela crítica literária mais ortodoxa e estilística.

2.2. A temática das secas na prosa cearense

No Nordeste, e em especial no Ceará, o romance regional apresenta como principal *leitmotiv* a seca e suas desastrosas consequências para o homem do campo. Na vasta produção literária da época, encontramos o homem castigado pelo meio ambiente, sofrendo com a migração compulsiva.

sória e assistindo, impotente, à devastação de sua gente, de sua terra, de seus bens.

Diante da vasta produção literária que aborda temas regionais, sobretudo as secas nordestinas, Bosi (1993) categoriza um regionalismo menor responsável pela incorporação dessas obras na crítica literária, onde ao certo poderíamos citar, no primeiro momento, o romance *Cassacos*, de Cordeiro de Andrade. Senão, vejamos:

Tiveram numerosa prole romances que encarnavam um regionalismo menor, amante do típico, do exótico, e vazado numa linguagem que já não era acadêmica, mas que não conseguia, pelo apego a velhas convenções narrativas, ser livremente moderna. (BOSI, p. 481)

Dessa forma é que encontramos em nossa literatura tão vasta produção de autores que entraram para o cânone literário e outros que protagonizam esse chamado regionalismo menor, não por possuir menor importância literária, mas por voltarem-se ao pitoresco, ao específico de cada região, como é o de *Cassacos*.

2.3. *Cordeiro de Andrade e a prosa de 30*

Enquanto que no campo literário nacional, já se consagravam grandes nomes como Rachel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Dionélio Machado, dentre outros, com não menos importância encontramos na prosa de 30 grande “prole de romances”, como assim designou Bosi, e de autores que não tiveram grande destaque no cenário nacional, mas que representam significativa contribuição à produção literária do nosso país. “Não haveria mãos a medir se se pretendesse aqui arrolar os autores que das várias partes do país concorreram para engrossar esse gênero de ficção” (BOSI, 1993, p. 481).

Dentre esses se encontra, primeiramente, acreditamos, Domingos Olímpio, autor de *Luzia-Homem*, e Cordeiro de Andrade. No caso de Cordeiro de Andrade, a distância espacial de Sobral, sua terra natal, não suficiente para que deixasse de nutrir forte sentimento regionalista, ou que, chamamos de telurismo literário, em que podemos, através do enredo de sua obra, observar a influência da linguagem e da cultura regional sobre seu caráter, enquanto autor, e a reprodução dos costumes de seu povo através da fala de seus personagens. A esse respeito, o crítico Eduardo Campos afirma que, “O romancista cosmopolita, transmudado para o asfalto, não encontra condições para disfarçar a marca quente regional;

os modismos de seu território geográfico.” (CAMPOS, 1978, p. 68). Em *Cassacos*, Cordeiro de Andrade expressa seus sentimentos e postura crítica diante de sua terra, castigada pela seca, e de sua gente, abandonada à própria sorte.

2.4. O tema de *Cassacos*

Para Aristóteles (2005, p. 3), a arte literária é dotada do princípio da verossimilhança, entendida aqui como a coerência entre fatos e ideias presentes numa obra literária, ainda que os elementos imaginosos ou fantásticos sejam efetivamente determinantes e determinados no texto. É a verossimilhança, que confere à obra uma aproximação da realidade. Em *Cassacos* esse princípio ganha maior expressão à medida que faz um relato do flagelo da seca, tendo como pano de fundo a consagrada “Cidade da Januária”⁵³, como assim o autor, se refere, historicamente, à cidade de Sobral.

Estabelecendo um diálogo intertextual com *Luzia-Homem* de Domingos Olímpio, obra e autores intencionalmente citados explicitamente no enredo de *Cassacos* (p. 148 e 149). Com tal procedimento discursivo, cremos que Cordeiro de Andrade propõe, com seu romance, afirmar-se como autor de texto portador de uma linguagem simples, regionalística, receptiva de outras obras consagradas pela crítica literária e que mostra, à sua maneira, a terra e o homem nas suas mais fortes expressões de contato com o meio ambiente físico e cultural.

O alcance de *Cassacos* chega à história cearense, Cordeiro de Andrade não nos nega saber, por exemplo, dos acontecimentos históricos que marcam o ano de 1919 para Sobral. Arrolados nesse contexto, está a expedição britânica de observação do eclipse solar⁵⁴ acontecido naquele ano e que teve em Sobral o melhor ponto de observação.

A seca, o ambiente físico, a vida, os costumes, as crenças, as inquietações sociais são, pois, o tema da narrativa de *Cassacos*, além de

⁵³ Fidelíssima Cidade Januária de Acaraú ou simplesmente Cidade da Januária era o nome da cidade de Sobral até o ano de 1842. O nome Januária é uma alusão à Princesa Januária, irmã de D. Pedro II.

⁵⁴ Em 29 de maio de 1919, ocasião em que acontecia um eclipse solar, encontrava-se em Sobral a Expedição Britânica do Eclipse Solar, com o objetivo de observar a distorção que a luz sofre ao chegar ao Planeta Terra. Tais observações comprovaram a Teoria da Relatividade de Einstein.

nos permitir, mesmo que através da ficção, uma retomada histórica de fatos marcantes da vida e do desenvolvimento cultural da região sobralense.

3. Aspectos telúricos em *Cassacos*

Em se tratando dos aspectos telúricos abordados por Cordeiro de Andrade, importa levarmos em conta não somente os fatores ambientais geográficos. O telurismo associa-se mais profundamente à relação do homem com o ambiente, entendendo que essa relação pode desencadear um profundo sentimento de afetividade. A respeito do telurismo na obra *Cassacos*, Eduardo Campos afirma que:

O sentimento telúrico é mais subjetivo do que objetivo: algo que se imagina existir, porém rigorosamente desponta mais nas atitudes afetivas, humanas, dos personagens criados em função do meio ambiente – o sertão –, do que propriamente em razão da autenticidade da fitofisionomia desfrutável. (1993, p. 146)

Para fins de uma proposta pedagógica de estudo iremos decompor o Romance *Cassacos* em três eixos temáticos: *a terra, o homem e a cultura*.

3.1. A Terra

Relacionados ao primeiro eixo, a terra, o romance nos remete a aspectos biogeográficos do semiárido, descrevendo um ambiente castigado pela seca. Ao longo da obra é comum encontramos os elementos da natureza descritos em seu fulgor típico dos períodos de estiagem, ao mesmo tempo em que parecem insensíveis aos sofrimentos causados pela seca: “Um vento bruto, amalucado, morno, judiava com os galhos secos das árvores, que estalavam de dor, varria o chão com muita perícia, deixando-o limpinho como um terreiro de fazenda em dia de festa de casamento.” (p. 77)

Em outros momentos, abusando de uma linguagem poética, os elementos sol, lua e terra são retratados ostentando sua força, sua supremacia diante do homem, dos animais e da vegetação:

“A lua parece um dia de clara, sem chorar” (p. 20);

“O sol cor de melão maduro” (p. 37);

“A terra pegando fogo” (p. 37);

“A lua botou a cabeça de fora... uma cara de gente velhaca” (p. 58)

“O sol tinha de quente” (p. 65);

“O sol fazia-se de esponja, lavando o assoalho de vidro do céu” (p. 77);

“O sol brincava de fazer fogueira...” (p. 118).

Atentando para a vegetação, Cordeiro de Andrade nos apresenta a diversidade de espécies encontradas na região sobralense usando o artifício literário de conferir sentimentos a esses elementos da natureza. Um rápido exame do vocabulário e das construções frasais da obra indicam-nos um cenário onde carnaubeiras cantam e/ou choram sua tristeza, como podemos observar nas descrições: “As carnaúbas esguias cantavam ao redor, tristemente” (p. 55); e “As carnaubeiras choravam a angústia de não poder furar as nuvens” (p. 94).

Acompanhando as carnaubeiras e não menos sofridas que elas, o romance aponta para uma rica variedade vegetal. A título de exemplificação, a partir de recenseamento das espécies assinaladas na obra, deparamo-nos com a presença de, pelo menos, sessenta tipos diferentes de angiospermas, especialmente as floríferas, arroladas, alfabeticamente, no quadro a seguir.

Nº	Espécie Vegetal	Nº	Espécie Vegetal
01	Aguapé	31	Melancia da praia
02	Angico	32	Melão de são caetano
03	Araruta	33	Mucunã
04	Arnica	34	Mufubo
05	Aroeira	35	Mussambês
06	Babosa	36	Oiticica
07	Cajazeira	37	Palmas de catolé
08	Carnaúba	38	Palmeiras
09	Cardo Santo	39	Palmito
10	Capim santo	40	Palmito branco
11	Catingueiras	41	Paú-branco
12	Cipó de raposa	42	Pau mocó
13	Chique-chique	43	Pé de borboleta
14	Fedegoso	44	Pé de jerimum
15	Gameleiras	45	Pé de rosa-franca

16	Grãos-de-bode	46	Pé de pimenta longa
17	Jasmim de cachorro	47	Quebra-pedra
18	Jatobá	48	(Raiz de) capemba
19	Juazeiro	49	Rama de canafistula
20	Jurema	50	Remela-de-macaco
21	Mandacaru	51	Resedá
22	Mandioca	52	Sabiá
23	Mangerioba	53	Sabugueiro
24	Maniçoba	54	Salsa
25	Manjericão	55	Sangicos
26	Maracujá	56	Sarabanda
27	Marizeiros	57	Tamarindeiro
28	Mata-bode	58	Trapiá
29	Mata-fome	59	Tingui
30	Mata-pastos	60	Unhas-de-gato

Quadro 1

Mas, a região Norte do Ceará não apresenta diversidade apenas vegetal. O elemento animal também é observado ao se descrever as vítimas do flagelo da seca. Encontramos o gado morrendo de fome, sem pastos, sem água para beber. A doença o ataca na forma de “bicheiras” e desnutrição que os leva ao estágio final da vida: a dor da morte. Hoje, sabemos que essas “bicheiras”, na verdade, são designações comuns às larvas de moscas causadoras de miíase, uma afecção parasitária devida à infestação dos tecidos ou cavidades do corpo dos animais por larvas de insetos. As bicheiras são também como bicho-de-vareja, coró, morotó, taperu, tapicuru, tapuru, vareja e verme.

A miséria de uns, entretanto, é responsável pelo ápice da felicidade de outros. Enquanto morre o gado, os urubus fazem festas com a bonança que lhes chega ao subir do solo o odor dos corpos podres dos animais caídos mortos.

Dividindo espaço com o gado e urubus, e não menos sofridos que os primeiros, encontram-se assinalados no romance *Cassacos* 32 espécies, a saber:

Nº	Espécie Animal	Nº	Espécie Animal
01	Abelhas	17	Maracajá
02	Asa-branca	18	Maria-judias
03	Avoante / Pomba do juremal	19	Miúça
04	Bacorinho	20	Mossorondongos
05	Bentivi	21	Mutuca
06	Bode	22	Papa-arroz
07	Caçote	23	Papagaio
08	Caga-fogo	24	Paturis
09	Casacas-de-couro	25	Peririguás
10	Cavalo	26	Pintos
11	Cericoras	27	Quem-quem
12	Cobra	28	Raposa
13	Fogo-pagou	29	Saguís
14	Gado (rezes, bois)	30	Tetêu
15	Galinha	31	Urubu
16	Jumento	32	Vagalumes

Quadro 2⁵⁵

Encontramos ainda o elemento água, presente na obra, seja por sua ausência causadora do estado de miséria; seja por sua pouca existência, nas recorrências aos Rios Acaraú e Jaibas e à construção do açude de Forquilha.

3.2. O Homem

No segundo eixo, o homem ou os próprios ‘*Cassacos*’, podemos situar uma crítica social pautada nos ideais comunistas, defendidos pelo autor. Esse homem é mostrado com fortes inclinações a valores sociais de pureza e castidade como indícios de honra familiar. No entanto, é a fome que vai defini-lo em sua maior expressão.

⁵⁵ O quadro 2 apresenta um recenseamento das espécies animais que aparecem no livro *Cassacos* de Cordeiro de Andrade. Procuramos ser fiel à grafia usada pelo autor.

Os trens despejavam, diariamente, na cidade, chusmas de retirantes, de todas as espécies e de todas as idades. Povo sem sexo. Eram, apenas, os *Cassacos*. Esfarrapados, os olhos compridos de fome, engolindo cuspo, mastigando vento, corriam os olhos súplices pelos tabuleiros, sortidos de broas, que se enfileiravam em linha reta, estação em fora. (p. 53)

Por tratar de uma situação vivenciada por milhares de pessoas ao mesmo tempo, o romance não apresenta personagens principais que protagonizam o enredo. Segundo Denis Melo, professor e historiador da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, o personagem principal da obra é a própria seca, pois é nela que está centrado o foco narrativo do enredo.

Do ponto de vista da onomástica, em que nos é, também, possível um estudo antroponímico, podemos definir três núcleos familiares que nos apresentam o cenário de fome e miséria, presentes em *Cassacos*, de Cordeiro de Andrade. Vejamos:

Núcleo familiar	Genitor(a)	Descendentes por gênero e grau de parentesco	
		1. D. Benvinda	Benvinda (mãe)
2. D. Marina	Mariana (mãe)	Roseno (filho)	Tereza (filha)
3. D. Pedrosa	Zé pedrosa (pai) Rosa Pedrosa (mãe)		Marocas (filha) Chiquinha (filha)

Quadro 3⁵⁶

Destacam-se ainda outros personagens que também ajudam a retratar a vida nesse contexto de flagelo social. Dentre esses Hormindo, o farmacêutico, que desenvolve importante papel cuidado dos retirantes no campo de concentração.⁵⁷ Hormindo também apresenta fortes inclinações para o jornalismo. Hormindo é, na verdade, seu *alter ego*. É através dos artigos escritos por esse personagem que o autor faz denúncia social com relação ao descaso do governo com o clima de miséria estabelecida.

Coronel Chico Paulino, sua filha Polidora, Dr. Eduardo Siqueira, Zuca Fiscal, Cego Marcelino, João Parajara e Pedro Xingu também são personagens que dão sua contribuição e emprestam suas características verossímeis para contar-nos acerca da seca de 1919.

⁵⁶ Relação onomástica dos núcleos familiares dos personagens de *Cassacos*.

⁵⁷ Nome dado ao lugar onde ficavam alojados (ou amontoados) os retirantes que chegavam a Sobral.

3.3. A Cultura

Em terceiro, intimamente ligado ao eixo homem, observamos a cultura popular das credices ou superstições, do uso da vegetação como rica fonte de cura e, especial destaque, a linguagem regional que permeia o texto mostrando a fala do povo local, com suas características típicas e expressões idiomáticas que denunciam o modo de viver e as concepções de mundo dos personagens.

Um levantamento detalhado do léxico da obra nos permitiria adentrar num universo vocabular bem particular e que desnudaria a singularidade da linguagem do nordestino, mais precisamente do povo sobralense de 1934. Apresentamos a seguir um pequeno apanhado desse léxico, onde estão dispostas palavras e expressões que se perderam no tempo com a evolução da forma e outras ainda comuns nos dias atuais e que aparecem listadas, algumas delas, no *Atlas Linguístico do Ceará* – ALECE, 2010.

Nº	Palavras e Expressões Regionais	Nº	Palavras e Expressões Regionais
01	Adjuntório	49	Imprialzinho
02	Afoíteza	50	Indagorinha
03	Afoito	51	Ingrisias
04	Amuada	52	Inhaca
05	Antonte	53	Inhora (senhora)
06	Arenga	54	Lajedos
07	Arredar o pé	55	Latada (alpendre)
08	Arribou	56	Mancebo (apego)
09	Baticum de boca	57	Manipuera
10	Bilros	58	Meizinhas
11	Bocó	59	Miolo
12	Bofes	60	Misgo
13	Bredo	61	Mocotós
14	Bufete	62	Molecote
15	Cabelo na venta	63	Moncheinha (mão cheia)
16	Cabiloro grosso	64	Muchinga
17	Cabra (homem/caboclo)	65	Mucubu
18	Cabresto de couro cru	66	Mundiça do dinga

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

19	Capiongo	67	Musga (música)
20	Capote de oitão	68	Nas buchas
21	Caqueiou	69	Nestante
22	Carimã	70	Pabulagem
23	Cheirosa (cadeia)	71	Pinotes
24	Chouto	72	Pangolando
25	Cabelo na venta	73	Pé do gogó
26	Coivara	74	Peior
27	Combuca	75	Pilora
28	Cuias	76	Pontada nas cruces
29	Cunhã	77	Potocas
30	Cutruvia	78	Pustema
31	Diachos	79	Quezilia
32	(Dores nas) cadeiras	80	Retretas
33	Embiocada	81	Taipa
34	Entonce	82	Taludos
35	Escambichou	83	Tamborete
36	Escandeloso	84	Taramela
37	Esconjuro	85	Ternantonte
38	Espiava	86	Tomando faro
39	Estrepolias	87	Trouxa
40	Estrompado	88	Veneta
41	Feme	89	Versidade (diversidade)
42	Fora de hora	90	Vexame
43	Fuá	91	Vexar
44	Furdunço	92	Vige (Virgem)
45	Fuzuê	93	Xenxém
46	Gretinha	94	Zaróio
47	Grolado	95	Zimbólus
48	Guenzas	96	Zoró

Quadro 4⁵⁸

Uma segunda, e não menos importante, maneira de expressão da fala é o uso de expressões idiomática que consistem em um grupo de palavras – expressões – que não podem ser tomadas em seu sentido literal, conforme define Martins (2010). Do romance *Cassacos* selecionamos as expressões idiomáticas a seguir:

Nº	Expressões Idiomáticas	Valor Semântico
01	Aqui não morreu galego não	Morte do galego implica em dívidas que não serão pagas
02	Botar pra roer	Fazer ciúmes
03	Botei sal na moleira	Fazer alguém ficar desconfiado
04	Em riba das ventas	Muito perto
05	Ganhar o brêdo	Fugir
06	Ficar no óra e veja	Ficar desamparado
07	Meia grosa de bolos	Pisa
08	Mijou fôra do cáco	Agiu desacordo com as leis e/ou trair
09	Não cabe nem cabeça de alfinete	Local muito cheio
10	Pagar o milho que a cabra comeu	Sofrer como consequência de ato praticado
11	Ruim como os seiscentos	Refere-se à opressão social vivida na Idade Média
12	Tá quebra não quebra a tira	Está quase morrendo
13	Um saltinho de pulga	Muito perto / Demora pouco tempo

Quadro 5⁵⁹

A recorrência ao uso dessas expressões é bem marcante na região de Sobral desde os tempos remotos até os dias de hoje, conforme comprova Martins (2009) em recente estudo em que conseguiu compilar mais de 600 expressões idiomáticas e organizá-las em um documento ao qual nomeou CEIS 2009 (Corpus de Expressões Idiomáticas de Sobral).

⁵⁸ O quadro 4 apresenta um apanhado do léxico que compõe a fala das personagens do livro *Cassacos* de Cordeiro de Andrade. Procuramos ser fiel à grafia usada pelo autor.

⁵⁹ O quadro 5 apresenta um apanhado das expressões idiomáticas que compõe a fala das personagens do livro *Cassacos* de Cordeiro de Andrade. Procuramos ser fiel à grafia usada pelo autor, bem como atribuir um significado a partir do contexto de uso na fala dos personagens.

Ainda tratando da cultura do semiárido sobralense, não podemos deixar de falar nas crendices populares, nas superstições e da fê que movem as personagens de *Cassacos*. Dentre essas crendices, destacamos aquelas que os levam a acreditar que não haverá inverno. A principal delas destacada no texto é o fato de que a “coroa do Menino Deus” caiu durante a procissão. Segundo a tradição local, quando isso acontece, o ano é de seca. Assim como essa, relacionamos as principais crendices, superstições e crenças:

Nº	Sinais de Seca
01	A coroa do Menino Deus cair na procissão (p. 13)
02	O relâmpago no Piauí (p. 15)
03	O canto da coruja “Uma coruja passou, rasgando mortalha” sinal de “agoiro” (p. 15)
04	O canto do urubu (p.16)
05	Tingá cantar nas cajazeiras (p.16)
06	Estrelas no céu ao meio-dia (p.20)
07	Mata-pastos “fulorando” (p. 20)
	Sinais de Chuva
01	As Três Marias “mudarem para baixo” (p. 113)
02	O Caminho de Santiago desaparece para o sul (p.184)
	Feitiçarias para não chover⁶⁰ (“Quando o nascente pega a ficar bonito” p. 23)
01	Botar os potes na bica (p. 23)
02	Queimar palha benta (p. 23)
03	Rezar a <i>Magnífica</i> (p. 23)
	Costumes e Profecias
01	Benzer-se três vezes, beijando três vezes as extremidades dos dedos
02	Experiência de Santa Luzia (p. 16)
03	Dar três pancadas na parede com a mão aberta
04	Rezar o terço implorando por chuva
05	Profecia de frei Vidal Penha de que Sobral vai acabar com um dilúvio. (p. 78)

⁶⁰ Alguns personagens mais crédulos acreditavam que a seca era causada por obra de feitiçaria encomendada pela classe social abastada que não tinha compaixão dos pobres retirantes.

Quadro 6⁶¹

Como último elemento cultural presente na obra, destacamos a medicina popular utilizada pelos retirantes que, na condição de fitoterapeutas natos, desenvolviam suas “meizinha” à base da vegetação local e de materiais colhidos em seus próprios terreiros, como por exemplo, excrementos de animais. Observemos a lista de “mezinhas” utilizadas pelos retirantes em *Cassacos*:

Nº	Medicina Popular / Mezinhas (geralmente indicadas para problemas respiratórios)
01	“Cozimento de angico e sabugueiro, misturado com arnica”
02	“Cozimento de jasmim de cachorro”
03	“Banho de fedegoso”
04	“Chá de quebra-pedra com pimenta longa”
05	“Chá de capim santo misturado com aconito”
06	“Chá de porqueira de cachorro misturada com barata torrada”
07	“Sebo quente nas pisaduras do cavalo”

Quadro 7⁶²

Os elementos citados nos quadros acima, associados a muitos outros presentes na obra compõem um ambiente de intenso valor regional que fortalece a cultura local, sobrevivendo ao longo dos anos e que define o homem dentro de sua regionalidade.

4. Conclusão

Bem mais que um simples representante da literatura regional de 1930, o romance *Cassacos* configura-se numa forte expressão da cultura do semiárido, em especial da mesorregião sobralense, trazendo para a literatura as peculiaridades da terra, assim como do povo, de seus costumes, tradições e crenças, que ora encontram-se imortalizados nos textos de Cordeiro de Andrade.

⁶¹ O quadro 6 apresenta as principais credices e superstições apresentados na obra *Cassacos*, principalmente no que diz respeito aos sinais de seca ou de chuva.

⁶² O quadro 7 apresenta as principais um resumo da medicina popular fitoterápica utilizada pelos personagens na obra *Cassacos*.

Através de uma linguagem bem peculiar, Cordeiro de Andrade nos deixou um grande romance regional que, bem mais do que representar o flagelo da seca, consegue nos envolver em uma atmosfera rural em que a natureza também parece expressar seus sentimentos através das múltiplas ações em que incorporam sentimentos e expressões humanas como nos trechos “as carnaúbas cantam tristemente” e “o sol brinca de fazer fogueira”.

É por esses motivos que podemos afirmar que, ao lado de *Luzia-Homem* de Domingos Olímpio, *Cassacos* se constitui uma grande expressão da literatura sobralense, e por que não dizer, da literatura nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruma. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005
- BESSA, José Rogério Fontenele. (Coord.). *Atlas linguístico do Estado do Ceará*. Vol. 2. Fortaleza: UFC, 2010b.
- _____. *Atlas linguístico do Estado do Ceará*. Vol. 1. Fortaleza: UFC, 2010a.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- CAMPOS, Eduardo. *A memória imperfeita: ideias, fatos e costumes*. Fortaleza: UFC, 1993.
- CAMPOS, Eduardo. *Complexo de Anteu: ensaios*. Fortaleza: UFC, 1978.
- MARTINS, Vicente. A expressão de violência no idiomatismo brasileiro. *Revista Philologus*, Ano 16, nº 47. Rio de Janeiro: CIFEFIL, maio/ago.2010.
- MARTINS, Vicente. *Corpus de expressões idiomáticas de Sobral – CEIS*. Sobral: UVA, 2009. (versão mimeografia)
- MELO, Dênis. *O (i)maculado Cordeiro*. Disponível em: <<http://revistafamigerado.com/um/cdeandrade.htm>>. Acesso em: 26-04-2011.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

MOISÉS, Massud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. *A criação literária: prosa I*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CÊ QUI SABI: UM CASO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)
cleziorob@gmail.com

1. Introdução

O sistema pronominal do português brasileiro (PB) tem merecido, há anos, uma atenção especial de alguns estudiosos da língua, como Lopes (2003, 2004), Menon (1995, 1997, 2000), Rumeu (2004), Salles (2001), Silva (2003) etc.

Por sua vez, o uso das formas de tratamento *você*, *ocê* e *cê* – a primeira, considerada padrão e as outras duas consideradas não padrão, tem sido, também, objeto de estudo de alguns pesquisadores, como Alves (1998); Andrade (2004); Barbosa (2005); Chaves (2006); Ciriaco, Vitral, Reis (2004); Coelho (1999, 2009, 2010); Gonçalves (2008a, 2008b, 2009); Herênio (2006); Lucca (2000); Mendes (1998); Mota (2008); Oliveira e Ramos (2002); Paula (2004); Peres (2006); Ramos (1997, 2000); Vitral (1996); Vitral e Ramos (1999) etc.

A alternância entre as três formas pronominais de segunda pessoa está presente também, em Minas Gerais, na fala de moradores da cidade de Arcos, no centro-oeste de Minas, conforme ilustram os exemplos abaixo:

(01) Na posição de complemento de verbo: Não conseguimos mais encontrar **você**.

(02) na posição de complemento de preposição: Eu posso contar pra *vo-
cê*.

(03) na posição de complemento de nome: Ainda tenho medo d' **ocê**.

(04) na posição de sujeito: **Cê** tá perdoado.

Está-se, pois, perante um tema tão importante quanto interessante. Importante porque é um tema difícil de definir com exatidão e de forma completa, propício a “uma análise incompleta e nem sempre perfeitamente exata – o que é mais uma prova da complexidade da matéria” (CINTRÁ, 1972, p. 8) e, daí, a necessidade de consequentes abordagens, de forma a que se complementem uns estudos com os outros, nos mais diversos aspectos e épocas. É, igualmente, um tema interessante, na medida

em que diz respeito a todos os falantes que pertencem à mesma sociedade ou que a partilham.

O uso das formas pronominais e, também, de tratamento em correlação com as variações linguísticas pode revelar, numa perspectiva pragmática, os aspectos culturais de uma determinada comunidade de fala. Além disso, ao se estudar, *in loco*, os fatores sociais do uso de uma forma pronominal, descobre-se mais sobre o costume, a cultura e a condição socioeconômica da comunidade de fala, pois as formas de tratamento dizem respeito à relação entre duas pessoas ou mais, na qual o grau de intimidade ou deferência pode revelar o comportamento desses indivíduos, de acordo com as delimitações hierárquicas e políticas.

Escolheu-se o tema para esta pesquisa, a partir de tal pressuposto, uma vez que o sistema pronominal de uma língua sofre mudanças linguísticas que estão relacionadas às modificações nas relações sociais e nos valores culturais de uma sociedade.

Sabe-se que o estudo das formas *você*, *ocê* e *cê* interessa à Linguística pelas correlações entre as diferentes expressões pronominais e as formas verbais a elas correspondentes. No entanto, essas mudanças linguísticas devem ser investigadas à luz de condicionamentos internos e externos, a fim de se reconhecer que as mudanças nas relações sociais podem influenciar significativamente, ou mesmo serem fatores determinantes para as alterações na língua.

2. *Objetivos*

A partir dos estudos já realizados sobre o uso da forma pronominal *você* e suas variantes na fala mineira, este artigo propõe a: i) investigar os fatores sociais que condicionam a variação das formas pronominais *você* (padrão), *ocê* e *cê* (não padrão); ii) descrever o uso das três formas pronominais em estudo.

Trata-se de uma pesquisa centrada na investigação do comportamento da variação das formas pronominais (*você*, *ocê* e *cê*) no português mineiro falado na cidade de Arcos. A característica deste estudo é o uso de dados reais de língua do português brasileiro (PB).

Este estudo, de maneira especial, aborda especificamente o papel do rural-urbano no uso das formas *você*, *ocê* e *cê* na fala mineira, considerando-se que o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho,

no campo, transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais, a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

Além disso, ao invés de se pensar a cultura camponesa através do contraste com a cultura urbano-industrial, o que levaria a repetir o que já fora dito sobre o efeito generalizador do processo de “descampenização” do campo, alguns autores, como Carneiro (1997, p. 53-75), chamam a atenção para a necessidade de romper com a referência à cultura urbano-industrial para se avaliar as verdadeiras mudanças pelas quais essa categoria social ampla e genérica – o agricultor familiar – estaria passando ao longo tempo.

É interessante ainda observar que espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento.

As reflexões mencionadas acima são levadas em consideração por este estudo, quando se propõe investigar o uso das formas pronominais *você*, *ocê* e *cê* nas zonas urbana e rural da cidade mineira de Arcos.

3. Hipóteses

A partir daí, foram levantadas e testadas quatro hipóteses, a saber:

- [1] O uso das formas *você*, *ocê* e *cê* no PB falado na região arcoense de Minas Gerais constitui uma variável linguística condicionada por fatores sociais;
- [2] a forma *você* é reconhecida como própria das pessoas da cidade e a forma *ocê* é reconhecida como própria das pessoas da zona rural;
- [3] a forma padrão *você* é a forma mais usada pela classe social mais privilegiada;

[4] o fenômeno de variação entre os itens *você*, *ocê* e *cê*, em estudo, é caracterizado como um caso de mudança em progresso ou uma variável estável, nos termos de Labov (1972).

4. *Fundamentação teórica*

Uma rápida revisão da Linguística como ciência, reconhecida como tal há pouco mais de um século, evidencia as diferentes abordagens dadas à forma pronominal *você*, quer seja em estudo diacrônico, quer seja em estudo sincrônico, no PB. A escolha por uma perspectiva teórica que caracterize e explique os processos de variação linguística entre as três formas pronominais envolve a concepção que se tem do que seja uma língua e do seu funcionamento.

É fato conhecido há muito tempo que as línguas são heterogêneas; entretanto, com poucas exceções, as correntes teóricas que estudaram tanto a língua quanto a mudança linguística não levaram em consideração essa heterogeneidade, concebendo as línguas como um sistema homogêneo, cujo foco de estudo deveria ser sua estrutura interna.

A concepção de língua como um sistema homogêneo, centrado no indivíduo, ou seja, desvinculado do grupo social que usa essa língua em suas interações diárias, foi adotada pela Linguística Histórica, pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo. Por outro lado, houve aqueles que consideraram a heterogeneidade da língua, não a vendo dissociada de sua comunidade de falantes – por exemplo, Meillet, Schuchardt, Sapir e os linguistas do Círculo Linguístico de Praga⁶³. Entretanto, esses estudiosos não elaboraram nenhum método para se estudar sistematicamente a complexidade dos dados de fala e para se pesquisar a mudança linguística.

De acordo com Chambers (1995, p. 15-16), foi Labov, em seu trabalho sobre Martha's Vineyard, de 1963, e, principalmente, em seus trabalhos sobre a língua falada na cidade de Nova York, o primeiro linguista que reuniu evidências da variação linguística e que demonstrou que ela é ordenada, padronizada e sistemática. A partir daí, foi possível estudar mais profundamente – e com maior propriedade – os fatores envolvidos na mudança linguística. Essa nova corrente de estudos da língua

⁶³ Cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968.

ficou conhecida como Sociolinguística⁶⁴ e, mais tarde, como Teoria da Variação. A variação é, segundo os sociolinguistas, a causa primária das mudanças linguísticas, e ela decorre de fatores de ordem sociocomunicativa ou mesmo linguística.

5. Método e procedimentos

Sobre metodologia de trabalho, Labov (1972, p. 207) afirma que a questão aqui não é necessariamente embasar os estudos linguísticos com a teoria da linguagem, mas, em vez disso, estabelecer um novo método de trabalho. Conforme Labov (*op. cit.*), a heterogeneidade da fala apresenta-se aparentemente como um caos. No entanto, dentro dessa heterogeneidade linguística, um observador atento pode verificar que fatores, tanto externos quanto internos, podem influenciar a fala das pessoas. A fim de sistematizar essa aparente caoticidade da fala, este projeto, assim como Labov (*op. cit.*), propõe uma metodologia que por meio de amostragens, procura identificar o modo como os diferentes grupos sociais, dentro de determinada comunidade de fala, comporta-se linguisticamente.

Esta pesquisa utiliza os métodos quantitativos, com auxílio do suporte estatístico do GoldVarb 2001, de uma corrente teórica que concebe a língua como um sistema intimamente ligado à sociedade que a fala e que sistematiza sua inerente heterogeneidade: a sociolinguística quantitativa ou teoria da variação.

Para a pesquisa deste trabalho foram selecionados informantes de Arcos, cidade localizada no centro-oeste mineiro, a 220 km de Belo Horizonte. A cidade pertence, ainda, à região geopolítica do Alto São Francisco e à Associação dos Municípios do Vale do Itapecerica. Tem como municípios limítrofes: Formiga, Iguatama, Japaraíba, lagoa da Prata, Luz, Pains e Santo Antônio do Monte, possuindo uma área total de 497 km². É banhada pelo rio São Francisco na região de Itaoca (zona rural), bem como pelo rio São Miguel e, ainda, pelos rios Candongas e Preto, o qual possui a várzea mais fértil da região.

A análise deste trabalho parte da hipótese de que a ocorrência das formas pronominais *você*, *ocê* e *cê* não vem acontecendo de maneira

⁶⁴ O próprio Labov argumenta que é um equívoco falar em sociolinguística, já que a língua não pode ser concebida fora de seu contexto social. Entretanto, foi este o nome como ficou conhecida essa corrente teórica.

idêntica nas duas áreas, urbana e rural, da comunidade arcoense e que, nessa comunidade, a evolução de formas/fatos da língua portuguesa aponta para mais de uma direção. Essa hipótese encontra suporte no estudo de Faraco (1996), que chama a atenção para a ocorrência de várias formas, não padrão, correspondentes à forma padrão *você* no português de Portugal e do Brasil, e no estudo de Biderman (1972), que mostra a ocorrência de formas não padrão, ao lado da forma padrão *usted*, no espanhol.

Este trabalho é constituído por um *corpus* (GONÇALVES, 2002) de 100 narrativas orais espontâneas, sendo 50 da área urbana e 50 da área rural, com um total de 26 horas de gravação. A amostra analisada neste trabalho é constituída por 12 horas de gravação, 20 narrativas orais espontâneas da zona urbana e 20 narrativas orais espontâneas da zona rural, com um total de 510 dados.

6. Comportamento das variantes: fatores sociais

Na certeza de que o tratamento quantitativo possibilita a interpretação dos dados, a partir da comparação entre os grupos de fatores, essa seção se propõe a apresentar os dados dos fatores sociais condicionantes ou, chamados por alguns linguistas de fatores externos: procedência geográfica, classe social, faixa etária e gênero.

Este estudo se propõe a contribuir com o avanço dos estudos sobre o uso do pronome *você*, no PB, com uma mostra não exclusiva da área urbana, como fazem Ramos (1997), Andrade (2004), Peres (2006) etc., para isso foram selecionadas 20 narrativas rurais e 20 narrativas urbanas.

A distribuição das variantes, segundo a Procedência Geográfica, de acordo com a tabela 1⁶⁵, a seguir, apresenta dados muito interessantes, a saber:

Tabela 1: Distribuição das variantes segundo a procedência geográfica

Procedência geográfica	VOCÊ		OCÊ		CÊ		TOTAL
	OC	%	OC	%	OC	%	
URBANA	87	77	32	26,5	108	40	227
RURAL	26	23	88	73,5	169	60	283
TOTAL	113	100	120	100	277	100	510

⁶⁵ Legenda para as tabelas apresentadas: OC – ocorrências; % – porcentagem.

Ao se observar, estatisticamente, a tabela 1, verifica-se que é grande a diferença entre o número de ocorrências da forma padrão (*você*), 26 dados e o número de ocorrências das formas não padrão: *ocê*, com 88 dados e *cê*, com 169 dados, na área rural. É significativo o resultado de *você* na área urbana: 77% dos dados, confirmando-se a hipótese 2 deste estudo.

Outro fato de destaque é que o número total de ocorrências das formas em estudo na área rural é maior que os da área urbana, 283 e 227, respectivamente. Isso significa, logicamente, que os informantes da área urbana usaram menos as formas pronominais *você*, *ocê* e *cê*.

Esse Grupo de Fatores – Procedência Geográfica – apresenta resultados bem significativos. Esta pesquisa mostra que a forma *você*, por sua vez, é própria das pessoas que moram na cidade (área urbana) e não na área rural. Para visualizar os mesmos resultados da tabela 1, com um pouco mais de refinamento, veja-se a tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Distribuição das variantes segundo a procedência geográfica

	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL	
	OC	%	OC	%
Forma padrão (<i>você</i>)	87	38	26	9
Forma não padrão (<i>ocê/cê</i>)	140	62	257	91
TOTAL	227	100	283	100

Os resultados da tabela 2 demonstram que a forma não padrão *ocê* e *cê* é favorecida na área urbana, com 62%, enquanto que a forma padrão é menos usada, com 38%. Por sua vez, na área rural, as formas não padrão *ocê* e *cê* são muito favorecidas, pois são 91% dos dados, enquanto que a forma padrão (*você*) é timidamente usada, com apenas 9% dos dados. É uma diferença muito significativa.

Esta pesquisa leva em consideração o que Carneiro (1997) defende, quando afirma que o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

Segundo a autora,

Ao invés de se pensar a cultura camponesa, através do contraste com a cultura urbano-industrial, o que levaria a repetir o que já fora dito sobre o efeito generalizador do processo de “descampanização” do campo, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de romper com a referência à cultura urbano-industrial para se avaliar as verdadeiras mudanças pelas quais essa categoria social ampla e genérica – o agricultor familiar – estaria passando ao longo tempo. (CARNEIRO, 1997, p. 53)

O espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento, conforme a posição de Silva (1997, p. 5).

Apresentam-se, a seguir, os resultados relativos à distribuição das variantes, segundo a classe social. Para isso, atente-se à tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Distribuição das variantes segundo a classe social

Classe social	VOCÊ		OCÊ		CÊ		TOTAL
	OC	%	OC	%	OC	%	
+ Privilegiada	20	72	04	14	04	14	28
- Privilegiada	93	19	116	24	273	57	482
TOTAL	113		120		277		510

Quando se verifica, na tabela 3, que 72% das formas pronominais usadas pela classe mais privilegiada socialmente são do item padrão *você*, se confirma a hipótese [3] deste estudo.

É importante relatar, ainda, que o uso da forma padrão *você* é pouco usada pela classe menos privilegiada socialmente.

A tabela 3 ainda mostra que 482 dados dos 510 ou, em termos percentuais, 95% dos dados da amostra são usados pelos informantes da classe social menos privilegiada.

Explica-se tal dado pelo fato de o documentador ter um alto grau de intimidade com o informante, favorecendo assim o uso da língua pelo falante com maior naturalidade, ou seja, mais próximo do vernáculo, favorecendo o uso das formas não padrão (*ocê/cê*) na classe social menos privilegiada.

E, por outro lado, o uso acentuado de forma padrão pela classe social mais privilegiada seria explicado pelo fato de o informante da classe social mais privilegiada estigmatizar o uso de formas não padrão.

Observe-se, atentamente, a tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Distribuição das variantes segundo a classe social

	+ PRIVILEGIADA		– PRIVILEGIADA	
	OC	%	OC	%
Forma padrão (<i>você</i>)	20	72	93	19
Forma não padrão (<i>ocê/cê</i>)	08	28	389	81
TOTAL	28	100	482	100

Observando-se, estatisticamente, a tabela 4, percebe-se que é notória a diferença entre o uso da forma padrão e o uso das formas não padrão pelos informantes das duas classes em análise.

Atente-se, agora, para a tabela 5.

Tabela 5: Distribuição das variantes segundo a faixa etária

FAIXA ETÁRIA	VOCÊ		OCÊ		CÊ		TOTAL
	OC	%	OC	%	OC	%	
15-30 Anos	36	32	12	10	72	26	120
31-59 Anos	69	61	83	69	156	56	308
60 anos ou mais	06	7	25	21	49	18	82
TOTAL	113	100	120	100	277	100	510

Depois de apresentados os resultados da distribuição das três variantes em relação às três faixas etárias, aqui consideradas como: jovens (15-30), medianos (31-59) e idosos (60 ou mais), pode-se afirmar que a variante preferida pelos jovens, pelos medianos e pelos idosos foi *cê*, respectivamente, 72, 156 e 49 dados.

De acordo com a teoria laboviana, os informantes idosos usam mais a variante padrão (aqui, no caso, *você*) do que as variantes não padrão (aqui, no caso, *ocê/cê*), e os jovens usam mais as variantes não padrão. Os resultados da tabela 5 mostram que os jovens usam mais a variante não padrão do que a padrão e os velhos também. Portanto, não se pode falar em mudança em progresso. Ou seja, não há confirmação da hipótese [4] desse estudo.

Faz-se necessário considerar, ainda, que os idosos usaram menos a forma padrão *você*, 8 dados; por sua vez, os jovens fizeram menos uso da forma *ocê*, 12 dados e, no entanto, esperava-se que essa faixa etária

usasse menos a forma padrão *você*. O fato de os idosos usarem menos o item *você* não era esperado, considerando-se a tendência ao conservadorismo dos adultos para com a inovação dos costumes. Da mesma forma, levando-se em conta a tendência dos jovens para com as inovações da língua, como novas formas, vocábulos, gírias etc., era esperado que o uso das formas não padrão fosse mais elevado. E isso se constata, neste estudo, por meio dos resultados, podendo-se afirmar que o fator faixa etária, neste estudo, não favorece a ocorrência das três formas *você*, *ocê* e *cê*.

O último grupo de fatores – gênero – é apresentado na tabela 6, a seguir:

Tabela 6: Distribuição das variantes segundo o gênero

GÊNERO	VOCÊ		OCÊ		CÊ		TOTAL
	OC	%	OC	%	OC	%	
MASCULINO	55	49	90	75	184	66	329
FEMININO	58	51	30	25	93	34	181
TOTAL	113	100	120	100	277	100	510

A análise da dimensão social da variação e da mudança linguística não pode ignorar, contudo, que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/forma não padrão e o processo de implementação de mudanças estejam associados ao gênero do falante e à forma de construção social dos papéis feminino e masculino.

Os resultados da tabela 6 mostram que o gênero masculino tende a ser menos conservador, quando usa mais as formas inovadoras: *ocê* (75%) e *cê* (66%). Entretanto, há praticamente um empate, no que se refere ao número total da forma padrão usada 49% e 51%, masculino e feminino, respectivamente. No caso deste estudo, os homens não fazem mais uso da forma padrão de tratamento em função da ocupação de pouco prestígio social que exercem (ajudante de pedreiro, faxineiro, lavrador, lixeiro etc.).

Assim sendo, atente-se para a tabela 7, a seguir:

Tabela 7: Distribuição das variantes segundo o gênero

	MASCULINO		FEMININO	
	OC	%	OC	%
Forma padrão (<i>você</i>)	55	17	58	32
Formas não padrão (<i>ocê/cê</i>)	274	83	123	68
TOTAL	329	100	181	100

Fica mais claro, agora, quando se contrapõem a forma padrão e a forma não padrão. Vê-se que para ambos os gêneros a forma não padrão é a eleita. No entanto, é interessante observar que qualquer explicação das diferenças linguísticas entre homens e mulheres deve ser relativizada em função do grupo social considerado.

É importante observar, também, que outros indícios de diferenças entre homens e mulheres podem ser depreendidos, por meio do controle de outras variáveis como mercado ocupacional, influência da mídia ou grau de escolarização, como mostram Oliveira e Silva & Paiva (1996). Acredita-se que a variável mercado ocupacional atua de forma mais relevante entre homens do que entre as mulheres. Eis algo a ser analisado em outro trabalho, no futuro, com uma atenção a este tipo de análise.

Vale a pena ressaltar um aspecto da amostra deste estudo: a ocupação profissional dos informantes selecionados – lixeiro, fazendeiro, ajudante de pedreiro, lavrador, aposentada, doceira, costureira, dona de casa, doméstica – sobretudo na área rural, não exige um uso da língua de maior prestígio. Além disso, os informantes não ocupam um lugar de *status* na sociedade arcoense, devido às características sociais que têm. Sem contar que a maioria dos informantes tinha um alto grau de intimidade com os documentadores, o que, talvez, favorecesse a escolha em frequência maior pelas formas não padrão – *ocê* e *cê*.

Finalmente, pode-se afirmar que a hipótese [1] se confirma totalmente neste estudo, pois se verifica que os fatores sociais – procedência geográfica, classe social, faixa etária e gêneros – condicionam o uso dos variantes *você*, *ocê* e *cê*.

7. Considerações finais

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que:

- a) Os fatores sociais – procedência geográfica, classe social, faixa etária e gênero – condicionam o uso das variantes *você*, *ocê* e *cê*, confirmando-se a hipótese [1];
- b) confirma-se com esse estudo a hipótese [2] – a forma *você* é reconhecida como própria das pessoas da cidade e a forma *ocê* é reconhecida como própria das pessoas da zona rural, uma vez que 77% dos dados de *você* ocorrem na área urbana;

- c) confirma-se a hipótese [3] – a forma padrão *você* é a forma mais usada pela classe social mais privilegiada, uma vez que 72% do uso da forma *você* se dá na classe social mais privilegiada;
- d) não há confirmação da hipótese [4], uma vez que o fenômeno de variação entre os itens *você*, *ocê* e *cê*, em estudo, não é caracterizado como um caso de mudança em progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilton A. *As formas você e cê e a indeterminação do sujeito no português brasileiro*. 1998, 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANDRADE, Adriana L. V. S. *A variação de você, cê e ocê no português brasileiro falado*. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BARBOSA, Liliane P. *Estatuto da forma cê: clítico ou palavra?* 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BIDERMAN, Maria T. C. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Marília: Alfa*, 1972/1973, p. 18-19 e 339-382.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*. Natal: UFRN, 1997, p. 53-75.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

CHAVES, Elaine. *Implementação do pronome você: a contribuição das pistas gráficas*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, 183 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG).

CINTRA, Luís F.L. *Sobre as formas de tratamento na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Horizonte, 1986, 138 p.

CIRÍACO, Larissa; VITRAL, Lorenzo; REIS, César. Intensidade e duração de formas reduzidas no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, v. 12, n. 2, p. 143-147.

COELHO, Maria do Socorro Vieira. *Uma abordagem variacionista do uso da forma você no Norte de Minas*. UFMG, 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. A ausência da forma *você* numa comunidade quilombola nortemineira. *I Congresso Internacional de Linguística Histórica: Programa – resumos*. Salvador: UFBA/UEFS/ENEB, 2009, p.124.

_____. *Os gurutubanos: língua, história e cultura*. PUC Minas, 2010, 444 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FARACO, Carlos A. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. 13. ed. Curitiba: UFPR, 1996.

GONÇALVES, Clézio R. *Um estudo variacionista do uso da forma você no centro-oeste mineiro: projeto de pesquisa*. Arcos: PUC-Minas, 2002.

_____. Você, ocê e cê na fala mineira. *ABRALIN em Cena Piauí*. Teresina: Ideia, 2008a, p. 82-91.

_____. *Uma abordagem sociolinguística dos usos das formas você, ocê e cê no português*. USP, 2008b, 349 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Você, ocê e cê: o ritual de tratamento no discurso. *II Encontro Memorial: nossas letras na história da educação: anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Federal de Ouro Preto*. Mariana: ICHS/UFOP, 2009, p. 1-14.

_____; COELHO, Maria do Socorro Vieira. *Usos da forma você em Minas Gerais* (no prelo).

HERÊNIO, Kerly Karine Pereira. *“Tu” e “você” em uma perspectiva intralinguística*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPES, Célia R. S. *O quadro dos pronomes pessoais*. Rio de Janeiro, manuscrito, 2003.

_____. Vossa mercê > você e vuestra merced > usted: o percurso evolutivo ibérico. *Linguística. ALFAL*, v. 14, 2003a.

_____. *Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX*. Comunicação apresentada no V Seminário do PHPB. Ouro Preto: UFOP/UFMG, 2004.

MENDES, Eliana A. de M. Você, o senhor, ou o quê? *Linguagem & Ensino*. Pelotas, 1998, v. 1, n° 1, p. 135, 150.

MENON, Odete P. S. O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*. Curitiba: UFPR, n. 44, p. 91-106, 1995.

_____. *Seu, de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos*. In: HORA, Demerval (Org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.

_____. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/você/ o senhor em Vinhas da Ira. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 121-164, mar. 2000.

MOTA, Maria Alice. *A variação dos pronomes 'tu' e 'você' no português oral de São João da Ponte (MG)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de; PAIVA, Maria da C. Conclusão: visão de conjunto das variáveis sociais. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M., SCHERRE, Maria Marta P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 335-378.

OLIVEIRA, Marilza; RAMOS, Jânia. *O estatuto de você no preenchimento do sujeito*. Comunicação apresentada no encontro da Alfal, Costa Rica, 2002.

PAULA, Graciane de. *O clítico 'te' no dialeto mineiro: um fenômeno de manutenção*. Manuscrito, 2004.

PERES, Edenize P. *O uso de você, ocê e cê em Belo Horizonte: um estatuto em tempo aparente e tempo real*. UFMG, 2006, 234 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RAMOS, Jânia M. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: HORA, Demerval da (Org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997, p. 43-60.

_____. O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa da forma cê. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Eds.). *Estudos de sociolinguística brasileira e portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, 2000, p. 181-189.

RUMEU, Márcia C. de B. *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Traços formais e semântico-discursivos no processo de gramaticalização de vossa mercê>você. *Revista do Gel*. Araraquara: GEL, 1004, v. 1, p. 67-82.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 1997 (dat.).

VITRAL, Lorenzo. A forma cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, 1996, n. 4, v. 1, p. 115-124.

_____; RAMOS, Jânia M. Gramaticalização de você: um processo de perda de informação semântica? *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999, v. 3, p. 55-64.

WINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Empirical foundation for a theory of language change*. Austin: University of Texas, Press, 1968.

CENAS, OBSCENAS,
ENCENAÇÕES DE LITERATURA & CINEMA
EM PEDRO ALMODÓVAR

Rodrigo da Costa Araújo (UFF/FAFIMA)
rodricoara@uol.com.br

1. *Palavras iniciais*

Aqui falaremos de narrativas que lembram narrativas. Talvez seja por isso que Barthes tenha afirmado que

... a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, não há em parte alguma, povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas; e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de cultura diferente, e mesmo oposta... (BARTHES, 1973, p. 20)

A relação entre Cinema e Literatura aproxima-se pelo ato de contar, pelo potencial narrativo, pela capacidade de criar o espaço lúdico e transformador. Por outro lado, num mundo de tantas histórias, destacam-se as narrativas que inovam, que utilizam diversos recursos, ora causando “estranhamentos”, ora seduzindo e enredando o receptor na trama textual.

Como se vê, tudo parece que temos uma prática que se consubstancializa como parte integrante do próprio fato artístico – mistura feita artística com técnicas que fazem diferença no universo do discurso. Com esses “estranhamentos estilísticos” a poética almodovariana se aproximaria das palavras do crítico francês Roland Barthes, dos efeitos de justaposições produzidos na linguagem como resultados de “deflação”⁶⁶ (no sentido de uma despotencialização, ou mesmo rebaixamento do nível retórico de sua poética): ou seja, a consistência, a densidade, a potência de sua poética é “deflacionada” em várias sequências do texto ou discurso ficcional.

Essa feita narrativa, como as telas de Cy Tombly, propõe uma leitura que enfatiza as operações de deflação, o que segundo Barthes apontou como cruciais para se captar o tom de seus quadros ou seu estilo. Essa seria uma lírica de evocação contaminada por gestos, relacionada aos grafites, ou na visão de Barthes – uma marca subversiva ou mesmo

⁶⁶ O termo “deflação” aparece nos ensaios críticos de Roland Barthes sobre as pinturas e desenhos do artista norte-americano Cy Twombly – em *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. (1990).

um elemento deslocado. Assim como Cy Tombly e através de um olhar deslocado, os polêmicos personagens femininos fizeram as narrativas de Pedro Almodóvar serem conhecidas no mundo inteiro. No entanto esses personagens femininos já apareciam nos cenários literários desde *Patty Diphusa* (1980) e *Fuego em lãs entrañas* (1981) narrativas curtas, escritas antes mesmo de ficar conhecido como cineasta.

Nesse mundo deslocado, as mulheres assumem metáforas chaves em todas as suas tramas textuais, sejam na literatura ou no cinema. Protagonistas de muitas narrativas do autor, elas surgem, ainda, acompanhadas de comportamentos polêmicos ou transgressores, junto de travestis, transexuais, homossexuais, ninfomaníacas, prostitutas ou escondidas em freiras viciadas em drogas.

Essa imbricada relação entre literatura e cinema diante do universo imagético de Almodóvar pode ser vista sob quatro prismas:

- I. representações femininas na literatura e no cinema;
- II As relações intertextuais e influências literárias;
- III. recursos da comédia (para as narrativas escolhidas nesse ensaio);
- IV. Almodóvar escritor e sua relação com Almodóvar cineasta.

Esses quatro recortes distintos, ainda que relacionados, permitem perceber as relações entre essas linguagens e as trocas semióticas em perfis de mulher, mas atrelados na rede estranha, compulsiva e verborrágica da técnica de narrar.

2. *O espetáculo como tática narrativa ou imagens de mulher*

As narrativas assumidamente eróticas e excêntricas do cineasta espanhol Pedro Almodóvar podem ser lidas como narrativas de espetacularização. Isso também é discutido em *Sociedade do Espetáculo* por Guy Debord quando afirma que: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação” (1999, p. 13). Transpondo esses conceitos de Debord para a espetacularização da escritura, percebemos que os recursos utilizados por Almodóvar reforçam esse olhar quando escolhe tons fortes, passionais: vermelhos vibrantes, azuis reais ou verdes intensos. O *kitsch*, nesse

jogo de citações, afirma-se, nesse contexto, como consubstancial aos elementos estruturais que tanto modelam as personagens, como define os limites da combinatória de seus possíveis vínculos e, também, predetermina ou torna previsíveis os desdobramentos dos mesmos. Tais elementos estruturais – tipos e/ou estereótipos sociosexuais; funções; elementos da sequência narrativa – têm, nas narrativas de Pedro Almodóvar, o estatuto de *peças de uma linha de montagem*. A repetição característica da poética almodovariana transforma-os em clichês que, habilmente manipulados, produzem e reproduzem *ad infinitum* novos contos, cujas anedotas estão fatalmente marcadas pela ausência de qualquer novidade.

Acompanhando esse raciocínio, *Fogo nas Entranhas* retrata a história de um grupo bizarro de cinco mulheres (Katy, Mara, Raimunda, Lupe e Diana), todas, extremamente, transgressoras, e ex-mulheres de um excêntrico chinês sentimental, dono de uma fábrica de absorventes íntimos – que de tanto ser traído por elas, transforma-se no vilão da narrativa. Antes de suicidar-se⁶⁷, porém, escreve um telegrama no dia do casamento de uma delas dizendo: “Você queria que eu desaparecesse da sua vida. Pois consegui. Quando estiver recebendo este telegrama, já terei me matado. É o meu presente de casamento. Chu Ming Ho” (ALMODÓVAR, 2000, p. 48).

A incorporação e a exploração de elementos, referências e estruturas consideradas *kitsch* e de mau gosto prestam-se, pois, no trabalho de Almodóvar, a uma *estratégia alegórica* voltada para a corrosão, sutil e discreta, de mitos característicos da pletera utópica moderna/modernista. Tal *estratégia alegórica*, cremos, é o que lhe permite, a partir de um trabalho que incorpora o mau gosto e o *kitsch* para, virando-os pelo avesso, ironizar os seus supostos antípodas na arte e na vida, afirmar que o lugar da arte e do artista, no mundo contemporâneo, deve – para que se cumpra a tarefa de filtrar a tradição e manter abertos os horizontes da criação e da paixão crítica herdadas problemáticamente do mundo e da arte modernos –, estar marcado simultaneamente pelo mal-estar e pelo humor.

Integrados à economia dos textos e dos filmes do escritor/cineasta, as cenas coloridas e labirínticas assumem, também, um viés erótico, pinceladas pelo descaramento dos personagens, diálogos surreais ou pelo humor negro. Assemelhando-se a um olhar extremamente neona-

⁶⁷ O tom melodramático, além de ser reforçado pelo personagem masculino, perpassa em várias situações que envolvem as mulheres. Isso, também, está presente no filme *Mulheres à beira de um ataque de nervos*.

turalista, a ficção almodovariana é construída como romance-reportagem ou documentos biográficos de cada mulher que faz parte da história maior do chinês Chu Ming Ho. Pretende-se narrar com as minúcias da objetividade dando a entender que o texto parece neutro e para que chame mais a atenção o fato, que a maneira de narrá-lo.

Esse hibridismo de estilos na produção de Almodóvar, reforça o que Flora Sussekind (1984, p.98) fala sobre o neonaturalismo:

Dizer o que a censura impedia o jornal de dizer, fazendo em livro as reportagens proibidas nos meios de comunicação de massa: a produzir ficcionalmente identidade lá onde dominam as cisões, criando uma utopia de nação e outra de sujeito, capazes de atenuar a experiência cotidiana da divisão social, da contradição e da fratura.

Temos, nesse caso, uma estrutura narrativa de mãos dadas com o jornalismo. Os atos escabrosos, os desejos incontroláveis, a escrita luminosa no estilo espetáculo ou as fotos de manchete que as narrativas⁶⁸ almodovarianas representam em suas cenas acompanham, além do jornalismo vulgar, o tom melodramático da vida. E é, portanto, sob o signo da afirmação da ficcionalidade, das transgressões temáticas, dos laços com a sua literatura, do texto reflexivo, de uma linguagem elíptica e de humor afiado que Almodóvar constrói sua poética do desejo. Tudo percorre o veludo do corpo, a perseguição da cor vermelha, os jogos de olhares, a sonoridade, os cenários atraentes e carregados de tensão ou outros recursos, tudo de alguma forma, contribui para construção de uma narrativa de afetos.

De qualquer ângulo, as narrativas almodovarianas nos convidam a ler o mundo real como se fosse uma obra de ficção, ou como sugere ECO (1994, p. 123) “se os mundos ficcionais são tão pequenos e ilusoriamente confortáveis, por que não tentar criar mundos ficcionais tão complexos, contraditórios e provocantes quanto o mundo real?”.

3. *Da página e da tela*

A introdução do filme *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* configura-se como síntese metafórica do jogo narrativo – fragmentos do sonho de Pepa revelam imagens em preto-e-branco de Iván circulando

⁶⁸ O melodrama, segundo Maurício de Bragança, é identificado, por muitos autores, “como uma espécie de estratégia de leitura da vida, de uma narrativa cotidiana; um gênero que aborda o relato a partir de uma perspectiva especificamente comum” (2007, p. 1).

entre mulheres, dirigindo comentários a cada uma delas, mas zombeteiramente através de um microfone portátil. Como Don Juan clássico, o personagem causador de todos os quiproquós surge das profundezas oníricas de Pepa na tela. Símbolo de masculinidade, Iván, imitando a voz de um sedutor, apresenta-se ao receptor com certos poderes que seduzem as mulheres confiantes de um amor romântico. Dubladores de filmes estrangeiros, Pepa e Iván representam discursos que não são deles, mas os tomam, na vida “real” como jogo para suas vidas. Nesse jogo de *mise-en-scène* da vida, de ora ficção, ora realidade, *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* narra os conflitos mesmos dos pares, tendo Iván como modelo de Don Juan – aproximando-se de uma mulher ou se vendo forçado a abandoná-la por outra.

Assim, Almodóvar trama a narrativa cuidadosamente equilibrando-se entre melodrama e comédia, sem perder a prioridade dada à Pepa – força narrativa que alimenta e reforça o conceito de amor romântico⁶⁹. Através desse amor, – que todas as mulheres vivem, alimentam e esperam para suas vidas –, Almodóvar polemiza, através dos pares, várias versões irônicas do que pensamos sobre um casal feliz.

Como em qualquer narrativa pós-moderna, segundo Linda Hutcheon (1991, p. 23), o tema em questão pode ser contestado “a partir de seus próprios pressupostos”. Por isso desde o começo da narrativa filmica a qualidade especial de casal feliz é problematizada. Pepa e Iván, Lúcia e Iván, Candela e o Xiita, Ana e Ambite e Carlos e Marisa – todos focalizados pelas câmeras de Almodóvar encenam a vida como “à beira de ataques de nervos” ou nos limites de diversos graus de crise.

Tipicamente pós-moderna essa comédia, paradoxalmente, incorpora elementos de outras comédias e desafia automaticamente o que parodia. Nesse sentido, temos o amor no centro das atenções e também fora dele. E, a partir da perspectiva amorosa e descentralizada, o “marginal” e aquilo que também podemos nomear, segundo Husteon, de “excêntrico”, ou seja, personagens de diferentes maneiras (sejam em termos de classe, gênero, etnia etc.) circulam pela trama, instigam indagações, deslocamentos e estranhezas.

⁶⁹ Segundo o estudioso Antonio Holguín, no livro *Pedro Almodóvar* (1999, p. 67) o tema central de muitos filmes do cineasta gira em torno do amor em todas as suas formas: masoquista, lésbico, erótico, homossexual, sádico ou machista, y sobre eles, predominam, o amor-paixão, podendo este chegar a ser destrutivo ou não correspondido.

4. *Do humor e da ironia*

Ao abordar a ironia, Henri Bergson no livro *O Riso* utiliza o conceito de interferência de séries que, sem ser um mecanismo exclusivo do discurso irônico, porque pertence a outras formas consideradas cômicas pelo estudioso, é o aspecto que possibilita uma reflexão em torno de um mecanismo discursivo propriamente dito:

A interferência de dois sistemas de ideias na mesma frase é fonte inesgotável de efeitos engraçados. Há muitos meios de obter a interferência, isto é, de dar à mesma frase duas significações independentes e que se superpõem. (BERGSON, 1980, p. 65).

Nesse sentido, o estudioso traz a questão do fenômeno irônico para o plano da linguagem. Dessa forma o conceito de interferência em séries (“dois sistemas de ideias presentes numa mesma frase”) poderia, numa certa medida, ser interpretado segundo o olhar da análise do discurso. A afirmação “um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido” (BRANDÃO, 2004, p. 87) pode servir para a ideia de que um determinado termo ou uma determinada frase, dependendo de seu espaço de realização, atualizará elementos que autorizam diferentes significações, ou mesmo significações contraditórias como é o caso da ironia presente no filme.

5. *O cômico e o mundo às avessas*

O prazer que a narrativa almodovariana provoca no leitor deve-se em grande parte ao emprego de personagens que aparecem em situação de humor, ora, aparentemente, opostos entre si, ora aparentemente atados pela incrível habilidade narrativa. Além disso, o erotismo fortemente assumido, a ironia e o jogo de palavras e de situações muito bem tramadas dão as suas narrativas um dinamismo e um tom especial.

Aclimatado em Madri, entre 1956 a 1980, a trama textual de *Fogo nas Entranhas* (2004) é apresentada em micro capítulos e em situações cômicas que envolvem sexo, dinheiro, amor ou mesmo casualidade. Para explorar melhor as emoções dos personagens, tanto em *Fogo nas entranhas*, como em *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* (1988) nas passagens do amor ao ódio, sem meio termo, o escritor/cineasta centra o foco no universo feminino. “Creio que as mulheres choram melhor do que os homens”. [...] As moças são elas que sabem como se comportar

quando são abandonadas pelos namorados. São estranhas à discrição, ao senso do ridículo” (EVANS, 1999, p. 55).

Com um fundo musical melódico do bolero, – bem ao estilo melodramático –, em *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* tudo parece mergulhar no caos dos relacionamentos, como antecipa a letra “Soy Infeliz”, de Ventura Romero e cantada por Lola Beltrão.

Sou infeliz
Porque sei que não me queres,
Para que mais insistir?
Viva feliz, meu bem,
Pois o amor que tu me deste
Para sempre hei de sentir.

(EVANS, 1999, p. 64)

Parecidos com a letra da canção, Pepa e todas as mulheres do filme, como também as mulheres do livro *Fogo nas entranhas*, vivem acontecimentos escabrosos em torno do amor. De uma forma ou de outra, todo o universo dos filmes de Almodóvar está presente neste livro: mulheres loucas, divertidas, estranhas, incendiadas, vaidosas, excitadas e frígidas, mal amadas e normais.

Ambos, livro e filme tematizam traições e mulheres infelizes, uma espécie de memória feminina que reconstrói ou relata, de forma esdrúxula cada caso. Esses relatos presentes no livro, como pequenas cenas de um filme maior, conduzem o leitor/espectador por um labirinto que provoca, desde o início, um efeito atordoante e cômico, exigindo participação no quebra-cabeças que é a memória das personagens, pois só assim, é possível construir-se a lógica da narrativa como um todo (ou como um jogo?).

De acordo com Todorov (2004, p. 126), “ser a narrativa de uma narrativa, é o destino de toda narrativa que se realiza através de encaixe”; é assim, com *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* e em *Fogo nas entranhas*, uma história encaixa-se na outra, um narrador cede ao outro o espaço de contador, formando um romance feito um mosaico. Utilizando esses jogos de narrativas podemos dizer que Almodóvar se utiliza no seu trabalho criador, desde a literatura produzida em *Patty Diphusa e outros ensaios* ou *Fogo nas Entranhas* como forma de adaptação dos seus próprios relatos para o cinema.

Patty Diphusa, estrela internacional (isso é o que ela diz) de fotonovela pornô, é convidada pelo diretor de uma revista pós-moderna a relatar suas memórias. Patty nunca dorme, e com isso tem muitas coisas para contar. Para

ela, tudo é noite; suas aventuras, quase sempre relacionadas com todas as variações sexuais imagináveis e com todo tipo de drogas, servem-lhe para refletir, a seu modo, sobre a condição humana. Embora seus relatos sejam cheios de felações, inaugurações de galerias de arte, discotecas, cunilíngus, táxis, penetrações por qualquer orifício, fotonovelas pornô, etc., no fundo de tudo isso encontramos uma garota que foge da solidão, como qualquer pessoa, dotada de uma capacidade inesgotável para o prazer e de nenhuma capacidade para a decepção. (ALMODÓVAR (1992, contracapa))

Já em *Fogo nas entranhas* abrindo a primeira e a última capa do livro, nos deparamos com um fundo laranja e com descrições em chinês, acompanhadas de desenhos de um absorvente íntimo feminino, com vários dados importantes do produto. Na capa, sob as cores vermelha e laranja uma malabarista circense jorra fogo pelas entranhas sugerindo um incêndio que percorre todo o livro (ou as “entranhas” dos personagens?).

As histórias que compõem o livro, parecidas com a da protagonista de *Mulheres à beira de uma taque de nervos*, descreve, como numa espécie de fotonovelas pornográficas, uma epidemia descontrolada que faz com que as mulheres ataquem os homens violentamente, até conseguirem satisfazer o calor que toma conta das “entranhas” de todas elas – o que leva muitos homens à morte.

O caos resultante em Madri obriga a investigação por parte de um ministro e uma das ex-amantes do chinês, que se recusa a usar o produto. Tal situação se desencadeia em virtude do testamento elaborado por Chu Ming Ho como forma de vingança por parte de suas amantes que o traía constantemente. Sua vingança seria então, condenar suas amantes e todas as mulheres de Madri a humilhação do desejo descontrolado com o uso do absorvente, como comprova o testamento.

... trabalhei minha vida inteira com e para as mulheres, e nunca cheguei a conhecê-las. Só descobri uma coisa: louras, morenas, ruivas, altas ou baixas, todas são iguais. Umias vadias. Ainda assim, reconheço que devo meus melhores momentos a elas – e os piores também. Mas não me arrependo de nada. Dedi-quei todos os dias de minha existência a esse milagre que elas guardam no meio das pernas, uma coisa tão delicada que justifica todos os meus esforços. Por isso não quis ir embora sem render-lhes um pequeno, diminutivo, transparente, que estimula, tonifica, desinfeta, com vitaminas E e U, cloruro potássio, etc...[...] Deixo minha indústria para aquelas que foram minhas principais amantes, ou seja: Diana, a orgulhosa; Mara, a cínica; Katy, a abelhuda; Lupe, a hippie; e Raimunda, a freira. Podem vender tudo, ou fazer o que quiserem. Só imponho uma condição: que durante meu enterro, e na presença de um tabelião, as quatro usem um dos meus absorventes último modelo. [...] A que por algum motivo se negar, ficará automaticamente excluída da herança. Não sinto rancor por nenhuma. Adeus. (AMODÓVAR, 2004, p. 56)

Pelo mesmo viés, Iván – personagem masculino e chave para todas as discórdias em *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* – pode ser lido como um Dom Juan clássico do universo feminino espanhol contemporâneo. Isso pode ser percebido na apresentação do personagem, que ao começar a narrativa e através de visões oníricas de Pepa é visto numa espécie de filme em preto-e-branco dos anos 60 dirigindo comentários ou frases românticas a muitas mulheres, de diversas culturas através de um microfone portátil. Ele enquanto anda entre elas “é enquadrado contra um fundo arquitetônico inconfundivelmente morisco, uma identificação entre personagem e *mise-en-scène* que imediatamente vincula suas atitudes às tradições daquela cultura”. (EVANS, 1999, p. 45)

6. Os processos do cômico

Tanto a prosa como a filmografia almodovariana empregam inúmeros processos cômicos, exploram situações, ideias, palavras (chistes, piadas, gracejos, trocadilhos etc.), tipos, ironia, humor, surpresa e contradição, muitas vezes numa perspectiva próxima à do realismo grotesco ou em situações bizarras do naturalismo. O ritual e semelhanças que as mulheres vivem em *Fogo nas Entranhas* ou no filme *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* constituem a essência mais profunda da percepção carnavalesca de mundo: o *pathos* da frustração e das angústias, a infelicidade no amor e devaneios cotidianos. A rotina cômica de *Fogo nas Entranhas* beira ao interesse pelo dinheiro do japonês Chu Ming Ho – dono de uma fábrica de absorventes.

A inversão carnavalesca do comportamento dos personagens na narrativa literária transparece nas atitudes em relação aos interesses econômicos, às diferenças étnicas e características pessoais de cada mulher. Por este ângulo é possível perceber uma ironia que instiga qualquer tipo de fantasia sexual: uma espã (Katy), uma figurante de forrestes italianos (Mara), uma frígida (Eulália), uma assistente de laboratório químico (Lupe), uma ex-freira (Raimunda) e uma enjeitada (Diana). No conto, os personagens circulam por diversos espaços sociais, já no filme as mulheres escolhem o apartamento de Pepa para, de alguma forma, sofrerem alguma transformação. O espaço narrativo, nesse caso, se apresenta como simulacro onde segundo Nelson Brissac Peixoto (1987, p. 8):

[...] o real se cruza com a ficção, a teoria com a narrativa e a escritura com a fotografia. Os diferentes períodos e paisagens inscritos na superfície sem historicidade e dimensão da imagem. Não é nesta hiper-realidade que indivíduos

e lugares existem hoje em dia? Essas figuras e intrigas são absorvidas, através de citações e colagens, sem referências aos originais, num universo artificial.

Esse espaço e seus significados, segundo Evans (1999, p. 43),

contribuem para a importância da *mise-en-scène* do prédio, modificando e oferecendo uma perspectiva para vida de Pepa. Sua cobertura é uma exteriorização dos seus sentimentos reprimidos, outrora caóticos, traídos e até mesmo suicidas (um lugar apropriado, portanto, de onde Candela, traumatizada, pode tentar seu salto para a morte).

A concepção grotesca de corpo se expressa nas ações dos personagens pelos seus desequilíbrios ou falhas pessoais, sugerindo o comportamento dos animais que circulam entre eles no apartamento de Pepa. Na literatura pós-moderna, podemos associar esse viés de leitura ao neonaturalismo⁷⁰ – estética que reforça aspectos sórdidos do ser humano. Quanto a esse enfoque neonaturalista, podemos perceber no comportamento de Carlos sinais de seguir as características do pai Iván ao seduzir Candela tão logo o *gazpacho* envenenado adormece sua noiva.

Contraditoriamente, Carlos exteriormente aparenta ser uma pessoa doce e sensível, é, entretanto, alguém cuja gagueira denuncia seus sinais de desequilíbrio psicológico. Já no livro *Fogo nas Entranhas*, semelhante a esses episódios do filme, aparecem, além do chinês, Gómez e Larrondo – ambos virgens aos 50 anos de idade. Os dois são descritos como “dois mostrengos”.

Márcio Gómez tinha cara de queijo redondo, e se não fossem pelos seus olhinhos líbricos, seria mais inexpressivo que mingau de maisena. Paco Larrondo exibia uma magreza cadavérica, que acentuava todos os seus defeitos físicos: um nariz descomunal, um par de olhos arregalados a ponto de explodir, e orelhas de abano. (ALMODÓVAR, 2000, p. 35).

Outra personagem que é retratada no elenco de mulheres que vivem a farsa e o melodrama no filme – é Lucía. As cenas que mais reforçam a comicidade e aspectos de desequilíbrio do personagem são as de sua atormentada perseguição a Iván quando Pepa revela sua viagem com

⁷⁰ O dito “neonaturalismo” explorado por Almodóvar carrega consigo forte crítica social, objetivando um realismo bruto e corrosivo. Efetuada da maneira mais chocante, direta e agressiva possível, como um murro no estômago do leitor/espectador, esse “golpe de realidade” se dá através do emprego dos artifícios literários mais marcantes do gênero naturalista (o uso de cenas bizarras, a narrativa detalhista, etc.). E alia-se a essa intenção de choque um interessante recurso de alternância entre um discurso formal e um uso da linguagem bem mais próximo da fala cotidiana, por muitas vezes chula e até vulgar. Inserido num contexto moderno onde diversas tendências literárias coexistem pacificamente, não é de se estranhar também que, por vezes, tenha esse “neonaturalismo” expressado semelhanças com outras escolas literárias, como com alguns breves momentos românticos.

Paulina. A câmara, investindo no rosto de Lúcia, demonstra a velocidade e ao mesmo tempo seu descontrolo na carona da moto em pleno trânsito quando perseguida pelo taxista.

No aeroporto, já descontrolada pelo desequilíbrio e sede de vingança, enquanto Lúcia sobe a escada rolante, a câmara é colocada de modo a fazer com que somente sua cabeça fique visível, como se amputada do resto do corpo. Essa tomada ao mesmo tempo cômica e horripilante da mutilação de Lúcia desenrola-se “contra um fundo de efeitos musicais que recordam, com seus sons agudos, a parte, dominada pelo violino, da cena do chuveiro em *Psicose*, de Hitchcock”. (EVANS, 1999, p. 61).

Novamente, a música como recurso para reforçar o processo cômico e o estado de espírito descontrolado do personagem “é uma fábula que celebra como a única forma capaz de significar tanto quanto a carne.” (ANDRADE, 2002, p. 68). Assim, no ritmo da loucura e do desequilíbrio aludidos como forma de anunciar a tragédia que irá se desenrolar. Tal processo funciona como um esplêndido afrodisíaco para acelerar a narrativa que também se aproxima do *gran finale* no aeroporto – cena de grande estilo e de acertos de contas dos personagens.

Em *Fogo nas entranhas*, todo o desenlace narrativo acontece, comicamente, durante o enterro do chinês – momento em que as amantes se entreolham e percebem que “havia chegado a hora de levantar as saias para atender à última exigência. Raimunda não suportou, e abandonou o grupo enquanto as mulheres reboavam, com as saias levantadas, para colocar os absorventes no meio das pernas”. (ALMODOVAR, 2004, p. 66)

Contraditoriamente a um padrão da narrativa cômica – submetida a alguns recursos da comédia tradicional – livre, cheia de riscos, sacrilégios, e profanações a estrutura cômica de *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* mistura e transita da tragédia à comédia, sem regras nem amarras. Focaliza, como em *Fogo nas entranhas*, a vida de um determinado número de mulheres que de certa forma foram infelizes nas relações com os homens.

Esse enfoque pode ser percebido numa entrevista de Almodóvar quando diz:

En Mujeres al borde de un ataque de nervios, de hecho, a veces respeto la regla de la comedia y a veces no la respeto en absoluto. El formato, el decorado, la planificación dramática son en absoluto. El formato, el decorado, la planificación dramática son de comedia, la interpretación también, con ac-

tores que hablan muy rápido, como se no pensarán em lo que dicen. Pero a veces la narraiva no es propia de comedia. Em numa comedia nunca se hace, por ejemplo, um primer plano de um micrófono como el que hecho em la secuencia del doblaje. La comedia utiliza planos americanos y planos médios, basicamente. La planificación de la película no respeta mucho tampoco la de la comedia, probablemente por esa indisciplina que yo tengo para com los géneros y también porque yo queria puntualizar otras cosas que son más bien dramáticas (STRAUS, 1995, p. 93).

Quanto a Iván, no que diz respeito à postura, aos gestos malandros e ao comportamento como fala e se comunica com as mulheres denuncia comicamente a sua tranquilidade e rigidez no trato com elas. Aliás, Bérgson já havia afirmado que o que há de cômico numa cena é certa rigidez mecânica onde se deveria encontrar a flexibilidade. Ele afirmou, ainda, que o real é móvel e fluído, sendo por isso incompatível com a representação em conceitos estáticos e determinados. No universo almodovariano, o que é cômico e absurdo é a vida normal e rotinizada cuja hierarquia deforma o real. Invertendo-a, pode-se denunciá-la e ridicularizá-la.

O comportamento transgressor e não mecânico, espontâneo e muitas vezes perverso se manifesta ainda com toda força narrativa através da linguagem em *Fogo nas entranhas*. Seu discurso consegue traduzir, através do tom coloquial, o humor e a malícia de cada mulher. O escritor/cineasta manipula com uma maestria tal que explora desde o grotesco até o mais sutil humor nas entrelinhas. As falas são dinâmicas, carregadas de uma ironia em toda a trama: “Diga algo de bom. Minta. Diga que sempre esperou por mim. Que morreria se eu não voltasse”, diz a personagem cinematográfica.

Candela, nome que sugere uma preocupação com características animais, é uma amiga de Pepa. Em apuros, ela tenta o suicídio, sendo salva por Carlos. Em seu desabafo, confessa que passou um fim de semana com um homem, de quem nem sabe o nome. Eles transaram o tempo todo: “Foi como uma revelação. Como fazer amor pela primeira vez. – Adorei.” Após esse encontro Candela descobriu que se tratava de um terrorista, mas isso não a deixou assustada: “Faria tudo por ele.” O medo só veio quando conseguiu descobrir que foi usada e enganada e acabou encontrando as armas escondidas em seu apartamento.

Esse conceito anárquico e transgressor dos personagens de Almodóvar encontra semelhança, segundo as leituras de Andréa Mousinho com os procedimentos da narrativa e estilo de Nelson Rodrigues. Para ela, ao traçar essas aproximações, afirma veementemente: “Quanto às representações femininas, a obra dos dois autores retratam mulheres subur-

banas e descontentes e esposa mal amada agonizam socialmente” (2006, p. 35).

7. Considerações finais

Nesse percurso, o intertexto e as relações entre literatura e cinema se fizeram presentes. Valendo-se das narrativas (literária e filmica) foi possível perceber não só recortes de perfis femininos, mas, também, recursos estilísticos que se repetem tanto nos livros, como nos filmes de Almodóvar.

Em *Mulheres a Beira de um Ataque de Nervos* (1988) é possível encontrar recursos ou semelhanças da escrita almodovariana, sejam nas tramas ou nas feições da narrativa. Desde um assédio dentro de um elevador até o enterro do chinês, as situações que envolvem os personagens femininos em *Fogo nas Entranhas* permitem pensar o deboche ao casamento, a perda da virgindade, a fidelidade ou moral sempre explorados através da cultura *kitch*⁷¹ e do viés feminino.

Na verdade, tanto o livro, como o filme aqui recortado, podem ser vistos como uma brincadeira do escritor/cineasta – seja através da linguagem e dos enredos presentes em *Fogo nas Entranhas* ou através dos jogos de montar em miniaturas que iniciam as primeiras cenas do filme *Mulheres à beira de um ataque de nervos*. Tanto em um, quanto em outro, o caos das relações amorosas são traduzidos em situações cômicas que permitem ver a vida de outra forma, diferentemente, da ditadura franquista que cerceou os artistas e a vida reclusa e vigiada das mulheres.

Cinema e Literatura, nesse caso, questionam espaços privados e hipócritas de uma sociedade patriarcal e que acredita em valores ultrapassados. As músicas orquestradas e muito bem escolhidas para compor suas filmografias também não ficam de fora. Em *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* elas ressaltam-se a teatralidade e a cultura do espetáculo das relações humanas. É o que podemos perceber na letra da música intitulada *Teatro*, cantada por Lupe nesse filme:

Teatro
Como num palco
Finges tua dor barata
Teu drama não é necessário
Eu conheço este teatro.

⁷¹ Em relação a esse enfoque ver o livro: *Pedro Almodóvar y el kitsch español*, de Carlos Polimeni.

Teatro, tu és puro teatro,
Falsidade bem representada,
Estudado fingimento.
Teu melhor papel foi
Destroçar meu coração.
E hoje que de fato choras
Relembro teu fingimento.

(EVANS, 1999, p.65).

Entre teatro, ironia melodramática, fingimento e realidade passeiam as narrativas almodovarianas. A crítica ao sistema hegemônico não se limita à situação feminina, antes, porém, instaura um olhar de alteridades, sobretudo quando descreve as contradições humanas. Suas narrativas esbarram na intensidade brutal do cotidiano das pessoas, na exclusão, nas relações de algum tipo de poder, bem como em metáforas ou ironias recorrentes em sua meteórica produção literária.

As transgressões narrativas – apesar de personagens femininas – propostas por Almodóvar podem perpassar por polos opostos entre seus personagens. Uma das suas heroínas, como aponta na crônica *Scarlett O'Hara, uma manchega perfeita* é Scarlett O'Hara do filme *E o vento levou* justamente por ser “um personagem masculino interpretado por uma mulher.” (ALMODÓVAR, 1992, p. 109) assumindo, assim, diversos disfarces ou “celebrações móveis”⁷².

Essas ambiguidades, esse caráter de seres mutantes que perpassam pela sua obra questionam o tempo inteiro a identidade (ou máscaras?) de seus personagens. Desde a capa do livro *Patty Diphusa e outros textos* com vários batons em série remetendo-se à feminilidade ou a pose esdrúxula da circense na capa do livro *Fogo nas entranhas* tudo sugere leituras plurais.

Nessa crônica que remete as metamorfoses de Scarlett O'Hara, seus personagens parecem transmutar muito bem essas trocas como recurso de transgressão confirmando, assim, inúmeras leituras de suas tramas. Nesse sentido, esses recursos que se repetem, tanto na produção literária como em *Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos* contribuem de maneira reflexiva para pensar e subverter valores, sejam eles relativos a mulheres ou não.

No papel como um roteiro pronto para ser filmado, *Fogo nas entranhas* segue a lição do cinema ou pode ser considerado o baú de inspi-

⁷² O sujeito pós-moderno, segundo Stuart Hall (2005, p.13) não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade segundo o autor torna-se uma “celebração-móvel”.

rações para as narrativas cinematográficas de Almodóvar. Enfim, é possível que seus dois livros *Patty Diphusa e outros textos* (1992) e *Fogo nas entranhas* (2000) ou as letras de tango ou bolero que inspiram seus filmes e possuem origem literária (e melodramática) sejam a origem das narrativas mordazes, irreverentes e, extremamente, pós-modernas do famoso cineasta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Rodrigo da C. *Mulher e memória em “Volver”, de Almodóvar*. Disponível em: <<http://www.kplus.com.br>>. Acesso em: 07-06-2011.

_____. *Ironia e biografema em “Patty Difusa”, de Pedro Almodóvar*. Rio de Janeiro: CEFEFIL. 2008.

ALMODÓVAR, Pedro. *Patty Diphusa e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

_____. *Fogo nas entranhas*. Rio de Janeiro: Dantes Labortexto, 2000.

ANDRADE, Sérgio Augusto. A música de Almodóvar. *Revista Bravo*, nov. de 2002, ano 06.

BARTHES, Roland. Estrutura da notícia. In: _____. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva. 1978, p. 57-67.

_____. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *O óbvio e o obtuso*. Ensaios Críticos III. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1990.

BEDORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1999.

BERGSON, Henri. *O riso – ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRAGANÇA, Maurício de. Melodrama: notas sobre a tradição/tradição de uma linguagem revisitada. Rio de Janeiro. *Revista ECO-PÓS*, v.10, 2007.

BRANDÃO, Maria. *Introdução a análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 2004.

COSTA, Antonio. *Compreender o cinema*. São Paulo: Globo, 2003.

ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Cia das Letras, 1994.

EVANS, Peter Willian. *Mulheres à beira de um ataque de nervos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GARGIULO, Adriana Riva. *Ata-me, que eu te devoro! Considerações a propósito do feminino na arte de Pedro Almodóvar*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Arte, UFF, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HORTON, Andrew. *Comedy, Cinema, Theory*. USA: University of Califórnia Press, 1991.

HOLGUÍN, Antonio. *Pedro Almodóvar*. Madrid: Cátedra, 1999.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo. História. Teoria. Ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MOUSINHO, Andréa. Movidos pelo desejo. *Revista Bravo*. jun. de 2006, ano 9.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Cenários em ruínas. A realidade imaginária contemporânea*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POLIMENI, Carlos. *Pedro Almodóvar y el Kitsch espanõl*. Madrid: Campo de Ideas, 2004.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

SENNA, Flávio Pereira. *A herança do período naturalista nas letras do século XX*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SÛSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

STRASS, Frédéric. *Pedro Almodóvar: Um cine visceral. Conversaciones com Frédéric Strass*. Madrid: El País Aguilar, 1995.

_____. *Conversas com Almodóvar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Filmografia:

Mulheres à beira de um ataque de Nervos (1988), de Pedro Almodóvar.

COMO LIDAR COM TABUÍSMOS EM SALA DE AULA⁷³

Vicente Martins (UVA e-UFC)

1. Introdução

Tomemos, inicialmente, duas definições no *Dicionário Houaiss* (2009), o de etnolinguística e o de tabu. Etnolinguística é definida, por Houaiss (2009), como “conjunto de disciplinas que estudam as relações entre língua, cultura e sociedade, focalizando especialmente as questões do relacionamento entre língua e visão de mundo, e entre estruturas linguísticas e estruturas sociais”. Entre as diversas acepções tabu, o referido dicionário define-o como “interdição cultural e/ou religiosa quanto a determinado uso, comportamento, gesto ou linguagem”. As duas definições mostram que há entre o tabuísmo e a etnolinguística pelo menos três pontos em comum: língua, cultura e sociedade. Pretendemos desenvolver uma reflexão a partir destas três categorias etnolinguísticas e situá-las no âmbito do tabuísmo. Em seguida, apresentaremos propostas de atividades com o tabuísmo, a partir de uma abordagem etnolinguística, aplicáveis ao ensino do vocabulário e da literatura brasileira.

A partir de aportes teóricos de Stephen Ullmann, Émile Benveniste, Mansur Guérios, Sigmund Freud e Émile Durkheim, procedemos com o levantamento do léxico tabuizado no *Atlas Linguístico do Ceará* (2010) e no *Dicionário Houaiss* (2009). Em seguida, procedemos da mesma maneira um levantamento dos tabus mais recorrentes no léxico regional de *Luzia-Homem* e, em seguida, classificamos, a partir de um enfoque semântico-estruturalista, dos itens coletados, assim divididos: (a) Interdições linguísticas (I.L), as de natureza emotivo-social e (b) Tabus linguísticos (T.L), os de natureza mítico-religiosa.

No plano de estudo do tabuísmo em nível lexical, trouxemos a lume o léxico de conotação sexual registrado no Atlas Linguístico do Ceará e seus critérios de seleção (ALECE, 2010) a partir da pergunta 105 do ALECE: “Quando não se toma injeção no músculo ou na veia, a parte do corpo mais indicada são as...” (nádegas). No *Dicionário Houaiss* (2009), selecionamos a sinonímia das palavras ânus, meretriz e diabo.

⁷³Texto preparado para a disciplina “Tópicos em Descrição e Análise Linguística II: Etnolinguística”, ministrada em 2010.2 pela Profa. Dra Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC).

No campo da arte literária, propusemos uma atividade com o romance de *Luzia-Homem*, do sobralense Domingos Olímpio, caracterizado por um regionalismo linguístico que oferece ao leitor um rico repertório vocabular de palavras-tabus (diabo, capeta, cão etc.) e unidades fraseológicas tabuizadas (“...era o cão em figura de gente”), considerado, equivocadamente, pela crítica literária, como linguagem defeituosa, chula e grosseira por ofender à moral e aos bons costumes, ao sagrado e às religiões e crenças epocais.

Com estas duas atividades, esperamos atingir os seguintes objetivos: a) levar os alunos a reconhecerem os distintos tipos de interdições linguísticas como palavras e expressões feitas que formam caudal léxico de uma língua: (i) interdições linguísticas e (ii) tabus linguísticos; b) realizar um estudo etnolinguístico do léxico sexual tabuizado no *Atlas Linguístico do Ceará* ALECE, 2010); e c) expor a relação entre as interdições linguísticas e tabus linguísticos com diversas manifestações psicológicas, sociológicas, antropológicas, sociais, religiosas, culturais e linguísticas.

No trabalho com o texto literário, em sala de aula, esperamos atingir os seguintes objetivos: a) expor a relação entre as interdições linguísticas e tabus linguísticos com diversas manifestações linguísticas e literárias; b) assinalar o tabuismo como um dos traços da linguagem naturalista expressa na obra *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio e c) apontar o tabuismo, presente na obra *Luzia-Homem*, como causa de mudança semântica.

Para a proposta de atividade do léxico tabuizado, procedemos, inicialmente, com a leitura de obras sobre tabuismo e a constituição de corpus de tabuismo a partir de dicionários gerais (HOUAISS, 2009) e regionais e do *Atlas Linguístico do Ceará* (ALECE, 2010), conforme veremos mais adiante.

2. *Tabuismo na religião, família e escola*

A palavra tabu, ainda hoje, nos estudos linguísticos, literários, sociolinguísticos e psicológicos, é revestida de mistério. O que sabemos, mais precisamente, pela literatura freudiana e sociológica, diz a respeito a uma origem polinésia com a ideia de algo proibido a um grupo social particular ou aquilo que inviolável, sagrado, ilegal ou, ainda, relativo a pessoa sob proibição temporária ou permanente de executar determinadas

ações, consumir certos tipos de alimentos ou de ter contato com os outros. Na língua tonga, isto é, uma língua banta falada em Moçambique e no Zimbábue, tabu é *tapu*, que quer dizer “consagrado” bem próximo do sentido polinésio, língua do grupo oriental das línguas malaio-polinésias, que compreende aproximadamente a 20 línguas, das quais uma das mais importantes é o maori, falado na Nova Zelândia.

É este o poder do tabu em nossas vidas: interditar religiosa, cultural e linguisticamente quanto a determinado uso, comportamento, gesto ou quanto à linguagem. Por vezes, o tabu resulta de um escrúpulo, no caso da fala, aparentemente injustificado, sem fundamento ou imotivado, mas se impõe como proibição por força do costume social ou como medida qualquer preceito de interdição em curso numa coletividade.

Nas religiões, os cristãos são praticamente proibidos de proferir palavras como diabo e inferno porque, assim procedendo, evocariam o próprio satanás (veja aqui que escrevi esta palavra sem a inicial maiúscula por simples tabu, do contrário, estaria, de acordo com o meu credo religioso, dedicando reverência ao “anjo rebelde”) e, mais do que isso, quando uma pessoa chega a proferir, por exemplo, a palavra diabo corre risco de ficar possuído por forças demoníacas. Na *Bíblia Sagrada*, a violação do tabu se constitui uma blasfêmia, isto é, proferir tabu é uma forma de insultar a divindade, a religião ou o que é considerado sagrado pelos cristãos.

A relação entre tabu e blasfêmia recebeu atenção do linguista Émile Benveniste, ao tratar na sexta parte do seu livro *Problemas de Linguística Geral II* (2006) sobre léxico e cultura, dedica o capítulo 18 para discorrer sobre “A blasfêmia e a eufemia”. Fala em léxico de imprecisão (praga, maldição, vociferação) como produto da blasfêmia e da eufemia. Faz referência a Freud para definir tabu e para tratar sobre o que chama de “fenômeno linguístico da blasfêmia” relacionado à Bíblia, em especial a respeito do nome de Deus. A eufemia introduz, segundo Benveniste (2001), três espécies de modificações: (a) a substituição do nome de Deus por qualquer termo inocente (nome de um homenzinho); (b) a mutilação do vocábulo “Deus”, o que vale para o francês, mas não é muito produtivo no português, fenômeno que já ocorre com a palavra diabo e (c) a criação de uma forma de non-sense no lugar da expressão blasfêmica como expressões, em português, como “meu Deus (do céu)”, “queira Deus ou Deus queira” e “santo Deus”. (p. 262)

Para uma pequena ilustração da relação tabu e blasfêmia, no contexto bíblico, tomemos os seguintes excertos da *Bíblia Sagrada* no Novo Testamento e no Velho Testamento, começando pelo Novo: a) Mateus (cap. 12,31): “Portanto vos digo: Todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens; mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada”; b) Mateus (cap. 26, 65): “Então o sumo sacerdote rasgou as suas vestes, dizendo: Blasfemou; para que precisamos ainda de testemunhas? Eis que agora acabais de ouvir a sua blasfêmia”; c) Marcos (cap. 7, 22): “a cobiça, as maldades, o dolo, a libertinagem, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a insensatez”; d) Marcos (cap. 14, 64): “Acabais de ouvir a blasfêmia; que vos parece? E todos o condenaram como réu de morte”; e) João (cap. 10, 33): “Responderam-lhe os judeus: Não é por nenhuma obra boa que vamos apedrejar-te, mas por blasfêmia; e porque, sendo tu homem, te fazes Deus”; f) Efésios (cap. 4, 31): “Toda a amargura, e cólera, e ira, e gritaria, e blasfêmia sejam tiradas dentre vós, bem como toda a malícia”; g) Apocalipse (cap. 2, 9): “Conheço a tua tribulação e a tua pobreza (mas tu és rico), e a blasfêmia dos que dizem ser judeus, e não o são, porém são sinagoga de Satanás”; h) Apocalipse (cap. 13,1): “Então vi subir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças, e sobre os seus chifres dez diademas, e sobre as suas cabeças nomes de blasfêmia”; i) Apocalipse (cap. 17): “Então ele me levou em espírito a um deserto; e vi uma mulher montada numa besta cor de escarlata, que estava cheia de nomes de blasfêmia, e que tinha sete cabeças e dez chifres”.

No Velho Testamento, também aparece o verbo blasfemar: a) II Reis (cap. 19,3): “Eles lhe disseram: Assim diz Ezequias: Este dia é dia de angústia, de vituperação e de blasfêmia; porque os filhos chegaram ao parto, e não há força para os dar à luz”; b) Daniel (cap. 3,29): “Por mim, pois, é feito um decreto, que todo o povo, nação e língua que proferir blasfêmia contra o Deus de Sadraque, Mesaque e Abednego, seja despedaçado, e as suas casas sejam feitas um monturo; porquanto não há outro deus que possa livrar desta maneira”; c) Levítico (cap. 24, 16): “E aquele que blasfemar o nome do Senhor, certamente será morto; toda a congregação certamente o apedrejará. Tanto o estrangeiro como o natural, que blasfemar o nome do Senhor, será morto”; d) II Crônicas (cap. 32, 17): “Ele também escreveu cartas para blasfemar do Senhor Deus de Israel, dizendo contra ele: Assim como os deuses das nações das terras não livraram o seu povo da minha mão, assim também o Deus de Ezequias não livrará o seu povo da minha mão”.

No seio familiar, quantas vezes a criança, na fase da puberdade, em plena descoberta do seu corpo, sofre coerções languageiras para não proferir nomes relacionados ao metabolismo e aos órgãos e funções sexuais. Na escola, extensão institucional da família em se tratando da formação de valores, o erro ortográfico, não poucas vezes decorrentes da transposição da linguagem oral para o texto escrito ou da variação dialetal para a linguagem da escolar, se constitui uma transgressão imperdoável aos olhos dos docentes mais rígidos e dos gestores educacionais mais tradicionais.

No uso da língua materna, quantas vezes somos interditados por professores de português quando fazemos uso de tabuísmos em nossa fala espontânea ou nos textos escritos. Há um rico exemplário de unidades fraseológicas em que somos proibidos de evocá-lo, em que constatamos que muitas expressões se caracterizam por um tabuísmo uma vez que, socialmente, são consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas à moral e aos bons costumes, na maioria dos contextos sociais ou familiares. Cremos que o tabu idiomático decorreria da forte influência da instituição religiosa e das regras sociolinguísticas no meio escolar, de modo a promover uma espécie de interdição cultural no uso da língua materna. Incorporar à fala espontânea expressões como “ficar com o cu na mão”, “não ter no cu o que periquito roa” ou “tomar no cu” é, de certa forma, violar esse interdito e com risco de acarretar, supostamente, sanção familiar, escolar, social, e por vezes, no caso dos religiosos, o uso de expressões tabuizadas pode levar o falante a sofrer um castigo divino.

3. *Tabuísmo, sociedade e cultura*

No campo dos estudos de sociologia, Émile Durkheim, em seus *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, foi um dos primeiros a se preocupar, com o tabu. O sociólogo situa a questão dos tabus no âmbito do totemismo. Por totemismo, entendemos a crença na existência de parentesco ou de afinidade mística entre um grupo humano; conjunto dos ritos e práticas (como tabus alimentares e vocabulares) associados a uma relação totêmica e o sistema de organização social baseado nas afiliações totêmicas.

Na cultura de determinados povos ou regiões, existem, por exemplo, muitos tabus alimentares, como ocorre no Nordeste. Ao certo, por essa razão, o termo tabu é uma das categorias contempladas no *Dicionário do Folclore Brasileiro* (2001, p. 655-658), de Luís de Câmara Cascu-

do. Como folclorista, Cascudo (2001) ofereceu para tabu duas significações opostas: a) a do sagrado ou consagrado e b) a do lúgubre, perigoso, proibido ou impuro. (p. 655-656). O folclorista traz uma rica informação sobre a cultura do “faz-mal” no Nordeste que consiste em uma

série de atos, proibições que sua maioria não se apoiam em princípios de ética social, para o civilizado, ou da religiosidade ostensiva, nem mesmo em normas do senso comum, mas se mantêm em relação mágica – fonte ampla e primária de todas as proibições primitivas, uma como previsão de gestos simpáticos, que se poderiam tornar instrumento de situações inconscientes em censura (p. 656)

4. *Tabuismo no campo dos estudos linguísticos*

No campo dos estudos da linguagem, o brasileiro Mansur Guérios nos oferece uma importante e pioneira contribuição para estudos de tabu em seu *Tabus Linguísticos*, publicado em 1956, em que leva ao conhecimento da comunidade científica a informação de que o termo tabu tem um significado extenso e que se refere a algo proibido. Para Guérios (1979), a palavra *tabu* pode ser traduzida por “sagrado-proibido” ou “proibido-sagrado”. Vem a ser, segundo ele, a abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida. Daí, existirem, segundo o linguista, objetos-tabu, lugares-tabu, ações-tabu, pessoas-tabu e palavras-tabu. Para esse autor, há dois tipos de tabu linguístico – o próprio e o impróprio. O tabu-próprio ocorre quando o tabu linguístico é a proibição de dizer certo nome ou certa palavra, aos quais se atribui poder sobrenatural, e cuja infração causa infelicidade ou desgraça. O tabu-impróprio ocorre quando o tabu linguístico é a proibição de dizer qualquer expressão imoral ou grosseira.

O tabu próprio tem uma natureza mágico-religioso ou de crença, e o tabu imprópria tem uma natureza moral ou de sentimento: “Assim, o tabu linguístico nada mais é do que modalidade do tabu em geral, ou é um prolongamento dos demais tabus. Se uma pessoa, coisa, ou ato é interditado, o nome ou a palavra que se lhes refere, também o é.” (GUÉRIOS, 1979, p. 6)

O trabalho de Guérios é citado por Ullmann (1977, p. 425), trazendo à baila diversas tipologias de tabus, tendo optado, claramente, por construir um modelo próprio: a) tabus em nomes de pessoas; b) tabus em nomes de parentes; c) tabus em nomes religiosos (teônimos, nomes de autoridades); d) tabus em nomes de mortos; e) tabus em nomes de ani-

mais; f) tabus em nomes de lugares e circunstâncias; g) tabus em nomes de doenças e defeitos físicos; h) tabus em nomes de alimentos e i) tabus em nomes vários (GUÉRIOS, 1979, p. 8).

No campo dos estudos linguísticos, especialmente o da semântica estrutural, Stephen Ullmann (1977) nos oferece, também, uma rica contribuição para os estudos sobre interdições e tabus linguísticos. Aponta o tabu como uma das causas psicológicas da mudança semântica e, na construção de uma taxionomia simplificada, mas densa, assim tripartida: a) os devidos ao medo (p. 427-429); b) os devidos ao sentimento de delicadeza (p. 429-432) e c) os devidos ao sentimento de decência e de decoro (p. 432-435).

Comentaremos, brevemente, cada um dos tipos de tabus propostas por Stephen Ullmann (1977). O tabu de medo, segundo Ullmann, refere-se ao pavor em que são tidos alguns seres sobrenaturais impôs frequentes vezes interdições tabus sobre seus nomes. Aqui estaria nomes como diabo, de doenças, de seres sobrenaturais, nomes de objetos e de animais. O tabu de delicadeza é uma tendência humana geral evitar a referência direta a assuntos desagradáveis. Os exemplos citados por Ullmann são relativos a doenças, morte, defeitos físicos e mentais, ações criminosas, aparência de pessoas e animais. O tabu de decência diz respeito às três grandes esferas mais diretamente afetadas por essa forma de tabu são: a) o sexo; b) certas partes e funções do corpo e) os juramentos.

O tabuísmo segundo Ullmann (1977) é uma das causas da mudança semântica. Os tabus estariam relacionados unicamente a causas psicológicas. Por elas, os tabus teriam suas raízes no estado de espírito da pessoa que fala ou nalgum aspecto mais permanente da sua índole mental. Fatores emotivos seriam, na compreensão de Ullmann (1977), decisivos na criação dos tabus linguísticos. Cremos que os fatores emotivos também estão relacionados ao tabuísmo, principalmente os tabus do medo:

O tabu impõe uma proibição não só sobre certas pessoas, animais e coisas, mas também sobre seus *nomes*. Na maioria dos casos a palavra tabu será abandonada e introduzir-se-á um substituto inofensivo, um eufemismo para preencher a fenda. Isto acarretará muitas vezes um ajustamento no significado do substituto, e, deste modo, o tabu é uma causa importante de mudanças semânticas. (ULLMANN, 1977, p. 426).

Também, no âmbito dos estudos linguísticos, Eugenio Coseriu (1986), oferece-nos uma compreensão dos tabus linguísticos. Segundo ele, os hábitos e os costumes vigentes em uma comunidade favorecem a difusão de certas expressões e eliminam do uso as outras. Segundo Cose-

riu (1986), o vocabulário reflete a natureza da sociedade em que se emprega. O linguista faz a distinção entre interdições linguísticas e tabus linguísticos:

a) Interdições linguísticas: interdição da linguagem (ou linguística) quando os costumes sociais têm também o efeito de eliminar o uso de certas palavras que consideram vulgares ou demasiadamente rudes, ou irreverentes. Evitam-se os nomes usais de certas enfermidades, de determinadas partes do corpo, de determinados atos fisiológicos (p. 54). A interdição linguística corre quando se evitam os nomes usais de certas enfermidades, de determinadas partes do corpo, de determinados atos fisiológicos.

b) Tabus linguísticos: quando se relaciona como fatos de natureza religiosa, com superstições, crença, fenômeno muito difundido nas sociedades denominadas de primitivas, mas, em parte, apresenta-se em línguas de comunidades modernas. Por exemplo, o fato de tabu linguístico para evitar ou substituir por expressões metafóricas os nomes usais de Deus ou diabo. (*ibidem*). O tabu linguístico relaciona-se com fatos de natureza religiosa, como superstições, crença

Podemos registrar a obra *Linguagem e Linguística: uma introdução* (1987), de John Lyons, em que afirma ser a sinonímia descritiva (cognitiva, referencial) uma comprovação de existem tabus sociais dentro da comunidade linguística (LYONS, 1987, p. 146), o que comprovaremos, mais adiante, com a proposta de atividade com a sinonímia de palavras como ânus, diabo e meretriz.

Por fim, existem, no campo da linguagem, inúmeras rotulações de palavras e expressões interditas, frutos, ao certo, dos tabuísmos, dentre as quais: a) eufemismo: que consiste na suavização ou minimização do peso conotador do tabu linguístico (dianho = 'diabo', caramba = caralho); b) disfemismo: entendida como a violação de um tabu com intenção de proferir expressão depreciativa, agressiva, blasfema, ridícula, sarcástica ou chula, em lugar de outra palavra ou expressão neutra; c) chulismo: palavras que se referem refere-se ao baixo calão, sendo, pois, grosseiras, obscenas. d) sinonímia (simples, locucional, fraseológica): emprego de palavra ou expressão com outra de significado afim, para matizar, aclarar ou ampliar seu sentido; e) subvocalização: A subvocalização pode ocorrer, por exemplo, durante a leitura em que aparecem palavras-tabus ou expressões tabuizadas, em que o leitor articula (palavras) silenciosamente ou de modo quase inaudível para não ser ouvido por outrem. destacamos (GUÉRIOS, 1979; MONTEIRO, 1986).

5. *Tabuísmo no campo da psicologia*

No campo da psicologia, Sigmund Freud em seu livro *Totem e Tabu e outros trabalhos* (1974), compara o tabu, no âmbito psicanálise, à neurose, isto é, à neurose obsessivo-compulsiva, a que se caracteriza por pensamentos e representações repetitivos e compulsivos ou por impulsos e atos compulsivos” e viu entre tabu e neurose quatro pontos semelhantes: 1º) falta de justificação das proibições; 2º) sua validação por uma necessidade de interior; 3º) possibilidade de deslocamento e contágio dos objetos proibidos e 4º) criação de práticas cerimoniais e mandamentos derivados das proibições. (FREUD, 1974, particularmente o capítulo II que trata sobre “tabu e ambivalência emocional”, p. 38-96)

6. *Proposta de atividade com léxico tabuizado*

Os tabuísmos, no ensino léxico, podem ser trabalhados a partir de uma lista de eufemismos e fraseológicos para sinônimos de palavras-tabus como ânus, meretriz e diabo, empregados para matizar, aclarar ou ampliar seu sentido. Em se tratando de aplicação do tabuísmo ao ensino do português, na educação básica, cremos que atividades com tabus linguísticos devem atender às seguintes habilidades: a) procurar nos dicionários gerais palavras-tabus e expressões tabuizados; b) procurar no Google imagens a partir de palavras-chaves relacionadas a tabus sexuais (cu, pau etc.); c) desenvolver exercícios de completamento de palavras-tabus em contextos de uso da língua portuguesa; d) diferenciar o significado literal e metafórico de orações em que aparecem expressões idiomáticas tabuizadas; e e) adivinhar a palavra-tabu que falta na frase e escrever a unidade fraseológica corretamente. Veremos, na proposta a seguir, como esboçamos estas habilidades a partir dos tabuísmos.

Um passo inicial do docente que atua em sala de aula, no ensino fundamental e no ensino médio, é a constituição de um *corpus* de tabus linguísticos (lexia simples e unidades fraseológicas) relacionados com a palavra-tabu. Começamos, de logo, com a sinonímia de ânus, que pode promover uma boa discussão nas aulas de biologia ou temas redacionais: alvado, anilha, apito, berba, boga, bogueiro, cagueiro, , cesta, cu, diferencial, feofô, finfa, fiofô, fiota, fiote, fioto, foba, frasco, fueiro, furico, loto, oritimbó, panela, pêssego, pevide, quiosque, rosa, rosca, roscofe, sim-senhor, tutu, viegas (HOUAISS, 2001/2009, p. 882)

Na fraseologia do cu, encontramos os seguintes unidades pluri-verbais: a) compostos: centro-das-convicções, centro-do-oiti, zé-de-quinca, ás-de-copas, cu da mãe Joana, cu de velho, cu de vaca, cu de foca, cu de cachorro, cu de foca, cu de breu, cu de perua, cu de boi, cu de breu, cu de ferro, cu de galinha, cu de jegue, cu de judas, cu de mãe Joana, cu do conde, cu do mundo (HOUAISS, 2001/2009, p. 884) e b) expressões idiomáticas: dar o cu, encher cu, ficar com o cu na mão, não ter no cu o e periquito roa, no cu do judas, tirar o cu da seringa, tomar no cu. (HOUAISS, 2001, p. 882)

Ainda sobre a fraseologia do cu, registramos outras formas tabuizadas: a) lexia simples de cu: cu, referente à região das nádegas ou ânus, frequentemente usado em expressões brejeiras de apreciação estética leve: calão. Sinônimos: bunda; alcofa; peida; rabo; traseiro; tutu; peidola; pacote; regueifa; cagueiro; (zuate/zuaque) e b) Expressões idiomáticas: dar o cu: fazer sexo homossexual (no caso dos homens) ou sexo anal (no caso das mulheres) level: calão carroceiro. sinônimos: cagar para dentro; cavalgar a jiboia; abusar da maçaneta; tirar leite do pau; de cu: problema de resolução imediata fácil. (ALMEIDA, 2010)

Há registros de fraseologia com compostos formados por cu-de(-do), de cunho regional, o que pode viabilizar um trabalho com variação dialetal em sala de aula: a) cu-de-apito; cu-de-boi; cu-de-cana; cu-de-jegue; cu-de-mula; cu-de-santo (NAVARRO, 2004, p. 124); b) cu-de-boi, cu-de-burro; cu-de-cana; cu-de-mãe-chica; cu-de-manchica; cu-de-pinto; cu-cagado (GIRÃO, 2007, p. 159); c) cu-cagado; cu-de-boi (CE-DEBÊ e C.D.B); cu de grude; cu de mãe chica; cu do Judas (cu do juda, cu do mundo) (CABRAL, 1982, p. 264); d) : cu da madrugada; cu da mãe; cu da mãe chica; Chu da mãe Joana; cu da perua; cu de aço; cu de aço inoxidável; cu de bêbado; cu de boi; cu de burro; cu de cachaça; cu de cachorro; cu de cana; cu de cobra; cu de encrenca; cu de ferro; cu de forca; cu de foca; cu de grude; cu de neném; cu de pinga; cu de velho; cu de bode; cu de boi; cu de Judas; cu do mundo; cu do raqueiro; cu doce; cu ladro; cu pra conferir; cu riscado(SERRA E GURGEL: 2009, p. 277-278); e) :: cu-de-judas; cu-de-sono (SIMÕES, 1994, p. 205); f) : cu da mãe Joana; cu-de-aço; cu de boi; cu de breu; cu-de-cachorro; cu de ferro; cu de foca; cu de galinha; cu-de-galinha; cu de jegue; cu de Judas; cu de mãe Joana; cu-de-mulata; cu de sete lares; cu-de-vaca; cu-de-velho; cu doce; cu do conde; cu do mundo (VOLP, 2009, p. 235).

Meretriz é também uma das palavras com grande número de sinônimos-tabus que, ao certo, pode ser trabalhada nas aulas de sociologia na

educação básica. Assim, para um trabalho em sala podemos partir de uma constituição de um corpus de tabus linguísticos (lexia simples e unidades fraseológicas) relacionado com meretriz: couceira, andorinha, bagaço, bagageira, bagaxa, bandarra, bandida, barca, bebena, besta, biraia, bisca, biscaia, biscate, bocetinha, bofe, boi, bruaca, bucho, cação, cadela, cantoneira, caterina, catraia, china, clori, cocote, coirão, cortesã, courão, couro, croia, croque, cuia, culatrão, dadeira, dama, decaída, égua, ervoeira, fadista, fêmea, findinga, frega, frete, frincha, fuampa, fusa, galdéria, galdrana, galdrapinha, ganapa, horizontal, jereba, loba, loureira, lúmia, madama, madame, marafa, marafaia, marafantona, marafona, marca, mariposa, menina, meretrice, messalina, michê, michela, miraia, moça, , mundana, murixaba, muruxaba, paloma, pécora, pega, perdida, perua, piranha, piranhuda, pistoleira, piturisca, prostituta, puta, quenga, rameira, rapariga, rascoa, rascoeira, reboque, rongó, solteira, tapada, tolerada, transviada, tronga, vadia, vaqueta, ventena, vigarista, vulgívaga, zabaneira, zoina, zorra.

As unidades fraseológicas relacionadas com a palavra meretriz, a partir do lexema mulher são as seguintes: a) compostos: moça-dama, mulher-dama, mulher-solteira mulher à-toa, mulher da rua, mulher da vida, mulher de programa, mulher do mundo mulher à-toa, mulher da comédia, mulher da rótula, mulher da rua, mulher da vida, mulher da zona, mulher de amor, mulher de má nota, mulher de ponta de rua, mulher do fado, mulher do fandango, mulher do mundo, mulher do pala aberto, mulher errada, mulher perdida, mulher pública, mulher vadia etc.

Diabo é um tabu linguístico que pode ser bastante trabalhado em sala de aula em discussões sobre religião. Eis uma proposta de corpus de tabus linguísticos (lexia simples e unidades fraseológicas) relacionado com o lexema diabo: azucrim, barzabu, barzabum, beijudo, belzebu, berzabu, berzabum, berzebu, bicho-preto, bode-preto, brazabum, bute, cafuçu, cafute, caneco, caneta, canheta, canhim, canhoto, cão, cão-miúdo, cão-tinhoso, capa-verde, capeta, capete, capiroto, careca, carocho, chave-lhudo, cifê, coisa, coisa-a-toa, coisa-má, coisa-ruim, condenado, coxo, cramulhano, cujo, debo, decho, demo, demonho, demônio, demontre, diá, diabinho, diabrete, diabro, diacho, diale, dialho, diangas, diangras, dianho, diasco, diogo, dragão, droga, dubá, éblis, ele, excomungado, farrapeiro, fate, feio, figura, fioto, fute, futrico, galhardo, gato-preto, grão-tinhoso, guedelha, indivíduo, inimigo, jeropari, jurupari, labrego, lá-debaixo, Lúcifer, macacão, macaco, mafarrico, maioral, má-jeira, maldito, mal-encarado, maligno, malino, malvado, manfarrico, mau, mico, mofen-

to, mofino, moleque, peneireiro, porco, porco-sujo, provinco, que-diga, rabão, rabudo, rapaz, romãozinho, sapucaio, sarmento, satã, satanás, satânico, serpente, sujo, taneco, temba, tendeiro, tentação, tentador, tição, tihoso, tismado, zarapelho.

Pode-se desenvolver, em sala de aula, uma boa discussão sobre as motivações regionais para a fraseologia do diabo: a) compostos: moleque-do-surrão, não-sei-que-diga, nem-sei-que-diga, nico, pé-cascudo, pé-de-cabra, pé-de-gancho, pé-de-pato, pé-de-peia, pero-botelho, pedrobotelho e b) expressões idiomáticas: comer o que o diabo amassou, *comer o pão que o diabo*, comer o que o diabo enjeitou, *comer o pão que o diabo*, *amassou*, como o diabo, com os diabos, de todos os diabos, do diabo ou dos diabos, enquanto o diabo esfrega um olho, estar com o diabo no corpo, levar o diabo, o diabo a quatro, passar o diabo ou passar o que o diabo enjeitou, *comer o pão que o diabo amassou*, pintar o diabo, ter o diabo no corpo ou no couro, ter o diabo nos chifres

7. Atividades para formação do léxico a partir de tabuísmos

Atividade 1: O Atlas Linguístico do Ceará (ALECE, 2010) registra tabus relacionados a nádegas no universo vocacular dos informantes escolarizados e não escolarizados. Faça a correlação entre os tipos de informantes apresentados na coluna A com os metalexismos relacionados a nádegas na coluna B, assinalando o que considera mais forte (1 ou 2) no universo vocabular do falante cearense. Quando for considerado que um tabu está presente nos dois universos vocabulares dos informantes, favor assinalar os dois números (1,2).

Coluna A	Coluna B	Assinale
	Anádegas	<input type="checkbox"/>
	Assento	<input type="checkbox"/>
	Bochecha	<input type="checkbox"/>
	Bochecha-da-bunda	<input type="checkbox"/>
	Bumbum	<input type="checkbox"/>
	Bunda	<input type="checkbox"/>
	Cadera	<input type="checkbox"/>
	Cu	<input type="checkbox"/>
	Denga	<input type="checkbox"/>
	Faces	<input type="checkbox"/>
	Nadas	<input type="checkbox"/>
	Nade	<input type="checkbox"/>
	Nádega	<input type="checkbox"/>
	Nádegas	<input type="checkbox"/>
	Nadga	<input type="checkbox"/>
	Nadgas	<input type="checkbox"/>
	Nádigas	<input type="checkbox"/>
	Nadna	<input type="checkbox"/>
	Naga	<input type="checkbox"/>
	Nagas	<input type="checkbox"/>
1. Informantes escolarizados	Nagna	<input type="checkbox"/>
	Nagnas	<input type="checkbox"/>
2. Informantes analfabetos	Nágua	<input type="checkbox"/>
	Náguas	<input type="checkbox"/>
	Nague	<input type="checkbox"/>
	Náguas	<input type="checkbox"/>
	Náguidas	<input type="checkbox"/>
	Náguina	<input type="checkbox"/>
	Náguinas	<input type="checkbox"/>
	Najas	<input type="checkbox"/>
	Najlas	<input type="checkbox"/>
	Nanas	<input type="checkbox"/>
	Popa	<input type="checkbox"/>
	Popa-da-bunda	<input type="checkbox"/>
	Popa-dos-quartos	<input type="checkbox"/>
	Popança	<input type="checkbox"/>
	Poupa	<input type="checkbox"/>
	Poupa-da-bunda	<input type="checkbox"/>
	Poupança	<input type="checkbox"/>
	Quadril	<input type="checkbox"/>
	Quadrilho	<input type="checkbox"/>
	Quadris	<input type="checkbox"/>
	Quarto	<input type="checkbox"/>

Atividade 2: Observe os seguintes campos semânticos para as palavras– tabus relacionados com ânus, meretriz e diabo. Em seguida, tente

explique, em cada série, pelo menos, as razões da mudança semântica (p. ex., adulteração fonética do vocábulo, signos dêiticos, eufemismos, disfemismos ou circunlóquios), conforme proposta de Guérios (1979) e Monteiro (1996): a) Sinonímia de ânus: alvado, anilha, apito, berba, boga, bogueiro, cagueiro, , cesta, cu, diferencial, feofó, finfa, fiofó, fiota, fiote, fioto, foba, frasco, fueiro, furico, loto, oritimbó, panela, pêssego, pevide, quiosque, rosa, rosca, roscofe, sim-senhor, tutu, viegas; b) Sinonímia de meretriz: couceira, andorinha, bagaço, bagageira, bagaxa, bandarra, bandida, barca, bebena, besta, biraia, bisca, biscaia, biscate, bocezinha, bofe, boi, bruaca, bucho, cação, cadela, cantoneira, caterina, ca-traia, china, clori, cocote, coirão, cortesã, courão, couro, croia, croque, cuia, culatrão, e c) Sinonímia de diabo: azucrim, barzabu, barzabum, beifçudo, belzebu, berzabu, berzabum, berzebu, bicho-preto, bode-preto, brazabum, bute, cafuçu, cafute, caneco, caneta, canheta, canhim, canhoto, cão, cão-miúdo, cão-tinhoso, capa-verde, capeta, rabão, rabudo, rapaz, romãozinho, sapucaio, sarnento, satã, sataná, satânico, serpente, sujo, taneco, temba, tendeiro, tentação, tentador, tição, tinhoso, tignano, zarpelho

Atividade 3: Os dados do ALECE (2010) indicam que os tabus mais recorrentes para nádegas foram bumbum, bunda, cadera, nádegas, nadga, nadgas, nadna, nagas, nagna, água, águas, náguas, nadguas, quadril, quadris e quarto. Que fatores (linguísticos, sociais, psicolinguísticos, aquisicionistas, etnolinguísticos, religiosos, morais, éticos, antropológicos, psicológicos) justificariam esta recorrência de metalexismos relacionados a nádegas no léxico mental dos informantes?

Atividade 4: Qual a avaliação que o grupo faz da pergunta 105 do ALECE (2010): “Quando não se toma injeção no músculo ou na veia, a parte do corpo mais indicada são as...?”. Que implicações, de ordem dialetológica, este tipo de pergunta traz no processo de registro do universo vocabular dos informantes?

Atividade 5: Dê o significado idiomático para as seguintes unidades fraseológicas (compostos, locuções, expressões idiomáticas) relacionadas ao metalexismos de nádegas (HOUAISS, 2009):

- a) bunda de tanajura:
- b) bunda de tico-tico:
- c) cu da mãe Joana:
- d) cu de boi:
- e) cu de breu:
- f) cu de ferro:

- g) cu de galinha:
- h) cu de jegue:
- i) cu de Judas:
- j) cu do conde:
- k) cu do mundo:
- l) dar o cu:
- m) encher o cu:
- n) ficar com o cu na mão:
- o) não ter no cu o que periquito roa:
- p) nascer com a b. para a lua:
- q) no cu do Judas:
- r) sentar a bunda:
- s) tirar o cu da seringa:
- t) tomar no cu:

Atividade 5: Observe a imagem abaixo extraída do Google:



Vai se fuder, caralho! Tomar no cu!

Leia agora, resumidamente, o recente caso de tabuísmo de decência em um campo de futebol : durante um "bate-boca entre o jogador dos Santos Neymar e Dorival Júnior, seu técnico, em que foi registrada a vitória de 4 a 2 do Santos sobre o Atlético-GO, na Vila Belmiro. O jogo estava 3 a 2 para o Santos quando Neymar tentou dar um chapéu em Daniel Marques e foi derrubado na área pelo zagueiro. O juiz Foi marcado pênalti pelo árbitro Leandro Vuaden. Neymar, cobrador de pênaltis oficial do Santos até então, pegou a bola para bater o pênalti, mas foi informado que Dorival Júnior ordenou que Marcel executasse a infração. Houve uma discussão agressiva, com troca de palavras ásperas entre jogador e

jogador. Dois dias depois, o jogador veio a público pedir desculpas ao grupo santista, mas isso não impediu que ele fosse multado pela diretoria e fosse punido por Dorival Júnior, ficando fora da partida deste domingo, contra o Guarani, por decisão do treinador. Posteriormente, o técnico foi demitido pela diretoria do Santos. Tente identificar as palavras-tabus e expressões tabuizadas, omitidas através de asterisco, flagradas durante discussão do jogador com o técnico.

– Só falando o que ele (Dorival) falou lá. Mandou (você) não bater, esqueci de falar – disse o lateral-esquerdo Léo.

– P***! P***, tomar no c* – reclamou Neymar.

Léo chegou perto de Neymar e pediu "cabeça fria" ao jovem. Marquinhos também tentou acalmá-lo.

– Que foi, que foi? Hein? Hein? Que foi? Que foi, p***? Olha aqui, eu quero falar contigo. Que foi, p***? – questionou.

– Esse maluco, rapá. P***, não me deu o pênalti. Se f*** – respondeu Neymar.

Marcel acabou efetuando a cobrança, e o Santos marcou mais um gol. O jovem atacante, então, começou a fazer gracinhas em campo e foi reprimido pelo capitão Edu Dracena.

– Vai se f***, car***. Tomar no c*.

Marquinhos, de novo, tentou interceder:

– Ei, Ney! Ei, Ney!

Dorival chama o jogador:

– Ô, Ney!

O técnico ficou surpreso com as atitudes do jogador:

– Que isso? – perguntou Dorival.

– Se f*** – continuou Neymar.

– Ô, rapaz, seu moleque do c*** – gritou o técnico.

Atividade 6: Na linguagem jornalística ou midiática, a imprensa, como vimos acima, tem recorrido ao asterisco para omitir tabuismos linguísticos. Como pontuema, o asterisco pode ser empregado, no plano da expressão, assim: simples (*), duplo (**) ou triplo (***), após a inicial de um nome próprio que não se quer escrever por completo. Na transcrição do diálogo acima, o que justificaria o emprego triplo do asterisco na discussão entre o jogador e técnico? Como o grupo, na condição de docente, lidaria com situação semelhante ao caso relatado acima, durante uma mi-

nistração de aula, em sala, numa discussão agressiva entre aluno e professor?

Atividade 7: Dos palavrões proferidos pelo jogador Neymar, durante a partida de futebol, reconstituídos pela Globo, através da leitura labial, o que mais, na opinião do grupo, chocou o ex-técnico do Santos Dorival? E a opinião pública? Para o grupo, qual dos tabuísmos registrados no desabafo do jogado ofendem a moral e os costumes, na cultura brasileira: a) foder (manter relação sexual) ; b) caralho (pênis, podendo ter valor interjetivo de expressão usada para demonstrar admiração, entusiasmo ou expressão que indica indignação) e c) porra (pode ter acepções de pênis, esperma, algo muito ruim, porcária, merda ou com valor interjetivo de expressão de surpresa, espanto, dor ou aborrecimento)?

Atividade 8: Deambulando na Internet, facilmente nos deparamos com piadas, histórias curtas de final surpreendente, às vezes picante ou obscena, contada para provocar risos, que exploram as palavras-tabus e expressões tabuídas, como é o caso de cu. *Eleja a melhor piada de cu, entre as extraídas da Internet:*

a) **CUZÃO CHEFE:**

Quando o corpo foi criado, todas as partes queriam ser o Chefe. O cérebro foi logo dizendo, "Eu deveria ser o Chefe porque controlo todas as respostas e funções do corpo". Os pés disseram, "Nós deveríamos ser o Chefe porque carregamos o cérebro para onde ele quiser ir. As mãos disseram, "Nós é que deveríamos ser o chefe porque fazemos todo o trabalho e ganhamos o dinheiro. E assim foi com o coração, pulmões, olhos, até que chegou a vez do cu falar. Todas as partes riram do cu querer ser o Chefe. E aí o cu entrou em greve, bloqueou-se e recusou-se a trabalhar. Em pouco tempo os olhos ficaram vesgos, as mãos crispavam, os pés se retorceram, o coração e os pulmões entraram em pânico e o cérebro teve febre. No final todos concordaram que o cuzão deveria ser o Chefe, e a greve acabou. Todas as outras partes fizeram seu trabalho e o Chefe sentou e deixou passar a merda! Moral da história: Você não precisa de cérebro para poder ser um Chefe, qualquer cuzão pode!

b) **DEDO NO CU:**

Tinha um baile na cidade de juazeiro e chegou um pistoleiro bagunçando e mandou o músico parar. Chegou e se apresentou e mandou o povo dançar novamente e colocar um dedo na boca e outro no cu, com meia hora depois ele mandou trocar o dedo o que estava no cu era para colocar na boca e o da boca no cu, e o seu Zé falou: eita rapá agora tá danado. E o pistoleiro escutou e perguntou: tá danado de quê? tá danado de bom respondeu o Zé colocando o dedo na boca.

8. *Atividade com tabuísmos em Luzia-Homem*

Uma das atividades viáveis para atividade com tabuísmo aplicado ao texto literário deve partir da leitura compreensiva do texto e da formação de constituição de corpus de tabus linguísticos relacionados com diabo, por exemplo. Este tabu envolve praticamente todas as falas dos personagens no enredo de *Luzia-Homem*, mas com maior recorrência na fala de personagens como Teresinha e Crapiúna.

Pareceu-nos necessário, para a proposta de atividade com palavras-tabus na obra literária, constituirmos, também, um corpus de tabus na linguagem naturalista de Domingos Olímpio, de modo que procedemos assim: a) estudo das motivações significativas (culturais, etnolinguísticas, semânticas) para o emprego de tabuísmo linguístico na linguagem naturalista de *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio; b) levantamento de lexias simples e compostas; e fraseologias populares relacionadas com tabuísmo religioso a partir da leitura da obra *Luzia-Homem*; c) seleção de tabus religiosos relacionados com a sinonímia de diabo e d) recorte da sinonímia do diabo qualificadora e designadora do personagem Crapiúna, anti-herói em *Luzia-Homem*. Uma ideia, em sala de aula, é o docente especular um pouco sobre a motivação para o surgimento de tabus na fala de personagens principais e secundários.

Vejamos, abaixo, um pequenos corpus da fala dos personagens em *Luzia-Homem* com registro de tabus linguísticos relacionados com o diabo. A partir daí, poderemos desenvolver uma série de atividades de ensino para alunos da educação básica.

Atividade 1: Observe os excertos de fala dos personagens em *Luzia-Homem* e de seu narrador, marcada por palavras– tabus e expressões tabuizadas relacionados com diabo. Em seguida, tente explique as razões da mudança semântica (p. ex., adulteração fonética do vocábulo, signos dêiticos, eufemismos, disfemismos ou circunlóquios): demônio, excomungado e desalmado.

8.1. **Corpus de tabus linguísticos para análise** (destacamos o termo tabuizado em caixa alta):

a) Capítulo II – Demônio:

– Tira o cavalo da chuva e conta a história direito, Crapiúna. Todas as mulheres são iguais e merecem tudo; a demora é grelar no coração o capricho, principalmente, quando resistem. Fora ela um monstro da natureza; paixão

não enxerga nem repara e, quando nos ataca, é como o sarampo: até jasmim de cachorro é remédio. E deixa falar quem quiser, que é soberba, sonsa, mal-ensinada... Ela não é nenhum peixe podre. Não reparaste naqueles quartos redondos, no caculo do queixo. Na boca encarnada como um cravo?! E o buço?!... Sou caidinho por um buço... Ela quase que tem *passa-piolho*, o demônio da cabrocha... (OLIMPIO, 2005, p. 24)

b) Capítulo IV – Excomungado:

Luzia continuava a preparar, automaticamente, a rodilha, não ousando, erguer os olhos para o sinistro homem. — o demônio te carregue, peste – resmungou Teresinha. Quando Crapiúna se reuniu à escolta. – Tu só prestas para carregar porcaria de preso. Por estas e outras é que eu não ando de mãos abanando. Era encrespar-se para mim aquele **EXCOMUNGADO**, metia-lhe no bucho este canivete até o cabo... (OLIMPIO, 2005, p. 34)

c) Capítulo XVIII – Desalmado:

Passava-lhe, então, pela mente alucinada, a torva ideia de vingar-se, rebaixando-se, de poluir-se, de atolar-se no charco da lascívia, saciando-se até à embriaguez, ao primeiro encontro, fora embora cúmplice do imundo crime, o mais hediondo dos homens. Crapiúna, outro qualquer, ainda mais vil e detestável, contanto que a sua depravação, com requintes de despejo, fizesse sofrer Alexandre, **O DESALMADO**, o frio homem, que não perguntara por ela, a Teresinha. (OLIMPIO, 2005, p. 123)

Atividade 2: Com base no regionalismo linguístico e dialetal, dê o significado idiomático para as seguintes unidades fraseológicas (compostos e locuções nominais) relacionadas ao diabo presentes em *Luzia-Homem*: não-sei-que-diga, demônio em figura de gente, pé-de-pato, peitica do inferno.

8.2. **Corpus de tabus linguísticos para análise** (destacamos o termo tabuizado em caixa alta):

a) Capítulo V – Não-sei-que-diga:

Imagina que eu voltava da obra e, quando dei por mim, foi com a gralha-da Romana, aplaudindo com as parceiras. Aquelas **NÃO-SEI-QUE-DIGAM** riam como doidas varridas. Uma dizia: Foi bem feito! A outra resmungava: Bulir com o de-comer dos pobres!... Que miséria!... Se fosse só feijão – grazinava a deslambida da Romana – meu Deus, perdoai-me...Passou as unhas no dinheiro. Quem houvera de dizer – rosnava a Joana Cangati, aquela sirigaita, que tem o bucho caído – que aquele sonso... (OLIMPIO, 2005, p. 45)

b) Capítulo XV – Demônio em figura de gente:

– Sei lá. Não combinava com o meu gênio, nem pegava do meu jeito... Era um **DEMÔNIO EM FIGURA DE GENTE**, rezinguenta e respondona. Um dia, brigamos mesmo de verdade: dei-lhe uns pescoções, e o diabinho anoiteceu e não amanheceu. Levantei as mãos para o céu. Boi solto, lambe-se todo... .. (OLIMPIO, 2005, p. 101)

c) Capítulo XXIV – Pé-de-pato:

– Credo! – gritaram as mulheres, recuando de medo. – Te desconjuro, **PÉ-DE-PATO!** ... (OLIMPIO, 2005, p. 163).

d) Capítulo XXVIII – Peitica do inferno:

– Foi o diabo que te atravessou no meu caminho. É a última vez que me empatas, **PEITICA DO INFERNO!**!... .. (OLIMPIO, 2005, p. 198)

9. Considerações finais

O presente estudo nos levou a concluir que há necessidade de uma investigação mais apurada, do ponto de vista sociolinguístico, etnolinguístico, dialetológico e linguístico propriamente para melhor explicação e descrição das interdições linguísticas e dos tabus linguísticos. Assim procedendo, poderemos lançar mão de atividades escolares, dentro e fora da escola, de modo a viabilizar uma prática de ensino-aprendizagem a partir do eixo de transversalidade do currículo escolar em que os tabuísmos sejam encarados como importante fonte de educação em valores.

Vimos que as coibições ou coerções linguísticas (tabus e interdições) reforçam a problemática da arbitrariedade, da motivação e da iconicidade no uso da linguagem, uma questão de grande atualidade sobre o funcionamento da linguagem.

O *Atlas Linguístico do Ceará* (ALECE, 2010) indica que universo vocabular (léxico mental, memória de longo prazo) dos informantes escolarizados e analfabetos, revela o emprego de tabus (sexuais), sendo os analfabetos com maior adulteração fonética nas formas linguísticas. Por outro lado, o internetês dissemina nos diversos gêneros digitais, através da ironia, interdições e tabus linguísticos (a composição e a não composicionalidade de tabuísmo)

As coerções linguísticas têm, do ponto de vista da psicanálise freudiana, uma estreita relação com a neurose, especialmente a neurose obsessivo-compulsiva

No campo do ensino de gramática, cremos que as regras prescritivas (certo X errado) e proscritivas (proibitivas) da gramáticas normativas dão relevo, na aquisição e desenvolvimento da linguagem, às coerções linguísticas (interdições e tabus linguísticos), o que leva muitos docentes a não encararem os erros de ortografia, por exemplo, como manifestações de variação linguísticas, rotulando os lapsos de linguagem, tabuiscamente, de “erros crassos” ou “erros imperdoáveis”.

No campo da literatura, especialmente o romance naturalista e regionalista, o romance *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio, pode ser apontado para um bom texto para o trabalho com tabuísmo regional em sala de aula, uma vez que apresenta uma alta frequência de tabus místicos e religiosos, principal característica do seu dialetismo regional na obra literária.

O estudo de *Luzia-Homem* permite-nos postular, do ponto de vista linguístico, o tabuísmo como causa de mudança semântica e marca da linguagem naturalista no romance *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio. Esta linguagem é expressa na fala tabuizada e supersticiosa das personagens *Luzia-Homem* e Teresinha e na fala desabusada dos personagens Crapiúna, Raulino Uchoa, o que torna evidente a total objetividade do autor naturalista com relação à descrição da realidade do semiárido cearense e sua isenção de ideias e valores preconcebidos sobre o sagrado, a religião, a miséria, o sexo e o profano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ALMEIDA, José João. *Dicionário aberto de calão e expressões idiomáticas*. (2010). Disponível em:
<http://natura.di.uminho.pt/~jj/pln/calao/dicionario.pdf>

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BESSA, José Rogério Fontenele. (Coord.). *Atlas linguístico do Estado do Ceará*. Vol.1. Fortaleza: UFC, 2010a.

_____. *Atlas linguístico do Estado do Ceará*. Vol. 2. Fortaleza: UFC, 2010b.

CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Introducción a la lingüística*. Disponível em: <http://www.inabima.org/pdf>.

DUBOIS, Jean et ali. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2004.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. *Tabus linguísticos*. 2. ed. aum. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/UFPR, 1979.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MONTEIRO, José Lemos. As palavras proibidas. *Revista de Letras*. Fortaleza, v. 11, p. 11-25, nº 2 jul./dez. 1986.

NAVARRO, Fred. *Dicionário do nordeste: 5.000 palavras e expressões*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

NEVEU, Franck. *Dicionário de ciências da linguagem*. Tradução de Albertina Cunha e José Antônio Nunes.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SERRA E GURGEL, J. B. *Dicionário de gíria. Modismo linguístico. O equipamaneto falado do brasileiro*. Brasília: Edição do Autor, 2009.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Gulbenkian, 1977.

CONTRIBUIÇÕES DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO
PARA ANÁLISES DISCURSIVAS

Priscila Lopes Viana (UFMG)
priscilalviana@gmail.com

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão em alguns dos estudos publicados por Dias (2005; 2009) para verificar em que medida o quadro teórico da semântica da enunciação poderá contribuir para a nossa tese de doutoramento. Em nossa pesquisa, pretendemos estudar representações sobre o trabalho da doméstica na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo (ISD), proposto por Bronckart (1999), e por meio das contribuições da análise do discurso (FARIA, 2005; FIORIN, 1989; MANGUENEAU, 1984; entre outras).

O nosso *corpus* é constituído por em letras de canções, poemas, contos, romances, peças teatrais, textos legislativos e jornalísticos. Para a análise de um *corpus* tão diversificado, tanto em relação aos domínios discursivos quanto aos gêneros textuais, temos a consciência de que a contribuição de modelos teóricos, como o desenvolvido por Dias (2005; 2009), poderá ser útil para compreendermos melhor a relação entre a linguagem e o trabalho das domésticas.

Vale lembrarmos que o ISD rejeita os postulados epistemológicos e as restrições metodológicas do positivismo para investigar as ações do homem em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas. E, para a análise dos sistemas semióticos, o interacionismo utiliza abordagens que consideram os fatos de linguagem como traços de condutas humanas socialmente contextualizadas, isto é, o interacionismo se refere preferencialmente aos trabalhos que integram dimensões psicossociais. Trata-se de trabalhos centrados na interação verbal e, sobretudo no estudo e análise dos gêneros e tipos textuais provenientes de Bakhtin (2000) e na análise das formações sociais de Foucault (2004). De acordo com Bronckart (1999), essas proposições expandem a concepção das interações entre “formas de vida e jogos de linguagem” desenvolvida por Wittgentein (1961; 1975). Bronckart (1999) sustenta ainda a contribuição teórica imprescindível da análise de Saussure (1994) sobre a arbitrariedade do signo linguístico para que se compreenda o estatuto das relações interdependentes entre a linguagem, as línguas e o pensamento humano.

2. Algumas abordagens da enunciação

As pesquisas de Dias (2005; 2009) têm se centrado, sobretudo, na observação da sintaxe a partir da semântica da enunciação. De acordo com Dias (2009), a enunciação tem sido, desde meados do século XX, objeto de abordagens diversas. Algumas delas não concebem o funcionamento da língua na relação indissociável com o campo da enunciação.

Ao observar o lugar do linguístico na formulação desses modelos teóricos, Dias (2009, p. 1) cita Benveniste (1989, p. 83-84): “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso”. Para Dias (2009, p. 1), enunciação “opera-se nessa passagem da possibilidade da língua para uma instanciação discursiva dela”. Nesse sentido, a efetuação da língua ocorre nessa passagem, na qual há um desdobramento da instância do possível da língua em uma instância discursiva. Enunciar é, nessa perspectiva, mobilizar a instância do possível para se situar na instância discursiva da língua.

Segundo Dias (2009: 4), Guimarães (2005) aborda a enunciação como o faz Ducrot (1984), isto é, ambos veem a enunciação como acontecimento. Para Ducrot (1984), a condição de acontecimento de um enunciado é determinada pela sua incidência em uma frase. O exemplo dado por Ducrot (1984, p. 370) é “Tu vais gostar deste livro”. Trata-se de uma construção abstrata, no nível da frase, recorrente, concebida pelo autor como *type*. Todavia, se tal construção for usada em uma situação particular de enunciação, um enunciado acontece, uma vez que “tu” e “livro” adquirem referências específicas (ex: “tu” em relação à “Jordana”, e “livro” em relação ao romance “A moreninha”). Assim, concebe-se enunciado, por sua vez, como *token*.

Em sua abordagem mais recente, Ducrot (2002) desenvolve, juntamente com Carel, o modelo dos blocos semânticos, no qual o sentido de uma entidade linguística advém da evocação ou modificação de discursos, ou seja, é no encadeamento discursivo que o sentido é construído. Sendo assim, uma teoria da enunciação teria como papel a formulação dos limites do conjunto dos discursos doadores de sentido. No modelo proposto, isso se dá na forma de sequências de duas proposições ligadas por um conector, estabelecendo-se encadeamentos argumentativos.

Sobre a nova abordagem de Ducrot, Dias (2009, p. 3) salienta o fato de o acontecimento proporcionar existência ao enunciado e incluir uma evocação ou uma modificação de discursos anteriores. Nessa abor-

dagem, o conceito de “histórico” sofreria um deslocamento devido ao afastamento teórico das coordenadas situacionais que determinam a referência no seu tempo e espaço. Um “já enunciado” se instala no acontecimento da enunciação e constitui, de acordo com Dias (*Ibidem*) “a instância dos discursos evocados ou modificados na enunciação”.

Achard (1999), por sua vez, ao tratar sobre a memória, aborda diferentemente de Ducrot (2002) o estatuto de uma instância do “já enunciado”. Para Achard (1999, p. 13), não se pode provar, nem mesmo supor, que o implícito (re)construído tenha sido discurso autônomo em algum lugar. Desse modo, o implícito trabalharia sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado.

Guimarães (2005) também é retomado por Dias (2009, p. 4). Para Guimarães (2005), “o enunciado tem como suporte um dizível historicamente constituído”. Tal tese advém da análise do discurso, para a qual o interdiscurso designa a relação entre discursos orientados e particularizados pela história. A definição de enunciação, para Guimarães (2005), é, portanto, a língua em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento.

As formas linguísticas se confrontam com a memória discursiva e o presente do acontecimento, de acordo com Guimarães (2005, p. 32), para que elas deem suporte à significação. Nesse sentido, a memória da língua comporta uma latência, isto é, uma condição para o confronto entre a instância de um presente e a instância do dizível histórico.

Recuperando os autores supracitados, Dias (2009, p. 5) salienta que, em todas as suas formulações, as formas da língua são constitutivas da relação que uma instância de anterioridade (vista de modos distintos pelos autores) estabelece com uma instância de um presente do enunciar.

A seguir, antes de tratarmos da atribuição e da ocupação dos lugares de sujeito e objeto, abordaremos a concepção de Dias (2009, p. 5) sobre o “virtual” e o “atual” por ela ser imprescindível para a compreensão da tese do autor.

3. *O virtual e o atual*

O conceito de virtual, de acordo com Dias (2009, p. 5), foi idealizado pelo filósofo Deleuze e utilizado por Sousa Dias (1995) no desenvolvimento de uma importante reflexão sobre o estatuto do verbo no in-

finitivo. Tal reflexão auxilia Dias (2009) a investir no conceito da dupla apreensão da unidade do dizer. Segundo o autor, é no enunciado e na sentença que essa dupla apreensão se consubstancia. Por um lado, quando essa unidade do dizer se consubstancia no enunciado, sua apreensão é relativa à memória da língua e das enunciações. Por outro lado, quando essa unidade se consubstancia na sentença, ela é apreendida relativamente aos aspectos da sua organização articulada.

A articulação sintática afeta os verbos em estado de infinitivo; assim, na constituição de um predicativo, os verbos ganham finitude, sem perder, entretanto, o seu estatuto de devir, já que continuam aptos para serem acionados em sentenças futuras. Nesse sentido, Dias (2009, p. 5) afirma que “a especificidade do verbo reside no fato de eles constituírem-se em virtualidade, em um devir, em um movimento infinitivo”. O autor cita algumas palavras de Souza Dias, que exemplifica, por meio do verbo “vencer”, o fato de haver nesse verbo uma esquiwa de presente, de atualidade, que “excede todas as suas manifestações presentes, (...) a parte em tudo o que acontece que escapa a toda a atualidade, bem como a parte em tudo o que se enuncia que escapa a toda a representação” (SOUZA DIAS, 1995, p. 96, apud DIAS, 2009, p. 6).

O verbo “vencer” – manifestado em “Eu venci esta luta” – apresenta-se permeado por uma temporalidade (passado) relacionada à cena constituída, bem como pela interposição de constituintes (“eu” e “esta luta”) relativos à condição sintática do enunciado. Deleuze, de acordo com Dias (2009), compreende que a temporalidade própria do acontecimento é anacrônica; por isso, o acontecimento é apreendido como sentido-acontecimento, que se situa na órbita do virtual, somente atravessando a instância do atual. Dessa forma, o sentido de algo se dá porque o dizer está associado a uma dimensão pressuposta da realidade objetiva, a um campo de possíveis, e não exatamente pela sua associação às entidades, aos eventos, e ao tempo cronológico em que o dizer se manifesta materialmente.

Na perspectiva adotada por Dias (2009), há uma relação entre a dimensão pressuposta da realidade e a interdiscursividade. A unidade que a sintaxe apreende como sentença, por sua vez, é habitada pelo enunciado, que domina os lugares sintáticos, antes mesmo de os componentes linguísticos se estabelecerem na organicidade oracional. Com isso, o autor conclui que não se pode afirmar que os lugares de objeto relativos aos verbos “ver” e “vencer” em “Vim, vi, venci” estejam “vazios”. Assim, o que se viu e o que (ou quem) se venceu são entidades do sentido-

acontecimento, podem ser apreendidos como presença virtual. Segundo o autor, essa sentença pode ser enunciada para além da pontualidade temporal, não carecendo, portanto, de atualização. Não há nela uma transgressão na transitividade verbal.

Baseado nessa reflexão, Dias (2009, p. 6) constata um equívoco nos estudos gramaticais: “a cegueira constitutiva quanto aos limites entre a presença e a não presença do complemento, entre o haver e o não haver ocupação orgânica do lugar sintático”. O autor discorda da noção de déficit de complemento, da noção de ausência de um item lexical na rede de posições sintáticas e da noção de “PRO”, que marcaria a não presença. Dias (2009, p. 7) concebe o lugar não ocupado como um lugar virtual, constitutivo do real, que não requer ocupação. Buscando o conceito de “possível” em Deleuze, que o ancora na ideia de consubstanciar-se em realidade, Dias (2009, p. 7) afirma que “marcar um lugar não ocupado organicamente como um possível não realizado é conceber que é a realização que significa, como preenchimento de uma falta.” Nesse sentido, o autor é contrário à apreensão das entidades no limite entre o possível e o real.

Vale, enfim, salientarmos o destaque dado pelo autor ao verbo como participante privilegiado da relação entre o virtual e o atual. Já a sentença é concebida pelo autor, tendo em vista a esteira da concepção do acontecimento que se extrai da relação entre o virtual e o real, a partir de uma unidade apreendida também como enunciado.

4. A constituição, a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto

A abordagem do autor sobre a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto (DIAS, 2009) poderá ser interessante para a nossa pesquisa na medida em que pensamos a ocupação ou a não ocupação como índices linguístico-discursivos para uma análise dos percursos semânticos intradiscursivos (FARIA, 2005) e das oposições interdiscursivas (MAINGUENEAU, 1984) presentes nos textos de nosso *corpus*.

Dias (2009) busca dimensionar o alcance dos aspectos estruturais e enunciativos na constituição dos lugares de sujeito e objeto. O autor trabalha com a tese de que, tendo em vista a dupla instanciação do acon-

tecimento enunciativo, condições diversas em relação à constituição do GN-objeto⁷⁴ determinam a constituição do GN-sujeito.

O verbo é acionado pelo lugar GN-sujeito afetado pelo cruzamento entre o virtual e o atual. Ou seja, o GN-sujeito é o lugar que arrebatou o verbo da sua condição de infinitivo. Uma anterioridade de predicação determina a constituição do lugar GN-sujeito. Nesse sentido, o verbo sai do “estado de dicionário” e se constitui como base de uma predicação. É devido ao GN-sujeito que se instala o predicado e uma unidade mínima da sentença. Por isso, Dias (2009, p.14) afirma que o lugar do GN-sujeito se constitui nessa “anterioridade de predicação”.

Outras três noções transversais no estudo do sujeito gramatical são citadas por Dias (2009, p. 14): a anterioridade de orientação, a anterioridade actorial e a anterioridade processual. A primeira está relacionada à organização da sentença; a segunda diz respeito à armação do evento que a sentença dá suporte; e, por fim, a terceira é relativa à instalação da perspectiva de enunciação apreendida pelo verbo. Na anterioridade de predicação é constituída com base num suposto de existência. Ela se sustenta, na perspectiva de Dias (2009), na passagem da instância do virtual para a instância do atual no acontecimento enunciativo.

O autor aborda a anterioridade de predicação como característica básica do GN-sujeito, apreendido pelas condições de atribuição do lugar sintático, uma vez que um verbo (no infinitivo, na virtualidade), sendo acionado, recebe as coordenadas de enunciação (a de pessoa, particularmente), passível de materialização na forma sufixal. Assim, a condição para que ele receba a coordenada proeminente na predicação – a pessoalidade – é a submissão ao lugar do sujeito.

A tese de Dias (2009, p. 16) é a de que há três modos de ocupação do GN-sujeito, cada um operando diferentemente na sustentação de uma anterioridade na instância da atualidade na enunciação. A ocupação do GN-sujeito pode se dar pela definitude, pela identificação e pela prospectiva. Por sua vez, três aspectos são apresentados pela definitude: em núcleo (ex. 1: Teddy saiu), em ancoragem (ex. 2: Entrei na sala) e em confluência (ex. 3: Choveu pouco pela manhã; ex. 4: Cansado de sofrer, Adriano desistiu de sua vida).

⁷⁴ Dias (2009, p. 13) toma a expressão grupo nominal (GN) como equivalente a sintagma nominal.

A tese do autor é muito mais complexa do que a apresentada no presente artigo, mas, resumindo, podemos perceber que, na definitude em núcleo, o GN representado por “Teddy” encontra no núcleo substantivo a base em função da qual as determinações se agregam, o que produz um efeito de unidade. Na definitude em ancoragem, é necessário um aporte de um GN que se encontra fora do lugar sujeito, como ocorre no ex. 2, no qual o sufixo verbal de 1ª pessoa projeta a indexação da nominalidade.

Já na definitude em confluência, há dois fenômenos diferentes: o da convergência sintática e o da pessoalidade dependente. O primeiro, que pode ser exemplificado por “Choveu pouco pela manhã”, apresenta um verbo que, de acordo com as gramáticas tradicionais, faria dessa ocorrência uma oração sem sujeito. Segundo Dias (2009, p. 17), trata-se de uma ocorrência na qual a nominalidade que sustenta o lugar do sujeito – o termo “chuva” – converge para a base lexical do verbo.

O segundo, a pessoalidade dependente, apresenta ocorrências com formas verbais no gerúndio ou no particípio, que é o caso do ex. 4. Nesse tipo de ocorrência, embora a forma verbal denuncie o acionamento do verbo, a informação relativa ao lugar do GN-sujeito se encontra na sentença principal: tem-se definitude em núcleo no ex. 4.

Sobre o segundo modo de ocupação do lugar do sujeito, o da identificação, Dias (2009, p. 18) ressalta que a projeção de identidade é a condição necessária para que o lugar GN-sujeito se estabeleça como acionador do verbo. Na ocorrência “Alguém comeu o pudim”, por exemplo, o pronome indefinido “alguém” (GN-sujeito) não recebe as condições de definitude, mas projeta uma identificação.

Por fim, o terceiro modo de ocupação do lugar do sujeito – a prospectiva –, bem como o segundo, não recebe, na relação entre as duas instâncias da enunciação, as condições para a constituição do campo de pertinência, nem em núcleo, nem em ancoragem, nem em confluência. É na configuração de um perfil em relação ao qual se possa reconhecer uma identidade para além do presente que está, nesse modo, a força de acionamento do verbo. Podemos exemplificar com a ocorrência “Quem fala o que quer ouve o que não quer”. Essa ocorrência apresenta uma forma pronominal representando um regime de nominalidade que opera com delineamento de um perfil identitário. Assim, poderia ser substituído por “Todo aquele que fala o que quer ouve o que não quer”.

Após explanar sobre a constituição do GN-sujeito, que é determinada, como vimos, por condições diferentes em relação à constituição do

GN-objeto, Dias (2009, p. 20) delinea uma diferença entre sujeito e objeto quanto a atribuição e ocupação de lugares sintáticos. O autor trabalha com a hipótese de que o lugar GN-objeto é uma projeção do verbo. Nas palavras de Dias (2009, p. 20): “ele [o lugar GN-objeto] é constituído na mesma instância em que o verbo circula na língua como virtualidade, como pertinência ao dizível em língua portuguesa”. Contudo, o autor afirma que ele não se constitui como integrante do sentido do verbo.

Como mencionamos acima, para Dias (2009), o lugar GN-sujeito se constitui na passagem do virtual para o atual, no ponto em que a sentença é determinada pela enunciação. Assim, quando o lugar GN-sujeito aciona o verbo, a sentença é constituída. O verbo, por sua vez, agrega-se à sintaxe com seus lugares de GN-objeto: condição fundamental da predicação. Ou seja, o lugar GN-objeto se relaciona ao ponto em que a predicação no âmbito da sentença é determinada pela enunciação.

Segundo o autor, há uma potencialidade da projeção do lugar GN-objeto nos verbos em português. Entretanto, dois tipos de predicação – predicação centrada e predicação dirigida – fazem com que a ocupação desse lugar sintático obedeça a suas especificações. Dias (2006) *apud* Dias (2009, p. 21) desenvolve os aspectos básicos dessa diferença, exemplificando com as seguintes ocorrências: “Paulo alugou o apartamento e deixou a cidade” e “Essa imobiliária aluga mais do que vende”.

A primeira ocorrência apresenta a predicação dirigida, pois nela há uma demanda de ocupação do lugar GN-objeto relacionada à própria cena constituída na enunciação. As condições para que se anuncie o que Paulo alugou são produzidas nessa cena. Já a segunda ocorrência apresenta a predicação centrada, na medida em que não há, nesse caso, uma demanda de ocupação do lugar GN-objeto na cena. Dias (2009, p. 21) explica que o “que torna a não ocupação determinante é um modo de enunciação de cena genérico, em que o domínio de referência do lugar GN-objeto se amplia, favorecendo a comparação entre as ações de alugar e comprar, independente da saturação do domínio de referência”.

Dias (2009, p. 21) exemplifica por meio da ocorrência “Pedro fez isso e aquilo e não foi punido”, que o GN-objeto apresenta características próximas do GN-sujeito. Nessa ocorrência, “isso e aquilo” – paralelo ao que o autor apresentou na discussão da “definitude em ancoragem” no estudo do lugar GN-sujeito – constituem-se em ancoragem em um domínio de referência. Contudo, podem-se perceber distinções entre os dois lugares sintáticos quando o autor faz uma leitura do fenômeno sintático

conhecido como causatividade. Em “Natália viajou o namorado pra Bahia e caiu no rock” e em “Romero já estudou os quatro filhos”, os verbos “viajar” e “estudar” projetam os lugares GN-objeto, que recebem grupos nominais que se situariam no lugar GN-sujeito. Para ocupação dos lugares GN-sujeito, configura-se um hiato na cena. Esse intervalo de cena não é apreendido na atualidade da estrutura. Cenas virtuais se interpõem nele, como a determinação do estudo por parte de Romero, no sentido de matricular os filhos na escola e incentivá-los e convencê-los a estudar, por exemplo. Desse modo, o verbo recebe a flexão devida ao GN-sujeito e se constitui unidade sintática sob um não dito constitutivo, embora haja esse hiato de cena.

Outro tipo de construção analisada por Dias (2009, p. 22) é similar à ocorrência “Iracema plantou roseiras. Estacou, plantou, irrigou, colheu, podou e vendeu”. Os lugares GN-sujeito e GN-objeto apresentam-se não ocupados nas sentenças “estacou”, “plantou”, “irrigou”, “colheu”, “podou” e “vendeu”, porém, tendo em vista o acontecimento enunciativo, o caráter “lacunar” desses lugares não é da mesma ordem. O autor ressalta o fato de o conceito de lacuna não estar relacionado a vazio, falta, ausência, mas a um regime do real do acontecimento que produz eficácia exatamente por meio do não dito.

Devido ao regime de virtualidade que sustenta significativamente essas lacunas, o autor concebe a não ocupação do lugar GN-sujeito como algo relativo à sustentação temática do texto. Sendo assim, atender ao que a virtualidade da lacuna invoca ocupando esses lugares, é incorrer na repetição: “ela estacou”, “ela plantou”, “ela irrigou”, “ela colheu”, “ela podou” e “ela vendeu”.

Por um lado, ocupar os lugares GN-sujeito com “Iracema plantou roseiras. *Janete* estacou, *Nataly* plantou, *Wilson* irrigou, *Max* colheu, *Lisa* podou e *Douglas* vendeu”, constrói-se outro texto. Por outro lado, ocupar os lugares GN-objeto, atendendo ao que a virtualidade da lacuna invoca, não é incorrer à repetição, e sim situar-se em um campo de construção, com vistas a um domínio de referência. Pode-se verificar isso em “Iracema plantou roseiras. Estacou o caule, plantou a muda, irrigou o solo, colheu as rosas, podou os galhos e vendeu as flores”. Em tal domínio, o vocábulo “espinhos” poderia estar no lugar GN-objeto ocupado por “galhos”, por exemplo. Mesmo assim, a sustentação temática do texto não seria corrompida. Dias (2009, p. 22) conclui que a projeção de lugares sintáticos que operam numa virtualidade controlada pela condição de

enunciado faz com que esses verbos entrem, portanto, no campo da sentença.

5. *Uma pequena análise*

Para exemplificar o modo pelo qual pensamos que a abordagem de Dias (2005; 2009) pode contribuir em nossa tese de doutorado, faremos uma pequena análise sobre um segmento, exposto a seguir, da obra “Parque Industrial” de Patrícia Galvão (1994, p. 88-89), no qual dois meninos contam que um bebê da cozinheira fora roubado: “– Uma burguesa bem vestida achou ele bonito no colo da irmã. Desceu do automóvel e levou ele... Ontem de tarde”.

Nesse segmento da novela, podemos observar que as sentenças “desceu” e “levou” se apresentam com GN-sujeito não ocupados. Por um lado, poderíamos pensar que ocupar esses lugares, atendendo ao que a virtualidade da lacuna invoca, seria incorrer na repetição: “*ela* desceu do automóvel e *ela* levou ele”. Embora, no caso desse segmento, o pronome “*ela*” possa fazer referência tanto ao termo “burguesa” quanto ao termo “irmã”, um leitor do romance raramente teria a dificuldade de reconhecer que quem desceu do automóvel foi a burguesa bem vestida.

Concebendo *discurso* com o conceitua Fiorin (1989, p. 32): “um conjunto de *temas* e *figuras* que materializa uma dada visão de mundo”. O segmento exposto aborda, intradiscursivamente⁷⁵, o tema de raptos de crianças pela classe burguesa, e no nível do interdiscurso, opõem-se os bens materiais burgueses (representados pela figura do automóvel) à pobreza do proletariado (representada pela sua prole que, mesmo sendo o único bem que possui, é roubada). Essa oposição interdiscursiva entre riqueza *versus* pobreza pode ser recuperada exatamente pela não necessidade de se explicitar, por meio da ocupação do GN-sujeito, quem estaria no automóvel. Nesse sentido, nota-se que há um caráter lacunar produtor de eficácia pelo não dito, na medida em que se recobra facilmente o sujeito dos verbos “descer” e “levar” como sendo a “burguesa”.

⁷⁵ O intradiscurso e o interdiscurso são duas dimensões diferentes, mas interdependentes, abrangidas pelo discurso, sendo que a primeira dimensão é organizada a partir de percursos semânticos e a segunda é constituída a partir de oposições estabelecidas com outros discursos. Para mais detalhes, ver Faria (1999).

6. Conclusões

No presente trabalho, centramo-nos especialmente nas investigações de Dias (2009) sobre a constituição, a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto.

Essas pesquisas do autor podem, como exemplificamos com uma pequena análise no item 5 deste artigo, subsidiar uma análise linguística-discursiva dos textos de nosso *corpus*. Por um lado, pensamos que a ocupação ou não ocupação desses lugares sintáticos poderá ser característica constitutiva de alguns gêneros e, por outro lado, pensamos que os efeitos causados por essa ocupação ou não ocupação são significativos nas análises dos percursos semânticos intradiscursivos (FARIA, 2005) e das oposições interdiscursivas (MAINGUENEAU, 1984) presentes nos textos de nosso *corpus*, como observamos no segmento do romance “Parque Industrial”.

Por fim, a nossa última motivação em buscar compreender melhor e aplicar a sintaxe de base enunciativa deve-se à necessidade que temos percebido de o analista do discurso não deixar de lado a materialidade linguística em suas análises. Assim, um modelo para análises sintáticas, que considere a enunciação, é mais adequado ao modelo interacionista utilizado por nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- DIAS, L. F. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 50, v. 2, 2009 (no prelo).
- _____. Textualidade e gramática: relações em construção. In: SCHONS, C. R.; RÖSING, T.M.K. (Orgs.). *Questões da escrita*. UPF, 2005, p. 31-41.
- FARIA, A. A. M. *Sobre Germinal: interdiscurso, intradiscorso e leitura*. São Paulo: USP (tese de doutorado em Linguística), 1999.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Ática, 1989.
- GALVÃO, Patrícia. *Parque industrial*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Carlos: EDUFSCAR, 1994.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

**DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA
À APREENSÃO DO SENTIDO EM LEITURA**

Carmen Elena das Chagas
(IF Muzambinho – MG e UFF)
carmenelena@bol.com.br

1. O ensino de leitura

A prática da leitura, nas aulas de língua portuguesa, é de grande relevância, porque o aluno precisa ser preparado para se tornar o sujeito do ato de ler, ou seja, um leitor capaz de compreender o que está escrito. Para isso, é necessário que ler se torne uma capacidade de apreender a significação profunda dos textos com que o leitor se depara, preparando-o para reconstruir e reinventar os textos.

Partindo desse pressuposto, cabe ao professor a tarefa de despertar no aluno/leitor uma atitude diferenciada diante da realidade em que ele se encontra inserido, disponibilizando meios para a sua “leitura de mundo”. A princípio o seu mundo, depois, gradativamente, todos os mundos possíveis. É importante que nas aulas de leitura haja a conscientização por parte do aluno da existência de diversos níveis de significação em cada texto apresentado. Cabe mostrar-lhe que além da significação explícita, há toda uma gama de significações implícitas muito mais distintas, diretamente ligadas à intencionalidade do produtor.

Cada texto abre a perspectiva de uma multiplicidade de interpretações ou leituras, porque se as intenções do produtor podem ser das mais variadas formas, não tem sentido a pretensão de atribuir ao texto apenas uma interpretação única e verdadeira.

A interpretação de um texto consiste na apreensão de suas significações que são apresentadas nele por meio de marcas linguísticas. Essas marcas funcionam como pistas dadas ao leitor para permitir-lhe uma compreensão adequada. É preciso mostrar ao aluno / leitor que as pistas que lhe são direcionadas no texto tornam possíveis recriar esse texto a partir de sua vivência, de seu conhecimento e de sua visão de mundo. Importante é a observação pelos alunos de que em cada nova leitura de um texto será permitido desvendar novas significações não percebidas nas leituras anteriores. Esse fato poderá, inclusive, servir-lhe de motivação, despertando maior prazer pela leitura ao perceber que, pela recons-

trução que ele mesmo faz do texto, acaba por reconstruí-lo, tornando-se o seu coautor.

Cabe notar que a leitura que não surge de uma necessidade para chegar a um objetivo não é propriamente leitura. Quando se lê porque outra pessoa manda ler, como acontece normalmente na escola, observa-se apenas o exercício de atividades mecânicas, que pouco tem a ver com significado e sentido. Essa leitura, de certa forma, desmotivada não conduz à aprendizagem.

Ao desenvolver a sua competência de leitura, o aluno / leitor deixará de ser um elemento passivo e passará a participar como sujeito ativo do ato de ler não só nas aulas de leitura como também fora delas.

2. *Visão dos autores sobre leitura*

Kleiman (1989) ressalta que o processo interacional da leitura visa à figura do autor do texto por meio de marcas que atuam como pistas para a reconstrução do caminho a ser percorrido no texto, pois analisar essas pistas formais é fundamental à compreensão. Para a autora, é através da interação entre os variados níveis de conhecimento adquirido ao longo do tempo que o leitor consegue construir o sentido do texto.

Scott (1980) assevera que o conhecimento prévio é o conhecimento que o leitor traz para o texto antes de lê-lo.

Goodman (1978) pressupõe que o leitor parte do conhecido para o desconhecido por meio da utilização de indicações sintáticas, lexicais ou retóricas num determinado texto. O conhecido contém itens como o conhecimento de língua, conhecimento da escrita e o conhecimento de mundo que vão levar à compreensão do desconhecido.

Vigner (1979) configura que a prática de leitura-descoberta se fundamenta no princípio de que o leitor é novo quando chega à escola e que ele possui uma espécie de competência espontânea de leitura, permitindo que o professor possa explorá-la.

Coste (1978) afirma que o leitor teria condições de “deslinearizar” sua leitura ao construir hipóteses por meio de uma “varredura” do texto, coletando índices de interpretação, podendo logo após confrontar essas hipóteses com outros elementos do texto para possíveis ajustes e desenvolvimento de suas ideias.

Orlandi (1988) revela que a leitura é questão de historicidade, porque disponibiliza aspectos de natureza diversa, de condições, de modos e relações, de trabalho, de produção de sentidos em um texto. A autora diz que as relações de sentido se entrecruzam entre o que o texto diz e que os outros textos não dizem. Essa relação entre um texto com outros pode ocorrer de forma existente, possível ou imaginária, designando, assim, a intertextualidade.

Desta forma, observa-se que os autores citados prezam pela necessidade da valorização da visão de mundo e dos conhecimentos prévios dos alunos para o desenvolvimento do ato de ler e, principalmente, do nível de leitura a ser adquirido.

3. Grupo de pesquisa do trabalho

Essa pesquisa possui um princípio norteador que parte da teoria para aplicação, cuja linha é denominada de linguística aplicada que, a partir da observação da realidade da sala de aula, vê como mais importante o aluno. Um aluno participativo, crítico, dono de um saber próprio e multidimensional por meio de uma atitude interacionista, que se divide em duas dimensões: vertical e horizontal. A primeira trabalha com a interligação dos saberes linguísticos, textuais, situacionais, referenciais, enquanto a segunda, preocupa-se com os sujeitos envolvidos no processo, no caso o autor, o aluno/leitor e o professor/leitor/intermediador.

Esse grupo de linguística aplicada, originário da França, designado de *Didactique des langues* tem autores como Vigner, Coste, Charolles, Adam, Moirand etc., que possuem como princípio teórico o cognitivismo, voltado para a abordagem comunicativa e possui estreita ligação com estudos funcionais, cujo postulado básico é a noção de Competência de Comunicação construída pela visão de gramática gerativo-transformacional e etnolinguística da comunicação, buscando como ponto comum as capacidades de utilizadores de uma língua.

Esse grupo de linguistas franceses visa ao estudo de problemas de cunho textual e à operacionalização dos construtos teóricos para o ensino de línguas, cujos trabalhos podem oferecer reflexões pedagógicas que possibilitam a ajuda aos profissionais interessados no ensino de habilidades em leitura e escrita no processo de interação entre linguagem e interlocutor. Acontece o entrecruzamento entre ensino-pensar-fazer, visando

uma relação dialógica necessária de completude da essência do ensino-aprendizagem.

Os textos constituem uma amostragem dos objetivos transferenciais em relação ao ensino de leitura em que teoria/prática e pensar/fazer são complementares, pois compete ao professor propor atividades mais autênticas de uso do texto conjuntamente com os alunos, objetivando explicitar os mecanismos discursivos e linguísticos que estão implícitos.

Esse modelo interacionista dos linguistas franceses propicia ao máximo o aproveitamento da previsibilidade do texto por meio da construção de hipóteses que o aluno/leitor pode deduzir sobre o sentido, isso quando ele utiliza o seu conhecimento prévio do assunto e a sua capacidade de identificação dos dados mais explícitos de sua significação.

Dessa forma, ocorre o fenômeno da compensação que atinge níveis de simplificação interativa por meio da intervenção do sujeito na produção de seus discursos. Nessa visão de compensação, o leitor é a figura central na compreensão dos textos, pois essa perspectiva interacionista ressalta a ideia de que o aluno já traz uma bagagem prévia e que ele não é uma tábua rasa de conhecimentos.

4. *A competência comunicativa*

O pressuposto central defendido pelos autores franceses é o de que o aluno/leitor possui à sua disposição competências de variadas formas que proporcionam diferentes graus de compreensão dos textos que lê. Como resultado dessa visão, o professor precisa lançar mão das competências que o aluno/leitor já sabe e dos pontos de vista *linguístico* – noções de sua língua materna; e *temático* – noções do assunto a ser visto.

Moirand (1982) assevera que a competência comunicativa repousaria na combinação dos componentes linguístico, discursivo, referencial e sociocultural. Para a autora, a competência estaria nas estratégias que o leitor usa no ato de ler, pois ele tem autonomia para escolher a estratégia mais adequada.

A competência comunicativa visa ao domínio de códigos e variantes sociolinguísticos e implica também num saber pragmático em relação às convenções enunciativas que estão sendo usadas em uma determinada comunidade. Ela varia segundo às pessoas, ao tempo e às situações, por-

que está sempre se construindo e se diversificando na proporção que dinamiza o processo de aquisição linguística.

Há as competências linguística (regras de uma língua) e comunicativa (desempenho e habilidades), que se apresentam mobilizadas por toda atividade de linguagem escrita ou oral. É necessário primeiro adquirir uma competência linguística e a partir disso buscar a competência comunicativa. A seleção e a disposição com objetivos comunicativos fazem parte da competência comunicativa que está direcionada de acordo com as determinações linguísticas de cada língua.

Coste (1978) apresenta alguns componentes possíveis em uma competência comunicativa, dispostos através das capacidades a seguir:

I– Capacidade linguística – é a competência direcionada pelas regras da língua;

II– Capacidade textual – são os saberes e as habilidades enunciativas da argumentação que direcionam a competência;

III– Capacidade referencial – é toda a competência oriunda das experiências de conhecimento prévio do mundo;

IV– Capacidade de relação – as posições, os papéis e intenções dos participantes na interação implicam na competência comunicativa;

V– Capacidade situacional – é a competência direcionada pelas escolhas de toda ordem operadas pelos usuários da linguagem.

Observando esses componentes, percebe-se que a competência comunicativa põe em ação variadas funções, tanto de ordem cognitiva, volitiva, afetiva e social.

A partir da concepção de Coste (*ibid.*) há duas orientações em relação à leitura que precisam ser levadas em consideração: a primeira, chama-se *semasiológica*, pois parte do signo ao sentido e apresenta a leitura partindo primeiramente da percepção e interpretação de elementos linguísticos que compõem um texto (vai do linguístico-textual ao situacional-relacional). Ao contrário, a segunda orientação, chama-se *onomasiológica*, pois parte do sentido ao signo e apresenta a leitura como se efetivando numa escolha do aluno/leitor, partindo do sentido num texto (vai do situacional ao linguístico-textual). A primeira orientação se utiliza de formantes linguísticos, enquanto que a segunda usa formantes não linguísticos inicialmente. Porém há momentos em que a leitura visa a capacidades aleatórias, pois depende do nível de leitura do aluno/leitor ou

do texto a ser lido. O importante é que o ato de leitura pode ser direcionado de acordo com as duas possibilidades de orientações – semasiológica e onomasiológica, proporcionando possibilidades de ocorrer uma boa leitura.

O texto, dessa forma, é um espaço a se desenvolver por meio da exploração de estratégias e de processos variados conforme a necessidade e o grau de leitura de cada aluno/leitor.

5. *Os mandamentos e a competência comunicativa*

5.1. Mandamento I

O aspecto operacional do modelo interacionista dos linguistas franceses proporciona possibilidades de realização de trabalhos práticos em sala de aula e que revelam que a leitura é um ato que está mais próximo de um ritmo ativo, interessante e prazeroso, porque através de estratégias próprias que aproveitam o legado que o aluno/leitor traz para as aulas, juntamente com a coparticipação interativa do professor enquanto intermediador, levará a uma resposta positiva em relação à leitura.

Como há aspectos de fora dos textos, isto é, extralinguísticos que determinam a produção e que se explicitados para o aluno/leitor poderão possibilitar um grau de maior compreensão por meio de um trabalho interdisciplinar, é fundamental analisar de que maneira as habilidades linguísticas se relacionam com outras formas de conhecimentos e com outras disciplinas, pois há muitos profissionais do magistério à procura de reflexão e de sugestões pedagógicas pautadas coerentemente em estratégias fundamentadas que dão condições para a reorientação da sua prática diária em sala de aula.

Devido às abordagens comunicativas terem se embasado somente na estrutura áudio-visual, houve a necessidade de se buscar alternativas baseadas em conceitos oriundos de diversas disciplinas vinculadas ao estudo interacionista de linguagem.

É só JUNTANDO FORÇAS (SILVA, 2006) que se consegue atingir os primeiros objetivos na construção de um intercâmbio entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

5.2. Mandamento II

Um bom início para a promoção da autoestima do aluno/leitor na realização de tarefas que exijam leitura é saber que não existe leitor zero como afirma (ORLANDI, 1988) “Na realidade em linguagem não há grau zero assim como não há grau dez.” Os CONHECIMENTOS PRÉ-VIOS como os aspectos mentais (scripts, esquemas, frames, cenário, etc.) dos aprendizes de leitura precisam ser utilizados com eficácia na aprendizagem do dado supostamente novo.

Essa ideia de conhecimento prévio do leitor como responsável pela compreensão do sentido dos textos é compartilhada por vários autores interacionistas de base cognitivista como Scott, Goodman, Kleiman, Coste, etc. citados anteriormente, pois se acredita que o aluno possui uma espécie de competência espontânea de leitura para que o professor possa explorá-la de várias formas de acordo com os níveis e graus exigidos.

5.3. Mandamento III

A união entre as linguagens verbal e não verbal ajuda a compor o universo simbólico do aluno, porque saber reconhecê-las é primordial para a compreensão. Saber PROCURAR as habilidades do aluno/leitor em relação a qual linguagem ele tem mais facilidade, torna-se um terreno mais rico em relação à leitura, visto que um tipo de linguagem pode complementar, redimensionar, explicitar e mudar o sentido de outra. O contato com um texto não verbal pode servir de apoio para o embasamento teórico que falta no nível de compreensão de um aluno/leitor.

Saber identificar manuais de produtos, reconhecer estratégias de persuasão em uma propaganda, perceber a implicação que componentes de remédios podem causar a uma pessoa, escolher o melhor tipo de produto que deve ser utilizado em uma situação, etc. são leituras embasadas em aspectos visuais, de conhecimento de mundo e que nada atrapalham a compreensão de um texto ou a ação diária de um leitor. Uma pessoa que sabe o momento de optar por um determinado procedimento de leitura de acordo com a sua vivência não é um ser sem “eiras nem beiras”.

5.4. Mandamento IV

Em determinadas situações, o professor acaba achando que o aluno/leitor está apto a compreender qualquer tipo de texto, pois acredita

que o nível de leitura é o ideal e o desejado por ele (professor), porém isso não acontece, porque o aluno/leitor está tendo conhecimento com o conteúdo do texto pela primeira vez. É nessa hora que a visão de conhecimentos prévios se torna importante para a compreensão do texto e, mais que isso, precisa florescer a sensibilidade do professor para perceber que o aluno não está no mesmo estágio de leitura dele, pois a interação entre os sujeitos não está ocorrendo, porque NEM TUDO O QUE SE PODE ENTENDER NUM TEXTO ESTÁ CONTIDO NELE.

Há, assim, a necessidade de uma estratégia de aquecimento cognitivo, chamada pelos linguistas franceses de “pré-semanticização”, que possibilita ao aluno/leitor níveis de sintonização semântica antes de inserir na compreensão do texto. O leitor vai buscar em seus processos mentais tudo que possa saber sobre o assunto do texto, sua língua e situações vivenciadas por ele, objetivando facilitar a interação entre texto e sujeitos da leitura.

5.5. Mandamento V

Quando se olha o texto como um todo, pode-se fazer um trabalho com estratégias que facilitam a descoberta que levam o aluno/leitor a entender determinados significados presentes nele. Segundo Scott (1983), o leitor deve admitir uma atitude de ajuste mental, possibilitando levantar hipóteses sobre o que o texto explicita, mesmo que se precise recorrer à volta de algumas linhas, de alguns parágrafos em busca de pistas de referência (sinônimos, hiperônimos, hipônimos, etc.) para o entendimento do texto, pois O DICIONÁRIO NÃO É O PRIMEIRO E ÚNICO RECURSO PARA ENTENDER UMA PALAVRA DESCONHECIDA. O PCN já faz alusão a essa posição, não descartando o uso do dicionário, mas o colocando como último recurso para a compreensão.

5.6. Mandamento VI

O importante é que o aluno/leitor perceba que ele é um ser que sabe que o texto não é apenas um amontoado de palavras e de frases e sim um ser que é capaz de buscar a cotextualidade para descobrir o sentido e subir mais um degrau da compreensibilidade. Coste (1978) assevera que o leitor é um ser que precisa se libertar da leitura palavra por palavra e que pode se usar plenamente a capacidade perceptiva de apreender os

blocos mais importantes do texto. Concluindo: “SEGMENTAR PARA CONHECER, EIS A ARMADILHA.” (SILVA, 2006)

5.7. Mandamento VII

Em muitas situações, observa-se a dificuldade de alguns professores quanto à questão de atribuir sentido a textos, porque o sentido depende da história, da vivência e do objetivo de cada um. Alguns autores denunciam essa situação em relação ao estudo da coerência em redações, mas o assunto é pertinente quando se refere ao ensino da leitura. A forma mecânica com que o trabalho da leitura é conduzido na sala de aula leva à uma única interpretação, excluindo as diversas possibilidades de sentidos provenientes dos alunos/leitores, que muitas das vezes, é desconsiderado pelo professor, pois esse acredita ser incoerente e fora de contexto, não levando em conta a abordagem comunicativa de cada situação. Assim: “NÃO EXIGIR DO ALUNO QUE ELE ATRIBUA OBRIGATORIAMENTE O MESMO SENTIDO QUE O PROFESSOR ATRIBUI AO TEXTO”. Cabe ao professor propor atividades mais diversificadas com os alunos, dessa forma, ambos perceberão os mecanismos discursivos e linguísticos presentes nos textos.

5.8. Mandamento VIII

O aluno/leitor é um ser capaz de integrar e identificar os conhecimentos dados com outros que lerá em outros textos. Nenhum texto é neutro. Quando se diz algo num texto, nota-se que esse algo já foi utilizado em outro texto ou em outra situação. O processo de compreensão da leitura se apresenta no nivelamento dos textos e na interação dos mesmos, pois seu postulado maior se pauta na percepção de que “A PALAVRA É DIALÓGICA”, portanto a importância de se trabalhar com aspectos da exterioridade textual que darão respostas encontradas nos outros textos.

5.9. Mandamento IX

Os PCN propõem um estudo que parte do conhecido para o desconhecido. São utilizadas estratégias de “varredura” do texto, através de pistas contextuais como gráficos, tabelas, títulos, capa, etc. O trabalho com dados imediatos como textuais, lexicais e cotextuais facilita a previsibilidade do que o texto retrata. É preciso que o professor “LEVE O

ALUNO A EXAMINAR O MATERIAL QUE TIVER PARA LER”. O aluno/ leitor terá disponível uma maior facilidade para construir possibilidades sobre o sentido a partir da exploração do texto. Nessa perspectiva, ilustrações, esquemas, gráficos vão ajudar a pré-semantização, isto é, vão permitir ao leitor adotar uma leitura que parte do sentido para o signo.

5.10. Mandamento X

Por último, o professor precisa levar o aluno/leitor a perceber que “TODO O TEXTO É UM INTERTEXTO”. Para Vigner “Não existem textos puros”. Eles só têm existência em função de outros textos anteriormente produzidos ou por semelhança de gênero ou de tema. Dessa forma, será significativo e intertextual os textos que obedecem a leis, códigos ou convenções definidas pelo texto primeiro ou pela relação apresentada com outros textos anteriores que trazem fragmentos já conhecidos pelo leitor, porque ele vem lendo e descobrindo desde sempre cada signo que desencadeia uma lembrança de uma experiência própria.

6. Conclusão

Desta forma, não se trata de querer que o aluno/leitor chegue a uma leitura plena e transparente do texto integralmente, mas ajudá-los a encontrar um caminho mais rentável e prazeroso através de estratégias que valorizam o já sabido por ele. Cabe ao professor como leitor/ produtor/ intermediador, através de momentos de interação, fazer vir à tona os conhecimentos latentes (de mundo e prévios) no leitor, buscando de forma espontânea a apreensão e a utilização desses caminhos para melhorar o ensino de leitura nas salas de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979 e 2006.

BYNGTON, Carlos Amadeu. *Pedagogia simbólica: a construção amorosa do ser*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

COSTE, Daniel. *Approche des textes. Études de Linguistique Appliquée*, nº 28.

GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Pulcinelli; OTONI, Paulo (Org). *O texto, leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1888.

GOODMAN, K. S. *Reading: a psycholinguistic uessing game*. Washington: Center for Applied Linguistic.

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KLEYMAN, Ângela. *Oficina de leitura*. São Paulo: Pontes, 1989.

_____. *Leitura, ensino e pesquisa*, Campinas: Pontes, 1989.

_____. e MORAES, Silvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2007.

KOCH, Ingedore V. *A construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; BENTES, Anna C.; CAVALCANTE, Mônica M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

LUFT, Celso P. *Dicionário brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 1990

MOIRAND, S. *Approche globabe de textes écrits. Étude de Linguistique Apliquée*. Paris: Lidier, n° 23, 1973.

SCOTT, Michael. *Lendo nas entrelinhas*. São Paulo: EDUC, 1983.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maurício da. *Repensando a leitura na escola: um outro mosaico*. Niterói: EDUFF, 2002.

VIGNER, Gérard. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Pulcinelli; OTONI, Paulo (Orgs.). *O texto, leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1888.

**DESVENDANDO O SEGREDO DO DISCURSO TEXTUAL
DE CLARICE LISPECTOR NO CONTO “AMOR”**

Simony Ricci Coelho (UNIGRANRIO)

simonyricci@hotmail.com

Mônica Saad Madeira (UNIGRANRIO)

monica.saad@bol.com.br

1. Introdução

A obra de Clarice Lispector se localiza na terceira fase do modernismo, que muitos preferem chamar de Pós Modernismo. Com relação aos contos de *Laços de Família*, pode-se dizer que Clarice Lispector inovou, não apresentando aquela estrutura rigorosa que o conto tradicional requer como espécie literária. A maneira dela fazer literatura marca-se pela originalidade e pelo modo anti-convencional como organiza o seu texto. Nessa linha de raciocínio a sua obra é elaborada à maneira que sempre provoca discussões e polêmicas, por parte do leitor. É a concepção da obra aberta, sujeita a interpretações diversificadas, em que o autor não entrega o produto pronto, para ser consumido.

É embasado nesse aspecto que surgiu o interesse de pesquisar e investigar o conto “Amor” do livro *Laços de Família* de Clarice Lispector, pois a leitura implícita Clariceana nos trás algo a ser desvelado. E para isso, é mister a leitura de vários autores no intuito de desvendar os segredos textuais do conto “Amor”, especificamente os elementos que constituem de leitura explícita e implícita neste conto.

Na realização dessa pesquisa primeiramente fazer uma leitura teórica como: Kock (2008), Lajolo (2002), Bally *apud* Melo (1971), Azere-do (2004), Fiorin (2007), Lopes (2005), Bakhtin (1979), na qualidade de verificar a concepção de língua, linguagem, leitura e a interação textual a partir de um posicionamento da linguagem em consequência a visão de mundo, como também a realização de leituras literárias como: Sá (1979), Nunes (1995), Rosenbaum (2002) e Coelho (1993), no propósito de se ter um aprofundamento referente a escritura Clariceana. Após essas definições, o estudo em questão dará seguimento por meio da leitura do conto “Amor”, a partir de uma análise discursiva com base teórica de Fiorin (2007).

Nesse estudo, irá compreender a complexidade textual a partir de um discurso Clariceana, a partir das alusões de Fiorin (2007) e Koch

(2008) que referem –se a leitura numa temática que autor-texto-leitor devem estar inseridos ao contexto social para poder desvendar os segredos que existem em diversos textos.

2. Considerações teóricas

2.1. Língua

As línguas são o resultado de convenções sociais que surgem através de determinadas condições históricas, geográficas, econômicas e políticas, ou seja, são fatos sociais e culturais. Quando uma língua é constituída, se torna uma estrutura ou um sistema dotado de necessidade interna passando a funcionar como algo natural.

Em conformidade a Saussure, Bally, citado por Melo (1971), um de seu discípulo, enfatiza: “a verdadeira língua é a língua viva, matizada das cores do sentimento, reflexo direto das palpitações da vida individual e coletiva”.

2.2. Linguagem

Azeredo (2004) insere a linguagem entre o homem e o mundo como um direcionamento quanto à compreensão das coisas e das suas relações, contudo é através da língua que o mundo se estrutura pelos seus significados, a partir dos atos comunicativos.

2.3. Linguagem e ideologia

Em se tratando de linguagem e ideologia é relevante fazer algumas alusões quanto aos argumentos de Fiorin (2007), que aborda linguagem como uma retratação de um aspecto social, para ele não existe a possibilidade de desvincular a linguagem da vida social, devido que todo saber está relacionado aos interesses sociais e nesse fato se dá o termo de ideologia como a visão de mundo, que aponta e explica a realidade e os ordenamentos de uma sociedade.

2.4. Linguagem e sociedade

Moita Lopes (2002) aborda o termo linguagem como natureza social à qual os participantes discursivos se envolvem em questões culturais, sociais, históricas, políticas e particulares.

No processo da elaboração do significado é mister o posicionamento do interlocutor quanto a sua apropriação em relação às posturas conscientes relacionada às identidades sociais perante a sua ação no mundo através da linguagem.

É relevante considerar a linguagem como um fator geralmente essencial e contribuidor na sociedade, é a partir dela que se constituem as identidades sociais num processo sociointeracionista no qual o discurso deixa de ser monológico e passa ter um discurso numa visão Bakhtiniana, ou seja; polifônico o qual oportuniza várias consciências dialogando no espaço sociocultural.

Em relação à concepção de língua como lugar de interação corresponde à noção de sujeito como entidade psicossocial, através de um discurso dialógico, ou conforme Bakhtin “polifônico”, onde todos os sujeitos interagem de forma ativa na constituição de suas representações na sociedade num posicionamento de um indivíduo engajado a sua cidadania. Nesse aspecto é relevante destacar Brandão (2001, p. 12), retomando as colocações de Bakhtin (1979):

...é um sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui na interação com o outro. Eu sou na medida em que interajo com o outro. É o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação dinâmica com a alteridade. (BAKHTIN, *apud* KOCH, 2002, p. 16).

2.5. Leitura

Koch (2008), a respeito de leitura afirma que ela se dá pela construção de sentidos, sendo vista como uma assimilação de ideias, através de um processo interacionista entre autor-texto-leitor. Ele ainda acresce que na elaboração do texto o autor tem suas intenções, cabendo ao leitor o ofício de identificar essas intenções, através das marcas e sinalizações situadas no texto.

Assim, deve-se buscar um sentido no texto, tendo em vista que é a partir dessa concepção de leitura que se dá um posicionamento de forma interativa na sociedade ao exercício da cidadania.

Sendo assim, Moita Lopes (2005) situa a leitura com um ato comunicativo, tendo em vista que os leitores e escritores estão inseridos numa construção de significados a partir de suas ações relacionadas à sociedade, a política, a cultura e ao fator histórico. Assim ele acrescenta: “Ler é se envolver em uma prática social.”

3. *Breve história da obra de Clarice Lispector*

Coletânea publicada em 1960, *Laços de Família* que reúne sete contos inéditos e seis outros anteriormente publicados sob o título. *Alguns Contos* (1952). Clarice Lispector procura registrar nesses contos o processo de aprisionamento dos indivíduos através dos laços de família de sua prisão doméstica. Tais formas convencionais e estereotipadas são ritualmente repetidas de geração para geração. Como um preconceito, sem que se tivesse consciência crítica de sua validade.

“Amor” é o segundo conto de *Laços de Família*, cuja protagonista é uma dona de casa, que passa sua vida cuidando do lar e da família, como uma maneira de ocupar o tempo e fugir de si mesma. Nota-se, portanto, que não está feliz.

Nesse conto aborda a vida de uma dona de casa da década de 60 onde as mulheres inseridas naquele contexto histórico e social deveriam se casar e viver em função da família e de seus afazeres domésticos. Ana a protagonista desse conto representa o dia-a-dia dessas mulheres. O conto se apresenta de forma cotidiana, retratando coisas corriqueiras na vida de uma mulher dessa década. No entanto quem conhece a literatura de Clarice sabe-se que por baixo dessa banalidade proposta nesse conto, existe uma denúncia a sociedade através de uma leitura implícita à qual desvenda todos os mistérios, sentimentos, injustiças e significados textuais.

A personagem Ana é fraca, desajustada, frustrada que se esconde por trás de uma lasca que a envolve de náuseas e angústia. Quase sempre tem um momento de lucidez, despertando-se da rotina que a cega e esmaga, quando se revelam frágil e insegura. A única solução, então, é refugiar-se na rotina, onde se esconde das próprias fraquezas, ambições e

frustrações. Não passa, portanto, de mero fantoche, por lhe faltar a integração psicológica e liberdade de escolha.

Em tendência para a introspecção gera, em Clarice Lispector, certo cerebralismo manifesto através da linguagem paradoxal, mais em nível do pensamento e da ideia. É uma literatura de reflexão, que exige do leitor muito espaço para entender e desvendar o mistério que envolve aquilo que a autora quer transmitir. Essa postura da autora está evidentemente coerente com a concepção de obra aberta da literatura (pós) modernista.

A narrativa quase sempre se “quebra” por um momento de lucidez da personagem, o que constitui a espécie do clímax do canto. Depois tudo volta à normalidade, quando, quase sempre, se percebe a problemática apresentada.

4. *Desvendando os segredos textuais do conto “Amor”*

Segundo Fiorin (2007), o indivíduo ao ler um texto deve-se visualizar e definir as figuras (concreto) e o tema (abstrato), no intuito de ter a compreensão em sua amplitude, portanto a semântica textual nem sempre se apresenta de forma explícita. Conforme isso, em alguns textos, é mister fazer uma leitura aprofundada colhendo dados que constam nas entrelinhas. É isso que será realizado nesse estudo através da análise textual desse conto, uma pesquisa sobre a leitura implícita e introspectiva de Clarice Lispector.

No conto em estudo se apresenta primeiramente num discurso figurativo de forma cotidiana e banal como: pouco cansada, afazeres domésticos, tarde perigosa, cego, aranha, formiga, náusea-doce, frutas pretas, besouro, lago escuro, mosquito, café, sendo a partir do discurso figurativo que se dá a concretização de um discurso temático. Nesse caso, se o leitor não perceber a complexidade que essas figuras e não figuras representam de maneira ideológica (tema), não irá entender a função delas como uma denúncia social de um tempo histórico demarcado.

Fiorin (2007, p. 25), acrescenta a respeito da relação temas-figuras: “Essa relação temas-figuras revela um universo ideológico que considera a família a célula básica da sociedade, que vê os papéis sociais como algo natural, que prescreve que cada um deve contentar-se com que tem.”

No texto em estudo, utiliza-se figuras de natureza como *tarde perigosa*, *aranha*, *formiga*, *frutas pretas*, que remete um olhar semântico entre o claro e o escuro. O claro representa à pureza, o bem, a salvação e o escuro como o pecado e a perdição. No conto, durante o dia (claro) Ana está muito ocupada com seus afazeres e assim não tem tempo para pensar no tipo de vida que levava em seu contexto familiar. Apresenta-se como uma mulher feliz por estar casada e por ter filhos, como a maioria daquela época. Entretanto, quando vai chegando à tarde perigosa Ana já não tem o que fazer e ao mesmo tempo começa a escurecer e é nesse momento que cai a máscara dessa mulher, à qual começa a refletir sobre o significado de sua vida, em suas angústias, insatisfações, desejos incontroláveis, contudo nessa hora já está escuro e ninguém irá perceber os seus pensamentos pecadores.

Em relação à *aranha*, *a formiga* e *frutas escuras* se configuram na literatura por meio da epifania e na linguagem ideológica num fator não fenomênico, o que se denomina por “falsa consciência”, ou seja, o que foge do controle do nível fenomênico, do real. Esses seres da natureza de cores escuras que configuram o pecado numa leitura Clariceana, são remetidos como uma reconstituição da identidade de Ana, à qual quando se depara com esses elementos naturais sai de sua vida cotidiana, real e entra num mundo da inversão da realidade de forma idealizadora. Esse estado epifânico ou não fenomênico tem curta durabilidade, devido ao compromisso de Ana perante a sociedade.

Fiorin acrescenta:

A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens são o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é falsa consciência. (FIORIN, 2009, p. 29)

O cego, personagem, que se apresenta no conto “Amor”. Apesar de Ana se sentir infeliz no seu doce-lar é através da presença do cego que se viu na condição de certo grau de cegueira para poder enxergar determinadas coisas, devido que as coisas escapam sobre a luz acesa, tendo em vista que na escuridão tudo é revelado. Referente ao caos, Ana faz uma reflexão sobre a sua condição de vida a qual só pode enxergar o seu aprisionamento doméstico, qualquer deslize poderia promover-se como inoportuna perante a sociedade burguesa daquela época.

Fiorin (2007, p. 63) contribui a respeito do aprisionamento: “Todos os fatos sociais são explicados por determinações mecânicas, por uma série de leis similares às que regem os fenômenos naturais. O homem é visto como um ser condicionado mecanicamente pelo meio, a hereditariedade e o momento.”

Em outra virtude o cego é visto como algo sublime, como um escapamento da própria condição de vida, portanto não há preocupação de mostrar a sociedade um raciocínio lógico e coerente, no entanto, o cego enxerga com olhos livres e a partir desta concepção Ana começa a refletir o porquê de um cego mastigar chicles em extrema felicidade.

...Alguma coisa intranquila estava sucedendo. Então ela viu: o cego mascava chicles... Um homem cego mascava chicles./.../ Ele mastigava goma na escuridão sem sofrimento, com os olhos abertos. (LISPECTOR, 1998, p. 21)

Esse personagem de Clarice é o ser que oferece resistência àquele olhar que só pode ser o mesmo, àquele olhar da razão que, pela intensidade das luzes aplicada por ela mesma, ofusca nossos olhos, no lugar de nos permitir a visão. Este personagem apresentado por ela nega-se a utilizar o filtro do realismo ingênuo, filtro que procura manter o fantástico da vida cotidiana numa invisibilidade silenciosa; portanto, retiram de seus olhos as lentes das luzes no intuito de redescobrir a si e ao mundo, não fazendo concessões, olha-se desde a estranheza e mantém esta sua convicção, mesmo sabendo nesta opção, sendo sua própria existência, pode levá-lo, não a uma tranquila felicidade, todavia sim, a um caminho profundamente solitário, misturado à nossa essência.

A ambiguidade do paradoxo “náusea-doce” trata-se de uma angústia profunda, através de uma revelação que leva a personagem, a romper com o cotidiano. Sua libertação é de caráter sentimental: procura, então, nessa perspectiva, solidarizar-se com uma realidade mais ampla, onde coexistem aspectos contraditórios da vida. A sensação de náusea da personagem aparece de forma imprevista e desafia qualquer explicação lógica.

Nessa perspectiva, a natureza outorgou à mulher o papel social e sexual passivo, de acordo com a função que tem de desempenhar na procriação. Desde a posição receptiva adotada no ato sexual, até seus sentimentos mais profundos, tudo é determinado pela natureza. O amor e consequentemente o casamento seriam mais importantes para a mulher do

que o sexo, a mulher que procura apenas uma satisfação sexual seria um fenômeno anormal que contradiz as exigências sociais.

No entanto, se de um lado a mulher se coloca como passiva, condicionando-a ao papel de esposa e mãe, de outro lado, partindo da concepção de uma natureza não suficientemente lapidada, reproduz o discurso que situa a mulher como um sujeito que não evolui, como uma degenerada em potencial cuja sexualidade, possível de ser desregrada, representa um perigo para a espécie e a ordem social. Para a sociedade daquela época as mulheres estariam mais próximas das perversões do que os homens, já que é no sexo feminino que o instinto pode se desvirtuar mais facilmente.

5. Considerações finais

Na realização desta pesquisa fora relevante os estudos teóricos que contribuíram em relação à análise do conto “Amor”, o qual produz uma riqueza de elaboração textual, que se apresenta em sua maioria de forma implícita, sendo a missão de o leitor desvendar as marcas e intenções do autor a partir de uma descoberta ideológica inserida a sua visão de mundo.

Na ficção de Clarice Lispector em o conto “Amor”, destaca-se a introspecção: partindo da vida interior de suas personagens, preocupa-se a escritora menos em desvendar-lhes o mecanismo psicológico dos atos que a própria razão metafísica do seu estar no mundo. É através dessa consciência do existir que constata uma angustiada dualidade na inteireza do ser.

Num universo em que o documental e o fictício se misturam, com os ingredientes dessa narrativa de vida e de obra se organizam, considerando-se complexa a alquimia criativa em que ferver o líquido de mutações, metamorfoses, transfigurações, cujo segredo, em última instância, parece inviolável.

Durante todo o século XIX, em diversidades culturais e especializações tentam fixar a mulher no casamento e na esfera doméstica, no qual constroem uma dupla imagem feminina. De um lado, colocam a mulher como um ser frágil, sensível e dependente, construindo um modelo de mulher passiva e assexuada; por outro, verifica-se o surgimento de uma representação da mulher como portadora de uma organização física e moral facilmente degenerável, dotada de um “excesso” sexual a ser

constantemente controlado, portanto a mulher era vista como alguém sem condições de manter seus sentimentos e pensamentos sob controle, devidos á sua frágil estrutura, se degeneralizando, transformando-se em criminosa, pecadora.

Conforme a escritora Clarice, não há um porão secreto, não há uma verdade escondida que não possa ser desenterrada através dos instrumentos perfuradores do nosso intelecto. Sua proposta é de uma busca, ou melhor, de um encontrar-se reiterado com nossa própria existência, de um entregar-se à percepção do fantástico presente na vida a mais cotidiana, que nós, temendo a dor desta vertigem, procuramos negar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREY, Maria Amália Pie Abib et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 6. ed. Ver. e ampl. São Paulo: EDUC, 1996.

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

AZEREDO, José Carlos. *Gramático Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAKHTIN, Mikail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CARVALHO, Castelo de. *Para compreender Saussure*. 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

COELHO, Nely Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.

EBING, Kraft. *A mulher e o masoquismo*. São Paulo: Ática, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Elementos e análise do discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GERALDI, J. Wanderley; CITELLI, Beatriz (Orgs.) et al. *O texto na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6. ed., 6. reimp. São Paulo: Ática, 2002.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de família: contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. 5. ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades e retextualização*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, Benedito Nunes. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1995.

ROSENBAUM, Yudith. *Clarice Lispector*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SÀ, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector*. Petrópolis: Vozes, 1979.

“DIPLOMATAE ET CHARTAE”:
UMA ABORDAGEM FONÉTICA NO LATIM BÁRBARO

Miguel Eugenio Almeida (UEMS)
mealmeida_99@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais

Em *Diplomata et Chartae*, trabalhamos os elementos fonéticos ocorrentes no latim bárbaro (século VIII). Assim, apresentamos inicialmente a noção básica do período compreendido do latim bárbaro e os respectivos gêneros de documentos. Em seguida, verificamos os falantes usuáries do latim vulgar e as fontes documentais desse latim vulgar; caracterizando, de modo especial, os elementos relacionados à fonética no latim vulgar. E por último, transcrevemos o excerto *Diplomata et Chartae* verificando aí os elementos fonéticos ocorrentes.

Para tanto, Coutinho (1976), dentre os demais teóricos, embasa metodologicamente a análise desta pesquisa em questão.

2. O latim vulgar escrito

O latim bárbaro é o que era utilizado pelos tabeliães medievais em Portugal, no caso, até a segunda metade do século XIII (1261) e a primeira metade do século XIV (1325), passando paulatinamente a ser substituído pelo português por ordem do rei D. Dinis. (GOULART; SILVA, 1975, p. 15). Destarte, o latim bárbaro foi usado como língua escrita na Idade Média, ou seja, entre os anos 476 d.C., período marcando o fim do Império Romano do Ocidente, e 1453 d.C., assinalando o fim do Império Romano do Oriente com a tomada de Constantinopla pelos turcos. Destacamos ainda o uso do latim para ensino em geral nas escolas européias. Esse latim é uma variedade escrita do latim vulgar.

Basicamente, as classes inferiores desse período falavam o latim vulgar, ou mais precisamente: soldados; marinheiros; artífices; agricultores; barbeiros; sapateiros; taverneiros; artistas de circo; homens livres e escravos. Desse modo, eram pessoas incultas, oriundas das camadas sociais mais humildes. Esse latim certamente contribuiu para a expansão do Império Romano para o Ocidente, no caso, na Idade Antiga e Idade Média (COUTINHO, 1976, p. 30).

A seguir pelos diferentes modos de uso, verificamos a presença do latim vulgar:

- a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correção das formas errôneas usuais; b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando; c) pelas inscrições, que nos legaram humildes artistas plebeus; d) pelos cochilos dos copistas; e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores cultos, principalmente dos últimos tempos. (*Id., ibid.*, p. 31)

O quadro revela-nos sobremaneira o uso desse latim compreendendo os mais diferentes falantes e suas correspondentes formas textuais, ou melhor, denotamos as atividades dos gramáticos da época, dos artistas e dos intelectuais cometendo leves deslizes do latim.

No caso, transcrevemos, a seguir, as fontes do latim vulgar que estão documentadas nos escritores cristãos. Esses mantinham simplicidade na escrita e eram despreocupados com o uso das regras da gramática e com o estilo apurado. Vejamos os documentos escritos:

De architectura de Vitrúvio (séc. I), a *Cena Trimalchionis* de Petronio (séc. I), o *Appendix Probi* (séc. III), o *Opus agriculturae* e o *De medicina pecorum* de Paládio (séc. IV), a *Peregrinatio ad loca sancta* da monja hispânica Egéria (séc. IV), a *Mulomedicina Chironis* (séc. V), a *Regula Manachorum* (séc. VI), as obras de Gregório de Tours (séc. VI), as de Isidoro de Sevilha (séc. VII) e as *Glosas* (*Id., ibid.*, p. 32).

O conjunto de obras mostra-nos, de maneira geral, a documentação dos fatos do cotidiano relacionados ao trabalho, à saúde, à religião e a literatura notoriamente.

Diante disso, apontamos os elementos que caracterizam evidentemente e internamente o latim vulgar, tais como: léxico, fonética, morfologia, sintaxe. Portanto, selecionamos a fonética, como categoria de análise desta pesquisa. Assim, julgamos a fonética como uma forma bastante contundente para descrever/ explicar as ocorrências em excerto *Diplomata et Chartae* verificando os elementos contrastando o latim vulgar com o latim clássico.

Na fonética, podemos encontrar basicamente as seguintes regras ocorrentes de variação: 1. vocalização decorrente da redução dos ditongos e hiatos: *plostrum* (<plaustrum); 2. supressão ou transformação de fonemas: *justicia* (<iustitia); 3. supressão final dos sons: *es* (<est); 4. uso das palavras paroxítonas no lugar das proparoxítonas: *maschus* (<masculus); 5. o **h** deixa de ser aspirado: *omo* (<homo); 6. transposição do acento tônico: *cathēdra* (<cāthēdra); 7. uso do **i** no lugar de **e**, em hiato: *famis* (<fames); 8. desnasalização no grupo **ns** e **nf**: *asa* (<ansa); *iferi* (<inferi); 9.

assimilações constantes ; *isse* (<ipse); 10. ocorrência de prótese do **i** nos grupos **st**, **sp**, **sc**: *istare* (<stare), *ispiritus* (<spiritus), *iscribere* (<scribe-re) (*Id.*, *ibid.*, mesma p.).

3. Análise das ocorrências

Transcrevemos inicialmente o excerto *Diplomata et Chartae*⁷⁶, para que possamos proceder à análise das ocorrências fonéticas:

LATIM BÁRBARO

SÉCULO VIII

1. In nomine domini nostri ihesu christi et indiuidue sancte trinitatis patris et filii et 2.spiritus sancti. Inuictissimis ac triumphatoribus sanctisque martiribus gloriosis 3.quorum baelica discernimus et fundamus loci illius sancti ihoannis batiste et sancti 4.saluatoris et sancte marie semper uirginis et sancti pelagii et sancti iacobi apostoli. 5.Ego cagido presbiter et recacis presbiter uenit nobis pucnctum et metum de pecatis 6.nostris. et ad timendum diem iudicii iuxtati sumus cum fratribus nostris et suprinis 7.nostris iam pernominamus, indignus famulus dei tesulfus presbiter adefonsus 8.presbiter froila presbiter et alius tesulfus presbiter seruandus presbiter gunsaluus 9.presbiter filii recarecis. spem fiducialiterque sanctis illis meritis respiciamur. non 10.usquequaque disperatione deicimur. qui uero iam teste conscientia meriti 11.suffragium fidei supplicationum modis omnibus imploramus. Et ideo serue pauesco 12.ut nos per uos sancti mártires reconciliari mereamur domino deo uestro atque 13.sanctorum omnium extiti ut de paupertate nostra sancte ecclesie nostre 14.aliquantulum et uoto imploramus pro uere scriptum est: Uouete et redidte domino 15.deo uestro. Et ideo omnia face et... ipsa nostra dobis deuotino implere 16.procurauimus atque concedimus ipsis sacris altaribus abe ea de sanguinibus aut 17.de propinquis qui in uita sancta perseuerauerint habeant omnes nostras hereditates 18.quantas habemus augmentare potuerimus usque ad obtum nostrum uillas 19.prenominatas ipso acisterio quod fundamus cenóbio sancti ihoannis de uilla de 20.fontanelas et uilla canelas et uilla pinopero et condesindo duas partes de uilla 21.cortegaza v^a et uilla sinobilani iii^a. et uenit ad nos arias mauriniz qui era nepos de 22.cagido presbítero qui fui filius maurini qui fuit presor et adtestauit ipsam uilla que 23.iacet ubi rio medianus discurrit. et exparte cum uilla eurobas uoso et leuase ad 24.illum portum de ... et inde per illo aroio et fer in illa fonte. et exinde per illo rio et 25.concludit integro. et ego esdulfu et andeiro et gontado uenit nobis infirmitas prope 26.óbito nostro. et placuit nobis pro remedio animarum nostrarum.

Assim, verificamos as quarenta e oito (48) ocorrências fonéticas:

⁷⁶ v I, p. 01ss, *Apud* BUENO, S. *Antologia Arcaica*: trechos em prosa e verso, coligidos em obras do século VIII ao século XVI. São Paulo: Saraiva & Companhia, 1941, p. 17-18.

- Linha 01 – *ihesu* (< Iesus), no caso, temos a epêntese do grafema **h**.
Obs.: o **u** final denota erro de flexão, denotando caso, com as palavras relacionadas.
- Linhas 03 e 19 (2 ocorrências) – em *ihoannis* (<Joannes) ocorre a transformação de grafema representando /i/ (vogal alta anterior): j > i; há, ainda, epêntese do grafema **h**. Nota: o genitivo singular correspondente é –**ei** (5ª Declinação) e não –**is** (3ª Declinação). Portanto, há, no caso, redução do morfema latino indicando caso da 5ª Declinação para a 3ª Declinação.
- Linha 04 – *saluatoris* (< salvator, oris) aponta a transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u. Além dessa forma latina, temos nesta linha: *sancte marie* (< sanctae mariae), ou melhor, temos a ocorrência da monotongação, desfazendo o ditongo –**ae** (/ay/); e em *uirginis* (< virginis), há a ocorrência da transformação de grafema inicial representando /u/ (vogal alta posterior): v > u.
- Linhas 05, 21 e 25 (3 ocorrências) – em *uenit* (< venit) ocorre a transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u. Nesta mesma linha, encontramos ainda *presbiter* (< presbyter) apontando a transformação de grafema para representar /i/ (vogal alta anterior): y > i; e há repetição desta ocorrência nas seguintes linhas: 07 (1 ocorrência); 08 (4 ocorrências); 09 (1 ocorrência).
- Linha 06 – em *iudicii* (< iudicii) temos a transformação de grafema representando /i/ (vogal alta anterior): j > i. Outrossim, ocorre em *suprinis* (< suprimis) a transformação da bilabial nasal /m/ para a linguodental nasal /n/: m > n. Nota: há provavelmente erro dos copistas.
- Linha 10 – *uero* (< vero, porém) apresenta a transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u.
- Linha 11 – em *serue* (< servet) há duas ocorrências fonéticas: 1. transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u; 2. ocorre apócope do fonema oclusivo surdo linguodental /t/.
- Linha 12 – em *uos* (< vos) há transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u. Vejamos outra ocorrência:em

uestro (< vestro, vosso) temos, também, a transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u.

Linha 14 – Ocorrem ainda: em *uoto* (< voto) há transformação de grafema representando /u/ (vogal alta posterior): v > u; idem explicação para *uere* (< vere, verdadeiro) e para *uovete* (< vovete, consagrai).

Linha 15 – *deuotino* (< devotio, devotionis) idem descrição. Nota: a terminação **o** não corresponde com o acusativo singular/feminino da 3ª declinação (-em).

Linha 16 – *procurauimus* (< procuravimus) idem descrição correspondente: v > u.

Linha 17 – *uita* (< vita) idem. Na mesma linha e para o mesmo caso, há duas ocorrências de transformação (v > u) em *perseuerauerint* (< perseveraverint, tenha perseverado).

Linha 18 (1 ocorrência), linha 19 (1 ocorrência), linha 20 (3 ocorrências), linha 21 (1 ocorrência), linha 22 (1 ocorrência), linha 23 (1 ocorrência) da forma latina *uilla* (< villa, vila, granja, quinta, casa de campo). Idem descrição com os demais casos iguais de transformação de v > u.

Linha 21 e linha 25 – duas ocorrências: *uenit* (< venit), idem descrição.

Linha 23 – há três formas fonéticas ocorrentes no latim bárbaro: em *iacet* (< jacet) temos a transformação do grafema para representar /i/: j > i; de outro modo, em *leuase* (< levas, erguer, levantar) ocorre a transformação do grafema para representar /u/: v > u. Nesta forma temos ainda a paragoge do -e. Em *uoso* (< voso), idem descrição para o mesmo caso (v > u).

Assim, distribuímos as 48 ocorrências no quadro abaixo:

ocorrência	v>u	j>i	y>i	epêntese	monoton ⁷⁷	m>n	apócope	paragoge
número	28	9	7	1	1	1	1	1
percentual	58%	18%	14%	2%	2%	2%	2%	2%

Destarte, o quadro evidencia-nos um percentual predominante da forma ocorrente da transformação do grafema representando /u/ (v > u), vogal alta posterior. Em seguida, em uma segunda posição, temos um

⁷⁷ Abreviatura de monotongação.

percentual bastante significativo da transformação do grafema representando /i/ (j > i), vogal alta anterior e, ainda, do grafema representando /i/ (y > i); e os demais casos (epêntese, monotongação, m > n, apócope e paragoge) apontam-nos um percentual bem abaixo da média aritmética. No caso, o número de palavras, ocorrentes de v > u, apresenta-se vantajosamente com uma maior quantidade relacionadas com as demais ocorrências fonéticas no latim bárbaro.

4. Considerações finais

O latim bárbaro, versão escrita do latim vulgar, apresenta no caso do documento *Diplomata et Chartae*, quarenta e oito ocorrências (48) fonéticas selecionadas, demonstrando características notórias nesse campo da gramática latina. Assim, podemos verificar pela categoria de análise fonética um quadro apontando elementos de contraste – transformações fonéticas - entre o latim clássico e o latim bárbaro do século VIII que nos permitem identificar essa diferença categorial de análise. À guisa de observação nesta análise, apenas colocamos alguns elementos morfosintáticos denotando característica do latim bárbaro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N.M. *Gramática latina: curso único e completo*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BUENO, S. *Antologia arcaica*. São Paulo: Saraiva, 1941.
- COUTINHO, I.L. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- GOULART, A.T.; SILVA, O.V. *Estudo dirigido de gramática histórica e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 1975.
- QUEIROZ, O.A.P. *Dicionário latim-português*. São Paulo: Lep, 1959.
- VALENTE, M. *Gramática latina para o ginásio*. 75. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1952.
- _____. *Ludus primus: 1ª Série Ginásial*. 56. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1952.

DISCURSO EM GUERRA DE MORTE E SORTE NA GUERRA CONTRA O TERROR

Silvio Luís da Silva (UFRN/UnP)
silviodasilva@uol.com.br

O anúncio, em 02 de maio de 2011 da morte do terrorista Osama Bin Laden, feito pelo atual presidente dos EUA, Barack Obama, traz à tona o questionamento da possibilidade de se ter, após 10 anos, o fim da chamada “Guerra ao Terror”, proclamada pelo então presidente dos EUA, George Bush, em resposta e represália aos ataques de 11 de setembro de 2001, em que quase 3000 pessoas morreram. A proposta lançada pelo presidente Bush é parte de uma grande iniciativa estratégica americana para combater o terrorismo que teve, dentre outras medidas, a invasão e ocupação de países do Oriente Médio, como o Afeganistão e o Iraque, e deu início a uma oposição ainda mais explícita dos líderes americanos contra os procedimentos de grupos como o Al Qaeda, do qual o xeique Bin Laden era líder. Porém, um dos pilares do grupo, a jihad (termo traduzido pela mídia como guerra santa, mas que, na verdade, significa esforço ou empenha na execução de algo) não morreu com o líder do grupo, o que nos suscita o questionamento deste trabalho a respeito do discurso que circula contra a guerra.

A proposta que aqui se inicia tem por base a perspectiva de que a Análise de Discurso Crítica (ADC) permite que o discurso seja entendido como uma importante condição para o exercício do controle social – e das manifestações discursivas da sociedade – que se relaciona com dados histórico-culturais, pois entendemos que sempre que “há interesse em relacionar conjuntos textuais e conjunturas históricas, toca-se imediatamente na noção de ‘ideologia’ ...um dos pontos mais sensíveis das ciências humanas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 159). Desta maneira, sem que nos atentemos muito profundamente às questões da ideologia americana, aqui simplesmente entendida como vista por boa parte do globo, ou seja, superioridade, tentamos destacar a maneira como essa ideologia se manifesta e expressa relações de poder.

Para Fairclough (2004), o texto é parte de um evento social, por isso, se falamos a respeito de texto, vamos, inevitavelmente, chegar a uma representação social. É isso que nos ajuda a identificar o problema de nossa análise e motiva a busca da razão pela qual ele, o texto, acontece socialmente. O discurso é, nessa proposta, entendido como usado em

vários sentidos que incluem a) a produção de sentido como um elemento do processo social, b) a linguagem como associada a um determinado campo ou prática, e c) uma maneira de construir aspectos do mundo associados a uma perspectiva social determinada. Por isso, nosso trabalho entende o discurso do presidente Obama como a) o estabelecimento de uma identidade nacional dos EUA, b) uma maneira de reestabelecer os EUA no cenário mundial como entidade forte e dominante, e c) um modo de construir uma proposta de paz baseada na eliminação – a qualquer custo – dos oponentes guerrilheiros.

Conscientes desta perspectiva, passemos à análise textual para se ver como isso se dá nas manifestações discursivas do presidente americano. Já no início de seu pronunciamento, após o tradicional “boa noite”, Obama declara:

Esta noite, posso informar ao povo americano e ao mundo que os Estados Unidos conduziram uma operação que matou Osama Bin Laden, o líder da Al Qaeda e um terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes.

Como sabemos que “o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por trás’ dos discursos” (DIJK, 2008, p. 44), entendemos que a atribuição do feito aos Estados Unidos e a omissão dos reais sujeitos sociais responsáveis, torna-se uma forma de ratificar o poder que os americanos entendem possuir. Na mesma medida, a qualificação de Bin Laden como “um terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes”, também é uma manifestação do poder dos EUA, já que a força do inimigo é automaticamente eliminada com a sua morte. Perceba que, neste excerto, quem mata é os Estados Unidos, ou seja, toda a nação, e que o líder da Al Qaeda é o único responsabilizado pela morte dos milhares de pessoas mencionados. A estratégia discursiva eleva Bin Laden ao status de assassino cruel, que culpado da morte de “mulheres e crianças inocentes”. Até mesmo a adjetivação – inocentes – é uma forma de reforçar a culpa do oponente e, assim, elevar aquele que o extirpa da face da terra ao status de salvador.

Neste momento, passamos a entender a relevância da estrutura do discurso para prover a sociedade de ideologias que ela mesma já reconhece e que estão calcadas no seio e nos anseios dos cidadãos americanos, e que se consolida no discurso, no exercício da palavra, pois

O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso (DIJK, 2008, p. 43).

Por essa razão, no parágrafo seguinte é reafirmada a “autorização de matar”, em razão dos acontecimentos de 11/9, “um brilhante dia de setembro ... obscurecido pelo pior ataque contra o povo americano”, cujas piores imagens não são aquelas expostas pelas TVs de todo o mundo, mas “aquelas que não são vistas pelo mundo”. Assim, o presidente americano se fundamenta em laços de força do povo americano e em conceitos familiares, uma vez que Bin Laden, responsável pelo buraco nos corações americanos, é também o culpado por imagens não vistas pelo mundo, como: “O lugar vazio na mesa de jantar. Crianças que foram forçadas a crescer sem sua mãe ou seu pai. Pais que nunca mais conheceram o sentimento do abraço de seus filhos”. Esse uso discursivo cria uma noção de permissão para matar, que é entendida como a realidade natural, como uma sequência normal da vida, mas que é um simulacro discursivamente criado para validar a atitude americana. Os interesses do grupo – americano – e de seus membros – os cidadãos – são amalgamados num discurso que se torna único: presidente, nação e povo confirmam sua ilibada conduta. A morte não é um crime, mas um exercício de justiça.

Confirmam essa perspectiva as informações obtidas em todos os jornais escritos e televisionados, sites de internet etc. de que as comemorações em frente à Casa Branca começaram antes mesmo de o presidente Barack Obama confirmar a morte do terrorista. O mesmo aconteceu em Nova York na madrugada da segunda-feira em que o anúncio foi feito, quando centenas de americanos comemoravam com gritos de alegria, bandeiras dos EUA e mensagens patrióticas.

O que temos, então, não é uma manifestação real de justiça, mas um simulacro criado para se favorecer – ou fortalecer – os laços americanos no mundo. Essa noção de simulacro que aqui expomos é encontrada em Chouliarakis e Fairclough (1999), quando estes tratam da modernidade tardia e das consequências sociais, culturais e econômicas advindas dos avanços tecnológicos dos últimos vinte anos. Na obra, os autores nos dizem que

A realidade foi substituída pelo ‘simulacro’ constituído por estes sinais que circulam: ‘onde a representação tenta absorver a simulação in-

terpretando-a como uma falsa representação, a simulação envolve todo o edifício da representação como um simulacro ele mesmo' (CHOULIA-RAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 3).

São os mesmos autores que nos explicam o porquê de se entender essa análise válida, já que o discurso se fundamenta nas diferenças tanto em questões de poder, quanto em questões de atitudes sociais passíveis de serem absorvidas, aceitas (ou refutadas) e compreendidas pela sociedade e que a pesquisa social deve abordar para entender as construções discursivas e suas consequências no âmbito social, que se dá pela e na diferença. Nas palavras dos autores, é preciso discutir

... foco pós-moderno da diferença e a contingência do social como uma resposta a um 'fechamento do universo do discurso' de uma modernidade tardia 'totalitária' (MARCUSE, 1964; Lyorard, 1984), e argumentamos que em vez de só defender a diferença, a pesquisa social crítica e a ADC precisam de um foco em trabalhar e dialogar através da diferença (FAIRCLOUGH & CHOULIARAKI, 1999, p. 2).

No pronunciamento do presidente americano, a diferença entre os EUA e o grupo Al Qaeda torna-se crucial para a manutenção da hegemonia americana. Neste aspecto, vale salientar que "a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva em interações verbais a partir da dialética entre discurso e sociedade" (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 43-45) e, aqui, encontramos o presidente Barack Obama em pleno exercício de sua posição social e manifestação de seu poder bélico refletido nas palavras, no discurso que profere. A necessidade de tomar as rédeas da situação e opor-se ao seu adversário como o grande vencedor leva o presidente a manifestar discursivamente o seu poder e função sociais, na sequência, após algumas explicações sobre os últimos dez anos de busca ao agressor, ele esclarece a população:

E, finalmente, na semana passada, determinei que tínhamos informações suficientes para agir, e autorizei uma operação para capturar Osama Bin Laden e levá-lo ante a Justiça.

Hoje, sob minha direção, os Estados Unidos lançaram uma operação contra aquele complexo em Abbottabad, Paquistão. Uma pequena equipe de americanos conduziu a operação com extraordinária coragem e capacidade. Nenhum americano ficou ferido. Eles tiveram o cuidado de evitar vítimas civis. Depois de um tiroteio, eles mataram Osama Bin Laden e assumiram a custódia de seu corpo.

No excerto, os verbos em primeira pessoa (“determinei”, “autorizei”), com grande carga semântica de poder àquele que os profere conferem ao presidente as rédeas do país e das ações para dignificar seu povo. Evidentemente, não basta que as palavras lhe impinjam força, é preciso que o oprimido, o vencido, seja ainda mais maculado com ações que o estabeleçam como inimigo e, portanto, real merecedor de punição. Aos olhos de Obama, Osama seria, se não fosse morto, responsável por mais sofrimento americano. Para o presidente, o inimigo ainda oferecia risco ao país e, então, esclarece a população, dizendo:

Por quase duas décadas, Bin Laden foi o líder e o símbolo da Al Qaeda, e continuou a planejar ataques contra nosso país e nossos amigos e aliados. A morte de Bin Laden marcará o êxito mais significativo até o momento nos esforços de nosso país em derrotar a Al Qaeda.

Agora, os esforços americanos são para a eliminação não apenas do líder, mas de todo o grupo Al Qaeda. Evidentemente, não se vê a manifestação das origens da Al Qaeda nem tampouco das relações do grupo com os EUA. Em meados de 1979, os soviéticos invadiram o Afeganistão e encontraram forte resistência dos fundamentalistas islâmicos, base do Al Qaeda. Depois, de 1982 a 1992, os EUA apoiaram os mais de 100.000 radicais islâmicos – a Al Qaeda, portanto – fornecendo armamento e treinamento e investindo pesado na região – cerca de 6 bilhões de dólares – para retirar os soviéticos e recuperar a independência do Afeganistão. A CIA (Agência de Inteligência Central) apoiou a jihad (guerra santa) em conjunto com ISI (Serviço de Inteligência Internacional) do Afeganistão. Em suma, a Al Qaeda surgiu já com o líder Bin Laden nos anos 1980 para combater o socialismo russo e obteve apoio dos EUA. O rompimento se deu apenas durante a guerra contra o Iraque, nos anos 1990, quando os EUA invadiram a Arábia Saudita. Como Bin Laden foi expulso pelo governo, passou a investir em ataques contra os EUA. O Al Qaeda assumiu a autoria da explosão de duas embaixadas americanas na África, cujo resultado foi a morte de 224 pessoas, em 1998.

Sob essa perspectiva, a afirmação de Obama – “Por quase duas décadas, Bin Laden foi o líder e o símbolo da Al Qaeda, e continuou a planejar ataques contra nosso país e nossos amigos e aliados” – mostra-se como uma manipulação discursiva, porque induz-se a pensar que as relações entre o Al Qaeda e os EUA jamais foram boas. Cria-se, então, uma identidade para Bin Laden: o inimigo, o mau; e outra para os EUA – e Obama: o amigo, o leal, o companheiro. É uma forma de se estabelecer

uma antagonia entre ambos que autoriza o ato arbitrário de simplesmente matar o opressor sem levá-lo à justiça. Nesse sentido, vale lembrarmos das palavras de Fairclough (1995) quando trata das relações identitárias presentificadas no discurso midiático e das relações que essas questões estabelecem. Na obra, o autor nos lembra de que “embora seja analiticamente útil distinguir questões de identidade das questões de relações, ambas são, na prática, inseparáveis: como a identidade de um repórter é construída é em parte uma questão de como um repórter relaciona-se com uma audiência” (FAICLOUGH, 1995, p. 126). Assim, Osama prossegue construindo relações e estabelecendo parâmetros com a justiça e com a proteção devida aos americanos.

E ainda sua morte não marca o fim de nosso esforço. Não há dúvidas de que a Al Qaeda continuará a tentar ataques contra nós. Devemos, e iremos, permanecer vigilantes em casa e no exterior.

As questões de relação de que tratamos remetem-nos às relações internacionais dos EUA com o Oriente Médio, maior produtor de petróleo do mundo e grande representante dos preceitos islâmicos, dos quais a jihad é uma vertente de crença. Poder-se-ia estar rompendo com todos aqueles que têm alguma crença islâmica, mesmo que se saiba que os preceitos islâmicos não sejam aqueles, radicais, levados a cabo pelo Al Qaeda. Para que a comemoração dos americanos fosse justificada, o presidente precisa esclarecer a sua relação com seu povo e sua relação com preceitos religiosos que unem grupos e países importantes do Oriente Médio.

Devemos também reafirmar que os Estados Unidos não estão – nunca estarão – em guerra contra o Islã. Já esclarecemos, como o presidente Bush o fez logo depois do 11/9, que nossa guerra não é contra o Islã. Bin Laden não era um líder muçulmano, ele era um assassino em massa de muçulmanos.

Na verdade, o pronunciamento de Barack Obama não podia prescindir desse esclarecimento, já que o Islã, além de ser uma das religiões que mais crescem no mundo atualmente e tem, segundo a UNESCO, mais de 800 milhões de adeptos, não é uma religião à parte ou diferente de tantas outras monoteístas encontradas pelo mundo afora. O deus do islamismo, Alá, tem por base a aceitação de um deus único tal qual os judeus e os cristãos. Reunidos no Alcorão, os preceitos islâmicos, em todas as suas manifestações, é um movimento duplo do homem em direção a Deus e de refluxo de Deus em direção ao homem.

A maneira com que Obama escolheu se representar e representar os EUA por intermédio de seu pronunciamento é, então, confirmada como uma maneira comedida, racional, e manipuladora, já que as palavras são organizadas de forma que todas as justificativas dos atos americanos não sejam vistas como terroristas, como uma expressão de guerra contra muitos, mas uma manifestação de exercício de poder contra apenas aqueles poucos, mas merecedores de punição porque são entendidos como párias da sociedade.

Como o “discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e tipos de ‘eu’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91), torna-se muito importante que a posição de todos os habitantes dos EUA seja para o restabelecimento da paz, pois estão em guerra apenas contra Bin Laden e seus seguidores, a “guerra não é contra o Islã”. E o líder do Al Qaeda “não era um líder muçulmano, ele era um assassino em massa de muçulmanos”.

Ao dizer que Bin Laden “era um assassino em massa de muçulmanos” o discurso torna-se reverso. Os muçulmanos que, por ventura, estariam indignados contra o ataque de seus representantes, são convidados a vê-lo como um inimigo. A estratégia se torna efetiva para boa parte da população que não entende os liames entre os muçulmanos e o islamismo. As questões a respeito do radicalismo do Al Qaeda são, aqui, ressaltadas para se esclarecer que as atitudes terroristas de Bin Laden não são reconhecidas como um ato religioso, mas como uma manifestação isolada de um grupo específico que não representa o pensamento islâmico ou merece o respeito dos muçulmanos. E é por isso que o “seu desaparecimento deve ser bem recebido por todos que acreditam na paz e na dignidade humanas”.

Aqui está o ápice da construção discursiva de Obama, se a morte Bin Laden deve ser entendida como uma vitória da paz e da dignidade humana, ele próprio era a guerra – em oposição a paz que sua morte traz – e não tinha dignidade humana. É importante que nos lembremos que o pronunciamento de Obama foi feito não apenas para os EUA – maiores interessados na morte do muçulmano – mas para todo o planeta e, neste planeta, muitos outros povos veriam a informação em razão dos avanços tecnológicos que temos visto. O pronunciamento foi transmitido em cadeia mundial de televisão, muitos em tempo real. O mundo ouviu o presidente Obama. Por essa razão, seu discurso teve de transformar a informação simples da morte do terrorista em um ato heroico dos EUA e, ao

mesmo tempo, um ato em favor da humanidade. O lugar dos EUA não poderia ser de um lugar material específico, era preciso construir um lugar imaginário, uma identidade do povo antiterrorista. É esse o objetivo do pronunciamento: informar, num primeiro momento, mas criar uma imagem socialmente boa dos EUA. A transformação que se dá em razão dos avanços tecnológicos, obriga os sujeitos sociais a moldarem seu discurso e revesti-lo e crenças e valores aceitáveis dentro e fora dos limites territoriais de onde se pronuncia. Nesse sentido,

Avanços na tecnologia de informação, principalmente na comunicação midiática, reforçam ambas as transformações culturais e econômicas, gerando novas formas de experiência e de conhecimento, e novas possibilidades de relacionamentos distantes por meio da televisão ou da internet. A teoria modernista tem se fixado na centralidade econômica e cultural dos sinais independentes de lugares materiais específicos e circulando através de limites do espaço e do tempo (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 3).

Para estabelecer as relações temporais que culminaram com a atitude de investir contra o líder do Al Qaeda e matá-lo, o pronunciamento se torna ainda mais apaixonado e ratifica as alianças já obtidas anteriormente e tenta mantê-las para que seja sustentada a situação de ‘conforto’ criada pela morte do inimigo, para isso, o presidente diz: “agora é essencial que o Paquistão continue unido a nós na luta contra a Al Qaeda e seus associados.”

Para que todas as atitudes sejam vistas como benéficas e como medidas de proteção, é preciso que se estabeleça “quem começou a história” e para entendermos a justiça feita, lemos: “O povo americano não escolheu essa luta. Ela chegou até nós e começou com o assassinato sem sentido de nossos cidadãos.”

Para que possamos entender o que acontece neste trecho, precisamos lembrar que

certos discursos ... que podem ser apresentados como inadequados para os processos reais [de globalização], em que falta ‘adequação prática’, podem também ser usados para criar e sustentar posições injustas e antidemocráticas e relações de poder, e podem nesse sentido serem considerados como *ideologias* (FAIRCLOUGH, 2006, p. 4).

Por essa razão, a luta que não foi escolhida pelos americanos, a luta que chegou com o assassinato sem sentido dos cidadãos americanos

é uma luta branca, uma luta que os americanos foram impelidos a travar contra a sua vontade, pois, como dito antes, eles são os benfeitores globais, porque “acreditam na paz e na dignidade humanas” e defendem a nação com o sangue dos inimigos.

Essa posição é, no mínimo, contraditória, pois não foi feito nenhum julgamento do terrorista, sequer ele encontra hoje um lugar para descansar, um túmulo, uma lápide, ou qualquer outro símbolo de sua existência. Seu corpo foi atirado ao mar, para que ele fosse para todo o sempre apagado da face da terra. Aqui podemos verificar como o poder é exercido tanto na prática, quanto no discurso. É o discurso reverso encontrado no pronunciamento do presidente que sustenta o poder dos EUA e faz com que boa parte do mundo se filie a ele na ‘guerra ao terror’, pois os “cidadãos americanos compreendem os custos da guerra”.

A posição que vemos no discurso do presidente Barack Obama não é nova. Em Fairclough (2006), já vislumbrávamos uma perspectiva de que esse discurso seria uma maneira de maquiagem atitudes arbitrárias e déspotas dos EUA contra todos aqueles que, em certa medida, deles discordavam ou faziam qualquer oposição, na obra, o autor nos esclarece que

A escolha do discurso de ‘guerra ao terror’ ...pode ser visto como largamente motivado pela necessidade urgente do governo dos EUA em legitimar a mudança para o ‘poder duro’ em face da considerável oposição interna e internacional. Também tem sido eficaz para legitimar uma série de medidas que tem reduzido os direitos legais e democráticos: as condições das prisões e maus tratos (incluindo tortura) de prisioneiros em violação à Convenção de Genebra, a detenção prolongada de suspeitos de terrorismo sem julgamento, a ‘rendição extraordinária’ de suspeitos para países onde os direitos legais sejam parcamente respeitados aumento ou que a tortura é prática, o cerceamento da liberdade de expressão novos métodos de vigilância que reduziram os direitos e a privacidade dos cidadãos, e o estado de emergência e de alerta mais ou menos permanente em alguns países que está corroendo o tecido democrático da vida das pessoas (FAIRCLOUGH, 2006, p. 123).

Para justificar, então, esse discurso que tem permeado as atitudes dos EUA em relação aos seus opositores e, ainda, manter a imagem de defensor da paz sem se tornar frágil, o presidente declara que os americanos conhecem o preço a ser pago pela guerra, mas deve manter-se na liderança e com o poder alcançado ao longo de sua história:

Mas, como país, jamais toleraremos que nossa segurança seja ameaçada, nem ficaremos impassíveis quando nosso povo é assassinado. Seremos incansáveis na defesa de nossos cidadãos e nossos amigos e aliados. Seremos fieis aos valores que fizeram de nós o que somos. E, em

noites como esta, podemos dizer às famílias que perderam seus entes queridos para o terror da Al Qaeda: a justiça foi feita.

Se o discurso é visto como produtor de sentido como um elemento do processo social, como dissemos no início de nosso trabalho, temos, aqui, uma confirmação do sentido do texto que traduz uma atitude de valorização da família que, agora, podem dormir tranquilas: o inimigo que roubou seus entes queridos está eliminado. Os americanos continuam a ser o que a história tem demonstrado: vencedores. E, especialmente, tudo isso é feito na mais perfeita justiça.

Aparentemente, o presidente se esquece de que a justiça feita com as próprias mãos – sem qualquer intermediação da Justiça – não reflete os valores da família, mas, sim, dos guerrilheiros, daqueles que de fato não acreditam na paz e na dignidade humana, mas que acreditam – e lutam com sangue – para que seus próprios interesses sejam respeitados pelo outro, mesmo que esse outro se sinta oprimido. Desta maneira, não vemos uma visão democrática da existência da vida, ou do discurso, pois o discurso do outro resta silenciado pela manipulação da palavra e da criação de uma amálgama de paz e guerra, em que se destaca a paz com a morte, a extirpação do oponente a qualquer preço.

Esse pronunciamento é possível graças a um trabalho árduo que tem sido feito discursivamente – especialmente com o apoio da mídia – para se construir uma aceitação da guerra se essa guerra for para beneficiar a si mesmo. Fairclough (2006) nos permite entender como isso tem sido realizado, pois esse discurso da guerra ao terror:

Tem sido operacionalizado e implementado, por exemplo, por mudanças no aparato militar, de segurança e da inteligência e nos modos de ação, e também mudanças nos procedimentos e práticas em setores como a vigilância secreta, serviços bancários e viagens internacionais. A disseminação e legitimação do discurso da “guerra ao terror” tem dependido muito da mídia de massa e especialmente da indústria global midiática (FAIRCLOUGH, 2006, p. 123).

De fato, em nenhum momento pensou-se numa realização de justiça, nos moldes corretos e tradicionais, com julgamento e, se fosse o caso, prisão ou até mesmo a pena de morte, pois neste mesmo pronunciamento, o presidente disse que determinara a morte de Osama como um objetivo central de seu governo.

E logo depois que assumi o governo, determinei a Leon Panetta, diretor da CIA, que a morte ou captura de Bin Laden seria a prioridade nossa guerra contra a Al Qaeda, enquanto prosseguíamos em nossos esforços no exterior para impedir, desmantelar e derrotar sua rede.

Enquanto inúmeras tomadas inundaram diversos canais televisivos e jornais pelo mundo afora as informações a respeito dos feitos dos EUA foram as informações sobre o antecipado desejo de vingança a qualquer custo, sequer foram veiculadas, pois, no pronunciamento feito pelo presidente, essas palavras não tomaram o tom de vingança, mas de justiça. A mídia internacional em geral não fez uma análise do pronunciamento, apenas festejou, junto com os americanos, a vitória contra o mal: o Al Qaeda. Poucos foram os locais em que se via – exceto nas redes sociais – oposição à atitude americana: morte ou captura, pouco importou aos veículos de comunicação. Não se questionou a justiça do ato, apenas vociferou-se contra o Al Qaeda e buscou-se, de todas as maneiras, maquiagem a atitude terrorista dos EUA. Nos anúncios sobre a morte do líder via-se a notícia de que ele estaria “numa mansão” no Afeganistão, mais precisamente em Abbottabad, próxima à capital Islamabad. Quem viu as imagens da ‘mansão’ questiona ferrenhamente o conceito de mansão, pois se tratava de uma casa simples, sem muito conforto. Esta é, também, uma maneira de auxiliar na produção de um discurso da guerra ao terror, sem qualquer estabelecimento razoável de justiça.

A justiça figurou em forma de agradecimento:

Esta noite, agradecemos os incontáveis profissionais da inteligência e contraterrorismo que trabalharam incansavelmente para alcançar essa vitória. O povo americano não pode ver seu trabalho, nem conhece seus nomes. Mas esta noite, eles sentem a satisfação com seu trabalho e com o resultado de sua busca por justiça.

Este agradecimento reforça o discurso globalista da guerra ao terror, mantendo-o na supremacia que alcançou durante os últimos anos, sem se questionar as reais razões dos ataques terroristas. A atitude não é nova e apenas reforça a proposta analítica desse discurso proposta por Fairclough, que nos diz que o discurso globalista e o discurso da guerra ao terror se dão por afirmações tácitas como:

Esta é uma nova era, que traz novas ameaças e exige novas respostas. Os EUA e seus aliados (e de fato toda a “civilização”) enfrentam riscos sem precedentes e perigos que exigem medidas excepcionais. Aqueles que representam esses riscos e perigos são as forças do “mal”.

Os EUA e seus aliados são as forças "boas", e suas ações são revestidas de valores morais (FAIRCLOUGH, 2006, p. 125).

Podemos observar que a estratégia discursiva faz com que tenhamos comiseração pelos EUA em razão de tanto sofrimento que lhes foi causado. Sentimos, ao mesmo tempo, certa repulsa por Bin Laden e seus aliados, porque somos como os EUA, o que se dá porque o próprio discurso tenta nos incluir, tornando-nos dele parte integrante e, por isso, a ele não nos opoemos, porque, ao fazê-lo, somos destituídos dos novos próprios valores de paz e dignidade humana. Nessa estrutura, o discurso nos leva a aliar-mo-nos aos EUA na luta de paz, cujos "sacrifícios são fazer do mundo um lugar mais seguro". Nossa luta por um mundo mais feliz tem uma razão e não é "apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos".

A representação do terrorismo e a louvação os atos dos EUA não são novidade no cenário linguístico de seus representantes, Fairclough (2004) nos lembra de que, nos idos dos anos de 1950, o

comunismo foi representado em grande medida pelos mesmos termos, como uma conspiração doméstica de pessoas ("o inimigo interno") à espera para atacar, aproveitando da "sociedade livre" americana e apoiada por uma rede internacional ('a rede multinacional do mal ") (FAIRCLOUGH, 2006, p. 127).

Da mesma maneira com a oposição ao comunismo se deu na transformação de seus aliados – ou seguidores – em um demônio, em um inimigo funcionou para abolir o comunismo, agora, o discurso americano tenta conduzir o mundo a uma oposição às crenças que não são as americanas. Al Qaeda e suas razões para o ataque são injustificáveis. Em contrapartida, as ações dos EUA em operações de guerra como a do Vietnã (1959-1975), que deixou um milhão de mortos e o dobro de mutilados é justificável porque se tratava de operação em busca da "paz e dignidade humana".

Para que haja uma aceitação das ações guerrilheiras dos EUA foi preciso transformar o inimigo em demônio, com quem nenhuma negociação pode ser feita. Já quando dos atos de 9/11, os então presidente George Bush disse: 'Hoje, nossa nação viu o demônio, o pior lado da natureza humana'. Naquele momento ele instaurava uma imagem do inimigo impossível de qualquer negociação e, ao mesmo tempo, legitimava qualquer ato extremo que viesse a ser tomado por esse inimigo de todos, por-

que “não se pode negociar com o ‘demônio’. Pode-se apenas procurar erradicá-lo, e agir do lado ‘bom’ é uma garantia de que qualquer medida tomada, mesmo que intragável e com consequências desastrosas, são para o melhor (FAIRCLOUGH, 2006, p. 128).

Ao final, para ratificar a benesse dos EUA e o valor moral que permeia atitude tomada, o presidente se despede, com palavras religiosas: “Obrigado. Que Deus os abençoe. E que Deus abençoe os Estados Unidos da América.”

Com isto sela a posição de altruísmo e benesse que tentou produzir durante todo o seu pronunciamento e mostra que com o discurso, pode-se transformar atos de guerra em atos de glória, escondendo-se, especialmente, na lamentação e na manipulação de informações e dados.

Considerações finais

Em um discurso que conclama a América com poder e força de morte, o presidente Barack Obama anuncia a morte de seu maior oponente, Osama Bin Laden, e consolida as propostas do seu antecessor de exterminar com aquele que é acusado de, num só dia, exterminar três mil pessoas em ataques terroristas paralelos.

O discurso empregado pelo presidente reforça a importante posição que o discurso ocupa na manutenção e na proliferação de valores sociais que são, muitas das vezes, arbitrários e representantes apenas de uma parte da população, mas que é entendido e utilizado como sendo da imensa maioria da população que, em certa medida, acaba por ser convencida da veracidade das informações dadas e aceita, sem maiores questionamentos, as imposições de líderes, ou seja, dos grupos dominantes.

O anúncio da morte de Osama tornou-se uma estratégia para expor ao mundo os valores socioculturais dos EUA como sendo universais e inquestionáveis, já que a estratégia discursiva transformou a vítima, Osama, em demônio. Isto se deu com a omissão e a manipulação de informações, como a descrição dos atos sofridos em 2001 como o maior – mas não o único – ato terrorista do líder do Al Qaeda que mata mulheres e crianças indefesas e, não se furta a matar também muçulmanos.

Assim o discurso globalista da guerra ao terror não apresenta sorte para aqueles que produzem a morte. A morte, aqui, é entendida apenas como as que antecederam à de Bin Laden, pois esta morte não é entendi-

da como um ato cruel ou ruim, o assassinato de Bin Laden é transformado em um ato heroico dos EUA em favor da paz mundial.

O discurso de Barack Obama nos mostra que, para os estadunidenses, os americanos (do norte), o discurso do outro, do diferente, inexistente ou não deve ser ouvido, porque a nação mais poderosa do mundo, os Estados Unidos têm a especial e importantíssima incumbência de tornar o mundo mais seguro, de acabar com o terror, e promover a justiça, mesmo que essa justiça seja feita com o sangue do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*. London: first published by Edward Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Traduzido por Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Universidade de Brasília, 2001 [2008, reimpressão].

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and globalization*. London and new York: Routledge, 2006.

**DO PARAÍSO À MODERNIDADE?
CONSTRUÇÕES SOCIODISCURSIVAS DE PERNAMBUCO
EM ANÚNCIOS E FOLDERS TURÍSTICOS**

Carolina Leal Pires (UFPE)
carolinapires@hotmail.com

1. Do início...

O turismo, como uma das principais atividades econômicas de geração de emprego e renda da atualidade, vem crescentemente recebendo especial atenção dos governistas; tanto que, em 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur) com o objetivo de orientar as ações das políticas públicas e privadas nacionais, estaduais e municipais, visando o fomento da atividade turística no País. Junto à criação do ministério, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Turismo (PNT), que, dentre outras ações, estabelecia, como estratégia para a atração de turistas, a diversificação da imagem do Brasil nas campanhas publicitárias de divulgação do País (BRASIL, 2003a).

Esta importância da imagem de um destino turístico – que, segundo Vaz (1999), exerce grande influência no consumidor (ou turista potencial) em seu processo de tomada de decisão por um destino de viagem – decorre das próprias características de intangibilidade e estatismo do produto turístico. Contudo, deve-se considerar também que a imagem turística não é estanque, podendo ser alterada, como a imagem de todo produto, por meio de estratégias de comunicação (BIGNAMI, 2002). Isso porque, as imagens, segundo Charaudeau (2006), são um construto sociodiscursivo, e, assim sendo, apresenta uma maleabilidade que possibilita o seu “gerenciamento” através de ações de marketing de comunicação (como determinado no PNT).

É diante desta perspectiva que nos propomos a reflexões sobre a questão da imagem turística no presente trabalho. Para isso, contudo, optamos por delimitar nossa pesquisa às imagens de Pernambuco, a partir da análise de 16 peças publicitárias gráficas (anúncios e folders), produzidas pela agência de publicidade Gruponove para a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) – órgão governamental responsável por divulgar o Estado como destino turístico no Brasil e exterior. Buscamos, então, responder ao seguinte questionamento-chave: quais e como as imagens de Pernambuco são construídas nessa publicidade?

2. Do marketing à análise do discurso

Na área da administração, e mais especificamente, na do marketing, imagem é definida como o conjunto de ideias, conceitos, crenças e impressões correntes sobre uma marca, um produto, uma empresa, uma instituição, uma pessoa, um grupo social, um local etc., ou, de outra forma, é a identidade dessas entidades projetada para o público (KOTLER, 1995; VAZ, 1999; BIGNAMI, 2002; TORQUATO, 2002; GASTAL, 2005). Na área da semiótica, por sua vez, imagem tanto pode significar representações visuais (fotografias, ilustrações, desenhos etc.), como também ideias, conceitos, opiniões, noções sobre algo ou alguém⁷⁸ (SANTAELLA, NÖTH, 1998), estando esse segundo plano de significação próximo ao do marketing e daquele que adotamos neste trabalho⁷⁹. Não que ideias não estejam relacionadas às representações visuais (e, no caso da publicidade turística, estão e muito, tanto que são também nosso objeto de análise), mas, não nos restringirmos a estas. Como esclarece Gomes (2004, p. 246-247), fazendo uma distinção entre a imagem visual e o que ele chamou de imagem pública:

A imagem em sentido visual nem mesmo pode ser considerada um ingrediente essencial para a construção de imagens públicas. Imagem se faz com ações e com discursos, principalmente, e, além disso, com configurações expressivas que incluem, claro, elementos visuais, mas ao lado de outros tantos elementos.

Concordamos ainda com Santos (2005) quando esse esclarece que a imagem está para o “parece ser” enquanto a realidade está para o “é”, sem esquecer que não só a representação da realidade – as imagens – como também a própria realidade são construções sociais, pois se referem a contextos específicos em que o sujeito está inserido, já que são desenvolvidas, transmitidas e mantidas em situações sociais e pela linguagem (BERGER; LUCKMANN, 1999).

Trazendo a questão das representações para o âmbito da Análise do Discurso, Charaudeau (2006, p. 194) também corrobora a ideia de que existe um processo de interpretação entre a realidade e a sua percepção pelo sujeito decorrente da “posição do mesmo sujeito e das condições de produção que provêm do contexto social em que ele se encontra”. Para o

⁷⁸ A etimologia da palavra imagem registra estes dois domínios de significação: em latim, *imago*, quer dizer representação visual; já em grego, corresponde ao termo *eidos* (derivado de *idea* ou *idea*), que quer dizer ideias, no sentido de projeção do objeto na mente.

⁷⁹ Em comum, temos que imagem é sempre uma representação, no sentido de que torna presente novamente – “re-presenta” – o objeto ausente.

autor, as imagens representam a realidade interpretada, pois essa só passa a significar a partir da relação que o sujeito mantém com o mundo e com os outros sujeitos. A realidade, portanto, está imersa em um “universo de significações” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

As imagens se configuram assim, segundo Charaudeau, em maneiras que os sujeitos veem e julgam a realidade, discriminando, classificando e atribuindo-lhe valor através de discursos que formam os saberes sobre o mundo. É nesse sentido que o autor sugere a denominação “imaginários sociodiscursivos” para tratar das representações sociais:

À medida que estes saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio da coerência, falaremos em “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

Os imaginários sociodiscursivos são, portanto, “maneiras de dizer”, de interpretar o mundo, configuradas na e pela linguagem (CHARAUDEAU, 2006, p. 197). Ao circularem em um espaço de interdiscursividade, ou seja, colocando um discurso particular em “relação implícita ou explícita” com outros discursos (CHARAUDEAU & MAINGUENE-AU, 2004, p. 286). Os imaginários sociodiscursivos evocados em um determinado discurso mostram, dessa maneira, como o mundo, seus seres, seus objetos, seus fenômenos são representados em um dado contexto sociocultural, daí a importância de seu estudo.

Neste trabalho, contudo, utilizaremos o termo imagem para nos referir ao que Charaudeau denominou imaginário sociodiscursivo, ou seja, à representação do real⁸⁰ materializada em discursos, já que, no nosso entender, é também nesta concepção que o *Plano Nacional de Turismo* (PNT) fala sobre a importância da diversificação da imagem do Brasil na promoção turística.

3. *Do paraíso à modernidade*

Nossas análises das imagens de Pernambuco, construídas na publicidade da Empetur que compõe o *corpus* da presente pesquisa, estão

⁸⁰ “O real é a interpretação que os homens atribuem à realidade” (LAPLATINE; TRINDADE, 2003, p. 12).

focalizadas na instância do texto como mediadora da interação entre a instância de enunciadora e destinatária do discurso publicitário e como lugar de circulação das imagens possíveis de Pernambuco. Esses possíveis efeitos de sentido que contribuem para a construção das imagens do Estado são provenientes não só de elementos verbais, mas também de elementos visuais presentes nas peças publicitárias, que, no caso da publicidade turística em estudo, ocupam lugar de destaque em sua composição gráfica, como veremos logo a seguir.

As belezas naturais de Pernambuco foram os atrativos turísticos mais divulgados nas peças publicitárias da Empetur, constando em 14 das 16 peças coletadas para a pesquisa. Esta ênfase na divulgação das belezas naturais pode ser percebida, por exemplo, nas peças abaixo (figs. 1, 2, 3 e 4):

Nessas peças, o destaque às praias se dá não através da materialidade verbal, mas sim através da utilização de fotografias desse atrativo em dimensão significativamente maior em relação às fotografias dos demais atrativos turísticos – gastronomia, festas, cultura, oportunidades de negócios e de trabalho (fig. 2), patrimônio histórico e carnaval (fig. 3). No caso da fig. 1, esse destaque é ainda maior já que, além dos textos verbais, é exclusivamente a fotografia da praia de Fernando de Noronha que ilustra a capa do *folder*, ocupando um espaço privilegiado no *layout* dessa peça publicitária.

Figura 1 – Folder (capa)



Figura 2 – Anúncio pág. dupla



Figura 3 – Anúncio (contracapa)



Figura 4 – Anúncio pág. simples



Fonte: Empetur/Gruptonove

A exemplo dessas três primeiras peças publicitárias que fazem parte da campanha “Pernambuco de todas as emoções”, a quarta peça (fig. 4) também prioriza a praia em seu *layout* (tal como em mais outros quatro outros anúncios), o que evidencia o destaque conferido às belezas naturais de Pernambuco na materialidade visual da publicidade da Empetur.

Interessante perceber que, apesar do título desse anúncio incitar a instância destinatária a também entrar para o grande rol de turistas (brasileiros e estrangeiros) que viajam para Pernambuco, a ideia de lugar bastante visitado deixa de ser reforçada visualmente visto que não são retratadas pessoas, nem casas ou hotéis no local, mas sim uma praia deserta, com vasta vegetação.

Podemos dizer, portanto, que a instância destinatária está diante de um paraíso intocado, evocado pela memória discursiva do Brasil tropical e selvagem, que muitas vezes domina o imaginário sobre o país no exterior, como afirma Bignami (2002)⁸¹. Baracuhy (2005), por sua vez, lembra que desde a carta de Pero Vaz de Caminha, por ocasião do descobrimento do Brasil, o discurso do éden tropical (uma já ressignificação do éden bíblico) vem atravessando vários outros discursos, construindo uma imagem do paraíso com relação ao país que permanece muito forte ainda nos tempos de hoje.

⁸¹ A autora, em sua pesquisa sobre a imagem do Brasil nos jornais italianos, encontrou também esta imagem do país como “paraíso” e outras imagens como o “lugar de sexo fácil”, o “país do carnaval”, o “Brasil do brasileiro” e o “lugar do exótico e do místico”.

Esta ausência de pessoas ou construções nas fotografias das praias foi verificada na maioria das peças publicitárias que compõem o *corpus* da pesquisa. Assim, temos que a publicidade turística de Pernambuco, especialmente as destinadas à divulgação das belezas naturais do Estado, também contribui para a cristalização desta imagem do paraíso de que fala as autoras acima, principalmente através dos elementos visuais presentes no *layout* das peças.

Já os textos verbais ora reiteram este discurso, ao descrever as praias como “*paradisiacas*”, com águas “*transparentes*” ou “*cristalinas*”, por exemplo; ora buscam diluir esta imagem, através de enunciados que procuram criar uma imagem de Pernambuco como lugar mais povoado ou visitado (como no título das figs. 1, 2 e 3), ou adjetivando as praias como “*urbanas, badaladas e semidesertas*”, ou ainda fazendo referência a outros atrativos turísticos que suscitam esse sentido, como “*vida noturna intensa*”, por exemplo.

A imagem do *Pernambuco paradisíaco* (PIRES, 2009) é ainda construída na divulgação de outros atrativos turísticos relacionados às praias, tais como arrecifes de corais, coqueirais e piscinas naturais ou como a fauna e a flora marinha em geral, presentes tanto nos textos verbais quanto nos visuais.

A estratégia para divulgar estes atrativos é pôr em cena o “discurso ecológico”, muito cultuado hoje em dia, apoiando-se em expressões comuns a este discurso, tais como “*turismo sustentável*”, “*equilíbrio com a Natureza*”, “*meio ambiente*”, “*grau de conservação das riquezas naturais*”, “*paraíso ecológico*”, “*santuário ecológico*”, “*turismo controlado*”, ou ainda descrevendo as belezas naturais encontradas nas localidades, enfatizando sua “*exuberância*” e “*variedade*”:

A divulgação de alguns esportes náuticos, tais como *mergulho* e *surf*, também contribui para a construção da imagem do *Pernambuco paradisíaco*, já que a prática desses esportes está relacionada, de certa forma, à preservação das belezas naturais. Convidando a instância destinatária não só a contemplar a natureza, mas a entrar em contato com essa de forma menos passiva, a instância enunciativa sugere a prática dessas atividades esportivas e de outras atividades de lazer (como *passeio de jangada*, por exemplo) para aqueles que desejam mais que um descanso à beira da praia. Assim, essa estratégia discursiva, além de incentivar o turismo de sol e praia, pode estimular também o ecoturismo e o turismo esportivo.

O clima também se torna um importante atrativo turístico de Pernambuco na divulgação de suas praias e belezas naturais. Seja referindo-se à *temperatura do mar*, ao *sol*, ao *verão* ou ainda ao “*calor que dura quase o ano inteiro*”, o discurso publicitário sobre o clima do local é sempre “positivo”, contribuindo para a construção da imagem do Pernambuco como paraíso, um paraíso tropical.

Contudo, não podemos esquecer que o mesmo sol que aquece o mar no litoral é o mesmo que castiga o sertão do Estado. Porém, como notou Baracuhy (2005) ao analisar as campanhas publicitárias turísticas do Maranhão, Ceará e Paraíba, ressaltar estes fatos não faz parte da prática discursiva publicitária. Isso porque uma das restrições do contrato de comunicação da publicidade é não pôr em cena os aspectos “negativos” do produto, como sabemos.

Assim, tem-se que o discurso publicitário, ao divulgar o produto turístico Pernambuco, silencia, apaga regiões, lugares, situações, em prol da exaltação das qualidades de outros que a instância enunciativa julga serem atrativos para sua instância destinatária, ou seja, os turistas. Especificamente com relação à divulgação das belezas naturais do Estado, este apagamento torna reduzido o espaço destinado ao turismo, limitando-o ao litoral, deixando assim silenciadas outras belezas naturais que também têm potencialidades turísticas, como o Rio São Francisco, no Sertão, ou as cachoeiras de Bonito, no Agreste, ou até mesmo os rios do Grande Recife (esses últimos, ícones que renderam à cidade o apelido de Veneza brasileira, fontes constantes de inspiração para tantos poetas, pintores, músicos), para ficar em apenas alguns exemplos de atrativos naturais que foram negligenciados ou receberam pouco destaque nas peças publicitárias em estudo.

Até mesmo quando a instância enunciativa procura construir outras imagens do Estado, como a do *Pernambuco cultural* (PIRES, 2009), por exemplo, divulgando a arte e o artesanato, a gastronomia, o carnaval, as festas em geral, o patrimônio arquitetônico, como atrativos turísticos, a ideia do paraíso não deixa de permear o imaginário sobre o local. É o que podemos observar na peça a seguir (fig. 5) que destaca apenas a culinária à base de frutos do mar⁸²:

⁸² Esse efeito de sentido, que reforça a construção da imagem do *Pernambuco paradisíaco*, é suscitado tanto a partir do *layout* do anúncio, que traz uma fotografia da praia como pano de fundo, quanto do texto verbal, onde o atrativo “*praia*” aparece no subtítulo (conotando aí, no sentido

Por outro lado, em outras peças publicitárias que compõem o corpo da pesquisa, a instância enunciativa procura apresentar a gastronomia pernambucana como diversificada. Para tanto, a estratégia discursiva acionada é relacionar essa diversidade não só aos vários tipos de comida elencados – *peixe, frutos do mar, carne de sol, macaxeira, queijo coalho, doces, frutas tropicais* – mas também à possibilidade da instância destinatária encontrar “*todas as opções*” culinárias – que vão da *local* à *internacional* – tanto no litoral quanto no interior, ou seja, “*no estado inteiro*”, e ainda à “*mistura de sabores*” originada das influências culturais dos *índios, negros e europeus*. Já as fotografias utilizadas nesses *folders*, no entanto, procuram retratar opções gastronômicas mais desconhecidas pela instância destinatária – ou pelo menos não tão comuns –, tais como o camarão na moranga (o prato mais presente nas peças publicitárias coletadas), a canjica e as frutas tropicais ou ainda a tapioca. Cria-se, assim, um efeito de exotismo, incrementado pela apresentação da mistura de ingredientes sofisticados com outros mais populares.

O enaltecimento do singular, do diferente também é percebido com relação à divulgação de expressões artísticas e festivas, na medida em que a cultura popular pernambucana recebeu maior ênfase na publicidade da Empetur que àquelas atividades, manifestações e eventos não folclóricos, sendo o artesanato e as festas carnavalescas e juninas as mais divulgadas. Assim, muitas vezes, a instância enunciativa buscar suscitar um efeito de diversidade artístico-cultural repousado, quase que exclusivamente, na *cultura tradicional e popular* através da estratégia discursiva de descrever um rol de materiais e produtos rústicos artesanais, ou de ícones tradicionais do São João ou do carnaval de rua etc.

Vale registrar também que, nas peças publicitárias estudadas, encontramos ainda o patrimônio arquitetônico divulgado como atrativo turístico, mais especificamente, igrejas, fortes, pontes, monumentos e casarões antigos. Contudo, na divulgação de todos esses atrativos turísticos culturais (desde a culinária até a arquitetura, passando pelo artesanato e eventos festivos), ao se ressaltar o exótico, o popular, os sítios históricos pouco desenvolvidos, um dos efeitos suscitados é o do reforço à imagem do *Pernambuco paradisíaco*, no sentido de se evocar a ideia de um local que mantém as suas raízes ainda intactas, puras, conservadas, em que a “civilização” ainda não chegou.

figurado, “especialidade”, “competência”), além de ser reiterado no texto de apoio, que faz referência também ao atrativo “*clima*”.

Figura 5 – Anúncio pág. simples



Fonte: Empetur/Gruptonove

No entanto, para contrapor esse efeito de sentido, a instância enunciativa procura também construir a imagem do *Pernambuco moderno* (PIRES, 2009), relacionada à divulgação das “*excelentes*” infraestruturas de negócios e de eventos, de hotéis, de transportes, de alimentação, de saúde e de entretenimento que o Estado oferece aos seus visitantes. Vejamos a construção dessa imagem nas duas páginas duplas do *folder* abaixo (fig. 6), por exemplo:

A instância enunciadora, nessa e em outras peças publicitárias coletadas, busca convencer a instância destinatária de que Pernambuco possui importantes equipamentos turísticos de qualidade, como o aeroporto “*mais moderno do Nordeste*” ou uma “*completa rede hoteleira*”. Ou ainda de que o Estado é excelência em serviços essenciais, como os de assistência de saúde, sendo considerado o “*terceiro pólo médico do Brasil*”. Porém, percebemos que, mesmo quando a cena discursiva está relacionada ao turismo de negócio, também há o apelo às praias e aos atrativos culturais já mencionados, reforçando ainda a imagem do *Pernambuco paradisíaco*.

Figura 6 – folder (pág. dupla)



Fonte: Empetur/Gruptonove

4. ...À guisa de conclusão

Constatamos, em nossas análises, que as praias continuam sendo o grande destaque da publicidade da Empetur, principalmente na materialidade visual das peças publicitárias coletadas. Atrativos do interior de Pernambuco, como rios, cachoeiras, reservas ecológicas, formações rochosas, vegetação da caatinga e o clima ameno das cidades serranas, por exemplo, são simplesmente apagados da cena discursiva, deixando a publicidade da Empetur de incentivar o ecoturismo, o turismo de esporte, turismo rural e o turismo de inverno no Agreste e no Sertão do Estado⁸³.

⁸³ Vale destacar que observamos o processo discursivo de produção de estereótipos e apagamentos não só com relação à divulgação de atrativos naturais, mas também de culturais e de infraestrutura. Ou seja, esse processo se dá na construção das três imagens identificadas (*Pernambuco paradisíaco, cultural e moderno*).

Outro aspecto que gostaríamos de salientar é a ausência de pessoas e de prédios ou casas na maioria das fotografias utilizadas pela publicidade da Empetur, com raras exceções como aquelas que retratam o carnaval e as construções históricas. Pernambuco, assim, apresenta-se como um lugar ainda intocado, despovoado, como fora descrito o Brasil por nossos “descobridores”. Retrata-se a tapioca, mas não a tapioqueira, o artesanato, mas não o artesão. Onde estão então os quase oito milhões de habitantes ou as centenas de turistas brasileiros e estrangeiros que visitam o Estado toda semana, como assertam alguns enunciados encontrados no *corpus* da pesquisa? Fala-se também de uma “agitada vida noturna”, mas não vemos as pessoas nos bares, danceterias, nas ruas e sim lugares desertos, vazios, sem “alma”, sem vida. Não se mostra o povo formado pela tal miscigenação de índios, negros e europeus, nem mesmo pernambucanos ilustres, famosos, artistas, músicos, escritores, pintores.

Chamamos a atenção para que essa “ocultação”, esse apagamento discursivo das pessoas e das construções “modernas”, além de reforçar uma imagem estereotipada do Estado – a do *Pernambuco paradisíaco* –, também não contempla a divulgação de um atrativo que é considerado, por 28% dos turistas⁸⁴, o que o Brasil tem de melhor: o povo. Por outro lado, há de que se reconhecer, também não foram retratadas as mulheres (geralmente “mulatas”) em trajes diminutos, outrora presentes até mesmo na publicidade turística oficial (BIGNAMI, 2002), cujas fotografias poderiam estimular o turismo sexual.

Mas, afinal, as peças publicitárias da Empetur que compõem o *corpus* da pesquisa constroem imagens diversificadas de Pernambuco, como prescrevia o primeiro PNT, contribuindo para a atração de novos e mais turistas para o Estado? Em um primeiro momento, poderíamos concluir que sim, já que além da imagem do *Pernambuco paradisíaco*, do turismo de sol e praia, também são acionadas estratégias discursivas que buscam construir também a imagem do *Pernambuco cultural* ou do *Pernambuco moderno*.

Porém, um olhar mais acurado sobre essa publicidade, como vimos, revela que a imagem do *Pernambuco paradisíaco* permanece predominante no discurso publicitário turístico do Estado, principalmente em sua materialidade visual e, se somarmos a isso o fato de que existe, como bem lembra Maingueneau (2005), uma parcela da instância de recepção que costuma apenas folhear apressadamente os anúncios publici-

⁸⁴ Segundo pesquisa realizada para a elaboração do Plano Aquarela (BRASIL, 2003b).

tários – prática de leitura que intensifica a importância da linguagem visual na construção dos sentidos – temos, portanto, que esse efeito de diversidade pode não vir a ser suscitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARACUHY, Regina. Construções identitárias nas fronteiras do lazer. Recorte – Revista de linguagem, cultura e discurso. Três Corações, v. 2., 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. São Paulo: Aleph, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2007/2010*. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Aquarela: marketing turístico internacional do Brasil*. Brasília, 2003b. Disponível em: <<http://www.brasilnetwork.tur.br/downloads/geral.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto, 2004.

GASTAL, Susana. *Turismo, imagens e imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005.

GOMES, Wilson. *Transformação da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

KOTLER, Philip et al. *Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países*. São Paulo: Makron Books, 1995.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

PIRES, Carolina Leal. *Imagens de Pernambuco: uma análise semiolinguística do discurso publicitário turístico*. Recife: Ed. Universitária, 2009.

SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

SANTOS, Edilma. Identidade e imagem no marketing pessoal. In: YANAZE, M. (Org.). *Marketing e comunicação: funções, conceitos e aplicações*. São Paulo: STS, p. 57-73, 2005.

TORQUATO, Gaudêncio. *Tratado de comunicação organizacional e política*. São Paulo: Pioneira, 2002.

VAZ, Gil. *Marketing turístico: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados*. São Paulo: Pioneira, 1999.

**DOCUMENTOS JURÍDICOS:
A FILOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA A EDIÇÃO
E O ESTUDO DO DISCURSO
EM AUTOS DE DEFLORAMENTO**

Ivanete Martins de Jesus (UEFS)

vone_dejesus@hotmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

rcrqueiroz@uol.com.br

1. Introdução

Quando se editam os documentos manuscritos de Feira de Santana e regiões distritais do início do século XX, documentos esses que estão sob a guarda do acervo do CEDOC – UEFS⁸⁵, onde muitos se encontram já deteriorados com manchas, furos, rasgados, palavras ilegíveis, etc.; tem-se como objetivo o trabalho filológico com o texto, através da edição semidiplomática, para preservação de fontes de pesquisas fiéis e autênticas, já que após a realização da edição é que se evita o retorno ao documento original. Essa prática revela o trabalho da filologia que há muito tempo surgiu (por volta do século III a. C.) com pesquisadores alexandrinos, que estudavam registros escritos do extenso acervo da biblioteca de Alexandria. A filologia é a ciência que possibilita o estudo da língua e da cultura de um povo através dos textos ou registros escritos. O estudo da linguagem foi consolidado na antiguidade graças ao trabalho filológico de textos literários, da evolução das línguas e as transformações de um povo ou sociedade. Assim como outras áreas do saber carrega em si fatos históricos e culturais, a filologia reflete e se favorece de circunstâncias temporais e sociais da linguagem humana e de seus registros; tornando-se “[...] ao mesmo tempo produto do seu passado e matriz do seu futuro.” (ROBINS, 1983, p. 2). Sabe-se que:

Os indivíduos nascem, crescem e vivem num ambiente determinado física e culturalmente pelo seu passado; participam desse ambiente e nele efetuam mudanças. Esta é a base da história humana. Como todo povo e toda concepção intelectual ou moral, uma ciência (no sentido mais amplo) tem a sua história. Os cientistas não partem do nada em cada geração; trabalham, ao contrário, com base naquilo que a cultura de época recebeu como herança. (ROBINS, 1983, p. 2).

⁸⁵ Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Dessa forma o trabalho filológico está diretamente relacionado à atividade humana e seus acontecimentos (temporais ou casuais), possibilitando a compreensão desses fatos em seu valor cultural. Acerca da filologia, na ótica desse trabalho em estudo, Houaiss (2009) diz que essa ciência trata do “[...] estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos.” Através dos autos de defloração em estudo, que são fontes primárias de pesquisas, torna-se possível efetuar um estudo sócio-histórico, linguístico e filológico daqueles, pois são prova de representações sociais ocorridas no Brasil do início do século XX. E de acordo com as escolhas metodológicas do pesquisador (com qualquer registro ou fonte historiográfica), ele busca de acordo aos seus interesses ou necessidade, e às circunstâncias de época, espaço e cultura, estudar as identidades e significações ali registradas.

Com isso, as fontes manuscritas são muito importantes no trabalho do pesquisador, pois os momentos em busca de conhecimentos do passado são gratificantes e agradáveis àqueles que com afincos e dedicação debruçam-se para perscrutar e entender a história. O pesquisador convive e se encanta com relatos, depoimentos, testemunhos de pessoas que antecederam ao seu tempo. Às vezes aquele se sensibiliza com as lutas cotidianas, sofrimentos, conflitos, ideais, e ganha certa intimidade com tais personagens históricos que praticamente ganham vida nos papéis entre traças, fungos e poeira. Conforme Bacellar (*apud* PINSKY, 2005, p. 24), o historiador sente “[...] o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar.” Esse é o reconhecimento da vida de pesquisa: dedicada, exaustiva, longa, no entanto, principalmente recompensadora acima de tudo, pelo registro, preservação e divulgação de um trabalho tão esmerado. E com o auxílio da filologia, o pesquisador pode manter então um contato direto com o seu objeto de estudo, analisando a linguagem do texto, sua escrita, seus personagens e história.

Para se analisar o discurso médico e jurídico nos processos crimes sobre denúncia de defloração, o estudo da linguagem é de extrema importância para se dar sentido aos signos linguísticos, compreender a sua semântica, as constituições ideológicas faladas e escritas por pessoas que refletem o seu meio e a sua cultura; como se analisa o que diz Brandão (1995, p. 12)

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Dessa forma, através dos autos de defloração editados, pode-se estudar e conhecer melhor a vivência de um povo passado, a sua escrita, a sua cultura e os preceitos ideológicos e discursivos disseminados socialmente, a fim de disciplinar e moralizar através da política do sexo as mulheres do período da 1ª República no Brasil, visando-se que para manter a civilização e o progresso do país era necessária uma nação com valores morais e patriarcais, sem famílias desordenadas que pudessem disseminar a marginalização social.

2. Método aplicado

Para a edição dos documentos, duas operações foram necessárias: a descrição e a transcrição, para as quais foram observados alguns critérios, visando coibir os possíveis vícios de edição. Foram utilizadas as normas adotadas no Projeto de Pesquisa “Estudo histórico, filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”, a saber:

• Para a descrição do documento:

O número de linhas da mancha escrita;

Número de abreviaturas;

Tipo de manuscrito;

Tipo de papel;

Data do manuscrito;

Tipo de escrita.

• Para transcrever o documento:

A escrita do período;

O desdobraimento de abreviaturas;

Unir e separar, quando conveniente, palavras do documento;

3. Descrição dos documentos

Documento 1: O documento é datado de 1904 e foi arquivado. Trata-se de um inquérito policial sobre o defloramento da menor Maria Dias dos Santos, filha de José Dias dos Santos, o qual denunciou o ocorrido. O documento foi escrito com tinta preta, em papel *al massa*, letra cursiva, os fólhos 1r e 2r estão escurecidos pela ação do tempo, com as bordas rasgadas e amassadas, há manchas e furos consideráveis devido à ação de insetos e da própria tinta da escrita. No fólho 1r há um carimbo, no ângulo direito superior, com parte da inscrição apagada, entendendo-se apenas: “Feira de Santana – Bahia”. À margem direita está a inscrição: “Arquivado”.

Apresentam-se em todos os fólhos pequenos furos causados por insetos e manchas em decorrência do manuseio indevido, como também estão amarelados ou meio escurecidos pela ação do tempo. Nos fólhos 3 a 6 recto há um selo à margem esquerda superior, com a seguinte inscrição: “Estado da Bahia, Republica Brasileira, Imposto do selo, 200 Reis e abaixo carimbado R: 300”. Há timbres em relevo à margem direita superior dos fólhos 3 a 6 recto, com inscrições não legíveis por já estarem desgastadas. Também nos respectivos fólhos existe a marca d’água constando: “THESOIRO DO ESTADO – BAHIA”.

O documento está disposto em única coluna, possui 19 fólhos, sendo que os fólhos 1, 2, 5 e 11 foram escritos apenas no recto (r), e os demais recto (r) e verso (v). Costurado pela margem esquerda, possui a seguinte dimensão: 330 mm x 220 mm, e a extensão de linhas escritas nos referentes fólhos é de 280 mm x 170 mm. Nos fólhos 7, 8 e 9 recto, há uma rubrica à margem direita, vertical, constando: “Sousa Junior”.

Documento 2: Trata-se do processo de defloramento, da considerada vítima, Josepha Esmina Ribeiro e o acusado, Santos Gonçalves de Oliveira. Documento constituído de 33 fólhos, datado de 1907 e arquivado. Escrito com tinta preta, em papel *al massa*.

No fólho 1r apresentam-se grandes manchas escuras de tinta preta à margem direita; todos os fólhos encontram-se amarelados pela ação do tempo e manuseios indevidos, e possuem todas as bordas rasgadas e amassadas. Sendo que as manchas escuras se estendem até o fólho 17 verso.

Consta um carimbo no fólho 1 recto, à margem direita, meio superior, com a seguinte inscrição: “EPAMINONDAS VICENTE DOS REIS, ESCRIVÃO DE JURY E EXECUÇÕES CRIMINAIS, FEIRA DE

SANTANA BAHIA”. E ainda encontram-se pequenos furos de insetos no fólio 1r. O referido documento está disposto em única coluna, com 33 fólhos, estando os fólhos 1, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 31 e 33 apenas escritos no recto e os demais recto e verso.

O documento é costurado pela margem esquerda e possui a seguinte dimensão: 330 mm X 220 mm. O fólio 15r está rasgado da margem direita ao centro da folha, e os fólhos 17 v, 18 r, 28 v e 29 r apresentam manchas corrosivas causadas por insetos (cupins e traças).

4. *Língua e discurso*

Os estudos linguísticos acerca da concepção de língua iniciaram-se, de forma científica, a partir dos postulados teóricos de Saussure, em sua perspectiva dual ou dicotômica sobre *langue e parole* (língua e fala). A língua em oposição à esfera individual da fala encontra-se no campo social, como uma realidade consciente formada de significados e significantes, os quais constituem os signos que correspondem a um sistema de ideias. Para Saussure (1999, p. 17) a língua “é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” No entanto, a fala ou *parole* não é vista como um sistema linguístico, já que o teórico a considera imprevisível por ser algo individual, que parte da vontade e inteligência de cada um; e nesse ponto ficou uma lacuna que possibilitou gerar outras discussões.

Os estudos posteriores a Saussure são tributários a este teórico, já que foi da sua concepção a respeito da língua como um fator social abstrato e ideal que estudiosos puderam perceber as suas limitações teóricas, direcionando-se para outras teorias como Bakhtin, que partindo desse princípio saussuriano “[...] vê a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando dessa forma a fala.” (BRANDÃO, 1995, p. 9). A fala vem a ser a realidade da linguagem no ato da enunciação como uma interação verbal da intersubjetividade humana, a enunciação é para Bakhtin “[...] uma realidade fundamental da língua.” (*Idem, ibidem*).

Dando um passo além, estudiosos buscaram compreender o fenômeno da linguagem sem centralizar apenas na língua, ou tomá-la como um sistema neutro ideologicamente. Em outra instância da linguagem, buscou-se, portanto, estudar o discurso como “[...] o ponto de articulação

dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos.” (BRANDÃO, 1995, p. 12). Tomando-se a linguagem discursiva como a linha ou o fio que liga as “significações” de um texto às suas condições sócio-históricas, percebe-se que aquele não é “de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações.” (*Idem, ibidem*).

Michel Pêcheux, em seus estudos e pesquisas sobre o discurso, procurou manter uma ligação com a questão língua/sujeito/história, relação esta que inter-relaciona o sujeito com a sua vivência histórica e com a sua realidade linguístico-social. Retornando à língua como um campo social de Saussure, Orlandi (*apud* INDURSKY; FERREIRA, 2007, p. 77) pensa a língua como um fato de significação social, “[...] ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente.” E produz também um “[...] deslizamento para a relação não dicotômica língua e discurso.” (*Idem, ibidem*). A língua encontra-se nessa situação como uma estrutura aberta, que não se fecha em si mesma; ao contrário, abre um leque de estudos e possibilidades teóricas para se estudar o sujeito em sua história, fatores socioideológicos etc.

Portanto, é possível fazer uma abordagem discursiva da língua (estudo do discurso), levando-se em conta fatores sociais e particulares de cada sujeito que traz consigo significações linguísticas, as quais possibilitam observar as particularidades do discurso de um texto ou fala (como um objeto semântico). No discurso revelam-se as marcas históricas, persuasivas, ideológicas, socioculturais e, nesses aspectos, o sujeito exterioriza através da linguagem o real da história que se impõe na realidade linguística. Percebemos então que nos atos de defloramento em estudo, sujeitos de uma determinada história exteriorizam seus discursos de acordo à realidade histórica e social que os moldara (papel que cabe aos subordinados) ou que lhes era conveniente (trata-se da classe dominante e determinante da realidade existente).

5. Analisando a prática discursiva dos documentos

Para se iniciar o estudo do discurso nos documentos faz-se necessário esclarecer a respeito da semântica da palavra defloramento, que vem do verbo deflorar, o qual Houaiss (2009) coloca que por analogia se trata de “fazer perder ou perder a virgindade; desflorar (-se), desvirginar (-se)”. Sueann Caulfield (2000) expõe que de acordo aos debates entre juristas acerca do termo defloramento como prova de quebra da honra de mulher honesta, que o “verbo ‘deflorar’ foi uma inovação do Código Pe-

nal de 1830.” (2000, p. 75). A membrana hímen da mulher era, portanto, uma relação da marca fisiológica da virtude moral e da valorização histórica da virgindade física, pois o direito romano já havia usado o termo *desvirginatio* e *desvirginare*. (CAULFIELD, 2000, p. 75). A perda da virgindade de uma moça honesta (de menor idade), por arte do engano, sedução ou fraude (art. 267 do Cód. de 1890) era considerado crime de defloramento e para a Justiça era um crime “pernicioso”, já que o defloramento ou ruptura do hímen da mulher estava relacionado ao seu único dote natural irreparável.” (*Idem, ibidem*, p. 78). Assim, para comprovar a perda da virgindade, a menor passava por uma perícia rudimentar com médicos legistas ou farmacêuticos, os quais respondiam aos seguintes quesitos:

1º. Houve com/efeito o defloramento? 2º. Qual o meio/empregado? 3º. Houve copula carnal?/4º. Houve violencia para fins libi-/dinozos? 5º. Quais foram essas violen-/cias? 6º. Em virtude do meio empre-/gado, ficou a offendida impossibili-/tada de resistir e defender-se? 7º./O defloramento é recente? (ADMD, f. 8 v).⁸⁶

No auto de defloramento de Maria Dias (1904), articula-se que ela era noiva, já tinha uma parte do enxoval pronta e vivia com recato e decência em companhia da família; segundo a vítima, ela manteve relações sexuais com o próprio noivo após ele ter prometido casar-se “impreterivelmente”, tendo aquela cedido ao pedido daquele. No entanto, Eduardo Tertuliano recusou-se a manter a promessa após o ato sexual. Tratava-se, logo, de prática de sedução. Segundo o Código Penal de 1890 a prática de sedução de mulheres honestas era crime contra a moral, pois se tratava de “enganar ou corromper, de influir, com enleios, sobre a vontade da menor, com evidente abuso da inexperiência ou justificável confiança por parte da vítima, dispondo-a a ceder unicamente para ser agradável e praticar o ato”. (MEDEIROS; MOREIRA, 1967, p. 65).

No auto de perguntas às testemunhas a respeito da ofensa da honra de Maria Dias, inquiriram se a vítima estava realmente noiva do acusado, obtendo-se uma resposta positiva de todas as testemunhas, pois a preocupação maior da Justiça era comprovar se realmente a mulher ofendida era honesta e fora enganada, enquanto a respeito do homem pouco se questionava. Havia um discurso excludente por parte dos juristas como Viveiros de Castro, que argumentava que sendo uma mulher pura e honesta, aquela saberia viver no recato do lar e saberia manter a virgin-

⁸⁶ Auto de defloramento de Maria Dias, fôlio 8 verso.

dade do seu corpo. Assim, nos debates sobre honestidade, Caulfield (2000, p. 77) fala que:

Um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, respeitável e leal; ele não desonraria uma mulher ou voltaria atrás em sua palavra. Em contraste, a honestidade feminina referia-se à virtude moral no sentido sexual, e esse era um tópico de grande preocupação teórica ou jurisprudência [...] ‘A ofendida, portanto, deve ser acreditada quando não há provas contrárias à sua precedente honestidade’. Uma moça de família honesta era ingênua e transparente; seus pensamentos e atos eram totalmente previsíveis. Ela, por exemplo, nunca iria manter relações sexuais extraconjugais, a menos que fosse forçada ou ludibriada.

Assim as mulheres defloradas eram alvos de julgamento e especulações por parte da Justiça (juristas, articulistas, promotores e delegados) em relação à sua honestidade e sinceridade de depoimento, já que tinham de provar que realmente houve promessa de casamento ou troca de presentes, e pelo menos duas testemunhas tinham que afirmar que havia contrato de casamento por parte do deflorador. No caso de Maria Dias, não houve muito debate acerca da sua honestidade, já que muitos fatores contribuíram como prova concreta de convencimento da Justiça que a menor fora vítima de sedução e o “mal” deveria ser reparado com o casamento ou punição da lei, com prisão de 1 a 4 anos segundo o Código Penal de 1890. Nota-se então no trecho a seguir do Auto de defloramento de Maria Dias que a atitude de Eduardo para com a menor fora desonesta, e que deveria ser punido. Houve evidências presentes nos autos de perguntas da vítima e testemunhas, no corpo de delito e de articulistas como: “[...] Eduard-/do Tertuliano de Almeida viuvo morador na/Fazenda Regalo [...] abusando/da confiança da família do suplicante e da/dita menor com quem se achava contratado/para casar-se [...]” (fólio 3r). Articula-se, portanto, que o acusado era noivo da menor e abusou da sua confiança e da família para deflorá-la e logo após abandoná-la. Nesse aspecto, leva-se em consideração a má conduta do réu, como um crime contra os bons costumes sociais difundidos na época e contra honra da família, pois:

Os juristas estavam, como os médicos, imbuídos da missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado [...] O aprofundamento das correlações entre honestidade, moral e bom trabalhador, no meio jurídico, formavam um triângulo referencial riquíssimo na sociedade que se desejava formar. (ESTEVES, 1989, p. 41).

Também é reforçado no auto de perguntas da menor, quando lhe é perguntado como aconteceu o fato e aquela responde que: “[...] Eduardo

Tertuliano de Almeida/com quem ella ofendida estava/contratada para casar e convi-/dou-a para ella sahir de casa/com elle promettendo cazarse/com ella impetrevavelmente, nesta/ocasião ella offendida accedeu/e o acompanhou [...]" (f. 7v). Nesse caso, o discurso de Maria está de acordo aos conceitos de honestidade da lei, já que ela afirma que havia compromisso de casamento e aquele prometera casar-se sem perda de tempo e por isso cedeu ao seu pedido. Na realização do corpo de delicto os peritos descrevem a menor da seguinte forma:

Procedendo exame minuciozo/e attento na pesssoa da Senhora Dona/Maria Dias dos Santos, branca, de 18/annos presumíveis, temperamento symphatico, nervoso, constituiçãofraca/observamos os seios não flácidos [...] os grandes lábios de desenvolvimentos/infantil, não estavam tungidos,/seus contornos; os pequenos labios ou/mynphas, digo ninphas, de cor rósea/natural, com uma lesão sofrida; cli- tores retrahidos, normal, examinados o/orificio uretral de aspecto digo/aspecto sadio; parecendo retalhos da/membrana, vimos enfranjado echi/motico no vestibulo da vulva [...] (fólio 9 v).

A menor é tratada respeitosamente como senhora, e eles dão importância ao fato de registrar a sua cor branca, pois havia uma tendência discriminatória e marginalizadora da cor em relação às pardas e pretas. A maior parte dos processos considerados procedentes, segundo Esteves (1989), de acordo com a ordem de cor das ofendidas, eram das consideradas brancas; em ordem inversa (pretas e pardas) eram mais improcedentes pela Justiça. Com isso a autora coloca que “A discriminação racial evidencia-se também pela maior presença de discursos de promotores e delegados, produzidos com objetivos de defesa da vítima, nos processos em que as ofendidas eram brancas.” (ESTEVES, 1989, p. 111). Assim os peritos descrevem os aspectos da personalidade de Maria, em que a põem como vítima fragilizada. Quanto aos dados fisiológicos comprova-se que Maria Dias era virgem e realmente fora deflorada, como respondem aos quesitos posteriormente que “houve defloramento”. (f. 9 v).

No auto de defloramento da menor Josepha Esmina (1907), 15 anos, de cor negra, os peritos já conduziram seu trabalho de forma diferenciada; destacando que no auto da menor não é citada uma referência paterna, há apenas a presença da mãe. No entanto, a figura patriarcal era algo de relevante importância na época para a constituição de uma família honesta e institucionalizada. Assim prossegue:

No dia tre-/ze de Março do presente anno na/sala de audiencias do Doutor Juiz de/Direito nesta cidade tivemos occa- /sião de proceder a um exame medico legal na pessoa de Josepha/Esmina Ribeiro, com quinze an-/nos de idade **supposta victima** de/defloramento. Effectivamente n'um/n'um compartimento affastado demos/começo ao acto pelo interrogatorio que ao/lado do exame

dentro dos órgãos genitais/extenso nos trouxe plena informação/da realidade do facto. Para isso n'um/banco ahi existente collocamos a offen-/dida em decubitus dorsal, tendo as/pernas em flexão sobre o abdomem/inteiramente aproximados e procura-/mos, o que de anormal se nos podia/apresentar [...] (f. 10 r e v).

Vê-se então que no caso de Josepha Esmina não se fala de personalidade, nem há tratamento de senhora, ao contrário, descrevem-na como suposta vítima, e nem mencionam a sua cor. Procederam ao exame num banco afastado da sala de audiências onde a ela anteriormente havia sido inquirida. De tal forma iniciaram a pericia a fim de detectarem as anormalidades ou provas de que fora deflorada. A menor Josepha não é vista como uma vítima frágil, mas como alguém capaz de ceder facilmente aos desejos de um homem sem a arte da sedução ou engano. O que diferenciava Josepha de Maria, além da discriminação racial, é que Maria Dias tinha uma família com base patriarcal, como coloca o articulista que o pai da menor, José Dias, é um “homem pobre e prezado de numerosa família” (f. 3r), e que a sua filha vivia sob vigilância familiar. Enquanto Josepha só tinha a mãe e aquela se ausentava do lar para trabalhar, deixando a filha sozinha em casa, o que facilitava o acesso do acusado à casa, ficando os dois a sós.

Passa-se então a fazer uma observação entre o auto de perguntas feitas à Maria e a Josepha, percebendo-se que houve uma preocupação maior em querer saber mais detalhes do ocorrido à menor Josepha. Primeiro começa-se com perguntas básicas e importantes a serem anotadas: “Perguntado qual o seu nome ida-/de estado, naturalidade filiação/profissão residencia e se sabe ler/e escrever” (ADJER⁸⁷, f. 9r). O mesmo prossegue com Maria: “Perguntada qual seu nome/Seo nome, idade, estado, naturali-/dade e profissão?” (ADMD⁸⁸, f.7v). Na segunda pergunta, percebe-se o modo diferenciado na condução do inquérito, perguntando-se à menor Maria o seguinte: “Perguntado como se havia passado o facto de ser ella offendida/em sua honra?” (f. 7 v). Notam-se particularidades quando se perguntam a Josepha: “Peguntado como se deu o facto/de que se queixa e por quem/foi offendida?” (f. 9r). Assim, observa-se que em relação à menor Maria, fala-se em ofensa da honra, enquanto para Josepha fala-se de ofensa, mas não de sua honra pessoal e moral; tal ofensa se estende aos bons costumes sociais. Além disso, pergunta-se a Maria Dias sobre quais pessoas sabiam do ocorrido e se tinha algo mais a declarar. Prosseguindo-se com Josepha Esmina, tem-se:

⁸⁷ Auto de defloramento de Josepha Esmina Ribeiro.

⁸⁸ Auto de defloramento de Maria Dias dos Santos.

Perguntada se não procurou of-/ferecer resistência aos desejos libidinosos do satiro seu noivo/Disse que é/verdade que resistio/o que poude para contrariar os de-/zeijos de seu noivo, mas afinal/deixou-se levar pelas promessa del-/le satisfazendo assim os seus dezejios/libidinosos. (f. 9v)

Perguntado a quem comunicou/ella este facto e porque não teve/a Justiça conhecimento delle logo/após a sua realização?/Respondeu que levou ao conhecimento de sua mãe Salustiana, e que/esta não procurou imediatamente/a Justiça porque esperava que o offen-/sor della sua filha procurasse reparar o mal casando-se com a mesma./mais em virtude de ter Santos Gonsalves de Oliveira fugido do cumprimento do seu dever, procurou ella/trazer este facto ao conhecimento da/Justiça. (f. 9v)

Perguntado quaes pessoas sabem/do facto de que se queixa? [...] (f. 9v)

Perguntado quantas vezes depois da/promessa teve Ella relações sexuaes/com Santos Gonsalves?/Disse que depois mais ou me-/nos dez vezes mais ou menos. (f. 10r)

Perguntado se teve também relações/com outra pessoa a não ser o primeiro que já refiro?/Respondeu que o unico homem/que conheceu foi Santos Gonsalves/de Oliveira. (f. 10r)

Perguntado o que tem mais a decla-/rar e esclarecer para conhecimento/da Justiça? [...] (f. 10r)

Assim, questiona-se à Josepha Esmina se ela procurou oferecer resistência, sendo que nos dois processos houve promessa de casamento e os dois acusados eram considerados noivos; mas tal pergunta não se fez a Maria Dias, já que aparentava um temperamento frágil, enquanto na visão da Justiça Josepha deveria ter resistido mais ou cedeu com facilidades por não possuir um caráter que compete à virtude moral de uma moça honesta. Para o delegado a quem foi denunciado o caso, Josepha deveria ter denunciado o noivo logo após o defloramento, porém ela alega que não o fez por achar que o acusado manteria sua promessa. Tanto é que ela afirma ao ser perguntado que mantivera relações sexuais com ele outras vezes. Portanto, na visão da Justiça Josepha não era tão inocente já que Santos Gonsalves (acusado) frequentava a sua casa possibilitando o acontecimento de outros atos sexuais. Logo aquela também poderia ter se relacionado com outros homens, caso essa possibilidade fosse confirmada, o réu estaria isento de sua culpa, por se tratar de uma mulher desonesta.

6. Considerações finais

Quanto ao episódio final dos dois processos, Maria Dias obtivera um resultado positivo, por que Eduardo Tertuliano ofereceu casar-se com a ofendida, para se livrar da punição da Lei de acordo ao artigo 267 do

Código Penal de 1890. De acordo às normas da época a mulher deflorada que não se casasse ficaria mal vista na sociedade e geralmente não conseguiria se casar com outro homem, já que a virgindade era a sua marca fisiológica de pureza e honestidade. No entanto, para casos como esse não se colocava em discussão a má conduta do acusado em seduzir a vítima e abandoná-la, causando tanto constrangimento legal e social; logo o processo fora arquivado e Eduardo Tertuliano foi isento do crime contra a honra da vítima, família e sociedade. Josepha Esmina também teve seu processo arquivado, mas, por não ser encontrada a sua certidão de batismo, documento esse que comprovaria ser menor de idade. Portanto o auto de defloramento de Josepha Esmina entra para mais um caso de improcedência judicial; por ser negra, pobre, e não possuir uma família com base patriarcal. Ao que fica claro é que aquela não possuía certidão de nascimento e a única prova da sua menor idade seria a certidão não encontrada na paróquia em que fora batizada.

Consequentemente o seu destino pôde ter sido de acordo ao que a sua mãe temia quando se afirma no início do documento ao suplicar o benefício da Promotoria Pública para o caso da sua filha: “[...] visto como, o dito Santos Gonsalves de/Oliveira ludibriara-lhe, faltando/com o que lhe havia prometido, deixando a sua filha/em completo desprezo.” (f. 5r). Esse pode ter sido o destino da menor Josepha Esmina, que, apesar de as testemunhas terem confirmado a sua honestidade e que vivia com dignidade em companhia da mãe, não deve ter ficado bem vista após não obter a reparação do “mal” com o casamento ou a punição com a prisão do réu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. Campinas: UNICAMP, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 2. ed. São Carlos: Clara Luz, 2007.

MEDEIROS, Darcy Campos de; MOREIRA, Aroldo. *Do crime de sedução*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.

PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Rita de C. Ribeiro de (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

**DOCUMENTOS MANUSCRITOS BAIANOS
DOS SÉCULOS XVIII AO XX:
HISTÓRIA E FONTE DE PESQUISA**

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
rrqueiroz@uol.com.br

O documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. É indiscutível que ele proporciona recursos inestimáveis [...], representando o melhor testemunho do passado, fonte direta de informação básica [...]. (ACIOLI, 2003, p. 1)

1. Introdução

Na Bahia, os arquivos públicos são detentores de uma documentação manuscrita que representa a memória nacional. Neste sentido, os documentos sob sua guarda são de valor inestimável para o resgate da nossa história, tanto social, quanto cultural e linguística. No entanto, muitos desses documentos encontram-se na iminência de desaparecer, caso não sejam adotadas medidas urgentes que visem amenizar a destruição desse importante patrimônio. No que tange à atividade filológica, cujo primórdio data do século III a.C., tem-se como principal meio para a preservação e a conservação da imensa massa documental baiana a realização de edições, a fim de que seja ao menos evitado o manuseio e resgatada a informação. Sendo assim, com vistas a retirar do ostracismo esse patrimônio, buscou-se em arquivos públicos de cidades do estado da Bahia como Cachoeira, Feira de Santana e Santo Amaro documentos que fossem representativos de um período e que pudessem ser editados, ou seja, aqueles que ainda podem ser manuseados, porque se encontrou a documentação, em muitas situações, em estados de avançada deterioração.

Como professora da disciplina Filologia e tendo feito mestrado e doutorado nessa área, busquei desenvolver projetos de pesquisa cujo objetivo fosse, além da edição do texto em si, também o resgate material do documento, ou seja, fazer com que o documento fosse preservado do manuseio indevido repetidamente, pois cada vez que é manipulado seu desgaste cresce consideravelmente.

Sendo assim, pretende-se com este trabalho dar a conhecer a situação dos documentos manuscritos baianos e apresentar o trabalho filoló-

gico desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, localizada no estado da Bahia.

2. *As edições*

Dois projetos são desenvolvidos na Universidade Estadual de Feira de Santana que tratam da edição de documentos baianos, a saber: 1. “Documentação de Feira de Santana: um trabalho linguístico-filológico”, do qual se conta com as seguintes publicações em livro: *A Escrita Autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro: edição de suas memórias*, de 2006; e *Documentos do Acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*, de 2007; e 2. “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”, cujo resultado em livro conta com a seguinte publicação: *Documentos Manuscritos Baianos dos Séculos XVIII ao XX: Livro de notas de escrituras*, de 2007.

A seguir são apresentados alguns fragmentos das edições realizadas. O tipo de edição adotado é aquele cuja intervenção do editor é mínima, havendo apenas o desdobramento das abreviaturas e a união de palavras separadas e a separação de palavras unidas. Neste caso, trata-se da edição semidiplomática, para a qual, além da intervenção mencionada, tomaram-se os seguintes critérios:

- *Para a descrição:*
 - a) Número de colunas
 - b) Número de linhas da mancha escrita
 - c) Existência de ornamentos
 - d) Maiúsculas mais interessantes
 - e) Existência de sinais especiais
 - f) Número de abreviaturas
 - g) Tipo de escrita
 - h) Tipo de papel
 - i) Data do manuscrito

- *Para a transcrição:*
 - a) Respeito fiel ao texto: grafia (letras e algarismos), linha, fôlio etc.;
 - b) Indicação do número do fôlio, à margem direita;
 - c) Numeração do texto linha por linha, constando o número de cinco em cinco, desde a primeira linha do fôlio;
 - d) Separação das palavras unidas e união das separadas;
 - e) Desdobramento das abreviaturas, apresentando-as em itálico e negrito;
 - f) Utilização de colchetes para as interpolações;
 - g) Indicação das rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências.

2.1. O Diário de Doutor Remédios Monteiro⁸⁹

2.1.1. Descrição

O *Diário de Doutor Remédios Monteiro* foi escrito no seguinte suporte: Caderno pautado tipo escolar, em bom estado de conservação, medindo 220mm X 170mm, com 67 (sessenta e sete) folhas, 55 escritas só no recto; 2, só no verso e 10, recto e verso. Algumas folhas apresentam numeração. Com exceção da última folha, todas as demais, no recto, trazem a marca do carimbo de Arlindo da Silva Pitombo, que também as assina.

Dr. Remédios Monteiro escreveu o *Diário*, relatando suas memórias, com o objetivo de deixá-lo para sua única filha, D. Elvira Monteiro, o que pode ser comprovado na seguinte passagem: “[...] É o padrinho de baptismo de minha filha. Como escrevo / estas recordações para minha filha, / desejo que ella ame, estime e res/peite o bom parente que me soc/correu com a sua bolsa, me gui/ou com seus conselhos e comple/tou minha educação scientifica.” (f. 14r, l. 22 e 23 ; f. 15r, l. 1-6). No entanto, sua filha escreve, no próprio caderno em que figuram as Memórias, o seguinte texto: “Cortei estas folhas porque achei que meu pai não devia ter escripto e só serviram para perturbar e ser a causa destas infelicidades.” (f. 1v, l. 1-6).

⁸⁹ Documento do Acervo de Monsenhor Galvão, integrante da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, localizada no Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

Não há indicação do período em que começou a escrever o texto, pois não consta nenhuma data.

Folhas coladas: 129 e 130a; folhas rasgadas: 171 e 174; colado recorte de jornal sobre o sexagésimo aniversário do Dr. Remédios Monteiro: folhas 167 e 168.

O Diário de Doutor Remédios Monteiro encontra-se no acervo da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, sediada no Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Este documento é uma fonte rica de informações da segunda metade do século XIX, oferecendo diversas possibilidades de estudo em várias áreas, sejam elas a História, a Filologia, a Literatura, a Medicina, etc.

2.1.2. A edição da folha 6r do caderno

f.6r

- a civilização exterior (1)⁹⁰
- Estudei primeiras letras, la=
tim, francez e arithemetica no col=
5 legio do padre mestre José de Santiago
Mendonça, que havia sido monge
benedictino. Esse collegio, um dos
melhores do tempo e talvez superior
10 a alguns da actualidade, era no
bairro da Saude, perto da minha
residencia na rua do Livramento.
Desse collegio passei sempre como externo para o de *doutor* Adol=
pho Manoel Victorio da Costa a
fim de estudar os preparativos que me
15 faltavam para matricular-me
na Escola de Medicina. Ainda
alcancei o collegio Victorio na rua do
Conde, hoje rua do Visconde do Rio –
Branco, antes de mudar-se para a
20 rua dos Latoeiros, hoje de Gonçalves
Dias.
Deslisou-se minha infancia entre os afa=
gos e caricias de meu pae e de minha
mãe sempre bons, affectuosos, intelligentes,
25
- (1) Traduzida para o portuguez por uma anonyma;
em 12 – , Lisboa 1853.

⁹⁰ Toda a linha riscada.

2.2. A edição de um auto de defloração⁹¹

2.2.1. Descrição

Trata-se de um documento jurídico, lavrado entre os anos de 1903 a 1915, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Santo Amaro – Bahia – Brasil, assim descrito: série: Defloração, seção: Judiciária, escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta e azul, em sessenta fôlios. O texto do documento apresenta grafias distintas, comprovando que foi escrito por escrivães diferentes.

A vítima de defloração é uma menor de catorze anos, de nome Maria Juliana, filha de Maria Maximiana. O delito ocorreu entre 7 e 8 horas da noite, quando a vítima retornava da igreja para sua casa. O acusado de ter cometido o defloração é identificado como Bento da Rocha Doria, pessoa conhecida da vítima e que já vinha fazendo todo tipo de promessa a fim de seduzir Maria Juliana.

2.2.2. Edição do fôlio 2^r

f. 2

Número 142 Escrivam Alcebiades
Santo Amaro 16 de junho 1903

A

5 Senhor Doutor Juiz de Direito Supplente
5 D. A. sejam intimadas as testemunhas para o dia que
Designar virem depor neste juízo sobre o facto,
Adjunto do Promotor. . Santo Amaro 15 de junho de 1903

B

10 O Adjunto do Promotor Publico desta Commar
ca pondo em pratica as atribuições que lhe
sao outhorgadas por lei, vem denunciar a
Bento da Rocha Dorea, pelo seguinte facto

15 Maria Maximiana, mulher do povo
vivendo do produtco parco de grosseiros tra-
balhos, tinha em sua companhia uma filha
menor de nome Maria Juliana, de quem cui
dava com zelo de mãe extremoza, tanto ma
is, quanto presentia della se aproximar
20 iminente perigo na pessôa do denunciado

⁹¹ Documento constante do acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro.

- que por todos os meios procurava seduzir
sua referida filha com fascinantes e enga-
nosas promessas.
- 25 Infelizmente não poderam os cuidados preser-
val-a da pessoa desse ladrão da honra, que
em dias do mez de Maio próximo findo, quan-
do a infeliz Maria voltava da Igreja do Rosario
das 7 para as 8 horas da noite, em procura de
casa, inopinadamente surgiu o denuncia-
do que a conduziu para uns mattos proximi-
30 mos, onde a deflorou, abandonando-a em
seguida.
- E é corrente que o denunciado, affeito á
pratica do crime pelo qual o denuncia-
35 a mais de uma infeliz tem atirado ao
lodaçal da prostituição [...]

2.3. **Certidão de nascimento**⁹²

2.3.1. *Descrição da certidão de nascimento de Maria Eusebia de Jesus*

Documento com a seguinte datação: Serrinha, 24/12/1924. Em papel almaço pautado, amarelado pelo tempo, com as seguintes dimensões: 218mm X 330mm. Furos causados pela ação de insetos e fungos. Bordas superior e inferior levemente rasgadas. Marcas de dobras nos sentidos vertical e horizontal. Selo do Tesouro Nacional no valor de 600 reis, encontrando-se na margem inferior do fôlio 1v. Escrito em tinta preta, em um fôlio, recto – com 34 linhas e verso – com 30 linhas. Mancha escrita medindo: f. 1r – 282mm X 180mm; f. 1v – 267mm. Cota no acervo: M-Cer-12.

⁹² Documento do Acervo de Monsenhor Galvão, integrante da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, localizada no Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

2.3.2. *Edição da certidão de nascimento de Maria Eusebia de Jesus*

f. 1r

5 Certidão passada a
Pedido verbal do cidadão
José Gregorio da Luz do
registro de nascimento
de sua filha, Maria
Eusebia de Jesus, tudo
Como abaixo segue

10 Certifico eu escrivão abaixo assignado que reven
do em meu poder e cartorio os livros de registros
de nascimento d'elles as folhas 4 verços. Numero
250, consta o assentamento do seguinte theor.

15 Aos vinte e trez dias do mez de Dezembro de
mil novicentos e vinte quatro, neste districto de
paz, Municipio de Serrinha, comarca do mes-
mo nome Estado da Bahia compareceu em
meu cartorio o cidadão, José Gregorio da Luz,
residente na Fazenda Pedro Branco, Districto
de Riachão de Jacoype, o qual perante as teste-
20 munhas abaixo assignadas, e declaradas apre-
sentou-me a petição do seguinte theor. *Excelentissimo*
Senhor Doutor Juiz de Direito desta Comarca Diz
José Gregorio da Luz, pai de Maria Eusebia
de Jesus, que não tendo sido registrado o nascimen-
25 to de sua dita filha, e como deseja a bem do seu
interesse fazel-o vem de accordo com a nova Lei
Federal que rege ao espere 'pedir a *Vossa Excelencia* se digne
ordenar o competente registro para o que expõe o
seguinte A registrada nasceu no Districto de
30 Purificação no dia 15 de Dezembro de 1905
foi baptizada n'esta Freguesia sendo seus paes
legitimos José Gregorio da Luz e Maria
Antonia de Jesus, ambos residentes na fãsen=
da Pedro Branco, districto de Riachão de Jacoype

5 e são seus avós paternos Antonio Gregorio da Luz
 Maria Marcolina de Jesus, ambos falecidos,
 e maternos Antonio Martins de Araújo, ja
 falecido, e Maria Porcina de Jesus, e são seus
 padrinhos Tobias Pinto dos Santos e Maria
 Lina de Jesus, ambos residentes no districto de
 Riachão de Jacoype, e são testemunhas do que
 vem de allegar os Senhores Manoel Geral=
 do de Oliveira e José Pereira Leal ambos resi=
 dentes e negociantes nesta cidade, assim pois espero
 10 receber Deferimento, estava inutilisado em uma
 folha de papel um sello de tresentos e trinta
 reis que datava Serrinha, 23 de Dezembro de 1924
 Assignado João Alves de Oliveira, a rogo de
 15 José Gregorio da Luz, por não saber lêr e nem
 escrever. Affirmamos serem verdadeiras as de=
 clarações para o registro de Maria Eusebia de
 Jesus. Manoel Geraldo de Olveira Filho, José
 Pereira Leal. Despacho sim Serrinha, 23 de
 20 Dezembro de 1924. Assignado H Coelho. Pagou
 de sello por verba a quantia de cinco mil reis,
 conforme consta no livro de Receita do sello por
 verba, em folhas 4. Collectoria Federal de Serri=
 nha, em 23 de Dezembro de 1924. O Escrivão
 25 Pedro Augusto da Silva. Nada mais continha
 na dita petição a qual fielemente transcrip=
 ta ao que dou fê.
 Serrinha 24/12/1924
 O Escrivão
 30 João Alves de Oliveira

2.4. Edição de uma carta de liberdade⁹³

2.4.1. Edição da carta em favor de Cândida

f. 62r

1

Carta de liberdade passada a favor de Candi=
 da parda, como a diante vai declarado.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus –

⁹³ Documento constante do Livro de Notas de Escrituras, o qual está sob a guarda do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, composto por 194 fólhos (recto e verso), cuja datação está entre os anos de 1881 a 1888.

1 Christo de mil oitocentos e oitenta e um, aos
vinte e dous dias do mêz de Novembro do dito anno
nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Remedios
termo da cidade da Feira de Sant' Anna, em o=
5 meo cartorio, compareceo, Candida Victoria
moradora na Freguesia de São Gonsalo dos Cam=
pos da cidade da Cachoeira, e por ella=
me foi intregue e pedido que lançasse
em notas sua Carta de liberdade, a qual
10 e do theor seguinte. Carta de liberda
de passada em favor de Candida, parda.

O Doutor Guintino Ferreira da Silva, Juis de
Orfãos da Heroica Cidade da Cachoeira, etice=
15 tra. Pela prezente por mim assignada por
assim me haverem requerido, digo, dou li=
berdade a pardinha Candida, por assim me=
haverem requerido, os herdeiros do casal do=
fallecido Antonio Rib[e]jro de Oliveira, pelos
20 bons serviços prestados a este, por aquela es=
crava: em consequencia do que, lhe man=
dei passar a pre[z]ente, por assim me perme=
tir a lei aos desaceis de Agosto, de mil oito
centos e oitenta e um. Eu Antonio Fran=
25 cisco do Nascimento Vianna Escrivão dos=
Orfãos o escrevi. Guintino Ferreira da Sil=
va. E nada mais se comtinha, nem uma
outra cousa se declarava em a dita Carta
de liberdade, a qual vai por mim Escri=
30 vão, transcripta e assignada. Eu José Caribé
de Cerquera Escrivão de Paz, transcrevi e as=
signej.

José Caribé de Cerquera.

3. *Estado físico dos documentos*

Os documentos manuscritos baianos, bem como muitos outros documentos brasileiros, estão em estado de conservação precário. São poucos os arquivos que contam com uma infraestrutura adequada para o acondicionamento, tratamento e disponibilidade de acesso à massa documental. Assim corrobora Acioli (2003, p. 2)

Todos que lidam com documentos manuscritos no Brasil, sabem que o quadro é desolador na maioria dos estados. É necessário que sejam conscientizados os poderes públicos responsáveis, como o Judiciário, o Ministério da Fazenda, a Igreja, etc., para desenvolverem, a curto prazo, uma política de conservação e restauração dos documentos que ainda restam.

Neste sentido, visando disponibilizar a informação que os documentos manuscritos baianos trazem em si e que podem ser úteis para diversas áreas do saber, tais como Direito, Genealogia, História, Linguística, Geografia é que se vem desenvolvendo os projetos mencionados anteriormente, a fim de preservar o original e evitar o manuseio, que na maioria dos casos é indevido, pois aqueles que trabalham nas instituições-memória, como os arquivos e bibliotecas públicos, não estão preparados para o pleno exercício de salvaguarda do patrimônio documental, permitindo muitas vezes que pesquisadores descuidados danifiquem ainda mais os documentos. Nessa direção Báez (2006, p. 312) afirma:

Vários fatores podem acelerar a destruição do papel. Um ambiente inadequado, por exemplo, é prejudicial, e também a umidade, a péssima ventilação, a atmosfera seca, a alta temperatura, a contaminação ou o excesso de luz. A luz, em qualquer de seus comprimentos de onda – visível, infravermelha ou ultravioleta (UVA) –, contribui para a decomposição química de todo material orgânico por oxidação. Se o leitor deixar um livro ao lado de uma janela pela qual entra muita luz, observará que as páginas se descolorem com os dias e adquirem um aspecto amarelado, sintoma evidente do que foi dito. A radiação UVA, cada dia mais frequente, ocasiona essa aparência quebradiça dos papéis compostos de celulose

Tudo isso pode ser visto nos arquivos brasileiros, cujos edifícios onde funcionam não foram projetados para a devida acomodação da massa documental, mesmo naqueles construídos para esse fim, com raras exceções, é claro.

4. Considerações finais

Tomando-se as edições já realizadas e aquelas que estão sendo feitas, diversos estudos podem ser seguidos. Alguns já foram concluídos pelo grupo de pesquisa e outros estão em fase de conclusão, ainda outros por serem iniciados, seja por bolsistas de iniciação científica, estudantes de mestrado, e por professores. Tais estudos se encerram nas seguintes abordagens: com os autos de defloramento – sobre o discurso; sobre as relações de gênero; sobre o vocabulário da sexualidade; com todos os documentos: sobre as variações grafemáticas. As abordagens dependem do tipo de documento que se editou. Com autos de partilha procede-se à análise do vocabulário, que pode ser sobre os campos semânticos mais pertinentes encontrados no texto, como: dos objetos pessoais, dos utensílios, dos animais, dos bens móveis e imóveis. Com os inventários também se pode seguir nessa direção, além do estudo da onomástica.

Assim, fica aqui o convite para o leitor viajar pelo mundo das letras de outros tempos e lugares e conhecer um pouco mais sobre a nossa história, seja esta linguística, social ou cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2003.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução Léo Schlafman. 1. reimp. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

INVENTÁRIO ANALÍTICO DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO ACERVO DO MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO. Feira de Santana: UEFS/ Centro de Pesquisa e Documentação de Feira de Santana, 1998.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Orgs.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial / Fapesp, 2006.

MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1997.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Testamento do general Francisco Barreto de Menezes*. Edição fac-similar com comentários e notas. Recife: Parque Histórico dos Guararapes/IPHAN/MEC, 1976.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *Documentos do acervo de monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.

_____. *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX*: Livro de notas de escrituras – vol. 1. Salvador: Quarteto; Feira de Santana: UEFS, 2007.

_____. *A escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro*: edição de suas memórias. Salvador: Quarteto, 2006.

_____. Para que editar? A filologia a serviço da preservação da memória baiana. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Orgs.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 141-157.

SAMARA, Eni de Mesquita; DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1986.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Autos de querrela e denúncia...*: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Fortaleza: LCR, 2006.

**DOCUMENTOS MANUSCRITOS DE FEIRA DE SANTANA:
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ANÁLISE DO DISCURSO
DE DOIS AUTOS DE DEFLORAMENTO**

Jacilene Marques Salomão (UEFS)

jacilene_marques@hotmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

rcrqueiroz@uol.com.br

[...] ao longo de todos os séculos as mulheres brasileiras, como as mulheres de um modo geral, tem permanecido ao mesmo tempo no centro e na margem. (COUTINHO, 1994).

1. Descrição dos documentos editados

1.1. Auto de defloração de Senhorinha Soares de Lima

O documento possui 72 fôlios (sendo que há mancha escrita apenas no recto, em vinte e dois fôlios; no recto e verso, em cinquenta). Escrito em papel almaço. A capa está mais degradada em relação aos demais fôlios. Além disso, nesta há uma marca d'água com a seguinte inscrição: *Epaminondas Vincente Dos Reis, escrivão de Jury execuções criminais*. Além de: Feira de Santana (espaço para data) Bahia e também existem outros escritos em tinta vermelha: o número 26 e em tinta azul: A, M-2 e Julgado em 16 de Junho. No fôlio 5r, há uma mancha de cor preta dificultando um pouco a leitura. Encontra-se nos fôlios 7r, 8r e 9r uma marca de selo com a frase: *Estado da Bahia, Republica Brasileira, imposto do sello, 200 reis*. Há também uma imagem: um rosto de um homem característico do modelo grego clássico. Entre os fôlios: 49r e 49v uma parte do jornal *O Progresso*, publicado em Feira de Santana, no dia 20 de setembro de 1908, em péssimo estado de conservação. As numerações dos fôlios estão incorretas; após o fôlio 41r consta como numeração 38, mas, deveria ser sinalizada como 40. Além disso, do número 49 há um salto para a numeração 56, ficando os próximos fôlios sem numeração. No mais o documento encontra-se em bom estado de conservação, apesar da ação do tempo e humana.

1.2. Auto de defloramento de Maria Nerys da Costa

O documento foi lavrado em 1908, na localidade de Feira de Santana-Bahia e possui 28 fôlios (papel almaço), sendo classificado como: processo crime/defloramento. O processo de Maria Nerys da Costa encontra-se em um estado bastante acelerado de decomposição (alguns fôlios estão rasgados) devido ao manuseio humano e ação do tempo. A capa do documento encontra-se mais degradada em relação aos demais fôlios, contendo nesta: pequenos furos, manchas de tinta e da ação do tempo; além de faltar pequenos pedaços da borda. Encontra-se também nesta um selo com a seguinte inscrição: *Epaminondas Vincente Dos Reis/ escrivão de Jury execuções criminais. Feira de Santana* (espaço para data) *Bahia*. Alguns fôlios foram escritos em um tipo de papel identificado e/ou especial: como é o caso do fôlio 12r, no qual se encontram três selos em tonalidade verde, estando redigido no primeiro: *estado da Bahia; Per Ardua Surgo* e um homem e uma mulher com características de deuses, de mãos dadas, sendo que a mulher, com uma das mãos, segura uma espécie de balança e o homem está com a outra mão na cintura e ao centro deles um quadro e na altura de suas cabeças, ao centro da união de suas mãos, uma estrela. No terceiro fôlio, ao centro, *Estado da Bahia*. E no Terceiro selo, as siglas: *E. U. do Brasil/ Estado da Bahia/ imposto do sello 300*; ao fundo deste uma mulher com características de deusa grega e ao seu lado escrito *300 reis*. O mesmo se aplica aos fôlios: 25 e 26 recto. Há também no fôlio 26v um selo federal de tonalidade vermelha escrito: *BRAZIL/ THESOURO FEDERAL/300 REIS* e o símbolo da república federativa brasileira. Os fôlios 13r e v deste documento são datiloscritos, mesclando com a escrita do escrivão Daniel Borges de Meirelles. Neste mesmo fôlio há um carimbo no ângulo superior direito contendo: *Tabellião de notas/ MEIRELLES/ FEIRA*. No mais, o documento está completamente solto: sem presença de cordões alinhavando-o.

2. Por que editar documentos de tempos pretéritos?

Os documentos lavrados em tempos pretéritos representam a memória dos povos; são relíquias, heranças primordiais para as gerações posteriores que, por muitas vezes, anseiam encontrar peças do quebra-cabeça perdidas em algum lugar do passado. Segundo afirma Assunção (2000, s/p):

A filologia sempre assumiu essa tarefa: a de burlar o ciclope temporal e, através da reativação da memória, retirar a poeira cinzenta [...] A edição de

textos, então, assemelha-se ao movimento de lembrança, afastando temporariamente o esquecimento. Este movimento quebra o silêncio a que foi condenado o *diferente*, o *indesejado*, o *desconcertante*, em um dado instante histórico.

No entanto, não se deve esquecer de que a prática filológica só é possível, primeiramente, devido a um potencial desenvolvido e adquirido pelo ser humano: a escrita. Segundo afirma Queiroz (2006, p. 15):

O surgimento da escrita propiciou o progresso da memória coletiva, gerando assim dois tipos de memória: uma referente à comemoração ou à celebração de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável; a outra referente ao documento escrito em um suporte destinado a esse fim. [...] O documento escrito representa o armazenamento de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. O aparecimento e a difusão da escrita estão essencialmente relacionados à evolução da memória.

Comungando com a citação acima redigida, os documentos manuscritos precisam ser conservados através de sua edição, para que deste modo, seu conteúdo sócio-histórico possa manter-se vivo e acessível a diversos pesquisadores/leitores, para assim, haver um preenchimento das lacunas históricas. Pois, um povo sem memória não consegue compreender o porquê das famosas nuances e entrelinhas da sociedade atual, já que as lacunas do passado projetam os labirintos do futuro.

3. *Falando da prática analítica*

Por ser o sujeito fruto de seu tempo, este se torna porta-voz de ideias, que serão propagadas ao longo dos tempos. Tais valores compartilhados se refletem em ações, o comportamento de um modo geral. Em textos escritos as peculiaridades são reforçadas, pois, cada palavra possui uma carga de ideologia praticamente única e alguém preocupado em persuadir, convencer e/ou subjugar o outro com sua opinião escolherá com cautela as palavras para o desenvolvimento de seu texto; discurso. Segundo afirma Pecheux (1997, p. 160):

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Já que não existem sinônimos perfeitos, às vezes, o articulista não consegue encontrar a palavra que dará o efeito almejado no *corpus* do discurso; por tal necessidade de se concluir o texto se utiliza aquela que

seja mais próxima do sentido desejado; algo que muitas vezes não proporciona o impacto esperado pelo articulador. Com isso se prova que cada palavra possui sua carga semântica, sua roupagem especial, é de fato única e por isso é empregada e selecionada tão cuidadosamente por aqueles que sabem de sua real força e poder. Para Orlandi (2005, p. 43):

[...] as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo os sentidos são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

Portanto, para se desenvolver a prática analista com êxito deve-se primeiramente debruçar-se sobre a matriz mental que envolve o articulista do discurso em estudo. Mesmo por que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Por outro lado, não se deve estar em busca do sentido verdadeiro de um discurso (este é preenchido por diversas facetas), e sim das reais intenções imbuídas ao longo deste, seus detalhes, os quais revelam comportamentos e valores de uma época, de uma sociedade.

4. *Processos crime em foco analítico*

Nesta etapa do artigo utilizou-se o instrumento articulado por Pecheux (Análise do Discurso) nos processos crimes editados (autos de defloramento de Senhorinha Soares de Lima e de Maria Nerys da Costa.), em nível comparativo. A análise feita teve como objetivo apontar as diferenças e semelhanças entre os autos, tomando como elemento motriz o discurso empregado pela justiça, em relação aos dois casos, evidenciando as suas reais intenções e/ou possíveis interesses.

A princípio foram analisados os fôlios 3r e v do documento de Senhorinha Soares de Lima; sendo nestes onde se encontra redigida a queixa efetivada pelo pai da menor contra Alexandre Adriano de Almeida:

O Promotor Publico da Comarca usan/do das atribuições que lhe conferi a le[s]/gislação em vigor nem perante Vossa denun/ciar de Alexandre Adriano

de Almeida/por haver, no dia 27 de Dezembro do/anno corrente, na Freguesia de Tan/quinho, desta cidade, *de florado* a me/nor Senhorinha Soares de Lima, do/fato que passa a narrar./Estando em sua casa, no lugar/acima referido, a *menor offendida*/com seus irmão, tambem de menor/[de] idade e achando-se ausente Anto-/nio Julião de Lima, pai dos me/nores, eis que, apparece Alexandre/Adriano de Alemida a procura/de Senhorinha para comprar/ovos; Senhorinha dirige-se *para*/uma velha casa contigua, onde/os tinha guardado, afim de bus-/calos para vender, é acompanha/da por Adriano que em chegando,/a leva por terra, *subjulga-a/impossibilitando-a de resistir e de defender-se*, attenta a sua *impossibili-/dade de forças e idade* e satis- [...] faz os seus *bestiais instinctus*, pro-/dusindo-lhe as offensas physicas/descriptos no auto de corpo de/delicto *apezar dos gritos* da vic-/tima que procurava libertar-se/das *garras do monstro* que lhe/preparava a deshonra, na ter/na idade de 7 annos.

O discurso empregado acima é favorável à vítima, não tão somente pelo fato do articulista não utilizar termos que permitam outras possíveis interpretações acerca do caso redigido; mas também, por caracterizar o réu como um “monstro”, reforçando assim a ira da justiça e da população local.⁹⁴ Apenas por um mínimo detalhe o discurso aqui desenvolvido não é totalmente feliz para a vítima: o fato de classificar o seu caso como *de floramento*, quando deveria ser denominado como estupro.⁹⁵

Do documento de Maria Nerys da Costa foi transcrito o fôlio 3r, no qual está redigida a queixa feita por sua mãe contra Theofilo Marinho Borges:

Venancia Nery da Silva residente nesta cidade /vem requerente [...] queixar-se d[e] Theofilo de ter /por ter este em dias do mês de Novembro primeiro /passado, *de florado* sua filha menor de 17 annos/ empregado para tal fim *sedução de promessas de /casamento*. E por que a *Supplicante* seja miamente pobre/ como prova com os fins documentos incluindo e não po-/dendo instaurar o cumpettente processo contra o su[s]pe[ito]/ vem requerer o auxilio da justiça publica para /promover a punição ao crime, uma vez que o de-/florador não quer *reparar o mal* na forma estabele-/cida pela lei.

Ao redigir: “o de florador não quer *reparar o mal* na forma estabelecida pela lei”; o articulista não o faz por obra do acaso, ou tampouco queria favorecer a vítima. Essa frase representa não tão somente o escrivão, mas sim refere-se a um pensamento/paradigma que envolve questões mais intrínsecas na sociedade da época. Voltemo-nos, então, para o início do século passado. A sociedade brasileira do início do século XX buscava, por intermédio da lei, implantar princípios de moralidade (prin-

⁹⁴ O caso de Senhorinha Soares de Lima repercutiu na sociedade feirense da época; sendo convocados dois júris populares para a decisão do veredicto final. A convocação do júri popular efetivou-se através do sorteio de nomes (todos do sexo masculino) e publicados no jornal *O Progresso*.

⁹⁵ Essa questão será posta em debate mais adiante.

incipalmente nas camadas populares da sociedade), sendo a mulher eleita como elemento motriz da moralização dos costumes da sociedade; portanto esta deveria conservar sua honra; utilizando um termo político da época: “higienizada”. Para um maior entendimento acerca dos princípios de moralização do período traz-se uma citação de Esteves (1989, p. 31):

Uma vez “bem punidos”, através da discriminação/marginalização dos comportamentos e valores populares e/ou intervenção sobre suas relações amorosas, possibilitava-se o estabelecimento e a difusão de um determinado tipo de norma sexual e honra feminina; contribuía-se para diminuir o número de nascimentos ilegítimos (o homem assumia a sua responsabilidade), para a proteção de famílias que tivessem educado suas filhas dentro dos padrões estabelecidos pela justiça, ou ainda para afastar a possibilidade de uma mulher não higienizada constituir família. [...] A questão não era apenas diminuir o número de amancebados ou a imoralidade que tanto escandalizava os viajantes do período colonial e do século XIX, mas fazer com que as famílias produzissem cidadãos ordeiros, trabalhadores, e não só parentes.

Mas, o que vem a ser uma mulher higienizada para a sociedade feirense da época? Resumidamente falando, aquela não poderia frequentar locais classificados e/ou considerados como impróprios para uma moça digna e preocupada em preservar a sua honra e, por consequência, a de sua família. A seguir alguns locais estabelecidos, na época, como indevidos para uma moça higienizada: festas populares (salvo as de caráter religioso), festas noturnas, locais suspeitos de práticas de prostituição, hospedarias etc.. Faz-se indispensável ressaltar que uma simples saída à rua, sozinha, mesmo que à luz do dia, poderia por em dúvida a honra da considerada moça casta e pura. Além desses quesitos:

A mulher não mais poderia descuidar-se da saúde, de seu corpo e de sua vestimenta. Aos médicos cabia orientá-la de modo a se tornar uma mulher urbana, segundo as necessidades de uma sociedade gradualmente ajustada às transformações econômicas do capitalismo europeu. (ESTEVES, 1989, p. 51)

Voltando ao documento de Maria Nerys, nota-se que o discurso articulado neste fólio mantém uma posição neutra por parte do escrivão. Isso se evidencia por não haver utilização de termos pejorativos para caracterização do réu; nem são utilizados termos para ajudar ou prejudicar a vítima. No entanto, a neutralidade apresentada se dissipará ao longo do processo.

Comparando as queixas dos documentos selecionados: enquanto no de Maria Nerys da Costa os termos escolhidos pelo escrivão apenas informam o ocorrido com superficialidade (não descreve com exatidão o fato), no de Senhorinha Soares há um posicionamento por parte do escrivão, ressaltando seu parecer acerca do caso. Porém, deve-se lembrar de

que o defloramento desta última deu-se de forma muito diferente da primeira: enquanto Senhorinha foi violentada brutalmente, Maria Nerys foi seduzida com promessas de casamento, cedendo por livre e espontânea vontade aos intentos do réu.

A partir daqui se estabelece uma diferença fundamental entre os dois documentos: enquanto um se refere ao crime de estupro (defloramento de Senhorinha Soares de Lima), o outro ao crime de sedução (defloramento de Maria Nerys da Costa). Porém, ambos são classificados como auto de defloramento, porque será? Primeiramente, faz-se indispensável entender o que simboliza/representa o crime de defloramento. Segundo Boris Fausto (1984 *apud* SCREMIN, 2004, s/p):

O crime de defloramento definia a preocupação central de uma sociedade que materializava a honra em uma peça anatômica, o hímen, além da proteção da vagina. O hímen representava, desta maneira, um acidente biológico facilitador de um controle da sexualidade feminina, pois através dele podia-se distinguir as mulheres puras e impuras. Destaca-se, ainda, que era dever da mulher manter o “selo” intacto. O homem temia pela ruptura da membrana fora do leito conjugal ou expor-se ao ridículo ao casar-se com uma moça, empregando o termo popular, “furada”.

A citação acima revela-nos que a sociedade da época importava-se mesmo era com o fato da mulher ser desvirginada indevidamente: fora dos laços do matrimônio; e isso era algo que poderia comprometer o bom funcionamento da sociedade, pois corrompiam as regras estabelecidas, os bons costumes que direcionavam as famílias.

Dando um enfoque maior aos termos: *defloramento e estupro*: enquanto o primeiro classifica-se, segundo Houaiss (2009): “desvirginamento e alteração”; trazendo o verbo deflorar: “(fazer) perder a virgindade; desvirginar (-se)”. Assim, a semântica do termo remete ao simbólico/lírico por efetivar uma comparação entre a queda das pétalas das flores, com o rompimento da membrana feminina. Enquanto a palavra *estupro* deriva de *stuprum* que, no antigo Direito Romano, significava qualquer relação sexual considerada indevida, praticada com homem ou mulher, casado(a) ou não, incluindo-se o homossexualismo e o adultério. Atualmente, segundo o Houaiss (2009), o termo significa: “crime que consiste no constrangimento a relações sexuais por meio de violência; violação.”

Voltando ao centro da problemática: porque ambos os crimes, apesar das diferenças, foram classificados como crimes de defloramento? Ao que tudo indica, não havia uma separação e/ou distinção entre os cri-

mes contra a honra ou crime contra os costumes antes da mudança no código penal brasileiro de 1890. Segundo Caulfield (2000, p. 70):

Os debates que colocavam a “escola positiva” de direito penal em oposição à tradição brasileira do direito clássico forneceram a linha divisória mais explícita entre a nova e a velha geração dos especialistas do direito penal no final do século XIX. Jovens juristas, muitos dos quais dividiam o tempo entre os tribunais e as pesquisas acadêmicas, como Viveiros de Castro, formando uma elite em meio a um grupo crescente de profissionais liberais urbanos que se considerava qualificada para diagnosticar e remediar os males sociais que obstruíam o progresso nacional.

Por outro lado, não se pode ignorar que a condição feminina na época era desfavorável. A mulher era tida como propriedade, um bem material que deveria ser resguardado; sua honra e seu valor eram simbolizados e atribuídos à sua membrana (outra possível causa da escolha pelo termo defloramento) e quando isso lhe era arrebatado, por meio de sedução ou estupro, a família da mulher deveria recorrer à justiça na tentativa de reaver os seus direitos à honra restabelecida através do casamento ou da prisão do acusado. No caso de Senhorinha Soares de Lima, seria inadmissível a primeira opção, porém, o acusado chegou a propor-lhe casamento para não ser preso. Já Maria Nerys da Costa ansiava (novamente) ser considerada uma mulher honesta; restabelecendo não tão somente a sua imagem, mas também, a de sua família. Fato que poderia explicar o porquê de muitas delas exigirem o enlace matrimonial com o seu algoz/amante; isso, claro, para as corajosas, pois o constrangimento de se expor em um júri e, principalmente, ao exame de corpo de delito era (e ainda é) um ato de muitíssima coragem.

Prosseguindo com a proposta de análise, vejamos o exame de corpo de delito das vítimas. Abaixo as perguntas que os peritos, selecionados pela justiça, deveriam responder a partir do exame realizado nas vítimas em destaque:

1º Houve com efeito o defloramento?/ 2º Qual o meio empregado? 3º Houve copula carnal?/ 4º Houve violencia para fins libidinosos? 5º Quais foram essas/ violencias? 6º Em virtude do meio empregado ficou a offendida impossibilitada de resistir e defender-se? (Documento de Senhorinha Soares de Lima, f.12r)

[...] 1º se houve deflora-/mento, 2º qual o meio empregado, 3º se /houve copula carnal, 4º se houve vio/lencia para fim libidinoso. 5º qual o/ meio empregado se força phisica,/ se outros meios que privasse a mu-/lher de resistir e defender-se. (Documento de Maria Nerys da Costa, f.7r)

Com uma mera e rápida observação acerca das perguntas redigidas acima, evidencia-se que pouquíssimas diferenças suscitam de um au-

to ao outro. No entanto, as existentes merecem um destaque comparativo, vejamo-las: a utilização do termo *offendida* no auto de perguntas de Senhorinha, enquanto no de Maria Nerys encontra-se o termo *mulher*; revelando que aos olhos da justiça feirense, ou melhor, diante do articulista/escrivão, Maria Nerys não era vista como uma “menor” e sim como alguém ciente de seus atos. Além disso, a questão da violência é mais enfatizada no primeiro auto. Também, enquanto no auto de Senhorinha Soares pergunta-se “Quais foram essas violências?”, no de Maria Nerys não há essa pergunta. A seguir as respostas dos peritos; primeiramente o de Senhorinha (f.12r e v):

[...] Encontraram na menor/Senhorinha de *cor parda, cabelos com/ vida, constituição forte* de 7 a 8 annos/annos presumiveis as seguintes lezões no /orgão sexual; os grandes e pequenos/labios *rubros* e contujos a meato urinário inflamada, a membrana./ hymem rota de decente para trasfor-/ mando dois retalhos, em a direita /e outro a esquerda o consideravelmente/inflamada e a vagina dilatada./A camisa com que estava vestida a /paciente no acto do defloramento,/segundo diz o Pai da menina appresen-/tava *grandes manchas de sangue*/tanto na parte interna quanto na /parte posterior também espermatiz/cas; pelo que respondem os peritos pela /maneira seguinte: Ao 1º Sim; 2º mem/bro viril; 3º sim; 4º Sim; 5ºsuperiori/dade de forças; 6ºSim;

Um detalhe muito importante e intrigante encontra-se ao início da resposta dos peritos, atente-se aos termos em destaque: “[...] Encontraram na menor Senhorinha de *cor parda, cabelos com vida, constituição forte de 7 a 8 annos [...]*”. Porque a necessidade de dizer a cor da vítima? Falar que os seus cabelos possuem vida ou que Senhorinha possuía uma imagem forte? E ainda, porque a brecha de que ela aparenta ter quase oito anos de idade? Infelizmente, isso indica que os peritos procuravam possíveis motivos que justificassem a ação de Alexandre Adriano para com a criança Senhorinha. Seria muita ingenuidade acreditar que a descrição e os termos escolhidos pelos articulistas / escrivão teriam sido de forma aleatória, por acaso. Houve sim a tentativa de abrandar a ira da justiça/sociedade contra o crime, valendo-se (disfarçadamente) de tais características relacionadas à vítima.

Outro fato relacionado à Senhorinha que deve ser abordado é: a ênfase que se deu ao sangue, o qual, segundo seu pai, estava em sua camisa no momento do estupro. Essa notificação não é por acaso. Segundo Esteves (1989, p. 61):

As mulheres que desejavam ser protegidas pela justiça, além de atribuírem em seus relatos toda ação ao homem, deveriam dar muita ênfase à dor e ao sangue. Eram os emblemas da perda da virgindade.

Direcionando para o exame de corpo de delito de Maria Nerys (f. 7v) atente-se aos termos em *itálico*:

[...] *mulher parda de constituição robusta/ estatura regular demo[ns]t[ra]ndo a idade de disete para dezoito annos mais ou/ menos [...]/ Completa/ auzencia da membrana hymem, tunefacção dos pronunciada do canalvaginal, o/ collo do utero difficilmente accessivel,/ um poucodesviado para traaz, digo para traz, e para a direita, amolliciado em/ seus dois terços inferiores e offerecen-/do uma pequena dilatação; conside-/ravel desenvolvimento do abdomem de-/notando adiantado estado de gestação/da paciente por quanto ainda observa-/mês *movimentos actives* e *passiveis/ do feto sensível* obliquidade do fundo do útero que, atinge oito a deis centi-/mentos acima da cicatrização umbi-/lical para frente e para o lado esquer-/do, e ainda pela auscullação observamos os movimentos cardíacos do feto. [...] ao1º sim, houve o defloramento. ao 2º/membro viril, ao 3º sim, ao 4º não, ao/5º prejudicado com a resposta do quar-/to.*

Nesta parte do processo são encontrados fatores preponderantes e visíveis acerca da probabilidade de preconceito/imparcialidade para com o caso da referida vítima. Primeiramente, como já foi sinalizado em análises posteriores, os peritos não enxergavam Maria Nerys como uma menor de idade, ingênua. A justiça e/ou os articulistas em si, almejaram retratar a vítima como uma mulher, não como alguém que necessitasse de ajuda. Por ser a ingenuidade um critério fundamental para um convencimento de que a deflorada é pura e honrada, recaindo assim a culpabilidade da ação sobre o acusado / sedutor; os articulistas do caso deviam adjectivar a vítima como alguém ciente de seu corpo, suas ações, para deste modo abrir as portas para que o caso seja causa ganha para o réu.

Ainda neste ponto discursivo, o articulista se mantém neutro até um determinado ponto do discurso; pois, ao falar da gestação da vítima, aquele descreve detalhes específicos, praticamente descreve com exatidão o ocorrido no exame. Com isso, mesmo não usando termos para sensibilizar o receptor da mensagem, ele apresenta a brutalidade que é feita com Maria Nerys e seu bebê; tanto o é que ele descreve os “*movimentos actives e passives do feto sensível*” no auto do exame.

O exame de corpo de delito pelo qual passaram as referidas menores, sem dúvida, é uma das partes do processo, em que há uma maior exposição e abuso do corpo e do psicológico das vítimas. Mesmo porque o dito exame era realizado por peritos homens e a falta de recursos no período para a efetivação daquele: o exame era efetivado a partir do “*toque digital*” e por vários homens, como forma de haver uma avaliação e/ou confronto coletivo acerca do caso.

Seguindo com a análise. No fôlio 16r do documento de Senhorinha Soares de Lima, o réu é interpelado quanto ao seu estado civil, ao qual responde: “mais ou menos solteiro”. A partir dessa resposta pode-se perceber (ao menos dentro desse discurso) que o réu não está levando a sério o processo em questão. E ainda refere-se ao crime como: “deflorado a crianssa”; nem ao menos sabia a idade exata da menor: “menor de seis para sete annos”. Neste ponto há algo que merece destaque: evidencia-se com essa última resposta do réu que Senhorinha Soares não tinha um corpo evoluído ou algo que a fizesse parecer mais velha; pode-se também afirmar que a vítima não possuía características sedutoras, como tentaram insinuar os peritos. Caso fosse o contrário ele se referiria a ela como moinha/mo-ça ou jovem.

Seguindo para o fôlio 16v, no qual Alexandre Adriano (violador da menor Senhorinha Soares) depõe acerca do fato:

[...] esteve para conversar e não estando os /irmãos da menor esta mesmo o com/vidara para aquelle fim, e elle/vindo com ella para outra casa/contigua a casa de morada ali/a desonra.

A partir de um olhar crítico, percebe-se que o discurso articulado acima tenta justificar o crime como algo concedido pela menor. Comprova-se que o réu não nega que deflorou a menor, no entanto, não se considera um criminoso por isso, já que afirma que a própria vítima o induzira e permitira a consumação do ato sexual; retirando-lhe a culpabilidade pelo ato libidinoso.

Além desse fato, no discurso do acusado se visualiza total frieza em relação ao seu ato, pois, descreve-o como algo natural, sem apresentar a menor culpa. Esse tipo de mentalidade e/ou comportamento existente no período se dá por intermédio de duas hipóteses: a primeira, por se referir a uma menina pobre, negra, de família humilde, sem mãe. Assim, aos olhos do réu, a menor seria vista apenas como um objeto, algo descartável utilizado para um prazer momentâneo. Algo que de imediato direciona para a segunda opção: resquícios visíveis de uma sociedade escravagista.

Por não constar o depoimento de Theophilo Marinho Borges (acusado de seduzir e deflorar a menor Maria Nerys da Costa) no processo será impossível efetivar uma comparação entre o discurso dos dois réus. Aquele somente comparecia aos dias, em que as testemunhas deveriam ir ao Paço Municipal para darem seu parecer em relação ao caso. Com isso, foi analisado o depoimento constante dos fôlios 17r e v e 18r da testemu-

nha, o senhor Prisco Pereira da Silva, o qual tinha vinte sete anos de idade, era negociante e solteiro. Sendo o depoimento um pouco extenso, foram redigidas algumas passagens, com a análise intercalada.

A partir de uma leitura completa do depoimento, evidencia-se que a testemunha articula o seu discurso no intuito de prejudicar a ofendida, pois a caracteriza como uma mulher fácil, desprovida dos princípios de moralidade prescritos pela lei do período e pregados pelos propagadores dos bons costumes. A seguir um trecho do depoimento, no qual a testemunha fala sobre o comportamento de Maria Nerys:

[...] respondeu que sabe por ouvir dizer que/Maria Nerys da Costa tinha muitos / namorados e entre estes o *Senhor* Joa-/quim Coelho, e Manuel Pequeno fre-/quentando a caza destes a horas adi-/antadas da noite. [...] houviu de Jose de Calasans Cos-/ta este já falecido que Maria Nerys /da Costa frequentava a caza de Joa-/quim Coelho, e que a propria Maria/ Nerys disse a elle testemunha que/tinha um namorado simpathico. (fólio 17v)

Somente por essa definição da testemunha, Maria Nerys se viu caricaturar como uma mulher indigna de reclamar seus direitos perante a justiça, já que no código penal brasileiro da época, artigo 217, demarcava como crime: “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”.⁹⁶ Portanto, sem ingenuidade da vítima, em relação ao ato sexual, não há culpabilidade por parte do réu, ou seja, ele não enganou a vítima, nem tampouco tirou a sua pureza. Assim, com esse discurso pobre e cheio de lacunas a testemunha tentou destruir a imagem de pureza e honra da vítima. A intenção do discurso da referida testemunha é óbvia: inverter a situação; ou seja, a vítima passaria a ser Theophilo Marinho Borges, já que após os esclarecimentos do depoente coloca-se em dúvida quem de fato seria o deflorador da menor e por consequência o pai do bebê que aquela esperava. Para reforçar essa ideia o advogado do acusado pergunta à testemunha: “se ella testemunha ouviu apenas da mãe de Maria Nerys [...] ter sido o accuzado o deflorador desta, ou se de mais pessoas”. Esteves (1989, p. 59) afirma que os advogados dos acusados “[...] tentavam encontrar a mulher mundana e sedutora nas ofendidas [...]”, para assim seu cliente se ver livre das acusações apresentadas.

O que se percebe ao longo do processo de Maria Nerys é que todos sabiam do envolvimento desta com o acusado, e eram tidos como

⁹⁶Disponível em: <http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp217a218.htm>. Acesso em: 11 maio 2011.

noivos perante os vizinhos da vítima. Mas, porque então o réu nega-se a aceitar que a deflorou e que o bebê que aquela esperava é dele? A explicação é óbvia:

Os homens da elite costumavam ter mulheres de condição social inferior como concubinas e, a menos que tivessem título de nobreza, podiam reconhecer os filhos ilegítimos para fins de proteção e herança. Era importante para a honra masculina, porém que eles cumprissem as promessas de casamento feitas às mulheres da elite. (CAULFIELD, 2000, p. 29)

A mulher negra e pobre sofria (e ainda sofre) duplamente nesta nação onde se pregava o branqueamento da população recém-independente e impunha valores não condizentes com a realidade da mulher negra, a qual, muitas vezes, não adivinha de uma estrutura padrão familiar pregada pelos bons costumes da época. Neste quadro encaixa-se tanto Maria Nerys da Costa quanto Senhorinha Soares de Lima. No entanto, mesmo tendo a infância para sempre corrompida e provavelmente uma vida cheia de mazelas e angústias, esta última conseguiu ver o seu algoz atrás das grades (quatro anos de reclusão). Já Maria Nerys teve o seu processo arquivado pela apresentação (por parte do advogado de defesa) de uma certidão, na qual indicava que ela havia feito um aborto, antes da então presente gestação, inocentando assim o réu do crime de defloramento.

5. Conclusão

O presente trabalho encontra-se em andamento. Devido à riqueza dos processos, ainda há muito para ser analisado, amadurecido e discutido. Antes de adentrar nas possíveis conclusões é válido salientar que o presente artigo contempla duas grandes áreas do conhecimento: a Filologia e a Análise do Discurso, sendo ambas indispensáveis para a efetivação deste; pois, a primeira viabilizou o resgate da história de duas negras defloradas, antigas moradoras da cidade de Feira de Santana; enquanto a segunda disponibilizou instrumentos reflexivos para se desvelar o discurso, as entrelinhas dos documentos em questão. Assim, a partir dessa fusão, pode-se concluir que o ser feminino (particularmente a mulher negra), ao início do século XX, sofria fortes humilhações quando se referia a ir reclamar seus direitos perante a lei. Mesmo se tratando de uma criança (Senhorinha Soares) o machismo queria induzir a culpabilidade à vítima e inocentar o réu com uma simples “reparação” através do casamento. O caso de Maria Nerys, que estava gestante do acusado, sofreu fortes acusações acerca de seu comportamento, sua honra e moral, tudo para fa-

zê-la perder no processo. “Em suma, a honra sexual era um instrumento que permitia aos juizes abraçar a democracia racial e, ao mesmo tempo, praticar a discriminação”. (CAULFIELD, 2000, p. 315).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Lucidalva Correia. A edição de textos: um olhar perscrutador sobre o ciclope temporal. *Cadernos do CNLF*, série IV, n. 6, Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2000. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/cong_ivcnlf06.html>. Acesso em: 3 maio 2011.

ATACO, Vera Lucia Paracampos; VENTURA, Maria Magda; RESENDE, Érica dos Santos. *Metodologia para trabalhos acadêmicos e normas de apresentação gráfica*. Rio de Janeiro: Rio, 2004.

BEZERRA, José de R. Mendes. *Análise do discurso: uma linguagem do poder judiciário*. Curitiba: HD Livros, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. Campinas: UNICAMP, 2000.

COUTINHO, Maria Lúcia Oliveira (1994), *apud* OLIVEIRA (2008, s/p).

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman Olivei. *Discurso e mudança social*. Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GADET, Fehak. T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Minidicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ÍNDICE Fundamental do Direito. Disponível em: <http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp138a145.htm>. Acesso em: 11 maio 2011.

MEDEIROS, Darcy Campos de; MOREIRA, Aroldo. *Do crime de sedução*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968.

OLIVEIRA, Vinicius Araujo de. Estupro, rapto e defloramento. Violência sexual em Aquiraz no século XVIII (1779 – 1785). *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó (RN), v.9, n. 24, set/out. 2008. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 10 maio 2011.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PIVA, Rodrigo. Como é o corpo de delito? [2008]. Disponível em: <<http://www.curiosando.com.br/como-e-o-exame-de-corpo-de-delito>>. Acesso em: 13 maio 2011.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX*: Livro de notas de escrituras. Feira de Santana: UEFS, 2007.

_____. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.

SCREMIN, João Valério. A Influência da medicina legal em processos crimes de defloramento na cidade de Piracicaba e região (1900-1930). *Histórica – Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*, n. 8, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

**EDIÇÃO CRÍTICA EM PERSPECTIVA GENÉTICA:
MODELO EDITORIAL APLICADO À OBRA
POEMAS DO MAR DE ARTHUR DE SALLES**

Rosa Borges dos Santos (UFBA)
borgesrosa6@yahoo.com.br

1. Introdução

No campo dos estudos filológicos, toma-se como objeto de investigação o texto, aqui entendido como produto e processo. Nessa perspectiva, propõe-se explicar o modelo editorial adotado para a edição da obra *Poemas do Mar* do poeta baiano Arthur de Salles, a edição crítico-genética ou crítica em perspectiva genética. Sua prática fundamenta-se na interpretação dos elementos constitutivos da gênese de cada poema que compõe a referida obra.

A partir da seleção de um dos poemas, apresentar-se-ão os passos da metodologia empregada: seleção dos manuscritos autógrafos e outros documentos que façam referência a eles (elementos paratextuais); descrição física; tipo e topografia das rasuras, caracterizando assim os movimentos de gênese; história do texto (gênese). Por fim, estabelece o texto crítico, acompanhado dos aparatos, crítico, genético e de notas, quando necessários.

2. Poeta, obra e tratamento metodológico

Discorre-se brevemente sobre o poeta e sua obra, com destaque para os *Poemas do Mar*, selecionando “Ocaso no mar” para demonstração da metodologia empregada.

2.1. Arthur de Salles e sua obra

Arthur Gonçalves de Salles (1879-1952), poeta parnasiano-simbolista, nasceu e viveu na Bahia. Foi colaborador em vários jornais e revistas. Com a revista *Nova Cruzada*, introduziu, ao lado de outros poetas, o simbolismo na Bahia. A obra de Arthur de Salles limita-se à publicação de *Poesias* (1920), *Sangue-mau* (1928), *Poemas Regionais* (1948), que inclui *Sangue-mau* e *O Ramo da Fogueira*, a um *Prefácio* à tradução do *Macbeth* (1948) e a outros tantos textos, em poesia e prosa, divulga-

dos em jornais e revistas de sua época, na Bahia, no Rio de Janeiro, em Recife e em São Paulo. Sua obra inédita também é significativa. Postumamente, foi publicada a *Obra Poética de Artur de Sales* (1973), encomendada pela Secretaria de Educação e Cultura da Bahia.

2.2. Edição crítica em uma perspectiva genética dos *Poemas do Mar* de Arthur de Salles

Na obra de Arthur de Salles, duas direções impõem-se, explicitadas na classificação por ele realizada, *Rincões Patricios* e *Ribas Natais*, ou seja, retratam-se as “cousas regionaes” e as “cousas do mar”, que se confundem em seu versejar. A escolha das “cousas do mar” como tema para desenvolvimento da tese de doutorado, defendida em janeiro de 2002, justificou-se, sobretudo, pela valorização do poeta e de sua obra, resgatando-se um pouco da literatura local, contribuindo para a elaboração de mais um capítulo na História da Literatura Baiana e, consequentemente, Brasileira.

Poemas do Mar, dentre outros projetos do autor, não foi concluído. O poeta almejou “fazer um livro com os assuntos do mar”, mas este livro não chegou a ser publicado. Os poemas encontravam-se dispersos e, algumas vezes, traziam a rubrica *Poemas do Mar* nas referências em cartas, indicando-se que tal poema pertenceria à coletânea; no final dos poemas (manuscritos autógrafos); ou ainda nas publicações em jornais.

Daí firmou-se como propósito da tese, a reunião, conforme fosse possível, de todos os poemas que tinham *o mar* por tema, para fixar-lhes os textos críticos, além de estudar-lhes aspectos relativos ao processo de construção do texto poético por Arthur de Salles, a partir de manuscritos autógrafos, datiloscritos e impressos com correções autorais.

2.2.1. Seleção dos *Poemas do Mar*: critérios de inclusão

Procurou-se reunir em uma coletânea um acervo textual que de certa forma ainda se encontrava disperso. Foi uma tarefa bastante delicada empreendida de acordo com critérios funcionais, num primeiro momento, admitindo-se as indicações autógrafas que se mostraram fundamentadas; depois, por atribuição, quando se tomaram outros poemas, alguns com uma atribuição explícita, ou seja, foram publicados enfeixados sob o título de *Poemas do Mar*, ainda quando vivo o poeta, outros, sem

atribuição, relacionados a partir de uma temática, tornando-se, por isso, atribuíveis à coletânea do ponto de vista crítico-filológico.

Para a seleção destes poemas, foram consideradas todas as informações patentes no autógrafo, assinatura, indicação de que tais poemas fariam parte da coletânea no último fôlio, título em todos os fôlios. Outras vezes, foi necessário recorrer-se ao conteúdo, selecionando-se os poemas que descreviam o ambiente praieiro em seus múltiplos aspectos.

Os critérios para a seleção dos poemas, inicialmente, foram:

- a) trazerem os poemas a indicação “*Poemas do Mar*”;
- b) serem referenciados nas cartas como pertencentes à coletânea de versos sobre o mar.

Estes dois argumentos justificaram a seleção dos poemas estudados em trabalho anterior, a dissertação de mestrado por mim desenvolvida.

Outros critérios nortearam, além destes, a escolha dos demais poemas:

- c) serem os poemas de temática marinha escritos ou publicados entre 1910 a 1923. Nesta época, o poeta estava voltado, com bastante interesse, para a produção marinha;
- d) terem sido publicados em jornais, revistas ou livros, independente do período de produção ou de qualquer indicação autoral, porém de temática marinha, submetendo-os a um estudo do léxico;
- e) serem autógrafos que, mesmo sem data ou sem indicação autógrafo de que pertenceriam à coletânea, desenvolvem a temática marinha, submetendo-os também a um estudo do léxico.

2.2.2. Objeto e Objetivos

O nosso objeto foram os poemas d’*O Mar*. O *corpus* atingido constituiu-se de 39 poemas, incluindo-se os poemas já trabalhados na dissertação de mestrado, e acrescentem-se 7 textos em prosa, estes últimos foram tomados como paratextos (textos preambulares ao *corpus* poético, que explicam os motivos que inspiraram os versos marinhos, e, para os quais, não se fizeram aparatos genéticos). Destes, em conformi-

dade com a situação textual verificada (se completo, fragmento ou rascunho), tomaram-se, para um estudo genético, 10 poemas completos (inéditos (2) e éditos (8)), 7 fragmentos e 8 rascunhos, totalizando 25 textos, sendo 54 fólios manuscritos, 6 folhas datiloscritas com correções autógrafas e uma página impressa com correções autorais.

Para proceder à edição crítico-genética, tomaram-se 23 poemas, incluindo-se aqueles trabalhados na dissertação e os três publicados em *Poesias*⁹⁷. Selecionaram-se 39 poemas, ressalte-se que, destes, apenas 23 são completos. Para os fragmentos e rascunhos, num total de 13, fez-se uma edição diplomática ou ainda, em se tratando de rascunhos ilegíveis, uma reprodução fac-similar. Três (3) poemas não foram encontrados, apenas foram mencionados nas cartas dirigidas ao poeta Durval de Moraes, no Rio de Janeiro.

Os textos em prosa, em número de 7, foram tomados para evidenciar a relação entre prosa e poesia, e, principalmente, para estudar a relação entre o Eu (sujeito-escritor) o Tu (sujeito-leitor) e o Outro (fatores que excedem o escritor).

Neste trabalho, buscou-se: reunir e editar toda a produção marinha do poeta baiano Arthur de Salles a qual se teve acesso; explicar a construção do discurso poético de Arthur de Salles, com ênfase para a abordagem estilística (linguística e literária), a partir do estudo genético das variantes autorais; e estudar o léxico do mar na poesia de Arthur de Salles.

2.2.3. Metodologia

Em se tratando de um *corpus* bastante heterogêneo, constituído de documentos impressos, apógrafos, copiados ou datilografados por mãos alheias, manuscritos autógrafos, datiloscritos e impresso com emendas autógrafas, definiram-se os procedimentos metodológicos, levando-se em conta a especificidade deste *corpus*.

Desse modo, numa primeira parte, desenvolveu-se um estudo do processo criativo de Arthur de Salles no que se refere a sua produção marinha, buscando revelar como o poeta constrói o seu discurso (processo de criação e a escritura) e como se caracteriza o seu estilo, visando à ex-

⁹⁷ Livro que o autor preparou e publicou em 1920 com a ajuda de alguns amigos que exigiram a entrada de três dos poemas d'*O Mar*, Praia em festa, Suicida e Navarca, nesta obra, a que o poeta cedeu, embora não satisfeito.

ploração da obra do autor e de outros testemunhos (cartas, anotações, discursos, depoimentos dos amigos e familiares) e ao estudo das alterações realizadas, no texto, pelo autor (etapas de escritura, variantes).

A partir da leitura dos autógrafos dos *Poemas do Mar* de Arthur de Salles, notou-se que o poeta deixava marcas linguísticas, que iam desde os caracteres gráficos ao uso específico de determinadas lexias, que revelavam a sua escritura, o modo de construir a sua obra, fato que o particularizava diante de outros poetas. Pretendeu-se, pois, fazer tanto uma análise interna ou estrutural do texto, no sentido de verificar os elementos linguísticos que o autor manipulava quando da sua elaboração, bem como uma análise externa desse texto, quando se recuperava o texto enquanto objeto discursivo, social e histórico, estudando alguns aspectos externos à linguagem, mas que explicavam a construção do texto, como a vida do autor que se inscreve na sua obra, como as fontes utilizadas: as leituras que realizou, os caminhos que percorreu, como desenvolveu o tema, os seus projetos.

Em verdade, far-se-á uma “desmontagem” do texto para entender os mecanismos de sua produção, além de individualizar o poeta de uma época, de uma estética (parnasiana e simbolista), de uma determinada comunidade.

Para o estudo do texto e seus acidentes (transformações genéticas), optou-se por uma análise linguística, para a compreensão do “em se fazendo do texto”, o processo. Tem-se aplicado o método linguístico apresentado por Luiz Fagundes Duarte, em *A Fábrica dos Textos* (1993), que consiste das seguintes etapas: formar o *corpus*; proceder à descrição e transcrição dos textos; levantar lugares variantes; fazer a descrição hierarquizada quanto aos tipos de correção estilística de autor; determinar os princípios gerais de correção; proceder à classificação gramatical de acordo com a taxonomia da gramática tradicional; elaborar cálculos estatísticos e estabelecer uma matriz estilística.

Neste trabalho, não se pretendeu tão somente identificar e descrever as variantes, mas interpretá-las. Essa interpretação, porém, tem a ver com as diferentes formas de ver o objeto e objetiva apenas ser o ponto de partida para outros estudos de natureza linguística, estilística ou literária. Em outra parte, buscou-se o texto representativo da última “vontade do autor”, que o editor estabeleceu não como verdade, mas como uma possibilidade de leitura, que resulta da aplicação rigorosa dos métodos da crítica textual, interessando-se, portanto, pelo texto. Daí dizer-se que se

fez para os textos selecionados uma edição crítica em uma perspectiva genética: enquanto crítica, fez-se a reconstituição do texto que mais se aproxime daquele dado por acabado por seu autor (nível terminal), enquanto genética, analisou-se o processo de criação através do exame das variantes autorais. Para os fragmentos e rascunhos, como fora dito anteriormente, optou-se pela edição diplomática.

2.2.4. *Análise linguístico-estilística das variantes autorais*

Por meio de um estudo linguístico-estilístico das variantes autorais procurou-se observar a distribuição das *classes de palavras*, signos léxicos e gramaticais, da *estrutura sintática* e dos *sinais de pontuação*, partindo-se de uma orientação estatística, em relação às operações genéticas de *substituição*, *supressão*, *acréscimo* e *deslocamento*, com o propósito de caracterizar o comportamento do autor ao reelaborar a sua linguagem, em função do texto que pretendia alcançar.

Objetivou-se, pois, a partir das diferentes propostas de estudos estilísticos apresentadas nos trabalhos de Charles Bally (1994), Pierre Guiraud (1970), Marcel Cressot ([19--]), M. Riffaterre (1973), Molinié (1986), Manoel Rodrigues Lapa (1988), Guerra da Cal (1981), Leo Spitzer (1948) e Amado Alonso (1955), entre outros, e, sem ater-se a nenhuma em princípio, construir um aparato teórico para fundamentar as características linguísticas observadas nos textos editados, visando à compreensão do processo de construção do texto poético por Arthur de Salles.

3. *Um poema para explicar o modelo editorial adotado*

Toma-se para demonstração do modelo editorial adotado o poema “Ocaso no mar”. A tradição manuscrita é constituída de três testemunhos manuscritos autógrafos, a saber: *AL (0505)*, *AL (0504)* e *OP (ms)*, publicado na *Obra Poética*.

Existe um manuscrito apógrafo, *AL (0589)*, sem data, do qual foi feita uma cópia datiloscrita, *AL (0511)*, seguindo-se a sua impressão em folhas soltas, provas tipográficas,⁹⁸ *AL (Ant.)*.

⁹⁸ Talvez, parte de uma *Antologia*, pois pode ler-se, num carimbo, a informação ANTOLOGIA.

Entre os testemunhos publicados em jornais e revistas, registram-se: *RALB* – *Revista da Academia de Letras da Bahia*, datado de 1933; *ABL* – *Anuário Brasileiro de Literatura*, datado de 1938; *JFN* – *Jornal Folha do Norte*, de Feira de Santana, datado de 30 de janeiro de 1943; *DB* – *Diário da Bahia*, datado de 20 de maio de 1945; *DB* – *Diário da Bahia*, datado de 29 de junho de 1952; *T – A Tarde*, datado de 04 de julho de 1952; *CP* – artigo de Consuelo Pondé, datado de 1952; *T – A Tarde*, datado de 08 de setembro de 1953; *CA* – Clodoaldo Alencar, datado de 1971; *CAI* – Clodoaldo Alencar, sem data.

Entre os textos publicados em livros, existem quatro testemunhos: *CPB* – *Coletânea de Poetas Bahianos*, datado de 1951; *PB* – *Poetas da Bahia*: coletânea de poesias, datado de 1966; *OL* – Otacilio Lopes, datado de 1967; *OP* – *Obra Poética de Artur de Sales*, datado de 1973.

Acrescenta-se ainda uma gravação, *AS-Gr*, em disco de 78 rotações, de Arthur de Salles, recitando “Ocaso no mar”.⁹⁹

Dentre os poemas trabalhados, constatou-se ser este o mais divulgado.

Todos os testemunhos significativos para o estabelecimento do texto crítico foram descritos considerando a materialidade de cada suporte que traz o texto. Dada a opção pelo modelo editorial adotado, nesse artigo serão descritos apenas os manuscritos autógrafos, conforme Carvalho (2002). Tome-se como ilustração a descrição que se segue:

1. Testemunho *AL (0505)*

SALLES, Arthur de. *Occaso no mar*. [S.l., 192-]. 1 f.^o.¹⁰⁰

Manuscrito autógrafo, com 17 linhas: L. 1, o título: *Occaso no mar*.; L. 2-14, versos, iniciados com maiúsculas; L. 16, *Arthur de Salles*; L. 17, à margem inferior esquerda, *Poemas do Mar*, sublinhado. Escrito em tinta preta. Papel timbrado do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, amarelado, medindo 286mm X 212mm. Rasuras de proporções nas bordas do papel. Mancha escrita com 200mm X 164mm. Emenda: V. 3, *I* escrito sobre *u*, em *mollusco*. Borrões causados pela tinta da pena de aço: em *sol* e *dorme*, V. 14.

⁹⁹ Cf. Arthur de SALLES. [*Gravação da voz de Arthur de Salles*]. Gravação particular. Indústria Brasileira, s.d. 78 rotações, dois lados. PR 1439 Voz de Arthur de Salles; F.1, *Ocaso no mar*.

¹⁰⁰ Original pertencente à ALBA, cópia na ASFR, pasta 087: 0505.

2. Testemunho *AL* (0504)

SALLES, Arthur de. *Ocaso no mar*. [S.l., s.d.].1f^o.¹⁰¹

Manuscrito autógrafo. 16 linhas: L. 1, título, *Ocaso no mar*; L. 2-14, versos, iniciados com maiúsculas; L. 16, *Arthur de Salles*. Papel vegetal, escurecido, cortado, medindo 209mm X 174mm. Mancha escrita com 201mm X 163mm. À margem direita, metade inferior, rasura na borda do papel, restaurado com material idêntico. Ainda à margem direita, na altura das L. 15-16, mancha de ferrugem decorrente do clips. Emenda: V.11, **h** escrito sobre outra letra em *concha*.

3. Testemunho *OP* (ms.)

SALES, Artur de. “Ocaso no mar”. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Obra poética de Artur de Sales*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1973. Ilustração: manuscrito.

Manuscrito autógrafo. Sem data. 16 linhas: L.1, título *Ocaso no mar*. (ponto); L.2-15, versos; L.16, *Arthur de Salles*. Publicado entre as p. 270 e 271, ilustrando o soneto da p. 270. Há uma emenda no V. 13: **r** está sobre **v** em *Desenrola*.

3.1. Movimentos de gênese

Buscou-se identificar o tipo e a topografia das rasuras encontradas nos autógrafos de Arthur de Salles. Assim, observou-se que

- a) nos testemunhos *AL* (0505) e *AL*(0504) não foi registrada emenda ou correção;
- b) no testemunho *OP* (ms.), há casos de *substituição por sobreposição* (<> / \):

1. Do bysso espalha no ar a incend<†> / i \da centelha.
(*OP* (ms.), V. 4)

2. Listões de i<†>/ n \tenso anil, raias de côr vermelha,
(*OP* (ms.), V. 5)

3. Desen<†>/r\ola os seus mil tentaculos de treva
(*OP* (ms.), V. 13)

4. E o sol, vendo-a cre(s)cer, fecha as <†>/v\alvas e dorme.
(*OP* (ms.), V. 14)

¹⁰¹ Original pertencente à ALBA, cópia no ASFR, pasta 087: 0504.

3.1.1. *Gênese do poema: etapas de escritura*

O poema apresenta-se em três níveis distintos: A1 – momento de escrita da versão *AL (0505)*; B1 – momento de escrita da versão *AL (0504)*; C1 – momento de escrita da versão *OP (ms)*. Somente o testemunho *OP (ms)* traz algumas substituições por sobreposição, transformação muito comum ao se fazer a cópia. Os manuscritos não trazem data, porém *AL (0505)* está escrito em papel timbrado do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que traz no cabeçalho **Cidade do Salvador.....de.....de 192.....**, portanto, pertenceria o poema à década de 20.

Os demais, *AL (0504)* e *OP (ms)*, conforme características ortográficas, pode dizer-se serem posteriores a 1943, data do acordo ortográfico, e anteriores a 1952, ano da morte do poeta. Entre eles, porém, torna-se difícil estabelecer qual é o primeiro. Há diferenças relacionadas à pontuação (V. 3, 9, 13, 14), à substituição de um verbo por outro (estende/espalha, V. 4), à supressão do artigo que se achava contrato à preposição ou o inverso (da cor / de cor, V. 5). Talvez, baseando-se na substituição do verbo que se verifica no V.4, *OP (ms.)* seja anterior a *AL (0504)*, pois a lição *espalha* está de acordo com *AL (0505)*, o mais antigo dos três testemunhos. Mas, pode-se ainda interpretar de outro modo, e *AL (0504)* ser anterior a *OP (ms)*, quando se verifica que o poeta substituiu *espalha* por *estende* (*AL (0505)* para *AL (0504)*), e, não satisfeito com a mudança, recuperou a lição anterior *espalha* (*OP (ms)*), que, inclusive, é a mais divulgada pela tradição impressa. Fez-se a opção por esta segunda hipótese.

Quando se confrontam os três testemunhos, *AL (0505)*, *AL (0504)* e *OP (ms.)*, nota-se que o autor fez modificações importantes no poema, suprimindo as reticências (V. 1: *semelha.../ semelha*), substituindo reticências por ponto (V.9: *apaga... / apaga.*) e ponto por dois pontos (V. 12: *noite. / noite:*), reestruturando o verso (V.2: *E o mar é a valva verde, ouriçada de escamas. / De que outra valva é o mar ouriçado de escamas.*), mudando um verbo por outro (V. 9: *esmorece / esmaece*, V. 11: *espreita / investe*, V. 14: *vendo-a surgir/ vendo-a crescer*), invertendo a ordem das palavras (V.8: *que a verde valva espelha / que a valva verde espelha*). A maior parte destas alterações acha-se confirmada pela tradição impressa.

Na construção desse poema, destaca-se o manuseio do **verbo** pelo autor, modificado quatro vezes, na busca, por meio de palavras mais es-

pecíficas, da precisão em favor da expressividade poética. Nestes casos, a modificação prima pela concisão, pela expressão concentrada em função da imagem e da metáfora que o poeta deseja construir, valorizando as diferenças entre os sinônimos. No V.8, verifica-se o deslocamento do adjetivo para depois do substantivo, com ênfase para a metáfora que constrói (*valva verde = mar*).

Quanto à estrutura sintática, nota-se apenas a modificação que afeta à parte do verso (cf. V.2). No que se refere à pontuação, vê-se, num primeiro momento, uma pontuação mais subjetiva, a seguir, quando da retomada do texto, uma pontuação lógico-gramatical, assinala-se, porém, que qualquer que seja a modificação, alteram-se o sentido e o ritmo frasal, sugerindo uma nova interpretação para o verso. Em qualquer situação, impõe-se o respeito à métrica e à rima, e, sobretudo, a preocupação com o sentido, o conteúdo dos versos.

3.2. Texto crítico e aparatos

Os testemunhos póstumos, com exceção de **OP** (1973), o apógrafo e aqueles não datados, sem indicação, e, portanto, sem autoridade, foram expurgados. Mesmo o texto publicado por Clodoaldo Alencar, em 1971, que ele assegura ter por base um autógrafo que Salles teria dado a Jacinto de Figueiredo, que, por sua vez, cedeu-lhe, e do qual se fez uma cópia fotostática, traz erros que comprometem o texto,¹⁰² tais como: (V. 10) *Tímido, o olhar do sol boia de vaga em **vaga***. (traz ponto quando os demais testemunhos se dividem no uso da vírgula ou não registram pontuação alguma); (V. 11) *Porque uma sombra **invade** a sua concha enorme*. (provavelmente houve um erro de leitura, em lugar de **investe**, como revela a maioria dos testemunhos, o editor leu **invade**); (V.14) *E o sol, vendo-a crescer, fecha as **valvas**. **E** dorme*. (o ponto depois de **valvas** é exclusivo deste testemunho). Desse modo, para o estabelecimento crítico do texto, foram considerados os manuscritos autógrafos e os testemunhos publicados ainda quando vivo o poeta.

O cotejo entre todos os testemunhos autorizados *AL (0505)* (192-), *RALB* (1933), *ABL* (1938), *AL (0504)* e *OP(ms.)*, posteriores a 1943 e

¹⁰² Veja-se o que diz a propósito Clodoaldo de Alencar, antes de apresentar o poema: "*nesta justa homenagem que, providencialmente, virá concorrer para que nunca mais erradamente se declamem, copiem ou pela imprensa se divulguem tão magníficos versos de Arthur de Salles*". Por ironia, além desses equívocos contidos nesse testemunho, há outros que se apresentam na reimpressão, sem data, desse artigo.

anteriores a 1952, *JFN* (1943), *DB* (1945), *CPB* (1951), mostra que *AL* (0505) isola-se dos demais, quando o autor fez modificações importantes no poema, suprimindo as reticências, reestruturando o verso, mudando um verbo por outro, invertendo a ordem das palavras. Em **AL (0505)**, no V.4, *Do bisso espalha no ar a incendida centelha.*, tem-se a palavra **espalha**, (192...), que, em *RALB* (1933) e *AL* (0504), foi substituída por **estende**, e retomada nos testemunhos *ABL* (1938), *OP* (ms.), *OP*, *JFN* (1943), *DB* (1945), *CPB* (1951): *espalha.* *AL* (0505), *ABL* (1938), *OP* (ms.), no V.9, trazem **este fulgor**, separando-se de *JFN* (1943), *DB* (1945) e *CPB* (1951), que trazem **esse fulgor**. *DB* (1945) e *CPB* (1951) apresentam diferenças na pontuação do texto. O V. 14 traz a lição *surgir* que une os testemunhos *AL* (0505) e *JFN* (1943) e os separa dos demais testemunhos que trazem *crecer*.

Os testemunhos *OP* (ms.), *DB* e *CPB* não apresentam diferenças significativas, à exceção de **este** e **esse**, apenas divergem na pontuação de alguns versos. Motivo que nos leva ao raciocínio de que a última vontade do autor estaria aqui representada. Escolheu-se, no entanto, como texto de base *CPB* por ser a mais recente edição em vida do autor, porém é ela que mais inova quanto à pontuação. Daí, na tentativa de reconstituição de um texto que melhor reflita o ânimo autoral, fazer-se a opção pelas lições textuais predominantes no conjunto dos testemunhos considerados para o estabelecimento crítico do texto.

Veja-se, a seguir, o texto crítico, acompanhado de seu aparato:

OCASO NO MAR	AL (0505) <i>Occaso no mar.</i> AL (0504) <i>Ocaso no mar</i> OP (ms.) <i>Ocaso no mar.</i> RALB <i>OCCASO NO MAR</i> JFN <u>OCASO NO MAR</u> DB <i>OCASO NO MAR</i> (apagado)
O céu a valva azul de uma concha semelha	ABL ¹⁰³ AL (0505) , AL (0504) , OP (ms.) <i>ceo</i> RALB , ABL , JFN <i>céo</i> AL (0505) (<i>u</i>) <i>ma</i> ¹⁰⁴ concha DB val(va) azul de uma concha (s)emelha, ¹⁰⁵ AL (0505) <i>semelha...</i> DB <i>semelha</i> ,
De que outra valva é o mar ouriçado de escamas.	AL (0505) <i>E o mar é a valva verde, ouriçada</i> RALB De que a outra DB <i>de</i> que RALB , ABL , JFN <i>mar</i> ,
No ponto de junção, o sol – molusco em chammas –	AL (0505) , RALB <i>junção</i> AL (0504) <i>junção</i> (s.v.) CPB <i>junção</i> – AL (0505) , RALB <i>mollusco</i> AL (0505) , RALB <i>chammas</i> OP (ms.) , OP <i>chamas</i> , – DB , CPB <i>chamas</i> (s.t.) ¹⁰⁶

¹⁰³ *Abrem-se aspas no início do poema.*

¹⁰⁴ *Arthur de Salles não escreveu a letra u.*

¹⁰⁵ *Falha na impressão: as letras encontram-se apagadas.*

¹⁰⁶ *Propõe-se alterar a pontuação de CPB: No ponto de junção – o sol – molusco em chammas para No ponto de junção, o sol – molusco em chammas – , conforme lição da maioria dos testemunhos.*

- Do bisso espalha no ar a incendida centelha. **DB do bisso AL (0505), OP(ms), RALB bysso ABL bisso AL (0504), RALB estende no ar AL (0505), RALB scentelha**
- 5 Listões de intenso anil, raias de cor vermelha,
Grandes manchas de opala, arabescos e lhamas,
Da luz todos os tons, da cor todas as gamas
Vibram na valva azul que a valva verde espelha. **AL (0504) da cõr AL (0505), AL (0504), OP (ms.), RALB, ABL, JFN, CPB cor**
DB grandes
DB da luz AL (0505), AL (0504), OP (ms.), RALB, ABL, JFN, DB, CPB cõr CPB tôdas AL (0504), CPB¹⁰⁷ gamas, DB gemas. (gralha tipográfica)
DB vibram DB, CPB¹⁰⁸ azul, AL (0505) que a verde valva ABL espalha (provavelmente um erro tipográfico).
- Mas todo esse fulgor esmaece e se apaga. **AL (0505), OP(ms.), ABL, OP este fulgor AL (0505), AL (0504), OP (ms.) fulgôr AL (0505) esmorece AL (0505) apaga.... (reticências de quatro pontos) RALB apaga, JFN apaga...**
- 10 Tímido, o olhar do sol bóia de vaga em vaga,
Porque uma sombra investe a sua concha enorme. **AL (0505), AL (0504), OP (ms.), RALB, ABL, DB, OP Timido AL (0505), AL (0504), OP (ms.), RALB, ABL, JFN, DB, CPB boia AL (0504), ABL vaga (s.v.)**
DB porque AL (0505) uma sombra espreita a sua JFN uma sombra investe a sua sombra enorme.
- É a noute: como um polvo, insidiosa, se eleva. **RALB, JFN, DB, CPB, OP noite AL (0505), ABL noute. Como DB noite. Como JFN, CPB¹⁰⁹ – como JFN insiidosa (gralha tipográfica) CPB insidioso (erro óbvio) RALB, JFN, CPB¹¹⁰ se eleva,**
- Desenrola os seus mil tentáculos de treva... **OP(ms.) Desen<f>/r/ola AL (0505), AL (0504), OP (ms.), RALB, ABL, JFN tentaculos AL (0505) treva..... (reticências duplicadas) AL (0504) treva.... (reticências de quatro pontos) OP (ms.) treva. JFN treva (s.r.) OP treva:**
- E o sol, vendo-a crescer, fecha as **AL (0505), JFN vendo-a surgir AL (0504) crescer (s.v.) OP (ms.) crecer (sem s) ABL dorme.”¹¹¹ JFN, CPB¹¹² dorme!**

¹⁰⁷ Fez-se a opção por *gamas* (s.v.), por ser esta a lição predominantes nos testemunhos manuscritos (cf. AL (0505) e OP (ms)).

¹⁰⁸ Fez-se a opção por *azul* (s.v.), conforme lição da maioria dos testemunhos, principalmente, dos manuscritos (cf. AL (0505), AL (0504), OP (ms), RALB e OP) .

¹⁰⁹ Fez-se a opção por suprimir o travessão antes de *como*, conforme lição dos demais testemunhos.

¹¹⁰ Propõe-se seguir a lição da maioria dos testemunhos: *se eleva*. (cf. AL (0505), AL (0504), OP (ms.), DB, OP) .

¹¹¹ Fecham-se as aspas abertas no primeiro verso.

valvas e dorme.

A (0505), AL (0504), OP (ms.) *Arthur de Salles (assinatura do poeta)* RALB ARTHUR DE SALLES JFN ARTUR DE SALES AL (0505) Poemas do Mar

4. Considerações finais

Diante do exposto, enfatize-se o fato de o pesquisador não estar lidando com teorias incompatíveis, visto que atendem a um só propósito, apresentar alguns elementos característicos do processo de construção da obra literária de Salles, buscando ler o texto que a crítica textual estabelece e divulga, fazendo sua inscrição no panorama literário brasileiro. Assim, Filologia e Genética fundamentam o trabalho aqui realizado, numa relação disciplinar interativa. O texto fala por si mesmo, e dele, emana a teoria de sustentação que delimita esta prática de edição, ao tempo em que se definem os procedimentos da análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Amado. *Materia y forma en poesía*. Madrid: Gredos, 1955.
- BALLY, C. *Stylistique générale et stylistique française*. Berna: Francke, 1994.
- CARVALHO, Rosa Borges Santos. *Poemas do Mar de Arthur de Salles: edição crítico-genética e estudo*. 2002. xxxvi + 809 + 56 il. 2v. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CRESSOT, Marcel. *O estilo e suas técnicas*. Tradução Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, [19--].
- DUARTE, Luiz Fagundes. *A fábrica dos textos: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz*. Lisboa: Cosmos, 1993.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1981. 3ª versão portuguesa definitiva de Elsie Allen da Cal.
- GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Tradução Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

¹¹² Adotou-se a lição *dorme*. (ponto), comum aos demais testemunhos.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MOLINIÉ, Georges. *Eléments de stylistique française*. Paris: Presses Univeristaires de France, 1986.

RIFATERRE, Michael. *Estilística estrutural*. Tradução Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1973.

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ESTUDO LEXICOLÓGICO DE DOIS AUTOS DE PARTILHA DOS SÉCULOS XIX E XX

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (UEFS)

nilce11.barreto@gmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

rqueiroz@uol.com.br

1. Introdução

O resgate de documentos antigos é uma atividade realizada há décadas por filólogos. Esse tipo de tarefa é de fundamental importância para o resgate, a preservação da história e da memória cultural de uma dada comunidade linguística.

Em relação a essa preservação do patrimônio cultural, Queiroz (2006, p. 3) diz que

[...] os documentos históricos, traduzidos em patrimônio cultural ou bem cultural, são objetos de interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano. No entanto, o documento escrito não é só de interesse da História como também da filologia, da paleografia, da epigrafia, da diplomática, da linguística, da literatura, do direito, da teologia, dentre outras ciências. Sendo assim, é de suma importância a sua preservação e conservação.

2. A filologia e a edição semidiplomática dos autos de partilha

A prática de conservação de documentos manuscritos se solidificou a partir do momento em que estes começaram a sofrer modificações exógenas provocadas pelas ações do tempo. Assim, surgiu a Filologia que, segundo Dubois (1993, p. 278), “[...] é uma ciência histórica que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas.”

Dentro dessa ciência existem vários caminhos que se pode percorrer a fim de salvar os documentos escritos. Dentre os percursos existentes nessa área do conhecimento há os diversos tipos de edição de texto, a saber, a edição crítica, a diplomática, a semidiplomática, a crítico-genética e a interpretativa. No entanto, neste trabalho foi adotada a edição semidiplomática, que é o tipo de edição que procura deixar o texto o mais fiel possível, cujo grau de intervenção feita pelo editor é mediano, ou seja, as

interferências são previamente estabelecidas, as quais permitem que as características linguísticas e ortográficas sejam mantidas.

Baseando-se nesse pressuposto, foram adotados alguns critérios para a edição semidiplomática, como:

- Na descrição, observou-se:
 - 1) Número de colunas;
 - 2) Número de linhas da mancha escrita;
 - 3) Existência de ornamentos;
 - 4) Maiúsculas mais interessantes;
 - 5) Existência de sinais especiais;
 - 6) Número de abreviaturas;
 - 7) Tipo de escrita;
 - 8) Tipo de papel;
 - 9) Data do manuscrito

- Na transcrição:
 - 1) Respeitou-se fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fôlio etc.;
 - 2) Indicou-se o número do fôlio à margem direita;
 - 3) Numerou-se o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fôlio;
 - 4) Separaram-se as palavras unidas e uniram-se as separadas;
 - 5) Desdobraram-se as abreviaturas, apresentando-as em itálico e negrito;
 - 6) Utilizaram-se colchetes para as interpolações.

3. O corpus

O *corpus* deste trabalho é composto por dois autos de partilha, ambos pertencentes à área cível. O primeiro auto relata a partilha feita

entre os membros da família de Lourenço Correia de Miranda, datado de 20 de abril de 1870, com 10 fólhos e pertencente ao acervo de manuscritos e impressos da Biblioteca Setorial Monsenhor Renato de Andrade Galvão, localizado no Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)– BA; o segundo, refere-se aos bens da família do senhor Archimimo Alves de Amorim, datado de 15 de maio de 1900, com dezessete fólhos, constante do acervo do CEDOC (Centro de Documentação e Pesquisa) também localizado na UEFS. Posteriormente à edição semidiplomática foi feito um estudo lexicológico acerca de determinadas lexias do universo rural tendo como base teórica os estudos filológicos, levando-se em consideração o léxico aliado à semântica.

3.1. Descrição dos documentos

O primeiro manuscrito, editado pela graduada do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Angela Maria Souza Cerqueira, faz parte do acervo de manuscritos e impressos da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão. Este acervo é constituído de cartas de alforria, provisões imperiais, relatórios de entidades feirenses seculares, declaração de compra e venda, escrituras públicas e folhetos religiosos. Consta no Inventário Analítico da Documentação Histórica do Acervo do Monsenhor Galvão, sob a cota M-IPA-02 e trata-se de um inventário de partilha amigável do distrito da Freguesia de Riachão do Jacuípe, o qual fazia parte da Comarca de Feira de Santana, datado de 20 de abril de 1870. Parece ser um documento original, porém não há qualquer sinal que indique que foi lavrado em cartório.

Escrito em dez fólhos de papel almaço (pautado), presos por um cordão, medindo 330 mm X 214 mm, com 32 linhas, sem numeração, em tinta preta, em letra cursiva, em duas colunas, das quais a mais larga é destinada para o texto e a outra para os valores em números, no reto, à direita, e no verso, à esquerda. Para a delimitação dessas colunas supõe-se que tivessem sido usadas as marcas de margem comuns em papéis desse tipo, mas que agora, devido ao tempo, não estão mais visíveis. Algumas vezes foram utilizados os espaços fora das margens superiores para transporte de valores e das margens inferiores para assinaturas. Foram utilizados nove fólhos no reto e no verso, sendo que o décimo foi utilizado escrito somente em parte do reto.

É um documento simples, sem ornamentos, mas que apresenta, em dois momentos, na abertura do inventário e no auto de partilha, letras em tamanho especial, na primeira linha de cada um dos textos, como destaque aos mesmos.

Era comum à época o uso de abreviaturas nas assinaturas, tais como St^{os} (Santos), Franco ou F^{co} (Francisco), Corr^a (Correia). Estão presentes neste documento 132 abreviaturas, sendo devidamente desdobradas. Há também o uso do *ão* para representar *am*. Foram preservadas as grafias originais, assim como o acento til na letra *o*. Apresenta também algumas rasuras no ato da partilha aos herdeiros quando da divisão das terras da fazenda as palavras “quantia de” estão sobrepostas a “braças por”, assim nos parece. Apesar de ser um documento antigo, este tem caligrafia legível e está em bom estado de conservação. Apresenta algumas perfurações por insetos e poucas rasgadas no centro, provocadas por uma dobra vertical, ocultando parcialmente algumas palavras: no fôlio 1v, linha 5; fôlio 2v, linha 4; fôlio 9r, linhas 16 e 17; fôlio 9v, linhas 15 e 16 e fôlio 10r, linhas 10 a 15 o que, porém, não comprometem a legibilidade do manuscrito.

O segundo documento, editado pela autora deste artigo, faz parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), também localizado na UEFS. Este acervo é constituído de autos de defloramento, autos de partilha e desquites. Consta no CEDOC, sob a cota: Estante 03, Caixa 65 e Documento 753 e trata-se de um inventário de partilha amigável do distrito da Freguesia de Humildes – BA, que fazia parte da Comarca de Feira de Santana, datado de 15 de maio de 1900.

Escrito em dezessete fôlios de papel almaço (pautado), medindo 325 mm X 230 mm, com 33 linhas, sem numeração, em tinta preta, em letra cursiva, em duas colunas, das quais a mais larga é destinada para o texto e a outra para os valores em números, no reto, à direita, e no verso, à esquerda.

O fôlio 8r apresenta algumas partes danificadas pelas ações do tempo e pelas traças, a saber: papel dividido ao meio, porém, ao serem juntadas as duas partes, pode-se fazer a leitura do documento sem dificuldades; também está rasgado na margem direita, na parte central, este rasgado apresenta as seguintes dimensões: 45 mm X 22 mm; possui, ainda, três pequenos furos na margem direita, sendo um na parte superior do fôlio e dois ao meio. O fôlio 9r, por sua vez, também se encontra rasgado

na parte superior direita e na parte central, esta danificação possui as seguintes medidas: 55 mm X 70 mm e 60 mm X 38 mm, respectivamente.

Além disso, foram escritos nove fólios no reto e no verso. A partir do décimo fólio só há escrita no reto, no entanto, o documento apresenta a ausência de um de seus fólios, referente a mais um dos recibos de pagamento destinado a um dos herdeiros citados no documento, o qual comporia o décimo oitavo fólio e que tornaria o documento composto por dezoito e não apenas dezessete fólios como o é atualmente.

Até o décimo fólio, no reto, consta no ângulo superior esquerdo um selo do Estado da Bahia no valor de duzentos réis, já impresso no papel. No primeiro fólio, reto, há inscrições feitas por terceiros em tinta vermelha e azul, com o seguinte teor: “1900” na margem superior em vermelho; “1900” na margem esquerda no sentido vertical em azul; letra “y” na margem esquerda abaixo do selo; na margem esquerda também no sentido vertical em tinta vermelha a palavra “junto”.

A partir do décimo fólio, escrito apenas no reto, consta um selo estadual no centro do papel com as inscrições “Estado da Bahia” e “Brazil”. É um tipo de papel timbrado, medindo 318 mm X 142 mm, mancha escrita com as seguintes medidas: 305 mm X 142 mm em todos os sete fólios. Além disso, por ser um recibo de pagamento, apresenta partes da mancha escrita datiloscritas, as quais estão em negrito na edição semidiplomática feita, e partes manuscritas, pois no próprio documento existem espaços reservados para o preenchimento dos dados referentes às quantias e aos envolvidos no processo.

Esse auto de partilha também apresenta algumas abreviaturas, como: Ill^{mo} (Ilustríssimo), Sr (Senhor), D^r (Doutor), Cap^m (Capitão), VSa (Vossa Senhoria), E. (Escrivão) e D (Dona), sendo esta última a que mais aparece ao longo do texto. Ao todo, estão presentes neste documento 27 abreviaturas, sendo devidamente desdobradas. Há também o uso do *ão* para representar *am*. Foram preservadas as grafias originais, apesar de ser um documento antigo, este tem caligrafia legível e está em razoável estado de conservação.

3.2. Edição dos documentos

Fólio 2v do Auto de Partilha de Lourenço Correia de Miranda (APLCM)

	204\$500	Transporte
		Hum banco em bom uzo avaliado por
	1\$000	um mil reis
		Huma espingarda velha avaliada por doi[s]
5	2\$000	mil reis
		Huma fonte de beber na Fazenda Maria
	25\$000	preta avaliada por vinte cinco mil reis
		Gados vaccum e cavallos
		Duas vaccas avaliadas a trinta mil reis
10	60\$000	sessenta mil reis
		Duas novilhas avaliadas a vinte mil reis
	40\$000	cada uma faz quarenta mil reis
		Hum cavallo castanho de segunda muda
	60\$000	valido por sessenta mil reis
15		Hum dito preto de primeira muda ava-
	50\$000	liado por cincoenta mil reis
		Hum dito castanho já velho avaliado
	30\$000	por trinta mil reis
		Hum poutro sem muda avaliado por
20	30\$000	trinta mil reis
		Uma bêsta rúça queimada de segun-
	40\$000	da muda avaliada por quarenta mil reis
		Huma dita preta ruzilha de primei-
	40\$000	ra muda avaliada por quarenta mil reis
25		Huma dita melada já egoal de mudas
	30\$000	avaliada por trinta mil reis
	615\$500	
		E por esta forma houvera por finda as ava-
		liações e por estarem todos os herdeiros sa-
30		tisfeitos mandaraõ lavar este termo
		em que se assignaraõ com os avaliadores
		e eu Escrivaõ nomiado que escrevi e as-
		signei. Jorge Martins Ferreira da Silva
		A rogo de Ignasia Maria de <i>Santa</i> Anna
35		Bento Manoel de Carvalho

Fólio 3v do Auto de Partilha de Archimimo Alves de Amorim (APAA)

		A caza que serve para estribaria e uns vãos	f.3v
		contiguos a mesma estribaria, avaliado	
	550\$000	todos por quinhentos e cincoenta mil reis.	
5		Tres telheiros situados a margem do Rio	
		Subaé, nos terrenos da mesma fazenda, com	
		todos seus accessorios de trabalhos de telhas	
		e tijolos, avaliados tudo por quatrocentos	
	400\$000	mil reis.	

10	170\$000	Tres cazinhas ocupadas por rendeiros, avaliados todas por sento e setenta mil r[e]is. Os muros, vaillados, Cercas e Cancellas existentes na mesma fazenda, tudo avaliados, por quinhentos e vinte e cinco mil reis.
15	525\$000	Moveis Toda mobilia e mais trastes existentes na caza, avaliados tudo por quinhentos mil reis.
	500\$000	Um carro velho com seus Utencilios, avaliado por sento e vinte mil reis.
20	120\$000	Dez rezes Vacum, avaliadas todas por quinhentos e oitenta mil reis.
	580\$000	Um Cavallo ja velho, avaliado por vinte e cinco mil reis.
	25\$000	Um jumento já velho, avaliado, por trinta e cinco mil reis.
25	35\$000	
		Bens de Raiz
30	2:000\$000	Os terrenos da Fazenda Boavista por suas divizões conhecidas, avali[a]das por dois contos de reis.
	600\$000	A caza de morada da mesma fazenda, avali[a]da por seiscentos mil reis.

4. O léxico

Observemos o que diz a Bíblia: “No princípio Deus criou o céu e a terra. A terra, porém, estava informe e vazia, e as trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre as águas. E Deus disse: Exista a luz. E a luz existiu. E Deus viu que a luz era boa; e separou a luz das trevas. E chamou à luz dia, e às trevas noite” (*Gênesis*, 1:1-5). Assim, podemos concluir que a partir da criação das coisas e do homem pelas mãos de Deus, o ser humano passou a sentir a necessidade de se comunicar com os outros e, para isso, tornou-se indispensável a nomeação de tudo o que existe à sua volta. Desde então passou a existir uma relação direta entre “nome e coisa nomeada”, ou como disse Saussure (1970, p. 80), o signo linguístico é como uma entidade de duas faces, que “[...] não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica [...]”, ou seja, o signo linguístico sendo constituído de duas partes: o significado, representado pelo seu equivalente no mundo exterior, e o significante, que é a ideia ou noção que elaboramos em nossa mente do objeto representado.

A partir dessa ideia, podemos observar que a nomeação em uma dada língua se dá de maneira arbitrária, visto que o próprio signo linguístico é constituído de arbitrariedades, no sentido de que não existem critérios específicos, lógicos para se nomear as coisas.

Dessa forma, podemos notar que através das nomeações que vão sendo feitas e refeitas ao longo do tempo, a língua acaba se constituindo como uma unidade viva que está em incessante evolução. Sendo as línguas como “organismos vivos” que surgem, se expandem, evoluem e se transformam constantemente, é lógico que elas, assim como os organismos, possuem o seu próprio “DNA”, que nesse caso é o léxico, que funciona como a identidade, ou seja, como as características pessoais de cada língua, podendo ser passadas ao longo do tempo para outras. Assim, para Biderman (1998, p. 11), a “[...] geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras [...].”

A partir disso, podemos dizer que “[...] estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias [...]” (ABBADE, 2006, p. 213). Assim, é indispensável que a cultura lexical seja conservada e isto será feito através do estudo, da descrição e da análise de lexias pertencentes, neste caso, ao vocabulário rural de duas localidades baianas.

Ainda em relação ao léxico Santos (2009, p. 11) diz que

[...] deve-se estudar o léxico de uma língua, levando em conta o fato de ser a linguagem um fato social por excelência e, desse modo, resultante dos contatos sociais que se estabelecem ao longo do tempo e reveladora dos hábitos, costumes, enfim, do *modus vivendi*, dos aspectos sociais e culturais, de uma dada comunidade, dos povos, de modo geral.

Com isso, estudar a língua através do léxico constante nos documentos cíveis é uma das formas que se tem de conhecer a cultura local e o nível de conhecimento pertencente àquele determinado grupo social, incluindo a própria linguagem utilizada por aquele.

Portanto, será apresentado neste trabalho um estudo lexicológico do vocabulário rural presente em dois autos de partilha dos séculos XIX e XX, o qual terá como ponto de partida o elencamento das lexias em um único macrocampo: A Fazenda, que foi dividido em cinco microcampos, a saber, dos “instrumentos de trabalho”, dos “animais da fazenda”, dos “objetos da casa e outros”, das “casas várias” e dos “arredores da fazenda”.

da”. Cada auto será apresentado com as suas devidas siglas: APAAA referente ao Auto de Partilha de Archimimo Alves de Amorim e APLCM para o Auto de Partilha de Lourenço Correia de Miranda, a fim de se especificar o documento em que cada lexia foi encontrada.

4.1. Macrocampo da fazenda

4.1.1. Microcampo: Instrumentos de Trabalho

BULANDEIRA – S.f. Que aciona o rodete de ralar mandioca.

Contexto: “[...]Uma caza que serve para se fazer fari-/ nha com seus acessórios constando de **Bu-/ landeira**, Prença, forno e côxos, avalia- [...]” (APAAA, f. 3r, l. 30-33).

CÔXO – Adj. Local onde se coloca a massa da mandioca para ser peneirada.

Contexto: “[...]Uma caza que serve para se fazer fari-/ nha com seus acessórios constando de Bu-/ landeira, Prença, forno e **côxos**, avalia- [...]” (APAAA, f. 3r, l. 30-33).

PRENÇA – S.f. Instrumento manual ou mecânico destinado a comprimir ou achatar uma coisa entre as suas placas ou outras peças apropriadas.

Contexto: “[...]Uma caza que serve para se fazer fari-/ nha com seus acessórios constando de Bu-/ landeira, **Prença**, forno e côxos, avalia- [...]” (APAAA, f. 3r, l. 30-33).

RÓDA DE RALAR MANDIOCA – Loc. Adj. Roda dentada, que tem filetes em toda a sua circunferência, à semelhança de dentes que roe, tritura a raiz de mandioca.

Contexto: “[...] Huma **róda de ralar mandioca** avaliada/ por cinco mil reis [...]” (APLCM, f. 2r, l. 31-32)

SELLA GINETE – Loc. Adj. Arreio de cavalgadura, que constitui assento sobre o qual monta o vaqueiro do sertão.

Contexto: “[...] Huma **sella ginete** velha avaliada/ por um mil reis [...]” (APLCM, f. 2r, l.27-28)

SELLA VELHA – Loc. Adj. Arreio de cavalgadura, que constitui assento sobre o qual monta o vaqueiro do sertão e que se encontra em estado antigo.

Contexto: “[...] Dextraõ=lhe uma **sella velha** por um mil reis [...]” (ALCM, f. 4v, l. 16)

4.1.2. *Microcampo: Animais da Fazenda*

BÊSTA MELADA – Loc. Adj. Quadrúpede, principalmente de grande porte, da cor do mel; diz-se de animal dessa cor.

Contexto: “[...]Dextraõ=lhe uma **bêsta melada** por trin-/ ta mil reis [...]” (APLCM, fl.7r, l.23-25)

BÊSTA RÚÇA QUEIMADA – Loc. Adj. Um cavalo novo até aos quatro anos, o qual está com a cor parda; castanho claro avermelhado pela ação do sol.

Contexto: “[...]Uma **bêsta rúça queimada** de segun- [...]”(APLCM, f. 2v, l.21)

CAVALLO CASTANHO – Loc. Adj. Animal mamífero, perissodáctilo, hipoformo, do gênero *Equus*, o qual tem a cor da castanha clara.

Contexto: “[...]Hum **cavallo castanho** de segunda muda [...]” (APLCM, f. 2v, l. 13)

CAVALLO PRÊTO– Loc. Adj. Animal mamífero, perissodáctilo, hipoformo, do gênero *Equus*, o qual tem a cor mais sombria de todas as cores; da cor do ébano; do carvão.

Contexto: “[...] Dextraõ=lhe um **cavallo prêto** de primei-/ ra múda por cinco mil reis [...]” (APLCM, f. 6v, l.18-19)

NOVILHA – Loc. Adj. Vaca nova; bezerra.

Contexto: “[...]Duas **novilhas** avaliadas a vinte mil reis [...]” (APLCM, f. 2v, l.11)

POUTRO SEM MUDA – Loc. Adj. Um cavalo novo até aos quatro anos, o qual não teve a renovação do pelo ou da pele.

Contexto: “[...]Hum **poutro sem muda** avaliado por [...]” (APLCM, f. 2v, l.19)

REZ VACUM – Loc. Adj. Quadrúpede usado na alimentação humana, pertencente à espécie das vacas, bois e novilhos.

Contexto: “[...]Dez **rezes Vacum**, avaliadas todas por [...]” (APAAA, f. 3v, l.21)

4.1.3. *Microcampo: Objetos da Casa e Outros*

BANCO – S.m. Assento, com encosto ou sem ele, de formas variadas, rústico ou não, feito de madeira, ferro, pedra, concreto, etc, usado, sobretudo, em salas de espera.

Contexto: “[...]Hum **banco** em bom uzo avaliado por [...]” (APLCM, f. 2v, l.2)

ESPINGARDA VELHA – Loc. Adj. Arma de fogo, portátil, de cano longo antiga.

Contexto: “[...]Huma **espingarda velha** avaliada por doi[s] [...]” (APLCM, f. 2v, l.4)

MESA – S.f. Móvel, comumente de madeira, sobre o qual se come, escreve, trabalha, joga, etc.

Contexto: “[...] Huma **mesa** velha avaliada por um/ mil reis [...]” (APLCM, f.2r, l.29-30)

MOBILIA – S.f. Objeto móvel para uso ou adorno interior de uma casa ou ambiente; imobiliário.

Contexto: “[...]Toda **mobilia** e mais trastes existentes/ na caza, avaliados tudo por quinhem-/ tos mil reis [...]” (APAAA, f. 3v, l.16-18)

TRASTE – Loc. Adj. Móvel caseiro; alfaia; móvel ou utensílio velho de escasso ou nenhum valor que existe na casa.

Contexto: “[...]Toda **mobilia** e mais **trastes** existentes/ na caza, avaliados tudo por quinhem-/ tos mil reis [...]” (APAAA, f. 3v, l.16-18)

4.1.4. *Microcampo: Casas Várias*

CASA CONTIGUA – Loc. Adj. Habitação que está em contato ou unida a uma vizinha.

Contexto: “[...]Uma **caza contigua** a caza de morada [...]” (APAAA, f. 3r, l.26)

CASA DE ESTRIBARIA – Loc. Adj. Habitação que serve para se recolher bestas e arreios.

Contexto: “[A **caza que serve para estribaria** e uns vãos/ contiguos a mesma estribaria, avaliado [...]” (APAAA, f. 3v, l. 1-2)

CASA DE FAZER FARINHA – Loc. Adj. Telheiro ou abrigo destinado ao preparo de farinha de mandioca.

Contexto: “[...]Uma **caza que serve para se fazer fari-/ nha** com seus acessórios constando de Bu-/ landeira, Prensa, forno e côxos, avalia- [...]” (APAAA, f. 3r, l. 30-33).

CASA DE MORADA – Loc. Adj. Lugar onde se mora ou habita; moradia, habitação.

Contexto: “[...]A **caza de morada** da mesma fazenda , a-/ valiado por um conto e quinhentos mil re- [...]” (APAAA, f. 3r, l.23-24)

CASA DE RENDEIROS – Loc. Adj. Local onde vive aquele que arrenda propriedades rústicas, censuário.

Contexto: “[...]Tres **cazinhas ocupadas por rendeiros** [...]” (APAAA, f. 3v, l.9)

CASA DE SECAR FUMO – Loc. Adj. Local onde se põe para murchar; secar folhas de tabaco.

Contexto: “[...]Dirão-lhe a **caza de secar fumo** [...]” (APAAA, f. 6r, l.20)

4.1.5. Microcampo: Arredores da Fazenda

CANCELLA – S.f. Porta gradeada, em geral de madeira e de pequena altura; porteira.

Contexto: “[...]Os muros, vallados, Cercas e **Cancellas/** existentes na mesma fazenda, tudo avali-/ ados, por quinhentos e vinte e cinco mil/ reis [...]” (APAAA, f. 3v, l.11-14)

CERCA – S.f. Muro, sebe ou valado com que se circunda e fecha um terreno.

Contexto: “[...]Os muros, vallados, **Cercas** e Cancellas/ existentes na mesma fazenda, tudo avali-/ ados, por quinhentos e vinte e cinco mil/ reis [...]” (APAAA, f. 3v, l.11-14)

FONTE DE BEBER – Loc. Adj. Nascente de água; bica de onde corre água potável para uso doméstico.

Contexto: “[...]Huma **fonte de beber** na Fazenda Maria [...]” (APLCM, f. 2v, l.6)

MURO – S.m. Parede forte que circunda um recinto ou separa um lugar do outro.

Contexto: “[...]Os **muros**, vaillados, Cercas e Cancellas/ existentes na mesma fazenda, tudo avali-/ ados, por quinhentos e vinte e cinco mil/ reis [...]” (APAAA, f. 3v, l.11-14)

5. *Considerações finais*

A edição de documentos cíveis é um dos instrumentos que possibilita a sua conservação, porque evita o seu manuseio, facilitando a leitura dos mesmos por pesquisadores de diversas áreas do saber, além de trazer à tona informações de valor inestimável sobre a sociedade de então, com isso também se pode fazer a leitura daqueles a partir da edição semi-diplomática.

Além disso, fazer um estudo lexicológico acerca do vocabulário rural das localidades baianas, Riachão do Jacuípe e Humildes, é de fundamental importância não só para a conservação da memória cultural como também do resgate linguístico destes povos, ou melhor, estudar de forma sistematizada as lexias pertencentes a esse universo nos possibilita, até mesmo, incorporar e ampliar no nosso vocabulário determinadas lexias que não conhecemos ou que não estão tão vivas em nosso cotidiano linguístico.

Além do mais, esse estudo pode nos permitir um aumento significativo do nosso conhecimento de mundo e do nosso acervo lexical, visto que nos possibilitam conhecer o *modus vivendi* de outras culturas, resgatando, mesmo que de forma consciente ou não, a história, hoje adormecida, dos povos que as utiliza ou utilizavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BIDERMAN, Maria Thereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMT, 2001, p. 13-22.

DUBOIS, Jean *et all.* *Dicionário de linguística*. Direção e coordenação geral da tradução por Prof. Dr. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.

HOLANDA, Aurélio Ferreira Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: _____. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007, p. 23-34.

_____. Preservar a memória baiana: a edição de documentos manuscritos dos séculos XVIII ao XX. *Scripta Philologica*, Feira de Santana: UEFS, Departamento de Letras, n. 2, p. 1-15, 2006.

SANTOS, Rosa Borges dos. Léxico e cultura. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). *Língua, cultura e sociedade*: estudos sobre o léxico. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009, p. 11.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

EM BUSCA DO TERMO PRECISO

Edina Regina Pugas Panichi (UEL)
edinapanichi@sercomtel.com.br

Em suas memórias, Pedro Nava cultiva a preferência do detalhe, da minudência, da escolha criteriosa do material verbal com vistas a assegurar o máximo de eficácia e expressividade à sua escrita. Pode-se perceber, analisando o processo criativo do autor, que a expressividade alcançada é resultado da busca incessante pelo termo mais adequado para compor sua autenticidade descritiva com o que amplia a dinâmica verbal, renovando-a a cada passagem registrada. Tal comportamento acrescenta, ainda, ao pensamento burilado do autor, formas alternativas de expressão, revigorando o valor plástico e musical de seu estilo.

Desde a sua aparição, a obra de Pedro Nava conquistou a admiração dos leitores. Médico por profissão, escritor por vocação, trouxe às letras a soma de suas experiências na Medicina e a revelação de um talento hibernado por quase setenta anos. O autor começou a sua carreira literária muito tarde. Começou a escrever o primeiro volume de memórias em 1968 e o publicou no limiar dos seus setenta anos, surgindo como um prosador temporão que, em silêncio, preparou-se para a estreia. É quase inacreditável como o escritor, com a força de um estilo mágico, o seu raro poder de observação, a capacidade de fixar tipos e ambientes, de recompor personalidades e situações, de analisar fatos e almas, pôde, através de longa vida, soffrear o dom literário que o habitava e por certo tentava arrastá-lo para o terreno das letras.

A despeito da surpresa provocada quando da publicação de *Baú de Ossos*, o nome e a presença de Pedro Nava vinham de longe, dos anos 1920. Muito cedo, ainda estudante, Pedro Nava se distinguira na sua geração. Em abril de 1924, o jovem Nava teve o privilégio de receber Mário de Andrade em sua primeira viagem a Minas, integrando a Caravana Paulista composta por Dona Olívia Guedes Penteado, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, o poeta francês Blaise Cendrars, Oswald de Andrade Filho (Noné), Godofredo Teles e o próprio Mário. Desta forma, o jovem escritor que ensaiava os primeiros passos e um crítico já consciente do que queria e que gostava de dizê-lo, estabeleceram uma correspondência que durou vinte anos.

Numa das cartas a Pedro Nava, datada de 10-IV-1927, Mário de Andrade (1982, p. 90) se refere à “suntuosidade artística” do então jovem poeta com quem se correspondia, já lhe reconhecendo a escrita invejável. Ao empregar essa fórmula sintética, referindo-se aos versos do amigo, o escritor paulista punha em destaque justamente uma das características que haveriam de constituir um dos traços marcantes da obra em prosa que, quase meio século depois, iria reservar ao escritor mineiro um lugar privilegiado em nossas letras.

Ainda que se refira a outro segmento da obra de Nava – a poesia – a intuição crítica de Mário de Andrade acertou em cheio ao apontar naqueles versos do poeta, ainda temeroso e cheio de dúvidas quanto à qualidade e ao valor de seus poemas, o traço distintivo da “suntuosidade artística”, que é um dos atributos da linguagem literária. A escrita de Pedro Nava é atraente. Médico paciente, para quem a atenta observação do doente era o principal método para a comprovação de um diagnóstico, pintor e desenhista dos melhores, Nava transportou ao exercício de escritor o hábito do detalhe, da minudência, hábito este que se integrava à sua necessidade implícita de expressão. Soube aproveitar, desta forma, o domínio das duas artes em favor de sua escrita.

A obra literária de Pedro Nava não deixa de ser obra de médico. Suas memórias estão repletas de referências ao curso de Medicina, à profissão, aos mestres, aos colegas, à classe médica, enfim. Mas, mesmo que ele houvesse interditado o acesso de tais lembranças à obra, não lhe teria sido facultado negar-se a si mesmo: a escrita de Nava é escrita dum médico. Aprendeu, sem dúvida, a escrever com os grandes romancistas brasileiros e europeus, mas não foi só a poderosa lição dos escritores longamente frequentados em português, inglês, francês, que lhe sedimentou o estilo. Descobriu, também, segredos do ofício no manuseio curricular e profissional dos tratadistas clássicos da arte médica, dos grandes especialistas nas disciplinas descritivas. A atenção às minúcias, aos pormenores, às nuances, a delicadeza ou o realismo das exposições, o matizado sentido do essencial devem ter-lhe sido transmitidos por esses veneráveis mestres universais da medicina, nomes e obras amorosamente capitulados e diuturnamente assimilados ao longo de todo um curso superior.

O grande interesse demonstrado quando ainda estudante, pelo estudo da anatomia e da morfologia humana aguçou, em Pedro Nava, o senso de observação e de percepção do corpo. A escolha da Reumatologia – onde se lida com a forma humana – como especialidade médica, talvez tenha sido pela ideia estética que o autor faz do corpo humano, da

perfeição, da melhoria, influência direta do desenhista. O gosto pelo plástico explica um de seus métodos de trabalho, o desenho como anotação, ponto de partida para a descrição com palavras. Usa os recursos visuais, partindo de fotos e caricaturas, com o auxílio evidente da vocação artística, desenhando fisionomias, ampliando quadros e interpretando molduras, na busca de efeitos comparativos.

A pertinácia do detalhe, em Pedro Nava, deixa de ser um toque de vaidade, para se transformar numa necessidade de expressão. A enorme massa de informações acumuladas exigia um veículo de projeção, um canal de circulação para difundir a substância latente de ideias em ebulição, formadoras de expressões e pensamentos que somente um cérebro superior poderia liberar com tanta força de comunicação.

Uma das grandes preocupações de um escritor reside, justamente, na escolha vocabular, na eleição da palavra mais expressiva para a perfeita textura da frase. Essa escolha, no entanto, pode ser consciente ou espontânea pois, em alguns casos, as palavras surgem naturalmente, sem a exigência de um mínimo esforço, coincidindo com aquilo que o autor quer expressar. Outras vezes, o autor se vê diante da necessidade de uma seleção, de uma procura para que a palavra melhor expresse os seus sentimentos e a sua visão de mundo. É o que atesta Ullmann:

Todos sabemos por experiência personal que hay elecciones inconscientes que hacemos espontáneamente, instintivamente y al primer impulso, o de una manera enteramente mecánica y automática, mientras que en otros casos nuestra elección es por completo consciente y deliberada: vacilamos, nos corregimos, meditamos sobre la palabra e la construcción conveniente, hasta que por último optamos por una u otra de las alternativas que se abren ante nosotros. (ULLMANN, 1968, p. 158)

A noção de valor estilístico postula, então, a existência de vários meios de expressão para a mesma ideia – chamados por Pierre Guiraud (1978, p. 62) “variantes estilísticas” – constituindo cada uma delas, uma forma particular de expressar uma mesma noção.

Não se pode deixar de observar ainda que, muitas vezes, um termo utilizado não se limita a transmitir um conteúdo nocional, estando carregado de valores particulares e subjetivos uma vez que

(...) há objetos que despertam mais a nossa inteligência, outros que chocam mais a nossa sensibilidade. Assim também as palavras: umas têm uma dominante afetiva, outras uma dominante intelectual. (LAPA, 1977, p. 30)

Caberá, portanto, ao escritor, a difícil tarefa de selecionar aquelas que melhor traduzam aquilo que ele pensa ou sente, dificuldade esta re-

velada por Pedro Nava em uma das atas do Sabadoyle, reunião de intelectuais da qual era participante assíduo no Rio de Janeiro. Incumbido de redigir a ata do encontro realizado no dia 22.03.1980, o memorialista sugere que aquele encargo deveria ser delegado, de maneira cativa, a outro sabadoyliano:

Tenho certeza de que todos sabem seu nome e sua escolha proceder-se-ia por aclamação. Não o nomeio, com medo de aborrecer eventual concorrente ao posto. Eu, com minha reconhecida falta de sal e dificuldade de redação que – para um simples bilhete – me fazem ficar indo, vindo e escolhendo a palavra certa no nosso Aurélio – deveria ser aposentado no posto. (Cf. NUNES, 1987, p. 319)

Na escrita de Pedro Nava encontramos, frequentemente, séries sinonímicas que revelam um de seus aspectos estilísticos mais marcantes. A utilização de sinônimos em série denota a sua preocupação com a minúcia e a sua necessidade de buscar os pormenores, evidenciando os diversos aspectos das coisas, das pessoas e dos acontecimentos.

A busca do termo que melhor se adapte à sua necessidade de expressão, a necessidade de enfatizar aquilo que está dizendo, no sentido de tornar claro aos olhos do leitor o seu real objetivo, levam-no a manipular com habilidade o material linguístico de que dispõe.

Em depoimento a Maria Julieta Drummond de Andrade, Pedro Nava revela, uma vez mais, a sua luta pela escolha do termo mais sugestivo:

Evidentemente procuro a linguagem espontânea, que sai no primeiro jato. Esse primeiro jato nunca é como devia ser. Depois vem a correção, a retirada, o acréscimo. Muitas vezes faço acréscimos, talvez demais, vêm levados pela ideia, pelo emprego de sinônimos, de analogias. É uma linguagem um pouco redundante, um pouco excessiva, talvez um pouco barroca. Trabalho depois, para tirar o que ficou exagerado. (ANDRADE, 1983, p. 08)

Segundo Ullmann (1963, p. 314-322) a utilização dos sinônimos inclui-se em duas categorias: a da seleção e da combinação. Na primeira, o escritor escolherá a palavra que melhor se adapte ao contexto, a que melhor atenda à emoção, à harmonia e que esteja mais apropriada ao tom geral do conjunto. Na segunda categoria, os sinônimos podem ser utilizados, num mesmo texto, em estreito contato uns com os outros ou apresentados em intervalos. A primeira pode designar-se como “colocação” e a última como “variação” de sinônimos.

A seleção vocabular é para Pedro Nava de importância vital. Num de suas passagens, ele nos mostra como um de seus professores, nas

suas aulas de instrução militar, dobrava cada palavra com seu sinônimo e, dessa forma, as informações eram guardadas com maior facilidade, tal a insistência reiterativa das noções que ele ministrava.

A lição sinonímica a respeito dos cuidados que os alunos deveriam ter para proteger a própria vida é uma transcrição que Nava faz de seu colega Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto), do capítulo “Paradas”, de suas *Memórias*, publicado no Diário Carioca de 29 de dezembro de 1946 e consta do volume *Chão de Ferro: memórias 3*:

A bala, ou projétil, sai, ou parte, do fuzil ou arma. Quando o homem, ou soldado, ouve, ou escuta, o silvo, ou ruído, da bala, ou projétil, joga-se, ou atira-se, por terra, ou chão. (NAVA, 1976, p. 90)

Num tom francamente humorístico, Pedro Nava, após a citação, continua a narrativa seguindo o mesmo modelo do instrutor demonstrando, com esse procedimento, que o emprego abusivo de sinônimos, sem nenhum planejamento, transforma-se num risco para quem escreve, provocando uma sensação desagradável no leitor:

Com numerosas variantes ouvi essa técnica de defesa, ou proteção, que o infante, ou praça devia empregar, ou usar, ao primeiro sibilo, ou assovio, da refrega, ou combate. Era deitar imediatamente e contra-atacar dessa posição, tentando de todos os modos exterminar, ou matar, o inimigo, ou adversário. Devia-se mirar cuidadosamente o crânio, mandar bala no dito e se a distância era grande, não permitindo requintes de pontaria, tentar-se-ia acertar no centro, ou meio, da silhueta, ou vulto e destarte, ou assim, era certo, ou seguro, atingir, ou ferir, o abdome, ou ventre. (NAVA, 1976, p. 90)

Com o objetivo de focalizar as coisas sob múltiplos aspectos e, ao mesmo tempo, evidenciá-las de diferentes pontos de vista, Pedro Nava utiliza a combinação de sinônimos para, através desse recurso, chegar não somente a um maior relevo, mas também a uma maior precisão das ideias que tem em mente, pois

(...) a significação escrita de cada sinônimo reage sobre a dos outros, e, do conjunto, aflora, como resultante, um matiz de significação não contido nos diversos termos isolados. (CÂMARA JR., 1985, p. 135)

Ao analisar os documentos de processo organizados pelo autor para a escritura da obra *Beira-Mar: memórias 4*, encontramos uma listagem de sinônimos levantados para a expressão *agente de polícia*. Tal atitude demonstra bem a preocupação em buscar todos os elementos que possam desvelar as diferentes impressões, o que demonstra que a palavra e sua seleção têm uma importância capital no processo criativo de Pedro Nava. Os campos semânticos pesquisados pelo autor, envolvendo o vernáculo e a língua francesa, estão relacionados ao clima geral da passagem em

construção, ou seja, põem em relevo a antipatia que os estudantes mineiros cultivavam pela polícia, no início do século XX. Esse trabalho no campo semântico será observado em outras passagens, o que corrobora e explicita esse critério lexical, como se pode observar na ficha construída pelo autor.

Gal farros = beleguim = esbirro = malsin
 = tira = flic = vache = secreta 79

Ficha 79 – Sinônimos para agente de polícia

O texto resultante é o que segue:

Ai! Nem sempre as ruas de Belo Horizonte eram para nós esse regalo de crepúsculo, dias de sol, dias de chuva, palestra, vida disponível, Clube, Odeon, Estrela. Havia também nossos dias de barricada e guerrilhas. Tais coisas aconteciam quando os Gomes Nogueira, com filme especial, aumentavam o preço da entrada dos cinemas e tornava-se necessário depredá-los. As famílias fugiam às pressas e ficávamos às voltas com as bengaladas e os murros trocados com a matula dos *beleguins*, *galfarros*, *malsins*, *fliques*, *vaches*, *secretas*, *esbirros* e todas as variantes da tiralhada da Polícia comandada por delegados armados de tacapes e três-folhas. (NAVA, 1979, p. 286)

Ao se referir a um retrato do avô, evidenciando a forte influência que este ainda exercia sobre seus descendentes, Pedro Nava destaca, através dos termos escolhidos (*avô*, *antepassado*, *manitô* e *totem*), a ideia comum de um símbolo ancestral que permanecia vivo na família não apenas nas características físicas que vão passando de um membro a outro, mas também nas do protetor de um forte clã, dotado de uma força mágica que envolvia todos os familiares. Podemos, pois, observar, que os nomes empregados têm os seus significados contaminados uns pelos outros, remetendo às conotações de proteção e simbolismo: “(...) reconhecemos o *avô*, o *antepassado*, o *manitô*, o *totem* presente nas cinco gerações que dele defluíram”. (NAVA, 1983, p. 28)

O desejo de dar destaque à cor branca leva o autor a utilizar-se de sinônimos e, por extensão, de outros elementos que lembram o referido tom. Uma função importante da enumeração de sinônimos reside no fato de tornar o significado de um deles, no caso, o primeiro da lista, mais claro e mais enfático, como ocorre nesta passagem a seguir. A ênfase dada ao branco tem como objetivo destacar a ideia da falsa pureza do personagem em questão, resultando num tom francamente cômico:

Vestia branco. Cãndida era sua gravata de laço a borboleta; *alvas* suas meias, *niveos* seus calçados. Assim todo da *cor das neves*, lembrava os *edelvais*, os *lirios*, os *casulos do bicho-da-seda*, as *larvas* ainda longe do imago, as *virgens*, as *noivas*. (NAVA, 1976, p. 22)

Pode-se observar, em Pedro Nava, a tendência para a apresentação de determinada ideia por aspectos diversos. Sua obstinada preocupação com a minúcia, o seu desejo de tornar claros os múltiplos aspectos da realidade, levam-no a agrupar as palavras segundo as suas afinidades semânticas, revelando, dessa forma, toda sua riqueza e intensidade. Na passagem a seguir, a série escolhida pelo autor apresenta traços sêmicos similares e semas distintos, ou seja, o autor procura, partindo da ideia comum de *afastamento*, mostra um crescimento gradual dessa noção até o alcance de seu ponto máximo – a total retirada:

Tornara-se *raro* no clube, *vasqueiro* nos cafês, *bissexto* nos bares, *inexistente* nos cabarês e sua vida era manhãs nas enfermarias, dias no Centro de Saúde, tardes no consultório, noites em casa ou num cinema honesto, Amém. (NAVA, 1981, p. 381)

A preocupação do autor em ser o mais sincero possível ao escrever as suas memórias, leva-o a indagar:

Como traduzir? mais corretamente *honest*. Por *honesto*, evidentemente, e por extensão, analogia, também por *verdadeiro*, *autêntico*, *genuíno*, *natural*, *intrínseco*, *básico*, *fiel*, *direito*, *verossímil*. Quem tem dessas qualidades é reto e puro. (NAVA, 1981, p. 05)

Nesta passagem, fica claro o procedimento do autor em colocar no texto todos os termos que lhe ocorreram para referir a ideia pretendida comprovando que, às vezes, para o reforço de uma determinada noção, esse recurso não encontra simile em nenhum outro que se queira empregar. Pedro Nava se mostra um profundo conhecedor da alma humana. As séries sinonímicas empregadas pelo autor são, assim, altamente reveladoras, denunciando os pendores peculiares de seu espírito e as preferências seletivas de sua sensibilidade, levando-o a desvendar as características mais marcantes daqueles com quem conviveu.

A tendência em patentear a complexidade de aspectos das pessoas parte, às vezes, de um termo geral ao qual se agregam os mais específicos que, somados, alcançam o efeito desejado. Assim, o primeiro termo da série, o mais abrangente, serve de base aos demais. Referindo-se a certos tipos de pessoas como os assassinos, os maníacos e os estupradores, o autor justifica as suas atitudes tendo em vista a sua *essência*, ou seja, aquilo que constitui a natureza humana:

Todos diferem do homem dito normal e em cada um existem dois espíritos conversando – o que reconhece, avalia e julga, e o outro, que o primeiro científica, mas que, entretanto, exulta dentro da compulsão que lhe é inseparável como a própria pele, inextirpável como sua fâsca vital – *sua essência, seu imo, seu intrínseco, seu atributo, traço, marca de fogo, inmost substance* – que só a morte pode estacar. (NAVA, 1984, p. 458)

Na passagem seguinte, o acúmulo de sinônimos tem por objetivo focalizar, sob diferentes pontos de vista, aquele que constitui, segundo o autor, *o verdadeiro amigo*. Pode-se observar que, para Pedro Nava, o termo *amigo* abrange não só aqueles que nos amparam nos momentos de aflição, mas também os que, por dedicação a um sentimento tão nobre, agem como verdadeiros comparsas. Também podem ser considerados amigos aqueles que estão sempre juntos de nós, procedendo realmente como tais, e que não nos esquecem como se laços de sangue nos unissem. Tais noções pertencem ao contexto, pois o autor, por toda a sua obra, deixa transparecer esse posicionamento a respeito do conceito *amizade*:

Isso é tão certo que pode-se dizer que de mil “amigos” salva-se um. Só um é o verdadeiro amigo – *o solidário, o cupincha, o chapa, o irmão*. O resto entra naquela frase feita de sabedoria carioca quando diz pela boca do sujeito safo: *amigo do peito é catarro*. (NAVA, 1984, p. 508)

Partindo de um termo de uso popular, o autor, a seguir, completa a série enumerativa fundindo impressões semelhantes que resultam num esclarecimento da situação. São termos que, revestindo um mesmo campo semântico, também fundem impressões negativas semelhantes e co-existent:

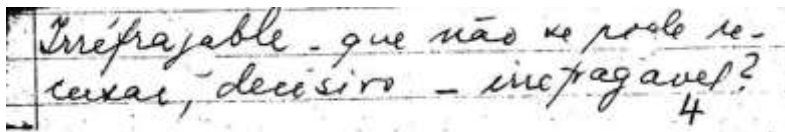
Já a versão destes é de que houvera pura e simplesmente *um atrás-dotoco, uma espera, tocaia, emboscada* ou qualquer outro nome que se lhe queira dar. (NAVA, 1981, p. 453)

Numa rápida análise, do ponto de vista intelectual, a significação parece ser a mesma, mas há diferenças, pois à parte da significação propriamente dita, as palavras carregam uma série de associações que pesam no seu efeito. Os elementos da série aparecem numa ordem ascendente. A diferença está em que os dois primeiros como que apenas insinuam a ideia pretendida, enquanto o terceiro a acentua. O quarto elemento já apresenta um tom incisivo que o faz singularmente próprio, em virtude das associações que a palavra carrega no contexto em que se encontra inserida.

Em outras passagens, a seleção de sinônimos feita por Pedro Nava revela a sua preocupação com a matéria-prima que manipula durante o

processo criativo. A busca pelos elementos que possam se aproximar o mais possível de seus objetivos demonstra o excesso de zelo no sentido de não utilizar palavras óbvias ou previsíveis ou, ainda, utilizar palavras que não estejam, segundo sua visão, em consonância com o seu universo de criação. Para isso, lança mão da língua francesa, idioma com o qual conviveu, desde cedo, de forma íntima e entusiástica.

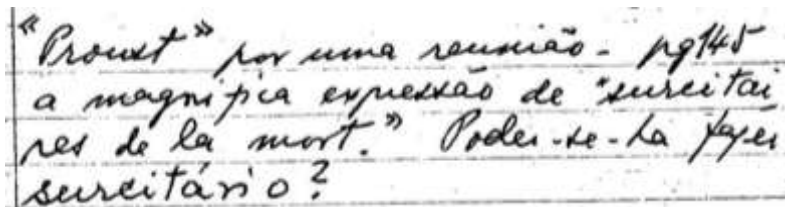
Necessário se faz observar que Pedro Nava serviu-se do recurso à língua estrangeira de forma criadora, explorando as palavras em sua força evocadora, combinando-as, escolhendo-as e adaptando-as aos seus objetivos. Em muitos casos, o autor toma a palavra estrangeira aportuguesando-a, com a finalidade de cunhar um novo vocábulo, mais expressivo, mas colocado em questionamento, por ele mesmo, como se pode verificar na anotação.



Ficha 4 – Informação arquivada por Pedro Nava

Leitor de Marcel Proust e seu admirador confesso, Nava vai buscar no autor francês a expressão que melhor possa sugerir a *suscitação* da morte anunciada, como se pode constatar nas fichas a seguir. A busca pela expressão mais adequada leva ainda o autor a questionar a possibilidade de criar, a partir do termo escolhido, uma versão aportuguesada do mesmo, demonstrando que o ato criador reflete uma mente em ação, na busca da singularidade expressiva.

Fichas contendo o registro da versão feita pelo autor:



"... ces surcitaires de la mort." »
 dix le thieu Galey no recueil
 sobre "Proust" pg 145. 5

O acesso aos bastidores nos mostra que o artista vive num estado de tensão entre a liberdade de criar e a preocupação de ser compreendido. Ele precisa transpor essas limitações em nome de sua necessidade de expressão. A matéria, assim, é transformada pela ação criadora e estende os limites daquilo de que o artista dispõe e o que ele busca, cabendo ao pesquisador identificar os critérios que norteiam os atos de seleção, combinação, adequação ou rejeição, a fim de compreender o propósito do artista com sua matéria.

Qualquer trabalho construído carrega, em seu interior, conteúdos de complexidade. O artista é atraído por esse processo e as tendências poéticas vão se definindo ao longo do percurso. A intenção de buscar expressões que melhor se adequassem à noção da iminência da morte, ou da morte propriamente dita, motivou o autor a lançar mão da intersecção de linguagens e, assim, cunhar os termos que julgou mais adequados ao seu intento. Por outro lado, a escolha do sinônimo *defuntar*, em lugar de *morrer* parece ter obedecido a um princípio ético, uma vez que o autor se referia a um personagem que merecia o seu respeito.

Defuntar - morrer 8

Ficha constante nos arquivos do autor

Resolvidas as dúvidas, o autor passa à construção do texto utilizando, agora, os recursos levantados e colocados à prova durante o processo de escritura:

O embarque foi à noite, na estação da Central, escura e mal iluminada. Todo o Governo do estado estava presente e foi esta a última vez que vi Raul Soares. Ele tinha criado a Cruzada Republicana destinada a defender as instituições e estava ali dando sua primeira contribuição. Havia tempos que eu não via o Presidente, já estava frequentando as enfermarias da Santa Casa e começando a conhecer os sinais com que o fim da vida se anuncia de modo decisivo, *irrefragável*, pela depressão das têmporas, por uma espécie de crescimento dos zigomas, pela ausência das gorduras que desnudam certos músculos e al-

teram a expressão do rosto dos pobres *sursitários* da Morte. Senti um baque no peito, porque apesar de aborrecer os políticos, simpatizava com Raul Soares porque ele era tio do meu querido amigo Chicão Peixoto. Impressionou-me para sempre seu aspecto e ele entrou como estava, naquela noite, na longalheria de *defuntados* que me visita nas noites de insônia. (NAVA, 1979, p. 205)

Pode-se perceber que o movimento criador é um processo de busca, de descobertas, associações, que vai tomando corpo no momento em que a obra é construída. Os documentos de processo empregados pelo autor são os testemunhos materiais de sua dinâmica criadora e a análise desse percurso nos revela como o vivido, o real e o biográfico têm profunda ligação com a construção da obra. A análise desse percurso também nos mostra como o artista se relaciona com o seu ambiente, a sua percepção do mundo, as influências recebidas, o papel da memória na configuração de sua realidade, demonstrando que em toda ação do artista há uma inter-relação. Assim, na atividade criadora “toda ação, que dá forma ao novo sistema, está relacionada a outras ações e tem igual relevância, ao se pensar a rede como um todo” (SALLES, 2002, p. 188), Não obstante, não basta conhecer o todo, é preciso mobilizar o todo articulando e organizando informações, pois os rascunhos revelam o que o texto pronto não consegue transmitir, ressignificando a obra.

A criação é um percurso de caráter provisório. O artista vai buscar a matéria que melhor traduza a realidade que deseja transmitir, ou seja, age tendo em vista um propósito. Às vezes atinge o seu objetivo, outras vezes vê suas tentativas frustradas e esboça outros caminhos na busca de seu projeto pessoal. À maneira de Proust que sai “Em busca do tempo perdido”, Pedro Nava, ao construir as suas memórias, também parte “Em busca do termo preciso”. Ao substituir cada palavra por seu sinônimo correspondente, o autor faz, ao mesmo tempo, uma operação de tradução – um signo se traduz em outro – de forma que os constituintes da linguagem operam no eixo da similaridade. “Produzir linguagem em função estética significa, antes de mais nada, uma reflexão sobre as suas próprias qualidades” (PLAZA, 2008, p. 27) e, no caso de Pedro Nava, um signo traduz o outro com o intuito de completá-lo em sua carga significativa. Esse alto nível de habilidade técnica, que é uma constante em suas memórias, custa ao autor um grande esforço, graças à sua necessidade de registrar toda uma série de nuances mentais e todo um caminho de analogias em seu processo de criação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. Nava na Argentina. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11.06.83, p. 08.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Trad. de Miguel Mailliet. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NAVA, Pedro. *Bau de ossos: memórias 1*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- _____. *Chão de ferro: memórias 3*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- _____. *Beira-Mar: memórias 4*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____. *Galo das trevas: As doze velas imperfeitas: memórias 5*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- NUNES, Raimundo. *Pedro Nava: memória*. São Paulo: Ateniense, 1987.
- PLAZA, Julio. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- SALLES, Cecília Almeida. Crítica genética e semiótica: Um interface possível. In: ZULAR, Roberto (Org.). *Criação em processo: Ensaio de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- _____. *O círio perfeito: memórias 6*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. de J. A. Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

**ESCOLA E GOSTO PELA LEITURA:
O QUE DIZEM AS NARRATIVAS
DE FUTUROS MEDIADORES DA LEITURA**

Adalgisa Félix dos Santos (UNIGRANRIO)

gisa.studioe@gmail.com

Solimar Patriota Silva (UNIGRANRIO)

spssolimar@hotmail.com

1. Introdução

Segundo Ferreira & Dias (2002, p. 2) a escola enfrenta diversos desafios, entre os quais se encontra o ensino da leitura, o que é preocupante, pois é a leitura que se configura como a maior fonte de recebimento de informações nos dias atuais. E, embora Martins (2006) afirme que aprendemos a ler apesar da escola, essa mesma autora também nos lembra que muitos alunos têm o primeiro contato com os livros justamente no espaço escolar. Daí ser relevante investigar qual a percepção dos próprios alunos acerca da influência da escola no desenvolvimento de seu interesse pela leitura. Neste artigo, analisamos as narrativas de futuros mediadores da leitura acerca de como a escola desempenhou seu papel de mediadora da leitura em suas próprias vidas.

Primeiro, apresentamos concepções de leitura, discutindo por que, afinal de contas, ler é tão importante. Em seguida, explicitamos as concepções acerca de mediador e medição da leitura, sobre as quais nos fundamentamos e esboçamos brevemente como a escola tem sido concebida em seus múltiplos papéis ao longo do tempo desde sua criação, tal qual a concebemos atualmente. Por fim, analisamos os dados à luz da perspectiva interpretativista, abordando os dados qualitativamente, embora alguns dados quantitativos sejam apresentados para ilustrar o percentual de alunos que responderam se a influência que a escola exerceu sobre sua formação leitora foi fraca, mediana ou total.

2. Acerca da leitura e sua importância

Embora seja necessário decodificarmos os signos linguísticos para conseguirmos ler, devemos ter claro o fato de que decodificação e leitura são coisas diferentes. A leitura vai muito além do simples fato de encontrar o sentido literal de palavras dentro de um texto. Cada palavra é dota-

da de significados que devem ser entendidos por aqueles que estão decodificando para que estes possam ser realmente classificados como leitores e não meros decifradores. Ler é um processo no qual o leitor participa ativamente, buscando e atribuindo sentido ao que foi escrito por outra pessoa. Martins (2007) afirma que não lemos apenas o código escrito, podemos também ler o mundo que nos cerca.

Concordamos com Gonçalves e Peres (2006) quando dizem que não devemos enfatizar um caráter salvacionista da leitura, afinal, a alcuinha de única salvadora do ser humano não é cabível. Mas vale lembrar que Paulo Freire (1989) aponta numa direção em que a leitura, embora não seja a salvadora tem o papel de se enriquecer quem lê, considerando-se que nos permite expandir nosso conhecimento de mundo. Quando lemos e buscamos o entendimento de inferências ou respostas para questionamentos muito além da vida cotidiana, acabamos por nos tornar sujeitos críticos. Sendo a capacidade de questionar uma característica positiva do ser humano em sociedade, nos tornamos capazes de exigir direitos e exercer deveres com maior consciência. É essencial ter a capacidade de formar opiniões sobre os mais diversos assuntos e ter condições de nos expressar com a precisão que gostaríamos através de um vocabulário vasto que a leitura ajuda a formar.

Bragato (2005) afirma que a leitura torna possível que o leitor reveja seus conceitos e se liberte de preconceitos à medida que adentra mundos desconhecidos e se vê frente a situações que de outra forma talvez não acontecesse. A autora também afirma que a leitura é um processo histórico através do qual as pessoas, principalmente as de classes populares, podem ter conhecimento dos bens culturais, políticos e econômicos da sociedade da qual fazem parte.

Podemos considerar como outro aspecto importante da leitura no âmbito das classes sociais quando pensamos o ato de ler como um encurtador de abismo social, visto que possibilita pessoas de classes diferentes tomarem posse de conhecimento sobre determinado assunto, dependendo apenas do acesso ao mesmo texto escrito. Segundo Focaumbert (*apud* FERREIRA & DIAS, 2002, p. 2) a leitura é o único meio de alcançar a democracia e o poder individual, à medida que nos possibilita entender os “porquês” da vida.

Em síntese, acreditamos que o ato de ler nos possibilita o existir plenamente, como sujeito, cidadão, como ser em constante desenvolvimento. É a leitura de repertórios variados que vai, inclusive, formar me-

diadores da leitura em diversos espaços para além do espaço escolar. A leitura deveria impregnar todas as nossas atividades cotidianas.

3. *Mediação e mediador de leitura*

De uma forma geral, poderíamos dizer que o mediador da leitura é um iniciador aos livros, seja ele profissional ou voluntário. Segundo Petit (2008, p. 175) todo aquele que legitima o desejo de ler de quem ainda não possui a iniciativa de buscar os livros ou estimula o contato com os textos pode ser entendido como exercendo a mediação de leitura. Embora não seja o único, o professor pode ser considerado o principal responsável por esse processo, que tem por finalidade ajudar o aluno a descobrir a leitura de forma que não o faça apenas como obrigação, mas que passe a realmente se interessar e a compreender que a leitura é um ato essencial para seu crescimento pessoal e intelectual. Assim, o objetivo principal do professor seria o de tornar seu aluno independente para realizar suas mais variadas leituras – sozinho, sem mais precisar da mediação.

O ato da mediação também pode ser classificado, como relata Pino (*apud* NASCIMENTO, 2007) como uma construção na qual o indivíduo mediador exercerá o papel de facilitador ao propiciar a conclusão de um processo no qual o aprendizado é produzido numa interação.

Visto que Paulo Freire (1989) afirma que o conhecimento do mundo precede a leitura da palavra, analogamente podemos dizer que o mediador leva a este leitor iniciante seu conhecimento de mundo adquirido em suas próprias experiências de vida, assim como em suas leituras para que o contato com o texto seja profundo e seu conteúdo possa ser de fato absorvido. Esta ajuda pode ser com o esclarecimento de vocabulário, fatos históricos, figuras de linguagem e a intertextualidade. O aluno deve perceber que um texto possui diversas facetas, não apenas o que está explícito, mas inferências e recursos linguísticos que são essenciais à compreensão plena do texto.

Quanto aos tipos de mediação, Pino (2000) aponta a existência de uma mediação pedagógica e uma mediação social. A primeira é realizada majoritariamente no espaço escolar. Ela tem o objetivo de causar uma mudança na forma de pensar e agir do aluno, o qual, através da aquisição do pensamento crítico e dos questionamentos, se tornará mais consciente de seu papel como cidadão. Isto ocorre de forma direcionada pelo mediador, com uma metodologia. Já a segunda, a mediação social, é feita prin-

cialmente pelos familiares e amigos. Quem mostra um livro ou conta as histórias que leu, pode exercer influência no outro ao instigar sua curiosidade para a leitura daquela obra. Desta mediação não intencional pode vir a surgir um novo leitor. Nascimento (2007) relata pesquisas de Stange (1998) e Araújo (2007) que apontam instituições religiosas como fortes mediadoras. Nesses grupos, a base doutrinária se encontra em textos impressos, tornando essencial que o membro passe a ler a fim de se tornar um integrante participativo. Também conta muito o desempenho da leitura em voz alta e do entendimento da mensagem frente aos outros do grupo. A entonação se torna parte fundamental do exercício da leitura, assim como o significado das palavras, visto que isto pode ser considerado um meio de interação social. Embora este tipo de mediação não ocorra de forma pré-estabelecida ou metodológica, é uma forma importante, pois o aluno não deveria depender apenas da mediação feita da escola.

Ressalte-se que o professor não deve ser o único responsável por mediar a leitura, principalmente porque acreditamos que a responsabilidade pela formação de leitores é de toda a sociedade.

4. O papel da escola

Segundo Focaumbert (*apud* FERREIRA & DIAS, 2002), a escola foi criada no século XIX, durante o período de industrialização e com o intuito de facilitar o acesso dos trabalhadores às técnicas e procedimentos de operação de máquinas. Para esta tarefa era suficiente ensinar apenas o necessário para que o aluno exercesse tarefas repetitivas, sem a menor necessidade de reflexão, o que não é mais o caso nos dias em que vivemos, quando a maior parte das informações que chega até nós é por via do código escrito. Rocco (*online*) chama a atenção para o fato de atualmente sermos muito mais expostos à leitura de outros textos que de livros. Lemos jornais, letrados, todo tipo de coisas. E, considerando o advento da *internet* e tantos outros meios de comunicação, temos uma explosão de novos gêneros textuais.

Entretanto, Ferreira e Dias (2002) afirmam que o espaço escolar continua apenas ensinando leitura ou escrita no sentido de alfabetizar, isto é, ensinando o aluno a decodificar. Acreditamos que o conhecimento dos signos linguísticos e o domínio da decodificação são essenciais para que a leitura aconteça, mas que é necessário fazer o aluno problematizar o próprio código e seu significado e que entenda as várias possibilidades da língua dentro de um texto e de seus múltiplos contextos.

Além do professor que, diga-se de passagem, não é apenas o de língua portuguesa responsável pela formação leitora dos alunos, é necessário que as escolas possam contar com a presença de bibliotecários ou dinamizadores da leitura, os quais podem desenvolver trabalhos com maior autonomia, a fim de promover os livros e a leitura na escola. Villardi (1999) afirma que a organização das bibliotecas é uma forma de mediação. O bibliotecário que decora seu espaço de trabalho com motivos relacionados a histórias e personagens, que promove o livro do mês, faz contação de história, por exemplo, é um mediador. Ele estimula o livro como uma forma divertida de passar o tempo e pode acabar mostrando ao aluno que esta é, também, uma forma agradável de buscar informações.

Convém lembrar que a escola precisa se atualizar com as mudanças que estão ocorrendo fora dela. Rocco (*online*) afirma que a escola é anacrônica à medida que não percebe os diferentes tipos de leitores que foram surgindo ao longo das décadas. Blanco (2005) diz que os modelos ideais de leitura devem ser questionados. O leitor está melhor inserido no mundo a sua volta do que estavam a alguns anos. É preciso lidar com o leitor não de forma autoritária, obrigando-o a aceitar modelos de certo e errado para a leitura. Ele deve ser livre para escolher o que lê e como lê. Acreditamos que essa liberdade deve ser cultivada na escola em todas as suas ações.

5. *A pesquisa: resultados e discussão*

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter interpretativista, na qual 65 alunos ingressantes do curso de Pedagogia de uma instituição particular de ensino responderam voluntariamente, em 2010, a um questionário contendo dez questões, tanto abertas como fechadas, no intuito de investigar sua percepção acerca de sua própria formação como leitores. Neste artigo, trazemos como recorte a análise de uma dessas perguntas, na qual os participantes responderam qual foi o papel da escola em seu interesse pela leitura. Na primeira parte da pergunta, os participantes marcavam uma das quatro opções disponíveis: a) me fez não gostar de ler; b) nenhum; c) fraco; d) mediado e, finalmente, e) total. Em seguida, os alunos respondentes eram solicitados a justificar com breves comentários o porquê de sua escolha.

Após analisar quantitativamente as escolhas apontadas nas respostas dos alunos, passamos a mostrar a recorrência das respostas contidas nas narrativas dos participantes.

Dos 65 alunos respondentes analisados neste trabalho, 38,5% responderam que a escola teve total importância no aumento de seu interesse como leitor, 43% apontaram o papel da escola como mediano, 10,9% afirmou ter sido fraca a importância do espaço escolar. Ainda, 4,6 % afirmaram que a escola os fez não gostar de ler e 3% afirmaram que a escola não teve participação alguma no desenvolvimento de seu interesse pela leitura.

A tabela 1, abaixo, ilustra melhor esses dados:

Tabela 1: Percepção dos futuros mediadores da leitura acerca do papel da escola em seu interesse pela leitura

Categoria	Respostas	%
TOTAL	25 ALUNOS	38,5
MEDIANO	28 ALUNOS	43,0
FRACO	7 ALUNOS	10,9
NENHUM	2 ALUNOS	3,0
ME FEZ NÃO GOSTAR DE LER	3 ALUNOS	4,6

Analisando a tabela 1, acima, percebemos que, embora com um percentual menor que 5%, ainda é alarmante o número de alunos que afirmam que a escola, ao invés de auxiliar como mediadora da leitura, fez com que eles não gostassem de ler. Ainda, há alunos que, apesar de passarem onze anos na Educação Básica afirmam que a influência da escola para o aumento do interesse pela leitura foi simplesmente nulo, como apontaram dois dos alunos participantes.

Desses 3% que responderam que a escola não teve participação em sua formação leitora, metade destaca que a escola apenas completou seu interesse pela leitura, deixando bastante clara a influência de família e amigos em sua formação leitora ao relatarem suas experiências principalmente relacionadas na fase de aquisição da leitura. Se por um lado isso indica positivamente a participação ativa dos familiares na formação leitora, por outro, aponta uma fragilidade da escola de contribuir efetivamente para o desenvolvimento do gosto ou hábito de ler. Afinal, nem todas as crianças e adolescentes são criados em ambientes leitores e, desta forma, acabam dependendo quase que exclusivamente da escola para se tornarem leitores (CECCANTINI, 2009).

Interessante perceber que, ao justificar o porquê de o papel exercido pela escola ter sido *fraco*, *mediano* ou *total*, três temas são recorrentes: incentivo (ou falta dele), obrigação e acesso.

Os alunos que consideram o desempenho da escola como fraco apontam a falta de incentivo à leitura da própria escola; a obrigação da leitura, principalmente para se fazer provas e, em muitos casos, a falta de livre acesso ao livro – seja por falta de acervo variado da biblioteca ou, ainda pior, a falta de uma em suas escolas.

Em contrapartida, os alunos que responderam que o papel da escola foi mediano, ora citam a obrigação da leitura como fator positivo, ora como negativo. O mesmo acontece em relação ao incentivo. Há alunos que dizem que foi mediano o envolvimento da escola, pois incentivou, porém não tanto a ponto de desenvolver nele maior interesse pela leitura. Outros disseram que o incentivo foi falho, quase nulo. Daí atribuírem essa classificação às escolas.

Por fim, cabe destacar que receberam a avaliação positiva dos alunos as escolas em que o acesso à biblioteca era permitido – seja devido a horários de atendimento e acervo variados, seja pelas atividades de leitura promovidas dentro do espaço escolar. Esses alunos também apontaram que a obrigação de ler foi um aspecto positivo em sua formação. Aqui, eles destacam essa obrigação referindo-se a atividades da escola que exigiam o domínio da leitura e não apenas devido a alguma prova ao final do livro.

Além disso, esses alunos disseram que havia incentivo à leitura, traduzido por ações e atividades promovidas pelos professores, principalmente. A questão do incentivo é tão importante que essa foi a escolha de 33,8% dos participantes ao dizerem porque a escolha exerceu total influência em seu desenvolvimento como leitor.

6. Considerações finais

Neste artigo, objetivamos apresentar um recorte de uma pesquisa em andamento, acerca das percepções de futuros mediadores da leitura acerca de sua própria formação leitora. Analisamos interpretativamente os dados de sessenta e cinco questionários respondidos voluntariamente por ingressantes do curso de Pedagogia de uma instituição particular de ensino. Os participantes responderam qual foi o papel que a escola exerceu no aumento de seu interesse pela leitura.

Aqueles alunos que atribuíram à escola uma forte influência em sua formação leitora citaram principalmente o incentivo constante pela leitura, através da presença do livro em atividades variadas da escola, em sala de aula ou de leitura, com acesso a livros variados e uma biblioteca cujo funcionamento permitia que os alunos manuseassem e escolhessem os livros com facilidade.

Algumas respostas dadas, porém, ainda mostram que a escola precisa estar atenta para o cumprimento de seu papel primordial de formar leitores competentes, pois alguns alunos apontaram que ela não exerceu nenhuma influência em sua formação como leitores ou, ainda pior, contribuiu negativamente, fazendo com que os alunos passassem a não gostar de ler.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elizeth da Costa; CAMARGO, Flávio Pereira. A prática social da leitura literária e a formação do sujeito leitor: desafios e perspectivas. *UNIOESTE: Travessias*, v. 2, n° 3, 2008.

BORTONI-RICARDO. S. M. Compreensão de leitura: da palavra ao texto. In: *Palavra: forma e sentido*. GUIMARÃES, E; MOLLICA, C. (Orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 2007.

BLANCO, Marina Diniz. *As diversas facetas da prática de leitura em uma primeira série do Ensino Fundamental*. TCC. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BRAGA, Regina Maria & SILVESTRE, Maria de Fátima Barros. *Construindo o leitor competente*. 3. ed. São Paulo: Global, 2009.

BRAGATO, Solange. *A Leitura do texto literário e da imagem no livro didático do Ensino Fundamental*. Universidade Estadual de Maringá. Dissertação de mestrado, 2005.

FERNANDES, Sarah. Em cada 10 Em cada 10 universitários, dois têm dificuldade de leitura.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. *A escola e o ensino da leitura*. Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GONÇALVES, Renata Braz; PERES, Eliane Teresinha. *Práticas de incentivo à leitura nas escolas da rede pública municipal de educação: o caso de Pelotas/RS no final do século XX*. Rio Grande do Sul: Unirevista – Vol. 1. 2006.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

NASCIMENTO, Elaine Loyola do. *A mediação pedagógica nas práticas de leitura de alunos de séries finais do ensino fundamental*. Programa de Pós- Graduação em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Literatura e ensino: O papel do professor leitor na formação de leitores literários*. COLE, 2009.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *A importância da leitura na sociedade contemporânea e o papel da escola nesse contexto*.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. O professor leitor. In: ROSING, Tânia; SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilhos. *Mediação de leitura: Discussões e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009, p. 23-36.

SOUZA, Lígia Maria Silva; DUPAS, Maria Angélica. Ler é prazer: os projetos de incentivo à leitura da Biblioteca Comunitária da UFSCar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, 2000, Florianópolis. *Anais*. Disponível em: <<http://snbu.bus.br/snbu2000/docs/pt/doc/poster019.doc>>. Acesso em: jun. 2010.

VILLARDI, Raquel. *Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira*. Rio de Janeiro: Dunya, 1999.

**ESTÍLISTICA:
ASPECTOS HISTÓRICOS E ANÁLISE DA MÚSICA
“SAMBISTA PERFEITO”**

Juliana dos Santos Barbosa (UEL)
julibarbosa@hotmail.com

1. Apresentação

Embora a estilística tenha se configurado como disciplina ligada à linguística a partir do século XX, alguns preceitos da Antiguidade que já apontavam interesse pela questão estética da linguagem. No contexto da linguística moderna, a estilística compreende as relações entre língua, pensamento e locutor, envolvendo figuras de linguagem, aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos das construções textuais, além dos gêneros textuais e as intenções dos autores. Apresentar tais questões é o objetivo deste artigo, que analisa também a composição “Sambista Perfeito”, de autoria de Arlindo Cruz e Nei Lopes.

2. Aspectos históricos da estilística

Foi a partir do século XX que a estilística passou a configurar como disciplina ligada à linguística. Vários autores, entretanto, destacam semelhanças entre seus aportes conceituais e alguns preceitos da Antiguidade que já apontavam interesse pela questão da linguagem, a exemplo de obras como os poemas homéricos e a retórica. Guiraud (1978, p. 13) aponta a identidade da moderna estilística com a antiga Retórica ao analisar que:

O conjunto dos processos de estilo constituía, entre os antigos, o objeto de um estudo especial, a retórica, que é a arte da linguagem, uma técnica da linguagem considerada como arte; simultaneamente, gramática da expressão literária e instrumento crítico para a apreciação das obras.

Para Nilce Sant’Anna Martins (1989), as noções fundamentais da estilística já existiam na retórica, tais como o desvio, a escolha, a expressividade e o efeito provocado no leitor ou ouvinte. Sob a mesma perspectiva, Monteiro (2005) considera os gregos e romanos como precursores dos estudos de ordem estilística, dando especial destaque à contribuição de Aristóteles (384-322 a.C.), que sistematizou fatos retóricos e poéticos da linguagem.

A retórica, entretanto, não era uma disciplina científica para a Antiguidade como a estilística é para a modernidade. Tratava-se da arte de compor as intervenções para a política e as tribunas. Apesar disso, muito das antigas sistematizações foram (e ainda são) de grande proveito para as teorias acumuladas pela atual estilística e para a linguística.

Os tratados mais notáveis sobre a retórica, que são tomados como modelos ainda nas atuais teorizações estilísticas são *A Retórica*, de Aristóteles, *De Oratore* e *Orator*, de Cícero, e *De Institutione Oratoria*, de Quintiliano (GUIRAUD, 1978, p. 15). Um apanhado desses modelos, citados pelo autor, dá conta de quatro partes da Retórica que mostram a importância de suas classificações: a *invenção* ou busca dos argumentos e das provas a desenvolver; a *disposição* ou procura da ordem em que esses argumentos devem estar dispostos; a *elocução* ou maneira de expor, da forma mais clara e impressionante, essas provas ou esses argumentos concebidos isoladamente; e finalmente, a *ação*, que trata da entonação, da fluência, da gesticulação e dos movimentos fisionômicos.

Pode-se perceber, por meio dessas classificações, que a Retórica se ocupava da persuasão, mas caminhou também para a análise dos modos de expressão literária e a distinção dos gêneros, em que aparecia o discurso textual, como o teatro, a história, a poesia, classificando os processos mais característicos em cada gênero.

A noção de gênero não só se tornou fundamental na literatura a partir de classificações nascidas da Retórica, como vários dos gêneros conhecidos até hoje são considerados, como o gênero lírico (expressões vivas de sentimentos da alma), o gênero épico (relatos de aventuras heroicas, maravilhosas e consideradas importantes), o gênero dramático (representações da vida em ação), o gênero didático (ensinando verdades morais ou outras), o gênero histórico (relato de fatos verídicos importantes), o gênero romanesco (narrativas de aventuras e paixões) etc.

Na trajetória dos estudos linguísticos a noção de gênero e seu alcance classificatório foram modificados e distendidos. Mikhail Bakhtin, em sua *Estética da Criação Verbal*, considera, para a classificação de gêneros do discurso, todos os enunciados constituídos dialogicamente na interlocução social. Diz ele:

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo que isso denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Nesta concepção passam a figurar os diálogos cotidianos, os universos profissionais, os enunciados científicos, as obras literárias, etc. O autor afirma que a variedade dos gêneros do discurso é infinita, pois se trata da variedade da atividade humana.

Herança da antiga retórica e umbilicalmente ligada aos gêneros do discurso, está a noção de estilo:

O estilo – de *stilus*, punção ou estilete que servia para escrever em tabuinhas, antes da época do papel e da pena de ganso – é a maneira de escrever, a utilização pelo escritor dos meios de expressão para fins literários, distinguindo-se, portanto, da gramática, que define o sentido e a correção das formas (GUIRAUD, 1978, p. 13).

Guiraud define as noções de gênero e de estilo como inseparáveis, pois os estilos se constroem a partir dos gêneros do discurso. Na Antiguidade, distinguiam-se três estilos elementares, ligados àquela dinâmica social: o simples, o temperado e o sublime, dependendo do que e de que modo se iria contar ou cantar poeticamente. Essas classificações, assim como a retórica, estenderam-se pela Idade Média, indo até o início do século XIX.

Apreciada durante séculos, a retórica passa a entrar em decadência no século XVIII e nada surge para substituir a ciência da eloquência. De acordo Martins (1989, p. 19-20), as mudanças ocorridas no pensamento da época do Romantismo, como a valorização do individual e o repúdio às normas estabelecidas, levam a Retórica a perder o seu prestígio, chegando a ser ridicularizada.

A transição da retórica para a estilística reflete uma transformação histórica em que os valores estéticos da linguagem deixaram de ser verdades absolutas, convertendo-se em uma relação do homem com a produção e a experiência sensível.

3. *A estilística como ciência*

Estilística, como a entendemos contemporaneamente, tem o conteúdo da expressão ligado ao desenvolvimento da linguística moderna, nas relações entre língua, pensamento e locutor, envolvendo as figuras de linguagem, formas de construção textual e seus aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos; os gêneros e as intenções dos falantes.

Para entender a derivação e as relações da estilística contemporânea com a linguística, é preciso compreender alguns dilemas atuantes nos

estudos da linguagem. Desde Saussure, a linguística tem como célula geradora as relações entre forma e conteúdo das expressões, com base no signo (expressão), significante (forma da expressão) e significado (conteúdo da expressão). A língua é vista como tesouro depositário dessas relações, e a(s) linguagens(s) como dinamicidade, envolvendo a comunidade humana, o uso dos signos e da língua.

No entanto, as definições nunca são assim tão simples, variando-se as ênfases e conceitos de acordo com o modo como diferentes estudiosos consideram a análise dos discursos. Sírio Possenti, por exemplo, apoia-se nessa relatividade ao perguntar qual seria o objeto da linguística:

Sabemos que Saussure respondeu a esta questão estabelecendo os limites da língua, isto é, do objeto da linguística, no nível dos signos, porque só a relação significante-significado seria geral numa comunidade linguística, só ela seria igual em todos os falantes, por força de sua convencionalidade (1993, p. 7).

Ele continua o raciocínio apontando que:

O limite estabelecido por Saussure para a língua, se por um lado, representou um posicionamento bastante conforme às exigências mínimas de cientificidade, custou, por outro lado, a exclusão do objeto da linguística de inúmeros fenômenos que parecem ser de crucial importância, principalmente se a língua é entendida como meio de comunicação, porque é evidente que os falantes não se comunicam por signos (1993, p. 7).

Obviamente, Possenti não está afirmando que os falantes usam qualquer outro meio para sua comunicação, mas que a comunicação se opera como uma ampla rede de relações, que *não se traduz na e nem traduz uma* consciente operação da estrutura do signo.

Na consideração do autor, uma ampliação bem sucedida do objeto de estudo da linguística foi formulada por Chomski, que focou suas análises nos princípios e regras formais que regem a *construção de expressões* até as sentenças complexas, não colocando o centro nos signos. Aí, passa a interessar *o terreno da sintaxe*, não podendo ser detectada apenas na atividade linguística e na criatividade do falante individual, nem na língua multiformemente, mas no que é comum a todos os falantes e ao que está em seu domínio na operação das relações entre significantes e significados.

Ao falar de sintaxe, estamos no terreno das construções discursivas, em que o entendimento linguístico do discurso varia também de acordo com as angulações dos linguistas. Possenti (1993) lembra que, enquanto algumas ciências têm seus objetos bem definidos, na linguística

é a escolha do ponto de vista que determina o que seja o objeto de estudo.

O autor cita Benveniste e sua visão de duas linguísticas: uma centrada no estudo das formas, outra centrada no estudo enunciação. A da enunciação considera os mecanismos pelos quais o falante se apropria da língua e transforma-a em discurso, comportando locutor e alocutário. O foco passa a ser uma atividade de sujeitos do processo.

No entanto, relativizando Benveniste, Possenti prefere considerar que os sujeitos do discurso estão *constituindo* a língua e não só fazendo uso dela. Trata-se de uma consideração importante para a estilística porque remete para uma atividade protagonista com a língua – uma ação em que o falante toma em conta os elementos semânticos e sintáticos, bem como valores e contextos sociais e, tendo em vista os efeitos que quer produzir, escolhe os recursos alternativos que lhe parecem mais adequados.

Podemos dizer que o elemento protagonista é o epicentro que fez desenvolver-se a estilística, comparativamente à linguística saussuriana. O pensamento de Saussure não abordava questões relativas ao discurso, às escolhas para sua composição; desconsiderava a constituição do discurso dentre as variantes estilísticas possíveis, assim como os aspectos da afetividade na linguagem.

No entanto, um de seus discípulos e seu sucessor na cátedra de linguística geral da Universidade de Genebra, intuiu que tais conteúdos poderiam ser sistematizados. Num contraponto com os aportes conceituais do estruturalismo, Charles Bally (1865-1947), publica, em 1909, seu *Traité de stylistique française*, fundando, “sobre as bases racionais, a estilística da expressão” (GUIRAUD, 1970, p. 63).

Monteiro (2005, p. 16) considera que “a posição de Bally representa, de certo modo, uma reação à filosofia positivista do século XIX”. Seu objetivo era estudar o conteúdo afetivo da linguagem. Para tanto, Bally divide a linguagem entre os planos emocional e intelectual, delimitando e identificando os fatos da expressão, ou seja, seus como seus componentes articulam os caracteres afetivos.

A estilística da expressão de Bally considera haverem os efeitos naturais, os efeitos evocativos e os efeitos das mudanças de sentidos das palavras. Guiraud (1978) comenta que os efeitos naturais estão ligados à qualidade dos sons e à estrutura das palavras, correspondendo aos campos da fonética e da morfologia. Tais efeitos ocorrem quando as palavras estão foneticamente motivadas, havendo um vínculo entre som e sentido.

Ou quando, sendo longas ou curtas, adquirem valor estilístico. Por sua vez, os efeitos por evocação estão no terreno da semântica do estilo, sendo ligados aos gêneros de época, de grupos e classes sociais, etc. As figuras ou mudanças de sentido que se articulam com as palavras, como as metáforas, são outros efeitos estudados, sendo importantes fontes de expressividade.

Resumindo suas considerações sobre a estilística da expressão, Guiraud (1978, p. 86) conclui que ela é “o estudo do valor estilístico dos meios de expressão; dos matizes afetivos, volitivos, estéticos, didáticos e outros, que dão colorido à significação”. O autor completa seu pensamento ressaltando que há *valores expressivos* (que traduzem os sentimentos, os desejos, o caráter, o temperamento, a origem social, a situação do indivíduo falante); e *valores impressivos* (que representam suas intenções deliberadas, a impressão que quer produzir, valores de grande importância na expressão literária).

Além da estilística da língua, liderada por Bally, outra corrente pioneira dos estudos linguísticos também surgiu nas primeiras décadas do século XX. Foi a estilística literária, fundada por Leo Spitzer (1887-1960). De acordo com Monteiro (2005, p. 18-19) o método spitzeriano volta-se para a gênese da criação literária, com base na leitura e identificação de traços estilísticos recorrentes, na interpretação psicológica desses traços e, na comprovação de sua pertinência e relevância.

Guiraud assim apresenta o trabalho de Spitzer: “Recusando a divisão tradicional entre o estudo da língua e o estudo da literatura, instala-se Spitzer no coração da obra e busca sua chave na originalidade da forma linguística, ou seja, no estilo”. (1978, p. 94) A estilística de Spitzer toma a obra como ponto de partida dos estudos e procura, no todo da obra, o espírito de seu criador como sendo seu princípio de coesão.

Numa análise comparativa entre as duas grandes vertentes pioneiras da estilística, podemos observar que enquanto Bally buscou analisar os aspectos coletivos da linguagem, Spitzer concentrou-se em sua individualidade. A convergência entre as duas correntes situa-se no campo da humanização da linguagem, que passa a incorporar o sujeito e sua capacidade de criação e reflexão sobre a realidade.

Com a expansão dos estudos da linguagem surgiram, posteriormente, outras correntes da estilística, a exemplo da proposta metodológica de Riffaterre (1971) que, defendendo o uso de critérios objetivos para a análise estilística, funda a chamada estilística estrutural; com base no

modelo teórico de Chomsky surge a estilística gerativa, cujo pioneiro foi Ohmann; pesquisadores ingleses e americanos, liderados por Dubois (1970) resgatam a herança greco-latina para fundar a estilística retórica; formalistas russos e outros pesquisadores elaboram uma nova concepção da Poética que tem Roman Jakobson como um dos principais divulgadores; e, mais recentemente surgem a estilística semiótica e a estilística estatística, que extrapolam as fronteiras da linguística, envolvendo a semiótica e a estatística em suas análises.

4. A questão do estilo

O conceito de estilo – *a priori* o objeto da estilística – é de grande complexidade. Pesquisadores divergem sobre sua concepção, gerando inúmeras definições e explicação sobre o fenômeno. No conceito de Matoso Câmara, estilo é a linguagem que transcende do plano intelectualivo para originar a emoção e a vontade: “[...] é a definição de uma personalidade em termos linguísticos” (1978, p. 13).

Guiraud (1978) cita como interessante a definição de Roland Barthes, que diferencia “estilo” de “escrita”. Barthes chama de *estilo* a mitologia pessoal do autor, onde se instalam os grandes temas verbais de sua vida, sendo de ordem germinativa em seus trabalhos. Já a *escrita* é tida como o resultado concreto de uma intenção e de uma escolha, dividida em três grandes tipos: como um sinal que a liga às formas e gêneros (poesia, crônica, conto, oração etc.); como um valor, comportando as ideologias e sentidos especiais que sustenta e; como um engajamento, sendo aí menos intensa que um valor, mas relacionadas a fatos sociais, políticos, históricos. Os enquadramentos de Barthes, na visão de Guiraud, embora com terminologia diferente, também são referentes ao estilo e inerentes à linguagem.

É importante considerarmos um alerta de Possenti (1993) de que, em relação à variação das definições, deve ser considerada a diversidade dos modos de estruturação dos conceitos. O próprio Possenti localiza sua definição de estilo como relacionada à “escolha como fruto do trabalho”, partindo do princípio de que o estilo se define como modalidade de interação do indivíduo num processo concreto que é trabalho.

Possenti (1993, p. 167) defende o estilo como resultado do trabalho, considerando que “a existência do estilo em qualquer linguagem decorre do fato trivial de que nenhuma linguagem é o que é por natureza,

mas sim como resultado do trabalho de seus construtores-usuários”. O autor considera ainda que tal escolha implica certa inserção, o que significa certa preferência que acaba por revelar inclusive o estilo do trabalhador, sua experiência, seus objetivos.

Possenti defende que as relações entre forma e conteúdo não sejam analisadas nas obras e nos discursos apenas enquanto resultados já realizados, mas como gênese e processo, que denomina por “trabalho”. No entanto, analisa esse “trabalho” do ponto de vista da obra, na medida em que ela manifesta os processos de escolha e estruturação.

5. *A estilística no Brasil*

Falar de estilística no Brasil significa evocar, como condição *sine qua non*, os trabalhos de Joaquim Matoso Câmara Jr. Um marco na história dos estudos linguísticos em língua portuguesa, o professor foi pioneiro nas pesquisas estilísticas em nosso país. A obra *Contribuição à Estilística Portuguesa* é uma edição revista e ampliada de sua tese de livre-docência em língua portuguesa elaborada no ano de 1952 na antiga Faculdade Nacional de Filologia da Universidade do Brasil. O livro é dividido em duas partes: a primeira apresenta um resumo das principais vertentes da estilística na primeira metade do século XX; e na parte II, Matoso mostra de forma aplicada os aspectos fônicos, léxicos e sintáticos da estilística portuguesa.

O autor brasileiro tem como principal referência os aportes teóricos da estilística da língua: “Bally é que vai ao cerne do assunto”, considera Câmara Jr (1978, p. 16). Voltado aos aspectos afetivos da língua falada, Bally analisa a “língua viva, espontânea, mas gramaticalizada, lexicalizada, e possuidora de um sistema expressivo cuja descrição deve ser tarefa da estilística”. Suas pesquisas buscam identificar os meios pelos quais “o sistema impessoal da língua (estudado por Saussure) é convertido na matéria viva da fala humana”, mostrando que um mesmo conteúdo pode ser expresso de formas distintas. (MARTINS, 1989, p. 3-4).

É importante ressaltar que Bally opõe a estilística ao estudo dos estilos individuais, afastando-se, portanto, da literatura. Para ele os escritores utilizam a língua de forma voluntária e consciente. Eis um ponto no qual Matoso Câmara diverge de Bally. Para o estudioso brasileiro, num poeta “os traços são mais típicos e nítidos, pois os processos estilísticos se acham a serviço de uma psique mais rica e especialmente educada pa-

ra o objetivo de exteriorizar-se” (CÂMARA JR., 1978, p. 25)

A metodologia estilística de Matoso apoia-se na *Teoria Linguística* de Karl Bühler, segundo a qual a linguagem tem três funções primordiais: representação, expressão e apelo. A representação corresponde à linguagem intelectual, a expressão e o apelo correspondem à linguagem afetiva. Neste sentido, estilística complementa a gramática, já que esta se ocupa da língua como meio de representação e aquela estuda a língua como meio de expressão afetivo. Em suas palavras: “o estudo do estilo nos dá a contraparte linguística que nos faltava” (1978, p. 14).

Após a obra precursora de Matoso Câmara Júnior, vários outros pesquisadores apontaram no cenário das pesquisas estilísticas no Brasil. Pela natureza deste artigo, nos deteremos a três nomes: Gladstone C. Mello, Nilce Sant’Anna Martins e José Lemos Monteiro.

Na obra de Gladstone Chaves de Mello, *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, destacamos o percurso teórico em defesa da linha de Bally. Nilce Sant’Anna Martins, na obra *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*, inclui, além das já mencionadas estilísticas do som, da palavra e da frase, a chamada estilística da enunciação, cujo interesse se concentra na subjetividade do discurso. Em sua *Estilística: manual de análise e criação do estilo literário*, José Lemos Monteiro elabora um panorama da trajetória da estilística, discute o escopo dessa disciplina e sugere métodos para análise e uso do potencial expressivo da linguagem.

6. *Análise estilística*

Neste tópico analisamos a composição “Sambista Perfeito”, de autoria de Arlindo Cruz e Nei Lopes, identificando alguns elementos que conferem expressividade à letra desse samba:

Sambista Perfeito

(Arlindo Cruz/ Nei Lopes)

O sambista perfeito devia nascer com a luz de Candeia
Que animava o terreiro em noite de chuva ou de lua cheia
E ainda ser valente sem dar bofetão, cabeçada ou rasteira
Mas brigar pela arte, a parte melhor de Geraldo Pereira

Elegante do jeito Paulinho
Cativante do jeito Martinho
Ser malandro e contagiante do jeito Zeca Pagodinho

Orfeu intuitivo, senhor e cativo nas artes do amor
A vida aventureira e no bolso a carteira de trabalhador
Um lenço muito bem perfumado
O sapato de cromo engraxado
O sambista completo devia ser neto dos antigos bambas

Mente aberta no corpo fechado
Contra plágio, pedágio e muamba
O sambista perfeito devia ser feito à imagem do samba (x2)

Feito o velho Ataulfo, ser a corda e a caçamba
O sambista perfeito devia ser feito à imagem do samba

“Sambista Perfeito” é um samba de exaltação, que usa a metalinguagem para definir o perfil do samba e do sambista. É um texto que se baseia na imagem consolidada de alguns grandes personagens da cultura do samba, mesclando suas características para dizer como seria um sambista ideal.

Os compositores elencam artistas expoentes de diferentes épocas e estilos, como Candeia (1935-1978), Geraldo Pereira (1918-1955), Paulinho da Viola (1942-), Martinho da Vila (1938-) e Zeca Pagodinho (1959-), agregando à composição o perfil de cada uma dessas figuras no universo do samba (tomamos por “figura” uma pessoa típica, representativa, ativa e curiosa, cuja menção imediatamente confere certos significados).

Sambistas como Candeia, que “animavam o terreiro” em qualquer circunstância, mesmo depois de ficar em uma cadeira de rodas em função de um tiro alojado na medula óssea. Gente que brigou em nome do samba, como Geraldo Pereira, um brilhante cultor do samba sincopado que, em suas letras, atuou como um cronista perspicaz do Rio de Janeiro de sua época, e morreu em uma briga no emblemático bairro da Lapa.

Não passam em branco em *Sambista Perfeito*: a sofisticação de Paulinho da Viola, para quem o samba é a forma principal e o choro – um sofisticado estilo instrumental, quase erudito – é legado de seu pai; a fala mansa e o jeito devagar de Martinho da Vila, que levanta bandeiras em seus sambas sempre com muita leveza rítmica, sem perturbar a festa do samba com a militância, seduzindo as pessoas; e Zeca Pagodinho, sempre brincalhão e “boa vida”, a quem, na cultura carioca, se costuma chamar de “malandro”. A esses sambistas os compositores atribuem, respectivamente, os adjetivos elegante, cativante e contagiante.

O samba se apropria muito bem dos diminutivos: “Martinho”; “Paulinho”; “Zeca Pagodinho” que, além de servir à rima, serve ao ritmo

essencial para o cantar. Não se trata, porém, só de ritmo e sonoridade, mas de sua conjugação com significados. O diminutivo, no português brasileiro, está ligado ao universo da infância, evocando alegria, simplicidade, despojamento, carinho, espontaneidade, bem de acordo com a intenção criativa de compor algo empático, afetivo.

Outra astúcia de construção textual do samba está na maneira como se posiciona politicamente. Não se produz um típico discurso militante, mas opera-se no nível da articulação de linguagem.

O trecho: “*Mente aberta no corpo fechado / Contra plágio, pedágio e muamba*” envolve uma terminologia popularizada, disposta na antítese: “mente aberta” (possibilidade de relacionamento com o mundo) no “corpo fechado” (relação religiosa comum ao universo do samba, onde o corpo, ao “ser fechado” é protegido contra ameaças e maus-olhados, significando também que está preparado para manter posições firmes); “contra plágio, pedágio e muamba”, envolvendo em três termos um vasto universo que ameaça a música brasileira: o plágio; os pedágios cobrados pela indústria radiofônica para difusão, conhecidos como “jabás” e a pirataria, que termina retirando do artista parte da possibilidade de viver de sua arte.

Enfim, nesta composição os autores consolidam uma imagem comportamental, ética e moral em torno do samba. A diferença entre o que seria um manifesto militante e esse samba, é que o samba faz um trabalho estilístico, “feito segundo todas as regras da arte”, como disse Bertolt Brecht. E essa diferença faz toda diferença. De novo citando Brecht: “Trabalhem com arte, pois a arte dá prazer!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: USP, 1989.

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 2000.

MONTEIRO, José Lemos Monteiro. *A estilística: manual de análise e criação do estilo literário*. Petrópolis: Vozes, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RIFFATERRE, Michael. *Estilística estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
NO GÊNERO DO DISCURSO NOTÍCIA**

Tatiana Jardim Gonçalves (UFF)
tatiana.goncalves@hotmail.com

1. Introdução

Os textos que circulam nas mídias impressa, televisiva e digital cumprem várias funções. Do ponto de vista sociocomunicativo, atendem a propósitos determinados, tais como informar, opinar, anunciar, denunciar etc. Cumpre, entretanto, salientar que tais propósitos são perpassados, atravessados por outros propósitos que não estão ligados à finalidade sociocomunicativa do gênero, mas à linguagem em uso, às intenções do produtor daquele gênero. Identificamos, no interior desses textos, marcas linguísticas que indicam posicionamentos, que trazem vozes que falam de certos lugares, com certas perspectivas. Devemos, pois, questionar se a função precípua do texto não é perpassada pela argumentação, por marcas linguísticas que direcionam os enunciados.

Nessa esteira, abordamos neste trabalho a questão da argumentação no gênero do discurso notícia. Selecionamos duas notícias na versão on line retiradas do portal *terranoticias*. A partir de uma perspectiva de língua enquanto atividade, como postula Benveniste (2005), analisamos as marcas linguísticas da argumentação presentes no gênero anteriormente mencionado e descrevemos os efeitos de sentido instituídos pelas mesmas. A descrição foi feita a partir do suporte teórico de Ducrot (1984, 1987), Koch (2003, 2009) e Cabral (2010), analisamos, portanto, os aspectos semântico-pragmáticos presentes no gênero.

2. Da língua ao discurso

O homem é inegavelmente um ser de e da língua. Através dela, nomeia, designa, faz referência, expressa seus sentimentos, enfim está no mundo. A língua é, indubitavelmente, o maior bem cultural e uma das maiores fontes de investigação do homem. As preocupações com a definição e com o uso dela existem desde as primeiras civilizações, desde que o homem começou a ter domínio de cultura e a tecer reflexões acerca do mundo que o cercava.

Sendo a língua um dos fatos humanos, era de se esperar que fosse

designada a ela um campo específico de estudos, ou seja, era necessário que a língua fosse tratada no âmbito estritamente linguístico. Cabe, portanto, mencionar Saussure. A partir da dicotomia *langue/parole* (língua/fala), o estudioso instituiu a Linguística enquanto ciência. A língua passou a ser objeto *concreto* de estudo, concebida como um sistema no qual a língua “é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.” (SAUSSURE, 2002, p. 22)

As incursões em torno da língua prosseguem, novas concepções se instauram e o homem é incluído na língua por Benveniste. A partir da noção de sistema desenvolvida por Saussure, Benveniste postula que sujeito e estrutura podem se articular, ou seja, *a linguística comporta a enunciação*¹¹³. Instaura-se, então, a Teoria da Enunciação na qual enunciação corresponde ao momento único e irrepetível em que um enunciado é produzido. Mesmo que a estrutura seja a mesma, o tempo, o lugar e o espaço não são mais os mesmos, portanto o produto, que é o enunciado, é outro. Neste ponto, temos a noção de discurso, que corresponde à língua em uso, *a língua assumida como exercício pelo indivíduo* Benveniste (2005).

3. *A linguagem em ação ou a pragmática linguística*

Adotar uma concepção de linguagem enquanto atividade praticada por sujeitos pressupõe considerar que tal atividade, tal ação provoca determinados efeitos. Esses efeitos provocados pela interação do homem com a linguagem e, por conseguinte, deste com o outro constituem os aspectos semântico-pragmáticos da linguagem.

Ao colocar a linguagem em funcionamento, o enunciador se institui como eu, mas ao mesmo tempo instaura um tu, uma vez que é impossível conceber o homem sozinho utilizando a língua, ou seja, ao usarmos a língua sempre queremos atingir o outro. Assim, temos a pragmática que

visa à utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um alocutário em um contexto determinado. Ela está preocupada com a linguagem enquanto ação, atividade humana e as relações de interlocução aí estabelecidas. (BRANDÃO, 2001, p.164)

¹¹³ Título dedicado a Benveniste cf. Flores 2008, p. 29

Sob tal perspectiva, a linguagem é ação, porque o próprio enunciado veicula as ações. Ou seja, não é o que fazemos quando usamos a linguagem, mas o que a própria linguagem faz quando é posta em ação. É possível pensarmos, então, em intenção. Na concepção de língua aqui adotada, a intenção não é interior ao indivíduo, a intenção é manifestada pelas marcas linguísticas, é uma intenção linguisticamente marcada que possibilita que determinado enunciado “atue” em dado contexto. Para Koch (2009, p.22), a intenção “se deixa representar de uma certa forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores um jogo de representações, que pode corresponder ou não a uma realidade psicológica ou social”.

Assim, o sentido de um enunciado está baseado na interação entre os participantes do processo enunciativo e entre estes e o momento da enunciação. Dessa forma, é possível prever direcionamentos, conclusões que tais enunciados assumem neste jogo.

4. A argumentação

Como mencionado na seção precedente, a linguagem enquanto atividade, produz efeitos, institui sentidos que determinam direcionamentos. Esses direcionamentos constituem a argumentação. Falar em argumentação, no entanto, é fazer remissão à Retórica. Na concepção aristotélica, a Retórica consistia em uma técnica de organização do discurso, isto é, uma técnica de argumentação e uma habilidade na escolha dos meios para executá-la. A Retórica era, pois, uma técnica empregada para persuadir o outro.

Esse pressuposto da Retórica é a base de todos os estudos atuais sobre argumentação. Mosca (2004, p. 41) afirma que é possível falar em reflorescimento da retórica, porque os estudos atuais lhe conferem uma revitalização ao considerar a interação, o confronto de ideias, de subjetividades presentes no eixo argumentativo.

A argumentação, portanto, não está restrito ao campo das ideias. A habilidade na escolha dos meios para executá-la não passa somente pelas ideias, passa também pelo uso que se faz da linguagem, pelas escolhas que fazemos neste âmbito. É pela linguagem que nos representamos enquanto seres sociais, através dela, veiculamos nossas ideias, interagimos, por isso (Koch, 2009, p.17) afirma que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentati-

vidade.” Argumentar, nesta perspectiva, é um ato estritamente linguístico, as escolhas linguísticas que fazemos determinam o eixo argumentativo do enunciado.

No âmbito supracitado, está Ducrot (1976) com a Teoria da Argumentação na Língua. Para ele, a argumentação está inscrita na língua, o semantismo das palavras é responsável pela direção argumentativa do enunciado. A partir da noção estruturalista, o linguista propõe outra concepção de enunciação. Para o estudioso, a enunciação é um fato histórico, um acontecimento que constitui o aparecimento de um enunciado em determinado momento do tempo e do espaço. O enunciado é a descrição da enunciação, é produzido por um locutor, que se marca como primeira pessoa e dirige seu enunciado ao alocutário que é a segunda pessoa. Assim, o locutor argumenta em relação ao que está sendo dito.

Cumpra, finalmente, saber como tal operação ocorre, como a argumentação se manifesta na materialidade linguística. Segundo Koch (2009, p. 33), as marcas linguísticas da argumentação são:

1. As pressuposições
2. As marcas das intenções (explícitas ou veladas, que o texto veicula)
3. Os modalizadores (marcas que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz)
4. Os operadores argumentativos (responsáveis pelo encadeamento dos enunciados e determinantes da sua orientação argumentativa)
5. Índices de polifonia (fenômeno que caracteriza a coexistência, em um mesmo enunciado, de vozes que falam de perspectivas diferentes)

Falar em argumentação, portanto, é adotar uma concepção de linguagem constituída de intencionalidade, portanto, produtora de sentidos. Falar em argumentação, em uma abordagem estritamente linguística, é assumir que a argumentação é fator basilar de toda língua, não há, portanto, enunciado neutro, desprovido de certos direcionamentos.

5. Os gêneros do discurso

A comunicação verbal não se dá de forma isolada, isto é, não usamos palavras ou grupos de palavras de forma isolada, tampouco não as ajuntamos em uma sequência. Ao nos comunicarmos verbalmente, o fazemos por meio de formas típicas de enunciados, dotados de certa re-

gularidade linguística. Ao nos comunicarmos, o fazemos através de um gênero. Sobre isso Bakhtin (1997, p. 279) diz: “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”.

Um gênero é um texto oral ou escrito que circula na sociedade, com certas características estruturais e que visa a atingir determinados fins sociocomunicativos. Um gênero é produzido em dada esfera da comunicação humana, por determinado locutor para um interlocutor. Um gênero, portanto, quando produzido requer a participação do interlocutor, já que a comunicação humana, verbal é complexa. Assim

O locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc. A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve. (BAKHTIN, 1997, p. 291)

É possível, então, conceber um gênero como um produto que desencadeia interação. Não há como um interlocutor não esboçar seu ponto de vista, suas reações perante um gênero que chega até ele. O gênero reflete a própria atividade humana na e pela linguagem. Por esse motivo, é impossível não encontrarmos em um gênero uma marca de subjetividade, uma marca que comprove a passagem do homem naquele texto.

5.1. O gênero do discurso notícia

A função precípua deste gênero, de acordo com os manuais e os estudos da esfera jornalística, é informar, relatar. Lustosa (1996) *apud* Nascimento (2005) afirma que a notícia é a técnica de relatar um fato, que a notícia é o relato, não o fato.

Ao concebermos, porém, a língua como atividade, ao compreendermos que o uso da língua é um processo interativo, em que o locutor deixa no seu texto as suas marcas, a sua subjetividade, e o interlocutor participa desse processo, refutando, reformulando, respondendo; concebemos os textos dentro de uma perspectiva dialógica. Assim, a notícia não é somente um texto informativo, é perpassada pela argumentação; argumentação de base linguística, presente em toda atividade verbal.

Sob este prisma, a notícia, enquanto gênero que *emerge de um*

*processo social*¹¹⁴, que corresponde a uma esfera da atividade humana, não pode ser pura e simplesmente um texto informativo, reflexo da verdade. A notícia é, nesse viés, um gênero que manifesta os posicionamentos do seu locutor e porque não dizer da esfera que a veicula, pois a estrutura composicional, as escolhas lexicais estão em consonância com as intenções de quem escreve que, por sua vez, está inserido em uma esfera social, corroborando com o discurso desta.

6. *Análise do corpus*

Nesta seção, identificamos e descrevemos as estratégias argumentativas encontradas no gênero do discurso notícia. O corpus do trabalho é composto por exemplares do gênero na versão *on line* retiradas do portal *terranoticias*. O objetivo é verificar quais são as marcas linguísticas da argumentação presentes nos textos e os efeitos de sentido provocados pelas mesmas. Verificamos, então, os aspectos semântico-pragmáticos da linguagem presentes no gênero.

Notícia 1 (15.08.2010)

Choque de Ordem prende mulher por urinar na rua

Equipes de fiscalização da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) do Rio de Janeiro prenderam, na noite de sexta-feira, oito pessoas por urinarem na rua, na Lapa. Uma delas era uma mulher.

As prisões ocorreram durante operação Choque de Ordem, que é realizada todo fim de semana. Os fiscais ainda rebocaram 37 veículos e multaram 87 que estavam estacionados irregularmente pelas ruas do entorno da localidade.

Disponível em: http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0_OI4624070-EI5030.00-Rio+Choque+de+Ordem+prende+mulher+por+urinar+na+rua.html

Nesta notícia, há o relato de uma ação realizada pela Secretaria Especial da Ordem Pública do Rio de Janeiro. A ação, conhecida como Choque de Ordem, tem a intenção de conter todo ato que promova a desordem urbana. Encontramos certo viés argumentativo no seguinte período do texto:

Equipes de fiscalização da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) do Rio de Janeiro prenderam, na noite de sexta-feira, oito pessoas por urinarem na rua, na Lapa. *Uma delas era uma mulher.*

¹¹⁴ Bazerman 2006, p. 31

O trecho em destaque está no grupo dos implícitos, é um subentendido. Cabe ao leitor (interlocutor) decifrar, concluir. O viés argumentativo é: Não esperávamos que uma mulher estivesse praticando tal ato, uma vez que este ato é praticado, geralmente, por homens.

Notícia 2 (07.11.2010)

Amiga de Dilma é cotada para assumir Petrobrás, diz jornal

A diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, deve ter papel de destaque no governo de Dilma Rousseff, de quem é amiga pessoal. Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, Graça, como é conhecida, pode assumir a presidência da Petrobrás no lugar de José Sérgio Gabrielli (PT), com quem Dilma já teve vários embates. Na bolsa de apostas, o nome da engenheira química é cotado também para o Ministério da Casa Civil, que deve ser reformulado.

Dilma e Graça se conheceram em 1999 e ficaram mais próximas quando Dilma era ministra de Minas e Energia e, depois, da Casa Civil. Segundo o jornal, a relação entre as duas é tão próxima que a presidente eleita sai para jantar com a engenheira quase toda vez que visita o Rio de Janeiro. A ascensão de Graça faz parte de uma estratégia de levar um time feminino ao governo, sugerido a Dilma pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um gesto simbólico para mostrar que "elas podem chegar lá". Em seu primeiro discurso após ser eleita, Dilma sinalizou que seguirá o conselho e tratou o assunto como "compromisso".

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4778169-EI7896,00-Amiga+de+Dilma+e+cotada+para+assumir+Petrobras+diz+jornal.html>

Encontramos um índice de polifonia no título

(2) *Diz* jornal.

O verbo dicendi introduz o que Ducrot denomina como argumento por autoridade polifônica. É uma espécie de argumento que não pode ser contestado, porque o locutor é introduzido no discurso no nível do mostrar, não é autoritário. O locutor reconhece a legitimidade deste argumento, mas não se responsabiliza por tê-lo dito. Então, o título da notícia já se mostra não engajado, não comprometido com o que diz.

Encontramos ainda nesta notícia:

(3) *Segundo o jornal O Estado de S. Paulo*, Graça, como é conhecida (...)

É possível observar outro índice de polifonia, através do discurso

citado. O uso desse recurso permite que o locutor simule que não é o responsável pelo dito.

(4) Outra marca linguística da argumentação veiculada pelo auxiliar modal *pode*.

Tal uso veicula modalização epistêmica, isto é, aquela que está vinculada ao eixo da crença, do saber. O uso dela imprime no enunciado o grau de comprometimento do locutor com o enunciado que produz. Neste trecho, o uso demonstra que o locutor não quer ou não pode se comprometer com o dito, o locutor não quer ou não pode afirmar que Graça vai assumir a presidência da Petrobrás. O uso do auxiliar modal deixa o enunciado no campo da hipótese.

(5) A ocorrência de pressuposição em “(...) José Sérgio Gabrielli (PT), com quem Dilma *já* teve vários embates.”

A pressuposição, expressa pelo advérbio *já* em o posto é: “não há mais desentendimentos, embates”, o pressuposto é “houve desentendimentos, embates”.

O uso deste recurso desencadeia o seguinte viés argumentativo: Dilma não manterá José Sérgio Gabrielli na presidência da Petrobrás por ter tido desentendimentos com ele no passado, isto é, ainda há risco de haver algum desentendimento.

Nas notícias analisadas, as marcas linguísticas da argumentação encontradas cumpriram o papel de eximir seus locutores de responsabilidade pelo dito. O que nos permite supor que a esfera jornalística tenta sustentar a postura de imparcialidade, de neutralidade. Tenta veicular a ideia de que não tem pontos de vista acerca dos fatos, utilizando recursos linguísticos que não a comprometa, implique.

7. Considerações finais

A identificação e a descrição das marcas linguísticas da argumentação presentes nas notícias acima corroboram a premissa de que a argumentação não se restringe aos gêneros denominados opinativos. A argumentação está presente em qualquer gênero, visto que um gênero é uma forma de vida, através dele o homem molda suas atividades. O gênero,

nas palavras de Bazerman (2006), estruturam os próprios setores da sociedade. Assim, o homem imprime em seus enunciados a sua subjetividade.

O gênero do discurso notícia não é neutro. A neutralidade, como postula de Koch (2003) é um mito. Até mesmo aquele que se diz neutro, já institui um viés argumentativo: o da própria neutralidade. Aquele que produz o gênero notícia é um sujeito da linguagem e está inserido em uma esfera discursiva, por isso também faz as suas apreciações acerca do fato e, indubitavelmente, as imprime nos textos que produz.

Pudemos, diante do exposto, confirmar o cunho social da linguagem. O homem na e pela linguagem se constitui, se institui e se movimenta socialmente. O homem age na e pela linguagem, por isso, é impossível não se posicionar, não conferir ao seu discurso um direcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*. São Paulo: Parábola, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. M. E. G. Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. In: GIACOMELLI, K.; PIRES, V.L. (Orgs.). *Émile Benveniste: interfaces enunciação & discurso*. *Letras* n. 33, jul./dez. 2006, PPGL Editores, UFSM.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Angela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (Orgs.). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Trad. Maria Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2006.

BRANDÃO, Helena Nagamine Brandão. Pragmática linguística: Delimitações e objetivos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 161-182.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

DUCROT, Oswald. Esboço de um teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987, p. 161-218.

_____. Estruturalismo e enunciação. In: _____. *Princípios de semântica linguística*. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 291-317.

FLORES, Valdir do Nascimento. TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988. Disponível em <<http://books.google.com.br/>> Acesso em: 22 dez. 2010.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Velhas e Novas Retóricas: Convergências e Desdobramentos*, In: *Retóricas de Ontem e de Hoje*. Lineide do Lago Salvador Mosca (org.) 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 17-54

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. *Jogando com as Vozes do Outro: A polifonia–recurso modalizador-na Notícia Jornalística*. Tese de Doutorado.Universidade Federal da Paraíba, 2005. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/lasprat/Home>> Acesso em: 28 dez. 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 24 ed.São Paulo: Cultrix, 2002.

ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DISCURSIVAS
DOS OFÍCIOS E DAS PORTARIAS
DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Katharine Silva de Oliveira Soares (UFC)
katharineso@yahoo.com.br

Emília Maria Peixoto Farias (UFC)
emiliapfarias@gmail.com

1. Considerações iniciais

A linguística histórica pode ser definida como uma área do saber cujo objeto de investigação é a descrição das características linguístico-textuais atestadas em documentos de diferentes sincronias, seja de uma língua ou de um grupo de línguas. Essas descrições são, principalmente, de natureza fonética, morfológica, sintáticas ou semânticas que, em espaço e tempo definidos marcam a história de uma comunidade linguística.

Dentro dessa perspectiva da linguística histórica, o presente artigo tem como tema o estudo das características discursivas dos ofícios e das portarias da Confederação do Equador, do ano de 1824, no Governo da Província do Ceará. Esse tema acha-se contemplado em uma das linhas de investigação do grupo de pesquisa TRADICE-Tradições Discursivas do Ceará, vinculado ao PHPB (Para a História do Português Brasileiro), que, ao ser fundado no Programa de Pós-Graduação em Linguística, em 2004, estabeleceu como meta desenvolver e abrigar projetos que ajudassem à reconstituição da história linguístico-social do Brasil, com ênfase na do Ceará, por meio da caracterização de diferentes práticas discursivas¹¹⁵ referentes aos diferentes períodos da história de nossa língua.

Estudar a história social de sincronias distantes por meio de manuscritos pode oferecer informações preciosas àqueles que se interessam pelas formas como a sociedade da época se fazia presente por meio de correspondência da esfera pública, oficial, ou privada. Os documentos encerrados na esfera da administração compreendem, dentre outros, re-

¹¹⁵ Por prática discursiva tomamos como definição àquela defendida por Kabatek (2004), qual seja, "Tradição Discursiva (TD) [é] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição." Texto apresentado pelo autor no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004.

querimentos, representações, ofícios, alvarás e portarias.

Os documentos que serviram para a composição do *corpus* deste artigo pertencem ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), onde está reunido um rico patrimônio documental que serve como memória da identidade cearense. Para efeito deste estudo, tomamos como base a obra *A Confederação do Equador: manuscritos* (2004), que compõe o primeiro dos três códices contemporâneos a esse movimento. Trata-se do Registro Geral da Correspondência do Governo da Província do Ceará, Livro 6-B, 1824.

A escolha pelo tema justifica-se pelos seguintes motivos: (1) ter a chance de darmos continuidade à investigação do período monárquico no Brasil, por meio de documentos da província do Ceará devidamente editados e com temas reveladores de seus aspectos sócio-históricos e (2) tornar possível a descrição de práticas discursivas do português brasileiro característico desse período da língua portuguesa. Por meio da compreensão sócio-histórica manifesta na correspondência do Ceará Provincial com as demais províncias, através de ofícios e portarias, será possível desvelar aspectos da língua portuguesa no período que coincide com a Confederação do Equador.

De maneira breve, a Confederação do Equador caracterizou-se por ser de um movimento insurrecional, de cunho nativista-republicano que congregou em 1824, as províncias do nordeste situadas ao norte do Cabo de Santo Agostinho. São elas: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Resumidamente a coligação formada teve como causa imediata a dissolução da assembleia constituinte pelo imperador D. Pedro I. A insatisfação com o ato imperial fez com que Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e Pe. Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó passassem a ser nacionalmente reconhecidos como líderes deste movimento na província do Ceará.

2. *Da Confederação do Equador: breves notas*

Para entendermos os motivos que fizeram eclodir a Confederação do Equador, é necessário voltarmos no tempo até 1817, para a Revolução Pernambucana ou Revolução dos Padres, como também era conhecida, pois é lá que se encontram as bases da Confederação. Esse movimento revolucionário teve início em Pernambuco e lá foi liderado por Frei Caneca e Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que a 2 de julho deu início

ao movimento, quando proclamou no célebre manifesto, redigido por Frei Caneca, a Confederação do Equador, que congregou as províncias do nordeste situadas ao norte do Cabo de Santo Agostinho.

O caráter revolucionário da Confederação do Equador refletia a rivalidade entre brasileiros e portugueses, que tinha como base o temor por parte da nação brasileira em se tornar novamente colônia de Portugal. Os revolucionários defendiam a república, e durante o Governo provisório da Confederação, em todas as províncias participantes, os portugueses foram obrigados a deixar seus cargos públicos, a não ser, aqueles que jurassem fidelidade ao movimento.

3. *Das características dos ofícios e das portarias*

Segundo Bellotto (2002, p. 28) a configuração de um documento resulta da natureza e disposição das informações nele contidas. A espécie documental diplomática obedece a fórmulas, cuja convenção é normatizada pelo direito administrativo ou notarial. Os ofícios e as portarias configuram-se como documentos da administração pública da qual fazem parte também: requerimentos, alvarás, cartas régias para citar alguns. Gonçalves Barbosa (2002, p. 427).

Bellotto (2002, p. 28-29) classifica os documentos públicos e os notariais em: dispositivos, testemunhais e informativos. Os dispositivos caracterizam-se por serem documentos normativos que se enquadram como manifestações de vontade de autoridades que devem ser acatadas por subordinados. Nessa categoria incluem-se: alvarás, intimações, circulares, exposições de motivos, avisos, editais, portarias e memorandos. Os documentos testemunhais são expedidos depois do cumprimento de um ato dispositivo e podem ser exemplificados por: atas, termos, apostilas, auto de infração, dentre outros. Os documentos informativos por sua vez, constituem documentos opinativo-enunciativos que esclarecem questões relativas a outros documentos. Nesta categoria incluem-se: ofícios e relatórios, para citar alguns. Neste trabalho analisaremos dois tipos documentais: ofícios que são documentos não diplomáticos e informativos e portarias que são documentos diplomáticos e dispositivos.

Iniciaremos nossa discussão com as definições de ofício e portaria apresentadas em Bellotto (2002). A autora define ofícios como:

Documentos não diplomáticos, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos

e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial [...]. Embora não seja um documento diplomático, o *ofício* tem sua redação mais ou menos padronizada. Suas partes componentes são: o título abreviado – *of.*, seguido da sigla do órgão expedidor e do número do ofício. Depois vêm as datas *tópica e cronológica*. Em seguida, a *direção* e o vocativo *Senhor*. Por último, o *texto* propriamente dito, antecedendo o fecho de cortesia e a *assinatura do emitente*. (BELLOTTO, 2002, p. 76-77)

Por outro lado, as portarias são reconhecidamente documentos diplomáticos, dispositivos de correspondência descendente. Ainda em linha com a autora, as portarias possuem conformação padronizada e suas partes integrantes podem ser assim descritas: “*Protocolo inicial: PORTARIA*, número, data (aqui ou no protocolo final), titulação. *Texto*: exposição, dispositivo. *Protocolo final*: subscrição e data (se não no início).” (BELLOTTO, 2002, p. 79-80)

4. *Dos procedimentos metodológicos*

4.1. *Da constituição do corpus*

O *corpus* para este artigo foi constituído de 233 documentos extraídos da obra *A Confederação do Equador no Ceará*: manuscritos (2004), que reúne 188 ofícios, 45 portarias, 07 participações, 05 circulares, 02 editais e 02 documentos sem identificação. Por critério quantitativo, interessou-nos investigar apenas os ofícios e as portarias. Esses tipos documentais pertencem à correspondência oficial do governo da Província do Ceará e datam do ano de 1824. São todos manuscritos pertencentes ao APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará) e a obra anteriormente referida é uma publicação conjunta da Secretaria do Estado do Ceará e do APEC.

4.2. *Da edição do corpus*

O *corpus* composto pelos ofícios e pelas portarias é parte das correspondências oficiais do Governo do Ceará que compõem o Livro 6-B. Data: 1824. Esses documentos encontram-se no Registro Geral da Correspondência do Governo da Província do Ceará.

A edição paleográfica feita pelo Professor André Frota de Oliveira seguiu as normas reformuladas no II Encontro de Paleografia, as quais reproduzimos a seguir:

1. as abreviaturas foram mantidas conforme original;

2. a mudança de páginas no original é indicada pelo número respectivo, inserido entre colchetes e em negrito;
3. as palavras não legíveis recebem intervenção do editor com o pontilhado indicando supressão de uma ou mais palavras devido à corrosão ou deterioração do documento. As palavras de difícil compreensão foram transcritas seguidas de interrogação e entre colchetes;
4. nos enganos, omissões, truncamentos, repetições, que comprometerem a compreensão do texto, usa-se a palavra latina *SIC* entre colchetes;
5. o início do Códice apresenta uma nota prévia do transcritor, fornecendo uma ideia geral sobre o assunto.

Ao final do códice há uma série de notas atinentes ao texto. Foi conservada, na íntegra, a ortografia de época. (A Confederação do Equador no Ceará, 2004, p. 25-26).

4.3. Dos aspectos sócio-históricos dos documentos

A correspondência do Governo Provincial do Ceará com outras províncias do país revela um contínuo de atos tornados públicos e cumpridos por meio de ofícios e portarias oficiais entre membros integrantes do alto escalão das províncias, fossem eles civis, militares ou pertencentes ao clero. Nesses documentos acham-se registradas informações importantes sobre como o governo provisório instalado no Ceará na primeira metade do século XIX. Os ofícios e as portarias trazem registros de nomeações, pedidos de provimentos e até ordens de prisões. Vale ressaltar que havia por parte dos revolucionários a preocupação em documentar e tornar públicos todos os atos do novo governo.

4.4. Da caracterização dos sujeitos

As informações referentes aos sujeitos arrolados nos documentos foram discriminadas a partir de seus nomes, cargos e funções registrados nos documentos objeto deste artigo. Esses dados foram arquivados em fichas como a que reproduzimos abaixo:

1	Nome do destinatário	
2	Ofício ou cargo do destinatário	
3	Motivo do ofício ou da portaria	
4	Nome do sujeito citado no ofício ou na portaria	
5	Nome do emissor	
6	Função, ofício ou cargo do emissor	

Quadro 1 – Identificação dos sujeitos

4.5. Da estrutura discursiva dos ofícios e das portarias

Os gêneros “ofício” e “portaria” guardam semelhanças muito próximas, porém, para a descrição de suas estruturas discursivas, as partes que as integram merecem ser discriminadas detalhadamente. Adiantamos que em neste trabalho as estruturas encontradas nesses documentos guardam semelhanças com os modelos descritos em Bellotto (2002), conforme discutiremos posteriormente. Vejamos os quadros a seguir.

1. Protocolo inicial	1.1. Data cronológica
	1.2. Identificação do documento
	1.3. Direção ou endereço
	1.4. Assunto
2. Texto	2.1. Ato a ser enunciado
3. Protocolo final	3.1. Saudação ¹¹⁶
	3.2. Local do remetente
	3.3. Data tópica e cronológica
	3.4. Remetente
	3.5. Cargo do remetente

**Quadro 2 – Estrutura discursiva dos ofícios.
Adaptado de Bellotto (2002; 2004)**

1. Protocolo inicial	1.1. Data cronológica
	1.2. Identificação do documento
	1.3. Direção ou endereço
	1.4. Assunto
2. Texto	2.1. Ato a ser executado
3. Protocolo final	3.1. Local do remetente
	3.2. Data tópica e cronológica
	3.3. Remetente
	3.4. Cargo do remetente

**Quadro 3 – Estrutura discursiva das portarias.
Adaptado de Bellotto (2002; 2004)**

4.6. Das fórmulas linguísticas dos ofícios e das portarias

As fórmulas linguísticas utilizadas nos atos registrados nos ofícios e nas portarias podem ser classificadas quanto à:

1. pertinência pragmática

¹¹⁶ Na estrutura discursiva das portarias não há saudação.

2. pertinência temática (MACIEL, 2001, p. 275-284)

No grupo das fórmulas linguísticas de pertinência pragmática estão: fórmulas de identificação de tempo, local, abertura e fechamento dos documentos:

No grupo das fórmulas de pertinência temática as construções linguísticas podem ser categorizadas conforme ato a ser enunciado, característica dos ofícios, ou ato a ser executado, característica das portarias.

Maio 4
Officio dirigido a Miguel Torquato de Bulhões
Com.^{de} Geral da Villa do Jardim

Para pacificação dos Povos convulços nessa villa e termo fazse necessario mudar de Commandante Geral da mesma por isso nomeio a Antonio da Crús Neves p.^a exercer dito Emprego a quem VS. entregará d. comando e todas as ordens que lhe tem sido dirigidas. = Deos Guarde a VS. Palacio do Gov.^o do Ceará 4 de Maio de 1824. 3^o da Independencia e do Imperio. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe = Presidente.

Quadro 4 – Estrutura formal de ofícios

Fonte: A Confederação do Equador no Ceará: Manuscritos (2004, p.41)

Maio 1^o
Portar.^a dirigida ao Ten.^o Cor.^{el}
Fran.^{co} Barouzo de Souza
Cordeiro para prender ao P.^o Antonio
Beleza na V.^a da Uruburetama

O Snr' Tenente Coronel Fran.^{co} Barouzo de Souza Cordeiro a bem do serv.^{co} Nacional, faça expidir as Ordens necessárias para que seja inmiadiatam.^e prezo o Padre Antonio Beleza, que se acha na Serra da Uruburetama sendo remetido a esta capital debaixo de todas a mididas de cautella o ditto Snr' Ten.^o Cor.^{el} o tenha assim entendido e faça executar = Palacio do Governo do Ceará o 1^o de Maio de 1824. 3^o da Indep.^{ca} e Liberdade do Brazil = Araripe = Presidente.

Quadro 5 – Estrutura formal das portarias

Fonte: A Confederação do Equador no Ceará: Manuscritos (2004, p.38)

5. Análise e discussão dos resultados

5.1. Da caracterização dos sujeitos

Nos ofícios e nas portarias analisados, os sujeitos emissores dos

documentos são sempre Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente do governo da Província do Ceará e Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, então secretário do governo provisório.

Os destinatários individuais ou coletivos são geralmente autoridades militares ou civis e instituições. Dentre as autoridades militares observa-se o grande volume de correspondências dirigidas aos vários comandantes e capitães. Para citar alguns destacamos: comandante geral, comandante de batalhão, comandante de ordenanças, comandante geral dos presídios, comandantes de polícia, capitães mores, capitães de ordenanças, capitães comandantes, capitães de guerrilha, sargentos de ordenanças, sargentos mores, alferes de ordenanças, tenentes coronéis, tenentes de batalhão e intendentes da marinha. Dentre os destinatários civis incluímos os juízes de fora, juízes ordinários, escrivães, agentes do correio e administradores gerais dos correios.

Dentre os destinatários coletivos, aí incluídas as instituições, podemos citar as câmaras das vilas, as juntas de comissão de melhoramentos, as juntas de comissão das cidades e a junta da fazenda nacional.

5.2. Da estrutura discursiva dos ofícios e das portarias

A análise dos documentos diplomáticos e não diplomáticos, portarias e ofícios, respectivamente, revelou que estes obedecem, em grande medida, ao padrão estabelecido por Bellotto (2002). Os dois gêneros textuais são muito semelhantes em suas estruturas e apresentam os seguintes seguimentos: *protocolo inicial* (composto por data cronológica, identificação do documento, direção ou endereço e assunto, no caso da portaria); *texto* (cada gênero cumpre funções diferentes); *protocolo final* (composto de data tópica, data cronológica, remetente e cargo do remetente).

No modelo padrão estabelecido por Bellotto (2002), a data tópica aparece no topo documento. Nos documentos analisados esse local é ocupado pela data cronológica. A data tópica só aparecerá no protocolo final, juntamente com a data cronológica que se repete.

Apesar das muitas semelhanças encontradas entre documentos diplomáticos e não diplomáticos (ofícios e portarias), há diferenças que merecem ser destacadas. Em sua estrutura discursiva as portarias sempre apresentam em seu *texto* um ato a ser executado, Já os ofícios apresentam no *texto* um ato a ser enunciado.

No *protocolo final*, nas portarias não há presença de saudação, enquanto que nos ofícios a saudação está sempre no início deste segmento.

5.3. Das fórmulas linguísticas dos ofícios e das portarias: pertinência temática e pertinência pragmática

Para discutirmos as fórmulas linguísticas registradas nos ofícios e nas portarias, faz-se necessário a categorização em dois grupos: 1) as de pertinência temática e 2) as de pertinência pragmática. No primeiro grupo, as fórmulas linguísticas integram o *protocolo inicial*, o *texto* e o *protocolo final*.

Pertinência Temática			
		Ofícios	Portarias
Protocolo Inicial	assunto	(...) <i>pedindo=lhe Armamento.</i> (Ofício; abril 30, p. 35)	(...) <i>p.^a mandar vir de Bordo os prezos do Estado João Facundes de Castro e Joaq.^m J.^c Barboz.^a.</i> (Portaria; maio 5, p. 55)
Texto	ato a ser enunciado /ato a ser executado	(...) <i>nomeio a Antonio da Crús Neves p.^a exercer dito Emprego a quem VS. entregará d.^o comando e todas as Ordens que lhe tem sido dirigidas.</i> (Ofício; maio 4, p. 41)	(...) <i>o tenha assim entendido e faça executar.</i> (Portaria; abril 30, p. 41)
Protocolo Final	saudação	(...) <i>Deos guarde a VEx.^a.</i> (Ofício; maio 18, p. 96)	

Quadro 6 – Fórmulas linguísticas de pertinência temática em segmentos discursivos de ofício e portarias

No *protocolo inicial*, as fórmulas linguísticas de pertinência temática acham-se no segmento assunto. No *texto*, dentro dos segmentos ato a ser executado ou ato a ser enunciado e no *protocolo final*, dentro do segmento saudação.

Pertinência Pragmática			
		Ofícios	Portarias
Protocolo Inicial	direção ou endereço	(...) <i>Maior 8 Officio dirigido ao Com.^{de} da Villa Velha.</i> (Ofício; maio 8, p. 62)	(...) <i>Portaria ao Tem.e Vitoriano Alz' de Souza Em que lhe ordena marxe p.^a a V.^a do Icó.</i> (Portaria; maio 12, p. 76)
Protocolo Final	local do remetente e	(...) <i>Palacio do Governo do Ceará 29</i>	(...) <i>Palacio do Governo do Ceará digo Palacio do Governo da Cidade</i>

datas tópica e cronológica	de maio de 1824.(Ofício; maio 29, p. 130)	de de Fortaleza, 22 de maio de 1824. (Portaria; maio 22, p. 114)
----------------------------------	-------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

Quadro 7 – Fórmulas linguísticas de pertinência pragmática em segmentos discursivos de ofício e portarias.

Já no grupo categorizado como pertinência pragmática, acham-se as fórmulas linguísticas relativas à identificação de tempo e local, à abertura e ao fechamento dos documentos. A identificação do tempo é feita dentro dos *protocolos inicial e final*, por meio de datas cronológicas e tópicas que estão presentes em todos os documentos.

A determinação de local varia, pois este pode se encontrado tanto no *protocolo inicial* quanto no *protocolo final*. No *protocolo inicial* localiza-se no segmento direção ou endereço.

No *protocolo final*, as fórmulas acham-se no segmento local do remetente e datas tópica e cronológica.

6. Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo analisar as estruturas discursivas dos ofícios e das portarias do movimento revolucionário denominado Confederação do Equador ocorrido no ano de 1824. Nossa hipótese era a de que os dois gêneros textuais guardavam entre si semelhanças quase idênticas.

Após as análises do 233 documentos, foi-nos possível confirmar nossa hipótese, qual seja, os ofícios e as portarias da Confederação do Equador guardam estruturas discursivas muito semelhantes, mesmo em se tratando de gêneros textuais distintos.

Finalmente, destacamos o valor de se trabalhar com documentos históricos, eles nos fazem aprender cada vez mais sobre nossa própria história, já que a partir do conhecimento do que fomos no passado podemos justificar o presente e traçar o caminho para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Confederação do Equador no Ceará: Manuscritos. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2004, v. 1.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise*

se tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

_____. *Arquivos permanentes. Tratamento documental*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKIMIN, T. M. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/USP. Novos Estudos, 2002, vol. III, p. 421-431.

KABATEK, Johannes. *Tradições discursivas e a mudança linguística*. Bahia, 2004. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 24 mai. 2011.

_____. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'Água*, n. 17, p. 159-170, abr. 2005a.

MACIEL, Ana Maria Becker. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. In: KRIEGER, M. G. MACIEL, A. M. B. (Orgs.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001, p. 275-284.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Autos de querella e denúncia: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos*. Fortaleza: LC, 2006.

**“FERREIRA GULLAR”:
ENTRE A GENUINIDADE E A TRANSCRIÇÃO DOS TEXTOS
EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Virgínia Maria Ferreira Silveira Baldow (UEFS)
virginiabaldow@bol.com.br

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
rcrqueiroz@uol.com.br

1. Introdução

A partir da década de 1970 e nos anos subsequentes, as políticas governamentais militares brasileiras contribuíram para que o livro didático se tornasse um objeto privilegiado na educação brasileira, tornando-se, inclusive, o organizador dos conteúdos a serem ensinados e das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas (SILVA, 2008). Ao acompanhar o cotidiano da sala de aula, especialmente em escolas públicas, enquanto docente do componente curricular Estágio Supervisionado, é notório que o Livro Didático, doravante LD, ainda exerce uma influência significativa, especialmente na condução do processo de estudo da Literatura. A institucionalização do ensino de literatura se deu historicamente através da mediação, sobretudo ideológica, que o LD exercia e exerce entre o professor e o aluno. A escolha deste tema se deve à constatação de que o LD, enquanto um importante portador de textos literários, apresenta em sua composição textos cuja genuinidade encontra-se comprometida, mediante alterações feitas pelos responsáveis em todas as instâncias de sua elaboração. Tais alterações refletem um total descaso, não somente à canonicidade literária como também ao leitor, às vezes ingênuo e/ou desavisado, em constante interação com os textos nele transcritos.

2. Referencial teórico e análise do corpus

Nas palavras de Silva (2008):

A literatura pode ser tudo (ou pelo menos muito) ou pode ser nada, dependendo da forma como for colocada e trabalhada em sala de aula. Tudo se conseguir unir sensibilidade e conhecimento. Nada, se todas as suas promessas forem frustradas por pedagogias desencontradas (SILVA, 2008, p. 46).

Os desencontros didáticos de que nos fala Silva (2008) já se iniciam nos Livros Didáticos, na forma como os mesmos institucionalizam os

estudos dos textos literários. Sob este propósito, faz-se necessário ressaltar que a história do LD no Brasil se construiu sob uma sequência de decretos-leis e medidas governamentais que se sucedem a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada e sem a correção ou crítica dos demais setores da sociedade (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1989). Com este histórico marcado por Decretos e sob a supervisão de comissões examinadoras, os chamados “Grupos de Trabalho”, instituídos pelo poder público, o LD se instaurou no Brasil a partir do Decreto-lei 1006 de 30/12/1938. Este decreto, conforme acentuam Freitag; Costa e Mota (1989), estabelecia a criação da Comissão Nacional do Livro Didático que, segundo Bomény (1984, p. 3), exercia muito mais uma função de controle político-ideológico que didático. Deste modo, considerando o LD como um formador de opiniões, “sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas de escolarização de um indivíduo.” (LA-JOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 121).

É nesse livro didático, historicamente idealizado e construído, que a educação literária brasileira se pauta. Historicamente, a literatura sempre foi vista como educativa, especialmente sob três aspectos: a) pessoal – pois fortalecia determinados ideais próprios do herói que por suas virtudes evidenciava qualidades físicas e morais; b) social – evidenciava o interesse coletivo em detrimento do individualismo; c) político – estimulava a confiança na democracia (ZILBERMAN, 2008). No entanto, em seu percurso até integrar-se ao currículo escolar, especificamente ao LD, a natureza dessa força educativa foi alterada, passando a atender aos objetivos de ratificar a norma linguística nacional e ressaltar as fases da nossa história (ZILBERMAN, 2008).

Osman Lins (apud FREITAG, 2008) traz-nos a seguinte denúncia acerca dos textos literários que compõem os livros – textos de 1965:

A escolha dos fragmentos literários para esses compêndios vem sendo presidida pelo comodismo e pela rotina, pelo desconhecimento quase total de nossas letras, pela ausência completa do senso de valores e por um cabotismo praticado impunemente, às escâncaras (LINS, 1977, p. 130)

Esta situação acentuada por Lins (1977) parece continuar a acontecer, especificamente quanto à genuinidade dos textos da literatura, quando submetidos a análises pautadas nos pressupostos teóricos da crítica textual.

Desde a invenção da imprensa, no século XV, as forças de mercado sempre orientaram a produção de livros. Este século assistiu à formação da “indústria de livros”, os quais transformaram-se em produtos de

distribuição em massa (FISCHER, 2006, p. 253). Com a primeira página impressa com tipo móvel de metal, em Mainz, na Alemanha, em 1450, a era do pergaminho simbolicamente se dobrava diante da era do papel. Até então um manuscrito era um tesouro único e seu conteúdo constava de uma única cópia, em geral cara demais para a maioria. Subitamente, a impressão fez com que a palavra escrita se tornasse onipresente (FISCHER, 2006, p.189). Inicialmente, os tipógrafos seguiam o padrão das leitoras de mão presentes nos manuscritos da época. Porém, com a expansão do novo ofício, o próprio mercado se viu forçado a fazer as devidas adaptações. Com esse avanço, a impressão desenvolveu um comércio autônomo próprio, fazendo com que a produção de cópias à mão terminasse junto com a Idade Média (FISCHER, 2006, p. 192). Desde então, esta invenção que revolucionou o mundo contribuiu decisivamente para que as forças do mercado orientassem a produção e o comércio de livros, o que resultou na formação contínua da “indústria de livros” que, de lá para cá, tem crescido consideravelmente.

É inegável que o advento da imprensa causou uma revolução no mundo, pois, através disto, a palavra escrita tornou-se, como diz Fischer (2008), onipresente. Houve, assim, uma certa democratização do acesso ao impresso, ao livro e, conseqüentemente, à leitura que, até o início dos anos quatrocentos, restringia-se a pequenos grupos (aristocratas, bispos ou patrícios) os quais podiam adquirir os manuscritos em pergaminhos. Porém, a explosão das cópias impressas, aliada aos interesses lucrativos do mercado editorial ocasionou também alguns distanciamentos ocorridos entre os textos originais e os textos reeditados, uma vez que “[...] um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão (CAMBRAIA, 2005, p. 1)”. Seria esta, então, uma das ocupações essenciais da crítica textual: “[...] a restituição da forma genuína dos textos (*Ibidem*)”. Efetivamente, esta não é uma tarefa simples diante da complexidade de análise de textos impressos em que se percebe muito mais claramente as marcas do editor do que as do autor.

Editor, no caso, entendido não como uma pessoa, mas como o pessoal de uma casa editorial que trabalha com os originais entregues pelo autor: quem inicialmente os lê para emitir um parecer e eventualmente intervém aqui e ali, à mão, é claro, sem nenhuma intenção de que uma nota sua venha a ser incorporada; o digitador, sobre quem é hoje costume recair a culpa pelas imperfeições que venham a ser descobertas; o revisor que divide como anterior aquele ônus; o editor eletrônico [...] o autor do projeto gráfico, o diagramador que executa esse projeto, e a arte final, enfim tantas pessoas quantas põem a mão nos originais desde sua entrada na editora até o produto acabado que o leitor adquire nas livrarias (MEGALE, 1995, p. 135)

Diante desta descrição, que dizer, então, dos textos (editados e reeditados numerosas vezes) presentes nos manuais pedagógicos, especificamente nos LDs de língua portuguesa? Apesar das políticas e dos programas destinados à sua utilização, o LD ainda tem apresentado problemas, especialmente no que se refere à transcrição de determinados textos literários. É notório que muitos desses textos sofrem modificações quando de sua transcrição em LDs em total desrespeito ao Cânone da Literatura Brasileira. Em artigo intitulado “A Fidedignidade dos textos nos LD de Comunicação e expressão no Brasil”, Marlene Gomes Mendes (1986) instiga-nos a refletir sobre esta questão, fazendo um estudo investigativo do estilo, da disposição dos versos, da métrica, do vocabulário, das conotações que são dadas às palavras, da construção sintática, do sentido e/ou coerência, da pontuação, dos títulos dos textos inseridos no livro didático em confronto com os seus originais constantes nas obras dos escritores. Acorados nestas reflexões propostas por Mendes (1986), nossa investigação do *corpus* se pautou em uma análise eminentemente comparativa de três poemas do poeta Ferreira Gullar editados em três livros didáticos, os quais serão identificados da seguinte forma: LD1, LD2 e LD.¹¹⁷

O poema intitulado “O Açúcar”, transcrito em dois livros didáticos, aparece com modificações consideráveis em cada livro. No primeiro analisado, LD1, volume destinado à 8ª série, (atualmente 9º ano), observamos que na quinta estrofe, especificamente no terceiro verso, há o acréscimo da expressão “de fome”, observemos:

Texto original:

[...]
homens que não sabem ler e morrem
aos vinte e sete anos

Texto transcrito no LD 1 (p. 90-91)

[...]
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos

O acréscimo da expressão destacada sugere, talvez, a ideia de que o verso teria um sentido mais completo, especificando a causa da morte que o eu lírico deixa implícito nas entrelinhas. No verso seguinte, obser-

¹¹⁷ **LD1:** TERRA, E. ; CAVALLETE, F. *Português para todos*. 8ª série. São Paulo: Scipione, 2002. / **LD2:** NICOLA, J. N. *Português*. Ensino Médio. Vol. 3. São Paulo: Scipione, 2008. / **LD3:** FARACO, C. M.; MOURA, F. M. *Português: projetos*. São Paulo: Ática, 2005.

vamos que o número em extenso foi alterado, passando à forma de numeral.

Gomes (1986) acentua que, tratando-se das poesias transcritas no LD, as alterações estão normalmente associadas às questões de disposição gráfica dos textos: “Por isso suprimem-se versos, dois ou três versos se reduzem a um, ou vice versa, um verso se desdobra em dois ou três (GOMES, 1985, p. 163/167)”. Esta situação é notória no mesmo poema supracitado, tratando-se, no entanto, do segundo livro analisado – LD 2 – (p. 366), destinado à terceira série do Ensino Médio. A terceira e quarta estrofes foram reduzidas a uma única estrofe. À última estrofe composta de seis versos foi acrescentado mais um verso com o desdobramento do anterior. Nestes casos, fica evidente que a manutenção da genuinidade dos versos comprometeria a configuração da página, ou seja, compromete-se a originalidade em detrimento da “moldura” da página, como acen-tua Gomes (1986). Sob esta perspectiva, tais alterações desprezam e, portanto, desrespeitam a vontade do autor.

O poema “Não há vagas” também tem sua originalidade ferida no LD3 (p. 400) no que concerne a: a) preocupação com a correção gramatical, ao iniciar o 2º verso com letra maiúscula; b) pontuação: acréscimo de ponto ao final da 1ª estrofe; c) desdobramento de estrofe: a penúltima estrofe é dividida em duas, ficando uma com três versos e outra com quatro, totalizando cinco em vez de quatro estrofes.

O comprometimento da estrofação original continua a acontecer, desta feita, em “Nasce o poeta” quando a 2ª e a 3ª estrofes condensam em uma única. Há, ao final da estrofe, o acréscimo do ponto final, evidenciando o término dos versos. Não há menção de que aquele é apenas um trecho da poesia “Nasce o poeta” o qual é um poema extenso e denso de significações.

3. Considerações finais

Até aqui, temos percebido que, a despeito das revisões e recomendações por que passamos os livros didáticos, observamos que os textos literários não têm sido respeitados em sua originalidade. Isto nos causa certo desconforto, enquanto docentes, pois percebemos que a literatura, paradoxalmente, é desvalorizada pelos manuais didáticos que primeiro deveriam primar pelo zelo à genuinidade artístico-literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMÉNY, Maria Helena Bosquet. O livro didático no contexto da política educacional. In: OLIVEIRA, J. B. et all. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fintes, 2005.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Português: projetos*. São Paulo: Ática, 2005
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Tradução. Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.
- FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly F. da.; MOTTA, Valéria R. O *Livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. 12. ed. Rio do Janeiro: José Olympio, 2004, p. 156-158.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- MEGALE, Heitor *et all*. *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MENDES, Marlene Gomes. A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de Comunicação e Expressão no Brasil. ENCONTRO DE CRÍTICA TEXTUAL: O MANUSCRITO MODERNO E AS EDIÇÕES, 1., 1985. *Anais...* São Paulo: USP/FFLCH, 1986, p. 163-174.
- NICOLA, José de. *Português*, vol. 3. São Paulo: Scipione, 2008.
- TERRA, Ernani; CAVALLETE, Floriana. *Português para todos*. 8. série. São Paulo: Scipione, 2002.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. Literatura e pedagogia: interpretação dirigida a um questionamento. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. São Paulo: Global, 2008, p. 39-54.
- SILVA, Paulo Vinícios Baptista. *Racismo em livros didáticos. Estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREQUÊNCIA DAS VARIANTES NO ROMANCE O SEMINARISTA, DE BERNARDO GUIMARÃES¹¹⁸

Luana Batista de Souza (USP)
luana.souza@usp.br

1. Introdução

É fundamental para o estudo de literatura, a consulta a um texto fidedigno e livre de erros e corruptelas, o mais correspondente possível aos originais do autor. Esta é uma preocupação que deve ser redobrada, sobretudo, quando se trata de um texto publicado muitas vezes e que possui variantes quanto ao seu conteúdo. Neste caso, a melhor edição a ser consultada, é a crítica, quando disponível. Em sua ausência, busca-se a primeira edição ou a última publicada em vida pelo autor. Contudo, esta preocupação nem sempre se coloca aos estudiosos de literatura, que muitas vezes consultam o texto que têm mais acessível sem prestar atenção ao tipo de edição consultada, e, por conseguinte, à sua fidedignidade.

Em nossa literatura, são conhecidos alguns casos de alteração ao texto. É o que acontece com uma edição de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, profundamente alterada pelo seu editor, Monteiro Lobato, que acaba por desempenhar o papel de co-autor do romance originalmente publicado entre os anos 1852 e 1853. A edição de Lobato foi publicada em 1925 por sua Cia Graphico-Editora.

Se em *Memórias de um sargento de milícias* é possível verificar uma coautoria exercida por seu editor, em *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, observamos que as mudanças ao longo de suas edições foram feitas pelo próprio autor. Temos no primeiro caso, alteração apógrafa, ou seja, feita por terceiros, e no segundo, autógrafa, feita pelo autor.

O nosso romance se enquadra nas alterações apógrafas. *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães, foi publicado pela primeira vez em 1872 por B. L. Garnier, possuindo hoje inúmeras edições. Trata-se de um texto de domínio público, o que significa que sua publicação não depen-

¹¹⁸ Este trabalho integra a dissertação de mestrado “Grande é o poder do tempo: colação de variantes do romance *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães”, a ser defendida em breve, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, junto ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

de da autorização de herdeiros, o que pode ter contribuído para que circulassem em nosso mercado editorial algumas edições que apresentam variação com relação ao texto original. Ao cotejarmos algumas edições do romance, coletamos um grande número de variantes a partir do qual foi possível perceber alguns padrões, seja com relação à natureza da variação ou ao contexto de ocorrência.

2. *Classificação tipológica das variantes*

Para classificarmos as variantes, tomamos por base as categorias propostas por Alberto Blecua em seu *Manual de crítica textual* (1983), classificando-as de maneira análoga e procurando estabelecer sua tipologia conforme os casos encontrados. Em seu manual, Alberto Blecua propõe quatro categorias de variantes, chamadas por ele de “erros de cópia”. Estas categorias são: adição, omissão, alteração da ordem e substituição. Como seu trabalho refere-se fundamentalmente à poesia e ao texto manuscrito, as variantes ocorrem ao nível do fonema, da sílaba, da palavra, do verso e da estrofe. A fim de utilizá-lo como modelo, foi necessário adaptar sua categorização às variantes encontradas a partir do cotejo entre três edições de *O Seminarista*, a saber, a primeira edição, publicada em 1872 por B.L. Garnier (edição **A**), a nona edição, publicada em 1931 pela Civilização Brasileira (edição **B**) e a décima primeira, publicada em 1944 pela Livraria Martins (edição **C**). Desta forma, às categorias propostas por Alberto Blecua, acrescentamos as categorias *paragrafação* e *reelaboração*, e classificamos as outras da seguinte maneira: adição, alteração de ordem, omissão. I – omissão de palavras, II – omissão de trechos, III – omissão de parágrafos; substituição.

De acordo com Alberto Blecua (1983, p. 20), no que diz respeito à adição, a definição parece ser mais aplicável ao texto manuscrito, visto que é definida como a repetição de uma letra, sílaba, palavra ou frase em passagens repetitivas cuja proximidade de trechos iguais ou muito parecidos favorece ao erro. Contudo, o que verificamos em nosso cotejo foi a inserção de novos elementos, tais como artigos, conjunções, pronomes e verbos:

Capítulo XIII

A e B: não sabes o que é o mundo \emptyset

B: *ainda*

Capítulo XVII

A: tendo resistido aos rudes e continuados golpes de uma dôr íntima, \emptyset

intensa e corrosiva
B e C: *e*

Capítulo XX
A: Estou \emptyset que o padre vae ter mais trabalho
B e C: *vendo*

No caso da alteração de ordem, ela ocorre quando dois elementos habitualmente adjacentes, tais como letras, sílabas, palavras ou frases têm sua ordem invertida. Segundo Alberto Blecua (*op. cit.*, p. 23), o próprio mecanismo da imprensa favorece a inversão de letras e palavras devido à composição por tipos móveis. Para ele, no texto em prosa é comum a ocorrência de inversão nas enumerações (*ibidem*). Entretanto, o que constatamos entre as variantes coletadas foi a mudança na colocação pronominal e a alteração da ordem de algumas palavras dentro da frase e não a alteração ocasionada por um erro tipográfico.

Capítulo IX
A: *tem só tres pés*
B e C: *só tem tres pés*

Capítulo XI
A: *cada vez mais se irritava*
B e C: *cada vez se irritava mais*

Capítulo XVIII
A: *conversa-se* familiarmente
B e C: *se conversa* familiarmente

A omissão, segundo o filólogo espanhol, ocorre quando o copista omite uma letra, uma sílaba, palavra ou frase de extensão variável, quando o elemento seguinte começa ou termina de forma igual ou muito semelhante, o salto bordão, por exemplo (*op. cit.*, p. 21). Como podemos perceber, este tipo de definição relaciona-se mais ao texto manuscrito, visto que está intrinsecamente relacionado ao ato de cópia. No caso do nosso romance, a omissão ocorre quando uma palavra, um trecho ou até mesmo um parágrafo inteiro é suprimido, sem que isso esteja relacionado a outro elemento igual ou semelhante. Neste sentido, a omissão está mais ligada à redução do conteúdo do texto:

Capítulo I
A: *viaõ-se duas bellas e corpulentas paineiras, cujos galhos entrelaçando-se no ar formavaõ uma linda arcada de verdura*
B e C: \emptyset ; \emptyset

Capítulo II
A: Um dia aconteceu-lhes um estupendo e singular incidente, que não

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

posso deixar de referir, *incidente que qualquer espirito supersticioso teria tomado por um sinistro agouro ou como um prenuncio assustador do destino da menina.*

B e C: \emptyset

Capítulo XII

A: *Não, mas sou amigo delle e do pae. Se continúa a desfeiteal-o, tem de se haver commigo, já o disse, e torno a repetir...*

B e C: \emptyset

Com relação à substituição, Alberto Blecua considera que este fenômeno afeta habitualmente uma palavra e se trata, de modo geral, de um erro próprio da leitura do modelo (*op. cit.*, p. 25). No nosso caso particular, a substituição se dá quando uma palavra ou até mesmo um trecho é substituído por outro elemento que pode ter ou não valor sinônimo ou ainda ser fruto de uma má leitura do modelo ou correção de erro do modelo:

Capítulo I

A: e ainda *debaixo da* mesma impressão de tristeza

B e C: *sob a*

Capítulo II

A e B: e lá iam boiando a atufar-se no vapor esbrazeado do *occidente*

C: *acidente*

Capítulo XVII

A: que *entornava* aos pés da Virgem consoladora dos afflictos

B e C: *vertia*

Por sua vez, a categoria paragrafação pode ser definida como aquela alteração feita ao nível do parágrafo, ou seja, modificação em sua ordem, fusão de dois ou mais parágrafos em um só, ou ainda divisão de um parágrafo em dois ou mais:

Capítulo VII – §20 e 21 (Edição A) > §20 (Edições B e C)

A: §20 O estudante seguio á risca todas as exhortações e conselhos do padre.

§21 Na ocasião do recreio corria, saltava, luctava, jogava á bola e á peteca sem dar um instante de repouso ao corpo.

B e C: §20O estudante seguiu á risca todas as exhortações e conselhos do padre. Na ocasião do recreio corria, saltava, lutava, jogava a bola e a petéca, sem dar um instante de repouso ao corpo.

Capítulo V – §14 (Edição A) > § 15 e 16 (Edições B e C)

A: É verdade que a imagem de Margarida nunca lhe sahia do coração, mas já não o incommodava tanto, nem lhe agitava o espirito como outr'ora.

Ella lhe apparecia como a figura de um anjo, desenhando-se ao longe e sorrindo-lhe tristemente por entre as brumas melancolicas do horizonte

vaporoso. A lembrança de Margarida era já em sua alma essa saudade meiga e maviosa, que nos faz assomar aos lábios um triste sorriso através de uma chuva de lágrimas consoladoras, e não essa saudade amarga e pungente, que nos espreme o coração, e delle faz borbotar lágrimas de fel e de sangue.

§15 e 16

B e C: É verdade que a imagem de Margarida (...) nem lhe agitava o espirito como outr'ora.

Ella lhe apparecia como a figura de um anjo (...)

Por fim, a categoria “reelaboração” foi criada tomando como base o que diz D’Arco Silvio Avalle em seu *Principi di critica testuale* (1972:60-61) sobre *rifacimento*, um processo que pode ser entendido como uma reelaboração seja sob a forma de adaptações ou atualizações, estilísticas ou linguísticas.

Capítulo IV

A: outros assobiando ou cantando, outros *tocando flauta, clarineta e outros instrumentos*

B e C: *variados instrumentos de sopro*

Capítulo XVI

A: Antunes cheio de indignação tomou de accordo com sua mulher a *barbara resolução de enxotar de sua fazenda aquellas duas pobres e inoffensivas mulheres.*

B e C: *a resolução de expulsal-as da fazenda*

Capítulo XXIII

A: Quando Eugenio entrou, *Margarida estava sentada sobre a cama com o cotovelo sobre o travesseiro e mão na face*

B e C: *Margarida estava recostada ao travesseiro*

Diante disso, as variantes cotejadas organizam-se da seguinte maneira:

- i. adição
- ii. alteração de ordem
- iii. omissão
 - a. omissão de palavras
 - b. omissão de trechos
 - c. omissão de parágrafos
- iv. paragrafação
- v. substituição

vi. reelaboração

Contudo, para que haja maior consistência nos dados, a análise quantitativa não contemplará as subdivisões no caso das omissões.

3. Erro ou variante? Acidental ou intencional?

Embora utilizemos como modelo de classificação as categorias de Alberto Blecua, não podemos deixar de notar algumas questões em sua categorização. Em primeiro lugar, o filólogo espanhol distingue *erro* em dois tipos: erros próprios do copista e erros alheios ao copista. No primeiro caso, diz tratar-se de erros acidentais, classificados conforme apresentamos anteriormente. No segundo caso, refere-se aos erros devidos às condições materiais de difusão e composição do livro, manuscrito ou impresso (*ib.*, p. 30). Para que não haja problemas com relação à nomenclatura, alguns esclarecimentos se fazem necessários.

A partir do confronto entre diversos testemunhos, os lugares-críticos são localizados. Chamamos aqui de lugar-crítico “um ponto do texto em que os testemunhos divergem” (CAMBRAIA, 2005, p. 135). Desta maneira, recebe o nome de *lição*, cada palavra ou grupo de palavras de um testemunho. Quando a lição de um testemunho distingue-se da de outro, é chamada de *variante*¹¹⁹. O conceito de erro deve-se aplicar às modificações não-autorais do texto (CAMBRAIA, *op. cit.*, p. 78), deste modo, como não podemos afirmar com certeza a origem da segunda e terceira redação do texto, se é autoral ou não, por ora, utilizaremos o termo *variante*, por ser o mais adequado neste caso. Só se pode falar em erro quando se sabe o que é genuíno. Ainda com relação a estes termos, devemos entender que *variante* é um termo descritivo, ao passo que *erro*, é interpretativo.

Devemos esclarecer ainda, a diferença entre plano substantivo e plano dos acidentais. Esta terminologia anglo-saxônica, adotada por Ivo Castro (1990, p. 52) refere-se às variantes substantivas e aos acidentais. A primeira concerne à estrutura linguística e semântica do texto, já a segunda, diz respeito à sua forma gráfica e ortográfica. Desta maneira, não consideraremos como variantes diferenças ortográficas, incluindo a modernização de escrita ou marcas de oralidade, tais como: creança x criança, balançando x balouçando, cubiçassem x cobiçassem, criançola x cre-

¹¹⁹Sempre utilizaremos o termo variante para nos referirmos às lições distintas de um testemunho.

ançola e emprego de maiúsculas.

A partir dos dados da tabela 1 – “Frequência total de variantes entre as tradições”, vemos que na edição B há ocorrência de todos os tipos de variantes, sendo a omissão (124 casos) a mais frequente e a adição (4 casos) a menos frequente. Na edição C, contudo, a variante que se mostrou mais frequente foi a substituição (88 casos), ao passo que a menos frequente, com apenas um caso, foi a paragrafação. Nesta edição, além de ocorrer uma redução significativa no número de variantes, duas categorias não possuem ocorrências: reelaboração e alteração de ordem. Em este respeito, trataremos adiante. Considerando o gráfico 1 – “Comparação de frequência de variantes”, apesar do número dispar entre as ocorrências de cada variante, é possível detectar padrões parecidos, tais como o baixo número de adições e paragrafações e o alto índice de omissões e substituições, ainda que ocorra, como mostraremos adiante, uma inversão, entre as edições B e C, das frequências desses dois tipos de variação.

Tradição	Adição	Omis-são	Substituição	Paragrafação	Reelaboração	Alteração de ordem	Total
Edição B	9	124	88	7	20	4	252
Edição C	4	24	65	1			94

Tabela 1 – Frequência total de variantes entre as tradições

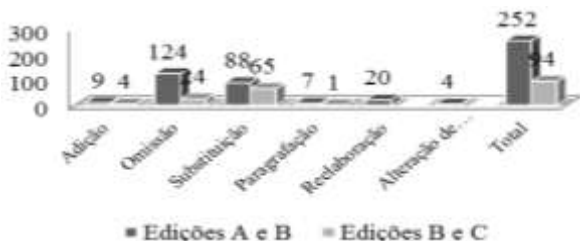


Gráfico 1– Comparação de frequência de variantes

Na edição B, conforme veremos no gráfico 2 – “Edição B: frequência de variantes segundo sua tipologia”, são mais frequentes em ordem decrescente: omissão, substituição, reelaboração, adição, paragrafação e alteração de ordem. O número total de omissões é quase a metade das ocorrências, totalizando em 49%, enquanto as substituições atingem

35% dos casos. Com 8 % figuram os casos de reelaboração, seguidos com 3% cada, os casos de paragrafação e adição e por fim, com 2% os de alteração de ordem. Esses dados permitem visualizar um padrão no comportamento das alterações feitas ao texto, de modo que o número de palavras, trechos ou parágrafos omitidos é muito superior ao número de palavras ou trechos acrescentados, o que pode indicar uma intencionalidade na redução do texto. Além disso, é alto também o número de trechos substituídos, indicando uma intenção na alteração do sentido do texto, uma vez que nem sempre o termo ou trecho substituto possui valor equivalente ao substituído. Ainda no mesmo sentido da substituição, estão os casos de reelaboração. Conforme já descrito no item 1, trata-se de uma espécie de adaptação cujo objetivo, aparentemente, é o de sintetizar uma situação, fala ou passagem descritiva do texto.

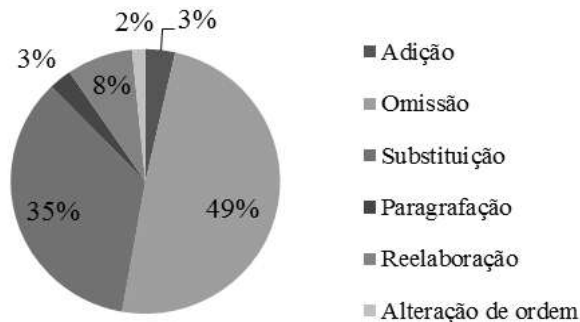


Gráfico 2 – “Edição B: frequência de variantes segundo sua tipologia”

Embora a intenção de redução do texto esteja bem explícita na edição B, na edição C verificamos outro padrão. Conforme mencionado anteriormente, observamos no gráfico 3 “Edição C – frequência de variantes segundo sua tipologia”, que não há nesta edição a ocorrência de todas as variantes, de modo que, ao contrário das 6 categorias frequentes em B, há em C apenas 4, não havendo casos, portanto, de alteração de ordem e reelaboração. As porcentagens por tipologia também seguem outro comportamento. As omissões e as substituições continuam sendo numerosas, totalizando juntas 95% das variantes. Contudo, na edição C, verificamos uma inversão na frequência de omissão x substituição, uma vez que são mais frequentes as substituições (69%) e não mais as omissões (26%). Esta inversão no número das ocorrências leva a crer que em C, a redução do texto é menos frequente do que em B. A intenção de reduzi-lo ainda mais é sobreposta pela intenção de alterar apenas alguns pontos, ainda que esta edição faça parte de um volume com outras três obras de

Bernardo Guimarães, o que poderia “justificar” uma contenção ainda maior do texto. Em muitos casos, as substituições operam como correção da edição B, restituindo assim, em algumas passagens, a edição A. O mesmo ocorre com as adições, que buscam corrigir o texto da edição B. Seu número de ocorrências é pequeno, apenas quatro casos, dos quais três corrigem o texto de B.

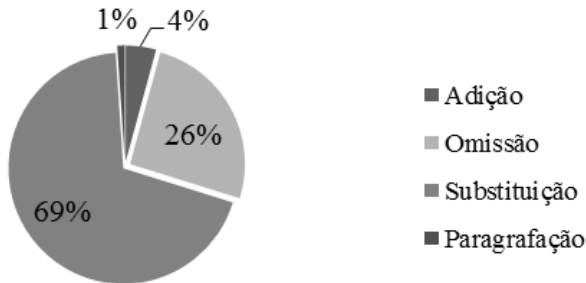


Gráfico 3 “Edição C – frequência de variantes segundo sua tipologia”

A ausência das variantes alteração de ordem e reelaboração em C eram previsíveis, uma vez que há em C a manutenção do texto B, ou seja, possivelmente não havia a intenção de reduzir o texto ainda mais. Isso se torna evidente através do número de ocorrências de substituição conforme tratamos anteriormente.

Ao observarmos a frequência das variantes por capítulo, não só em número totais (tabelas 2, 3 e 4), mas também por cada categoria é possível notar algumas semelhanças.

CAP.	ED. B	ED. C	CAP.	ED. B	ED. C
I	27	4	XIII	5	5
II	23	2	XIV	8	3
III	10	5	XV	7	3
IV	15	6	XVI	11	3
V	9	6	XVII	8	5
VI	5	1	XVIII	20	11
VII	10	4	XIX	5	3
VIII	6	2	XX	10	7
IX	7	3	XXI	4	3
X	7	3	XXII	6	1
XI	14	3	XXIII	14	6
XII	15	4	XXIV	6	1

Tabela 2 – Frequência de variantes por capítulo

Variantes por capítulo – Edição B							
Capítulos	Adição	Alteração de ordem	Omissão	Reelaboração	Substituição	Paragrafação	Total
I			19	4	4		27
II			17	3	3		23
III			4	1	5		10
IV	1		9	1	4		15
V			4	1	3	1	9
VI			4		1		5
VII	1		3	1	3	2	10
VIII			4	1	1		6
IX		1	2		4		7
X			4		3		7
XI		1	9	1	3		14
XII			13	1	1		15
XIII			3		2		5
XIV			4		4		8
XV			3		3	1	7
XVI			5	1	5		11
XVII	2		2		4		8
XVIII	3	1	4		11	1	20
XIX	1		2		1	1	5
XX	1		2		6	1	10
XXI				2	2		4
XXII		1	1		4		6
XXIII			5	3	6		14
XXIV			2		4		6
TOTAL	9	4	125	20	87	7	252

Tabela 3 – Variantes por capítulo – Edição B

Capítulos	Adição	Paragrafação	Omissão	Substituição	Total
I				4	4
II			1	1	2
III	1		2	2	5
IV			1	5	6
V			2	4	6
VI				1	1
VII			1	3	4
VIII			1	1	2
IX			1	2	3
X			1	2	3
XI			1	2	3
XII		1	2	1	4
XIII	2			3	5

XIV			1	2	3
XV			1	2	3
XVI			1	2	3
XVII	1		1	3	5
XVIII			2	9	11
XIX			2	1	3
XX				7	7
XXI			1	2	3
XXII				1	1
XXIII			1	5	6
XXIV			1		1
TOTAL	4	1	24	65	94

Tabela 4 – Variantes por capítulo – Edição C

Inicialmente podemos perceber uma regularidade nas ocorrências, não há, tanto na edição B como na edição C, capítulo que não tenha sofrido alteração. Contudo, alguns sofreram mais modificações que outros. Na edição B (tabela 3), vemos que em quase metade do livro as alterações são de valor igual ou superior a 10. É o que pode ser observado nos capítulos I, II, III, IV, VII, XI, XII, XVI, XVIII, XX e XXIII. Nos outros capítulos, os números variam de 4 (XXI) a 9 (V). Por sua vez, em C (tabela 4), a frequência de variantes apresenta poucas mudanças, os números variam de 1 (VI, XXII e XXIV) a 11 (XVIII). Como é possível constatar através da tabela 2 – “Frequência de variantes por capítulo”, 1 ocorrência de variante aparece em três capítulos, conforme dito anteriormente, 2 ocorrências em dois capítulos (II, VIII), 3 ocorrências em oito capítulos (IX, X, XI, XIV, XV, XVI, XIX, XXI), 4 em dois capítulos (I e VII), 5 em três capítulos (III, XII e XVII), 6 em três capítulos (IV, V e XXIII), 7 em um capítulo (XX) e, por fim, 11 em um capítulo já supracitado. A partir destes números, observamos que há um equilíbrio maior na frequência das variantes na edição C, ao passo que na edição B, notamos alguns picos de maior frequência. É o caso do grande número de variantes nos quatro primeiros capítulos: 27, 23, 10 e 15, respectivamente, depois nos capítulos VII (10), XI (14), XI (15), XVI (11), XVIII (20), XX (10) e XXIII (14).

A grande diferença na frequência das variantes entre as edições B e C fica mais evidente ao analisarmos as ocorrências a partir das categorias tipológicas.

Segundo os dados dos gráficos 2 e 3, as categorias cuja frequência foi maior são a omissão e a substituição. Não por acaso, são estas as categorias mais frequentes ao longo de toda a obra em ambas as edições

analisadas. A omissão não figurou em apenas um capítulo da edição B (XXI) e cinco da edição C (I, VI, XIII, XX, XXII). Já a substituição aparece em toda a edição B, ao passo que em C não ocorre apenas no último capítulo. Com relação à frequência dessas categorias, assim como no número geral de ocorrências por capítulo, é possível perceber certa regularidade.

No caso das omissões podemos constatar que em B os números variaram de 1 (XXII) a 19 (I). Elas foram mais numerosas nos capítulos I, II e XII, com 19, 17 e 13 casos, respectivamente. Os casos de baixa frequência são: 1 (XXII), 2 (IX, XVII, XIX, XX e XXIV), 3 (VII, XIII e XV), 4 (III, V, VI, VIII, X, XIV e XVIII), 5 (XVI e XXIII), 9 (IV e XI). Se por um lado há em B certa regularidade na frequência dos casos, que oscila entre 2 e 9, mas basicamente entre 2 ou 4 casos por capítulo (juntas essas frequências figuram em metade da obra), por outro há em C uma frequência bastante regular que oscila entre 1 ou 2 casos. Dos 19 casos de omissão, 14 foram de apenas uma ocorrência e 5 de duas.

Já as substituições, notamos que sua regularidade em B é maior do que nos casos de omissão. As ocorrências variaram de 1 (XIX) a 11 (XVIII) casos, havendo 2 (XIII e XXI), 3 (II, V, VII, X, XI e XV), 4 (I, IV, IX, XIV, XVII, XXII e XXIV), 5 (III e XVI) e 6 (XX e XXIII) ocorrências. Através destes números percebemos que a grande faixa de frequência divide-se entre 3 e 4 casos, num total de 13 capítulos, um pouco mais do que a metade da obra. Em C a variação é de 1 (II, VI, VIII, XII, XIX e XXII) a 9 (XVIII) casos por capítulo, havendo ainda ocorrências de 2 (III, IX, X e XI), 3 (VII, XIII e XVII), 4 (I e V), 5 (IV e XXIII) e 7 (XX) substituições por capítulo. Diferentemente da edição B, em C a grande faixa de frequência abrange os casos de 1 e 2 ocorrências que totalizam quase metade do romance, 10 capítulos. Coincidentemente, o capítulo com maior número de ocorrências de substituição é o mesmo em ambas as edições, a saber, o capítulo XVIII, que em B está entre os capítulos com maior número de alterações e em C é aquele de maior número.

As outras categorias (adição, alteração de ordem, paragrafação e reelaboração) possuem comportamento parecido, apresentando uma frequência de números quase que constante variando entre 1 a 4 casos, ainda que ocorram de maneira mais esparsa entre os capítulos.

4. Considerações finais

Em virtude do processo mecânico a corrupção do texto impresso é transmitida em larga escala através das tiragens em série, o que também se aplica aos novos formatos de suporte e transmissão dos textos, como o digital, por exemplo. A partir do que foi exposto neste artigo, o romance *O Seminarista* sofreu muitas alterações e de natureza variada que foram classificadas tomando como base as categorias propostas por Blecua (1983) e analisadas quantitativamente. Esta análise se mostra fundamental para a compreensão das alterações feitas ao texto, em que medida ocorrem, quais as mais e menos frequentes e seu padrão em cada uma das edições. A partir da recensão do texto percebeu-se que as alterações são sistemáticas e não aleatórias como se poderia pensar a princípio, de modo que é possível identificar alguns padrões de alteração, como a omissão de trechos e parágrafos ou ainda a reelaboração dos mesmos. Através da frequência das variantes foi possível delinear uma intencionalidade em reduzir o texto, visto que os casos de omissão chegaram a 49% na edição B. Além disso, percebeu-se a manutenção desse texto abreviado em C, uma vez que as ocorrências de substituição foram substancialmente mais frequentes que as de omissão, totalizando em 69% contra 26%, e as de reelaboração ausente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ALMEIDA, Manoel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Cia Graphico-Editora, 1925.
- AVALLE, D'Arco Silvio. *Principi di critica testuale*. Padova: Antenore, 1972.
- BLECUA, Alberto. *Manual de critica textual*. Madrid: Castalia, 1983.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Ivo. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
- GUIMARÃES, Bernardo. *O seminarista*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

_____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

_____. *Quatro romances*: O ermitão de Muquém; O seminarista; O garimpeiro; O índio Afonso. São Paulo: Martins, 1944.

**GÊNEROS TEXTUAIS
E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUAS
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Carine Camara Bizerra (UNIGRANRIO)
carinecamara@hotmail.com

1. Introdução

É grande a diversidade conceitual em pesquisas alicerçadas por análise dos gêneros textuais (BAKHTIN, 2003; KOCH e ELIAS; 2010; MARCUSCHI, 2003, entre outros), dentre elas destacam-se os autores que proporcionaram a base teórica deste trabalho. Dentre outros aspectos os gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem ganham destaque nas considerações de diversos autores.

Levando em conta o ensino de gêneros textuais nas salas de aula brasileiras, o objetivo deste trabalho é proporcionar uma visão geral sobre o conceito de gêneros textuais e reconhecer sua contribuição no ensino de línguas.

Considerando os gêneros textuais como formas verbais orais e escritas, este estudo trata deste elemento que auxilia a interação do homem na sociedade.

2. Gêneros textuais: conceito

Nossa relação cotidiana com textos nos possibilita a prévia noção de que há textos com formato próprio e propósitos específicos, em outras palavras, têm o que Marcuschi (2008, p. 155) denomina “padrões socio-comunicativos característicos”, definidos por este autor como “composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizadas na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”.

É grande a diversidade conceitual dos gêneros textuais, característica da variedade de correntes. Para Bakhtin (2003), que trata como gêneros do discurso, estes são resultado de um enunciado em “formas-padrão relativamente estáveis”. Visto que falamos e escrevemos por meio de gêneros discursivos, estes são determinados sócio-historicamente. Os gêneros do discurso são dados, segundo Bakhtin (2003, p. 282), “quase da mesma forma com que nos é dada a língua materna, a qual dominamos

livremente até começarmos o estudo de gramática”.

Os gêneros textuais auxiliam o indivíduo a interagir nas práticas sociais e é por meio deles que temos a noção de como nos comportar/agir de forma conveniente nas mais diversas ocasiões. Há de ser levada em conta a escolha que o sujeito faz, e esta é determinada em relação à esfera pela qual o discurso transitará, pelos participantes e pelo conteúdo temático. Bakhtin comenta que o estilo do discurso é definido a partir do conceito que o locutor tem a respeito de seu destinatário. De acordo com Schneuwly (1994 *apud* KOCH e ELIAS, 2010b, p. 61),

Os gêneros podem ser considerados ferramentas, na medida em que um sujeito – o enunciador – age discursivamente numa situação definida – a ação – por uma série de parâmetros, com ajuda de um instrumento semiótico – o gênero.

Diante destas concepções podemos tomar como exemplos de gêneros textuais: a carta, o telefonema, o sermão, a aula expositiva, aulas virtuais, resenha, edital de concurso, horóscopo, receita culinária, bula de remédios, carta eletrônica, conferência e assim por diante.

O que foi tratado inicialmente como “noção prévia” é tratado por Koch e Elias (2010a) como *competência metagenérica*, que para estas autoras é por meio desta competência que o sujeito tem a possibilidade de uma interação, permitindo-o não só diferenciar os diversos gêneros, como também, identificar as práticas sociais que solicitam, o que auxilia na interação de forma conveniente.

É válido ressaltar que os gêneros textuais vão sofrendo modificações em consequência do momento histórico em que estão inseridos, variam, e esta é uma característica importante ao tratar de língua, conforme Luft (2006, p. 62) “cada um sabe a língua, a sua língua, a que ele fala: a seu tempo, da sua região, da sua classe social, e segundo a maneira pessoal de internalizar”. Portanto, a língua é entidade viva e os gêneros textuais, por sua vez, sofrem consequências desta variação, pois, graças à utilização da língua e a infinidade de situações sociocomunicativas também os gêneros serão infinitos. Koch e Elias (2010a, p. 101) confirmam esta consideração quando afirmam que os gêneros “são dinâmicos e sofrem variações na sua constituição, que, em muitas ocasiões, resultam em outros gêneros, novos gêneros”.

É por conta desta diversidade que Bakhtin (2003) denominou “classificações” para os gêneros do discurso, aos quais considera como: *primários*, aqueles utilizados em situações espontâneas, informais e se-

cundários, que são os mais complexos e elaborados, em outras palavras, o que os difere é o nível de complexidade e a maneira que apresentam os enunciados verbais.

A respeito desta “classificação”, Bakhtin acredita que aspectos como: conteúdo temático, plano composicional e estilo devem ser levados em conta. Quanto a estes aspectos, Koch e Elias (2010b) explicam que do ponto de vista da composição de gêneros deve ser considerada a forma de organização, a distribuição das informações e os elementos verbais (cor, padrão gráfico, as ilustrações), do ponto de vista do conteúdo temático acredita-se que este diz respeito ao tema esperado no tipo de produção em destaque, e em se tratando de estilo, refere-se ao tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação.

Há ainda um fenômeno denominado *hibridização* ou *intertextualidade intergêneros*, este é o fenômeno no qual um gênero pode assumir a forma de outro gênero.

Os gêneros textuais são formados por sequências diferenciadas denominadas *tipos textuais*. Marcuschi (2008, p. 154) explica que, “tipo textual designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}” e ainda acrescenta que “caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas”, estas abrangem cerca de cinco características, conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

De modo geral cada sequência tem características próprias:

- Narrativa – apresenta uma sucessão temporal/causal;
- Descritiva – caracterizada pela apresentação de propriedades, qualidades, elementos componentes de uma entidade, sua situação no espaço;
- Expositiva – tem-se a análise ou síntese de representações conceituais numa ordenação lógica;
- Injuntiva – tem como marcas principais os verbos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente, apresenta prescrições de comportamento ou ações sequencialmente ordenadas;
- Argumentativa – apresenta uma ordenação ideológica de argumentos e/ou contra argumentos.

Em linhas gerais os gêneros textuais são considerados enunciados em “forma-padrão relativamente estável” denominados sócio-historicamente e é por meio deles que os indivíduos são capazes de interagir em práticas sociais.

3. Gêneros textuais no ambiente escolar

Neste item, é importante destacar que a educação tem por finalidade a humanização dos indivíduos, segundo Saviani (2003, p. 13), “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta, intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Cabe, portanto, neste estudo relacionado aos gêneros textuais, questionar: Quais são as considerações sobre estes gêneros, que fazem parte do cotidiano, são produzidos de geração em geração e constituem conhecimento já elaborado pela sociedade, propostas no ambiente escolar? Prioritariamente nos PCN, já que foram elaborados com o objetivo de “criar condições, nas escolas, que permitam os nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”.

Marcuschi (2008) acredita que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais têm dificuldade em selecionar os gêneros mais adequados para a produção e para a leitura e ainda afirma que há uma “visão redutora” no que diz respeito à diversidade de produção textual. Esta dificuldade de seleção dos gêneros é oriunda da multiplicidade de gêneros existentes.

Este filósofo da linguagem ainda deixa claro que “há muito mais gêneros na escrita do que na fala” (MARCUSCHI, 2008, p. 207), entretanto, a posição defendida nos PCN é de que a língua falada e a língua escrita “não se opõem de forma dicotômica”, e considera correto este posicionamento.

Marcuschi (2008, p. 209) explica suas considerações sobre os PCN:

Consideram-se apenas os gêneros com realização linguística mais formal e não os mais praticados nas atividades linguísticas cotidianas. Isso não seria ruim se houvesse atenção para um maior número de casos e situações. Além disso, falta noção da gradação de que se fala em outras partes dos PCN. Também é curioso que se tomem gêneros diversos para tratar a produção e compreensão.

Acredita-se, portanto, que há necessidade de avanço nas questões de gênero no âmbito educacional, considerando alguns fatores relevantes para que as inovações sejam realizadas no ambiente escolar, como: o avanço da tecnologia, que também propõe mudança na sociedade no que se refere à língua e, por sua vez, nos gêneros do discurso, podendo tomar como exemplo, a chegada dos *e-mails*, de modo geral, das interações *on-line*, assim como as novas abordagens educativas.

4. Contribuição no ensino de línguas

A proposta dos gêneros em sala de aula é bastante relevante. Exemplo disto é visão de Bakhtin (1979 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 208), que “aponta os gêneros textuais como esquemas de compreensão e facilitação da ação comunicativa interpessoal” e é pertinente considerando que, no âmbito educacional, há um processo mediador entre a vida do indivíduo e a sociedade, não restringindo o aprendizado e uso destes gêneros discursivos a sala de aula, o educando, quando exposto aos gêneros e quando assimila este conhecimento não somente como empírico (já que a capacidade metagenérica facilita a diferenciação dos gêneros), mas diante de um processo pedagógico, como um conhecimento científico. Nas palavras de Facci (2004, p. 234), “a apreensão do concreto nas suas múltiplas determinações requer mediação do abstrato, que é o conhecimento produzido historicamente.” E ainda acrescenta “é através do abstrato que o indivíduo pode conhecer a realidade concreta e transformar essa realidade”

Como manifestações históricas, os gêneros discursivos estão associados à comunicação, portanto, estes são auxiliares no convívio social do homem, propondo-o criar e modificar, e a linguagem e elemento fundamental na interação com o meio, em outras palavras, o ensino de gêneros possibilita o educando além de aprimorar a habilidade de decodificação da língua, compreender, modificar, comunicar e exercer um papel ativo na sociedade em que está inserido.

Portanto, cabe aos docentes fornecer elementos de interesse para o ensino em sala de aula, pois segundo as concepções de Vygotsky discutidas em Facci (2004), o conhecimento deve ser antecipado por uma sensação de sede e, o momento de emoção e interesse deve ser o ponto de partida para todo o trabalho educativo. Orientado por Freud, Vigotski afirma, em sua obra *Psicologia pedagógica: edição comentada* (2003) que o homem age movido pelo princípio da satisfação e pela repulsa do

sofrimento. Por este motivo, nossas instituições educativas devem estar atentas ao currículo, possibilitando ações voltadas para o interesse dos educandos, que permitam a relação de surpresa e do inesperado com as questões trabalhadas em sala de aula.

5. *Considerações finais*

Este trabalho teve como proposta conceituar os gêneros textuais e mencionar contribuição que estes podem trazer no ensino de línguas, tanto língua materna quanto de língua estrangeira, e esta contribuição vai além do aprendizado do código.

Koch e Elias (2010a) consideram que o ensino de leitura/produção textual com base nos gêneros poderá trazer importantes contribuições para a mudança de forma de tratamento da produção textual na escola. Esta grande mudança tem acontecido nas aulas de língua portuguesa, nela está a “chegada” dos gêneros textuais à sala de aula, entretanto, nossos educandos não precisam apenas de características de cada gênero, precisam ter contato direto, precisam ser leitores, experimentar, para que o aprendizado seja efetivo e auxilie na formação integral de nossos alunos.

Faz-se, portanto, necessário, que a escola estimule as crianças, já que é neste ambiente que ela aprimora o contato social com várias pessoas e situações diferentes daquelas vivenciadas no ambiente familiar, é também a escola, responsável por dar subsídios para que a criança desenvolva o ato de pensar e criar, que deve acontecer por meio de recursos pertinentes, num ambiente favorável, com professores que facilitem e criem situações para que seus alunos exercitem estas habilidades e tenham relação com a vida desses seres, favorecendo assim o amadurecimento do educando, a formação individual, social e integral deste indivíduo, bem como seu progresso no raciocínio e criatividade para lidar com as diversas situações que a vida lhes proporcionará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FACCI, Marilda G. Dias. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor refle-*

xivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

KOCH, I. V. & ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010b.

LUFT, C. P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna*. São Paulo: Ática, 1994.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

GRAMATICALIDADE DE PÉ NO CHÃO

Maria Suzett Biembengut Santade
(FIMI, FMPFM e UERJ)
suzett.santade@gmail.com

1. Introdução

Em que momento o ensinar nos ensina? O que aprendemos ao ensinar? Tornamo-nos professores nem sempre por talento inato, como um músico, um artista, um inventor, mas pelas circunstâncias aproximadas. Na estrutura social que temos, ser professor nos permite a profissão que comunga melhor as nossas multi-ocupações: profissional, familiar, social. Outro aspecto para essa opção é que há mais Instituições de educação superior que oferecem Cursos de Licenciatura, em comparação as demais, nas áreas tecnológicas ou de saúde, por exemplo. Por estarem mais próximas de nossas moradas e muitas vezes em período noturno, tornam-se caminhos para realizarmos parte de um sonho, ou de um propósito: ter educação superior.

A realidade da educação brasileira é bastante conhecida: estudantes de educação básica de escolas particulares tendem a completar sua formação nas instituições públicas de educação superior, enquanto os de escolas públicas tendem a completar sua formação nas instituições de educação superior particulares. Uma das razões por essa ocorrência é que as escolas públicas de educação básica perderam significativo recurso, nas últimas décadas, seja para manutenção da estrutura, seja para valorização dos profissionais da educação, enquanto que as universidades públicas mantiveram certos recursos requeridos.

Assim, muitas escolas privadas de educação básica conseguem atender as exigências dos exames de ingresso propostos pelas universidades públicas; em particular, para alguns cursos onde o índice de candidato por vaga é alto, por exemplo, das áreas de saúde e tecnológicas. Mas nem por isso essas instituições, consideradas ‘melhores’ têm conseguido propiciar formação suficiente aos estudantes para atuar profissionalmente. E, as profissões menos valorizadas, como as licenciaturas de professores para a educação básica, de modo geral, o número de inscritos é inferior ao número de vagas.

A estrutura educacional em todos os níveis (da educação básica a Superior) com currículo pautado em muitas disciplinas, tempo insuficien-

te para que sejam aprofundadas e cada uma dessas disciplinas sob a responsabilidade de um professor, dificulta que mudanças significativas se produzam na formação dos estudantes. Além disso, o professor tem pouca ou quase nenhuma disponibilidade para reunir com outros professores de disciplinas afins para organizarem uma proposta que eficientemente traga formação acadêmica. E, com isso, cada vez mais, estudantes sem interesse e sem perceber qualquer necessidade em adquirir esse conhecimento acadêmico, continuam apresentando resultados cada vez mais deficitários nos exames e no mercado de trabalho, quando passam a atuar. E o professor nesse contexto, permanece jogando com suas técnicas e estratégias e, às vezes, é levado a fazer algumas tentativas inovadoras apenas pelo seu virtuosismo.

Não se pode afrontar a evidência que boa parte dos professores procura meios eficazes para que os estudantes aprendam. Os recursos didáticos variam de acordo com o assunto de que pretende tratar, empregando um método que julga adequado para promover aprendizagem. Entretanto, depara-se com a falta de motivação e curiosidade intelectual de muitos estudantes em conhecer e compreender os temas curriculares. Uma razão dessa falta de motivação e curiosidade está na dificuldade dos professores em se prover de recursos didáticos que levem os estudantes a perceber a realidade, interessar pelas questões do meio circundante, expressar propostas, apresentar uma nova criação. Outra razão, em particular, no Brasil, encontra-se nas formas adotadas pelos órgãos governamentais que (de)formam os objetivos da educação formal¹²⁰ ao aludir o assistencialismo fortemente, mesmo que velado.

Outra razão assinalada influi tanto os professores quanto os estudantes, especialmente das escolas públicas de educação básica de comunidade menos favorecida economicamente. E, assim, tornam-se esquecidos. Esquecidos que se esquecem de ser lembrados ou, ainda, que se lembrem de que são esquecidos. Os esquecidos são aqueles que uma sociedade separa dos lembrados e estigmatiza modelos culturais em caminhos que não se cruzam. Talvez, também, são os que se acomodam numa comoção de miséria mental e deixam-se levar pelo percurso de suas vidas e aprendem a seguir por comodismos intelectuais. E, assim, abraçam uma meta repetitiva que deu certo para a camada social dos lembrados e não fazem seus vieses de questionamentos sobre o que está acontecendo em

¹²⁰ Entende-se por educação formal o local apropriado (Escola, Universidade, etc.) cujos processos de ensino e aprendizagem têm tempos, períodos e currículos definidos e profissionais preparados para a função docente.

suas vidas. São filhos de esquecidos que não sabem também que são esquecidos. São esquecidos os professores que professam um ensino monótono porque perderam o entusiasmo por ele e não querem mais se mover diante do descaso do poder em relação à educação. E muitas vezes esses esquecidos escolhem a profissão de educar deseducando-se e instigando o esquecimento daqueles que já vêm esquecidos pela sociedade. E, desse modo, vão se formando multidões de esquecidos que, num êxodo de esquecimento, vão amontoando-se na sociedade (BIEMBENGUT SANTADE, 1998).

Uma mudança possível desse rumo, a despeito da estrutura educacional vigente, encontra-se em nós, professores. Fazendo emergir nossas potencialidades e, em efeito cascata, bailarmos dentro de nossas manifestações, com um projeto realmente educativo, rastrear veredas entre os esquecimentos e, como células multiplicadas a cada instante, favorecer uma massa de bem-lembrados por nós mesmos. E desse projeto, instigar os estudantes a deixar esse estado de serem banalizados e se transmutarem numa toada de liberdade, a se expressarem, até num grau superlativo, suas potencialidades, seus ideais que os dignificam. É nesse entorno, na atitude estética e ética, que podemos aprender a ensinar e ensinar a aprender.

Entendemos que é a interação do professor com seu grupo de estudantes que pode desencadear as necessidades de que a impulsionam agir no sentido de suprir tais necessidades ou chegar a um equilíbrio delas; e dessa interação decorre sua aprendizagem que, por consequência, auxilia em sua formação docente. De maneira geral, as necessidades dependem dos objetivos, dos interesses e das experiências de cada pessoa. Acertar o significado dos elementos, que possam desencadear as necessidades dos estudantes em aprender, desafia a imaginação do professor.

2. Do desenho à gramática cotidiana

Dizer o porquê de interessar-me pela linguagem é falar de minha própria pessoa, de minha escolha profissional e de tudo aquilo que é possível fazer-se para estimular o estudante ao ato de escrever e ao exercício de sua imaginação. Toda pessoa, ao falar, fala de si, rastreando na linguagem suas emoções e sentimentos num contínuo vivenciar o que é sensível. A necessidade de cada um situar-se pela linguagem é prova de sua determinação como ser que vive e pensa. Durante toda a vida sentimos a inquietação pela busca do sentido humano, ao estarmos em face do outro,

humano como nós mesmos. Sobrevieram, então, estas perguntas: Por que estaremos nós aqui? Quem somos? Qual nosso devir na vida?

Como professora de língua portuguesa e de literatura, lembro-me de que, ao iniciar a carreira, fui ter a uma escola no meio de um canavial em pequena cidade no interior do Estado de São Paulo. Escola? — uma casa velha com cavaletes, apoiando tábuas e bancos, mapeando um arquétipo — a sala de aula. Ali estávamos, crianças e eu, no intuito de que estas aprendessem e eu de lhes ensinar a língua francesa, para, enfim, legitimar-se o currículo escolar.

Ao ensinar a língua francesa às crianças, fazia ilustrações a tudo que explanava. A cada vocábulo ensinado na fala e na escrita, eu desenhava utilizando giz colorido ou cartazes elaborados anteriormente em minha casa. No entanto, percebia que as crianças gostavam bem mais quando eu mesma ilustrava a cada nova palavra com meus desenhos na lousa. E assim cada criança desenhava espontaneamente na compreensão do conteúdo novo apresentado em sala de aula. Na diversidade do contexto, descobria, então, por pequenas experiências escolares, a dimensão da complexidade do real. Segundo Morin (1990, p. 244), “o problema da complexidade joga-se em várias frentes, vários terrenos. O pensamento complexo deve preencher várias condições para ser complexo: deve ligar o objecto ao sujeito e ao seu ambiente”. Dentro das condições precárias daquela longínqua escola, eu construí meu método ilustrativo na aplicação do conteúdo programático. Um método que se utiliza do desenho ao ensinar os focos gramaticais da língua materna

A preocupação constante em motivar os estudantes para aquilo que lhes era proposto de acordo com o tempo e o espaço da aprendizagem fez-me sempre questionar o sentido do aprender na escola. Qual escola? Que campo de ação é este? Que sentido a escola constrói ou oferece ao estudante? Como ensinar a língua materna a estudantes do campo? É tarefa necessária ou não? No quase impossível, o que é possível fazer? Essas indagações e inquietudes deixaram-me não sentir mais a linguagem somente como forma de expressão arbitrária por meio de representações abstratas e simbólicas.

No contexto das redações dos estudantes havia, na ambiguidade semântica, toda sua vida e seu entorno, retratando-se aí sua ambiência comunitária. Dessa forma, os estudantes já me ensinavam, em seus trejeitos e jeitos, que o modo de pensar já estava culturalmente incorporado ao seu ser. A linguagem estava impregnada em seus corpos. Desse modo, já

não bastava ficar somente no ensino da linguagem simbólica, pois, o porquê de a sua linguagem ser tão variável também traduzia o aprendizado da oralidade absorvido corporalmente. Mudar o sotaque, ou seja, corrigir simplesmente as infrações gramaticais em face da modalidade-padrão, mudaria também, com certeza, a vida das estudantes. O semântico linguístico deles não fica(va) nos escritos. O todo linguístico estava no seu todo-vida.

Esse rastrear de minha vida em sala de aula em diversos contextos fez-me sentir a diversidade da linguagem na vida da pessoa. Nesse início da carreira docente meus estudos ainda estavam presos à linguística, aplicada a entender os fenômenos linguísticos na oralidade, os quais eram registrados fonograficamente pelos estudantes. Procurei, então, atualizar-me na área da linguagem em cursos de especialização, até chegar ao pós-doutorado, na busca de responder a tais inquietações na prática docente.

Percebi no percurso docente, ao longo de mais de vinte anos de trabalho realizado em outra escola no interior do Estado de São Paulo, que o processo de ensino e aprendizagem de nossa língua sofria e sofre muitas influências da pronúncia de cada região. Notei ao longo dessa experiência que isto constituía um problema. Entretanto, essa mesma experiência me demonstrava que esse problema era contornável. E os estudos da fala e da escrita puderam auxiliar-me na descrição dos fatos fonéticos dos estudantes dessa unidade escolar.

Sabemos que há uma grande variedade de contextos quando os enxergamos sob a ótica de conhecimentos bem ou mal elaborados. Quando recebemos a influência de um contexto bem elaborado, temos o reflexo do mesmo. Situação idêntica ocorre quando o contexto é mal elaborado também em uma língua tanto falada como grafada. Dentro dos moldes convencionais da boa escrita utilizamos, por exemplo, os morfemas pluralizantes, os morfemas marcadores de modo e tempo verbais e número-pessoa etc., legitimando dentro dos sintagmas nominal e verbal as concordâncias. Contudo numa linguagem ‘descuidada’, uma pessoa mesmo sob influência escolar acaba também fazendo inserções, apagamentos, junturas, deslocamentos acentuais, etc. (BIEMBENGUT SANTA-DE, 2002; 2008).

Essa pessoa com influência escolar e com motivação à leitura resgata numa linguagem melhor cuidada oral e principalmente na escrita a língua padrão. Todavia, a pessoa que recebe no seu ambiente sociolin-

guístico as influências de variações dialetais e que tem pouca motivação à leitura, mostra-se nos seus contextos orais alterações fonéticas resultantes de uma variedade não padrão e, ao registrar tais fatos numa linguagem escrita, praticamente transfere para ela os reflexos dessas suas variações linguísticas, fazendo assim uma escrita pseudofonética fora das normas gramaticais.

Como professora no Ensino de Português, fui descobrindo um método lúdico entre a gramática tradicional com suas normas abstratas e a gramaticalidade visual nas salas de aula. Ali, os estudantes e eu desenhávamos (tudo que fosse possível) para se firmarem (ou objetivarem) as técnicas gramaticais numa brincadeira linguística. A gramática sendo ensinada somente com regras prontas, fora do contexto dos estudantes, podia e pode ser simplesmente decorada como um código de obediência sem nenhuma atração linguística. Desse modo, busquei mediar a gramática ‘tradicional’ por uma “alfabetização visual”, exercitando a modalidade padrão em cotejo com a linguagem dialetal dos estudantes. E, a cada dia em sala de aula, motivava-me criar uma “gramática do cotidiano” ou pelo menos próxima a ela, para podermos (eu e os estudantes) entender o ‘jeito coloquial dos estudantes’ de oralizar o pensamento e seu registro escrito tão cheio de criatividade, de valores pessoais.

Percebo que a imagem faz parte da leitura dos estudantes, em especial, com o advento das tecnologias. Assim, com os esquemas visuais os estudantes passavam e passam a observar a gramática desenhada como um exercício de aprimoramento da linguagem que eles já praticam. Isso é, o exercício de esculpir e arquitetar a linguagem por meio das técnicas da língua. Para mim, esta prática é entendida como a “gramática-de-pé-no-chão” (BIEMBENGUT SANTADE, 2001; 2006), porque rompe com a artificialidade e a formalidade das aulas tradicionais de gramática, fazendo que esta seja vista pelos escolares como um jogo.

Sei que falar da linguagem, valendo-me da metalinguagem, acaba esvaziando toda a conotação da própria linguagem. Os múltiplos sentidos da vida não são absorvidos somente por palavras. Sempre é mais fácil lidar com signos reais na representação linguística na análise dos fenômenos na fala e na escrita, do que dar conta de todo o campo de sentido da palavra. A palavra isolada engessa o seu trânsito significativo, pois em cada contexto ela apresenta um sentido novo. Ressalto que atualmente os docentes, despreparados para lidar com a variabilidade da língua, acabam discriminando aquele que mais precisa deles ou simplesmente o abandonam. Muitos estudiosos da linguagem dizem que não é preciso ensinar

gramática às crianças porque elas têm tempo para aprender. Concordo em parte, porém, *até quando devemos compactuar com a linguagem dialetal em grafia pseudofonética? Não estaríamos a excluir as crianças e os jovens já na própria escola regular?* Eis minhas constantes indagações e inquietações!

3. *Dos fins ao começo*

A educação escolar é parte da vivência das pessoas e não se acha delas separada. A cada dia mais, desde crianças nos seus primeiros tempos de vida até as pessoas que já deixaram suas ocupações profissionais buscam na Escola este contínuo viver sob o pretexto em aprender, atualizar, aprimorar conhecimentos. Não obstante, a estrutura educacional designa aspectos formais da educação que, muitas vezes, destitui seu objetivo primordial: propiciar formação acadêmica às pessoas. E as implicações dessa estrutura educacional que, caracteristicamente, derivam a educação acadêmica das pessoas de nossa sociedade, conduz-nos a um dos temas mais discutidos e controvertidos no campo do educacional: o problema da realidade das pessoas que precisam de conhecimento para atuar nos mais diversos meios diante do convencionalismo mantidos há séculos por um conjunto de ‘saberes’ supostamente crível de importância às pessoas a despeito de todas as inovações – das tecnologias aos dos valores culturais e sociais.

A questão fundamental é que estamos sempre nos fazendo — *quando o ensinar nos faz aprender* — acreditamos que há muitos caminhos. Caminhos que se apresentarão quando desejamos ensinar. Ao perceber o cotidiano educacional, os viveres dos estudantes suscitam novos recursos imaginativos que vão sendo sancionados e, assim, surgem outros meios pedagógicos na medida em que dispomos de satisfação para os acontecimentos da docência. Dentro do universo das disciplinas por que somos responsáveis podemos estabelecer meios para ensinar e aprender. Embora a estrutura educacional prima pela uniformidade do saber em cada área, focado em cada disciplina fragmentada, podemos dentro da diversidade ousar no *Endereço-Escola*, encorajando e engajando os estudantes na compreensão dos diversos elementos da diversidade da convivência escolar. Em outras palavras, é a capacidade que o professor aprende para saber a base de experiência, para conseguir mestria e expressar-se no espaço escolar.

A arte de ensinar encontra-se no mais amplo sentido na arte de

aprender a ensinar a cada dia. Aprender com as pessoas que estão ao nosso redor e, numa espécie de troca de saberes, vamos pouco a pouco aqui-latando nossos saberes. Isso pode nos proporcionar todo encantamento por esta profissão – ser professor – que faz parte da vida ordinária das pessoas. E, por assim, ser lembrado, o que implica em estar em constante interação de ser pessoa, torna-se lembrado por si e por outros. Nesse oxímoro “lembrar e esquecer”, vamo-nos transformando. E como diz Orlandi (1996, p. 107), “esquecer é mudar e também não mudar. Assim com lembrar tanto pode ser reproduzido como transformar”. Essas análises nos deverão proporcionar algumas perspectivas dos valores que estes fenômenos encerram e nos permitirão extrair alguns princípios gerais concernentes ao papel desempenhado por nós professores. Acreditamos sempre no endereço da convivência dos saberes — Aula. Uma aprendizagem do humano de um lugar para outro, um encontro de gente com gente no aprender o que é o humano, parafraseando Novaski (1996). Enfim, sem as (in)certezas metodológicas, minhas indagações iniciais não se encerram aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIEMBENGUT SANTADE, Maria Suzett. *Oralidade e escrita dos esquecidos numa gramaticalidade visual*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1998.

_____. *Gramaticalidade*. Campinas: Átomo&Alínea, 2001.

_____. *Apreciações semânticas de relatos de aprendizagens*. Tese de Doutorado. UNIMEP-Piracicaba, 2002.

_____. A palavra e o desenho: uma interação da semântica e da semiótica na aprendizagem da língua. Pesquisa de Pós-Doutoramento realizada no Instituto de Letras da UERJ-Rio de Janeiro sob supervisão de Darcília Simões, 2006.

_____. *Semântica e experiência humana: o encontro de linguagem na educação básica*. Rio de Janeiro: T.Mais.Oito, 2008.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo-I: neurose*. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.

NOVASKI, Augusto João Crema. Sala de aula: uma aprendizagem do humano. In: MORAIS, Regis de (Org.). *Sala de aula: que espaço é esse?*

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

10. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

**IDEIAS ANTILIBERAIS RESGATADAS
NO PERIÓDICO BAIANO O CORREIO MERCANTIL**

Alaine Priscila de Matos Espínola (UNEB/PIBIC)
naneespinola@hotmail.com

Ana Carolina Nascimento de Jesus (UNEB/PIBIC)
annakarol30@hotmail.com

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB)
conceicaooreis@terra.com.br

1. Introdução

O século XIX foi caracterizado como um período de pacificação política para o Brasil como também pode ser considerado o período em que logrou alguns avanços. O país ainda estava condicionado aos interesses de Portugal, mas a estrutura e mentalidade da colônia já não era a mesma. Muitas foram as suas transformações: desde a mudança da capital da colônia até a chegada da imprensa com a vinda da família real para o Rio de Janeiro. No panorama local, mesmo não sendo mais a capital da colônia, a Bahia influía muito nas questões políticas, atuando como palco das principais lutas antilusitanas¹²¹ e para tornar o Brasil uma república.

As transformações políticas e econômicas que marcaram este período, bem como outras informações importantes para a compreensão da mentalidade da sociedade imperial estão nos textos veiculados nos periódicos baianos. A recuperação destes textos, a partir do labor filológico, é de suma relevância para a compreensão dos fatos políticos e socioculturais que ocorreram e contribuíram para a formação do modelo político-social de hoje.

Pretende-se, com a presente comunicação, apresentar alguns aspectos da história da Bahia a partir da leitura do jornal *Correio Mercantil* e discutir, com base no Projeto de Pesquisa *Edição e estudos de textos literários e não literários publicados em periódicos baianos*, coordenado pela professora Doutora Maria da Conceição Reis Teixeira, a importância da filologia textual para o resgate de documentos históricos, retirando-os dos acervos e preparando edições para que possa disponibilizá-los para a sociedade.

¹²¹ Entendem-se aqui por lutas antilusitanas as mobilizações promovidas por nacionais contra os portugueses. O antilusitanismo nasce do descontentamento dos nascidos na colônia que lutavam por necessidades básicas. Saqueavam, depredavam e matavam portugueses nas grandes cidades brasileiras.

2. O projeto

O projeto de pesquisa Edição e Estudos de Textos Literários e Não Literários Publicados em Periódicos Baianos tem como um de seus objetivos recolher e editar textos publicados em periódicos baianos do século XIX, sejam eles de quaisquer gêneros textuais. Acredita-se que o trabalho de resgate dos textos veiculados nos periódicos poderá contribuir para a compreensão da mentalidade da época em que foram lavrados, especialmente preservando a memória cultural, histórica, linguística e literária da história da Bahia e, conseqüentemente, do Brasil.

Como afirma Teixeira (2010, p. 816), os documentos dos arquivos permitem avivar os fatos, acontecimentos, todavia para que isto aconteça é necessário adentrar nos “sótãos dos fatos”. Hoje, adentrar nos “sótãos dos fatos” da Bahia é entrar em um ambiente despreparado para guardar o seu patrimônio histórico e espiritual. No mesmo artigo, ela denuncia:

Fato é que os documentos armazenados nas estantes dos arquivos, com raríssimas exceções, agonizam e morrem lenta e silenciosamente. Acredito que é necessário pensar numa política de preservação e em conservação preventiva. É necessário também que as ações empreendidas sejam, de fato, efetivas e bem direcionadas. (TEIXEIRA, 2010, p. 816)

A primeira meta de trabalho como bolsista de iniciação científica foi localizar os exemplares do *Correio Mercantil*. Para tanto, se realizou visitas aos acervos públicos onde poderiam ser localizados. Chegou-se ao acervo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central do Estado da Bahia. Após a localização dos mesmos, procedeu-se a digitalização da coleção correspondente aos anos de 1836, 1838, 1839, 1840, para evitar o contato direto e prolongado com material, evitando, portanto, contribuir ainda mais para avançar a sua destruição.

A leitura e transcrição dos textos objeto da pesquisa dão-se a partir da leitura dos fac-símiles produzidos com o auxílio de uma máquina fotográfica digital Sony Cyber-shot DSC-W320 14.1 megapixels. Procedeu-se inicialmente uma leitura dinâmica, localiza-se o texto e, em seguida, transcreve-os, conforme os critérios estabelecidos.

No desenvolvimento da pesquisa, seguiram-se os seguintes procedimentos: 1. Descrição de todos os testemunhos; 2. Transcrição linha por linha dos textos a serem editados; 3. Levantamento do material bibliográfico existentes sobre o tema em questão e; 4. Elaboração de índices com informações bibliográficas do conteúdo dos textos transcritos.

É um trabalho minucioso tanto na transcrição como no contato com os originais. É necessário o uso de luvas, máscaras e manusear o documento com cautela e leveza, dado o seu estado de conservação, conforme atestam as imagens a seguir, da **figura 1** e da **figura 2**.



Figura 1: Correio Mercantil, 1836

Apesar das dificuldades encontradas para a realização do trabalho de recolha dos textos em função do estado de conservação dos periódicos, os resultados de um estudo filológico são sempre positivos. Positivo porque o estudo textual abrange muitos aspectos, desde o resgate histórico ao conhecimento da linguagem do português do século XIX. Um dos resultados deste primeiro contato com documentos do século XIX é o resgate de alguns textos que permitem compreender aspectos do contexto político da história da Bahia, especialmente os conflitos entre movimentos sociais, prisões e rebeliões referentes a lutas pela independência do Brasil e para torná-lo uma república.



Figura 2: Correio Mercantil, 1850

3. Resgate de textos no periódico baiano *Correio Mercantil*

O *Correio Mercantil* foi um importante jornal que circulou em todo o Brasil durante o século XIX. Na década de 1840 era a voz liberal do Império. Já na década de 1860 representava, devido a problemas financeiros, um jornal altamente conservador. A versão do Rio de Janeiro contava como colaboradores nomes, como o de Machado de Assis, de José de Alencar e de Manuel Antônio de Almeida.

Na Bahia, fundado em 1833, o *Correio Mercantil* nasce com um caráter conservador, aliado ao Império e aos comerciantes de escravos. Até o início de 1840 foi dirigido por João Antônio de Sampaio Vianna que deu lugar, em 1839, a seu irmão Luiz Antônio de Sampaio Vianna assumir a sua direção.

O formato do *Correio Mercantil* é disposto em quatro páginas, sendo mais da metade do jornal destinada ao comércio escravocrata e a defesa de sua legalidade. Na primeira página do *Correio Mercantil* encontra-se a *PARTE OFFICIAL* seguido pela seção *RIO DE JANEIRO, BAHIA, INTERIOR e/ou EXTERIOR*. A sequência das seções seguia uma ordem hierárquica. Primeiro salda-se ao Império, as notícias consideradas importantes para os seus redatores, em seguida as notícias do Rio de Janeiro e, por fim, as informações da Bahia e demais cidades do interior.

Na seção *PARTE OFFICIAL*, relatavam-se os fatos oficiais do Império, desde editais de convocação de juizes e a chegada de desembarcadores até casamentos daqueles pertencentes à elite, bem como o que acontecia em Portugal. Na seção *BAHIA e/ou INTERIOR*, encontravam-se estampados denúncias, lista de funcionários públicos, lista de ganhadores da loteria e também, a vinda de prisioneiros para a Bahia, bem como correspondências de aliados e/ou respostas a cartas de leitores. O *Correio Mercantil* também comportava as seções de *COMPRA, LEI- LÕES e VENDAS*, conforme ilustra o exemplo a seguir.

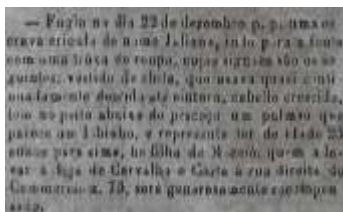


Figura 3:

Correio Mercantil, 5 de janeiro de 1844

Fugio no dia 22 de dezembro p. p. uma escrava crioula de nome Julian[a], indo p[á]R[ua] a fon[t]e com uma trôxa de roupa, cujos s[ig]naes são os seguintes: vestido de chita, que usava quase [co]ntinuadamente desendo até cintura, cabelo crescido, tem no peito abaixo do pescoço um palmão que parece um lombinho, e representa ter de idade 25 annos para cima, he filha de Maceió; quem a levar á loja de Carvalho e Co[s]ta á rua direita do Commercio n. 73, será generosamente recompensado.

3.1. Ideias antiliberais resgatadas no periódico baiano *Correio Mercantil*

Neste tópico objetiva-se identificar, através de alguns textos publicados no periódico *Correio Mercantil*, ideias de como a classe detentora de riquezas agia contra as forças “rebelde”. As forças ditas “rebelde”, em verdade, eram as populações injustiçadas, mestiços e escravos que começa a organizar-se e almejar melhorias sociais.

Observa-se que, a partir de 1839, o *Correio Mercantil* passa a publicar notícias de mobilizações contra o Império. Ele publicava notícias de rebeliões, roubos, assassinatos contra o Império para, depois, expor a derrota dessa população descontente em suas páginas. O fracasso das pessoas que desafiavam Portugal era posto, como exemplo, daqueles que infligiam às leis. Como exemplo deste fato transcreve-se do *Correio Mercantil* em 10 de setembro de 1836:

A força rebelde, que sitiava esta cidade comandada pelos Major Lima, Netto, e Crescencio, desanimada de obter qualquer resultado favorável á sua infame causa, retirou-se sobre o Rio S. Gonçalo. Consta que Netto passara com parte da Cavallaria no Passo dos Canudos, e Crescencio com o resto no Passo dos Negros. A Infantaria ficava com a Artilheria guarneccendo o Rio. Dizem os facciosos que vão com a Cavallaria bater a Brigada do Coronel Bonifácio Calderon. Talvez o seo fado os conduza a receber a recompensa de suas atrocidades. (*CORREIO MERCANTIL*, 1836, p. 2)

Outro exemplo de exposição da força rebelde, data de 15 de fevereiro de 1839:

CORREIO MERCANTIL.

Satisfazemos hoje ao que promettemos aos nossos leitores, sobre a sessão do Jury, que vem de findar.

Relação dos reos, julgados na 1. sessão do Jury aberta em 22 de Janeiro de 1839.

Dia 23.

Manoel Pereira da Silva, que servio durante a rebellião, de Ajudante do Intendente da Marinha, e Inspector do Ar[s]enal – Condemnado em um mez de prisão, e muleta correspondente ao dobro dos vencimentos que percebeo.

Dia 24.

O Bacharel Fernando Francisco Liberato de Matos, por ter servido de Juiz de Direito com os rebeldes; e Domingos da Rocha Mussurunga, Professor a Cadeira de Musica, por ter ficado na Cidade, e composto hymnos – Absolvidos pelo Jury de sentença.

O Jury d'accusação não achou matéria para esta, contra os indivíduos, que

durante a rebelião servirão na Intendência e Arsenal da Marina.

Dia 25.

José Duarte da Silva, por servir na rebelião d'oficial Maior da Secretaria da Justiça e Absolvido pelo Jury de julgação. [...]

O texto transcrito, a seguir, ilustra a intenção do periódico em retomar a estrutura social ordenada e coordenada pela metrópole. Os redatores do *Correio Mercantil* justificam a conservação do Brasil colonial por meio de uma constatação:

Quando os Estados Unidos firmarão sua Independencia, e fizerão reconhecer pelos Inglezes a conquista de seo sangue, cuidou-se de obter um tratado commercial com a antiga Metropoli. – O antigo Commercio, os costumes que elle havia enrisado – o parentesco das nações, a identidade da língua dos dous povos, arrastarão os negociadores á darem consideráveis vantagens ao Commercio Inglez. – [...] (CORREIO MERCATIL, 1836, p. 02)

Observa-se a tentativa de persuadir o povo baiano diminuindo-os. Ou seja, a independência e distanciamento com a antiga metrópole impulsionam perdas culturais e comerciais. Nenhum negociador preferirá a antiga colônia ao país colonizador. Pela constatação do *Correio Mercantil*, os nascidos na colônia perderão a identidade portuguesa, a língua será modificada, seus costumes e tradições.

Quando a justiça liberava os suspeitos de participarem dessas rebeliões, os redatores do referido jornal escreviam sua indignação através de comunicados extensos, enfatizando a impunidade no país.

[...] Qual he o paiz, em que as leis garantindo as vidas e as propriedades dos cidadãos, são estes o brinco do assassino, do ladrão, e do malvado, que dispõe de seos bens, e em ultimo caso lança fogo ao que não pôde mais desfructar?

Na Bahia.

Qual e o paiz em que o rebelde, o homem [q]ue violou as leis e os juramentos prestados para com a associação em que vive, conspirando contra Ella, contra o seo Im[p]erador, maando seos compatriotas, rindo-se da miseria publica, [...] por fim de contas, com alguns mezes e prizão, sahe gordo, nédio, soberbo, e empavezado, como qu[e] insultando à quantos forão fieis aos seos deveres, expondo suas vidas, e fortunas para derrubar uma ficção anarchica e desorganisadora?

Na Bahia. (CORREIO MERCATIL, 17 de fevereiro de 1839, p. 01)

A transcrição a seguir, mais uma vez, mostra o comprometimento dos redatores do periódico em difundir a ordem social:

[...] dirige actualmente o timão provincial, nos vossos Escolhidos, nas autoridades, em geral, e na grande massa de cidadãos amigos da ordem e deixai, que

os *agitadores* apareção em ca[m]pó, pois será essa talvez a hora de nossa perpetua salvação[!] Haja união, e exerça cada um quanto lhe cumpre, que assim transtornaremos sempre os horrendos projectos da cruenta demagogia!

Parece que os redatores do *Correio Mercantil* se empenhavam em difundir ideais antiliberais, utilizando-se para tanto do expediente de publicar em suas páginas as punições a que eram submetidos aqueles que se posicionavam contra a estrutura imperial. Observa-se ainda um número significativo de textos nos quais é possível entrever um teor persuasivo, na tentativa de convencer a população de modo geral de que os “rebel-des”, que lutavam em prol de ver o país uma república e livre da dominação portuguesa, eram nocivos, constituíam um perigo para as pessoas “de bem”.

4. Considerações finais

Os fragmentos de textos transcritos e as considerações apresentadas dão uma pequena mostra dos textos recolhidos das coleções de 1836, 1838, 1839, 1840 do *Correio Mercantil* pertencente ao acervo da Biblioteca Pública Central do Estado da Bahia.

O trabalho teve início em junho de 2010, portanto, está em fase inicial. Apesar disso, já apresenta resultados consideráveis, tornando público textos desconhecidos. Cabe lembrar, a importância da filologia textual para o resgate de textos veiculados em periódicos baianos do século XIX, sobretudo, quando esta se volta para recuperar memórias que a historiografia desconhece, as quais retratam a realidade do período colonial.

A investigação em periódicos raros é um recurso que permite olhar as diversas faces da história. E, conforme afirma Santos (2006, p. 37), a “Filologia estuda a língua, a literatura e a cultura representadas através de documentos e textos legados por uma determinada civilização. Assim, explora os mais variados aspectos do texto.” Nesta mesma direção, Queiroz (2006, p. 3) assevera que a partir do trabalho filológico

[...] descortina aspectos históricos, narra fatos do cotidiano, demarca estruturas linguísticas e fazeres literários, já que busca o entendimento dos textos, lançando as luzes possíveis: corrigindo aqueles deturpados pelos copistas, restaurando, integrando ou reintegrando o fragmentário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SOUZA, Railda Silva. Edição Semidiplomática de inventários baianos do início do século XX: uma fonte de pesquisa linguística. In: XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010, Bahia. *Anais*, p. 544-547.

SANTOS, Rosa Borges dos. A filologia textual e a linguística. *Cadernos do CNLF*, v. 10, n. 9. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006. p. 37-5

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. O trabalho filológico: os acervos documentais. *Scripta Philologica*, v. 5, p. 161-173, 2009.

_____. Conservação e preservação dos acervos documentais baianos. In: XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2010, Rio de Janeiro. *Cadernos do XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro, 2010. p. 1-12.

_____. A filologia textual: o revelar de aspectos da história. *Cadernos do CNLF*, n. 11. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008.

INFLUÊNCIAS TERMINOLÓGICAS
DA CULTURA IORUBÁ NA LÍNGUA PORTUGUESA

José Geraldo da Rocha (Unigranrio)
rochageraldo@hotmail.com
Cleonice Puggian (Unigranrio)

O empréstimo linguístico é um fenômeno sociolinguístico normal e frequente. Resulta do contato de línguas. Durante esse contato, ocorre habitualmente uma troca bilateral entre falantes que usam línguas diferentes. Os termos originais das línguas africanas, atestados no léxico do português no Brasil, testemunham esse contato e dependem dele (BONVINI)

A sociedade brasileira é marcada pela diversidade cultural e linguística em função do seu processo de formação. A cultura europeia se sobrepôs às demais culturas disseminando uma linguagem que relegou ao segundo plano as línguas das culturas indígenas e africanas.

O presente artigo busca demonstrar que a força das culturas africanas no tocante à linguagem conseguiu influenciar a língua portuguesa no país, ao ponto de inserir para além da informalidade um enorme quantitativo de termos, que vão se expressar, sobretudo as riquezas e contribuições linguísticas africanas no modo de falar no Brasil.

A pesquisa sobre africanismos ganha um novo impulso nesse século. Por um lado aumenta o número de termos de origem africana registrados, por outro, os estudos passam a focalizar a diversidade do uso regional desses vocábulos. De pouco mais de uma centena de itens lexicais, registrado no século XIX, passa-se a mais de 300 na primeira metade do século XX, ultrapassando 2000 itens nos dicionários especializados, publicados no final do século XX. (ALKMIM & PETTER, 2009, p. 150)

Com a chegada dos negros no Brasil, durante o período colonial, deu-se início, nessas terras, uma confluência de línguas e linguagens em virtude das diferenças linguísticas existentes entre as tribos africanas, os colonizadores portugueses e as múltiplas línguas indígenas já existentes por aqui. A presença das línguas e culturas de matrizes africanas no processo de construção da sociedade brasileira, desde o período colonial, marcou de forma definitiva a língua portuguesa. Dentre os inúmeros grupos linguísticos africanos aqui chegados, os iorubás¹²² foram os que mais

¹²² Podemos ler no trabalho de Yeda Castro ao tratar das línguas africanas e suas influências na língua portuguesa: "O iorubá é uma língua única, constituída por um grupo de falares regionais

influenciaram do ponto de vista terminológico a língua do colonizador português. Embora, tais termos apareçam no cotidiano, nem sempre os mesmos são identificados como legado dos povos de origem africana.

A problemática da relação entre as línguas africanas e o português do Brasil, no século XX, colocou-se desde os anos 30. Desde o começo buscou-se evidenciar a participação daquelas na constituição da variante brasileira do português. Esse debate desenvolveu-se em dois planos independentes, o linguístico e o ideológico, prolongando assim as preocupações nascidas por ocasião da independência do Brasil em 1822. (BONVINNI, 2009, p. 16)

Como podemos observar, do ponto de vista linguístico e ideológico, muitos problemas ainda persistem no que diz respeito a inserção programática das contribuições das línguas africanas no português ensinado no país. Uma noção diferente, entretanto, pode ser percebida quando evocamos a cotidianidade das influências africanas na língua portuguesa no Brasil.

É muito comum, em várias regiões do país, após o almoço tirar um "cochilo". O termo vem das línguas africanas e foi apropriado pela língua portuguesa. Cochilar significa dormir um pouco. É uma pequena fração de tempo utilizada como momento de repor as energias do corpo cansado, da fadiga do trabalho. Na perspectiva da apropriação dos termos africanos na língua portuguesa, a culinária brasileira é um lugar onde uma vasta terminologia acabou se configurando prática cotidiana. A carne que era salgada e secada ao sol no período colonial a qual os negros chamavam "jabá" passou a fazer parte da culinária brasileira.

Em algumas regiões do país os termos do iorubá são mais explicitados, em função de algumas práticas socioculturais e religiosas que garantiram sua maior propagação. Na Bahia, por exemplo, em virtude das religiões de matrizes africanas utilizarem muitos desses vocábulos, tornou-se corriqueiro no dia a dia da população presenciarmos tais terminologias. Quase todas as pessoas que visitam Salvador querem conhecer e experimentar o "acarajé" do tabuleiro da baiana. O acarajé é um termo utilizado para designar uma comida tipicamente baiana. Trata-se de um alimento, uma especialidade gastronômica da culinária afro-brasileira. É preparado a partir de uma massa de feijão-fradinho cozido, misturado

concentra- dos no sudoeste da Nigéria (ijexá, oió, ifé, ondô, etc.) e no antigo Reino de Queto (Ketu), hoje, no Benim, onde é chamada de *ragô*, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil. Já *oævebn* é um conjunto de línguas (mina, ewe, gun, fon, mahi) muito parecidas e faladas em territórios de Gana, Togo e Benim. Entre elas, a língua fon, numericamente majoritária na região, é falada pelos fons ou daomeanos, concentrados geograficamente no planalto central de Abomé, capital do antigo Reino do Daomé, no Benim atual."

com cebola e temperado com sal. Esse bolo de feijão é frito em azeite-de-dendê e depois servido. No caso da Bahia, muitas vezes, o acarajé é comercializado nos tabuleiros que as baianas utilizam em vários pontos de vendas pela cidade.

No contexto da efervescência das lutas e organizações de valorização da negritude, a palavra “axé” vai ocupar um lugar de destaque na língua portuguesa, dada a sua significação. O termo extrapola seu alcance no âmbito das religiões e passa a ser compreendido e assimilado na língua portuguesa como a energia irradiante, contaminadora que nasce das ações e práticas dos negros. Na música negra, na Bahia, axé, por exemplo, vai significar um ritmo cantado e dançado pelas multidões. Seguindo o raciocínio do contágio pela energia denominada axé, é de arrepiar quando passa desfilando os Filhos de Gandy.

Uma das coisas que mais me marcaram na minha visita à Salvador foi o momento do desfile dos Filhos de Gandy. Não sei explicar, não tenho palavras para dizer o que senti, sei que era uma energia contagiante. Muito me emocionou aquele grupo, aquele toque de agogô marcado. Todos de branco e as pessoas reverenciavam quando eles passavam. Coisa muito linda. Vou guardar para sempre aqueles momentos. (Juarez, 46 anos)

Nas relações familiares três palavras que muito aparecem, demarcando a influência da cultura africana na língua portuguesa. O termo moleque é empregado para designar criança pequena. É comum também o seu uso quando algumas crianças se comportam de maneira que entendemos inadequada. Nesse caso o termo comporta uma dose de pejoratividade e pode ser inclusive ser usado para referir-se a gente grande, que se comporta como criança, sem responsabilidades ou de forma desavergonhada.

Ainda nas relações familiares, ao referir-se a alguém que está meio tristonho, fazer um “chamego, um cafuné” é uma prática social que restabelece o ser. Trata-se de um modo carinhoso de cuidar. Nas relações sociais, o chamego é empregado como terminologia que encerra galanteios e conquistas. Ficar de chamego com alguém é o mesmo que deixar aflorar um “bem querer”. [*Mariazinha de chamego com Tão, tome cuidado isso vai dar confusão*]. O verso da música demonstra um “bem querer” entre Mariazinha e Tão, que por algum motivo trata-se de um relacionamento proibido. O bem querer cultivado através do chamego vai transformar a pessoa em um verdadeiro xodó. O xodó torna-se uma preciosidade, “objeto” de zelo, de cuidado e de mimo.

As marcas da língua iorubá no Brasil vão ser explicitadas de forma mais veemente no linguajar utilizado no universo religioso dos terreiros.

Subjacente a esse processo, é notável o desempenho sociolinguístico de uma geração de lideranças afro-religiosas que sobreviveu a toda sorte de perseguições e é detentora de uma linguagem litúrgica de base africana, cujo conhecimento é veículo de integração e ascensão na hierarquia socioreligiosa do grupo, porque nela se acha guardada a noção maior de segredo dos cultos. Essa língua-de-santo é a fonte atual dos aportes lexicais africanos no português do Brasil, e a *música* popular brasileira é, hoje, o seu principal meio de divulgação, em razão de muitos dos seus compositores serem membros de comunidades afro-religiosas, como o foi Vinicius de Moraes e, atualmente, Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros de igual grandeza, entre os quais os compositores de blocos afros e afoxés da Bahia. Exemplo relevante é a palavra *axé* (de étimo fon/iorubá), os fundamentos sagrados de cada terreiro, sua força mágica, usada como termo votivo equivalente a “assim seja”, da liturgia cristã ou então “boa-sorte”, que terminou incorporada ao português do Brasil para denominar um estilo de música de sucesso internacional, tipo “world-music”, produzida na Bahia e conhecida por todos como “axémusic”.

(CASTRO, <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas>)

As marcas da língua iorubá no campo religioso são responsáveis diretas pela compreensão terminológica das divindades presentes nas religiões de matrizes africanas. O panteão dos Orixás atesta nossa afirmação. Os nomes das divindades permaneceram com a grafia da língua africana até os dias atuais, ainda que em determinadas situações alguns nomes foram aportuguesados. Chama-nos a atenção para o nome Oxalá. Oxalá é o nome de um orixá cultuado nos terreiros, cujo dia em que se celebra é a sexta feira, razão pela qual muito utilizam a cor branca em suas roupas nesse dia. Entretanto no cotidiano da língua portuguesa, oxalá, tornou-se uma expressão cujo significado é “queira Deus” “Permita oh Deus”

A reflexão teológica decorrente desta experiência – a Teologia Negra – num mesmo instante que já é realidade é também um desafio que a cada dia evoca uma abertura ao Espírito de Deus e às realidades da vida de fé da comunidade negra. Oxalá posamos obter a graça dessa dupla abertura. (ROCHA, 1998: p.212)

Algumas formas de falares que podemos encontrar em diversos recantos de nosso país são expressões do quanto as culturas linguísticas de matrizes africanas demarcaram a vida cotidiana do povo brasileiro.

Do ponto de vista da morfologia e da sintaxe, na língua iorubá, a composição do plural dos substantivos se dá pela flexão dos artigos que os precedem. Enquanto na língua portuguesa se constrói o plural flexionando os substantivos, na estrutura da língua iorubá, isso se faz apenas

com os artigos. Exemplificando: Na língua portuguesa, a construção do plural de: “a casa” fica “as casas”. Já na língua iorubá, tal construção, flexionando apenas o artigo fica: “as casa”.

Nas línguas iorubá e banto não se utiliza consoantes na pronúncia das palavras, quando essas estão no final da palavra. Na língua portuguesa tais consoantes fazem parte da regra gramatical. Ao afirmar essa configuração linguística, vamos encontrar na pronúncia brasileira as palavras terminando com as vogais. Ex.: *cantá*, quando deveria, segundo a língua portuguesa ser *cantar*; *comê*, ao invés de *comer*; *pulá*, em se tratando de *pular*. Essa tendência está relacionada à estrutura silábica da língua iorubá.

Outra particularidade interessante é a questão dos encontros consonantais. Esses são comuns na estrutura da língua portuguesa inexistem na língua iorubá. É comum no falar cotidiano encontrarmos as palavras com tais encontros consonantais sendo desfeitos com a inserção de uma vogal entre as consoantes. Aqui o exemplo clássico é a palavra salvar, que em função do desdobramento das consoantes L V é acrescido a vogal A, precedida de R, resultando na palavra SARAVA. Algo muito parecido acontece com a palavra flor. As letras F e L vão receber a vogal U entre si o que resulta na palavra FULÔ, sem o R final em função do que explicamos acima.

Como consideração final, queremos realçar que no modo de falar do povo brasileiro, muitos termos compreendidos como “falta de cultura” na verdade estão associados às origens africanas não assimiladas em função da dominação cultural e linguística dos colonizadores, que impuseram a língua portuguesa em todo o território nacional, tornando-a língua oficial a ser ensinada nas escolas. Com isso as referências ligadas à africanidade linguística caíram na obscuridade gramatical no processo educacional. Quiçá com a efervescência dos movimentos pelo respeito à diversidade, a valorização das identidades e particularidades dos povos, tal riqueza linguística possa ser mais explicitada nas relações com a língua portuguesa no país.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALKMIM, Tania; PETTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e hoje. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.

BENISTES, José. *Mitos Yorubas*. O outro lado do conhecimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BONVINNI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Influência das línguas africanas no português brasileiro. Disponível em:
www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas)

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ROCHA, José Geraldo da. *Teologia e negritude: um estudo sobre os agentes de pastoral negros*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

INTERNET, HIPERTEXTO E GÊNEROS DIGITAIS: NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO

Elaine Vasquez Ferreira de Araujo (UNIGRANRIO)
elainevasquez@ig.com.br

1. Introdução

A rede mundial tem permitido novas práticas de leitura e escrita, antes apenas feitas por meio do papel. Entretanto, os ambientes virtuais possibilitam não apenas interação com textos escritos, esta nova linguagem digital inclui também a habilidade de construir sentido em textos multimodais, ou seja, que mesclam palavras, imagens e sons em um mesmo espaço.

Os avanços na vida moderna fazem com que os cidadãos tenham a necessidade de aprender a lidar com o computador e com a Internet, que por sua vez fornece inúmeras ferramentas para a produção de escrita, como os blogs, salas de bate-papo, correio eletrônico, MSN e outros. Também se podem realizar pesquisas, acessar textos em diversos idiomas, interagir com outras pessoas por meio de redes sociais, e-mail, fórum, lista de discussão, blog etc.

Estes variados tipos de textos exigem novos gêneros textuais, pois possuem características próprias (MARCUSCHI & XAVIER, 2004). Para Marcuschi (2005), todos os textos se manifestam em algum gênero textual e são reflexos do ambiente que na qual são produzidos. Desta forma, para o autor as comunicações realizadas por meio destes gêneros textuais existentes no ambiente virtual, também podem ser chamadas de gêneros digitais.

Na primeira parte do trabalho serão tratados os conceitos de hipertexto e gêneros digitais, juntamente com uma discussão a respeito da importância do ambiente virtual hoje para a sociedade. Em seguida, será discutido como a Internet vem colaborando com novos gêneros.

2. Textos Eletrônicos na Internet

Atualmente, um dos assuntos mais discutidos pelos sociólogos são as mudanças que a sociedade vem sofrendo por meio dos avanços tecnológicos (WERTHEIN, 2000; CASTELLS, 1999). A relação de depen-

dência e necessidade com as tecnologias faz com que as pessoas busquem estes avanços como uma espécie de sobrevivência nesta sociedade. Castells (1999) considera que as redes interativas de computadores estão crescendo, criando novas formas de canais de comunicação e moldando a sociedade.

De acordo com Leffa (2001), a sociedade globalizada em que vivemos permite a comunicação entre pessoas em diversos lugares do mundo. Há a necessidade de novos conhecimentos, novas formas de interagir e novas maneiras de se relacionar. Cada vez mais o predomínio da voz e gestos de comunicação vem dando lugar à Internet e suas ferramentas de interação.

Segundo Ferreira e Frade (2010), os computadores surgiram na esfera militar, porém a comercialização de computadores pessoais na década de 70 popularizou o dispositivo eletrônico. A partir daí, os computadores passaram a fazer parte da sociedade, incorporando estruturas de editoração, telecomunicação, entretenimento e assumindo uma postura mais interativa com os seus usuários.

Assim como qualquer outro texto, de acordo com Novais (2010), os textos eletrônicos possuem principalmente no leitor o grande sentido da leitura. As experiências e expectativas do leitor passam a serem os grandes produtores de sentido de um texto. Portanto, são os leitores que devem definir quais estratégias utilizarão para entender e como dar sentido aos textos que estão obtendo por meio dos dispositivos eletrônicos.

A internet possibilita novas maneiras de produção e novas formas de circulação de discursos, além de diferentes formas de aprender, ensinar, se comunicar, ou seja, novas formas de ver o mundo. Sendo assim, muito tem sido discutido a respeito das práticas discursivas mediadas pelo computador, especialmente pela internet (MARCUSCHI E XAVIER, 2004; MARCUSCHI, 2005; FERREIRA E FRADE, 2010; SILVA, 2010; VILELLA, 2010).

Por meio da rede mundial, é possível contato com diferentes tipos de textos, como textos acadêmicos, salas de bate-papo, correio eletrônico, blogs, fóruns etc. É comum o uso de abreviações e termos próprios, quase como outra linguagem, chamada por alguns autores como Internetês (BISOGNIN, 2009, BEZERRA, 2010). Consequentemente, estes variados tipos de textos exigem novos gêneros textuais, pois possuem características particulares.

3. *Hipertextos*

Levando-se em consideração o discurso de informação midiática nos dias atuais, é importante destacar o papel do hipertexto. Segundo Barreto Lé (2010), o termo hipertexto surgiu no meado dos anos 60 e tinha como principal definição a ideia de leitura não linear dentro de um ambiente da informática. Porém, apenas a partir de ano de 90 as áreas da linguística e da comunicação passaram a discutir o modo de como a informação se apresenta no ambiente virtual.

O hipertexto permite subdividir um texto em trechos coerentes e relativamente curtos. Também permite fazer referência a outras partes do texto ou a outros textos, totalmente independentes. Desta forma há uma característica própria de leitura e passa a ideia de “*navegação*”. Passa a ser um novo espaço de escrita, de modo eletrônico, que permite que o texto se ordene de forma variada. São as presenças dos *links* que permitem a conexão e a ordenação dos textos. Conseqüentemente, o leitor, por meios dos *links*, pode criar a sua própria ordem de leitura, criando o seu caminho para a construção do sentido e definindo quais temas deseja acessar. Desta forma, o hipertexto passa a constituir um ambiente de estratégias de mapeamento de sentidos.

De acordo com Marcuschi (2001, p. 83), um hipertexto “consiste numa rede de múltiplos segmentos textuais conectados, mas não necessariamente por ligações lineares”. Desta forma, cada leitor faz as suas escolhas e os seus caminhos que não necessariamente serão iguais aos de outro leitor do mesmo hipertexto. Esta é justamente a principal diferença entre o hipertexto e os textos lineares encontrados em revistas e livros, por exemplo. O hipertexto, portanto, se caracteriza como um processo de escrita e leitura eletrônica indeterminado, multilinearizado e multisequencial.

O autor destaca que, devido à falta de linearidade, o hipertexto exige do leitor uma noção de coerência de forma mais aberta e interativa, diferente do que se vem fazendo nas abordagens tradicionais. Exige também um maior grau de conhecimentos prévios e maior consciência quanto ao assunto buscado.

Apesar de o hipertexto fazer parte do ambiente virtual, já é possível encontrar textos com a estrutura parecida na imprensa escrita, pequenos blocos textuais autônomos que podem ser lidos em qualquer ordem. Entretanto, apesar da leitura não linear, não conseguem reproduzir as mesmas condições do ambiente virtual. Para Marcuschi (2001), mais do

que um gênero textual, o hipertexto é um gênero de programas computacionais que possibilitam desenvolver sequências textuais, colaborando para o surgimento de uma série de novos gêneros textuais no contexto da tecnologia eletrônica.

4. Os gêneros digitais

Inegavelmente é importante a formação de interlocutores capazes de utilizar a língua materna para a realização de práticas sociais, ou seja, que sejam capazes de compreender o que ouvem, o que leem e que possam se expressar em diferentes ambientes comunicativos por meio de linguagem adequada. De acordo com a citação abaixo de Marcuschi (2005, p. 32-33), o conhecimento textual é de suma importância tanto para quem precisa produzir quanto para quem precisa interpretar um texto.

Tendo em vista que todos os textos se manifestam sempre num ou noutro gênero de textual, um maior conhecimento de funcionamento dos gêneros textuais é importante tanto para a produção como para a compreensão.

Segundo Silva (2010), por meio dos gêneros textuais é possível articular uma série de atividades que levam a ler um texto, como a verificação do conhecimento prévio, a organização textual e os elementos linguísticos e não linguísticos. Desta forma promove-se não só a competência leitora, mas também o desenvolvimento das capacidades da linguagem que permitirão agir nas mais diversas situações de comunicação, como por exemplo, em situações no ambiente virtual.

A rede mundial tem permitido novas práticas textuais, antes apenas realizadas por meio do papel. Porém não há apenas interação com textos escritos, mas com o meio visual, auditivo e espacial. Esta nova linguagem digital inclui a habilidade de construir sentido em textos multimodais, que mesclam palavras, imagens e sons em um mesmo espaço. Contudo, exige da pessoa certa familiaridade com o uso de dispositivos eletrônicos e com ambientes virtuais.

Marcuschi (2004) aponta que no ambiente virtual há diversos gêneros emergentes, como e-mail, chats, entrevistas e blogs. Estes gêneros possuem estreita ligação com gêneros textuais já existentes em outros ambientes, porém estão reconfigurados para o discurso eletrônico, apresentando características particulares e próprias da mediação presente nos ambientes virtuais.

Para Villela (2010), no ambiente escolar ao se trabalhar com os PCN, o trabalho deve ser baseado nos gêneros orais ou escritos. Desta forma, é possível a prática de atividades sociocomunicativas de acordo com a estrutura social recorrente e com os gêneros típicos de cada cultura. As inovações tecnológicas e seus impactos nas práticas de leitura e escrita atuais, por exemplo, são apontados pela autora como conhecimentos pertinentes que devem também ser trabalhados em sala de aula. Vale ressaltar que não há no PCN referências específicas sobre o uso dos gêneros digitais, porém, é importante lembrar que estes documentos foram publicados há alguns anos e neste período havia poucos estudos sobre o assunto.

É importante ressaltar que Marcuschi (2004) também questiona o fato de a escola possivelmente ignorar as produções dos diversos gêneros digitais. Portanto, diante deste cenário, Villela (2010) discute a necessidade da escola e do professor se organizarem e trazerem para a sala de aula as práticas dos gêneros digitais, contribuindo desta forma para o desenvolvimento de competências e habilidades também no ambiente virtual. A autora também aponta que para que esta prática aconteça em sala de aula, além de uma estrutura tecnológica nas escolas, é necessário o preparo dos professores. Muitos docentes ainda não são capazes de fazer uso pedagógico das tecnologias ou não estão preparados para usar a informática com o aluno.

5. Considerações finais

A proposta deste artigo foi salientar a importância dos gêneros textuais atualmente, especialmente no contexto digital, diferenciando o gênero digital do gênero textual “tradicional”. O objetivo, no entanto, foi proporcionar uma compreensão geral dos conceitos.

Sabemos que devido aos avanços tecnológicos da vida moderna, cada vez temos mais acesso aos textos eletrônicos. Portanto, é necessário que o conceito de ler e escrever tenha sentido e faça parte da vida do cidadão também no ambiente virtual. Contudo, os textos eletrônicos disponíveis na Internet, apesar de muitas vezes serem reconfigurações de textos existentes na mídia impressa, possuem características próprias. Estes novos formatos de texto, muitas vezes mais dinâmico, descentralizado, autônomo e atraente, acabam por exigir novos gêneros, chamados de gêneros digitais.

Por fim, cabe argumentar a necessidade de mais pesquisas envolvendo os gêneros no contexto digital, portanto discussões mais detalhadas devem ser feitas em um trabalho futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO LÉ, J. Hipertexto e fluxo informacional: considerações sobre o dado e o novo na web. In: RIBEIRO, A. E.; VILLELA, A. M. N.; SOBRINHO, J. C.; SILVA, R. B. (Orgs.). *Linguagem, tecnologia e educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010, p. 64-76.

BEZERRA, B. G. Ler e escrever no orkut: práticas discursivas dos alunos na visão dos professores. In: RIBEIRO, A. E.; VILLELA, A. M. N.; SOBRINHO, J. C.; SILVA, R. B. (Orgs.). *Linguagem, tecnologia e educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010, p. 177-190.

BISOGNIN, T. R. *Sem medo do internetês*. Porto Alegre: Age, 2009.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERREIRA, M. H. M.; FRADE, I. C. A. S. Alfabetização e letramento em contextos digitais: Pressupostos de avaliação aplicados ao software HagáQuê. In: RIBEIRO, A. E.; VILLELA, A. M. N.; SOBRINHO, J. C.; SILVA, R. B. (Orgs.). *Linguagem, tecnologia e educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010, p. 15-27.

LEFFA, V. J. A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: Definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. M. & BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, L. A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. *Linguagem & Ensino*, Vol. 4, Nº 1, 2001, p. 79-111.

NOVAIS, A. E. Experiências genuinamente digitais e a herança do impresso: o que ajuda na interação com as interfaces gráficas. In: RIBEIRO, A. E.; VILLELA, A. M. N.; SOBRINHO, J. C.; SILVA, R. B.

(Orgs.). *Linguagem, tecnologia e educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010, p. 77-90.

SILVA, S. L. Explorações da linguagem na aula de comunicação: o chat educacional. In: RIBEIRO, A. E.; VILLELA, A. M. N.; SOBRINHO, J. C.; SILVA, R. B. (Orgs.). *Linguagem, tecnologia e educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010, p. 214-228.

VILLELA, A. M. N. Teoria e prática dos gêneros digitais nos documentos oficiais da área de Letras. In: RIBEIRO, A. E.; VILLELA, A. M. N.; SOBRINHO, J. C.; SILVA, R. B. (Orgs.). *Linguagem, tecnologia e educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010, p. 163-176.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, maio/ago., p. 71-77, 2000.

**LETRAMENTO EM CONTEXTO DIGITAL:
DIFERENTES PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA**

Elaine Vasquez Ferreira de Araujo (UNIGRANRIO)
elainevasquez@ig.com.br

1. Introdução

Ao se discutir letramento, a ideia inicial que se tem é a escola e os meios tradicionais de aprender a ler e a escrever por meio dos livros. Contudo, com os avanços tecnológicos, temos ao lado do letramento “*tradicional*” uma variedade de interações com as mídias digitais, em especial com a Internet.

O uso das novas tecnologias vem provocando alterações significativas nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. Os avanços na vida moderna fazem com que os cidadãos tenham a necessidade de aprender a lidar com estas novas ferramentas tecnológicas como o computador, a Internet, o caixa eletrônico, o cartão magnético etc. e por meio destas novas ferramentas, praticam a leitura e a escrita de formas diferentes.

A Internet possibilita que a prática de leitura e escrita seja realizada de forma mais atraente e interativa. Podem-se realizar pesquisas, acessar textos em diversos idiomas, interagir com outras pessoas por meio de redes sociais, e-mail, fórum, lista de discussão, blog, “conversas” instantâneas etc.

Na primeira parte do trabalho será tratado o conceito de letramento, assim como sua diferenciação de alguns termos que, habitualmente, são confundidos, como *alfabetização* e *analfabetismo*. Em seguida, será discutida a utilização do computador e da Internet na prática do letramento, pois por meio destas ferramentas pode-se ler, escrever e interagir dentro e fora do contexto escolar.

2. Letramento

O processo de leitura e escrita tem sido preocupação de diversos autores (KOCH & ELIAS, 2010; SOARES, 2003; KLEIMAN, 1995). A maneira de pensar em relação à leitura e à escrita vem sofrendo muitas transformações, pois estudiosos vem tratando a linguagem como um pro-

cesso dinâmico em contextos significativos da atividade social em diversos aspectos, como familiar e profissional.

Ao observar a citação de Koch e Elias (2010, p. 31), percebe-se a importância que a leitura e a escrita têm na sociedade hoje.

Se houve um tempo em que era comum a existência de comunidades ágrafas, se houve um tempo em que a escrita era de difícil acesso ou uma atividade destinada a alguns poucos privilegiados, na atualidade, a escrita faz parte da nossa vida, seja porque somos constantemente solicitados a produzir textos escritos (bilhetes, e-mail, listas de compras, etc., etc.), seja porque somos solicitados a ler textos escritos em diversas situações do dia-a-dia (placas, letreiros, anúncios, embalagens, e-mail, etc., etc.).

Não é novidade que o Brasil ainda enfrenta um grande problema em relação ao analfabetismo, mas um outro fato que tem chamado atenção é a prática do letramento. O vocábulo ainda é um pouco fora do comum para muitos profissionais da área da educação. Este termo caiu em desuso há bastante tempo em nossa língua, mas tem sido muito utilizado atualmente acompanhado do termo *alfabetização*. Soares (2003) diz que o uso da denominação *letramento* começou a ser utilizada no Brasil a partir da publicação das obras de Kato (1986), Tfouni (1999) e Kleiman (1995). Mas qual a diferença entre alfabetização e letramento?

Na *alfabetização*, o aluno adquire a habilidade para ler e escrever. De acordo com Soares (2003), é na alfabetização que a pessoa aprenderá o código, a mecânica, como segurar no lápis, escrever da esquerda para a direita, escrever em uma linha horizontal e sem subir ou descer. Portanto, é *analfabeto* quem não conhece a tecnologia da escrita.

Para a autora letrar é muito mais que alfabetizar, é o ler e o escrever dentro de um contexto em que a leitura e a escrita tenham sentido e façam parte da vida da pessoa. Soares (2003) afirma que uma pessoa pode ser alfabetizada sem ser letrada e vice-versa. Desta forma, a pessoa pode conhecer o código linguístico, mas não conseguir compreender o sentido de um texto. Portanto, para que a leitura e a escrita aconteçam de forma consciente é necessário que haja a prática. Infelizmente, a leitura não é um dos grandes hábitos brasileiros, logo, muitas pessoas não são habituadas a ler jornais, revistas, livros, etc e por meio deste convívio se apropriar da escrita.

A principal diferença então entre o letrado e o alfabetizado está no primeiro que faz uso efetivo da leitura e da escrita em práticas sociais, mesmo que esse uso seja mediado por outro indivíduo (SOARES, 2003). A autora exemplifica casos de pessoas que não são alfabetizadas, mas são letradas, como a criança, que sem ser alfabetizada, finge ler um livro usando a intonação correta e passando os dedos nas linhas, ou ainda o adulto analfabeto, que dita uma carta para o outro escrever. Nos exemplos, a criança e o adulto conhecem as funções destes tipos de textos, são letrados embora não saibam ler e escrever.

O letramento e a alfabetização podem caminhar de mãos dadas, mas é praticamente impossível estabelecer uma ordem ou sequência, já que todo indivíduo possui um grau de letramento, mesmo que mínimo. O auxílio dos meios de comunicação tradicionais (rádio, TV, jornais, revistas etc.) e agora modernos (Internet, CDs, DVDs etc.), ajuda a consolidar a cultura da escrita. Portanto, o letramento não é uma prática adquirida apenas na escola, a prática social de leitura e escrita pode ser exercitada de diversas formas e utilizando diversos meios. Soares (2002, p. 11) diz que “diferentes espaços de escrita e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita resultam em diferentes letramentos.”

3. *Letramentos, o plural da palavra*

Freire e Macedo (1996, p. 69) defendem que o indivíduo não chega na escola vazio, até mesmo para ser alfabetizado. Ele já possui uma peculiar capacidade de leitura dentro do contexto social. Na citação a seguir, os autores comentam sobre o ato de *ler o mundo* que acontece antes mesmo de *ler a palavra*.

O ato de ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras.

Levando em consideração esta capacidade de ler o mundo, o letramento vai muito além da sala de aula. Ao praticar a leitura e a escrita diferentemente das formas tradicionais, o letramento também está sendo praticado. Afinal, como afirmam Evangelista e Gregório (2010), tão importante quanto lições de gramática, é o ensino do emprego da escrita

aprendida em sala de aula com competência e autonomia, possibilitando assim um exercício lúcido da cidadania.

Soares (2002) diz que não existe apenas um letramento e sim, “*letramentos*”. Desta forma, pode-se não mais pensar em letramento como algo singular, mas sim pluralizar a palavra, tendo consciência que diferentes tecnologias de escrita criam diferentes letramentos.

Por meio das novas tecnologias de comunicação eletrônica, como o computador e a Internet, surgem novas modalidades de prática de leitura e escrita. Portanto, a Internet cria novas formas de conhecimentos, novos processos cognitivos, novas formas de ler e escrever, logo, um novo letramento.

Alguns autores se diferenciam ao definir o termo *letramento digital*. Para Soares (2003) o *letramento digital* é a utilização do computador e da Internet de forma efetiva, praticando a leitura e escrita, não apenas de textos, mas também de imagens, símbolos, etc. Entretanto, além da prática de leitura e escrita no ambiente virtual, o *letramento digital*, segundo Buzato (2003), define-se como o conjunto de conhecimentos que permite as pessoas participarem de práticas mediadas por computador e outros dispositivos eletrônicos, como o uso de teclados, interfaces gráficas e programas de computador. Iremos tratar neste artigo o conceito de *letramento digital* definido por Soares (2003), pois define melhor o letramento, como prática de leitura e escrita, em contexto digital.

4. *Letramento em contexto digital*

Um dos assuntos mais discutidos pelos sociólogos atualmente são as mudanças que a sociedade vem passando por meio dos avanços tecnológicos, sendo chamada de sociedade da informação (WERTHEIN, 2000; CASTELLS, 1999). A relação de dependência e necessidade com as tecnologias faz com que as pessoas busquem cada vez mais estes avanços e busquem também fazer parte desta sociedade. Castells (1999) considera que as redes interativas de computadores estão crescendo, criando novas formas de canais de comunicação e moldando a sociedade.

Segundo Leffa (2001), esta sociedade globalizada permite a comunicação entre pessoas em diversos lugares do mundo. Há a necessidade de incorporar novos saberes, novas maneiras de interagir e novos tipos de relacionamento. Cada vez mais, o predomínio da voz e gestos de comunicação tem dado lugar à Internet e suas ferramentas de interação.

Por meio da Internet, há formas variadas e múltiplas de interação com o mundo. Diferentes mecanismos de produção de escrita e diferentes formas de leitura resultam em diferentes formas de letramento.

A rede mundial tem permitido novas práticas de leitura e escrita, antes apenas feitas por meio do papel. Entretanto, não há apenas interação com textos escritos, mas com o meio visual, auditivo e espacial. Esta nova linguagem digital inclui a habilidade de construir sentido em textos multimodais, que mesclam palavras, imagens e sons em um mesmo espaço. Contudo, exige da pessoa certa familiaridade com os ambientes dos programas e até mesmo em como se comunicar com outras pessoas por meio do computador. O termo *letramento digital* é definido por Soares (2002, p. 152) como:

[...] certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel.

Há diversas ferramentas para produção de escrita, como os blogs e ferramentas para comunicação a distância, como salas de bate-papo, correio eletrônico, ICQ, MSN e outros. Estes variados tipos de textos exigem novos gêneros textuais, pois possuem características próprias (MARCUSCHI & XAVIER, 2004). Para Marcuschi (2005), todos os textos se manifestam em algum gênero textual e são reflexos do ambiente que na qual são produzidos. As comunicações realizadas por meio destes gêneros textuais existentes no ambiente virtual, também chamados de gêneros digitais (MARCUSCHI, 2004), de acordo com Lopes-Rossi (2005), contribuem para o indivíduo se letrar.

As ferramentas para comunicação instantânea, como o MSN, permitem que os interlocutores interajam em tempo real. Esta interação disponibiliza de diversos recursos como verbais, visuais, sonoros, hipertextuais etc. A “conversa” é realizada de forma informal, semelhante à oralidade. É comum o uso de abreviações e termos próprios, quase como outra linguagem, chamada por alguns autores como *Internetês* (BISOGNIN, 2009). É importante levar em consideração que muitas das informações encontradas na Internet são de qualidade duvidosa. Diferente dos textos impressos, que passam por critérios de qualidade, a Internet é pública e qualquer pessoa pode publicar um texto, não havendo qualquer controle de qualidade e veracidade. Portanto, é importante que se busque as fontes das pesquisas realizadas, minimizando assim possíveis equívocos.

Alguns dos usos e das funções do letramento em contexto digital ganham uma grande importância social, inclusive para uma espécie de sobrevivência dos seus usuários em uma sociedade letrada. Tais práticas sociais se revelam praticamente como indispensáveis na relação com a sociedade.

5. *Considerações finais*

A proposta deste artigo foi salientar a importância da prática da leitura e escrita, especialmente no contexto digital, diferenciando o conceito de letramento “tradicional” e *letramento digital*. O objetivo, no entanto, foi proporcionar uma compreensão geral dos conceitos.

Sabemos que é de grande interesse do país que o analfabetismo seja erradicado, mas a alfabetização não é suficiente para que o cidadão exerça seu papel com consciência. É necessário que o conceito de ler e escrever tenha sentido e faça parte da vida do cidadão, portanto, é necessária a prática do letramento. Contudo, além das práticas de leitura e escrita tradicionais, as pessoas possuem a possibilidade de se lettrar pela Internet e, por meio do uso constante da rede mundial, criam um novo jeito de ler e escrever. Esta nova prática se caracteriza por ser mais dinâmica, descentralizada do professor, autônoma e atraente.

Por fim, cabe argumentar a necessidade de mais pesquisas envolvendo a prática de letramento no contexto digital, portanto discussões mais detalhadas devem ser feitas em um trabalho futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BISOGNIN, T. R. *Sem medo do internetês*. Porto Alegre: Age, 2009.
- BUZATO, M. E. K. *Letramento digital abre portas para o conhecimento*. Educa Rede, 2003.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- EVANGELISTA, G. M. F.; GREGÓRIO, R. M. *A importância dos conceitos da linguística aplicada para promover o letramento na formulação de uma política educacional*. Maringá: UEM, 2010. <http://www.cielli.com.br/downloads/489.pdf>.

FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KATO, M. *No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KOCH, I. V. & ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LEFFA, V. J. *A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade*. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001.

LOPES-ROSSI, M. A. G. *Tendências atuais em pesquisa de linguística aplicada*. São Paulo: UNITAU, 2009.

http://www.unitau.br/scripts/prppg/la/5sepla/site/comunicacoes_orais/artigo-maria_aparecida.pdf

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. M. & BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A C.. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MOITA LOPES, L.P. Da aplicação de linguística à linguística indisciplinar. In: Pereira, R. C; ROCA, P. *Linguística aplicada: um caminho de diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, M. B. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade/Centro de Estudos Educação e Sociedade*. Vol. 23, n. 81. São Paulo: Cortez, 2002.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, maio/ago., p. 71-77, 2000.

**MACHADO DE ASSIS:
RETÓRICA E ESTILÍSTICA EM CRÔNICA DO SÉCULO XIX**

Marcia A G. Molina (UNISA-SP)
mmolina@unisa.br

1. Considerações iniciais

Nosso objetivo neste trabalho é o de analisar a crônica sem título de Machado de Assis, publicada em 14 de fevereiro de 1897, na *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, à luz da AD¹²³, servindo-nos, em especial de Van Dijk, em seu *News as Discourse* (1988), para quem a estrutura da notícia e seus processos de produção e compreensão podem estar intimamente ligados às práticas sociais e ideologias de quem as produz e, indiretamente, aos contextos de que se vale a mídia (o institucional e o macrosociológico). A história das ideias linguísticas também constituirá nosso aporte teórico já que entendemos a obra de Machado de Assis como um documento histórico que nos auxilia a pensar a língua portuguesa e interpretar aquela instância enunciativa.

O texto a ser analisado foi publicado, como já falado, em 14 de fevereiro de 1897 e tem como núcleo de relato a figura de Antônio Conde, que começava a tornar-se conhecida da população brasileira.

Analisaremos na crônica três dos níveis ou dimensões textuais sugeridos por Van Dijk na obra citada:

- a) Coerência local;
- b) Implícitos;
- c) Estilo e Retórica.

Sabemos, acompanhando Fairclough (2001, p. 91), que o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas também da constituição e construção de seu significado. Assim, pode ser considerado uma prática social, contribuindo para a construção de identidades sociais, já que representa sujeitos e o mundo em que esses sujeitos circulam.

Van Dijk explicita que uma análise adotando os pressupostos da AD deve caminhar para além do textual, considerando também “os contextos cognitivo, social, cultural ou histórico”. (*op. cit.*, p. 111)

¹²³ Análise do discurso de linha francesa.

Assim, iniciaremos nosso estudo, comungando com os estudiosos acima, fazendo uma rápida abordagem acerca daquele momento histórico, do gênero crônica e do instrumento em que essa circulava, para depois partirmos para a análise do texto.

2. *A crônica de Machado e o momento histórico*

Arrigucci Jr.(1987, p. 51) informa-nos que o significado da crônica está sempre ligado à noção de tempo, ao conceito grego de “chronos”. Para esse autor, ela é um meio de representação temporal dos fatos, um registro da vida “escoada”, passada, “de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido.”

A maioria dos estudiosos concorda que a crônica é um texto breve, que se pauta num acontecimento do cotidiano, narrado em primeira pessoa e no presente do indicativo, para instaurar proximidade. Além disso, navega entre o jornalístico, já que publicada primeiramente em jornal, e o literário.

Se o repórter é o ‘romancista da atualidade que tem compromisso com a verdade, o cronista será o ‘prosador do cotidiano’ que tem compromisso com as contradições de seu tempo.(REZENDE & CAMPOS, 2005, p. 187).

Machado de Assis, como cronista, conta-nos acerca da vida brasileira, em especial a carioca, registrando de forma perspicaz aquela sociedade de final de século, documentando sua maneira de agir e relacionar-se com o outro.

Esse antagônico e movimentado século eterniza-se, assim, traduzido pelo olhar e pelas palavras do autor que relata a seus leitores de forma crítica e, frequentemente, irônica o mundo em que vive, as pessoas com quem convive e que fazem o seu tempo.

As inúmeras crônicas saídas de suas penas foram publicadas em vários veículos de circulação. A de que nos ocuparemos nesse trabalho foi divulgada, como já dito, no jornal *Gazeta de Notícia*, lançado no Rio de Janeiro no último quartel do século XIX, pouco depois da libertação dos escravos e da proclamação da República, época particularmente dedicada à consolidação do Estado e desenvolvimento nacional. Momento do despertar das ciências, das grandes invenções e da indústria. Conhecido como período da segunda Revolução.

3. *A Gazeta de Notícias*

Van Dijk (*op. cit.*) afirma que a compreensão da mídia escrita envolve alguns passos, dentre eles, o da representação, instigando o estabelecimento de um modelo de situação na memória episódica. Isto quer dizer que, ao lermos determinadas notícias, ativamos modelos prévios e adicionamos-lhes novas informações para constituirmos o novo modelo de situação. São nessas informações que são veiculadas opiniões e difundida a ideologia presente no discurso.

Por outro lado, a imprensa, como veículo de divulgação de informação e formadora de opinião, acaba documentando a realidade retratada, mostrando como são traduzidas as posições e exteriorizados os interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse.

E é assim que temos de ler as crônicas de Machado de Assis: como documento daquele momento e como representação daquela sociedade, não nos esquecendo de pensar no veículo através do qual circulavam, visto que esses também trazem em seu bojo a ideologia em que acreditam.

Nosso autor publicou essa crônica (e muitas outras mais) na *A Gazeta de Notícias*, jornal fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araujo e Elísio Mendes, que começou a circular em agosto de 1875. Era diário inovador, que abria espaço para a divulgação da literatura, veiculada em forma de folhetins. Apresentava também os grandes temas nacionais, como abolição dos escravos, monarquia e república. Foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de *Prudhome*) iniciou a sua campanha pela Abolição, em 1879. Além dele e de Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eça de Queirós e Ramalho Urtigão, dentre outros, escreveram em suas páginas.

Era, portanto, um espaço para um fazer jornalístico polêmico e um literário questionador.

4. *Análise da crônica*

Para Van Dijk, uma das mais importantes noções semânticas a ser estudada nos textos é a de *coerência local*, explicando que essa é observada em proposições referentes aos fatos relatados, por meio de relações de tempo, condição, causa e consequência.

Sabemos que o texto é uma unidade semântica, cuja principal informação advém de seqüências organizadas, selecionadas, topicalizadas, e sua compreensão depende de operações como a de seleção e abstração por parte de seu leitor.

A em pauta tem a organização de crônica e essas de Machado de Assis, publicadas aos domingos, tratavam de assuntos diversos, até dos não-assuntos que (não) circularam durante a semana. São textos breves, muitos sem título, narrados predominantemente em primeira pessoa.

Nesse sentido, vejamos o que diz a *semana* personalizada, em outra composição do autor, no mesmo jornal, a respeito do conteúdo nesse gênero textual:

Que boas que são as semanas pobres ! As semanas ricas são ruidosas e enfeitadas, aborrecíveis, em suma. Uma semana pobre chega à porta do gabinete, humilde e medrosa:

– Meu caro senhor, eu pouco tenho que lhe dar. Trago as algebeiras vazias; quando muito, tenho aqui esta cabeça quebrada, a cabeça do Mathias (...)

– Confirmo esse parecer, e aí vamos nós eu e a semana pobre, papel abaixo (...)¹²⁴ (Crônica de 14 de setembro de 1894, *A Semana*, p. 158, 159)

Como poucos eram os sujeitos escolarizados na ocasião, e Machado sabia que seus leitores constituíam a minoria letrada, conta sempre com um leitor atento e sabe que ele será capaz de inferir os não-ditos. Porém quando supõe que isso não ocorrerá, passa até a o *agredir*, como no caso da crônica que passaremos a estudar:

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem m(...) quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

– Me dá uma folha que traz o retrato d’esse homem que briga lá fora.

– Quem?

– Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antonio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que parece. (Crônica de 14 de fevereiro, p. 419, grifos nossos)

Referindo-se, literalmente, ao fato de a maioria da população na época ser analfabeta, continua:

¹²⁴ Para facilitar a leitura, foi feita a atualização ortográfica.

A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. (*op. cit.*, p. 420)

Na seqüência, ironiza a situação, sublinhando a questão de o nome Antonio Conselheiro apontar com destaque no cenário mundial:

Esta é a celebridade. Outra prova e o eco de Nova York e de Londres onde o nome de Antonio Conselheiro fez baixar os nossos fundos. O efeito é triste, mas vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos... (*op. cit.*, p. 420)

Uma importante característica dessa crônica e, pode-se dizer, do fazer literário de Machado de Assis, é a utilização da ironia. Essa figura, como sabemos, é de estilo, mas seu uso nesse autor tem uma função retórica muito importante porque auxilia a argumentação, ao convencimento, à concordância, afinal, de que nós não somos nada perante a sociedade, visto que nós, “pobres mortais” nunca tivemos força para conseguir baixar títulos, como o “herói” de seu texto.

Outra marcante característica da obra machadiana, como sabemos, é a interpelação ao leitor virtual. Nesta crônica, parece ter rompido com ele porque são constantes as agressões à sua figura. Já o vimos há pouco, chamando-o de *obtusos*, mais adiante, ofende-o ainda mais uma vez: *A celebridade, caro e tapado leitor, é isso mesmo (idem)*.

Sublinhamos aqui a ironia no uso paradoxal das expressões *caro* e *tapado* atribuídos a seu leitor, instaurando sutil humor ao texto.

Ao lado de um assunto tão tenso para a sociedade brasileira, Machado de Assis comenta o centenário do chapéu alto, da cartola, em 15 de janeiro de 1897, pela sociedade londrina, e nada sabendo da história desse complemento, tece conjecturas:

Ou foi exposto à venda naquela data, ou apontou na rua, ou algum membro do parlamento entrou com ele no recinto de debates, à maneira britânica. Fosse como fosse, os ingleses celebram esse dia histórico da chapelaria humana (*op. cit.*, p. 423)

Para Van Dijk, palavras, períodos e outras expressões textuais que podem ser inferidas no texto comportam importantes dimensões ideológicas. Assim, segundo ele, a análise do não-dito pode se mostrar, muitas vezes, mais relevante que a leitura do que vem expresso textualmente, no caso, não é preciso frisar a banalidade da comemoração...

E mais uma vez, deparamo-nos com a marcante característica das crônicas desse autor: a utilização da ironia:

Aplicando o conceito ao presente caso, direi que a concepção, de um chapeleiro no ventre de sua mãe é, em absoluto, mas interessante que a fabricação de um chapéu; mas hipoteticamente haverá em que a fabricação de um chapéu seja mais interessante que a concepção do chapeleiro. Este não passará para uma geração apenas; aquele ficará novo e passará para muitas gerações. (*op. cit.*, p. 423)

Machado de Assim utiliza-se, neste texto, tanto da ordem direta quanto da inversa: *Fosse como fosse, os ingleses celebram nesse dia... Com efeito, lá vai um século, e ainda não acabou o chapéu alto.* (*op. cit.*, p. 423)

Coordenadas adversativas e subordinadas temporais são as que predominam na crônica:

O efeito é triste, mas vê se tu, leitor (...)

(...) quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor (...)

Ao bem, quando acabar esta seita dos Canudos (....)

Coadunando-se com o fazer do cronista, posiciona-se e, neste caso, ironicamente frente os fatos ocorridos, inserindo-os num determinado espaço temporal.

Esta crônica de Machado de Assim também documenta o momento em que nosso país experimenta, no final do século XIX e no início do século XX, “uma extraordinária e fecundíssima fome de conhecer-se a si mesmo” (PEREIRA, 2011), visto que também registra o lançamento da obra “Sertões” de Coelho Neto:

Coelho Neto ama o sertão, como já amou o Oriente, e tem na palheta as cores próprias – de cada paisagem. Possui o senso da vida exterior. Dá-nos a floresta, com os seus rumores e silêncios, com os seus bichos e rios, e pintanos um caboclo que, por menos que os olhos estejam acostumados a ele, reconhecerão que é um caboclo.

Este livro do *Sertão* tem as exuberâncias do estilo do autor, a minuciosidade das formas, das cousas e dos momentos, o numeroso rol das características de uma cena ou de um quadro (...) (*op. cit.*, p. 420,421)

Acompanhando Munslow (2009, p. 17), julgamos que “os fatos nunca são inocentes porque a evidência factual é investida de significado quando é usada pelo historiador, conforme é correlacionada e situada em um contexto”. Então, quando Machado descreve a minúcia com que Coelho Neto retrata o sertão, insere-nos naquele momento histórico, em que

se preceituava o rigor científico também no fazer literário. E, para confirmar sua asserção e convencer o leitor acerca de seu ponto de vista, cita aquele autor:

Não se contenta com duas breves e fortes; o colorido é longo, vigoroso e paciente, recamado de frases como aquela do céu quente ‘donde caia uma paz cansada’ e de imagens como esta: “a vida banzeira, apenas alegrada pelo som da voz de Felicinha, de um timbre fresco e sonoro de mocidade, derivava como um rio lodoso e pesado de águas grossas, à beira do qual cantava uma ave jocunda”.

Ao mesmo tempo em que nos mostra o lado da sociedade que deseja conhecer o sertão, ironiza aquela que vive na Europa:

Se achardes no *Sertão* muito sertão, lembrai-vos que ele é infinito, e a vida ali não tem esta variedade que não nos faz ver que as casas são as mesmas, e os homens não são outros. Os que parecem outros um dia é que estavam escondidos em si mesmos.

Mencionando o homem que vive de aparências.

Na crônica em questão, expressões características do texto oral buscam instaurar proximidade com o leitor, auxiliando, portanto na argumentação: "Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos (...) Com efeito, lá vai um século (...)"

O mesmo ocorre com o emprego de interrogações, como:

Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos d'aqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade ao fez nada. Quem sabe?

como se tornasse o leitor seu cúmplice. Recordemo-nos aqui que

o efeito estético nasce quando o código é percebido como mensagem e a mensagem é percebida como código, o texto é transferido de um para outro sistema de comunicação, enquanto o público tem a percepção de ambos (RIBEIRO, 2006, p. 24).

E seu público, naquela ocasião, possivelmente, já percebia a força desses ornamentos no discurso.

Para finalizar nossa exposição, atentamos para a grande presença de modalidades axiológicas, expressas tanto por adjetivos quanto de advérbios, auxiliando-o a pintar o quadro social que Machado deseja descrever. Recordemo-nos, maqui, de Bally (1951, p. 216) para quem “a função lógica da modalidade é exprimir a reação do sujeito pensante a

uma representação”, e a apreciativa, em especial, acrescenta ao enunciado um juízo de valor.

A utilização, pois, dessas modalidades no texto de Machado parece instaurar sensações em quem as lê, tornado ainda mais rico seu dizer.

5. Considerações finais

Sabemos que a crônica é, antes, um texto jornalístico e, como tal, atende a algumas das características da notícia. Oliveira (2010) informa que o processo de produção de uma notícia contempla três fases: a seleção de eventos, sua ordenação e nomeação e, por fim, as escolhas lexicais adequadas para obtenção dos efeitos de sentido desejados.

Munslow (2007, p. 25), ensina-nos que a história escrita

é sempre mais do que uma inocente contação de estória precisamente porque ele é o veículo primário para a distribuição e uso do poder. Cada ato particular de organização de dados históricos em uma narrativa não apenas constitui uma ilusão de realidade ‘verdadeira’, mas ao emprestar uma ordem artificial ao passado pode, em última instância, servir como mecanismo de poder (...)

Contudo, a crônica não deixa de ser um texto literário, já que presente nela todo um fazer literário, marcado pela subjetividade e pela função poética da linguagem.

As de Machado aqui analisadas permitiram-nos confirmar isso: ao mesmo tempo em que o autor documenta o passado, transporta-nos para aquela sociedade do final do século, utilizando vários recursos de um fazer literário ímpar.

São vários os recursos estilísticos e retóricos utilizados por ele: figurativização, metáforas, prosopopeias, adjetivações e, em especial, a ironia e as interpelações, que enobrecem os textos, instauram proximidade com seu leitor, convencendo-os pela beleza, leveza e criticidade.

Nesse autor esses dois níveis propostos por Van Dijk (o do estilo e o da retórica) unem-se para traçar o cenário que ele deseja retratar. Por seu filtro tomamos conhecimento de fatos do passado, da sociedade que viveu naquela época, do autor que os organizou.

Machado sabia o que queria dizer e, mais, sabia como dizer, afinal,

O agente constrói uma certa representação sobre a interação comunicativa em que se insere e tem, em princípio, um conhecimento exato sobre sua situação no espaço-tempo; baseando-se nisso, mobiliza algumas de suas represen-

tações declarativas sobre os mundos como conteúdo temático e intervêm verbalmente. (BRONCKART, 2003, p. 99)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mário. *A Semana por Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ARRIGUCCI Jr., Davi. *Enigma e comentário*. Ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. 3. ed. Paris: Klincksieck, 1951.

BRONCKART, Jean Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ, 2003.

FAIRCLOUGH, Normal. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise do discurso*. São Paulo, Pontes, 1989.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Edson Correia. *O discurso da notícia e a representação da identidade de gênero feminino nos crimes passionais*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEREIRA, José Valdir. *Um livro impactual: Os Sertões*. Disponível em: <<http://www.josevaldir.com/site/10/noticias/folha.asp?cod=1786>>. Acesso em 22.05.2011

REZENDE, Vera Lúcia Aparecida; CAMPOS, Edson Nascimento. Estratégias textuais nas crônicas esportivas de Luís Fernando Veríssimo. In: _____. *Análise do discurso & literatura*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

RIBEIRO, José Alcides. *Transdisciplinaridade: literatura brasileira e jornalismo/Correio Mercantil*. São Paulo: Fernando Bilah, 2006.

VAN DIJK, Teun A. *New as discourse*. New Jersey and London: Lawrence E. Associates, 1988.

**MAR, MATA, PÔR DO SOL, MONTANHA:
O RIO DE JANEIRO EM CORES:
ARTICULAÇÃO DA MENSAGEM VERBAL E VISUAL
NO DISCURSO DA PUBLICIDADE**

Rosane S. M. Monnerat (UFF)
rosanemonnerat@globo.com

1) Preliminares

“É preciso muitas cores para enxergar a alma carioca...”

E como é a alma carioca?

Muito se tem discutido a respeito da alma carioca, ou melhor, da alma do carioca? E, a propósito, o que é ser carioca?

Como curiosidade, vale lembrar que as definições etimológicas mais aceitas do termo “carioca”, de origem tupi-guarani, são ou “casa de branco”, cuja origem viria de “cari” (branco) + “oca” (casa), sugerindo que os primeiros cariocas seriam os conquistadores, ou as casas (ocas) de peixes cascudos (acarís) encontradas no rio que nasce no Corcovado, batizado, por esse motivo, de Rio Carioca. Segundo Mesquita (2009, p. 17), “é difícil precisar exatamente quando o nome passou a designar todos os moradores da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas é certo que até a implantação da República não era essa a designação oficial”.

A não carioca Adriana Calcanhoto traça um perfil um tanto poético dos cariocas na letra da música “Cariocas”. Valendo-se de estruturas paralelas, emprega adjetivos e construções sintáticas numa rede discursiva reveladora de um perfil um tanto estereotipado dos cariocas: “bonitos, bacanas, sacanas, dourados, modernos, espertos, diretos, bambas, criques, alegres, atentos, sexys, claros, têm sotaque e não gostam de dias nublados, nem tampouco de sinais fechados”.

Por meio desse perfil, não é difícil relacionar a imagem do carioca à imagem da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como “Cidade Maravilhosa”, exatamente pela aura de beleza natural que a cerca. Nesse contexto, esta pesquisa objetiva mostrar, por meio do discurso da publicidade, a articulação de cores, via natureza, na construção do perfil identitário da

“Cidade Maravilhosa” perfil este, que, de um modo geral, parece valer, para o estrangeiro, como representativo do Brasil.

2) *Do Rio de Janeiro para o Brasil: identidade sociocultural*

A cidade do Rio de Janeiro projeta, para o estrangeiro (esse último termo aqui tomado para se referir a todos os que não nasceram na cidade, provenientes seja do próprio Brasil, seja do exterior), uma imagem sociocultural que acaba valendo para todo o Brasil.

Antes mesmo de a capital colonial ser transferida da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, ainda no século XVIII, o Rio foi sempre o centro propagador de ideias, normas e valores para todo o país. Já no século XIX, pode-se dizer, inclusive, que a história do Rio de Janeiro devia ser compreendida como a história do Brasil, a partir da instalação da família imperial, em solo fluminense, o que contribuiu para fazer do Rio o centro político, econômico e cultural do país. A esse respeito, Enders assinala:

(...) o termo “carioca”, isto é, “do Rio”, se mantém no estrangeiro como um sinônimo fácil para “brasileiro”. O Rio de Janeiro continua a fazer figura de capital simbólica do Brasil. (...). O Rio de Janeiro é o Brasil ainda que dele se distinga profundamente. (...) Essa representação se apóia no estatuto de capital que a cidade teve entre 1763 e 1960. Durante dois séculos o Rio serviu de porta de entrada para os modelos de civilização importados da Europa (...). (ENDERS, 2009, p. 2-3)

Outros valores, que não os meramente históricos, incorporam-se à identidade cultural da cidade do Rio de Janeiro. Ao ideal da beleza natural – o Rio de Janeiro com os seus ícones: Cristo Redentor, Pão de Açúcar, além do verde da montanha, que emoldura o azul do mar, e das mulheres bonitas – associa-se o ideal da conhecida afetividade e hospitalidade do carioca.

Nesse sentido, vale lembrar, com Buarque de Holanda (2008), a “cordialidade” mítica do “espírito do brasileiro”, expressa, sobretudo, nas interações verbais. É interessante observar que essa tão propalada cordialidade ultrapassa o território das palavras e se revela na expressividade da linguagem do corpo, nas relações interpessoais, como forma de contato. Assim, “o corpo, no Brasil, deve ser entendido não apenas como vetor de cordialidade, mas também como mensagem de corpolatria” (MALYSSE, 2007, p. 127).

Em suma, como imagens identitárias cariocas, destacam-se a cultura da praia, a corporalidade (centralidade da cultura do corpo), os modos de vida alternativos, a preocupação com a saúde física e mental, a musicalidade, o ciclo festivo do verão e do carnaval. E, tudo isso acontece num cenário privilegiado...

3) *Os espaços do Rio...*

O foco na cidade do Rio de Janeiro, como pólo de representações e imaginários sociais, tende a se particularizar, incidindo nos bairros da Zona Sul, pela proximidade com o mar, com as montanhas, a praia e por concentrar as principais atrações turísticas. Poder-se-ia falar, inclusive, numa hierarquização de espaço – da Zona Sul em relação à Zona Norte da cidade – responsável por uma diferenciação social e cultural a gerir a estrutura das práticas sociais dos indivíduos.



A proximidade do mar e das montanhas foi, com certeza, o mote inspirador da campanha publicitária veiculada por um conhecido shopping da zona sul do Rio – o Shopping Fashion Mall, no bairro de São Conrado, entre os meses de outubro a dezembro de 2010.

Articulando, com habilidade, a mensagem verbal à não verbal, que se sobressai pelo recurso à profusão e mistura de cores, a campanha faz uma homenagem/elogio à exuberante natureza que a cidade ostenta.



Trata-se de uma peça veiculada, em três páginas, em setembro de 2010, por revistas semanais, de grande circulação, como *Veja e Isto É*. Na primeira parte, encontra-se o texto, pode-se dizer em prosa poética e, nas páginas seguintes, as imagens coloridas, destacadas por uma legenda dessas cores, metaforicamente tomadas como representação física da natureza – “mar, mata, por do sol e montanha” – como ícones da Cidade maravilhosa.

Vale destacar que, nos três meses subsequentes, essas imagens foram fragmentadas, representando, de per si, cada uma das faixas cromáticas evocadoras dos traços da natureza.

Assim, o mês de outubro é o mês dos tons de verde, inspirados na mata carioca e, por extensão, nas vitrines do Fashion Mall. O texto visual complementa-se com um texto verbal:



● ● ● ● ● Tons de verde inspirados na moda recente e nos vitrines do Fashion Mall.

www.fashionmall.com.br

Outubro é verde.

Na estampa da capa.
No suco de lala.
No sinal da estrada.
Na clorofila da mata.

O verde cresceu tronço acima.
Torceu o ebu com a palma de uma palmeira
e depois velhou.

Foi azul, amarelo e mistura,
confundiu pantufas e featuras,
e depois averdeceu.

São essas as verdades do verde:

Está nos gravetos e nos gravatas,
nos caules e nas calças,
nos grilos e nas gracas.
E, neste tempo,
nos olhos de quem passa.

Para ver de perto, passe por aqui.
O verde estará no Fashion Mall.
E já que agora é primavera,
aproveite pra sorrir.

No mês de novembro, é a vez dos tons de azul, inspirados no mar do Rio de Janeiro e, também, por extensão, nas vitrines do Fashion Mall. O texto visual e o verbal se completam:



● ● ● ● ● Tons de azul inspirados no mar do Rio de Janeiro e nos vitrines do Fashion Mall.

www.fashionmall.com.br

É tempo de azul.

Ainda cedo
ele pega no baterete.
Dá um mergulho no mar,
faz a pipa contente.

Quando cansado,
anestica dormente.
Serri calado,
e cada estrela é um dante.

O azul anda pelo Rio.
Não sei se você viu.

Foi lantejola no carnaval.
Resaltou o Cristo do postal.
E apesar de tímido,
está provado e rítilo:
ele é a poesia local.

Por esses dias, está aqui.
Viu a tendência pra seguir.
Usou o jeans, vestiu o berço,
e azulou tudo no Fashion Mall.

E, no mês de dezembro, as cores são os diversos tons do vermelho, inspirados no pôr do sol carioca e na decoração de Natal da Cecília Dale para o Fashion Mall:



Esse é o único fragmento que menciona efetivamente uma loja do shopping; nos anteriores, a referência às lojas é feita de maneira indireta, pelas imagens recortadas, à maneira de mosaicos coloridos, nos tons selecionados para cada mês. São peças de roupas, bijuterias, joias, objetos diversos, partes do nome de lojas, enfim, uma miscelânea de imagens sugestivas, que desempenham dois papéis: ancorar a mensagem ao conteúdo temático sugerido pela cor e apresentar a variedade de opções de lojas que o shopping oferece.

A articulação da mensagem visual e verbal, nessa campanha publicitária, faz emergir, sobretudo, duas questões: a primeira, em relação às diferentes linguagens que possibilitam a comunicação e a segunda, por um viés sociológico, traz à baila a questão das representações sociais.

4) *O visual e o verbal em relação de complementaridade*

É comum, na análise de textos verbais e visuais, iniciar-se pelos verbais. No caso deste trabalho, preferimos inverter essa ordem, pois a mensagem se expande a partir dos textos visuais e isso porque a imagem, se menos explícita que o texto verbal pode, no entanto, carregar em si o poder de comunicar mais coisas de imediato e simultaneamente.

Péninou (1975) estabelece dois níveis de significação que a imagem comporta: um de primeiro grau, que pertence ao plano denotativo e, outro, de segundo grau, que ultrapassa o sentido denotativo e atinge o plano conotativo. O plano denotado, embora produza sentido, não detém todo o sentido. Há, portanto, outro plano, ou nível de significação – o conotativo – que introduz o plural e a subjetividade. A campanha publicitária em pauta aciona esse plano subjetivo, recorrendo a valores de crença, ideologicamente construídos pelos receptores, para projetar uma imagem do Rio de Janeiro simbolicamente construída.

Já os textos verbais ampliam, numa *relação de complementaridade* (SOUZA, 2001), a mensagem veiculada pela imagem, tecendo, poeticamente, um perfil da cidade por meio da articulação de suas características geográficas e culturais. Infelizmente, não será possível, nessa breve exposição, por questões de tempo e espaço, analisar a mensagem verbal mais detidamente. Fica ao leitor, portanto, o convite para fazê-lo...

A questão central, nesta análise, é apreender esse conteúdo simbólico, que relaciona o verbal com o visual, sendo responsável pela construção do perfil identitário da Cidade Maravilhosa. Nesse sentido, podemos dizer que a imagem é veículo de ideologias, representando, por meio de seus elementos plásticos, traços culturais da sociedade.

5) *Ideologias e representações sociais*

Por ideologia, entende-se uma visão de mundo e as visões de mundo, numa sociedade, são tantas quantas forem as classes sociais (CHAUÍ, 1996). As representações sociais, por sua vez, são fenômenos complexos sempre em ação na vida em comunidade. Trata-se de mecanismos de construção do real, ou seja, maneiras de ver e de julgar a realidade, responsáveis por estabelecer crenças numa determinada sociedade. Por serem uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, envolvem a pertença social dos indivíduos, com a interiorização de modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou trans-

mitidos pela comunicação social, intervindo, por conseguinte, em processos variados, tais como o do desenvolvimento individual e coletivo, o da expressão dos grupos, o das transformações sociais e da definição das identidades individuais e sociais (JODELET, 2001).

No discurso da publicidade, em especial, encontramos o imaginário coletivo do público a que se destina, isto é, a linguagem publicitária manifesta a maneira como a sociedade vê o mundo, sendo o reflexo da expressão da ideologia dominante.

A campanha publicitária em tela tem, então, seu ponto de ancoragem na construção de uma identidade coletiva do Rio de Janeiro, com base nas representações culturais construídas na/para a cidade, como espaços plenos de cores e luzes, reflexo da natureza exuberante e generosa. O ápice desse espaço, vale dizer, seria a zona sul da cidade, *locus* privilegiado de estímulo ao consumo, daí, justificar-se a Campanha do Shopping Fashion Mall.

6) Para concluir

Finalizando, retomamos a epígrafe deste trabalho – “*É preciso muitas cores para enxergar a alma carioca...*” – para mostrar que os elementos visuais, ao guardar e veicular marcas ideológicas, refletem e refratam valores socioculturais que orientam os comportamentos das coletividades no mundo contemporâneo.

Assim, o estímulo à compra, que é o foco de toda campanha publicitária, tem seu ponto de ancoragem na representação ideológica, coletivamente partilhada, da cidade do Rio de Janeiro a partir de sua localização geográfica privilegiada, entre mar e montanha, num jogo de luzes e cores.

Pode-se dizer, portanto, que a imagem também comunica, informa e, por conseguinte, também pode ser lida. Assim, falar em “leitura” da imagem implica falar em modos de significação e no trabalho de interpretação da imagem, quer quando se constitui no próprio discurso, quer quando é utilizada para dar sustentação a outro(s) discurso(s).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- MALYSSE, Stéphane. Em busca do (H)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. In: GOLDEMBERG, Mirian (Org.). *Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MESQUITA, Cláudia. *Um museu para a Guanabara*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.
- PÉNINOU, Georges. Langage et image en publicité. In: VIELFAU-RE, Claude (Dir.); DAYAN, Armand (Assist.). *La publicité de A à Z*. Paris: C. E. P. L., 1975.
- SOUZA, Tania Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: *RUA – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp-NUDECRI*, vol. 7, p. 65-94, Campinas, março de 2001.

MEMÓRIA COLONIAL DO CEARÁ, UM PROJETO AMBICIOSO DE ECDÓTICA

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br
Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

1. Introdução

Em 1999, quando foi publicado o *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832*, organizado por Gisafran Nazareno Mota Jucá, o senador Lúcio Alcântara, representante do Senado Federal na Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento, escreveu uma “Introdução” ao livro, que incluímos no **Anexo 1**, do qual vale a pena ler os destaques que se seguem.

O projeto tem propiciado grandes avanços rumo à almejada consolidação de nossa memória histórica, alicerce da identidade cultural da Nação. [...] recuperou mais de mil e quatrocentas peças documentais que se achavam armazenadas na Sala do Brasil do Arquivo Histórico Ultramarino. Datadas de 1618 a 1832, as peças foram integralmente reproduzidas em microfílm trazidos para o Brasil, a partir dos quais se deu origem à versão digital [...]

Acreditamos que a plenitude do êxito alcançado é fruto do entusiasmo, da confiança e do espírito de cooperação que distinguiram a promissora parceria formada pela execução do Projeto. Nas atividades de coordenação e pesquisa, estiveram envolvidos o Ministério da Cultura, o Governo do Estado do Ceará, o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e o Departamento de História da Universidade Federal do Ceará; no apoio financeiro, a Fundação Waldemar Alcântara, responsável pela viabilização dos recursos junto à SASSE – Companhia Nacional de Seguros Gerais, da Caixa Econômica; e, finalmente, a Fundação Demócrito Rocha, ...

Talvez essa introdução feita pelo senador Lúcio Alcântara já seja suficiente para se compreender que não se trata de um pequeno projeto com possibilidades razoáveis de seguro retorno para a comunidade acadêmica nacional e, especialmente para os interessados nos estudos da história do Brasil, nos estudos do período colonial brasileiro, nos estudos específicos do atual estado do Ceará e de numerosos outros enfoques da pesquisa histórica com base em documentos primários.

Mas não nos furtaremos da oportunidade de apresentar-lhes também o “Prefácio”, escrito por José Liberal de Castro, do Instituto do Ceará, que se transcreve no **Anexo 2**.

A publicação do *Catálogo de Documentos Manuscritos* referentes à Capitania do Ceará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa [...] constitui excepcional instrumento de pesquisa com que agora passam a dispor os interessados nos estudos da história colonial cearense. (JUCÁ, 1999, p. 9)

O Arquivo Histórico Ultramarino é o mais importante repositório da documentação colonial brasileira, embora farto material possa ser encontrado em outros arquivos portugueses. (*Idem, ibidem*)

Em época mais recente ou, mais precisamente, em torno de 1975/1976, o material preservado no Arquivo Histórico Ultramarino atraiu a atenção da professora conterrânea Maria Célia de Araújo Guabiraba. (*Idem, ibidem*, p. 10)

Já agora, no início de 1998 [...] a investigação resultou no levantamento do material contido em 21 caixas, com 1.363 capilhas, posteriormente ampliadas para 24 caixas, com 1.436 capilhas, documentação transcrita em fotogramas que preencheram 22 rolos de microfílmes. (*Idem, ibidem*, p. 10-11)

Assim, excluída a matéria diretamente ligada à gestão da Capitania, que traduz as relações dos administradores com o poder real, o restante da documentação, de modo geral, consta de:

- solicitação de nomeações preferentemente para postos de almoxarife, escrivão de ouvidoria, escrivão da fazenda, meirinho, alferes, capitão-mor, coronel de cavalaria de ordenanças, cirurgião-mor; confirmação de patentes de oficiais de milícia, recondução a postos, missionários desejosos de ser vigários, candidaturas a governadores da Capitania;
- coação de uns, para obrigar à desistência de pedidos feitos por outros; solicitação de equivalência de ordenados aos de posto anteriormente ocupado, ajuda de custo para embarque para o Brasil; aumento de ordenados, pagamento de propinas (gratificações), de emolumentos, pedidos de pensão para dependentes;
- concessão de sesmarias (poucas), confirmação de sesmarias, demarcação de terras, relaxamento de prisão; arrematação de dízimos, perdão por não pagamento de dízimos arrematados, em função de secas;
- pedidos de correições, devassas, queixas de moradores contra ouvidores, de ouvidores contra capitães-mores, de capitães-mores em exercício contra ex-capitães-mores, de câmaras de vereadores contra capitães-mores, de ouvidores em exercício contra ex-ouvidores, sublevações contra ouvidores;
- desmandos, pressão de autoridades, protestos contra a má administração da justiça, criminalidade, desordens, sedições, contrabando, maus procedimentos, espoliação de viúvas, rapto de mulheres, pedidos de restituição de escravos furtados, incitação de índios à rebelião, em proveito dos incitadores, “vexações” de índios, proibição de índias frequentarem quartéis...;

– enfim, um retrato completo da vida do Ceará Colonial, dura e sem perspectivas, em que, ao lado de régulos impenitentes, sem dúvida figuram alguns cumpridores de seus deveres, empenhados na defesa de uma sociedade débil, formada em sua maioria por desvalidos, manobrada por comparsas atrabiliários, explorada por expertos, e sem heróis. (*Idem, ibidem*, p. 13)

2. Apresentação do Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará

Todo o material recolhido em microfilmes pelo e digitalizado em três unidades de CD-ROM foi cuidadosamente catalogado por Gisafran Nazareno Mota Jucá no substancioso volume de 358 páginas de 21 X 28cm, cuja apresentação se transcreve no **Anexo 3**.

3. Introdução metodológica

Os documentos da Memória Colonial do Ceará serão divulgados em uma edição interpretativa, conforme terminologia aceita e defendida pelos principais teóricos atuais de crítica textual em língua portuguesa.

Esses documentos estão sendo publicados pela Kapa Editorial, simultaneamente em edição mecânica e em interpretativa, lado a lado, diminuindo a necessidade de algumas explicações e notas editoriais, tais como informação sobre leitura impossível, textos rasurados ou riscados, assim como mudanças de fôlios, anotações de terceiros sobre o texto etc. No caso de fragmentos ilegíveis por quaisquer motivos, serão marcados na transcrição, quando necessário, apenas por três pontos entre colchetes ([...]).

Como não se trata de documentos transcritos a partir de cópias microfilmadas, apesar de preparados para facilitar a leitura, nem sempre é possível distinguir os traços do manuscrito embaralhados com as manchas que passam do outro lado da folha.

Seguiremos os seguintes critérios de transcrição e edição para os documentos desta coleção, conforme sugerem as mais recentes obras sobre o assunto em língua portuguesa (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 131-132 e ARAÚJO, 2008, p. 244-246), com as adaptações da crítica textual necessárias para uma edição simultaneamente mecânica e interpretativa (não conservadora), considerando que seu público-alvo principal estará interessado no texto autêntico, com a informação histórica e documental segura, apurado dos arcaísmos linguísticos:

- 1- O manuscrito será reproduzido mecanicamente sempre ao lado da leitura interpretativa;
- 2- O documento será transcrito com o mesmo tipo de fontes, independentemente de haver diferença no manuscrito, atualizando-se a ortografia e uniformizando-se as formas de grifo em *itálico*, quando ele for necessário:
 - a. será atualizado o uso de letras iniciais maiúsculas;
 - b. serão simplificados os caracteres duplos de valor vocálico, quando divergentes do sistema gráfico atual;
 - c. serão simplificados os caracteres duplos de valor consonantal (exceto *rr* e *ss*);
 - d. a vogal nasal ou nasalizada será grafada conforme as normas ortográficas atualmente vigentes;
 - e. será uniformizado o uso de *c* ou *ç* na representação de consoantes sibilantes;
 - f. será uniformizado o uso de *g* ou *j* para representação de consoantes palatais ou velares;
 - g. a letra *h* será utilizada também de acordo com as normas ortográficas vigentes, baseadas na etimologia
- 3- Serão desenvolvidas todas as abreviaturas;
- 4- Serão atualizadas todas as formas e funções dos diacríticos;
- 5- Será uniformizada a pontuação em suas formas e funções, sempre que isto for possível sem correr o risco de mudar o sentido do texto;
- 6- Serão incluídas entre colchetes as palavras ou caracteres de leitura duvidosa;
- 7- Como a reprodução mecânica do manuscrito estará disponível ao lado da edição interpretativa, será dispensada:
 - a. a transcrição dos caracteres riscados ou apagados (quando necessário, serão marcados com três pontos entre colchetes [...] na transcrição);
 - b. a estimação do número dos caracteres de leitura impossível;

- c. a mudança de punho e de tinta;
 - d. a mudança de fólio, de face ou de coluna.
- 8- Serão inseridos no texto os caracteres a ele pertinentes que estiverem nas entrelinhas ou nas margens, mas, se não pertencerem ao texto, não serão transcritas;
 - 9- Notas marginais serão transcritas em notas de pé da página, com o número remissivo marcado após a palavra, frase ou parágrafo a que se referir;
 - 10- As quebras de linha serão respeitadas na transcrição, fazendo-se os ajustes necessários para se adaptarem às regras de separação de sílabas;
 - 11- Sempre que for possível, será atualizada a paragrafação dos documentos;
 - 12- Serão feitas inserções [entre colchetes] de palavras ou caracteres por conjectura, justificando-as em nota de pé de página quando a presença do manuscrito for insuficiente para isto;
 - 13- Os erros evidentes serão suprimidos (palavras ou linhas repetidas, expressões corrigidas no texto pelo copista etc.), justificando-se em nota de pé de página, se a verificação do manuscrito não for suficientemente esclarecedora;
 - 14- Uniformização de léxico informado nesta introdução, com as palavras "agora" por "gora", "aldeia" por "aldea", "aonde" ou "onde" por "adonde", "apresentar" por "presentar", "Aquirás" por "Aquiraz", "armazém" por "almazém", "até" por "em the, em té, enté, inté ou té", "até agora" por "té gora", "batizar" por "bautizar", "cadeia" por "cadea", "câmara" por "camera", "Ceará" por "Seará ou Seara", "coadjutor" por "cogitor", "coisa" por "cousa", "cumprimentar" por "comprimentar", "Correia" por "Correa", "criar" por "crear", "de contínuo" por "de contino", "de onde" por "de donde ou da donde", "defesa" por "defensa ou defensão", "depois" por "despois", "desamparar" por "desemparar", "desamparo" por "desemparo", "dezesseis" por "dezasseis", "dezessete" por "dezassete", "dois" por "dous", "encarregado" por "carregado" (quando tem aquele sentido), "feliz" por "fêlice", "Fernandes" por "Fernandez", "foi" por "fou", "infantaria" por "infanteria", "inimigo" por

"imigo", "jaguaribara" por "jagaribara", "José" por "Joseph", "Manuel" por "Manoel", "Melo" por "Mello", "murmuração" por "mormoração", "outrossim" por "outro si", "outubro" por "oitubro", "para" por "pera", "perguntar" por "preguntar", "permitir" por "permetir", "perpétuo" por "perpeto", "por" por "per", "pretender" por "pertender"; "procurar" por "precurar", "propósito" por "prepósito", "puder, pudera, pudesse" etc. por "poder, podera, podesse" etc., "quarenta" por "corenta", "quaresma" por "coresma", "rariú" por "rarijú", "razão" por "rezão", "razões" por "rezões", "reavaliar" por "revaliar ou rivaliar", "regime" por "regímen", "registrar" por "registar", "registro" por "registo", "reriú" por "rerijú", "rariú" por "rarijú", "Sousa" por "Souza", "Souto" por "Sotto", "subscrever" por "sobescrever", "tabelião" por "tabalião", "tambor" por "atambor", "traslado" por "treslado", "valorosamente" por "valerosamente", "vantagem" por "ventagem", "Vieira" por "Vieyra", "vigário" por "vigairo" etc.

- 15- Os antropônimos serão atualizados, inclusive nas assinaturas e rubricas identificadas;
- 16- Serão apresentados em notas de pé de página alguns elementos do glossário, para que o leitor comum possa identificar os termos hoje desconhecidos ou utilizados com outros sentidos, juntamente com as notas sobre fatos históricos, personagens históricos, elementos geográficos, etnográficos, culturais etc.

4. Conclusões

Entendendo-se que não estamos tratando de nenhum trabalho concluído, fique claro, naturalmente, que esta é uma conclusão desta exposição, pois o projeto ainda durará uns três ou quatro anos.

Primeira conclusão: É indubitável a importância de uma edição desses documentos, tão custosamente reunidos, catalogados, microfilmados e digitalizados no final do século XX, com uma leitura atualizada dos manuscritos, pois a consulta direta às imagens microfilmadas é muito custosa, em muitos deles.

Segunda conclusão: Esta será apenas uma primeira leitura dos manuscritos, indispensavelmente provisória, tanto pela dificuldade apresentada por muitos dos documentos quanto pela sua quantidade. Ou me-

lhor, exatamente por haver alguns de difícil interpretação e por serem muito numerosos, porque se fossem poucos ou se fossem fáceis, nem a sua qualidade nem a sua quantidade seria impedimento definitivo para uma edição bem mais segura.

Este primeiro desbravamento disponibilizará aos pesquisadores o melhor que se pode fazer atualmente, com os recursos e com o tempo de que dispomos.

Terceira conclusão: O formato dessa edição em suporte impresso, com o texto disponibilizado em sua leitura atualizada e com a reprodução de cópias fac-similares dos manuscritos, com um tratamento da imagem para facilitar a leitura, seguramente contribuirá com diversas áreas de conhecimento e especialidades, facilitando a leitura para quem interessa a informação e disponibilizando o material para uma interpretação mais minuciosa dos detalhes linguísticos e formais.

Por fim, acreditamos estar contribuindo para o progresso das ciências no Brasil e no mundo, sem qualquer pretensão de um trabalho perfeito e definitivo, mas com o avanço de uma etapa importante, para a qual há poucas pessoas e instituições disponíveis. Tanto é assim que diversas vezes já ouvimos que esta é uma tarefa impossível.

Esperamos ter fôlego para continuar e para chegar ao final dessa empreitada e poder sentir o prazer de colocar nas mãos dos pesquisadores mais uma obra importante para a história de nosso país e, principalmente da colonização do nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. 2. ed. Revisão e atualização de Briquet de Lemos. Edição de Luciano Trigo e Paulo Geiger. Prefácio de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Unesp, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. *Inventário da documentação manuscrita relativa ao Ceará*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1976.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.), *Brasil em perspectiva*. 10. ed. São Paulo: Difel, 1978.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Historicidade da Associação Comercial do Ceará: 1866-1991*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. 2. ed. Niterói: Impetus, 2010.

STUDART, Doutor Guilherme. *Datas e factos para a história do Ceará*, v. I e II. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

_____. Duas palavras in *Notas para a História do Ceará*, (Segunda metade do século XVIII). Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

TAKEYA, Denise. *Europa, França e Ceará: as origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN, 1995.

1. ANEXO 1

INTRODUÇÃO

Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania do Ceará
/ [Instituto] Histórico Ultramarino

Quando se completam duzentos anos da fundação da Capitania do Ceará e já se avizinham as comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, temos a imensa satisfação de apresentar o *Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania do Ceará* – um rico acervo de peças documentais contando mais de dois séculos de história do período colonial, resgatados do Arquivo em Lisboa.

A iniciativa insere-se no âmbito do Projeto RESGATE, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, em articulação com a Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento, com desdobramentos em diversas regiões do País. O projeto tem propiciado grandes avanços rumo à almejada consolidação de nossa memória histórica, alicerce da identidade cultural da Nação. Somente no que respeita à antiga Capitania do Ceará, objeto deste *Catálogo*, recuperou mais de mil e quatrocentas peças documentais que se achavam armazenadas na Sala do Brasil do Arquivo Histórico Ultramarino. Datadas de 1618 a 1832, as peças foram integralmente reproduzidas em microfílmes trazidos para o Brasil, a partir dos quais se deu origem à versão digital – uma coleção de três “compact discs” (CDs) –, já colocada à disposição do público interessado.

Pelo inestimável valor histórico do material, ilumina-se agora definitivamente, perante os olhos do Brasil, o passado colonial da Capitania do Ceará – cujo bicentenário de fundação, numa feliz coincidência, ocorreu exatamente em janeiro de 1999.

Os méritos da iniciativa não se esgotam, todavia, na notável ampliação do porte do acervo pré-existente. O Projeto foi mais longe. Promoveu a revisão e a complementação de trabalhos anteriormente desenvolvidos por ilustres pesquisadores cearenses, na esteira do legado que lhes deixara o inestimável Barão de Studart. Em especial, atingiu seu ponto alto com a impecável organização dada ao acervo consolidado, objeto de um cuidadoso trabalho de identificação de cada documento integrante do conjunto. Sem isso, jamais se conseguiria garantir a consulta fácil, o acesso rápido e seguro, e a completa democratização da informação histórica.

Acreditamos que a plenitude do êxito alcançado é fruto do entusiasmo, da confiança e do espírito de cooperação que distinguiram a promissora parceria formada pela execução do Projeto. Nas atividades de coordenação e pesquisa, estiveram envolvidos o Ministério da Cultura, o Governo do Estado do Ceará, o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e o Departamento de História da Universidade Federal do Ceará; no apoio financeiro, a Fundação Waldemar Alcântara, responsável pela viabilização dos recursos junto à SASSE – Companhia Nacional de Seguros Gerais, da Caixa Econômica; e, finalmente, a Fundação Demócrito Rocha, entidade à qual se deve a publicação do presente *Catálogo*. Este que será, por excelência, a porta de entrada para a exploração do patrimônio documental recém-conquistado.

2. ANEXO 2

PREFÁCIO

José Liberal de Castro

A publicação do *Catálogo de Documentos Manuscritos* referentes à Capitania do Ceará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, complementada com a respectiva microfilmagem desses documentos, numa ação integrante do Projeto Resgate, patrocinado pelo Ministério da Cultura, constitui excepcional instrumento de pesquisa com que agora passam a dispor os interessados nos estudos da história colonial cearense.

A fim de proporcionar maior clareza aos presentes comentários, decidimos dividi-los em curtos blocos nos quais tratamos da instituição pesquisada, das pesquisas antigas e contemporâneas em arquivos portugueses, da pesquisa realizada para elaboração do *Catálogo* e de seu conteúdo, dos patrocinadores e da publicação, propriamente dita.

2.1. Arquivo Histórico Ultramarino

O Arquivo Histórico Ultramarino é o mais importante repositório da documentação colonial brasileira, embora farto material possa ser encontrado em outros arquivos portugueses. Trata-se de instituição cultural assiduamente visitada por pesquisadores brasileiros, na qual está guardada a correspondência oficial trocada entre as antigas colônias, o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar da Metrópole. Fundado em 1926/1931 sob a denominação de Arquivo Histórico Colonial, teve o nome alterado para o atual quando o governo português decidiu transformar as colônias então remanescentes em “províncias ultramarinas”. O Arquivo Histórico Ultramarino localiza-se no Palácio de Ega, ou Pátio do Saldanha, à Calçada da Boa Hora 30, na Junqueira. Velha construção quinhentista, radicalmente modificada no transcorrer do século XIX, o Palácio foi morada de Junot durante a primeira invasão napoleônica, oficial francês recebido com especial atenção pela condessa da Ega, dona da mansão.

2.1.1. Antecedentes

A relação ora publicada não se refere, todavia, a matéria desconhecida ou inédita. Na verdade, a Biblioteca do Instituto do Ceará, a nosa mais antiga entidade cultural, possui transcrição de grande parte do inventário documental preservado no Arquivo Histórico Ultramarino, referente à Capitania do Ceará. No seu conjunto mais significativo, a documentação acha-se, aliás, publicada ou, pelo menos, relacionada na centenária *Revista do Instituto do Ceará*, editada anualmente e sem interrupção desde a fundação da sociedade, em 1887. O precioso material conservado no Instituto do Ceará foi obtido por um de seus fundadores, o médico e historiador Guilherme Studart, o Barão de Studart (1856-1938), à força de incansável busca e cuidadosa transcrição paleográfica dos originais, trabalho executado às próprias expensas do investigador, em Lisboa, nos anos finais dos oitocentos. Esse material figura, pois, como uma das fontes básicas da produção historiográfica de Studart e de seus contemporâneos, respeitável grupo de estudiosos que há mais de um século já podiam examinar o passado cearense com segurança e profundidade, a ponto de, no dizer de José Honório Rodrigues, ter sido o Ceará o “Estado brasileiro que produziu a melhor historiografia regional” do País.

Entretanto, naquela época, não contava Studart com as atuais facilidades da tecnologia de reprodução documental. Ao contrário, sempre andava às voltas com a procura de copistas idôneos, especializados em paleografia, cujas transcrições, conquanto confiáveis, obrigavam o historiador a executar paciente e cansativa colação do material. Além do mais, impondo-se inflexível rigor ao seu trabalho, Studart redobrava os desvelos quando da reprodução de documentos, de tal sorte que, para imprimir os textos, decidiu até montar uma tipografia de sua propriedade, a fim de poder, após meticulosa revisão, certificar-se da correção dos documentos publicados.

O presente Catálogo volta-se, portanto, para novos objetivos, visto recorrer aos modernos meios de documentação e reprografia, uma vez que o acesso informatizado facilita sobremodo as consultas, bem como propicia a rápida extração de cópias dos originais, por fia da digitalização dos rolos de microfimes.

2.2. Novas pesquisas no AHU

Em época mais recente ou, mais precisamente, em torno de 1975/1976, o material preservado no Arquivo Histórico Ultramarino atraiu a atenção da professora conterrânea Maria Célia de Araújo Guabiraba. Em suas buscas, teve a pesquisadora a oportunidade de levantar 1.100 peças documentais cearenses, contidas em 6 caixas e 3 maços, trabalho parcialmente divulgado na *Revista do Instituto do Ceará* (t. 83, p. 186-94, 1971)¹²⁵, sob o título – “Índice do material encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, referente ao Ceará”. Entretanto, o “Índice” relacionava apenas o material contido em duas caixas – Caixa 2 (1731-1744) e Caixa 3 (1745-1759), num total de 87 documentos, ficando deliberadamente excluído, entre o restante, o conteúdo da Caixa 1, alusivo em boa parte a Martim Soares Moreno, por já ter sido publicado pelo Barão de Studart.

Do paciente esforço da professora Maria Célia de Araújo Guabiraba é testemunha o autor destas linhas, então usufruindo uma bolsa de pesquisas concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, para realizar estudos atinentes às origens da arquitetura brasileira antiga, os quais lhe motivaram as visitas ao Arquivo Histórico Ultramarino.

Já agora, no início de 1998, o professor doutor Gisafran Nazareno da Mota Jucá, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, desenvolvendo planos do Projeto Resgate, permaneceu por três meses em Lisboa, com o objetivo de, retomando a pesquisa iniciada pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, relacionar todo o material cearense conservado no Arquivo Histórico Ultramarino. A nova e atualizada organização documental do Arquivo, com acervo microfilmado e informatizado, possibilitou um arrolamento rápido e pormenorizado. Numa primeira fase, a investigação resultou no levantamento do material contido em 21 caixas, com 1.363 capilhas, posteriormente ampliadas para 24 caixas, com 1.436 capilhas, documentação transcrita em fotogramas que preencheram 22 rolos de microfimes. Em breve, o acesso aos docu-

¹²⁵ Parece haver incoerência entre a época em que foi feita a pesquisa (1975/1976) e a época da publicação do “Índice” (1971), mas é possível que o número correspondente ao ano de 1971 tenha sido impresso muito posteriormente.

mentos também poderá ser feito por fia informatizada, prevendo-se a digitalização de 3 unidades CD-ROM.

Na organização do *Catálogo*, conforme o caso, os documentos foram agregados em conjuntos homogêneos, numerados por ordem cronológica, explicitando-se-lhes data e origem, bem como as peças que constituem cada maço. Foi também aprontada uma relação completa das caixas, separadas por períodos e pelos números dos documentos nelas contidos.

2.3. A preparação do Catálogo

A preparação do *Catálogo* é fruto da persistente ação de ilustre sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, e sócia correspondente do Instituto do Ceará, a professora Esther Caldas Bertoletti, em favor da microfilmagem de documentos brasileiros antigos e de sua divulgação nacional. O programa, por ela denominado Projeto Resgate, vem sendo desenvolvido consoante sua orientação e sob os auspícios do Ministério da Cultura, imbricado nos festejos comemorativos do 5º Centenário da Descoberta do Brasil. Pode, na realidade, ser considerado como uma extensão das atividades iniciadas no profícuo período em que a professora Esther Bertoletti atuou na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quando se envolveu com reprografia documental, devotando especial interesse à área hemerográfica.

Data daquela época o relacionamento da professora Esther Bertoletti com o Ceará, por ocasião de vitoriosa campanha de microfilmagem de periódicos cearenses antigos, pertencentes a várias coleções estaduais, em particular aqueles incorporados aos acervos da Biblioteca Pública do Estado e do Instituto do Ceará. Esta atividade de que, entre outros, participaram com apaixonado empenho Walda Weyne, Gertrudes Sales Costa e João Elmadan Machado Maia, resultou na organização do Núcleo de Microfilmagem do Arquivo Público Estadual, cujos inestimáveis serviços encontram geral reconhecimento.

2.4. O *Catálogo* e os documentos cearenses do AHU

Uma análise, mesmo superficial, dos documentos cearenses apresentados no *Catálogo* leva a agrupá-los em dois blocos bem definidos. O primeiro compreende o período em que o Ceará constituía Capitania su-

balterna, enquanto o segundo bloco abrange os anos iniciais da Capitania já autônoma. A data exata divisora desses dois períodos é flutuante, em decorrência da demora nas comunicações à época, quer dizer, do tempo decorrido entre a expedição de uma ordem no Reino e a recepção na Colônia. A propósito, basta dizer que, se a autonomia cearense foi obtida por Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, a primeira correspondência expedida pelo novo governador, Bernardo Manuel de Vasconcelos, somente ocorreu dez meses após aquela data (documento número 739, de 29.10.1799)

No último quartel do século XVIII, e mesmo antes, prospera variada correspondência atinente às potencialidades econômicas cearenses, traduzida pelas seguidas remessas de amostras de produtos locais de valia comercial, fato que deve ter sido levado em conta na formação do processo de concessão de independência administrativa à Capitania. Depois de obtida a autonomia cearense, logo na gestão de Bernardo Manuel de Vasconcelos, o interesse pelo Ceará se intensifica particularmente quanto às possibilidades de explorações minerais e de ampliação da cotonicultura.

No Catálogo, acresce assinalar, o balizamento cronológico do segundo bloco não se encerra com a Independência do Brasil, como se poderia esperar. Há inúmeros documentos posteriores à data, invadindo os anos imediatos, quase todos alusivos a pedidos encaminhados por súditos portugueses e brasileiros, referentes à permissão real para deixarem Portugal.

Unicamente para efeito estatístico, se considerarmos como marco divisório o primeiro documento assinado por Bernardo Vasconcelos, verifica-se que há um total de 738 documentos pertinentes aos tempos da capitania subalterna, cobrindo uma amplitude de quase dois séculos. Enquanto isto, o curto período das duas e meia décadas do começo de autonomia administrativa local compreende 798 documentos, isto é, mais da metade do material compulsado. Esses números não causam surpresa. Muito ao contrário, refletem uma situação nova e diferente, sabido que somente às capitanias autônomas era facultado a prerrogativa de tratar de seus problemas com os soberanos ou com seus prepostos imediatos, sem intermediários. Também podiam comerciar diretamente com o Reino e com as demais colônias portuguesas, o que, no mínimo, significava receber escravos diretamente da África. Além do mais, enriquecendo o quadro histórico dos anos de princípio do século XIX, não se deve esquecer a vinda da Corte ao Brasil em 1808, promovendo a liberação do País ao

comércio internacional desde 1808, bem como a consequente montagem de uma rede de comunicações transatlânticas com a Inglaterra e litorâneas com a recente capital do Reino, a cidade do Rio de Janeiro, em detrimento das antigas rotas que demandavam a Portugal.

Os novos tempos de autonomia cearense não produzem uma relação equitativa entre correspondência trocada e duração dos períodos governamentais. A propósito, basta assinalar que durante os quatro anos da administração de Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799-1803) figuram 209 documentos, enquanto, inexplicavelmente, não consta do *Catálogo* qualquer documento assinado por Luiz Barba Alardo de Meneses, terceiro governador da Capitania (1808-1812), um dos mais ativos administradores que o Ceará oitocentista conheceu.¹²⁶

Entretanto, além dessa troca de informações valorizadoras da Capitania e à parte documentos alusivos à rotina administrativa, aflora durante os setecentos uma correspondência em que transparece o constante testemunho dos capitães-mores quanto à pobreza da terra e às dificuldades de vida, nomeadamente nos anos de seca.

Em quaisquer circunstâncias, no seu todo, os documentos guardados no Arquivo Histórico Ultramarino refletem o cotidiano da vida do Ceará Colonial, evidenciando as relações de poder entre Estado e súditos, permeadas de incontáveis pedidos de mercês reais, sempre em benefício próprio ou de grupos familiares.

Assim, excluída a matéria diretamente ligada à gestão da Capitania, que traduz as relações dos administradores com o poder real, o restante da documentação, de modo geral, consta de:

– solicitação de nomeações preferentemente para postos de almoraxarife, escrivão de ouvidoria, escrivão da fazenda, meirinho, alferes, capitão-mor, coronel de cavalaria de ordenanças, cirurgião-mor; confirmação de patentes de oficiais de milícia, recondução a postos, missionários desejosos de ser vigários, candidaturas a governadores da Capitania;

– coação de uns, para obrigar à desistência de pedidos feitos por outros; solicitação de equivalência de ordenados aos de posto anteriormente ocupado, ajuda de custo para embarque para o Brasil; aumento de ordenados, pagamento de propinas (gratificações), de emolumentos, pedidos de pensão para dependentes;

¹²⁶ Não estariam em algum arquivo brasileiro, visto que a corte estava no Brasil?

– concessão de sesmarias (poucas), confirmação de sesmarias, demarcação de terras, relaxamento de prisão; arrematação de dízimos, perdão por não pagamento de dízimos arrematados, em função de secas;

– pedidos de correições, devassas, queixas de moradores contra ouvidores, de ouvidores contra capitães-mores, de capitães-mores em exercício contra ex-capitães-mores, de câmaras de vereadores contra capitães-mores, de ouvidores em exercício contra ex-ouvidores, sublevações contra ouvidores;

– desmandos, pressão de autoridades, protestos contra a má administração da justiça, criminalidade, desordens, sedições, contrabando, maus procedimentos, espoliação de viúvas, rapto de mulheres, pedidos de restituição de escravos furtados, incitação de índios à rebelião, em proveito dos incitadores, “vexações” de índios, proibição de índias frequentarem quartéis...;

– enfim, um retrato completo da vida do Ceará Colonial, dura e sem perspectivas, em que, ao lado de régulos impenitentes, sem dúvida figuram alguns cumpridores de seus deveres, empenhados na defesa de uma sociedade débil, formada em sua maioria por desvalidos, manobrada por comparsas atrabiliários, explorada por espertos, e sem heróis.

2.5. A publicação do *Catálogo*

O *Catálogo de Documentos Manuscritos* referentes à Capitania do Ceará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa foi preparado com impecável labor profissional pelo já mencionado pesquisador professor doutor Gisafran Nazareno da Mota Jucá, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, com revisão, feita em Lisboa, pela professora Avanete Pereira Sousa, da Universidade Federal da Bahia. A publicação do *Catálogo* deve-se primordialmente ao apoio da Fundação Waldemar Alcântara, consubstanciado no decidido entusiasmo do Senador Lúcio Gonçalo de Alcântara, amável, culto e envolvido em empreendimentos de alto significado. Também deve ser evidenciada a ajuda material prestada pela SASSE – Companhia Nacional de Seguros Gerais (diga-se Caixa Econômica Federal), financiadora da pesquisa. Finalmente, vale ressaltar a contribuição da Fundação Demócrito Rocha, na figura de seu Presidente, Jornalista Demócrito Dummar, pessoalmente interessado em realizar primorosa edição do presente *Catálogo*, um dos

primeiros oferecidos ao público entre tatos semelhantemente tentados por outros Estados da União.

3. ANEXO 3

APRESENTAÇÃO

Gisafran Nazareno Mota Juca

Se fizermos um levantamento das teses, dissertações ou mesmo dos projetos de pesquisa histórica, no Ceará, logo deparamo-nos com o interesse centrado nas temáticas relativas ao século passado, aos anos pós-30 e até mesmo às últimas décadas, mas pouco pode ser associado ao período colonial (JUCÁ, 1984)¹²⁷. As explicações para justificar tais opções, além da existência de poucos especialistas em história colonial, recaem no velho argumento: o acervo básico do período colonial permanece em sua maior parte no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo, em Lisboa.

O impulso pioneiro voltado à compreensão da História do Ceará Colônia resultou do paciente trabalho do Barão de Studart, “.. para o que precisei despende longo e precioso tempo e não pequeno cabedal...”, conforme ressalta na sua conhecida obra¹²⁸. O objetivo básico do autor era lançar uma obra do Acervo Lusitano, ao indicar e comentar o conteúdo dos documentos oficiais, relativos à colonização.

Entretanto, o trabalho do Barão de Studart, apesar de significativo à História do Ceará, atendia com limitações aos interessados, uma vez que apenas parte da documentação foi copiada, impedindo, assim, uma maior aproximação dos pesquisadores com o rico acervo existente em Lisboa.

Somente nos anos setenta uma nova tentativa daria continuidade ao levantamento inicial, quando a professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, então professora do Curso de Licenciatura em História, da universidade Federal do Ceará, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, elaborou um inventário da documentação relativa à Capitania do Ceará, existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Cf GUA-BIRABA, 1976). (**Quadro 1**). Pena que o referido trabalho não tenha si-

¹²⁷ A exceção pode ser observada na dissertação de mestrado em história, defendida na Universidade Federal de Pernambuco e já publicada.

¹²⁸ Cf. Studart (1892). É importante não esquecer o teor informativo de *Datas e Factos para a História do Ceará*, v. I e II, do mesmo autor, publicadas pela Typographia Studart, em Fortaleza, em 1896.

do publicado, limitando-se somente à distribuição de algumas cópias a determinadas instituições, como o próprio Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e a Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

Quadro 1:

Caixas e capilhas da documentação referente à Capitania do Ceará, consultadas pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba:

Nº da Caixa ou Maço	Período	Nº de Capilhas
Cx. I	1618-1730	123
Cx. II	1731-1744	98
Cx. III	1745-1759	135
Cx. IV	176-1785	60
Cx. V	1786-1800	59
Cx. VI	1800-1807	63
M-1	1713-1829	173
M-2	1676-1789	91
M-3	1798-1804	92
M-4	1803-1823	107
Total de Capilhas: 1001		

Em relação aos documentos referentes à Capitania do Ceará foi decisivo o empenho do senador pelo Ceará, doutor Lúcio Alcântara, representante do Senado na Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento do Brasil, que conseguiu os recursos para a microfilmagem dos documentos avulsos da Capitania do Ceará. Conforme se observa no quadro 1, os documentos inventariados pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, em princípios dos anos 70, encontravam-se em 6 caixas e 4 maços, no Arquivo Histórico Ultramarino e hoje localizam-se em 21 caixas. Com o encargo de confrontar os verbetes produzidos pela referida professora com os originais nas capilhas e caixas do Arquivo Histórico Ultramarino, fomos indicados pelo Núcleo de Documentação Cultural do Departamento de História da UFC, para efetuar tal atividade no período de março a maio de 1997.

É bem verdade que a nossa permanência em Lisboa foi muito curta: apenas sessenta dias para efetuar uma revisão e complementação do “Inventário sobre a Capitania do Ceará”. Além disso, o horário de funcionamento do Arquivo Histórico Ultramarino restringe-se ao período de 13 às 19 horas, dificultando ainda mais uma adequação de tempo à concretização da referida proposta. Contudo, merecem destaque o apoio e a

atenção que nos foram dirigidos pela direção e funcionários do referido Arquivo.¹²⁹

No tocante ao número de dias reservados ao trabalho proposto, o rendimento em cada um deles tornava-se diferente, dependendo, sobretudo, do tipo de grafia dos documentos consultados. Portanto, não havia uma produção semelhante na consulta a cada caixa ou mesmo capilha. Enquanto em um dia pude concluir a consulta a duas ou mesmo até três caixas, em outras permaneci por mais de um dia na consulta de apenas uma. Além disso, alguns documentos contidos em uma capilha não estavam colocados em ordem cronológica, resultando, assim, uma demora maior na ordenação de determinadas capilhas.

Outra dificuldade sentida decorreu da dificuldade de constatar se os documentos, que estavam sendo consultados, já haviam sido cadastrados pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba. (Cf. **Quadros 1 e Quadro 2**). Justifica-se tal questão, em virtude da ordenação das novas caixas não corresponderem exatamente à divisão anteriormente efetuada. Por isso, em caso de dúvida, muitas vezes decidimos fazer um novo resumo dos documentos consultados ao invés de ter de procurar nas 281 páginas do trabalho da professora Célia, sem um indicativo seguro de localização, em virtude da ordenação diferente das duas organizações efetuadas com a documentação disponível.¹³⁰

Considerando o total das caixas consultadas, a que mais tempo exigiu foi a última, a de número 21, porque parte das capilhas, nele existentes, constituíam documentos sem datação. Com o intuito de situá-los cronologicamente, uma vez que se tratava de documentos oficiais, partimos dos nomes dos signatários e/ou destinatários, procurando descobrir se ocupavam alguma função pública, como por exemplo, capitão-mor, ouvidor ou secretário de estado. O resultado de tal medida foi compensador, servindo de marco aproximado de datação do documento em análise.¹³¹

¹²⁹ Vale ressaltar, em especial, as sugestões apresentadas pela diretora do Arquivo, dona Maria Luísa da Cunha Meneses Abrantes.

¹³⁰ Como exemplo de dificuldade encontrada, observe-se que diversos documentos, antes encontrados nas primeiras caixas, tinham sido transferidos para outras à espera, portanto, de uma nova numeração no *Catálogo*.

¹³¹ Serviram-nos de apoio à datação de alguns documentos: *Tabella dos Capitães-Mor Governadores da Capitania do Ceará Grande e dos Seus Governadores Independentes*, encontrada in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart. Trimestral, T. XVI, 1897, p. 58-60;

(Quadro 2)¹³²

Nº de Caixa	Período	Número de Capilhas
1	1618-1723	64
2	1724-1730	112
3	1737-1744	67
4	1745-1748	85
5	1749-1755	91
6	1756-1760	77
7	1761-1780	88
8	1781-1789	42
9	1786-12789	44
10	1799	77
11	1800	40
12	1801	30
13	1802	53
14	1804-1805	72
16 ¹³³	1806	76
17	1807-1810	46
18	1811-1819	72
19	1820-1821	41
20	1822	54
21	1823	75
Total de Capilhas: 1363		

Hegine, David P. *Colonial Governors from the Fifteenth Century to the Present*. A Comprehensive List by... The University of Wisconsin Press, Madison, Milwaukee, and London, 1970. Nesta obra encontra-se a relação dos capitães-mores das diversas possessões lusitanas. Além dessas, cópias de algumas listas fornecidas pelo Arquivo Histórico Ultramarino nos auxiliaram no reconhecimento dos cargos ou funções de alguns dos assinantes ou destinatários dos documentos e também os nomes dos Reis de Portugal, uma vez que os documentos eram assinados pelo Rei, sem indicar o respectivo nome do Soberano. Vide, por exemplo, Lista dos Presidentes e Conselheiros do Conselho Ultramarino de 1833; Secretários do Conselho Ultramarino (1643-1843); Lista de Secretários de Estado – Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 1736 a 1821 e Lista Cronológica dos Ministros, contendo a Relação dos membros do Poder Executivo que geriram os negócios das colônias, desde a criação da Secretaria de Ensino da Marinha e Domínios Ultramarinos, por Alvará de julho de 1736.

¹³² Para tanto, levamos em consideração as definições e classificações de documentos existentes, sendo-nos valiosa a orientação do Sr. José Cintra Martinheira, Arquivista e Vice-Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, a fim de que pudéssemos identificar a tipologia documental: Carta-Régia, Regimentos, Estatutos, Alvarás, Cartas, Carta de Lei, Avisos ou Cartas de Secretários, Consultas, Portarias, Ofícios, Resoluções e Cartas Patentes.

¹³³ Não existe a caixa número 15 ou foi erro do gráfico?

Desse modo, conseguimos situar alguns dos capitães-mores, cronologicamente, transferindo a documentação, por eles assinada, para outras caixas.¹³⁴

A partir de 1996, tendo em vista as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, no ano 2000, o Governo Federal do Brasil, através de alguns ministérios e principalmente do Ministério da Cultura, com o apoio dos governos estadual e municipal, além da participação de instituições públicas, como universidades e fundações, lançou o Projeto Resgate, que tinha como objetivo principal realizar a microfilmagem dos documentos sobre o Brasil Colônia, considerados patrimônio dos dois países.

O Projeto Resgate conta com o apoio do governo português, em especial através da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e da Fundação Calouste Gulbenkian. Por outro lado, a Comissão Bilateral para as Comemorações do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral (formada pelas comissões nacionais portuguesa e brasileira) credenciou o Projeto Resgate como prioritário para a preservação do patrimônio documental comum.

Os recursos obtidos não foram originários apenas do Ministério da Cultura, mas de diversas fontes como o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de governos estaduais ou mesmo das universidades federais, estaduais e privadas que liberam os pesquisadores selecionados a fim de realizarem a catalogação documental em Lisboa. A coordenação técnica do Projeto Resgate está a cargo da Dra. Esther Caldas Bertolotti – técnica consultora em documentação da Fundação Biblioteca Nacional, à disposição da Assessoria Especial do Gabinete do Ministro da Cultura.

O coordenador acadêmico dos projetos iniciais, que contemplaram os documentos das capitânicas de Minas Gerais, Maranhão, Pará e Rio Negro, é o professor doutor Caio César Boschi da PUC-Minas e da UFMG.

¹³⁴ Também foram incluídos no acervo da capitania do Ceará dois documentos que se encontravam no acervo da capitania do Piauí: o da Caixa 19, doc. 12/PI, 1802, abr.5, foi transferido para Caixa 13/CE e o da Caixa 20, doc. 37/PI, 1803, nov/28 foi transferido para Caixa 14/CE. As Capilhas 21 e 22, da Caixa 17/CE, foram transferidas para o acervo da Bahia, pois são referentes à capitania de Ilhéus.

Os trabalhos preliminares relativos à capitania de Pernambuco, de identificação, datação e ordenação cronológica, além da numeração necessária e a instalação definitiva das unidades, onde seriam colocados os documentos, em capilhas e caixas, ficaram a cargo de dois técnicos, historiadores e arquivistas, funcionários públicos do estado de Pernambuco e da prefeitura de Olinda, professor Hilso Leal da Rosa e professora Aneide Santana, merecendo ressaltar o significativo acervo referente a Pernambuco, uma vez que outras capitanias, como a do Rio Grande do Norte e do Ceará, lhe eram subordinadas.

Quanto às capitanias da Bahia e de Sergipe foi elaborado um projeto conjunto, com o apoio dos dois governos e, a partir de janeiro de 1997, o professor Lourival Santos, chefe do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, iniciou o confronto e as correções no inventário anteriormente realizado pela professora Maria Thetis Nunes dos documentos da capitania de Sergipe, a fim de tornar possível a microfilmagem dos mesmos. A professora Avanete Pereira Sousa e o professor Onildo Reis David foram escolhidos pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia para, no período de um ano, elaborar os verbetes contendo os resumos dos documentos baianos, que não foram inventariados por Castro e Almeida. A professora Neuza Rodrigues Esteves, antiga funcionária do Arquivo Público da Bahia e responsável pelo Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com experiência de pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino, também fez parte da equipe responsável pelo confronto e indicação da nova instalação de capilhas e caixas da documentação existente sobre a Bahia.

O período de minha permanência em Lisboa, de março a maio de 1997, tornou-se exíguo para que pudesse ser efetuada uma leitura atenta e paciente de toda a documentação disponível. A saída encontrada, para evitar a morosidade na consulta, consistiu em separar os documentos de difícil leitura, deixando-os separados para uma revisão ao final da classificação. Desse modo, tornou-se viável reexaminá-los, após o término da primeira consulta das 21 caixas documentais, relativas à capitania do Ceará, propiciando, assim, a reclassificação almejada.

Os dois meses reservados ao trabalho proposto nos permitiram organizar, cronologicamente, a documentação disponível, ficando a redação final do trabalho, sobretudo a digitação, para serem realizadas em Fortaleza, após o nosso regresso. Se o período de permanência em Lisboa tivesse sido maior, com certeza o trabalho teria sido realizado de uma melhor forma, inclusive em caso de dúvidas ou revisões facilmente po-

der-se-ia recorrer aos originais da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Entretanto, não adianta lamentar os empecilhos surgidos, mas reconhecer o mérito da realização de uma atividade significativa, pois atendeu ao objetivo básico do Projeto Resgate, que almejava trazer ao Brasil as cópias dos documentos referentes à capitania do Ceará.

A tarefa que nos foi reservada, ou seja, a revisão do trabalho da professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, na realidade não constituiu uma simples revisão, numa leitura paleográfica, com identificação e organização de documentos, que haviam sido, com o passar do tempo, deslocados ou transferidos para outras sequências. Após o nosso regresso ao Brasil, passamos mais quatro meses na revisão e digitação final do trabalho. À primeira vista pode parecer paradoxal, essa segunda fase do trabalho superar a primeira no tempo a ela reservado. Entretanto, as razões que explicam os motivos da demora são perfeitamente justificáveis, considerando as condições de trabalho no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. O nosso afastamento da instituição, em pleno período letivo, não nos desobrigou das atividades didáticas. Assim, durante os primeiros dias de março, lecionamos normalmente e, durante o período de permanência em Lisboa, outro colega assumiu o horário reservado às disciplinas por nós ministradas e, ao regressarmos, preenchemos o tempo que lhe fora cedido, a fim de repor as aulas a serem ministradas. Na verdade, o restrito número de professores do Departamento de História sempre dificulta o andamento das atividades programadas, sobretudo quando se busca associar a pesquisa ao ensino.

Após a organização do material coletado e a elaboração da ficha-síntese acerca de cada capilha consultada, tomando como modelo o trabalho da professora Célia Guabiraba, remetemos o trabalho a Lisboa, onde a revisão final foi realizada pela pesquisadora brasileira Avanete Pereira Sousa, especialista em história colonial, com mestrado na Universidade Federal da Bahia.¹³⁵

Para uma maior divulgação dos informes básicos contidos na documentação organizada, foi elaborado o presente catálogo, contendo além da síntese dos documentos, um índice geral, a fim de melhor orien-

¹³⁵ Vale ressaltar que os documentos inicialmente catalogados por Maria Célia de Araújo Guabiraba somavam 1100. Com o meu trabalho pude identificar 1363 e, de acordo com a revisão final da pesquisadora Avanete Pereira Sousa, o total de documentos cresceu para 1436, microfilmados em 22 rolos.

tar os pesquisadores, publicado pela Fundação Demócrito Rocha e com o apoio do Instituto do Ceará.

Os CD-ROMs e os microfimes a serem distribuídos entre algumas instituições de pesquisa, no Brasil, como o Arquivo Nacional, do Brasil, no Rio de Janeiro, o Arquivo Público do Estado do Ceará, o Arquivo do Núcleo de Documentação Cultural da UFC, com certeza facilitarão o acesso dos pesquisadores ao acervo da documentação localizada no Arquivo histórico Ultramarino.

3.1. Na trilha da documentação consultada

Ao manusear os documentos avulsos referentes à capitania do Ceará, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, à primeira vista podem parecer pouco significativos, pois muitas vezes restringem-se ao atendimento das relações burocráticas entre um capitão-mor ou um ouvidor e as autoridades lusitanas, a fim de garantir a subordinação da capitania às exigências do sistema colonial. Entretanto, no decorrer da consulta em diferentes caixas, percebe-se a riqueza dos informes ali contidos, pois revelam não só o andamento de uma precária administração, mas também deixam claras as diretrizes e as contradições da colonização, presentes nas relações vivenciadas por diferentes setores da sociedade existente, incluindo-se, assim, o confronto entre colonizador e colonizado. Desse modo, percebe-se o teor concreto do relacionamento entre os funcionários da corte e os habitantes nativos da região, permitindo visualizar o polêmico processo civilizatório.

Nos primeiros documentos, relacionados à atuação do capitão-mor Martim Soares Moreno, observa-se razão da escolha do local para servir de fortaleza, na capitania do Ceará, pois o que interessava era a “... defesa dos ataques dos holandeses e franceses, a escala dos navios que do estado do Brasil vão ao do Maranhã”.¹³⁶ Os pedidos de ornamentos destinados à celebração dos ofícios divinos ou mesmo da concessão de doze léguas de terra na capitania do Ceará bem revelam os propósitos da ocupação da área escolhida como núcleo de defesa. E desde o princípio, fica clara a dependência da capitania, pois o capitão-mor informa “sobre a falta de pagamento de soldos aos soldados e dificuldades por que passa o

¹³⁶ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.3

Ceará, uma vez que os governantes do estado do Brasil não querem dar cumprimento às provisões reais, mandando gente e soldados”¹³⁷.

Diversos são os informes acerca dos índios existentes na capitania. Apesar do decantado ideal de como colonizar os subalternos, respeitando os padrões da moral católica, constata-se que a prática cotidiana diferia muitas vezes do discurso oficial. Assim, uma das primeiras preocupações do padre João Duarte do Sacramento consistia em que “... os soldados sejam proibidos de levar índias para os quartéis e não se permitia a venda de vinho e aguardente pelos sertões e aldeias de índios”¹³⁸. Todavia, em 1703, Cristóvão Soares Reimão, da ribeira do Jaguaribe, em carta ao Rei informava que, na capitania do Ceará, “estão vários moradores com índias furtadas a seus maridos, há quatro, dez e quinze anos”.

Desde o início da ocupação do espaço cearense havia, por parte dos administradores da capitania, uma preocupação constante com a falta de sacerdotes e igrejas, não apenas para atender os colonizadores, mas também se insistia “a respeito da falta de sacerdotes... para batizar e instruir os gentios”¹³⁹. Apesar da ação dos missionários muitas vezes fugir aos limites estabelecidos pelas autoridades lusitanas, na assistência que devia ser prestada aos índios, a subordinação dos religiosos ao poder administrativo torna-se bem explícita, pois qualquer movimento em direção às missões deveria ter autorização oficial. A aldeia dos tapuias e dos índios tabajaras, na serra da Ibiapaba, ficava sujeita a uma vistoria periódica dos responsáveis pelo sistema administrativo da capitania.

Um tema bastante comentado em relação à colonização, em diferentes pontos do Brasil, também podia ser observado no Ceará. Trata-se do restrito número de mulheres existentes na capitania, o que provocava uma certa “... vexação por que passam alguns índios da capitania do Ceará pelo fato de certos moradores terem furtado suas mulheres e não as quererem devolver”¹⁴⁰.

Entretanto, a relação do indígena com o colonizador nem sempre se processava de forma submissa, pois observa-se nas cartas encaminha-

¹³⁷ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.8

¹³⁸ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.26

¹³⁹ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.37

¹⁴⁰ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.55

das ao Rei a reclamação contra o prejuízo causado pelos índios em relação ao gado criado, em virtude dos furtos observados.

Apesar de os missionários ocuparem uma função de destaque no relacionamento com os índios, havia um acompanhamento contínuo das autoridades estabelecidas, a fim de “... os missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios, para assim se evitar as insolências praticadas”¹⁴¹. Contudo, é através das cartas dos missionários que fica clara a perseguição aos índios do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte. E os conflitos com os indígenas não se restringiam à área litorânea. Há referências claras aos litígios travados na região interiorana, como a da vila do Jaguaribe. Mesmo nas regiões de conflito entre famílias, como ocorreu com os Feitosas e os Montes, nos Inhamuns, há referências à utilização dos indígenas de acordo com os interesses dos que controlavam o poder estabelecido. No seio do próprio clero havia disputas em relação ao trato com os índios, como ocorreu entre os jesuítas e o padre João de Matos Monteiro, da missão de Ibiapaba¹⁴². As terras ocupadas pelos índios na serra da Ibiapaba tinham como limites da ladeira da Uruoca até a localidade denominada Itapiúna. Os limites estabelecidos resultavam de uma doação, feita por D. João V, em 5 de dezembro de 1720. A citada missão representava “... a paz e o sossego das duas capitanias do Piauí e Ceará e os índios eram considerados “...bons soldados que Vossa Majestade tem muito prontos para tudo, sem com eles gastar nada...”¹⁴³. Todavia, nem sempre a submissão ocorria passivamente. Em 1753, o capitão-mor Luís Quaresma Dourado notificava o Rei sobre as missões da serra da Ibiapaba, acusando os nativos de destruírem benfeitorias efetuadas por moradores, que habitavam nas proximidades das missões. E o motivo da ação indígena era clara: “Os índios diziam que a terra era deles”¹⁴⁴.

Outro aspecto interessante diz respeito à utilização da mão de obra indígena fora do âmbito da missão. Em 1746, por exemplo, o ouvi-

¹⁴¹ Cf. Parecer do Conselho Ultramarino e Requerimento dos Índios da Ibiapaba, de 1720, in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.65.

¹⁴² CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.254

¹⁴³ Carta do ouvidor do Ceará Grande, Alexandre de Proença Lemos, ao Rei (D. José I), sobre a missão dos índios da Ibiapaba... in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.415.

¹⁴⁴ Carta do capitão-mor Luís Quaresma Dourado ao Rei (D. José I), de 12 de novembro de 1753, in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.373.

dor do Ceará, Manuel José Faria, pedia informações sobre como se deve pagar aos índios pelo trabalho que viessem a efetuar.¹⁴⁵

Apesar da relação conflituosa entre brancos e índios, havia referências à doação de terras aos índios de Ibiapaba, feita pelo rei D. João V, e também certidão do número de índios existentes na referida missão, conforme o atestam documentos sobre o visitador do Real Hospício do Ceará”.¹⁴⁶

Até março de 1786 ainda se percebe nas informações encaminhadas à rainha, D. Maria I, pelo ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Ave-lar, a situação dos índios da capitania, considerados vítimas da exploração “dos diretores das vilas, dos europeus, dos ouvidores e mesmo dos governadores...”. Nesse mesmo ano, há referências sobre as condições de vida dos índios na vila de Arronches e a respeito do tráfico e comércio de crianças indígenas.¹⁴⁷

Mesmo com a preocupação constante das autoridades com o estabelecimento da área ocupada pelos índios, na documentação do final do século XVIII há indícios sobre a fuga de índios das localidades onde se encontravam aldeados. E até no início do século XIX ainda constituía preocupação do Príncipe Regente obter informações do governador da capitania do Ceará “sobre os progressos da civilização dos índios da capitania.”¹⁴⁸

Entretanto, se considerarmos as diretrizes do processo de colonização, sempre presentes nos documentos oficiais, logo se percebe que não eram apenas os índios os responsáveis pela ameaça à ordem instituída. Desde o princípio da ocupação da capitania, o nível de formação dos seus moradores acarretava sérias preocupações às autoridades lusitanas. Em dezembro de 1749, a morte do capitão-mor, Francisco de Miranda Costa, levou o Conselho Ultramarino a reconhecer que “a maioria dos

¹⁴⁵ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.266.

¹⁴⁶ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.415 e 416. Cf. LEITE, Serafim, Pe. In *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. III, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 65; sobre o número de índios é interessante consultar o “Mapa das vilas de brancos e índios da capitania do Ceará”, in 10 CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 9, D.592.

¹⁴⁷ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 11, D.672 e D.649.

¹⁴⁸ 1802, out., 12, Queluz in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 17, D.946.

habitantes é formada por criminosos. Nem todos os homens têm capacidade para ocupar aquele governo.”¹⁴⁹

Na segunda metade do século XVIII, grande parte das informações encaminhadas a Lisboa dizia respeito à situação econômica da capitania. O comércio da carne seca, dos couros e das solas, além das referências ao uso da aguardente e à abertura de estradas faziam parte do conteúdo da documentação encaminhada à rainha, D. Maria I. E foi sobretudo no final desse século que a crise do comércio da carne de charque se acentuou. A elevação no preço da carne do gado repercutia nas finanças da capitania, pois fazia diminuir o índice de impostos anteriormente arrecadados. A falta de capital já não era preocupação exclusiva de uma localidade interiorana, mas também afetava as vilas de Soure e Mecejana. As secas agravariam ainda mais a situação econômica da capitania. A conhecida seca de 1791 a 1794 trouxe a fome e o desespero a inúmeros habitantes do Ceará. Mesmo com o retorno das chuvas, os resultados da diminuição de lucro no processo criatório se manifestavam ante a cobrança de impostos, como o chamado subsídio militar de seiscentos e quarenta réis, cobrado por cada cabeça de gado, que acarretava sérias preocupações à população.¹⁵⁰

Um tópico que nos prende a atenção no acervo consultado relaciona-se à situação do porto de Fortaleza. A separação do Ceará da capitania de Pernambuco, em 1799 foi recebida com entusiasmo, mas passada a euforia inicial, a carência de recursos para atender à implantação das melhorias desejadas agrava-se ainda mais com as dificuldades em se estabelecer a navegação direta entre a capitania do Ceará e Lisboa.¹⁵¹ As informações constantes na documentação a respeito do porto, em sua maioria classificavam-no como precário. Apesar de as autoridades considerarem o porto do Mucuripe como excelente, as reclamações apontando suas precárias condições persistiam. Embora já concluída a “Casa de Inspeção dos Algodões”, reconhecia-se “a necessidade de construir-se, no

¹⁴⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei (D. João V) sobre o falecimento do capitão-mor do Ceará, Francisco de Miranda Costa... in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 5, D.333.

¹⁵⁰ Carta da câmara da vila do Icó ao Príncipe Regente (D. João), sobre a grande seca de 1791-94 e a extrema miséria em que se encontra o povo da capitania do Ceará, agravada pelos pesados impostos in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 15, D.832.

¹⁵¹ A emancipação do Ceará da subordinação a Pernambuco foi determinada pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799.

porto de Mucuripe, uma ponte de madeira, por causa dos ventos que fazem levantar muitas ondas.”¹⁵²

É importante lembrar que as relações comerciais pouco expressivas não constituíam uma ocorrência exclusiva do Ceará, pois a abertura dos portos e, sobretudo, o aumento considerável do índice das exportações tornar-se-iam realidade no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Desse modo, nos anos cinquenta, além do algodão, a cera de carnaúba e o café passariam a constar na pauta de exportações. Em 1860¹⁵³, Fortaleza passou a manter transações comerciais diretamente com a Europa e também com outras províncias, quando o seu porto já constava nas rotas marítimas que ligavam o Brasil ao comércio internacional. Consequentemente, as atividades de exportação e importação aumentariam o número de comerciantes estabelecidos na cidade, destacando-se os estrangeiros, pois no final dos anos sessenta, Fortaleza contava com quinze casas comerciais estrangeiras, além das que pertenciam aos portugueses radicados em Fortaleza.¹⁵⁴

Analisando a documentação relativa ao Ceará, logo se percebe a necessidade de realçar que o processo de ocupação do espaço no Nordeste do Brasil, apesar de seguir as diretrizes traçadas pela metrópole, também tinha as suas particularidades, sobretudo se levarmos em consideração a função hegemônica de Pernambuco em relação às demais capitânias que lhe eram subordinadas. Desse modo, os entraves impostos às relações comerciais, uma vez que as exportações tinham de ser efetuadas através do porto do Recife, explicam a permanência durante muito tempo das precárias instalações portuárias em Fortaleza, presentes inclusive na segunda metade do século XIX.

¹⁵² Ofício nº 14, do governador da capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao visconde de Anadia (Ministro do Reino), de 30 de junho de 1802 in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.926.

¹⁵³ Essa data deve estar errada, pois os documentos em questão não vão até 1860.

¹⁵⁴ A respeito das mudanças radicais ocorridas na economia brasileira na segunda metade do século XIX, torna-se imprescindível a consulta à obra de Graham (1973). Quanto à situação do Ceará, além do trabalho do professor Geraldo da Silva Nobre (1991), é imprescindível consultar a obra da professora Denise Takeya (1995). O mérito desse último livro consiste em aprofundar a temática da presença estrangeira no comércio brasileiro, demonstrando inclusive que não se deve radicalizar a respeito da primazia britânica no comércio exportador em todas as cidades portuárias do Brasil. Baseando-se em exaustiva pesquisa, fica demonstrado que em Fortaleza a Casa Boris Freres, pertencente a imigrantes franceses, liderava o comércio de importação e exportação. Veja-se, em especial, o Capítulo 5: Produção e Comércio no Ceará: a estruturação do espaço agroexportador na província, p. 94-113.

Além disso, desde o declínio das charqueadas, no final do século XVIII, que afetara a dinâmica comercial de Aracati, o peso das exportações só seria revigorado com a expansão da cultura algodoeira e a do café, que se destacavam como principais produtos, no período de 1850-1885.¹⁵⁵

Para comprovar as precárias condições da capitania do Ceará no contexto administrativo do Brasil Colônia, basta consultar os documentos redigidos pelos capitães-mores, pois através deles se percebe a real dimensão do espaço ocupado, que pouco os incentivava a reverter a situação. O capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, que governou a capitania de 1782-1789, apesar de considerado pouco simpático aos que lhe eram subordinados, deixou uma significativa informação acerca da capitania. De acordo com suas palavras, “Desde que cheguei a esta desgraçada, escabrosa capitania, e tomei posse do seu infeliz governo...”. Em outro documento, refere-se “à indolência dos habitantes do Ceará, cujo pão vinha de Pernambuco, por preguiça de cultivar a mandioca. Limitavam-se à criação de gado.”¹⁵⁶

A dinâmica do “Brasil nos quadros do antigo sistema colonial” já nos foi demonstrada por Fernando Novais. Entretanto, se tomarmos a definição empregada pelo referido autor, para **delinar**¹⁵⁷ o sistema colonial, percebe-se a sua validade para fornecer uma visão geral do sistema, excluindo-se as particularidades de outros espaços dominados: escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão formam, portanto, o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele às linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela **produção** só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizada em grandes empresas.¹⁵⁸ Todavia, se considerarmos as condições impostas pelo sistema colonial na capitania cearense, torna-se explícito o seu caráter particular, diferenciando-o das demais experiências, pois, além de uma dependência às contingên-

¹⁵⁵ Cf. Guabiraba, citada por Lemenhe (1991, p. 101).

¹⁵⁶ (post. 1782) – Ofício do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao (Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar) in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 9, D.590.

¹⁵⁷ É possível que essa palavra denuncie uma falha na edição, ou se trata de uma palavra cujo sentido não atingimos.

¹⁵⁸ NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA (1978, p. 62).

cias climáticas, a subordinação a Pernambuco deixava transparecer um traço por demais específico nas relações coloniais aqui desenvolvidas.

3.2. Considerações finais

A concretização das atividades propostas pelo Projeto Resgate tem um significado especial. Apesar das dificuldades enfrentadas, como cobertura das despesas previstas e, em especial, a realização do trabalho de classificação no prazo estabelecido, merecem destaque a ousadia e firmeza dos seus coordenadores em saber congregar pesquisadores que acatassem as limitadas condições de remuneração, mas que estivessem conscientes da importância do trabalho a ser realizado, concretizando, assim, um velho sonho dos estudiosos da história colonial: trazer até nós cópia do acervo existente em Lisboa, ampliando as possibilidades de análise e de revisão dos estudos realizados acerca de diferentes temáticas.

Além disso, há um aspecto do referido projeto que merece ser reconhecido coletivamente, sem as delimitações que poderiam ser impostas por determinados grupos, voltados a interesses regionais. Em virtude da carência de recursos, para cobrir as despesas previstas, poder-se-ia argumentar que deveriam ser escolhidas apenas algumas capitânicas, que pudessem proporcionar uma visão de conjunto do sistema colonial, logicamente restringindo-se a classificação documental às capitânicas de maior destaque no período colonial. Entretanto, os propósitos estabelecidos e os resultados obtidos conseguiram ultrapassar tais limitações, tornando realidade um velho sonho. E o mérito reconhecido torna-se mais significativo ao reconhecermos o envolvimento não apenas de órgãos do governo brasileiro, mas também da decisão participativa de instituições do governo português, que conseguiram superar antigas barreiras que dificultavam a ampliação dos estudos a respeito do período colonial.

Em relação ao Ceará, o mérito não é exclusivo dos que se envolveram no Projeto Resgate, pois não podemos esquecer o pioneirismo do Barão de Studart, que viabilizou as primeiras cópias dos documentos contidos no Arquivo Histórico Ultramarino, servindo de referência aos pesquisadores durante muito tempo. Tempos depois, o “Inventário da Documentação Manuscrita Relativa ao Ceará”, de autoria da professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, serviu de suporte básico a todos os que necessitavam consultar os referidos documentos. Esperamos que a participação da Universidade Federal do Ceará, com o apoio do Instituto do

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ceará e da Fundação Waldemar Alcântara possam dar continuidade ao aprofundamento dos estudos acerca do Ceará Colonial.

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO/COTA
Entidade Detentora:	Arquivo Histórico Ultramarino	AHU
Grupo de Arquivos:	Administração Central	ACL
Fundo:	Conselho Ultramarino	CU
Série:	Brasil – Ceará	006
Caixa:	1 – 24	Cx.
Documentos:	1 – 1436	D.
Datas Extremas:	1618-1832	
COTA ATUAL:		AHU ACL CU 006, Cx. , D. .

Caixa	Datas Extremas	Documentos
1	1618-1724	1-81
2	1725-1733	82-151
3	1734-1742	152-217
4	1743-1746	218-581
5	1746-1751	282-355
6	1752-1756	356-420
7	1757-1760	421-486
8	1761-1771	487-546
9	1772-1783	547-603
10	1784-1785	604-625
11	1786-1787	626-649
12	1787-1797	650-708
13	1798-1800	709-775
14	1800	776-825
15	1801	826-888
16	1802	889-935
17	1802-1803	936-1004
18	1803-1804	1005-1068
19	1805-1806	1069-1122
20	1806	1123-1174
21	1807-1814	1175-1238
22	1815-1821	1239-1318
23	1821-1822	1319-1374
24	1822-1832	1375-1436

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Rolo	Caixas	Documentos	Datas
1	1	1-66	1618-1720
2	1	67-81	1720-1731
	2	82-125	
3	2	126-151	1731-1740
	3	152-202	
4	3	203-217	1740-1744
	4	218-225	
5	4	225-281	1744-1746
	5	282-307	
6	5	308-355	1747-1754
	6	356-382	
7	6	383-420	1754-1759
	7	421-468	
8	7	469-486	1759-1766
	8	487-515	
9	8	516-546	1767-1783
	9	547-592	
10	9	593-603	1783-1785
	10	604-615	
11	10	616-625	1785-1786
	11	626-633	
12	11	634-649	1786-1787
	12	650	
13	12	651-708	1787-1800
	13	709-757	
14	13	757-775	1800-1801
	14	776-835	
15	15	836-888	1801-1802
	16	889-904	
16	16	905-935	1802-1803
	17	936-992	
17	17	993-1004	1805
	18	1005-1068	
	19	1069-1092	
18	19	1093-1122	1805-1806
	20	1123-1161	
19	20	1162-1174	1806-1817
	21	1175-1238	
	22	1239-1258	
20	22	1259-1318	1817-1822
	23	1319-1351	
21	23	1352-1374	1822
	24	1375-1385	
22	24	1386-1436	1822-1832

MICHAEL K E O ABISMO INTRANSPONÍVEL
ENTRE O EU E O MUNDO¹⁵⁹

Ilma da Silva Rebello (UERJ e UFF)

ilmarebello@gmail.com

John Maxwell Coetzee, nascido em 1940, na Cidade do Cabo, na África do Sul, tem se revelado um dos escritores mais importantes da atualidade. O sul-africano ganhou o Prêmio Nobel em 2003 e dois *Booker Prize*, em 1983, por *Vida e época de Michael K*, e em 1999, por *Desonra*.

Muito se comenta sobre a influência dos problemas raciais e políticos da África do Sul nas narrativas de Coetzee. Embora nem sempre especifique a África do Sul como cenário de suas narrativas, em *Vida e época de Michael K*, o país é palco de grande parte da ação. Este romance apresenta um país etnicamente dividido. É impossível abordar esta obra sem falar no contexto do *apartheid*. A narrativa tematiza o racismo contra a maioria negra que envolve a falta de liberdade – traduzida, sobretudo, no toque de recolher e nas patrulhas –, e também a burocracia, que exige “passes” para ir e vir. Anna K, mãe de Michael K, é empregada doméstica e mora com o filho num minúsculo quarto embaixo de uma escada. Diante de um futuro incerto, a narrativa problematiza o isolamento do indivíduo, estranho em relação a seu tempo. Resta-lhe viver em tensão com um mundo em constante guerra.

Como o próprio título do romance diz, *Vida e época de Michael K* aborda não apenas a história do personagem Michael K, mas também a época em que ele vive. A expressão “a vida” sugere geralmente que a vida terminou, enquanto que “vida” não implica esse sentido. O tempo em suas diversas acepções é, portanto, um elemento importante nessa obra romanesca. Logo no início do texto de Coetzee, é narrado o dia do nascimento de Michael K:

A primeira coisa que a parteira notou ao ajudar Michael K a sair de dentro da mãe para dentro do mundo foi que ele tinha lábio leporino. [...] Mas desde o começo Anna K não gostou da boca que não fechava e da carne viva e rosada exposta para ela. Estremeceu ao pensar no que havia crescido dentro dela

¹⁵⁹ Este artigo, com algumas alterações, integra a Tese de Doutorado intitulada “No caldeirão da história: a realidade labiríntica nas narrativas de Kafka, Coetzee e Chico Buarque”. Niterói: UFF, 2011. Orientador: Prof. Dr. Paulo Azevedo Bezerra.

aqueles meses todos. [...] Por causa da deformação, e porque não era rápido de cabeça, Michael foi tirado da escola [...] (COETZEE, 2003b, p. 9-10).

Michael K já nasce sob o estigma da diferença e da impotência: pobre, com má-formação e com capacidade mental reduzida. Com essas características, a narrativa parece indicar que só resta a Michael K viver à deriva pelo mundo. A metáfora do lábio fendido é uma espécie de determinismo biológico da quase incomunicabilidade de K, já que esta anomalia, em casos mais graves, é um obstáculo do fluxo da fala. Ao narrar a trajetória de Michael K, de dentro do aconchego materno para o mundo, Coetzee resgata a história de todo um povo sofrido durante o regime totalitário da África do Sul.

A rotina do personagem é marcada pela violência. A cidade situa-se sob o signo da precariedade e do desamparo ao tornar explícitas as barbáries cometidas em nome da colonização, principalmente a segregação dos negros. É determinante a influência dos problemas políticos e raciais na África do Sul do *apartheid* na realidade de Michael K. Embora o *apartheid* não seja nomeado, toda a população é descrita como se estivesse perdida na guerra civil.

Michael K, jardineiro sem lar, perambula pelas estradas tentando voltar à fazenda onde a mãe moribunda passara a infância. Ele tinha a esperança de escapar da violência, “dos ônibus lotados, das filas de comida, dos balconistas arrogantes [...] das sirenes nas noites, do toque de recolher [...]” (*ibid.*, p. 14-15). O passado surge como uma recompensa para a precariedade do mundo em que vive. A fazenda se transforma num Éden perdido que poderá suplantar as sequelas deixadas pela guerra. O campo se abre para Michael como um céu. A busca desses dois valores – liberdade e segurança – é frustrada, pois o personagem é preso várias vezes e submetido a trabalhos forçados.

Dentro dessa realidade inóspita, a solidariedade não existe. Ao longo da narrativa são raríssimos os momentos em que esse sentimento é colocado em prática. No meio da precariedade, Michael percebe a sua condição de *gauche*, de marginalizado. Os visíveis indícios desse tempo histórico – frio e estéril – se revelam na realidade brutal de Michael K. Ele é um membro “silencioso” dessa paisagem sombria que domina o destino da África do Sul. Michael K vive numa prisão, onde os seus direitos desde sempre estiveram abolidos. Os campos para onde Michael é levado se assemelham aos campos de concentração nazistas, no entanto, ao contrário destes, os seres humanos não são exterminados, mas submetidos a trabalhos forçados e tratados como animais. Apesar disso, K é

completamente inabilitável ao mundo do *apartheid*. No final da narrativa, o exército é descrito descalço, acentuando a decadência de um sistema que durante anos dividiu o país entre brancos e negros (COETZEE, 2003, p. 154).

Somando-se ao regime de segregação, as regras do capitalismo também são reveladas. Quando Anna K começou a ficar doente, os patrões cortaram um terço do seu salário e contrataram uma mulher mais moça. As pessoas perdem a utilidade, como se fossem mercadorias cuja validade estivesse vencida. Perdem o viço, a atração e o caráter de necessário. Como mercadorias, os seres humanos são úteis enquanto dispõem de beleza, de juventude, de força e de disposição. Michael K revela uma boa percepção dessa realidade injusta quando afirma:

Minha mãe trabalhou a vida inteira [...] Esfregava o chão dos outros, fazia comida para eles, lavava o pai deles. Lavava a roupa suja. Lavava a banheira depois que eles usavam. Ficava de joelhos e lavava a privada. Mas quando estava velha e doente, se esqueceram dela. Deixaram encostada num canto onde ninguém via. Quando morreu, jogaram ela no fogo. Entregaram para mim uma caixa velha com cinzas e me disseram: Aqui está sua mãe, leve embora, ela não serve para nós (*ibid.*, p. 158-159).

Anna K é submetida a uma metamorfose que a reduz a um objeto, a mera executora de papéis. A força humana de trabalho é vendida em troca de um salário, tornando-se uma mercadoria como as outras. Adoentada, Anna K “vivia com medo de que os Buhrmann [os patrões] cessassem com a *caridade*” [*grifo nosso*] (*ibid.*, p. 13). O sentimento de sujeição aos critérios utilitários do mercado leva Anna K a acreditar que até o seu trabalho é uma beneficência dos empregadores. Os trabalhadores são vistos em relação à quantidade de trabalho que podem executar. O tempo de trabalho ocupa a maior parte do tempo de vida dos indivíduos enredados nessa estrutura. No entanto, eles precisam se submeter a essa realidade de se quiserem sobreviver. Os homens passam a não viver a própria vida e a desempenharem meras funções.

Em *A condição humana*, Arendt faz um estudo de três atividades que integram a “vida activa”: labor (*labor*), trabalho (*work*) e ação (*action*), que ajudam a compreender a organização do trabalho na sociedade moderna. Segundo a filósofa (2004, p. 94), o labor é uma atividade realizada pela necessidade biológica. “Tudo o que o labor produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e este consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes, reproduz – nova ‘força de trabalho’ de que o corpo necessita para seu posterior sustento” (*ibid.*, p. 111). Para os gregos, “laborar significava ser escravizado pela

necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade” (*ibid.*, p. 94). Desse modo, o fato de alguém realizar as tarefas voltadas para a manutenção e as necessidades da vida justificaria a existência da escravidão, na visão dos gregos.

O trabalho, ao contrário do labor, consiste na atividade do *homo faber* de produzir objetos duráveis. As mãos simbolizam o elemento central do trabalho, pois estão relacionadas às ideias de construção e de criatividade. A ação, por sua vez, não está relacionada à sobrevivência biológica ou à produção técnica. A ação se concretiza na interação entre os indivíduos.

Em virtude da incorporação da noção de produtividade ao trabalho humano, a fim de formar excedentes para a geração de riquezas, o trabalho passou a ser executado à maneira do labor. “Os produtos do trabalho – objetos destinados ao uso – passaram a ser consumidos como bens de consumo” (*ibid.*, p. 242).

Na narrativa de Coetzee, as atividades realizadas por Anna K e Michael K – empregada doméstica e jardineiro, respectivamente, – são movidas pelas necessidades imediatas da vida. Tudo o que buscam é sobreviver em um mundo hostil. Essa atitude os aproxima da condição animal: nascer, crescer, alimentar-se, reproduzir-se e morrer. Essa é a forma como vive grande parte da população da África do Sul em meio ao *apartheid*. Para essas pessoas, a vida e o mundo se resumem ao labor. Viver é uma interminável repetição até que a trajetória termine. Por outro lado, Arendt (2004, p. 118-119) diz que o labor dá significado à vida:

“A benção ou alegria” do labor é o modo humano de sentir a pura satisfação de se estar vivo que temos em comum com todas as criaturas viventes; e chega a ser o único modo pelo qual também os homens podem permanecer no ciclo prescrito pela natureza, dele participando prazerosamente, labutando e repousando, laborando e consumindo, com a mesma regularidade feliz e intencional com que o dia segue a noite e a morte segue a vida. A recompensa das fadigas e penas está na fertilidade da natureza, na tranquila certeza de que aquele que cumpriu sua parte de ‘fadigas e penas’ permanecerá como parte da natureza no futuro de seus filhos e nos filhos de seus filhos.

É a satisfação de estar vivo e usufruir a natureza que alimenta os dias de Michael K na fazenda. Ao reduzir o seu projeto de vida à mera subsistência e isolar-se do convívio com as outras pessoas, Michael K abre mão da comunicação e da ação, colocando em risco a própria condição humana. Com isso, a sua vida “está literalmente morta para o mundo;

deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens” (*ibid.*, p. 189). Segundo Arendt (*ibid.*), “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original”.

Desse modo, Anna K e Michael K vivem na tentativa de resistir às adversidades. Eles são, portanto, produtos do sistema. Eles habitam um quartinho emprestado pelos patrões, debaixo de uma escada, com uma placa de perigo na porta. As condições são precárias. Vivendo embaixo da escada, os personagens são reduzidos à condição de objetos de uso.

Anna K e Michael K, excluídos e marcados como refugo, fazem parte de uma população desprotegida pela lei – produtos secundários de uma forma de produção, um “exército industrial de reserva”. A chancela do “perigo” ronda a cabeça desses seres não integrados ao sistema produtivo e, portanto, representantes da ameaça à ordem social.

As placas têm a função de sinalizar, de advertir, de mostrar a direção ou simplesmente chamar a atenção. No romance, a “placa do perigo” estabelece uma relação de sentido com a realidade narrativa ao mostrar que Michael K e Anna K, assim como o inseto Gregor Samsa, de Kafka, não se ajustam e não podem ser ajustados ao sistema. São nódoas em meio à paisagem, seres inválidos. A placa dialoga com a condição precária dos personagens. Nas palavras de Anna K – “me sinto uma rã debaixo de uma pedra morando aqui” (COETZEE, 2003b, p. 16) – percebe-se a redução dos personagens à animalidade. O poder corrosivo permeia as relações sociais e subjetivas da realidade de Michael. Esta questão fica evidente nas várias metáforas de parasitismo usadas pelo autor para descrever as relações entre os personagens e o mundo.

Michael K não se deixa “enquadrar pela sociedade”, apesar da vida passada em prisões. Ele vive “fora do alcance do calendário e do relógio” (*ibid.*, p. 134). Sobre a sua história, ele esclarece:

Eu contaria a história de uma vida passada em prisões, onde eu estava dia após dia, ano após ano com a testa apertada no arame, olhando ao longe, sonhando com experiências que nunca ia viver e onde os guardas me xingavam e chutavam meu traseiro e me mandavam esfregar o chão (*ibid.*, p. 208).

Michael K, condenado a uma vida inútil, demonstra com sua história de vida que a resistência não implica violência. Os campos para onde ele é levado destinam-se não apenas a degradar os seres humanos, mas a transformá-los numa simples coisa. O sofrimento converte homens em

animais que não se comunicam e não se queixam. Do ponto de vista da sociedade dominante, K é absolutamente supérfluo.

Arendt (2006, p. 496) associa os campos de concentração às três concepções ocidentais básicas de uma vida após a morte: O Limbo, O Purgatório e o Inferno. Ao Limbo destinam-se os elementos indesejáveis, como os refugiados, os marginais e os desempregados, que devem ser afastados da sociedade. O Purgatório é representado pelos campos onde o abandono alia-se ao trabalho forçado. O Inferno é representado por aqueles campos aperfeiçoados pelos nazistas que causavam o maior tormento possível. Podemos dizer que Michael K transitou pelas três esferas. Viveu entre dois “campos”: o campo como fazenda e o campo como lugar para onde os pobres eram levados. Este último visava, entre outras coisas, a aniquilar o ser humano.

O primeiro passo para o aniquilamento do indivíduo é a anulação da condição cívica do homem. Michael K foi excluído da proteção da lei e passou a ser um marginalizado. O segundo passo é matar a pessoa moral do homem. Isto acontece quando lhe é negada uma vida digna. Michael é tratado como inútil e como um cadáver-vivo. Nada, nem a morte lhe pertencia, e ele não pertencia a ninguém. O terceiro passo é a identidade do indivíduo. Essa parte da pessoa é a mais difícil de destruir. O personagem de Coetzee era transportado em vagões como gado. Embora K não soubesse o seu lugar no mundo e tivesse sua identidade quadruplicada – Michael K, Michael, K e Michaels –, ele termina a narrativa com o mesmo sonho e com os mesmos valores: cuidar da terra. A sua singularidade, fruto da natureza, aqueles que detêm o poder não conseguem usurpar. Daí o narrador concluir perplexo que K havia conseguido “se instalar dentro de um sistema sem passar a fazer parte dele” (COETZEE, 2003b, p. 192).

A identidade do personagem oscila ao longo da obra: Michael K, Michael, K e Michaels. *Michael K* e *K* remetem aos personagens de Kafka. Já *Michael* alude ao homem sem sobrenome e sem cidadania. *Michaels*, no plural, aponta para uma coletividade (Cf. HELENA, 2006, p. 140-141). Com a inicial ou no plural, a narrativa mostra um personagem desenraizado no tempo e no espaço. Michael tem o sentido que vai além da simples percepção do narrador. Ele é tão singular que extrapola os limites da narrativa. Na primeira e terceira partes, o narrador é onisciente e descreve os personagens a partir de sua interioridade. Na segunda parte, temos um narrador-personagem. Ele descreve os personagens, principalmente Michael K, e com ele se identifica, a ponto de nele se desdobrar.

O narrador desdobra-se em dois “eus” para contar a história de Michael: um “eu” que expõe (na primeira e na terceira partes) e um “eu” que investiga (na segunda parte). Na segunda parte, o personagem é denominado *Michaels*. O narrador passa a contar a história em primeira pessoa. Neste momento, ficamos sabendo que o narrador é um oficial médico que cuida de Michael K. Assim diz o narrador ao receber Michael K no centro de reabilitação:

Há um novo paciente na sala, um velhinho que desmaiou durante o treinamento físico [...] foi encontrado sozinho no meio do nada no Karoo [...]. Perguntei aos guardas que o trouxeram para cá por que obrigavam alguém nas condições dele a fazer ginástica [...]. O prisioneiro não reclamou, responderam [...]. Vocês não enxergam a diferença entre um homem magro e uma caveira?, perguntei (COETZEE, 2003b, p. 151-152).

Nestas condições, fraco e envelhecido, o personagem Michael K, aos trinta e dois anos, deu entrada no campo de reabilitação. O personagem se impõe ao narrador. Este se recusa a acreditar que Michael estivesse cuidando de uma fazenda abandonada e alimentando a população da guerrilha local, conforme mencionado pela polícia. É difícil para o narrador acreditar que alguém tão inexpressivo pudesse ser um conspirador contra o governo, da política local:

“Eles erraram”, disse [o narrador]. “Devem ter confundido esse com algum outro Michaels. Este Michaels é um bobo. Este Michaels não sabe como riscar um fósforo. Se este Michaels estava cuidando de uma bela plantação, por que estava morrendo de fome?” [...] Ele diz que o nome dele é Michael, não Michaels (*ibid.*, p. 153).

Michael revela uma face oculta e corajosa, de uma grandeza que intriga o narrador. Enquanto rasteja humildemente, ganha uma dimensão que inverte as posições. Ele passa a ser especial para o narrador, ocupando um lugar de honra. Michael interroga o motivo dos médicos se preocuparem tanto com ele. O narrador responde: “[...] ele está certo: eu presto mesmo muita atenção nele. Quem é ele, afinal?” (*ibid.*, p. 159). O narrador fica impressionado com o comportamento de K, alheio à violência do mundo, a ponto de pedir para o responsável pelo campo de reabilitação, Noel, inventar alguma coisa para o relatório e mandar o paciente embora (*ibid.*, p. 164). O narrador chega à seguinte conclusão: “ele [Michael K] não é deste mundo. Vive num mundo todo dele” (*ibid.*, p. 165). Em virtude de Michael ser um prodígio, há uma disputa sobre o real sentido do protagonista. Como se explica a resistência de Michael? Através do seu jeito singular, Michael personifica com profundidade os lineamentos universais e significativos de sua época.

A realidade de K é hostil: ele é um negro numa época de exacerbado racismo e dominação branca no continente africano, no entanto, é incapaz de um ato de rancor ou violência. O narrador acaba descobrindo a si mesmo, graças ao que Michael K suscita. Assim diz o narrador: “você nunca pediu nada, e assim mesmo virou um albatroz pendurado no meu pescoço. Seus braços ossudos estão em volta da minha cabeça, e ando curvado com o seu peso” (COETZEE, 2003b, p. 169). O personagem se expande e o narrador não consegue abarcar a sua singularidade. Michael K passou a ser motivo de repúdio e admiração. Ao mesmo tempo em que Michael é repudiado pela sociedade, também provoca espanto com o seu jeito de ser.

Indefinível, Michael K sensibiliza até o narrador. Este diz para Michael K: “não pedi para você vir aqui. Estava tudo bem comigo antes de você aparecer. Eu era feliz, feliz como dá para ser num lugar como este. Portanto, eu também pergunto: por que eu?” (*ibid.*, p. 173). Desta forma, o narrador interroga o motivo pelo qual havia sido o escolhido. A partir do momento em que Michael entrou no campo de reabilitação, o narrador-personagem passa a viver um turbilhão de emoções que desalinham completamente a sua vida.

O narrador, numa carta ao seu personagem, define o mundo cruel em que viviam. Ele menciona que o erro de Michael foi ter se amarrado à mãe e vivido em função dela. O lugar ideal para K seria um “canto tranquilo de um jardim obscuro em um subúrbio sossegado” (*ibid.*, p. 174). A mãe de Michael é, para o narrador, a personificação da morte, pois durante o tempo em que estava viva, o filho foi sufocado com o seu “peso” e depois de morta ainda continuava interferindo na vida de K. A narrativa contrapõe a mãe-biológica à mãe-terra. Michael K, ao interrogar o porquê de ter sido trazido ao mundo, “recebera sua resposta: tinha vindo ao mundo para cuidar da mãe” (*ibid.*, p. 13). O personagem não desiste da missão de cuidar da mãe e, depois desta morta, de levar suas cinzas para a fazenda. Percebe-se, portanto, que “cuidar da mãe” assume um duplo sentido na história, relacionando-se com a mãe-biológica e a mãe-terra.

Michael K era, na visão do narrador, “uma criatura acima do alcance das leis das nações” (*ibid.*, p. 175). A experiência da guerra e a segregação racial incidem sobre uma personalidade que, como já foi dito, parece impermeável à história. Na insignificância com que se apresenta, Michael destaca-se como um ser dissonante da realidade em que vive. Em carta, o narrador diz sobre Michael K:

[...] uma alma abençoadamente intocada por doutrinas, intocada pela história, uma alma que bate as asas dentro desse rígido sarcófago, murmurando por trás dessa máscara de palhaço [...] uma criatura que sobrou de uma era anterior (COETZEE, 2003b, p. 176).

Nessa carta, o narrador coloca Michael K como uma peça de museu, em virtude de sua grandiosidade. Um personagem que conseguiu viver e sobreviver no “caldeirão da história”, como se estivesse “flutuando pelo tempo”. O narrador quer fugir da realidade ou igualar-se a Michael K, como podemos perceber no trecho a seguir:

Talvez nós dois [o narrador-personagem e Noel] devêssemos arrancar uma folha do livro de Michaels e viajar para um lugar mais tranquilo do país, [...] e montar casa lá, dois cavalheiros desertores de meios modestos e hábitos discretos. Como chegar até onde Michaels chegou sem ser apanhado é a maior dificuldade. Talvez um bom começo fosse nos livrarmos de nossas fardas, sujar as unhas de terra e andar um pouco mais perto do chão; embora eu duvide que jamais possamos parecer tão comuns quanto Michaels [...] (*ibid.*, p. 186). [...] Na noite em que Michaels escapou, eu devia ter ido junto (*ibid.*, p. 187).

A partir da convivência com Michael K, o narrador começa a questionar o seu modo de vida. Os sentimentos experimentados pelo narrador-personagem demonstram o quanto a sua vida e até o seu discurso foram influenciados pela inadequação de Michael à sociedade. A angústia do narrador não é fruto da época, mas advém da concepção enganosa que tinha sobre a vida e sobre Michael K. Em seu discurso, o narrador declara o desejo de ser uma espécie de “bicho” – “sujar as unhas de terra e andar um pouco mais perto do chão” –, pois talvez só na simplicidade conseguiria sobreviver ao caos. O narrador escolhe viver como seres humanos, como Michael, discriminados e considerados “anormais”, mostrando a sua preocupação com a sobrevivência em tempos como aqueles. Esse anseio de ir à natureza é a fuga de uma realidade opressora, pois a natureza significa liberdade, o único possível no *apartheid*.

Michael K corporifica os problemas enfrentados pela população negra da África do Sul. O romance ilustra as consequências do *apartheid* e mostra o estado de urgência que se instaura no país a partir de 1985. Numa conversa entre Noel e o narrador, este menciona ter esquecido as causas da guerra:

Além disso, falei, pode me lembrar por que estamos fazendo essa guerra? Uma vez me disseram, mas faz tempo e parece que esqueci.

Estamos fazendo esta guerra, disse Noel, para as minorias terem algo a dizer sobre seus destinos (COETZEE, 2003b, p. 183).

A razão da perplexidade do oficial médico parece remeter ao fato de que as exigências da própria guerra ultrapassam os motivos que a provocaram. A guerra se desenrolou durante tantos anos que já não fazia mais sentido para os personagens. O cenário apresentado no romance expõe a política da minoria branca, que rege o destino da África do Sul. Além disso, desvela a incoerência da ausência de direitos sociais e políticos comuns em nível nacional.

Michael K é definido pelos lábios leporinos, a limitação da linguagem e a cor negra. As autoridades, assim como os médicos do campo de reabilitação, sentem dificuldades em extrair a história de Michael. No boletim de ocorrências, o policial até atribui a debilidade e a incoerência de K à intoxicação por álcool (*ibid.*, p. 84). A linguagem articulada é, entre outras coisas, o que diferencia os humanos dos animais irracionais. Ao longo da narrativa, o personagem se recusa a explicar a sua origem ou os acontecimentos que o cercam. Ele diz: “eu era mudo e burro no começo, vou ficar mudo e burro até o final” (*ibid.*, p. 209). A linguagem é o que estabelece a relação com o mundo e com os outros, com a vida social e política. Deste modo, a comunicação de K com o mundo é precária. A principal característica do personagem não é a sua rudeza, no sentido de rústico e não de mal-educado ou sórdido, mas a falta de relações sociais. A ausência de qualquer relacionamento significativo entre Michael e os outros personagens – com exceção de sua mãe – transmite a sensação de que estamos diante de um ser que escapa do comportamento tido como humano.

Logo no início da obra, o narrador conta que Michael K passou parte da sua infância “sentado em cima de um cobertor vendo a mãe limpar o chão dos outros, aprendendo a *ficar quieto*” [*grifo nosso*] (*ibid.*, p. 10). Percebe-se, portanto, que o silêncio, ou seja, o “ficar quieto” vai percorrer a história de vida do protagonista. A linguagem de Michael é considerada, para as pessoas ao seu redor, lacunosa; e o seu imaginário dá-se em retalhos de sonhos e em desejos de viver num mundo melhor, sem toque de recolher e sem violência.

As imagens finais de Michael K – sonhando em voltar ao campo e procurar um carrinho de mão abandonado – parecem remeter ao início da narrativa. Nele, Michael pretendia ir para o campo com a sua mãe. No final, desejava ir com um guia.

A narrativa apresenta, mesmo que de forma sutil, a noção de futuro, apesar de toda a adversidade. O objetivo de Michael não é contribuir

para a perpetuação da espécie. Para ele, “um homem tem de viver de modo a não deixar sinal da sua vida” (COETZEE, 2003b, p. 116). Em virtude das condições difíceis seria impossível assegurar aos seus filhos uma vida digna: “que sorte eu não ter filhos [...] Ia fracassar nos meus deveres, seria o pior dos pais” (*ibid.*, p. 122). Michael percebe que seus filhos seriam como ele, subjugados pelo sistema social opressor em que vive. Por isso, ele entende que o melhor era não perpetuar essa linhagem de seres marginalizados. Michael se diz “jardineiro” (*ibid.*, p. 209). Sua responsabilidade consistia em conservar as sementes para o futuro, mantendo certos valores que lhe permitiriam viver uma época melhor.

Forster (2008, p. 73) menciona que os principais fatos da vida humana são cinco: “nascimento, alimentação, sono, amor e morte”. Na obra de Coetzee, esses fatos são abordados, mas fogem um pouco do padrão convencional. Michael nasce sob o estigma da anormalidade (lábios leporinos), sua alimentação é precária – raízes e insetos –, dorme pouco e às vezes se mantém em vigília. Desses aspectos, o amor é o mais controverso. O personagem não se casa e também não tem filhos. O seu amor se resume ao ato de cultivar a terra, de cuidar das sementes para elas não se extinguirem. Quanto à morte, Michael chega perto, mas não sucumbe. Ele inicia a sua história de vida com o sonho de levar a mãe para o campo – que o acompanhará ao longo da obra – e termina com o mesmo desejo, mas agora com o fantasma da mãe. O campo é, para Michael, o porto seguro. O lugar ideal para se viver em paz e harmonia com a natureza. O sonho é também um dos fatos importantes na vida do personagem.

No tempo de Michael, a morte como desfecho seria o mais óbvio. No entanto, Coetzee faz o sonho finalizar a sua obra. O sonho surge em contraponto com a morte, pois é o que alimenta e faz o personagem viver. Michael preenche todo o livro que leva seu nome e, parafraseando Forster (2008, p. 80), ergue-se como uma árvore no parque, de modo que podemos avistá-lo sob todos os ângulos. Aqui o sonho é introduzido como a possibilidade de uma vida diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COETZEE, J. M. *Desonra*. Tradução de José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.

_____. *Vida e época de Michael K*. Tradução de José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b.

FORSTER, E. M. *Aspectos do romance*. Tradução de Sérgio Alcides. Organização de Oliver Stallybrass. Prefácio de Luiz Ruffato. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Globo, 2008.

HELENA, Lucia. “Ruínas do moderno na ficção do pós-moderno: a ficção da crise e o pensamento trágico”. *Via Atlântica*, nº 9. São Paulo: USP, 2006. p. 39-162.

**NOVAS PERSPECTIVAS DA PRÁTICA DOCENTE
COM O GÊNERO DOCUMENTÁRIO**

Vagner Aparecido de Moura (PUC-SP)

moura_vagner@ig.com.br

Cleide Aparecida Moura (UCS)

cleidemouramar@hotmail.com

1. Considerações iniciais

Observa-se, desde o início da década de 80, não só uma crescente tendência de questionamentos acerca do método e técnicas de simplificação do conteúdo concernente ao ensino tradicional de História, mas ainda inúmeras discussões sobre o papel da escola no desenvolvimento de competências e habilidades dos discentes. Na década de 90, percebe-se que a prática docente principia-se a tornar um objeto de discussão em termos de metodologia, com o intuito de romper esse paradigma da década anterior, que, segundo Carvalho (2004. p. 4083), é “produtor de indivíduos ao país onde vivem, mas não conscientes de sua cidadania, inconscientes de sua identidade, ausentes da História por não se afirmarem como seres que produzem História e fazem parte dela”.

Tais questionamentos resultaram, em meados da década de 1990, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais que passaram a fazer indicação explícita de uma metodologia ao ensino de História fornecendo as diretrizes, embasada em uma teoria pedagógica não de conteúdo, mas libertária que propicie ao aluno reconhecer-se como um cidadão integrante de sua história e consciente de sua identidade, em outras palavras, propiciar aos alunos o dimensionamento de si mesmos e de outros indivíduos e grupos em temporalidades históricas.

Considerando as novas diretrizes dos PCN e a ausência de sequências didáticas, que contemplem a práxis e a criticidade dos alunos em detrimentos dos embates dos países africanos e seu respectivo contexto e suas imbricações nos impeliram ao seguinte questionamento: Como deve ser alicerçada a prática pedagógica do docente para abordar, em sala de aula, o contexto histórico de países africanos, que vivenciam embates político, econômico, social e cultura de forma intermitente?

Para desnudar essa inquirição, partimos da premissa dos questionamentos que emergiram na década de 1980 e 1990 acerca da metodologia do ensino de História e da importância do conhecimento dos fatos

históricos para o constructo intelectual e o ethos do discente, perante a sociedade que o cerca, com o intuito de discutir, neste artigo, o papel social da educação na sociedade contemporânea, e o papel do *docente* no processo de ensino-aprendizagem. Tal abordagem está embasada nos seguintes autores: Freire (1970; 1979), Tragtenberg (1974), Libâneo (1985), Argumento (1985), Rodrigues (2001). No segundo momento, abordaremos o breve histórico do genocídio em Ruanda, o êxodo da população ruandesa e as consequências do genocídio em Ruanda, segundo Moreira (2008), Bourtrou (2000).

Para corroborar nossas inferências acerca de um estudo de história, alicerçado na dinamicidade do fato histórico e sua relevância para o constructo intelectual do discente, será proposto uma sequência didática, de acordo com Dolz & Schneuwly (2004), com o contexto histórico.

2. *O papel social da educação na sociedade contemporânea.*

Segundo Rodrigues (2001, p. 38), na sociedade contemporânea, o papel da educação, entendida como o processo de formação humana, é atuar sobre os meios para a reprodução da vida bem como cooperar para ampliar a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas para se reconhecer na percepção do outro, formar sua própria identidade, diferenciar as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e outros sujeitos. Dessa maneira, pode-se depreender que a educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, de comunicação e de intercomunicação, de autoconhecimento, e de conhecimento das necessidades humanas, possibilitando o desenvolvimento de educação como prática de liberdade, onde o educador, de acordo com Paulo Freire (1979, p. 79), percebe que:

Já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Paulo Freire (1979, p. 81) ressalta que “a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”. Essa educação, não se desenvolve em um paradigma de educação

bancária que, segundo Paulo Freire (1979, p. 66), constituía “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”.

Ainda tomando com referência Paulo Freire (1979, p. 66), na educação bancária:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósito que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educando se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Formatar corretamente!

Portanto, na concepção de educação bancária, a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos. Essa concepção conduz o educador e o educando a desempenhar, de acordo com Freire (1979, p. 67) os seguintes papéis:

- a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educando, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educando, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele e

j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, mero objetos.

Libâneo (1985, p. 45) denomina esse método com a expressão: a pedagogia dos conteúdos, que tem o propósito central de “transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar (*Idem, ibidem*, p. 70)”, em outras palavras, “a seleção e organização do saber objetivo disponível na cultura social numa etapa histórica determinada para fins de transmissão-assimilação ao longo da escolarização formal (*Idem, ibidem*, p. 12 e 90)”.

Argumento (*apud* GADOTTI 1987, p. 135/136) pondera que:

As propostas educativas conteudistas transmitem um saber dominador, um saber que contém, dentro dele, elementos que legitimam a dominação, que inibem a possibilidade de os homens transformarem-se em sujeitos de sua própria história.

Argumento (*Idem, ibidem*) ressalta que:

Esse saber dominador faz dos homens instrumentos de outros homens, torna-se alheio, encobre a sua origem social. É um saber que foi expropriado e é devolvido aos seus criadores na forma de receitas, instruções, postulados. É um saber que cria ao mesmo tempo o homem culto, o doutor e o homem que não sabe nada; os homens que pensam e os homens que só poderão utilizar instrumentos ou decorar informações.

Pode-se observar que tais concepções (bancária e pedagogia dos conteúdos) abordadas pelos autores supracitados, correspondem ao contexto da escola tradicional, onde a relação entre professor e aluno, é caracterizada pela existência de uma postura autoritária do docente, o qual é responsável pelo direcionamento e controle do processo educacional, ou seja, desde a escolha do conteúdo a ser ministrado em sala de aula até a forma de abordagem, ao discente cabe apenas uma postura passiva perante a exposição verbal dos conteúdos, que são apresentados de forma linear, estimulando a postura passiva do aluno, uma vez que ignora o diálogo e desvaloriza a troca de experiências e os conhecimentos prévios e de mundo do aluno.

Tragtenberg (1974, p. 85), descreve esse ambiente escolar como uma fábrica “no seu processo de trabalho”, o professor é submetido a uma conjuntura similar à do proletariado, na medida em que a classe dominante procura associar a educação com trabalho, acentuando a responsabilidade social do professor e de seu papel como guardião do sistema, que o obriga a disciplinar, reprimir e discriminar o aluno por intermédio de notas, provas e avaliações. Assim, favorecendo o desenvolvimento de uma pedagogia estática, sem questionamentos da realidade e das relações

existentes, já que não almeja qualquer transformação da sociedade e daí deriva o caráter abstrato do ser.

Retomando a posição de Paulo Freire, a pedagogia libertadora é o oposto da pedagogia tradicional, visto que defende uma postura ativa por parte de professores e alunos no contexto do processo de ensino/aprendizagem. Para tal concepção, o conhecimento não está pronto e acabado, pelo contrário, está em um permanente processo de construção e reconstrução. Logo, o professor e aluno são sujeitos de um mesmo processo no qual, conforme Paulo Freire (1997), ao formar, o docente é também formado, e o aluno ao se formar também forma.

Pode-se ressaltar que, nessa concepção, o aluno detém um saber que necessita ser valorizado e utilizado como base para que o docente atue na criação de oportunidades para aplicação do senso crítico sobre este conhecimento, de forma que, gradativamente, o conhecimento transite de um estado de consciência intransitiva, transitiva ingênua para um estado de consciência transitiva crítica. Freire (2003, p. 34) define consciência intransitiva, transitiva ingênua e crítica da seguinte forma:

- consciência intransitiva representa um quase compromisso entre o homem e a sua existência. Por isso esta forma de consciência adstringe o homem a um plano de vida mais vegetativa. Circunscrevo-o a áreas estreitas de interesses e preocupações. É a consciência do homem, sobretudo, pertencente àquelas coletividades que Fernando de Azevedo chamou de “delimitadas” e “dobradas sobre si mesmas” (AZEVEDO, 1958A, I 34);
- consciência transitiva ingênua caracteriza-se pela simplicidade na interpretação dos problemas. Pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado. Pela transferência da responsabilidade e da autoridade, em vez de sua delegação apenas. Pela subestimação do homem comum. Por uma forte inclinação ao “gregarismo”, característico da massificação. Pela impermeabilidade à investigação, a que corresponde um gosto acentuado pelas explicações fabulosas. Pela fragilidade da argumentação. Por forte teor de emocionalidade. Pela desconfiança de tudo o que é novo. Pelo gosto não propriamente do debate, mas da polêmica. Pelas explicações mágicas. Pela tendência ao conformismo;
- consciência transitiva crítica caracteriza-se pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os “achados” e

dispor-se sempre a revisões. Por se despir ao máximo de preconceitos na análise de problemas. Na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa de posições quietistas. Pela aceitação da massificação como um fato, esforçando, porém, pela humanização do homem. Por segurança na argumentação. Pelo gosto do debate. Por maior dose de racionalidade. Pela apreensão e receptividade a tudo o que é novo. Por se inclinar sempre a arguições.

Dessa forma, pode-se corroborar que a transição para a consciência transitiva crítica somente ocorrerá em ação educativa pautada pelo diálogo, como sendo uma exigência para o conhecimento da realidade do aluno, pela valorização do conhecimento prévio e de mundo e pelo estímulo à criticidade acerca do mundo que o cerca, possibilitando, assim, o desnudamento do mundo e sua transformação. Essa concepção educativa aproxima-se com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que coloca o propósito de articular conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano à realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríptico universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. Tendo como base esse pressuposto, pretende-se, no próximo subitem abordar o papel do docente no processo de ensino/aprendizagem.

3. O papel do docente no processo de ensino/aprendizagem.

Para que essa aprendizagem tenha êxito, o professor deverá, de acordo com Mercado (1999, p. 22), deve ser:

- Comprometido com as mutações sociais e políticas e com o projeto político pedagógico assumido pela escola;
- Reflexivo sobre a prática cotidiana de sala de aula;
- Autônomo, em outras palavras, capacitado para conectar-se com o saber pedagógico acumulado, para diagnosticar os problemas de seus discentes e as necessidades educativas de seu contexto;
- Competente evidenciando uma sólida cultura geral que lhe possibilite uma prática interdisciplinar contextualizada e o domínio das novas tecnologias educacionais;

- Crítico para revelar por meio de sua postura, suas convicções, seus valores, sua epistemologia e a sua utopia, fruto de uma formação permanente;
- Aberto a mudanças, isto é, ao diálogo, ao novo, à ação cooperativa, aos novos paradigmas da sociedade, às novas propostas de melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- Sensível para conquistar o espaço junto ao aluno, em uma relação de reciprocidade e cooperação que provoque mudanças mútuas nele próprio e no aluno e
- Interativo: trocar conhecimento com outros profissionais da mesma área e com os alunos; promover situações de aprendizagem em equipe e possibilitando ao discente, o desenvolvimento das suas dimensões cognitiva, afetiva, social, moral, física, estética, ou seja, a sua educação integral.

Tais características são imprescindíveis para uma pedagogia aliçada no diálogo, na compreensão e no conhecimento prévio e de mundo do discente, uma vez que possibilitam ao discente construir seu arcabouço teórico, e assim, tornar-se-á cidadão crítico inserido na sociedade que o cerca. Pretende-se, no próximo subitem, abordar o contexto histórico em Ruanda e suas imbricações para a sociedade.

4. Breve histórico do genocídio em Ruanda

As tensões étnicas e os embates armados situado na região dos Grandes Lagos na África Central são oriundos de múltiplas deslocções humanas. Segundo Bourtrou et al. (2000), a maneira como decorreram os fatos, nos últimos anos têm precedência histórica longínqua, porém é uma história de várias oportunidades perdidas por parte dos agentes locais e da comunidade internacional em geral. Bourtrou et al. (2000, p. 255) ressalta que “a incapacidade de encontrar soluções equitativas para males antigos leva, frequentemente, a que violência e o derramamento de sangue ressurgam, anos ou décadas depois, numa escala ainda maior”.

A conjuntura de crise (1959-1963) em Ruanda teve como consequência a presença dos refugiados tutsis, em virtude da impossibilidade de seu repatriamento nas três décadas posteriores, os refugiados mantiveram contatos com os tutsis no Ruanda. No término dos anos 80, os exilados tutsis no Uganda, conforme Bourtrou et al. (2000, p. 255), “incorpo-

raram as forças do Exército de Resistência Nacional (NRA), de Yoweri Museveni, contra o regime de Milton Obote”. Ao chegar ao poder o NRA, os tutsis que integravam as forças armadas ugandesas, constituíram a Frente Patriótica Ruandesa – Front Patriotique Rwandaise – e com o propósito de se reparar militarmente a retomada do poder, o qual culminou no ataque em Ruanda em 1990.

O conflito armado decorrente e as pressões políticas internas conduziram ao Acordo de Arusha de Agosto de 1993 para a divisão do poder, mesmo que este acordo nunca tenha sido de fato legitimado, impeliu as seguintes implicações, de acordo com Bourtrou et al. (2000, p. 255):

As tensões entre os hutus e os tutsis cresceram vertiginosamente, após o assassinio do Presidente do Burundi, Melchior Ndadaye, um hutu, em Outubro de 1993, seguido de um morticínio de tutsi no Burundi e, depois, de hutu. No dia 6 de abril de 1994, a morte dos Presidentes Juvenal Habyarimana do Ruanda e Cyprien Ntaryamira do Burundi num inexplicável acidente de avião, quanto este se aproximava da capital do Ruanda, Kigali, foi usado pelos extremistas hutus como pretexto para tomar o poder no Ruanda e atacar a população tutsi e os hutus moderados.

Moreira (2008, p. 66) enfatiza que em janeiro de 1994, as tropas da ONU tiveram conhecimento que todos os tutsis haviam sido recenseados; ocorriam treinamentos da milícia interhahamwe (aqueles que matam em conjunto), e que havia a formação de depósito de armas e munições. E em 15 de Janeiro de 1994, o general Dellaire, canadense, comandante da UNAMIR (Missão de assistência das Nações Unidas para Ruanda), solicita a ONU autorização para destruir os depósitos com o uso da força, no entanto, tal solicitação não foi atendida.

Nesse contexto entre Abril e Julho de 1994, foram mortas aproximadamente 800.000 pessoas. Bourtrou et al (2000, p. 255) salienta que a United Nations Assistance Mission to Rwanda, força multinacional de manutenção da paz:

foi destacada em outubro de 1993, com um mandato restrito para ajudar as partes envolvidas a aplicar o Acordo de Arusha, mas o grosso do contingente retirou-se a pós a eclosão da violência. As Nações Unidas, num relatório publicado em dezembro de 1999, analisam a situação e reconhecem que a organização e a comunidade internacional foram incapazes de proteger a população civil do genocídio.

Em seguida, as forças Frente Patriótica Ruandesa assumiram o controle de Kigali, e a maior parte do país. Perante essa conjuntura era o momento dos hutus fugirem. Segundo Bourtrou et al. (2000, p. 256), “foi o que fizeram mais de dois milhões, procurando refúgio nos mesmos

países para onde tinham sido obrigados a fugir os tutsis, há acerca de 30 anos”

O genocídio ruandês engendrou reações: o êxodo dos hutus ruandeses, acompanhado do colapso do regime do Presidente Mobutu Sese Seko e da guerra civil no Zaire (agora cognominado como República Democrática do Congo em maio de 1997), que persiste atualmente. Além disso, a guerra abarcou diversos Estados africanos, conforme Bourtroue et al. (2000, p. 256), “muitos militarmente, e está relacionada com outras guerras em curso em Angola, no Burundi e no Sudão.

4.1. O êxodo da população Ruandesa

O genocídio teve como reflexo o êxodo massivo da população tutsi, aproximadamente mais de dois milhões de ruandeses abandonaram o território, com o intuito de procurar refúgio em países vizinhos. Bourtroue et al. (2000, p. 256), corrobora essa assertiva postulando que:

O êxodo não foi motivo, em parte pelo desejo de escapar ao reinício dos combates, também pelo medo de represálias para parte das forças da FFR. Foi ainda produto de um pânico cuidadosamente orquestrado pelo regime deposto, na esperança de esvaziar o país o mais possível de sua população e servir-se dela como escudo humano. No final de agosto de 1994, o ACNUR estimava em mais de dois milhões o número de refugiados nos países vizinhos, nomeadamente cerca de 1,2 milhões no Zaire, 580.000 na Tanzânia, 270.000 no Burundi e 10.000 no Uganda.

Os campos de refugiados em Goma, nas províncias do Kivu na parte oriental do Zaire, estavam situados perto da fronteira com o Ruanda, este local tornou-se a principal base das Forças Armadas Ruandesas derrotadas e dos integrantes das milícias hutu, interahamwe. De acordo com Bourtroue et al. (2000, p. 256) em termos coletivos esse grupos eram:

muitas vezes apelidados de genocidaires. Tornaram-se também a principal base das ações militares contra o novo governo em Kigali. Desde o início que os refugiados eram refêns políticos do antigo governo do Ruanda e do seu exército, as ex-FAR, que exercia abertamente o seu controle nos campos, sobretudo em redor de Goma. Isso criava graves problemas de segurança aos refugiados e grandes dilemas ao ACNUR quanto à sua missão de proteção.

Deve-se ressaltar que os campos de refugiados, principalmente os localizados na parte oriental do Zaire, estavam em plena desordem, segundo o relato da Alta Comissária Sadako (*apud* BOURTROUE et al. 2000, p. 257) nos seguintes termos:

Com uma topografia vulcânica rochosa, esta região, já densamente povoada, é particularmente inadequada para instalar os campos de refugiados. Os recursos hídricos são manifestamente escassos e as infraestruturas locais capazes de suportar uma operação humanitária de grande envergadura são praticamente inexistentes.

Nesse contexto, surgem como agravante em julho de 1994, a cólera e outras doenças, que levam a dizimação de dezenas de milhares de pessoas, por exemplo, o os campos de Gomas em que vivi cerca de um milhão de refugiados, repartidos, em três grandes acampamentos. Além disso, podem-se mencionar outros problemas, segundo Bourtroue et al. (2000, p. 257):

Estavam longe da capital Kinshasa e a autoridade do governo central zaireense na parte oriental do Zaire era fraca. Os genocidaires ruandenses tinham aliados na administração local dos Kivus e os oficiais da ex-FAR detinham o controle completo dos campos, sem que os trabalhadores humanitários a isso se pudessem se opor. Em Goma, as tendas estavam agrupadas por secteur, comune e sous-préfecture, espelho da organização administrativa do país de onde os refugiados tinham saído.

Bourtroue et al. (2000, p. 257) complementa que:

Os antigos líderes de alta patente da ex_FAR foram transferidos para um campo separado e os soldados aconselhados a despir os uniformes, mas a população continuava ainda, nitidamente, sob o seu controle e o da Interahamwe. Em Kivu SUL, as condições de vida dos refugiados eram melhores: era menos numerosas e os campos eram mais pequenos, mas estavam também infiltrados de elementos armados. Só na Tanzânia é que as autoridades conseguiram desarmá-las e exercer algum controle sobre os campos de refugiados.

4.2. As consequências do genocídio em Ruanda

Segundo Moreira (2008, p. 71), Ruanda, atualmente, apresenta uma taxa de urbanização pequena, aproximadamente 90% da população que habita no campo; as atividades econômicas que desenvolvem são agricultura de subsistência, os cultivos de café e chá, importantes itens de exportação e a pecuária extensiva, e setor industrial abrange atividades voltadas ao processamento agrícola e bens de consumo básico como caixa de fósforo, sabonetes e cigarros.

Em detrimento aos tutsis, perseguidos durante o conflito, Moreira (2008, p. 72) postula que:

Os tutsis buscaram abrigo seguro em igrejas, hotéis de luxo para estrangeiros, embaixadas. Ocorreu uma forte migração em direção aos países

vizinhos (refugiados). As atividades pecuárias, às quais se dedicavam, em maioria, foram abandonadas. O gado ficou à própria sorte. Invadiam os pântanos para se ocultar durante o dia. A noite buscavam água e alimentos.

Moreira (2008, p. 72) complementa dizendo que:

Os hutus moderados, integrantes do exército, das milícias e de considerável parcela da população civil viveram em clima de insegurança mortal, pois estavam diante de um dilema: “matar como os outros (hutus radicais) ou serem mortos”. Sendo assim, passaram a se dedicar à atividade de “caça ao tutsi”, embalados pela ampla distribuição de facões e pelas mensagens de incentivo vindas a partir do rádio “Mille Collines”. Procuravam e matavam os tutsis como se fora um trabalho formal. Despertavam, faziam refeições, se reuniam e iniciavam aos seus lares. Comiam carne em abundância, em face da pilhagem do gado alheio. As plantações de café e chá foram abandonadas e apenas algumas atividades relacionadas com a agricultura de subsistência conduzidas pelas mulheres hutus continuaram.

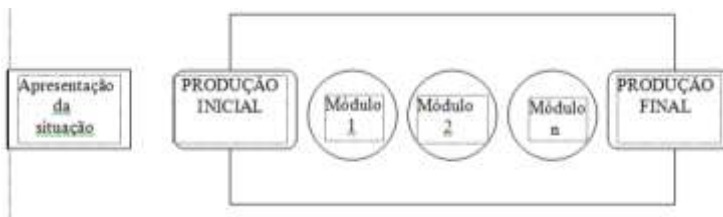
Com esses dados, é possível corroborar que em Ruanda houve fortes migrações de Tutsi em uma primeira fase e de Hutus, numa fase posterior: pilhagens de gado e das pastagens; abandono das plantações de exportações e queimada. Tendo consciência da importância desse conflito em Ruanda, pretende-se no próximo capítulo, desenvolver uma sequência a respeito do conflito em Ruanda, com o intuito de romper com paradigma da história linear, desconexa da realidade Ruandesa, com o propósito de desvencilhar do modelo de educação denunciado por Paulo Freire (1979) – a educação bancária –, em prol de uma pedagogia libertadora que, segundo Paulo Freire (1979, p. 81), é “a educação como prática da liberdade: ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”.

5. Sequência didática

Sequência didática é “um conjunto de atividades pedagógicas organizadas, de maneira sistemática, com base em um gênero textual oral ou escrito”. Segundo Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004, p. 97), “a sequência didática tem a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, assim escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação”.

A estrutura de base de uma sequência didática é formada pelos seguintes passos: apresentação da situação, produção inicial, módulo 1,

módulo 2, módulo 3 e produção final como demonstra o esquema abaixo (Idem, *ibidem*, p. 98)



5.1. Apresentação da situação

- a) Os discentes serão apresentados ao projeto. Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 99), “é o momento em que a turma constrói uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada”.

5.2. A primeira produção

Define o ponto preciso em que o docente pode intervir melhor e a trajetória que o discente tem ainda a percorrer:

- a) Um primeiro encontro com o gênero (produção inicial pode ser simplificada, ou somente dirigida à turma, ou a um destinatário fictício);
- b) Realização prática de uma avaliação formativa e primeiras aprendizagens.

5.3. Os módulos (ou oficinas)

- a) trabalhar problemas de níveis diferentes:
 - representação da situação de comunicação (contexto de produção);
 - elaboração dos conteúdos;
 - planejamento do texto;
 - realização do texto.

b) Diversificar as atividades e os exercícios. Três categorias de atividades e exercícios:

- Atividades de observação e de análise de textos;
- Tarefas simplificadas de produção de texto;
- Elaboração de uma linguagem comum.

Capitalizar as aquisições

5.4. A produção final

a) investigar as aprendizagens;

b) avaliação de tipo somativo (confronto da produção textual com a lista de constatações)

6. *Elaboração de uma sequência didática para a produção de gênero documentário*

A construção da sequência didática em questão deve constituir um total de seis aulas de 50 minutos. A seguir, a descrição dos passos desta sequência didática:

6.1. Apresentação da situação

O aluno vai ser exposto ao gênero escolar dissertativo que aborda o conflito de Ruanda e suas imbricações na sociedade Ruandesa. Neste primeiro momento, a abordagem do gênero tem a finalidade promover, por meio da leitura dos textos selecionados acerca do conflito ou por meio de um filme que retrate a conjuntura Ruandesa, uma reflexão entre os discentes do 1º ano do ensino médio acerca das diferenças entre um gênero documentário que propõe transcrever os fatos por meio da linguagem formal, concisa e objetiva e o filme que retrata a circunstâncias utilizando outras dimensões simbólicas: o espaço geográfico e cultura: a linguagem informal e situações do cotidiano.

Como conteúdo, abordaremos os principais fatos que marcaram o conflito de Ruanda e suas imbricações para a sociedade contemporânea Ruandesa.

Tempo estimado: 2 aula

6.2. Elaboração de uma produção inicial

Após a etapa de apresentação do gênero, será solicitado a cada grupo para elaborar um esboço. Esse esboço deverá conter as características do conflito e suas consequências. Na sequência, cada grupo vai expor para a turma uma característica do conflito ou suas consequências e mencionar, momento da apresentação, suas impressões.

A próxima etapa será a elaboração de um texto dissertativo por cada grupo, esta deverá ser entregue ao professor que a avaliará para que, posteriormente, os alunos façam os ajustes necessários.

Tempo estimado: 2 aulas

6.3. Módulo

Após a análise da produção inicial, o professor terá respaldo para trabalhar as questões fundamentais do conflito, e assim, debater em sala de aula, permitindo um processo de ensino de aprendizagem que ambos (mediador e discentes), não só discutem juntos e refletem acerca do contexto histórico, mas também possibilita ao professor fazer digressões com os fatos analisados de forma sincrônica, com o intuito de desenvolver no aluno sua capacidade crítica em observar a história não como fato desconexo isolado, mas sim como um todo orgânico e funcional da sociedade. Além disso, o professor deverá analisar o texto dissertativo, articulado pelo grupo, nos seguintes aspectos linguísticos: coesão e coerência, linguagem formal, clareza e progressão nas ideias transcritas. Segundo Marcuschi (2008, p. 215), esta etapa é essencial para “dar aos alunos os instrumentos necessários para superá-lo”.

Tempo estimado: 2 aulas

6.4. Trabalhando a intenção comunicativa

Após a correção das atividades anteriores, o docente as devolverá para os grupos de origem com o propósito não só de levá-los a refletir sobre os textos produzidos, mas ainda verificar se suas intenções comunicativas, por meio de um debate em sala de aula.

Tempo estimado: 1 aula

6.5. Produção final

O aluno, individualmente, deverá elaborar um gênero escolar dissertativo que esteja de acordo com os itens trabalhados nos módulos anteriores. O professor avaliará se o texto produzido se encaixa no gênero solicitado, se a linguagem usada está adequada.

Tempo estimado: 1 aula

7. Considerações finais

Neste estágio do trabalho, é o momento de retomar a proposta central que forneceu as diretrizes para essa investigação, com o propósito de trazer, à tona, uma análise crítica e reflexiva acerca de todos os elementos reunidos ao longo da pesquisa realizada. A questão central com a qual me comprometi no início dessa pesquisa foi a seguinte: “Como deve ser alicerçada a prática pedagógica do docente para abordar, em sala de aula, o contexto histórico de países africanos, que vivenciam embates político, econômico, social e cultura de forma intermitente?”.

Em relação a essa pergunta, notou-se, durante a pesquisa que, o mediador deve ser consciente de sua prática docente e perceber que o modelo conservador, autoritário e linear de ensinar o conhecimento histórico, não reflete a dinâmica da sociedade contemporânea, logo o ensino linear, desconexo e isolado do conhecimento de mundo do aluno e de sua realidade não propicia ao aluno desenvolver suas habilidades e competências de forma plena.

Tendo consciência dessa premissa, foram coletados dados de áreas de conhecimentos dispares, constituindo assim uma pesquisa híbrida, em virtude de tratarmos no transcorrer deste artigo os seguintes assuntos: o papel social da educação na sociedade contemporânea, o papel do docente no processo de ensino/aprendizagem e o contexto histórico em Ruanda. Tais conhecimentos foram imprescindíveis para elaborar a sequência didática, com propósito não só de instrumentalizar os docentes de História, mas também demonstrar que o conhecimento teórico acerca do papel social da educação na sociedade contemporânea, o papel do docente, e o conhecimento histórico de forma pormenorizada, permite levar o aluno a transitar, segundo Paulo Freire (1979), do estado intransitivo

ingênuo para o estado consciente crítico, desta forma, permitindo ao discente desenvolver, segundo as novas diretrizes dos PCN, os quatro saberes propostos pela UNESCO: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros; aprender a ser. Deve-se salientar que são saberes cuja conquista ultrapassa a mera aquisição de informação, uma vez que abarcam a formação humana e social do indivíduo.

Assim, pode-se depreender que as sequências didáticas, embasadas na abordagem da pedagogia libertadora de Paulo Freire (1979), visam a desenvolver, segundo os PCN, as práticas e habilidades linguísticas, a formar cidadãos críticos e reflexivos acerca dos acontecimentos históricos que nos cercam e ampliar o domínio ativo do discurso do aluno nas diversas situações comunicativas e do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURTRoue, J. et al. A situação dos refugiados no mundo 2000. Disponível em:

<<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/sowr2000/prelims.pdf>>. Acesso em: 20/10/2009.

CARVALHO, L. C. A questão do método no processo da crise do ensino de história. Disponível em:

<<http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/366Larissacamacho.pdf>>. Acessado em 25/10/2009.

DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLYE, B. Sequência didática para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: _____. (Orgs.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

EMILIO, F. Genocídio no Ruanda há 10 anos. Disponível em: http://jpn.icicom.up.pt/2004/04/06/genocidio_no_ruanda_foi_ha_10_ano_s.html. Acessado em 22/10/2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Educação e atualidade brasileira*. Organizado por J. E. Rormão; Depoimentos de P. Rosas e C. H. Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.

GADOTTI, M. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.

GOUREVITCH, P. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

ILIBAGIZ, I. *Sobrevivi para contar– O poder da fé me salvou de um massacre*. São Paulo: Fontanar, 2008.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1985.

MERCADO, L. P. L. *Formação continuada de professores e novas tecnologias*. Maceió: UFAL, 1999.

MOREIRA, N. S. Questões geográficas contemporâneas “Ainda sobre o genocídio em Ruanda”. Disponível em:

<<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/.../Capa-2008-PORT.pdf>>.

Acessado em: 23/10/2009.

RODRIGUES, N. Educação: Da formação humana à construção do sujeito ético. *Educação e Sociedade*, Campinas: CEDES, V. 22, Nº 76, p. 232-257, out. 2001.

**O AUTOR E A CIDADE:
A HISTÓRIA E A LITERATURA
EM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)
jpineiro@unigranrio.com.br

Sobre o mar de cabeças, no ar e na luz, na terra, nas
árvores, nas bocas, nos telefones, nos espíritos, nos
corações, na remota estrela Vênus e no teclado do
linotipo, só se ouve e se lê: ANISTIA

(Drummond de Andrade, 1945)

1. Considerações iniciais

Este trabalho tem como proposta analisar através da história e da literatura um momento importante da história urbana da cidade do Rio de Janeiro usando a literatura como pano de fundo. A intenção deste trabalho, que é parte da pesquisa de pós-doutorado no programa de pós-graduação em história na UERJ é, então, perceber como alguns autores estabelecem em seus textos a relação do sujeito com a rua ao mesmo tempo em que vivem como homens comuns no cenário urbano.

Esta junção entre história e literatura como possibilidade de análise aconteceu a partir da experiência da linha de pesquisa do programa de pós-graduação em letras e ciências humanas da UNIGRANRIO, onde leciono, chamada: Representação da Historicidade, Memória e Discurso, quando vimos que alguns assuntos discutidos pelos docentes originários da história e da literatura eram chegados a ponto de terem uma conversa mais próxima. Deste modo, nasceu o projeto: A CIDADE E SEUS LEITORES: AS CRÔNICAS E A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO, desenvolvidos por dois docentes, culminando em duas bolsas de iniciação científica. Uma para o curso de graduação em letras e outra para o curso de graduação em história da UNIGRANRIO, além de incitar a vontade de alguns alunos do programa de mestrado em escrever sobre tais questões. Para tanto, acabamos nos inserindo, em função do próprio objeto, em análises da história e da literatura comparadas.

Pretendemos investigar o modelo de sociedade existente e como este cenário repercute em suas obras. Nossa metodologia será perceber através das crônicas escritas pelos autores supracitados muitas das trans-

formações urbanas por que passou a cidade durante estas duas épocas. Paralelamente trabalharemos com conceitos que nortearão a pesquisa, tais como: identidade, memória, não lugar, sociabilidade, poder simbólico, entre outros.

Para este momento, escolhemos Carlos Drummond de Andrade em uma de suas crônicas: *Os intelectuais tomaram posição* que demonstra um aspecto dessa transformação institucional e de que modo atingiu a classe intelectualizada, que esteve abarcada durante todo regime Estado Novo (1937-1945).

2. *O momento*

Segundo Maria Celina d'Araújo (2000), o período entre os anos de 1920 e 1930 foi marcado por uma reação, ao mesmo tempo, ao comunismo e ao liberalismo¹⁶⁰. Era o momento da criação de uma nova sociedade após a Primeira Guerra Mundial, sociedade esta que necessitava de uma unidade nacional que acabara por caracterizar tanto os totalitaristas, como os comunistas. Sendo assim, podemos dizer que este período foi de preocupação com um fortalecimento do estado. E é neste período, em meio a essas ideologias, que nasceu o Estado Novo no Brasil. Era preciso alcançar tanto os liberais como os comunistas com essa “nova” proposta lançada pelo Estado Novo, muito embora esta característica não fosse encontrada somente no Brasil, mas em muitos países que foram marcados pela primeira guerra.

Podemos dizer, então, que o ano de 1930 iniciava uma nova Era. Candidato à oposição de Júlio Prestes, Getúlio Dornelles Vargas, em outubro do referido ano, promove um golpe, que seria um misto entre o que articulava como novo, somado à perpetuação de alguns alicerces políticos do país, como mostra Boris Fausto (2004) que a tomada do poder, nesse momento, estava composta de uma heterogeneidade social e política no que tange ao grupo que o acompanhou.

A nova proposta era a de um governo centralizador, promotor da industrialização, ordenador – contava aí com o forte apoio das Forças Armadas, inclusive na composição do Conselho de Segurança Nacional – e protetor da classe trabalhadora (patrões e empregados), para que esta

¹⁶⁰ Nas propostas educacionais estava inserida também esta questão. Em 1936, Alceu Amoroso Lima faz uma conferência intitulada “A educação e o comunismo”, no Ministério da Educação e Saúde.

centralização e esta ordem fossem alcançadas. O foco no trabalho era a palavra de ordem. Nele estava o maior investimento para que se conseguisse a paz e a unidade nacional. Observemos as palavras de Boris Fausto:

[...] lembremos que a esporádica atenção ao problema da classe trabalhadora urbana da década de 1920 deu lugar, no período getulista, a uma política governamental específica. Isso se anunciou desde novembro de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento de sindicatos pelo Estado, e criavam-se órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários – as Juntas de Conciliação e Julgamento. (FAUSTO, 2004, p. 335)

O “novo” seria, então, a ação direta e radical do estado sobre a sociedade. Propostas como as de sociabilidade lançadas pelos teóricos do novo regime marcavam uma procura por uma natureza comum que geraria o “novo” governo. A proposta era manter um estado, além de novo, forte e propiciador de oportunidades, patrocinado por um enorme grau de autoritarismo e corporativismo. Neste sentido, tornou-se necessária a fusão do estado com a nação através de um líder, com comemorações cívicas e culto a sua personalidade. Se obediência e civismo eram as marcas deste período, esta não poderia deixar de ser a do Estado Novo brasileiro e de outros estados totalitários no mundo. O estado deveria, então, diminuir as outras formas de poder.

3. *A presença dos intelectuais no governo*

A preocupação e o compromisso de se pensar a nacionalização da sociedade, já que, segundo os administradores do país, isso passava pelo ensino, desencadeou problemas como regionalismos e estrangeirismos que teriam que desaparecer. Nesse último caso, o maior problema eram os imigrantes alemães que possuíam uma forte característica de nacionalidade que se queria para o brasileiro¹⁶¹. Era, então, uma ameaça, pois se de um lado se sentiam cidadãos brasileiros, nacionalmente se consideravam alemães, já que como aponta Bomeny (1999), a nacionalidade é herdada, enquanto a cidadania, adquirida. Era preciso contemplar a vinda dos estrangeiros para o Brasil, mas não se podia perder de vista o caráter nacional que se pretendia para a época.

¹⁶¹ O papel das instituições religiosas igualmente neste caso foi de grande importância, pois o processo de nacionalização do ensino ia de encontro a algumas escolas confessionais estrangeiras.

Como mostram ainda Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), para um país onde a nação se constituía como principal alvo e a educação seria a norteadora, não adiantavam reformas no ensino formal que não bali-zassem a estrutura do que se queria construir. A reforma era em prol do Brasil e, neste sentido, homens, mulheres e crianças deveriam ser reedu-cados nas bases do trabalho, da família e do civismo.

É neste sentido que o Ministério de Gustavo Capanema é criado com uma base que, por um lado, se sensibilizava com uma estrutura au-toritária¹⁶², de cima para baixo, mas por outro, tinha nas mãos dos mo-dernistas uma saída para alguns valores nacionais, como a exaltação do folclore e da preservação do patrimônio histórico, por exemplo. O Minis-tério de Capanema, assim como era característico do Estado Novo, tinha uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que tinha em seu corpo administrativo figuras de vanguarda como músicos, poetas, modernistas, foi autoritário e perseguidor do Comunismo.

No Brasil, a formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artís-tico Nacional (SPHAN), data de 1937 e teve como idealizador o moder-nista Mario de Andrade¹⁶³. A política do patrimônio era considerada uma política pública que tivesse um sentido de colaboração entre o Estado e a sociedade. Como a noção de patrimônio depende da noção do valor que a ele é dado, nos remete também à idéia de pertencimento, de identidade e, portanto, de responsabilidade social e nacional. Como aponta Maria Ce-cília Londres Fonseca:

Esse é, *lato sensu*, o objetivo das políticas de preservação: garantir o di-reito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles va-lores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação (FONSE-CA, 2005, p. 39).

É o momento em que intelectuais e governo se inserem no mesmo objetivo, sem, no entanto, estarem obrigatoriamente do mesmo lado. “Forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). Nesta frase, Daniel Pécaut remete-nos ao pensamento de que os intelectuais durante o governo Vargas, muito se preocuparam com o problema da unidade nacional. E, no bojo desta pre-ocupação adicionaram suas decepções com o sistema oligárquico que até

¹⁶² Boris Fausto, em *História do Brasil*, lembra que embora de caráter autoritário, a educação brasileira, mesmo durante do Estado Novo, não teve o que chama de doutrinação fascista (Fausto, 2004:337).

¹⁶³ O anteprojeto é encomendado por Capanema em 1936, mas o SPHAN só é criado em 1937, pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro.

então ocorria e, assim, resolveram assumir postos como funcionários do governo.

De concepções de direita ou de esquerda, modernos ou conservadores, comunistas ou católicos, os intelectuais brasileiros mostraram-se dispostos a organizar a sociedade junto com Vargas, pela crença que depositavam na cultura como meio de se chegar a uma identidade política e cultural.

Tal engajamento se deu pelos idos de 1915, como aponta Pécaut, mas é a partir dos anos de 1920 que se mostra a filiação de alguns destes intelectuais em partidos políticos. Porém, é importante ressaltar que as investidas destes intelectuais nos anos do Estado Novo não representavam que estavam totalmente de acordo com o regime. Por várias vezes houve rugas entre estes e o Presidente, mas ambos tinham em mente a noção de que dependiam um do outro para alcançar os objetivos de “nacionalizar” a sociedade. Era por meio das políticas culturais, do ensino e da preservação do patrimônio nacional, que se ia forjar o que costumavam chamar, à época, de “homem novo”. Assim, observa Daniel Pécaut:

O projeto do regime pretendia-se mais ‘cultural’ do que mobilizador, e a definição do ‘cultural’ confundia-se amplamente com a dos intelectuais. Trata-se de construir o ‘sentido da nacionalidade’, de retornar às ‘raízes do Brasil’, de forjar uma ‘unidade cultural’. É sempre evidente, para os responsáveis pelo assunto no regime que ‘cultura’ e ‘política’ são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo. (PÉCAUT, 1990, p. 69)

Drummond era um desses intelectuais/funcionário público que, em algum momento viu na posição dos intelectuais um adormecer e o futuro alvorecer de suas concepções e escreve em abril de 1945 uma crônica evidenciando suas observações.

4. Carlos Drummond de Andrade e a crônica Os Intelectuais Tomaram Posição

No ano de 1945, findando a Segunda Guerra Mundial, Carlos Drummond de Andrade escreve à revista *Leitura*, a crônica: “Os Intelectuais Tomaram Posição”. Drummond, neste momento, fazia uma crítica aos intelectuais, em especial, aos escritores que “adormeceram” politicamente durante o período em questão. Mas que acordaram um dia e viram que sua ferramenta, a escrita, poderia mudar a sociedade. Observamos suas palavras logo no início da crônica:

Romancistas e poetas deixaram de lado seus trabalhos costumeiros e puseram-se a redigir textos de afirmação individual ou coletiva, panfletos, manifestos, discursos para comícios, slogans, telegramas, notícias de jornal... (ANDRADE, 1945).

Drummond tinha a preocupação em dizer que não era um caso de pura apatia, mas esta se dava em função do momento político vivido. A participação ativa, política dos escritores estava fadada à hora vivida e, que, portanto, fez com que estes escritores pudessem dar a volta por cima e fazer da Guerra uma possibilidade de manifestação em favor da democracia.

É preciso reconhecer que os escritores não fizeram isto sem esforço. Estavam, na sua maioria, desabituaados da participação política. Alguns anos de anulação de todas as liberdades no cenário interno tiveram como consequência o desinteresse, a apatia, o que bem-me-importismo de grande número de intelectuais, que mal lançavam um olhar curioso para a guerra mundial, abstraindo os aspectos políticos da conflagração. Mas a virada lógica e progressiva dos acontecimentos se foi processando em toda parte, e eis que a própria guerra veio despertar em nós uma consciência política que hoje se afirma com todo vigor no plano nacional, fazendo praticamente de cada escritor um combatente na luta pela democratização do Brasil. (ANDRADE, 1945).

Drummond vê ainda nos escritores o papel de ativação neles e nos outros cidadãos do processo de representação social. Seria atividade específica do intelectual o esclarecimento, a responsabilidade por abrir os olhos dos outros trabalhadores. Aí está uma das mais significativas amostras desta relação entre o intelectual e a rua, entre o escritor e a multidão, entre o profissional que escreve sobre a “cidade e seus costumes”, mas também que a habita e a transforma seja pelo seu trabalho, seja por sua presença física como um cidadão comum. E esta era uma preocupação do autor:

Está visto que antes de explicar estas coisas ao povo, precisa o escritor explicá-las a si mesmo... Por que nem todo escritor se mostra ainda consciente destas responsabilidades, e mesmo entre os que têm intuição de seus deveres, sem a experiência do uso, persistem dúvidas e hesitações paralisantes. (ANDRADE, 1945).

Os rumos traçados por estes escritores tomavam, aos poucos, um caráter institucionalizado, seja pelo 1º Congresso Brasileiro de Escritores, seja pela formação da UTI (União dos Trabalhadores Intelectuais). Drummond escreve sobre sua crítica à vaidade dos escritores que faz com que eles nunca consigam uma agremiação de fato. Algo que os pudessem unir para uma produção consensual, ou de embates sobre os temas escritos.

A U. T. I. ensaia os primeiros passos, e já é sensível a sua influência no campo tão trabalhado de dissensões e alergias, que é o campo intelectual. Para um escritor individualista, de formação autodidática e alheio aos contatos estimulantes da vida gregária, nada mais difícil que meter-se dentro de uma associação, e ver a sua concepção de valores submetida ao entrechoque de outras concepções, para a fim de se obter, uma diretriz comum. (ANDRADE, 1945).

Graças a uma possível consciência política a que os intelectuais estavam por hora passando em função da Segunda Guerra e mais exatamente por seu fim, os escritores estavam sendo encarados por Drummond “como lutadores de vanguarda na democratização brasileira”.

Como se um íman atraísse figuras dispersas, muitos homens se reuniram, se interrogaram, se entenderam. Artistas plásticos, músicos, romancistas, arquitetos, advogados, sociólogos, economistas, engenheiros, médicos, técnicos de cinema, rádio e publicidade – todo o pessoal se deu as mãos e está disposto a caminhar no mesmo rumo. (ANDRADE, 1945).

Era o momento dos intelectuais mostrarem, na emergência dos acontecimentos, sua luta pelo processo de anistia e de democratização. Eram relações estabelecidas, medos sumindo e dando lugar a uma luta conjunta por uma consciência democrática e de participação pelos intelectuais.

5. Considerações finais

Como vimos, a intenção deste artigo, motivado por nossa pesquisa, tem sido perceber como alguns autores estabelecem em suas obras a relação do sujeito com a rua ao mesmo tempo em que vivem como homens comuns no cenário urbano. Estamos investigando o modelo de sociedade existente e como este cenário repercutia em suas obras.

Um dos objetivos desta pesquisa está sendo verificar como tais transformações urbanas foram feitas ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, com a Reforma Pereira Passos (1902 a 1906) e durante o Estado Novo (1937-1945), tendo a comparação como foco principal, a fim de entender quais pontos permanecem e quais sofrem rupturas ao longo deste período. Embora aqui, tivemos a missão de mostrar parte do cenário desta segunda fase.

Não só os políticos, seja Pereira Passos, com a marcha do Rio Civiliza se!, – nos primeiros anos do século XX, até a chegada das reformas implementadas por Henrique Dodsworth nos anos de 1930 e 1940, mas também intelectuais, empenhavam-se em acabar com os problemas urba-

nos. A presença de intelectuais também era marcante e importante nas questões políticas por que passava o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Os intelectuais tomaram posição. *Leitura*. Rio de Janeiro: Abril de 1945.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

INVENTÁRIO Sumário do Fundo Gabinete do Prefeito – DF. *Documentos da Administração Henrique Dodsworth (1937-1945)*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, O Arquivo, 1996.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Wanda Maria Ribeiro (Org.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

O COMPORTAMENTO DERIVACIONAL DAS DESINÊNCIAS DE SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR

Viviane Maia dos Santos (UFRJ)
vivianemaiasantos@ig.com.br

1. *Introdução*

O objetivo do presente trabalho é discutir a validade da interpretação do sufixo de segunda pessoa do singular (doravante DP) como afixo derivacional. A hipótese é que a gramaticalização ou pronominalização da forma *você*, e sua subsequente inserção no quadro de pronomes pessoais brasileiro promoveram uma mudança no *status* morfológico do afixo, que passou a apresentar comportamentos típicos dos afixos derivacionais. As DP são tacitamente consideradas pertencentes à morfologia flexional pelas gramáticas tradicionais¹⁶⁴, mas o que se observa atualmente é que as DP de segunda do singular estão assumindo características típicas dos afixos considerados derivacionais. Para testar nossa hipótese, em primeiro lugar analisar-se-á o que tornou possível a criação de outras formas de expressão do significado gramatical: segunda pessoa do singular. Em seguida, submeter-se-ão os novos afixos aos parâmetros propostos por Gonçalves (2005), para se verificar se tal hipótese encontra acolhida na teoria proposta pelo autor. O *corpus*, aqui analisado, será um material de fala espontânea, que está sendo constituído, a partir de metodologia experimental, para a coleta dos pronomes-sujeito de referência à segunda pessoa do singular.

2. *Gramaticalização, pronominalização da forma Vossa Mercê > você e sua inserção no paradigma pronominal brasileiro*

Alguns estudos, como os de (LOPES, 2007; LOPES/RU-MEU, 2004) mostram que o processo de gramaticalização ou pronominalização de *Vossa Mercê > você* iniciou-se nos séculos XIX e XX. A partir do século XX-XXI, ocorreu a inserção da forma nominal de tratamento *você* no sistema pronominal brasileiro, causando variações geográficas, sociolinguística e, até mesmo determinações pragmáticas se considerarmos a atuação das relações sociais nas escolhas de certas estratégias nominais e pronominais de tratamento. Por outro lado, Silva (2000) mostra que o uso

¹⁶⁴ BECHARA, 2009; SACCONI, 1989; CEREJA & MAGALHÃES, 1999 *et alii*

majoritário de *tu* – forma recorrente no século XIX – só será suplantado por *você* por volta dos anos 20-30 do século XX. A inserção da forma *você* no sistema pronominal brasileiro não ocorreu da mesma maneira em todas as categorias gramaticais. Consoante Lopes, aparentemente, é na posição de sujeito que a forma *você* se firmará. A produtividade da forma *você* na categoria gramatical sujeito talvez tenha gerado a mudança de status morfológico das DP de segunda pessoa do singular, já que, por ser originada de uma forma nominal de tratamento, tornou possível que a forma *tu* também se associasse a verbos na terceira pessoa do singular, cabendo, portanto, aos pronomes a responsabilidade de identificar a pessoa do discurso. A expressão formal das DP deixou de ser obrigatória e os sufixos passaram a concorrer com outras formas de expressão para o mesmo conteúdo gramatical.

3. *As desinências de segunda pessoa do singular*

Se consultarmos as gramáticas tradicionais, poderemos verificar que a categoria de pessoa é considerada pertencente à morfologia flexional. São comuns afirmações do tipo:

- [1] “Os verbos *flexionam-se* em número, **pessoa**, modo, tempo e voz.” (CEREJA & MAGALHÃES, 1999).
- [2] “O verbo apresenta as *variações* de número, de *pessoa*, de modo, de tempo e de voz” (CUNHA, 1979).

Entretanto, o que vemos é que o significado segunda pessoa do singular, ou seja, aquele com quem se fala, formalmente materializado pelos seguintes sufixos: no modo indicativo /s/; no presente; /ste/, no pretérito perfeito; /vas/, no pretérito imperfeito; /ras/, no pretérito mais-que-perfeito; /rás/ , no futuro do presente e /rias/ no futuro do pretérito etc. apresentam como concorrentes na expressão do significado, as formas pronominais *tu~você* associadas às desinências de terceira pessoa do singular: morfema zero ou desinências específicas, o que nos leva a pensar nos parâmetros meios de materialização e relevância sintática:

Meios de materialização

- (i) Um afixo é flexional se seu significado materializa-se apenas morfológicamente. Quando há concorrência de estratégias para exteriorizar seu conteúdo, o afixo deve ser analisado como derivacional. (GONÇALVES, 2005, p. 24)

Por exemplo, a referência à segunda pessoa do singular ocorre a partir da associação das formas pronominais *você ou tu* às DP de terceira pessoa do singular. A informação gramatical, aquele com quem se fala, passou a ser materializada por outras formas que não somente a morfológica. Podemos dizer que as formas pronominais são as responsáveis pela interpretação da pessoa do discurso, o que também fez com que a expressão das DP de segunda deixasse de ser relevante sintaticamente.

Relevância sintática

- (ii) A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática”. (GONÇALVES, 2005, p. 12)

A partir desses parâmetros, podemos determinar que a marca de segunda pessoa singular não pertence à morfologia flexional, já que deixou de ser requerida pela sintaxe da sentença e apresenta, atualmente, estratégias que concorrem pela expressão do significado. Os exemplos [1] a [4] confirmam a mudança do *status* morfológico da desinência.

[1] (Gravação secreta realizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de 2008. Foi entrevistada uma mulher de aproximadamente 30 anos, muitíssimo bem vestida, que aparentava ser advogada.)

F1.: pesquisadora e F2.: entrevistado(a)

F2.: Pô porque olha só porque vai ficar um pouco longe para **você** ir andando

F1.: Ah é?

F2.: É mas de qualquer forma **você** faz um seguinte se **você** se **você** atravessar toda essa rua aqui **você** pega um ônibus ali na frente (...) da Santa Luzia

F1.: Santa Luzia?

F2.: É agora se **você** quiser ir por aqui também dá

F1.: Por aqui?

F2.: Não dá porque se **você** for para lá **você** vai pegar o início da rua se **você** for por aqui **você** pega mais perto

F1.: pego mais

F2.: **Você** vai ter que seguir aqui onde aquele táxi está indo (...)

[2] (Gravação secreta realizada nas ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro no mês de 2008. Foi entrevistado um advogado aparentando ter menos de 30 anos de idade.)

F1.: pesquisadora e F2.: entrevistado(a)

F1.: Oi dá licença sabe como eu chego ao fórum aqui no Centro

F2.: Vai aqui direto aí vai ver uma transversal do lado de cá (...) à direita

F1.: Certo é a Primeiro de Março né

F2.: **Você** vai aqui direto

F1.: Ali para lá que é a Justiça do Trabalho?

F2.: Não

F1.: A Justiça do Trabalho é para onde

F2.: É justamente o inverso

F1.: É o inverso?

F2.: A Justiça do Trabalho é para lá

F1.: Ai meu Deus

F2.: Não tem nada a ver uma coisa com a outra

F1.: Não tem nada a ver? Mas assim como eu faço daqui para chegar

F2.: A Justiça do Trabalho?

F1.: Isso

F2.: **Tu** quer ir à rua do Lavradio né?

[3] Gravação secreta realizada no centro do Rio de Janeiro no mês de maio de 2006. Foi entrevistada uma gerente adulta.

F1.: pesquisadora e F2.: entrevistado(a).

F1.: Oi tudo bom?

F2.: Tudo

F1.: **Você** é gerente da minha e eu vim aqui hoje para cancelar

F2.: Cadê o:: o número da conta

F1.: Aqui ó eu acabei de tinha um um saldo devedor aí eu acabei de fazer um depósito (...) tem o comprovante né esta aí o número da conta

F2.: **Você** fez no caixa automático?

F1.: Fiz fiz agora no caixa eco/ no caixa eletrônico

F2.: Tá depois que (processar) eu vou te dar um número que aí **você** liga para lá para cancelar pode se pelo telefone (...) depois pode deixar entrar isso aí hoje à noite amanhã você liga

F1.: Está está ótimo e:: olha só com relação também eu queria saber ao empréstimo que eu tenho esse valor vai ser vai ser

F2.: É débito na tua conta?

F1.: É debitado na conta

F2.: Então **você** não pode encerrar como é que **tu** vai encerrar uma conta se não vai vai bater o débito automático vai reativar a conta tem que acabar de pagar

F1.: Ah é? Para poder

[4] Gravação secreta realizada no centro do Rio de Janeiro no mês de outubro 2006. Foi entrevistada uma ambulante jovem.

F1.: pesquisadora e F2.: entrevistado(a)

F2.: Para central é aqui ó ... **tu** vai para onde] **você** vai para onde?

F1.: Eu? quero ir para a central mas antes eu tenho que ir para as barcas

F2.: Ah antes de **você**: **você** tem que ir nas barcas depois **você**:: **você** veio daqui

F1.: É vim daqui

F2.: Tá quando **você** vim de lá das barcas **você** vai nas barcas e vai voltar?

F1.: Vou

F2.: Então para ir para a central é aqui ó ... Na segunda aqui é direita né?

F1.: Ah ah

F2.: A segunda à direita **tu** entra que vai dar na alfândega **tu** vai passar por dentro da alfândega e vai sair na Central

Analisando a questão, vemos que a estratégia empregada é associar os pronomes pessoais *tu* ou *você* a formas do verbo na terceira pessoa do singular, o que significa que o morfema zero ou a desinência de terceira pessoa associada às formas pronominais *tu* ou *você* são empregadas como estratégia de referência ao sujeito de segunda pessoa do singular. Essa estratégia concorre com a desinência número-pessoal de segunda na expressão do conteúdo gramatical. Vejamos, abaixo, a esquematização da regra:

Presente do indicativo

eu amo

tu amas

ele ama \emptyset / tu ama \emptyset ou *você* ama \emptyset

Pretérito perfeito do indicativo

eu amei

tu amaste

ele amou / tu amou ou *você* amou

Pode-se ver que o processo é produtivo, já que todos os verbos apresentam forma de terceira pessoa singular em todos os tempos verbais e modos, apropriando-se, portanto, da regularidade do paradigma verbal. A defectividade¹⁶⁵ não afeta a terceira pessoa do singular, sendo assim as condições de produtividade são excelentes. Todos os sufixos de segunda pessoa do singular terão como sufixos concorrentes na expressão do significado de segunda pessoa do discurso as desinências de terceira pessoa do singular (assunto sobre o qual se fala), que serão os morfemas zero ou formas específicas. Uma vez categorizado como afixo derivacional, o conteúdo gramatical: segunda pessoa do singular, por ser uma estratégia produtiva e aplicável, dificulta ainda mais a segregação das morfologias derivacional e flexional. Abaixo o critério aplicabilidade.

Aplicabilidade

- (iii) A flexão é mais produtiva que a derivação, no sentido de que estrutura paradigmas mais regulares e sistemáticos. (GONÇALVES, 2005, p. 31)

As duas estratégias de referência ao interlocutor são produtivas e geram paradigmas regulares. Se pensarmos que a defectividade não afeta a terceira pessoa do singular, veremos que associar as formas pronominais *tu* ou *você* às DP de terceira do singular é um processo extremamente produtivo. As DP de terceira são, de certa forma, até mais produtivas que a DP de segunda, que, em alguns casos, por questões de eufonia ou significação, podem não ter expressão formal.

4. Especialização semântica do afixo de segunda pessoa do singular

O sufixo de segunda pessoa do singular sofreu uma especialização semântica a partir da entrada da forma *você* no sistema pronominal brasileiro. Até inícios do século XX, à desinência cabia apenas a função de expressar o significado: com quem se fala. Com a inserção da forma inovadora, outras estratégias de referência ao interlocutor passaram a existir e cada uma passou a ocupar um espaço funcional específico. A consequência desses usos é que os falantes do dialeto carioca, por exemplo, dispõem de três estratégias pronominais de tratamento em situações de informalidade, a saber: (1) *tu* sabe, (2) *você* sabe ou (3) \emptyset sabe \emptyset . Cada variante apresenta um significado pragmático-discursivo e juízo de valor

¹⁶⁵ "Defectivos são os verbos que, na sua conjugação, não apresentam todos os tempos, modos ou **peçoas**. Na maioria dos casos, a defectividade verbal é devida à eufonia ou à significação." (*Id.*, 1999, p. 165)

distinto ligados à sua expressão formal. A variante 1, por ser um uso não padrão do pronome-sujeito *tu*, é amplamente estigmatizada pela sociedade, o que faz com que os falantes mais influenciados pela Norma Culta Padrão a evitem. Por outro lado, a variante 2, como não infringe as regras de concordância prescritas pelas gramáticas tradicionais, apresenta uma avaliação social positiva, conferindo à forma *você* status de verdadeiro pronome pessoal na atual sincronia em diversas regiões do Brasil. Por fim, a variante 3, como omite a forma pronominal, é também uma estratégia amplamente empregada. Em pesquisa recente sobre o tema, Maia dos Santos (2008)¹⁶⁶ verificou que a estratégia 3 vem sendo empregada por pessoas que não querem ou não sabem categorizar socialmente o seu interlocutor. Esse uso se mostra bastante apropriado em situações em que os informantes estabelecem uma interação comunicativa sem que seus papéis sociais não estejam bem definidos. Podemos pensar ainda em uma quarta variante: “*tu* sabes”, variante padrão. Na variedade carioca, embora esse seja o uso prescrito pelas gramáticas tradicionais, as DP de segunda associadas à forma pronominal *tu* adquirem uma conotação social de pedantismo. Se um falante exhibe essa variante, em uma situação de informalidade, será avaliado socialmente de forma negativa. Na variedade sulista, por outro lado, e até mesmo no português europeu, o uso padrão do pronome-sujeito *tu* em situações de informalidade não apresentará a mesma avaliação social, o mesmo significado pragmático-discursivo, ou seja, as DP de segunda apresentam variabilidade semântica condicionada pela região a que pertence o falante. Essa observação vai ao encontro do parâmetro:

Estabilidade semântica

- (iv) A flexão é semanticamente mais regular que a derivação. Dito de outra maneira, há coerência semântica nas operações flexionais, o que pode não acontecer nas derivacionais.

O uso padrão do pronome-sujeito *tu* apresenta significados que podem variar geograficamente ou sociolinguisticamente. Por exemplo, na variedade carioca, pode parecer pedantismo o falante, em situações de informalidade, empregar o uso padrão da forma: *tu* sabes, *tu* queres etc. Já na variedade sulista, “*tu* sabes”, “*tu* queres” são naturais em situações informais. Até mesmo se pensarmos no português europeu, em que tal uso é comum na fala de informantes pouco escolarizados, já que para eles es-

¹⁶⁶ Em *corpus* constituído com o objetivo central de captar as formas pronominais de tratamento a partir de entrevistas espontâneas realizadas nas ruas do Centro da cidade, a estratégia 3 foi amplamente utilizada.

sa variante faz parte da língua materna. Esse uso é parte da gramática internalizada. Já no Brasil, o falante que exibe tal variante em situações informais indica que tem alto grau de educação formal ou pertence a determinada região do país, o que nos leva a considerar a função indexical da desinência.

Função indexical

- (v) (xii) Apenas afixos derivacionais podem servir como meio de sinalização do falante do ponto-de-vista social, geográfico e etário. (*Ibid.*, GONÇALVES, 2005, p. 87)

Nesse sentido, podemos mais uma vez confirmar que o morfema tem incorporado propriedades que tornam possível considerá-lo pertencente à morfologia derivacional.

5. Considerações finais

Pelos exemplos arrolados, pudemos verificar que realmente houve mudança no *status* morfológico das DP de segunda pessoa do singular. A mudança de *status* foi provocada pela inserção da forma nominal de tratamento *você* no quadro de pronomes pessoais brasileiro. O fato de a forma *você* ser originalmente uma forma de tratamento tornou possível a associação do pronome *tu* a verbos na terceira pessoa do singular, criando, com isso, estratégias concorrentes para a expressão do significado veiculado pelas DP de segunda do singular. Ao mesmo tempo, cada concorrente assumiu um papel semântico-discursivo específico, o que fez com que o morfema passasse a compartilhar com os afixos derivacionais algumas propriedades funcionais. Esse fenômeno é mais um exemplo que confirma a validade do *continuum* morfológico proposto por Bybee (1985). A entrada da forma *você* no quadro pronominal promoveu uma redução no paradigma flexional e pronominal, o que fez com a forma pronominal se tornasse a responsável pela indicação da pessoa do discurso. A variabilidade semântica, a função indexical e os meios de materialização, parâmetros propostos por Gonçalves (2005), são alguns parâmetros que sustentam a interpretação do caráter derivacional que a DP de segunda apresentam atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 37 ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens: Literatura, produção de texto e gramática*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1999.

DUARTE, M. Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 107-128.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, C. R. S.: *Vossa Mercê > você e Vuestra Merced > usted*: o percurso evolutivo ibérico. *Linguística – publicação da ALFAL*, vol. 14, 2003.

_____. Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee; LOPES, Célia. (Org.). *Sincronia y diacronia: de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert/Biblio-theca Ibero-Americana, 2006, v. 107.

_____; C. R. S.: O quadro dos pronomes pessoais. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. (Orgs.). *Morfossintaxe e ensino de português: reflexões e propostas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004, v. 1, p. 151-178.

_____; DUARTE, M. E. L. De “Vossa Mercê” a “Você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Orgs.) *Análise contrastiva de variedades do português*: Primeiros estudos. Rio de Janeiro: In-fólio, 2003, p. 61-76.

SACCONI, Luiz Antônio. *Gramática essencial da língua portuguesa*: teoria e prática. São Paulo: Atual, 1989.

SANTOS, Viviane Maia dos. A variação das formas pronominais tu~você no Rio de Janeiro do século XX. In: CONGRESSO INTERNA-

CIONAL DA ALFAL, 15., 2007, Montevidéu. *Atas...* Montevidéu: Universidad de la República, 2007, CD-ROM.

SILVA, Vera L. Paredes. A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX. *II Congresso Nacional da Abralín* (CD-ROM), 2000.

_____. O retorno do pronome *tu* à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, 160-169.

**O COMPOSITOR DE MPB
NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR:
A SUBJETIVIDADE ENUNCIATIVA
A SERVIÇO DA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO**

Maria Aparecida Rocha Gouvêa (UERJ/UniFOA)
cidarochagouvea@hotmail.com

Os pressupostos teóricos sobre a enunciação de Émile Benveniste, discípulo de Saussure que propôs reflexões sobre a subjetividade na enunciação, serão a base para nossa discussão sobre o tema, com o objetivo de compreendermos como as marcas linguísticas/discursivas formam o *ethos*.

Benveniste toma a língua como sistema e propõe um mecanismo de referência que considera o sujeito e a enunciação, destacando o caráter social da língua, concebidos no consenso coletivo. Para o autor, a língua é fruto da vida em sociedade, pois o homem é fruto da cultura. Assim, a língua está a serviço do falante que pode manejá-la, inventando e reinventando novos conceitos.

A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e, por conseguinte, refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. (BENVENISTE, 1989, p. 21).

Nesse processo criativo, o autor considera que a linguagem é “um meio, na verdade, o único meio de atingir outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem” (BENVENISTE, 1989, p. 93) e a língua é “um instrumento de comunicação investida de propriedades semânticas que funciona como uma máquina de produzir sentido” (BENVENISTE, 1989, p. 99). Além desses conceitos, é necessário considerar o emprego da língua – a enunciação – “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”. Para Benveniste (1989, p. 82), “a dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido”.

O autor (1989, p. 82) define enunciação como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, possibilitando que o EU interaja com o TU, em um dado momento.

Nessa perspectiva, é necessário considerar o discurso como o “lugar da instabilidade das estruturas, onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema” (FIORIN, 1999, p. 15). A instabilidade, aqui, não significa desorganização, caos, sem qualquer princípio de ordem, e sim, o não fixo, o não permanente, o flexível.

O discurso mostra que certas formas apresentadas pelo sistema como absolutamente estáveis, mudam, dadas certas condições (de ordem discursiva, é evidente), de lugar, adquirem novos valores, geram novos significados – enfim engendram o que aqueles que trabalham com discurso aprenderam a chamar efeitos de sentido. (FIORIN, 1999, p. 20).

São os efeitos de sentido produzidos nas letras das canções do período estudado que nos interessam na análise, objetivando identificar como as marcas discursivas têm poder a ponto de formar uma imagem do enunciador – o *ethos* do sujeito do discurso, inserido em determinado momento histórico, como registra Fiorin (1999, p. 42).

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, o espaço e o tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.

A subjetividade na enunciação e a construção do *ethos*

Para Benveniste (1988, p. 286), a subjetividade “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, que enuncia num dado espaço e em determinado tempo organizados em torno do sujeito, ponto de referência da enunciação.

Os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos se dá por dois processos: a debreagem e a embreagem.

Greimas e Courtês (1979, p. 79, *apud* FIORIN, 1999, p. 43) define a debreagem como

a operação em que a instância de enunciação disjunge de si e projeta pra fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base, com vistas à constituição dos elementos fundadores do enunciado, isto é, pessoa, espaço e tempo.

Dessa forma, a debreagem expulsa da instância de enunciação a pessoa, o espaço e o tempo. Ao contrário, a embreagem é “o efeito de re-

torno à enunciação, produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado.” (FIORIN, 1999, p. 48).

Maingueneau (2008, p. 106) registra que “um enunciado não se assenta no absoluto”, pois sempre se situa em relação a alguma coisa. Dessa forma, toma como referência o próprio ato enunciativo, levando em conta as características que definem o ato da enunciação: enunciador, coenunciador, momento e lugar da enunciação. Para o autor (2008, p. 108),

chama-se embreagem o conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação, e **embreantes** (também chamados de “elementos dêiticos”, “dêiticos”, ou, às vezes, “elementos indiciais”, os elementos que no enunciado marcam essa embreagem.

Mangueneau (2008, p. 113) aponta que há duas maneiras de enunciar: plano embreado e plano não embreado.

Os enunciados embreados contêm embreantes (pessoais, temporais e/ou espaciais) relacionados com a situação de comunicação. Além desses embreantes, há “outras marcas da presença do enunciador: apreciações, interjeições, exclamações, ordens, interpelação do coenunciador...” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113). O autor salienta que os enunciados embreados constituem a maioria dos enunciados produzidos.

Já os enunciados não embreados constroem universos autônomos, isolados da situação de enunciação, com apagamento do par eu-você. “São produzidos em determinado momento e lugar, mas apresentam-se como se estivessem desligados da sua situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 114). Exemplos de enunciados não embreados são os verbetes de dicionários, os textos científicos e, em grau inferior, as generalizações, como os provérbios (“Quem tudo quer, tudo perde”).

O autor (2008, p. 122) registra que é raro um texto se desenvolver em um único plano de embreagem. Geralmente há alternância dos planos embreado e não embreado.

Neste artigo, para a análise da subjetividade na enunciação, abordaremos as categorias de pessoa e de tempo. Essas categorias, nesse momento histórico, colaboraram significativamente para a construção do *ethos* discursivo, já que estamos nos referindo a um sujeito histórico situado no tempo.

Nessa perspectiva, Amossy (2005, p. 9) afirma que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”, que se dá através das marcas textuais presentes na enunciação.

1. A pessoa

A categoria de pessoa é essencial para a constituição do discurso. Segundo Benveniste (1988, p. 286) “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta a realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”.

Nessa perspectiva, a subjetividade transcende as experiências vividas pelo sujeito e é fundamentada pelo *status* linguístico da “pessoa”. Entretanto, a consciência de si mesmo só é experimentada pelo contraste entre *eu* e *tu*.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como o *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática.

Dessa forma, a primeira oposição (eu-tu) é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusiva do homem, possibilitando uma relação em que nenhum dos dois termos se concebe sem o outro, já que são complementares e reversíveis, possível graças às formas linguísticas denominadas pela gramática de “pronomes”.

Vale ressaltar que não se deve tomar o “eu-tu” como figuras, mas como formas linguísticas que indicam a “pessoa”.

A segunda oposição (eu-tu/ele) opõe a ‘pessoa’ a ‘não pessoa’ “fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação”. (BENVENISTE, 1988, p. 101).

Assim, a pessoa enunciativa só pode ser interpretada quando se leva em conta o movimento enunciativo do texto em que está inserida, estabelecendo com o leitor “um modo de comunicação considerado como participando do mundo evocado pelo texto” (MAINGUENEAU, 2008, p. 131).

Dessa forma, a categoria de pessoa colabora para a construção do *ethos* discursivo de diversas maneiras:

- **eu:** embreante que se refere ao enunciador. Em textos publicitários, é comumente utilizado para provocar uma identificação do leitor com o enunciador em cena.

Benveniste (1988, p. 288) ressalta que

o *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”.

E conclui: “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como *eu*.”

- **você:** embreante que se refere ao coenunciador. Pode ser utilizado para designar uma determinada categoria, sem determinantes. Nesse caso, é não embreado, pois está associado a um presente não dêitico em um fragmento que descreve uma categoria ideal, comum em textos publicitários (MAINGUENEAU, 2008, p. 127).

- **nós/vós:** embreante que se refere ao enunciador e ao coenunciador. Também é utilizado para designar “não uma soma de indivíduos, mas um sujeito coletivo”, como registra Maingueneau (2008, p. 127).

- **eles:** quando designa um grupo de pessoas, é utilizado para representar a coletividade, constituída de indivíduos indeterminados. Aparece sempre no masculino plural e sem antecedentes. Quando apresenta antecedente, é pronomes substantivo e permite outras variações gramaticais (feminino/singular).

- **o apagamento da pessoa:** ocorre quando o texto trabalha o plano não embreado, estabelecendo uma ruptura com a situação de enunciação, com ausência de vestígio dos coenunciadores. É comumente utilizado no discurso científico como estratégia para valorizar o conhecimento, as verdades científicas. No período da ditadura militar, foi usado, muitas vezes, como proteção da face, total ou parcial, como mostra a canção abaixo.

Viola enluarada

Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle

A mão que toca um violão

Se for preciso faz a guerra
Mata o mundo, fere a terra

A voz que canta uma canção

Se for preciso canta um hino
Louva a morte.

(..)

Na canção, observamos claramente que da mesma forma que é necessário identificar o sujeito (o cantador), já que o objetivo da canção de protesto era persuadir o público, é preciso protegê-lo das ações militares. Para isso, a metonímia foi o recurso linguístico selecionado pelos compositores, como uma estratégia de proteção parcial da face.

Segundo Maingueneau (2008, p. 108) também são considerados embreantes de pessoas:

- os determinantes **meu/teu, nosso/vosso/seu** e suas formas femininas e plurais;
- os pronomes **o meu/o teu, o nosso/o vosso, o seu** e suas formas femininas e plurais.

Benveniste (1988, p. 288) conclui que

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação de subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia.

2. O tempo

A noção de tempo também é de grande importância discursiva. De alguma forma, toda língua distingue o tempo, sempre utilizando como ponto de referência o presente – “a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve” (BENVENISTE, 2008, p. 289).

O autor (2008, p. 289) adverte que, embora o *Dictionnaire general* defina *presente* como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”, devemos tomar cuidado, pois “não há outro critério nem outra expressão para indicar o ‘tempo em que se está’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se fala’”.

Tal teoria discursiva é reforçada pela visão filosófica de Agostinho (*apud* Fiorin, 1999, p. 132) quando afirma que

nem o futuro nem o passado são. Por isso, diz-se de maneira imprópria que os tempos são três o pretérito, o presente e o futuro. Dir-se-ia de maneira muito mais própria: os tempos são três, o presente do pretérito, o presente do presente e o presente do futuro. Esses últimos estão em nosso espírito e não os vejo em outro lugar. O presente das coisas passadas é a memória, o presente das coisas presente é o olhar, o presente das coisas futuras é a espera.

Nessa perspectiva, observamos que há a necessidade de distinguirmos os *tempos físico e crônico* do *tempo da língua*, que é ligado ao exercício da fala e ordenado como função do discurso. Nesta pesquisa, interessa-nos o tempo linguístico e seus dois sistemas:

a) sistema enunciativo: relacionado diretamente ao momento da enunciação;

b) sistema enuncivo: ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado.

Fiorin (1999, p. 142) ressalta que o discurso instaura um *agora* - o momento da enunciação – que fundamenta as oposições temporais da língua, da seguinte forma

ontem, anteontem ----- hoje, agora ----- amanhã, depois de amanhã

2.1 Presente (tempos enunciativos)

Marca a coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente, não importando se a simultaneidade é real ou não. – “A linguística não opera com o mundo “real”, mas com o mundo da linguagem e, por conseguinte, com os efeitos de sentido.” (FIORIN, 1999, p. 251). O autor (1999) propõe que a temporalização enunciativa seja representada da seguinte forma:

- MR Presente (tempos enunciativos)

Concomitância 1:

a) presente pontual: quando existe coincidência entre o MR (momento referencial) e ME (momento enunciativo);

Carcará

João do Vale e José Cândido

Carcará,
pega, mata e come.
(...)

b) presente durativo: quando o MR é mais longo que o ME. A duração pode ser pequena ou muito longa, contínua (presente de continuidade) ou descontínua (presente iterativo);

Apesar de você

Chico Buarque

Hoje, você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão.
(...)

c) presente omnitemporal ou gnômico: quando o MR é ilimitado e, conseqüentemente, é o momento do acontecimento. Tem efeito de verdade irreversível e é comumente utilizado em provérbios e definições.

Bom conselho

Chico Buarque

Quem **espera**, nunca **alcança**.
(...)

Não concomitância 1:

a) Pretérito perfeito 1: indica anterioridade do momento do acontecimento em relação ao momento de referência presente.

Apesar de você

Chico Buarque

Você que **inventou** a tristeza
Ora tenha a fineza de **desinventar**.
(...)

b) Futuro do presente 1: indica posterioridade do momento do acontecimento em relação ao momento de referência presente.

Vai passar

Chico Buarque e Francis Hime

Vai passar (passará)
Nessa avenida
Um samba popular
(...)

A partir do MR presente – momento da enunciação – ordena os tempos em dois subsistemas – MR Pretérito (subsistema de anterioridade) e MR Futuro (subsistema de posterioridade)

2.2 Subsistema de anterioridade: momento referencial pretérito (tempos enuncivos)

Concomitância 2:

a) pretérito perfeito 2: é concomitante em relação a um momento de referência pretérito. Tem valor aspectual limitado, acabado, pontual, dinâmico.

A banda

Chico Buarque

Estava à toa na vida
meu amor me **chamou**
pra ver a banda passar
cantando coisas de amor.
(...)

b) pretérito imperfeito: marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. Tem valor aspectual não limitado, inacabado, durativo, estático.

João e Maria

Chico Buarque

(...)
Eu **enfrentava** os batalhões
Os alemães e seus canhões
(...)

Não concomitância 2:

a) **pretérito mais-que-perfeito:** marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência pretérito. Seu aspecto é sempre perfectivo.

Super-homem

Gilberto Gil

(...)
minha porção mulher
que até então se **resguardara**
(...)

b) **futuro do pretérito simples:** exprime uma relação de posterioridade do momento do acontecimento em relação a um momento de referência pretérito. Tem caráter de antecipação imaginária. É imperfectivo.

Agonia

Oswaldo Montenegro

Se fosse resolver
iria te dizer
foi minha agonia
(...)

c) **futuro do pretérito composto:** marca um fato posterior em relação a um momento de referência pretérito. Indica um fato anterior a um acontecimento futuro (pretérito imperfeito do subjuntivo) ou a um outro momento que não o de referência, expresso por uma indicação de tempo. É perfectivo.

Naquela noite

Cláudio Cartier/Guto Marques

(...)
Ah! Se eu soubesse que era um sonho
Eu não **teria acordado**
(...)

2.3 Subsistema de posterioridade: momento referencial futuro (tempos enuncivos)

Concomitância 3:

a) **Presente do futuro:** sem forma específica em português. É expresso por um futuro do presente simples ou um futuro do presente progressivo

(futuro do presente do auxiliar *estar* + gerúndio) correlacionado a um futuro do presente do subjuntivo introduzido por uma conjunção.

Amanhã

Guilherme Arantes

Amanhã, **será** um lindo dia
(...)

Não concomitância 3:

a) Futuro anterior: em português, o futuro do presente composto.

O índio

Caetano Veloso

(...)
E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos, não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando **terá sido** óbvio.

b) Futuro do futuro: indicado pelo futuro do presente simples.

Todo o sentimento

Chico Buarque/Cristóvão Bastos

(...)
Depois de te perder
Te encontro com certeza,
Talvez num tempo da delicadeza,
Onde não **diremos** nada
Nada aconteceu
Apenas segurei, como encantado
Ao lado teu.

2.4 Advérbios, preposições, locuções e conjunções temporais

Os advérbios de tempo, as preposições e locuções prepositivas temporais e as conjunções temporais também se articulam em categorias topológicas concomitância vs não concomitância (anterioridade vs posterioridade), demarcando o tempo linguístico.

Procissão

Gilberto Gil

Olha lá vai passando a procissão
Se **arrastando que nem cobra** pelo chão
As pessoas que nela vão passando
Acreditam nas coisas **lá** do céu
As mulheres cantando tiram versos
Os homens escutando tiram o chapéu
Eles vivem penando **aqui na terra**
Esperando o que Jesus prometeu

(...)

Dessa forma, por todas as marcas discursivas descritas, podemos verificar que a produção musical do período da ditadura militar esteve de mãos dadas com a construção da história do país, identificando um enunciador que se posiciona como sujeito social através da arte, de forma a construir uma imagem – o *ethos* – para veicular sua mensagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes / Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

O DIALOGISMO E A TRADIÇÃO NO FORRÓ

Morgana Ribeiro dos Santos (UERJ)
morgribeiro@bol.com.br

1. Apresentação

Este trabalho tem como objetivo discutir o conceito de dialogismo, de Mikhail Bakhtin, aplicado em três letras de música de forró, observando como o diálogo entre os textos do *corpus* contribui para a garantia de uma tradição no contexto musical do Brasil.

Pretendemos, por meio deste estudo, confirmar a pertinência do pensamento bakhtiniano para o entendimento dos fenômenos linguísticos, assim como valorizar a cultura brasileira, ao submeter as três letras de música nordestina à análise de sua constituição como produto de relações discursivas.

Segundo Fiorin, estudioso da obra bakhtiniana, “o dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados”. (2008, p. 19) Ou seja, em um enunciado “estão presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante”. (p. 21)

O dialogismo é inerente à língua e está presente na produção de todos os enunciados, visto que a comunicação ocorre na interação entre os sujeitos. Todavia, podemos observar que o diálogo entre os enunciados é mais evidente na materialidade de alguns textos, em comparação com outros.

As três letras de música que analisaremos seguem a tradição de uma modalidade de forró conhecida como forró safado. Esse tipo de forró lança mão do duplo sentido, sugerindo uma conotação sexual. O forró safado diverte, principalmente, o povo nordestino, desde a década de 50, com Luiz Gonzaga e Zé Dantas. Outras figuras se destacaram posteriormente com seus forrós irreverentes e obscenos, como Genival Lacerda, a partir dos anos 70, e Sandro Becker, a partir dos anos 80, entre outros. (FAOUR, 2006, p. 303-317).

A primeira letra de música que selecionamos é *O Tico-Tico*, de 1982, interpretada por Sandro Becker; a segunda é *O gatinho Pitito*, de 1996, interpretada por Tiririca e a terceira é *O gato*, de 2005, interpretada

pela banda Arriba Saia. Cada letra pertence a uma década distinta e o diálogo entre essas canções é muito nítido, tanto no sentido geral de obscenidade dos textos, quanto no tema do gato e na manipulação dos recursos linguísticos com finalidades semelhantes.

Muitos estudos são possíveis a partir desse *corpus*, enfatizando os aspectos estilísticos, semânticos, semióticos, históricos. Todavia, neste trabalho, a proposta é aplicar o conceito de dialogismo, de Bakhtin, e ratificar a pertinência desse conceito.

2. O dialogismo

O dialogismo, segundo Fiorin, “são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados”. O autor conceitua os enunciados como “unidades reais de comunicação”, “acontecimentos únicos” que “revelam uma posição” e “têm um acabamento específico que permite uma resposta”. (2008, p. 19, 20 e 22)

Ou seja, os enunciados são produtos da interação humana, são provenientes da comunicação e existem um a partir do outro; um enunciado acontece em resposta a outro, sendo natural uma relação de sentido ou um diálogo entre eles.

O filósofo russo Bakhtin determina o dialogismo como uma propriedade inalienável da língua:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. (Apud FIORIN, 2008, p. 18)

Entretanto, o diálogo entre os enunciados ocorre por meio de diferentes relações e não apenas em situações de entendimento, consenso e acordo, como sugere inicialmente o que compreendemos da palavra diálogo.

As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. (FIORIN, 2008, p. 24)

Em um enunciado, segundo Fiorin, “ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes”. (p. 24) Em outras palavras: “Um enunciado é sempre hete-

rogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso.” (p. 24)

O autor também esclarece que a língua é um espaço de luta e contradição nas relações, porque assim também é a vida em sociedade, tensa e conflituosa.

Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. (p. 25)

Sendo assim, os enunciados tentam assegurar uma posição e defender os interesses de um sujeito ou de um grupo social, que se manifesta por meio da língua e expressa um modo de ser e de se relacionar com o mundo, não havendo, então, a possibilidade de um discurso neutro.

É interessante para este trabalho que destaquemos o ponto em que Fiorin trata das forças centrípetas e centrífugas. Podemos entender que a primeira atua no sentido de centralizar o poder e manter as estruturas vigentes. E que a segunda atua no sentido de desconstruir e de propor novas possibilidades, novas formas, novas maneiras de perceber a realidade. Na língua, as forças centrífugas se manifestam, muitas vezes, em enunciados que provocam o riso e a ridicularização de um dado objeto, seja um episódio da vida política ou social, sejam as relações familiares ou amorosas etc.

Ainda a respeito do dialogismo, Fiorin registra o dialogismo constitutivo, “que não se mostra no fio do discurso” (p. 32) e o dialogismo composicional, que se mostra, trazendo incorporada a voz ou as vozes de outros enunciados com os quais dialoga. (p. 32)

Tratando do dialogismo composicional, o autor cita as “duas maneiras de inserir o discurso do outro no enunciado” (p. 33):

a) discurso objetivado - “o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante”. Adota os seguintes procedimentos: discurso direto, discurso indireto, aspas, negação. (p. 33)

b) discurso bivocal – “internamente dialogizado”, “não há separação muito nítida do enunciado citante e do citado”. Adota os seguintes procedimentos: paródia, estilização, polêmica clara ou velada, discurso indireto livre. (p. 33)

Neste trabalho, interessa-nos particularmente a estilização, que “é a imitação de um texto ou estilo, sem a intenção de negar o que está sendo imitado, de ridicularizá-lo, de desqualificá-lo”. Na estilização, “as vozes são convergentes na direção do sentido, as duas apresentam a mesma posição significante”. (p. 43)

Diferente da estilização, a paródia “é a imitação de um de um texto ou de um estilo que procura desqualificar o que está sendo imitado, ridicularizá-lo, negá-lo”. Na paródia, as vozes são divergentes, ou seja, “dá-se uma direção diversa ao sentido que está sendo parodiado”. (p. 42)

Fiorin discute e compara os conceitos de dialogismo e intertextualidade, termo que “não aparece na obra de Bakhtin” (p. 51). A estilização e a paródia são exemplos de intertextualidade (p. 54), que diz respeito apenas às relações dialógicas entre os textos. O dialogismo, mais amplo, é proveniente das relações entre os enunciados, que são da ordem do sentido e ganham materialidade nos textos. (p. 52)

O dialogismo, portanto, é um “princípio de funcionamento da linguagem na comunicação real” (p. 33), visto que o próprio homem é dialógico, pois sua subjetividade “é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa” (p. 55).

O estilo é igualmente dialógico na visão de Bakhtin, já que resulta da escolha de recursos linguísticos, o que proporciona ao enunciado um caráter peculiar. Na perspectiva bakhtiniana,

Estilo é o conjunto de procedimentos de acabamento de um enunciado. Portanto, são os recursos empregados para elaborá-lo, que resultam de uma seleção dos recursos linguísticos à disposição do enunciadador. (...) O estilo é o conjunto de particularidades discursivas e textuais que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade. Essa individualidade pode ser singular (...) ou coletiva. (p. 46)

A seleção de um recurso da língua ocorre pela oposição desse a outros recursos, assim como “o estilo constitui-se em oposição a outros estilos”. (p. 47)

Além disso, “o estilo define-se dialogicamente, o que quer dizer que ele depende dos parceiros da comunicação verbal, dos discursos do outro”. (p. 47) Ou seja, a constituição de um enunciado vai decorrer da sua relação com o(s) enunciado(s) aos quais pretende responder.

Buffon, naturalista e escritor francês do século XVIII, afirmava que “o estilo é o próprio homem” (Apud Fiorin, 2008, p. 47). Dialogando

com essa perspectiva, a visão bakhtiniana mostra que o estilo “são dois homens”. O estilo, assim como qualquer enunciado, “revela o direito e o avesso”. (p. 47) Em outras palavras, tudo, no âmbito da linguagem, se constitui no diálogo incessante dos homens.

3. *Análise do corpus*

A canção *Tico-Tico*, de 1982, interpretada por Sandro Becker e composta por João Gonçalves e Manhoso, ganhou grande popularidade, devido à irreverência de sua letra. Sandro Becker é seguidor de uma modalidade de forró que se apoia, sobretudo, no duplo sentido para sugerir um conteúdo obsceno e engraçado. Esse estilo de forró teve início na década de 50 e, ao longo de sua história, alguns de seus representantes se destacaram, como Luiz Gonzaga, Zé Dantas, Manhoso, Genival Lacerda, Clemilda e Marinês.

Tico-Tico

Tico-Tico é um gato
Que a Maria quer bem
Não dá, não troca, não vende
Nem empresta pra ninguém...

O Tico tem um defeito
Que não dá pra consertar
O defeito do Tico
É danado pra miar...

Tico mia na sala
Tico mia no chão
Tico mia na cozinha
Tico mia no fogão...

Tico mia no tapete
Tico mia no sofá
Tico mia no quarto
Toda hora sem parar...

Tico mia no colo
Tico mia na mão
Tico mia sentado
Em frente à televisão...

Tico mia no almoço
Tico mia no jantar
E a noite inteira
Tico mia sem parar...

(Fonte: <http://letras.terra.com.br>)

Na cadeia da fala, a expressão *Tico mia* é homônima homófona da expressão *te comia*, que remete ao ato sexual, ou seja, as expressões são idênticas na sonoridade. Podemos dizer também que o enunciador emprega um cacófato com a finalidade de promover o duplo sentido. Ribeiro explica como ocorre o cacófato: “O encontro de sílabas de dois ou mais vocábulos vai ocasionar a formação de outro de sentido inconveniente, ridículo ou desagradável.” (2007, p. 75)

O verbo *comer*, que a princípio denota o ato de alimentar-se, pode ser sinônimo de “possuir sexualmente”, segundo Aurélio Buarque de Holanda (*Apud* SOUTO MAIOR, 1980, p. 33). O vocábulo *comer* torna-se polissêmico, na medida em que seus traços de sentido indicam uma necessidade básica da existência, o instinto, a agressividade, a ação, o que o assemelha ao sexo, surgindo assim uma metáfora. A polissemia é uma pluralidade de significados referentes a uma forma.

À medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor.

A esse fenômeno de multiplicação chamaremos a polissemia. (BRÉAL, 1992, p. 103)

Além disso, as diversas indicações de lugar e de tempo para a ação de o Tico miar causam a impressão de uma rotina sexual frenética, apesar de doméstica, familiar. O uso das reticências reforçam a obscenidade na letra da música, uma vez que sugerem algo que não foi dito, talvez, por conveniência.

O duplo sentido, segundo Preti, além de “aguçar a curiosidade”, contribui para

estabelecer um elo muito direto entre autor e leitor, comprometidos na significação dos vocábulos, dentro de uma tácita e tolerante aceitação da obscenidade disfarçada. (p. 103)

Para a compreensão das possíveis intenções do falante em manifestar determinado significado “oculto”, é necessário que entre ele e o destinatário haja pressupostos comuns a propósito do conteúdo do enunciado. (p. 107)

Sabemos que o sentido de qualquer texto é construído coletivamente, que o leitor participa desse processo, interagindo com o autor, que, por sua vez, produziu um enunciado que dialoga inevitavelmente com outros enunciados, com outras vozes. Todavia, nos textos em que ocorre o duplo sentido, a interação entre os interlocutores parece mais intensa e mais nítida.

Já que é o caso de um duplo sentido, o receptor pode, até certo ponto, optar pela interpretação que deseja dar ao enunciado, sendo, em parte, responsável pela obscenidade nele contida. O enunciador se exime, até certo ponto, da malícia que pode ser depreendida do texto, definindo, nos primeiros versos, que “Tico-Tico é um gato”, pertencente a Maria, que devota ao seu bichinho de estimação muito carinho e cuidado. Dessa forma, a conotação sexual ficaria supostamente por conta do leitor ou ouvinte, que encontra lacunas para suas inferências e, por conseguinte, se identifica facilmente com o texto.

A segunda canção que submetemos à discussão é de 1996, interpretada pelo humorista Tiririca.

O gatinho pitito

Minha mulher tem um gatinho
Que o nome é Pitito vem o pobre
Vem o rico pra ver o pitito dela
Ela fica na janela exibindo o seu
Pitito de repente eu dou um grito
E puxo no pitito dela
Eu puxo no pitito dela porque eu
Tenho ciúme ela passa perfume e vai
Correndo pra janela eu fico indignado
Porque na minha frente todo mundo está
Contente cheirando o pitito dela.

Eles passam a mão no pitito dela
Eles dão um cheiro é no pitito dela
Eles passam a mão é no pitito dela
Eu fico indignado quem cheira o
Pitito dela.

(Fonte: <http://letras.terra.com.br>)

Na canção interpretada por Tiririca, podemos observar a materialização do dialogismo com a canção Tico-Tico, da década precedente. Além de retomar o tema do gato, que pertence, em ambos os textos, a uma mulher, os recursos linguísticos são criteriosamente empregados pa-

ra produzir os sentidos de humor e obscenidade, assim como na letra interpretada por Sandro Becker.

O vocábulo *pitito* guarda uma semelhança fônica com periquito, ou periquita, que designa, além do passarinho, o “órgão sexual feminino”, principalmente no Nordeste, segundo Souto Maior (1980, p. 101). Na letra, a palavra *pitito* oscila, ora com letra maiúscula, ora com letra minúscula, o que reforça o duplo sentido, sugerindo poder se tratar tanto do nome próprio do gato, quanto de um nome comum. Algumas expressões de caráter erótico ratificam igualmente a obscenidade em torno do gato, como “passam a mão” e “dão um cheiro”, assim como a “janela”, lugar de moça namoradeira, e o fato de a mulher usar “perfume” e se “exibir”, ter contato com “todo mundo” e a própria questão do “ciúme” e da violência do companheiro, que puxa “o pitito dela”.

Em 2005, a banda Arriba Saia lançou a música *O gato*, da autoria de Rony Brasil:

O gato

Que bichinho cabeludo é esse nas suas pernas, bem?
Que bichinho cabeludo é esse nas suas pernas, bem?

É um gatinho, miau miau!
Tão bonitinho, miau miau!
Tão gostosinho, miau miau!
De papai ninar neném...

É um gatinho, miau miau!
Tão bonitinho, miau miau!
Tão gostosinho, miau miau!
De papai querer bem...

Pega o gato, tire o gato
Ó que o gato vai lambar sua bochecha!
Fica sentadinha, bonitinha, quero ver se você deixa...

O gato é bravo!
Ele é safado!
Deixa que o gatinho bonitinho quer ser o seu
namorado!

O gato é bravo!
Ele é safado!
Deixa que o gatinho bonitinho quer ser o seu namorado!

(Fonte: <http://letras.terra.com.br>)

A letra de 2005 novamente envolve a figura do gato em um contexto obsceno. Desta vez, a polissemia do gato tem três momentos diferentes. No primeiro, as expressões “bichinho cabeludo” “nas suas pernas” sugerem referência ao órgão sexual feminino.

No segundo momento, quando se responde que o bichinho cabeludo “é um gatinho”, o enunciador se isenta, em parte, da malícia da canção, por dizer que se trata apenas de um animal de estimação. De maneira semelhante, na letra interpretada por Sandro Becker, na década de 80, o sujeito declara nos primeiros versos que “Tico-Tico é um gato” apenas.

No terceiro momento, o gato se confunde com a figura do namorado, há uma personificação, haja vista as qualidades atribuídas ao gato: “bravo”, “safado”, “bonitinho” e que pretende namorar o interlocutor do sexo feminino e lambar a sua “bochecha”. Ela deve ficar “sentadinha” e talvez deixar a ação acontecer. Podemos depreender uma alusão ao sexo oral, já que, além da conotação sexual do verbo *lambar*, a palavra *bochecha* é semelhante, no aspecto sonoro, a outra, de caráter chulo, que nomeia o sexo da mulher. Vale lembrar que a palavra *gato*, na linguagem popular, designa comumente o homem bonito, assim como a forma feminina designa a *mulher bonita*.

Um dado muito interessante é registrado por Mário Souto Maior em seu *Dicionário do palavrão e termos afins*: no Nordeste, *gato* pode significar “órgão sexual feminino” (1980, p. 63). Isso faz muito sentido, se observarmos que nas três letras de música que analisamos, o gato, que exige cuidados especiais, é bonito, é gostoso, é cheiroso, é cabeludo, pertence a uma mulher.

Outro traço que prova o diálogo entre as letras de música é a expressão “querer bem”, que significa gostar de, ter estima por. Na letra de 1982, Maria “quer bem” ao seu gatinho. Na letra de 2005, o namorado (“papai”) quer bem ao gatinho de sua interlocutora.

A pontuação, assim como na primeira música, corrobora a conotação maliciosa. Primeiramente, as interrogações indicam uma tentativa de contato, de aproximação entre os interlocutores. Em seguida, as exclamações indicam uma admiração pelas qualidades do “gatinho” e as reticências denotam um carinho, uma intimidade entre os namorados, sugerindo, inclusive, contato sexual.

As três letras de música do *corpus*, portanto, dialogam em uma perspectiva convergente; uma se apoia na outra, reforçando o sentido ge-

ral de irreverência e obscenidade, colaborando para a permanência de uma tradição na música brasileira, na cultura nordestina.

Podemos constatar o dialogismo, que existe, inevitavelmente, nas relações entre os enunciados, também materializado nos textos analisados. Ou seja, podemos falar que entre eles ocorrem o dialogismo e a intertextualidade. Como observamos a existência de um diálogo de entendimento e consenso, concluímos que se trata de um caso de estilização, já que os enunciados não se propõem a ridicularizar um ao outro. Muito pelo contrário, a proposta é justamente imitar um ao outro, imitar um estilo, fortalecendo uma tradição.

Percebemos que o estilo, de acordo com o pensamento de Bakhtin, é, de fato, “dois homens”, ou mais. Verificamos que o estilo de forró conhecido como forró safado é uma construção coletiva, e que, dentro desse estilo de forró, o tema do “gato” tem proporcionado interessantes diálogos. Essa irreverência e essa malícia presentes nas canções estudadas revelam o modo de ser e de se relacionar com o mundo que caracterizam o homem nordestino, que enfrenta a dura realidade com fé, simplicidade e bom humor.

Por outro lado, é possível identificar na obscenidade do *corpus* uma força centrífuga, porque agride, de alguma forma, certos pudores, certos valores sociais, provocando o riso, ridicularizando a sociedade, que oprime e exclui o povo do Nordeste.

4. Conclusão

Através de uma leitura cuidadosa das três letras de música do *corpus*, podemos constatar semelhanças entre os textos que apontam um contexto sociocultural particular em que tem sido possível a manifestação das vozes do povo nordestino. Os textos analisados trazem à tona, embora disfarçados pelo duplo sentido e pelo humor, ataques à moral da sociedade.

As três canções, ao ridicularizarem os pudores e as relações humanas, expondo particularmente o corpo da mulher, refletem também um modo tipicamente brasileiro de vivenciar a realidade: com leveza, irreverência e sensualidade.

Percebemos nitidamente as relações dialógicas entre os três textos ao verificarmos que o tema do gato tem sido repetidamente resgatado pa-

ra a criação de enunciados que se caracterizam pela comicidade e pela malícia. Dessa maneira, tanto o tema do gato, quanto o próprio forró safo se inserem em um contexto que torna possível a permanência de uma tradição: um enunciado sendo produzido em resposta a outro, um complementando o sentido do outro e, assim, sucessivamente.

O dialogismo, que é propriedade inerente a qualquer produção no âmbito da linguagem, é muito evidente nos textos estudados, que representam três décadas de relações discursivas na música e na cultura do Nordeste.

Ressaltamos a pertinência do conceito bakhtiniano de dialogismo, cuja coerência foi, mais uma vez, comprovada em nossa pesquisa, e defendemos a importância e a riqueza da diversidade cultural brasileira, que deve ser valorizada e estudada sem preconceitos.

As letras de música que analisamos em nosso trabalho se destacam não só pela representatividade cultural do homem nordestino, mas também pelo emprego cuidadoso e eficiente dos recursos linguísticos e pelos efeitos de sentido obtidos com muito êxito, no que diz respeito ao humor e à obscenidade promovidos pelo duplo sentido.

Acreditamos que os textos do *corpus*, assim como outros, oriundos da cultura popular, podem ser objetos de estudos muito relevantes da língua portuguesa, tanto por manifestar genuinamente o imaginário e a linguagem do povo, quanto pela elaboração criativa e meticulosa no uso de recursos da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Aída Ferrás et alii. São Paulo: EDUC, 1992.

FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984 (2. ed. LPB, 2010).

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 17. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007. [20. ed., 2011)

SOUTO MAIOR, Mário. *Dicionário do palavrão e termos afins*. Recife: Guararapes, 1980.

<http://letras.terra.com.br>

O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO DE SUETÔNIO

Jorge Henrique Nunes Pinto (UERJ e UFRJ)
nunes.jorgehenrique@gmail.com

1. Introdução

Estima-se que Gaius Suetonius Tranquillus tenha nascido por volta do ano 70 d.C. e morrido por volta de 140. De reconhecida cultura e erudição, foi protegido de Plínio, tendo, a partir desta amizade, podido manter boas relações com os imperadores Trajano e Adriano e cargos na vida pública (*ius trium liberorum*, *magister epistularum* etc.). Pouco se pode afirmar com certeza sobre aspectos biográficos, embora, baseado nos testemunhos de Plínio, possamos conjecturar ter sido ele de origem humilde.

Pretendemos, no presente artigo, discorrer sobre o conteúdo apresentado por Suetônio acerca de Augusto no livro II de sua extensa obra *De Vita Caesarum*, traduzida livremente na maior parte das edições vernaculares como “A vida dos doze Césares”, sendo “Sobre as vidas dos Césares” a que mais equivale ao sentido literal.

Um dos objetivos aqui almejados consiste em traçar um perfil do legado do império e da repercussão dos ideais pregados e institucionalizados por Augusto no século seguinte, decorridos quase quarenta anos entre o fim da estabilidade e sensatez augusto-tiberiana e o nascimento de Suetônio.

No que diz respeito a aspectos linguísticos, promoveremos algumas análises de cunho estilístico, mormente estilístico-sintático, que nos ajudem a compreender melhor o texto literário de Suetônio, ainda hoje pouco valorizado e indevidamente discutido. Submeteremos, com especial ênfase, o estudo estilístico a explicações da visão do autor sobre o império e a repercussão dos valores augustanos em seu tempo.

Considerando que um dos obstáculos encontrados para a análise da obra por uma via sincrônica é justamente a escassez de fundamentos para estabelecer a definição de um ponto de vista político próprio de Suetônio no que diz respeito aos acontecimentos a ele contemporâneos, priorizaremos aqui antes o contexto de Augusto, a criação do império e o desdobramento ideológico da dinastia júlio-augustana na flaviana que o próprio contexto de Suetônio como elemento delimitador de sua obra.

Por fim, esperamos, com o decorrer do trabalho, descentralizar a perspectiva tradicional da historiografia (e também da própria literatura) que tende a evidenciar, consequentemente pecando por supervalorizar, as contribuições de Tácito em detrimento da estimulante obra de Suetônio.

2. Breve Histórico

De fundamental importância para a história do Império Romano, o ano de 69 de nossa era apresenta um conjunto de fatos e acontecimentos incomuns, com equivalentes dificilmente encontrados na história de outras sociedades, quer antigas, quer modernas. Caracterizou-se pelo governo de quatro diferentes soberanos, iniciado por Galba em meados de 68, após uma revolta mal sucedida e a escolha do Senado de opor-se a Nero, que acabou por tirar a própria vida. O então governador da Hispania Tarraconense, temeroso pela onda de conspirações contra o seu predecessor, tomou diversas atitudes precipitadas que desagradaram a inúmeros segmentos da sociedade romana, desde o exército, por falta de pagamentos, até o cancelamento de benéficas reformas instituídas por Nero. A guarda pretoriana, também insatisfeita com os procedimentos do imperador, foi oferecido um suborno por parte de Marco Sálvio Otão, que culminou com o assassinato de Galba.

Assume o trono, então, este homem sem quaisquer precedentes de tirania, autoritarismo e crueldade, tendo seu poder imediatamente reconhecido junto ao Senado. O recém-nomeado governador da Germânia, Aulo Vitélio, contudo, rumava, com suas legiões, para clamar o poder na Itália, onde rapidamente derrotaria Otão.

A última destas transições de poder (do governador da Hispania ao governador da Lusitânia e ao governador da Germânia) ocorreu, em definitivo, para Vespasiano. Vitélio mostrara-se um homem cruel, inescrupuloso, esbanjador e extremamente imprudente com as finanças, tendo amplificado as dívidas com banquetes magnânimos, documentados, inclusive, por Suetônio, e outros luxos. Com o apoio das tropas do Egito e da Judeia, Vespasiano, a quem foi dado por Nero o comando para conter a rebelião de judeus em 66, derrotou e assassinou Vitélio, sendo, no fim do ano, reconhecido pelo Senado como imperador.

Iniciava-se, então, a dinastia flaviana com Vespasiano, cujos dados nos são muito escassos, durante o governo do qual cresceu Suetônio. Com a reestruturação de Roma, o amplo incentivo à construção de edifi-

cios públicos e a reorganização da economia, uma atmosfera otimista pairava sobre os primeiros anos da dinastia. Entre as principais obras, citamos a edificação do Coliseu, iniciada por Vespasiano e inaugurada por seu filho Tito, em 80.

A dinastia flaviana, contudo, não subsistiu por mais do que duas gerações, com apenas três imperadores, sendo que o último deles, Domiciano, é descrito por Suetônio como um governador equiparável a Calígula e Nero. No entanto, seus programas político-econômicos são aceitos como tendo preparado o século de progresso e prosperidade que viria, sob o comando da dinastia antonina, que o sucedeu após uma conspiração sucintamente descrita por Suetônio.

À rápida passagem de Nerva pelo poder, seguiu-se o relativamente longo governo de Trajano (quase vinte anos). Caracterizou-se pela competência administrativa, por novas conquistas (a Dácia – atual Romênia – entre 101 e 106), e por ter sido o primeiro imperador oriundo de uma província, o que representa um marco na história dos governantes do Império, que, a partir de então, não serão representados apenas por nascidos na urbe.

Adriano, o imperador em cujo tempo foi escrita a obra aqui analisada, desconstruiu muitas das iniciativas de Trajano, interrompendo a política expansionista, por exemplo. Disseminando a cultura grega, da qual era um entusiasta, Adriano invadiu e reconstruiu Jerusalém aos moldes helênicos, exterminando a maior parte dos judeus revoltosos, ainda que com muitas baixas romanas, e escravizando os sobreviventes. Mantinha, contudo, certo caráter autoritário e extremamente individualista, mormente nas relações com o senado, tendo engendrado uma cadeia de adoções futuras para garantir os seus desejos de sucessão e condenado ao suicídio um parente distante e seu descendente que receava poderem reclamar o trono.

Imagina-se terem Adriano e Suetônio nascido por volta do mesmo ano e morrido na mesma época.

3. O retrato de Otávio Augusto

Gentem Octaviam Velitris praecipuam olim fuisse, multa declarant (Suet., Aug., 2.1.1) – muitos declaram outrora ter sido a família Otávia a primeira de Velitris. Assim principia Suetônio, discorrendo sobre a nobre linhagem de que provém Augusto: *ipse Augustus nihil amplius quam*

equestri familia ortum se scribit vetere ac locuplete, et in qua primus senator pater suus fuerit (idem, 2.2) – o próprio Augusto se descreve nada mais que nascido de uma antiga e rica família equestre, e na qual o seu pai tenha sido o primeiro senador. Estabelece sua data de nascimento contemporânea ao consulado de Cícero e de Antônio: *Natus est Augustus M. Tullio Cicerone C. Antonio (idem, 2.5)*.

Ex Scribonia Iuliam, ex Livia nihil liberorum tulit, cum maxime cuperet (idem, 2.63) – De Escrivônia, teve Júlia, de Lúvia, nenhum filho, mesmo que muitíssimo desejasse.

Destacou-se na carreira militar e, nomeado o sucessor de César, passou por períodos turbulentos, especialmente no que se refere às suas relações com Marco Antônio:

Hortantibus itaque nonnullis percussores ei subornavit, ac fraude deprehensa periculum in vicem metuens veteranos simul in suum ac rei publicae auxilium quanta potuit largitione contraxit (idem, 2.11) – portanto, sendo encorajado por alguns, subornou assassinos para ele (Marco Antônio), e, com o crime descoberto, em sua vez, temendo pelo perigo, reuniu os veteranos, logo que e quantos pôde através das dívidas, em seu auxílio da república.

Por interesses políticos, conforme nos narra Suetônio, Augusto abandonou a causa dos nobres e acabou por aliar-se novamente a Marco Antônio:

M. Antonii societatem semper dubiam et incertam reconciliationibusque variis male fociatam abruptit tandem (idem, 2.17) – rompeu finalmente a aliança com Marco Antônio, sempre dúbia e incerta, e infelizmente restabelecida com várias reconciliações.

Entre uma destas reconciliações de que nos conta Suetônio, descreve cenas cruéis e violentas passadas na guerra de Felipe, em que Augusto tortura e mata alguns dos prisioneiros. No caso da Perúsia, o massacre foi assim relatado:

Perusia capta in plurimos animadvertit, orare veniam vel excusare se conantibus una voce occurrens, moriendum esse (idem, 2.15) – Capturada a Perúsia, castigou em grandes números, aquele que procurava suplicar benevolência ou desculpar-se, respondendo, com uma única frase, que devia morrer.

Conforme sabemos, através da Lei Titia, o Segundo Triunvirato, ao contrário do primeiro, foi regulamentado pelo Senado, dividindo o Império em três partes, das quais a Sicília, a Sardenha e a África couberam ao domínio de Augusto, a Gália Narbonense e a Hispânia, ao de Lépido e, por fim, a Gália Cisalpina, ao de Marco Antônio. Acerca deste acontecimento, Suetônio diz:

Triumviratum rei p. constituendae per decem annos administravit (idem, 2.27) – Administrou o Triunvirato por dez anos para organizar a república.

E assim se refere à divisão na parte que coube ao futuro rival de Augusto, Marco Antônio:

Partitis post victoriam officiis, cum Antonius Orientem ordinandum, ipse veteranos in Italiam reducendos et municipalibus agris conlocandos recepisset, neque veteranorum neque possessorum gratiam tenuit (idem, 2.13) – Divididas as funções após a vitória, quando Antônio recebeu o Oriente, o próprio tivesse assumido conduzir os veteranos à Itália e alojá-los em terras municipais, não cativou a simpatia nem dos veteranos nem dos proprietários.

Com o rompimento definitivo da aliança, tal como se segue, nas palavras de Suetônio, a atitude de Augusto para denegrir a imagem pública de Marco Antônio baseou-se em suas duvidosas condutas no Oriente:

testamentum, quod is Romae, etiam de Cleopatra liberis inter heredes nuncupatis, reliquerat, aperiendum recitandumque pro contione curavit (idem, 2.17) – (Augusto) tratou de abrir e declamar para a assembleia o testamento, que estava em Roma, ademais sobre os filhos com Cleópatra (serem) nomeados entre os herdeiros.

Declarou-o, então, um inimigo de Roma, demitindo todos aqueles que com ele mantinham algum tipo de vínculo do poder público, entre os quais citamos os até então cônsules Caio Sósio e Cnéio Domício e o próprio filho de Marco Antônio, o jovem Antônio, o mais velho dos dois nascidos de Fúlvia, que, diante da estátua do Divino Júlio (César), à qual proferira muitas súplicas em vão, foi arrebatado e assassinado: *Antonium iuvenem, maiorem de duobus Fulvia genitis, simulacro Diui Iuli, ad quod post multas et irritas preces confugerat, abreptum interemit (idem, 2.17)*.

Rumando para o Egito, posteriormente reduzido à condição de província de Roma - *Aegyptum in provinciae formam redactam (idem, 2.18)* -, Augusto sitiou Alexandria, *quo Antonius cum Cleopatra confugerat* (onde Antônio refugiara-se com Cleópatra), e dominou rapidamente

te a cidade. Então, *Antonium quidem, seras conditiones pacis temptantem, ad mortem adegit viditque mortuum (idem, 2.17)* – todavia obrigou Antônio, que almejava acordos tardios de paz, à morte e o viu morto. Apesar do ato violento, Augusto *Ambobus communem sepulturae honorem tribuit ac tumulum ab ipsis inchoatum perfici iussit (idem, 2.17)* – concedeu a ambos a honra comum de uma sepultura e permitiu que fosse terminado o túmulo começado por eles mesmos.

Não foi mais misericordioso no que se refere ao destino de Cesário: *Caesarionem, quem ex Caesare Cleopatra concepisse praedicabat, retractum e fuga supplicio adfecit (idem, 2.17)* – Entregou Cesário, que Cleópatra proclamava ter concebido de César, interceptado da fuga, à morte.

Externa bella duo omnino per se gessit, Dalmaticum adulescens adhuc, et Antonio devicto Cantabricum (idem, 2.20) – Por si só, sem dúvida, realizou duas guerras externas: até então, jovem, a dalmática, e, quando Antônio foi vencido, a cantábrica.

A mensagem até então passada por Suetônio pode levar o leitor a uma imagem bastante diferenciada daquela que encontramos nos autores a ele contemporâneos, como Sêneca (Cf. *Da Clementia*, 1), que tanto dignificam e elevam a imagem, a contribuição e a restauração dos valores para a Roma Imperial. Na mentalidade do leitor do século II d.C., que já havia visto ou conhecido os desajustados governos de um Calígula e de um Nero, a queda de duas dinastias e a volta da guerra civil, a imagem do primeiro imperador de Roma pode sugerir um precursor da loucura tirânica e cruel dos que o sucederam, excluindo-se, é claro, Tibério, ainda que tenha sido ele mesmo a findar os constantes embates internos e a trazer a tão dignificada *Pax Romana*.

No entanto, a figura controversa que representa Augusto não nos permite, até hoje, traçar um perfil irrefutável e absolutamente correto de suas motivações e de seus atos. Percebemos tal controvérsia especialmente nos autores que não lhe são contemporâneos, como Tácito e o próprio Suetônio. Aquele equiparava as duas correntes de análise das atitudes de Augusto, delimitava-as, mas não assumia qualquer postura, dada à dificuldade e a polêmica ao procurarmos compreender o significado de seus atos.

“Porém, entre as pessoas mais refletidas, exaltava-se ou criticava-se de diferentes modos a sua vida. Afirmavam uns que fora pela *pietas* para com o pai e pela força das circunstâncias políticas [...] que ele fora

impelido para a guerra civil”, e, mais adiante, “Diziam os contrários: a *pietas* para com o pai e as vicissitudes do Estado, tomara-as como pretexto; de resto, a ambição do poder levava-o a recrutar veteranos à custa de liberalidades”, conta nos Tácito em Anais (*apud* PEREIRA, 2002).

No entanto, em sequência, Suetônio apresenta um elogio a Augusto no que se refere à sua prudência militar:

Nec ulli genti sine iustis et necessariis causis bellum intulit, tantumque a fuit a cupiditate quoquo modo imperium vel bellicam gloriam augendi, ut quorundam barbarorum principes in aede Martis Ultoris iurare coegerit mansuros se in fide ac pace quam peterent (SUET, *op. cit.*, 2.21) – A nenhum povo, sem causas justas e necessárias, declarou guerra, e esteve tão longe da paixão de expandir o império ou a glória bélica a todos os custos que reuniu os príncipes daqueles bárbaros para jurar, no templo de Marte Vingador, que lhe haveriam de ser fiéis na fé e na paz que desejam.

E, então, se refere à bem conhecida e discutida sabedoria de Augusto:

Qua virtutis moderationisque fama Indos etiam ac Scythas, auditu modo cognitos, pellexit ad amicitiam suam populique Romani (*idem*, 2.21) – Através de (sua) fama de virtudes e moderações, atraiu à sua amizade e à do povo romano os Indos e também os Citas, dele informados somente de ouvir¹⁶⁷.

E, finalmente, alude diretamente à paz trazida por ele, *terra marique pace* (*idem*, 2.22) – devido à paz na terra e no mar -, bem como à alta receptividade e popularidade de que gozava não só em Roma, mas junto aos povos da Armênia, que lhe concederam de bom grado tanto o seu território quanto as posses que retiraram de Antônio e de Crasso: *Bis ovans ingressus est urbem, post Philippense et rursus post Siculum bellum* (*idem*, 2.22) – duas vezes entrou, triunfante, na cidade, depois da guerra de Felipe e, outra vez, depois da guerra na Sicília.

Como se pôde observar através da estreita relação entre o estabelecimento da paz e a ocorrência de guerras (como a de Felipe e da Sicília supracitadas), o Império não estava livre de embates, mormente por ser necessário, tanto para a manutenção quanto para a expansão, o poder bé-

¹⁶⁷ A tradução literal do supino passivo *auditum* seria “de ouvir”. No entanto, para a fluência literária esperada do texto traduzido para o vernáculo, poder-se-ia optar pela expressão “de nome” ou “de ouvir falar”, bem como substituir o participio passado “cognitos” por “que conheciam”.

lico. A paz instituída por Augusto foi expressa por ele próprio no *Res Gestae Diui Augusti*¹⁶⁸, e por outros autores como Suetônio, através do fechamento do templo de Jano Quirino, o que simbolizava, desde tempos remotos, que a vitória em guerra tanto na terra quanto no mar tinha trazido a paz para Roma.

Quanto à restituição dos preceitos morais, fato este inquestionável, também encontraremos alusões em Suetônio (*Disciplinam severissime rexit – Suet., op. cit., 2.24* - guiou a disciplina muito severamente), especialmente porque, além de instituir a paz que reinaria no Império até a dinastia dos Severos, Augusto trazia consigo uma extensa rede de virtudes, concretamente expressas por um escudo simbólico que expunha: *uirtus, clementia, iustitia, pietas*. Conforme Maria Helena da Rocha Pereira, o imperador “superava todos pela *auctoritas*, não pela *potestas*, que era a mesma dos seus colegas de magistratura” (PEREIRA, 2002: 230).

In re militari et commutavit multa et instituit, atque etiam ad antiquum morem nonnulla revocavit (SUET., op. cit., 2.24) – Não só inovou em assuntos de guerra mas também estabeleceu muitas coisas, e ainda restituiu algumas em conformidade aos antigos costumes.

Embora a mudança de pensamento seja extremamente necessária para a substituição ou a evolução de determinada ideologia, dificilmente um padrão comportamental será instituído com êxito se não houver preocupação com os aspectos legais. Augusto, nas palavras de Suetônio, *Leges retractavit et quasdam ex integro sanxit, ut sumptuariam et de adulteriis et de pudicitia, de ambitu, de maritandis ordinibus (idem, 2.34)* – refez leis e ratificou algumas por inteiro, como a suntuária, sobre os adulterios, a castidade, da ambição¹⁶⁹ e de encorajar casamentos.

De acordo com o relato de Suetônio, encontramos duas facetas de Augusto bastante distinta e que se nos parecem bastante consoantes àquelas propostas e expostas por Tácito:

1. Um homem virtuoso, bom e justo, cuja moral é impecável e inquestionável, cuja benevolência, discernimento do certo e do errado, autoridade, sabedoria e grandeza se apresentam imaculados. *Clementiae ci-*

¹⁶⁸ Escritos, *manu propria*, em que o imperador registrou os seus feitos para serem alocados do lado de fora do mausoléu, de reconhecido valor histórico. Para maior aprofundamento nesta questão, cf. Ramage (1987), Cizek (1977), Galinsky (1996) e Syme (1986).

¹⁶⁹ No caso, refere-se à ambição desmedida e fraudulenta por aspirações a determinados cargos políticos.

vilitatisque eius multa et magna documenta sunt (idem, 2.51) – Há muitas e grandes provas de sua serenidade e afabilidade. Amado por todo o povo romano, foi chamado de *Patris Patriae*, sendo assim corroborado por Suetônio: *Patris patriae cognomen universi repentino maximoque consensu detulerunt ei (idem, 2.58)* – o apelido de pai da pátria foi oferecido a ele com o consentimento geral, súbito e máximo.

2. Por outro lado, o retrato de um Augusto impiedoso, violento e tirano nos aparece em diversas passagens, especialmente nas que relatam a intolerância absoluta para com os seus inimigos, embora pouco propenso a mortes injustas e desnecessárias ou mesmo flexível no que se refere à condenação de prisioneiros por razões extrabélicas. Sua irredutibilidade não se expressava somente por violência aos seus inimigos, mas por não aceitar qualquer espécie ou nível de insubordinação. Administrava mais cruelmente, de acordo com Suetônio (*acerbius exercuit*), do que os seus colegas de Triunvirato.

Decimam legionem contumacius parentem cum ignominia totam dimisit (idem, 2.24) – dispensou toda a décima legião que, com afronta, obedecia mais duramente. O comprometimento augustano com a disciplina e com a vida pública motivaram Suetônio, em seu relato da vida privada dos césares, a dizer que *Ipse ius dixit assidue et in noctem nonnumquam (idem, 2.33)* – ele mesmo exerceu a justiça assiduamente e mais de uma vez à noite. Descreve, então, minuciosamente, o afazer jurídico do imperador, com impressionante riqueza descritiva.

Demonstra que Augusto, embora extremamente rígido com a fidelidade e a subordinação de seus partidários e guerreiros, não poupava honrarias e privilégios àqueles que bem o sabiam servir:

Nec parcius in bellica virtute honoranda, super triginta ducibus iustos triumphos et aliquanto pluribus triumphalia ornamenta decernenda curavit (idem, 2.38) – Nem (foi) mais moderado em retribuir a virtude bélica, concedeu a mais de trinta generais legítimos triunfos e a bastantes mais (cuidou de) declarar honras triunfais.

Evidentemente, não é coincidência que o período augustano tenha se caracterizado por um estuendo e nunca antes visto desenvolvimento nas artes e na literatura romanas. Tal como os cultos e os valores morais antigos estavam sendo restaurados, também antigos templos para sua prática estavam sendo reerguidos. Contam-se oitenta e duas restaurações e ainda a criação de outros novos, dentre os quais citamos o templo de

Júlio César e o templo de Apolo Palatino, que Augusto acreditava estar ligado à família juliana – *Gens Iulia*.

Desta forma, é nítida a evolução do pensamento latino em seus mais diversos campos: nos saberes e conhecimentos, vemos uma ênfase dada aos tratados técnicos de vulto, como de Vitruvius, Labeo e Capito; Tito Lívio, e sua unânime contribuição para a história romana, emergem no império; para a poesia, por fim e em especial, houve um enorme salto, com o despontamento de novos gêneros antes sem grande destaque, entre os quais citamos notavelmente a elegia, cuja temática de amor, embora revestida em autores como Ovídio – *Ars Amatoria* - de uma crítica velada à sociedade romana e de um toque de realismo, não se encontra na conflituosa República justamente por seu subjetivismo, caráter íntimo e romântico inerente, extremamente viáveis na *pax* e no incentivo absoluto de Augusto ao desenvolvimento e à produção artística.

É de se esperar que os poetas ligados ao Círculo de Mecenas, como Virgílio, não poupem elogios e saudações a Augusto, como percebemos na composição das Geórgicas, bem como, pela própria natureza de sua criação, na Eneida, uma epopeia encomendada por Augusto, que rendeu e rende até hoje inúmeros pontos e objetos de simbologia e paralelo à figura de Augusto e à constituição do Império Romano (muito embora se discuta já a possível denúncia de Virgílio, sob a figura de Melibeu, do outro lado de Augusto). Outras referências vemos em Propércio (um dos elegíacos protegidos pelo imperador, e aquele que traz maior caráter mitológico em suas elegias) e em Horácio, que a ele dedica diversas odes.

A esta época, intensificou-se a prática do apadrinhamento artístico, que receberia, na modernidade, o nome do principal patrocinador clássico – Mecenas -, mas não se limitou a ele. Citamos aqui a figura de Messala Corvino, que, entre outros, patrocinou a produção de um dos maiores poetas que se dedicaram à composição das elegias, o melancólico Tibulo.

Spectaculorum et assiduitate et varietate et magnificentia omnes antecessit (idem, 2.43) - Antecedeu a todos não só na assiduidade, na variedade, mas também no esplendor dos espetáculos. Espectáculos estes a que Augusto dedicava tempo para assistir, notadamente no circo (*idem, 2.45*)

4. Da fortuna crítica

Consideramos que Suetônio figure num espaço pouco privilegiado em relação aos demais nomes da literatura latina, não só por haver pouco material disponível sobre o estudo de sua obra, mas também pelo fato de que, quando seu nome é mencionado na maioria dos trabalhos crítico-teóricos, se lhe costuma atribuir um caráter de menor valor literário (Cf. FUNAIOLLI, 1949 e PARATORE, 1983).

Comprova-se tal fato, ademais, pela simples observância de haver consideravelmente menos edições disponíveis de sua obra para aquisição em livrarias¹⁷⁰, e quase nenhuma digitalizada e lançada na *internet*, ao passo que, para autores consagrados como César, Cícero e Virgílio, competem inúmeras traduções e exaustivos, extensos e repetitivos trabalhos acadêmicos.

Suetônio gozava de irreverência em sua linguagem, escrevendo num estilo, apesar de não tão simples e tão objetivo, absolutamente livre dos floreios que davam os biógrafos republicanos aos seus biografados. Um de seus grandes diferenciais em relação aos predecessores é fato de utilizar, além das fontes historiográficas como Cícero e César, documentos oficiais do próprio Império e inscrições.

Este caráter vanguardista dará à obra de Suetônio uma interessante e instigante dicção, que aspira a revelar o cotidiano dos doze imperadores, através de uma linguagem relativamente imparcial, ou seja, que não tende ao elogio absoluto que permeava não só as biografias anteriores, mas, especialmente, as produções artísticas patrocinadas, como as do círculo de Mecenas, a quem foram feitas inúmeras referências reverentes por Horácio (Sat. 6.1) e Propércio. Ao imperador Augusto, conforme já expusemos, muito mais e com muito mais cunho subjetivo, político e mítico se referiam os seus poetas subordinados, destarte a nossa pretensão de traçar um perfil verossímil da figura do *patris patriae* encontrou apoio numa obra posterior e não contemporânea.

Desconstruindo os limites outrora rígidos entre a face pessoal e íntima do imperador – privada – e a face impessoal de um governante –

¹⁷⁰ Não se pode deixar de citar aqui que, na edição publicada pela editora Prestígio (1998), figura um sem número de erros, alterações e estranhezas na tradução, que prejudicam e distorcem o texto original. Cf. p. ex. p. 102: “O jovem Antônio, o mais velho dos filhos, nascido *em Fúlvia*” [grifo nosso]. Neste exemplo, a tradução utiliza a preposição “em”, que nos sugere um advérbio de lugar, indicando ao leitor desconhecedor da história romana que Fúlvia, uma das esposas de Marco Antônio, é um lugar.

pública -, Suetônio nos conta desde os grandes feitos bélicos e os dados genéricos da biografia de Augusto, como sua origem, seus filhos, esposas e netos, até os detalhes mais irrisórios de como o imperador, quando cansado, costumava aplicar e exercitar a jurisdição deitado em sua cama.

Aplica, portanto, um procedimento extremamente dessacralizante para a figura do imperador, remetendo-nos mesmo à crua e severa distinção do herói trágico – caracterizado por virtudes e jamais por atitudes ordinárias de um moral – e o personagem cômico, cuja principal mola de produção do riso, por outro lado, conforme algumas das principais correntes teóricas da comédia¹⁷¹, é justamente a repetição de padrões retirados de atitudes extremamente humanas.

Assim, tais mecanismos estéticos fazem de Suetônio o primeiro grande relator privado da Antiguidade Romana, antecipando as formas e tendências biográficas posteriores, constituindo um relato que, só pela concorrência de visões opostas e às vezes incoerentes sem submeter a obra a um partidarismo inútil, constitui um grande passo e uma grande aplicação do “método” (SANTIAGO, 1975) vanguarda.

5. Aspectos linguísticos

5.1. Ablativo Absoluto

“O ablativo absoluto, chamado oracional, é usado com um nome ou pronome acompanhado de um particípio do presente, do passado ou futuro, também no ablativo” (NÓBREGA, 1962, p. 252). Consiste numa oração secundária que, geralmente, tem sujeito diferente do da oração principal, e com esta se relaciona temporalmente em função do tempo do particípio, ou seja: no particípio passado, a oração secundária antecede a principal; no particípio presente, são acontecimentos simultâneos; no futuro, por fim, sucede a principal.

Percebe-se uma ampla utilização desta construção oracional na dicção de César, dado seu cunho sintético e enxuto, com a mesma carga semântica da oração desdobrada completa, que traz à linguagem um esti-

¹⁷¹ Cf. Bergson (1943) e Propp (1972). À parte das divergências e das críticas do russo ao francês, concordam que a comicidade provém do ser humano, ou seja, é oriunda e somente pode ser expressa por coisas humanas, ou que nos lembrem atitudes humanas. Ampliando o conceito, o mesmo vale para as biografias, sendo Suetônio a primeira expressão deste gênero focada no caráter humano e privado.

lo conciso, objetivo e mais informativo. Aplica-se, portanto, com perfeição a Suetônio, dada a intenção do autor em descrever a vida dos imperadores, e, como a toda obra de cunho histórico, aplicam-se os efeitos estilísticos do uso do ablativo absoluto.

ut Antonio fugato, re publica consulibus orbata, solus uictores exercitus occuparet (SUET., *op. cit.*, 2.11) – Para que, tendo fugido Antônio, e estando a república privada de cônsules, controlasse, sozinho, os exércitos vitoriosos.

No excerto acima, percebemos a construção *Antonio fugato*, em que ambas as palavras estão declinadas no ablativo singular, sendo *fugato* particípio passado do verbo *fugare*. Esta oração relaciona-se com a oração principal – *ut solus uictores exercitus occuparet* – com uma ideia de causa e/ou tempo e, evidentemente, está cronologicamente localizada em um momento anterior àquele em que acontece a oração principal, sendo esta conclusão obtida através da observância da forma nominal do verbo estar no passado. A síntese desta ideia de causa/tempo (por Antônio ter fugido ou quando Antônio fugiu), situada num momento anterior ao controle dos exércitos, está expressa por apenas duas palavras no texto latino (*Antonio fugato*), imprimindo grande fluência e concisão ao discurso de Suetônio.

Da mesma forma, *re publica consulibus orbata* se apresenta num momento anterior ao do discurso principal (o controle dos exércitos), fato nos dado pela utilização de *orbata*, particípio passado do verbo *orbare*. Como todos os termos da oração estão no ablativo e apresentam tal relação com a oração principal, dizemos que é uma condição de ablativo absoluto, que, novamente, suspende a necessidade de uma frase completa. Para tanto, seria necessário o uso de um conectivo, que retiraria toda a concisão pretendida e a clareza, na construção do texto, de três eventos distintos, distantes e relacionados por meios sintéticos.

ac fraude deprehensa [...] ueteranos [...] contraxit (*idem*, 2.10) – E, com o crime descoberto, reuniu os veteranos. Novamente, neste caso, temos o aparecimento do particípio passado *deprehensa*, do verbo *deprehendo*, concordando em número e caso com *fraude*. Tal oração se relaciona com a oração principal - Augusto reuniu os veteranos – por ter acontecido em um momento anterior a esta.

A frase imediatamente anterior é esta: *Hortantibus itaque nonullis percussores ei subornavit* (*idem*, 2.10), traduzida como “Portanto, sendo encorajado por alguns, subornou assassinos para ele”. Temos, aí, um

exemplo de ablativo absoluto, após três ocorrências com o particípio passado, construído com o particípio presente. Do verbo depoente *hortari*, a semântica expressa pela oração consiste em uma ação presente, portanto há uma relação de simultaneidade, ou seja, ambos os acontecimentos procedem ao mesmo tempo: enquanto era encorajado por alguns, Augusto subornou os assassinos para matarem Marco Antônio.

5.2. Acusativo Exclamativo

Talvez não tão interessante e relevante para a compreensão da dicção suetoniana, mas, certamente, um dos poucos casos documentados de tal ocorrência¹⁷², é o aparecimento do acusativo exclamativo em: *Cum spectante eo ludos pronuntiatum esset in mimo: "O dominum aequum et bonum!"* (SUET., op. cit., 2.53). Traduz-se tal utilização como "ó senhor justo e bom!".

Tal situação discursiva normalmente recairia no uso do vocativo, o caso próprio para clamar determinada pessoa ou se dirigir a ela. No entanto, a ênfase no uso do acusativo explicativo não está na convocação, mas no próprio fato de exclamar.

Semelhante acontecimento ocorre no uso enfático do genitivo explicativo, que segundo Nóbrega (1962, p. 244), é de influência grega.

5.3. Locativo

Embora, neste novo caso, não se configure uma representatividade efetivamente expressiva que nos permita traçar e identificar o estilo de Suetônio, pareceu-nos interessante assinalar este aspecto pouco frequente na literatura latina clássica e pós-clássica e que foi encontrado em *De Vita Caesarum*.

Trata-se do aparecimento do caso arcaico locativo da primeira declinação, que atendia pela mesma forma do genitivo singular (desinência *-i* que, após o abreviamento da vogal longa *-a*, passou a *-e*).

O locativo latino foi, em grande parte, absorvido pelo ablativo, mas deixou vestígios de sua existência. [...] No latim clássico ainda podemos encontrar vestígio do locativo, que se apresenta nos nomes de cidades da primeira e

¹⁷² Cf. Nóbrega (1962, p. 244), em que diz que "O acusativo, embora não constantemente, é usado em exclamações", documentando as ocorrências em *Cic., Mil., 102* e *Cic., Cat., 2.4*.

segunda declinação do singular com a desinência semelhante à do genitivo. *Cura ut Romae sis* (Cic. Ep. Att. 1.2.2) procura estar em Roma. (*ibidem*, p. 347)

testamentum, quod is Romae, etiam de Cleopatra liberis inter heredes nuncupatis, reliquerat, aperiendum recitandumque pro contione curavit (SUET., *op. cit.*, 2.17) – (Augusto) tratou de abrir e declamar para a assembleia o testamento, o que estava em Roma, ademais sobre os filhos com Cleópatra (serem) nomeados entre os herdeiros.

No fragmento citado, percebemos o mesmo exemplo trazido por Nóbrega em Cícero: a utilização do nome da cidade de Roma, declinado pela primeira declinação, com o uso no caso locativo.

5.4. Gerúndio e gerundivo

É recorrente na sintaxe de Suetônio a aplicação de gerúndio e gerundivo, bem como da tão conhecida substituição daquele por este. Inicialmente, apesar de o gerundivo corresponder, na verdade, ao particípio futuro passivo, e, portanto, não estar diretamente relacionado ao gerúndio, é frequente nas gramáticas o estudo comparado entre os dois, mormente devido ao intercâmbio possível entre eles¹⁷³.

Considera-se o gerúndio como uma flexão do infinitivo nos casos genitivo, dativo e ablativo, além do caso acusativo quando precedido de determinadas preposições. Destarte, ele não é, em linhas gerais, traduzido pelo gerúndio do português, a não ser em certos casos no ablativo.

tantumque afuit a cupiditate quoquo modo imperium vel bellicam gloriam augendi (SUET., *op. cit.*: 2.21). Percebemos, aí, a presença do gerúndio no genitivo (*augendi*), ligando-se a *cupiditate*. Este é um perfeito exemplo para a seguinte teoria: “O genitivo depende, algumas vezes, de substantivo como *cupiditas*, *consuetudo*, *facultas*, *studium*, *potestas* e de adjetivos como *cupidus*, *studiosus*, etc.” (*Cupiditas Belli gerendi*. (Ces. B. G.. 1. 41.1) (NÓBREGA, 1962, p. 444-445)

Suetônio demonstra inúmeros exemplos de substituição do gerúndio pelo gerundivo, o chamado gerundivo pró-gerúndio, decorrente da necessidade de complemento verbal direto para o verbo no gerúndio, que

¹⁷³ Cf. Nóbrega (1962, p. 439-444), em que o autor apresenta uma síntese das principais discussões teóricas acerca da origem do gerúndio e do gerundivo.

concorda, então, “como um simples adjetivo” (BOTELHO, 2007, p. 48) com seu objeto direto.

Ex.: *Triumviratum rei p. constituendae per decem annos administravit* (SUET., *op. cit.*: 2.27) – Administrou o Triunvirato por dez anos para organizar a república. Neste caso, *rei publicae* leva a forma verbal no particípio futuro passivo para o mesmo caso e número, como seu adjunto adnominal expressando finalidade, e daí *constituendae* declinar-se pela primeira conjugação, conforme o gênero feminino da palavra a que se refere, tal qual um adjetivo triforme de primeira classe. *Triumviratum rem publicam constituendo per decem annos administravit* seria a forma com o gerúndio que o gerundivo substitui. Neste caso, o gerúndio está no dativo, sendo portando traduzido como “para organizar”, e seu complemento direto está, segundo a gramática latina, no acusativo (*rem publicam*).

Para preservar o sentido passivo, a melhor tradução recairia em transformar o gerundivo latino num substantivo português: para a organização da república. A ênfase mais evidente na construção com gerundivo é justamente submeter o verbo às flexões do nome, elevando, portanto, a importância de *rei publicae* em detrimento do verbo. Se a escolha tivesse, contudo, sido a forma que acima reconstruímos, o verbo estaria em sentido ativo e, portanto, poderia ser traduzido como tal.

De reddenda re p. bis cogitavit (*idem*, 2.28) – pensou duas vezes em entregar a república. Neste caso, tal qual no anterior, deparamo-nos com um gerundivo pró-gerúndio, que funciona como adjunto adnominal de *re publica*, no ablativo, e, portanto, concordando em gênero, número e caso, apresenta-se *reddenda*. Esta forma substitui o gerúndio no ablativo *de reddendo* que concordaria com o seu objeto direto normal *rem publicam*. Desta forma, sugerimos, como no outro caso, a tradução “pensou duas vezes na entrega da república”, enfatizando o fato de a república ser entregue (passivo) e não em Augusto entregar a república (ativo). Mais adiante, apresenta *in retinenda (re publica) perseveravit*, em que ocorre a mesma situação sintática anterior.

In diplomatibus libellisque et epistulis signandis initio sphinge usus est (*idem*, 2.50) - para selar seus documentos, cadernos e cartas, usou (de) uma esfinge inicialmente. Expressando finalidade, a forma do particípio futuro passivo *signandis* concorda com suas relacionadas no ablativo plural.

Como último exemplo de gerundivo pró-gerúndio, trazemos a seguinte passagem: *Nec parrior in bellica virtute honoranda [...] et aliquanto pluribus triumphalia ornamenta decernenda curavit (idem, 2.38)* – Nem (foi) mais moderado em retribuir a virtude bélica, [...] e a bastantes mais cuidou de declarar honras triunfais. Nestes dois casos, percebemos, respectivamente, o gerundivo concordando com o substantivo no ablativo singular feminino e no acusativo plural neutro, assumindo, neste, o papel de complemento direto do verbo e, naquele, de uma circunstância.

5.5. Supino

A partir do radical do supino, temos as formas nominais do participípio passado e, conseqüentemente, de todo o sistema verbal do *perfectum* na voz passiva. Contudo, o supino em si, embora não seja tão usual quanto o participípio dele derivado, possui duas possíveis formas: “acusativo de direção” (BOTELHO, 2007, p. 37), empregada junto a verbos de movimento, com significado de intenção ou finalidade (-tum) e o dativo-ablativo, ainda menos frequente, utilizado sempre junto a determinados substantivos ou adjetivos (-tu).

Acerca da distinção entre o supino em -tum e o supino em -tu, chamados, respectivamente, também de supinos I e II, vemos uma discussão entre os especialistas no que se refere ao caráter ativo normalmente atribuído ao primeiro e passivo, ao segundo:

“As formas em ‘-tu’, que exprimiam uma noção passiva, eram empregadas junto a certos adjetivos, como ‘*facilis*’, ‘*utilis*’, ‘*bonus*’, ‘*dignus*’, entre outros.” (ibidem: 37), mas “Convém esclarecer que não se deve considerar o supino em *um* como ativo o em *u* como passivo, pois encontramos o segundo em verbos que não podem ter forma passiva como *nascor*, *evenio*: *maximo natu*.” (NÓBREGA, 1962, p. 450).

Nóbrega menciona ainda a possibilidade de utilização do supino em -tu junto a nomes como *fas*, *nefas* e *opus*. Em Suetônio, encontramos este supino relacionado a um participípio passado:

Qua virtutis moderationisque fama Indos etiam ac Scythas, auditu modo cognitos, pellexit ad amicitiam suam populique Romani (SUET., op. cit.: 2.21) – Através de (sua) fama de virtude e moderação, atraiu à sua amizade e à do povo romano os Indos e também os Citas, dele informados somente de ouvir.

Conforme já explicamos em outro momento, o supino aí utilizado pode ser melhor traduzido como “de ouvir falar” ou “de nome”, embora encontremos muito semelhante exemplo em *Quid est tam iucundum auditu* (Cic. Or. 1.8.31, apud NÓBREGA, 1962, p. 450) – Que é tão agradável de ouvir -, sendo possível proceder, neste caso, a uma tradução literal.

5.6. Orações infinitivas

A frase de abertura do Livro II de *De Vita Caesarum* assim diz: *Gentem Octaviam Velitris praecipuam olim fuisse, multa declarant* (SUET., op. cit.: 2.1). Percebemos que o verbo principal (*declarant*) aparece no final, sendo antes exposta a forma nominal no infinitivo perfeito do verbo “ser”: *fuisse*. Genericamente traduzida como “ter sido”, esta forma apresenta uma aceção especial quando forma uma oração substantiva.

Inicialmente, traremos uma definição de infinitivo: “O infinitivo latino é um substantivo verbal que pode ocorrer no presente, no passado e no futuro, nas vozes ativa e passiva” (BOTELHO, 2007, p. 31). Suas possibilidades de emprego subdividem-se em (i) nome e (ii) verbo. Destes, há possibilidade de formarem orações dependentes ou independentes, sendo exemplos desta última o infinitivo exclamativo e o infinitivo histórico. Com o emprego nominal, o infinitivo pode funcionar, entre outros casos, como complemento de verbos com semântica de desejo e esforço, tais como *uolo* e *possum*.

É possível ainda encontrar o infinitivo com sujeito em acusativo, que vem sempre precedido de um verbo principal que contenha a ideia de declaração ou de opinião, tal como no exemplo da frase de abertura do livro II. A oração principal é “*multa declarant*”, cujo verbo está incluído na norma prevista por Nóbrega e por Botelho, e o infinitivo perfeito *fuisse* tem como sujeito o complemento verbal da oração principal (*Gentem Octaviam*), que está no acusativo.

Citamos, ainda, como emprego nominal do infinitivo as seguintes passagens:

- *ac tumulum ab ipsis inchoatum perfici iussit* (SUET., op. cit.: 2.17) – e permitiu que fosse terminado o túmulo começado por eles mesmos.

Aí, percebe-se o verbo no pretérito perfeito – *iussit* – cujo complemento direto é *perfici*, no infinitivo passado da terceira conjugação, assumindo um valor nominal.

- *orare veniam vel excusare [...] occurrens* (*idem*, 2.15)- aquele que procurava suplicar benevolência ou desculpar-se

Neste caso, percebe-se o verbo no particípio presente – *occurrens* – cujo complemento direto é *orare* e também *excusare*, no infinitivo presente, assumindo um valor nominal.

- *ut quorundam barbarorum principes [...] iurare coegerit* (*idem*, 2.21)- que reuniu os príncipes daqueles bárbaros para jurar

Nesta passagem, percebe-se o que verbo principal – *coegerit* – já tem seu complemento direto (*principes*), mas vem acompanhado do infinitivo presente *iurare*, que, no caso, é empregado conforme estabelecido no tópico “infinitivo com verbos transitivos e intransitivos” (NÓBREGA, 1962, p. 436), que estabelece que, na maioria dos casos, este infinitivo é empregado com verbos de movimento, como em Hor. Od. 1.2.7.

- *facile est aestimare* (*SUET.*, *op. cit.*: 2.57) – é fácil estimar.

Temos, aí, o infinitivo ao lado de uma locução com o verbo *esse*.

6. Considerações finais

Procuramos, com este trabalho, demonstrar o caráter da figura de Augusto dessacralizado como expresso por Suetônio, especialmente tendo em vista os relatos, ao menos aparentemente, parciais ao extremo dos contemporâneos do imperador. Longe de esgotar a discussão, devem-se investigar mais profundamente, em perspectiva comparada, os discursos virgiliano e senequiano, por exemplo, procurando determinar o que configura crítica velada e o que configura realidade.

Levantando os diversos e severos problemas de tradução no que se refere à língua portuguesa, expusemos a atenuação ou mesmo absoluta distorção de sentido provocada por uma falha do tradutor, que, conforme sua tarefa de recriar o texto, precisa agir com extrema cautela e zelo, mormente quando lida com um idioma antigo e ambíguo, que com um único vocábulo pode exprimir sentido vário no vernáculo.

Estilisticamente, tratamos brevemente do discurso de Suetônio, simultaneamente rico e enxuto, complexo, mas sucinto, cujo exemplar domínio da língua latina o guia com perfeição ao seu objetivo historiográfico.

Referindo-se, por fim, à historiografia, deve-se considerar, ao lado de Júlio César e Tácito, o nome de Suetônio como, se não o maior, um dos maiores expoentes da literatura latina, um autor vanguardista que descreveu, com audácia, irreverência e propriedade, a vida dos seus, até então, doze césares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGSON, H. *O riso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BOTELHO, J. M. *O comportamento estilístico-sintático das formas verbo-nominais em odes horácianas*. 2007. Dissertação de Mestrado em Letras – UFRJ, Rio de Janeiro, 157 p.
- CIZEK, E.. *Structures et idéologie dans “Les vies des douze Césars”, de Suétone*. Paris: Belles Lettres, 1977.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- FUNAIOLI, G. *Studi di litteratura latina*, II 2. Barcelona: [s.n.], 1949.
- GALINSKY, K. *Augustan Culture: An Interpretative Introduction*. Princeton: University Press, 1966.
- RAMAGE, E. S. *The Nature and Purpose of Augustus Res Gestae*, Stuttgart: Steiner, 1987
- MAROUZEAU, J. *Traité de stylistique latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1946.
- NÓBREGA, V. L. *Presença do latim*. Rio de Janeiro: INEP, 1962.
- PARATORE, E. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Florença: Sansoni, 1983.
- PEREIRA, M. H. R.. *Estudos de história da cultura clássica*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- PROPP, V. I. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.
- SANTIAGO, S. Vanguarda, um conceito talvez um método. in Avila (org.) *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier, 1993.

SILVA, Amós Coelho da; MONTAGNER, Airto Ceolin. *Dicionário latino-português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Amós Coelho da Silva e Airto Ceolin Montagner, 2007.

SUETÔNIO. *De vita Caesarum*. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/suet.html>. Acesso em: 12/05/2011.

_____. *A vida dos doze césares*. Rio de Janeiro: Prestígio, 1998.

SYME, R. *The Augustan Aristocracy*. Oxford: Clarendon Press: 1986.

O ESTUDO DA PASSIVA EM GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Lorena Santana Gonçalves (UFES)

ls.goncalves@hotmail.com

Letícia Mazzelli Lourenço Rodrigues (UFES e UFF)

lemazzelli@hotmail.com

1. Introdução

Partindo de uma concepção de linguagem interacionista, em que a língua é vista como lugar de ação de membros de uma mesma sociedade, como mecanismo pelo qual os indivíduos interagem socialmente; esta pesquisa vai de encontro às correntes linguísticas que consideram a linguagem como expressão do pensamento ou como meio de comunicação de um código. Isso porque, acredita-se, aqui, que a linguagem é um fenômeno relacionado à atividade sociocultural, que representa os lugares sociais dos membros enunciativos de uma determinada comunidade.

Nesse contexto, uma ampla variedade de enunciações pode ser feita pelos indivíduos, de acordo com a esfera social em que estão atuando, dando origem a mais um item da pauta dos estudos linguísticos: os gêneros textuais.

O falante de determinada língua pode produzir diferentes formas de textos, tanto na oralidade quanto na escrita, em contextos completamente diferentes. Esses textos são para a academia denominados gêneros textuais.

Trask (2006, p. 123) classifica gênero como

uma variedade de texto historicamente estável, dotada de traços distintivos evidentes. [...] É próprio de cada gênero que a forma exterior de expressão seja de vital importância, pelo menos quanto ao conteúdo.

Koch & Elias (2006, p. 106), da mesma forma que Trask (2006), afirmam que “todo gênero, em sua composição, possui uma forma, além de conteúdo e estilo”. Considera-se importante contrapor essas concepções à de Crystal (2000); o autor não discorre sobre gêneros textuais em seu dicionário, porém ao tratar de texto, mostra que possui um pressuposto teórico acerca do assunto errôneo: em vez de dizer “gêneros textuais” utiliza “tipos textuais” na asserção “tipos textuais, tais como sinais de entrada, relatórios de notícias, poemas, conversas, etc.” (CRYSTAL, 2000, p. 254)

Para Koch e Elias (2006) – e hoje é um consenso entre os pesquisadores de gênero –, o que Crystal (2000) denomina *tipos textuais* na verdade são *gêneros textuais*, assim como as tirinhas, as crônicas, as *charges*, a fábula, a piada, o artigo científico, o editorial, o artigo argumentativo etc.

A expressão “gêneros textuais” se refere a textos materializados em situações comunicativas recorrentes e, por isso, apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo temático, propriedades funcionais, estilo e composição característicos. Diferentes dos “tipos textuais” que designam uma forma de construção teórica definida pela sua composição, pela natureza linguística, pelas relações lógicas, lexicais, temporais e sintático, como exemplo pode-se citar a narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Numa suposta tentativa de fazer com que o aluno consiga assimilar o vasto leque de gêneros textuais em que está inserido, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) propõem que o aluno tenha ao final do Ensino Médio a capacidade de leitor efetivo dos mais diversos textos representativos da nossa cultura. Isso porque

o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho.

Dessa forma, na aprendizagem da língua materna é necessário o desenvolvimento de três competências: interativa, textual e gramatical. Assim, o aluno estará vivenciando a linguagem a partir do funcionamento social da língua e a partir das formações discursivas, conseguindo, por isso, conciliar a relação entre funcionamento e a organização da linguagem na vida diária.

Numa tentativa de se coadunar com os PCNEM, neste artigo busca-se fazer uma abordagem funcionalista – estudar a estrutura gramatical na situação real de comunicação –, ou seja, observar questões gramaticais em gêneros de circulação social. Apresenta-se então, como proposta, o estudo da voz passiva a partir de textos veiculados em jornais de circulação do Espírito Santo.

Para alcançar esse objetivo, este estudo está dividido em quatro etapas: Primeiramente, será feita explanação sobre o suporte jornal, uma vez que se concretiza como um material de circulação pública com o qual os indivíduos têm mais possibilidade de interagir; posteriormente, serão

apresentados alguns postulados sobre a voz passiva em gramáticas normativas, livros didáticos e gramáticas feitas por linguistas; Na terceira etapa, será iniciada a análise propriamente dita, será observada a voz passiva presente em gêneros textuais veiculados jornais do Espírito Santo. Como forma de delimitação do *corpus*, foram selecionados os cadernos de notícias do mundo e notícias policiais dos jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *Notícia Agora*, do dia 23 de outubro de 2008. Dessa maneira, será observada a forma como a passiva é utilizada e, se há uma explicação para o seu emprego. Para finalizar, serão apresentadas as considerações feitas acerca desse estudo.

2. *Um pouco sobre jornal*

De acordo com Faria (1994) o jornal surgiu na França no século XV com a editoração de *Gazette France* pelo jornalista Théophraste Renaudo, que pretendia comunicar os fatos com certa emotividade, o que não agradava muito aos leitores. Apenas no século XIX, com a ampliação da comunicação jornalística, surgiu a objetividade no jornal: as notícias agora davam destaque ao referencial numa linguagem impessoal. Faria cita Paillet para explicar que foi nesse momento que “nasceu definitivamente a informação com pretensões de neutralidade, factual, desprovida de conotações ideológicas ou partidárias” (FARIA, 1994, p. 48).

De acordo com Faria (1994), Paillet apresenta o jornal como detentor de duas formas de linguagem: a da notícia, que apresenta discurso referencial dos fatos, e a jornalística, que apresenta linguagem crítica, ideológica, adotada pelo jornal. É importante, para Paillet, que o leitor esteja atento a essas formas de linguagem presentes no jornal, “para que não caia em armadilhas do texto ideológico” (FARIA, 1994, p. 48).

Ao observar a questão da linguagem jornalística, Faria (1994) se apoia na proposição de Lage para explicar que o ideal é “conciliar a comunicação eficiente e a aceitação social, o que na prática reúne tudo o que é possível no registro coloquial e aceito no registro formal” (FARIA, 1994, p. 51). Assim, é função do jornalista equilibrar os dois tipos de linguagem nesse, chamado por Marcuschi, *continuum* oral/escrito. Outra questão de importância que Faria observa na proposta de Lage abrange a questão da sintaxe da linguagem jornalística: ela se apresenta de forma simples e discreta, numa tendência a eliminar a relação de causa e efeito, além do corrente uso de palavras e expressões que levam ao uso do recurso indireto.

3. *Postulados sobre voz passiva*

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a questão que concerne à voz passiva deve ser abordada em dois momentos: primeiramente, quando forem tratadas as vozes verbais, em morfologia, devendo a passiva ser explicada tanto com o auxiliar, como com o pronome apassivador. Posteriormente, a questão da passividade verbal é retomada em sintaxe, ao serem tratados os “termos integrantes da oração”, entre os quais está agente da passiva.

Ao se observar as gramáticas normativas de Rocha Lima (2008) e Bechara (2006), pode-se perceber que as duas seguem essa mesma divisão de conteúdo da NGB, e em pouco se discernem dela no que se refere a forma de abordagem desse conteúdo.

Rocha Lima (2008) explica que o verbo na voz passiva é construído com o verbo auxiliar *ser*, conjugado em todas as suas formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar. O agente da passiva é, segundo o gramático, o complemento que, na voz passiva com auxiliar *por* ou *de* (também chamada voz passiva analítica), representa o ser que pratica a ação verbal.

Para Bechara (2006) a voz passiva é formada, além do verbo *ser*, como defende Rocha Lima (2008), pelo verbo *ser*, *estar* ou *ficar* seguido de particípio. Ela é a forma verbal que indica que a pessoa – que apresenta traço semântico animado ou potente – é objeto da ação verbal. A pessoa, neste caso, diz-se paciente da ação verbal, como em:

A carta é escrita *por* mim
O primo foi visitado *por* ti
A árvore será plantada *por* nós

Outra questão ressaltada pelo gramático é a diferença entre voz passiva e passividade. De acordo com ele, voz passiva é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação:

Ele foi visitado pelos amigos
Alugam-se bicicletas

Já passividade é o fato de a pessoa receber a ação verbal. Ela pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo. Portanto nem sempre a passividade corresponde a voz passiva:

Os criminosos receberam o merecido castigo

Quanto ao agente da passiva, Bechara (2006) afirma que é um tipo de termo argumental não obrigatório, caracterizado por ser um termo preposicionado marcado pela preposição *por* e *de*, com verbos empregados como transitivos diretos na chamada voz ou construção passiva:

Os exercícios foram feitos por José.
O réu é condenado pelo júri.

Esse complemento de agente pode ser opcional:

Os exercícios foram feitos
O réu foi condenado

Para ele, a gramática tradicional põe o agente entre os complementos verbais por causa do seu relacionamento com o sujeito: na transformação da passiva à ativa, o complemento paciente passa a ser agente ao apresentar função sintática de sujeito.

O autor afirma que nem todo termo introduzido pela preposição *por* funciona como complemento do agente, principalmente quando não apresenta traço animado, referente a alguma coisa, quando deve ser classificado como adjunto circunstancial de causa ou meio. Neste caso, o *por* é comutável por outra preposição (*com*, por exemplo) ou locuções prepositivas (*por causa de*, *por meio de* etc.). Exemplo:

Ficaram aborrecidos pelas falsas promessas.
Ficaram aborrecidos com (por causa de) as falsas promessas.

Bechara (2006) explica que a construção dita “passiva pronominal” ou “passiva reflexiva” (“passiva sintética”) não se acompanha, no português contemporâneo, do complemento de agente, como acontece na chamada construção passiva com auxiliar + participio, exemplo:

Vendem-se casas.

Por fim, o complemento de agente pode aparecer junto a substantivo ou adjetivo constituído por um signo léxico referido a um processo ou ação (assalto, vitória, derrota, etc.).

O assalto *pele primeiro batalhão* foi decisivo.

Já nos livros didáticos escolhidos para esse trabalho, observa-se a mesma visão sobre a voz passiva da NGB e das gramáticas normativas; apresentam, porém, o conteúdo de forma mais detalhada, diferenciando e denominando os diferentes casos de voz passiva, numa tentativa de alcançar um leitor que desconhece sobre o assunto; para esse artigo, cita-se apenas o livro didático de Mesquita (1996).

Mesquita (1996), em seu manual, explica que a voz passiva é construída com o verbo auxiliar *ser*, *estar*, *ficar* ou outros que as gramáticas normativas não citam, – como viver – normalmente conjugado, seguido do particípio do verbo principal. O autor salienta que o verbo principal sofre sempre alterações de gênero e número, de acordo com a pessoa gramatical a que se refere.

Elas serão abençoadas pelo padre.

De acordo com o autor, o termo que pratica a ação na voz passiva é intitulado *agente da passiva*, que em geral apresenta-se acompanhado por preposição *por* ou *de*.

Agora a casa está cercada de leões de fogo (Cecilia Meireles)

A carta foi entregue à moça pelo carteiro.

Nota-se aqui uma diferença em relação aos gramáticos Bechara (2006) e Rocha Lima (2008), pois Mesquita (1996) intitula de agente da passiva – “pela dor” e “de leões de fogo” – o que os gramáticos consideram adjunto circunstancial de causa, pelo fato de o agente não ser animado.

Para Mesquita (1996), apenas os verbos transitivos diretos e indiretos admitem a voz passiva, visto que apenas orações na voz ativa com objeto direto podem ser transformadas em orações na passiva. Assim, em ambas as vozes o agente e o paciente continuam sendo os mesmos termos, mudando apenas a função sintática.

Para finalizar os postulados acerca da passiva, considera-se importante citar Ignácio (2003), pois, em seu trabalho, o autor se restringe apenas à questão do agente da passiva fazendo uma crítica, uma vez que, de acordo com ele, a NGB, na tentativa de simplificar, incluiu como Agente da Passiva, ou seja, o elemento responsável, direta ou indiretamente, pela ação verbal da passiva, termos que, na verdade, não têm a função de Agente, ora são complementos de causa, ora são de Instrumento:

A lei foi vetada pelo *Presidente* (Agente propriamente dito)

A casa foi destelhada pelo *vento*. (Complemento de Causa)

O ventre do animal foi cortado por *uma navalha*. (Complemento de Instrumento).

A partir desse postulado por Ignácio (2003), é interessante observar que apenas os livros didáticos seguem essa linha da NGB de trans-

formar os complementos em Agentes da Passiva, os gramáticos a ignoram essa questão (cf. IGNÁCIO, 2003).

4. Os gêneros jornalísticos e a voz passiva

Finalizada essa abordagem feita sobre como a voz passiva é concebida segundo diferentes teóricos, parte-se agora para a análise de como essa voz é utilizada em gêneros veiculados no suporte jornal. Para isso, foram selecionadas algumas notícias contidas nos cadernos de notícias policiais e notícias do mundo em três jornais de circulação do estado do Espírito Santo, veiculados no dia 23 de outubro de 2008.

Pôde-se perceber que nos cadernos analisados, a estrutura de passiva que é utilizada é predominantemente a de passiva analítica, não havendo ocorrência de passiva sintética em nenhum momento. É interessante observar que, mesmo sendo apenas essa estrutura, percebeu-se diferentes variações de seu uso, dentre os quais pode-se destacar o uso da voz passiva analítica padrão, em que a estrutura é formada pelo verbo auxiliar SER + verbo principal participípio passado + agente da passiva animado:

Às 21 horas de terça-feira, Josenei, sua mulher e a amiga dela **foram** **abordados por dois homens armados.** (*Caderno Policia, A Tribuna*)

Encontrou também a voz passiva analítica com o agente não animado:

A motivação e a autoria do assassinato **estão sendo investigadas pela** **Secretaria de Justiça** (*Caderno Policial, Notícia Agora*)

Outro formato da voz passiva de interesse encontrado, foi a estrutura em que é utilizado o *verbo auxiliar SER + verbo principal participípio passado + agente da passiva animado composto*:

O técnico caminhou até o desconhecido, disse ser o dono do carro e **foi morto por ele e por outro criminoso** (*Caderno Dia a dia/ Segurança, A Gazeta*)

A estrutura *verbo auxiliar SER + verbo principal participípio passado + conjunção aditiva + verbo no participípio passado + agente da passiva animado composto*, também é outra estrutura não apresentada pelos livros, mas encontrada em jornal:

O preso **foi esquartejado e decapitado por internos do Pavilhão 3-A**" (*Caderno Policial, Notícia Agora*)

Complementado o exemplo acima, a mesma estrutura é utilizada, porém, sem a presença do agente da passiva:

“Mulher é *algemada e morta* na Fonte Grande”.

5. Considerações finais

Ao se analisar o uso da passiva nos jornais de circulação no estado do Espírito Santo, pode-se perceber a utilização dessa estrutura para criar uma notícia voltada para o âmbito emotivo, na tentativa de prender a atenção do leitor pelo viés emocional. Assim, a notícia é dada em forma de narrativa, apelando para o imaginário do leitor, que vive emocionalmente a história, acompanhando, assim, os detalhes do acontecimento.

As notícias analisadas, criadas nesse estilo, são todas relacionadas à violência - assassinatos, roubos, estupros, sequestros, etc. Esse desejo de ler o que é considerado catastrófico pode, também, ser para satisfação de certo sadismo dos leitores que, com o desejo de ler o que é diferente do habitual, satisfazem-se com esse tipo de leitura.

Devido a essa necessidade humana de ler notícias sobre violência e, à constante presença do recurso narrativo na estruturação delas, pode-se constatar no caderno policial e no caderno mundo grandes acervos da voz passiva e, por isso, um interessante material para o trabalho funcional dessa estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suarez. *Gramática mínima*: Para o domínio da língua padrão. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: ensino médio/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática reflexiva*: Texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1994.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões*. São Paulo: Ribeirão, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2006.

O JOVEM DO MUNDO CONTEMPORÂNEO E AS REDES SOCIAIS

Renata Barcellos (UNESA)
rs.barcellos@bol.com.br

O mundo moderno exige pessoas preparadas para enfrentar e absorver as novas formas de mensagens que chegam até elas. (Adilson Citelli)

Para a pesquisa, foi formulado um questionário contendo as seguintes questões: quais as redes sociais você utiliza e com que finalidade?, Como ocorre esta relação: responsáveis – internet e você (tempo online – a interferência na convivência etc.)?, Defina os jovens do mundo atual (desejos e temores) e a partir da relação pais e filhos, atualmente, quais são os principais conflitos de geração? Por quê?. Essas questões foram propostas para os 110 alunos do CEJLL, do 3º ano, no mês de novembro de 2010. Cabe ressaltar também que fui professora de Português deles ao longo do Ensino Médio.

Como o objetivo dessa escola fruto da parceria do Estado com a OI é de que o professor seja um pesquisador (há várias linhas de pesquisa na instituição, dentre elas o ensino médio integrado e os jovens do mundo contemporâneo) e disseminador de novas práticas pedagógicas a partir do uso dos recursos tecnológicos, é preciso que se entenda o contexto atual e os participantes do mesmo. Isto é, na sociedade contemporânea, quem é esta juventude? O que anseia e teme?

1. *Como são os jovens contemporâneos?*

No CEJLL, ao longo de dois anos e meio, a partir do convívio com alunos na faixa etária de 14 a 18 anos, os jovens do século XXI (cabe ressaltar que o termo **jovem** é proveniente do lat. *juvènis*, e 'jovem, novo (com respeito a seres vivos), juvenil', tb. como subst. em lat. *juvènis, is* 'rapaz, rapariga' HOUAISS, 2001), em que cada um optou por um dos três cursos profissionalizantes no término do primeiro ano, pude constatar que, mesmo com toda a tecnologia a seu dispor tanto dentro da escola como fora, a maturidade não está relacionada ao seu uso, nem mesmo o manter-se atualizado.

Um exemplo disso é quando ingressei no colégio, logo pude inferir que, apesar de estar numa escola tecnológica, em que o aluno vive “conectado”, mesmo assim a maioria era “alienada”. Como isso era possível? Não passavam horas navegando?

Das muitas conversas no MSN, do questionário proposto como corpus para esta pesquisa, concluí que de fato a interação, que é definida como “o lugar de uma atividade coletiva de produção de sentido, atividade que implica o emprego de negociações explícitas ou implícitas que podem ter êxito ou fracassar” (KERBRAT-ORECCHIONI 1990, p. 28) dos jovens é peculiar do contexto socioeconômico-cultural vigente. A juventude do século XXI pertence a uma nova realidade: a da cirurgia a laser, a micro-ondas, a controle remoto para tudo, até carro que não precisa de ninguém para dirigir. Já nasceu imersa a tanta tecnologia, enquanto que, oriundos ainda do fogão de lenha, poço, fósforo etc.; precisam se apropriar de tudo isso para poderem se comunicar com eles, que são definidos como *nativos digitais*:

As gerações nascidas nas últimas décadas cresceram com a internet, videogames, cds, vídeos, celulares, etc. Estas tecnologias já estavam aqui quando eles nasceram e por eles foram incorporadas com naturalidade, da mesma forma como o fizeram as gerações anteriores com os carros e TVs. Este fato implica, não somente que esta geração tenha total familiaridade com as tecnologias digitais, “dá a denominação *nativos digitais*” como também, baseando-se em estudos das neurociências, sua forma de pensar, e mesmo a estrutura física de seu cérebro, é diferente das dos imigrantes digitais, que aprenderam e se formaram num mundo analógico e para os quais o mundo digital supõe um processo de imersão nas tecnologias. (PEÑA LÓPEZ 2007, *apud* SALLES, 2007, p. 1)

Atualmente, responsáveis, educadores, advogados... estão se familiarizando (se tornando imigrante digital) e se adaptando com todos os recursos tecnológicos para poderem saber como lidar com os jovens e criarem leis para os diversos crimes provenientes de uma das ferramentas disponíveis (como, denegrir a imagem de alguém numa comunidade do Orkut, expressar determinadas ideias no blog, plagiar trabalhos, postar fotos íntimas de alguém no Orkut, facebook, criar vídeos para o youtube com conteúdos inapropriados...), raquear computador da escola – de um professor – ou de um chefe). Que tipo de punição é dada para esses casos? Já há leis para o controle do uso da internet (<http://www.internetlegal.com.br/biblioteca/legislacao/>) e uma cartilha está disponível para a população (<http://cartilha.cert.br/download/cartilha-02-prevencao.pdf>).

Dessa forma, observo que a tecnologia está evoluindo de uma forma tão rápida que a sociedade não está conseguindo acompanhar toda essa mudança constante. É preciso que todos orientem os jovens e tenham bom senso ao se defrontar com um problema desses.

Especificamente na área da Educação, não há mais como professores e gestores ficarem alheios a toda essa tecnologia. Não basta criar e disponibilizar um laboratório em cada instituição de ensino se os docentes não sabem lidar com as ferramentas. Eles precisam, primeiro, almejar ser um *imigrante digital* (“Mark Prensky adota essa expressão para designar todos aqueles que nasceram em período anterior à Internet e procuram incorporar a tecnologia no seu cotidiano, mas deixando sempre um rastro de sotaque analógico nos seus afazeres”) e, segundo, se conscientizar de que sua prática pedagógica deve se adequar às novas demandas.

Os responsáveis, por sua vez, na maioria das vezes, não sabem mais como impor limites, o que fazer quando os jovens passam horas e horas diante de uma tela. Enfim, como controlar as ferramentas que utilizam e os sites que frequentam? O que dizer? Fazer? Em uma das perguntas do questionário da pesquisa, quis saber o seguinte: como é a relação deles com a internet e seus responsáveis. Ao ler as respostas, constatei que há dois tipos de comportamento deles com a internet: os que a usam e os que pouco a usam. Do grupo que a utiliza, os pais reagem da seguinte maneira: o acesso é 75% *livre* (por confiança, por utilizarem também e se comunicarem através de alguma ferramenta mesmo em casa ou por omissão), *vigiado* 22% (ao lado quando está online ou inclusive têm as senhas para ter acesso a tudo que é feito), *contra-vontade* 3% (enquanto está online, há discussão por serem excluídos digitais ou por não serem a favor do uso, principalmente, das redes sociais).

Por sua vez, a cada dia que passa, mais os jovens dominam as diversas tecnologias. Para eles, tudo é natural. A forma de interagirem à distância não causa estranheza. A partir disso, propus na terceira pergunta do questionário a seguinte questão: defina os jovens do mundo atual. De todas as respostas, percebi que há dois tipos, que os defini assim: o dos *atenados*, aqueles que almejam um futuro melhor, preocupam-se com emprego, formação acadêmica etc.; e o dos *alienados*, aqueles que só pensam no presente, em curtir a vida, não têm perspectiva nenhuma, nem atitude etc. Lendo as respostas, algumas me surpreenderam como: os que disseram que os jovens são gananciosos, querem dinheiro fácil (10%) e temem no futuro não alcançarem seus objetivos. Pelo que conversei com eles, observo que a maioria ainda são imaturos e devido a isso

não sabem que área seguir para prestar vestibular. Muitas vezes, a família não dá a devida atenção (sobretudo, na fase da escolha da carreira). Então, acabam medindo “socorro” aos professores, ao ponto de quererem que nós façamos a escolha por eles. O pior é quando alguém declara que há pouco diálogo dentro de casa. O que constatei em alguns é o fato de viverem “online”. Literalmente, a vida é o computador. Alguns interagem o tempo todo através das diversas redes sociais. E a família? Que espaço ocupa? Onde está? Onde fica?

2. Os jovens contemporâneos e as redes sociais

No presente contexto, os jovens utilizam todos os aparatos tecnológicos no seu cotidiano para interagirem, a respeito disso, conforme Fábio Tagnin:

Nossos jovens não chegaram a conhecer um mundo sem videogames, e-mail e mensagens instantâneas. Não é preciso ir muito longe para afirmar o que diversos estudos confirmam: que os hábitos dos jovens de hoje são muito diferentes daqueles dos seus pais e professores.

Eles vêm sendo chamados de “nativos digitais”, que aderem de maneira transparente e automática às tecnologias emergentes, enquanto os adultos são chamados de “migrantes digitais”, aqueles que precisam adaptar-se – não sem alguma dificuldade – às novas ferramentas e novas formas de fazer as coisas. (TAGNIN, 2008, p. 1)

Na primeira pergunta do questionário, propomos que eles dissessem quais redes sociais utilizavam e com que objetivo. As respostas foram as seguintes:

Quais são as redes sociais utilizadas:

- | | |
|------------|-------------|
| 1- Orkut | 5- Facebook |
| 2- MSN | 6- E-mail |
| 3- Twitter | 7- Blog |
| 4- Youtube | |

Com qual finalidade?

- | | |
|--------------------------|------------------|
| 1- Conversar com amigos; | 4- Postar fotos; |
| 2- Informar-se; | 5- Jogar; |
| 3- Expor pensamentos; | 6- Entreter-se; |

Hoje, por causa da tecnologia disponível no celular, os jovens acessam esses diferentes ambientes virtuais de qualquer lugar. O estar

conectado faz parte do cotidiano deles assim como qualquer ação indispensável ao ser humano, por exemplo: beber água e alimentar-se. A relação deles com o mundo que nos cerca é realmente diferente de outrora. Precisamos nos acostumar com a presença da tecnologia ao nosso lado para sabermos utilizá-la para nosso benefício e não o contrário. Para muitos responsáveis, as redes sociais servem como um instrumento a mais para monitorá-los. Cabe ressaltar que as empresas estão pesquisando o perfil de seu futuro funcionário nessas ferramentas também. As fichas cadastrais já contêm um ícone para que o candidato forneça dados a esse respeito.

A partir dos endereços eletrônicos um profissional responsável os acessa e faz uma análise da imagem veicula da pessoa a ser contratada. A mídia tem fornecido informações a este respeito a partir de entrevistas, matérias etc., por exemplo: no jornal *Zero Hora* “Empresas adotam redes sociais para agilizar contratações. Divulgação das oportunidades em mídias sociais significa o primeiro passo no processo”

(<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a3021903.xml>) e a entrevista de Juliana Mello da empresa Talengy

(<http://www.profissionais.com.br/2010/04/entrevista-utilizando-redes-sociais-para-selecao-de-candidatos/>), a fim de sensibilizar e conscientizar a população.

Sobre a imagem que os jovens transmitem deles nas diversas redes sociais, observo que para eles é natural expressar-se livremente através de *citações* (“Nós abriremos o livro. Suas páginas estão em branco. Nós vamos pôr palavras nele. O livro chama-se Oportunidade e seu primeiro capítulo é o Dia de Ano Novo.” – Edith Lovejoy Pierce), *pensamentos* resultado de uma experiência (por exemplo, “nunca espere muito das pessoas”), *desejo* (“praia hoje seria bom”), recado (“x se entrar, quero falar com vc”), *sentimento* (“NAVE – vou morrer de saudade”), *links* de músicas, pedidos para lerem ou ouvirem algo e opinarem (“Galeraaa, confirmem e me digam o que acharam :D abrcs

<http://www.youtube.com/watch?v=9tsNWqAuDbE>) etc. Eles não hesitam em dizer o que pensam até de modo agressivo e constrangedor para quem lê (no caso, me refiro aos imigrantes digitais), por exemplo, “prova hj fu” – “PORRAPORRAPUTAQUEPARIU” – “SHOW de hj foi FODA P CARALHO – Especialista em tacar pó de mico no pinto dos outros”). Compete então a nós educadores e responsáveis a tarefa de alertá-los, levá-los a conscientização de que determinadas formas de expressão ina-

dequadas podem comprometer seu futuro profissional. Podem perder uma oportunidade por ter postado algo que não foi bem visto.

É importante destacar também que há uma grande necessidade deles mostrarem o físico. É notório que isso é reflexo da sociedade em que vivemos, onde a preocupação com a estética é excessiva. Pelas postagem de fotos, ratifiquei isso. As meninas se apresentam de biquíni para mostrar como estão em forma e os meninos com o tórax exposto para que vejam o porte atlético.

3. Considerações finais

A partir do convívio ao longo do EM com alunos na faixa etária dos 14 aos 18 anos, do CEJLL, e do questionário proposto no final do ano letivo, inferi que, atualmente, todo esse avanço tecnológico levou os jovens a ter uma percepção de mundo diferente de outrora. Isto é, a tecnologia fez com que a relação dos jovens com seus semelhantes mudasse.

Com base nisso, cabe aos responsáveis e educadores orientá-los quanto ao uso das diversas ferramentas (quais e o tempo de uso). Estamos vivendo um momento de transição (antes, sem internet, celular...; e depois com o avanço tecnológico: i-pad, micro-ondas, TV de plasma...) em que se requer de cada um de nós adaptação, domínio e dos advogados especificamente, criação de leis para o convívio no mundo tecnológico.

Estamos num caminho sem volta, em que a tecnologia é a mola propulsora. Por isso, independente de pertencermos ao grupo dos nativos ou imigrantes digitais, o crucial é a forma como estamos e vamos utilizá-la. Precisamos incorporá-la ao nosso cotidiano para que o efeito de seu uso pelos jovens não seja tão nocivo quanto o das drogas, como foi nas décadas de 80, 90 e ainda nos dias de hoje. Ela não pode ser caracterizada como um vício como já há inúmeros casos como apontam pesquisas (“De 189 milhões de usuários, 6% a 10% foram diagnosticados como portadores deste vício”). <http://www.misteriosdocotidiano.com/2010/11/30/o-vicio-em-internet> - [/http://psico.net/tcc/introducao/historico.htm](http://psico.net/tcc/introducao/historico.htm)). Não podemos permitir que ela se sobreponha ao humano. A função dela é de nos auxiliar e não nos substituir, ou até mesmo nos levar à morte como nos casos de determinados relacionamentos virtuais em que o resultado é um fim trágico (http://www.investigacao-virtual.org/namoro_virtual.html).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRASIL. Secretaria de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental e Médio*. Brasília: MEC, 2002.
- CARVALHO, Nelly. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Outras linguagens na escola*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Susana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Projeto político-pedagógico da escola cidadã*. PPP, 1998.
- GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: A teoria na prática*. São Paulo: Artmed, 1995.
- _____. *Sobre as várias inteligências*. São Paulo: Nova Escola, setembro, 1997.
- GAVAZZI, Sigrid; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino (Orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- GERALDI, João W. *Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales*. Paris: A. Colin, 1990.

MARCONDES, Beatriz (Org.). *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília. *Formação em Letras e pesquisa em linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MOIRAND, S. Situação de escrita, imprensa escrita e pedagogia. In: *O texto: Escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 1999.

Rodrigues, F. P. M. *Prática do professor no ensino de informática*. Pelotas, 1998.

SALLES, Miriam. Nativos e imigrantes digitais: um mito? Blog sobre Informática Educacional e Meio Ambiente. Disponível em: <<http://miriamsalles.info/wp/?p=373>>. Publicado em: 27 nov. 2007.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TAGNIN, Fábio. *Computação 1 a 1: o desafio de guiar os nativos digitais*. Blog de Educação digital da Intel. Disponível em: http://blogs.intel.com/educacaodigital/2008/07/computacao_1_a_1_o_de_safio_de_guiar_os_nativos_digitais.php>. Publicado em: 18 jul 2008.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

**O LÉXICO DA COMUNIDADE DE PANORÂMICA
MONTES CLAROS – NORTE DE MINAS**

Carla Bianca Durazzo Costa (Unimontes)

biancadurazzo@hotmail.com

Maria do Socorro Vieira Coelho (Unimontes)

soccoelho@hotmail.com

1. Introdução

Segundo Lyons, “...a ciência em si é parte da cultura. E na discussão da relação entre linguagem e cultura não se deve dar prioridade ao conhecimento científico em detrimento do conhecimento comum, nem mesmo da superstição.” (1987, p. 224). Neste artigo propomos apresentar os resultados da nossa pesquisa sobre o léxico de Panorâmica, comunidade situada na área rural do município de Montes Claros, Norte de Minas Gerais. Para isso, realizamos um estudo linguístico-semântico sobre a fala da comunidade foco de nossas investigações, levando em conta os aspectos histórico-culturais do mundo rural, a fim de colhermos dados linguísticos que revelassem informações sobre a história do português norte mineiro, bem como do português brasileiro.

Relacionar o léxico com a cultura e a história local foi muito importante para esta investigação porque utilizamos essas informações para ajudar a compreender a história da formação da língua portuguesa neste espaço norte mineiro, pois acreditamos que o vocabulário utilizado pelo povo de uma determinada região está intimamente relacionado com a sua história e a sua cultura.

Portanto, o sistema lexical de uma língua traduz a experiência cultural acumulada pelos membros de uma sociedade ao longo do tempo. O léxico pode ser considerado como o patrimônio vocabular de uma comunidade linguística através de sua história, um acervo que é transmitido de geração para geração, mas que, muitas vezes, acaba se perdendo, como é o caso das comunidades rurais. Tais comunidades estão sendo atingidas pelo processo de escolarização que, na maioria das vezes, estigmatiza sua variedade e impõe a variedade culta.

Conforme se sabe, a língua falada em áreas rurais brasileiras ainda guarda por nosso povo um rico campo lexical que resgata um pouco da história e cultura local de uma comunidade. No entanto, além de serem ainda incipientes as pesquisas que registram a história dessa região e

poucos os contadores de casos, os conhecedores dessa história já se encontram numa faixa etária mais avançada. Assim sendo, se não documentarmos essa área logo, correremos o risco de perder parte da nossa história linguística.

Considerando que a comunidade brasileira ainda não conhece a história da sua língua falada, isto é, a história do português brasileiro e, para que seja realizada uma vertente de pesquisa essencial para a recuperação da história do Português Popular Brasileiro, é necessário estudar as variantes populares do português brasileiro do meio urbano e do meio rural.

2. *Universo da pesquisa*

A comunidade em estudo, Panorâmica, está localizada no município de Montes Claros – Norte de Minas Gerais, que é constituído de dez distritos: Montes Claros, Aparecida do Mundo Novo, Ermidinha, Miralta, Nova Esperança, Panorâmica, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda, São Pedro de Garça e Vila Nova de Minas. A comunidade em questão faz limite ao norte e a leste com o Distrito de Santa Rosa de Lima, a oeste com o Município de Mirabela e, ao sul, com o Distrito de Miralta. A via de acesso é a estrada que liga o distrito à BR 135 no quilômetro 321.

O distrito de Panorâmica foi criado pela lei estadual 6769, de 13/05/1976 e anexado ao município de Montes Claros. De acordo com relatos orais dos moradores da comunidade, antigamente a região era ocupada por pequenas fazendas, não havendo povoado, e era conhecida pelo pequeno cemitério que foi construído para enterrar os mortos de toda a região. Tal cemitério é antigo e possui valor histórico e por isso foi o escolhido para a gravação de uma importante cena do filme “Outras Histórias” dirigido por Pedro Bial, lançado em 1999.

Por volta de 1910 foi construída uma capela, de adobe, com esforços dos fazendeiros, que doaram terras, principalmente Vicente Ruas Sobrinho, João Ferreira, Joaquim Rodrigues e Olímpio Alves. A capela foi consagrada a Nossa Senhora da Conceição e Bom Jesus. O local escolhido ficava perto do cemitério, no alto de um morro. Com o passar dos anos, os fazendeiros construíram suas casas aos pés do morro, o que deu origem ao povoado. As terras pertenciam então à igreja (Terras do Santo). Na década de 60 foi construída uma nova igreja, já que a antiga era muito pequena e se encontrava em ruínas. Com a ajuda da comunidade,

através de doações de dinheiro ou de bezerros para leilões, arrecadaram fundos para a construção. Como a antiga imagem de Nossa Senhora da Conceição quebrou-se, a comunidade resolveu consagrar a Igreja a Nossa Senhora das Graças e a Bom Jesus. A religião predominante do distrito é a católica.

Em relação à educação, a prefeitura mantém em Panorâmica a Escola Ezequias Teixeira que oferece o ensino de 1ª a 4ª série. A maior parte da população tem como única opção de trabalho as fazendas das rondozelas onde se cultiva a lavoura. Como em muitos lugares de Minas, a saúde é uma questão preocupante, há apenas um posto de saúde, onde são realizados os atendimentos pelos agentes de saúde locais e médicos da prefeitura de Montes Claros, porém em situação precária. O comércio pouco oferece aos seus moradores, há apenas quatro vendas para atender à comunidade.

Conforme nos lembra Silva (2008, p. 24) é preciso realizar a reconstituição histórica tanto do português brasileiro culto como do popular e, para a reconstrução do passado do português popular brasileiro, precisamos pesquisar no espaço brasileiro as variedades linguísticas de hoje, sobretudo as dos não escolarizados, das diversificadas áreas rurais do Brasil. Essa observação de Silva foi abordada por Amaral (1976, p. 1), quando afirma que “[...] encontraremos o dialeto dos genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados [*sic*] ficou à margem do processo de evolução, não acompanhou [*sic*] de perto o movimento geral do progresso, está condenado ao desaparecimento, subsistindo na fala de pessoas idosas.”

Com base nas valiosas indicações de todos esses estudiosos, e uma vez que os moradores, principalmente os idosos, concentrados nas áreas rurais do Norte de Minas, ainda não passaram pelo processo de escolarização, esperamos registrar traços gramaticais (para estudos posteriores) e lexicais que caracterizem uma variedade do português popular brasileiro, ou português popular ou vernáculo brasileiro, ou seja, as normas vernaculares.

Partindo dessa hipótese, definimos para este trabalho pesquisar o léxico de Panorâmica – Montes Claros/MG, com o objetivo primeiro de listar e analisar as variedades linguísticas da comunidade em estudo, e tendo como segundo objetivo elaborar um glossário do léxico usado pelos moradores de Panorâmica. Dessa forma, esperamos fornecer informações e dados sobre as variedades rurais ali presentes e cujo estudo, espe-

ramos, contribuirá para a reconstrução da história do português falado pelos moradores norte mineiros de área rural e da língua portuguesa como um todo.

3. *Pressupostos e a amostra*

Para atender aos objetivos traçados para esta pesquisa utilizamos como suporte teórico fundamentos da sociolinguística laboviana (ALKIMIN, 2001, MOLLICA, 2003, NARO, 2003 e PAIVA, 2003) e estudos do léxico: lexicologia e lexicografia (LYONS, 1987, FERRAZ, 2006 e RIBEIRO, 2010).

O *corpus* é constituído por dados que foram coletados através da observação direta, de gravação de conversas espontâneas, enfocando temas do dia a dia das pessoas como: costumes, casos, tradições, a lida no campo, entre outros. Quanto à escolha dos sujeitos informantes, os moradores da comunidade que participaram da pesquisa (12 informantes no total) nasceram e viveram na região em estudo.

Levamos em conta os fatores sociais como faixa etária: adulta (26-55 anos) e idosa (a partir de 56 anos); gênero: masculino e feminino; grau de escolaridade: nível 1 (zero escolarização), nível 2 (1 a 4 anos de escolarização) e nível 3 (a partir de 5 anos de escolarização); ocupação; contato urbano (menor, médio ou maior) e classe social mais privilegiada (+P) ou menos privilegiada (-P). Para distinguir a classe social do sujeito informante, observamos as seguintes características: tipo de moradia, faixa salarial, emprego/ocupação, grau de escolaridade, o tamanho da família e o acesso a bens e serviços (casa própria, terrenos, fazendas, carro, telefone etc.).

Após a transcrição dos dados coletados, selecionamos 265 lexias que nos pareceu diferentes do que conhecemos e/ou que refletem a cultura da região em estudo, que foram dispostas em fichas lexicográficas em ordem alfabética, contendo as informações necessárias para posterior análise linguística. Por meio dessas fichas, verificamos seu registro nos dicionários como *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (1999), Caldas Aulete (1964 - versão digital) e um dicionário regional *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (1976); sua classe gramatical; um recorte da fala do entrevistado contendo uma amostra contextualizada da lexia em estudo; entre outros aspectos.

Posteriormente, após constituição e análise das 265 fichas lexicográficas e, considerando os objetivos traçados para a presente pesquisa, analisamos o número de lexias presentes em cada dicionário (Aurélio, Caldas Aulete e Amadeu Amaral); sua classificação gramatical; as lexias dicionarizadas e não dicionarizadas; o número de ocorrências das lexias e, por último, o léxico rural comum em Minas: Águas Vermelhas, Panorâmica e Passos.

4. Análise e resultados

A partir da análise quantitativa dos dados, constatamos que das 265 lexias apresentadas nas fichas lexicográficas, 220 se encontram em pelo menos um dos três dicionários selecionados. No *Dicionário Aurélio*, foram encontrados 214 vocábulos, o que corresponde a 97,27% dos 220 vocábulos dicionarizados. Já no dicionário Caldas Aulete, foi o que mais apresentou, em suas páginas, aquelas lexias dicionarizadas, com 217 ou 98,63% desse total. Por último, em Amadeu Amaral, verificamos a presença de 39 lexias, o que corresponde a 17,72% dos vocábulos dicionarizados.

Averiguando a classificação gramatical das lexias, podemos constatar que os substantivos, os verbos e os adjetivos se destacaram com 155, 65 e 29 ocorrências respectivamente, totalizando 93,97% do total de dados. Vejamos alguns exemplos: *imbigo* (substantivo); *rompê* (verbo); *difícultoso* (adjetivo); *inté* (preposição) e *com pouco* (locução adverbial). Quanto às lexias dicionarizadas e não dicionarizadas, predominaram com 83,02% ou 220 as lexias dicionarizadas, ao passo que as demais somaram 16,98% ou 45 lexias não dicionarizadas. Em relação ao número de ocorrências das lexias apresentamos 41 lexias que ocorreram entre 05 e 158 vezes, a seguir, alguns exemplos: *tamém*, *pegô*, *cumê*, *de primero*, *mulé*, *tramela* e *bão*.

Finalmente, comparando o léxico de Águas Vermelhas (SOUZA, 2008) com o de Panorâmica (COSTA, 2011), encontramos um léxico comum que soma 38 lexias, já na comparação feita entre Passos (RIBEIRO, 2010) e Panorâmica, encontramos 32 lexias em comum do total dos dados coletados. Como ilustração de tal fato, apresentamos, a seguir, um exemplo de uma lexia comum -‘alembiar’- nas três localidades, a saber: Águas Vermelhas, Panorâmica e Passos.

- a. Costa, 2011, p. 165

Eu alembro que nós brincava de curral fazia os rebenta boi
(Entr. 5, linha 91)

- b. Souza, 2008, p. 218

Eu alembro... um mucado eu alembro... (Entr. 7, linha 9)

- c. Ribeiro, 2010, p. 214

Cê num alembra dela não. Ele era muito chique. (Entr. 10, linha 332)

Em seguida, apresentaremos alguns exemplos do glossário do léxico da comunidade de Panorâmica. Este glossário faz parte do conjunto lexical que compõe as entrevistas que constituem o *corpus* deste trabalho. Fizemos o levantamento das lexias consideradas, por nós, significativas e reveladoras da realidade sócio-histórica e cultural dos falantes da comunidade em estudo. O significado das lexias foi definido segundo a aceção constante nas entrevistas.

5. Alguns exemplos do glossário

Aculá (d) [adv.]. Naquele lugar, mais além, lá ao longe. Variante de ‘acolá’. “*fica ali oh pra cá da chapada do morro que tem aculá*” (Entr. 3, linha 75)

Balungadô (n/d) [Nm. sm. sing.]. Balanço. “*mai nós brincava nós fazia balungadô*” (Entr. 1, linha 167)

Carapina (d) [Nm. sm. sing.]. Carpinteiro. “*ele num sabia trabaia de de coisa de carço... carapina num trabaia não*” (Entr. 1, linha 87)

Inimia (d) [Nf. sf. sing.]. Diminuição do número e/ou do volume de glóbulos vermelhos ou do teor de hemoglobina no sangue. Variante de ‘anemia’. “*fui ieu fui ni escola mai quando ieu ia ni escola ieu era pequena e era muitcho atacada de inimia sabe?*” (Entr. 1, linha 59)

Isbandaiá (d) [v.]. Esbandalhar, fazer em pedaços, despedaçar, destruir. “*ieu to com vontade de isbandaiá ele e... e consertá ele mais... mais quem é fraco num tem (força) né dona Vaina?*” (Entr. 1, linha 236)

Muncado (n/d) [Nm. sm. sing.]. Tanto, quantidade indefinida. “*mais aí depois depois nós ficô morano pra lá um muncado de tempo*” (Entr. 3, linha 77)

Suverteu (d) [v.]. Soverteu, desapareceu, sumiu. “*nós num achô ele... suverteu oh*” (Entr. 3, linha 373)

Tapiá (d) [v.]. Tapear, enganar, iludir, burlar. “*porque eu acho que pra mim pô a mão tem que tê pelo menos duas pessoas e a garra tamém que eu num vô tapiá ninguém*” (Entr. 5, linha 136)

Trapim (d) [Nm. sm. sing.]. Trapinho, pedaço de pano velho ou usado. “*agora tinha o pano onde ieu pus os trapim do menino enfiado na parede lá assim*” (Entr. 3, linha 360)

Vendero (d) [Nm. sm. sing.]. Vendeiro, dono de venda. “*final de semana os vendero já tem uma arrecadação pelo menos pra eles*” (Entr. 5, linha 146)

Visage (d) [Nf. sf. sing.]. Fantasma, assombração. “*é visage... mais graças a deus Vaina ieu passo aí num vejo nada*” (Entr. 1, linha 441)

6. Considerações finais

A partir deste estudo pudemos observar o perfil sociocultural dominante na comunidade de Panorâmica, um léxico que reflete o mundo rural – plantas, animais, condutas, crenças e costumes. Esse vocabulário analisado em nossa pesquisa mostra sua estreita relação com a cultura local, grande parte da população de Panorâmica vive no meio rural sem experimentar as inovações das cidades, portanto, ainda guarda esse rico campo lexical que conta um pouco da nossa história norte mineira, ou seja, a história do português brasileiro.

Por hora, encerramos nossa tarefa e admitimos que a descrição e a análise de falas feitas encerram, em si mesmas, uma pequena parte dos aspectos no grande universo que o linguajar da região norte mineira revela. Portanto, outros estudos e reflexões fazem-se necessários para que possamos conhecer vocábulos ‘escondidos’ nos espaços rurais e urbanos norte mineiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-47.

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- COSTA, Carla Bianca Durazzo. *O léxico da comunidade de Panorâmica – Montes Claros – Norte de Minas*. 2011. Monografia (Graduação em Letras) – Unimontes – Montes Claros.
- FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade de. *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006, p. 217-234.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Ver./aum., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- LYONS, John. Linguagem e Cultura. In: *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 273-198.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 11-30, 2008.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 43-57.
- PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 33-42.
- RIBEIRO, Gisele Aparecida. *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos sertões de Jacuhy*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFMG – Belo Horizonte.
- SOUZA, Vander Lúcio. *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFMG – Belo Horizonte.

O PRIMEIRO LIVRO DAS NOITES ÁTICAS, DE AULO GÉLIO

Ana Luíza Silva de Freitas (UFJF)

analufrei@yahoo.com.br

Luís Carlos Lima Carpinetti (UFJF)

luelicarpinetti@oi.com.br

1. *Introdução*

Serão apresentados aspectos literários do primeiro livro das Noites Áticas, de Aulo Gélio como amostragem da construção desta notável obra de divulgação dos saberes da Antiguidade Clássica bem como da Literatura Arcaica. Observa-se nos relatos apresentados pelo autor uma preocupação em construir uma obra de erudição, pautada na escolha de uma linguagem rebuscada e repleta de termos arcaicos, contendo relatos sobre situações vividas por personagens célebres, no trato com questões retóricas e gramaticais, em suas discussões acerca de questões de costumes ou jurídicas e em tudo podemos encontrar, nesta obra, um caráter eminentemente enciclopédico em todas as suas situações e relatos e dela podemos haurir uma notável erudição e apreciar o diletantismo que emana de tudo o que é apresentado ao leitor.

2. *Aspectos analisados no texto:*

Nesta parte do trabalho, detalharemos os aspectos que possam informar em sua multiplicidade o texto das Noites Áticas de Aulo Gélio, dando ênfase ao Primeiro livro desta imensa obra.

2.1. *Situações de Retórica:*

Aulo Gélio traz em sua coletânea “Noites Áticas” diversos comentários acerca da vida antiga, dentre eles as situações envolvendo aspectos de retórica.

No capítulo III, o assunto é a história do lacedemônio Quilão que comete um ato contraditório para favorecer seu amigo em uma questão de justiça. São discutidos neste capítulo tópicos que envolvem as leis da amizade e a obrigação de todos para com a justiça. Também é dito que por vezes para favorecer a um amigo muitas vezes o individuo se distancia dos ditames da justiça e das leis. Discute também até que ponto al-

guém pode driblar a lei em favor de um amigo e se isso é possível sem ferir os princípios da justiça. Se ocorre a situação em que o favorecimento de um amigo pode-se dar de modo legítimo, então, nada há que impeça esse favorecimento.

O propósito de discorrer sobre essa situação é devido ao fato de que a retórica se divide em três gêneros segundo Aristóteles, dentre os quais está o gênero judiciário, que repousa sobre o justo e o injusto de cada causa que é apresentada à apreciação do juiz e que cada tipo de prova como, por exemplo, as testemunhas, são representadas por pessoas comuns e que tal situação pode se dar de que haja amizade entre autor ou réu e os depoentes que lhe prestem o auxílio em suas causas.

Cum agetur inquit aut caput amici aut fama, declinandum est de via, ut etiam iniquam voluntatem illius adiutemus. (GÉLIO, 2002, t. 1, p. 22)

Quando se trata, disse ele da vida de um amigo ou de sua honra, é preciso desviar-se da estrada para ajudá-lo no que ele quer, mesmo se for injusto.

No capítulo X, encontramos a história do filósofo Favorino que repreende a um jovem que faz uso de vocábulos inusuais e arcaicos, marcando, assim, uma comunicação excêntrica e pouco funcional. A retórica, que tem por meta a persuasão dos ouvintes pela palavra preceitua que se faça uso de palavras e discursos claros e convincentes, mas que se evite a ostentação ou a obscuridade, contrárias à boa comunicação.

“Vive ergo moribus praeteritis, loquere verbis praesentibus atque id, / quod a C. Caesare, excellentis ingenii ac prudentiae viro”, in primo de analogia libro scriptum est, habe semper in memoria atque in pectore, ut “tamquam scopulum, sic fugias inauditum atque insolens verbum”. (GÉLIO, 2002, t. 1, p. 41)

“Vive, pois segundo os costumes do passado, fala com as palavras do presente, e guarda sempre em tua memória e em teu coração, o que César, homem de um gênio e de uma sabedoria notáveis”, escreveu no seu Livro I – *De analogia* – “foge como um escolho da palavra estranha e rara”.

O capítulo XV é muito importante, pois remete à relação necessária entre filosofia e retórica. Na antiga Grécia, os Sofistas eram filósofos que se valiam da palavra para alcançar convencimento dos homens do povo, mas o faziam sem a necessária competência reflexiva, coisa que se confunde com o falatório desordenado e vazio, sem consistência e sem consequência. Ao bom orador se requer o domínio de preceitos retóricos e reflexão ajuizada da vida humana e da sociedade de modo geral. A este orador é vedado falar em abundância sem coerência e em desacordo com os princípios da reta razão. Os Sofistas falam demasiado e representam

uma origem torpe da retórica. Os charlatães, em todas as épocas, representam essa vertente quando apelam ao baixo senso comum do homem que transita pelos caminhos da vida e pelos atalhos de suas jornadas em busca de qualquer solução para as suas urgentes necessidades.

Item in libro de oratore primo verba haec posuit: "Quid enim est tam furiosum quam verborum vel optimorum atque ornatissimorum sonitus inanis nulla subiecta sententia nec scientia?" (GÉLIO, 2002, t. 1, p. 54)

Também no primeiro livro *Sobre o orador* (Cícero) escreveu o que segue: "Que há tão insensato como o repicar frívolo de palavras, inclusive as mais seléticas e formosas, sem que haja atrás delas pensamento ou ciência nenhuma".

2.2. Situações envolvendo pessoas célebres

A obra de Aulo Gélio, em seu perfil enciclopédico não poderia deixar de falar das pessoas célebres, contemporâneos seus, ou de certa proximidade de seu tempo. Ele nos traz informações que a literatura posterior nos ocultou e revela traços pitorescos dessas personalidades de que, muitas vezes, apenas sabemos o terem existido.

Pitágoras é descrito como um mestre de uma escola de formação para jovens discípulos os quais aprendiam inúmeras disciplinas, tais como: matemática, física, geometria e filosofia. A cada aprendizado correspondia um tipo de comportamento que os discípulos mantinham e seguiam, em sua rotina diária, e também correspondia um tipo de exercício específico na busca do domínio de saber próprio a cada área citada.

No capítulo XI, o enfoque passa a ser a obra histórica de Tucídides e seus numerosos aspectos relevantes de sua época em que a guerra dos espartanos contra a hegemonia de Atenas, então emergente, marca essa época e ficou imortalizada pelo texto de Tucídides em sua *Guerra do Peloponeso*. O autor ressalta as artes bélicas dos espartanos e com isso alude a força guerreira tradicional desta cidade. A obra citada pelas Noites Áticas traz um trecho antológico onde descreve com detalhes os sintomas dos indivíduos acometidos pela peste que assolou Atenas durante os combates.

No capítulo VIII, o autor nos traz ao conhecimento a história de Laís e a fama proverbial que passou a ser conhecida em toda a Grécia: de um lado a rara beleza e de outro os favores amorosos concedidos a quem se dispusesse a pagar o alto valor dos mesmos. Sotião narra a reação de Demóstenes quando soube o valor dado por Laís de dez mil dracmas.

Tali petulantia mulieris atque pecuniae magnitudine ictus expavidusque Demosthenes avertitur et discedens "ego" inquit "paenitere tanti non emo". (GÉLIO, 2002, t. 1, p. 88)

A insolência da mulher e a enormidade da quantia aterrorizam Demóstenes e o colocam em fuga; ele renuncia a ela e indo-se embora: "Eu não compro, disse ele o arrependimento a um tal preço".

3. *Análises gramaticais*

As Noites Áticas discute, entre outras coisas, questões gramaticais em sua busca de uma linguagem erudita, bem como, o próprio interesse em cultivar o conhecimento da língua latina e como é utilizada pelos autores e como se aplica as diversas situações da vida romana.

No capítulo IV, o autor descreve Antônio Juliano como alguém bastante perspicaz e atento ao uso das palavras e das sutilezas que juntas podem suscitar. O caso em questão, observado por Antônio Juliano, é um entimema no qual Cícero utiliza para a dívida de dinheiro o verbo *debet* e para a dívida de reconhecimento o verbo *habet*. Cícero se expressa do seguinte modo:

Cicero autem," inquit "cum gratiae pecuniaeque debitionem dissimilem esse dixisset eiusque sententiae rationem redderet, verbum "debet" in pecunia ponit, in gratia "habet" subicit pro "debet"; ita enim dicit: "gratiam autem et qui refert habet, et qui habet, in eo ipso, quod habet, refert." (GÉLIO, 2002, t. 1, p. 28)

Ora Cícero depois de ter dito que a dívida de reconhecimento e a dívida de dinheiro são diferentes e de ter-se dado conta desta afirmação, se serve da palavra *debet*, ele deve, no caso de dinheiro, mas para o reconhecimento ele substitui *habet*, ele reserva *debet*:ele fala assim: "O reconhecimento aquele que o rende, ou guarda *habet*;e aquele que o guarda, pelo próprio fato que o guarda, o rende".

No capítulo VII, o autor traz à tona um trecho do quinto discurso contra Verres no qual o particípio *futuram* se confunde com *futurum*. O esforço de reflexão sobre essa questão vai ao encontro da defesa da pureza da língua de Cícero que se sobrepõe as imprecisões do texto de Plauto e de outros autores dos quais cita o emprego de particípios futuros, mas que defende que Cícero não tenha utilizado o particípio com a intenção de concordar com qualquer gênero que seja. Ainda nesse capítulo, o autor chama a atenção para a sonoridade de termos latinos e mostra sua preferência para *explicauit* em vez de *explicuit*, apesar da popularidade desta última forma. O mesmo se dá com *potestatem* que ele prefere a *potestate* por razões de sonoridade.

4. Aspectos da literatura arcaica

O autor reage a que as obras e autores antigos caíam no esquecimento quando justamente deveriam ser apreciados como depositários dos valores da tradição e da história romana.

Ao falar dos autores já esquecidos pela sua época tece comentários acerca do vocábulo *mille* que por eles é usado como numeral singular. Por exemplo, em *Quadrigário*, o autor lembra o emprego da forma *occiditur* em vez de *occiduntur* junto ao numeral *mille*. Outros fizeram o mesmo, tais como: Lucílio, Varrão, Marco Catão e Marco Cícero. É importante ressaltar que *Quadrigário* é autor analista bem como Ênio e Nêvio, quando os manuais de literatura latina não citam *Quadrigário*, como também não citam Pacúvio, comediógrafo de época recuada lembrado, por exemplo, no discurso *Em defesa de Sexto Róscio Amerino*, quando Cícero fala do filho de Sexto Róscio que vivia em Améria.

No capítulo XIX, o autor relata como os livros Sibílinos vieram a ser fonte de consulta no momento de tomar decisões importantes para o Estado. Conta que no reinado de Tarquínio uma senhora etrusca veio lhe trazer e oferecer nove livros portadores de oráculos divinos e que, diante da recusa de Tarquínio em comprá-los, a senhora queimou três livros em um braseiro e depois queimou mais três livros, restando a Tarquínio a única alternativa de comprar os três livros restantes. Depois os livros passaram a ser a fonte de consulta de oráculos e ser objeto de reverência entre os romanos.

5. Aspectos da diatribe

A definição que André Oltramare (1926) dá de diatribe é que esta constitui uma corrente moralizante popular e que é constituída por uma estrutura de diálogo com um interlocutor fictício e que o supera ou o condena e assim torna patente o ensinamento moral.

O capítulo XVII é um exemplar dessa vertente na obra de Aulo Gélío da qual estamos apresentando uma amostra. São discutidos os deveres que têm entre si e um para com o outro o esposo e a esposa. É importante lembrar o papel que tem a reflexão moral na civilização romana e no legado para a posteridade e que desta forma a obra de Aulo Gélío não se omite quanto a esse aspecto.

6. *Notas de conclusão*

Procuramos mostrar, ainda que de forma incipiente e também de forma resumida, aspectos dos quais a obra de Aulo Gélío nos enriquece e instrui. Sua leitura ainda nos ocupará, pois há muito interesse em aprender sobre a antiguidade com uma obra tão multifacetada como esta e então aprofundar as noções acerca do legado da civilização romana, quando esta obra se nos apresenta como verdadeira enciclopédia dos estudos clássicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULO GÉLIO. *Les Nuits Attiques*. Livres I-IV. Texte établi et traduit par René Marache. Paris: Les Belles-Lettres, 2002.

_____. *Noches áticas*. Edición de Santiago López Moreda. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literária*. Fundamentos de uma ciência de la literatura. 3 vol. Madrid: Gredos, 1991.

OLTRAMARE, A. *Les origines de la diatribe romaine*. Lausanne-Genebra: Payot, 1926.

SEABRA FILHO, José Rodrigues. *Noites áticas: estudo e tradução*. Tese. São Paulo, FFLCH-USP, 2008.

**O PROCESSO DE ESCRITURA
DO ROMANCE *NHÔ GUIMARÃES* DE ALEILTON FONSECA**

Adna Evangelista Couto dos Santos
adnacouto@gmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
rerqueiroz@uol.com.br

1. Introdução

O surgimento da escrita aparece como um marco entre a história e a pré-história. As sociedades buscavam se desenvolver e a partir desse desenvolvimento os homens sentiram a necessidade de registrar os acontecimentos de suas gerações. A escrita se insere nesse contexto como peça fundamental para esses registros e para a construção de um legado cultural das civilizações.

A escrita percorreu um longo caminho de desenvolvimento até os dias atuais. Desde as manifestações mais primitivas, que eram chamadas de pictografias ou imagens simbólicas, até os mais complexos textos na era digital, a produção escrita passa a ser um referencial de desenvolvimento das sociedades.

Este trabalho é parte de minha dissertação de mestrado e tem como objetivo apresentar alguns aspectos do processo de criação do romance *Nhô Guimarães*, do escritor baiano Aleilton Fonseca, como também seu perfil autoral através de sua vida e obra, mostrando a sua representatividade no cenário da literatura brasileira.

2. O autor e o romance *Nhô Guimarães*

O escritor Aleilton Fonseca é um autor baiano da geração 80 (1980). Suas obras marcam esse período com textos que revelam uma geração de jovens autores com grande qualidade literária e forte representação acadêmica. Como amante das letras e da poesia, enveredase pelo caminho da lírica e da produção de poemas, mas é como romancista que se destaca e provoca repercussão literária no âmbito nacional e também internacional. Aleilton (Santana da) Fonseca nasceu em Itamirim, hoje Firmino Alves - Bahia, no dia 21 de julho de 1959. É casado e tem dois filhos. É poeta, ficcionista, ensaísta e professor universitário. Em 1963, sua família se fixou em Ilhéus-Bahia, onde o

escritor viveu a infância e a adolescência, cursou até o primeiro ano do segundo grau, escreveu e publicou seus primeiros textos em jornais.

O escritor baiano começa a produzir seus textos ainda no segundo grau, motivado pelas lições e leituras de poemas, crônicas e romances. Em 1977, ingressou na EMARC, escola de Uruçuca – Bahia, onde se formou em Técnico Agrimensor, mas nunca foi buscar o diploma. Nesse ano começa a publicar contos e poemas no *Jornal da Bahia*, de Salvador, tendo vencido três vezes o seu Concurso Permanente de Contos. Publica também no suplemento “A Tarde/Novela”, de *A Tarde*, jornal que tem circulação nacional.

Em Ilhéus passa a assinar a coluna "Entre Aspas", no *Jornal da Manhã*. Em dezembro de 1977, aos 18 anos, sai sua primeira entrevista, no *Jornal da Bahia*, quando é apresentado por Adinoel Mota Maia como um novo escritor que surgia no sul da Bahia. Ainda neste ano, vence um prêmio de contos da Editora Grafipar, do Paraná. Mesmo sendo um escritor baiano e apaixonado por sua região, sua escrita ultrapassa os parâmetros regionalistas. Homero Vizeu Araújo, professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e atuante na área de Literatura Brasileira, além de escritor de livros, textos jornalísticos e artigos científicos, faz um comentário sobre essa perspectiva regionalista

O assunto de Aleilton Fonseca tende a ser o que se convencionou chamar de regionalismo em literatura brasileira, isto é, a vida rural no âmbito da modernização incompleta do Brasil. Mas olhando de mais perto a qualidade salta aos olhos; há ritmo na prosa que parece de fala mansa e pausada, o aproveitamento do vocabulário às vezes arcaizante não cai no pitoresco. E o assunto é, na verdade, matéria mais fina: os ritos de passagem para a maturidade. (ARAÚJO, 1998, *on line*)

Em 1979, ingressa no curso de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e se transfere para Salvador, que adota como seu ambiente de formação cultural. Organiza seu primeiro livro de poemas, que recebe Menção Honrosa no Concurso Prêmios Literários da Universidade Federal da Bahia – 1980 e é, logo depois, selecionado para abrir a série de poesia da Coleção dos Novos, da Fundação Cultural do Estado da Bahia, que publicou 14 novos autores baianos no início da década de 1980 e fixou o perfil da Geração 80 no estado.

Em 1981 publica o seu primeiro livro, *Movimento de sondagem* (Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1981) que recebeu, entre outros, a atenção de Carlos Drummond de Andrade, que lhe escreveu uma carta de incentivo e de Rubem Braga, que publicou dois de

seus poemas na coluna “A Poesia é Necessária”, na *Revista Nacional*, semanário que circulava encartado nos principais jornais das capitais.

Ainda em 1981, começa a ensinar língua portuguesa no ensino fundamental, criando uma oficina literária, cuja produção discente era publicada em murais, em coletânea e nos suplementos infanto-juvenis de jornais, como o JOBA, do extinto *Jornal da Bahia*. Conclui o curso de Letras e passa a lecionar literatura e língua portuguesa. Em 1984, ingressa como professor no curso de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), transferindo-se para a cidade de Vitória da Conquista, e ainda neste mesmo ano publica o livro de poemas *O espelho da consciência* (1984).

Em 1988, especializa-se em literatura brasileira, ao ingressar no Mestrado em Letras, na Universidade Federal da Paraíba. Fixa-se com a família em João Pessoa. Em 1990 retorna às atividades na UESB, trabalhando no curso de Letras, divulgando literatura, incentivando a formação de leitores de poesia através de cursos preparatórios para professores.

Em 1992 defende dissertação de mestrado sobre música e literatura romântica, que foi publicada em livro em 1996, pela Editora 7 Letras, do Rio de Janeiro, com o título: *Enredo romântico, música ao fundo: manifestações lúdico-musicais no romance urbano do romantismo*. Passa a publicar ensaios e resenhas em suplementos de jornais e em revistas universitárias.

Em 1993 ingressa no Doutorado em Literatura Brasileira, na Universidade de São Paulo, fixando-se com a família na capital paulista. Em 1994, publica, em edição artesanal, o metapoema *Teoria particular (mas nem tanto) do poema*. Conclui o doutorado na USP em 1997, com a defesa da tese intitulada: *A poesia da cidade: imagens urbanas em Mário de Andrade*.

Ainda em 1996 retorna a Salvador, onde fixa residência até a atualidade. Retoma suas atividades, junto aos demais escritores da Geração 80. Organiza com Carlos Ribeiro o livro *Oitenta: poesia & prosa* (Coletânea comemorativa dos 15 anos da Coleção dos Novos), Salvador: BDA-Bahia, 1996, que serviu de base para a definição da Geração 80 na antologia *A Poesia na Bahia no século XX*, organizada por Assis Brasil (Rio de Janeiro: Imago, 1999).

Concorre aos "Prêmios Culturais de Literatura" da Fundação

Cultural do Estado da Bahia, com o livro *Jaú dos Bois*, que recebe do jornalista e escritor do livro: *As máscaras singulares*, o seguinte comentário no “Jornal da Tarde”.

O livro (*Jaú dos Bois*) compõe-se de cinco contos, que demonstram uma virtude poucas vezes encontrada na atual literatura brasileira: o domínio da técnica formal a serviço de uma sensibilidade aguçada. O autor, também poeta (dos bons) e professor universitário, consegue resgatar o lirismo das histórias comuns, sem em momento algum cair no simplismo nem na pieguice. (RUFFATO, 1999, *on line*)

A obra fica entre os vencedores (3º lugar) e é publicada pela Relume Dumará, no Rio de Janeiro, em 1997. O livro esgota rapidamente, obtendo expressiva acolhida da crítica, com vários artigos, tornando-se objeto de estudo em cursos de Letras, na Bahia. O escritor e jornalista Cid Seixas comenta

O contista Aleilton Fonseca sabe juntar a profusão de sentimentos vivos do seu universo ficcional num espaço definido e preciso: o espaço da escrita, pondo as palavras a serviço do seu dizer. Nenhum gesto de personagem se perde dos olhos, nenhuma palavra se perde do ouvido, tudo conduz ao ponto indicado pela mão do escritor. (SEIXAS, 1998, *on line*)

Em 1998, funda, em parceria com Carlos Ribeiro e outros escritores, “Irarana, revista de arte, crítica e literatura”, periódico de divulgação da Geração 80. Retoma suas atividades na UESB lecionando, orientando bolsistas de iniciação científica, e também de monitoria em literatura.

Em 1999, transfere-se para a Universidade Estadual de Feira de Santana, integrando-se ao grupo fundador do curso de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural (PPgLDC), tendo já orientado várias dissertações concluídas. Como professor do mestrado, desenvolve pesquisas sobre a representação lírica da cidade na poesia moderna e contemporânea, com o projeto “Imagens urbanas na Literatura”. Como parte disso, pesquisa a representação de imagens da Bahia na poesia brasileira. Como professor pesquisador, orienta trabalhos e dissertações de alunos de pós-graduação e de iniciação científica, na área de literatura baiana e brasileira.

Em 2001 publica a primeira edição do livro de contos *O desterro dos mortos*. Em 2003 leciona, como professor convidado, na Universidade de Artois (França). Neste ano e nos seguintes faz palestras nas universidades: Sorbonne Nouvelle, Nanterre, Artois, Rennes, Toulouse Le Mirail (França) e ELTE (Budapeste). Tem participado de

diversos eventos universitários e culturais em vários estados do país. Nesse ano recebeu o Prêmio Nacional Herberto Sales – Contos, da Academia de Letras da Bahia, com o livro *O canto de Alvorada*, publicado em 2003, com 2ª edição em 2004, pela Editora José Olympio, do Rio de Janeiro. O A Tarde Cultural, em 2005, traz um comentário do crítico literário e jornalista Hélio Pólvora:

Nas sete narrações de O Canto de Alvorada (Alvorada, aqui, sendo nome de um galo de briga, dos tempos das rinhas que o ex-presidente Jânio Quadros quis banir), ele se refere a ciclos de vivências que deveriam entrar no conto, mas que se encontram ainda em processo de fermentação ou de montagem. Há que argamassá-los intemporalmente para que resultem em novos suportes do relato ficcional. (PÓLVORA, 2005, *on line*)

Em 2005 coorganiza (com o escritor Cyro de Mattos) o livro *O triunfo de Sosígenes Costa: estudos, depoimentos, antologia* (Ilhéus: Editus; Feira de Santana, UEFS Editora, 2005), que recebeu o Prêmio Marcos Almir Madeira 2005, da União Brasileira de Escritores-RJ. Participa de várias antologias e coletâneas de poesia e de prosa, no Brasil e no exterior. Tem livros inéditos em poesia, infanto-juvenil, contos e ensaios. O autor se destaca como contista, mesmo sendo um bom escritor de livros e poemas. A habilidade na arte de escrever contos e sua linguagem intensa recebem destaque nas palavras de André Seffrin, crítico literário e ensaísta brasileiro:

No conto de Aleilton Fonseca, a literatura é uma iluminação da vida. É como se o contista dissesse com o poeta: eu tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo. Suas histórias são intensamente vividas, como se fossem casos que se contam no momento mesmo em que são vividos, com a presença inusitada, vez ou outra, do narrador, que interfere no sentido de arrumar o elenco desse grande teatro que é a vida. (SEFFRIN, 2002, *on line*)

É interessante notar como suas obras privilegiam as experiências da vida. Isso faz com que a escrita se aproxime mais do leitor. Essa característica permite uma forte interação entre o leitor e a obra, facilitando, conseqüentemente, o processo comunicativo que deve existir na leitura de texto. Outro recurso de criação do autor é a leitura de contos ou trechos de contos antes de suas versões definitivas. A citação seguinte destaca outra característica significativa do autor, que é sua habilidade vocabular, como se apropria das palavras e as apresenta com muito prazer de entendimento e aplicação, a maneira como relaciona determinadas palavras a lembranças de sua infância, episódios e até fisionomias é digna de ressalva.

É sintomático, também, que o contista Aleilton conjugue numerosas vezes o verbo escavar e os substantivos que lhe estão associados. Ao escavar, ele

seleciona palavras e as saboreia. O contista as toma no paladar, sente-lhes o gosto, o peso, o nível de expressão. Há nesse conúbio com as palavras um prazer por assim dizer sensual. O escritor escava lembranças, que se identificam através de palavras, escava rostos e episódios da infância – e essa garimpagem permanente lhe rende histórias (vai esse termo, para mim preferível a estórias) dignas de reflexão. (PÓLVORA, 2005, p. 4)

A linguagem de Aleilton Fonseca é acessível ao leitor, os enredos são simples, não no sentido de simplórios, mas no sentido de próximos do leitor. Ricardo Vieira Lima, crítico literário, jornalista e poeta, reforça esse pensamento na citação abaixo:

As histórias de Aleilton Fonseca não buscam o exotismo temático e/ou linguístico. Os enredos são simples, embora não simplistas. Como narrador, não lhe atrai a possibilidade de criar situações complexas, repletas de acontecimentos, ou traçar minuciosos painéis descritivos. Interessa-lhe, sobretudo, retratar a paisagem interior de seus personagens, e perscrutar seus dramas íntimos. Por isso, seus contos emocionam e cativam o leitor, que, em última análise, é seduzido ainda pela alta densidade humana que provém dessas páginas. (LIMA, 2003, on line)

As observações dos críticos se voltam para a linguagem intimista e acessível, para a veracidade dos enredos e também para a maneira como o autor saboreia as palavras e compartilha esse prazer da escrita com o leitor. Essas características mostram um perfil que se traça ao longo de sua carreira como escritor.

Quando se visualiza isso através dos periódicos, há uma possibilidade de concretização de concepções e ao mesmo tempo uma liberdade para novas leituras sobre uma biografia. Segundo Lima (2003), ao pesquisador cabe revelar a existência dos documentos, para que novos estudos possam ser desenvolvidos, assim como é sua a tarefa de, através da interpretação e da leitura crítica, fazer a documentação falar.

Aleilton Fonseca é cofundador e coeditor de “Irarana, revista de arte, crítica e literatura”, editada em Salvador desde 1998, já no n.13. É coeditor de “Légua & Meia - Revista de Literatura e Diversidade Cultural” do PPG/LDC/UEFS. Foi editor da revista “Heléboro” (UESB, 1997-98). Participa da comissão editorial das revistas “Politeia” (UESB), “Ágere” (UFBA) e “Floema” (UESB) e tem colaborado com revistas e suplementos literários, no país e no exterior.

Além das publicações no Brasil, o escritor também publica na França e se destaca internacionalmente. Em 2006, publicou poemas em francês, traduzidos por Dominique Stoenesco, na edição especial da revista *Autre Sud*, de Marselha/França, no dossiê poético *Voix croisées*

Brésil-France. O próprio Dominique Stoenesco, jornalista francês, comenta o estilo do escritor em depoimento à Revista "Latitudes" em Paris.

Numa prosa simples e elegante, num rigor estilístico invulgar, e com ingredientes vários oferecidos pelo cotidiano, Aleilton Fonseca fixa cenas e tipos do interior rural ou da cidade, com grande sensibilidade artística e humana, acompanhada por uma sutil análise psicológica. (STOENESCO, 2001, *on line*)

É importante destacar que o comentário de Dominique Stoenesco não diz respeito aos poemas que ele traduziu, mas às obras escritas em prosa, às narrativas, aos contos, o que sugere uma suposição de que ele pesquisou e leu outras obras do escritor e acabou por expor algum tipo de predileção.

Ainda em 2006, participa do dossiê bilíngue de poesia português/francês da revista "Irarara" n.11. Publica também *Nhó Guimarães* pela Editora Bertrand Brasil. O romance relata a vida de uma senhora com idade avançada, uma mulher simples, do interior, que conta histórias que vivenciou ou ouviu de outras pessoas. O autor cria essa narradora do cotidiano, simples e experiente ao mesmo tempo. Em várias obras do escritor, há essa criação de narradores saudosos, que conseguem alcançar uma simplicidade de alta qualidade, algo que se objetiva e se almeja na literatura. A romancista e acadêmica Glaucia Lemos e o escritor, ensaísta, crítico literário e professor da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Flávio Carneiro falam, nas citações abaixo, sobre essa perspectiva:

Aleilton Fonseca é um criador que vive plenamente as suas criações, quando as apresenta, sendo, a um só tempo, todas elas, e cada uma delas no singular da personalidade que lhe atribui. É um narrador espontâneo, cujas histórias são contadas como se vividas fossem, numa simplicidade de alto nível, como se quer a simplicidade literária. Um autor antológico, sem dúvida. (LEMO, 1999, *on line*)

Há sempre um narrador que desfia suas lembranças diante do leitor, promovendo, pelas artimanhas sutis da memória, o reencontro imaginário com pessoas queridas. São histórias de saudades - de um filho, um avô, uma irmã mais velha, um amigo dos tempos de escola. (CARNEIRO, 2002, *on line*)

Ainda em 2006, o jornal "A Tarde" do dia 16 de abril, publica uma reportagem sobre a literatura baiana e seu despertar literário. Com o título: "Novo olhar para a literatura baiana", o jornal destaca a importância desses estudos e o trabalho que críticos e professores de literatura têm feito em sala de aula. O escritor Aleilton Fonseca aparece

como um importante incentivador dessas pesquisas sobre escritores baianos e suas obras. O texto, inclusive, destaca que Aleilton Fonseca, futuramente, será também objeto de estudo do projeto. Abaixo um trecho da reportagem do escritor e literário Carlos Ribeiro:

Houve uma mudança que passou a valorizar não só o cânone dos grandes escritores”, diz Evelina Hoisel, coordenadora da pós-graduação e ex-diretora do Instituto. [...] Voltado para o estudo de autores que exercem a atividade de escritor, professor de letras, crítico e de literatura, o projeto vem enfocando autores baianos como Ruy Espinheira Filho, Cleise Mendes, e em breve, Aleilton Fonseca e Ildásio Tavares. (RIBEIRO, 2006, p. 3)

Em 2009 completou 50 anos e foi homenageado pelo *Lycée des Arènes*, em Toulouse-França, com uma exposição de trabalhos de alunos sobre seu livro *Les marques du feu*. Na Bahia foi homenageado pelo Instituto de Letras - UFBA, através de um seminário sobre sua obra, e também pela Academia de Letras da Bahia. Neste mesmo ano, seu romance *Nhô Guimarães* foi adaptado para o teatro e encenado em Salvador e outras cidades.

É correspondente da revista francesa *Latitudes: cahiers lusophones*. Desde 2005, pertence à Academia de Letras da Bahia, ocupando a cadeira n. 20. Sua posse aconteceu no dia 15 de abril de 2005, tendo sido anunciada como reportagem de capa no Jornal “A Tarde”, no suplemento A Tarde Cultural e foi intitulada como: “Sopro de juventude – Integrante da geração 80, o escritor Aleilton Fonseca inaugura uma nova época na Academia de Letras da Bahia ao tomar posse no próximo no dia 15”. (MACHADO, 2005, p. 3)

O ano de 2005 foi marcante na carreira do escritor, a partir da posse na Academia de Letras ocorre uma forte repercussão da trajetória do escritor e da consolidação e reconhecimento de sua obra, isso se divulga também através dos periódicos. No dia 24 de abril de 2005, o jornal “Tribuna Feirense” publica no caderno Tribuna Cultural três reportagens sobre o escritor. A primeira intitula-se “Exercício de imortalidade”, na qual fala sobre o dia da posse e apresenta uma entrevista que destaca os planos e projetos do escritor. Abaixo um trecho da entrevista

T.C. – Quem é o patrono da cadeira que você está ocupando e como é suceder o jornalista Cruz Rios?

A. F. – A cadeira 20 tem como patrono o jurista Augusto Teixeira de Freitas (1816-1883), e como fundador o jurista Carlos Gonçalves Ribeiro. [...] O meu antecessor, Cruz Rios, exerceu o jornalismo em A Tarde, durante toda sua vida, deixou mais de mil artigos escritos [...] Sucedê-lo é uma honra.

(TRIBUNA FEIRENSE, 2005, p. 1)

A segunda reportagem trata do conto “Nhô Guimarães”, que foi publicado no livro *Desterro dos mortos* (2001), e que posteriormente foi reformulado pelo escritor, transformando-se no romance *Nhô Guimarães*, que foi publicado em 2006, um ano depois dessa reportagem. Abaixo um pequeno trecho da notícia que foi escrita por Jessé de Almeida Primo, um aluno de graduação de Letras da UEFS, na época, e autor de alguns artigos publicados em suplementos literários de jornais, comentário que certamente gerou muita polêmica e reflexão.

Apesar de todo gosto por este conto, parece-me as vezes que o autor “forçou a mão” ao utilizar a Academia Brasileira de Letras como causa de um drama existencial da mais alta ordem, a qual chega aos picos da tensão de Arjuna que se angustia ao saber que deverá travar uma feroz batalha. (PRIMO, 2005, p.2)

A terceira reportagem fala sobre *O Canto de alvorada* e apresenta perfil e características de estilo do escritor. Isso é demonstrado no trecho da reportagem a seguir, um comentário do engenheiro e escritor brasileiro Whisner Fraga:

Aleilton é um contista clássico, não esperem, portanto, ousadias linguísticas, manobras incompreensíveis ou pedantismo narrativo. As histórias d’O Canto de Alvorada são apresentadas com início, meio, clímax, final surpresa e umas passagens de suspense, salpicadas aqui e ali, quando o autor percebe resvalar o perigoso terreno da monotonia [...]. É um autor de frases límpidas, poéticas, despojadas, livres das adjetivações gratuitas [...]. (FRAGA, 2005, p. 3)

3. Etapas iniciais do processo de criação do romance Nhô Guimarães

Toda obra literária que chega às livrarias, já publicada, passa por um longo processo de produção. Muitos leitores não imaginam todo o labor de um escritor na produção de seus textos. Alguns escritores, inclusive, iniciam um texto com uma proposta de gênero e no decorrer do processo de escrita o modificam.

O romance *Nhô Guimarães*, que pode ser caracterizado como uma narrativa escrita em prosa e traz em seu contexto uma espécie de homenagem ao escritor João Guimarães Rosa, no cinquentenário do livro *Grande Sertão: veredas*, é um romance completo e independente, pois transcende a homenagem e ganha vida própria. Aleilton Fonseca trabalha a linguagem de forma imaginativa e cria uma personagem que, ao narrar histórias e “causos” em boa parte inspirados no imaginário popular

brasileiro e no vasto universo rosiano, relembra seu velho amigo Nhô Guimarães. O livro conta a vida dessa personagem, uma mulher simples, do interior, que conta histórias que vivenciou ou ouviu de alguém.

É uma obra de 176 páginas, que teve sua primeira edição em 2006, pela Editora Bertrand Brasil. O romance é dividido em 36 capítulos e, apesar de haver um “causo” em cada um deles (à exceção do primeiro e último capítulos), há uma ligação entre todos. Essa liga, esse laço, é justamente a amizade da personagem e do seu falecido marido com “Nhô Guimarães” e a esperança que ela tem de ainda poder encontrar, ao menos uma última vez, com “Nhô Guimarães” e com o filho que se perdera na cidade.

O formato final da obra se apresenta como romance, mas o processo de criação se iniciou com a proposta de um conto. Em entrevista com Aleilton Fonseca, o escritor revelou que *Nhô Guimarães* surgiu primeiramente no formato de um conto, que inclusive foi publicado em uma de suas obras intitulada como *Desterro dos mortos*, em 2001. Aparentemente o conto foi dado como concluído, mas, segundo o próprio, a voz narrativa ainda o incomodava, partindo dessa situação ele afirmou que voltou ao texto e começou a transformar o conto em uma novela.

Quando o escritor mandou para a editora, ainda não se sentia completamente satisfeito, sentiu que faltava algo no texto e pediu mais tempo para finalmente transformar a novela em um romance, só assim se deu por satisfeito e publicou o livro *Nhô Guimarães*, em 2006, pela Editora Bertrand Brasil. O trecho a seguir revela como surgiu *Nhô Guimarães*:

Nhô Guimarães surgiu com a ideia de um conto no ano 2001, que de fato eu escrevi o conto *Nhô Guimarães* que foi publicado no livro *Desterro dos mortos* (2001), e pronto dei o caso como encerrado, mas eis que com o passar de alguns anos, aquela narradora que tinha aparecido e tomado fluxo da linguagem do conto me voltava à consciência, eu sentia que aquela narrativa não estava conclusa no conto, que havia muito mais a narrar. Até que um dia eu voltei ao computador, abri o conto e senti que naquele conto havia momentos, passagens, que poderiam responder por uma história de base e entre as passagens daquela história de base poderiam ser inseridas essas outras histórias que a narradora queria ditar para que eu digitasse no texto. E assim eu pensei que aquele conto ia se tornar uma novela. Em algumas versões eu tenho a configuração de uma novela, em que a história de base é segmentada e entre esses segmentos se desenvolve outras passagens. (Trecho da entrevista com Aleilton Fonseca, 2010)

O processo de criação de uma obra é tão dinâmico que o texto, na

sua mobilidade, pode sofrer inúmeras alterações, inclusive de gênero, como é o caso de *Nhô Guimarães*, que começou como um conto, foi transformado em uma novela e, por fim, em um romance.

4. Considerações finais

Este trabalho nos remete a visualizar o perfil do escritor baiano Aleilton Fonseca, sua representatividade no cenário da literatura brasileira e também estrangeira. Isso se demonstra ao perceber suas obras, sua carreira profissional e também a opinião de personalidades da literatura e do jornalismo que por intermédio de suas críticas expõem diversas perspectivas de atuação do escritor. O seu estilo, porém, é mais perceptível por meio da possibilidade de análise do seu processo de escritura, onde o texto indica os caminhos para que possa enxergar as marcas de quem o escreve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Homero Vizeu. Jáú dos bois. *Zero Hora*. Porto Alegre, 7 mar. 1998. Disponível em: <http://aleilton.blogspot.com/2009/07/jau-dos-bois.html>. Acesso em: 10 out 2010.

CARNEIRO, Flávio. Ideias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 fev. 2002. Disponível em <http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 12 set 2010.

FRAGA, Whisner. *Tribuna Feirense*. Feira de Santana, ano 3, n. 136. 24 abr. 2005, p. 3.

LEMOS, Gláucia. *O escritor*. União Brasileira de Escritores. São Paulo, 1999., Disponível em: <http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 12 set 2010.

LIMA, Ricardo Vieira. *A Tarde*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 15 set 2010.

MACHADO, Suza. Sentença de vida. *A Tarde Cultural*. Salvador, 9 abr 2005, p.4.

PÓLVORA, Hélio. Andarilho por vocação. *A Tarde Cultural*. Salvador, 9 abr 2005, p. 3.

_____. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 nov. 2003.

Caderno,2.,Disponível,em:;<http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 16 out 2010.

PRIMO, Jessé de Almeida. *Tribuna Feirense*. Feira de Santana, ano 3, n. 136. 24 abr.2005, p. 2.

RIBEIRO, Carlos. *A Tarde*. Salvador, 16 abr. 2006, Caderno 2, p. 3.

RUFFATO, Luiz. *Jornal da tarde*. São Paulo, 8 maio 1999. Caderno,de,Sábado.,Disponível,em:;<http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 18 out 2010.

SEFFRIN, André. Prosa e verso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2002. Disponível,em:;<http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 20 out 2010.

SEIXAS, Cid. *A Tarde*, Salvador, 27 jul. 1998. Disponível em <http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 25 set 2010.

STOENESCO, Dominique. *Latitudes: Cahiers Lusophones*. Paris, n. 12,,sep.,2001.,Disponível,em,<http://aleilton.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 17 set 2010.

O PROJETO NORMA ORAL DO PORTUGUÊS POPULAR DE FORTALEZA – NORPOFOR

Aluiza Alves de Araújo (UECE)
aluizazinha@hotmail.com

1. *Palavras iniciais*

Por muito tempo, os linguistas tiveram sua atenção voltada para afirmações não fundamentadas empiricamente. Com o advento dos estudos sociolinguísticos, a linguística passa a se preocupar com a língua em uso. No Brasil, como consequência deste fato, começaram a ser criados projetos de formação de *corpora* de língua falada, possibilitando, assim, descrever e analisar o Português Brasileiro sob nova ótica.

É neste contexto que, na década de 70 do século passado, teve início o pioneiro projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC), desenvolvido em cinco capitais brasileiras, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, com o objetivo de investigar e descrever o falar culto do português brasileiro. Constituído, exclusivamente, por informantes com nível superior completo, este *corpus* controla as variáveis tipo de registro, faixa etária e gênero. Este banco de dados vem sendo ampliado com a gravação de novas entrevistas feitas por meio do recontato de falantes da década de 70 e pela constituição de uma nova amostra complementar (<http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj>).

Nas décadas seguintes, outros projetos foram surgindo em diversas regiões do país com o propósito de investigar e descrever variedades linguísticas do português brasileiro, tais como: o VARSUL (Variação Linguística no Sul do Brasil) que, iniciado em 1982, apresenta amostras de fala dos três estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), levando em conta etnia, nível de escolaridade, idade e gênero (<http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul>); e o VALPB (Variação Linguística da Paraíba) que foi criado em 1993 e é formado por 60 informantes distribuídos, igualmente, em função do gênero, da faixa etária e dos anos de escolaridade, conforme Hora e Pedrosa (2001).

No que diz respeito ao falar fortalezense, há dois bancos de dados que se destacam por seu representativo número de informantes: o POR-CUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza) e o NORPOFOR (Norma Oral do Português Popular de Fortaleza). Estes dois *corpora*, ambos desenvolvidos com o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE),

adotaram na sua constituição os mesmos procedimentos utilizados pelo NURC na seleção dos informantes e na coleta dos dados.

O PORCUFORT, constituído por 72 informantes, estratificados de acordo com o gênero, a faixa etária e o tipo de registro, tinha o objetivo de organizar um banco de dados da variedade urbana culta da língua portuguesa falada pelos fortalezenses (ARAÚJO, 2000). Este projeto foi coordenado pelo professor José Lemos Monteiro, no período de 1993 a 1995, e, na sua execução, contou com a colaboração de 04 alunas do curso de graduação em Letras da UECE. Desde então, o PORCUFORT vem sendo a única fonte de dados sobre a norma culta oral de Fortaleza para a produção de trabalhos acadêmicos na graduação e na pós-graduação de todas as universidades sediadas no Ceará e de outros estados da federação. Este banco de dados encontra-se totalmente transcrito e digitalizado.

O projeto NORPOFOR foi idealizado com o objetivo de constituir um banco de dados sobre o falar popular dos fortalezenses. Face à inexistência de um *corpus* que fosse suficientemente representativo dessa variedade do ponto de vista quantitativo e que controlasse as variáveis gênero, faixa etária, escolaridade e tipo de registro, surgiu a motivação para elaboração do NORPOFOR. Este projeto, coordenado pela professora Aluiza Alves de Araújo, recebeu, durante a sua fase de coleta de dados, a valiosa contribuição do professor Kilpatrick Müller Campelo que, na época, era professor substituto da UECE. É imprescindível dizer que sem a participação dos alunos do curso de graduação em Letras da UECE, o NORPOFOR não teria um número tão elevado de informantes e o número de transcrições seria ainda muito reduzido.

2. *O modelo teórico-metodológico*

Na década de 60, quando Weinreich, Labov e Herzog (1968) propõem um modelo teórico que se preocupava, principalmente, em descrever as regras variáveis do sistema linguístico, considerando os fatores linguísticos e sociais, surgiu, no cenário linguístico, a Teoria da Variação e Mudança Linguística.

Nesse modelo, também denominado de Sociolinguística Variacionista, não há espaço para se pensar em um sistema linguístico abstraído do uso real que se faz da estrutura de uma dada língua, porque o sistema só existe enquanto uso, não sendo possível dissociá-lo do contexto em que se concretiza. Por isso, a explicação para o fenômeno da variação

não se encontra apenas nos fatores linguísticos, ou internos à língua, mas também nos fatores sociais, ou extralinguísticos.

De acordo com a proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968), a língua passa a ser vista como um sistema heterogêneo e organizado, o que significa dizer que a estrutura linguística comporta variação sistematizada, pois, se não pudesse ser sistematizada, como seria possível explicar o fato da variação não interferir na comunicação dos membros de uma comunidade. Segundo os autores, por trás do mundo aparentemente caótico da variação, há regularidades passíveis de definição que possibilitam à língua manter sua sistematicidade. Por isso, segundo Alkmin (2001, p. 33), deve-se entender “a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico”.

Para Labov (1972), a língua é um fenômeno eminentemente social e, em decorrência disso, reluta em aceitar o termo sociolinguística, porque o autor não concebe uma linguística que não seja sociolinguística. No entanto, aceita o uso desse termo para que se estabeleça a diferença entre os estudos baseados em dados intuitivos (linguísticos) daqueles baseados em dados reais obtidos através da recolha de gravações de interações orais ou da coleta de textos escritos (sociolinguísticos).

Considerando o fato de que, para Saussure, a língua é um sistema que existe virtualmente no cérebro de cada pessoa, Labov (1972) entende que, de acordo com esse pensamento, seria possível, baseando-se em apenas um falante, descrever a língua (aspecto social), mas a fala (aspecto individual) só poderia ser estudada através da interação de dois ou mais indivíduos. Labov (1972) denomina tal fato de *paradoxo saussuriano*, corrigindo-o, ao fazer a descrição da língua a partir de uma comunidade, e não a partir de um único falante.

Admitindo que a língua é, por si só, um fenômeno eminentemente social, estabelece-se o pressuposto de que uma mudança linguística não pode ser estudada fora da comunidade em que ela ocorre, posto que a língua é um conjunto de forças internas e externas à estrutura em si. Figueroa (1994, p. 84) entende que “a comunidade de fala não é uma entidade fácil de definir de uma forma não trivial”. A esse respeito, Labov (1972, p. 158) afirma que “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam as mesmas formas, mas como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à linguagem”.

Não aceitando a intuição como fonte dos dados linguísticos e adotando o princípio de que a língua é heterogênea por natureza e variável na comunidade e no indivíduo, Labov (1972) defende a ideia de que a mesma deve ser analisada no contexto social, através do desempenho.

O sociolinguista, tendo como objeto de estudo a fala das pessoas que fazem parte de uma comunidade linguística, precisa se envolver com a comunidade para observar o uso da língua. Para tanto, seleciona indivíduos, isto é, informantes, para representar o grupo a que pertencem segundo critérios etnográficos ou sociológicos. Porém, e o pesquisador já tiver um banco de dados coletado, transcrito e armazenado eletronicamente, economiza-se tempo e dinheiro. Por isso, os pesquisadores necessitam que sejam levantados *corpora* de língua falada.

Segundo Naro (2003, p. 25), “a metodologia da Teoria da Variação constitui uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas.” Isso justifica a escolha por este método.

3. Procedimentos metodológicos

O projeto NORPOFOR segue os preceitos da Sociolinguística Quantitativa, defendida por Labov (1972), segundo a qual para que a coleta de dados retrate fidedignamente o falar de uma determinada comunidade, devem ser observados, com rigor, certos procedimentos na seleção dos informantes e na gravação dos inquéritos, conforme está descrito nos subitens que se seguem.

3.1. Os informantes

Todos os 198 informantes do projeto NORPOFOR preenchem os seguintes requisitos: – são fortalezenses natos ou vieram morar nesta cidade com, no máximo, cinco anos de idade; - possuem pais cearenses; – nunca se ausentaram de Fortaleza por um período superior a dois anos consecutivos; – mantêm residência fixa na capital cearense. Estes critérios foram adotados com o objetivo de neutralizar a interferência dos fatores de outras regiões.

Os sujeitos que constituem o *corpus* NORPOFOR estão distribuídos em função do gênero (104 pessoas do gênero masculino e 94 do gênero feminino), da faixa etária (I: 15 a 25 anos- 62 falantes; II: 26 a 49

anos- 75 indivíduos; e III: a partir dos 50 anos- 61 pessoas), da escolaridade (A: 0 a 4 anos- 58 informantes; B: 5 a 8 anos- 69 falantes; e C: 9 a 11 anos- 71 indivíduos) e do tipo de registro (Diálogo entre Informante e Documentador: DID- 85 falantes; Diálogo entre dois Documentadores: D2- 74 indivíduos; e Elocução Formal: EF- 39 pessoas). O quadro a seguir permite uma melhor visualização da distribuição dos informantes em função das variáveis sociais controladas.

Quadro de Distribuição dos informantes por gênero, idade, tipo de registro e escolaridade																		
Gênero																		
Masculino																		
Feminino																		
Reg.	DID			D2			EF			DID			D2			EF		
Esc. F. Et.	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
I	5	4	5	4	4	5	2	2	4	4	5	4	2	5	5	0	0	2
II	4	5	5	4	4	4	4	3	4	5	5	5	4	5	5	0	5	4
III	5	6	5	3	3	4	3	2	1	4	5	4	4	5	4	1	1	1

Considera-se que os informantes apresentam baixo nível socioeconômico, tomando-se a sua profissão, a do cônjuge e a dos seus pais, o local de moradia e a quantidade de filhos, como indicadores da classe social.

Quanto ao local de residência, os informantes são provenientes de 69 bairros, distribuídos entre as seis regionais que compõem o município de Fortaleza, possibilitando, assim, uma representação geográfica de toda a área da cidade. A distribuição dos informantes por regionais e bairros encontra-se da seguinte forma:

– Regional I (49 informantes): Álvaro Weyne (05), Barra do Ceará (11), Carlito Pamplona (04), Cristo Redentor (05), Ellery (02), Farias Brito (06), Jacarecanga (02), Jardim Guanabara (03), Jardim Iracema (01), Jangurussu (01), Monte Castelo (04), Pirambu (02), São Gerardo (02) e Vila Velha IV (01);

– Regional II (18 informantes): Aldeota (02); Cidade 2000 (05), Cocó (01), Dionísio Torres (01), Joaquim Távora (02), Papicu (01), Praia do Futuro (03), Praia de Iracema (01), São João do Tauape (01) e Varjota (01);

– Regional III (42 informantes): Antônio Bezerra (11), Bela Vista (02), Bonsucesso (02), Henrique Jorge (08), João XXIII (01), Jôquei Clube (07), Parque Araxá (01), Parquelândia (03), Pici (01), Presidente Kennedy (01), Quintino Cunha (04) e Rodolfo Teófilo (01);

– Regional IV (30 informantes): Alto Alegre (02), Couto Fernandes (01), Demócrito Rocha (03), Fátima (05), Jardim América (01), Pan-Americano (02), Parangaba (06), Santo Amaro (02), Parque São Miguel (01), Serrinha (02), Vila Betânia (01), Vila Pery (02) e Vila União (02);

– Regional V (37 informantes): Bom Jardim (03), Conjunto Ceará (13), Conjunto Esperança (01), Conjunto Nova Metrópole (01), Granja Portugal (02); Conjunto José Walter (03), Maraponga (03), Mondubim (04), Parque Santa Rosa (02), Parque São José (03), Siqueira (01) e Vila Manoel Sátiro (01);

– Regional VI (22 informantes): Aerolândia (04), Alagadiço Novo (01), Barroso (01), Castelão (02), Cidade dos Funcionários (01), Messejana (11), Passaré (01) e Tancredo Neves (01).

Segundo Matos e Neto (2003), com base em dados do Censo 2000, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os bairros de Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres e Praia do Futuro I estão entre aqueles em que os chefes de família apresentam renda mais elevada, ao contrário do que ocorre nos bairros do Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Quintino Cunha, Conjunto Ceará I, Granja Portugal, Bom Jardim, Parque Santa Rosa e Mondubim, onde os chefes de família possuem as mais baixas rendas. Como no projeto NORPOFOR a Regional II aparece com o menor número de informantes e a Regional I apresenta o maior número de sujeitos, tem-se mais uma comprovação de que os informantes deste projeto são pessoas com baixa renda econômica.

Quanto à profissão dos informantes, listam-se as seguintes: estudante, prendas do lar, aposentado(a), empregada doméstica, serviços gerais, comerciante, vigilante, vendedor(a) autônomo(a), desempregado (a), pastor evangélico, costureira, secretária, pedreiro, servidor público, electricista, professor (a) de reforço, motorista, porteiro, balconista, mecânico, técnico em informática, auxiliar de pedreiro, estoquista, atendente, tatuador, mergulhador, operador de máquina, portuário, contabilista, auxiliar de soldador, estofador, serígrafo, decoradora, técnico em eletrônica, pelador, vidraceiro, auxiliar administrativo, gerente administrativo, analista de suporte, técnico em suprimentos, militar, agente de endemias, bancário, eletrotécnico, lavadeira, cabeleireira, auxiliar de enfermagem, garçom, bordadeira, comerciária, oficial de justiça, cozinheira, artesã, soldador, corretor de modas, supervisor de operações, operário, segurança e professora.

3.2. A coleta de dados

Antes de cada gravação, preenchia-se uma ficha, descrevendo as características socioeconômicas e culturais do entrevistado com o propósito de garantir que o informante atendesse os critérios exigidos. O preenchimento desta ficha, também, permitia que o entrevistador conhecesse um pouco mais sobre o informante, facilitando-lhe a elaboração das perguntas durante a entrevista.

Os informantes tinham conhecimento de que os inquéritos seriam gravados, porém, de início, não sabiam que a sua fala seria objeto de estudo, já que isso poderia fazer com que eles policiassem o seu modo de falar. Nesse momento, esclarecia-se, apenas, que a pesquisa estava sendo realizada com finalidade histórica e cultural, daí o interesse por parte dos pesquisadores em conhecer, de cada informante, as lembranças relacionadas a fatos pessoais e históricos, os anseios, as preocupações, os costumes locais, entre outros. Concluído o inquérito, explicava-se ao entrevistado o motivo real da investigação, isto é, uma pesquisa linguística sobre o falar local, mas isso nunca dificultou a liberação do uso das gravações, principalmente, porque o documentador informava ao entrevistado que a sua identidade, bem como a de amigos e familiares mencionados nas gravações, seria mantida em sigilo.

Embora o grau de intimidade entre o(s) informante(s) e o documentador quase nunca fosse alto, porque, na maioria das vezes, eles não se conheciam previamente, o pesquisador buscava conduzir a entrevista de forma descontraída e natural.

Das 161 gravações, realizadas no período de agosto de 2003 a julho de 2006, foram efetuadas 10 com a participação de dois pesquisadores e as demais com a presença de um só entrevistador. O NORPOFOR contou com a inestimável colaboração de 92 documentadores. Deste total, 03 eram professores (Kilpatrick Müller Campelo, Aluiza Alves de Araújo e Socorro Abreu), 19 eram universitários e 70 eram universitárias, todos vinculados ao Curso de Graduação em Letras da UECE. Os documentadores recebiam as mesmas orientações sobre como realizar a gravação dos inquéritos. Cada um tinha a responsabilidade de estimular o(s) informante(s) a falar e controlar os fatores que pudessem prejudicar a qualidade da gravação (intervenção de terceiros, ruídos externos, manuseio do gravador e fitas cassete, entre outros).

O NORPOFOR é constituído, a exemplo do NURC, por três tipos de gravações, a saber: DID (Diálogo entre Informante e Documentador); D2 (Diálogo entre Dois Informantes) e EF (Elocuções Formais). Basicamente, esses registros se distinguem pelo grau de formalidade. O primeiro apresenta um nível intermediário de formalidade, já que, em geral, não havia intimidade entre informante e documentador; o segundo, o D2, é o menos formal de todos, já que, neste tipo de inquérito, os informantes, necessariamente, são familiares ou amigos; e, finalmente, o terceiro, a EF, apresenta o maior nível de formalidade, em razão deste tipo de inquérito ocorrer em ambientes formais e o tema apresentar certo grau de planejamento.

Como o objetivo dos pesquisadores era coletar o vernáculo, isto é, o falar espontâneo dos informantes, utilizou-se o método da narrativa de experiência pessoal nos DIDs e D2s, que, segundo Tarallo (2001, p. 21), reduz “o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados”. Em razão disso, as perguntas dirigidas aos entrevistados eram relacionadas a assuntos de sua vivência, tais como infância, família, trabalho, lazer, entre outros. Consequentemente, o informante se envolvia, emocionalmente, com o conteúdo narrado, despreocupando-se com a forma como falava. Por isso, nestes inquéritos, a escolha do(s) tema(s) ficava sempre a critério do(s) informante(s) e não eram planejados com antecedência. Entretanto, na gravação do tipo EF, por se tratar, na maior parte dos casos, de palestras e pregações, previamente agendadas, o assunto era de conhecimento do informante. Nos DIDs e D2s, as perguntas do pesquisador eram formuladas com a intenção de se obter um largo número de dados da fala do informante, evitando respostas monossilábicas, porque o objetivo era colher uma amostra bastante próxima de uma conversa natural.

O local da entrevista sempre era determinado pelo entrevistado. No caso dos DIDs e D2s, alguns informantes preferiam realizar a entrevista em seu local de trabalho, já outros escolhiam a escola onde estudavam ou a casa de um amigo ou parente. A grande maioria, no entanto, optou por fazer a gravação na sua própria residência. No caso das EFs, a gravação era feita em auditórios, salas de aula ou igrejas.

Como havia muitos documentadores, decidiu-se, por razões econômicas, utilizar cinco gravadores analógicos e, em cada entrevista era usada uma fita cassete (tamanho normal) de 60 minutos.

A duração máxima de qualquer um dos três tipos de inquéritos é de 60 minutos, já a duração mínima depende da modalidade de elocução. Os DIDs e os D2s duram, no mínimo, 45 minutos e as EFs, 25 minutos. A grande maioria das gravações tem duração de 60 minutos.

3.3. Digitalização dos inquéritos

A digitalização é o processo de transferência do material sonoro das fitas cassetes para o computador que está sendo feito no NORPOFOR pela coordenadora do projeto com o auxílio do programa computacional *Sound Forge 9.0*. Esse processo possibilita o transporte das gravações não só para o computador, mas também para outros meios, como o CD-ROM, ocupando menos espaço físico e facilitando o seu uso. A digitalização também permite eliminar ou reduzir eventuais ruídos físicos ocasionados durante a gravação, produzindo uma melhoria na audibilidade do material sonoro e facilitando o estudo de fenômenos fonéticos, bem como o trabalho do transcritor. Além disso, a digitalização protege as fitas originais de um possível dano, como a perda de parte de uma entrevista, que pode ocorrer em virtude do uso frequente deste material por parte dos pesquisadores.

Até o momento já foram digitalizadas 102 gravações, restando 59 para a conclusão desta etapa.

3.4. Transcrições

Embora este estudo focalize a oralidade da língua, os registros orais estão sendo transcritos, porque há uma multiplicidade de fenômenos linguísticos que exigem do pesquisador uma consulta a um amplo contexto linguístico e isso requer bastante tempo dos estudiosos. Por isso, ter um banco de dados homogeneamente transcrito facilita enormemente o estudo destes fenômenos.

As normas de transcrição do projeto NORPOFOR são, praticamente, as mesmas adotadas por Castilho e Pretti (1986).

As transcrições do projeto estão sendo realizadas por universitários do curso de graduação em Letras, principalmente pelos alunos da disciplina de Sociolinguística e Fonologia do Português, ambas ministradas pela professora Aluiza Alves de Araújo.

Foram feitas até agora 59 transcrições que estão sendo revistas pela coordenadora do projeto. Assim, faltam 102 transcrições para a finalização desta etapa.

4. *Palavras finais*

As gravações do NORPOFOR já foram finalizadas, mas os inquéritos ainda estão sendo digitalizados, transcritos e revistos para posterior publicação. No entanto, alguns trabalhos acadêmicos já começaram a utilizar o material deste *corpus*, como os citados abaixo:

ARAÚJO, A. A. de. *As vogais médias pretônicas no falar popular de Fortaleza: uma abordagem variacionista*. (Tese de Doutorado). UFC: Fortaleza, 2007;

MAIA, J. P. F. *Variação na concordância verbal com nomes coletivos em Fortaleza- CE* (Dissertação de Mestrado). UFC: Fortaleza, 2011;

NASCIMENTO, J. C. D. do. *Marcadores discursivos na norma popular oral de Fortaleza*. (Tese de Doutorado) UFC, Fortaleza, 2010;

NOGUEIRA, M. T. Marcas de modalidade epistêmica na norma oral popular de Fortaleza. In: XXIII Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do Nordeste, 2010, Teresina. *XXIII Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do Nordeste – Livro de Resumos e Programação*. Teresina: UFPI, 2010.

As primeiras publicações das transcrições do NORPOFOR estão sendo aguardadas para o ano de 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. de A. *A monotongação na norma culta de Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). UFC: Fortaleza, 2000.

ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 21-47, 2001.

CASTILHO, A. T.; PRETI, D. (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo — Projeto NURC/SP — vol. I — Elocuções Formais*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986.

CORPUS NURC- RJ www.lettas.ufrj.br/nurc-rj

CORPUSVARSUL- <http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul>

FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. New York: Pergamon, 1994.

HORA, D. da; PEDROSA, J. L. R. (Orgs.). *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB*, 5 v. João Pessoa: Idéia, 2001.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MATOS, A. M.; NETO, A. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). <<[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>> Acesso em 21 de junho de 2011.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, p. 15-25, 2003.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann, W.; Malkiel, Y. *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, p. 97-98, 1968.

**O TRABALHO DA FILOLOGIA TEXTUAL:
DESCORTINANDO ALGUNS ASPECTOS
DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA BAHIA**

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB/SALT)
conceicaoreis@terra.com.br

1. Introdução

A filologia textual tem como objeto material de estudo o texto, seja este lavrado em quaisquer épocas ou gêneros textuais. Ao se debruçar sobre o texto, o filólogo, além de buscar restituir-lhe a autenticidade, a genuinidade, faz emergir o conteúdo que se encontrava adormecido em seus fôlios ou folhas empoeiradas e, muitas vezes, parcial ou totalmente danificadas, disponibilizando-o tanto para o leitor comum como para o especialista.

Através do trabalho de resgate da obra e da recuperação do texto, o filólogo estará contribuindo para a compreensão do período em que os textos foram lavrados e, por conseguinte, para desvendar alguns aspectos da história sócio-política, cultural, literária e linguística de uma sociedade.

No presente trabalho, almeja-se, a partir de uma incursão nos acervos documentais, discutir a contribuição do trabalho executado pelo filólogo do texto no concernente ao desvendar de aspectos relacionados ao movimento abolicionista na Bahia, a partir de uma incursão nos acervos documentais baianos.

2. Um trabalho filológico em desenvolvimento

O recorte aqui focado é uma pequena amostra selecionada do projeto de pesquisa *Edição e estudo de textos literários e não literários publicados em periódicos*, idealizado e coordenado por Maria da Conceição Reis Teixeira, implementado na Universidade do Estado da Bahia. Deste projeto maior, encontram-se em desenvolvimento dois subprojetos, a saber: 1) *Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos*, cujo principal propósito é, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da filologia textual, recolher, editar e estudar os textos que façam menção aos homens e mulheres africanos que foram trazidos para o Brasil para trabalhar na condição de escravizados. 2) *Edição e es-*

tudos dos textos literários e não-literários veiculados no periódico O Conservador.

Incubem-se do subprojeto *Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos* duas bolsistas de iniciação científica que estão visitando os acervos baianos onde encontram armazenados os periódicos do século XIX a fim de recolhe os textos e de transcrevê-los. Ainda atuam neste subprojeto duas mestrandas que, a partir da análise de alguns textos já recolhidos do *Diário da Bahia* e do *Echo Santamarense*, desenvolvem estudos a respeito do discurso abolicionista ou antiabolicionista, respectivamente. Do segundo subprojeto, encarrega-se uma bolsista de iniciação científica, cujos trabalhos ainda se encontram em fase inicial.

A preocupação, em particular, com os textos que fazem referência aos escravizados publicados em periódicos deve-se ao fato do suporte dos jornais ser muito vulnerável, em função da qualidade do material utilizado na sua confecção. Normalmente, uma vez destruídos jamais poderão ser restaurados, o que significa dizer a sua destruição de forma definitiva. Outra razão pelo recorte feito está no fato de não se poder perder de vista que muitos aspectos sobre os homens e mulheres africanos, que foram trazidos à força para serem explorados no trabalho escravo, ainda hoje no século XXI, encontram-se lacunares. Além disso, uma incursão nos acervos baianos na tentativa de coligir os textos lavrados no Brasil Colonial, editando-os segundo os aportes da filologia textual, contribuirá sobremaneira para a compreensão de aspectos ainda obscuros sobre este povo que muito sofreu em nome do desenvolvimento econômico, político e social do país.

Quanto aos textos literários publicados em periódicos, o interesse em resgatá-los nasceu do conhecimento de que, durante o século XIX, não havia uma política editorial voltada à publicação da produção intelectual brasileira e, conseqüentemente, boa parte dos escritores brasileiros se serviu deste espaço para divulgar as suas produções. Fato é que os intelectuais baianos não foram profícuos apenas na criação literária. Estabeleceram alianças sob a égide de um jornal literário com a finalidade de abrigar os escritores, na tentativa de contornar o problema da falta de uma política editorial no Brasil. Infelizmente, alguns tiveram vida efêmera e outros, vida longa. Acredita-se que a localização e a leitura dos vários periódicos que circularam na Bahia durante este período poderão contribuir de forma significativa para que se possa traçar um perfil mais real da historiografia literária baiana, bem como a uma prática leitora.

As primeiras incursões nos acervos baianos permitiram localizar os periódicos *A Pena*, *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia* e *Correio da Bahia*, *Jornal da Bahia*, *Jornal de Notícias*, *O Monitor*, *Echo Santama-rensense* (1869-1888), o *Conservador*, dentre outros.

No trabalho de leitura e recolha dos textos abolicionistas, tomou-se como ponto de partida o *Diário da Bahia*. Periódico fundado em 1856, órgão da facção liberal que reunia a elite daquela época, circulava diariamente, exceto às segundas-feiras, apresentando a seguinte estrutura: artigo de fundo, noticiário – do Brasil e do exterior, folhetim, parte oficial, publicações a pedido, repartição de polícia, anúncios e obituário. Era o periódico de maior circulação no período que se engajou na propaganda Abolicionista na Bahia. Tinha como uma de suas bandeiras a promoção da abolição, ou seja, seu engajamento em prol do movimento abolicionista, para que o Brasil tornasse uma nação do trabalho escravo.

Este periódico veiculou em suas páginas textos de gêneros e tipologias diferentes. Sobre a temática do abolicionismo, veiculou, em suas páginas, artigos, notícias sobre as alforrias realizadas na Bahia e em outros estados, leis, matérias pagas pelos que defendiam o abolicionismo. Na seção intitulada *Anúncio*, coluna que normalmente ocupa o maior espaço, exatamente de duas folhas das quatro páginas totais do jornal, é possível localizar um número significativo de anúncios cujo objeto tematizado é o africano ou seu descendente escravizado. São pequenos textos informando sobre a fuga de escravos, vendendo, comprando ou alugando mão de obra escrava.

Dentre os textos recolhidos até o momento encontram-se editoriais, classificados, noticiários, repartição de polícia, obituário, publicações a pedidos e de discursos proferidos no senado, decretos, projetos e leis, diferentes propostas para a abolição. Do ano de 1871 transcreveu-se 54 textos. São textos de tamanho variado, conforme já mencionado, reveladores de aspectos históricos, culturais, sociais e linguísticos sobre o africano e seus descendentes que para o país foram trazidos e escravizados.

Em função da impossibilidade de seu manuseio, dado o estado de conservação, o trabalho de recolha dos textos no *Diário da Bahia* foi interrompido, passando-se, portanto a recolha dos textos no *O Correio Mercantil*. O periódico baiano, criado em 1833, ideologicamente comprometido com os interesses do Império, defendia os propósitos dos que praticavam o comércio de escravos cujo lema era “Liberdade, união e tolerância”. De sua fundação até o ano de 1839 foi dirigido por João

Antônio de Sampaio Vianna e a partir de 1840 a administração do periódico ficou a cargo do seu irmão Luiz Antônio de Sampaio Vianna.

Estruturalmente falando, era um periódico de pequeno porte, apresentava apenas quatro páginas, distribuídas em quatro colunas e seis seções, a saber: *PARTE OFFICIAL*, *RIO DE JANEIRO*, *BAHIA*, *INTERIOR e/ou EXTERIOR*. Veiculava informações sobre o comércio, leis e normas, lista de funcionários públicos, anúncios principalmente de compra, aluguel, venda, fugas e captura de escravos.

Da leitura sistemática da coleção do *Correio Mercantil* referente aos anos 1836, 1842 e 1853, foram recolhidos, até o momento, setenta e um textos, sendo na sua maioria anúncios de fuga, compra e aluguel de escravos, comunicados de prisões de escravos fugidos ou suspeitos de participarem em mobilização em prol dos ideais liberais.



Fig.1: Fotografia da Coleção *Echo Santamarense*, 1881.

Passa-se agora a tratar do *Echo Santamarense: jornal político, commercial e agrícola*, periódico fundado em Santo Amaro, cidade que gozou de grande de prestígio político e econômico do Recôncavo Baiano no Brasil Colonial. Durante os seus cinco anos de existência (1881-1886), o referido periódico defendeu os interesses dos escravocratas, uma vez que os seus editores eram ligados ao partido conservador, que defendia a manutenção do regime econômico pautado na força de trabalho escrava.

Não se sabe qual a sua tiragem, contudo os seus redatores, Dr. Pedro Muniz Barreto de Aragão e Olavo Góes e, nos últimos anos, Alfredo Campos, fizeram circular os seus exemplares diariamente pelas ruas de Santo Amaro da Purificação e cidades vizinhas.

As buscas dos textos incidem em dois recortes, a saber: 1) a edição e análise dos editoriais referentes ao período entre junho e novembro de 1884, do qual se ocupa uma mestrandia, com vistas a identificar as estratégias argumentativas presentes nos discursos antiabolicionistas. 2) Reunião e edição dos textos publicados entre 1881 a 1882, do qual se ocupa uma bolsista de iniciação científica do PIBIC/CNPq.

As quatro páginas do *O Echo Santamarense* traziam quatro colunas, nas quais figuravam as dez seções, a saber: *Editorial, Comunicado, Correspondência, Noticiário, Poesia, Obituário, A pedido, Anúncios, Variedades, Attenção e Edital*.

Da leitura sistemática a coleção correspondente ao ano de 1881, foram resgatados 29 textos, entre os quais figuram 13 editoriais, 7 anúncios, 5 poemas e 4 comunicados.

3. *Alguns aspectos do movimento abolicionista na Bahia a partir de uma incursão nos periódicos baianos*

Em função do tempo de que se dispõe no momento, focar-se-á, nesta seção, um aspecto histórico que se pode inferir a partir da leitura dos textos veiculados nos periódicos baianos do século XIX. Para composição do *corpus* da presente comunicação, selecionaram-se alguns textos que estão veiculados mais diretamente em torno das discussões do projeto de lei enviado à Câmara dos Deputados que culminou na promulgada Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871.

Passa-se, então, a tratar da emancipação da escravatura a partir de um olhar mediado pela leitura de alguns textos veiculados em periódicos baianos. Acredita-se que o tema abolição foi amplamente discutido pela sociedade baiana. Os periódicos estavam engajados no movimento em prol da abolição. Alguns posicionando a favor outros contra.

O periódico o *Diário da Bahia*, filiado aos ideais liberais, fazia oposição a outro periódico que também circulou em Salvador o *Correio da Bahia*, que comungava com os ideais conservadores. Os redatores do *Diário da Bahia*, frequentemente, faziam circular em suas páginas artigos nos quais acusavam o seu opositor de tratar a questão da abolição da escravatura na Bahia de forma incoerente.

Um exemplo de desta situação pode ser obtido a partir da leitura da edição de 01 julho de 1871, na qual o *Diário da Bahia* (doravante DB) faz acusações ao *Correio da Bahia* (doravante CB) de leviandade na forma em que concebem as questões atinentes à abolição. O artigo do DB inicia-se com a reprodução de um trecho de um texto do seu concorrente no qual faz comentários sobre o projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados, afirmando que a escravidão, em si mesmo, não contém a necessidade da ideia da emancipação, sendo, portanto, dois fatos históricos. Os redatores do DB rebatem tal afirmativa, em tom inflamado, dizem ser “um gracejo o que diz o CB.

Enquanto os liberais do DB defendiam explícita e veementemente o fim imediato do trabalho escravo, pois acreditavam que esta prática, ao invés de contribuir para o desenvolvimento da nação, era a razão do seu retrocesso, os conservadores, inicialmente, pregavam a manutenção do regime escravocrata, entretanto, com o transcorrer do tempo e em função da grande pressão social, o redatores do CB não mais se declaram explicitamente contrários à escravidão, porém, como não poderia ser diferente, deixam entrever, em seus editoriais, os ideais escravocratas. Nesta direção, percebe-se que os conservadores acreditavam que o país deveria se esforçar na “[...] cessação do commercio em carne humanas”, contudo, não podia “abranjer a existência da escravidão no Brasil”, pois, advogavam: uma coisa era proibir a “exportação de escravos, outra o abolir a escravidão”.

Em consequência da pressão social interna e externa, o poder executivo via-se obrigado a por fim no trabalho escravo. Uma das iniciativas foi propor a elaboração de um projeto de lei que atendesse os anseios da sociedade. Tal projeto foi enviado à Câmara dos Deputados e esta instituição constituiu uma comissão, composta pelos Conservadores, para que se procedesse ao seu estudo e emitisse parecer. Ao concluir os trabalhos, a referida comissão emitiu parecer conclusivo o qual foi publicado na íntegra pelo DB publicou. Texto longo em que os relatores circunstanciavam detalhadamente todos os prós e os contras do projeto de lei enviado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo.

Em síntese, afirmavam os relatores do projeto que assunto daquela natureza deveria ser resolvido com brevidade. E, para que a questão fosse solucionada, era necessário analisá-la levando-se em considerados seus cinco aspectos, a saber: suas relações com a *religião*, a *humanidade*, a *pátria*, os *escravos* e os *particulares*.

Como o projeto da referida lei propunha cinco tipos de abolição – 1) imediata ou diferida com indenização, 2) abolição imediata ou diferida, sem indenização, 3) Libertação das escravas, jazendo os homens no cativeiro, 4) meios indiretos e 5) Liberdade de ventre –, a comissão recusou as quatro primeiras proposições e declarou sua adesão a proposta de Liberdade de ventre por ser, no seu entendimento, a “verdadeiramente a disposição nova do projeto”, a “fundamental” e a “eficaz”.

Fato é que, um dia após a publicação do referido relatório, o DB fez circular em suas páginas um artigo onde acusava os conservadores de oportunistas. Uma vez que os argumentos arrolados pelos conservadores eram em prol da manutenção do sistema escravagista, pois, na concepção dos escravagistas, a ideia do fim da abolição imediata levaria o país ao caos, porque extinguiria com a mão-de-obra necessária e fundamental para o desenvolvimento da nação, bem como empobreceria os senhores proprietários de escravos, que se viam subtraídos dos seus bens.

4. *Considerações finais*

A pesquisa com periódicos do século XIX, especialmente no desenvolvimento do projeto *Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos*, autoriza afirmar que a imprensa teve um papel importante na luta em prol do término do trabalho escravo durante o Brasil Colonial.

Os periódicos foram os principais meios de propaganda e de denúncia utilizados pelos abolicionistas. Para combater a escravidão e difundir os ideais de liberdade, recorriam a vários expedientes, dentre eles, destaca-se: cobertura jornalística a eventos abolicionistas, notícias dos resultados e das solenidades do fundo de emancipação a atitudes favoráveis à causa abolicionista, divulgação de acontecimentos abolicionistas ocorridos em outras regiões do país, veiculação de denúncias contra os escravocratas e seus aliados, oferecimento de serviços de advocacia para escravos que quisessem questionar judicialmente sua liberdade, denúncia do envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas e campanhas para eleição de candidatos ligados ao movimento abolicionista.

As inferências aqui apresentadas não têm caráter conclusivo, pelo contrário, sinalizam apenas indícios de leituras que poderão ser realizadas quando da reunião de uma quantidade significativa de textos lavrados

em solo brasileiro durante o período em que vigorou um sistema social e econômico baseado na exploração da força da mão-de-obra dos homens e mulheres africanos, por exemplo. Ao mesmo tempo em que se possa ter contribuído para a visualização do papel basilar da filologia textual na recuperação do texto enquanto testemunho do pensamento de uma época.

Destaca-se ainda que o dever do filólogo é preservar o patrimônio cultural produzido pela humanidade, recolhendo, colecionando, comparando, restaurando, restituindo-lhe a autenticidade para disponibilizar tanto para os leitores especialistas como para os leitores comuns. Conquanto, o labor filológico só terá sentido se o material recuperado e/ou restaurado for colocado à disposição da comunidade a qual o seu autor faz parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATENÇÃO. *O Echo Santamarense: jornal político, commercial e agrícola*, Santo Amaro da Purificação, 15 jul. 1881, p. 3.

DIÁRIO da Bahia, Salvador, 1 jul. 1871. Editorial, p. 1.

DIÁRIO da Bahia, Salvador, 1871.

ECHO Santamarense: jornal político, commercial e agrícola, 15 jul. 1881.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. A crítica textual a serviço da história da escravidão na Bahia. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-14, 2007.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos. (Orgs.) *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006.

O USO DA FORMA VOCÊ NO NORTE DE MINAS GERAIS

Maria do Socorro Vieira Coelho (UniMontes)
soccoelho@hotmail.com

1. Introdução

Neste artigo trata-se, sob a perspectiva sociolinguística variacionista, a alternativa do uso do pronome *você* e suas variantes *ocê* e *cê* no português falado nas áreas urbana e rural na cidade de São Francisco – Minas Gerais. O uso das formas de tratamento *você*, *ocê* e *cê* – a primeira, considerada a padrão e as outras duas, a ela correspondentes e consideradas não padrão – tem sido objeto de estudo de alguns pesquisadores, que, na maioria das vezes, focalizam esse uso somente no português brasileiro falado em áreas urbanas. Esse fenômeno linguístico está presente na fala de moradores de São Francisco, onde, enquanto moradora pode registrar conforme ilustram os exemplos a seguir:

- a. ...se eu te pagá três pra você bate embaixo... (E-22)
- b. ...o que qui ocê acha... meu menino tomou bomba... (E-90)
- c. ...eu achei que cê ia voltá logo pá Belorzonte... (E-617)

Essa constatação levou-me a supor que a ocorrência da forma pronominal *você* e suas variantes não vem acontecendo de maneira idêntica nas duas áreas, urbana e rural, da comunidade sã-franciscana e que, nessa comunidade, a evolução de formas/fatos da língua portuguesa aponta para mais de uma direção. Essa minha hipótese encontra suporte no estudo de Faraco (1996), que chama a atenção para a ocorrência de várias formas, não padrão, correspondentes à forma padrão *você* no português de Portugal e do Brasil e no estudo de Biderman (1972), que mostra a ocorrência de formas não padrão ao lado da forma padrão *usted*, no espanhol.

No que diz respeito ao uso da forma do português *você*, classificada pela Gramática Tradicional (GT) como um pronome de tratamento, os estudos de Ilari *et alii* (1996) e de Ramos (1997 – 1998), apontam mudanças no uso da forma *você*. Analisando o uso dos pronomes pessoais no português falado no Brasil, Ilari *et alii* afirmam que o pronome *você*, considerado como definido pela Gramática Tradicional, está sendo usado também com interpretação indefinida, como mostra o exemplo a seguir:

Antigamente você ia ao Cine Ipiranga, eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima você ficava bem acomodado. (DID-São Paulo-234, p. 578-579)

Na medida em que, conforme entendessem Ilari *et alii*, a forma *você* usada como indeterminada faz referência a um ‘fosse quem fosse’ / ‘seja quem for’, é possível dizer que, nesse uso, a forma *você* não corresponde ao *tu* – *é qualquer pessoa de quem se fala* (que pode ser o falante e/ou o ouvinte, visto como um elemento que não participa do processo de enunciação, *eu/tu*, ou seja, a forma *você* usada como indeterminada pode ser interpretada como não-pessoa, nos termos de Benveniste.

Ramos (1997) examinou na fala de moradores de Belo Horizonte a influência do grupo de fatores ‘tipo de referência do item’ em relação ao uso das três variantes (*você*, *ocê*, *cê*), tendo em vista o fato do uso da variante *você* com referência indefinida/arbitrária ser inovador na língua e isso levou a autora a supor: “como a variante *cê* é também inovadora, poderá estar havendo uma certa ‘especialização no uso das variantes, sendo uma delas usada preferencialmente como referência definida e outra com referência indefinida”.

Os resultados encontrados mostram o uso mais frequente da forma *cê* com referência indefinida do que o uso da forma *você*, ou seja, a variante *cê* é mais usada com *preferência indefinida* e a variante *você* com *referência definida*. Esse resultado não corroborou o esperado e segundo a autora, esse fenômeno pode ser interpretado como um processo de migração do sistema definido para o sistema indefinido.

Num outro estudo, que também se inclui num projeto mais amplo sobre a alternância do uso da forma *você* e suas variantes no português brasileiro, Ramos (1998) analisa dados produzidos por falantes de Ouro Preto (MG), e retoma a questão da relação entre o uso das variantes *vo-cê/cê* e o tipo de referência do item. O resultado dessa análise aponta maior probabilidade de uso da variante *você* com referência indefinida, maior probabilidade de uso da variante *cê* com referência definida, o que constitui a preferência dos jovens. Esse resultado confirma, em parte, a hipótese de especialização no uso dessas formas, pois a frequência da forma inovadora *cê* [-determinada] na fala dos velhos é maior do que na fala dos jovens.

2. Análise e Resultados

Levando em conta as observações e os estudos anteriormente mencionados analisou-se na fala de moradores da cidade de São Francisco – Minas Gerais, a alternância no uso das formas pronominais *você*, *ocê* e *cê*. Por ser considerado um fenômeno de variação, foi adotado o modelo sociolinguístico teórico-metodológico de Labov (1972), que leva em conta a relação entre língua e sociedade, que assume a variação linguística como objeto de estudo que pretende sistematizar a aparente desordem, de modo geral, observada nas diferentes línguas. Com base nessa perspectiva teórica e considerando os trabalhos já realizados sobre o fenômeno, analisou-se a alternância no uso de formas de tratamento partindo de quatro hipóteses, que podem ser, assim, sintetizadas:

- A variação *você* ~ *ocê* ~ *cê*, no português brasileiro de São Francisco, é condicionada por fatores linguísticos e não linguísticos;
- Os dados de fala da área rural de São Francisco constituem evidência em favor da hipótese de Faraco (1996) de que a evolução da forma de tratamento ‘vossa mercê’ tomou duas direções (urbana e rural) no português brasileiro;
- As formas *ocê* ~ *cê* usadas na área rural diferem, quanto à origem, das formas *ocê* ~ *cê* usadas na área urbana e, por isso, são mais frequentes;
- A forma *você* está passando por um processo de mudança (segundo Ramos – 1997, 1998), se especializando.

Em função da primeira hipótese geral, foram então, formuladas hipóteses específicas sobre os condicionadores do uso das formas *você* ~ *ocê* ~ *cê*, inicialmente considerada, portanto, como uma variável dependente de fatores linguísticos e fatores sociais. Disso resultou o estabelecimento de oito Grupos de Fatores (tipo de contexto interpretação definida/indefinida; ambiente fonológico que precede a forma pronominal; função sintática da forma pronominal e tipo de frase em que a forma pronominal ocorre) e quatro Grupos de Fatores Sociais (procedência geográfica, classe social, idade e sexo).

Para testar tais hipóteses, analisou-se, quantitativamente e qualitativamente, um *corpus* constituído de 622 dados, observando o uso das formas de tratamento, segundo os Grupos de Fatores considerados como possíveis condicionadores desse uso. Neste artigo, apresenta-se discus-

sões relacionadas à hipótese especialização da forma *você* e suas variantes com interpretação definida/indefinida.

Os resultados obtidos através da análise quantitativa mostraram que a alternância no uso das quatro formas de tratamento registradas no *corpus* – *você*, *ocê*, *cê*, – está relacionada aos Grupos de Fatores considerados como possíveis condicionadores. A Tabela 1 abaixo, exhibe distribuição das três variantes *você*, *ocê*, *cê*:

Variantes	Você	Ocê	Cê	Total
Nº. de Ocorrências	125	142	355	622
% de Ocorrências	20	23	57	100

Tabela 1 – Distribuição das variantes consideradas

Em termos percentuais, a distribuição das três variantes *você*, *ocê* e *cê*, segundo a procedência geográfica, mostra a forma *você* como sendo tipicamente urbana, onde a forma *ocê* é pouco frequente e a forma *cê* é a preferencialmente usada. De acordo com essa distribuição, que pode se melhor visualizada na Tabela 2 – a seguir, a forma *ocê* ocorre menos na área urbana do que na área rural, onde a forma *cê* é, também, a preferencialmente usada.

ÁREA	Total	Você			Ocê			Cê		
		Nº de Casos	%	PR	Nº de Casos	%	PR	Nº de Casos	%	PR
Urbana	388	107	28	.55	61	16	.18	220	57	.26
Rural	234	18	8	.16	81	35	.49	135	58	.34

Tabela 2 – Uso das variantes segundo a procedência geográfica

Em termos de PR (peso relativo) - só o *você* (.55) apresenta maior probabilidade de ocorrência na urbana. Na área rural o *ocê* é favorecido com (.49) e o *cê* é pouco favorecido (.34).

No que diz respeito o uso das variantes com interpretação definida e com interpretação indefinida, os resultados contrariam a hipótese de ‘especialização’ das formas, de modo que a variante *você* estaria passando a ser usada nos contextos de interpretação indefinida, cedendo à variante *cê* os contextos de interpretação definida.

Tipo de Contexto	<i>Você</i>		<i>Ocê</i>		<i>Cê</i>		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Definida	88	19	116	26	249	55	453	73
Indefinida	37	22	26	15	106	63	169	27
Total	125	20	142	23	355	57	622	100

Tabela 3 – Frequência das variantes, segundo o tipo de contexto de formas

Em termos de percentuais, é notável a preferência pelas formas com interpretação definida, usadas em 73% dos 622 casos; apenas em 27% das ocorrências dos casos, *você*, *ocê* e *cê* são usadas com interpretação indefinida. Das três formas, a variante *cê* é a mais usada, tanto com interpretação definida (55%) quanto com interpretação indefinida (63%). Quanto às variantes *você* e *ocê*, verifica-se que *você* é mais usado com interpretação indefinida do que a variante *ocê*.

Os percentuais relativos ao uso da variante *cê* apontam, portanto, para a hipótese de Ramos (1997), segundo a qual uma migração do sistema definido para o sistema indefinido explicaria o fato de, na fala dos jovens e medianos, a variante *cê* com interpretação indefinida ter se mostrado mais frequente do que as outras duas variantes (*você* e *ocê*), também usadas com essa interpretação. Em outras palavras, os percentuais de uso das três variantes segundo o ‘tipo de contexto’ mostram que:

- no contexto de interpretação definida, há uma sensível diferença entre o uso da variante *cê* e o uso das outras variantes: $cê = 55\% > ocê = 26\%$ e $você = 19\%$;
- no contexto de interpretação indefinida, a diferença entre o uso da variante *cê* e o uso das outras duas variantes é ainda mais sensível ($cê = 63\% > você = 22\%$ e $ocê = 15\%$).

Os resultados expressos na Tabela 3, em termos de percentuais, contrariam a hipótese de que, em São Francisco, o uso dessas variantes revela uma especialização das formas, de tal modo que *você* é a variante mais frequente nos contextos de interpretação indefinida e *cede*, à forma *cê*, o seu lugar nos contextos de interpretação definida. Esses resultados não são, portanto, condizentes com os relativos ao uso das formas de tratamento por falantes de Ouro Preto, obtidos por Ramos (1998), expressos em termos de PR. Faz-se, pois, necessário observar o comportamento das variantes, em termos de PR; esse comportamento está expresso na Tabela 4:

Tipo de Contexto	Você		Ocê		Cê		Total
	Nº	PR	Nº	PR	Nº	PR	
Definida	88	.27	116	.41	249	.32	453
Indefinida	37	.40	26	.26	106	.34	169
Total	125		142		355		622

Tabela 4 - Peso relativo do tipo de contexto sobre o comportamento das três variantes

Comparando o comportamento da variante *você* ao comportamento da variante *cê*, em termos de PR, verifica-se que, nessa comunidade, ambas as variantes são usadas da mesma maneira que em Ouro Preto:

- Interpretação definida = *cê* > *você*
- Interpretação indefinida = *você* > *CE*

Diante desse resultado, cabe observar, no total de ocorrências de cada variante, a frequência de seu uso com interpretação definida em relação ao seu uso com interpretação indefinida, o que será feito a seguir.

Conforme já era esperado, tendo-se em vista os estudos de Ilari et alii (1996) e de Ramos (1997-1998), no *corpus* analisado, as três variantes ocorrem com interpretação indefinida, o que é ilustrado pelos exemplos (1- 2- 3), a seguir:

- (1) a. ... eu acho que é a cachaça tamém... quando **você** gosta... **você** não tem jeito de sai dele... é a vida intera... (E-109/110)
 - b. Eles agora num tão exigino que a gente faz plano... num precisa nem fazê plano... **cê** tem que i pra sabê... lá que **você** tem que fazê::: sabê sugestão de menino... (E-449)
- (2) ... hoje em dia... ocê não pode sai confiano... (E-18)
- (3) ... assim... cê num fazia nada sem o certificado... (001)

Em (1a) o pronome *você* - usado numa unidade discursiva em que o tema é o trabalho na área da educação - não se refere ao ouvinte e, sim, a qualquer ser humano que trabalha naquilo que gosta - nesse caso, qualquer funcionário da educação. O mesmo acontece no exemplo (1b): o pronome *você* não faz referência ao interlocutor. Enfim, o pronome *você*, nos exemplos acima, não faz referência ao interlocutor, ele remete a um referente indefinido/indeterminado, portanto é não pessoa. Nos exemplos (2 e 3), as formas *ocê* e *cê* também não podem ser interpretadas como pessoas do discurso, fazem referência a qualquer um/qualquer pessoa; no primeiro exemplo: não se deve confiar em *qualquer pessoa* e, no segun-

do exemplo: *qualquer um* que vivesse naquele tempo em que não se fazia nada sem o certificado de reservista. As formas *você*, *ocê* e *cê* dos exemplos acima são interpretados, portanto, como não pessoa, nos termos de Benveniste (1996).

No entanto, do total de 355 ocorrências de *cê* no *corpus*, 70% é com interpretação definida e, do total de 125 ocorrências de *você*, também 70% é de interpretação definida; a variante *ocê* tem 82% do total de 142 ocorrências com interpretação definida. Essa distribuição é mostrada pela Tabela 5, a seguir:

Tipo de Contexto	<i>Você</i>		<i>Ócê</i>		<i>Cê</i>		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Definido	88	70	116	82	249	70	453	73
Indefinido	37	30	26	18	106	30	169	27
Total	125	100	142	100	355	100	622	100

Tabela 5

- Frequência de cada variante: interpretação definida x interpretação indefinida.

De acordo com os resultados acima, portanto não se pode dizer que nessa comunidade há especialização de formas no uso das variantes *você*, *ocê* e *cê* (de modo que, nos contextos de interpretação indefinida, a forma *você* seja a preferencialmente usada) e nem que o sistema definido "migrou" para o sistema indefinido (pois as três variantes são igualmente mais usadas com interpretação definida).

3. Conclusão

Retomando as hipóteses, pode-se dizer que a alternância no uso das três formas de tratamento *você*, *ocê* e *cê* está relacionada aos grupos de fatores considerados como possíveis condicionadores; a variante *cê* ocorre em frequência relativamente alta, destacando-se das outras duas. O uso altamente frequente da variante *cê* na área rural – à semelhança do que ocorre na área urbana, pode ser explicado pelo fato de a forma *cê* registrada na área rural ser resultante de duas formas, oriundas de evolução de formas diferentes e, no que diz respeito ao uso das variantes com interpretação definida e com interpretação indefinida, os resultados globais mostram que ainda não existe qualquer especialização das formas, de modo que a variante *você* estaria passando a ser usada nos contextos de interpretação indefinida, cedendo à variante *cê* os contextos de interpretação definida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Formas de tratamento e estruturas sociais. Marília, *Alfa*, 1972, p. 18-19 e 1073, p. 338-381.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. Curitiba, *Fragmenta*, 1996, n. 13, p. 51-82.

ILARI, Rodolfo. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. Vol. I, Campinas: Unicamp, 1996.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

RAMOS, Jânia Martins. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: HORA, Demerval da. (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.

O USO DE TERMINOLOGIAS EM LÍNGUA INGLESA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Márcio Luiz Corrêa Vilaca (UNIGRANRIO)
professorvilaca@gmail.com

1. *Introdução*

Com certa frequência podemos nos deparar com palavras em línguas estrangeiras em diversas situações discursivas orais e escritas, formais e informais. Por vezes, o uso de termos estrangeiros em língua portuguesa é alvo de debates calorosos, inclusive no campo político. O linguísta Rodolfo Ilari (2006, p. 73) relata esta questão:

De tempos em tempos, a incorporação de palavras estrangeiras foi vista como um problema por gramáticos, escritores e políticos: os mesmos argumentos foram então usados (de maneira pouco convincente, e, afinal, sem resultados práticos) para provar que as palavras estrangeiras “corrompem” a língua portuguesa e constituem um vício de linguagem – o barbarismo – que deve ser combatido a todo preço.

Recentemente foi aprovada, por deputados do Rio Grande do Sul, uma lei que visa banir os estrangeirismos em propagandas e documentos de Estado, conforme noticiado no *site* da *Folha de São Paulo*. Este trabalho não tem objetivo de avaliar a pertinência ou não de leis desta natureza, bem como também não serão discutidas possíveis consequências.

Os dois exemplos apresentados até aqui servem para demonstrar como o assunto é complexo e polêmico.

Este artigo não pretende defender ou criticar o uso de termos, expressões ou siglas estrangeiras. O objetivo deste trabalho é abordar alguns aspectos relacionados ao emprego de terminologias em educação a distância.

2. *Os desafios das terminologias*

Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 464) definem terminologia como “conjunto de palavras e expressões munidas de suas definições, por meio das quais uma disciplina científica ou técnica refere-se às noções que a constituem”. Formiga (2009, p. 39) aponta que “a terminologia delimita a abrangência de uma ciência e demonstra o domínio pelos seus propositores e usuários”.

A terminologia não deve ser compreendida apenas como “vocabulário técnico” específico de uma área. Muitas palavras do uso diário assumem significação específica em discursos acadêmicos e profissionais. Na área de educação, por exemplo, a palavra *treinamento* aparece fortemente associada à psicologia behaviorista, sendo evitada pelos críticos desta. A compreensão de *linguagem* para linguistas é mais restrita que aquelas que podem ser encontradas nos dicionários. Em outras palavras, os sentidos registrados em dicionários podem não ser suficientes para possibilitar compreender terminologias.

Da mesma forma, a tradução para a língua portuguesa de terminologias em língua estrangeira também pode gerar entendimentos vagos, incompletos ou equivocados. Em geral, a palavra *training* não é usada da mesma forma que *treinamento*. A tradução não garante uso idêntico em diferentes línguas. *Language* pode ser traduzido como dois termos em ciências da linguagem: língua e linguagem.

Logo, a terminologia deve ser conhecida e dominada por estudantes, professores e autores. Isto possibilita maior capacidade de compreensão discursiva para aqueles que atuam na área. Isto ocorre nas mais diversas áreas do saber.

3. *Língua inglesa em educação a distância*

Publicações e pesquisas em educação a distância (MAIA e MATTAR, 2007; VALENTE e MATTAR, 2007; TORI, 2010, por exemplo) apresentam com bastante frequência terminologias em língua inglesa. *E-learning*, *chat*, *blended learning*, *player*, *webquest* são apenas alguns exemplos de termos frequentes.

Em trabalho anterior (VILAÇA, 2010), aponto três motivos que contribuem para esta relação entre a língua inglesa e a educação a distância, que são aqui retomados:

- a) as experiências de universidades americanas e britânicas em cursos e pesquisas em EaD;
- b) o impacto dos Estados Unidos no desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação (TICs), de *softwares* e *hardwares*;
- c) o predomínio da língua inglesa na internet.

Devido às pesquisas e experiências americanas e britânicas em EaD (MAIA & MATTAR, 2007; MOORE & KEARSLEY, 2008; NUNES, 2009), muitos artigos são publicados em língua inglesa sobre as mesmas. Não resta dúvida de que a língua inglesa tem sido empregada para a divulgação de pesquisas acadêmicas por todo o mundo. Há inclusive casos de congressos que elegem a língua inglesa como língua oficial para a apresentação de trabalhos.

A língua inglesa também ocupa um lugar de destaque em publicações científicas em periódicos acadêmicos e revistas especializadas. Tanto no caso dos congressos, quanto no caso das publicações, é fácil constatar que a língua inglesa tem sido amplamente empregada para divulgação de pesquisas e estudos acadêmicos. Como consequência, isto favorece que termos variados se popularizem em língua inglesa.

A proximidade entre EaD e tecnologia é outro fator que contribui significativamente para de termos em língua inglesa. De uma forma geral, o inglês é visto como língua da tecnologia, especialmente das tecnologias digitais e, de forma mais específica, a língua dos computadores. No início década de 90, por exemplo, era comum escutar que para saber usar o computador era preciso saber inglês. Se hoje esta afirmação pode causar estranhamento, na época ela era bastante compreensível. Afinal, os *softwares* eram quase todos em língua inglesa e bastante complexo se comparados com softwares atuais. Era a época dos comandos e códigos em língua inglesa.

Atualmente a quantidade de softwares disponíveis em diversas línguas é enorme, principalmente os *softwares* mais populares. Além disso, são bastante visuais, autoexplicativos, intuitivos e similares. Logo, mesmo quando não há uma versão em língua portuguesa, muitas vezes os ícones, os símbolos, diminui a necessidade de compreensão mais avançada da língua inglês. A recorrência de termos básicos para comando em diversos programas também facilita para que o “repertório” estrangeiro não precise ser tão grande.

No entanto, isto não significa não usamos mais a língua inglesa em informática. Alguns exemplos de palavras inglesas populares são: *modem, chip, boot, mouse, software, hardware*.

A língua inglesa sem dúvida é a língua predominante da internet. Embora seja complexo tratar de estatísticas desta natureza, estima-se que aproximadamente 80% dos conteúdos na internet estejam em língua inglesa. Isto reflete o grande alcance da língua inglesa como língua mater-

na e estrangeira. Fato inegável, que não precisa ser amparado por estatística.

Convém mencionar que muitos *sites* que são disponíveis em várias línguas ou em versões específica para diferentes países possuem áreas disponíveis apenas em inglês. Isto é muito comum em *sites* de fabricantes de softwares e dispositivos eletrônicos diversos.

Em síntese, profissionais que atuem direta ou indiretamente com áreas tecnológicas com bastante frequência se deparam com palavras ou textos em língua inglesa.

Esta discussão não quer dizer que apenas a tecnologia seja responsável pelos termos em língua inglesa em EaD. Há, por exemplo, termos que se referem a modelos pedagógicos e a questões gerenciais entre outros. Exemplos disso são: *e-learning, blended learning, player, copyright, feedback, chat, mix, username, .*

4. Siglas

É grande também o número de siglas inglesas empregadas em EaD. Em geral, as siglas não apresentam equivalentes em língua portuguesa. O quadro abaixo apresenta algumas destas siglas, seus significados e a traduções:

Quadro 1 – Alguma siglas empregadas em EaD		
Sigla	Significado	Tradução
CMS	Content management system	Sistema de gestão de conteúdos
CMS	Course Management System	Sistema de gestão de cursos
CPU	Central Processing Unit	Unidade central de processamento
FAQ	Frequently Asked Questions	Perguntas frequentes
HD	Hard disk	Disco rígido
HD	High definition	Alta definição
HD	High density	Alta densidade
IMS	Instructional management system	Sistema de gestão instrucional
IP	Internet protocol	Protocolo de internet
LMS	Learning management system	Ambiente virtual de aprendizagem
URL	Uniform resource locator	Localizador uniforme de recursos

A sigla AVA – ambiente virtual de aprendizagem - é um dos poucos casos de siglas específicas em língua portuguesa empregadas em EaD. Siglas equivalentes em inglês são LMS, IMS e a ambígua CMS. Na maioria das vezes a sigla em língua inglesa é empregada.

No caso da sigla HD, podemos perceber que uma mesma sigla é empregada para termos diferentes (*hard disk*, *high density* e *high definition*). O mesmo acontece com a sigla CMS, que pode significar *content management system* e *course management system*. Em casos como estes, o contexto de uso desempenha um papel fundamental para evitar ambiguidade. Afinal, “gravar em hd” pode significar gravar em alta definição ou salvar um arquivo em *hard disk*.

FAQ tem sido usado em muitos *sites* de temas e propósitos diferentes para se referir a possíveis dúvidas dos visitantes sobre o *site*, um serviço, um software ou uma tecnologia. Certamente muita gente se depara com a sigla sem imaginar o seu significado literal e sua tradução.

A sigla URL é outro caso interessante. O seu significado “literal” não é de fácil entendimento. Na verdade, ela se refere ao endereço virtual, o domínio de um *site* (<http://www.ensinoatual.com.br>, por exemplo).

5. Neologismos

É possível encontrar em EaD neologismos em língua inglesa. O quadro seguinte apresenta alguns destes neologismos:

Quadro 2 – Alguns neologismos e suas composições	
Neologismo	Composição
edutainment	education + entertainment
netbook	notebook + internet
smartphone	smart + telephone
vlog	video + log
webtop	web + desktop
webware	web + software

Em parte, os neologismos são criados para referências a novos conceitos e tecnologias. A web 2.0 por exemplo é responsável por *webware* e *peopleware*. Para dispositivos eletrônicos, dois exemplos são *smartphone* e *netbooks*. Podcast, conforme apontado em Barros (2009), é a combinação de *iPod* (um dispositivo eletrônico da marca Apple) e *broadcast*.

A popularização de alguns termos faz com que muitas vezes não sejam facilmente reconhecidos como neologismos. Dois casos bem claros disso são *blog* (web + log) e *emoticon* (emotion + icon).

Os neologismos podem apresentar dificuldades de compreensão para iniciantes, já que não são encontrados com facilidade em dicionários

de língua inglesa. Neste caso, livros e dicionários especializados podem de grande utilidade.

6. Considerações finais

Certamente uma pergunta fica em mente: Porque não traduzir os termos e empregá-los em português? A resposta não é tão fácil por diversos motivos. Convém destacar que o próprio uso de estrangeirismo é uma estratégia de tradução (MUNDAY, 2001; BARBOSA, 2004). Esta questão merece uma atenção especial em trabalho específico sobre tradução. Afinal, alguns termos, em especial os neologismos, não podem ser traduzidos com facilidade. A tradução pode em alguns casos afetar a compreensão do termo.

Este trabalho não teve a pretensão de discutir vantagens, desvantagens ou riscos do uso da língua inglesa em publicações nacionais sobre EaD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos de tradução: uma nova proposta*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2004.
- BARROS, D. M. V. *Guia didático sobre as tecnologias da comunicação e informação*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.
- BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.
- FORMIGA, M. A terminologia em EaD. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- ILARI, R. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2010.

MAIA, C.; MATTAR, J. *ABC da EaD: educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOORE, M.; KEARSLEY. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MUNDAY, J. *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. New York: Routledge, 2001.

NUNES, I. B. A história da EaD no mundo. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

TORI, R. *Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

VALENTE, C. e MATTAR, J. *Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias*. São Paulo: Novatec, 2007.

VILAÇA, M. L. C. Educação a distância e tecnologias: Conceitos, termos e um pouco de história. *Revista Magistro*, N. 1. Vol. 2, 2010.

OS ASPECTOS ESTILÍSTICOS NO USO DAS CONJUNÇÕES

Charleston Chaves (UERJ)
charlestonchaves@ig.com.br

A estilística pode ser avaliada sendo a forma como o homem deixa suas marcas de personalidade no discurso, o estilo, então, é resultado das escolhas individuais que a *langue* propicia. Saussure em seus estudos objetivou avaliar apenas os aspectos lingüísticos relativos à *langue*, porque a noção de sistema era o que interessava em sua análise de descrição, uma vez que a *parole* era múltipla, e, justamente por se multifacetada, dava margem a interpretações diversas. O uso – campo da *parole* – é a base para avaliar o estilo e, com isso, Charles Bally, seu discípulo, viu neste aspecto não abordado por Saussure um campo vasto a ser explorado. O uso faz parte das escolhas do indivíduo e propicia uma enorme gama de funções a serem observadas a fim de perceber o estilo.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que como o estilo é justamente resultado da expressividade da linguagem, isso anula o princípio da arbitrariedade do signo defendido por Saussure. Quem questiona o princípio da arbitrariedade é Matoso Câmara (1977, p. 17-18):

Aqui, ainda estamos, a bem dizer, numa zona de fronteira em referência à linguagem humana plenamente elaborada. Se a manifestação e o apelo são, entretanto, funções normais dessa linguagem, é fácil perceber que a carga expressiva, estendendo-se a todos os elementos linguísticos, forceja por anular o princípio da arbitrariedade, sob cuja égide eles se constituíram.

Isso é uma demonstração de como o signo lingüístico é motivado e não arbitrário, quando se pensa em estilo; ainda mais pensando que, estilisticamente, a linguagem se manifesta por conta do caráter expressivo de quem se manifesta, por isso há uma intenção em se dizer algo, além de que o aspecto comunicativo só existe pensando no outro, ou seja, no receptor, item primordial no quesito interação comunicativa, daí ser resultado das manifestações do apelo. Por isso, Matoso fala em carga expressiva, já que nenhum discurso é isento e os elementos lingüísticos exteriorizam tal fator de não isenção. Caso o texto seja literário, essa motivação do signo torna-se ainda mais evidente, porque a seleção lexical, a organização sintática do discurso, o objetivo de produzir estranhamento, criatividade, inovação por meio da linguagem tornam-se mais expressivos.

O estudo dos conectivos (primordialmente conjunções) tendo como referência uma análise estilística materializa as escolhas lexicais, re-

forçando essa motivação do signo lingüístico e, por isso, evidenciando o estilo como marca discursiva.

Vários textos literários serão utilizados para análise dos recursos estilísticos das conjunções e o gênero escolhido é a poesia. O primeiro texto que segue para avaliação é um texto de João Cabral de Melo Neto:

TECENDO A MANHÃ

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(João Cabral de Melo Neto, *A Educação pela Pedra*)

No conhecido texto de João Cabral, o autor faz uso do polissíndeto com a conjunção *e* aditiva a fim de estilisticamente promover um aspecto semântico interessante no texto: o encadeamento das ações dos galos para conseguir refletir o valor de união entre os cantares dos animais. Logo de início, Cabral usa o adjetivo “sozinho” para que se justifique mais à frente a necessidade de união com os outros galos: “um galo sozinho não tece a manhã”. É importante notar que o verbo “tecer” também é essencial na estratégia de elaboração estilística do texto, conferindo a necessidade de união por meio de um tecido textual que é argamassado pelo uso da conjunção *e*, que, pouco a pouco, une os galos. No texto, quando se menciona o trecho “para que a manhã, desde uma teia tênue, / se vá tecendo entre todos os galos”, pode – se notar que a teia que os une pela idéia veiculada é o canto, mas estilisticamente em sua estratégia construtiva é o conectivo.

Nota-se, então, que a escolha da conjunção *e* era necessária para o propósito estilístico-discursivo e é com ela, associada a outros recursos,

que se constrói a idéia do texto. A propósito deste conectivo, seu uso em polissíndeto certamente é o que reforça seu valor aditivo, tão necessário ao contexto.

Outro texto que merece atenção especial na avaliação deste conectivo é “O mundo é grande” de Drummond.

O MUNDO É GRANDE

O mundo é grande e cabe
nesta janela sobre o mar.
O mar é grande e cabe
na cama e no colchão de amar.
O amor é grande e cabe
no breve espaço de beijar.

(Carlos Drummond de Andrade – in: *Declaração de Amor*)

Há usos distintos dessa conjunção que revelam um valor estilístico importante na composição da ideia central. A utilização principal é o e repetidamente com valor adversativo em contraposição ao seu uso prototípico aditivo que ocorre apenas em uma ocasião unindo os sintagmas “na cama e no colchão”. Mas é o valor opositor que ganha relevo no contexto, uma vez que, com esse uso estratégico, Drummond cria um recurso paradoxal interessante para demonstrar as contradições do amor e reforçar que, mesmo sendo grande, o amor cabe (pode ser expresso) em pequenos atos: “O amor é grande / e cabe no breve espaço de beijar”.

Enquanto no texto de João Cabral prevalece o encadeamento como estratégia sintática, em Drummond predomina a oposição como base discursiva a partir também da referida conjunção. Isso demonstra que os propósitos discursivos fazem com que o autor selecione e manipule a língua com suas próprias intenções. O sistema está lá, mas o uso é individualizante e, por consequência, estilístico. É bem verdade que não é apenas isso que caracteriza a maneira peculiar de cada um escrever, mas tomando o estilo como algo pessoal que, por si só, é uma manifestação individual, já apresenta por isso importância.

Em “A Arte de Amar”, Manuel Bandeira também releva empreendimentos interessantes das conjunções:

ARTE DE AMAR

Se queres sentir a felicidade de amar, esquece a tua alma.
A alma é que estraga o amor.
Só em Deus ela pode encontrar satisfação.
Não noutra alma.
Só em Deus - ou fora do mundo.

As almas são incomunicáveis.

Deixa o teu corpo entender-se com outro corpo.

Porque os corpos se entendem, mas as almas não.

(Manuel Bandeira, *Estrela da Vida Inteira*)

Todo o texto é “costurado” com elas de modo a sustentar a base argumentativa valorizada no texto. O poema deseja sustentar a tese de que a “arte de amar” não se constrói no amor entre os indivíduos espiritual, pois esse só encontraria plenitude em Deus, dessa maneira a defesa argumentativa orienta que, como “as almas são incomunicáveis”, devemos deixar que o corpo entenda-se com outro corpo, como única e adequada “Arte de amar” (“Deixa teu corpo entender-se com outro corpo”).

O mais interessante é que, para defender essa tese, o principal uso gramatical é a presença de conectivos com valores variados que são estrategicamente empregados de modo que se constituam, estilisticamente, relevantes. De início, no verso “Se queres sentir a felicidade de amar, esquece tua alma”, já há a afirmação – base a ser defendida ao longo do texto e ela se constitui inicialmente com uma conjunção cujo valor estabelece a condição para que se compreenda a arte de amar e se alcance a felicidade, reforçada, é bem verdade, pelo uso do imperativo (“esquece”) que visa reforçar o convencimento. Seguindo essa linha de convencimento com o excludente “só” associado ao uso da conjunção alternativa *ou*, o argumento se sustenta para evidenciar que o amor dos indivíduos é o dos corpos, porque o amor das almas se destinaria a Deus ou seria algo que se desconhece neste mundo (“Só em Deus – ou fora do mundo”). E para produzir uma espécie de conclusão que reafirme a tese defendida no verso final faz-se uso do explicativo *porque* e do adversativo *mas*; o primeiro reafirmando o entendimento dos corpos e o segundo a incompreensão e a incomunicabilidade das almas: “Porque os corpos se entendem, mas as almas não”. Nota-se assim o que se vem discutindo neste texto: as conjunções representam marcas importantes que revelam o estilo do autor.

Outro texto que merece destaque é “Retrato” de Cecília Meireles:

RETRATO

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios, nem o lábio amargo.
Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração que nem se mostra.
Eu não dei por esta mudança,

tão simples, tão certa, tão fácil:
Em que espelho ficou perdida a minha face?

(Cecília Meireles, *Viagem, Vaga Música*)

Nesse texto, a base estilística para produzir o efeito de sentido desejado é a *reiteração* com itens gramaticais diferentes, basicamente advérbios e conjunções, ambos funcionando como encadeadores textuais. Nenhum estranhamento nisso, já que a maioria das conjunções em língua portuguesa se gramaticalizou a partir dos advérbios latinos. Isso explica como muitas conjunções hoje chegaram a essa categoria gramatical de conectivo, possuindo função mais textual. Fenômeno justifica como vários advérbios vieram preencher a lacuna deixada pela ausência quase que total de conjunções latinas que passaram para a língua portuguesa. Na falta delas, houve evolução de advérbios a essa categoria para exercer tal função conectiva. Said Ali (2001, p. 166: § 1098-1100) não só cita as poucas conjunções latinas que passaram para a língua portuguesa como menciona o advérbio como aquele que preencheu principalmente essa lacuna deixada pela ausência das conjunções:

Obscura é a origem de certas conjunções latinas; porém, a julgar por aquelas cujo histórico se conhece, a linguagem não teria criado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviram a este fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença.

Da respeitável série de conjunções que faziam parte do idioma latino muito poucas passaram às línguas românicas. Em português existem *e* (*et*), *ou* (*aut*), *nem* (*nec*), *quando*, *se* (*si*), *como* (tem o sentido de *quom* e de *quomodo*, posto que pelas leis da fonética só se filie ao segundo desses vocábulos) e *que*, usada no latim vulgar. A substituição de *sed*, *autem*, por *mais* (depois *mas*), do advérbio ma(g)is, data do período pré-lusitano. (...)

A falta das demais partículas supre-se nas criações novas, isto é, advérbios, que se adaptaram ao papel de conjunção, assim como amplo emprego de *que*, simples ou combinado com preposições e com advérbios ou locuções de caráter adverbial (...)

No texto avaliado em questão, os empregos mais relevantes foram dos termos *assim*, *tão* e *e*. O primeiro que reforça o caráter descritivo na caracterização inicial do rosto (“assim calmo, assim triste, assim magro”), possibilitando reconhecer que o valor modal era importante ser reiterado a fim de deixar claro que a decadência não era apenas física (“magro”), mas também psicológica, a partir do uso também de adjetivos “calmo” (certa passividade / apatia) e “triste”. Com a repetição do *e* em “tão paradas e frias e mortas” o autor utiliza o recurso da gradação descendente em consonância com os adjetivos “paradas”, “frias”, “mortas”

para dar mais valor à degradação / debilidade em que se encontra. Além desse fator, a repetição do intensificador *tão* em “tão simples, tão certa, tão fácil” só deixa mais evidente ainda que a reiteração foi estratégia estilística com grande relevância, haja vista a ideia defendida da não percepção das mudanças por que passou. Só percebeu *hoje*, embora elas fossem inevitáveis – “simples”, “certa”, “fácil” – e intensificadas pela repetição do advérbio, recurso estilisticamente importante. Itens lexicais deixam visíveis que estilo é, sobretudo, seleção lexical adequada, que possibilita o reconhecimento dos valores apresentados em um texto. Os conectivos contribuem sobremaneira para que isso ocorra, por serem marcas discursivas que evidenciam o sentido textual.

Isso fica ainda mais com as seleções lexicais feitas no célebre poema “Mar Português” de Fernando Pessoa:

MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

Como o propósito é deixar claro que a obstinação dos portugueses era conquistar o mar a partir das *grandes navegações* (ideia central do texto) as consequências, mesmo esperadas, não diminuíram em nada a importância do feito, pelo contrário, só valorizaram. E, para evidenciar isso, a defesa argumentativa que se entrecruza com fatos narrados pauta-se no uso das conjunções como as marcas discursivas que direcionam o leitor. Notam-se três valores essenciais no poema para construção desse sentido: finalidade, condição e oposição.

Em relação à finalidade (“Para que fosses nosso, ó mar”), isso é o que sustenta a tese defendida no texto e orientada pelo uso da locução conjuntiva “para que”. Uma vez que o objetivo histórico era conquistar o mar, houve vários efeitos para isso ser alcançado. Isso é corroborado pela relação causa-efeito, orientada não por uma conjunção, mas pela preposi-

ção *por*, que representa a causa na linha argumentativa (“Por te cruzarmos, quantas mães choraram, / Quantos filhos em vão rezaram! / Quantas noivas ficaram por casar). Entretanto, dentro da proposta estilística do autor, a fim de deixar clara a defesa da tese, questiona se tudo teria valido a pena e logo após responde: “Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena”. Nota-se que o artifício discursivo é baseado na conjunção *se* de valor condicional ao criar uma sensação de hipótese, indispensável, nesses contextos, para se conseguir algo (não ter alma pequena – ser ao contrário disso ambicioso / corajoso / destemido), pois o objetivo a ser alcançado era grandioso e, mesmo que doloroso (“Quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor”), valia o sacrifício. Assim, ao final do texto, na passagem “Deus ao mar o perigo e o abismo deu, / mas nele é que espelhou o céu”, Pessoa confirma a tese fazendo uma metáfora sobre o mar e diz que, embora ele represente o “perigo e o abismo”, nele é que Deus “espelhou o céu”. Por isso, faz uso do contra-argumentativo *mas* para demonstrar que o mar também possui aspecto positivo, já que representa o céu – fator positivo que faz os portugueses verem que é possível alcançar grandes feitos.

Conclusão

Tudo isso quer mostrar que o *estilo* está mesmo relacionado aos elementos discursivos que produzem efeitos de sentido diferentes do esperado. E, como os discursos não são isentos, isso perpassa também as escolhas lexicais, por isso os elementos conectores constituem um dos aspectos que pode gerar efeitos semânticos interessantes por produzirem – em associação a outros aspectos gramaticais – valores que demonstram a criatividade do autor e, dessa forma, revelam seu estilo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 2001.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*, 1999. 508 f. Dissertação (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia, 1999.

BARROS, Clara; FONSECA, Joaquim (Orgs.). *A organização e o funcionamento dos discursos* - Estudos sobre o português - tomo I. Porto: Porto Editora, 1988.

BEIVIDAS, Waldir. *Estilo e subjetividade*: Capítulo de tese de doutoramento (1992). Publicado como artigo na revista *Psicologia & Psicanálise*, nº 5, Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFRJ, 1994, p. 79-90.

CÂMARA Jr, J. Matoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. edição. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CAVALHEIRO, Juciene dos Santos. *A concepção do autor em Bakhtin, Barthes e Foucault*: Capítulo de tese de doutoramento 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingedore Villaça. *Linguística textual*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Passagens, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Aileda de Mattos. Gramática textual: um ponto de vista. *Revista Philologus*, ano 10, n.º 30 - Suplemento. Rio de Janeiro: CEFEFIL. 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 30. ed. São Paulo: Cultrix. 2008.

**PODER E SUPREMACIA:
A VENDA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA
COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL**

Bruna Damiana (UERJ)
brunadamiana@gmail.com

1. Introdução

Em um quadro em que culturas e economias do mundo inteiro encontram-se interligadas – a chamada globalização –, e que a mídia nacional e internacional exerce papel fundamental na difusão e manutenção de crenças e ideologias, há a crescente necessidade de uma análise crítica da forma através da qual operam esses discursos midiáticos quanto a suas posições sociais, interesses e objetivos. Tal análise se dá com base em traços e pistas deixados nos mesmos, a fim de tornar clara a relação entre a linguagem e outras práticas sociais.

Uma das questões encontradas nesse quadro é o *status* adquirido pela língua inglesa, sendo atualmente considerada “língua franca”. O amplo comércio relacionado à venda do ensino de língua inglesa é um fenômeno mundial e suas proporções são significativas quando se trata do território brasileiro. Com isso, tem-se o crescimento também do gênero propaganda, vinculado aos cursos que oferecem esse serviço.

Tomando como ponto de partida a difusão e manutenção de ideologias pelos discursos, em caso especial o discurso midiático, e o crescimento da venda do ensino de língua inglesa no Brasil, o presente artigo visa a problematização e a análise da maneira através da qual essa venda é feita pelos principais cursos que oferecem o ensino de língua inglesa na cidade do Rio de Janeiro. Tem-se como hipótese a presença de certas estratégias discursivas nas propagandas desses cursos que legitimam e/ou fazem a manutenção das relações de poder existentes entre língua e cultura inglesa (e/ou norte-americana), no papel de dominantes, e língua portuguesa e cultura brasileira, no papel de dominadas.

O *corpus* de estudo compreende oito propagandas do tipo *folder* desses cursos, coletados em março de 2010. Serão analisadas, inicialmente, as escolhas léxico-semânticas veiculadas pelos sete itens, e, a seguir, a relação do conteúdo de suas mensagens com a realidade social mais abrangente. Uma vez que o gênero *folder* se caracteriza por ser um gênero multimodal, também será levada em consideração a representação

visual dos atores sociais. Busca-se obter como resultado posterior à análise a ratificação da hipótese apresentada, bem como melhor compreensão da construção das relações entre mídia e público, da identidade sociocultural brasileira em contraste com a inglesa (e/ou norte-americana) e da versão da realidade apresentada por esses textos.

Este trabalho se divide em sete partes, incluindo introdução, apresentação dos conceitos teóricos básicos, ideia e problema central de estudo, a própria análise crítica dos textos, uma breve discussão acerca dos resultados, conclusão e referências bibliográficas.

2. *Língua, discurso e poder na análise crítica do discurso*

Antes de iniciar a prática da análise do *corpus*, faz-se necessária uma breve apresentação do foco da corrente teórica adotada, além dos principais conceitos, pertinentes à análise, trabalhados pela mesma.

A análise crítica do discurso (ACD) tem como foco a relação entre o mundo social e a linguagem, estudando a forma como a realidade é apresentada, sancionada e criticada através dos discursos. De forma mais específica, pode-se dizer que a ACD se ocupa da construção das relações sociais, identidades, conhecimento e, principalmente, poder, através da prática discursiva.

Tendo como principais expoentes Norman Fairclough e Teun A. van Dijk, configura-se como corrente multidisciplinar, dialogando com diversas outras teorias, especialmente com a obra de Michel Foucault no que tange às relações de poder encontradas na sociedade e à natureza reguladora do discurso. Sendo assim, para a ACD, a linguagem deve ser entendida como prática social, cujos textos são perpassados por relações de poder. Seus estudos estão interessados em mapear a forma como a materialidade discursiva é utilizada para criar, disseminar, manter e legitimá-lo.

É sabido que os discursos presentes na vida cotidiana podem ser utilizados na construção ou legitimação de relações (desiguais) de poder, operando assim ideologicamente. Todavia, defende-se que tal poder não é inerente ao discurso e, sim, adquirido em sua articulação com a sociedade, a partir do uso que os agentes detentores do poder fazem do mesmo. A construção dessas relações acontece de forma dialética. Considere-se, portanto, a visão do teórico Mikhail Bakhtin, que aponta o meio social como centro organizador e regulador da atividade linguística.

Teun A. van Dijk (1993) postula que poder envolve controle, sendo este o controle de um grupo sobre o outro, ou de membros de um grupo sobre membros de outro grupo, e que o mesmo pode ocorrer de duas maneiras distintas. A primeira delas de forma limitadora, o que ocorre, por exemplo, quando há desigualdade entre a força física de dois indivíduos, ou quando há uma relação hierárquica profissional. A segunda ocorre mediante influência psicológica, cognitiva, sendo esta dita a mais efetiva forma de poder.

Contudo, para que a segunda relação seja instaurada, é necessária a existência não só de modelos cognitivos individuais, mas do que o teórico chama de cognição social. Por cognição social entende-se o conjunto formado não só pelas operações mentais individuais (tais como interpretações ou experiências vividas), mas, também, pela representação de estruturas sociais e pressupostos compartilhados. Todo tipo de discurso é monitorado pela cognição social porque suas origens estão na organização sociocultural como um todo. Para van Dijk, a cognição social é o que possibilita a criação de um link entre discurso e dominação. As ideologias, portanto, estão inseridas nesse contexto. E, por sua vez, os modelos individuais são o que permitem conectar o pessoal ao coletivo.

3. *A legitimação da ideologia através das propagandas*

Como já mencionado na introdução deste artigo, tem-se como hipótese o uso de determinadas estratégias discursivas nas propagandas dos cursos voltados ao ensino de língua inglesa na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, que acabam (indiretamente) por disseminar e legitimar uma relação desigual de poder entre língua e cultura inglesa (e/ou norte-americana) e língua portuguesa e cultura brasileira.

O discurso, para Fairclough (1989), funciona não só como forma de ação, mas também de representação. Em outras palavras, a cada ato discursivo há a representação de uma realidade social. Considera-se, grosso modo, o texto midiático, especificamente o gênero propaganda, um texto carregado de ideologias. Como todo outro, o texto midiático é construído por um grupo específico de indivíduos para outro grupo específico de indivíduos e as representações e versões da realidade apresentadas por ele dependem da relação entre o primeiro e o segundo grupo. Em função da análise em questão, os dois grupos correspondem respectivamente, a dominante e dominado. Busca-se, então, nesse caso, refletir

acerca da realidade apresentada pelo discurso midiático propaganda, cujo foco é a mudança social.

Tendo como característica principal a intenção de persuasão, esse gênero discursivo instaura sua relação de poder mediante influência cognitiva, a segunda das maneiras distintas estabelecidas por van Dijk anteriormente apresentadas. Ao contrário do que frequentemente se difunde, esse tipo de influência discursiva não corresponde necessariamente a um jogo radical de manipulação, sendo na maior parte das vezes instaurada e reproduzida por meio de textos orais e escritos presentes no cotidiano, aceitos de forma natural. E é precisamente a naturalidade alcançada por esses discursos o que acaba por legitimar tais relações desiguais de poder. Indo além, para Foucault, na sociedade moderna tais relações são instauradas, e seu poder exercido, por meio de práticas discursivas institucionalizadas, funcionando como “sistemas operacionais”.

Voltando à hipótese levantada, tem-se como ponto de partida a problematização da maneira como o discurso das propagandas dos cursos de língua inglesa é elaborado, de que forma contribui na construção das identidades dos atores sociais em questão e como trabalha os sentidos a fim de legitimar suas ideologias, não visando somente à análise do impacto do discurso junto ao seu público. A partir das escolhas léxico-gramaticais a serem analisadas, e da influência mútua entre discurso e sociedade, será possível identificar e explicar as estratégias discursivas utilizadas, bem como de que maneira ocorre essa legitimação.

Para Thompson (1990) há duas concepções de ideologia diferentes. A primeira delas, a qual chama de “concepção neutra de ideologia”, não carrega juízos de valores quanto ao fenômeno ideológico, sendo a ideologia apenas um aspecto da vida social entre outros quaisquer. A segunda, chamada “concepção crítica de ideologia”, corresponde ao sentido negativo, crítico ou pejorativo do fenômeno ideológico, que se apresenta ilusório ou parcial. Dessa forma, a ideologia em si não possui como característica primordial sua operação através de mascaramento ou ocultamento das relações sociais através do obscurecimento. Trabalhar-se-á, portanto, com a concepção crítica de ideologia.

Thompson afirma, ainda, que a ideologia faz-se necessária para que grupos submissos se mantenham submissos e para que grupos dominantes defendam o *status quo*. Estudar as formas simbólicas de ideologia é, então, estudar as maneiras através das quais o sentido serve para estabelecer e sustentar tais relações. São definidos pelo autor cinco modos de

operação da ideologia, sendo eles: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Na análise em questão serão observados os modos legitimação e reificação. Através do uso da legitimação as relações de poder são estabelecidas e sustentadas mediante suas apresentações como legítimas e justas, sendo dignas de apoio. Já na reificação o que ocorre é a retratação de uma situação transitória, histórica, como permanente, *natural* e atemporal.

Embora alguns autores diferem quanto à adoção dos conceitos de ideologia, as teorias críticas como a ACD, como ressalta Ruth Wodak (2004), buscam mediante seus estudos despertar nos agentes a consciência de que frequentemente são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses.

4. *Análise crítica do corpus*

A análise crítica do discurso se faz necessária quando um problema de natureza discursiva é percebido em algum eixo da vida social, seja quanto às atividades desse eixo ou quanto à reflexão de sua prática. A análise deve estar voltada, então, simultaneamente, para a estrutura do texto e para a interação desse texto com o meio social.

A análise da construção e das representações contidas em um texto de natureza qualquer tem como base questões como suas escolhas léxico-gramaticais. Ao escolher determinado item lexical, outros são excluídos, de forma que é possível identificar quais ideias são destacadas – explicitadas ou apresentadas de forma implícita – e quais são descartadas. Esse será o ponto de entrada da análise desse corpus, juntamente com forma como os atores sociais aparecem representados visualmente nos *folders*.

Em uma primeira análise comum a todos os itens do *corpus*, pode-se perceber que todos os textos em questão trabalham com a visão do já apto na língua inglesa e, conseqüentemente, bem sucedido, especialmente no campo profissional, capaz de aconselhar o outro em suas decisões. Quanto aos atores sociais, o ponto comum entre as propagandas é a apresentação de três elementos básicos: a mulher bem sucedida profissionalmente; o homem bem sucedido profissionalmente; os jovens e crianças em momentos de lazer. As mulheres são representadas como adultas, em vestes formais, típicas da mulher bem sucedida, aquela que “trabalha fora”. Apenas dois dentre os oito *folders* **não** apresentam essa figura fe-

minina. Da mesma forma, apenas nestes dois a figura do homem vestindo terno e gravata, também vestes de homens bem sucedidos, **não** é representada. Junto a essas duas figuras aparecem crianças e jovens, sempre em momentos de lazer e diversão, em contato com as mais recentes tecnologias. Mais uma vez, em apenas outros dois *folders* distintos **não** há essa representação.

Analisando os *slogans*, observa-se que em três deles há a alusão ao sucesso diretamente ligado ao conhecimento da língua inglesa. São eles: “Você faz, você vence.”, “Diga sim ao mundo!” e “Real life, Real English”. No primeiro, essa relação se mostra de forma extremamente transparente: o caminho para o sucesso, para vencer (nesse caso subentende-se “vencer na vida”, profissionalmente) é através das aulas do curso, que o tornará proficiente na língua inglesa. Já no segundo, o que temos é a associação entre o contato com as novas tecnologias e a possibilidade de interações sociais no mundo globalizado a partir dessa proficiência. Os dois *slogans* são construídos mediante frases simples e curtas, sem maior complexidade sintática. No terceiro item nos deparamos com um texto inteiramente escrito na língua alvo, trabalhando com duas associações, jogando com o campo semântico da palavra inglesa “real”, como também possível na língua portuguesa. A primeira delas quando a leitura é feita como “real” (/reiˈɑ:l/) significando real, concreto. Nesse caso, viver a vida real, concreta, tem como grande pré-requisito o conhecimento do inglês, também concreto, real. A segunda interpretação busca o significado de “Real” (mesma leitura fonética) vindo de realeza. O inglês britânico, da monarquia. Para alcançar tal *status*, somente através da língua inglesa. Em um quarto *slogan*, “Inglês Global”, há alusão ao status de língua franca adquirido mesma.

Quanto aos textos informativos encontrados nos *folders*, as frases que mais chamam atenção ao analisá-los criticamente são: “a escolha de quem é apaixonado pelo sucesso”, “aprendizado voltado para o sucesso”, “jovens e adultos preparados para o mundo globalizado”, “totalmente conectado com o mundo”, “novidades do mundo globalizado”, “para sua vida profissional e social”, “realizar essas conquistas”, “você desenvolve técnicas de liderança”, “Inglês. Logo você vai precisar”, “Você se garante ou a língua derruba você?”, “para realizar seus sonhos e alcançar o sucesso”, “interagir com o mundo”, “participar dos acontecimentos” e “língua universal”.

Assim como em um dos *slogans* supracitados, mais uma vez é reforçado o caráter universal adquirido pela língua inglesa. Outra caracte-

rística marcante é, novamente, a presença intensa da ideia de dependência entre dominar a língua inglesa e ser bem sucedido, bem como entre a possibilidade de usufruir do que o *mundo* tem a oferecer, incluindo suas novidades e tecnologias. Em um levantamento geral de todos os itens lexicais contidos nos oito *folders*, encontra-se de relevante os seguintes itens: mundo (8x), sucesso (4x), tecnologia(s) (5x), tecnológico(a) (3x), profissionais (3x), vida (3x), real (3x), realizar (2x), globalizado (2x), conectado(s) (2x), conexão (2x), melhor (2x), reconhece, sonhos, alcançar, global, novidades, importante, sonhar, planos, futuro, conquistas, interativo, lincado, precisar, liderança, garante, derruba, interligados, interagir, universal, universo, trabalho.

Van Dijk (1993) postula que uma das funções principais do discurso dominante é criar consensos, aceitação e legitimação de seu domínio, e que tais feitos podem ser sustentados e reproduzidos através do discurso midiático. Faz-se uso, então, dos dois modos de operação da ideologia definidos por Thompson (1990) citados anteriormente: a Legitimação e a Reificação. A Legitimação ocorre mediante a transmissão do ideal de que o aprendizado da língua inglesa se faz necessário para todas as pessoas, seja ela de qualquer núcleo político, social ou cultural, e independente de que carreira deseje seguir, desde que tenha como meta o sucesso. Isso ocorre através da estratégia chamada por Thompson de Universalização em que determinados acordos, que em verdade servem apenas ao interesse de alguns indivíduos, são apresentados como de interesse unânime. O receptor crê no ideal veiculado, uma vez que os países cuja língua mãe é a língua inglesa são tidos como desenvolvidos, de “primeiro mundo”, representando *status* social. A Reificação ocorre uma vez que tal situação histórica não é encarada como algo transitório e sim permanente, atemporal e *natural*. Bem como a necessidade do aprendizado da língua inglesa se apresenta também natural.

5. *Discussão acerca dos resultados*

É possível observar que o recorte social feito nessas propagandas – por veicular a associação do sucesso, das conquistas e das realizações pessoais possíveis à proficiência na língua inglesa – acabam ainda veiculando e legitimando uma relação desigual de poder entre língua e cultura local e língua e cultura alvo. O público alvo de tais propagandas crê, compartilha, e é levado a auxiliar na legitimação da ideologia em questão. Trabalham-se, portanto, os modelos cognitivos individuais e a cog-

nição social. Pode-se dizer que, de fato, há motivações político-econômicas tangenciando a forma como os discursos dessas propagandas são construídos, constituindo então um reflexo da dominação político-econômico-cultural existente no mundo globalizado.

Um dos ideais difundidos pelos próprios estabelecimentos de ensino de língua inglesa em seus discursos midiáticos, e aceito com naturalidade por seus receptores, é precisamente a relação íntima entre a proficiência na língua inglesa e o sucesso profissional do indivíduo. Acredita-se na necessidade de se frequentar regularmente um curso de idiomas a fim não só de ampliar o currículo de habilidades pessoais, mas ainda de atender a uma forte exigência estabelecida pelo mercado de trabalho brasileiro e aceita pelos futuros trabalhadores. Todavia a reflexão proposta mediante esse quadro é: “O aprendizado da língua inglesa se apresenta realmente necessário para que se alcance o sucesso profissional?”. E a resposta é negativa. Quantos não são os profissionais bem sucedidos, entre eles autônomos, microempresários e outros trabalhadores de diversos segmentos nos quais não há necessidade do uso, contínuo ou esporádico, da língua inglesa?

Tornou-se hábito crer nessa falácia graças aos *status* dos países envolvidos, cuja língua inglesa é a língua mãe. Os países chamados de primeiro mundo representam um sucesso ideológico ainda maior do que o “simples” sucesso profissional cotidiano. Não basta conquistar um bom trabalho, um bom salário. Dissemina-se a necessidade das roupas mais caras, das inúmeras viagens executivas, dos mais atuais equipamentos eletrônicos. E, além da contaminação por esse ideal, ocorre a subsequente, que é a crença de que tal ideal só pode ser alcançado mediante a proficiência do indivíduo na língua inglesa, por ser através de seu uso que “todas as portas podem ser abertas”.

6. Conclusão

Feita a análise crítica do corpus selecionado, obtém-se a ratificação da hipótese apresentada. Há, nesses discursos midiáticos, a presença identificável de estratégias – tanto relacionadas ao campo lexical quanto a representação visual dos atores sociais – visando a instauração e legitimação de ideologias, entre elas o ideal de que há a necessidade de que brasileiros sejam proficientes na língua inglesa a fim de alcançar o sucesso. Uma vez que são encontradas tais estratégias, percebe-se que não somente é feita a venda do ensino de língua inglesa como também a difusão

e manutenção desse ideal quando já instaurado, ainda que falacioso, uma vez que não há real necessidade dessa proficiência para o sucesso profissional em diversas áreas.

O ponto central a ser discutido é a aceitação pelos receptores de uma dominação ideológica que passa despercebida aos olhos desatentos. Graças a Legitimação e Reificação do *status* adquirido pela língua inglesa, bem como pelos países em que a mesma é a língua mãe, tal crença passa a fazer parte do coletivo, um pressuposto compartilhado em larga escala. O que se apresenta, então, é a representação na materialidade discursiva de um quadro político-econômico-social em que língua portuguesa e cultura brasileira encontram-se em um plano inferior à língua e cultura inglesas (e/ou norte-americanas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

_____. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. London: Longman, 1995.

LEAL, Maria Christina Diniz. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *DELTA*, vol. 21, n. esp. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29252.pdf>. Acesso em novembro, 2010.

LUKE, Allan. Introduction: Theory and Practice in Critical Discourse Analysis. In: SAHA, L. (Ed.). *International Encyclopaedia of the Sociology of Education*. Elsevier Science, 1995. Disponível em: <http://gseis.ucla.edu/faculty/kellner/ed270/Luke/SAHA6.html>. Acesso em novembro, 2010.

MURILLO, Luís Felipe Rosado. *Uma proposta de interface entre dois domínios da análise de discurso: a linha francesa e a sua relação com a teoria crítica do discurso*. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br>. Acesso em: novembro, 2010.

PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) *Análise crítica do discurso – uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

RESENDE, Viviane Ramalho. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, John Brookshire. *Ideology and modern culture*. London: Stanford University Press, 1990.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Principles of Critical Discourse Analysis – Discourse and Society*. London: Routledge and Kegan Paul, 1993.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and Practice*. New York: Oxford University Press, 2008.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. esp., 2004, p. 223-24.

**POLIFONIA E IMPLÍCITO
COMO RECURSOS ARGUMENTATIVOS
EM TEXTOS MIDIÁTICOS**

Solange Silveira Souza (UNESA)
solangesilveira@ig.com.br

O presente trabalho teve por objetivo analisar os índices de polifonia e de implícito, elementos fundamentais para uma melhor compreensão de um texto, usados como recursos argumentativos em textos midiáticos, ou seja, artigos assinados, publicados por jornais de grande tiragem no Brasil. Levando-se em consideração que a principal função desses textos é a de informar a realidade a partir de uma ótica, de maneira a situar o leitor nos fatos importantes para a sua comunidade, além de mantê-lo atualizado a respeito de seu contexto sócio-histórico, é de grande importância analisar tais recursos linguísticos utilizados nesses textos com a intenção de persuadir o leitor.

O estudo foi dividido em duas partes. Num primeiro momento, abordaram-se as noções de polifonia e de implícito, baseando-se, principalmente, na pesquisa desenvolvida por Regina Célia Angelim e, com grau de comprometimento menor, em bibliografia complementar. Posteriormente, foi feita a aplicação da teoria em um texto midiático.

1. Polifonia

Por polifonia entende-se a “multiplicidade de sujeitos responsáveis pelo ponto de vista das falas em um texto” (ANGELIM, 2003, p. 15), acrescentando-se que este é um recurso estratégico usado com frequência nas dissertações de convencimento. Tal recurso possui marcas linguísticas como: emprego de verbo no pretérito imperfeito, de verbo na voz passiva, de verbos cujos significados explicitam tratar-se de outro falante, de uso de partícula indeterminadora do sujeito, de modalização, de discurso indireto, de nominalização de fatos.

Segundo Koch (2007, p. 63), polifonia designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir ‘vozes’ que “falam de perspectivas ou pontos de vista diferentes com os quais o locutor se identifica ou não”. De acordo com a autora, existem “índices” que caracterizam, no texto, a presença de outra voz, tais como os operadores argumentativos,

os marcadores de pressuposição, o futuro do pretérito como metáfora temporal e o uso de aspas. Observe-se que, segundo essa autora, os marcadores de pressuposição aparecem como “índices” de polifonia.

2. Implícito

Para Platão e Fiorin (2007, p. 307), todos os textos contêm informações transmitidas explicitamente, ao passo que outras se encontram implícitas: são os pressupostos e os subentendidos.

Como implícito, pode-se entender, segundo Mangueneau (2008, p. 271), “o conteúdo que não constitui o verdadeiro objeto do dizer”, ficando a cargo do interlocutor a responsabilidade por sua interpretação.

Angelim (2003, p. 16) afirma que “não existem marcas de implícito, mas sempre se pode estabelecer uma ‘ancoragem textual’ explícita para ele”. A autora utiliza o termo “suportes significantes” para os pressupostos e “índices” para os subentendidos. Doravante esses serão os termos utilizados.

2.1. Pressupostos

No que se refere aos pressupostos, em muitos enunciados, conforme esquema apresentado por Angelim (2003, p. 16), pode ser estabelecido uma ancoragem textual para eles. Essa ancoragem se subdivide em cotextual, em que a base se situa no todo verbal explicitado; paratextual, em que a base se situa fora do texto e a contextual, em que a base se centra na situação, ou seja, na competência enciclopédica.

Cabe salientar, contudo, que Koch (2007, p. 46), diferentemente da abordagem apresentada por Angelim, afirma que “além dos operadores argumentativos existem outros elementos linguísticos” que introduzem os pressupostos, a saber:

- verbos que indicam mudança ou permanência de estado;
- verbos factivos, ou seja, que indicam estado psicológico;
- alguns conectores circunstanciais.

Também Platão e Fiorin (2007, p. 307), seguindo a mesma linha de pensamento de Koch, nos apresentam os pressupostos como unidades não expressas de maneira explícita, mas que possuem termos que servem

de marcadores de pressuposição, dentre os quais se destacam: (*idem, ibidem*)

- adjetivos ou palavras similares;
- verbos que indicam mudança ou permanência de estado;
- verbos que indicam um ponto de vista sobre o fato expresso por seu complemento;
- certos advérbios;
- orações adjetivas;
- certas conjunções.

Segundo Orlandi (2008, p. 82), o dispositivo teórico da análise do discurso inaugurou novas maneiras de ler, que indicam que o dizer tem relação com o não dizer, ou seja, o dito e não dito, em que o não dito (que também significa) é subsidiário ao dito; o pressuposto constituindo-se como uma das formas de não dizer.

2.2. Subentendidos

Em relação aos subentendidos, Angelim (2003, p. 16) afirma que:

(...) usa-se a nomenclatura de Kerbrat-Orecchioni e fala-se apenas em ‘pressupostos’ e ‘subentendidos’. Interessa é a diferença entre o que tem suporte significante (pressuposto) e o que não os apresenta e se infere por índices (subentendidos).

A autora menciona o fato de que a pressuposição resiste à negação e até mesmo a interrogação, mas altera o subentendido.

De acordo com Platão e Fiorin (2007, p. 310) subentendidos são “insinuações, não marcadas linguisticamente, contidas numa frase ou num conjunto de frases”. Salienta, também, que entre pressupostos e subentendidos existe uma diferença crucial: enquanto os primeiros são indiscutíveis, já que resultam, necessariamente, de alguma marca linguística colocada na frase, os segundos são de responsabilidade do ouvinte. Ocorre com o subentendido o mesmo que ocorre com o jogo de esconde-esconde, isto é, “o falante pode esconder-se atrás do sentido literal das palavras e negar que tenha dito o que o ouvinte depreendeu de suas palavras” (PLATÃO; FIORIN, 2007, p. 311). O subentendido é usado para

que o falante possa proteger-se: diz sem dizer, sugere, mas não diz. É o “não dito que significa” (ORLANDI, 2008, p. 82).

Puro Lula, o mais legítimo

Azar do presidente Lula que o caso de Sakineh Ashtiani, a mulher iraniana condenada a morrer apedrejada por traição conjugal, lhe tenha cruzado o caminho nesta hora de tanta boa vontade para com o Irã. Sorte de Lula por ocorrer num momento em que nada o constrange. Pode defender igualmente uma causa e a causa oposta, avançar não importa que argumento, arriscar não importa que proposta – e ainda zoar, brincar e cantarolar, no auge do maravilhamento com seus 80% de popularidade, suas supostas realizações e consigo mesmo. O puro Lula, o legítimo, o de última e mais avançada geração, emergiu nas três vezes em que abordou o caso da infeliz senhora.

Roberto Pompeu de Toledo (*Veja*, 11/08/2010, p. 150)

a) Pressuposto:

“...nesta hora de tanta boa vontade para com o Irã ” – reporta ao fato de que os dois países, provavelmente, nunca mantiveram relações diplomáticas amigáveis. Suporte de natureza contextual – base na situação (conhecimento ativado de fatos do momento).

“Sorte de Lula por ocorrer num momento em que nada o constrange” – pressupõe-se que no passado diversas situações deixaram Lula constrangido, mas que no momento isso não mais ocorre, tamanha a sua autoconfiança (suporte: *nada o constrange*). Existe um tom de ironia, de censura. Suporte de natureza paratextual.

“O puro Lula, o legítimo, o de última e mais avançada geração” – percebe-se uma forte ironia e também uma intertextualidade que remete a uma antiga propaganda de bebida (suporte: *o puro, o legítimo*). Suporte de natureza paratextual e contextual.

b) Subentendido:

“no auge do maravilhamento com seus 80% de popularidade” – subentende-se que o povo está satisfeito com a governabilidade do presidente já que sua popularidade atinge os 80%. Índice de natureza contextual.

“...suas supostas realizações...” – do adjetivo “supostas” subentende-se que ele não cumpriu, de fato, as promessas de campanha. Índice de natureza contextual.

Na primeira vez, soltou a tese da “avacalhação”. Ao lhe perguntarem se estaria disposto a interferir em favor da condenada, respondeu que isso não cabe a um presidente. “É preciso ter cuidado, porque as pessoas têm leis, as pessoas têm regras. Se começam a desobedecer às leis deles para atender aos pedidos de presidentes, vira avacalhação”. O mesmo argumento de respeito às leis alheias já havia sido utilizado antes com relação aos presos políticos de Cuba. Se as leis de cada país devem ser respeitadas, então a África do Sul teve razão em manter Nelson Mandela preso, por desrespeito às leis do *apartheid*. E o Brasil de 1980 teve razão em decretar a prisão de certo Luiz Inácio da Silva, dito Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, por desrespeito à Lei de Segurança Nacional.

c) Polifonia:

“...soltou a tese da ‘avacalhação’ ” – o uso das aspas como marcador polifônico é utilizado como meio de manter a distância do autor em relação ao termo utilizado, atribuindo ao presidente Lula a responsabilidade pelo uso de tal expressão.

“Ao lhe perguntarem ... respondeu que isso não cabe a um presidente” – reporta possível fala dos jornalistas. A marca linguística é o verbo “perguntar”. Outro marcador polifônico é o verbo “responder”. Esses verbos explicitam tratar-se de outros falantes. O discurso indireto é outro marcador polifônico.

“*É preciso ter cuidado, porque as pessoas têm leis*” – reporta a própria fala do presidente a fim de deixar claro como Lula “solta” as palavras sem analisar o que está dizendo, ou seja, as pessoas são regidas por leis; e não as pessoas possuem leis, sendo, desta forma, inadequado o uso do verbo “ter”. O uso de aspas é o marcador linguístico.

a) Pressuposto:

“Se as leis de cada país devem ser respeitadas, então...” – infere-se que o presidente Lula não deveria ter usado o argumento de respeito às leis alheias já que algumas injustiças são cometidas em nome da lei, co-

mo, por exemplo, o caso da mulher iraniana, bem como o do próprio presidente quando líder sindical (suporte: na condicional *se, então*). Suporte de natureza contextual.

b) Subentendido:

“...soltou a tese da avacalhação” – fica subentendido um tom de ironia ao se empregar o termo *tese*, visto que não se trata exatamente de uma *tese*. Índice de natureza contextual. O outro índice encontra-se no verbo *soltar*, do qual subentende-se que Lula não pensa as palavras: ele as solta.

“o mesmo argumento ... já havia sido utilizado antes” – subentende-se novamente o tom irônico do autor ao empregar o termo “argumento”, deixando claro o tom crítico ao discurso do presidente. Índice de natureza contextual.

Na segunda vez, num comício em Curitiba, aderiu à avacalhação. Anunciou que telefonaria a Ahmadinejad, para falar do assunto. E adiantou: “Se essa mulher está causando incômodo, nós a receberemos de bom grado no Brasil”. A inusual proposta de asilo à condenada, como se fosse integrante de um movimento rebelde, não é o único momento digno de nota na frase. Há também as distrações no modo de se expressar, do desrespeitoso “essa mulher” ao “incômodo” que ela estaria causando – quando incômodo grande, este, sim, é o que o regime iraniano está causando à senhora Ashtiani. Lula estava nessa ocasião em seu ambiente, à vontade como costuma quando num palanque, trocando cumplicidade com o público. Terminou, caracteristicamente, com uma nota de humor, ao observar que, se também os homens fossem condenados ao apedrejamento por traição, “atire a primeira pedra, ai, ai, ai, aquele que não traiu” – e riu, e zoou, e avacalhou, e até cantarolou o samba de Ataulfo Alves ao pronunciar o “atire a primeira pedra”.

c) Polifonia:

“anunciou que telefonaria a ... do assunto” – reporta fala do presidente Lula. A marca linguística é o verbo *anunciou*, introdutor do discurso indireto.

“E adiantou: ‘Se essa mulher está causando incômodo, nós a receberemos de bom grado no Brasil’. Reporta fala do próprio presidente,

marcada pelo uso de aspas o que garante o distanciamento do autor do texto da fala de Lula. A marca linguística é o verbo *adiantou*. Outro índice de polifonia é o uso do pronome *nós*, que ecoa como se fosse a voz do povo brasileiro.

“atire a primeira pedra, ai, ai, ai, aquele que não traiu” – reporta a fala do próprio presidente. Novamente a utilização do recurso de aspas como forma de manter distanciamento daquilo que é dito pelo presidente Lula, destacando versos de uma canção popular, ou seja, uma paródia empregada pelo presidente. Além das aspas, outra marca linguística é o verbo no modo imperativo.

a) Pressuposto:

“não é o único momento digno de nota” – pressupõe-se que existam vários outros momentos dignos de nota nos discursos de Lula. Suporte de natureza paratextual e contextual.

“Há também as distrações no modo de se expressar ...” - pressupõe-se que Lula seja um “distraído” em várias outras situações, pressuposição com base na palavra “também”. Suporte de natureza paratextual.

“Lula estava nessa ocasião ... à vontade” – pressupõe-se que, quando está à vontade, ele se sinta tão descontraído que se distraia ao empregar certas expressões. Suporte de natureza cotextual.

“Terminou, caracteristicamente, com uma nota de humor, ou suposto humor ...” – pressupõe-se que o que o presidente considera como humor e o emprega como marca frequente em seus discursos pode ser engraçado para ele próprio, mas não o é para outras pessoas. Suporte de natureza cotextual.

b) Subentendido:

“Há também as distrações no modo de se expressar...” – fica implícito que Lula é um descuidado na seleção dos vocábulos que utiliza em seus discursos. Índice de natureza cotextual.

Em resposta ao oferecimento de Lula, o porta-voz do Ministério do Exterior iraniano afirmou que o presidente brasileiro é “muito humano e emotivo”, mas não está bem inteirado do caso. Se quisesse, o Irã lhe poderia passar mais esclarecimentos. Foi uma pena que Lula não tenha

dado sequência ao oferecimento de esclarecimentos. O caso de Ashtiani é obscuro. Anunciou-se que ela não será mais apedrejada, mas não se revogou a sentença de morte. O crime de que é acusada já variou de relações extraconjugais durante o casamento a relações depois da morte do marido, de relações com um homem a relações com dois homens.

Acrescentou-se depois que o homem, ou um dos homens, seria o assassino de seu marido. Como última novidade, introduziu-se a denúncia de que ela não responde apenas por traição, mas também por assassinato.

c) Polifonia:

“o porta-voz do Ministério do Exterior iraniano afirmou que o presidente brasileiro ‘é muito humano e emotivo’ – tem-se, aqui, a voz do autor do texto, bem como a do porta-voz ministerial, marcada tanto pelo verbo “afirmar”, bem como pelo uso de aspas, que salienta o que foi dito pelo representante daquele governo e afasta o autor dos adjetivos empregados pelo porta-voz para se referir ao presidente Lula.

“Anunciou-se que ela não será mais apedrejada” – o emprego do verbo “anunciar” é a marca linguística de polifonia, já que deixa claro tratar-se de outros falantes. O uso da voz passiva é, também, outro marcador polifônico, utilizado nos verbos “anunciou-se”, “não se revogou”, “acrescentou-se”, “introduziu-se”.

a) Subentendido:

“o presidente brasileiro é muito ‘humano e emotivo’, mas não está muito bem inteirado do caso” – subentende-se que o presidente Lula está usando um critério subjetivo para analisar a situação da mulher iraniana, quando, de fato, deveria utilizar um critério objetivo, isto é, baseado em conhecimento suficiente para a realidade daquele país, os quais, contudo, ele parece não possuir. Infere-se que ele não deveria se intrometer em assuntos diplomáticos que não lhe dizem respeito. Suporte de natureza contextual.

Se não houve pedido de esclarecimentos, houve comentário à declaração iraniana. Foi a terceira vez que Lula abordou o assunto, e o fez muito satisfeito. Ele gostou de ser chamado de “humano e emotivo”. “Fico feliz que o ministro do Irã tenha percebido que eu sou um homem

emocional. Eu sou muito emocional.” Era Luiz Inácio Lula da Silva em estado de encantamento com Luiz Inácio Lula da Silva. Ser “emotivo” (ou “emocional” – a divergência fica por conta das traduções diferentes do original iraniano) é um ingrediente que cai bem na composição do personagem Lula. E ninguém mais entusiasmado com o personagem Lula do que o próprio Lula. Ninguém mais embalado no mito Luiz Inácio Lula da Silva do que Luiz Inácio Lula da Silva.

b) Polifonia:

‘Fico feliz que o ministro do Irã tenha percebido que eu sou um homem emocional. Eu sou muito emocional’ – o trecho traz como marca polifônica a fala do próprio presidente, destacada pelo uso de aspas.

a) Pressuposto:

“E ninguém mais entusiasmado com o personagem Lula do que o próprio Lula. Ninguém mais embalado no mito Luiz Inácio Lula da Silva do que Luiz Inácio Lula da Silva” – o termo “mais” faz pressupor uma onisciência, uma prepotência, uma vaidade tão exacerbada que coloca Lula acima do bem e do mal. Ao contrário do que se esperava de Lula (que ele fosse o “salvador da pátria”), ele acabou se tornando “o exterminador do futuro”. Contudo, ele vê a si próprio como mais do que um herói nacional – ele se considera um mito. Suporte de natureza contextual.

A primeira pessoa vitimada pela síndrome de se considerar Napoleão Bonaparte foi Napoleão Bonaparte. Encher-se de si mesmo pode revelar-se um desvio tão agudo quanto o desvio clinicamente mais aberrante de achar-se outra pessoa. Numa crônica citada na última *Veja*, Manuel Bandeira referiu-se à vaidade de Heitor Villa-Lobos escrevendo: “Villa-Lobos acaba de chegar de Paris. De quem chega de Paris, espera-se que venha cheio de Paris. Entretanto, Villa-Lobos chegou de lá cheio de Villa-Lobos”. Lula é outro caso irremediável. Luiz Inácio Lula da Silva encheu-se sem volta de Luiz Inácio Lula da Silva.

b) Polifonia:

“Manuel Bandeira referiu-se à vaidade de Heitor Villa-Lobos escrevendo: ‘Villa-Lobos acaba de chegar de Paris (...) chegou de lá cheio de Villa-Lobos’ – aqui, há duas marcas de polifonia, a do autor do texto,

realçada pelo uso de aspas, e a de Manuel Bandeira, também marcada pelo uso das aspas.

a) Pressuposto:

“Lula é outro caso irremediável” – pressupõe-se que, além de Napoleão Bonaparte, também Villa-Lobos e o próprio presidente Lula foram acometidos pelo mesmo mal e que este mal não tem remédio. Suporte de natureza contextual.

b) Subentendido:

“A primeira pessoa vitimada pela síndrome de se considerar Napoleão Bonaparte foi Napoleão Bonaparte” – subentende-se uma forte crítica ao comportamento de Lula, comportamento este visto até mesmo como uma doença, uma vez que o autor utiliza o termo “síndrome”. Subentende-se, também, que não só Napoleão Bonaparte sofria desse mal, mas também outros personagens como Villa-Lobos e o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. Índice de natureza contextual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 2002.
- ANGELIM, R. C. C. Polifonia e implícito como recursos argumentativos em textos midiáticos. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Org.). *Texto e discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- KOCH, I. G. V. *Inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 2005
- PLATÃO, Francisco Savioli; FIORIN, José Luiz. *Lições de texto, leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007.
- SANTOS, Leonor Werneck dos. *Discurso, coesão, argumentação* (Org.). Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
- WOLF, Virginia. Como se deve ler um livro? In: KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 2004.

**PONTUAÇÃO:
ORIENTAÇÃO DE USO PELA ÓTICA DOS GRAMÁTICOS
AO LONGO DO TEMPO**

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ e UNISUAM)
taniamnlc@gmail.com

1. Introdução

A necessidade de eternizar a expressão fez o homem, desde os primórdios, recorrer a arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, no intuito de não deixar perder dados de uma história. Daí, o valor da escrita, que, além de guardar a palavra, materializa o pensamento, revelando valores, visões de mundo, sentimentos, que, até um momento anterior, se mantinham em estado de possibilidade; em condição de imanência, ou de manifestação apenas oral.

A história da humanidade deixa explícita a importância da escrita na civilização ocidental. Seu desenvolvimento pode servir de divisor dessa história: o que havia antes e o que passou a haver partir dela, identificando-se com os avanços do espírito humano. O texto escrito dispõe de um instrumento gráfico próprio: a pontuação.

A sistematização dos fatos gramaticais, em geral, é preocupação constante dos estudiosos da língua portuguesa, dos mais antigos aos mais modernos. A pontuação é um dos assuntos que vem despertando um olhar mais atento por parte dos linguistas, em função das bases de uso que oferece. A atualidade de tal estudo revela-se não só pelas produções acadêmicas como também pelos diferentes manuais de emprego dos sinais gráficos existentes no mercado.

Expomos a visão dos gramáticos em cujas obras se encontram capítulos específicos sobre pontuação. A disposição diacrônica, ao lado de atender a exigências técnicas, demonstra claramente as diferentes bases sobre as quais o emprego dos sinais gráficos se tem apoiado ao longo do tempo, quais sejam: sintática, semântica, rítmicas. As semelhanças e as diferenças presentes nas orientações dos gramáticos, diacronicamente, refletem essa variedade.

A apresentação dos autores obedece à ordem crescente da publicação da primeira edição de cada obra.

2. De Fernão de Oliveira a Mário Pereira de Souza Lima

2.1. Fernão de Oliveira

Nosso primeiro gramático, em sua obra *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, apresenta observações interessantes a respeito do aspecto da oralidade da língua, antecipando, em muitos pontos, padrões consagrados pela linguística atual.

Sua primeira anotação sobre a língua portuguesa deixa implícita a ideia de que outros estudos deveriam seguir-se, como se observa na passagem abaixo, extraída do prólogo:

...e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento: etimologia: e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando do nada de cada dicção porque isto ficava para outro tempo e obra. (1933, p. 14-5)

O fragmento permite afirmar que o fato de o autor não fazer, na obra citada, observações sobre pontuação significa que tal estudo seria desenvolvido em outra oportunidade, estudo este não realizado. Torreira (1993) levantou características de pontuação no próprio discurso de Fernão de Oliveira e encontrou, por exemplo, a frequente indicação de parágrafo com o uso do caldeirão, no início e nas subdivisões de capítulos, emprego também presente na "Cartinha", que é anterior a Oliveira.

2.2. João de Barros

Na última seção de sua obra "Da Orthografia", mais especificamente sob o título "Dos Pontos e Distinções da Oraçám", João de Barros examina as pausas da escrita. Não se limita, porém, o autor a uma abordagem estritamente descritiva da pontuação. Ao lado disso, toma-a como efeito, sobretudo, da sintaxe. Destaca que uma das principais funções dos sinais gráficos está em evitar construções ambíguas, o que, em alguns casos, é fácil de ocorrer quando eles não são empregados.

Desse modo, a anfibologia de que trata o autor tem base na construção sintática. Ainda assim, João de Barros não desconsidera a força do ritmo no uso da pontuação.

Sua pontuação conserva os termos clássicos "côma" e "côlo". Além desses, o autor considera o ponto interrogativo e os parênteses, estes últimos mais voltados para uma figura de construção do que para a pontuação ortográfica.

2.3. Pero de Magalhães de Gândavo

Em sua obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, edição fac-similada de 1981, o autor aborda o emprego da vírgula, dos dois-pontos e ponto. Para Gândavo, a vírgula mais se distingue de dois-pontos pela pausa do que pela sintaxe em si. No final da passagem, o autor explicita uma ideia de gradação de força rítmica, em vez da noção sintática, para a diferença entre os sinais.

Outros sinais são também apontados por Gândavo, tais como o ponto de interrogação e o hífen duplo, que indica partição dos vocábulos no "final da regra", ou seja, da linha. Além desses, alude ao uso dos parênteses:

2.4. Duarte Nunez do Lião

A obra *Orthographia da Língua Portuguesa* data de 1576. É a primeira ortografia de grande fôlego escrita em língua portuguesa. Marca a obra um momento de ruptura pelo fato de buscar uma escrita etimológica, em oposição à fonética, defendida por Fernão de Oliveira e João de Barros.

Apresenta como razão das pausas, além do aspecto semântico, a causa rítmica.

2.5. Álvaro Ferreira de Vera

Foi publicada, em 1631, a obra *Ortographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. No que diz respeito à pontuação, atribui a ela papel semântico em sua ocorrência no período. Em outra passagem do texto, seu texto apresenta a defesa da pontuação como parte integrante dos estudos ortográficos da língua, pois "quanta mais propriedade tiuer nos pontos e accents, tâta mais ventajem terá." (fl.2), segundo Torreira (1993, p. 59)

Em sua obra, os sinais de pontuação vêm classificados como "arte" e dividem-se em "pontos e notas", aperfeiçoando a listagem verificada em Lião.

O painel até aqui levantado aponta aspectos relevantes com relação a diferentes pontos de vista a partir dos quais se faz uso da pontua-

ção. Ao lado da base sintática, defendida por João de Barros, encontra-se ainda motivação semântica e rítmica, defendidas pelos demais autores apresentados, excetuando-se Fernão de Oliveira, que não chegou a posicionar-se em virtude de não haver escrito especificamente sobre o assunto em questão.

2.6. Jerônimo Soares Barbosa

Em *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, Barbosa define a pontuação do seguinte modo:

... a arte de distinguir na escriptura, com certas notas, as diferentes partes e membros da oração, a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom de inflexão da voz com que as deve providenciar. (1881, p. 59)

A definição acima ajusta dois aspectos relacionados à produção do sentido: o sintático e o rítmico, uma vez que o autor relaciona aos instrumentos da escrita marcas presentes na linguagem oral. No decorrer de seu estudo, faz observações sobre a importância dos espaços em branco entre as palavras e, além disso,

... diz que um ponto simples é obrigatório após toda oração de sentido perfeito e independente gramaticalmente de outra, se interrogativo ou exclamativo, pode vir facultativamente no início, mas obrigatoriamente no final da oração. (CAFEZEIRO: 1993, p. 91).

Estabelece também uma espécie de hierarquia no uso dos sinais gráficos, como se observa na seguinte passagem:

Nunca use ponto e vírgula, sem que antes haja vírgula; nem também use dois pontos, sem que antes preceda ponto e vírgula: porque a pontuação mais forte supõe d'antes a mais fraca. (...) orações que se podem distinguir com vírgulas somente, não se deve pontuar com ponto e vírgula; as que se pode distinguir só com ponto e vírgula não se devem pontuar com dois pontos: porque a pontuação nunca deve ser supérflua. (IDEM)

As orientações de Barbosa remetem à ideia de distribuição ascendente e harmoniosa entre conteúdos, pausas e pontuação, numa escala em que nada é excedente. Nesse aspecto, trata-se de uma organização matemática proporcional na construção do texto.

Nossa conclusão encontra apoio em outra passagem selecionada por Cafezeiro (1993):

É tanto errada a regra da pontuação que alguns dão, mandando por sempre vírgula antes do que, quanto pelo contrário, nunca se deve por senão

quando a oração principal e a incidente são tão extensas, que vêm a exceder a medida de uma pausa ordinária que é a de verso de 13 a 17 sílabas. (*Ibidem*)

Mais de uma vez a gramática aparece como condutora de um procedimento. À semelhança do que algumas vezes se ouve falar a respeito do rigor formal da poesia parnasiana, por exemplo, têm-se aqui estabelecidas por Barbosa orientações que obrigam que o texto obedeça a regras e a compassos no momento de sua produção.

2.7. Ernesto Carneiro Ribeiro

Em sua obra *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa* (1955), apresenta o estudo da pontuação como o décimo segundo tópico abordado na "Parte Quarta" da referida obra: "Da Phraseologia ou Syntaxe", com o título "Da pontuação": "PONTUAÇÃO é a arte de indicar por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem falla ou lê". (p.705)

Considerada pelo autor como "de máxima utilidade", justifica-o da seguinte maneira:

... distinguindo os varios sentidos parciaes ou totaes, a ligação e subordinação de uns aos outros, sua dependencia e relações, aclara e esclarece o discurso, adaptando a palavra aos altos destinos a que ella obedece na vida da humanidade.

Esses signaes, como diz a *Encyclopedia*, são de alguma sorte *as notas musicais do discurso*.

Ribeiro estabelece, pois, que, ao lado de uma marcação rítmica, aludida pela presença de pausas e, metaforicamente, adiante apresentados os sinais de pontuação como "as notas musicais do discurso", a organização sintática garante a inteligibilidade do enunciado.

Fiel à necessidade de observar e de considerar a "história da língua – sua evolução progressiva", posição presente no prólogo da primeira edição, Ribeiro aponta que "a arte de pontuar", como ele considera o uso dos sinais de pontuação, era totalmente desconhecida nos primeiros escritos.

Traduzindo a Bíblia, afirma S. Jeronymo não haver encontrado no original hebreu signal algum de distincção, sendo mister, para facilitar a intelligencia do texto, recorresse ao emprego de notações distinctivas para separar os membros das frases e os versetos... Já trezentos e tantos annos antes de Christo, comentando Aristoteles os escriptos de Heraclito de Epheso, havia notado a difficuldade de pontuar sem exprimir pensamentos diversos dos que tinha

em mente o autor, visto que no texto original não se lhe oferecia notação alguma distintiva para lhe elucidar o sentido e lhe segurar a interpretação. (p. 704)

Duas questões surgem de imediato nas considerações de Ribeiro: a primeira diz respeito ao papel da pontuação como elemento organizador do texto por parte daquele que lê; a segunda, decorrente da primeira, relaciona-se à produção do sentido, destacando o cuidado de o leitor ater-se à interpretação do autor.

"Verdade é", diz Girard, "que relativamente á pureza da linguagem, a beleza da expressão, á delicadeza e solidez dos pensamentos, é de pouca valia a pontuação... Mas alluvia e conduz o leitor, indica-lhe os lugares onde é mister repousar para colher folego, e que tempo deve respirar. (p. 705)

Trazendo o autor a visão de Girard, percebe-se que este deixa evidente que o texto, do ponto estético, prescinde da pontuação. Esta, no entanto, mostra-se como um instrumento importante do mecanismo da leitura, não só em termos mecânicos, como também, acreditamos, orientadores daquele que lê, daquilo que está sendo lido. Portanto, o ato de pontuar estaria mais diretamente voltado para o enunciatório do que para o enunciador, no sentido de fazer com que aquele resgatasse, da forma mais plena possível, o sentido pretendido por este, conforme se depreende da seguinte passagem:

... Contribue para a honra da intelligencia, dirigindo a leitura, de feição que o ignorante pareça, como o homem de intelligencia, comprehender o que lê; regula a attenção dos que escutam e lhes fixa os limites do sentido; remedeia emfim as obscuridades do estylo..." (p. 706)

Ribeiro aponta que a pontuação tem como finalidade a clareza da linguagem, que, por sua vez, leva clareza ao pensamento e precisão e distinção às ideias, tudo isso resultado da organização sintática do texto, pois, segundo o autor, pontuação e sintaxe caminham juntas.

É frequente o destaque que o autor dá à construção do sentido, chamando a atenção para o papel da pontuação como fator de textualidade, a partir das intenções significativas daquele que escreve – "o criador".

2.8. João Ribeiro

Em *Grammatica Portugueza* (1933), destinada ao curso superior, João Ribeiro apresenta, no "Apêndice", o subtítulo "Pontuação", isolado do corpo sequencial da obra, junto com as "Notas finais".

Demonstra sua preferência pela denominação "notações sintáticas" a "pontuação".

Além de considerar a pontuação como indicadora de estruturas sintáticas definidas, atribui igual importância às pausas rítmicas (aspecto fonético) e ao sentido (aspecto semântico), conforme demonstra a seguinte passagem: "... sinais ou símbolos que auxiliam a compreensão do discurso escrito (...) são determinados pelo sentido e pela necessidade de respirar..."

Ribeiro divide as referidas notações em três classes: aquela que determina as divisões das partes do discurso (vírgula, ponto, ponto-e-vírgula e parágrafo – alínea); a que exprime comoção ou movimento d'alma (reticências, ponto-de-interrogação e ponto-de-exclamação) e a que se usa para clareza dos manuscritos (travessão, aspas, parênteses).

Sobre o uso de diferentes sinais, diz que "estão um pouco ao arbítrio do escritor", não se submetendo, pois, a regras rigorosas.

2.9. Eduardo Carlos Pereira

Em sua *Gramática Expositiva – Curso Superior*, 15ª ed., Pereira apresenta o "capítulo IV – Da Pontuação" na seção relativa aos estudos sintáticos. Divide os sinais gráficos usados na escrita em três categorias: abreviaturas, notações ortográficas ou léxicas e notações sintáticas ou lógicas. A pontuação faz parte do terceiro grupo.

Segundo o autor, pontuação "é o conjunto dos sinais gráficos ou notações que têm por fim discriminar os diversos elementos sintáticos da frase, mirando a clareza, as pausas e modulações próprias na leitura" (p. 369-370).

Aponta, ainda, a possibilidade de esses sinais serem divididos em três espécies distintas: notações objetivas (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto final); notações subjetivas (ponto de interrogação, ponto de exclamação, pontos de reticência, parêntesis); notações distintivas (aspas ou vírgulas dobradas, travessão, parágrafo, chave).

Uma observação importante faz o referido autor acerca do emprego dos diferentes sinais gráficos:

A teoria da pontuação é vária, e no seu uso não há uniformidade entre os nossos escritores. Uns têm pontuação mais forte e abundante, outros mais frouxa e apoucada. Salvo alguns poucos casos, não há regras absolutas. Do

uso vário dos bons escritores, tiramos as que nos parecem mais aceitáveis. Com a invenção da imprensa é que as notações sintáticas se foram definindo e multiplicando até chegar ao estado atual. Nos velhos documentos vernáculos anteriores ao século XVI, toda a pontuação consistia no uso irregular da *coma* (dois pontos), do *cólon* (ponto), das *vergas* ou *virgulas*. Dos clássicos pouco seguras, em geral, seriam as regras da pontuação que pudéssemos induzir. A pontuação tem por fundamento, segundo Beauzê, os seguintes princípios: 1º) a necessidade de respirar; 2º) a distinção dos sentidos parciais, que constituem um discurso; 3º) a diferença dos graus de subordinação, que convém a cada um desses sentidos parciais no conjunto do discurso. (p. 370).

Ainda que Pereira localize a pontuação no grupo das notações lógicas, evidencia uma espécie de "falta de lógica", no sentido restrito da expressão, no uso particular que os escritores fazem dos sinais de pontuação, o que pode chegar a dividi-los em dois grupos, os autores que pontuam muito e aqueles que pontuam pouco. Segundo o autor, poucos são os casos em que se podem estabelecer regras absolutas, donde a variedade do emprego.

Quanto às irregularidades existentes nos textos antigos, é importante destacar que, no tocante à pontuação, as diferenças que se mostram ao longo do tempo decorrem de princípios distintos que norteiam o emprego, não sendo, pois, o sintático, o único existente ou possível de ser considerado.

2.10. Mário Pereira de Souza Lima

No início do século XX, Mário Pereira de Souza Lima, no capítulo "Da pontuação" de sua *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa* (1937), apresenta-nos as seguintes considerações:

583. Servem os signaes de pontuação para indicar as pausas do discurso determinadas pela necessidade de respirar e pela distinção e relacionamento dos sentidos da phrase. E porque não resultam das palavras consideradas em si mesmas, mas de sua coordenação e dependência recíproca, chamam-se também notações syntacticas. (...)

585. Não há entre os escriptores uniformidade no modo de pontuar. Procurando, porém, antes uma systematização de princípios que uma revisão de factos da lingua, dão-se a seguir algumas regras cujo fim é facilitar a leitura e tornar mais claras a dependência ou distincção das ideias. (p. 503)

Embora aborde a questão do sentido, Souza Lima contempla a sintaxe como base da pontuação.

Observa-se também que o autor menciona o fato de não haver uniformidade no comportamento dos escritores em geral quanto ao uso da

pontuação, dado que será trabalhado ao longo deste estudo, além de confirmar a posição anteriormente apresentada em João Ribeiro.

A diferença existente entre os autores – Ribeiro e Souza Lima – reside na disposição do tópico em suas obras. Enquanto o primeiro considera a pontuação como apêndice à sua gramática, Souza Lima insere-a como último capítulo, intitulado "Da pontuação", do "Livro Quinto", ("Da construção do período"), o que estabelece a sintaxe como a região mais adequada à pontuação.

3. De Antenor Nascentes a Celso Cunha

3.1. Antenor Nascentes

Em *O Idioma Nacional*, (1960), o autor relaciona o emprego dos sinais de pontuação ao ritmo, à entoação e à expressão. Seja a seguinte passagem: “Bem pronunciadas e bem acentuadas as palavras, a fala ficará em muitos casos incompreensível se não obedecer a certa cadência de acordo com o sentido da frase e com o fôlego da pessoa. (...)” (p. 36).

A indicação do ritmo e da entoação do período é dada na escrita, pelos sinais de pontuação.

É preciso atribuir a cada sinal de pontuação o seu verdadeiro valor.

A vírgula indica uma pausa pequena.

O ponto e vírgula indica pausa maior do que a vírgula.

O ponto, indicando o fim da frase, exige um repouso completo.

Os dois pontos indicam uma pausa em seguida à qual se espera uma citação.

O ponto de exclamação exige uma elevação da voz que denote espanto, raiva ou outro sentimento.

O ponto de interrogação indica que se deve imprimir à frase a entoação propícia que pergunta. (1960, p. 38)

Conclui-se, pois, que, para Nascentes, atribuir "valor" aos diferentes sinais de pontuação implica empregá-los adequadamente, levando em conta propriedades semânticas relacionadas a cada um deles.

Segundo o autor, "a expressão é a manifestação interior das emoções internas" (1960, p. 39). Desse modo, na fala, traduz-se na voz e também nas expressões fisionômicas e nos gestos; na escrita, no uso adequado da pontuação, entendendo-se aqui "adequado" como apropriado à manifestação pretendida, segundo nosso ponto de vista.

3.2. Napoleão Mendes de Almeida

A obra *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* acha-se dividida em sessenta e sete capítulos, que, na sinopse feita por Almeida, compreendem três grandes áreas: Fonética, Morfologia e Sintaxe, além de seções mais curtas, destinadas a Etimologia e Apêndice Literário. O estudo da Pontuação é feito no capítulo sessenta e cinco e constitui parte do estudo da Sintaxe.

O autor abre o referido capítulo com o conceito de Júlio Ribeiro sobre pontuação: "arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não tem entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes" (1999, p. 570), a partir do que, logo em seguida, faz duas observações. A primeira chamando a atenção do aluno para o que vem a ser "ligação íntima" entre "partes do discurso", qual seja a do sujeito com o verbo e a do verbo com o seu complemento, o que impede o emprego de vírgula, separando-as. A segunda alude ao "processo de pontuação do português atual", o qual "diverge do seguido pelos clássicos, dos quais pouco seguras seriam as regras de pontuação que pudéssemos induzir" (p. 570).

Entendemos merecer essa segunda observação um comentário. Conforme já abordado em momentos anteriores desta pesquisa, a falta de "segurança" sobre as regras de base, à qual alude Almeida, decorre do fato de estar o princípio norteador do uso da pontuação, seguido pelos clássicos, apoiado em padrões diferentes do sintático, o qual, por sua vez, sustenta o atual. Portanto, a dificuldade não está na pontuação em si, mas na necessidade de conhecer os pilares da construção dos textos antigos, antes de a sintaxe ser estabelecida como critério de procedimento. Mais adiante, voltaremos a esse ponto, de maneira mais sistemática e particularizada.

Prosseguindo, o autor apresenta os sinais de pontuação, que, segundo ele, se dividem em três classes: objetivos, subjetivos e distintivos. São notações objetivas a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos e o ponto final; subjetivas, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências e os parênteses; as distintivas, as aspas, o travessão, o parágrafo, a chave, os colchetes e o asterisco.

Embora o autor não explicita cada uma das três classes referidas, indutivamente, a partir da maneira como instrui o emprego dos sinais de cada uma delas, é possível estabelecer os critérios da divisão e suas res-

pectivas denominações.

A classe objetiva inclui os sinais cujo emprego se deve essencialmente a razões de ordem sintática; a "objetividade" decorre da obediência aos princípios de estruturação e de regência da sintaxe.

A subjetiva envolve aspectos semântico-pragmáticos ou de enunciação; não essencialmente sintáticos, portanto, que estão relacionados aos sinais que dela fazem parte.

A distintiva encerra seu procedimento primeiro: distinguir, o que pode ocorrer para apresentar enunciados de diferentes enunciadores, introduzir expressões populares, marcar ênfases e ironia, expor ideias, por exemplo.

No todo, a orientação dada por Almeida quanto ao uso dos sinais gráficos segue aquelas encontradas nos autores que têm a sintaxe como base única para o estabelecimento de regras para o referido emprego, o mesmo ocorrendo para os casos em que a entonação (classe subjetiva) é privilegiada.

Nos dois últimos capítulos da obra, o autor volta-se para alguns aspectos teóricos ligados à literatura, apresentando *Apêndice Literário* (cap. LXVI) e *Versificação* (cap. LXVII). Interessa-nos especialmente o primeiro deles, no qual se encontram conceitos que vale considerar.

Sobre estilo, expõe o autor:

O estudo da gramática não passa de munição para um combate; quanto maior for o conhecimento da gramática, tanto mais munidos nos encontraremos para a luta. Não basta estar apercebido de abundantes e valiosos petrechos, conhecer cabalmente o funcionamento das armas: é preciso servir-se delas. Se a gramática estuda as palavras e a sua combinação para a expressão correta do pensamento, a *estilística* mira a beleza. Se a gramática tende a fixar-se em moldes uniformes de expressão, a estilística, isto é, o *estudo do estilo* não tolhe a liberdade no gênio nas combinações estéticas da palavra. Se aquela é geral, esta é individual. *Estilo* é, pois, a maneira peculiar, individual, de expressar cada escritor os seus pensamentos. (p. 584)

Ainda que caracterizado de forma metafóricamente belicosa e superficial, o autor abre espaço para as rupturas e subversões dos fatos gramaticais – considerados todos os tópicos trabalhados na presente obra, sempre que a estética for o objetivo principal. A pontuação artística acha-se, pois, devidamente contemplada. Nenhuma construção artística aparece como exemplo; certamente, para o autor, cuidar da estilística seria indevido em uma obra que tem a gramática como foco, ao lado da

grande preocupação constantemente demonstrada ao longo da obra, com relação aos cuidados com o conhecimento do idioma; na verdade, para ele, um dever cívico: "A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos" (p. 2). Assim, considera que escrever bem, redigir "é, em primeiro lugar, conhecer o idioma em que se escreve; em segundo, sentir, conhecer, dominar o assunto sobre que se escreve. Esses são os dois pilares em que se assenta qualquer obra literária, seja qual for o gênero..." (p. 585).

Visto que só subverte com arte aquele que bem conhece a língua na qual escreve, mais uma vez se percebe a possibilidade de acolhimento a construções literárias desviantes do ponto de vista da gramática, incluindo-se nos casos possíveis os sinais de pontuação.

3.3. Carlos Henrique da Rocha Lima

Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima, até certo ponto, dá seguimento às ideias de Ernesto Carneiro Ribeiro, apesar de situar a pontuação como último capítulo da área da "Sintaxe". É dele o seguinte comentário:

As pausas rítmicas – assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais –, são de três espécies:

1 – Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. Marcam-na a vírgula, o travessão, os parênteses, o ponto e vírgula, os dois pontos.

2 – Pausa que indica o término do discurso ou de parte dele. Assinalam-na o ponto simples, o ponto parágrafo, o ponto final.

3 – Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo. Mostram-na o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências. (1992, p. 458)

Do fragmento destacado, é possível detectar que o autor expõe uma flutuação no que se refere à base a partir da qual a pontuação é empregada: rítmica, sintática e semântica.

3.4. Evanildo Bechara

Evanildo Bechara situa o capítulo relativo à "Pontuação" entre "Sintaxe" e "Estilística", na obra *Moderna Gramática Portuguesa*.

... entendemos por pontuação uma "sistema de reforço da escrita", constituído

de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (1999, p. 604)

Na passagem acima, ainda que confirme a sintaxe como área linguística da pontuação, Bechara faz referência também a questões rítmico-melódicas e semânticas. Tal ideia é confirmada, a seguir, quando o autor escreve o seguinte:

O enunciado não se constrói como um amontoado de palavras e orações. Ele se organiza segundo princípios gerais e dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam esses princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. (p. 606)

Ainda segundo o autor, os sinais de pontuação são empregados de modo a atender à iniciativa e à decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e das construções utilizadas.

3.5. Manuel Said Ali

Said Ali insere o estudo da pontuação na área da "Sintaxe e Estilística", em sua obra *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Segundo o autor, "Pontuação é o emprego de certos sinais gráficos que se colocam entre orações e partes da oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudança de tonalidade, ou simplesmente para chamar a atenção." (p. 228)

É dele ainda a seguinte observação:

Entendem alguns gramáticos que o conceito de pontuação deve abranger também o emprego das notações ortográficas, acento, til, traço de união, apóstrofos, de que tratamos em outra parte deste compêndio. São os seguintes os sinais de pontuação: a vírgula (,) o ponto e vírgula (;), os dois pontos (:), o ponto final (.), O ponto de interrogação (?), o ponto de exclamação ou admiração (!), os parêntesis arqueados (), ou sem forma de colchetes ([]), as reticências (...), as aspas (" "), o asterisco (*), o travessão (–) e o parágrafo (§).

A partir daí, aponta os empregos dos diferentes sinais acima apresentados, tomando a sintaxe como ponto de partida para o estabelecimento das diferentes regras.

3.6. Gladstone Chaves de Melo

Gladstone Chaves de Melo, na obra *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, apresenta seu estudo dividido, além da Introdução, em três partes: Fonética, Morfologia (com um respectivo Apêndice) e Sintaxe. Essa terceira parte ele subdivide em Sintaxe Analítica, Emprego das Formas ou Sintaxe das Diversas Classes de Palavras e Sintaxe das Relações. Nesse último subgrupo acha-se o capítulo intitulado "Da Pontuação". O espaço que ocupa, na obra, o estudo desta pesquisa certamente não deixa dúvidas no leitor quanto à abordagem que será realizada.

Chama, porém, a atenção a forma como o autor introduz o capítulo:

Costumam as gramáticas incluir esta matéria, que é direta consequência da sintaxe e a ela pertence. Não obstante este enquadramento gramatical, é a pontuação muito mais um problema de Estilística do que da Gramática. Exatamente como vimos ser para a ordem.

Escusado dizer que a pontuação é assunto exclusivo da língua escrita: seria o óbvio do óbvio. Apesar disso, muita gente diz que em tal ou tal situação se deve fazer pausa, porque há vírgula. Ora dá-se precisamente o contrário: foi ali posta a vírgula porque havia pausa. (1968, p. 380).

O fragmento revela o cuidado inicial do autor em localizar no campo da Estilística os aspectos ligados tanto à pontuação quando à ordem dos termos na oração (Sintaxe de Colocação). No que diz respeito a esse último assunto, afirma Melo:

... Toda língua revela umas quantas tendências de colocação das palavras, *tendências essas que constituem a ordem habitual. O que foge disso é costume chamar-se ordem ocasional.*

(...)

Concretamente, a ordem depende de uma série de fatores, como a história da língua, a tradição, a necessidade de clareza, a eufonia, o desejo de pôr em destaque este ou aquele elemento, a euritmia prosaica ou poética. Por isso mesmo, a ordem é muito mais assunto de Estilística do que de Gramática; (p. 362-3)

Portanto, ainda que Melo não haja especificado os motivos que o levaram a fazer tal afirmativa em relação ao emprego dos sinais gráficos, a atribuição da mesma área de responsabilidade a ambos os assuntos permite estabelecer também para a pontuação os fatores enumerados para a escolha da ordem dos termos sintáticos em uma frase ou em uma oração. Haverá, pois, momentos em que a tradição (que se poderá associar à obediência ao padrão sintático de uso dos sinais) ou a clareza ou o destaque de alguma ideia ou o ritmo mais prosaico ou mais poético determina

rá a escolha feita por quem produziu determinado texto, o que efetivamente amplia para outros campos, além do sintático, as possibilidades de emprego da pontuação.

Além desse ponto, Melo também evidencia a inter-relação fala/escrita. Longe de ser entendida como simulacro da fala, a escrita resgata alguns traços daquela, especialmente no tocante aos aspectos rítmicos.

O autor segue o capítulo:

Os sinais de pontuação – aspas, colchetes, dois-pontos, parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão, vírgula, porque se aplicam às palavras ordenadas na frase e no período, chamam-se também *notações sintáticas*. (p. 380)

Estranhamente Melo, que anteriormente deixara clara a abertura do uso da pontuação, apresenta, no fragmento acima, os sinais de pontuação como "notações sintáticas", dado o papel que eles desempenham nos enunciados. Certamente um esvaziamento daquilo que fora anteriormente colocado, não deixando claro o posicionamento do autor em relação ao critério de emprego.

Em seguida, sobre o propósito do capítulo, lê-se que:

... Não vamos tratar exaustivamente da matéria (...), mas apenas acudir ao que é mais urgente, ou seja, prevenir e remediar.

Prevenir erros frequentes e clamorosos de pontuação, que observamos dia por dia nos trabalhos dos alunos; remediar, com pedir atenção para eles e com fornecer aos discentes e apedeutas alguns critérios seguros que lhes valham de guia na insciência ou nas perplexidades. (p. 380)

O trecho destaca o propósito de guiar a produção escrita do aluno, na medida em que não são apontadas as intenções de "prevenir e remediar" "erros". A leitura, que, sem dúvida, tem na pontuação um de seus suportes para a compreensão, não é mencionada, a menos que se estabeleça seu sucesso como consequência natural da "boa escrita", o que efetivamente não se mostra pertinente, dadas as complexidades próprias de cada uma das referidas habilidades.

A finalidade, no texto, do assunto em questão é apresentada da seguinte maneira: "Servem os sinais de pontuação para marcar as pausas do discurso, algumas entonações, certas mudanças de ritmo ou de altura, e para deixar claros os relacionamentos sintáticos." (p. 380)

O fragmento destacado dá conta de dois objetivos da pontuação: um ligado ao campo rítmico-semântico e outro, ao terreno sintático, o

que resgata a abrangência do emprego dos sinais gráficos, trazida pelo autor no início do capítulo e aqui já demonstrada.

Ao tratar, propriamente, do emprego dos sinais, o autor inicia a apresentação da seguinte maneira: "Isto posto, vamos às coisas mais práticas." (p. 391), referindo-se certamente às questões de aplicação, encerradas no sentido do adjetivo "práticas".

Sobre o ponto final, o ponto de interrogação e de exclamação, declara:

1 – Todos sabem que o *ponto final* encerra o período declarativo ou enunciativo. E todos devem saber que haverá tantos pontos-finais quantos períodos haja, quantos descenços haja extremos do nível musical da frase. Noutras palavras, quantas vezes se mude de sentido, depois de queda do tom.

2 – E todos ressabem que o ponto-de-interrogação e de exclamação marcam, respectivamente, o tom ascensional interrogativo e o tom ascençoadescensional da surpresa e da emoção.

A abordagem dos itens 1 e 2 é visivelmente rítmica, relacionando o ritmo à produção de sentido. Aponta, pois, para o padrão rítmico-semântico.

A partir do item 3, porém, quando trata da vírgula, até o 9, que fecha o capítulo, a abordagem é essencialmente sintática sobre o emprego dos sinais apresentados, salvo alguma breve consideração de ordem semântica ou estilística quanto ao uso de algum deles. Por exemplo, ao tratar dos usos da vírgula junto de conjunções coordenativas aditivas (e, ou, nem) ou quando considera aspectos ligados a pausas, incluindo as de realce. Por essa razão, consideramos dispensável a transcrição.

Observa-se, pois, que, apesar das alusões à possibilidade de emprego da pontuação fora do padrão sintático, é evidente a valorização deste no tratamento do assunto. Voltando à expressão "coisas mais práticas", anteriormente citada, poderiam ser consideradas "práticas" os procedimentos relativos à sintaxe, pelo fato de decorrerem de regras estabelecidas e memorizáveis. Sendo, pois, menos práticos o ritmo, a entonação, deveriam ficar fora do foco do assunto? É uma questão que, a nosso ver, deve ser analisada.

3.7. Celso Ferreira Cunha

Na obra *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita por Celso Cunha, com a colaboração de Lindley Cintra, encontramos o

estudo da pontuação numa ordem que permite observar a força do ritmo e da sintaxe estilística.

A língua escrita não dispõe dos enumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada.

Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação.

Os sinais de pontuação podem ser classificados em dois grupos:

O primeiro grupo corresponde aos sinais que, fundamentalmente, se destina a marcar as pausas: a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula.

O segundo grupo abarca os sinais cuja função essencial é marcar a melodia, a entoação: os dois-pontos, o ponto-de-interrogação, ponto-de-exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, o colchetes, o travessão.

Observações: 1 – Esta distinção didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa. Em geral os sinais de pontuação indicam ao mesmo tempo, a pausa e a melodia. (1985, p. 625)

O fragmento acima ratifica o anteriormente afirmado, na medida em que remete a uma pontuação rítmico-semântica, ao lado de outra sintático-estilística.

Outro ponto a destacar-se refere-se ao fato de, apesar de divididos em dois grupos, os sinais, em geral, passam as duas ideias, ao mesmo tempo, segundo observação do próprio Celso Cunha.

É possível, assim, concluir que pausas e entoação constituem eixos de um mesmo aspecto: a produção do sentido.

Em outro trabalho, *Gramática de Língua Portuguesa*, 1977, editada pela FENAME, Celso Cunha também aborda o assunto em questão, no capítulo XI, dos doze que compõem a obra. Ambas as obras do autor apresentam basicamente os mesmos exemplos, explicados da mesma maneira. Ao longo das explicações fornecidas, sente-se a multiplicidade de ângulos pelos quais pode ser visto o emprego da pontuação, conjunto este em que a abordagem sintática é apenas uma das possíveis.

É, entretanto, importante destacar a maneira como Cunha (1977) fecha o capítulo, diferente do que ocorre com a outra obra aqui apresentada. Apresenta o autor uma espécie de conclusão geral do assunto, seguida de duas observações.

Na conclusão do capítulo XI, aponta o autor:

1 – Pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto. O emprego inadequado de um sinal de pontuação pode não só prejudicar, mas até alterar o

seu sentido. Cumpre, pois, utilizar com precisão tais sinais.

2 – Além de sua função linguística, a pontuação tem uma utilidade social. Um texto mal pontuado é de acesso difícil e, em geral, deixa no leitor uma penosa impressão de ignorância, ou de desleixo, daquele que o escreveu. E dar de si uma tal impressão pode ter repercussões nefastas na vida prática.(...)

3 – Por outro lado, não se deve abusar dos sinais de pontuação. Escritores há que empregam vírgulas em demasia, com o que travam o enunciado, prejudicando o seu ritmo natural e, às vezes, tornando-o obscuro.

4 – Para bem pontuar, siga-se este conselho de Galichet e Chatelain: "Para saber onde deve colocar os seus sinais de pontuação habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão geralmente a escolha e o lugar dos sinais de pontuação que nela terá de introduzir." (p. 618-9)

Alguns comentários fazem-se necessários. O primeiro diz respeito à confirmação da ideia já apresentada pelo autor de que o emprego dos sinais gráficos obedece a questões tanto gramaticais quanto expressivas. Em segundo lugar, mostra-se como preocupação do autor a utilização da linguagem como meio de interação social e, portanto, a necessidade do uso adequado do material linguístico, acompanhado de todos os recursos que dão suporte à consecução dos objetivos de quem deles faz uso; entre tais ferramentas, está a pontuação. Por fim, o valor dado ao ritmo com gerador de sentido, destacando o papel da linha melódica do enunciado como orientadora do uso da pontuação adequada, condicionada esta, obviamente, às intenções daquele que produz o texto.

As observações que fecham o referido capítulo são as seguintes:

1º) Certos poetas modernos, à imitação dos franceses Aragon e Eluard, costumam dispensar os sinais de pontuação. Com isso, os seus versos adquirem maior continuidade, mas também, com frequência, maior obscuridade.

2º) No estudo da pontuação, baseamo-nos na prática dos escritores modernos e contemporâneos. Exemplificar com autores mais antigos é, no caso, particularmente desaconselhável, porque nos arriscamos a dar uma falsa impressão da realidade. As obras dos autores clássicos só muito raramente são publicadas na forma original. Nas edições correntes, o seu texto vem quase sempre simplificado na ortografia e modernizado na pontuação. E, para termos uma ideia da natureza dessas modificações, basta atentarmos nos seguintes fatos históricos: "Os primeiros sinais de pontuação aparecem nos manuscritos, muito irregularmente, entre os séculos IX e XVI. É a partir desse último século, depois, portanto, da invenção da imprensa, que o nosso sistema moderno de pontuação começa a fixar-se e a desenvolver-se. Compreenderia então a vírgula, o ponto, os dois pontos e o ponto de interrogação; um pouco mais tarde, aparecem as aspas e o hífen. No século XVII, são introduzidos o ponto e vírgula e o ponto de exclamação. O uso das reticências data de fins do século

XVII; o do travessão, dos colchetes do século XIX... (p. 619)

Cunha remete, nas passagens acima, a dois tópicos interessantes. O pouco uso dos sinais de pontuação e a conseqüente obscuridade dos textos produzidos por alguns autores ligam-se, de certa maneira, ao conteúdo da segunda observação, já que tal obscurantismo pode decorrer de um ritmo inadequado do leitor em relação àquele dentro do qual o texto fora produzido. Portanto, a obscuridade não está no texto em si, mas provém do modo como é lido, colocado dentro de um modelo organizacional que não corresponde à maneira como foi originalmente produzido. Tudo isso se mostra relevante quando o obscurantismo em si não constituir intenção de quem escreveu.

Além disso, Cunha chama a atenção para algumas dificuldades em relação aos textos antigos, sobre cuja forma original, muitas vezes, não se pode ter segurança. Ele e outros estudiosos desse assunto sabem das alterações feitas, em muitos textos, como, por exemplo, em Gil Vicente. A "atualização" da pontuação pode levar a problemas graves, o que não acontece, grosso modo, com o mesmo procedimento em relação à grafia das palavras, e a razão disso está ligada a que aquela se relaciona a sentido.

O fato de a pontuação ter sido empregada, ao longo do tempo, obedecendo a procedimentos distintos, faz com que qualquer modificação realizada no texto, no intuito de empregar os sinais gráficos de acordo com os princípios e as regras hoje estabelecidas e de desconsiderar aspectos ligados ao ritmo, por exemplo, leve à produção de um novo texto que muito pouco corresponda àquele que lhe deu origem. Assim, cada época usa a pontuação seguindo critérios próprios do momento em que é utilizada, não constituindo, de forma alguma, usos caóticos ou desprovidos de propósito, conforme já se abordou.

4. Considerações finais

As informações trazidas pelos estudos até aqui levantados permitem concluir ser o papel da pontuação extremamente relevante na organização textual e na conseqüente produção de sentido. Como pôde ser percebido pelos estudos apresentados, ao lado da base sintático-semântica, vigente no emprego atual dos diferentes sinais gráficos, não é possível desconsiderar o papel do ritmo e da entonação no referido uso. Significativas considerações refletem tal ideia.

As questões prosódicas e semânticas mostram-se igualmente frequentes. Quanto ao ritmo, aparece sempre associado à oralidade. Desse modo, é necessário, na sala de aula, colocar a pontuação no grau de importância que o assunto efetivamente possui para a leitura e para a produção textual, bem como ampliar, para além dos limites da sintaxe, a motivação do autor ao fazer uso dos sinais, postura esta que não costumam apresentar os livros didáticos em geral.

Assim, especialmente nos textos literários, o emprego dos sinais gráficos efetivamente corresponde aos propósitos do autor, sendo peças importantes na produção de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: UnB, 1964.

ALMEIDA, N. Mendes. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARBOSA, J. Soares. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1864.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha; gramática; diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada. Lisboa: Universidade de Lisboa, [1971]

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAFEZEIRO, Edward Machado. Pontuação: do caos ao cosmo. In: ABRALIN: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, nº 14. São Paulo: ago. 1993, p. 87-95.

CARTINHA para ensinar a ler. Ed. fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

CUNHA, Celso F. *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1977.

CUNHA, Celso F.; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GÂNDAVO, P. de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

LIÃO, D. Nunes do. *Orthographia da lingua portogoesa*. Lisboa: João de Barreira impressor d'El-Rei, 1576.

LIMA, C.H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMA, M. P. de Souza. *Grammatica expositiva da lingua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1937.

MELO, G. Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. 3. ed. Lisboa: José Fernandes, 1933.

PEREIRA, E. Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 15. ed. São Paulo: Companhia Graphica Monteiro Lobato, s/d.

RIBEIRO, E. Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

RIBEIRO, João. *Gramática portuguesa – curso superior*. 22. ed. ref. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

TORREIRA, R. Quintela. *O parágrafo e o texto*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, (UFRJ), 1993.

VERA, A. Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1631.

POR UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA
DAS CONJUNÇÕES *POIS* E *PORQUE*

Ânderson Rodrigues Marins (UFF)
profandermarins@hotmail.com

1. Introdução

No bom agasalho que se tem dado ao estudo da significação da palavra avaliada na sua relação com outras palavras no conjunto do léxico, encontra-se o que, no Brasil, se tem denominado de semântica argumentativa, proposta por Oswald Ducrot. Essa área interessa de modo peculiar porque se dedica ao binômio linguagem/ar-gumentação, e esta relação é categórica quando se buscam explicar as relações entre enunciados de orientação argumentativa e seus conteúdos semânticos.

A linguagem carrega marcas da argumentatividade, por isso é válido afirmar que as relações ideológicas e/ou argumentativas estabelecidas pelas conjunções, verdadeiros operadores de argumentação, vão nortear uma estrutura linguística. A rigor, o valor argumentativo das palavras é responsável pela orientação argumentativa dos enunciados.

Hoje não resta dúvida de que a função das conjunções é bipartida:

- Organizar textos e a reboque indicar de que maneira uma parte do discurso está vinculada a outra e deixar mais clara a conexão entre o que já foi e o que será dito.
- Conduzir o leitor a interpretar nossas frases como desejamos, determinando, muitas vezes, a avaliação que pretendemos que ele faça dos argumentos apresentados (cf. MORENO & MARTINS, 2006, p. 173).

Com o desenvolvimento da linguística textual, nos últimos trinta anos, as conjunções, antes mencionadas em capítulos anódinos das gramáticas, passaram a ocupar o centro das atenções, devido a sua reconhecida eficácia.

Num sentido geral, conectivos, conectores ou conjunções são itens gramaticais que promovem a junção entre elementos, como sintagmas, orações e enunciados, em discursos orais e escritos. Essas conjunções acolhidas aqui como objeto de estudo estabelecem nas orações em que estão presentes relações de causa e/ou explicação. É notório, inclusive, que *pois* e *porque* encontram-se arrolados por alguns gramáticos tan-

to no grupo das coordenativas sindéticas explicativas (o primeiro também aparece entre as coordenativas sindéticas conclusivas) como no das subordinativas adverbiais causais. Este estudo, no entanto, limita-se a uma reflexão acerca da análise semântico-argumentativa das conjunções *pois* e *porque* apresentada por Vogt (1989) Guimarães (2002) e Koch (2006).

2. A visão de Carlos Vogt

Certos mecanismos presentes na Gramática de cada língua ratificam a inscrição da argumentatividade na própria língua. Entre eles figuram os operadores argumentativos, que vão indicar a força argumentativa dos enunciados e o sentido para o qual apontam.

Em um de seus estudos Vogt (1989) propõe reflexão acerca das nuances de significado que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Entre as distinções que dizem respeito à conjunção *pois* está o fato de que o relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *pois* (*p pois q*) não pode a) nem ser submetido a uma negação, b) nem ser questionado, c) nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição e d) nem constituir-se no escopo de um quantificador, sem que isso provoque um rompimento semântico.

Submetida a enunciação *Pedro parou de trabalhar, pois eram 5 horas* à negação e à interrogação tem-se:

- *Pedro não parou de trabalhar, pois são 5 horas.*
- *Pedro parou de trabalhar?, pois são 5 horas.*

Nestes casos tanto em uma quanto em outra apenas a primeira proposição (*p*) é negada ou interrogada e não o bloco todo (*p pois q*), o que demonstra o fracionamento semântico de uma aparente unidade de informação.

Submetida a frase *Ele está em casa, pois seu carro está na garagem* ao encadeamento tem-se:

- *Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem.*

Aqui não foi o bloco *p pois q* que foi encadeado, mas somente a proposição *p*. O que antes era uma espécie de justificação para *Ele está em casa* agora o é para a minha crença sobre o fato de ele estar em casa – *Creio que ele está em casa.*

Quando sob um quantificador o enunciado *Os turistas virão, pois está calor* é modificado para:

- *Poucos turistas virão, pois está calor.*

Aqui, também, o quantificador incide apenas sobre *p* - *Os turistas virão* – e não sobre o bloco todo *p pois q*. Assim, parece difícil alcançar modificações no conjunto do bloco *p pois q*. Submetidos às transformações – da negação, da interrogação, do encadeamento e da quantificação – eles voltam a face de sua duplicidade, rompendo a aparente unidade de conteúdo pela exposição de seus dois componentes: de um lado tem-se *p* modificado para *p'* através das transformações mencionadas, e de outro, *pois q* aplicando-se ao elemento assim modificado (cf. VOGT, *op. cit.*, p. 53-5).

Entre as nuances de significado no relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *porque* está o fato de que, quando é aplicada uma série de transformações similar à anterior, no bloco *p porque q*, o resultado de sua aplicação gera duas interpretações: uma delas mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura.

Alterando-se a frase *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* para a negativa obtém-se:

- *Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Como resultado têm-se as duas explicações:

1^a) Não é porque são 5 horas que Pedro parou de trabalhar (mas por outra razão). Aqui há conservação do bloco e a negação incide sobre todo o enunciado.

Enquanto que em:

2^a) Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 cinco. Há rompimento do bloco *p porque q*.

Alterando-se a frase *Pedro ira à sua casa porque prometeu* para a interrogativa tem-se:

- *Pedro ira à sua casa porque prometeu?*

As explicações possíveis são:

1^a) A causa da ida de Pedro à sua casa será a promessa que ele fez? Neste caso há integridade do bloco.

2^a) Pedro ira à sua casa? Questiono porque a sua promessa não dá garantia à sua ida. Neste outro caso há desintegração do bloco.

Submetido o enunciado *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* ao encadeamento tem-se, por exemplo:

- *Creio que Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Também aqui é possível se obterem duas interpretações:

1^a) Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas. Neste tem-se a conservação do bloco.

2^a) Creio que Pedro parou de trabalhar, e a causa de minha crença é que são 5 horas. Aqui há o rompimento do bloco.

Submetido o enunciado *Os turistas virão porque está calor* à ação de um quantificador, colocado no seu início, tem-se, por exemplo:

- *Poucos turistas virão porque está calor.*

Do mesmo modo podem-se obter duas interpretações:

1^a) Para poucos turistas a causa de sua vinda será o calor. Há conservação do bloco.

Ao passo que em:

2^a) Poucos turistas virão, e isto porque está calor. Há ruptura do bloco.

Conclua-se que a conjunção *porque* apresenta como ambiguidade fundamental a capacidade de explicar, pelo elo da causalidade que estabelece entre o conteúdo de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda. Além disso, possui um comportamento que a aproxima da conjunção *pois* quando a explicação desliza para um tipo de justificação do que se diz na primeira proposição.

A operação realizada pelas conjunções *pois* e *porque*, na interpretação em que há rompimento do bloco, não se faz no nível dos conteúdos, mas ao nível dos atos de fala que instituem esses conteúdos (VOGT, 1989, p. 56-8; cf. também CUNHA, 2008, p. 11-2).

3. *A visão de Eduardo Guimarães*

Guimarães (2002) apresenta um estudo acerca de enunciados articulados pelas conjunções *logo, pois, já que, e, além disso, não só... mas*

também, ou... ou, mas, embora, para que, quando, que. Com efeito, o estudo semântico desenvolvido nesse trabalho deseja, conforme, aliás, afirma o próprio autor, abrir uma relação para além da teoria do texto.

Ver-se-á que a conjunção *porque* não é submetida à série de testes. Em decorrência disso as nuances de significado ainda podem ser consideradas conforme àquelas analisadas no subitem anteriormente. Quanto aos testes incoincidentes com os deste subitem, considere-se como resultado o fato de as duas conjunções em questão gozarem do mesmo comportamento.

Quanto ao emprego da conjunção *pois*, Guimarães (*op. cit.*, p. 36, 39-41) também leva em conta o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. E para isso considera a) a possibilidade de inversão das orações, b) a possibilidade de articulação por sobre o limite da frase (na linguagem escrita corresponde à possibilidade de a conjunção articular a oração que inicia com a que vem antes de um ponto), c) o alcance da negação, d) o alcance da pergunta, e) o modo de encadeamento no texto, f) a divisão para dois locutores numa conversa, g) a divisão entonacional no interior de uma frase e a h) correlação dos modos verbais nas orações.

Para efeito de análise toma-se a seguinte frase:

Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Percebe-se que não há possibilidade de inversão das orações:

- (?) *Pois se expressa pela vontade de viver, seu fracasso é relativo.*

Seria igualmente estranho caso se quisesse submeter o mesmo enunciado à articulação por sobre os limites da frase:

- (?) *Seu fracasso é relativo. Pois se expressa pela vontade de viver.*

Sob o alcance da negação, tem-se:

- *Seu fracasso não é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui a negação não incide sobre a frase toda, mas apenas se nega o fracasso ser relativo. E *se expressa pela vontade de viver* passa a sustentar *o fracasso não ser relativo*.

Veja-se que a pergunta também não incide sobre a frase toda. Em:

- (?) *Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Impossível ainda parece, segundo Guimarães (*op. cit.*, p. 40), que a pergunta possa incidir sobre uma das orações separadamente e, nesse aspecto, acaba desvinculando-se de Vogt, o qual considera que, nesse caso, apenas a primeira proposição seria interrogada. Segundo Guimarães (*idem*), se a questão fosse feita com *porque* em vez de *pois*, seria uma pergunta possível.

Sob o modo de encadeamento no texto, tem-se:

- *Creio que seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui *Creio que* se encadeia com *seu fracasso é relativo*, e em seguida *Creio que seu fracasso é relativo* com *pois se expressa pela vontade de viver*. Assim, a explicação incide sobre *creio que seu fracasso é relativo*.

Na divisão para dois locutores numa conversa parece haver certa estranheza em se encadear, como as formas a seguir, de modo que haja efetivamente dois locutores:

- L1 – *Seu fracasso é relativo.*
- (?) L2 – *Pois se expressa pela vontade de viver.*

Na divisão entonacional no interior de uma frase vemos que cada oração constitui-se num grupo prosódico. Assim, tem-se:

- *Seu fracasso é relativo/pois se expressa pela vontade de viver.*

Em vez de: *Seu fracasso é relativo pois/se expressa pela vontade de viver.*

Sob a correlação de modos verbais nas orações não parece ser possível:

- (?) *Seu fracasso é relativo, pois se expresse pela vontade de viver.*

No entanto, é possível:

Seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Que seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

De acordo com Guimarães (*op. cit.*, p. 41, 106):

Não há, portanto, obrigatoriedade na correlação dos modos verbais, ou melhor, a mobilidade modal entre as orações não é a mesma. Tanto é assim que, mesmo que haja um subjuntivo na primeira oração, a segunda deve vir no indicativo. Isto ocorre também com o imperativo na primeira oração e indicativo na segunda.

A oração com *pois* tem uma marcação forte de indicativo.

Há outros casos ainda que se devem considerar. Em enunciados do tipo *Trabalhe, pois isto lhe será útil* observa-se que com *isto lhe será útil* sustenta-se o ato de *ordenar*, de *aconselhar* e não o predicado *trabalhar*. O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.

4. A visão de Ingedore Koch

Percorrendo a seara da semântica da enunciação colhem-se, ainda, os estudos de Koch (2003, 2006, 2008 e 2010). Segundo a autora, os *operadores argumentativos* são elementos da gramática da língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. 2010, p. 30).

Entre os principais tipos de operadores, existem aqueles que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, determinados tipos de relações. Entre elas as lógico-semânticas e as discursivas ou argumentativas.

Segundo Koch (2003):

As relações lógico-semânticas entre orações que compõem um enunciado são estabelecidas por meio de conectores ou juntores de tipo lógico. A expressão *conectores de tipo lógico* deve-se ao fato de tais conectores apresentarem semelhanças com os operadores lógicos propriamente ditos, não se confundindo, porém, com estes, já que a “lógica” das línguas naturais difere, em muitos aspectos, da lógica formal (p. 68).

Entre as relações lógico-semânticas está a relação de causalidade (*p* porque *q*) que ocorre mediante conexão de duas proposições, uma das quais encerra a *causa* que acarreta a consequência contida na outra: O torcedor ficou rouco *porque* gritou demais. Em *gritou demais* tem-se a causa que acarreta a consequência contida em *O torcedor ficou rouco*.

Quanto às relações discursivas ou argumentativas a autora afirma que:

Os encadeadores de tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, sendo cada enunciado resultante de um ato de fala distinto. Neste caso, o que se assevera não é, como nas relações de tipo lógico, uma relação entre o conteúdo de duas orações, mas produzem-se dois (ou mais) enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, que é tomado como tema. Assim, tais encadeamentos podem ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e, também, entre parágrafos de um texto: daí a denominação dada aos conectores por eles responsáveis de operadores ou encadeadores de discurso. Ademais, esses conectores, ao introduzirem um enunciado, determinam-lhe a orientação argumentativa. Por esta razão, são também chamados operadores argumentativos e as relações que estabelecem, relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas (KOCH, 2003, p. 72).

Entre as principais desta relação está a explicação ou justificativa que ocorre quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior: Deve ter faltado energia por muito tempo, *pois* a geladeira está totalmente descongelada. (Explicação) (*idem*, p. 73-4; cf. também KOCH, 2006, p. 130; 2010, p. 35).

Do ponto de vista da enunciação as relações do tipo discursivo são muito mais importantes, tanto que os operadores argumentativos têm sido alvo de uma série de estudos importantes, na perspectiva da Semântica Argumentativa. Entre esses estudos podem se mencionar os de Ducrot acerca dos operadores *para que*, *de modo que*, *porque*, *pois*; Ducrot e Vogt acerca do *mas*; Vogt acerca dos operadores de comparação (*mais que*, *menos que*, *tanto que*, etc.), *mesmo*, *ainda*, *também* e Vogt acerca do *porque*, *pois* e *já que* (cf. KOCH, 2006, p. 130-2). E com esses trabalhos evidencia-se que os períodos e enunciados formados por esses operadores argumentativos apresentam como características:

- O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.
- O que se afirma é a relação existente entre o conteúdo de cada enunciado, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro. Para confirmar se se trata ou não de duas proposições, são utilizados cinco critérios: a) o alcance da pergunta, b) o alcance da negação, c) o encadeamento, d) a extraposição e e) a quantificação.

Exemplos:

Parou de chover, pois a calçada está seca.

Pedro veio à reunião porque a considerava importante.

- Alcance da interrogação e da negação:

Segundo Koch (*id. ibid.*), nas *frases ligadas* tanto a interrogação quanto a negação incidem sobre todo o enunciado, ao passo que os enunciados introduzidos por operadores argumentativos não podem ser alvo de uma interrogação:

Interrogação:

? *Parou de chover (?) Pois a calçada está seca.*

Pedro veio à reunião porque a considerava importante?

Negação:

? *Não parou de chover, pois a calçada está seca.*

Pedro não veio à reunião porque a considerava importante.

- Encadeamento:

Creio que [parou de chover], pois a calçada está seca.

Creio que [Pedro veio à reunião porque a considerava importante].

- Extraposição (tematização de um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico, do tipo *é... que, somente*):

? *É pois a calçada está seca que parou de chover.*

? *Somente parou de chover, pois a calçada está seca.*

É porque a considerava importante que Pedro veio à reunião.

Pedro somente veio à reunião porque a considerava importante.

- Escopo da quantificação:

As crianças entrarão logo, pois está muito frio.

Poucas

Muitas crianças entrarão logo, pois está muito frio.

Algumas

O quantificador, neste último exemplo, incide apenas sobre a primeira oração.

- Os operadores argumentativos encadeiam enunciados, estruturando-os em texto, isto é, constituindo um discurso, ao passo que os operadores

do tipo lógico encaixam uma oração em outra, transformando-a em termo desta, de modo a constituírem uma só oração com predicado complexo.

Constitui fato imperioso dar-se a devida importância às relações discursivas ou argumentativas na estruturação do discurso. A rigor, são elas que estruturam os enunciados em texto, na maioria dos casos por intermédio dos operadores argumentativos. Assim, de que outra maneira satisfatória se alcançaria a tessitura do texto senão por ingerência da estrutura argumentativa do discurso?

É, inquestionavelmente, a estrutura argumentativa do discurso a responsável pela ossatura (ou tessitura) do texto (cf. KOCH, 2006, p. 135).

5. Considerações finais

Neste estudo mostrou-se que as conjunções *pois* e *porque* agasalham características peculiares, abordando a questão somente pelo lado semântico. O efeito de sentido de uma conjunção não é o sentido que ela toma num contexto, ou as modificações que lhe traz o contexto, mas ao contrário, é a mudança produzida nesse contexto pela introdução de determinada conjunção. Ou seja, as nuances de significados entre essas conjunções baseiam-se no comportamento diferenciado de certas orações introduzidas por esses conectores. A especificação quanto ao emprego das conjunções que as introduzem pode ser atribuído a fatores de ordem semântica, discursiva e, porque não, pragmáticas.

Partiu-se do pressuposto de que um texto é uma unidade semântico – argumentativa e que seu sentido é gerado a partir do encadeamento de enunciados. Observou-se que a relação das proposições através da conjunção *pois* sofre, de fato, um rompimento semântico quando é submetida à negação, à pergunta, ao encadeamento e à quantificação. Já com *porque*, houve casos de ambiguidade: uma proposição em que o relacionamento entre as orações é mantido e outra em que ele é rompido.

Assim, *pois* e *porque* (no seu uso em que permite a ruptura do bloco) têm valor explicativo, pois introduzem um ato de fala que explica o ato de fala de outra oração. Ao passo que a conjunção *porque* ao formar um único bloco tonal com a outra oração tem valor causal. Ela é a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.

O valor semântico-argumentativo de cada uma dessas conjunções fica confirmado a partir dos testes e dos resultados obtidos mediante suas aplicações. Aliás, como já foi dito em outro momento, os operadores argumentativos indicam a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam e cada um deles tem o seu valor peculiar. O valor argumentativo de uma palavra é a orientação que essa palavra proporciona ao discurso. A operação argumentativa que essas conjunções realizam relaciona dois enunciados de modo que, embora gerando um terceiro, não se perde o caráter individual de cada um.

A questão mais relevante para a qual se pretendeu dar destaque, neste conjunto de investigações, é chamar a atenção para as diferenças semânticas existentes entre as duas conjunções, a partir do exame de seus comportamentos nos testes quanto às relações de explicação/justificação e causa.

Considerar, portanto, conjunções como elementos que instauram sentidos é o mesmo que agasalhar a ideia de que elas contribuem para o aspecto argumentativo da linguagem. Para a Teoria da Argumentação na Língua a argumentação está inscrita na própria língua e desse preceito é que Ducrot propôs a Semântica Argumentativa. A TAL entende a língua como sendo essencialmente argumentativa, e o sentido como sendo construído no encadeamento discursivo (cf. DUCROT, 1987).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. *O comportamento sintático das conjunções causais/explicativas*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1994.

_____. Algumas propostas de análise da coordenação e da subordinação a partir do comportamento das conjunções da área da causa e da explicação. *SOLETRAS* (UERJ), v. 1, p. 9-22, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *Dizer e não dizer. Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 17. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ILARI, Rodolfo. *Um roteiro funcional para o estudo das conjunções*. Mimeo, 1996.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARINS, Anderson Rodrigues. A visão sintática de Maximino Maciel. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CIFEFIL, Vol. XIII, nº. 04, 2009, p. 352-361.

_____. A visão sintática de Julio Ribeiro. *SOLETRAS* (UERJ), v. 21, p. 30-38, 2011.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. *Português para convencer: comunicação e persuasão em Direito*. São Paulo: Ática, 2006.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *O intervalo semântico*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Unicamp, 2009.

**PRÁTICAS DE LETRAMENTO:
UMA PROPOSTA DE TRABALHO
PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA**

Bianca Corrêa Lessa Manoel (UNIGRANRIO)
bia.lessa@gmail.com

1. Introdução

Nos últimos anos, muito tem se discutido sobre o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em âmbito nacional, porém pouco se debate sobre as práticas escolares ou dificuldades de aprendizagem que levam os alunos a não desenvolverem plenamente esta competência comunicativa. As últimas avaliações diagnósticas realizadas no país demonstram que grande parte dos estudantes brasileiros que termina o Ensino Médio e que passa em média oito anos na escola, principalmente nas escolas públicas, não desenvolveu satisfatoriamente neste período as habilidades de leitura e escrita essenciais para serem considerados leitores competentes.

Um questionamento então se faz necessário: Afinal, por que grande parte dos estudantes brasileiros, quando avaliados de forma sistemática, apresenta tanta dificuldade no que concerne ao desenvolvimento da leitura e escrita e principalmente na interpretação de textos e conhecimentos gramaticais?

Este questionamento pode ser analisado a partir do paradigma de aprendizagem em que o ensino da língua materna fundamenta-se essencialmente no estudo da gramática normativa.

Na maioria das vezes, o ensino da língua materna é realizado de forma pouco estimulante ou aplicável no cotidiano do aluno, priorizando, de uma forma geral, a imposição de regras gramaticais, análise e produção de textos de forma mecanizada, resolução de exercícios repetitivos e descontextualizados, sem se considerar e explorar a riqueza dos diversos gêneros textuais e diferentes linguagens que naturalmente circulam nos meios sociais em que este sujeito-aprendiz está inserido: os meios digitais, a internet, os vídeos, *outdoors*, jornais, revistas e até mesmo os textos apresentados como suporte de trabalho nos livros didáticos.

É importante lembrar que, neste tipo de abordagem, normativa, o estudo de gramática quase sempre está desvinculado da análise de textos, ou quando é proposto, resume-se a encontrar nele, ou em fragmentos,

conceitos relacionados aos conteúdos gramaticais “trabalhados” naquela aula. Desta forma, o estudo relacionado à gramática, compreensão e produção textual apresenta-se como disciplinas distintas, quando na verdade, poderiam integrar-se. Segundo Ilari (2006, p. 11):

Uma das características que empobrecem o ensino médio da língua materna é a pouca atenção reservada ao estudo da significação. O tempo dedicado a esse tema é insignificante, comparado àquele que se gasta com “problemas” como a ortografia, a acentuação, a assimilação de regras gramaticais de concordância e regência, e tantos outros, que deveriam dar aos alunos um verniz de “usuário culto da língua”.

A ideia de desenvolvimento por parte dos alunos de habilidades linguísticas, pela construção de sentidos a partir de textos e de usos que envolvem os signos da língua, está relacionada diretamente aos estudos sobre letramento. Este é o “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais”. (BRASIL, 2008, p. 11)

Convém ressaltar, que esta perspectiva de trabalho não se propõe deixar à parte o estudo gramatical, nem mesmo considerar apenas a análise textual ou a produção de textos de forma isolada.

A partir desta perspectiva, considera-se que o ensino da língua portuguesa seja realizado de forma a levar o aluno à aplicabilidade de conceitos construídos a partir de uma visão analítica da língua, de forma pragmática, onde ele seja capaz de relacionar os “conteúdos” apreendidos (não apenas aprendidos) no seu cotidiano, já que hoje, a sociedade exige de seus integrantes uma visão mais crítica da realidade que se apresenta, até mesmo pela forma em que estes conceitos são exigidos em grande parte dos exames ou avaliações.

Nesse contexto, o ensino da língua materna deve pautar-se no incentivo ao hábito de leitura, na análise e produção de diferentes gêneros textuais de forma contextualizada. Deve-se considerar, primordialmente, seus aspectos significativos e sua função social, com o objetivo de diminuir o distanciamento entre as diferentes práticas sociais e as aulas de língua portuguesa através da prática de letramento, ou letramentos, conforme descreve Soares (2003, p. 49).

Sendo assim, a perspectiva deste trabalho é propor, através de atividades práticas e da utilização de diferentes gêneros textuais, o ensino de gramática de forma contextualizada e realmente significativa para o aluno.

2. *Por que ensinar gramática?*

O ensino da disciplina gramatical é um ponto de discussão, que vem nos últimos tempos assumindo posicionamentos diferentes entre os professores de língua portuguesa, apontando duas vertentes: de um lado aqueles que defendem o ensino gramatical a partir de uma abordagem tradicional, com uma preocupação excessiva de regras e definições, exercícios repetitivos, que tem como objetivo fazer de seus usuários conhecedores “exímios” da língua padrão; de outro, aqueles que fazem da sala de aula um lugar de pesquisa, aplicando no dia a dia as “novas tendências” educacionais que se apresentam, em que a gramática e os livros didáticos tornam-se “vilões” dando espaço exclusivamente à “competência comunicativa”, sobrepondo-se inquestionavelmente à teoria e deixando o ensino gramatical à parte.

Analisando as duas vertentes que se apresentam, verifica-se que as discussões que se realizam em torno do ensino da disciplina gramatical devem-se ao fato da total dissociação entre a língua escrita e a língua falada, traçando um quadro de incompatibilidade total entre uma e outra modalidade.

No poema “Aula de Português”, Carlos Drummond de Andrade faz uma crítica, apontando para o fato de a linguagem ensinada nas aulas de português privilegiar a norma culta, como uma variante distante e quase inatingível, deixando de lado a linguagem do cotidiano, como se tratasse de duas linguagens completamente diferentes, uma sobrepondo-se à outra.

Aula de Português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada das estrelas,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas da minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas
Atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
Em que pedia para ir lá fora,
Em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada

do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

(Carlos Drummond de Andrade)

É interessante ressaltar, que muitas vezes a abordagem gramatical por um ponto de vista exclusivamente normativo, deixa “marcas” negativas no aluno, que por estudar a sua língua de forma descontextualizada, desinteressante e pouco desafiadora, acaba por criar um estigma no aluno, em que frases do tipo: “Eu não sei português! ou Português é muito chato!” são frequentemente repetidas por eles, como se não houvesse compatibilidade entre a linguagem utilizada no dia a dia e a disciplina Língua Portuguesa proposta no currículo escolar.

Em minhas aulas, ao tratar sobre o objetivo de estudar a língua materna, costumo desafiá-los sobre a compreensão do aprendizado da língua portuguesa a partir do seguinte questionamento: “Se você não está falando português, que outra língua está utilizando?”. De uma descontraída, procuro demonstrar, que, mesmo existindo uma norma considerada padrão, a linguagem utilizada por eles é apenas uma variante da língua. É preciso mostrar ao aluno que a competência linguística que ele possui deve ser respeitada, e tudo o que nós falamos é português sim! O aluno costuma tratar a disciplina gramatical ensinada na escola, como uma língua à parte, como se houvesse “duas línguas portuguesas”, crítica também presente no poema de Carlos Drummond de Andrade.

Perini (2007, p. 6), no prefácio de seu livro *Para uma Nova Gramática do Português*, analisa o ensino gramatical apontando algumas falhas da gramática tradicional: “sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes”.

Dessa maneira, o ensino da disciplina gramatical tanto no ensino fundamental quanto no médio, deve adequar-se às reais necessidades do aluno, isto é, o ensino da gramática pura e aplicada não deve sobrepor-se a competência linguística do aluno ou vice-versa, mas sim, ser realizado de forma integrada.

É preciso respeitar a “bagagem cultural” trazida pelo aluno, porém mostrar a esse usuário, que além da sua linguagem, há outras modalidades linguísticas que são utilizadas em diferentes situações comunicativas e que é preciso considerar que a língua possui variantes linguísticas, dentre as quais se inclui a norma culta, considerada padrão, constituída por

uma tradição gramatical instituída através do tempo e que é considerada pela sociedade como uma “norma” a ser seguida.

A disciplina gramatical deve propiciar ao aluno os conhecimentos necessários para assegurar um domínio linguístico capaz de garantir a produção de textos e utilizar a linguagem de acordo com a situação exigida. Citando o professor Evanildo Bechara: “O ideal é que o aluno seja um poliglota na própria língua”, ou seja, que se torne capaz de utilizar a língua em diferentes situações comunicativas, dentre elas a língua padrão.

Perini (2007, p. 6) sugere que o ensino de gramática seja realizado a partir da abordagem das principais variantes linguísticas, colocando em primeiro lugar as afirmações de cunho normativo, trabalhando a linguagem padrão como uma das variantes da língua, de forma que a gramática seja “sistemática, teoricamente consistente e livre de contradições”.

Neste sentido, o professor de língua portuguesa deve traçar os objetivos a que se pretende dentro do ensino da língua materna elucidando que o aprendizado deve incluir o melhor desempenho linguístico do aluno, tanto oral quanto escrito; mostrando a importância que a gramática desempenha na boa constituição de textos, na compreensão do sistema linguístico e principalmente, a importância da constituição de uma gramática na descrição e funcionalidade de uma língua, já que ao “descobrir” qual é a finalidade do estudo da língua, o aluno será capaz de construir significados e desenvolver sua competência comunicativa, adequando enunciados às diversas situações que se apresentem.

3. *A importância dos gêneros textuais e da prática de letramento para o ensino de gramática*

É inegável a necessidade do ensino da língua portuguesa como disciplina escolar, porém como adequar este ensino à realidade de nossos alunos de forma a fazê-los refletir sobre a estrutura e o funcionamento da língua e à construção de conceitos realmente significativos?

Nas últimas décadas, como forma de atender a esta necessidade, várias perspectivas foram adotadas, com mudança de nomenclaturas e pontos de vista ao longo de sua história: de gramática nacional, língua pátria, comunicação e expressão ao termo “português”, bem como a definição do objeto e os objetivos a que se destinava este ensino: gramática, produção textual, leitura e escrita, entre outros (MARCUSCHI, 2008, p. 50).

Mais importante do que a escolha de termos ou nomenclaturas, o essencial é a definição dos objetivos e a proposta curricular que contemple o ensino da língua materna de forma integral, trabalhando em sala de aula os diversos aspectos da linguagem significativamente.

Como consenso, as novas tendências educacionais apontam para o reconhecimento e o respeito ao saber do aluno na construção do seu aprendizado através da mediação do professor, já que ao chegarem à escola, “a criança, o adolescente ou o adulto já sabem a língua”. (MARCUSCHI, 2008, p. 54).

Neste contexto, outro ponto de discussão, além da necessidade de definição do objeto de estudo da língua, o que ensinar e como ensinar, é a importância do ensino de leitura e escrita, dada a sua importância na formação e compreensão do sistema linguístico. Na atividade de leitura ativamos: “um lugar social, vivências, relações com o outro, valores da comunidade e conhecimentos textuais” (KOCH, 2006, p. 19).

Percebe-se com a informação anterior, que a leitura é um fator primordial para a interação dos sujeitos na construção de conceitos e significados e, portanto, a sua prática em sala de aula não deve estar restrita a um momento de “interpretação de textos”, em que na maioria das vezes os alunos são levados a “retirar” informações e a responder perguntas superficiais sem serem levados à reflexão, à análise, à funcionalidade ou ao entendimento da estrutura da língua.

Perde-se assim um momento valioso para o ensino de gramática embasado e integrado à atividade textual, sem propiciar uma prática de letramento. Comumente as situações discursivas de uso da língua realizadas “fora” da escola não são “reconhecidas” pelos professores na análise e entendimento da linguagem, o que traça um perfil de total incompatibilidade entre o que se aprende na escola e a linguagem utilizada por esse aluno no cotidiano.

É a partir dos anos de 1980 que os estudos sobre letramento começam a demonstrar uma mudança de postura em relação ao que significa ler e escrever. O entendimento de que ser alfabetizado era dominar a tecnologia da leitura através da codificação e da decodificação passam ao entendimento de que ser alfabetizado, letrado, representaria utilizar a leitura e escrita em práticas sociais significativas.

Entende-se assim por alfabetização e letramento (BRASIL, 2008, fascículo 1, p. 12):

Alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia. Entende-se letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de práticas sociais que envolvem a língua escrita (leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo). Esta proposta considera que alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis.

A partir da compreensão de letramento, como processo de inserção na cultura escrita, é que o ensino de gramática deve estar pautado, através da utilização dos diversos gêneros textuais, como forma de contextualizar o ensino da estrutura e funcionamento da língua.

O estudo relacionado aos gêneros textuais não é um assunto novo (MARCUSCHI, 2008, p. 147), porém nos últimos anos, dada a sua importância para o ensino de língua, tem assumido um papel de grande relevância, pois se evidencia que em todos os momentos estamos participando de situações discursivas nas quais produzimos textos orais e escritos: ao falarmos ao telefone, ao escrevermos um bilhete, ao utilizarmos o recurso de enviar uma mensagem telefônica (SMS), ao lermos um *outdoor*, escrever um e-mail, ler um livro, lermos um jornal, produzir um artigo científico, utilizar as redes sociais da internet entre muitos outros.

É preciso encontrar um ponto de equilíbrio para o ensino de língua: não somente ensinar análise de texto ou gramática, ou a variedade padrão em detrimento das demais variantes. O ensino da língua deve estar adequado às necessidades que se colocam na sociedade, já que como todos nós sabemos, a língua não é estática, ela permanece “viva” em função de seus usuários e nesse contexto os gêneros textuais surgem e renovam-se também em função do uso da língua.

Não há regras pré-estabelecidas para o desenvolvimento de tais habilidades comunicativas, mas há princípios que podem nortear o ensino da língua portuguesa, como alguns listados a seguir:

- Incentivar o hábito de leitura de diferentes gêneros em diferentes suportes textuais.
- Valorizar o conhecimento linguístico do aluno, mostrando-lhes a importância de todas as variantes, inclusive a norma culta.

- Dedicar menos tempo das aulas aos exercícios baseados em regras gramaticais descontextualizadas.
- Explorar e produzir diferentes gêneros textuais: e-mails, cartas, anúncios, resumos, resenhas, charges, quadrinhos, contos, piadas, reportagens...
- Trabalhar com exercícios que levem o aluno à construção de conceitos gramaticais, com aspectos da linguagem que sejam realmente significativos, levando a uma reflexão sobre a linguagem com textos criativos, motivadores e adequados à realidade do aluno.
- Utilizar o texto como a base para o ensino gramatical, como um instrumento que leve o aluno a refletir sobre os “conteúdos trabalhados”, e real análise sobre os textos, com exercícios contextualizados.
- Preocupar-se muito menos com a teoria, priorizando a prática e levando o falante à construção de seus conceitos sobre determinados conteúdos, que posteriormente podem ser analisados pelo grupo e comparados aos da gramática descritiva, como uma forma de reflexão.
- Propor atividades significativas e dedicar mais tempo ao letramento.

Os gêneros textuais apresentam-se como uma importante ferramenta para o ensino da disciplina gramatical, que não deve ser deixada à parte, como alguns estudiosos propõem, mas adequar-se às mudanças da sociedade, integrada a uma nova proposta de ensino da Língua portuguesa, mais dinâmica, eficaz e significativa.

4. Considerações finais

A análise realizada neste trabalho foi importante para identificar, como professora de língua portuguesa, alguns problemas relacionados ao ensino da disciplina gramatical em que uma abordagem diferenciada dos conteúdos e os desafios propostos, diariamente, com exercícios variados através do incentivo à leitura e atividades priorizando a construção de significados, foram capazes de promover nos alunos a reconstrução de conceitos, de forma crítica, reflexiva e criativa e enriquecer a minha prática pedagógica, despertando em mim o desejo de mudança.

Os gêneros textuais fazem parte do nosso dia a dia, e por que não aproveitá-los para enriquecimento da nossa prática pedagógica?

Trabalhar os conteúdos da nossa língua, desvinculando-a totalmente das diversas variantes linguísticas que a compõe, em que apenas o padrão culto é considerado o correto e o aceito pela sociedade, é anular os conhecimentos trazidos pelo falante.

Desta forma, a língua portuguesa passa a ser encarada também como duas línguas completamente diferentes: aquela ensinada na escola e a outra comum ao seu meio social.

Essa abordagem tradicional, totalmente normativa, acaba por distanciar completamente este usuário da importância de conhecer as diversas linguagens para, a partir daí, adequá-las às diversas situações comunicativas que se apresentarão durante a sua trajetória pessoal e posteriormente profissional.

É preciso que haja um equilíbrio entre a teoria e a prática, para que o ensino da língua materna seja realmente significativo.

A abordagem gramatical baseada no trabalho com textos é importante para promover, além do desenvolvimento de competências linguísticas, o desenvolvimento da reflexão crítica, possibilitando-lhe ainda a inserção na sociedade onde o padrão de linguagem utilizado ainda representa para muitos, o reflexo de sua condição social e uma forma de prestígio ou preconceito, dependendo do uso que se faz da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. *Pró-Letramento*. Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC-SEF, 2008.

IILARI, Rodolfo; GERALDI, José Wanderley. *Introdução à semântica: brincando gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

**PRESENÇA JUDAICA NA TOPONÍMIA BRASILEIRA:
BRASIL, ORIGEM E MISTÉRIOS**

Jane Bichmacher de Glasman (UERJ)
janeglasman@terra.com.br

1. Introdução

Os historiadores costumam descrever a História do Brasil (e nela, a dos judeus) a partir do descobrimento pelos portugueses. Entretanto, existem desde a Idade Média, teorias - baseadas em evidências arqueológicas, linguísticas e literárias – sobre a presença judaica no Brasil remontando ao período bíblico, no reinado de Salomão, tendo chegado os israelitas com as navegações feitas em aliança com os fenícios, especialmente na Amazônia. A própria origem do mito das Amazonas remeteria a lendas mesopotâmicas, protagonizadas por fenícios e hebreus, além de vocábulos indígenas e denominações geográficas, como o Rio Solimões (corruptela de Salomão). Textos bíblicos ao mencionarem as terras de *Parvaim*, *Ofir* e *Tarshish*, onde foram buscar materiais preciosos para a construção do Templo, foram identificadas por pesquisadores com o Brasil. Pesquisas sobre o destino das “10 tribos perdidas” reforçaram a hipótese da presença judaica no país. Jesuítas escreveram sobre semelhanças de costumes de povos indígenas e judeus. Vocábulos de várias línguas indígenas têm origem semântica hebraica. O próprio nome Brasil seria derivado do vocábulo hebraico *barzel*. Neste trabalho pretendemos apresentar, descrevendo criticamente, tais hipóteses e os elementos concretos que as corroboram.

2. Começamos com o nome: Etimologia de Brasil

O nome Brasil é anterior ao país. Aparece cerca de 500 anos antes de 1500. As raízes etimológicas de *Brasil* são controversas, sendo as principais um corante, uma árvore ou uma ilha.

2.1. O corante

As origens mais remotas do termo podem ser encontradas na língua dos antigos hebreus e fenícios: o nome de um corante vermelho que eles comerciavam e que era extraído de um mineral pelos celtas, o ciná-

brio, nome popular do sulfureto de mercúrio, um mineral de cor vermelha brilhante utilizado desde a antiguidade como base para corantes e para o vermelhão usado em pintura corporal. Hipótese defendida pelo filólogo brasileiro Adelino José da Silva Azevedo as resumiu em uma só num livro publicado em 1967. Segundo ele, os gregos substituíram os fenícios no comércio deste produto, ao qual chamavam de *kinnabar*, e em latim *cinnabar*, em português, *cinábrio*. Devido à inversão de sílabas em idiomas celtas, a palavra *kinnabar* era pronunciada *barkino*, que daria lugar a *barcino*, um adjetivo relativo a animais de pelo avermelhado e passou a nomear a cor vermelha em vários idiomas de influência celta. A palavra gaélica irlandesa equivalente é *brezáil*, ou simplesmente *brazil*, que depois aparece em castelhano como *barcino* ou *bracino* e em português como *varzino* ou *brazino* como designação dada à cor dos bovinos avermelhados. Todos estes vocábulos têm o significado geral de vermelho e confirmam a ocorrência das grafias celta e ítalo-celta. Contudo é no gaélico irlandês, onde permaneceu mais vivo o substrato céltico, que se documenta melhor a ocorrência do *barcino*, *brakino* e *brazil*. A palavra sobreviveu até ao século XVIII, como o documenta o título de O'Brasil dado a um poema do poeta irlandês Moore, sendo a palavra também referida pelo folclorista O'Flaherty. A ligação entre o cinábrio e uma ilha mítica sita para além do horizonte irlandês parece resultar dos contactos comerciais estabelecidos entre fenícios, gregos e celtas a partir do século VI a.C., através dos quais os celtas importavam *brazil*, ou seja o vermelhão de cinábrio, provavelmente de origem ibérica, através de mercados que vinham por mar desde terras distantes. Por essa época, o celtismo *brakino* e o ítalo-celta *verzino* suplantaram respectivamente o grego *kinnabar* e o germânico *zinner*, todos com sentido afim, como nome daquele mineral.

A origem da palavra gaélica *O'Brazil* é o celta *Hy Breasil*, que significa *descendentes do vermelho*, ou *os do vermelho*, onde o *s* é igual ao *z* (de onde *Hy Breazil*), do celta *breasil*, *brazil* para *vermelho*. Resalte-se que o *s* do celta *breasil* só foi transliterado pelo *s* latino por manifesto erro de interpretação gráfica.

Neste contexto o vocábulo *O'Brazil*, *os do vermelho*, passou a constituir uma referência aos gregos e fenícios, os quais ao deixarem de comerciar o cinábrio com os celtas como que desapareceram nas brumas do Atlântico, tornando-se um povo mítico e afortunado, que nunca voltou à Irlanda, porque vivia feliz na misteriosa e paradisíaca ilha do Brazil. Esta ilha do Brazil foi depois incorporada no contexto mais vasto das

ilhas míticas, ligando-se à grande tradição atlântica das ilhas de São Brandão.

Eduardo Bueno, em sua obra "A viagem do descobrimento", diz que o nome Brasil vem do celta *bress*, que deu origem ao verbo inglês *to bless* (abençoar). Assim, *Hy Brazil* significaria "terra abençoada".

2.2. A ilha

A ilha Brasil, originariamente *Hy Breasail*, também chamada *Hy Brasil*, *Hi-Brazil*, *Hybrazil*, *I-Breasil*, *Brazil*, *Brazille*, *Brazir*, *Brazi*, *Brazie*, *Bracil*, *Bracir*, *Bacil*, *Berzil*, *Braxil*, *Braxili*, *Buzille*, *O'Brasil*, *O'Brassil* e *Brisilge*, é uma ilha mitológica irlandesa que foi representada em muitos mapas do Oceano Atlântico de 1325 a 1865. Sua localização mais usual é a sudoeste da Irlanda.

O nome da ilha deriva do irlandês *Hy-Breasail* (ilha de *Breasal*), relacionada a *Bresal* ou *Breasal*, druida e mago dos *sidhe*, relacionado na mitologia irlandesa como *Breasal Etarlam* (*Breasal*, o Alto Rei do Mundo).

Etimologicamente, *Breasal* vem do celta *brestelo* ou *brusio*, luta, batalha (Proto-Indoeuropeu *bhreiH*, "quebrar") + *ual-os* "chefe", de onde se derivaria *Brisso-ualos*, *Bressual* (arcaico) e *Breasal* "chefe dos guerreiros". Quando *Breasal* morreu, sua pira funerária (*Barc Breasail*) foi deixada à deriva no Oceano e o carregou até a ilha invisível chamada *Hy Breasail*, imaginada como uma terra de prazer perpétuo e festejos, análoga aos Campos Elísios da mitologia grega, onde *Breasal* reina sobre os mortos privilegiados, originalmente os heróis que perderam a vida em batalha.

Um lenda o associa à tumba neolítica de Dowth, conhecida também como *Sidhe Breasail*. Segundo uma lenda, *Breasal* tentou construir uma torre até o céu.

Outra lenda refere-se a um *Breasal* que construiu uma torre em Bragança, Portugal, de onde, numa noite de inverno, seu filho *Ith* viu a Irlanda e decidiu visitá-la, o que levou os milésios a conquistarem a ilha aos *Tuatha de Danaan*, seus antigos donos.

Há ainda um lendário rei *Bresal Bó-Díbad* da Irlanda, que reinou de 151 a 140 a.C. segundo uma tradição e de 210 a 199 a.C., de acordo com outra. Teria tomado o poder depois de matar seu predecessor e go-

vernado onze anos, durante os quais houve uma praga do gado que deixou só um touro e uma novilha vivos.

Na Irlanda, *Breasal* ou *Breasail* veio a tornar-se um nome relativamente comum. O santo irlandês Breacan (480 a.C.) tinha como nome anterior *Breasal*. *Uí Breasail* (filhos de Breasal) é um dos antigos clãs do nordeste da Irlanda. Seu território era originalmente chamado *Uí Breasail Macha*. Foi mais tarde chamado *Clann Breasal* ou, em inglês, *Clanbrazil* ou *Clanbrassill*. Os sobrenomes *Brassil*, *Brazier*, *Brazil* e *Brazill* são comuns até hoje na Irlanda. Como *O'Brasil* é atualmente um nome próprio irlandês, *Hy Bressail*, *O Brazil*, *Brasil*, *Bracil*, *Bracir* são corruptelas da palavra gaélica.

O primeiro registro de uma Ilha chamada Brasil data de 1325 e consta da carta do genovês Angel Dalorto que a situa a oeste da costa sul da Irlanda. Aparece num mapa da Catalunha de 1325-1330, no mapa de Dulcert de 1339, no mapa dos irmãos Pizagani de 1375-1378, no mapa do cartógrafo veneziano Andrea Bianco de 1436 (onde já se menciona explicitamente o Mar dos Sargaços). Esta ilha surge no mapa atlântico do cartógrafo veneziano Zuane Pizzigano e no mapa anônimo chamado de Weimar, ambos de 1424, com o arquipélago dos Açores, e as ilhas Antília, Satanazes, Saya e Ymana. O historiador português Armando Cortesão sugere uma “hipotética eventualidade do conhecimento tardomedieval dos Açores, do Atlântico Central, dos arquipélagos das Caraíbas ou Antilhas”, bem como do continente americano, pelos portugueses. Tais ilhas aparecem de forma idêntica na carta do cartógrafo genovês Battista Beccario, de 1435 (onde as ilhas lendárias são clara e implicitamente identificadas com os Açores reais na expressão adjunta figurante “ilhas novas ou recentemente descobertas”) bem como nas de Bartolomeu Pareto, de 1455, e Gracioso Benincasa, de 1470 e 1482. A posição e as dimensões da ilha variam de carta para carta, mas a partir de meados do século XIV ela começa a ser colocada no Atlântico Norte centro-ocidental.

A procura da Ilha do Brasil foi uma constante nas navegações renascentistas do Atlântico até 1624. Os portugueses foram responsáveis por fixar tal nome a uma terra pois inicialmente denominaram ilha Brasil àquela que se conhece hoje no arquipélago dos Açores como Ilha Terceira e onde, muito antes de 1500, já a península fronteira à cidade de Angra ostentava o nome de Monte Brasil, que ainda mantém. Desde o oeste da Irlanda, seu lugar inicial, a posição da suposta ilha migrou para oeste, primeiro para os Açores; de lá deslocou-se para sudoeste, primeiro para

as Caraíbas, para depois se fixar no litoral do atual Brasil.

Em 1500, o Brasil como lugar mítico já estava presente no vocabulário dos povos do ocidente europeu há muitos séculos. Mas mesmo após a consagração do nome Brasil para o continente descoberto, a ilha mítica permanece na cartografia, como no mapa de Fernão Vaz Dourado, de 1568.

2.3. *A madeira*

A origem do nome Brasil derivada da madeira já era defendida na época colonial, onde cronistas da importância de João de Barros, Frei Vicente do Salvador e Pero de Magalhães Gandavo apresentaram explicações concordantes acerca da origem do nome *Brasil*. De acordo com eles, o nome *Brasil* deriva de *pau-brasil*, a designação de um tipo de madeira empregada na tinturaria de tecidos, nome também conhecido desde a Idade Média e inicialmente usado para denominar uma madeira proveniente do Malabar e de Sumatra, da qual se extraía uma tintura vermelha (*Caesalpinia sappan*, chamada em inglês *brezel wood* ou *sappanwood*), hoje conhecida em português como pau-brasil-da-Índia, pau-de-tinta, tintureira ou sapão.

A palavra *brasil* estava associada ao corante vermelho muito antes da descoberta e antes mesmo que a ilha Brasil aparecesse no mapa: é documentada desde 1085; em 1194, em italiano e desde 1377 em português. Para os defensores desta teoria, o fato de palavra semelhante existir no folclore celta com outro significado e etimologia é coincidência.

Ao que tudo indica, a comercialização de *brasil* no Ocidente remonta ao século IX. Mas é do início do século XI um dos mais antigos documentos relativos a esse comércio na Europa: um registro da alfândega de St. Omer, de 1085, estipulava o preço de *kerka bersil*. Nos séculos seguintes, as referências a essa madeira vermelha tornam-se mais frequentes. A ortografia difere de acordo com as regiões e as épocas. Exemplos: *Brasile* (Ferrara, 1194), *Brezel* (França, 1208), *Brasill* (Barcelona, 1221), *Verçi* (Veneza, 1243), *Brazil* (Roussillon, 1252), *Brésil* (Douai, 1273), *Braxilis* (Módona, 1306), *Bresilien* (Colônia, 1321), *Brisilien* (Nuremberg, 1361).

O pau-brasil era então uma mercadoria de grande valia e podia, ocasionalmente, servir de moeda para determinadas transações, como a pimenta. Assim, um pagamento de cem libras foi autorizado em Gênova,

em 1151, à razão de uma quarta parte em prata, outra em livros, outra em pimenta e outra em *brasil* (in *brazilem*).

A primeira referência documental surge num tratado comercial de 1193 entre o Duque de Ferrara, na Itália, e um seu vizinho, que inclui “grana de Brasill” em uma lista de produtos que também inclui incenso e índigo. A expressão “grão de Brasil” se repete em uma carta do mesmo país cinco anos mais tarde.

Segundo Muralt (2006), Marco Polo descreve, em 1260, a abundância do pau-brasil na ilha de Nicobar, ao norte de Sumatra, e a qualidade do *brasil* do Ceilão e de Quilon, na costa de Malabar. “E digo-lhes também que todas as florestas deles estão repletas de árvores nobres e de valor muito grande: sândalo vermelho e branco, [...] brasil” e, ao descrever o país de Lambri, em Sumatra, escreve, em 1299: “Eles têm brasil (*verzino*) em grandes quantidades. Plantam-no, e quando cresce até o tamanho de um pequeno rebento, o levam e transplantam; então o deixam crescer por três anos, quando o arrancam pela raiz”.

Outras referências a *brasil* aparecem nas escalas dos portos de Barcelona e de outras cidades marítimas no século XIII. Em 1221 encontra-se *carrega de Brasill* (carga de brasil), em 1243 *caxia de bresil* (caixa de brasil) e, em 1252, *cargua de brazil* (carga de brasil). Em 1312, na cidade de Dublin, surgem as palavras: *de brasile venali*.

Tendo sido nomeada a árvore a partir do corante que fornecia, o termo Brasil é aplicado, conforme o contexto, ora à árvore ora à matéria tintorial.

Segundo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1952), o termo se documenta em português, pela primeira vez, em 1377: “*Jtem de Sene E de çofeina E de brasil que trouuerem ou leuarem também vezjnhos pagam dizjma...*”, em *Descobrimientos Portugueses*, I, p. 53.

Só depois dos Descobrimentos o mesmo nome de brasil foi aplicado à madeira da Terra de Vera Cruz usada com o mesmo propósito, a ibirapitanga dos tupis (*Caesalpinia echinata*, chamada em inglês *brazil wood*), hoje conhecida como pau-brasil. O corante vermelho do pau-brasil era extraído por imersão da sua serragem em água fervente. Já o sapão, além desta técnica, fornecia um corante de melhor qualidade se extraído de um material esponjoso existente no seu cerne.

Nosso país, embora não oficialmente, já era chamado por este

nome desde cedo. Por exemplo, no segundo contrato de arrendamento da terra recém-descoberta em 1503, as únicas mercadorias mencionadas são as especiarias e o *abril* e no livro de bordo da nau Bretôa (que partiu de Lisboa a 22 de fevereiro de 1511, dentro do contrato de arrendamento a Noronha) registra-se que o destino da viagem era *ho brazil*. Nas instruções aos responsáveis pela caravela está dito que poderiam trazer o pau-brasil.

Em *Brasil na lenda e na cartografia antiga*, de Gustavo Barroso (1941), a tese segundo a qual o nome do País deriva da mítica ilha irlandesa ganhou conotações antissemitas. Partindo da hipótese, plausível, segundo a qual os navegadores portugueses conheciam a Ilha Brazil, pois estava reproduzida em vários mapas, Barroso afirmou que houve fusão das duas vertentes da palavra Brasil na definição do nome do país, ignorando as unânimes referências em favor da madeira. Tratava-se de tentar conferir ao nome do país uma origem mais digna do que uma reles mercadoria. Ele é explícito:

Aliás, a origem a que nos inclinamos é mais agradável ao espírito e ao coração dos brasileiros. Não pode haver quem não prefira que o apelido de seu torrão natal signifique Terra Abençoada, Terra dos Afortunados, dos Bem-aventurados, of the Blest, do que recorde tão somente o utilitário e vulgar comércio do pau de tinta (...) exercido nos primeiros dias da conquista, não pelos portugueses idealistas que a realizaram, mas pelos cristãos novos Loronhas e Bixordas.

Loronha é Fernando de Noronha, primeiro contratador do comércio de pau-brasil, que deu nome à ilha da costa do Brasil e que tinha origem judaica (cristão novo). Brasil, conclui Barroso, é a terra referida pelo poeta Griffin: *“And they called it O’Brasil, the isle of the blest!”* Posição semelhante a de Barroso, sem o antissemitismo, foi defendida por Geraldo Cantarino em seu livro de 2004, *Uma ilha chamada Brasil. O paraíso irlandês no passado brasileiro*.

O "Brasil de Portugal" do século XIV aparece no epílogo do "Conto do Padre da Freira", um dos *Contos de Canterbury* de Geoffrey Chaucer (de 1386), no qual o malicioso anfitrião elogia a beleza do monge que acabou de narrar a fábula do vaidoso galo Chantecler:

Mas, verdade, se não fosse clérigo, eu juro,
Seria um comedor de galinhas dos bons!
Pois se tivesse desejo, como podia ter tido,
E quisesse galinhas, seria fácil encontrá-las,
E muito mais que sete vezes dezessete
Vejam os músculos deste nobre sacerdote,
Que forte nuca e que esplêndido tórax!

Ele tem um fogo de gavião feroz nos olhos;
E decerto não tem necessidade de tingir
Suas bochechas com **brasil de Portugal**.

Isto significa que os portugueses eram intermediários entre os italianos e os ingleses no comércio de pau-brasil-da-índia. É comum o consumidor identificar a mercadoria pelo vendedor, não do produtor. Os ingleses chamavam de *turkey* (da Turquia) a ave africana que conhecemos como galinha-d'angola, pois vinha através do comércio turco (mais tarde deram o mesmo nome à ave mexicana que conhecemos como peru). Igualmente, os brasileiros chamavam de pimenta-do-reino, em contraste com as pimentas vermelhas nativas, à que era trazida da Índia por intermédio do Reino (de Portugal) e de queijo-do-reino o produto holandês que lhes chegava pelo mesmo caminho.

3. *Polêmica na imprensa internacional*

A revista inglesa *Notes and Queries* divulgou em suas páginas uma polêmica sobre a origem do nome *Brasil*. Numa nota intitulada "América Antes de Colombo?", publicada em janeiro de 1862, o articulista Bolton Corney comentava provas ditas documentais sobre a existência do comércio de pau-brasil (*Brazil wood*) desde 1279, no porto de Londres, e da designação *Brasil* num mapa de 1436, para uma ilha nos Açores, ambas as provas exibidas em outro periódico da época.

AMERICA BEFORE COLUMBUS?

on the merits of Columbus, are 1. The cartographic evidence, dated in 1436, of the existence of an island in the Atlantic named *Brasile*; and 2. The assumption that *Brasil wood* was imported into Italy, and paid tax at the gates of Modena, in 1306; also, into England, paying tax at the gates of London, in 1279, in 1453, etc. He thence infers that "a regular trade with central America had been going on for some two centuries before the first voyage of *Christopher of Cologne*." He means, no doubt, *Christoforo Colombo alias El almirante D. Cristóbal Colon*.

Bolton partiu da premissa da identidade entre os nomes *brasil* e *pau-brasil*, citando um autor francês que explicava que a origem do nome *Brasil*, dado ao país, devia-se à "grande quantidade de *brasis* que lá se encontra". Os dois documentos do artigo original realmente trariam a palavra *brasil*, tanto no mapa quanto na nota tirada no porto. Para essa

última, o articulista reconhecia que a madeira era conhecida muito antes do Descobrimento do Brasil, sendo chamada de *brazil wood* desde, pelo menos, o final do século XIII. Quanto à denominação da ilha, alegou que poderia vir da mesma origem do nome da árvore (*brasa*, em português, que lembra a cor vermelha da tinta extraída dela), ou mesmo da *brasa* expelida pelo vulcão: a ilha Terceira, que recebera o nome de *Brasil* no mapa, é vulcânica.

Admit that *brasil* and *brasil-wood* are synonymous terms—on which point the *Promptorium*

Il est reconnu que le *Brésil*, contrée de l'Amérique méridionale, fut ainsi nommé par les Européens à cause de la grande quantité de *brésils* qu'on y trouva."

J.-M. Raynouard, *Lexique Roman*, ii. 258.

In the document of 1279, as printed by the essayist, and in the document of 1453, as printed by Mr. Heath, we have four articles—*brasil*, *quicksilver*, *vermilion*, and *verdegris*—in the very same order! I conclude, from that circumstance, that many similar instances are on record, and

A polêmica se estenderia até abril de 1862. Duas mensagens reafirmariam a origem do nome *Brasil*. A primeira, citando uma obra de Kidder e Fletcher, "História do Brasil e dos Brasileiros", atribuía a Américo Vespúcio o pioneirismo da exportação do nosso pau-brasil para a Europa.

AMERICA BEFORE COLUMBUS (3rd S. i. 7.)—Kidder and Fletcher, in their *History of Brazil and the Brazilians* (Philadelphia), state that it was from that part of America that Amerigo Vespuccio carried to Europe the famous dye-wood which so resembled the *brazas* or coals of fire used in the chafing-pans of the Portuguese, that the latter called the place whence they came the *brazas-land*, and thence "Brazil." J. DORAN.

A segunda apenas informava a relação entre a cor da madeira, o nome dela e o nome do país:

BRAZIL (2nd S. x. 449) is from *braza*, "a live coal," being the colour of the so-called *Brazil wood*. JOHN H. VAN LENNEP.

A terceira nota atribuía uma origem hebraica ao nome *Brasil*, a partir de *barzel*, que significa *ferro*. E para reforçar a teoria, apresentava dois argumentos linguísticos: o pau-brasil também era conhecido como *pau-ferro* e a expressão "tão duro como o brasil" era corrente na época.

BRAZIL (3rd S. i. 256, &c.) — I sent you a note some time since suggesting that this word is derived from the Hebrew *Barzel*, i. e. *iron*, or from some other Shemitic language. I gave as my reason, that brazil-wood is still called *iron-wood*, and that men still say "as hard as brazil." The word may have reached Europe easily in the way of commerce. Permit me to repeat this note, as the former has not appeared. B. H. C.

3.1. *Barzel e Brasil*

Sem dúvida a principal origem do nome Brasil repassado ao nosso país é o pau-brasil, também conhecido como o citado pau-ferro ou ainda pau-tinta por causa de sua cor vermelho-alaranjada, como a ferrugem, ou devido à cor da madeira lembrar brasas de fogo.

Ressaltando um dos nomes da árvore: pau-ferro - metal que enferuja gerando a cor mencionada – reforça-se a tese da origem hebraica, língua na qual ferro é *barzel*. Existe uma semelhança fonética entre *Brasil e barzel*; além disso, o hebraico não é vocalizado e as duas palavras possuem as mesmas consoantes: as letras hebraicas *Beit, Resh, Zayin e Lamed* (BRZL).

Não nos esqueçamos que, no período colonial, o pau-brasil era também chamado de "madeira judaica"!

3.2. *Extrapolações místicas cabalísticas*

Os místicos lembram que a palavra *Barzel* pode ser entendida como *Mistério do Coração*. As duas letras mediais RZ formam a palavra *raz*, que significa mistério, segredo e as outras duas, LB, formam *Lev*, coração.

Os místicos lembram que BRZL é o acróstico dos nomes das quatro esposas de Jacó - Bila, Rachel, Zilpa e Lea, mães das 12 tribos de Israel. Assim, o termo representa todo Israel. As 4 mães representam os 4

lados do Tabernáculo e as posições onde as tribos acampavam ao seu redor, identificam sua localização no futuro.

A *gematria* de *Lev* é 32: são os 32 caminhos da sabedoria do coração. 26 é o número atômico do Ferro - que é igual ao valor numérico do Tetragrama, YHVH.

A tradição judaica fala do corpo de Adão ser feito a partir da argila vermelha (rica em ferro) e seu nome está ligado ao conceito de *dam* (sangue), que contém ferro.

Essa comparação fora feita pelo Rabino Isaac Aboab da Fonseca, primeiro religioso de origem judaica a chegar ao Brasil (aliás, à América!), em 1642, durante a ocupação holandesa.

Este pequeno passeio digressivo por caminhos da mística hebraica, além de ilustração, serve como introdução à viagem pelas lendas (ou teses) das navegações do Rei Salomão ao Brasil.

4. *Índios: Hebreus de Salomão?*

Desde o século XVI, estudiosos têm levantado hipóteses relativas à presença judaica na América – especialmente na Amazônia – desde tempos bíblicos. Nenhuma de nossas lendas chegou tão perto de ser comprovada como a da fantástica Solimônia, região referente à Amazônia Ocidental. Atribui-se ao Rei Salomão incursões à vasta região dos Rios Solimões e Negro, aonde o monarca hebreu teria enviado naus fenícias em busca de ouro, prata, pedras preciosas e madeiras nobres para a construção do famoso templo, em viagens que duravam cerca de três anos.

Dom Henrique Onffroy de Thoron, etnólogo do século XIX preconizou a origem hebraica dos indígenas brasileiros, afirmando veementemente que os índios aqui estabelecidos descendem diretamente dos tripulantes das naus do Rei Salomão, que nos tempos bíblicos ancoraram no “celeiro do mundo, nas desertas praias do Atlântico”. Em extenso ensaio, publicado em 1869 no jornal *O Globo de Gênova*, este estudioso defende com ardor científico a teoria acerca da procedência dos índios encontrados por Cabral, de naus fenícias e hebreias arremessadas nas praias brasileiras por naufrágios, ou ali chegados em viagens premeditadas. Thoron empenha-se em demonstrar que os povos da antiguidade mais remota conheciam as Américas.

Ele sabia latim, grego e hebraico, conhecia a língua tupi, e também a língua quíchua, que é ainda falada nas terras limítrofes entre o Brasil e o Peru. Não conformado com generalizações, o autor procurou mostrar que existem três localidades bíblicas, **Parvaim, Ofir e Tarshish** que, segundo ele, se situam no Brasil. A ousadia inovadora da tese consiste em tentar demonstrar cientificamente suas idéias, por meio da filologia e da linguística.

Para Thoron, *Parvaim* é pronúncia alterada de *Paruim*, porque o antigo alfabeto latino confundia o *v* e o *u*; o *iod* é a vogal *i*, muitas vezes se lia com a pronúncia de *ai* em hebraico. No texto hebraico, o ouro de *Parvaim* está escrito *Zahav-Paruim* (II Crônicas, 3:6-22); no texto grego da Septuaginta, acha-se igualmente *Paruim*. A terminação hebraica *im* indica o masculino plural. E vem acrescentado a *Paru*, porque, efetivamente, existem na bacia superior do Amazonas, no território oriental do Peru, dois rios auríferos, um com o nome de *Paru* (e conhecido como Rio Puru), outro, com o de *Apu-Paru* (*Apu-Puru*), e ambos se confundem depois com o Ucayali, um dos grandes afluentes do Amazonas. Os dois rios de nome *Paru* fazem, no plural, o *Paruim* dos hebreus. E mais: os rios *Paru* e *Apu-Paru* descem da província de Carabaia, a mais aurífera do Peru, estando aí a rica região de *Parvaim*. Quando David morreu deixou a Salomão, para a construção do templo, 7.000 talentos de prata e 3.000 de ouro de Ofir.

Os topônimos Ofir e Tarshish podem ser também analisados pela etimologia.

Para determinar a localização de Ofir, Thoron diz: no Livro I dos Reis, Capítulo 10, versículo 2, o nome está escrito em hebraico de dois modos: *Apir* e *Aypir*, e, no Capítulo 9, versículo 28, se escreve *Aypira* (*Ophira*), que é o nome mal pronunciado de Japurá, afluente do Amazonas ou Solimões. As deduções de Thoron são tiradas com o apoio da filologia, com base em seu conhecimento do quíchua, língua que ainda se fala na bacia superior do Amazonas. *Aypira* é Japurá em consequência de uma permuta de letras, como: em quíchua *yura*, folhagem, é em basco *urya*; *vaso*, em quíchua, é *kirau* e, em caldaico, *kiura*, etc. Assim, pelos exemplos de permutas e de substituições de vogais, que não alteram a significação das palavras, de *Aypira* (*Ophira*) da Bíblia teria vindo do nome do rio Japurá.

Para identificar a **Tarshish** bíblica, que aparece no Livro I dos Reis 10:22, Livro II das Crônicas 20:36 e 9:21, Jeremias 10:9, Ezequiel

27:12, Isaías 23:1, Jonas 1:3, Thoron, de novo, recorre à análise etimológica do topônimo e decompõe a palavra Tarshish. Para ele, foi a alta Amazônia que no tempo de Salomão recebeu o nome de *Tarshish*, cuja etimologia, em língua quíchua, origina-se de *Tari*, "descobrir", *chichy*, "colher ouro miúdo". Tarshish é, pois, o lugar onde se descobre e colhe o ouro miúdo. Forçada a abandonar Ofir e Parvaim, a frota salomônica dirigiu-se para a região da Alta Amazônia, onde o ouro era mais abundante, região essa que no tempo de Salomão recebeu o nome de Tarshish.

O próprio nome ‘**Solimões**’ – que designa o curso do Rio Amazonas – teria sua origem no nome do sábio Rei Salomão, cuja forma popular era Solimão. Onffroy de Thoron afirma que Solimões é o nome alterado (corruptela) de Salomão, dado ao rio pelas frotas do rei sábio. Em hebraico Salomão é *Shlomo* e em árabe Soliman. A oeste do Pará, dizem as crônicas dos primeiros dias do Brasil, havia uma imensa tribo com o nome de Soliman, que era a do rio. Daí fizeram os portugueses Solimão, porque costumam mudar o *n* final na vogal *o*. Em suas palavras:

O rio das Amazonas, desce da embocadura do Ucaial, até a foz do rio Negro, tem ainda o nome de **Solimões**. Pois bem: este não é nem mais nem menos que o nome alterado de Salomão, nome que ao grande rio tinham dado as expedições do rei-poeta. Ora, os cronistas referem que a oeste do Pará existia uma grande tribo conhecida pelo mesmo nome de "**Solimões**"

A fragilidade das coincidências linguísticas ou fonéticas pode até despertar suspeita; mas, argumentar que elas sejam pura casualidade é adotar uma postura interpretativa simplista e intransigente.

Relembrando a afirmação de Câmara Cascudo (2001, p. 64), a maioria das tentativas dos etimologistas são apenas “conjecturas”, mas que podem vir a se tornarem “convenções” sociais: dependendo da “maior ou menor habilidade erudita” sustentadas pelo intelectual que as defende como verdadeiras.

**PROCEDIMENTOS DISCURSIVOS
EM MÁRTIRES DA GLÓRIA,
DE ROBERTO POMPEU DE TOLEDO**

Lilian Manes de Oliveira (UNESA)
manes.lilian@gmail.com

1. Pressupostos teóricos

1.1. Implícitos

Ducrot (1977) estabeleceu oposição entre *implícito* e *explícito*, para maior entendimento de um texto. Aos dois tipos de conteúdos implícitos chamou *pressupostos* e *subentendidos*; os primeiros se apoiam num conteúdo linguístico; os segundos, no contexto. Conteúdos implícitos se opõem a explícitos, ou seja, o *posto*. No âmbito do texto, verifica-se que o pressuposto se situa no nível do enunciado; o subentendido, da enunciação.

1.2. Intertexto

O termo *intertextualidade* se aplica a conexões entre textos. Seu conceito foi introduzido, na década de 1960, pela crítica literária francesa Júlia Kristeva. “Ela considera cada texto como constituindo uma sucessão de textos já escritos” (TRASK, 2004) ou que ainda o serão. Ressalta, ainda, que tal ideia começou recentemente a ser incorporada na análise linguística dos textos, análise que considera a importância do conhecimento de outros textos para se captar o “pleno conhecimento” das origens de um texto, “de seus objetivos e de sua forma” (*id. ibid.*). Brandão (s/d/) considera “o intertexto de um discurso o conjunto dos fragmentos que ele cita efetivamente.”

1.3. Polifonia

Por polifonia, entendem-se as múltiplas vozes de um discurso. Termo originário da música – as diferentes melodias executadas simultaneamente-, foi levado para a Linguística por Ducrot. Antes, já havia sido postulada, na literatura, por Bakhtin, “técnica inevitável nos grandes romances” (MARTINS, 2003), estudando-a em Dostoiévski. Martins ainda faz referência a Júlia Kristeva, que cita o fato de Bakhtin também ter en-

contrado a polifonia em Balzac, nas palavras da autora “um dos seus precursores imediatos”. Entre os escritores brasileiros, Mário de Andrade a considerou elemento de análise estrutural da poesia moderna, em 1925. Dentre as suas marcas linguísticas, destacam-se o uso de aspas, determinados operadores argumentativos, marcadores de pressuposição e o uso do futuro do pretérito como metáfora temporal. Pode funcionar como recurso argumentativo, quando usada como reiteradora de opinião.

1.4. Enunciação / enunciado

A Teoria da Enunciação teve como precursor Mikhail Bakhtin e foi levada à França por Emile Benveniste, que lhe atribuiu dois planos: o do discurso e o da história, divisão que sofreu sérias críticas. Entende-se que um mesmo enunciado se torna portador de significados diferentes, desde que a enunciação o seja. De uma forma simplificada, a enunciação seria o processo e o enunciado o resultado. As condições de produção (tempo, lugar, papéis dos interlocutores, objetivos etc.) são condições do enunciado. Inúmeras marcas linguísticas da enunciação podem-se apresentar no enunciado, tais como os operadores argumentativos, os indicadores modais, atitudinais, os índices de avaliação, de domínio, de polifonia e os tempos verbais (KOCH, 2001).

1.5. Conhecimento compartilhado

Charaudeau (2008) observa que “o enunciador produziu seu texto a partir da hipótese de que os interpretantes possam partilhar com ele o mesmo saber comum”. Tal conceito ultrapassa o conhecimento único do linguístico e já caminha em relação ao extralinguístico.

1.6. Contexto sócio-histórico

Segundo afirma Helena Nagamine Brandão (s/d), a Análise do Discurso procurou superar a linguística meramente frasal, que não abrangia o texto em sua totalidade. Buscou ela, então, elementos extralinguísticos, procurando detectar como o linguístico estaria estreitamente ligado ao contexto sócio-histórico das condições de produção.

1.7. Valores

Charaudeau (2004) também postula que uma sociedade julga seu comportamento por valores éticos, estéticos, pragmáticos e hedonísticos. Os primeiros se baseiam na oposição bem *versus* mal; os segundos, belo *versus* feio; os terceiros, útil *versus* inútil; e os últimos, agradável *versus* desagradável.

1.8. Ethos

Aristóteles (2007) conceituou como meios de prova a trilogia *logos*, *ethos* e *pathos*. A noção de *ethos* reuniria tanto as virtudes morais que dão credibilidade ao orador quanto a capacidade de este exprimir-se, convencendo.

Ducrot (1984) ligou o *ethos* à enunciação, constatando que o modo de dizer revela muito mais do locutor do que aquilo que ele afirma sobre si mesmo.

Maingueneau (2008) retomou a noção do *ethos* retórico, unindo-o à imagem que o locutor já delinearía antes de sua ação, isto é, o locutor construiría a imagem que o seu público teria sobre ele. Tal conceito constituiría o *ethos* prévio; o locutor trabalharia sobre ela, ratificando-a ou retificando-a; mas o próprio Maingueneau propõe três princípios mínimos básicos para análise de um texto, os quais assim poderiam ser resumidos: *ethos* é uma noção discursiva, híbrida (sócio-discursiva) e “um processo interativo de influência sobre o outro”. E acrescenta que o *ethos* abrange “todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos”.

1.9. Língua falada/língua escrita

Charaudeau (2008) propõe ainda as expressões situação dialógica/situação monológica como evidenciadoras da oposição língua falada/língua escrita. O fato de os parceiros estarem ou não presentes fisicamente cria características próprias a cada situação. Assim, num texto escrito, em que o canal de transmissão é gráfico, as palavras se tornam progressivas, contínuas, hierarquizadas e passíveis de uma explicitação necessária, já que não são auxiliadas pela entonação nem pela mímica.

1.10. Formação discursiva

Segundo Brandão (s/d), a Análise do discurso francesa, seguidora da linha de Pêcheux, aponta duas expressões que a caracterizam: formação ideológica e formação discursiva, reveladas por uma competência sócio-histórica e por uma competência linguística.

2. *Análise do corpus*

Mártires da glória é um texto essencialmente polifônico, composto por fragmentos citados explicitamente. Nele, o autor confronta um texto literário, *O deserto dos tártaros*, do italiano Dino Buzzati (1976); um ensaio sobre o texto italiano, “Na fortaleza”, do teórico da literatura Antonio Candido (1993); e a notícia, divulgada pelos jornais, da comemoração dos 40 anos da chegada do homem à Lua. Inúmeras vezes se fazem presentes, quer no emprego das muitas aspas, quer no do futuro do pretérito “poderia”, no terceiro parágrafo. “Não poderia” expressa a opinião de muitos, talvez uma opinião generalizada; mas, na do articulista, as trajetórias dos heróis mencionados expressam destino semelhante ao do protagonista do romance, Drogo. A polifonia constitui ainda procedimento discursivo para reiterar as tomadas de posição: “na ilusão de que o importante ainda está para começar” ressalta a esperança, o futuro; a frase que Pompeu considera tola, “pequeno passo para um homem, grande salto para a humanidade”, exalta o passado, o feito glorioso, uma alusão ao contexto sócio-histórico da época.

Quanto à tipologia textual, o fato de o texto haver sido publicado numa revista semanal – *Veja* – não o caracteriza como exclusivamente jornalístico. Os artigos de Roberto Pompeu de Toledo, sempre na *última* página, a princípio semanais, atualmente quinzenais, eram enquadrados na categoria *Ensaio*, mas, há algum tempo, tal caracterização foi eliminada. Afirma Barbosa (2003): “Em vista da heterogeneidade do discurso da mídia... história, memória e esquecimento são acionados na produção dos sentidos vinculados aos textos dessa ordem discursiva”. O leitor, que a princípio se habituara ao ensaísta, característica do seu *ethos* prévio, aos poucos foi modificando tal imagem do autor, que enveredou por textos de outra classificação.

Em julho de 2009, a FLIP (Feira Literária Internacional de Paraty) teve como uma de suas estrelas o escritor norte-americano Gay Talese. Jornalista profissional, notabilizou-se por evidenciar o *new journalism*,

estilo que buscou na literatura o aliado principal. Seu carro-chefe atual intitula-se *Vida de escritor* (2009), narrativa autobiográfica, reveladora da sua origem ítalo-americana e do sentimento de rejeição que envolveu os italianos e seus descendentes nos Estados Unidos da América, durante a Segunda Guerra Mundial. Talese apaga a fronteira entre discurso jornalístico e discurso literário. Ambos se encontram na “atividade impregnada de subjetividade” (CHARAUDEAU, 2008), que constitui o relatar e comentar acontecimentos.

Toledo também une jornalismo e literatura; não num texto autobiográfico, mas, no registro do evento de 20 de julho, compartilhado pelos astronautas da Apollo 11 com o presidente Barack Obama, afasta-se bastante da objetividade, estabelecendo paralelo com uma obra italiana da primeira metade do século XX, protagonizada por um jovem oficial, recém-saído da Escola Militar. Tenta ele conjugar um relato criterioso com “elementos narrativos de uma obra de ficção” (orelha de *Vida de escritor*). No terceiro parágrafo, Toledo narra o que Nora afirma constituir o “retorno do fato” (BARBOSA, 2003). Um evento relembra um fato histórico (a solenidade comemorativa do feito espacial), possibilitando o aparecimento da história-testemunho. O jornalista se transmuta em historiador, permitindo-se analisar as consequências dos papéis exercidos pelos astronautas.

“No quadro da Análise do Discurso de linha francesa (AD), o conceito de *formação discursiva* explica usos lexicais diferenciados para nomear o mesmo fato/objeto, a mesma pessoa” (CAVALCANTI, 2008). As lexias escolhidas para caracterizar os três astronautas são bem diversas das esperadas “numa cerimônia comemorativa”. Uma comemoração pressupõe um campo semântico ligado a alegria, a júbilo. Em sentido oposto, o autor emprega o adjetivo “melancólico”, o termo bem usual “proeza”; e ainda “patéticos”, “distantes do antigo garbo”; insiste em chamá-los “senhores” e ressalta que as novas gerações apenas têm “memória vaga de seus feitos”, desmitificando o seu papel pioneiro de conquistadores da Lua. As lexias nominais destacadas sublinham a atitude negativa que o autor evidencia em relação a quem a história consagrou como heróis.

Os dois astronautas que desceram na Lua são nomeados: Edwin Aldrin e Neil Armstrong. O terceiro, o que permaneceu na nave, é apenas “o outro”. Se a não nomeação de um astronauta pode remeter ao implícito de avaliação negativa do autor, igualmente negativa é a descrição por ele feita dos outros dois, descrição que ocorre por meio de lexias nomi-

nais evocadoras do campo semântico de tristeza: “dolorosos”, “alcoolicismo”, “depressão”, “ermitão”, “condenados” “sombras de si mesmo”; ou de lexias pejorativas: “(tola) frase”, “campeão do exotismo”.

O artigo de Candido a que Pompeu faz referência se organiza em cinco partes, quatro destinadas ao protagonista de *O deserto dos tártaros* e uma última, a considerações sobre outros aspectos da obra, que deseja “transfigurar a realidade, descrevendo comportamentos envoltos num certo halo irreal, em paragens indefinidas” (CANDIDO, 1993).

O texto “Mártires da glória” organiza-se em cinco parágrafos que confrontam a ação do protagonista do romance com as ações e comportamentos dos heróis espaciais do século XX; não se questionam valores éticos, estéticos, hedonísticos, nem mesmo pragmáticos. Conclui-se num sexto, em que todos os heróis se encontram, não na Morte de Buzzati, não na Morte de Antonio Candido, mas na morte que tem sua missão explicitada por Toledo: “a vacuidade do sonho, da glória e da esperança”. Aparentemente aceitando a conclusão de Candido – “Pode ser”-, a ela contrapõe a sua imagem de argumentador, por meio de “Mas pode ser também”, em que o conector adversativo orienta o leitor num sentido contrário à afirmativa anterior e “também” pressupõe que a morte pode adquirir outro significado.

Segundo Koch (1993)

Não há texto neutro, objetivo, imparcial... a pretensa neutralidade de alguns discursos é apenas uma máscara...o locutor se representa no texto ‘como se’ fosse neutro, ‘como se’ não estivesse engajado, comprometido, ‘como se’ não estivesse tentando orientar o outro para determinadas conclusões...

O literário e o jornalístico se reúnem num texto de modo argumentativo de organização do discurso, já que seu último período tem o valor de tese.

3. Conclusão

Roberto Pompeu de Toledo se utiliza de um texto literário e de um estudo teórico por este suscitado, a fim de fazer emergir de um texto jornalístico considerações existenciais, mascaradas de argumentos. O título metafórico “Mártires da glória” une o lirismo poético a um texto midiático, constituído parcialmente por um ensaio sobre um ensaio e revelador da imagem literária que seu autor transmite aos leitores. Ao se refe-

rir ao “diálogo de mão única que muitos leitores mantêm com os cronistas”, Cora Rónai (2009) afirma que “Com o tempo, qualquer um de nós do lado de cá da página aprende a prever, mais ou menos, como será recebido o que escreveu”. O texto de Toledo, no seu parágrafo final, suscita a passagem, retomando a nomenclatura de Charaudeau, de uma situação monologal para dialogal, já que sua maneira de dizer, pessimista e polêmica, ao provocar inúmeros efeitos de sentido, estimula a razão e a emoção dos leitores, estímulos que poderão converter-se em respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BARBOSA, Pedro Luís Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: UNICAMP, s/d.

BUZZATI, Dino. *Il deserto dei tartari*. Milano: Mondadori, 1976.

CANDIDO, Antonio. Na fortaleza. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CAVALCANTI, Jaurance Rodrigues. Considerações sobre o *ethos* do sujeito jornalista. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 173-184.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Le dire et Le dit*. Paris: Minuit, 1984.

EMERSON, Caryl. *Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MARTINS, Wilson. Bakhtin revisitado. *O Globo* 2 ago.2003. Prosa & Verso, p. 4.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

RÓNAI, Cora. Tempos de cinema. *O Globo*, 3 set. 2009, Segundo Caderno, p. 10.

TALESE, Gay *Vida de escritor*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Mártires da glória. *Veja*, 29 jul.2009. p. 142.

TRASK R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2004.

ANEXO

MÁRTIRES DA GLÓRIA

Roberto Pompeu de Toledo

O tema do romance *O Deserto dos Tártaros*, do italiano Dino Buzzati, publicado em 1940, é a esperança. Giovanni Drogo, o personagem central da história, é um militar que ganha seu primeiro posto no remoto e isolado forte Bastiani, situado na fronteira norte de um país indefinido, e ali permanecerá até o fim da carreira. As tarefas são repetitivas e inúteis. Nada acontecia por ali fazia anos, e continua não acontecendo. Drogo tem chances de mudar de posto em busca de uma vida com mais ação e mais propósito, mas deixa escapar todas. Move-o a esperança de que um dia o inimigo atacará por aquele flanco e enfim se revelará que a vigília não foi vã. Melhor ainda, nesse dia ele se poderá sagrar herói, aspiração máxima de quem escolhe a carreira militar.

Drogo envelhece esperando o que nunca acontece. Passaram-se os anos, mas ele “não pensa que o futuro se reduziu terrivelmente, não é mais como antes, quando o tempo vindouro podia parecer-lhe um período imenso, uma riqueza inexaurível que ele não corria nenhum risco em esbanjar”. Ele persistia “na ilusão de que o importante ainda está para começar”. Este é o grande momento do livro. Nele o autor ultrapassa os limites de sua história e de seu personagem para apontar lapidarmente um dos mais fortes motivos, se não o mais forte, pelos quais, em qualquer circunstância e qualquer tempo, continua-se a viver e a manter a flama: a persistente esperança de que o melhor ainda está por vir.

A trajetória do trio de astronautas da Apollo 11 não poderia, à primeira vista, oferecer contraste maior com a de Giovanni Drogo. Na vida de Drogo não aconteceu nada. Na deles aconteceu de serem os primeiros a empreender uma viagem de desembarque na Lua. Drogo esperou em vão pela glória. Os astronautas conheceram a glória de uma empreitada que por milênios pareceu impossível. No entanto havia na semana passada algo de melancólico na figura daqueles três senhores, a participar com o presidente Barack Obama, da cerimônia comemorativa dos quarenta anos da proeza. A cerimônia soava a desfile de veteranos de guerra. Desfiles de veteranos de guerra são patéticos. Mostram senhores não só distantes do antigo garbo e do momento que os alçou acima do comum dos homens e da existência comum, como os põem na desconfortável posição de reclamar o reconhecimento a uma geração que guarda memória apenas vaga de seus feitos.

Do trio de astronautas, os dois que pisaram na Lua (o outro permaneceu em órbita) experimentaram momentos dolorosos, nestes quarenta anos. Edwin Aldrin mergulhou no alcoolismo e na depressão. Neil Armstrong impôs-se um alerta neurótico contra a exploração não autorizada de sua fama. Deixou de dar autógrafos quando descobriu que eram comercializados. Moveu processo contra uma empresa que usou sua (tola) frase do “pequeno passo para um homem, grande salto para a humanidade”. Moveu outro, campeão de exotismo,

contra o barbeiro que ousou vender um chumaço de seus cabelos. Trancou-se, como ermitão, na pequena cidade em que mora.

Os heróis da Lua nada têm a ver com Giovanni Drogo, mas lhes ocorreu algo tão incômodo quanto. Conheceram cedo, antes dos 40 anos, o ponto mais alto de sua vida. Como escreveu Aldrin: “Que pode fazer um homem, depois de ter andado na Lua?” A eles foi roubado o princípio basilar da esperança, aquele segundo o qual, na fórmula de Dino Buzzati, “o importante ainda está por começar”. É o que ocorre igualmente com outros profissionais de glória precoce, como os jogadores de futebol e as crianças-prodígio que ao crescerem não confirmam seus talentos. Os astronautas da Apollo 11 nos parecem, e talvez pareçam também a si mesmos, personagens que, cedo, foram condenados a virar sombras de si mesmos.



Quanto a Giovanni Drogo, para quem quer saber o fim da história – a guerra acaba estourando, sim, na fronteira norte, mas bem no momento em que, velho e doente, ele é retirado do forte para dar lugar a alguém apto ao combate. Morre pouco depois, no solitário quarto de uma estalagem, e, no último momento, embora ninguém o contemple, sorri. Segundo escreveu o crítico Antonio Candido, num bonito ensaio, Drogo sorri porque enfim compreende que “a Morte era a grande aventura esperada” e que enfrentá-la “com firmeza e tranqüilidade” é “o momento supremo da vida de todo homem”. Pode ser. Mas pode ser, também, mais prosaicamente, um sorriso de rendição. A morte, no cumprimento de seu papel, acabara de revelar-lhe a vacuidade do sonho, da glória e da esperança.

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA MPB:
DE AMÉLIA A MESSALINA

Angélica Moriconi (UNISA)
angelica.moriconi@bol.com.br
Márcia A G Molina (UNISA)
maguemol@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais

Nosso objetivo neste trabalho é o de analisar a construção do perfil feminino em duas letras de músicas do cancionero brasileiro: *Vou brigar com ela*, de Lupicínio Rodrigues, dada a público na primeira metade do século XX; e *Luxúria*, de Isabela Taviani, veiculada na mídia atualmente, avaliando diferenças na construção da imagem da mulher nesses dois textos.

Avaliaremos também o contexto em que essas músicas foram divulgadas, estabelecendo uma relação entre o imaginário coletivo no que diz respeito à postura da mulher da época e sua relação com o homem e com as regras sociais reinantes. Utilizaremos a análise do discurso de Linha Francesa como arcabouço teórico a guiar nossas reflexões, sobre a qual falaremos brevemente a seguir.

2. Análise do discurso no âmbito dos estudos da linguagem

Desde os primórdios da ciência da linguagem, no século XIX, os estudiosos têm se preocupado com seu objeto das mais variadas formas. A língua, por ser um objeto multifacetado, pode ser estudada por diferentes perspectivas. Assim, a linguística tem produzido estudos que a concebem enquanto sistema. Nessa evidenciam-se trabalhos cujo cerne são os elementos de uma dada língua e os tipos de relações que esses elementos contraem no interior desse sistema.

Esses estudos estruturais produziram trabalhos exaustivos e profícuos, como por exemplo, os que se preocupam com a descrição dos fonemas, a questão da distribuição, análises morfossintáticas, etc.

A esse tipo de análise que entende a língua como uma estrutura cujos estudos não abrangem fatos exteriores ao sistema somam-se pesquisas contemporâneas de caráter discursivo, que entendem a língua em

sua relação com a sociedade e o momento histórico.

É justamente nessa perspectiva que se coloca a análise do discurso (AD) com o propósito de explicitar as especificidades da significação inscritas na materialidade linguística denominada *discursos*, considerando indissociáveis o discurso e o sujeito discursivo. Interessam-lhe, pois, esses sujeitos, suas inscrições na história e as condições de produção da linguagem, analisando-se as relações que se estabelecem entre a língua, aqueles que a empregam numa situação específica, a maneira como o fazem e a imagem que têm de si e do outro na instância discursiva.

Neste trabalho interessa-nos, em especial, a questão da imagem da mulher traçada nas letras das canções mencionadas, ou seja, delimitaremos nossas análise na questão do *ethos*.

3. *O percurso dos estudos sobre o ethos: da retórica clássica à análise do discurso*

O discurso e o texto são entendidos ora como objetos de significação, ora como de comunicação. Em outros termos, o texto organiza-se e produz sentidos e também se constrói na relação com os demais, uma vez que está inserido numa determinada sociedade e num tempo histórico preciso.

Exatamente por isso, na instância do discurso, confrontam-se os interlocutores, numa dada situação concreta, com determinadas intenções. Esse confronto, por sua vez, instaura imagens: a que o locutor faz de seu interlocutor; a que o interlocutor faz do locutor; a que o locutor faz de si e também a que acredita que o interlocutor faça dele. Isto quer dizer que o locutor, ao construir seu discurso, também nele se constrói. Denomina-se *ethos* a construção dessa imagem que, entretanto, não é explicitada no discurso, mas é possível chegar a ela por meio de marcas deixadas pelo caminho: as escolhas lexicais, o nível de linguagem selecionado e, em se tratando de discurso oral, a postura, o modo de falar, de olhar, a disponibilidade em relação ao interlocutor etc.

Não se pode falar em *ethos*, entretanto, sem que se reporte à retórica clássica, pois foi Aristóteles quem sistematizou a Retórica como a arte da persuasão. O filósofo grego entende o conceito de *ethos* como um aspecto fundamental da persuasão. Para ele, há três espécies de provas de que se utiliza o orador para persuadir o seu auditório: 1. o caráter do orador (a que ele chamou de *ethos*); 2. as paixões despertadas nos ouvintes

(a que ele chamou de *pathos*); 3. o discurso (a que ele denominou *logos*). Dessa maneira, persuade-se o ouvinte por meio dessas três provas.

O orador influencia os ouvintes pelo seu caráter. Referindo-se a essa questão, Aristóteles empregou o termo *epiēkeia* como sinônimo de *ethos*: "(...) que a *epiēkeia* do orador não contribui em nada para a persuasão; muito ao contrário, o *ethos* constitui praticamente a mais importante das provas." Aristoteles *apud* Amossy (2005, p. 36).

O auditório, por sua vez, é influenciado pelo orador, é o seu alvo. O bom orador convencerá seu auditório apelando para as paixões: deve impressioná-lo, fazer com compartilhe suas crenças, acredite sinceramente em suas palavras, em outros termos, deverá o auditório envolver-se emocionalmente com o discurso. A última prova consiste no próprio discurso. O orador deve apresentar sua tese claramente e selecionar bem os argumentos que a fundamentam.

Percebe-se, portanto, que o *ethos* está ligado ao orador e à imagem que este constrói de si mesmo para seu auditório e essa prova é para Aristóteles a mais forte de todas, uma vez que se o orador parecer honesto e sincero, seu discurso também o parecerá.

Vale aqui esclarecer que o *ethos* é concebido como o caráter do orador construído pelo discurso, não importando se esse caráter corresponde à realidade ou não.

Dominique Maingueneau (2006) discorrendo sobre o *ethos*, revisita os estudos aristotélicos e afirma que ele diz respeito às imagens de si no discurso. No entanto, os estudos da AD ampliam a visão da retórica clássica, considerando que qualquer tipo de discurso, inclusive o escrito, constitui-se das imagens construídas pelo enunciador.

Maingueneau, ao retomar a noção aristotélica de *ethos*, filia-a à instância discursiva, tal qual, na Antiguidade, o fez Aristóteles. Assim, o orador constrói uma imagem de si que independe de sua pessoa, de seu ser. Trata-se antes de uma imagem construída no ato da interação verbal – ou se se preferir, na instância do discurso, no processo mesmo da enunciação.

Maingueneau (1989, p.45) também introduz a noção de "voz" capaz de solucionar o problema em relação aos discursos escritos. Se na Antiguidade, o *ethos* constituía-se em torno da palavra viva, observando-se as características físicas do orador, como gestos, entonação, a AD propõe a ideia de que o texto escrito é sustentado por uma voz específica

concebida como uma das dimensões da formação discursiva. A essa voz, o autor denomina "tom". O discurso associa-se, pois, a um tom. Além do conceito de tom, o autor concebe ainda a noção de corporalidade:

O tom está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O "caráter" corresponde a este conjunto de traços "psicológicos" que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. (...) Deve-se dizer o mesmo a propósito da "corporalidade", que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. (MAINGUENEAU, 1989, p. 46)

O *ethos* está, portanto, intrinsecamente ligado à construção de uma corporalidade do enunciador cujo tom lhe foi imposto pela formação discursiva na qual está inserido. O tom possibilita ao leitor a construção, no texto escrito, de uma representação subjetiva do corpo do enunciador (corpo não físico, daí o termo corporalidade). Surge então a figura do *fiador* proposta por Maingueneau que nada mais é senão a imagem corporal do enunciador construída pelo discurso. O fiador é desvelado no discurso e não há necessariamente correspondência entre ele e o enunciador efetivo. Justamente por assim ser, é possível, no âmbito discursivo, criar a imagem de um fiador educado, calmo e tranquilo, mesmo que o enunciador não o seja. Tal construção do fiador advém das escolhas lexicais feitas pelo enunciador.

Interessante observar com Maingueneau (2005), que a imagem do fiador é construída pelo coenunciador que o faz por meio dos índices textuais.

Feito esse pequeno resumo acerca do *ethos*, passaremos, agora, à análise das letras das canções.

4. *A cena enunciativa e a construção do ethos em "(Paciência) Vou brigar com ela"*

Segundo Maingueneau (2001) um texto não é um conjunto de signos inertes, mas as pegadas deixadas por um discurso em que se *enena* a fala. Desta forma, todo texto insere-se numa "cena de enunciação". Para a análise do discurso a noção de cena enunciativa associa-se geralmente à noção de situação de comunicação. São três as possibilidades de se apreender a cena enunciativa, conforme a perspectiva que se assuma: a) cena englobante: diz respeito ao tipo de discurso; b) cena genérica: como sugere a própria designação, é definida pelos gêneros do discurso particulares que podem ser reunidos em grupos. Cada grupo requer uma

cena específica e institucionalizada, por exemplo, a de uma consulta médica, de uma aula expositiva, dentre outras; c) cenografia: é instituída pelo próprio discurso que a determina. Assim, a cenografia é, a um só tempo, a gênese e a finalidade do discurso. Legítima e é legitimada no e pelo discurso. Implica, pois, tempo e lugar específicos de onde emerge o discurso.

Nesta letra, a cena englobante da canção corresponde ao discurso literomusical. A cena genérica corresponde ao gênero samba-canção. A última cena, a chamada cenografia corresponde ao contexto que a cena implica: trata-se de um desabafo do enunciador por não compreender a desobediência de sua mulher que insiste em sair sem a sua permissão.

A cena constrói-se a partir da cronografia que marca a decisão do enunciador em brigar com a mulher: "desta vez eu vou brigar com ela". Observe-se a importância da expressão "desta vez" que marca a ocorrência do mesmo episódio no passado. A mulher já saíra sozinha outras vezes e fora comunicada do desagrado do enunciador, mas mesmo assim, desafiou-o e, mais uma vez, o fez.

Isso faz com que o enunciador aponte para um fato futuro: brigará com ela. É interessante ressaltar que a construção morfossintática denota uma escolha coloquial: o enunciador prefere a perífrase verbal "vou brigar" – utilizando-se de um verbo auxiliar no presente (vou) acompanhado do verbo principal no infinitivo (brigar) - ao verbo no futuro do presente "brigarei".

Nesse sentido, cumpre esclarecer que o gênero *samba-canção*, nosso objeto de estudo, teve na época de Lupicínio Rodrigues o rádio como principal *suporte*. Suas canções eram divulgadas por esse meio de comunicação, fundamental para aquele tempo. A variante *de linguagem* adotada nas letras de suas músicas é o português coloquial. Seu padrão discursivo adota uma linguagem clara e simples, respeitando as normas gramaticais, no entanto, sem segui-las obstinadamente, aproximando-se mais de seus interlocutores - os ouvintes do rádio.

A topografia não é explicitada pelo enunciador, no entanto, se se pensar no enunciador enquanto sujeito empírico, pode-se supor que o "topos" seja a de uma grande cidade, possivelmente, o Rio de Janeiro, local onde o compositor viveu sua carreira musical.

O *ethos*, a imagem que o enunciador constrói de si no discurso, integra a cenografia do desabafo e funciona como uma interpelação ao

coenunciador de forma a conseguir sua adesão. Nesse sentido, a variante do título "(Paciência) Vou brigar com ela" é esclarecedora: o enunciador não deseja brigar com a amada, mas deverá fazê-lo: paciência! Em outras palavras, *paciência* remete à ideia de que deverá brigar, ainda que a contragosto, pois não há outra saída. Ele está sendo impelido a essa atitude pela desobediência da mulher. Cumpre observar a preocupação do enunciador em mostrar-se bem intencionado e imparcial em relação ao fato de que trata. Nesse sentido, o *ethos* do enunciador constrói-se a partir da criação um *fiador* (MAINGUENEAU, 2005) cujo discurso reveste-se de justiça e bondade.

A estrutura narrativa que se constrói na letra nos leva à identificação do tom, do caráter, da corporalidade, do universo ético do fiador, a partir de suas escolhas discursivas: castigará a mulher "mesmo que por isso tenha que morrer". Eis, pois, a construção da imagem de um fiador paciente, compreensivo e, sobretudo, bom.

Lembrando que a AD considera indissociáveis discurso / sujeito discursivo e que lhe interessam as relações que se estabelecem entre a língua, aqueles que a empregam numa situação específica e a maneira como o fazem, é importante destacar que a canção é de 1961, período em que a ideologia machista estava ainda muito presente. Conforme comenta Rodrigo Faour (2008) em seu livro História Sexual de MPB, muito apropriadamente, "o machão tinha que ralhar com a dita cuja por um atrevimento tão terrível: o de sair sem lhe consultar", ainda que isso lhe causasse tremenda dor. Era esse o comportamento que a sociedade esperava de um homem.

Desta forma, o sujeito emerge com uma voz que não pode ser dissociada do corpo mesmo que enuncia. Essa voz dialoga com outras vozes e traz para seu interior crenças e valores (referência ao discurso machista) carregados de ideologia, uma vez que não existem discursos e sujeitos neutros. No entanto, ainda que essa voz traduza o discurso machista, percebe-se a preocupação do enunciador em relação ao seu comportamento. Talvez, isso já seja um indício de mudanças - que na verdade somente entrarão em cena anos adiante.

Nos anos 30 do século passado, quando o rádio começou a se popularizar, o Rio de Janeiro era a capital federal e tudo o que acontecia em termos de comportamento era registrado pelos cronistas da música. Lupicínio Rodrigues cantou os amores e as dores de amores, as mulheres muitas: as prostitutas, as desalmadas, as que gostavam de apanhar.... Foi cer-

tamente um dos maiores gênios de nosso cancioneiro e, como não poderia ser diferente, foi também o porta voz de toda uma época: fiel tradutor, portanto, da ideologia machista tão ao gosto daquele século.

5. *A cena enunciativa e a construção do ethos em Luxúria*

Nesta letra, a cena englobante da canção também corresponde ao discurso literomusical. A cena genérica corresponde ao gênero *pop-rock*. A última cena proposta por Maingueneau, como visto, a chamada cenografia corresponde ao contexto que a cena implica: trata-se de um casal num momento amoroso,

Na letra dessa canção, de Isabela Taviani, estabelece-se entre os participantes um diálogo intratextual, sendo duas, portanto, as vozes de enunciação: ela, personagem anônima que se dirige ao coenunciador, também anônimo, podendo ambos traduzir a voz da coletividade, dirigidas a um outro, o interlocutor, o leitor, ou ouvinte virtual.

O diálogo é iniciado pela voz feminina: “dobro o joelho/ quando você me pega/ me amassa/me quebra/me usa demais.” dando-nos a primeira impressão de que a voz que assume a personagem feminina está numa condição de total submissão ao homem. Trata-se, contudo, de um *jogo discursivo*. De fato, o enunciador feminino, é o da mulher que, no século XXI, já pode exteriorizar seus sentimentos e sua vontade na relação amorosa. Sabemos com Maingueneau (2006), que os discursos constituintes podem legitimar a voz da coletividade, e a autora, ciente da liberdade sexual conquistada pela mulher, coloca-se por livre e espontânea vontade para o “uso do homem”, afirmando, inclusive: “Perco as rédeas, quando você demora, devora, implora/ e sempre por mais.” O *perder as rédeas* pode ser entendido aqui como o momento em que, extasiada, extrapola, liberando-se totalmente...

Na sequência, é a voz masculina que enuncia: “Eu sou navelha/Cortando na carne/Eu sou a boca/Que a língua invade/Sou o desejo/Maldito e bendito/Profano e covarde”, comungando com as crenças a respeito da postura sexual do homem.

Em relação ao *ethos* masculino, devemos nos lembrar mais uma vez de Maingueneau, (*op. cit.* p. 269), quando afirma:

(...) mesmo que o destinatário nada saiba antes do *ethos* do locutor, o simples fato de um texto estar ligado a um dado gênero do discurso ou a um certo posicionamento ideológico, já induz expectativas no tocante ao *ethos*.

Vemos, então, que a voz masculina assume sua condição de macho, metaforicamente transportada para o elemento *navalha* que corta a carne feminina e faz, covarde, sua parceira ficar submissa, neste caso, no jogo amoroso, proferindo, pois, o discurso que lhe foi autorizado através do tempo, daquele que pode usar e abusar da mulher. Em Coríntios, 11:9 lemos: “As mulheres têm de ser submissas aos vossos maridos”, em Timóteo 2:11-13, “A mulher aprende em silêncio com toda a submissão”...

Dascal (2005, p. 64), assevera que

“captamos” no comportamento de uma pessoa uma certa atitude, um certo estado de espírito em relação à troca comunicativa em curso, o que permite, então, escolher um esquema de interpretação adequado.

Nesse momento e desde sempre, foi veiculada a crença de que a tentação fez com que o homem *se perdesse* e o desejo que lhe assola o corpo de forma, muitas vezes, animalesca e luxuriosa é interpretado como “maldito”, visto que profano, por ter dado origem ao pecado original, mas “bendito”, já que por meio dele se dá a multiplicação de nossa espécie. Recordemo-nos de que a *Luxúria* é o quinto dos sete pecados capitais e que para o discurso religioso, esse pecado é um daqueles que deve ser confessado e do qual a pessoa deve arrepende-se. Contudo, no texto em questão, rompendo com os preceitos religiosos, a enunciativa assevera: “Eu gosto e desgosto”. Ou seja, não só não se arrepende como gosta de o praticar, já que a mulher do século XXI pode não ser mais um elemento passivo da relação amorosa e, dialogando com seu tempo, revela: “Muito me interessa/ A sua potência/ Seu calibre, seu gás...”

Sabemos que o movimento de liberação da mulher teve início a partir da década de 60, do século XX, atingindo seu apogeu na década de 70. Aqui no Brasil, nessa instância, a Rede Globo lançou, como baluarte desse período, o seriado *Malu Mulher* (1979/1980), protagonizado por Regina Duarte. A música de abertura desse programa, composta por Ivan Lins e Vítor Martins intitulada: “Começar de Novo” e a própria série narrou a história de uma mulher que tivera coragem de romper com um casamento de anos e recomeçar sua vida, tomando as rédeas de sua história:

Começar de novo e contar comigo
Vai vale a pena ter amanhecido
Ter me rebelado, ter me debatido (...)
Ter virado a mesa, ter me conhecido (...)

(Começar de novo – Ivan Lins)

A mulher de *Luxúria*, diferentemente da de *Começar de novo*, não

precisa assumir essa posição de ruptura, de virada de mesa. Isso já está conquistado, e ela pode solicitar ao seu parceiro: “Desfaça assim de mim/ Que eu gosto ...”

Essa mulher é dona de suas vontades, quer dar e ter prazer, tendo a coragem até de se igualar naquele instante amoroso às meretrizes que, para satisfazerem os desejos masculinos, cobram por sua companhia... “Me dobro/ nem lhe cobro/ Rapaz”

E, agora, dialogando com o papel que lhe foi conferido ao longo dos tempos e no discurso religioso, profere: “Ordene, não peça.” Mais uma vez, podemos escutar a voz do texto bíblico, já que em Colossenses, 3:18, lemos: “Mulheres, sede submissas aos vossos maridos, como convém ao senhor”. Contudo, a ilusão dessa submissão foi ironicamente construída visto que a enunciadora *ordena* que o homem lhe *ordene* o seu prazer sexual, porque com ele compactua. Ainda, traçando a imagem de par, sem sentir-se inferior ou superior que o elemento masculino, informa: “Sou o encaixe/O lacre violado”

No momento de enunciação, na cena enunciativa em que foi construída a canção, a mulher pode, inclusive, revelar de público que é “o lacre violado” sem ficar estigmatizada por isso. Assim, o *ethos* feminino fica então sendo a própria figurativização do pecado capital”.

Os pecados capitais foram divididos, enumerados pelo Papa Gregório Magno, firmados no século XIII por São Tomás de Aquino e divulgados pela igreja católica desde então. Assumir-se como o próprio pecado é tomar para si o papel de devassa, de desvairada, que se entrega sem controle ao sexo em busca tão somente de prazer. E, ele, extasiado, frente a essa mulher, satisfeito, em consonância com as atitudes dessa pessoa liberada, expressa: “Eu quero é derrapar/Nas curvas do seu corpo/Surpreender seus movimentos//Virar o jogo”. Virando, de fato, juntamente com ela, o jogo, na cena amorosa: “virando”, primeiramente, o da conduta anterior e socialmente aceita e regulada pela sociedade, da mulher recatada; depois, e instaurando no texto uma ambiguidade importante, “virando”, talvez, literalmente o corpo da amada para uma posição que lhes proporcione mais prazer. Ao fazer isso, parece assumir que rompe com o discurso assegurado pelo tempo, auxiliando na construção de um “novo” *ethos* para a mulher: já que essa pode manifestar seus desejos luxuriosos, descontrolados, por prazeres carnaís, sua vontade de satisfação total: “Eu quero é beber, o que dele/Escorre pela pele/E nunca mais esfriar/ Minha febre...”

6. Considerações finais

Lembramos aqui que o objetivo de nosso trabalho foi o de analisar a construção do perfil feminino nessas duas letras de canções. Recorremos, então, aos preceitos teóricos, em especial, da análise do discurso, que considera como relevante avaliar a instância enunciativa e, nela, a questão da imagem que os interlocutores vão construindo de si e de outro(s).

A letra de *Vou brigar com ela*, composta antes do movimento de liberação feminino, mostra a imagem que se tem da mulher na época: a submissa, que deve obediência a seu par, a “Amélia” retratada por Mário Lago, praticamente na mesma ocasião.

Já, em *Luxúria*, dada a público no século XXI, o perfil feminino é bem outro: vemos traçado na letra da canção o retrato da mulher que escolhe seu parceiro, que busca por prazer e pode verbalizar sem medo que gosta de “pernas para todos os lados”.

Portanto, podemos afirmar que o *ethos* feminino ao longo dos anos, nas letras de canções revisadas, passou por sensível transformação, passando pelo da mulher “Amélia”, da “Que vira a mesa” e chega àquela que pode, na relação amorosa, assumir até o papel de “Messalina”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DASCAL, Marcelo. O *ethos* na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: _____. *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. *Análise do discurso: as materialidades do sentido* (Orgs.). São Carlos: Claraluz, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e ROCHA, Décio. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DA TRIÁDE

João Antônio de Santana Neto (UNEB/PPGEL)
joaosantaneto@msn.com

Nessa mesa-redonda, pretende-se apresentar a tríade retórica e seu papel na argumentação. Escolheram-se como aporte teórico pressupostos da retórica, da nova retórica e da pragmática a fim de verificar como o *ethos*, o *logos* e o *páthos* interagem na argumentação. A fim de alcançar o objetivo proposto, o *corpus* escolhido é o tratado ascético-místico medievo *Castelo Perigoso* (séc. XIV). O trabalho apresentado está vinculado ao projeto coletivo de pesquisa “Argumentação, práticas discursivas e poder”, no qual o autor participa como pesquisador.

Aristóteles, ao escrever sua *Τεχνή Πητοριχή* (*Arte Retórica*), pretendeu apresentar uma *technè*, a qual visava examinar o que era persuasivo para vários tipos de indivíduos, pois, para ele, a retórica é a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser apropriado para persuadir. Na obra citada, têm-se três categorias: o *lógos* (λόγος), o *ethos* (ἦθος) e o *páthos* (πάθος). Trata-se da relação entre o orador/locutor e o auditório/alocutário (ἦθος e πάθος, de acordo com Aristóteles) por meio da linguagem (λόγος). Para o *lógos* tem-se a imagem que o locutor faz do referente e pressupõe-se a imagem que o alocutário faz do referente; para o *ethos* é considerada a imagem que o locutor faz de si mesmo e pressupõem-se as imagens que o locutor acredita que o alocutário faça si próprio e que o alocutário faz do locutor; e para o *páthos* considera-se a imagem que o locutor faz do alocutário e pressupõem-se as imagens que o alocutário faz de si mesmo e que o alocutário acredita que o locutor faça dele. Contudo, na prática, as imagens que o alocutário faz de si mesmo, que o alocutário faz do locutor e que o alocutário acredita que o locutor faça dele só podem ser inferidas pelo locutor a partir de atitudes e comportamentos do alocutário.

Por isso a visão retórica desses três elementos-chave é a de que

O orador é simbolizado pelo *ethos*: na sua “virtude”, em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo *páthos*: para o convencer é preciso impressioná-lo, seduzi-lo, e mesmo os argumentos fundamentados na razão devem apoiar-se nas paixões do auditório para poderem passar e suscitar adesão. Resta, enfim, a terceira componente, sem dúvida a mais objectiva: o *lógos*, o discurso, que pode ser ornamental, literário, ou então directamente literal e argumentativo (MEYER, 1994, p. 43).

Segundo Lausberg (1982, p. 105), a *persuasio* também pode manifestar-se na criação por um consentimento afetivo do árbitro da situação (alocutário), considerando-se que o consentimento afetivo pode preencher possíveis lacunas da convicção intelectual.

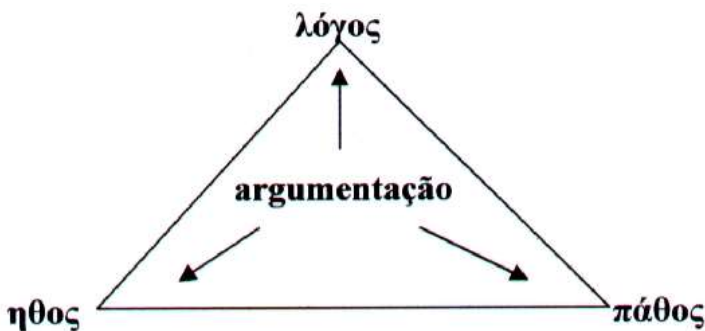
O *ethos* visa à influência afetiva, pretendida e exercida pelo locutor sobre o alocutário, com a finalidade de nele exercitar afetos suaves, visando obter a *benevolentia*.

O *páthos* objetiva a influência afetiva, pretendida e exercida pelo locutor sobre o alocutário, com a finalidade de nele exercitar, favoravelmente à proposição, afetos violentos (*movere, comovere*). Este grau afetivo leva à ação, através do impulso imediato, e consiste na adesão do espírito à proposição apresentada. O centro do domínio em que se aplica o *páthos* reside no *genus sublime*.

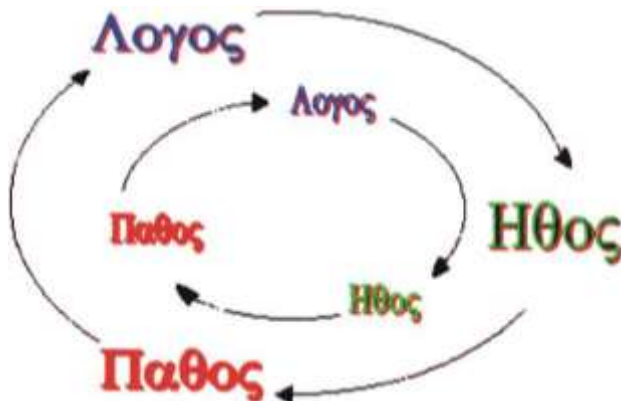
Nessa perspectiva apresentada por Lausberg (1982) do fazer persuasivo que visa obter a benevolência, tem-se, no *Castelo Perigoso*, a benevolência é pressuposta pelo locutor, *Frère Robert*, pelo fato de ele representar a autoridade que fala em nome de Deus, ou seja, a Igreja, e a persuasão e a comoção visam transformar o auditório a partir da alegoria da construção do castelo a exemplo da Virgem Maria.

Tradicionalmente, apresenta-se a oposição aristotélica entre os argumentos lógicos (*λόγος*) e os argumentos subjetivos, baseados, de um lado, nas emoções do auditório (*πάθος*) e, de outro, na imagem do orador (*ἦθος*).

As relações entre a tríade aristotélica e a argumentação podem ser verificadas no esquema proposto por Adam (1999, p. 102), apresentado a seguir:



Os três componentes da persuasão congregam os três lugares complementares que concorrem para todo movimento argumentativo. Na realidade, o tipo de argumento utilizado intervém também na construção e na imagem do orador, na exteriorização de seus sentimentos e em sua capacidade de inflamar o auditório. O movimento argumentativo pode ser representado pela espiralidade da figura apresentada por Rocha (2003, p. 297):



Nessa espiralidade, a “tríade retórica, o *lóγος*, o *ηθος* e o *πάθος*, operando com o imaginário social, constrói o ato discursivo da persuasão e provoca um amálgama de efeitos” no locutor (ROCHA, 2003, p. 297). Logo, o *ethos* está ligado ao ato enunciativo, mas não se pode ignorar que o público se constitui também representantes do *ethos* do enunciador, ainda que não fale. O *ethos* pode ser definido como o “locutor causar boa impressão”, pela construção do seu discurso e pela imagem de si, capaz de convencer o auditório e ganhar a sua confiança. A enunciação discursiva contribui para fazer emergir uma imagem de orador destinada a um auditório. O tom de voz, na fala, a escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, postura etc. Estes são alguns signos, elocucionais e oratórios, vestimentais e simbólicos, para qualquer orador impor uma imagem psicológica e social. O *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral, visto que ele implica uma experiência sensível de discurso e mobiliza a afetividade do destinatário. Convém salientar que o *ethos* pressupõe uma imagem do *páthos*, a qual já inclui a sua aceitação.

Na visão de Aristóteles, o *ethos* é constituído pela honradez ou integridade do orador, por sua competência e por sua história ou trajetória de vida. Essa noção de *ethos*, oriunda da tradição retórica aristotélica,

tem sofrido algumas modificações devido às teorias contemporâneas da argumentação, da análise de discursos e da pragmática. Maingueneau (1999, p. 91) apresenta a distinção entre o *ethos* discursivo e o *ethos* pré-discursivo. O primeiro, que corresponde à definição aristotélica de *ethos*, pode ser dividido em *ethos* dito (o discurso) e *ethos* mostrado (os signos paralinguísticos – tom de voz, expressões faciais, gesticulação – e os signos imagéticos – postura, vestes). Já o *ethos* pré-discursivo está relacionado ao tipo do discurso e ao gênero do texto. Pode ser encontrada uma diversidade de *ethos* em função das especificidades dos tipos de discursos e gêneros de textos. Nessa perspectiva, o enunciador não é o ponto de origem estável que se experimenta desta ou daquela maneira, mas ele é um ponto de um quadro funcional interativo, uma instituição discursiva inscrita numa certa configuração cultural que implica os papéis, os lugares e os momentos da enunciação legítimos, um suporte e um modo de circulação para o enunciado. Para a análise de discursos, o enunciador é parte da cena enunciativa. Esta cena enunciativa é pressuposta pelo discurso para ser enunciado.

A cena enunciativa é composta por três cenas: a englobante, a genérica e a cenografia. A cena englobante é própria de um tipo de discurso e determina a sua situação pragmática: literário, religioso, filosófico etc. A cena genérica é própria de um gênero do texto: editorial, sermão, anúncio etc.

Neste trabalho, o tipo de discurso é o didático-religioso – educar com base na religião – e o gênero do texto é o tratado ascético-místico para o *Castelo Perigoso*. A cenografia é construída pelo *ethos* discursivo: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc. No *Castelo Perigoso*, a cenografia é construída pelo *ethos* dito, pela alegoria da construção do castelo a exemplo da Virgem Maria e dos argumentos utilizados para se obter o paraíso na terra – vida contemplativa – considerando-se o *páthos*.

Uma determinada cenografia requer um determinado *ethos* a fim de torná-la verossímil. Nessa perspectiva, o *ethos* efetivo, por meio do qual o discurso vai construir os coenunciadores na sua diversidade, resulta da interação de diversas instâncias a partir de vários pontos do discurso. A distinção entre *ethos* dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua porque é impossível definir uma fronteira específica entre o que o dito sugere e o mostrado não explicita.

Segundo Santana Neto (2005), a partir da leitura do prólogo do

Castelo Perigoso, percebe-se que o locutor utiliza a primeira pessoa do singular para designar-se, assumindo o discurso como seu e se posicionando. *Frère Robert*, monge e padre, posiciona-se como aquele que realiza o seu trabalho a partir desse local social, ao qual é dada a competência e a autoridade para

emssinar a todos e a todas fundar de seus corações hum castello tam forte contra seus imigos e tam fremoso e tam bem guarnido de dentro, que o doce Rey Jhesu Christo, verdadeiro esposo das santas almas, se contente e aja prazer em morar em ell.

Logo a “virtude” exigida ao *ethos* é conferida pela unção de *Frère Robert*.

Verificou-se que, a fim de construir o discurso, o locutor (relacionado ao *ηθος*) apropria-se do uso da palavra (relacionado ao *λόγος*) com o objetivo de persuadir o alocutário (relacionado ao *πάθος*). Esses três elementos-chave da retórica se influenciam mutuamente pela argumentação, a qual é construída a partir das relações entre o locutor, o alocutário e o discurso.

O *ethos* é apresentado como um elemento formado pelo *ethos* pré-discursivo (cena englobante própria do tipo do discurso e cena genérica própria do gênero do texto) e pelo *ethos* discursivo (cenografia), composto pelo *ethos* dito e o *ethos* mostrado, sendo que no *corpus* analisado este último não se apresenta por serem textos escritos.

Como o objetivo é construir discurso que visam à educação, o alocutário/auditório possui um lugar também de destaque, visto que se busca obter a sua adesão intelectual e emotiva. Consequentemente, o *páthos* influencia a argumentação e a escolha da cenografia apropriadas ao alocutário/auditório, considerando-se que a adesão do alocutário/auditório se baseia num contrato intelectual entre esse e o locutor/orador. Esse contrato prévio se relaciona ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos que é revelado nas premissas da argumentação e nas imagens construídas e/ou pressupostas pelo locutor.

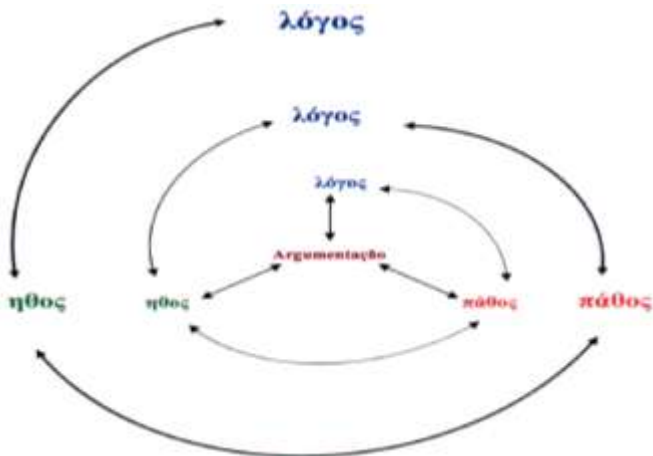
No *Castelo Perigoso*, o alocutário é o mundo cristão também crente e seguidor da doutrina cristã pregada pela Igreja com o objetivo de vida contemplativa – auditório universal. O *ethos* objetiva que o *páthos* se transforme na própria alegoria, o que exige uma mudança de natureza do *páthos* com vistas a alcançar o paraíso na Terra.

O *lógos*, entre as várias possibilidades que a linguagem verbal loca à disposição do locutor/orador, é construído a partir de um fazer ar-

gumentativo fundamentado em argumentos didáticos (perguntas didáticas e situações hipotéticas) e intertextualidade (argumento de autoridade – citações, paráfrases e referências –, exemplos narrativos – modelos e antimodelos – e referências modelares). Observa-se no tratado *Castelo Perigoso* que a grande maioria dos argumentos de autoridade utilizados está relacionada à religião cristã e aos dogmas da Igreja. Tal fato corrobora a ideia de que ambos os locutores/oradores (relacionados ao *ethos*) e alocutários/auditórios (relacionados ao *páthos*) estão subordinados à doutrina cristã e à Igreja, o que demonstra que o *lógos* é influenciado pelo *ethos* e pelo *páthos*.

O *lógos* é construído a partir de um *ethos* pré-discursivo (tipo de discurso e gênero de texto) e de *páthos* (relacionado ao acordo prévio entre locutor/orador e alocutário/auditório). Nessa perspectiva, o *lógos* e o *páthos* influenciam na construção do *ethos* dito (o discurso), que apresenta o discurso religioso como discurso constituinte, e o *lógos* e o *ethos* também interferem na construção do *páthos* (relacionado contrato intelectual entre o locutor/orador e o alocutário/auditório e as emoções do último).

Como consequência dessas influências mútuas entre os três elementos-chave da retórica, tem-se a argumentação como síntese desse processo, uma vez que ela recebe a influência dos três e, através dela, um influencia os outros dois e sofre a influência deles. Conseqüentemente, o tipo de argumento utilizado coloca em ênfase um dos três elementos, mas os outros dois estão na base que sustenta a argumentação.



Considerando Adam (1999, p. 102) e Rocha (2003, p. 297), a partir do estudo teórico, do levantamento de ocorrências dos processos argumentativos utilizados no *corpus* e das respectivas análises, Santana Neto (2005, p. 102) representa pelo esquema a acima a argumentação como a síntese que congrega o *lógos*, o *ethos* e o *páthos*, uma vez que esses três elementos são utilizados para a construção da argumentação num processo de complementariedade espiralada que objetiva atingir à persuasão.

Considerando-se a construção do *ethos* dito, o *lógos* e o *páthos* do auditório ao qual se destina, *Frère* Robert baseia a sua obra, o *Castelo Perigoso*, no discurso religioso institucionalizado.

Tal hipótese se fundamenta no fato de que as situações hipotéticas não figuram no *Castelo Perigoso*, pois o discurso ascético-místico não admite a possibilidade da contra-argumentação nem necessita de justificação. Outro fator de fundamentação dessa hipótese é o fato de que a intertextualidade e a interdiscursividade apresentam uma frequência de ocorrências bem alta no *Castelo Perigoso*.

Outra hipótese aventada por Santana Neto (2005, p. 103) é a de que o emprego de alguns subtipos de argumentos está intimamente ligado à temática e/ou à imagem do auditório. Esses elementos, muito mais do que o tamanho do texto, são decisivos para o uso de determinado subtipo de argumento, considerando-se também o tipo do discurso e o gênero do texto.

No *Castelo Perigoso*, alguns temas impedem e/ou dificultam o emprego de determinados subtipos de argumentos, por exemplo, o uso de citações e/ou paráfrases de pensadores não ligados à Igreja nos tratados *Dos benefícios de Deus* e *Das penas do inferno*; de perguntas didáticas nos tratados *Dos benefícios de Deus* e *Da amizade e das qualidades do amigo*, e do antimodelo – exemplos narrativos – no tratado *Das alegrias do paraíso*. Além disso, o tipo do discurso e o gênero do texto, no *Castelo Perigoso*, não admitem o uso das situações hipotéticas, visto que o discurso religioso não necessita de justificação nem admite contra-argumentação.

Face ao exposto, sugere-se que o trabalho tenha continuidade, objetivando comprovar ou refutar as hipóteses colocadas e que o *corpus* seja ampliado com a inclusão de outras obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. Images de soi et schématisation de l'orateur: Pétaïn et de Gaulle en juin 1940. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Images de soi dans le discours*. La construction de l'éthos. Lousanne, Delachoux et Niestlé, 1999, p. 101-126.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [IV a.C.]1998.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, scénographie, incorporation. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Images de soi dans le discours*. La construction de l'éthos. Lousanne: Delachoux et Niestlé. 1999, p. 75-100.

MEYER, Michel. As bases da retórica. In: CASCARDI, Anthony; HINTIKKA, Jaakko; PORCHAT, Oswaldo et al. *Retórica e comunicação*. Trad. Fernando Martinho. Porto: Asa. 1994, p. 31-70.

PIZAN, Christine de. *Livro das tres vertudes a insinança das damas*. Edição crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002.

ROBERT, Frère. *Castelo perigoso*. CÓDICE ALC. 199. Lisboa: Biblioteca Nacional, [14.].

ROCHA, Maria José Campos. Um olhar sobre a retórica. In: SANTANA NETO, João Antonio de; MACÊDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos (Orgs.). *Discursos em análise*. Salvador: UCSal, 2003, p. 294-300.

SANTANA NETO, João Antônio de. *Processos argumentativos: estudo retórico de textos didáticos medievais*. Salvador: Quarteto, 2005.

**TÁTICAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO:
TRADUZINDO A ALTERIDADE**

Janivam da Silva Assunção (UEFS)

waadi@ig.com.br

Norma Lucia Fernandes de Almeida (UEFS)

norma.uefs@gmail.com

1. Introdução

Este artigo analisa como as formas de indeterminar o *sujeito gramatical*, legitimadas pela gramática tradicional do português brasileiro estão relacionadas à ideia da *violência simbólica* segundo o pensamento de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970). Além disso, apresenta as formas que os falantes feirenses usam para indeterminar este mesmo sujeito e como podem ser relacionadas à *teoria das práticas cotidianas* de Michel de Certeau (1974). Apresentaremos uma relação entre estas duas teorias mostrando que, ao mesmo tempo em que a sociedade impõe e legitima padrões de comportamentos, não há uma passividade da parte do homem que reage criando novas formas de ser e estar no mundo. Para a realização deste trabalho, além das teorias acima citadas, serão usados os resultados de duas pesquisas realizadas por Assunção (2009-2010) sobre a indeterminação do sujeito na variedade linguística de Feira de Santana.

2. Bourdieu e Passeron e a violência simbólica

A teoria da violência simbólica, da qual tratam os sociólogos Bourdieu e Passeron, não está direcionada a uma violência física, mas a uma relação de poder que impõe significados e toma-os como legítimos. Assim, vejamos o que eles afirmam:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 19)

Estes sociólogos tiveram o propósito de desmistificar os mecanismos de reprodução social que fariam verdadeira toda forma de poder. Para isto, eles não levaram em conta o universo econômico como fator primordial; se apoiaram em algo mais específico e criaram a teoria da vi-

olência simbólica. Saviani traduz com propriedade o que defende Bourdieu e Passeron:

Os autores tomaram como ponto de partida que toda e qualquer sociedade estrutura-se como um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. Sobre a base da força material e sob sua determinação ergue-se um sistema de relações de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação as relações de força material. (1997, p. 29).

Entendendo que neste universo encontra-se a ação pedagógica seja ela através de uma educação difusa, educação familiar, ou uma educação institucionalizada, partem daqui as considerações acerca da ação pedagógica institucionalizada, particularmente falando a escolar no que diz respeito ao tratamento do ensino da estrutura gramatical da língua portuguesa – especificamente ao ensino da indeterminação do sujeito.

Bourdieu e Passeron reclamam que toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição por um poder arbitrário cultural.

Todo *sistema de ensino institucionalizado* (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (autorreprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de representação de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social). (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 64)

O mundo social para Bourdieu deve ser compreendido à luz de três conceitos fundamentais: *campo*, *habitus* e *capital*. Para esse pesquisador, o campo representa o espaço simbólico, este é dinâmico; as disputas de interesses de cada campo têm suas leis próprias pelo fato de cada um seguir as regras que estão relacionadas a seus interesses e funções. Assim, entendemos a instituição escolar como esse espaço simbólico o qual é parte de um todo que forma o sustentáculo do sistema de relações de força material entre as classes. Para um melhor entendimento, apresentamos de forma empírica como a escola serve de portal para que um determinado grupo defina, legitime o que é certo ou errado, o que pode e não pode ser usado na língua, especificamente no português brasileiro.

O ensino da língua portuguesa é realizado de forma mecânica; mesmo com alguns avanços na área da linguística a instituição educacional ainda persiste em definir a língua como homogênea e invariável e mais, com pouca aplicabilidade. Esta ação pode ser exemplificada atra-

vés do ensino da indeterminação do sujeito, que pode servir de base para a reflexão do ensino de outras questões gramaticais.

A questão do sujeito é talvez uma das mais complexas na gramática da língua portuguesa. É comum a mistura de critérios na análise que, por vezes, se enviesam pelo aspecto semântico-pragmático da língua e pelo morfossintático. Por isso, o sujeito indeterminado constitui um dos tipos de sujeito em que tal problemática surge com maior confusão. Não dispondo de recursos teórico-descritivos para distinguir os múltiplos fatos da língua, a gramática tradicional (GT) dá um tratamento inadequado ao tema da indeterminação do sujeito em língua portuguesa.

Celso Cunha (2007) entende como sujeito indeterminado a não referência do verbo a uma pessoa determinada – situação que ocorre quando se desconhece quem executa a ação ou por falta de interesse no seu conhecimento. Para ilustrar melhor a asseertiva, Cunha elenca duas formas de indeterminação do sujeito, a saber: o verbo na 3ª pessoa do plural (I) ou na 3ª pessoa do singular, com o pronome se (II).

(I) – **Contaram-me**, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós. (A. Ribeiro, SBAM, 265, *apud* CUNHA & CINTRA, 2007, p. 128.)

(II) – **Comia-se** com a boca, com os olhos, com o nariz. (Machado de Assis, OC, I, 520 P, *apud* CUNHA & CINTRA, 2007, p. 128.)

De acordo com Infante e Nicola (2000), o sujeito é um dos termos essenciais da oração, termo indispensável para a formação da sentença; ele estabelece concordância com o verbo, e é representado morfologicamente por substantivo. Uma das formas de identificar o sujeito, segundo estes gramáticos, é a sua relação com a desinência verbal. Eles comungam com Cunha quanto à definição de indeterminação, afirmando que a mesma ocorre quando não é possível identificar claramente a que se refere à concordância verbal. Tal fenômeno ocorre, afirmam esses autores, quando não se quer ou não interessa identificar com precisão o sujeito da oração. No entanto, Infante e Nicola vão além do pensamento de Cunha e de outros gramáticos no que se referem à construção do sujeito indeterminado com o pronome indefinido. Eles nos chamam a atenção para o fato de que essa atitude é o resultado de um equívoco de alguns gramáticos, pois confunde o mecanismo gramatical da relação sujeito-verbo com a significação das palavras. Os exemplos a seguir servirão de ilustração para uma melhor compreensão.

(III) “Ninguém me ama.” (NICOLA & INFANTE, 1997, p. 251)

(IV) “Nada nos fará calar.” (NICOLA & INFANTE, 1997, p. 251)

Os autores reforçam dizendo que os pronomes indefinidos *ninguém* e *nada* são termos que estabelecem concordância com o verbo, mas que, segundo alguns gramáticos, não são suficientes para esclarecer precisamente o sujeito da oração. Isso é um equívoco, segundo os prescritivistas Nicola e Infante, pois ambos os pronomes estabelecem concordância com o verbo.

Nota-se que nas gramáticas tradicionais não encontramos divergências quanto à definição da indeterminação do sujeito e a sua ocorrência. Autores divergem no que diz respeito aos critérios de análise – ora partem para uma análise semântica ora pragmática –, apresentando uma limitação linguística como se a língua fosse constituída de estrutura pronta e controlada.

De acordo com este contexto a gramática normativa configura-se no *habitus*, entendendo-a como uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade que se incorporam aos indivíduos e que gera os nossos hábitos. É através do que está legitimado pela gramática tradicional que também somos avaliados e considerados parte de um determinado grupo social. Neste universo, encontramos o que Bourdieu chamou de capital – acúmulo de forças dos agentes ou suas posições no campo. Este capital engloba o universo social, o cultural, o econômico e o simbólico – neste se inclui o científico. Fazendo uma análise podemos notar que através do *habitus* é que nosso valor de capital é analisado. Bourdieu fala do papel do sistema de ensino na reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural.

A definição tradicional do “sistema de educação” como o conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada, segundo a expressão de Durkheim, “a conservação de uma cultura herdada do passado”, ou seja, a transmissão entre gerações da informação acumulada, permite às teorias clássicas dissociar a função de reprodução cultural que cabe a qualquer sistema de ensino, de sua função de reprodução social [...] (2007, p. 296-297).

Bourdieu e Passeron afirmam que a violência simbólica corresponde a um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre. Isso acontece, vejamos o caso do sistema educacional em particular, por dois motivos: por que ele produz e reproduz – pelos próprios meios da instituição – as condições necessárias ao exercício de uso da função interna de inculcação que são, ao mesmo tempo, as condições suficientes da realização de sua força externa de reprodução

das relações de força; e só pelo fato de existir e subsistir como instituição, o que parece ser o suficiente para o sociólogo.

Veremos, a partir das ideias de Michel de Certeau, que o homem, o consumidor – denominação usada pelo pesquisador – não é tão passivo assim e, que eles criam táticas para burlar tais imposições havendo um descumprimento dos padrões determinantes.

3. *Michel de Certeau: estratégias e táticas*

Neste item apresentaremos uma relação entre as formas pronominais que os falantes feirenses usam para indeterminar o sujeito, as quais não são encontradas nas gramáticas tradicionais, com uma das análises feita por Michel de Certeau que trata do *fazer com: usos e táticas* especificamente no trato de *estratégias e táticas*. Esta análise faz parte de um conjunto de várias outras que compõe a sua obra: *A Invenção do Cotidiano*, que tem o título original em francês (*L'invention du quotidien. Vol. 1, Arts de faire'*).

Certeau finalizou seus trabalhos sem deixar uma teoria, no sentido que reclama o universo teórico freudiano – fechado –, mas, diversas análises do comportamento humano no seu cotidiano fizeram com que ele constatasse que nesse universo não há uma convivência e imparcialidade por parte dos que a sofre, pelo contrário, há reações, as quais ele denominou de táticas do fazer, desvios das normas.

Cuidamos de não adotar as formas pronominais de indeterminação do sujeito usadas pelos feirenses como produto de um universo só estatístico, mas sim a formalidade própria desta prática – todo o movimento que não implica apenas novas e diferentes formas de representação – mas, um reflexo de que o movimento é cíclico. Sobre isto afirma Certeau:

[...] as estatísticas se contentam em classificar, calcular, e tabular esses elementos – unidades “léxicas”, palavras publicitárias, imagens televisivas, produtos manufaturados, lugares construídos etc. – e o fazem com categorias e segundo taxinomias conformes às da produção industrial ou administrativa. Por isso elas só captam o material utilizado pelas práticas de consumo – material que é evidentemente o que é a todos imposto pela produção – e não a *formalidade* própria dessas práticas, seu “movimento” sub-reptício e astucioso, isto é, a atividade de “fazer com” [...] (2009, p. 92)

Concordamos com Bourdieu que existe, em parte, uma cumplicidade por parte dos consumidores, assim chamados por Certeau, no que diz respeito às imposições sociais e que a institucionalizações dessas im-

posições é o grande motivo dessa parcial imparcialidade. Parcial por que essas estratégias – nome dado por Certeau para tais imposições – condicionam táticas, maneiras de burlá-las. As táticas vão sendo criadas na medida em que são necessárias, ou seja, elas são relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, mas elas não obedecem à lei do lugar e não se definem a este, afirma Certeau.

O pesquisador distingue o que ele denomina de táticas desviacionistas e estratégias tecnocráticas pelos tipos de operações nesses espaços: as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, enquanto que as táticas só podem utilizá-las, manipular e alterar, isso faz com que se criem sistemas de operações. “[...] Reciprocamente, a produção cultural oferece um campo de expansão para as operações racionais que permitem gerir o trabalho mediante a divisão (uma análise), mapeando-o (uma síntese) e massificando-o (generalização) [...]” (CERTEAU, 2009, p. 86).

O autor diz que assim como na literatura se podem diferenciar “*estilos*” ou maneiras de escrever, podemos também distinguir maneiras de fazer, de caminhar, ler, produzir, falar entre outras coisas. Ele afirma que os estilos de ação no primeiro momento interferem no campo que os regulam num primeiro nível, mas daí aplica-se maneiras de tirar proveito dele. Essas maneiras obedecem a outras regras e constituem como que um segundo nível interligado com o primeiro.

Assim, entendemos que os falantes feirenses fazem uso de esquemas de operações para utilizar diferentes formas para indeterminar o sujeito, as quais não são encontradas na gramática tradicional impostas pela instituição escolar. Esses esquemas se dão através da ordem que lhes é imposta, usando da pluralidade e criatividade linguística. Portanto, os falantes feirenses fazem uso de estruturas que já existe na língua e criam novas formas de empregá-las. A heterogeneidade linguística é uma forte aliada para que estes falantes reempreguem as variadas formas de indeterminar o sujeito. Essa possibilidade ocorre pelo fato de existir uma barreira muito grande do que é de fato uma gramática ideal (referência às normas linguísticas impostas) e uma gramática real (a língua em situação real de fala).

Dentro da região das práticas cotidianas está o uso da língua que também se apóia numa problemática dos enunciados, enunciados estes que abrangem – de acordo com o pesquisador francês – o realizar, apropriar-se, inserir-se numa rede relacional e situar-se no tempo, é o que faz do enunciado e, secundariamente do uso, um nó de circunstâncias. O que

torna o ato de falar é o uso da língua e uma operação sobre ela afirma Certeau. Além do enunciado, ele apresenta outro prisma que é caracterizado pelas relações de força, definindo as redes na qual se inscrevem e delimitam as circunstâncias de que podem aproveitar-se. Sendo assim, acrescenta o autor, mostrando que de uma referência linguística é preciso passar a uma referência polemológica, trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ações que o fraco pode empreender. O autor se refere às estratégias e táticas; vejamos como as define Certeau:

[...] Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). (2009, p. 93)

Enquanto que a tática para Certeau se configura como:

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma [...] a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] (2009, p. 94)

Nessa relação entre fortes e fracos, os consumidores produzem, o que Certeau assemelhou às linhas de erre, usando a denominação dada por Deligny para mostrar que eles traçam trajetórias indeterminadas que aparentam não ter sentido pelo fato de não ter coerência com o espaço que é pré-fabricado, ou seja, essas trajetórias inicialmente se configuram um corpo estranho para os que impõem uma “ordem”. Trajetórias, que embora em parte se enquadrem no universo organizado pelo sistema, são heterogêneas e inconstantes ao sistema aos quais se permeiam e apresentam comportamentos de acordo com os interesses. Certeau afirma que embora sejam relativas às possibilidades relativas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar, não se definem por este.

Apoiando-nos na definição que Certeau apresenta ser estratégia e tática, damos prosseguimento à análise do trajeto do uso de novas formas de indeterminar o sujeito pelos falantes feirenses.

Assim, consideramos a pedagogia educacional, restringindo à escolar, como um lugar estrategicamente usado pelos órgãos institucionali-

zados como mantedor de uma ordem imposta e legitimada. Dentro desse universo escolar, colocamos a atenção para o ensino da língua portuguesa no que se refere à indeterminação do sujeito.

A escola como sendo um sistema institucionalizado tem o papel de homogeneizar a língua, usando estrategicamente de uma gramática tradicional, reproduzindo o que acredita ser arbitrário cultural – no caso linguístico – determinando o que é certo ou o que é errado, comportamento este que reflete nas relações entre os grupos ou classes, criando estereótipos e preconceitos. A heterogeneidade linguística é o que condiciona o sistema de criar operações racionais. Certeau afirma que a produção cultural oferece um campo de expansão para as operações racionais que permitem gerir o trabalho mediante uma análise, uma síntese e uma generalização.

O autor acrescenta as modalidades de ação e as formalidades das práticas. Desse ponto de vista, a impossibilidade de dar conta de heterogeneidade linguística e as diferentes formas que têm os falantes para indeterminar o sujeito, a instituição escolar – através do ensino da gramática – tenta massificar no sentido de generalizar a língua portuguesa. Considerando que as estratégias com suas figuras sucessivas abalam seu universo formal cujo laço com uma configuração histórica particular da racionalidade deveria ser precisado, o autor denomina *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Isso acontece interiramente, pois nenhuma delimitação externa lhe fornece a condição de autonomia.

Certeau afirma que a *tática* não tem por lugar senão o do outro, por conta disto deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Ela não tem meios para que possa manter em si mesma à distância numa posição recuada de provisão e de convocação própria. Certeau afirma que a *tática* é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” – usando as palavras de Von Bullow –, e no espaço por ele controlado. Por isso ela não tem a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. A *tática* é aplicada como diz Certeau, golpe a golpe, lance por lance, aproveitando as “ocasiões” as quais delas depende, sempre encontrando uma brecha, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário.

O anticonformista e perspicaz Certeau diz que a *tática* é a arte do fraco. Usando o pensamento de Clausewitz no que diz respeito à astúcia,

ele afirma que quanto maior um poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos de astúcia: é, com efeito, perigoso usar efetivos consideráveis para aparências. As forças são distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso”. “Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia”.

Considerando que a estratégia é organizada pelo postulado de um poder, a tática pela ausência de poder por parte dos estrategistas e, que, ela acontece dentro do campo de visão do inimigo, aproveitando a brecha que este por algum motivo abre, as várias formas de indeterminar o sujeito que o falante usa se dá pelo fato, como já foi dito, da limitação estratégica que tem o poder limitador da linguagem de nivelar tal uso.

Temos como exemplo de formas de indeterminação do sujeito usadas pelos falantes feirenses, além das formas encontradas na gramática tradicional, *o verbo na 3ª pessoa do singular sem o pronome se, o verbo na 3ª pessoa do plural*, os pronomes: *eu, você, nós, ela (e), elas (es) e a gente*; isso acontece no uso da fala real, universo este não alcançável pelo poder limitador.

Apresentam-se aqui alguns exemplos os quais foram retirados dos resultados de pesquisas realizadas sobre a indeterminação do sujeito em Feira de Santana.

(V) DOC: ...relacionado ao comércio.

INF: O cara chega no comércio, “Não, *eu* vou pro shopping”, shopping aonde aquilo é shopping! (3b) *Você* entra ali roda, roda, sai no mesmo lugar! Não vale a pena nem *você* conhecer o comércio de Feira de Santana. (ASSUNÇÃO, 2010)¹⁷⁴

(VI) DOC: E o ano novo?

INF: ...Quando a gente chegou minha filha, minha casa tava toda arrombada! Tudo assim ó, de perna pra cima, o que *eles* puderam levar de dentro de casa, daqui do bar. *Saltaram* um muro que tinha lá no quintal, Ninguém viu. (ASSUNÇÃO, 2009).

Os exemplos acima elencados mostram que apesar das estratégias usadas pela instituição escolar, através do ensino da gramática, com o ob-

¹⁷⁴ Alguns exemplos se apresentam fora das normas propostas pela gramática tradicional, isto pelo fato delas serem transcrições e se mantiveram fiéis à fala dos informantes.

jetivo de impor o uso limitado da língua, a heterogeneidade linguística – ponto fraco dessas estratégias – ganha espaço na comunicação real do cotidiano.

Certeau (2009) afirma que as estratégias e táticas se homogeneizam, elas se repetem e se reforçam uma à outra. Nesse caso em particular, a escola – através do ensino de gramática – serve como espaço expansionista de uma legitimação comunicativa. As formas que os falantes do português brasileiro usam para indeterminar o sujeito como as encontradas nos exemplos acima: *a gente, eu, você, eles*, se referem às modalidades de ação às formalidades das práticas obedecendo às estratégias que aparentemente as impedem de tal possibilidade e uso, isto acontece simultaneamente.

O historiador afirma que embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas *táticas* desviancionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar. Assim, de acordo com os tipos de operações que apresentam, os consumidores – os falantes – utilizam a língua, manipulam e a alteram. Eles especificam esquemas de operações e isso ocorre na fala, através das várias possibilidades que o falante tem para dizer a mesma coisa, o que nós linguístas variacionistas chamamos de variantes.

A princípio o que é imposto pelo sistema de ensino, particularmente no que diz respeito à indeterminação do sujeito, parece ter o controle da língua e conseqüentemente do falante que a princípio obedece às regras impostas pela gramática normativa, mas que, de acordo com Certeau, introduzem aí uma maneira de tirar partido dessa imposição que por sua vez obedece a outras regras e constitui como um segundo nível imbricado no primeiro. Nesse universo temos os pronomes, acima exemplificados, que são usados pelos falantes como táticas para indeterminar o sujeito, continuam ocupando o lugar do sujeito que segue o parâmetro da língua apresentando como uma aparente obediência, mas o falante aproveita dessas regras gramaticais e cria novas formas, isso ocorre por conta da dinâmica que a língua apresenta.

Como afirma Certeau, assimilados aos modos de emprego, “essas maneiras de fazer” criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes. Assim definimos os exemplos apresentados como esquemas de operações que se constituem como forma de re-

emprego, que refletem as possibilidades constitutivas da própria língua.

Objetivou-se explicar o uso de variadas formas de indeterminar o sujeito, as quais fazem parte da diversidade linguística do português brasileiro, apresentando de que forma o ensino da gramática tradicional relaciona-se com as *práticas de violência simbólica* defendidas por Bourdieu e Passeron. Entendemos a instituição escolar como esse espaço simbólico o qual é parte de um todo que forma o sustentáculo do sistema de relações de força material entre as classes e que através deste espaço são usadas estratégias de ensino da gramática com a intenção de nivelar a língua. As táticas de indeterminação do sujeito utilizadas pelos falantes feirenses se configuram na limitação estratégica que tem o poder limitador de manipular a língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Janivam da Silva. Estratégias de indeterminação na variedade linguística de Feira de Santana. *XIII Seminário de Iniciação Científica e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia*, UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2009.

_____. Estratégias de indeterminação do sujeito na variedade linguística feirense: um estudo comparativo entre norma culta e popular. *XIV Seminário de Iniciação Científica Semana Nacional de Ciência e Tecnologia*, UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção Sergio Micceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOUDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CERTAEU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. Artes de fazer. 16. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Digital, 2007.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

TRÂNSITOS ESTÉTICOS NA FICÇÃO SÁ-CARNEIRIANA
ORPHEU, DA POESIA À PROSA E VICE-VERSA

Rafael Santana Gomes (UERJ/UFRJ)
camonianus@gmail.com

Todo período de crise se inicia ou coincide com uma crítica da linguagem (PAZ, 2003, p. 29. Trad. nossa).

Ao refletir sobre a linguagem humana e seus múltiplos desdobramentos ao longo da história, afirma Octavio Paz: “A poesia moderna se converteu no alimento dos dissidentes e desterrados do mundo burguês” (2003, p. 40. Trad. nossa). Ora, encontramos aí – nesse inteligente dizer do poeta e ensaísta mexicano – uma premissa que bem poderia definir um dos grandes impulsos motivadores, tanto da poesia quanto da prosa portuguesa modernas, produzidas pela conhecida geração de *Orpheu*. Tomando por base os postulados iconoclastas de algumas correntes e de alguns movimentos literários de seu tempo, ou mesmo próximos à sua época, como, por exemplo, o Decadentismo e as famosíssimas Vanguardas Europeias, o Modernismo português viria a reiterar a ideia de rejeição à pauta de valores da sociedade burguesa, ao proclamar, diante da ruína moral, política, econômica, religiosa, histórica e artística a que se assistia, a beleza, a grandeza e o esplendor do objeto literário.

Esgarçando os preceitos éticos e estéticos relacionados aos conceitos de arte propagados pela burguesia – arte como produto da inspiração, arte pedagógica, arte composta para o povo, arte como tentativa de representação da realidade –, o Modernismo português propusera a formulação de uma literatura assentada, prioritariamente, na técnica e no artifício do signo, quer no que concerne ao trabalho em verso propriamente dito, quer no que tange à escritura em prosa. Se a poesia se tornara menos válida a partir do século XIX, porque não facilmente adaptável a uma função utilitária, e, nesse sentido, dera espaço, quase que exclusivamente, para a ascensão dos gêneros em prosa, ela (a poesia) viria a converter-se, contudo, num dos modos de expressão mais utilizados pela literatura modernista, nos anos aurorais do século XX. Daí o caráter poemático dos refinadíssimos escritos em prosa produzidos pela geração de *Orpheu*. Frente à opacidade e à sensaboria da literatura composta pela pena da sociedade vitoriana, o prosador modernista viria a rejeitar, visivelmente, “a

coerência e a clareza conceitual” (PAZ, 2003, p. 68. Trad. nossa) inerentes à narrativa burguesa, ao percorrer em suas obras as sendas da divagação, do sonho e da melodia dos ritmos, que não seriam outro caminho senão o da própria poesia.

Se a narrativa do século XIX, como diz Octavio Paz, se quis impor, primordialmente, como “um instrumento de crítica e análise” (Idem, p.69), os escritos em prosa da modernidade inaugural – incluem-se aí as narrativas decadentistas – buscaram empreender, no próprio corpo do texto literário, o gozo erótico e o ludismo intrínsecos à poesia. Para Octavio Paz, a poesia seria uma espécie de círculo, de ordem fechada em si mesma, enquanto que a prosa se apresentaria como mais aberta e linear. Cedendo lugar à marcha do pensamento, a narrativa do século XIX, que, de um modo geral, obedecia aos ideais de igualdade e liberdade requeridos pela civilização burguesa, pretendia ser, ao contrário das narrativas finiseculares e das do início do século XX, um instrumento – claro e coeso – de educação e esclarecimento dessa mesma civilização. Entretanto, como diz Octavio Paz, em um texto intitulado *A Ambiguidade do Romance*:

A revolução burguesa proclamou os direitos do homem, mas ao mesmo tempo os pisoteou em nome da propriedade privada e do livre comércio; declarou sacrossanta a liberdade, mas a submeteu às combinações do dinheiro; e afirmou a soberania dos povos, a igualdade dos homens, enquanto conquistava o planeta, reduzia à escravidão velhos impérios e estabelecia na Ásia, na África e na América os horrores do regime colonial. (PAZ, 2003, p. 222. Trad. nossa).

Claro está que os descaminhos da sociedade vitoriana não apenas constituem boa parte da matéria discursiva da literatura finisecular e do Modernismo europeu, como também se apresentam como uma das temáticas mais recorrentes do próprio Romantismo, estética que, erroneamente, costuma ser interpretada como a expressão máxima dos ideais da burguesia. Desiludidos com a falência do mundo progressista, os artistas românticos, que, assim como os decadentistas e os modernistas, abominavam o real circundante, deram asas à imaginação, ao eleger os sentimentos e as emoções, e ao privilegiar o sujeito em relação ao objeto e o artista em relação à obra de arte. Em se tratando de literatura portuguesa, por exemplo, mesmo num Garrett, considerado pela crítica o mais iluminista e racional dos românticos lusitanos, enxergamos claramente, nas suas famosas *Viagens na minha terra* (1846), uma patente nostalgia relacionada aos desvios ideológicos da sociedade liberal, caracterizada por ele como sendo “chata, vulgar e sensabor” (GARRETT, 2005, p. 13). Daí

o fato de o narrador-autor das Viagens, que não é outro senão o próprio Garrett, manifestar predileção pela pitoresca Lisboa oriental – “a velha e boa Lisboa das crônicas” (*Ibidem*) – em lugar da padronizada Lisboa burguesa e capitalista; de valorizar o homem do campo, em detrimento da descaracterizada massa cidadina; de expressar certo saudosismo pelo poético espiritualismo dos frades, em repúdio ao aniquilante regime dos barões, que reduzem tudo a cifras. Contudo, por mais que o Romantismo exprimissem uma extrema desilusão em relação à derrocada dos projetos humanitários da burguesia, e, nesse sentido, desse vazão ao sonho, ao ideal, à loucura e, em última instância, à morte – caminhos que seriam trilhados, novamente, pelas escolas finisseculares e pelo Modernismo da Europa –, esse movimento literário, ao fim e ao cabo, apostava na utopia burguesa da unidade e da integridade do sujeito, apontando, em certo sentido, para o desejo, não de romper com os postulados éticos e estéticos relacionados ao sistema vigente, mas sim de reafirmar tais postulados, depois de empreendidas, no âmago da sociedade, as correções necessárias.

Rebelando-se de uma vez por todas contra aquelas ideias que compunham a instável pauta de valores autênticos da burguesia, o Decadentismo postulava, nos anos crepusculares do século XIX, outro parâmetro de valores autênticos, assinalando um novo código simbólico. Dessa forma, a narrativa decadentista, “espaço fantasmático do sujeito” (MUCCI, 1994, p. 136), apresenta, propositadamente, em seu próprio tecido discursivo, os jogos estruturais, o simulacro, a inversão da *mimêsis*, a crise da verdade, a crise da memória, os sonhos, os delírios, os estilhaços dos fatos, a comunhão com a poesia e a aguda consciência textual da escritura, ao se impor não mais como tentativa de representação da realidade, mas sim como máscara, tessitura, teatralização, jogo de linguagem. Arelada ao conceito de dandismo, a escritura decadentista torna-se ela própria uma *écriture-dandy*, isto é, uma escritura narcísica, sempre voltada para a contemplação de si mesma. Em outros termos, uma escritura que opta, claramente, pela noção de dispêndio. Para Georges Bataille, o surgimento da atividade estética seria, em última análise, fruto do dispêndio, isto é, do excesso que caracterizaria o *homo ludens*. Voluntária e violenta hemorragia da esfera conceitual, meio exuberante de introduzir a perturbação nos pensamentos, a experiência poética, para Bataille, alinha-se ao lado do riso, do êxtase, do sacrifício, do erotismo, como prática de desvirtuamento do ser. Mesmo porque a existência nela implicada, soberana, não mais procede pelo trânsito entre signos práticos: ela se apresenta, antes, como “incandescência doentia”, “orgasmo durável”.

“gasto sem contar” (1975, p. 25). À semelhança do luxo, dos lutos, das guerras, dos cultos e dos espetáculos, dispêndios isentos de compensação regular, a poesia é como o outro braço da balança das possibilidades humanas, ou melhor, como o peso que desequilibra, de tempos em tempos, o esquema produção-conservação-consumo. E essa ideia de uma arte centrada em si e, portanto, desvinculada de uma obrigatoriedade com o social, seria precisamente o cerne do conceito de literatura formulado pelos decadentistas, artistas que desconhecem qualquer ética que possa sobrepor-se à estética. Se o sentido último da poesia, como quer Bataille, encontra-se em formas de energia improdutivas, ou melhor, em gastos de energia que têm um fim em si próprios, a literatura decadentista – inclua-se aí a literatura portuguesa do início do século XX (também ela decadentista) –, seja em poesia, seja em prosa, muito se coaduna com esse conceito.

Entretanto, se ao repudiar a ideia da arte como instrumento de educação das massas, a literatura decadentista proclamava e louvava a inutilidade do objeto artístico frente às necessidades da sociedade vitoriana, é impossível negar a existência de certo “caráter pedagógico” no próprio seio do dandismo. Como enfrentar tal paradoxo? Atentando, muito especialmente, para a trajetória do *dandy* nas obras de Oscar Wilde, escritor que, depois de Baudelaire, se afigura como um dos maiores teóricos do dandismo, percebemos que essa figura típica da literatura finissecular (o *dandy*) costuma apresentar-se, nas narrativas de cujos enredos faz parte, como mestre que, não raramente, presta assistência ao herói ou heroína da estória. Empreendendo uma espécie de pedagogia às avessas, contrária à doxa utilitarista e ao sistema de valores propagado pela burguesia, o *dandy* soe iniciar seus seguidores nos caminhos da perversão, dos estigmas e da fatalidade trágica, sendas que, segundo sua ótica, representariam toda a beleza e toda a poesia da existência humana. Seduzindo seus discípulos, no sentido mesmo etimológico da palavra, do latim *seducere* (conduzir para fora do caminho), o tutor *dandy* costuma encantar, pelo poder da magia discursiva, os seus, digamos, aprendizes de *dandy*, enredando-os numa trama cujo desenlace será, impreterivelmente, o de um destino trágico. E é justamente essa a via apontada em *A Confissão de Lúcio* (1914), narrativa de Mário de Sá-Carneiro, artista modernista português que, certamente, escrevera na clave da decadência.

Atentando, detalhadamente, para o enredo e para o desenvolvimento dessa instigante diegese de Sá-Carneiro, damo-nos conta de que um dos papéis conferidos às personagens de Gervásio Vila-Nova e da

americana – ambos *dandies* –, no projeto do romance, é precisamente o de prestar assistência a Lúcio Vaz e a Ricardo de Loureiro, figuras pertencentes ao núcleo do narrado. Seduzindo, num misto, a um só tempo, de atração e de repulsa, o jovem provinciano Lúcio, Gervásio, que é caracterizado pelo próprio Lúcio como sendo um ser superior, submeterá o seu amigo a uma espécie de processo iniciático, lançando-o, gradativamente, nas sendas do dandismo, ao lhe ensinar a manifestar aversão ao senso comum, à arte propaganda e, de um modo geral, à pauta de valores da sociedade burguesa. Por sua vez, à personagem da americana também não será conferido um lugar de menos valia nesse projeto narrativo. Tão *dandy* quanto Gervásio, porque fãlica e, portanto, tocada pela androginia, à americana será concedida, num primeiro momento da diegese, a função do desvirtuamento total da doxa, naquilo que concerne à temática do sexo propriamente dito. Levando até à radicalidade o conceito de Octavio Paz (1994), que opõe o erotismo à mera sexualidade, a americana manifesta uma verdadeira ojeriza ao sexo natural e à sua possível atividade procriatória. Ao eleger o cultural, ou melhor, ao manifestar predileção pelo simulacro e pelo jogo cênico como caminhos inusitados, como sensualismos novos a partir dos quais o gozo também poderia ser experimentado, a personagem da americana estaria formulando a própria teoria do texto decadentista, um texto *dandy*, escrito numa prosa poética e erótica, que sempre se orgulha em proclamar o prazer autorreferencial da escritura.

E se Gervásio e a americana desaparecem muito rapidamente da trama discursiva de *A Confissão de Lúcio*, isso não os torna, de forma alguma, personagens menos importantes ou inferiores no romance. Uma vez realizada a função que lhes tinha sido conferida nesse projeto narrativo – iniciar Lúcio e Ricardo nas sendas do dandismo –, é chegada a hora de que essas personagens-*dandies* cumpram, fatalmente, o seu destino trágico, assinalando, desse modo, a poesia de sua própria existência. Gervásio suicida-se; a americana, por sua vez, desaparece misteriosamente, quem sabe consumida pelas suas próprias chamas. Contudo, as lições de ambos já estavam dadas a Lúcio e a Ricardo, figuras centrais da narrativa de Sá-Carneiro, lições que esses discípulos aplicariam, distintamente, na arte e na arte da vida, porque já haviam sido seduzidos, atraídos, encantados, levados, desviados, enfim.

Além disso, ao atrelar, desde o princípio, o conceito de dandismo ao caminho fatal da autoconsumição, a narrativa *A Confissão de Lúcio* apresentaria o elemento fogo como sendo um dos signos mais recorrentes

de seu tecido discursivo. Desse modo, Gervásio, uma criatura superior, intensa, brilhante, uma verdadeira chama viva, cumpriria um destino que, evidentemente, não poderia ser outro que não o de consumir-se a si próprio, porque figura excessivamente luminosa. Por sua vez, a personagem da americana, a artista do fogo, da voluptuosidade propriamente dita, também viria a consumir-se a si mesma, ao desaparecer de forma assaz misteriosa, após o desenlace de sua desconcertante festa decadentista, intitulada, muito sugestivamente, por Ricardo de Loureiro, de *A Orgia do Fogo* (CL, p. 45)¹⁷⁵. E se o *dandy* é, realmente, como já dissemos, um mestre, um sábio, uma figura que submete seus discípulos a uma espécie de processo iniciático, lançando-os, não raro, nas sendas do próprio dandismo, damo-nos conta, ao observarmos o destino de Lúcio Vaz e de Ricardo de Loureiro, de que a eles é – tal qual a seus mestres – apontada a mesma via da autoconsumição. Ricardo de Loureiro, *o poeta das Brasas* (CL, p. 25. Grifo do autor) pareceria não poder gozar de um outro destino que não o da consumição de si próprio, através da criação da incandescente e espectral figura de Marta. Lúcio Vaz, escritor de *A Chama* (CL, p. 146), num gesto de não menos consumição de si próprio, viria a atirar ao fogo a sua obra mais importante, optando por ser, a partir daquele momento, como o seu amigo Gervásio Vila-Nova: um artista “predestinado para a falência” (CL, p. 21), “incapaz de se condensar numa obra” (CL, p. 23). Como se vê, a Lúcio e a Ricardo é conferido, de certo modo, o mesmo destino trágico das personagens de Gervásio e da americana: suicídio + desaparecimento, se entre eles interpusermos a figura não menos alucinante de Marta. Discorramos sobre ela.

Dentre os muitos aspectos nos quais a estética decadentista prefere a modernidade, encontramos, no bojo de seus postulados, a própria ideia da fragmentação do sujeito, desenvolvida a partir da temática do duplo. Segundo Carla Cunha (Acesso em: 15/05/2011), embora o duplo seja uma entidade que, a partir de uma identidade primeira, duplique o interior do “eu”, dele também acaba por afastar-se paulatinamente, porque se torna um ser outro, autônomo, ele mesmo diferente do “eu” original. E é precisamente a partir dessa ideia que podemos ler a trajetória da figura de Marta.

Interpretada pela crítica como sendo um duplo feminino de Ricardo, Marta é compreendida como uma espécie de ponte, isto é, de entidade outra, responsável por viabilizar o gozo de uma relação homoerótica entre seu criador, o poeta Ricardo de Loureiro, e seu tão querido amigo e

¹⁷⁵ Utilizaremos a abreviação CL para as citações da obra *A Confissão de Lúcio*.

companheiro Lúcio Vaz. Com Marta, Ricardo teria logrado, ainda que por um tempo demasiado precário, resolver aquele que, verdadeiramente, era o grande impasse de sua vida: experimentar afetos. Melhor dizendo, se Ricardo não podia ser amigo de uma pessoa do seu sexo, visto que, para ele, os afetos se manifestavam num desejo de beijar, de morder, enfim, de possuir a pessoa a quem estimasse, fosse ela mulher ou homem, o poeta conseguirá, contudo, após a criação da figura de sua esposa, experimentar, ou melhor, retribuir o carinho que Lúcio Vaz e Sérgio Warginisky tanto lhe dedicavam, possuindo-os, a um só tempo, material e espiritualmente. Todavia, como diz Teresa Cristina Cerdeira:

A aposta de Ricardo de Loureiro de despertar a volúpia por interposta pessoa, através da criação de um outro de si, não se consegue perpetuar, e é interrompida pela cena do crime. Mas a escrita de Lúcio, ao contrário disso, será um modo efetivo de reviver essa mesma volúpia tal como a conceituara e a encenara aquela estranha “americana”, numa experiência em que os amantes, afinal, se puderam manter isentos de uma fisicalidade concretizada ao deslocarem para uma terceira pessoa os amplexos brutais, os beijos úmidos e as carícias repugnantes. (CERDEIRA, 2005, p. 9).

E aí retomamos, justamente, as reflexões desenvolvidas no início deste texto. Ao deslocar para uma terceira pessoa, isto é, para o plano do papel, a volúpia, o gozo e os espasmos, Lúcio acabaria por nutrir sua escritura de uma carga erótica intrínseca ao fenômeno poético. Não facilmente aplicável a uma função utilitária, a poesia invade, a todo o momento, o tecido dos significantes de *A Confissão de Lúcio*, prosa artificializada, que apresenta para o seu leitor uma série de dificuldades iniciais, uma vez que insiste em se recusar ao desenvolvimento “inerte e horizontal” (PAZ, 2003, p. 43. Trad. nossa). Enfim, ao proclamar a polissemia do texto, numa espécie de transbordamento dos padrões burgueses da arte, *A Confissão de Lúcio*, como diria Barthes, assinala a dificuldade análoga à fruição poética, e procura “instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas” (2007, p. 27-28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leila Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BATAILLE, Georges. *A parte maldita*: precedido da noção de despesa. Trad. J. Castañon G. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- CERDEIRA, Teresa Cristina. *A confissão de Lúcio: um ensaio sobre a*

voluptuosidade. In: *Anais do XX Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa: No Limite dos Sentidos*. Niterói: UFF – NEPA, 2005, p. 1-9.

CUNHA, Carla. *Duplo*. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/D/duplo.htm>. Acesso em: 15 mai. 2011.

GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MUCCI, Latuf Isaias. *Ruína e simulacro decadentista: uma leitura de IL Piacere, de D'Anunzio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

PAZ, Octavio. *El arco y la lira*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____. *A dupla chama: amor e erotismo*. Trad. Wladyr Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. *A confissão de Lúcio*. Lisboa: Ática, 1975.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. Trad. José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Porto Alegre: L&PM, 2001.

UM ESTUDO DAS OCORRÊNCIAS DE ORAÇÕES RELATIVAS EM TEXTOS LATINOS

Renata Pereira Bastos (UFJF)

renatapbastos@ig.com.br

Luís Carlos Lima Carpinetti (UFJF)

lulicarpinetti@oi.com.br

1. Introdução

Esta comunicação pretende apresentar alguns apontamentos referentes à ocorrência das orações relativas, em latim. Os exemplos analisados foram retirados de textos jurídicos da latinidade clássica, textos apologéticos, além de obras moralísticas e teológicas dos doutores da igreja. Todos fazem parte do *corpus* de textos do projeto de iniciação científica, pelo programa PROVOQUE (participação como voluntária) “A construção da irrealidade na argumentação de arengas judiciárias da latinidade clássica”, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Carlos Lima Carpinetti, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Foram utilizados dados de levantamento de várias etapas anuais em que se trabalhou com o referido projeto. Recorreu-se às anotações e registros de casos de cada etapa e fizemos a leitura de um trabalho já publicado, do qual citamos uma definição nesse trabalho.

2. As orações relativas em textos latinos

De acordo com Giuseppe Lipparini, na obra *Sintaxe Latina*, as orações relativas unem-se à principal por meio de pronomes e advérbios relativos como: *qui, quicumque, ubi, quo, unde*. São essas orações que são classificadas como próprias e impróprias. O primeiro tipo ocorre quando o verbo esta no modo indicativo, já as impróprias possuem verbo no modo subjuntivo.

Na maioria dos textos analisados foi observado que as “orações relativas próprias são empregadas quando seu antecedente se refere a algo certo, que todos aceitam como tal” (TEIXEIRA, Sabrina. *Anais da II Semana de Letras*, 2009, p. 1179).

As orações relativas impróprias geralmente se referem a antecedentes que estão no nível do irreal, do hipotético e, embora relativas, cor-

respondem a orações adverbiais, expressando causa, concessão, finalidade, hipótese, consequência ou possuir sentido limitativo. O texto de Sabrina Teixeira é detalhado na descrição do funcionamento destas categorias de orações relativas impróprias.

As características apontadas acima foram recorrentes e se confirmaram na maioria dos textos trabalhados. Porém, foi possível observar, nos textos da época tardo-antiga, algumas ocorrências que contrariam as regras sintáticas estabelecidas nas obras de gramática latina citadas na bibliografia:

Reddo nunc nomina, *quos decuriam dixi*: Bythios et Mixis, Ageratos et Henosis, Autophyes et Hedone, Acinetos et Syncrasis, Monogenes et Macaria. (TERTULIANO, 1980, p. 96)

Transmito agora os nomes, daqueles que eu declarei ser uma decúria: Bítios e Míxis, Ageratos e Henosis, Autofies e Hedone, Acinetos e Síncrase, Monêgenes e Macária.

Neste exemplo a oração relativa *quos decuriam dixi* deveria ter o antecedente *eorum* para se fazer clara e com os elementos devidamente elencados. Mas esse exemplo aponta para a existência de construções do tipo em que falte o antecedente, construção comum no português moderno, embora o português moderno não tenha o padrão sintático em questão. Na relativização latina, o pronome relativo concordava em gênero e número com o antecedente. E *nomina* (neutro plural) não é e não pode ser antecedente de *quos* (masculino e plural). É provável que a concordância de *quos* com *nomina* seja ideológica, quando nome provavelmente aluda a nomes de seres masculinos e adultos, conforme era comum aqueles que pertenciam a uma decúria, fração do exército correspondente a dez homens. Casos como esses, a gramática latina não aborda em suas generalizações descritivas, que abordam prioritariamente as situações de uso.

Sic et exitum singulis diuidunt: materiali quidem, id est carnali, quem et sinistrum uocant, indubitatum interitum; animali uero quem et dextrum appellant dubitatum euentum utpote inter materiale spiritalisque nutanti et illac debito qua plurimum adnuerit (TERTULIANO, 1980, p. 132)

Eles assinalam uma sorte diferente a cada um desses elementos: para o material, isto é, o carnal, que eles chamam também ‘de esquerda’, é uma destruição certa; para o psíquico que eles nomeiam também ‘de direita’, porque ele oscila entre o material e o espiritual, e ele é, pois, chamado a se reencontrar do lado em que tiver maior inclinação.

A oração *qua plurimum adnuerit*, introduzida por um pronome interrogativo, guarda uma relação com *illac*. Aparentemente, *illac* seria um

complemento de lugar, e, na verdade, o é. Mas esse advérbio interrogativo *qua* que introduz uma oração com um verbo no subjuntivo, seria uma oração interrogativa indireta, se houvesse um verbo de que fosse complemento. Mas, em não havendo, o que parece existir é uma relativização em que *illac* é o antecedente de *qua*. Tem-se então um advérbio interrogativo referindo-se a outro advérbio, complemento de lugar. Esse flagrante aponta que os parâmetros da gramática tradicional latina se tornaram limitados, pois não descreviam a possibilidade que verificamos nesse contexto. Daí se deduz que a relativização pode ocorrer com outras classes gramaticais além dos pronomes, por exemplo, também com os advérbios de lugar, nesse caso, complementos de lugar.

Iam uero, *quin rem inimicissimam corpori faceret*, uetari nullo modo poterat: post cenam lucubrabat, nec patiebatur alimenta per somnum quietemque aequaliter digeri sed perturbata ac dissipata in caput agebat (...) (SÊNECA, 1999, p. 16)

Novamente, ele, que não faria uma coisa muito prejudicial a seu corpo, não poderia de nenhum modo ser impedido: depois do jantar trabalhava até altas horas da noite, e não deixava os alimentos pelo sono e pelo repouso tranquilamente serem digeridos, mas para a cabeça dirigia-os, remexidos e gastos (...)

O que ocorre oração acima, introduzida por *quin* é a possibilidade de interpretá-la como oração relativa imprópria, uma vez que, o próprio *quin*, que o dicionário define como advérbio ou conjunção não se adequa, aqui, a uma classificação desse tipo porque se fosse advérbio interrogativo ou conjunção, a frase teria que se classificar como oração interrogativa indireta. Porém não há verbo que requeira esta frase interrogativa como complemento, fato que inviabiliza essa classificação. Se atentarmos ao fato de que *quin* é o resultado da contração de *qui* + *ne*, então é possível reconhecer neste *quin* a origem a partir de um pronome relativo fato também atestado pela tradução inglesa, utilizada na pesquisa quando se refere a este *quin* traduzido como *he*.

Ego autem oratorem, sicut locupletem ac lautum patrem familiae, non eo tantum uolo **tecto** tegi quod imbrem ac uentum arceat, sed etiam quod uisum et oculos delectet; non ea solum instrui supellectile quae necessariis usibus sufficiat, sed sit in apparatu eius et aurum et gemmae, **ut sumere in manus et aspiciere saepius libeat**. (TÁCITO, 2010, p. 49)

Or, pour moi, l'orateur, tel un père de famille riche et qui recherche l'élégance, doit être couvert par un toit, qui, tout en le protégeant contre la pluie et le vent, charme la vue et les yeux; il doit, à côté d'un mobilier qui suffise aux besoins courants, avoir aussi, sur des meubles, de l'or et des pierreries **qui** inspirent le goût de manier et de les regarder plus souvent. (TÁCITO, 2010, p. 49)

Eu, porém, quero que o orador, como um homem rico e honroso *pater familias*, não por isso apenas seja coberto com um teto que lhe proteja do vento e da chuva, mas também que agrade para a decoração e os olhares; É pouco que sejam fornecidos móveis indispensáveis aos usos da vida, eu quero que haja, entre seu mobiliário, ouro e pedras preciosas **que** agrade tomar na mão e se olhar mais de uma vez.

Aqui a inovação se dá pelo uso da conjunção *ut* como pronome relativo o qual tem como antecedente *aurum et gemmae*, que são retomados por *ut* como complemento de *sumere in manus et aspicere saepius libeat*. A ocorrência de *ut* como pronome relativo não é muito frequente e as gramáticas não registram esse uso.

3. Conclusão

Podemos perceber que os aspectos semânticos, presentes no texto dos autores, são importantes para o esclarecimento de dúvidas referentes aos usos sintáticos manifestados nos textos latinos, mas que nem sempre são descritos pelas gramáticas. A lição do texto tem um lugar de suma importância, pois informa sobre o tempo e sobre a situação em que os autores dos textos os tenham criado e, além disso, os textos retratam as soluções que os autores encontraram na busca da expressão exata, e que se nos oferecem como desafio a se transpor no trabalho de sua recriação, pela tradução. Como resultado do trabalho de pesquisa, temos a dizer que o aprendizado da língua requer de nós, preliminarmente, a lição da gramática, mas, em se tratando do manuseio dos textos, nos quais o movimento da língua é muito mais intenso, nós acabamos por nos render à complexidade da língua, pela leitura dos textos, e percebemos que as gramáticas tentam uma lição de síntese e uma visão o mais prototípica possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERNANDEZ, L. R.; ROLAN, T. G. *Nueva gramática latina*. Madrid: Colóquio, 1985.

LIPPARINI, G. *Sintaxe latina*. Tradução e adaptação de Pe. Alípio R. Santiago de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1976.

SÊNECA, o Rétor. *Declamations*. Translated by M. Winterbottom. Harvard: Harvard University Press, 1999.

TÁCITO. *Dialogue des orateurs*. Texte établi par Henri Goelzer et traduit par Henri Bornecque. Paris: Les Belles-Lettres, 2010.

TERTULIANO. *Contre les valentiniens*. Introduction, texte critique, traduction par Jean-Claude Fredouille. Paris: Les Éditions du Cerf, 1980.

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO:
UMA ABORDAGEM
SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS**

Alexandra Soares dos Santos (UEFS)

sandrasoares_ba@yahoo.com.br

Carla Luzia Carneiro Borges (UEFS e UNICAMP)

1. Introdução

Os livros didáticos de português são uma fonte de acesso ao saber institucionalizado, referente ao estudo da língua e da literatura brasileira, de que dispõem estudantes e professores. Em diversas situações da atual educação escolar brasileira, constituem o centro do processo de ensino-aprendizagem. Por muito tempo foi constituído por uma seleção de textos de escritores consagrados, que funcionavam como condutor para atividades de interpretação e/ou para o estudo de estruturas linguísticas. Contudo, a fim de atender à preocupação das propostas pedagógicas atuais, houve a necessidade de rever a proposta de ensino de português veiculada nos livros didáticos, implicando numa visão da língua em seu uso efetivo.

O estudo da língua portuguesa apresentado pelos livros didáticos, até pouco tempo, baseava-se na tendência linguística derivada da abordagem estrutural, que trata as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura. Essa característica deixava clara a insuficiente importância dada, nesse recurso didático, ao tratamento da língua em seu uso real, de forma a admitir a variação e a mudança linguística inerente à língua.

Com o avanço dos estudos linguísticos e a reformulação da legislação educacional que tem como um de seus pilares “[...] respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país [...]” (BRASIL, 1998, p. 5), foi introduzida nos livros didáticos de português uma nova visão do fenômeno linguístico, que deixa de ser o de “[...] uma estrutura invariável para permitir manifestações flexibilizadas, que levam em conta a situação linguística, o contexto social da comunicação.” (SILVA, 2008, p. 167).

Nessa conjuntura, passa a ser exigência aos livros didáticos de português (doravante LDP) a contribuição efetiva para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna propostos em documentos oficiais,

tais como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN. Dentre os objetivos indicados neste documento, destaca-se o papel da escola em proporcionar ao estudante “[...] conhecer e valorizar as diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito linguístico [...]” (BRASIL, 1998, p. 33), e ainda:

[...] reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades [...] (*Idem*).

Sobre isso, Silva (2008) diz que os novos objetivos do ensino de língua portuguesa reformula o conceito de correção. Se antes correto implicava leitura e escrita imitando um único padrão linguístico, descrito a partir do uso linguístico por parte dos escritores de prestígio de cada época, considera-se hoje que ler, falar, escrever, ouvir com eficiência significa ter capacidade de realizar tais atividades em maior número de dialetos regionais, etários, sociais, estilísticos etc., conforme lhe solicita a situação de comunicação.

Diante do exposto, fica claro que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, já que as variedades existentes do português brasileiro são formas comunicativas que servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidos de maneira diferenciada pela sociedade. O estudante deve ter sua variedade de uso respeitada e também ter acesso à norma de prestígio, para que se consiga uma escola democrática e um ensino de língua eficiente, como o proposto pelos documentos oficiais. Vale ressaltar que mesmo na concepção de padrão não há uma unicidade, de forma que existe a norma padrão ideal, que é a descrita pelas gramáticas, e a norma padrão real, característica das variedades linguísticas utilizadas pela população mais escolarizada.

Acreditando ser a escola um espaço em que o estudante tenha acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania, e considerando o livro didático um importante instrumento do trabalho docente, faz-se necessária a verificação de como este suporte metodológico tem abordado a variação linguística do português. Para tanto, será abordada, nesse estudo, a relevância em se tratar desse assunto, apresentando, de forma breve, as consequências sociais que o mesmo pode acarretar. Em seguida, será feita uma análise em LDP de forma a mostrar como esse instrumento pedagógico contribui para o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística da língua portuguesa.

2. *Por que tratar da variação linguística?*

A variação linguística resulta da dinamicidade da língua, já que esta é viva e passível de transformações por razões geográficas, sociais e históricas. Consiste na variação das formas da linguagem que ocorre sistematizada e coerentemente.

Cada variedade de uma determinada língua é proveniente das particularidades das experiências históricas da comunidade falante, ou seja, como foi constituída, como está organizada socialmente, entre outros aspectos. A compreensão da variação linguística nesta perspectiva acarreta a superação do preconceito linguístico que se instaura na sociedade.

Sendo também uma característica universal das línguas naturais, a variação está marcada por variáveis linguísticas e não linguísticas. As primeiras são consequências das constantes mudanças que a língua sofre, sendo definida como formas diferentes de dizer a mesma coisa. Já as variáveis faixa etária, região, gênero/sexo, intenção, nível de escolaridade, classe social, entre outros, constituem as variáveis extralinguísticas.

A língua portuguesa brasileira é heterogênea. O reconhecimento desse fato linguístico é um importante passo para a modificação da tentativa de padronização linguística, que perpassa também a fala, produzida na sociedade e reproduzida por instituições formais, entre elas a escola. Segundo Coelho (s/d, p. 2472), a mudança da ideologia do monolingüismo no Brasil

[...] começa com a conscientização e a educação da população brasileira. Nesse contexto, a escola tem papel fundamental de adotar uma atitude realista diante dessa diversidade e revisar o ensino preconceituoso da língua portuguesa [...].

Sendo o papel da sociolinguística tratar das relações entre língua e sociedade, estudando a língua em seu uso real e tendo por objeto de estudo a variação e a mudança linguística, é de fundamental importância que se faça presente na educação linguística dos cidadãos brasileiros. No contexto escolar, sua função deve ser a de levar o estudante ao reconhecimento da heterogeneidade intrínseca da sociedade brasileira e, portanto, da inescapável heterogeneidade da nossa realidade linguística (BAGNO, 2007). Um reconhecimento que não pode ficar na simples constatação, mas que tem de incorporar também uma instância de crítica e questionamento das crenças linguísticas estabelecidas. Além disso, a escola deve assegurar o direito que toda e qualquer pessoa com cidadania brasileira tem de falar e escrever a(s) sua(s) variedade(s) linguística(s), do jeito que

ela(s) existe(m), buscando adequar-se ao contexto. E não fixar uma única forma de produzir textos orais e escritos, seguindo uma ideologia linguística autoritária e excludente, imposta séculos atrás por uma potência colonial escravagista.

2.1. Algumas conseqüências sociais da variação linguística

A língua, da mesma forma que outros patrimônios sociais, tem valor social. Afora a imposição do português padrão, inexistente em uso real, a variedade culta com seu prestígio perpassa todos os segmentos sociais e é um resquício da colonização. O valor social atribuído a essa norma equivale ao poder exercido no contexto sócio-histórico-cultural pela classe social que a utiliza. Nesse sentido, o comportamento linguístico passa a ser um indicador claro da estratificação social (BORTONIRICARDO, 2005). Em outras palavras, a eleição de uma dentre as variedades linguísticas existentes para ser padrão implica que o grupo social que a reconhece e domina será junto a ela legitimado e exercerá poder sobre as demais formas linguísticas e seus respectivos falantes.

Essa diferença de valoração das variedades linguísticas do português na sociedade brasileira, bem como as discrepâncias entre classes sociais, são reproduzidas no âmbito do sistema educacional. A escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante. O problema não parece estar na padronização da língua, mas no acesso restrito que grandes segmentos da população têm a ele. Até porque a escola, por meio das gramáticas e dos livros didáticos, continua ensinando massivamente a norma padrão ideal, aquela que não é utilizada em contextos reais e, portanto, não representa nenhuma significância para os estudantes. Mesmo quando aborda a língua padrão real, por vezes é de forma descontextualizada e sem admitir a verdadeira realidade heterogênea da língua.

Nesse contexto, marcado pela escassa ou nenhuma importância dada pela comunidade escolar às variedades linguísticas populares existentes na sociedade, o aluno que não domina a variedade padrão culta, aquela valorizada socialmente, é visto como um transgressor da norma gramatical, inculto e desatento. O que precisa ser levado em conta é que, a língua padrão, seja ela ideal ou real, é apenas uma das variedades da língua, nem melhor e nem pior, do ponto de vista linguístico. Dessa forma, excluir as demais variedades do ensino de língua é perpetuar o preconceito linguístico.

O que se deseja não é que o estudante, principalmente das classes mais populares, utilize na escola simplesmente suas variedades linguísticas. Até porque, essa atitude iria de encontro ao que se propõe no ensino de língua portuguesa, com base em linguistas, professores e pesquisadores, responsáveis pela elaboração dos documentos oficiais da educação, que é o desenvolvimento da competência comunicativa, ou seja, falar, ler, escrever adequando-se aos diferentes contextos de uso do português seja ele mais/menos monitorado (BORTONI-RICARDO, 2004).

A função da escola e, sobretudo, do professor de português é ajudar o discente a

[...] compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua – instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. -, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais. (COELHO, s/d, p. 2473)

Diante do exposto, justifica-se refletir sobre a variação linguística no contexto escolar, levando em consideração o papel relevante exercido pelo livro didático no processo de ensino-aprendizagem e na construção do pensamento crítico dos discentes.

3. *Variação linguística em livros didáticos*

Diversos trabalhos acadêmicos já foram produzidos acerca desse tema. Contudo ainda é possível encontrar em diferentes autores de materiais didáticos destinados ao ensino básico uma abordagem resumida e/ou distorcida da variação linguística do português brasileiro. Isso se dá por falta de embasamento teórico mais preciso e de reflexões mais solidamente apoiadas nos postulados da sociolinguística e da sociologia da linguagem – as duas disciplinas que lidam com o fenômeno da variação e da mudança linguísticas e suas consequências sociais, culturais, políticas e pedagógicas.

Vale ressaltar que não é apenas nos LDP que são veiculadas distorções e inconsistências na abordagem de conceitos como variação e mudança, norma-padrão e norma culta, estigma e prestígio, letramento e oralidade, entre outros. Também em documentos oficiais, diretrizes curriculares e, principalmente, nos meios de comunicação, prevalecem noções obsoletas e pré-científicas sobre língua e linguagem que em nada contribuem para a construção de uma democracia linguística no nosso país. Mas essas questões não serão aqui debatidas, por se tratar o presen-

te texto de uma reflexão sobre variação linguística em LDP.

A fim de observar de forma mais precisa como esse fenômeno linguístico vem sendo estudado no ensino fundamental, ilustrarei a abordagem da variação linguística veiculada em um livro de português destinado ao 6º ano (5ª série). O volume é parte integrante de uma coleção que foi analisada e avaliada pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, edição 2008. Esta coleção foi uma das selecionadas e compradas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, para ser distribuída em algumas das escolas da rede pública estadual, a ser utilizada entre os anos 2008-2010.

Na seção *Estudo da Língua* da unidade 1 do referido livro, encontra-se o estudo intitulado *Variiedades e registros*, no qual língua é definida como “[...] um sistema vivo que pode ser usado conforme a nossa necessidade: de acordo com o contexto da conversa, com a região em que moramos, com nossa idade, etc.” (Projeto Araribá: Português, p. 34). A proposta enquadra-se na terceira das formas norteadoras do estudo da variação nos LDP, apresentadas por Dionísio (2003): variação linguística em seções sobre reflexão sobre a língua.¹⁷⁶

O assunto é dividido em quatro subseções: (1) variedade padrão, (2) variedades regionais, (3) variedades estilísticas e (4) linguagem formal e informal. Em cada uma delas encontramos um texto ou fragmento de texto, seguido de questões para identificação de expressões que caracterizem a variedade linguística em questão. Vejamos:

(1)

1. Leia o fragmento e escreva no caderno o que se pede.

O caboclo louro puxa a faca e esgaravata o dedão do pé.

– São seis reza de hora e meia cada mais ou meno. Pro santo ficá satisfeito. (p. 33)

a) Uma palavra do texto escrita de forma diferente da encontrada no dicionário.

b) Uma palavra que deveria estar no plural, de acordo com as regras dos livros de gramática.

¹⁷⁶ A autora registra três formas norteadoras do estudo da variação linguística (VL) nos LDP, que são: “(1) abordagem das VL em unidades específicas do LDP, geralmente, ao apresentar a noção de língua, (2) abordagem das VL em questões mínimas inseridas na análise textual e (3) VL em seções sobre reflexão sobre a língua.” (DIONÍSIO, 2003, p. 79)

c) Discuta com seus colegas: por que o autor teria escrito as falas da personagem dessa forma.

Nessa subseção a variedade padrão é apresentada como sendo aquela encontrada em dicionários e gramáticas, ensinada nas escolas e utilizada em situações de comunicação mais monitoradas. Contudo, em nenhum momento é esclarecida a diferença existente entre a variedade linguística reconhecida como norma-padrão e a variedade realmente utilizada pelos usuários da língua, que possuem graus mais elevados de escolaridade, a norma culta. Se o professor, ao utilizar esse livro, não estiver atento a essa observação, o estudante tampouco terá conhecimento dessa distinção.

(2)

4. Leia esta tirinha e responda ao que se pede no caderno.

(Texto do diálogo que está na tirinha de Xaxado)

- Mata ele de inveja, vai!

- Meu cachorro só bebe água importada da Oropa!

- E o seu?

- Ôxi! Eu nem cachorro tenho esse aqui é do padre...

Bichim só bebe água benta! (p. 34)

a) Xaxado ficou com inveja do cachorro dos amigos? Explique.

b) Em que região do Brasil essa história deve se passar? O que permite fazer essa hipótese?

c) Que palavras ou expressões da tirinha ajudam a caracterizar essa região?

Na exposição das variedades regionais o LDP analisado informa a presença de marcas de oralidade e o fato de caracterizar a região do falante. O texto utilizado para ilustração ratifica o que diz Bagno (2007, p. 120), sobre a insistência de autores de material didático em apresentar textos que “[...] não são representações fiéis das variedades linguísticas que eles supostamente veiculam.” Até porque não se trata de uma manifestação linguística real, senão uma produção artística, com intenção lúdica e estética, sem a natureza de um trabalho científico rigoroso. E ainda, a pronúncia “Oropa”, por exemplo, pode ser característica de um falante não-escolarizado, independente de sua região de origem.

(3)

5. A que grupo de falantes podemos associar cada uma destas frases? Oriente-se pelo quadro (p. 34-35).

a) Se liga, aquela mina é da hora!

b) Que craque! Deu uma caneta no volante e acertou um tirabação no gol!

c) É melhor fazer um backup dos arquivos antes de deletar qualquer coisa neste micro.

Torcedores assistindo a uma partida de futebol. Adolescente conversando numa festa. Pessoas que trabalham com computadores.

A variedade estilística é dada como linguagem composta por palavras e expressões típicas de certos grupos, e denominada de gíria ou jargão. A atividade apresenta frases descontextualizadas, além de colocar em um quadro a resposta, para que apenas seja feita associação. Sem exigir do estudante nenhum esforço ou reflexão.

(4)

Leia e responda às questões no caderno.

Esse negócio de falar no rádio deixou a gente nervoso demais e a professora teve que bater a régua muitas vezes na mesa para poder continuar a aula de gramática.

E aí a porta da classe abriu [...].

– Sentados! – o diretor falou. – Meus meninos, é uma grande honra para a nossa escola receber a visita da rádio que, pela magia das ondas, e graças ao gênio de Marconi, fará as palavras de vocês repercutirem em milhares de lares. Estou certo de que vocês serão sensíveis a essa honra e estarão imbuídos de um sentimento de responsabilidade. (p. 35)

a) Quem está narrando essa história?

b) Que outra personagem aparece?

c) O narrador e o diretor estão usando a mesma língua?

d) Qual dos dois usa uma linguagem mais elaborada?

e) Qual dos dois fala de maneira mais simples, descontraída?

Nessa parte do estudo, a linguagem formal e a informal são diferenciadas a partir dos critérios elaboração (+/-), situação e interlocutor. Na observação dada é feita a relação entre escrita/ +formal e oral/ +informal. Em um quadro à parte é esclarecido que todas as variedades estudadas no livro podem se apresentar de modo formal ou informal.

Com essa explanação conclui-se o estudo sobre variações linguísticas, seguido de mais exercícios que enfatizam o uso de linguagem padrão/linguagem não padrão, marcas de oralidade, variedade regional e grau de formalidade.

4. Considerações finais

Observa-se que o LDP analisado atende às propostas mais avançadas de ensino de língua portuguesa, até mesmo no que diz respeito às diretrizes oficiais de educação, pois apresenta em sua proposta o estudo da variação linguística.

Contudo, a abordagem da temática ainda é resumida e distorcida. Em nenhuma parte do estudo é mencionada a pluralidade de línguas no Brasil. No país, junto ao português, convivem diversas línguas indígenas, oriundas dos primeiros habitantes, além das línguas de origem europeia e asiática trazidas pelos imigrantes no decorrer de sua história.

Apesar de o tratamento não se limitar às variedades regionais, como em outros livros didáticos, as variedades urbanas não são trabalhadas de forma satisfatória, de modo que fica implícita a crença ilusória de que os falantes urbanos mais letrados se comportam linguisticamente de acordo às normas prescritas pelas gramáticas. Isso é confirmado na ausência de separação entre norma-padrão e norma culta (variedades prestigiadas socialmente). A primeira trata-se do conjunto de regras descritas e prescritas pelas gramáticas normativas, baseadas em uso dos escritores consagrados. A segunda abarca as variedades linguísticas efetivamente utilizadas por indivíduos urbanos, letrados e socioeconomicamente privilegiados.

Como diz Bagno (2007), é comum que os LDP tratem da variação linguística restringindo-a ao sotaque e ao léxico. O livro analisado não é exceção a essa regra. Segundo o autor, a variação morfossintática é o nível mais profundo de variação linguística e, por isso, deveria ser o principal foco no ensino de língua, já que dele depende todo o trabalho de tratamento que a escola deve explorar com seus estudantes. A comparação do uso dos recursos gramaticais pelos diferentes grupos sociais é de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Porém, nenhuma das atividades apresentadas pelo LDP em questão faz menção à variação linguística no nível destacado por Bagno (2007).

Outra ressalva a ser feita é que o material didático de que trata a

análise não aborda o fenômeno da mudança linguística, apesar de admitir a variação linguística, como se este fenômeno linguístico não fosse pre-núncio de alguma inovação que está se processando na língua.

Depreende-se da análise realizada e das literaturas revisadas sobre a temática que falta nos LDP o estudo a partir de manifestações autênticas da realidade linguística. É preciso que autores e editoras de livros didáticos se conscientizem da necessidade de uma reeducação sociolinguística, que venha a combater o preconceito linguístico e evitar a reprodução de estereótipos e discriminações que ainda vigoram na sociedade brasileira em geral. A variação linguística precisa ser estudada como fato social e cultural, considerando a riqueza que representa e seu papel revelador do dinamismo da língua.

O livro didático, por seu importante papel no contexto escolar e, mais especificamente, no estudo da língua, deve colaborar na ampliação do repertório linguístico e no desenvolvimento da competência linguística do estudante, de modo que ele tenha acesso à variedade de maior prestígio social. O indivíduo, por meio da escola, deve tornar-se capaz de produzir textos orais e escritos nos mais diferentes gêneros, sabendo colocar-se adequadamente em diversas situações comunicativas, incluindo públicas e formais, sem que para isso sua variedade linguística de uso seja menosprezada.

Ressalta-se, para finalizar, que recentemente a sociedade brasileira assistiu a uma polêmica veiculada e alimentada pela mídia, em que o foco era a abordagem da variação linguística em um material didático elaborado para a Educação de Jovens e Adultos. A pergunta apresentada em um trecho do livro – “*Mas eu posso falar os livro?*” – tornou-se um divisor de opiniões, quanto ao papel do LDP no ensino de língua.

De um lado, a mídia e, por ela conduzida, a população em geral, acreditando estar o livro “desprezando a norma culta” e “ensinando erros gramaticais”. Do outro, os autores do livro questionado e linguistas, representados publicamente por pesquisadores como Bagno e Possenti, esclarecendo, mais uma vez, a necessidade de que o falante se conscientize da variante linguística que usa e entenda como a sociedade valoriza desigualmente as diferentes variantes. Esse foi apenas mais um exemplo de como se faz urgente a disseminação de conhecimentos científicos e a ampliação do senso crítico. Enfim, uma reeducação sociolinguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora? sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. *O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de português*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_300.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2010.

DIONISIO, Ângela Paiva. Variedades linguísticas: avanços e entraves. In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 75-88.

PROJETO ARARIBÁ. *Português, 5ª série*, obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. Editora responsável Áurea Regina Kanashiro. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

SILVA, Myrian Barbosa da. Novos horizontes no ensino de língua portuguesa: a formação do professor e o livro didático. In: MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia Souza (Orgs.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes, 2008, p. 161-185.

**WEB 2.0 E MATERIAIS DIDÁTICOS DE LÍNGUAS:
REFLEXÕES NECESSÁRIAS**

Márcio Luiz Corrêa Vilaca (UNIGRANRIO)
professorvilaca@gmail.com

1. Introdução

É fácil constatar a forte presença da internet em diversas práticas sociais, o que tem impactado as formas como interagimos e vivemos. Este fato logicamente é mais fácil de ser identificado nas crianças e nos jovens, o que tem gerado denominações como “*geração y*”, “*nativo digital*”. Isto encontra reflexo em políticas e procedimentos práticos de inclusão digital, que inclui o maior acesso às tecnologias de informação nas escolas e nas residências.

No caso específico do Brasil, o governo tem trabalhado no intuito de universalizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) e à internet rápida (banda larga)¹⁷⁷.

A maior presença de computadores em escolas, cursos e instituições de ensino superior também é bastante visível, inclusive em projetos e laboratórios de informática. No ensino superior, esta questão é bastante nítida e intensa, sendo crescente o número professores que levam a internet para as suas aulas.

Em termos práticos, este contexto de expansão tecnológica é auxiliado por condições econômicas mais estáveis, preços mais acessíveis, maior oferta de computadores (*desktop*, *notebooks* e *netbooks*), diversas opções de crédito etc. Hoje é possível comprar computadores de mesa (*desktops*), *notebooks* e *netbooks* em mercados, lojas de eletrodomésticos e eletrônicos, livrarias...

Como consequência prática, estamos cada vez mais conectados, inclusive por telefones celulares, *smartphones* e *tablets*.

Esta significativa presença online tem contribuído significativamente para o que tem sido denominado de Web 2.0.

¹⁷⁷ Informações atualizadas podem ser obtidas no site governamental destinado à inclusão digital: www.inclusaodigital.gov.br

2. *Compreendendo a Web 2.0*

Definir a Web 2.0 não é uma tarefa simples, uma vez que não se trata de uma atualização técnica da internet. Além disso, ela não pode ser marcada por um acontecimento histórico específico. Em outras palavras, não é possível apontar uma tecnologia ou uma data específica para o seu começo (BARROS, 2009).

A numeração 2.0 sugere uma atualização de versão, assim como acontece comumente com *softwares*. No entanto, conforme discutiremos, a passagem do que consideramos Web 1.0 para a 2.0 está relacionada à compreensão de mudança de paradigmas de formas de acesso, uso, participação e interação na internet (ERCÍLIA & GRAEFF, 2008; GABRIEL, 2010; TORI, 2010).

A web 2.0 não deve ser confundida com as tecnologias e velocidades de conexão a internet (ADSL, cabo, 3G, por exemplo). Em outras palavras, a compreensão de web 2.0 não está relacionada ao acesso à internet na chamada *banda larga*, com conexões mais rápidas e contínuas. Esta é uma confusão comum, já que esta denominação começou a se popularizar de forma um tanto quanto paralela à expansão da internet em alta velocidade nas residências.

Embora a web 2.0 não se trate de *hardware* ou tecnologia de acesso à internet, o desenvolvimento destes auxiliaram a criar condições favoráveis para a Web 2.0. Valente e Mattar (2007) reconhecem que a banda larga foi um dos fatores que possibilitaram a viabilização da Web 2.0. Afinal, a conexão discada (de baixa velocidade e bastante instabilidade) dificulta o acesso a sites, o *download* de arquivos, a visualização de fotos e vídeos e a permanência online por longos períodos. Como exemplo, é possível citar o *YouTube*, um dos ícones da Web 2.0. É quase “impraticável” assistir aos vídeos por conexão discada (também chamada de *dial-up*).

O termo *Web 2.0* tem sido empregado para designar evoluções nas tecnologias digitais e nas práticas sociais mediadas pela internet (VALENTE & MATAR, 2007; GABRIEL, 2010). Segundo Barros (2009, p. 27), a Web 2.0 trata-se de:

um termo criado para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a “*web* como plataforma”, envolvendo wikis, aplicações baseadas em redes sociais e tecnologia da informação.

Tori (2010, p. 214) afirma que “o conceito de Web 2.0 é uma tentativa de identificar e caracterizar um novo paradigma de internet”. Este

novo paradigma implica em mudanças de formas de uso, interação e comunicação na internet.

As palavras de Gabriel (2010, p. 78) ilustram algumas mudanças:

Do início da internet comercial, em meados dos anos 1990, aos dias de hoje, temos testemunhado mudanças significativas na web. Passamos da web estática para a web dinâmica. Da web da leitura para a web da participação. Da web uma via para a web de duas mãos. Da web de páginas para a web como plataforma. Da web de reação para a web de participação. Da web discurso para a web conversação. E estamos caminhando para a web da interação, a web semântica, a internet das coisas.

Gabriel (2010, p. 80) argumenta que a Web 2.0 é marcada pela “explosão de conteúdos” e pela “explosão das redes sociais” (p. 3). Se na Web 1.0, o usuário era na maioria das vezes um visitante de sites, que consumia informações muitas vezes produzidas por empresas e instituições variadas, ela passa a ter mais poder, autonomia e liberdade na Web 2.0, não apenas consumindo informações, mas também produzindo, compartilhando, criticando, direcionando os conteúdos, tendo, portanto, maior espaço para manifestar suas ideias e opiniões, seus interesses, seus descontentamentos etc.

A Web 2.0 tem sido caracterizada também pela web como plataforma, ou seja, substituindo em alguns casos softwares. O navegador de internet passa a ter a sua importância ampliada, já que ele permite o acesso não apenas a sites, mas também a serviços e aplicações variadas que rodam diretamente na web. Valente e Mattar (2007, p. 74) oferecem uma discussão bastante interessante e clara:

A evolução foi tão grande, aproveitando recursos tecnológicos atualmente disponíveis (popularização da banda larga e desenvolvimento de linguagens novas), que permitiu a criação de aplicativos extremamente parecidos com aqueles que rodam em nossos computadores pessoais, sem a necessidade de nenhuma instalação adicional. Ou seja, a Web 2.0 está próxima de ser um verdadeiro Sistema Operacional, como se fosse um Windows.

A tabela 1 apresenta algumas características tradicionalmente atribuídas a Web 2.0 e exemplos de sites e serviços.

Característica	Exemplo(s)
Publicação de conteúdos pelos usuários	YouTube, blogs, sites
Inteligência coletiva	<u>Wikipedia</u>
web como sistema, software e plataforma	Google Docs
Maior interação entre usuários (um para um e um para muitos)	Redes sociais
Compartilhamento de conteúdos	<u>Flickr, SlideShare</u>

Em termos gerais, a compreensão de Web 2.0 está diretamente relacionada a três fatores:

- maior participação dos usuários na produção, no compartilhamento de informações e conteúdos;
- maior interação entre os usuários;
- web como plataforma;

Em síntese, podemos compreender a Web 2.0 como uma internet que amplia os poderes e as funções dos usuários, marcada pela valorização dos conteúdos e das formas de participação e interação sociais. Por isso, alguns serviços associados a Web 2.0 são sites de publicação e compartilhamento de conteúdos, redes sociais, *wikis*, fóruns, sites de compartilhamento e comunidades.

3. *Materiais didáticos no ensino de línguas*

Em trabalho anterior, discuto que, apesar da importância dos materiais didáticos, estes ainda são compreendidos de forma limitada, sendo tema ainda pouco estudado (VILAÇA, 2009). A própria compreensão de materiais didáticos é muitas vezes limitada.

Brian Tomlinson ([2001] 2004, p. 66) define o material didático como “qualquer coisa que possa ser usado para facilitar a aprendizagem de uma língua”. Salas (2004, p. 2) apresenta definição quase idêntica a de Tomlinson ao afirmar que podemos considerar como material didático “qualquer coisa empregada por professores e alunos para facilitar a aprendizagem”. Nas definições, fica claro o reconhecimento de que o principal objetivo do material didático é contribuir para processo de ensino-aprendizagem, sempre que possível facilitando-o.

Em termos gerais, qualquer material que seja usado para fins didáticos pode ser considerado um material didático, mesmo que a sua produção inicial não tenha sido orientada ou voltada para o seu uso educacional. Poemas, letras de músicas, filmes, jornais, por exemplo, não são produzidos para fins pedagógicos, mas são usados por professores de línguas (maternas e estrangeiras) com certa frequência como materiais didáticos.

Alguns tipos comuns de materiais didáticos são livros, CD-ROM, vídeos, CD, tarefas, exercícios fotocopiados elaborados pelo professor.

Neste contexto, o livro didático assume um lugar de destaque devido à sua popularidade e ao seu longo percurso histórico.

A tabela a seguir apresenta alguns tipos de materiais didáticos que são empregados com frequência no ensino de línguas.

Materiais impressos de base textual	Materiais de Áudio	Materiais visuais/gráficos	Materiais Multimídias
Livro Gramática Dicionário Enciclopédias Outros	CD Fita de áudio Arquivos MP3 e similares	Pôsteres Quadros e figuras Transparências Slides	CD-ROM DVD VCD Videotape

A elaboração de materiais didáticos, ao contrário do que muitos pensam, não deve ser vista como uma tarefa realizada apenas por “autores profissionais” ou por professores experientes a serviço de editoras, empresas ou instituições de ensino. Esta visão deriva basicamente de incompreensões do que seja um material didático. Salas (2004) e Tomlinson e Masuhara (2005) defendem que todo professor pode elaborar de materiais didáticos.

A elaboração de materiais didáticos por professores para as suas aulas permitem maior adequação às necessidades e às características específicas do seu contexto de ensino. Os professores precisam considerar neste processo questões teóricas e práticas que orientarão e/ou fundamentarão o desenvolvimento do material (RICHARDS, 2005; TOMLINSON & MASUHARA, 2005).

Infelizmente ainda são poucas as publicações e as pesquisas com foco no processo de elaboração de materiais didáticos de línguas. A maioria dos trabalhos relacionados a materiais didáticos trata da avaliação dos mesmos, em sua maioria na avaliação de livros didáticos.

As novas tecnologias ampliam a necessidade de pesquisas sobre o desenvolvimento de materiais didáticos, já que, além de questões pedagógicas, é preciso considerar também diferentes aspectos tecnológicos (tecnologias de produção, as formas de distribuição/disponibilização, aspectos interativos, questões de multimídia, entre outros).

As tecnologias digitais, inclusive a Web 2.0, oferecem novas possibilidades para que professores possam produzir e publicar seus próprios materiais didáticos digitais.

Podemos entender como *materiais didáticos digitais* aqueles que

são desenvolvidos e publicados por meio de tecnologias digitais. A publicação aqui deve ser entendida como forma de acesso, disponibilização ou distribuição, na internet ou em outras mídias e dispositivos digitais. Alguns exemplos de materiais didáticos digitais são: documentos de textos, arquivos de áudio e vídeo, animações, apresentações multimídias, imagens, infográficos, *e-books*, *e-apostilas*. Estes materiais apresentam semelhanças e hibridizações com tipos de materiais apresentados na tabela anterior.

4. *Materiais didáticos digitais na Web 2.0*

Se um livro impresso exige custos elevados para a produção e distribuição, os custos podem ser reduzidos ou até mesmo eliminados na publicação de livros eletrônicos (*e-books*). Há casos de *e-books* que são disponibilizados gratuitamente. A logística também é completamente diferente. O acesso aos livros digitais pode acontecer logo que são publicados, já que o acesso é frequentemente feito por *download*.

Os vídeos servem como outro exemplo interessante. Hoje é razoavelmente simples gravar e realizar uma edição simples de vídeos. Gravações com qualidade razoáveis podem ser feitas inclusive por *webcams*, telefones celulares e por máquinas fotográficas digitais, que apresentam custos mais baixos que filmadoras. Para a edição, há opções gratuitas de *softwares* e algumas com valores mais acessíveis. A publicação pode ser feita rápida e facilmente em sites de compartilhamento de vídeos (*YouTube*, *TeacherTube*, por exemplo), em blogs, sites pessoais, ambientes virtuais de aprendizagem, redes sociais.

Conforme discutido anteriormente, uma das características básicas da Web 2.0 é a produção de conteúdos pelos usuários. No caso da educação, professores podem publicar seus materiais didáticos de formas variadas. Isto possibilita flexibilidade e liberdade. O professor pode ser o seu próprio editor.

Na versão analógica ou impressa, a produção de uma edição do autor de um livro custa caro e geralmente implica na impressão de centenas de livros que terão difícil circulação entre o seu público-alvo. Esta situação é diferente na Web 2.0. Não é necessário procurar um diagramador e uma gráfica para que um projeto pessoal se materialize em livro. Este processo pode ser feito pelo próprio professor e publicado como *e-book*. Logicamente cada caso precisa ser analisado atentamente de acor-

do com os objetivos planejados. O livro eletrônico é uma opção, não devendo ser visto como um inimigo do livro impresso. No Brasil, ainda são poucos os livros que são comercializados nas versões impressas e digitais.

No contexto acadêmico, os periódicos científicos eletrônicos servem de outro exemplo interessante. A publicação online permite o fácil e amplo acesso aos artigos, independente de instituição, Estado ou país que o leitor esteja. Com isso, a divulgação de pesquisas e trabalhos acadêmicos é intensamente beneficiada.

Os materiais didáticos elaborados pelos professores podem ser disponibilizados em sites, redes sociais, enviados por e-mail, distribuídos em mídias físicas (CD, DVD, pen drive, por exemplo), entre outras possibilidades.

Além disso, os professores podem ter seus próprios sites na internet. Atualmente esta realidade é mais comum entre professores universitários, que aproveitam os sites para divulgar trabalhos, artigos e pesquisas, indicar links, disponibilizar exercícios e materiais etc. Para isto, convém apontar que há sistemas gratuitos de excelente qualidade que permitem a construção de sites, portais, *blogs*, fóruns de debate e salas virtuais.

Os sistemas gerenciadores de conteúdos (em inglês, *content management system* – CMS, como *Joomla* e o *Drupal*, por exemplo), os blogs (tais como *Wordpress*), os ambientes virtuais de aprendizagem (em inglês, *learning management system* – LMS-, *Moodle* e *TelEduc*, por exemplo), os *wikis* e os fóruns (como o *phpBB*) são alguns exemplos de ferramentas da web 2.0 que podem ser adotados por professores e instituições para as construções de ambientes para que podem ser utilizados para fins educacionais.

A tabela 3 apresenta alguns sistemas populares que têm sido empregados por escolas, cursos, universidades e professores.

Tabela 3 – Alguns sistemas separados por usos principal	
Uso	Exemplos de sistema
Sites diversos, portais	<u>Joomla</u> <u>Drupal</u>
Blogs, sites de notícias	<u>Wordpress</u> <u>Joomla</u> <u>b2evolution</u>
Fóruns online de debates	<u>phpBB</u>
Sala de aula digital	<u>Moodle</u> <u>TelEduc</u>

Muitos professores têm empregado serviços/sites como *YouTube*,

SlideShare, *Orkut*, *Twitter*, *Facebook* e *MySpace* com fins pedagógicos, apesar de estes sites não terem sido criados especificamente para fins didáticos.

Em termos gerais, é possível compreender que a Web 2.0 oferece ferramentas, plataformas e serviços que podem ser empregados de formas variadas por professores com fins pedagógicos. Professores podem cada vez mais produzir seus materiais e disponibilizá-los para todo o mundo por meio da internet. Eles podem ter “canais de vídeos”, sites de *podcasts*, *blogs*, portais, comunidades, sistemas de revistas, *wikis*, entre outras possibilidades.

5. Considerações finais

Este trabalho discutiu algumas questões relacionadas a Web 2.0 e materiais didáticos. É possível encontrar livros e artigos nacionais que possibilitam estudo teórico e prático sobre estes temas. A bibliografia aqui empregada priorizou, na medida do possível, publicações nacionais de forma a facilitar o acesso aos mesmos.

As possibilidades de produção, divulgação e disponibilização de materiais didáticos na Web 2.0 certamente abrem perspectivas que eram inimagináveis há aproximadamente 10 anos. No entanto, o uso destes serviços precisa ser acompanhado de vários cuidados tecnológicos, comportamentais, pedagógicos, éticos e legais (principalmente por causa de direitos autorais).

Os professores devem estar preparados para compreender e empregar as tecnologias. Caso contrário, os recursos tecnológicos, ao invés de contribuir significativamente para o processo educacional, podem se transformar em fonte de problemas.

Oportunidades de formações tecnológica e pedagógica podem ser encontradas em cursos, minicursos, oficinas, palestras e eventos acadêmicos. Há minicursos online que abordam EaD, design instrucional, materiais didáticos digitais, docência online, usos de softwares etc. Ou seja, a própria internet se apresenta como espaço privilegiado para o desenvolvimento de diversas competências tecnológicas e pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D. M. V. *Guia didático sobre as tecnologias da comunicação e informação*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.
- CORACINI, M. J. O processo de legitimação do livro didático na escola de ensino fundamental e médio: uma questão de ética. In: CORACINI, M. J. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. São Paulo: Pontes, 1999, p. 33-43.
- ERCÍLIA, M.; GRAEFF, A. *A internet*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- GABRIEL, M. *Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias*. São Paulo: Novatec, 2010.
- MAIA, C. e MATTAR, J. *ABC da EaD: educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MATTAR, J. *Guia de educação a distância*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- RICHARDS, J.C. Materials development and research- Making the connections. Paper presented at a colloquium on research and materials development- TESOL Convention, San Antonio, March, 2005.
- SALAS, M. R. English Teachers as Materials developers. *Actualidades Investigativas en Educacion*. Vol. 4. N. 2, 2004.
- SOUZA, D. M. Autoridade, autoria e livro didático. In: CORACINI, M. J. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. São Paulo: Pontes, 1999, p. 27-31.
- TOMLINSON, B. Materials development. In: CARTER, R.; NUNAN, D. *Teaching English to speakers of other languages*. Cambridge: Cambridge, 2004.
- TOMLINSON, B.; MASUHARA, H. E *Elaboração de materiais para cursos de idiomas*. São Paulo: SBS, 2005.
- TORI, R. *Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.
- VALENTE, C.; MATTAR, J. *Second Life e Web 2.0 na Educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias*. São Paulo: Novatec, 2007.
- VILAÇA, M. L. C. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades papéis. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da Unigranrio*. Vol. VII. N. XXX, jul.-set./2009.